

volume I

PANORAMA DA ARQUITETURA EM GOIÁS
séculos XVIII, XIX e XX

volume I

Eurípedes Afonso da Silva Neto
Sylvia Ficher
orientadora

ficha catalográfica

SS586p Silva Neto, Eurípedes Afonso da
Panorama da Arquitetura em Goiás: Séculos XVIII, XIX e XX /
Eurípedes Afonso da Silva Neto; orientador Sylvia Ficher. --
Brasília, 2022.
1447 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)
- Universidade de Brasília, 2022.

Arquitetura. 2. História da Arquitetura. 3. Goiás. I.Ficher, Sylvia,
orient. II. Título.

• desenhos, mapas, gráficos e fotografias •
por
Eurípedes Afonso da Silva Neto

euripedes.a.s.neto@gmail.com

Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação

PANORAMA DA ARQUITETURA EM GOIÁS
séculos XVIII, XIX e XX

Eurípedes Afonso da Silva Neto
Sylvia Ficher
orientadora

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Linha de Pesquisa: Teoria, História e Crítica

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Sylvia Ficher [FAU-UnB]
presidente

Profa. Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno [FAU-USP]
membro

Profa. Dra. Christine Ramos Mahler [FAV-UFG]
membro

Prof. Dr. Eduardo Pierrotti Rossetti [FAU-UnB]
membro

Profa. Dra. Ana Elisabete de Almeida Medeiros [FAU-UnB]
suplente

Brasília/DF, dezembro de 2021

para

Monise Campos Pereira

em testemunho do reconhecimento
por tudo quanto lhe devo
e com todo meu amor

agradecimento especial

Sylvia Ficher

agradecimentos

Marise Helena Afonso da Silva
Sílvio Afonso da Silva
Márcia de Oliveira Campos e Silva
Afonso Pereira da Silva Júnior
Izabel Borges de Amorim Brasil
Ipojuca de Goiás Brasil

Gustavo Neiva Coelho
Patrícia Natalina Amorim Libonati
Cejane Pacini Leal Muniz
Jaques Patrick Ganassin

Ana Elisabete de Almeida Medeiros
Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno
Christine Ramos Mahler
Eduardo Pierrotti Rossetti

Adalberto José Vilela
Adélia Freitas da Silva
Adelson Thomaz da Silva Serra
Ademir Hamú
Adevonilde Soares dos Santos
Adriana Maria de Souza
Adriano Freitas Silva
Agostinho Stacciarini
Albineiar Plaza Pinto
Alcimar Lima
Alessandro Barbosa Gomes
Alex Alves da Silva
Alexandre Ribeiro Gonçalves
Aline Amaral Di Salvo
Aline Cristina Pinheiro Barroso
Alyne Rodrigues de Oliveira
Amanda Concesso da Silva
Amarildo Teófilo Carmo
Ana Almeida
Ana Amélia de Paula Moura
Ana Félix
Ana Maria Ivo Goncalves Oliveira
Ana Terezinha Pinheiro
Anderson Ferreira da Silva
Ângela Oliveira Barbosa Fonseca
Antônio Americano do Brasil
Antônio Aurora Barbosa
Antônio Fernando Banõn Simon
Antonio Gilson Santos Silva
Antonio Lucio Ferrari Pinheiro
Aparecida Eliana Bueno
Arlete Rosa Natividade Bezerra
Astério Bartolomeu de Castilho
Augusta Faro Fleury de Melo
Augusto Gonçalves Pereira

Barbara Yanara da Silva
Beatriz Otto de Santana
Benedito Martins
Benivaldo Dias dos Santos Bené Dias
Brasil Francisco Chicão
Bráulio Maria Pereira
Bruna Coelho Alves Meneses
Carlos José da Silva
Carlos Luciano Silva Coutinho
Carolina Silva de Albergaria
Cássia Farvis Ribeiro
Claudia Afonso
Cláudia da Conceição Garcia
Claudio José Pereira
Daniel Estevão Montiny Dias
Darcey Ferraz da Rocha Prado
Daura Rios Pedroso Hamú
Deborah Aires Souto
Demétrio Pompeu de Pina
Denise Coimbra de Abreu
Diego Lopes Luna Sousa
Dionísio Valim Filho
Edgar de Paula
Edivar da Costa Muniz
Eduarda Campos
Eduardo Manzano
Eduardo Manzano Filho
Eduardo Simões Barbosa
Elano
Elba Campos
Elder Rocha Lima
Eleonardo Pereira de Oliveira
Eleusa de Souza Godoy Barreto
Eliane Soares
Elisa de Castro Gomes

Eliza Fonseca
Enival Rodrigues
Erinaldo Marques do Nascimento
Estenia Bárbara Leão Aguilar
Eurípedes Afonso da Silva
Euzivalda T. de Araújo
Fátima Paraguassu
Fernando Carlos Rabelo
Franciele Diniz Lisboa de Oliveira
Francisco Neto da Silva Júnior
Genésio Antonio da Silva
Geraldo da Silva Bueno
Gisela Campos
Gustavo Koppan Faiad Sebba
Hadassa de Carvalho
Hamilton Samuel Santana
Hanae Campos
Haroldo Dias Flauzino Neto
Haroldo Dutra Dias
Heitor Victor de Souza
Helem Cristina da Neiva
Helim Concesso Pereira
Hélio Fausto Carrijo
Heloísa Lotufo Manzano
Herika Sepulvida Minghini da Silva
Iracino Fraga Xavier
Iraydes Duarte Cunha Freitas
Irene Plaza Pinto
Jadira Melo
Jairo Alves Leite
Jessica Schmitt Pereira
João Luis do Nascimento
João Paulo Caixeta
Joaquim Pereira Valadares
Jocivan

José Camapum de Carvalho
José Filho Costa Pereira Amâncio
José Francisco Rodrigues do Rêgo
José Leme Galvão Júnior
José Maria Audrin
José Renato de Castro e Silva
José Ubirajara Galli Vieira
Juarez Marcelino Machado
Júlia Santos Gollino
Karla Ferreira de Souza
Laila Mendonça Pessoa de Melo
Laís Alves Rincon
Lara Leão Aguilar
Laura Luzia Vieira de Araújo
Lauro Emrich Campos
Leandro da Silva Lemes
Leo de Queiroz Barreto
Leonardo Vieira Lacerda
Lina Maria da Silva Concesso
Lucas Santana Coelho Fonseca
Lucio Lucas
Luís Palacin
Luiz Fernando Cruvinal Teixeira
Lusinete Benvinda de Oliveira
Magda Vaz
Manoel Balbino Carvalho Neto
Manoel de Oliveira Mota
Manoel Lourenço Campos Júnior
Mara Publio de Souza Veiga Jardim
Marcelo Baiocchi Carneiro
Marcelo Granato de Araújo
Marcelo Trento
Márcia Angelina de Jesus
Marcílio Lemos Carvalho
Márcio Vinicius Reis

Marco Antonio de Faria Galvão
Marco DePaiva
Marco Tulio do Nascimento
Marcos Antônio de Menezes
Marcos Aurélio Lopes de Arimatéa
Maria Aparecida Oliveira Ribeiro
Maria de Fatima Silva Cançado
Maria Elizabeth Costa
Maria Ozita Nunes da Silva
Maria Simone Moreira Melo
Mariana Gomes
Marileusa Brandão Silva
Marlene Canedo
Marlucia
Matheus Ferreira de Souza
Matheus Xavier Calaça
Maurício Rodrigues Pereira
Milena D'Ayala Valva
Moisés
Murah Rannier Peixoto Vaz
Nádia Mendes Moura
Orlando Póvoa Ribeiro Neto
Passarinho
Paulo Bertran
Paulo Campos Filho
Paulo Castilho
Paulo César Ribeiro
Pedro Marques
Pedro Paulo Palazzo de Almeida
Pedro Soares de Oliveira
Péricles Emrich Campos
Rafael Lino Rosa
Ramir Curado
Renata Apolinário Silvéria Gomes Santos
Renata Lima Barros

Ricardo Trevisan
Rivair Tavares de Moraes
Roberto Cintra Campos
Rodrigo Ferreira
Ronaldo da Paixão Fonseca
Ronaldo Felix de Pontes
Ronaldo Pereira Campos
Rosilene Nunes Figueira Lena
Rosimeire Coutinho de Oliveira
Rosirlene Gonçalves Leninha
Ruffo de Freitas
Ruslana Tavares Alves
Sandra Cristina Alves de Brito
Sandro Di Lima
Sarah da Silva Magalhães
Sebastião Sardinhda de Matos
Séfora Eufrásia de Pina
Silas Varizo
Simone Camelo Araújo
Simone Rosa
Solange Ferreira
Suzana Magalhães
Suzane Rodrigues
Suzete Almeida de Bessa
Sylvio Emrich de Podestá
Tania Mara Bonal
Telma Lopes Machado
Tony Willian Boita
Valdir Carvalho de Souza
Vilidiou Soletti Soares
Weber Pereira de Almeida Filho
Wesley Salles
William Martins da Silva Filho
Yehoshú`a
YHWH

[o tempo que a tudo rói, não as quis então?]

Machado de Assis

[fazer o desprezível ser prezado é coisa que me apraz]

Manoel de Barros

[pois, onde estiver o teu tesouro, ali também estará o teu coração]

Mateus 6:2

Resumo

Esta tese busca ordenar e sistematizar parte da arquitetura realizada em Goiás durante os séculos XVIII, XIX e XX. Um panorama uniformizado graficamente, contemplando sobreposições de conceitos e estilos através do olhar sobre duzentos e dez edifícios. Organiza-se assim uma crônica da transformação da região por meio de suas edificações, demonstrando como foram espelho de um ideal político, social e arquitetônico que permeou a produção local. Para tal tarefa utilizo duas ferramentas: o levantamento e registro dos exemplares mais significativos e a disposição do conhecimento dos diferentes períodos da historiografia goiana. Com isso explicita-se uma síntese da arquitetura realizada em Goiás, oferecendo estrutura estável que permita aos interessados formular conjecturas diversas ao analisar esse acervo.

Palavras-chave: Arquitetura, História da Arquitetura, Goiás.

Abstract

This thesis seeks to order and systematize part of the architecture built in Goiás during the 18th, 19th and 20th centuries. A graphically uniformed panorama, contemplating superpositions of concepts and styles through the look at two hundred and ten buildings. Thus, a chronicle of the transformation of the region through its buildings is organized, demonstrating how they mirrored a political, social and architectural ideal that permeated local production. For this task I use two tools: the measurement and record of the most significant examples and the availability of knowledge from different periods of historiography in Goiás. This explains a synthesis of the architecture built in Goiás, offering a stable structure that allows interested parties to formulate different conjectures when analyzing this collection.

Keywords: Architecture, History of Architecture, Goiás.

Sumário

- 23. Apresentação
- 27. Introdução
- 39. Antecedentes
- 49. Método

Parte I: Tradição

- 68. Entendimento
- 84. Período
- 102. Vontades
- 122. Programas
- 142. Técnica
- 162. Expressão
- 179. Obras

VOLUME I

Parte II: Renovação

- 628. Entendimento
- 646. Período
- 670. Vontades
- 694. Programas
- 712. Técnica
- 728. Expressão
- 747. Obras

- 1383. Conclusão
- 1387. Lista Obras
- 1397. Fontes Figuras
- 1425. Referências Bibliográficas

VOLUME II



— TRAJETO

○ PROSPECÇÃO

● SELEÇÃO

- 01. Palmas
- 02. Novo Acordo
- 03. São Félix
- 04. Mateiros
- 05. Ponte Alta
- 06. Monte do Carmo
- 07. Porto Nacional
- 08. Chapada da Natividade
- 09. Natividade
- 10. Dianópolis
- 11. Conceição
- 12. Taguatinga
- 13. Arraias
- 14. Monte Alegre
- 15. São Domingos
- 16. Guarani
- 17. Porangatu
- 18. Niquelândia
- 19. Tupiracaba
- 20. Pilar
- 21. Buenolândia
- 22. Ferreiro
- 23. Goiás
- 24. Mossâmedes
- 25. Areias
- 26. Itaberaí
- 27. Jaraguá
- 28. Pirenópolis
- 29. Corumbá
- 30. Abadiânia
- 31. Anápolis
- 32. Goiânia
- 33. Leopoldo de Bulhões
- 34. Silvânia
- 35. Luziânia
- 36. Vianópolis
- 37. Caraiíba
- 38. Orizona
- 39. Pires do Rio
- 40. Urutai
- 41. Ipameri
- 42. Catalão
- 43. Itumbiara
- 44. Morrinhos
- 45. Caldas Novas
- 46. Santa Cruz
- 47. Auréliópolis
- 48. Rio Verde
- 49. Jataí
- 50. Chapadão do Céu

◀ [1] - 22/12/2021

· APRESENTAÇÃO ·

Explicação Necessária

Inesperado como um trabalho que se valeu de mais de 30.000 fotografias, 16.000 km de estradas e outras milhares horas de desenho ou centenas de documentos revirados possa ser resumido a quase três resmas de papel. A viagem tornou-se aqui ponto central na organização, sob a qual gravitaram as outras questões. Tão antiga quanto as migrações humanas, com o desenvolvimento político e econômico, viajar, percorrer, tornou-se elemento fundamental de reconhecimento territorial. Cumprindo aqui esta função, proporcionou extenso cabedal de informações, transformando-se em cenário ativo de aquisição de conhecimento e vivências acerca do território goiano como um todo.

Naturalmente, não foi possível registrar toda a riqueza de experiências vividas nesse percurso temporal e espacial, mais ampla que qualquer tentativa de as formalizar. As fotos não superam a visita física, o texto não se sobrepõe a uma entrevista e o desenho não é mais elucidativo que percorrer o edifício. Mas, na tentativa de registrar e popularizar o conhecimento relativo a esse acervo, a mim tão caro, foram os meios encontrados para minimamente registrar o que experimentei. Nesse sentido, a apresentação aqui formalizada se comporta como congelamento de um momento. Tal qual fotograma de filme, tentativa de capturar algo que é animado, orgânico e dinâmico. Assim o coloco porque, mais do que arquitetura, nesse trajeto encontra-se vida, tanto dos que já foram quanto dos que estão. A vida daqueles que argamassaram pedras seculares, que se aventuraram nas inóspitas paisagens de mais de dois séculos atrás, hoje só reconhecidos por vestígios arquitetônicos legados. A vida dos que atualmente abrem, cuidam e permitem a continuidade dessa produção.

Com estes, foi possível conversar, conviver e perceber, com certa frequência, a sabedoria simples do zelador superando a ignorância de uma diretora de museu ou vice-reitor universitário. Deixando cada vez mais claro que a sobrevivência do nosso patrimônio está mais ligada a pequenos gestos que grandes verbas. Pode-se confiar mais no proprietário que resiste aos assaltos do mercado imobiliário do que em instituições com grandes recursos, mas reprimidas por ideologias escusas.

Uma telha quebrada e logo substituída é o suficiente para se poupar milhões em verba pública após vinte anos de degradação. O gesto pequeno, diligente e operoso se mantém como o recurso sustentável de manutenção do patrimônio arquitetônico, uma ação do dia a dia, de reconhecimento e cuidado, mais da população do que de órgãos oficiais. E a serviço dessa popularização a tese ou a dissertação são os meios mais democráticos de se apresentar um conteúdo a ser registrado e gratuitamente disponibilizado nos repositórios institucionais.

Para se valorizar, deve-se conhecer e, em Goiás, não foi fácil fazê-lo. Só após as tentativas de acesso a cada um dos duzentos e dez imóveis aqui amostrados é que se percebe a dificuldade. A maior parte surgida de órgãos oficiais dito promotores da cultura. Com isso, o que coloco aqui é uma tentativa de compartilhar um acervo que, mesmo quando público, não tem seu acesso facilitado.

Além das longas distâncias, a burocracia se mostrou constante. Grande parte do tempo foi gasto em cartas e telefonemas, buscando-se um funcionário guardião das chaves de acesso, ou em salas de espera. Horas ou dias aguardando certa autorização que até hoje não chegou. E o que se apresenta aqui é um material condensado e extirpado de um processo tanto fastidioso.

Porém, o agradável e a gentileza foram majoritários. Misturados a situações tanto incomuns, promoveram aprendizado enriquecedor. Médicos altruístas, cemitérios fantasmagóricos, moradores centenários, casas apinhadas de morcegos, construtores tradicionais e telhados a ponto de ruir entre uma foto e outra transformaram em experiência de vida o que deveria ser mero levantamento técnico.

Mesmo com tantas variantes que poderiam dar errado, pouco não saiu como o idealizado. Golpe de sorte tanto por um planejamento posto em prática desde os primeiros dias da pesquisa quanto pela harmonia dos acontecimentos quando em viagem. Dividida em quatro grandes percursos, ao norte, sul, centro e sudeste do estado, exigiu organização que otimizasse o trânsito entre cidades e agenciamento de autorizações para cada visita a edificação.

Vale ressaltar que o planejamento foi peça fundamental à finalização do trabalho. Porém, atentos ao termo para não ser interpretado de maneira pejorativa, implicando em engessamento. Um dos pontos importantes é antever possíveis problemas de ordem prática. Este aspecto por si só possibilita maior fluidez da viagem e menor perda de tempo com resolução de problemas técnicos e administrativos, permitindo contornar imprevistos sem maiores impactos na ordem geral.

Com isso, após a coleta de informações e experiências, passa-se à organização e escolha da maneira de formalizar o conteúdo. Nesse sentido, a opção é por configuração neutra, com poucos elementos e indicações mínimas à compreensão e comparação. O desenho e o redesenho técnico das edificações, bem como a autoria única de todas as peças gráficas —mesmo sendo fundamental à internalização e compreensão dos espaços aqui registrados—colocam-se a serviço dessa exiguidade gráfica. A padronização surge como ferramenta de valorização dos objetos, e não do autor.

O foco voltado ao objeto de estudo faz com que a divisão em dois volumes —Tradição/Renovação— do corpo da tese aflore a partir de uma leitura das obras colocadas, e não como uma diretriz prévia de seleção dos exemplares. Os dossiês a eles referentes são tratados como base de documentação técnica e histórica, e a leitura lançada nos volumes distintos, como uma das várias possibilidades interpretativas a partir da amostragem colocada.

Dualidade aqui escolhida como resultado natural da avaliação de posturas e ideias por detrás da materialidade local. Outras decisões estão justificadas em tópicos posteriores, mas o meu anseio é que o trabalho seja uma plataforma de apresentação, esclarecimento e valorização do patrimônio cultural goiano, mesmo que inicialmente arquitetônico.

· INTRODUÇÃO ·

Prefácio

Este trabalho é um panorama da arquitetura produzida no estado de Goiás —minas de Goiás até 1748, capitania de Goiás de 1748 a 1822, província de Goiás de 1822 a 1889 e estado de Goiás a partir de 1889 —durante os séculos XVIII, XIX e XX. O recorte temporal tem início na década de 1720, com as primeiras ocupações promovidas por Bartolomeu Bueno II (1672-1740), e se detém em 5 de outubro de 1988, momento em que o norte do estado é emancipado e passa a ser denominado Tocantins. Com isso é possível determinar não só o tempo, mas principalmente o território contendor das edificações analisadas, que permanece minimamente estável durante todo o período.

Devido a suas diversas peculiaridades espaciais, sociais, políticas e especificamente arquitetônicas, Brasília, Plano Piloto, foi retirada do campo de abrangência dessa pesquisa, além de ser tema devidamente aprofundado e registrado na bibliografia corrente.

O objetivo principal, como seu título promete, é investigar a arquitetura produzida em Goiás, por meio da sistematização de dados a respeito de duzentas e dez obras, ainda presentes e íntegras. Essas, representativas dos diferentes períodos históricos, ciclos econômicos e emparelhamentos estilísticos. Busca-se evidenciar procedências e deixar visível que a produção local, em todos os períodos, não estava alienada das tendências estilísticas várias, com permanência dos agentes dessa arquitetura goiana em contínuo contato com um cenário mais amplo, externo, nacional e internacional.

Explicita-se assim, de maneira ordenada, por intermédio do que pensamos ser um mínimo possível de exemplos, uma síntese da arquitetura produzida em Goiás, oferecendo estrutura estável que permita aos interessados formular conjecturas diversas ao analisar essa produção. Ao padronizar e expor informações ainda exclusivas a arquivos institucionais, temos aqui a preocupação de registrar fotograficamente a situação atual desse acervo, na tentativa de contribuir com a contenção de eventuais perdas, sofridas integralmente em alguns exemplares e parcialmente em inúmeros outros.

Trabalha-se especificamente a partir de uma cultura material (Franco, 1944) e promovendo um caráter também documental, tal qual testemunha ocular (Burke, 2017) da situação física dessa arquitetura hoje, nas primeiras décadas do século XXI.

Apesar do levantamento preliminar de mais de quatrocentos edifícios, mesmo trabalhando com o conjunto mais completo possível concentrado nesses mais de duzentos anos de história, é impossível o esgotamento. Nos pareceu mais importante reduzir o número de exemplares analisados e evidenciar também as relações das arquiteturas com o contexto geográfico, histórico e social do local em que foram estabelecidas. A escolha poderia ser fisicamente ilimitada, porém, principalmente devido ao tempo de confecção do trabalho, não foi possível evitar a exclusão de diversos exemplares.

Assim, não existe aqui a ambição de abordar toda a produção desse período, mas sim o bastante para oferecer meios de se compreender como ocorreu a disseminação da matéria e conceitos arquitetônicos nesse limite físico e temporal.

Pontua-se algumas obras para análise de como elas se relacionam nessa linha do tempo, organizando-se uma crônica da transformação arquitetônica e identificando-se como foram espelho de um ideal político, social e arquitetônico que permeou a produção local.

Panorama

Ao buscar as raízes dessa arquitetura desenvolvida em terras goianas, surgem duas dificuldades principais: a escassez e a dispersão de informações. Falta de rigor e padronização dos dados – como desenhos e fotografias – dificultam a análise e mesmo a própria identificação dos edifícios. Obstáculos esses que poderiam ser transpostos a partir de levantamento documental, permitindo iniciar uma leitura que, conforme Deusa Boaventura (2004), nos leve a uma análise mais profunda, contrapondo conceitos, reorientando e complementando o conhecimento a partir das pistas e vazios deixados

Devido ao amplo período histórico, à quantidade de expressões estilísticas, ao número de exemplares, e, ao que parece, imbuído do *“espírito que parece animar hoje um grupo significativo de arquitetos: o de coletar e organizar o conhecimento sobre as obras”* (Silva, 1991:9), o panorama se mostrou a ferramenta mais adequada ao desenvolvimento do trabalho.

Essa sistematização permite que, ao reunir um conhecimento disperso e organizá-lo em ordem cronológica, por meio de datas fornecidas por documentação primária e outros autores, seja assegurada tanto a visualização das transformações ocorridas na região como a facilidade de leitura do texto. Aliada à padronização gráfica, torna-se mais didática a realização de observações e conexões, mais rápidas e próximas.

A ideia de panorama já é, por si só, uma abordagem delicada, pois, em empreitada de tamanha extensão temporal, com momentos históricos peculiares e de diferentes expressões artísticas, corre-se o risco de criar uma visão totalizadora e excludente. É um trabalho amplo, que abrange diferentes cidades, épocas e tipologias, e a dificuldade reside na identificação das relações entre edificações e os diferentes ritmos de mudanças temporais.

No entanto, por meio da revisão bibliográfica específica, periodização cuidadosa e com uso de um método de seleção dos exemplares mais significativos de cada período, foi possível reunir, organizar e estruturar, de maneira inteligível, essas diferentes camadas de conhecimento disperso, em busca de uma identificação da arquitetura goiana.

O panorama se mostra ferramenta adequada para abarcar uma produção marcada por um hibridismo cultural, quase inerente a um território tão extenso e que se reforça pela longa duração do período construtivo aqui abordado. Os três tipos de hibridismos colocados por Peter Burke (2003:23), referentes a artefatos, práticas e povos, nos ajudam a perceber com maior clareza as diferenças de métodos e posturas permeados por encontros culturais.

Esta maneira de organização da amostragem contempla também um lapso deixado por pesquisas, de escala nacional, que, quando abordam a produção em Goiás, o fazem pontualmente. Trata-se, o panorama, de um recurso ampla e longamente utilizado —vide a extensa revisão de panoramas em *The Rise of Architectural History* (Watkin, 1980) —na historiografia nacional e internacional, tornando-se um meio consolidado para apresentação desse tipo de conteúdo, que permite também tratar conjuntamente diversos assuntos adjacentes à compreensão das obras e seus meios.

Mesmo com a indisponibilidade (ao tempo dessa pesquisa) de publicações que apresentem uma abordagem geral dos bens mais expressivos dessa região, o trabalho aqui apresentado surge não apenas com intuito de preencher uma lacuna bibliográfica, mas também com a intenção de estabelecer um fio condutor dessa produção ao configurar um triângulo de estudos, formado pelos levantamentos físicos e bibliográficos e padronização de apresentação e análise.

Edificações

Esse relato tem como foco o edifício, pois é a partir dele que todas as outras questões são colocadas. A importância dessa unidade de estudo, dentro do contexto da evolução humana, reforçada por Argan (1992:235), é o principal motivo para sua escolha.

“É próprio do monumento comunicar um conteúdo ou um significado de valor —por exemplo, a autoridade do Estado ou da lei, a importância da memória de um fato ou de uma personalidade da história, o sentido místico ou ascético de uma igreja ou a força da fé religiosa etc. É assim que também a arquitetura privada se torna comunicação de valores reais ou atribuídos.”

Apesar da palavra monumento, na citação, este não é o foco das escolhas aqui feitas. Mesmo contemplando exemplares da arquitetura goiana reconhecida como patrimônio cultural, a seleção não se dá exclusiva a este conjunto.

Por isso a intenção foi não negligenciar a conexão entre a arquitetura dita erudita, oficial, com as produzidas por conhecimento empírico, popular. Ambas representam aspectos imprescindíveis para compreensão da cidade e seu contexto, ora funcionando como marcos no espaço, ora como pano de fundo para as obras de exceção. A igreja, a cadeia, ou a casa possuíram atributos distintos em cada período e trabalham como um espelho da época em que foram construídas. São marcos, resultantes de práticas sociais, produtos da força humana que estabelecem elos entre história e cultura.

Este objeto, o edifício, está presente em todas as culturas, cenário da vida comum onde várias atividades se sobrepõem. É o agente responsável por grande parte da qualificação da paisagem urbana, que interage através de sua implantação, volumes, materiais, desenho ou mesmo pelas diferentes apropriações por parte dos usuários. Esse intrínseco viés sociológico variável é uma das características que o torna tão rico. Representa a história, e, por ser remanescente de uma época que não existe mais, torna-se documento concreto para uma aproximação aos períodos em que foram concebidas.

“Com isso, torna-se importante lembrar o Conde de Galveas, quando diz, em sua carta ao governador pernambucano, que tais edifícios são ‘livros que falam sem que seja necessário lê-los’, para compreender tudo o que se tem dito sobre o por que buscar a preservação do nosso patrimônio cultural. Conseguiu com essa frase, o Vice-Rei, sintetizar toda a importância dos monumentos que, ao longo do tempo, nosso poder criador vai semeando.” (Coelho; Valva, 2001:75-76)

Estrutura

Dois momentos compõem a tese: a dualidade Tradição/Renovação, que está essencialmente ligada às intenções da produção, tendo as expressões estilísticas como consequência. Essa divisão se vincula mais à transformação das ideias que geraram as formas do que ao simples estudo das formas. (Ficher; Acayaba, 1982:4)

Dessa maneira, a conseqüente associação das obras em dois grupos distintos não nasce do período. A proposição de uma nova periodização é exercício árduo, já que transformações processuais ocorrem com especificidade em cada âmbito de estudo e propor uma especificamente para esse trabalho seria apenas um didatismo frágil.

Não é essa a intenção. Ao buscar a aproximação com as intenções que permeavam o surgimento das edificações e como elas guiavam as variações da expressão material, tornamos mais acessível a compreensão de como decisões administrativas, escolhas econômicas e reestruturações políticas implicam diretamente na arquitetura produzida.

Ao invés de propor um recorte delimitado por datas rígidas, políticas, que nos trariam mais anacronismos e atrasos estilísticos, a opção por utilizar as ideias como instrumento nos permite trabalhar com mais fluidez em uma zona cinzenta de períodos, estilos e expressões ainda não completamente consolidados. Levando-se em consideração a distância física de Goiás dos antigos grandes centros e a demora do transporte e da comunicação, somando-se a lentidão em aceitar novas concepções, a rígida periodização não se mostra a ferramenta mais adequada para essa tarefa de costura entre conceito e materialidade.

“A periodização em história da arte não se propõe rígida, nem admite determinismos; e, mesmo quando apoiada em documentação, tem limites flexíveis, dada a complexidade dos fenômenos artísticos. Para o historiador, a periodização afigura-se, o mais das vezes, como uma simplificação útil, já que a pesquisa se defronta com um campo complexo de problemas.” (Fabris, 1987:107)

Suscintamente, essa divisão nasce a partir de dois preceitos. À Tradição, associamos as expressões eminentemente ligadas às técnicas tradicionais de construção disseminadas em Goiás durante os séculos XVIII e XIX. Formalismo tanto dependente do saber fazer local que em alguns casos se estendeu até as primeiras décadas do século XX.

À Renovação, estão associadas as expressões estilísticas que nascem da necessidade de se mostrarem novas, tal qual instrumento de modernização. Uma espécie de correspondente material das inovações implantadas na política, saúde e economia que tomam corpo a partir da chegada da corte portuguesa ao Brasil, reforçadas ao início do século XX. Arquitetonicamente essas expressões revertem-se em novos programas de necessidade, técnicas construtivas e dimensões físicas.

Assim, manifestações como ecletismo (Fabris, 1987:7), neocolonial (Mariano Filho, 1923:161), *art déco* (Hillier, 1968:12-13), modernismo (Le Corbusier, 1923/2004:189), e até mesmo os ditos pós-modernos (Jencks, 1977/1984:132-135) estão, no Brasil e em Goiás, unidos por esse sentido de superação do anterior.

Superação tanto efêmera, já que a crítica do novo ao antigo *“seria fruto das mesmas condições que lhe haviam dado sustentação, tendo raiz na insatisfação dos contemporâneos diante da incapacidade de uma sociedade tão sofisticada como a deles de criar uma arte do seu tempo, do seu Zeitgeist — uma arte com estilo próprio.”* (Ficher, 2018a:9). Ao colocarmos essas expressões sob a perspectiva do tempo, nos parecem mais uma evolução onde compartilham não só elementos de composição, como também recursos acadêmicos e procedimentos metodológicos.

Essa discussão será ampliada e entraremos em mais detalhes nos capítulos posteriores estruturados a partir do desenvolvimento desses temas. Assim, para fechar a estrutura do trabalho temos outras duas partes dentro de cada uma das divisões Tradição/Renovação.

Na primeira, os contextos nacional e local são colocados de maneira suscinta e objetiva com intuito de cercar a compreensão de cada momento. Vale ressaltar que a intenção do trabalho não é repassar mais uma vez todo o percurso da arquitetura e sua difusão no mundo, em especial no Brasil, mas sim organizar um aporte com a informações necessárias para verificar como isso se deu em uma região específica, Goiás.

E, partindo dessa composição, tratar dos temas que se sobressaem, fornecendo dados para uma melhor compreensão da conjuntura em que essas obras foram edificadas: métodos construtivos, tecnologias, formação profissional, práticas arquitetônicas, intenções políticas, agentes responsáveis e outros. Pontos que, a mim, se mostram como relevantes ao procurar um processo histórico específico para a abordagem aqui pretendida, em busca de uma análise desvinculada de valores corporativistas ou elogiosos.

Nessa primeira parte a Tradição e a Renovação serão desenvolvidas, no corpo da tese, em seis tópicos, a saber: *Entendimento, Período, Vontades, Programas, Técnicas e Expressões*. Em *Entendimento* ampliam-se as explicações a respeito dos rótulos Tradição/Renovação. Questões referentes ao contexto, política, economia e sociedade serão abordadas no *Período*. Trataremos das ideias, formações, influências e associações acadêmicas que geraram os suportes conceituais à materialização da arquitetura em *Vontades*. Nas autoexplicativas *Programas, Técnicas e Expressões*, examina-se como cada um desses temas foram empregados e caracterizados dentro da dualidade Tradição/Renovação.

A segunda parte engloba a apresentação das obras que se adequam ao recorte proposto. Um dossiê de cada edificação, contemplando narrativa histórica e gráfica específica. Apresentação individual, com memorial, desenhos e fotografias. Reunindo dados que tragam subsídios para compreensão de cada edificação como um todo; documentos necessários à leitura acerca dos processos construtivos, dimensionamentos, relações com a cidade e intenções presentes. Além de questões técnicas, inserem-se dados biográficos dos profissionais envolvidos, referentes a clientela, viabilização financeira, soluções compositivas e outros. A introdução desses itens na descrição dos objetos oferece maior aporte à investigação e entendimentos, agregando valores socioculturais que possibilitam conexões ao seu contexto original e leituras transversais. Tais dossiês cumprem ainda um papel de validação documental, tanto referencial quanto empírica das questões lançadas no desenvolvimento do corpo da tese.

Esse é um modo de apresentação já utilizado em trabalhos nacionais como as séries do modernismo, de Alberto Xavier, em São Paulo (1983), Curitiba (1985), Porto Alegre (1987) e Rio de Janeiro (1991) e em *Residências em São Paulo* (1986) por Marlene Acayaba. Augusto Carlos da Silva Telles também inspira quando nos coloca a importância dessa abordagem em seu trabalho:

“Oferece informações, análises, descrições e críticas a respeito dos elementos estruturais, estilísticos e ornamentais que compõem as fachadas e o interior das mais importantes edificações de cada região. De sua leitura, certamente restará comprovado que em nosso país a arquitetura, tanto quanto outras manifestações humanas e culturais —entre elas a língua, a religião etc. —mantêm uma excepcional unidade. Mas esperamos também que desperte interesse crescente e multiplicador pelo conhecimento e salvaguarda desse tão precioso acervo que nos transforma em donos de nossa história.” (Telles, 1975/2008:15)

Tal disposição atua como uma via de mão dupla, permitindo que os dados e análises referentes ao contexto histórico se comportem como uma introdução às obras expostas e as obras como uma exemplificação das questões abordadas. Complementares entre si e impedindo que a reunião formada pela seleção seja tratada apenas como um volume anexo ao final do trabalho, em uma divisão rígida e pouco instrutiva.

Abordagem

Com isso posto, vale uma última explicação de como esse conhecimento histórico foi tratado nesta tese especificamente. Antes de prosseguir, abro um parêntese a respeito dessas escolhas metodológicas. Não há aqui o intuito de julgar mérito ou demérito de trabalhos anteriores. Cada autor tratou, sempre, da melhor maneira possível o seu campo de pesquisa, e, ao desbravar terrenos inexplorados, lançou a luz necessária ao olhar de novos pesquisadores que, inevitavelmente, trabalham com questões previamente colocadas, porém tomando caminhos minimamente diferentes dos já trilhados.

Prosseguimos, a meu ver, não com uma evolução do conhecimento, mas uma transformação, reinterpretação ou aprofundamento, impossíveis de serem feitos sem o apoio de tanta gente que resolveu se intrometer em arquivos desorganizados, edifícios abandonados ou com proprietários mal-humorados e incultos agentes da cultura.

A escolha por um período abrangente e a policromia da seleção de obras busca uma visão menos preconceituosa a respeito do que deve ser valorizado. Retira-se a habitual exclusividade do período colonial e do *art déco* em Goiás – e do modernismo na história nacional – e demonstra-se também interesse pelo ecletismo, pelo popular, pelo pós-moderno e até por alguns exemplares específicos tidos como párias pela historiografia local. É uma avaliação que leva em conta não só as questões do meio, do clima e da natureza ou das limitações tecnológicas, mas também a cultura, as intenções, desejos e necessidades dos promotores dessa arquitetura.

E, ao colocar Brasil e Goiás em uma análise conjunta, podemos avaliar o contraste entre esses objetos similares, na tentativa de encontrar o sentido original das obras locais. Estuda-se como se deu o processo de transformação dos valores durante o tempo. As diferentes correspondências e equivalências entre obras, em busca, também, de evidenciar a compreensão que delas se teve em diferentes períodos da historiografia.

Opta-se por um caminho interpretativo, orientado a micro cortes, escolhendo e trabalhando com objetos definíveis. No caso, as edificações, que podem ser comparadas, verificadas e reinterpretadas (Boaventura, 2004). Resulta uma obra aberta (Eco, 1971), que, a partir de uma análise contextual que também se interessa por outros determinantes, não exclusivamente físicos, se coloca como um primeiro local de aglomeração de informações e pode facilitar o desdobramento de futuras análises.

· ANTECEDENTES ·

Estado da Arte

Ao avaliar a produção bibliográfica que antecede o presente trabalho, não é intenção desabonar o que foi produzido. Tendo o conhecimento como uma sobreposição de investigações pregressas, o próximo trabalho está intimamente ligado aos que o precederam.

Corroborando essa afirmação, a presente tese nasce majoritariamente a partir das pequenas lacunas que foram deixadas pela produção anterior. Ao buscar respostas para alguns pontos ainda não esclarecidos ou períodos pouco estudados, outras questões surgem e o trabalho ganha uma estrutura peculiar a ele mesmo. O aprofundamento no conhecimento produzido anteriormente é de suma importância para o desenvolvimento do trabalho e nos apoia em dois pontos.

O primeiro, apropriação do que foi produzido. A familiaridade com temas, períodos, análises e abordagens adotadas permite a composição de um raciocínio que possa contribuir ao campo de conhecimento em que se insere, sem ser uma cômoda releitura do que havia sido dito.

O segundo, direcionamento para seleção das edificações. A exposição anterior serve como mais uma camada de filtragem para avaliar a relevância de certos exemplares, tanto pela recorrência quanto pela ausência, com evidência de alguns valores já consolidados e a possibilidade de se enxergar a importância de obras ainda inéditas no registro historiográfico.

Assim, iniciamos repassando a bibliografia nacional para verificar como Goiás foi retratado nos panoramas brasileiros, ao mesmo tempo fazendo uma avaliação de como o conhecimento estava estruturado nesse tipo de apresentação. Depois, já com a historiografia local, é possível verificar como acontece a difusão dos estudos a respeito da arquitetura. Mais abundante ao tratar do período colonial, suas questões urbanas e arquitetônicas, prevalecendo a incidência das análises referentes a cidade de Goiás.

Grande parte da produção é voltada especificamente a Goiânia, tratando do urbanismo e em seguida da arquitetura *art déco*. O modernismo na arquitetura é abordado, porém com menos frequência que os anteriores, presente em artigos e algumas dissertações das universidades locais.

O ecletismo, o neocolonial e as diversas variantes de sua materialização são os mais raros; encontramos trabalhos que mostram como aconteceram junto aos antigos centros coloniais, nas cidades ligadas às ferrovias e nas primeiras manifestações arquitetônicas de Goiânia.

O norte do estado, hoje Tocantins, tem uma produção acadêmica mais tímida; trabalhos que tratam, com maior frequência, sobre o período anterior à invasão portuguesa, com enfoque na ocupação indígena. A arquitetura é pouco abordada e com menor profundidade que nos trabalhos voltados ao sul do estado. São inserções pontuais que não permitem avaliar como o desenvolvimento da arquitetura foi se consolidando no tempo e no espaço.

Assim, ao iniciar o estudo com os grandes panoramas nacionais, adotando um período de análise mais amplo em obras como *Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil* (Telles, 1975/2008), *Quatro Séculos de Arquitetura* (Santos, 1977/1981) e *Arquitetura Brasileira* (Lemos, 1979), vemos a inserção da produção arquitetônica goiana por meio de duas cidades: Vila Boa e Pirenópolis. Abordam exclusivamente a arquitetura colonial.

Em um recorte mais recente, voltado para a produção do século XX, *Brazil Builds* (Goodwin, 1943) e *Modern Architecture in Brazil* (Mindlin, 1956/2000) estruturam o panorama nacional focado no modernismo e pontuado com algumas edificações dos séculos XVIII e XIX no sentido de contextualização. Em *Arquitetura Contemporânea no Brasil* (Bruand, 1981/2003), Bruand coloca Goiânia como precursora de Brasília. Sylvia Ficher e Marlene Acayaba, em *Arquitetura Moderna Brasileira* (Ficher; Acayaba, 1982), ampliam o escopo anterior e buscam arquitetos e produções fora do eixo Rio-São Paulo. Goiás não se faz presente.

Seguindo os passos das publicações anteriores, e em uma avaliação contemporânea, *Arquiteturas no Brasil 1900-1990* de Segawa (2000), encara a produção arquitetônica de maneira abrangente, histórica e crítica, selecionando também fatos e acontecimentos históricos. Creio que este último seja o mais representativo dos trabalhos panorâmicos de século XXI, evidenciando arquitetura e contexto histórico, disponibilizando um modelo de como essa abordagem mista pode ser materializada.

Em Goiás, a historiografia da arquitetura e urbanismo se debruça, até o momento, majoritariamente sobre três temas separadamente: arquitetura e urbanismo colonial; traçado urbano e origem de Goiânia; e arquitetura *art déco*. Outros temas e períodos como ecletismo, modernismo e a produção no norte do estado estão presentes com menos frequência e dispersos em construções muito particulares de cada trabalho.

Em 1974 e 1984, os dois livros de Etzel: *O Barroco no Brasil* (1974) e *Arte Sacra berço da Arte Brasileira* (1984) apresentam pujante documentação e pesquisa a respeito da arquitetura religiosa do século XVIII em Goiás, reunindo informações que permitiram formatar um retrato dessa produção, aumentando o número de cidades fontes de exemplares e ampliando o olhar para a produção colonial além dos dois núcleos urbanos principais.

O trabalho *Notas sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar de Goiás* (Dubugras, 1965) é referência na junção do rigor histórico do texto com a primorosa apresentação gráfica acerca do acervo arquitetônico de Pilar de Goiás.

Palacin e Borges (1987) inauguram a maior documentação arquitetônica até agora produzida a respeito da arquitetura em Goiás. Os autores abordam principalmente a produção do século XVIII e se lançam também ao norte do estado. Edificações que até o presente momento não apareceram em nenhuma outra publicação foram fotografadas, catalogadas e descritas por meio de memoriais. Sinalizam o ecletismo em alguns exemplares que nascem junto às estações ferroviárias.

Trabalhos do professor Gustavo Neiva Coelho, prolífico pesquisador da cultura arquitetônica e urbana em Goiás, lançam luz à produção colonial do ponto de vista arquitetônico em *Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I* (1999) e *Arquitetura da Mineração em Goiás* (2007), iconográfico em *Iconografia Vila-Boense* (2013) e urbanístico com *Goiás, uma reflexão sobre a formação do espaço urbano* (1998b) e *O Espaço Urbano em Vila Boa* (2001a). Toda uma produção que gira em torno da cidade de Goiás, antiga Vila Boa.

Maria Diva Vaz e Maria Heloisa Zárate (2004a) exploram com objetividade a questão da casa tradicional goiana, suas técnicas construtivas, materiais e padrões estéticos. Expandem o perímetro e se aproximam dos núcleos urbanos do norte do estado. Discussão aprofundada na tese de Adriana Mara Vaz de Oliveira (2004b): *A casa como universo de fronteira*.

Em sua tese de doutorado, Deusa Boaventura (2007) analisa a urbanização em Goiás, a utilização dos recursos disponíveis e como aconteceu a ocupação do território. Além do material histórico, nos oferece relevante contribuição ao propor uma revisão da historiografia local, na qual coloca a necessidade de uma avaliação mais ampla dos fatores determinantes das expressões artísticas e arquitetônicas.

Lenora Barbo (2015) contribui ao levantar e organizar o registro do território goiano utilizando a cartografia histórica como meio de análise e abrindo possibilidades de interpretação do território e suas conexões. Trata-se de apoio imprescindível ao sinalizar os pequenos povoados, lançando pistas para a procura de exemplares da arquitetura colonial.

Carolina Oliveira (2016a), ao se aprofundar na análise da cidade de Goiás, mostra uma cidade viva, que passou por diversos momentos desde sua fundação e que também viveu, e vive, momentos de busca de modernização não só técnica, mas da própria linguagem da arquitetura, representada pelas alterações do patrimônio edificado.

Já em Goiânia, a documentação do *art déco* é fotograficamente realizada nas contribuições de Wolney Unes (2001), que organiza e cataloga a tipologia dos elementos arquitetônicos, um dos primeiros trabalhos onde essa produção é apresentada. Marilda Blumenschein (2004) estrutura um completo guia de visitação e Amanda Barreto (2007) vai além das imagens e busca depoimentos de arquitetos e observadores da cidade, revelando a importância desse patrimônio para os usuários. A documentação toma maiores proporções em análises realizadas por Gustavo Neiva Coelho (1997) e Celina Manso (2010), que desenvolvem trabalhos de identificação e levantamento das edificações, com desenhos, iconografia e registros de dados.

A tese de Márcio Reis (2014) nos esclarece a respeito da presença do *art déco* na atuação de Getúlio Vargas; parte de um processo de expansão nacional, com a gênese da nova capital, Goiânia, como um passo fundamental dessa nova política. A arquitetura é uma expressão artística e construtiva vinculada a um projeto governamental. Amplia-se o olhar a respeito da escolha ou predominância de um estilo, que nem sempre é fruto da técnica ou impedimento econômico, mas, em muitos casos, uma maneira do poder expressar sua presença, ideais ou motivações.

A criação de Goiânia está exaustivamente documentada nas publicações de Ofélia Monteiro (1938), do próprio IBGE (1942) e de Oscar Sabino (1980). Trabalhos focados em tornar públicos dados estatísticos, documentos e depoimentos relativos aos primeiros momentos da capital. Essas publicações são voltadas à disponibilização de material, mas sem aprofundamento nas análises ou interpretações dos mesmos.

A criação da cidade segue sendo revista de modo mais crítico nas contribuições de Luiz Fernando Teixeira (1975), em formato de relatório, que sugere mecanismos de planejamento para a capital. Em *A construção de Goiânia e a transferência da capital*, Nasr Fayad Chaul (1988) faz a primeira sistematização histórica a respeito da mudança da capital – o trabalho modelo e inspirador para grande parte da produção historiográfica posterior.

Celina Manso (2001) aborda o discurso mudancista, avaliando precedentes históricos desses argumentos e lançando um novo olhar sobre a formação da cidade. Tarcísio Botelho (2002), busca a dinâmica da consolidação da identidade local. Mais atual, Jales Mendonça (2013) estrutura estudo profundo, calcado em vasta documentação, da concepção da nova capital como projeto político.

Tânia Daher (2003) faz análise do projeto urbano, inserindo seus antecedentes conceituais; Alexandre Gonçalves (2003) busca o entendimento do processo de formação do espaço urbano nas décadas de 1950 e 1960 contextualizando o início do modernismo na arquitetura de Goiás, e Aristides Moysés (2004) avalia os processos de segregação socioespaciais na cidade. Por fim, a tese de Luiz Ackel (2007) aborda o plano de Goiânia dentro da produção de Corrêa Lima, contextualizando-o em um processo pessoal do arquiteto de busca pela modernidade.

As publicações referentes ao ecletismo não foram produzidas na mesma escala das que expõem sobre o colonial, o Plano Urbano de Goiânia e o *art déco*. São raras. Ao se buscar teses e dissertações, ainda permanecem incipientes as análises para o objeto arquitetônico em si. Uma das exceções é a pesquisa de Gustavo Neiva Coelho, que lança textos abordando o período da expansão ferroviária.

Em *Ferrovia: 150 anos de arquitetura e história* (2004b) são registrados exemplares que chegam com a ferrovia e se materializam como novas estações de passageiros, igrejas e residências. O autor discorre também a respeito da produção do *art déco* (1997) e trabalha com as primeiras manifestações do ecletismo (1998a), lançando, em seguida, um aprofundamento dessa repercussão eclética na cidade de Goiás (2019a).

Luiz Palacin e Ana Maria Borges (1987) pontuam algumas obras em Porto Nacional e Catalão, mas dentro de um cenário mais abrangente da região. Maria Diva Vaz e Maria Heloisa Zárate (2004a) nos mostram exemplos residenciais do século XIX, e início do XX, edificados no nordeste goiano, mais especificamente em Arraias, Taguatinga e Natividade.

Em trabalho mais recente, Ana Amélia Moura (2011) trata em sua dissertação das residências em Goiânia nas décadas de 30 e 40, reconstituindo os primeiros anos da ocupação da cidade e encontrando exemplares de expressão eclética e neocolonial que, por meio de um discurso de modernidade, buscam se desvincular da produção tradicional. A autora (Moura, 2019), em sua tese *Linguagens da modernidade: arquitetura residencial na década de 1920*, oferece o suporte necessário a compreensão da expansão dessa linguagem que encontrou nas revistas de arquitetura potente veículo de difusão.

Como apoio na identificação e contextualização de exemplares ecléticos, dois trabalhos que abrangem regiões diversas são fundamentais. *Eclétismo na Arquitetura Brasileira* (Fabris, 1987) possui ensaios que consolidam um panorama dessa produção em diversos estados brasileiros, mas não faz referência à produção em Goiás. E o *Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro* (Czajkowski, 2000b) que nos aponta uma das maiores produções desse período na antiga capital nacional.

Sylvia Ficher (2005), em *Arquitetos da Poli*, descortina o conhecimento a respeito dos autores dessas obras, e monta um dossiê com os exemplares produzidos pelos professores e diplomados do curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo. A *publicação Palacete Paulistano* (Homem, 1996), ao mostrar como o eclétismo se vincula à expansão da malha ferroviária devido à adoção dessa linguagem pela elite cafeeira, nos ajuda a compreender a permeabilidade desse estilo em território nacional.

O modernismo é discutido em dois momentos principais. Márcia Mertran (1996) aborda os dois fluxos desenvolvimentistas que acontecem na cidade e suas repercussões. Alexandre Gonçalves (2003:19) cita as divisões de escola paulista e carioca que ocorrem na produção arquitetônica em Goiânia, uma associação estilística muito ligada à formação acadêmica e às influências profissionais de cada um dos arquitetos da cidade.

Dois artigos de Maria Diva Vaz e Maria Heloisa Zárte (2005) (2006) iniciaram estudos específicos de algumas residências, trazendo uma biografia inicial dos autores dessas obras. E, mais atuais, alguns trabalhos fruto de dissertações de mestrado aprofundam a biografia de arquitetos, escritórios locais ou edificações específicas; a citar, Isabela Andrade (2019), abordando exclusivamente a residência projetada por David Libeskind em Goiânia, José Renato Silva (2016), com a produção dos Arquitetos Associados & Espaço, Suzete Bessa (2016), tratando da produção de Luís Osório Leão, e Ronaldo da Paixão Fonseca (2019), com trabalho biográfico a respeito do arquiteto Antônio Lúcio.

Em levantamento realizado no Núcleo de Documentação da Faculdade de Arquitetura de Universidade Católica de Goiás, o arquivo da escola de arquitetura mais antiga do estado, em um total de mais de três mil trabalhos arquivados, não foi possível encontrar quarenta que tratassem, de algum modo, do modernismo.

Por fim, voltadas ao norte do estado, algumas publicações tratam do patrimônio construído nessa região. Os já citados Palacin e Borges (1987), e também Vaz e Zárte (2004a), realizaram levantamentos físicos. Em um trabalho mais antigo, Maria Diva Vaz (1985) aborda especificamente a cidade de Natividade em um catálogo de vinte e oito edifícios.

A publicação de Temis Parente (1999) menciona em alguns momentos a importância das antigas igrejas. Atualmente, em uma obra fomentada pelo Iphan (Cavalcante; Kimura, 2008), o patrimônio cultural do Tocantins é repassado como um todo. Algumas dissertações foram elaboradas. Valéria Picanço (2009), em Natividade, traz um histórico da região, contextualizando documentação disponibilizada pelo Iphan, e aprofunda em uma análise pós-ocupacional de edificações que, por meio de verba oferecida pelo programa Monumenta, foram restauradas e requalificadas. Marconio Porto (2011) avalia as principais manifestações do patrimônio em cidades já tombadas pelo IPHAN, como Natividade e Porto Nacional. A tese de Nádia Mendes Moura (2018), ao analisar as décimas urbanas dos núcleos mineradores, é apoio fundamental à reconstrução histórica do período.

Sobre Porto Nacional, Marielle Pereira (2014), realiza levantamento histórico, analisando o processo de tombamento, estudando a transformação dos valores (sempre referente às edificações presentes no centro histórico da cidade) e tratando de como esses significados são importantes para preservação do patrimônio.

Para elaboração desse trabalho —entre periódicos, livros, dissertações, teses e entrevistas —foram utilizadas mais de seiscentas referências como suporte à contextualização histórica, instrumental e teórica, bem como modelos de organização e fontes de dados de eventos sociais, econômicos e artísticos de cada época. A revisão da bibliografia aqui colocada, volta-se à produção focada principalmente em objeto arquitetônico. Necessária para encontrar, por meio de assuntos não abordados, as possibilidades de trabalho, com formatação de um repertório do que foi apresentado e como foi apresentado. Permite também avaliar como cada pesquisa específica lança pistas e nos apoia em uma observação que busca abraçar e unir informações dispersas.

Assim, a bibliografia existente auxilia a percepção de como esse trabalho pode contribuir com uma área específica do conhecimento, sendo mais um complemento nesse vasto campo de estudos. E, a título de deferência com o que já foi produzido, utilizo essa produção como exemplo e farol que guia os caminhos desta pesquisa específica.

· MÉTODO ·

Instrumental

Diversas são as influências na orientação dos principais caminhos da pesquisa, porém algumas se mostram mais marcantes em cada uma das diferentes construções e relações de eventos e perspectivas históricas. Tais influências foram utilizadas aqui como ferramenta de apoio e referência em situações específicas do desenvolvimento do trabalho, como, por exemplo, instrumentalização histórica, arquitetônica ou metodológica. Em busca principalmente de uma abordagem que visa desenvolver um percurso histórico desgarrado da ideia de decadência do ouro e de exclusividade do meio como definidor da arquitetura, a abordagem de Nasr Fayad Chaul (1997) exemplifica e nos aproxima desse tipo de sistematização da história local. Jacques Le Goff (1988), João Hansen (2001) e Petra Schumm (1994), são os demais apoios conceituais principais.

“História econômica, demográfica, história das técnicas e dos costumes, não apenas história política, militar, diplomática. História dos homens, de todos os homens, não unicamente dos reis e dos grandes. História das estruturas, não apenas dos acontecimentos. História em movimento, história das evoluções e das transformações, não história estática, história quadro. História explicativa, não história puramente narrativa, descritiva – ou dogmática. História total enfim...” (Le Goff, 1988:38)

A partir dessa visão, procura-se delinear uma organização do contexto arquitetônico e das razões dessa arquitetura, buscando o universo cultural além das especificidades regionais, avaliando agentes sociais, na tentativa de orientar diferentes visões interpretativas.

Questões especificamente históricas do contexto nacional, estadual e municipal, serão organizadas a partir da bibliografia corrente de historiadores do ofício, nacionais e locais, com cruzamento de fatos e ordenação de uma linha do tempo do desenvolvimento da arquitetura produzida em nosso recorte físico e temporal. Para informações relacionadas a cada edifício específico, recorreremos a fontes primárias em busca de registros iniciais e levantamentos físicos.

Como instrumentação da história da arquitetura, a orientação principal parte de duas obras. Uma delas, *The Rise of Architectural History* (Watkin, 1980), livro que se coloca como primeira historiografia geral da arquitetura, cuja publicação marca a maturidade do assunto como um ramo sério da pesquisa histórica, abre um leque, principalmente de repertório, de abordagens específicas de cada autor. A obra apoia principalmente as aproximações metodológicas:

"William Whewell dirigiu sua enorme inteligência para um problema absolutamente fundamental da história da arquitetura, que é a diferença entre o que chamou de 'história teórica da arquitetura', derivada das relações de estilo, e 'a história atual dos edifícios', que deve se basear documentos e datas. Ele percebeu que o último era 'um processo muito mais trabalhoso e difícil' do que o anterior, mas que os dois deveriam ser combinados na melhor história arquitetônica." (Watkin, 1980:65)

"Robert Willis, que provavelmente foi o maior historiador da arquitetura que a Inglaterra já produziu, faz uma declaração admirável de seus métodos como historiador da arquitetura, que consistia em 'reunir todas as evidências registradas que pertencem ao edifício'; examinar o próprio edifício com o propósito de investigar o modo de suas construções, e as sucessivas mudanças e acréscimos que foram feitos a ele; e, finalmente, comparar as evidências registradas com as evidências estruturais, tanto quanto possível'." (Watkin, 1980:66)

A outra, *On the Methodology of Architectural History* organizada por Demetri Porphyrios (1981), expõe vários artigos, e muitos pactuam com as ideias já colocadas por Le Goff, em busca de mais de um ângulo de visão. Em um desses artigos, a exemplo de como não levar em consideração aspectos únicos de observação, Ernst Gombrich coloca:

"Ninguém negará que essa dependência existe, e o fato de a vegetação, por sua vez, influenciar o clima, pode também recomendar uma aproximação com os partidários da dialética. É até mesmo possível aprender sobre as variações do clima observando os anéis anuais de uma árvore antiga."

E, no entanto, o cálculo terá apenas uma validade limitada, pois o efeito mútuo não se limita apenas a esses dois fatores; muitos outros fatores, que não podem ser calculados com antecedência ou reconstruídos, entram em ação." (Gombrich, 1981:7)

Em apoio ao conteúdo metodológico de análise da arquitetura, organização, formatação dos dados e padronização gráfica, *Residências em São Paulo* (Acayaba, 1986) e *Os Arquitetos da Poli: Ensino e Profissão em São Paulo* (Ficher, 2005) foram as escolhas que, também, apoiam na estruturação do contexto histórico em que a produção arquitetônica se inseria.

Procedimentos

Aqui repasso o processo adotado para realização da pesquisa, os passos dados em busca das informações e, em seguida, a forma de organização. Explico e justifico cada um dos caminhos seguidos dentro do trabalho, os percursos da pesquisa e mapeamento de obras bem como as escolhas de padronização das peças gráficas. Há uma dualidade entre investigação e apresentação; a primeira, generalista e ampla, a segunda, padronizada e precisa.

Todos os aspectos do trabalho nascem da pesquisa principal: a busca dos edifícios. Esta é feita com intuito de encontrar o máximo possível de exemplares no período proposto. Tem em vista conseguir levantar não só o que já era conhecido, mas também o que nunca foi publicado ou citado. Essa centelha nos levou a ter contato com uma série de outras questões, que, ramificadas a partir desse tronco principal, permitiu encontrar outras situações e histórias que tentaremos unir em uma única trama.

Para formatação final da apresentação, ao buscar a padronização do conteúdo, e para uma compreensão mais completa de cada projeto, foi necessário o trabalho de organização desses dados colhidos de maneira esparsa em fontes diversas.

Três tipos de busca foram utilizados. Inicialmente, a pesquisa bibliográfica envolvendo bibliotecas e repositórios; posteriormente a documental, promovida em arquivos particulares e públicos; e por fim a pesquisa de campo, com entrevistas e mapeamento urbano. O tripé estabiliza a investigação e se torna necessário em um sentido de não se acomodar apenas com informações já publicadas, mas fazendo também incursões junto aos dados iniciais.

Pesquisa Bibliográfica

A análise bibliográfica envolveu a pesquisa em livros e periódicos, regionais e nacionais, de textos, reportagens, fotografias e desenhos. Gerou um estável banco de dados, formatado a partir da leitura de publicações e da pesquisa no repositório de dissertações e teses de algumas universidades – polos de atração dos pesquisadores que trabalham com os limites goianos: Universidade Federal do Rio de Janeiro (1920), Universidade de São Paulo (1934), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1959), Universidade Federal de Goiás (1960), Universidade de Brasília (1962), Universidade Federal do Mato Grosso (1970) e Universidade Federal do Tocantins (2000).

Pesquisa Documental

A pesquisa em órgãos de documentação, como: arquivos públicos oficiais, órgãos de preservação do patrimônio cultural, núcleos de pesquisa e documentação, arquivos particulares etc., se mostrou importante ao nos colocar em contato com documentos de diferentes tipos e origens. Junto ao Núcleo de Documentação da PUC Goiás, foram abertas mais de quatrocentas caixas arquivo e repassadas, uma a uma, mais de três mil monografias de graduação.

Os escritórios técnicos do IPHAN em Goiânia, cidade de Goiás, Pirenópolis, Palmas e Natividade disponibilizaram mais de quatro mil documentos, incluídos pranchas, levantamentos, fotografias, monografias e relatórios.

Mais alguns arquivos foram investigados: Cediarte da FAU-UnNB, acervo do Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Museu da Imagem e do Som de Goiás, Biblioteca da Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira. Essa busca foi essencial para o acesso à documentação de diversos bens tombados ou simplesmente levantados por esses órgãos. O arquivo particular de alguns arquitetos proporcionou, além de um repasse do histórico profissional e do contexto contratual de alguns projetos, o encontro de documentos originais, principalmente desenhos e pranchas técnicas. A pesquisa nesses arquivos se deu com agentes e pesquisadores dessa arquitetura: Elder Rocha Lima (1928-), Antônio Lúcio Ferrari (1939-), Luiz Fernando Teixeira (1943-), Sylvio de Podestá (1952-), Hélio Carrijo (1945-), Fernando Rabelo (1945-), Silas Varizo (1935-) e Gustavo Neiva Coelho (1953-). Estes disponibilizaram, além do tempo e conhecimento, o acesso a valioso acervo.

Pesquisa de Campo

As entrevistas, em paralelo ao mapeamento urbano, foram feitas preferencialmente com arquitetos e acadêmicos regionais. Profissionais tanto da área do projeto quanto de teoria. Nessas entrevistas, foram elencados nomes proeminentes do cenário local, obras e fatos mais relevantes. Por se tratar de cidadãos atentos às repercussões da arquitetura, também foi possível conhecer, em relação às edificações mais recentes, o contexto de construção e como foram interpretadas à época.

Em todas as cidades contempladas foi realizado levantamento de bairros históricos, notadamente vinculados à expansão de alguma expressão arquitetônica. Por exemplo, todo o perímetro urbano de Natividade com repertório colonial e o Setor Central de Goiânia, pólo das manifestações *art déco*, foram percorridos e analisados. Ainda foram avaliados aspectos urbanos de cada região e verificando fases e sobreposições de estilos ao comparar as diferentes formas na expressão da arquitetura, reflexo do contexto em que foram materializadas. E assim, em visita a cinquenta cidades, averiguando indicações e deparando com novas possibilidades, foram percorridos mais de 16.000 km de estradas em busca de verificar, *in loco*, as informações aqui repassadas.

A disposição das observações realizadas nas mais diversas fontes, o levantamento e registro dos exemplares mais significativos de cada região e a reconstrução e organização do conhecimento nos diferentes períodos da historiografia goiana permitirão estabelecer um fio condutor da ocupação dos limites goianos.

Documentação

A seleção dos exemplares arquitetônicos considerados mais expressivos enquanto testemunhos de importante momento da história da arquitetura local será disposta em estrutura de inventário, com sistematização da parte gráfica, fotos e desenhos, bibliografia de referência e elementos históricos, visando caracterizá-los e identificá-los. Assim, facilita-se o acesso às informações disponibilizadas, e permite-se, também, posteriores leituras e conexões. Não se trata de um inventário rígido, com fichas tabeladas e desenhos ilegíveis. O inventário no sentido de documentação detalhada, no qual os dados estarão dispostos didaticamente, não exclusivo ao registro, mas acima de tudo voltado à compreensão das obras. Uma apresentação reduzida ao mínimo de elementos de representação necessários conformando um dossiê que contém as informações levantadas e processadas.

“Enquanto a interpretação histórica, com relação ao objeto arquitetônico, pode variar no curso dos acontecimentos segundo os intuítos desejados, os documentos que compõem o projeto de um edifício provam a sua existência, mesmo se for demolido.” (Acayaba, 1986:19)

Assim, segue-se uma tradição de apresentação de trabalhos referentes a arquitetura, onde a linguagem visual adquire *“um papel fundamental na comunicação das informações por ser considerada um dos modos mais característicos de expressão do arquiteto.” (Vaz; Zárate, 2004a:10)* Os exemplares selecionados foram documentados por meio de três elementos básicos: texto, desenhos e fotografias. São os três módulos de um corpo que reúne os dados concernentes a cada edificação.

Texto

O texto está distribuído em dois momentos. Um organizado como memorial e o outro em formato de tabela. O primeiro faz a aproximação, descrevendo características físicas e contexto histórico. Avalia-se primordialmente as questões históricas relativas a gênese do edifício, para depois prosseguir em questões analíticas como inserção urbana, implantação, técnicas construtivas e materialidade. Um entendimento geral do objeto sob seus aspectos sociais, políticos, produtivos e espaciais, uma *promenade* pela edificação. O segundo momento resume-se ao arcabouço que se ocupa de informações mais enumeráveis, de viés estatístico e padronizável. Pequenas tabelas técnicas, separadas em quatro temas. Cadastro (endereço, coordenadas, proprietário, data de construção etc.), áreas (da edificação, terreno e ocupação), e bibliografia (com citação de textos e documentos que referenciem a obra).

Desenho

Todos os projetos foram redesenhados, ou desenhados, seguindo padrão de representação único. Como procedimento o redesenho é feito a partir de algum documento encontrado, plantas do projeto legal, executivo, ou mesmo levantamentos anteriores. Quando não encontrados, o desenho é feito a partir do levantamento físico realizado no estado atual da edificação. Não foi feito aqui um *as-built* de todas as edificações, há uma padronização das informações gráficas, mas não foi possível manter a padronização das fontes em um cenário que contempla cem edificações e mais de duzentos e cinquenta anos de período construtivo.

Desse modo, a apresentação pode ser padronizada, já que os desenhos obtidos provêm das mais diversas fontes, períodos e estágios do projeto. Alguns, fruto de levantamentos, outros, parte de projeto executivo, registros junto aos órgãos fiscalizadores, simples croquis sem medidas, ou ainda inexistentes.

A intenção é a do registro mais próximo da concepção original, valendo-se do documento como aproximação, apesar de incerta, mas com informações suficientes à leitura do projeto. Diversos são os graus de materialidade dos planos arquitetônicos que podemos encontrar em cada fase específica de desenvolvimento. Em cada etapa, os desenhos vão se prestar a atingir um objetivo específico. A incompletude do projeto é uma realidade da arquitetura. E fazer *tabula rasa* da documentação, partindo para o estrito levantamento atual de cada obra, não aprimora o objetivo de associação temporal e estilística, dadas as constantes modificações de disposições internas.

Apesar da variedade de tipologias e dimensões físicas das obras —associada à limitação do perímetro das páginas de impressão desses desenhos —foi possível manter certo padrão das escalas de representação. O percentual dos desenhos realizados em cada escala ficou assim distribuído: 87% na 1:250, 6% na 1:300, 6% na 1:500 e 1% na 1:1500 referente ao Estádio Serra Dourada, justificável pelo porte incomum. Com isso foi possível manter certa coerência e legibilidade entre projetos. Com o intuito de garantir uma compreensão razoável, serão apresentados no mínimo os seguintes desenhos: planta do pavimento térreo, um corte e uma elevação

A situação urbana foi elaborada, a partir de uma configuração atual do tecido urbano, por meio do cruzamento de dados aero fotográficos e plantas urbanas de cada município, na escala 1:2500. São caracterizados o sistema viário imediato e relação da obra em com edificações vizinhas, proporcionando uma compreensão das interações urbanas e oferecendo localização precisa, georreferenciada, suporte para futuras visitas.

Fotografia

A despeito das diversas críticas contemporâneas referentes a popularização da fotografia e a conseqüente explosão da proliferação de imagens, tal modalidade de registro ainda permanece como instrumento essencial para exemplificação, difusão e educação a respeito da produção arquitetônica.

“Hoje somos bombardeados por uma tal quantidade de imagens a ponto de não podermos distinguir mais a experiência direta, daquilo que vimos há poucos segundos na televisão.” (Calvino, 2007:107)

A fotografia está consolidada como elemento de fundamental importância, profundamente ligada a questões de memória, registro histórico, além de potente meio de expressão, e, atualmente, instrumento de trabalho e principalmente de divulgação. Sendo utilizada desde o início do século XX (Colomina, 2012) como um dos principais meios de apoio à difusão da arquitetura, mais um dos objetivos com a qual é aqui empregada.

“A história da arquitetura e a história da fotografia crescem paralelamente, mantendo-se relacionadas e inseparáveis, principalmente na segunda metade do século XX, onde a relação entre arquitetos e fotógrafos foi fortificada, até a nível espacial e temporal.” (Ortega Sanz, 2015:264)

Toda produção autoral passa por cortes, seleção e escolhas pessoais. Luigi Ghirri, que por anos fotografou as obras de Aldo Rossi, afirmava que *“quando fotografamos, olhamos para uma parte do mundo e eliminamos outra”* (Oldani, 2015:253). Aqui a escolha sempre foi feita no intuito de facilitar a compreensão espacial e volumétrica.

Porém, apesar do caráter possivelmente subjetivo da imagem que *“constrói e reproduz uma autônoma e independente interpretação da arquitetura”* (Meloni, 2015:211), vale aqui o modo objetivo de substituição da visita presencial. Dentro dos diferentes caracteres da fotografia, a utilizaremos principalmente como registro, não artístico, mas informativo, potencializando a aproximação ao objeto real cruzando-se a leitura de desenho e texto.

“Quando nem mesmo a arquitetura, especialmente a arquitetura moderna, é capaz de garantir a sua conservação e perpetuação no tempo, e pode mesmo desaparecer, a fotografia torna-se a única garantia da sua documentação e sobrevivência na memória.” (Bergera, 2014:26)

Em busca de manter a coerência com o restante do trabalho, no qual textos, desenhos e outras peças gráficas foram produzidos por único autor, a produção das fotografias segue o mesmo princípio. Valendo-se da obrigatoriedade da visita física para conferência de medidas e confirmação de outras informações, optou-se por um novo levantamento fotográfico de todas as obras aqui elencadas. O registro padroniza ângulos e quantidade de imagens e contempla também elementos mínimos e recorrentes a todas as edificações presentes neste trabalho.

Foi possível manter uma similaridade formal desses registros ao utilizar, em todas as situações, o mesmo material de trabalho, a saber: câmeras Canon 5D MIII e 70D equipadas com as lentes EF50mm 1:1.2 L USM, EF 16-35mm 1:4 L IS USM e EF 75-300mm 1:4-5.6 III, todas também Canon.

Conseqüentemente não foram utilizadas imagens de arquivo ou de outros autores. Assim as imagens cumprem o papel de mostrar o estado em que essas edificações se encontram atualmente, ajudando a esclarecer como resistiram ao passar do tempo. Algumas em ruínas, outras abandonadas ou em péssimo estado de conservação, mas, grande parcela ainda ocupadas e conservadas de maneira minimamente íntegra.

Foram contemplados ângulos específicos, em um processo gradual de ampliação e aproximação do objeto e seus espaços. Partindo desse princípio, temos imagens à altura do observador, da parte externa e, em seguida, registros dos espaços internos. Por fim, expõem-se detalhes específicos, sejam construtivos, estruturais, ou de acabamento.

Acredito que assim, como última etapa da produção gráfica do conteúdo, viabiliza-se um padrão que permeia todo o trabalho e proporciona uma leitura estável e homogênea. Possibilitando compreensão de aspectos urbanos e espaciais e permitindo leituras posteriores que possam se valer da uniformidade estabelecida.

Seleção

Vale lembrar que o trabalho aqui realizado não é a história das cem mais grandiosas, belas ou importantes edificações do estado de Goiás, mas sim, uma amostragem da arquitetura produzida durante os séculos XVIII, XIX e XX, exemplificada por cem edificações julgadas relevantes nesse contexto especificamente arquitetônico.

Não existe um fio condutor claro e reluzente que guia direta e objetivamente a escolha das obras. Em período e território tão extenso, separá-las por um critério muito rigoroso e delimitado seria mais prejudicial do que benéfico aos intuits panorâmicos. Um instrumento didático facilmente reconhecível e justificável como tipologia, técnica construtiva ou características estilísticas, se mostraria muito linear e não atenderia o objetivo primário de revelar as diferentes faces e materializações da arquitetura em Goiás.

A explicação de como foi realizada a seleção é aqui apresentada por último não por mera casualidade. Era necessário apresentar todos os objetivos e anseios da pesquisa, e principalmente a profundidade e o campo de atuação das investigações arquitetônicas e bibliográficas, pois, mesmo existindo caracteres pessoais nas escolhas dos exemplos, foram esses sempre baseados em um quase esgotamento das informações disponíveis.

Após o trajeto percorrido pelas pesquisas bibliográfica, documental e de campo – rastreando mais de quatrocentos exemplares, entre demolidos, ruínas, bens tombados, publicados ou meros rumores – inicia-se a seleção dos que foram utilizados para compor o caderno de exemplos do processo de desenvolvimento da arquitetura no território e período delimitados. Destes, duzentos e dez foram selecionados, fotografados e referenciados no desenvolvimento dos capítulos Tradição/Renovação, posteriormente reduzidos a cem exemplares contemplados com dossiês mais profundos e com abordagem histórica e técnica específica a cada obra.

O primeiro ponto de recorte foi a existência física nos dias atuais. Devido ao sistema de desenvolvimento do trabalho, com registro fotográfico realizado a partir da situação presente, a permanência da obra é necessária. Construções que desempenharam papel significativo na história local, mas que sucumbiram ao tempo, não puderam ser contempladas para exemplificação do período abordado. Em seguida, tanto a integridade quanto a integralidade física da obra, aqui tomada no seu aspecto material de construção e conservação, foram fatores utilizados em mais uma etapa de triagem.

Avalia-se qualidade material e se os caracteres que configuram a autenticidade da obra ainda permanecem visíveis e legíveis. A exemplo, foram encontrados exemplares em ruínas que mantêm muito mais características do conceito original que outros mais recentes que tiveram sua espacialidade completamente transformada e em nada correspondem aos seus conceitos ancestrais.

Mesmo não fazendo parte de um conjunto tombado ou patrimônio oficialmente reconhecido, a própria preservação já pressupõe um grau de cuidado e observância dessas obras pelos poderes estabelecidos, proprietários e população, o que respalda principalmente a seleção das mais antigas. Nesse caso, a perspectiva histórica nos apoia e proporciona uma visão mais abrangente, característica mais limitada na produção contemporânea. Após essa primeira seleção, feita a partir do que sobreviveu e da integridade dessa sobrevivência, buscamos fazer distribuição equitativa para cada um dos estilos dentro das duas divisões, Tradição/Renovação. E, assim, com apoio no conselho de Helio Piñon, estabelecemos uma busca prioritariamente técnica e estilística por edifícios com maior evidência, profundidade e vínculo com a produção nacional e internacional.

“Em boa lógica, a dimensão estética deveria ser prioritária em bens dessa natureza, ainda que a experiência demonstre que os parâmetros usados para enquadrar as jóias patrimoniais costumam ser estabelecidas à margem da arte, isto é, com uma idéia mítica do artístico, relacionada com valores absolutos, segundo um modelo que, como relatam os manuais, pôs fim à emergência de uma artisticidade subjetiva e moderna que o espírito romântico fomentava.” (Piñon, 2006:164)

Essa definição permite diminuir o número de peças utilizadas como exemplo, já que, ao selecionar um exemplar no qual estilo e técnica empregados estão devidamente representados, outras edificações (apesar de relevantes em outros aspectos) não se assenhoram da representação com a mesma profundidade. Justifica também a concentração de certas expressões, como o modernismo por exemplo, que, apesar de ocorrer em outras cidades como Anápolis, Rio Verde ou Ipameri, tem seus exemplares mais bem cuidados em Goiânia.

Ao estabelecer esse critério como condutor da seleção, outras questões como uso, significado civil ou valor histórico subordinam-se ao técnico e estético. Deixa-se a subjetividade desse tipo de valoração um tanto mais distante, não ausente, mas sempre respondendo a uma florescência técnico-estilística. Assim, edifícios reconhecidamente ligados ao imaginário coletivo de uma cidade, como igrejas ou prefeituras, podem ser preteridos a outros mais modestos, como residências unifamiliares por exemplo.

Evidente que a leitura e valoração de tais aspectos estilísticos passam por uma avaliação pessoal. Contudo, no intuito de eliminar a arbitrariedade dessas decisões, nos apoiaremos, em cada período, na bibliografia especializada e consolidada que versa a respeito de cada assunto.

Os autores serão utilizados em dois aspectos: primeiro, no estabelecimento de critérios para leitura dos preceitos plásticos vinculados a cada expressão estilística; segundo, como fonte que disponibiliza exemplares canônicos que podem ser utilizados como modelos comparativos ao julgar a produção arquitetônica local. Para cada um dos recortes serão utilizados grupos bibliográficos específicos; este foi o metro utilizado para medir nossos objetos.

Na seleção, algumas expressões estilísticas podem ser tomadas como majoritárias. Para apoiar essa categorização, estruturamos uma análise que utiliza, além da bibliografia já citada até aqui, um corpo mais específico e consolidado para cada uma dessas manifestações.

Para as expressões ligadas ao Tradicional, o apoio vem inicialmente dos quinze primeiros números da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan, 1937-1961), quando o órgão tinha Rodrigo de Melo Franco de Andrade como diretor e um enfoque nos levantamentos referentes a arquitetura colonial brasileira.

A produção de Germain Bazin (1956) com *L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil*, George Kubler (1959) e *Art and Architecture in Spain and Portugal and their American Dominion: 1500-1800*, Pál Kelemen (1967) com *Baroque and Rococo in Latin America*, Luis Saia (1972) e sua *Morada Paulista*, Eduardo Etzel (1974) com *O barroco no Brasil: psicologia e remanescentes em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul* e John Bury (2006) com *Arquitetura e Arte no Brasil Colonial* completam as referências base para identificação dos exemplares.

Localmente apoiados pelo *Patrimônio histórico em Goiás* de Ana Maria Borges e Luís Palacin (1987), *Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I* (Coelho, 1989) e *Notas sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar de Goiás* (Dubugras, 1965).

E no período colonial, que se torna repleto de incertezas materiais, principalmente pela distância temporal, as pesquisas de Beatriz Bueno são apoio para o entendimento das questões de representação arquitetônica (Bueno, 2002), dos sistemas de produção (Bueno, 2012) e do contexto urbano e material (Bueno, 2018) em que essa arquitetura estava inserida.

A bibliografia vinculada ao ecletismo é um pouco mais escassa, mas nacionalmente produzimos trabalhos referências na área: *Os Mestres das Fachadas: artistas-artesãos* (Macambira, 1985), *Ecletismo na arquitetura brasileira* (Fabris, 1987), *Arquitetura do ferro no Brasil* (Gomes, 1988), *Alvenaria Burguesa* (Lemos, 1989) e *Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro* (Czajkowski, 2000b). Em Goiás foi abordado no pioneiro *O ecletismo na arquitetura de Vila Boa*, de Gustavo Neiva Coelho (2019a)

Separamos o neocolonial do eclétismo porque o primeiro nasce conceitualmente como negação ao eclético e busca uma identidade nacional, apesar das posteriores influências estrangeiras e da penetração dos periódicos que o traziam como o estilo da nova burguesia em uma discussão notadamente plástica. Como texto fundamental temos *Os dez mandamentos do estilo neo-colonial* de José Mariano Filho (1923).

A partir dele, não usaremos as revistas e sim publicações nas quais análises tanto mais contextualizadas e profundas foram realizadas a respeito dessa produção e conseqüente repercussão: *A hispanidade em São Paulo* (1981) e *Arquitetura neocolonial* (1994b), ambas por Aracy Amaral, *Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*, pesquisa de Joana Mello (2007), *Arquitetura neocolonial no Brasil: entre o pastiche e a modernidade*, Carlos Kessel (2008) e *Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil*, de Maria Lúcia Bressan Pinheiro (2011b).

Acerca do *art déco*, temos uma produção bibliográfica americana, que em um primeiro momento contribuiu para a disseminação do termo *art déco*, em *Deco of the 20s and 30s* (Hillier, 1968). Posteriormente os vínculos ideológicos ou estilísticos são discutidos nas obras *In the Deco Style* (Klein; McClelland; Haslam, 1986) e *Art deco 1910-1939* (Benton; Benton; Wood, 2003). Do Brasil usaremos *Rio Deco* (Figueireido; Ramos, 1980) e *Guia da Arquitetura Art Deco no Rio de Janeiro* (Czajkowski, 2000a). Localmente, ambos do mesmo autor, *A modernidade do art déco na construção de Goiânia*. (Coelho, 1997) e *Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Goiânia, Volume II*. (Coelho, 2005).

Quatro publicações panorâmicas dão as diretrizes para aprofundar no Modernismo. *Arquitetura moderna no Brasil* (Mindlin, 1956/2000), *Architecture: Nineteenth and Twentieth Centuries* (Hitchcock, 1958/1976), *Arquitetura contemporânea no Brasil* (Bruand, 1981/2003) e *Arquitetura Moderna Brasileira* (Ficher; Acayaba, 1982). De *Teoria do projeto* (Piñon, 2006) retiramos alguns conceitos balizadores.

Por fim, o Pós-Moderno, cuja teoria é eminentemente externa ao Brasil, onde temos importante produção com *Complexidade e Contradição em Arquitetura* (Venturi, 1966/2004), *Arquitetura da Cidade* (Rossi, 1966/2001), *El lenguaje de la arquitectura pós-moderna* (Jencks, 1977/1984) e *Depois do movimento moderno: Arquitetura da segunda metade do século XX* (Montaner 1993/2001). No Brasil, Sylvia Ficher (1985) inicia uma crítica à hegemonia do modernismo em *Anotações sobre o Pós-Modernismo* e Bruno Santa Cecília (2006) repassa a obra de um dos principais arquitetos que se engaja a essa concepção com *Éolo Maia: complexidade e contradição na arquitetura brasileira*.

Não foi materialmente possível contemplar todos os edifícios desejados nesta busca por uma ampla análise temporal e territorial da arquitetura aqui produzida. O critério da qualidade, sempre relativa, foi o guia ao examinar a produção e permitiu fazer uma seleção mais clara e menos obtusa. Como exaustivamente colocado, cuidados diversos foram tomados para garantir a coerência dos critérios de seleção e a consequente construção de um panorama sólido e inteligível.

Não eximo aqui a subjetividade inerente à tarefa de escolher, mas acredito que a amostragem seja suficientemente representativa para reforçar a relevância da produção arquitetônica no estado de Goiás.

· PARTE I: TRADIÇÃO ·

TRADIÇÃO · Entendimento

Como primeiro esclarecimento, vale discorrer a respeito do que aqui se entende por Tradição, ou, como o termo é utilizado na construção desta tese. A expressão é colocada no intuito de abarcar um período da história de Goiás, compreendido entre os séculos XVIII e XIX, que se conecta aos modos, tecnologias e expressões construtivas que se materializaram e desenvolveram conforme encontrados nos limites do estado.

O tradicional faz referência a essa maneira de operar dos agentes locais que, aqui defendo, estava mais associada a uma tradição construtiva do que a teorias e discursos estéticos e estilísticos, a uma maior ligação ao saber do que a uma inexorável dependência dos materiais. Não negando as intenções plásticas, os vínculos com a arquitetura clássica e sua transformação barroca, ou mesmo os impactos materiais da disponibilidade de barro e pedra, da implantação em terreno plano ou acidentado. Porém são elementos os quais não podemos considerar como geradores de toda uma cultura construtiva que permeou o Brasil português, com tênues variações.

Devido às longas distâncias, à dificuldade de exploração do território, à disponibilidade material, ou mesmo à instrução prática ou formal dos que aqui edificavam e que se encontravam em uma terra afastada do litoral (Lemos, 1979:103), é possível conjecturar que essas intenções plásticas se aproximavam muito mais de uma tradição construtiva carregada dos costumes de gerações passadas do que de uma associação à expressão barroca, em uma atitude dita contrarreformista, por exemplo.

Foram práticas pautadas em comportamentos recorrentes, lentamente aprimoradas, com transformações pontuais e que se mostram presentes na maioria das tipologias construtivas do período. Presença conectada tanto à arquitetura militar [2] quanto à civil [3], religiosa [4] ou secular [5]. Seja ela a casa mais simples, a imponente sede administrativa ou a monumental matriz, todas estavam uniformizadas em sua expressão por uma tradição construtiva.

[2] · 06/07/2021 ◀
Quartel do XX
1765/1747 · Cidade de Goiás
15°56'09.1"S 50°08'22.9"W
Ver dossiê p. 305.

[3] · 13/04/2019 ◀
Res. Joaquim Alves
≈1800 · Pirenópolis
15°51'12.4"S 48°57'41.7"W
Atual Ms. Pompeu de Pina.
Ver dossiê p. 471.

[4] · 03/01/2017 ▶
Ilg. de S. Benedito
≈1740 · Natividade
11°42'23.4"S 47°43'33.5"W
Ver dossiê p. 215.

[5] · 17/10/2021 ▶
Ms. de Arte Contemporânea
1893 · Jataí
17°52'47.3"S 51°43'02.0"W
Antiga Res. Alexandre
Gabriel Alfaix.



É importante elucidar que o que aqui tomo como tradição não está implicando juízo de valor. Ou seja, o que é a tradição o é simplesmente pelo fato de ter prevalecido, não necessariamente por carregar consigo os caracteres de uma qualidade atrasada ou superior. A Tradição em Goiás poderia ter sido diferente, talvez fruto das reflexões formais indígenas ou das transformações da cultura construtiva de matriz africana, porém não o foi.

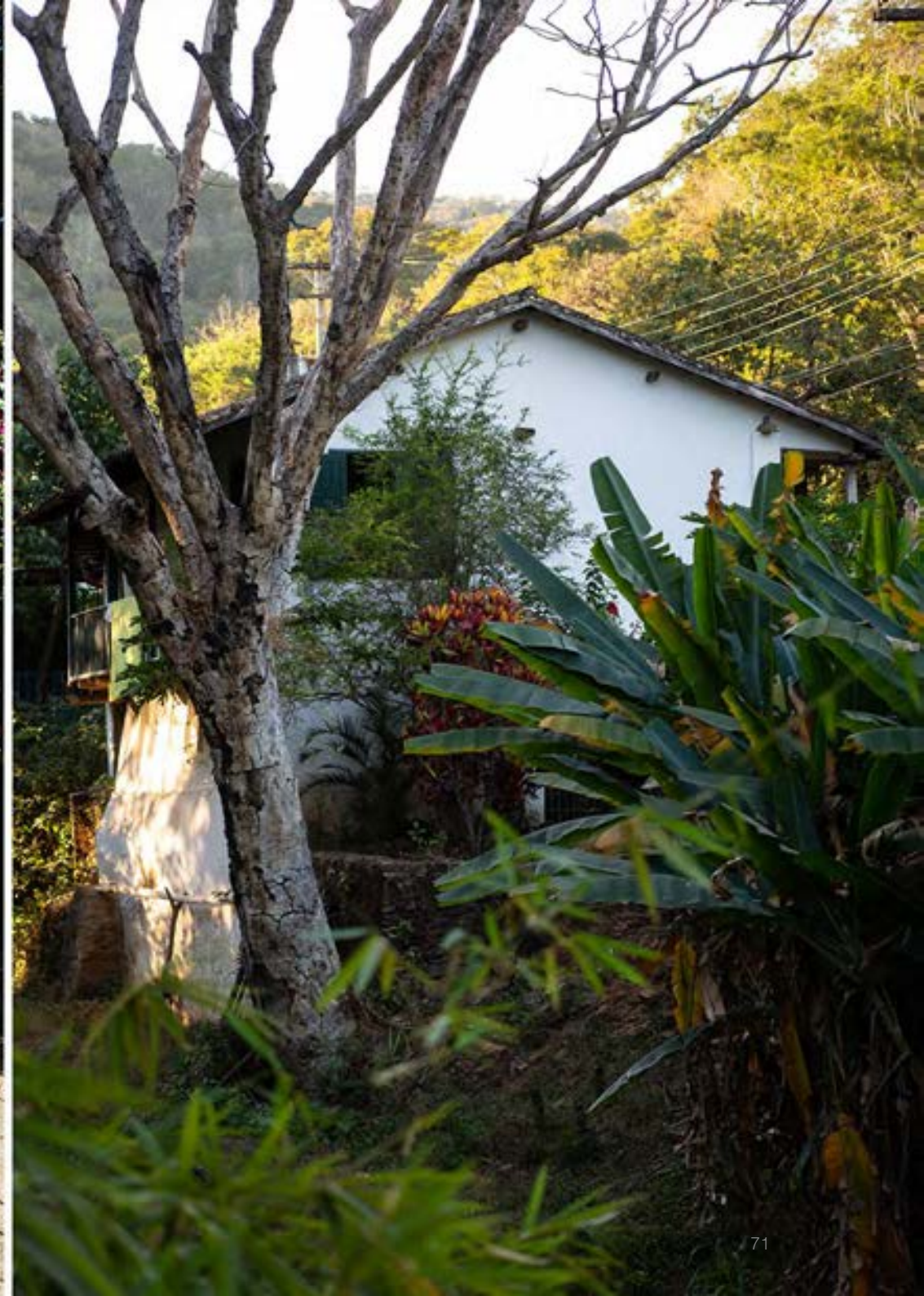
Como foi diferente até mesmo em outras regiões brasileiras ou em outros países do Novo Mundo. Na Bolívia e Peru, na invasão guiada pelos espanhóis, as novas edificações nascem, construtivamente, similares às brasileiras, pois são detentoras de uma mesma raiz ibérica, porém as diferenças ficam a cargo de uma expressão mais trabalhada e detalhada, se assim podemos dizer. Igualmente nos Estados Unidos, onde a mesma herança hispânica se ajusta a práticas nativas, como a chamada arquitetura *Pueblo*. Em registro bem diferente, a colonização ucraniana e alemã, a partir do século XIX ocorrida no sul do país, implicou afastamento radical de toda uma tradição portuguesa estabelecida, ao inserir outros modelos tipológicos e soluções plásticas em conjunção com a adoção da madeira como elemento construtivo principal (Batista, 2009:23).

Vale lembrar que a arquitetura a princípio desenvolvida no Brasil foi um padrão externo, de origem portuguesa, e que não incorporou os antecedentes que já estavam presentes nessas terras, por obra de sua população autóctone. Das técnicas indígenas, pouco sobrou do que tenha sido eventualmente absorvido pelos métodos dos colonizadores. E em Goiás, essa arquitetura de matriz portuguesa [6] será a expressão [7] corrente dos primeiros momentos de ocupação.

A madeira, a palha, fibras e amarrações foram empregadas majoritariamente em edificações temporárias, como os ranchos ou postos de pernoite que necessitavam serem erigidos com rapidez e com materiais de fácil coleta. Com um facão, diligentemente um mateiro e um índio erguiam o pouso. Ao surgir a necessidade de se estabelecer algo mais definitivo ou para períodos mais longos, a prática portuguesa prevalecia.

[6] · 26/04/2019 ◀
Casa Bartolomeu Bueno
≈1770 · Cidade de Goiás
15°55'48.8"S 50°08'18.9"W
*Atual Res. Leonardo
Lacerda. Ver dossiê p. 339.*

[7] · 07/07/2021 ▶
Casa Abalcoada
≈1780 · Cidade de Goiás
15°55'46.4"S 50°08'18.1"W
*Atual Res. Gustavo Neiva.
Ver dossiê p. 411.*



As edificações aqui utilizadas como exemplos dessa tradição estão conectadas por um *saber fazer*, ou um modo de se fazer, que vem transportado desde o sul de Portugal (Lemos, 1979:62), passando por Santana do Parnaíba/SP até a materialização em terras goianas. O que não impede que o método se aproprie, ao se expressar localmente, em especial das questões do lugar: clima / regime pluvial, topografia, materiais disponíveis ou acessíveis e outras questões de ordem física. *"Contudo, e escapando ao condicionalismo geológico, o fator cultural é, apesar de tudo, sempre dominante, sobrepondo-se muitas vezes à evidência dos materiais locais."* (Torres, 2005:12)

Quando Sylvio de Vasconcellos (1983:38) coloca a disponibilidade material como elemento chave na gênese dessa arquitetura, constrói um raciocínio sólido, porém esses materiais só foram selecionados na medida em que existia uma cultura de manipulação dos mesmos. Os indígenas já se protegiam, aqueciam e se organizavam sem utilizar a terra como matéria prima e mesmo assim atendiam, construtivamente, às mesmas determinações ambientais, por exemplo.

A transformação ou adequação que essa arquitetura sofreu para se adaptar ao meio brasileiro, uma característica frequentemente abordada na historiografia nacional (Costa, 1937:31), opera sobre as maneiras e não sobre os materiais. São adaptações sofridas pelo modo de se utilizar ou de se escolher os elementos mais adequados a responder questões específicas de cada situação. Então, ao se adaptar ao lugar, os agentes reestruturam a técnica em um sentido de conferir maior precisão ao uso de cada material, cuja manipulação dominavam, buscando uma maneira de vencer tecnicamente os desafios particulares de cada local.

Essa maneira de construir garantiu uniformidade sem precedentes no cenário nacional durante o período colonial e até meados do século XIX. Em Goiás principalmente, as semelhanças da forma arquitetônica perduraram até o início do século XX [8]. Foi edificada uma linguagem que se espalhou desde os primeiros arraiais do sul do estado até aqueles posteriores fundados ao norte, hoje Tocantins, mantendo a unidade formal de seus exemplares.



[9] · 26/04/2019

Casa de Câmara e Cadeia
1766 · Cidade de Goiás
15°56'16.3"S 50°08'24.6"W
Atual Ms. das Bandeiras.
Ver dossiê p. 317.

Uniformização também reforçada pelos mestres locais. O projeto, quando existe, é incipiente; os projetistas estão distantes, e quando próximos, ausentes (Bueno, 2012:322). As cidades se separam por curtas distâncias e, assim como os construtores, são poucas. Essa mão de obra conversa entre si e compartilha comissões e empreitadas; a passagem do saber está conectada por uma atividade eminentemente coletiva, de apoio, troca de informações e aprimoramentos técnicos.

Raramente vemos o papel claro e definido do arquiteto; sua produção surge mais como um plano de direcionamento do que um documento construtivo em sua completude. Vide a bem documentada Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Goiás [9], inaugurada em 1766, cujo prospecto de 1751 (Coelho, 2013:112-114) contempla duas plantas e elevação frontal, sem escala ou indicações textuais.

Prospecto esse utilizado mais como guia do que como documento construtivo devidamente detalhado. A construção e decisões estilísticas estavam, na maioria das vezes, em mãos dos mestres locais, que pouco tiveram contato com uma formação acadêmica, erudita. Pouquíssimas obras do período possuem autoria registrada do risco, o que nos mostra também que o projeto, como o conhecemos hoje, não era a maneira usual de representação utilizada.

O conhecimento construtivo, ao estar circunscrito às mãos de alguns artífices, era lentamente permeado pela cultura externa que chegava por um livro ou por uma gravura, propiciando certa imutabilidade dos métodos, reforçando a homogeneidade formal, construindo-se dentro de uma convenção.

Homogeneidade esta reforçada também pelo bioma da região, cerrado, que prevalece por quase toda a extensão do território de estudo, no qual o clima e principalmente a topografia se mantém muito plana ao se comparar com os assentamentos mineiros ou as aglomerações urbanas litorâneas. Como amostra de diferentes soluções, estas, por se conformarem em um terreno mais acidentado, não eram propícias à construção em taipa.



É interessante notar que a uniformidade da arquitetura é apenas mais uma forma de expressão de uma lei maior daquele momento, a uniformidade da vida. Na qual classes sociais, poder econômico, influências políticas e proeminências intelectuais permaneciam quase inalteradas por gerações. Tal qual a organização espacial das igrejas, a configuração programática das casas de câmara e cadeia ou o arranjo dos cômodos da residência particular.

A diferenciação acontecia pela escala, e não pela tecnologia, pela quantidade, e não pelo acabamento. A casa de câmara e cadeia que dispunha de mais recursos era maior, e o seu interior, mais trabalhado, porém construída com a mesma técnica e por profissionais de formação semelhante que edificavam a menor das cadeias do Brasil [10]. Alguns dos mesmos lentos movimentos que aconteciam nos diversos setores da vida que se levava durante esse período acabavam por refletir formalmente em uma repetição de elementos, materiais, acabamentos, cores e disposições geradores de uma unidade talvez não pretendida, mas certamente alcançada na organização e disposição das cidades.

E, contrapondo-se às atitudes urbanas dos períodos de Renovação, no qual o uniforme é conseguido por meio de rígida legislação urbana —com determinação de gabaritos, ocupação e até mesmo acabamentos que impõem unidade de organização —a cidade tradicional não teve outra opção a não ser a construção em sua totalidade pelo saber comum e único, pela rigidez da técnica e da disponibilidade, poucas vezes sujeitas às ordenações urbanas do século XVIII.

É essa uniformidade que conecta a tradição a um sentido de *permanência* pelo estabelecimento de uma convenção. Creio que aqui o termo correto para afastar as afirmações de alguns viajantes e cronistas que deturpam a historiografia ao confundirem permanência com estagnação, introjetando decadência onde nunca tivemos opulência. A respeito da decadência goiana, dois relatos mais contundentes para exemplificar. O primeiro, uma visão de Saint-Hilaire sobre o arraial de Rio Claro ao início do século XIX, e o segundo, do Padre Silva e Souza em sua memória de 1849:



“O referido Arraial encontrava-se em grande decadência e as tropas que por ali passavam não encontravam víveres para se reabastecerem, o cultivo da terra não interessa a esses homens, tão imprevidentes quanto os próprios índios [...] em meio de tanta riqueza permanecem sempre na miséria.” (Saint-Hilaire, 1975:11)

“Mas isto mesmo que encontrei é quanto basta para fazer conhecer a vantajosa situação de Goyaz, que, ainda mesmo na maior decadência em que se considera, e a que diferentes motivos deram principio, tem proporções para se levantar, para se ressurgir, logo que se possam aplicar a seu beneficio os paternaes cuidados d’el-rei nosso senhor.” (Silva e Souza, 1849: 509)

O sentido de manutenção prevalece sobre o de modificação. Mesmo durante mais de dois séculos de transformações dessas edificações, sempre houve a continuidade plástica dos acréscimos e ampliações, das diferenças de gabarito ou pé direito, das demolições e reconstruções; e, ao final de cada etapa, a caiação era o revestimento final, a mesma telha de barro ampliava a nova cobertura e o tempo exercia o papel fundamental de aplicar a pátina responsável pela uniformização definitiva do conjunto. O que houve foi a permanência, a maturação dos hábitos, que perduraram por todo o período independentemente das fontes econômicas. Permaneceu o modo de construir, de ocupar, permaneceram as diferenciações sociais mesmo no ciclo do ouro ou na subsistência da pecuária. Não é o aspecto econômico que definia o que era construído, como provam diversas edificações de reconhecido valor que surgiram após o auge do ouro, mas sim as ideias de como se deve construir.

Segundo o levantamento de Luís Palacín, o auge da produção do ouro nas minas de Goiás se deu em 1753, com 3.060 Kq (Palacín; Moraes, 1994:23). Cruzando-se as datas de algumas edificações da capital, a antiga Vila Boa, podemos perceber obras importantes sendo edificadas já em época de franca diminuição na arrecadação do quinto, a saber: a Igreja de São Francisco de Paula **[11]**, em 1761 (30% a menos), a Casa de Câmara e Cadeia, em 1766 (42% a menos), a Igreja da N. Sra. da Boa Morte **[12]**, em 1779 (69% a menos), e Igreja de N. Sra. d’Abadia **[13]**, 1790 (80% a menos).

[11] · 06/07/2021 ◀
Ig. de S. Francisco de Paula
1761 · Cidade de Goiás
15°56'01.8"S 50°08'30.7"W
Ver dossiê p.295.

[12] · 27/04/2019 ▶
Ig. de N. Sra. da Boa Morte
1779 · Cidade de Goiás
15°56'04.9"S 50°08'23.4"W
Atual Museu da Boa Morte.
Ver dossiê p. 399.

[13] · 07/07/2021 ◀
Ig. de N. Sra. d’Abadia
1790 · Cidade de Goiás
15°55'51.9"S 50°08'33.2"W
Ver dossiê p. 451.



Enquanto as ideias não se modificam, a expressão permanece, a tradição se perpetua. Não é possível negar que as intenções, os significados, já estejam presentes. A escala da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Goiás, hoje Museu das Bandeiras, implantada no ponto alto de um largo urbano e dominando o casario adjacente, tem um evidente caráter representativo do poder político. Situação semelhante à da Igreja do Rosário em Pirenópolis [14], que, por sua implantação e escala, reforça o poder do clero nessas distantes paragens.

Mas essas intenções de poder e representatividade não são os elementos definidores e gregários da arquitetura materializada nesse período. Desde a antiguidade até a atualidade, os detentores do poder, seja secular, seja religioso, se serviram das expressões artísticas, tanto por obras emblemáticas, quanto por propagação de um estilo arquitetônico específico. As pirâmides de Gizé, ou o Parthenon, o classicismo monumental nazista, ou o *art déco* getulista foram também meios de expansão de uma mensagem política. Sob o aspecto estilístico, essa arquitetura vai se desenvolver dentro de um arcabouço teórico eminentemente clássico. Até a ocorrência de uma ruptura epistemológica no século XVIII, como coloca Bachelard (1938), tudo o que é chamado de arquitetura subentende-se que se trata de arquitetura clássica. E apesar das suas diferentes expressões ou oposições, o renascimento, o barroco ou o rococó estão pautados em regras e variações estruturadas a partir dos princípios de uma antiguidade greco-romana (Ficher, 2018a).

*“Quando nós falamos em **arquitetura clássica**, somos nós que falamos em **arquitetura clássica**, que adjetivamos o termo **arquitetura**. Até meados do século XVIII, quando se dizia **arquitetura** – obviamente estou me referindo ao contexto ocidental, europeu – não era preciso adjetivar: **arquitetura** queria dizer **arquitetura clássica**, caso não fosse clássica, não era arquitetura.”* (Ficher, 2007:5)

É a partir desses fundamentos que se apresenta o barroco em Goiás, cuja adesão estilística estudaremos mais a frente, mas que perceberemos antes de tudo vinculado ao poder clerical, com igrejas e capelas como os principais programas religiosos pelo qual se materializa.



Mesmo assim, o estilo vai se revelar com mais propriedade nos retábulos e composições internas do que na estrutura espacial ou nos elementos arquitetônicos. As plantas octogonais, mais dinâmicas, são exceções das Igrejas de Nossa Senhora da Boa Morte e Nossa Senhora do Carmo [15], ambas na cidade de Goiás. Os movimentos volumétricos, a luz e sombra, o envolvimento espacial da composição orgânica se mostraram muito tímidos.

Na arquitetura civil, se apresenta ainda mais acanhado. O exemplo mais significativo acontece no Chafariz da Boa Morte [16], na cidade de Goiás. Nos edifícios governamentais, de maior impacto no tecido urbano, se evidencia em detalhes, escadas e portais; já nas residências particulares, em balaustradas e acabamentos do madeiramento de beirais. O barroco está mais presente como um sabor, um cuidado, do que como concepção teórica à qual as técnicas se adaptam e se curvam na busca da materialização ideal, da imposição de uma mensagem.

Essas questões, todas potencializadoras de uma permanência, dão os caracteres principais desse recorte, sendo os principais diferenciadores dos próximos momentos de Renovação. A estabilidade da maneira de se construir, a própria simplicidade um tanto *naïf*, cotidiana, dos pequenos gestos decorativos utilizados para alegrar uma arquitetura chã, presa ao chão e às suas raízes construtivas do passado. Uma tradição de como se fazer as coisas que uniformiza a expressão, na qual a totalidade se sobrepõe à unidade. A força de um conjunto harmônico que espelha uma sociedade permanente; caminhando a passos lentos e transformando-se ao ritmo da natureza e não ainda ao compasso da máquina.

[15] · 07/07/2021 ◀
Igreja de N. Sra. do Carmo
1774 · Cidade de Goiás
15°55'57.9"S 50°08'30.0"W
Ver dossiê p. 369.

[16] · 26/04/2019 ▶
Chafariz da Boa Morte
1778 · Cidade de Goiás
15°56'13.0"S 50°08'23.2"W
Ou Chafariz de Cauda.
Ver dossiê p. 389.



TRADIÇÃO · Período

Antes de iniciar o desenvolvimento do contexto histórico/temporal em que essas obras foram edificadas, é necessário fazer uma curta explanação a respeito da ocupação do território goiano anterior à chegada dos portugueses. A saber, a existência humana por essas terras se dá há pelo menos doze mil anos (Bertran, 2011:41), fato comprovado por sítios arqueológicos espalhados por todo o território do planalto central. Foram encontrados vestígios cerâmicos e arte rupestre nas regiões próximas a núcleos coloniais como Jaraguá [17] e Monte do Carmo [18]. Assim, o que hoje é tido como território consolidado já o era há um bom tempo atrás. Esses assentamentos primitivos que deram origem às diversas etnias que ocupavam a região no momento da chegada dos estrangeiros ao final do século XVI estiveram por essas paragens muito antes de Bartolomeu Bueno, nesse caso o pai, que partiu de São Paulo em 1682.

“A primeira bandeira que, partindo de São Paulo, possivelmente chegou até os sertões de Goiás, no leste do Tocantins, foi a de Antônio Macedo e Domingos Luís Grau (1590-1593). Depois, seguiram-se a de Domingos Rodrigues (1596-1600), que desceu até a confluência do Tocantins com o Araguaia; a de Afonso Sardinha (1598-?); a de Belchior Carneiro (1607-1609), que passou ainda mais para o norte; a de Martins Rodrigues (1608-1613); a de André Fernandes (1613-1615); a de Pedroso de Alvarenga (1615-1618); a de Francisco Lopes Buenavides (1665-1666); a de Luís Castanho de Almeida e a expedição familiar de Antônio Paes (1671); a de Sebastião Paes de Barros (1673).” (Palacin; Moraes, 1994:8)

Diversas tribos se estabeleceram em múltiplos pontos e em alguns casos causaram certa dificuldade aos novos colonizadores. Majoritariamente o grupo Jê, dividido em algumas nações que se espalhavam pelo território goiano, como os Caiapó na bacia do Xingu, os Goiá ao centro, Bilreiros ao norte na confluência Araguaia-Tocantins e, mais atuais, pós século XVII, os Xavantes e Xerentes ocupando o centro-norte do território (Bertran, 2011:86).

[17] · 31/01/2020 ◀
Ig. N. Sra. Rosário dos Pretos
1776 · Jaraguá
15°45'41.3"S 49°20'24.3"W
Ver dossiê p. 379.

[18] · 21/10/2021 ▶
Ig. de N. Sra. do Carmo
1801 · Monte do Carmo
10°45'46.8"S 48°06'30.5"W
Ver dossiê p. 481.



Assim, em uma análise da ocupação indígena levantada pelo mapa de Curt Nimuendaju (IBGE, 1981), cruzando-se informações com a locação dos principais núcleos levantados por Lenora Barbo (2015:299), podemos perceber a sobreposição de ocupações, onde naturalmente os conflitos registrados na historiografia local terão surgimento [19].

Essa dicotomia entre território ocupado e território visto como desocupado gera conflitos iniciais fomentados também por essas primeiras expedições que vão buscar, além de um mapeamento dos limites da colônia, a preação dos indígenas com a finalidade exclusiva de escravização. Foram os primórdios da invasão dessas terras, precedendo a ocupação portuguesa. O foco será modificado após o fim da Guerra dos Emboabas, em 1709, em Minas Gerais. Com a expulsão dos paulistas, eles se voltam, agora, para a exploração mineral das terras goianas.

“Ao tempo das descobertas de Bartolomeu Bueno da Silva, estavam os paulistas retraídos e ressentidos das lutas em Minas Gerais contra os reinóis que, arrogantes e “donos” das riquezas brasileiras, os haviam expulsado das minas. Saíram eles da Guerra dos Emboabas malferidos em seu orgulho, e foram somente as lisonjas das autoridades, que espicaçavam de todas as formas o espírito independente e batalhador de nossos bandeirantes, que os levaram a esquecer as minas de Cataguases para se lançar em novas investidas na busca do ouro do sertão.” (Etzel, 1974:184)

A então capitania de São Paulo não tinha uma participação significativa na economia colonial nesse momento (Simonsen, 1937/2005:487); seus rendimentos estavam estruturados principalmente sobre a atividade de presa e coleta de indígenas (Candido, 2003:47), caracterizando um grupo social não fixo no território, ainda procurando sobrevivência e riquezas imediatas. Esses dois traços, tanto a falta de recurso quanto a erradicidade, qualificaram os primeiros assentamentos dos paulistas em Goiás, que vão surgir de maneira provisória e assim, provisoriamente, vão se mantendo conectados ao restante do território por estradas em péssimas condições, até se extinguirem ou permanecerem após mudança da matriz econômica.

“Só queremos destacar na memória de todos o fato de São Paulo ter sido no arquipélago das regiões culturais brasileiras a ilha mais pobre e a mais isolada de todas no período colonial.” (Lemos, 1987:71)

Por meio de relatos de viajantes, políticos e pesquisadores, nota-se que, mesmo já no século XIX, a descrição da precariedade das estradas é sempre muito detalhada. Nasr Fayad Chaul (1997) relembra como exemplos mais expressivos as descrições de Johann Emmanuel Pohl em 1817 (Pohl, 1951b:25), Saint-Hilaire em 1822 (Saint-Hilaire, 1975:38), José Rodrigues Jardim em 1835 (Jardim, 1986:29), Luiz Gonzaga de Camargo Fleury em 1835 (Fleury, 1986:82) e Francis Castenau em 1843 (Castelnau, 1941:240).

Estrada não seria o termo adequado para nomear os caminhos precários que ligavam os centros econômicos e o luxo não era comportado nessas primeiras aglomerações que se pareciam mais com acampamentos do que com uma vila minimamente estruturada. A cultura da simplicidade e do trato com poucos recursos foi a que primeiramente se instalou na região e se refletiu também na arquitetura.

Durante o período da mineração, duas zonas se caracterizam pelo agrupamento dos assentamentos de economia mais pujante e, conseqüentemente, uma sociedade mais estruturada. A Correição de Vila Boa e a Correição do Norte. Contemporaneamente seria a divisão entre os estados de Goiás e Tocantins.

A primeira tendo Vila Boa [20], atual cidade de Goiás, como principal núcleo e a outra sendo organizada a partir de Natividade [21]. Será a partir desses núcleos que busco estruturar a compreensão de como se deu a distribuição espacial e cronológica no território em análise. Existem relatos de agrupamentos, principalmente ao norte, ligados à pecuária como subsistência, evidenciando que a extração mineral estava precedida pela criação de gado. Uma das questões que Paulo Bertran coloca em sua obra e que já nos mostra uma ruptura com uma historiografia baseada na decadência econômica:

[20] · 08/07/2021 ◀
Catedral de Santana
1929/1762 · Cidade de Goiás
15°56'03.7"S 50°08'25.9"W
Representante dos primeiros momentos de ocupação ao sul de Goiás, passou por renovação da fachada durante a década de 1920. Ver dossiê p. 875.

[21] · 23/07/2019 ▶
Ilg. de N. Sra. da Natividade
1927/1759 · Natividade
11°42'34.7"S 47°43'24.8"W
Representante dos primeiros momentos de ocupação ao norte de Goiás, também passou por renovação da fachada durante a década de 1920. Ver dossiê p. 855.



“De fato, quando, em 1722, Bartolomeu Bueno da Silva Filho adentrou a região já encontrou sinais de gado, sentindo-se de todo perdido, escreve Silva e Souza em sua narrativa. Nas bordas de Goiás e Tocantins a pecuária antecedia a mineração...” (Bertran, 2011:136)

Isso vale como nota para reforçar o registro de que já havia uma movimentação da economia antes mesmo do início das atividades ligadas à exploração do ouro. Tomo a mineração como marco pois foi a atividade responsável pela expansão da ocupação do território, organizada como consequência da exploração de jazidas auríferas.

A partir da descoberta do ouro é que tivemos, além da expansão demográfica, um maior controle fiscal, ampliação do corpo administrativo, disponibilização de tropas e a consequente estrutura para abrigar a recém-chegada população. Não que a oficialização da região só tivesse acontecido após a descoberta do ouro, pois esta já era registrada e limitada administrativamente, mas é notável o aumento da atenção e da disponibilização de aparatos de controle ligados às novas minas.

Pontos de fiscalização, formalização de estradas, proibição de caminhos, disponibilidade de agentes oficiais da coroa e elevação do status administrativo de arraiais mais povoados foram algumas das medidas adotadas com vias de retirar o quinto, e, posteriormente, a finta de cada grama de ouro prospectado.

Até 1744 as minas goianas eram de propriedade da capitania de São Paulo e tiveram como primeiro superintendente Bartolomeu Bueno II (1672-1740), o filho. Devido ao crescimento e à complexidade da região com a exploração das minas, São Paulo já não conseguia mais administrar à distância um quadro tão intrincado quanto o que se formava. O arraial de Santana, futura Vila Boa, passa a ser a capital da nova capitania de Goyaz, comandada por Marcos José de Noronha e Brito (1712-1768), o primeiro governador privativo, empossado em 1749, que inaugura tanto o primeiro Palácio do Governo [22] quanto a Casa de Fundação [23], hoje já renovados em suas expressões externas.

[22] · 08/07/2021 ◀
Palácio Conde dos Arcos
1867/1751 · Cidade de Goiás
15°56'04.3"S 50°08'24.3"W
Ver dossiê p. 751.

[23] · 08/07/2021 ▶
Casa de Fundação do Ouro
1922/1752 · Cidade de Goiás
15°56'05.1"S 50°08'24.2"W
Atual Ministério Público de
Goiás. Ver dossiê p. 825.



Assim, a expansão da ocupação vai se dar usualmente seguindo esses caracteres paulistas de nomadismo / transitoriedade, simplicidade / essencialidade, em uma série de arraiais fundados, dos quais apenas os mais pujantes se mantiveram após a extinção do ouro. Caracterizou-se uma população volátil, que não se fixava, e conseqüentemente tratava as primeiras construções que atendiam a mineração como soluções temporárias.

Após a chegada de Bartolomeu Bueno II, o território foi quase que completamente vasculhado em questão de duas décadas. Conforme levantamento de datas realizado por Lenora Barbo em sua tese (2015:289), na parte central, tendo o arraial de Santana como capital, tínhamos as maiores aglomerações, que futuramente se transformaram em vilas, a saber: Meia Ponte (1731), Corumbá (1731), Jaraguá (1737), Cavalcante (1740), Pilar (1741), Santa Luzia (1746), Couros (1750), Bonfim (1774). Alguns outros menores, como Ferreiro (1725) [24] e Barra (1726) [25], hoje são pequeníssimos povoados que se resumem à igreja fundadora. Atualmente, Goiás (Vila Boa), Pirenópolis (Meia Ponte), Luziânia (Santa Luzia) e Corumbá se mantêm como cidades na configuração político-econômica contemporânea.

Entre a parte central e a norte, tivemos uma área com alguns núcleos de exploração, porém de sobrevivência mais efêmera. Os mais notáveis: São José do Tocantins (1735) [26], Traíras (1735), Moquém (1736), e Santa Rita (1736). Todos atualmente fazem parte do município de Niquelândia e permanecem como pequenos núcleos com pouco mais de 40.000 habitantes nas proximidades do lago da Serra da Mesa.

Mais ao alto, ao norte, hoje sul do Tocantins, Natividade (1734), inicialmente São Luís, foi o centro de uma área econômica movimentada. Arraias (1736), São Félix (1736), Monte do Carmo (1741), Conceição (1741), Porto Real (1791), se desenvolveram a partir da atividade mineradora e permanecem presentes como núcleos urbanos até a atualidade, preservando ainda o traçado e o tecido colonial.

[24] · 07/07/2021 ◀
Ig. de São João Batista
1761 · Ferreiro
15°54'44.6"S 50°06'08.4"W
Ver dossiê p. 285.

[25] · 06/07/2021 ◀
Ig. N. Sra. do Ros. da Barra
1728 · Buenolândia
15°48'14.0"S 50°18'30.1"W
Ver dossiê p. 183.

[26] · 22/10/2021 ▶
Ig. de São José do Tocantins
1949/1742 · Niquelândia
14°28'24.6"S 48°27'36.5"W
Altar do Senhor dos Passos, proveniente da demolida Igreja de São Joaquim, do extinto Arraial do Cocal. Atualmente instalado na Matriz de São José do Tocantins, em Niquelândia.



Foi nesses núcleos, principalmente nos mais pujantes, que surgiram as edificações mais duradouras. Em alguns momentos, de maior escala [27], em outros, com técnicas mais aprimoradas [28] e em outros como signo de presença personalista [29] em uma determinada região. Analisando as datas dessas edificações e as datas chave da produção do ouro, colocadas por Luís Palacin, podemos perceber que muitos dos exemplares de vulto foram edificadas após o ápice minerador: 1753 com 3.060kg, 1778 com 1.090kg, 1800 com 425 kg e 1822 com meros 20kg (Palacin; Moraes, 1994:23).

Não é o intuito retirar a importância da exploração do ouro na economia local. O ouro foi o responsável por todo o interesse pela região, por fomentar o comércio nascente e pela real ocupação de um território ainda visto como sertão, sempre sinônimo de longas distâncias, paisagem agreste e de poucos recursos (Leonardi, 1996:152). Mas sim fazendo aqui um contraponto a uma decadência e abandono defendida e narrada, principalmente, por viajantes do século XIX. Com certeza uma certa parcela do ouro ainda estava presente, direta ou indiretamente, no financiamento dessas edificações, mas já se iniciava a entrada de outro tipo de renda dentro dos cálculos econômicos locais. Em levantamento realizado por Paulo Bertran (1978), o ouro respondia por 50% da economia, a agricultura 30% e o comércio 20% ao final da década de 1770.

Isso nos mostra que a parte da sociedade que não foi embora com ouro estava se assentando e precisava de edificações para apoiar sua permanência. A apregoada decadência pode não ter sido tão contrastante com uma pujança que sequer existiu. As riquezas provenientes do auge da mineração não estavam sendo revertidas em espaço de qualidade ou edificações primorosas, tampouco em serviço e comércio de primeiro nível.

O declínio da produção do ouro era uma realidade mundial, sentida em Goiás, Minas Gerais, Portugal e até na Inglaterra. Houve o impacto, nessas sociedades, da diminuição de recursos provenientes dessa fonte de renda e, nesse sentido, a visão de decadência deveria ser aplicada muito mais às tabelas econômicas do que à qualidade do espaço urbano ou da sociedade.

[27] · 14/07/2021 ◀
Engenho S. Joaquim
1805 · Pirenópolis
16°01'10.3"S 49°05'01.5"W
Atual Fazenda Babilônia.
Ver dossiê p. 491.

[28] · 07/07/2021 ▶
Ig. de N. Sra. d'Abadia
1790 · Cidade de Goiás
15°55'51.9"S 50°08'33.2"W
Ver dossiê p. 451.

[29] · 26/04/2019 ◀
Chafariz da Boa Morte
1778 · Cidade de Goiás
15°56'13.0"S 50°08'23.2"W
Ou Chafariz de Cauda.
Ver dossiê p. 389.



“Além disso, a partir do primeiro terço do século XVII uma espécie de paragem na produção das minas americanas fez sentir as suas consequências na economia mundial. Ter-se-iam esgotado parcialmente as minas? As grandes despesas do Império espanhol da América teriam retido lá excedentes de lingotes ou de moedas, já que não tomavam o caminho da metrópole? Em todo o caso, esta fome de moeda, que provocou dificuldades financeiras ao governo espanhol no decurso da guerra contra a França e talvez a sua derrota final, modificou a economia geral da Europa. Os Estados poderosos conseguiram atenuar as más consequências deste facto de diversas maneiras. Mas a estagnação foi geral e ela contribuiu para prender ao trabalho da terra um número maior de braços.”
(Tapié, 1972a:145)

Assim, boa parcela do que foi edificado em Goiás já estava sendo financiado pelo comércio e pecuária, fontes de recurso para construção também de igrejas, capelas e residências que se propagaram pela região e caracterizavam o tecido das áreas urbanas. Simbolizando uma comunidade que vai se desprendendo do nomadismo, consolidando-se e edificando símbolos que davam o significado de permanência. Esta que vai se prolongar até as primeiras décadas da República, mantendo uma estabilidade de atividades econômicas e sociais, de métodos construtivos e expressões artísticas daqueles que agora se estabeleceram.

O ouro, motivo principal de migração, fonte de agitação, mudanças rápidas e atração de forasteiros, já não estará mais disponível, e os centros de maior produção acabam sendo os locais que vão perdurar durante os anos com uma ocupação minimamente consolidada.

A concentração populacional naturalmente levava a uma concentração do poder, comércio, famílias mais ricas, instituições oficiais e estruturas clericais. Nesses núcleos que perduraram, encontramos maior presença de edificações, já que tinham que responder a uma sociedade mais complexa. A cidade de Goiás, Pirenópolis e Natividade são alguns exemplos que contrastam com as atuais e mínimas Buenolândia e sua igreja [30] ou Conceição do Tocantins e sua Matriz em pedra [31].

[30] · 06/07/2021 ◀
Ig. N. Sra. do Ros. da Barra
1728 · Buenolândia
15°48'14.0"S 50°18'30.1"W
Ver dossiê p. 183.

[31] · 22/07/2019 ▶
Ig. de N. Sra. da Conceição
≈1740 · Conceição
12°13'08.0"S 47°17'49.1"W
Ver dossiê p. 205.



Não cabe repassar aqui um histórico econômico profundo ou avaliar a pirâmide societária de cada período e os possíveis desdobramentos desses números. A intenção é lançar alguns pontos que nos ajudem a compreender um pouco mais o contexto no qual se deu a edificação dessas obras, evidenciando alguns grupos dentro desse corpo econômico. Nessa sociedade mais complexa, que vai amadurecendo a partir do fim do ciclo da mineração, elenquei, para fins didáticos, quatro grupos responsáveis por dar a definição do tecido urbano por meio das edificações que os representam. O primeiro seria o poder estatal, responsável pelas casas de câmara e cadeia [32], casas de fundição e alguns outros edifícios públicos, como chafarizes ou abrigos de vocação militar, e que em alguns momentos associavam-se ao clero para empreendimentos específicos [33].

O clero, segundo na hierarquia administrativa, mas talvez o primeiro na social, teve fundamental papel na conformação do tecido por meio de diversos marcos, principalmente pela catedral ou igreja matriz. O poder de controle e de organização da sociedade retido pela instituição potencializava o significado das edificações, já formalmente diferenciadas. Essas faziam parte de um rito que permeava quase toda a sociedade da época e no qual o olhar diferenciado para as igrejas, eminentemente sagrado, ampliava o impacto da presença física [34].

A cargo dos mineradores mais ricos, fazendeiros, membros do clero e do governo, terceiro grupo, ficam as edificações particulares de exceção. Casas mais amplas [35] com cômodos extras e sedes de fazenda construídas com um maior apuro da técnica construtiva são as principais produções ligadas a um financiamento exclusivamente particular.

Por fim, menos reverenciada, mas verdadeira autora da identidade dos arraiais e vilas, a massa populacional formada por pequenos comerciantes, prestadores de serviços e escravos. Foram os responsáveis pela harmonia e padronização formal das casas e pela proliferação dos templos, edificados por meio de doações, trabalho compartilhado e esmolas provenientes de um esforço contínuo e duradouro.

[32] · 14/07/2021 ◀
Casa de Câmara e Cadeia
1919 · Pirenópolis
15°50'59.5"S 48°57'30.9"W
Atual Museu do Divino.
Ver dossiê p. 575.

[33] · 08/07/2021 ◀
Ig. S. José de Mossâmedes
1780 · Mossâmedes
16°07'39.1"S 50°12'54.9"W
Ver dossiê p. 431.

[34] · 13/07/2021 ▶
Ig. N. Sra. da P. de França
1858/1751 · Corumbá
15°55'28.6"S 48°48'27.8"W
Ver dossiê p. 523.

[35] · 14/07/2021 ▶
Casa Dona Otilia
≈1750 · Pilar de Goiás
14°45'47.9"S 49°34'46.8"W
Atual Casa da Diocese.
Ver dossiê p. 245.



A divisão da sociedade e a estrutura econômica conservaram-se sem grandes transformações durante o período colonial, também no imperial e parte do republicano. Apesar das constantes trocas dos governadores da região, de polêmicas e desavenças políticas, Goiás apresentou relativa estabilidade durante todo esse período.

“Em Goiás, como vimos, não houve mudanças marcantes de Colônia para Império. No aspecto econômico, continuou o mesmo marasmo já registrado com a decadência da mineração, e somente mais tarde a pecuária irá oferecer ligeiras modificações. No aspecto político, as transformações foram pequenas. Os presidentes nomeados pelo poder central, sem vínculos com a terra, ainda continuavam sendo de nacionalidade portuguesa. Os goianos os identificavam com os detestáveis capitães-generais de um passado próximo que não se apagara.” (Palacin; Moraes, 1994:53)

Localmente existiram poucas revoltas ou movimentos minimamente organizados que tentassem modificar questões políticas. Alguns inconformados com a capitação do ouro no norte do estado em 1736 ou o movimento nacionalista organizado na cidade de Goiás em 1831 podem ser tidos como reclamações tanto mais significativas, mas que não se transfiguraram em revoltas. Assim, com o povo não sendo inflamado, as questões permaneciam como sempre foram.

Dessa maneira, os comportamentos, estruturas, tecnologias e métodos demoraram-se nas suas zonas de conforto até o início do século XX, inclusive na construção [36] [37] [38]. Situação corroborada por questões como distância dos centros litorâneos, dificuldade em percorrer os trajetos consolidados e uma economia não inserida em cenário nacional. Reforçam-se assim os vínculos com o saber fazer local e a relação com a disponibilidade material, fortalecendo a estrutura social que deixava as coisas como são. As modificações só começaram a acontecer, de fato, algumas décadas depois da instauração da República.

[36] · 14/07/2021 ◀
Ig. de N. Sra. do Pilar
1922 · Pilar de Goiás
14°45'50.4"S 49°34'43.8"W
Ver dossiê p. 585.

[37] · 21/10/2021 ◀
Cadeia Pública
1922/1899 · Porto Nacional
10°42'31.0"S 48°25'00.6"W
Atual Arquivo Municipal.
Ver dossiê p. 595.

[38] · 17/10/2021 ▶
Palácio da Intendência
1900 · Rio Verde
17°48'10.2"S 50°56'01.7"W
Ver dossiê p. 565.



TRADIÇÃO · Vontades

Neste tópico iremos verificar alguns suportes à arquitetura edificada dentro do recorte estabelecido. Buscar avaliar as ideias, os autores, as influências e outras questões discutidas no cenário social dos séculos XVIII e XIX principalmente. Examinar se realmente existiram questões externas à produção interna goiana e de que maneira elas influenciaram a expressão construtiva em sua materialidade. É possível afirmar que existiu alguma teoria que embasava as escolhas formais dos artífices locais? A volumetria maciça, quase monolítica dos edifícios e a uniformidade plástica das cidades respondiam a uma vontade ou eram prisioneiras do acaso? Essas e algumas outras questões provocaram o primeiro ímpeto de investigar como localmente as reflexões de ideais nacionais e/ou internacionais foram apropriadas, interpretadas e transformadas dentro da realidade local tanto distante daquela experienciada nos grandes centros urbanos de então.

Recuando no tempo, tivemos as primeiras edificações do arraial de Santana, em Goiás, com a chegada do Anhanguera filho (1672-1740), o segundo. A partir daí, podemos voltar para outra Santana, agora a do Parnaíba, em São Paulo, cidade natal do nosso primeiro superintendente das minas. Lá encontraremos um dos raros exemplares arquitetônicos remanescentes do século XVII, o atual Museu Casa do Anhanguera – qualquer semelhança com a Casa de Cora Coralina [39] ou a dita de Bartolomeu [40], ambas na cidade de Goiás, não é mera coincidência.

Esse, o Museu, nos revela muito do que foi a maneira de se construir a arquitetura em Goiás. A taipa de pilão, caiação e telha de barro bem como as janelas e portas com verga reta e uma distribuição de cômodos muito similar à das casas urbanas goianas. Era a técnica paulista, que se disseminou pela região próxima aos primeiros núcleos da capitania de São Vicente e nos legou alguns exemplares famosos da arquitetura dita bandeirista, como a Casa do Sítio de Santo Antônio, 1681, e a Casa do Sítio do Padre Inácio, 1723. Em Goiás, principalmente ao sul, essas foram as técnicas predominantes nas diversas tipologias urbanas.

[39] · 07/07/2021 ◀

Casa de Cora

≈1770 · Cidade de Goiás

15°55'56.2"S 50°08'24.7"W

Atual Ms. Cora Coralina.

Ver dossiê p. 349.

[40] · 26/04/2019 ▶

Casa Bartolomeu Bueno

≈1770 · Cidade de Goiás

15°55'48.8"S 50°08'18.9"W

Atual Res. Leonardo

Lacerda. Ver dossiê p. 339.



A curtíssima genealogia serve para trazer um primeiro referencial dos modelos adotados pelos construtores do sertão, que traziam em suas bagagens, apesar de materialmente vazias, muito desse repertório quase arquetípico de formas e técnicas. Apesar da expressão peremptória, quando, em 1840, Louis Vauthier (1975:37) coloca que *“Assim, quem viu uma casa brasileira, viu quase todas”* ele acaba por sintetizar a maneira que essa arquitetura se expressava, por meio de uma repetição muito patente de técnicas construtivas, materiais e distribuição de planta. Houve uma permanência dos saberes que se traduziu em multiplicação de edificações muito parecidas [41] [42] [43].

Os paulistas foram exímios taipistas (Leal, 1977:34) e naturalmente, ao explorar desconhecidos territórios, não desperdiçaram esse conhecimento em suas novas edificações surgidas nos sertões. A já citada Santana do Parnaíba foi fundada como apoio e proteção à Vila de São Vicente, este o núcleo fundacional da capitania de São Vicente em 1534, e posteriormente fundida à capitania de São Paulo. A região já era povoada por colonos portugueses, mas a vila foi formalmente fundada por Martin Afonso de Sousa (1500-1564), que partiu de Portugal com tripulação de mais de quatrocentos homens, grande parte comerciantes, trabalhadores e reinóis originários do sul de Portugal (Souza, 1839:bijj), com o intuito principal de consolidar a presença portuguesa e ativar economicamente a região (Perugorria, 2010:75). A parte sul de Portugal é notoriamente reconhecida pelo uso da taipa, não exclusivo, porém mais desenvolvido, em uma tradição construtiva que remonta ao século VIII, amadurecida e consolidada a partir de uma cultura construtiva miscigenada também com a ocupação árabe (Pinto, 2004:10). Os reais motivos da utilização e aprimoramento dessa técnica vão além da disponibilidade ou indisponibilidade material.

Talvez a necessidade de defesa dos povos árabes a partir de sua sedentarização e a conseqüente construção de fortalezas, elaboradas com largas paredes que dificultavam o assalto e permitiam melhor absorção do impacto dos projéteis, seja um aspecto a ser considerado. Ou a necessidade de se edificar rapidamente com o primeiro material acessível à mão nua incitou esse modo de construir. A origem real da utilização dessa técnica construtiva tradicional permanece um tanto incerta.

[41] · 13/07/2021 ◀
Ig. de N. Sra. do Rosário
1736 · Pirenópolis
15°51'10.5"S 48°57'32.2"W
Ver dossiê p. 193.

[42] · 14/07/2021 ◀
Ig. N. Sra. do M. do Carmo
1750 · Pirenópolis
15°50'57.4"S 48°57'33.9"W
Ver dossiê p. 255.

[43] · 14/07/2021 ▶
Ig. do N. Sr. do Bonfim
1754 · Pirenópolis
15°51'05.6"S 48°57'10.0"W
Ver dossiê p. 265.



O fato é que, aprimorada ao sul de Portugal, acabou por desembarcar ao centro do Brasil. Em Goiás, talvez o principal motivo da consolidação do uso da taipa, e conseqüentemente do barro, tenha sido a adaptabilidade da técnica aos novos terrenos, aliada ao domínio por parte dos mestres construtores locais.

[44] · 23/10/2021 ◀
Ig. de N. Sra. do Rosário
1769 · Luziânia
16°14'50.5"S 47°56'51.6"W
Ver dossiê p. 329.

O trabalho com o barro permitiu a utilização do adobe, o pau-a-pique e outros tipos de taipa. Apesar de serem técnicas diferentes, com utilizações diferentes, a matéria prima era sempre a mesma. Havia também uma unidade plástica muito contundente em seu aspecto externo; após o nivelamento da superfície e a caiação, ainda permanece difícil diferenciar a técnica empregada nos fechamentos.

[45] · 24/07/2019 ▶
Prefeitura
1922 · Porto Nacional
10°42'30.5"S 48°25'00.5"W
Atual Ms. Histórico e Cultural.
Ver dossiê p. 605.

O que contribuía também para a organização e uniformidade das cidades. A maneira de agrupamento das edificações, mesma herança ibérica, garantia tanto economia construtiva quanto estabilidade estrutural. No caso, a mesma parede poderia dividir duas residências, possibilitando o estreitamento das alvenarias e desobrigando a construção de contrafortes para sustentação. Mais uma vez o aspecto formal como consequência do técnico.

O emprego dessas maneiras de construir acarretava forte homogeneidade nesses pequenos assentamentos coloniais, em alguns momentos impressionante, rompida exclusivamente em dois casos: ou com igrejas [44] ou com edifícios de Estado [45]. Estas eram as obras de exceção dentro da malha urbana, em contraste com a massa edificada das residências e comércios que conformavam as quadras. Tal exceção acontecia de duas maneiras distintas.

A primeira, ligada à localização desses edifícios dentro da malha urbana. Usualmente os largos e as praças, pontos focais e de agrupamento da cidade, estavam reservados para as instituições mais importantes. Vamos perceber isso como uma regra dos agrupamentos coloniais. Em Pirenópolis, Natividade, Mossâmedes, Pilar, ou Conceição do Tocantins, com suas matrizes situadas no ponto mais nobre do traçado urbano, percebemos a eficácia dessa diretriz.



Os edifícios administrativos, símbolos do poder institucional, também mereciam destaque, apesar de essas aparições terem sido bem menos frequentes que a dos templos. Em Vila Boa, capital, temos o maior número de exemplares da arquitetura promovida pelo poder público. A Casa de Câmara e Cadeia, o Quartel Militar, o Palácio Condes dos Arcos ou o Chafariz de Cauda estão todos posicionados em largos ou praças, sempre precedidos por amplo espaço frontal.

A segunda maneira de diferenciação desses edifícios acontecia pela escala. Nas igrejas, as altas naves e torres sineiras que se destacavam no perfil urbano são os exemplos mais notáveis. Mesmo quando inseridas dentro da quadra tradicional, como é o caso da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e da Igreja de Nossa Senhora d'Abadia, da cidade de Goiás, a escala as destaca do casario térreo, chegando a alcançar nove a dez metros na cumeeira das torres.

As diferenciações mais notáveis na arquitetura civil, por escala, acontecem na Casa de Câmara e Cadeia de Goiás e no Chafariz de Cauda da mesma cidade. Outro exemplo seria a antiga Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis, que se instala em frente à ponte da cidade, no caminho de chegada das principais fazendas, similar à Casa de Câmara e Cadeia de Santa Cruz [46], implantada junto à principal estrada que cortava a cidade. Os exemplos evidenciam que a localização exercia papel fundamental na transmissão das mensagens, volumétricas, não verbais, da presença do poder regulador.

Necessariamente essas obras precisavam de diferenciação. Estavam ligadas à representação dos maiores poderes da época, no caso, Igreja e Estado (Franco, 1944:23). Ao se colocarem no tecido urbano, materializavam a presença desse poder em uma das regiões mais distantes do território português. O edifício era a presença do poder consolidado, que durante as vinte e quatro horas do dia vigiava a população e deixava o recado que as forças de comando estavam presentes. Assim como nobreza e clero estavam acima da população, edifícios administrativos e religiosos também tinham prevalência sobre a massa edificada popular.



“A arquitetura religiosa desse período cumpriu, nesse contexto, um papel de consolidação da ocupação do espaço geográfico e abrigou a aproximação das pessoas divididas em seus distintos estamentos, por meio de rituais de modelação do pensamento conformes à estratégia delineada pelo antigo sistema colonial.” (Pinheiro, 2001:144)

É a força do símbolo. Em uma região fronteiriça, na qual o centro das ordens estava muito distante, fazia-se necessário consolidar a presença, não apenas com os reinóis, mas também com outras nações. As disputas limítrofes com a Espanha ainda não estavam de todo resolvidas e Goiás, após as fronteiras internacionais do Mato Grosso, era o próximo ponto de contato para quem adentrava a partir do Rio Paraguai.

As edificações oficiais se portavam também como instrumento de marco e posse da terra. Por mais simples que fosse a expressão dessa arquitetura oficial, sempre se encontrava uma maneira de colocar e impor sua presença como representante de uma classe, uma necessidade ideológica que se traduz em forma e, conseqüentemente, configuração da cidade.

Repetiam-se as implantações, as cumeeiras das igrejas [47], o ápice das torres sineiras [48] e largos urbanos em uma consolidação do modo de se fazer e se expressar que os paulistas iam carregando e semeando no percurso de interiorização do território. Apesar de todo o arcabouço simbólico do qual essas edificações estavam impregnadas, o desenho prévio, antes da obra, era documento de exceção.

O projeto, tal qual o conhecemos hoje, como documento para guiar a execução, não existia. O que se tinha, tal qual se praticava usualmente à época, era o projeto como guia conceitual. Eram dadas instruções principais de proporções, fenestração, escala e posicionamento no terreno (Bueno, 2002:42). Aos mestres que dele se utilizavam, tinha mais um sentido de diretriz do que regra fixa construtiva.

[47] · 07/07/2021 ◀
Ilg. de São João Batista
1761 · Ferreiro
15°54'44.6"S 50°06'08.4"W
Ver dossiê p. 285.

[48] · 07/07/2021 ▶
Ilg. de S. Francisco de Paula
1761 · Cidade de Goiás
15°56'01.8"S 50°08'30.7"W
Ver dossiê p. 295.



“Quem projetou e construiu essas casas e edifícios públicos coloniais? Eis um dos principais problemas no estudo da arquitetura brasileira, pois a maior parte dos edifícios existentes é de autoria desconhecida. As raízes do problema vêm de Portugal, onde, de modo geral, a situação é idêntica. Em 1822, Adrien Balbi sugeriu-lhe uma das causas, ao criticar os portugueses por deixarem de reconhecer a profissão do arquiteto civil. No seu dizer, preferiam eles permitir que os arquitetos militares monopolizassem o ramo civil da arquitetura, restringindo-lhe o ensino às escolas de engenharia militar, o que não somente explica a similitude e falta de imaginação características da maioria dos edifícios da autoria de arquitetos militares, mas também o anonimato no qual caíram muitas de suas obras.” (Smith, 1975:181)

Estes documentos, normalmente produzidos por órgãos externos aos locais de implantação da obra, eram geralmente elaborados na metrópole e, se necessário, recebiam adequações ou novas diretrizes localmente. Tais modificações poderiam ser feitas por engenheiros da guarda ou pelos próprios governadores da capitania ou província quando na impossibilidade de aguardar definições além-mar.

Porém, esse tipo de representação estava restrito às obras públicas ou de maior porte, que passavam por processo mais rigoroso no estabelecimento de diretrizes prévias por parte dos contratantes, oferecendo obrigações mínimas aos contratados. Apesar da ausência do documento construtivo, as obras não nasciam de maneira completamente aleatória ou exclusivamente presente na cabeça do proprietário ou outro responsável pela contratação. Os edifícios de maior escala [49] [50] solicitavam maior equipe em sua edificação e as condições de contratação desses construtores era procedimento usual à época.

“Face à abundância de exemplos de ‘condições de arrematação’, ‘instruções’, ‘contratos’, ‘riscos’ e ‘traças’, descarta-se a hipótese de espontaneidade no processo. Descortina-se, assim, uma complexa cadeia produtiva em etapas, envolvendo por vezes diversas gerações de oficiais mecânicos.” (Bueno, 2012:326)

[49] · 06/07/2021 ◀
Quartel do XX
1765/1747 · Cidade de Goiás
15°56'09.1"S 50°08'22.9"W
Ver dossiê p. 305.

[50] · 26/04/2019 ▶
Casa de Câmara e Cadeia
1766 · Cidade de Goiás
15°56'16.3"S 50°08'24.6"W
Atual Ms. das Bandeiras.
Ver dossiê p. 317.



Já as construções residenciais, particulares, disseminadas por todos os núcleos urbanos, eram basicamente formatadas por uma composição de duas tipologias muito específicas: a planta retangular ou a planta em “L”. A Casa do Bispo, na cidade de Goiás [51], e a Casa do Pe. Silvestre, em Jaraguá [52], são apropriados exemplos da primeira, e da segunda, a Casa da Princesa [53] e a Casa Enxaimel [54], em Pilar de Goiás. Essas duas tipologias repetiam-se e ajustavam-se às singularidades locais, acrescentando ou removendo cômodos ao gosto dos usuários. O processo de composição da planta e volumetria das casas não exigia projeto. Era atividade executada diversas vezes e a maior preocupação se dava com a escolha do método construtivo. Os dimensionamentos de cômodos e as acomodações ao terreno exigiam soluções muito parecidas, e a padronização era tamanha que parecia ser regida por um severo código de obras. Vide outros exemplos residenciais aqui levantados.

Nas construções do dia a dia, o que havia como definidor da arquitetura era, ao invés do projeto, o conhecimento construtivo do mestre de obras. Um saber que era aplicado às necessidades do proprietário e respaldado por um repertório de plantas repetidamente construídas. Assim, as pequenas variações não eram suficientemente inovadoras para transformar o modelo inicial – quase um arquétipo de distribuição espacial – que permanecia associado a uma convenção construtiva.

Apesar dessas diferenças dentro do processo de concepção dos edifícios, podemos notar que um dos pontos fundamentais para materialização da arquitetura foi, e ainda é, o contratante. Mesmo com todas as condicionantes técnicas, materiais, geográficas e conceituais, as vontades de quem financia a obra têm um grande impacto em como essa obra se colocará no mundo físico. E no sentido de responder a pedidos específicos dos proprietários, algumas obras se tornam emblemáticas pelo atendimento de certas necessidades, como é o caso da já citada Sede da Fazenda Babilônia, com grande telhado que protege uma série de usos tanto íntimos quanto sociais ou produtivos. Inversamente proporcional em escala, mas também peculiar em sua expressão, temos a dita Casa de Bartolomeu Bueno II, com sua apertada e escura senzala abaixo da agradável e iluminada área social.

[51] · 08/07/2021 ◀
Casa do Bispo / IPHAN
S/D · Cidade de Goiás
15°56'01.2"S 50°08'31.7"W

[52] · 31/01/2020 ◀
Casa Pe. Silvestre
≈1790 · Jaraguá
15°45'39.7"S 49°20'07.6"W
Atual Casa de Cultura Pe. Silvestre. Ver dossiê p. 461.

[53] · 14/07/2021 ▶
Casa da Princesa
≈1750 · Pilar de Goiás
14°45'56.3"S 49°34'46.3"W
Atual Ms. Casa da Princesa. Ver dossiê p. 235.

[54] · 14/07/2021 ▶
Casa Enxaimel
≈1740 · Pilar de Goiás
14°45'55.7"S 49°34'47.7"W
Atual Res. Antônia de Jesus Sousa. Ver dossiê p. 225.



O contratante, em Goiás, teve papel fundamental também na definição das igrejas. Uma diferença crucial entre os exemplares do litoral e os aqui edificadas foi a delimitação do grupo responsável pelas construções. No caso goiano, região mineradora, a obra ficava a cargo dos fiéis e irmandades. A ausência da oficialidade clerical junto à concepção dos templos locais acabou por impactar em aspectos formais tanto externos quanto internos, diferenciando-os das obras comandadas por um corpo oficial da Igreja.

“A proibição, por parte da Coroa portuguesa, de estabelecimento de ordens religiosas em regiões mineradoras contribuiu grandemente para que os templos construídos no interior da Colônia não apresentassem qualquer das orientações encontradas naqueles edifícios construídos no litoral. Passava-se, assim, a responsabilidade tanto da edificação quanto da manutenção para as mãos dos fiéis.” (Coelho; Valva, 2001:213)

Assim, o controle de uma mensagem mais vigorosa a ser transmitida pelo clero, que acontecia nas edificações construídas sob a tutela das Ordens, em Goiás não aconteceu. A opulência e riqueza de um barroco arrebatador não se faz presente. A imagem forte de grupos diretores da Igreja não estava por trás do que foi aqui edificado e a força captadora de recursos, proveniente desse grupo, como instituição, também não dava suporte ao financiamento da edificação dos templos locais. Outro fator que ajuda a esclarecer a simplicidade dos templos oitocentistas implantados em terras goianas [55].

“O que aconteceu com a arquitetura e a arte no Brasil, sob o comando da Igreja Católica, é resultado de um programa missionário muito bem ordenado pela Ordem de Cristo, em Portugal. Com apoio integral dos papas que dirigiam a Igreja nos séculos XVI, XVII e XVIII, os monarcas portugueses conseguiram manter a posse da terra americana graças à implantação de igrejas, conventos, seminários e colégios. As construções mais suntuosas estiveram a serviço dos jesuítas, franciscanos, carmelitas, beneditinos e dominicanos. As igrejas e matrizes do clero secular raramente alcançaram o mesmo padrão de riqueza e ostentação das igrejas do clero regular.



“A compensação fez-se no caso brasileiro, como muita propriedade, por intermédio das irmandades religiosas e das confrarias e ordens terceiras, que abrigavam entre seus seguidores uma significativa parcela da sociedade colonial, rica e pobre, branca e mestiça, mulata ou negra, que não poupou esforços materiais, técnicos e artísticos na construção de seu patrimônio religioso.” (Biancardi, 2001:49)

O fato de as irmandades serem as responsáveis pela edificação dos templos ajuda a esclarecer duas questões. A primeira seria a proliferação de igrejas e capelas dentro dos núcleos urbanos e áreas rurais. Nos centros mais estruturados, como a cidade de Goiás, Pilar, Pirenópolis e Natividade, é possível contar mais de vinte exemplares edificadas em pouco mais de quarenta anos. Abundância proporcionada por uma competição entre irmandades, devoção a diferentes santos, ou promessas particulares.

A segunda é ligada aos aspectos formais. A simplicidade construtiva e essencialidade espacial eram regras provenientes principalmente da falta de recursos financeiros para construção. Sem o apoio do corpo oficial da Igreja, não era possível contratar artistas renomados, providenciar riscos cuidadosos ou arrematar materiais mais nobres para esculturas, portadas e detalhes.

Os templos eram modestos, mas não deixam de simbolizar, pela escala e situação urbana, o prestígio clerical e a presença do sagrado. Foi a simplicidade do construtor local, guiado pelo seu saber prático, materializado por poucos recursos financeiros, que construiu o que foi aqui construído, da maneira como foi construído.

O conhecimento era fácil de se transportar, o financiamento se dava sem recursos e os materiais eram retirados localmente. As exceções construtivas se davam por uma torre sineira pouco mais alta [56] ou uma nave tanto mais ampla [57]; para o sertanejo simples, já era mais que suficiente para lembrá-lo da presença de Deus e, para a Igreja demonstrar seu poder, não precisou mais do que isso.

[56] · 13/07/2021 ◀
Ilg. de N. Sra. do Rosário
1736 · Pirenópolis
15°51'10.5"S 48°57'32.2"W
Ver dossiê p. 193.

[57] · 19/07/2021 ▶
Ilg. de Nosso Sr. do Bonfim
1857 · Silvânia
16°39'14.7"S 48°36'15.0"W
Ver dossiê p. 513.



[58] · 13/04/2019

Res. Joaquim Alves

≈1800 · Pirenópolis

15°51'12.4"S 48°57'41.7"W

Atual Ms. Pompeu de Pina.

Ver dossiê p. 471.

Seria essa mais uma das possibilidades para compreender a arquitetura construída nesse vasto território, apoio de esclarecimento ao comportamento local que estabelecia o modo pelo qual ela se materializava assim, simples, rude. Um discurso de orações menos eruditas, mas não menos eloquentes.

E assim, mesmo dentro de uma diversidade social, foi possível se desenvolver uma unidade que deu tanta força plástica às cidades coloniais de Goiás, pois, ao se erigir, obra por obra, de maneira simples, com materialidade limitada, determinou-se uma cena urbana de grande unidade, ampliando e potencializando o poder das edificações simples, mas que trabalharam em conjunto [58].

Quando da análise dos porquês e das vontades da coisa plástica, percebemos que o saber fazer do construtor e as necessidades primárias do contratante têm mais poder na definição de como cada edifício foi construído do que teorias e associações estilísticas. Existiam sim as vontades de o Estado se colocar, a Igreja se impor ou os abastados se diferenciarem, mas isso condicionado às distâncias, aos recursos, ao dinheiro e à ausência de uma formação erudita diretamente conectada aos conceitos artísticos da época.



PONTO DE
ARTES

TRADIÇÃO · Programas

Um dos grandes definidores na materialização da arquitetura em Goiás foi o programa de necessidades. As atividades desenvolvidas em cada um desses edifícios implicavam soluções espaciais específicas. Questões estas quase sempre uniformes, com pequenas variações que, em alguns casos, geravam edificações que fugiam minimamente à regra. Novamente a tríade governo, clero e população também está presente nessa distribuição de atividades que vão acontecer dentro dos edifícios. São as três divisões sociais definidoras de um período histórico e conseqüentemente determinadoras dos comportamentos e necessidades a serem desenvolvidas. Entraremos aqui na avaliação das implicações tipológicas, espaciais e programáticas destes usos.

“Pois toda a arquitetura erudita esteve monopolizada pela Igreja e, em muito menor escala, pelas construções governamentais, sobretudo cadeias, ou seja, o poder judiciário essencial numa economia de usura, onde o controle do fisco era o principal objetivo da Metrópole sempre ávida do açúcar e do ouro do Brasil.” (Etzetel, 1974:44)

As igrejas são um bom início, podemos tê-las como principais agentes tanto do espaço quanto da vida urbana no período colonial. Eram marcos não só físicos e espaciais, mas também sociais, que influenciam hábitos, horários, e se colocam como pontos de apoio para missas e todas as atividades de cunho religioso, ainda abrigando reuniões e outras atividades seculares. Internamente, a maneira de se organizar os espaços foi uma constante no repertório nacional.

Assim também se deu em Goiás. Essa estrutura programática está presente em todas as igrejas levantadas, trabalhando tal qual um *tipo*, replicado e minimamente transformado. Em alguns exemplares, como na Igreja de N. Sra. das Mercês, em Pilar [59], e na de São Sebastião, em Silvânia [60], mostram-se em configuração essencial. Já em outras, como na Igreja de N. Sra. da Penha, em Corumbá [61], verificaremos espaços adjacentes ao programa básico.

[59] · 14/07/2021 ◀
Ig. de N. Sra. das Mercês
≈1770 · Pilar de Goiás
14°45'41.7"S 49°34'52.1"W
Ver dossiê p. 359.

[60] · 19/07/2021 ▼
Ig. de S. Sebastião
1870 · Silvânia
16°39'45.1"S 48°35'54.3"W
*Empreendida sob as ordens
de José da Costa e Silva.*

[61] · 13/07/2021 ▶
Ig. N. Sra. da P. de França
1858/1751 · Corumbá
15°55'28.6"S 48°48'27.8"W
Ver dossiê p. 523.



“A divisão básica do edifício, em nave, capela-mor e sacristia, além da colocação do coro como um mezanino sobre a porta da entrada, mantém uma tradição de programa que remonta há séculos, em que cada período histórico contribuiu com novos conceitos ou mesmo com novas formas de interpretação desses espaços, dando-lhes elementos decorativos próprios do período em curso, sem contudo alterar suas características básicas, expressas pelo seu programa.” (Coelho; Valva, 2001:144)

Podemos reconhecer duas variações básicas dessas igrejas por aqui. A primeira, a mais simples, formatada por nave, capela, sacristia e coro, como configurada a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Conceição do Tocantins [62]. Nas modificações deste arranjo básico, encontraremos novo posicionamento da sacristia, mas mantendo a planta ortogonal, com cômodos retangulares. A segunda variante possui características típicas das igrejas empreendidas por irmandades, que contavam com mais cômodos de apoio às atividades das casas, como salões, consistórios, depósitos, salas de reuniões, tal qual encontrada na Igreja de N. Sra. do Carmo, em Pirenópolis [63]. A maioria também mantém a organização retangular, porém eventualmente tendo o espaço da nave conformado octogonalmente, como nas já citadas Igreja da Nossa Senhora da Boa Morte e Nossa Senhora do Carmo, na cidade de Goiás.

A respeito dessa especificidade octogonal, é interessante notar que ambos os exemplares surgem em terrenos de situações fronteiriças bem marcantes. Uma configuração que parece nascer de um processo de busca adicional de espaços, no qual a nave octogonal, disposta ao centro em sua integralidade, acaba por forçar que os outros espaços se adequem entre ela e os limites do lote. As outras igrejas, dispostas em terrenos mais amplos, sempre estiveram conformadas em geometria retangular. Talvez o octógono, que tende ao circular, possa ter sido, em Goiás, uma configuração para melhor aproveitar o espaço limitado de terrenos exíguos e com arestas de complexa disposição. Resolvendo-se o espaço mais nobre, de composição mais elaborada e equilibrada, e deixando os espaços residuais absorvidos por funções secundárias.

[62] · 22/07/2019 ◀
Ig. de N. Sra. da Conceição
≈1740 · Conceição
12°13'08.0"S 47°17'49.1"W
Ver dossiê p. 205.

[63] · 14/07/2021 ▶
Ig. N. Sra. do M. do Carmo
1750 · Pirenópolis
15°50'57.4"S 48°57'33.9"W
Ver dossiê p. 255.



Poderia se colocar também como influência direta do simbolismo do Barroco nessa composição espacial; mas me parece tanto mais plausível e adequado essa atitude estar ligada a uma solução técnica para potencializar o aproveitamento espacial a partir das limitações impostas por um terreno pequeno.

Os exemplos nacionais mais notáveis de igrejas com plantas octogonais ou circulares diferem essencialmente dos exemplares goianos na transposição dessa planta para a volumetria externa dos edifícios. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Ouro Preto/MG, evidencia essa dinâmica espacial e, junto com a Igreja de São Pedro dos Clérigos, em Recife/PE, talvez possam ser associadas mais a uma busca tipológica pelo modelo da Igreja São Pedro dos Clérigos do Porto, em Portugal, do que ao jogo geométrico como melhor resolução do espaço.

Comparando-se os aspectos compositivos e geradores das plantas dos exemplares goianos [64] [65], há uma diferença notável se relacionadas com as igrejas de Ouro Preto/MG e Recife/PE. O tipo, octogonal ou circular, é o mesmo, porém nascem de ideais diferentes. Já as plantas retangulares nascem do mesmo conceito que percorre também a produção nacional. Um espaço sagrado central precedido pela nave e, quando necessária a ampliação dos usos, recebe mais cômodos adjacentes para resolver as atividades específicas a cada comunidade.

Já no caso da arquitetura civil, temos uma primeira associação programática diretamente vinculada às instituições do Estado, com usos próprios do contratante, majoritariamente ligados ao apoio de atividades governamentais ou à serviço da infraestrutura urbana. Quartéis, casas de fundição, chafarizes, registros e as, tão particulares do período, casas de câmara e cadeia – usos que servem ao mesmo cliente, em uma conformação muito particular do período colonial. Na cidade de Goiás, por ter sido a primeira sede do poder local, encontraremos com maior frequência as edificações ligadas à autoridade oficial. A exemplo do Quartel do XX, edificado para abrigar as primeiras tropas armadas, foi crescendo e se modificando com o tempo, raro exemplar oitocentista de uso militar.

[64] · 07/07/2021 ◀
Ilg. de N. Sra. do Carmo
1774 · Cidade de Goiás
15°55'57.9"S 50°08'30.0"W
Ver dossiê p. 369.

[65] · 27/04/2019 ▶
Ilg. de N. Sra. da Boa Morte
1779 · Cidade de Goiás
15°56'04.9"S 50°08'23.4"W
*Atual Museu da Boa Morte.
Ver dossiê p. 399.*



O chafariz público era outro uso típico, equipamento importante para a sociedade do século XVIII, foi comum nos arraiais goianos. Na cidade de Goiás, duas importantes peças foram edificadas na administração de José de Almeida e Vasconcelos (1740-1812). O Chafariz da Carioca [66] e o Chafariz de Cauda da Boa Morte, maior chafariz público da região, em uma das mais representativas expressões do Barroco em Goiás.

Alguns outros prédios, como o Palácio Conde dos Arcos, ainda na cidade de Goiás, edificado para abrigar o governador da província, ou o mais novo Palácio da Intendência, em Rio Verde, seguem a mesma regra de implantação de edifícios administrativos em áreas privilegiadas e se destacam do casario ordinário pela escala, mais uma vez simbolizando a importância por meio do lugar. A Casa de Fundação do Ouro [67], apesar de disposta em planta tradicional, teve sua fachada modificada a fim de adequar-se à modernização trazida pelo ecletismo.

Apesar de todos esses edifícios se mostrarem mais apurados e bem construídos que a maioria das obras urbanas, é na casa de câmara e cadeia que veremos as maiores expressões do uso administrativo, aliando-se técnica, importância social e expressão plástica em um único corpo, com exemplares inseridos com maior propriedade dentro do contexto construtivo nacional. Em Goiás, poucos edifícios dessa tipologia resistiram até os dias atuais. Foi um programa de necessidades muito presente durante todo o período colonial, pois tratava-se da sede tanto da administração quanto da justiça provinciana e, ao lado das igrejas, situavam-se no primeiro plano de importância social dentro das atividades e construções urbanas. Cabia à casa de câmara e cadeia a tarefa de *“legislar, administrar, policiar e punir.”* (Barreto, 1947:31)

Usualmente eram instaladas nas vilas que acumulavam a função de capital ou nos núcleos com economia mais pujante. A distribuição temporal se deu em dois momentos. O primeiro com exemplares do século XVIII, instalados devido às atividades mineradoras, dos quais só restaram dois edifícios: a Casa de Câmara e Cadeia de Vila Boa e a de Pilar [68].

[66] · 07/07/2021 ◀
Chafariz da carioca
1772 · Cidade de Goiás
15°55'39.1"S 50°08'19.8"W
*Antiga fonte da Cambaúba,
construída pelo pedreiro
Lourenço da Cunha Leal.*

[67] · 08/07/2021 ◀
Casa de Fundação do Ouro
1922/1752 · Cidade de Goiás
15°56'05.1"S 50°08'24.2"W
*Atual Ministério Público de
Goiás. Ver dossiê p. 825.*

[68] · 14/07/2021 ▶
Casa de Câmara e Cadeia
≈1760 · Pilar de Goiás
14°45'56.8"S 49°34'45.5"W
Ver dossiê p. 275.



O segundo momento se dá nos séculos XIX e XX. Foram espaços ligados a uma maneira específica de se comandar a coisa pública e logo sofreram modificações devido a transformações políticas que se iniciavam. Caso do exemplar de Santa Cruz [69] ou de outros já demolidos das cidades de Caldas Novas e Arraias. Assim, apesar de conterem cômodos para o aprisionamento e vereações, típica configuração da câmara e cadeia, alguns foram inaugurados já como Intendência [70] – em Rio Verde; outros como Prefeitura – em Porto Nacional, com bloco de cadeia e administração separados [71]; ou ainda com uso exclusivo de aprisionamento – como em Natividade [72]. Como programa de necessidades, o mínimo que seria a base para o desenvolvimento das atividades obrigatórias consistia em sala para reuniões, audiências e vereação mais a sala para aprisionamento. Dois ambientes. Em Goiás, temos o exemplar essencial, a Casa de Câmara e Cadeia de Pilar de Goiás que representa a possibilidade mínima de agenciamento dos espaços desse tipo de edificação. Paulo Thedim Barreto nos elucida com algumas peculiaridades e subdivisões desses dois espaços, a saber:

“Os serviços das Câmaras, satisfiziam-se, em geral, com uma ou, então, com duas salas: a Casa da Câmara e a Casa das Audiências.” (Barreto, 1947:73)

“Para cumprimento das penas havia diferentes casas de prisões, onde eram distribuídos os delinquentes de diversas castas, por sexo, cor e categoria social. Essas casas tinham designações próprias, de acordo com sua finalidade: enxóvias de homens, de mulheres, de brancos, de pretos, de galés; casa para presos; sala-livre; sala-fechada; aljube; segredo ou moxinga e oratória.” (Barreto, 1947:77-78)

A partir dos dois ambientes que configuram a casa de câmara e cadeia, as variações vão ocorrer de acordo com as necessidades de cada julgado e especificidades das cidades, mas, principalmente, atreladas à capacidade financeira dos responsáveis pela construção. Assim, será possível encontrar exemplares mais complexos, com ambientes destinados aos arquivos, secretaria, pórticos de acesso e sino do povo.

[69] · 19/07/2021 ◀
Casa de Câmara e Cadeia
1880 · Santa Cruz de Goiás
17°18'54.4"S 48°29'07.6"W
Atual Biblioteca e Arquivo
Histórico. Ver dossiê p. 535.

[70] · 17/10/2021 ◀
Palácio da Intendência
1900 · Rio Verde
17°48'10.2"S 50°56'01.7"W
Ver dossiê p. 565.

[71] · 24/07/2019 ▶
Prefeitura
1922 · Porto Nacional
10°42'30.5"S 48°25'00.5"W
Atual Ms. Histórico e Cultural.
Ver dossiê p. 605.

[72] · 20/10/2021 ▶
Cadeia Pública
≈1890 · Natividade
11°42'30.9"S 47°43'25.7"W
Atual Ms. Histórico.
Ver dossiê p. 555.



No Brasil, foram edificadas exemplares de peculiar qualidade construtiva e artística. As Casas de Câmara e Cadeia de Ouro Preto (1782), Mariana (1748) e Salvador (1796), apresentam não só uma volumetria de grandes proporções, mas também maior complexidade interna de ambientes. Em Goiás, os exemplares não foram tão suntuosos, mas destacam-se principalmente pela atipicidade das escalas, que vão de extremos como o grande e imponente da cidade de Goiás ao pequeno e singelo edificado em Pilar de Goiás.

Construtivamente, algumas particularidades, referentes à proteção e ao impedimento de fugas, serão encontradas e não se repetirão em outras tipologias, como igrejas e residências. A primeira é a escolha da técnica construtiva do invólucro, no caso paredes e pisos, e a segunda, a tecnologia utilizada para resolver os vãos desse invólucro, mais especificamente as aberturas com partes móveis, como portas e janelas.

Não inesperadamente, essas edificações solicitavam estruturas reforçadas a fim de se protegerem contra eventuais fugas e arrombamentos, principalmente nos ambientes reservados ao encarceramento. O reforço acontecia quase que exclusivamente nos alicerces e alvenarias, a partir de uma atitude simples de superdimensionamento, fortalecimento ou duplicidade no emprego das técnicas tradicionais do período.

Assim, a taipa poderia ter sua espessura ampliada, o pau-a-pique executado com trama mais densa ou tijolos de adobe com mais de um metro de espessura. Havia também a possibilidade de se combinar camadas de técnicas diferentes, com ampliação da gama de composições. Taipa com alvenaria de pedra, ou pau-a-pique com madeiramento interno e reforço do reboco externo. Os alicerces poderiam ser ampliados até a altura do peitoril das janelas, evitando discretas fugas por escavação. Uma constante em exemplares mais novos ou antigos [73] [74] [75] era a aplicação de espesso tabuado na parte interna das enxovias. Revestindo piso, teto e paredes tornava-se uma camada extra a ser vencida por quem se arriscasse a fugir.

[73] · 27/04/2019 ◀
Casa de Câmara e Cadeia
1766 · Cidade de Goiás
15°56'16.3"S 50°08'24.6"W
Atual Ms. das Bandeiras.
Ver dossiê p. 317.

[74] · 14/07/2021 ◀
Casa de Câmara e Cadeia
≈1760 · Pilar de Goiás
14°45'56.8"S 49°34'45.5"W
Ver dossiê p. 275.

[75] · 19/07/2021 ▶
Casa de Câmara e Cadeia
1880 · Santa Cruz de Goiás
17°18'54.4"S 48°29'07.6"W
Atual Biblioteca e Arquivo
Histórico. Ver dossiê p. 535.



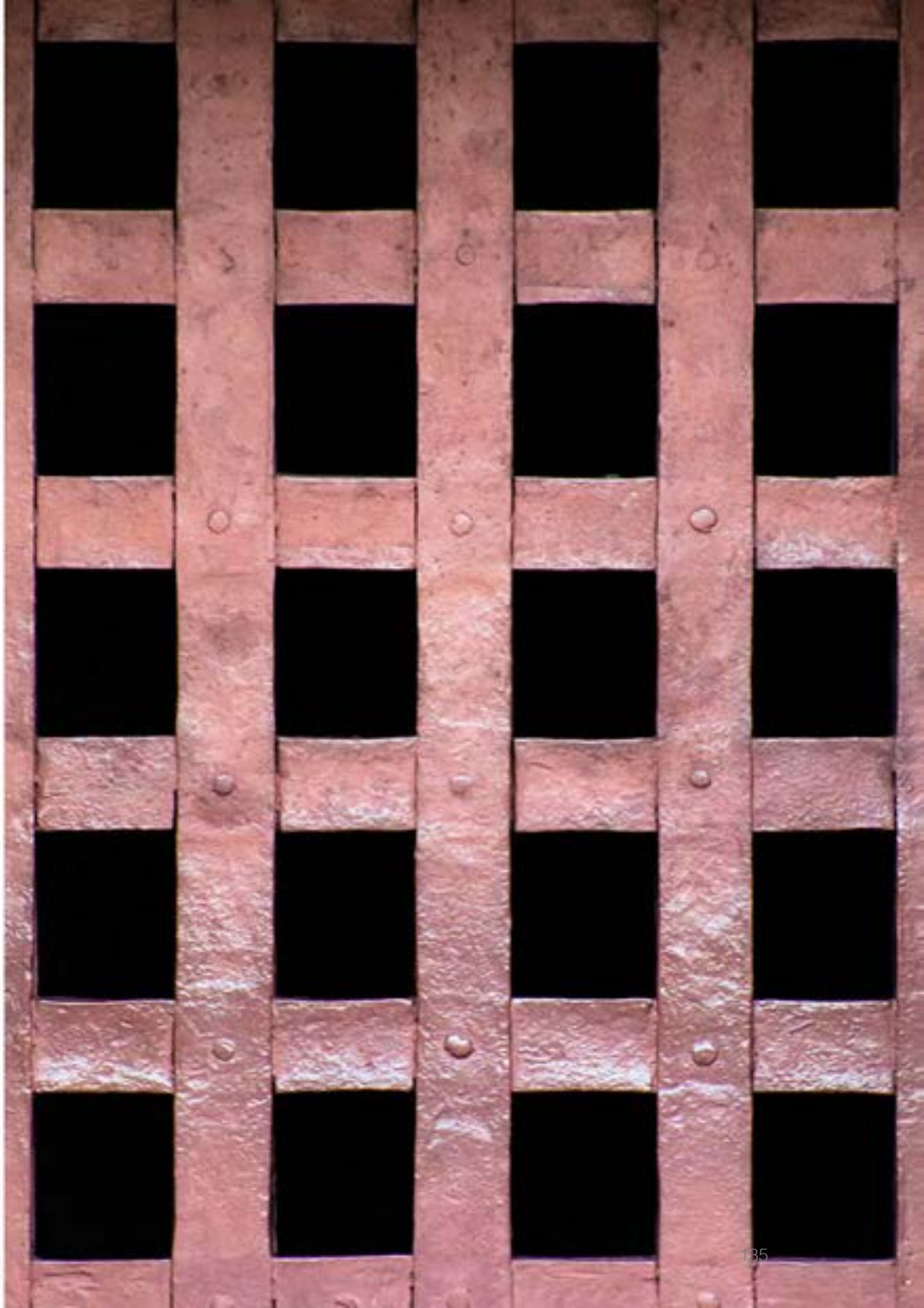
Portas e janelas permaneciam com vãos organizados na maneira tradicional de se construir; mais uma vez a diferença ficaria por conta dos métodos que ampliavam a resistência das peças. O arcabouço de quadro e vergas, peitoris e ombreiras passa a ser confeccionado em pedra [76] ou madeira de amplas medidas. Em alguns casos os panos de vedação também eram foco de maior cuidado construtivo. Para as janelas e portas, o gradeamento era feito de madeira ou ferro batido [77]. As lâminas de fechamento poderiam ser chapeadas com o ferro apoiado em grossas tábuas e guarnecidas com prego de largo calibre. Ainda no capítulo das aberturas, havia os famigerados alçapões, por onde, do pavimento superior, os condenados desciam às enxovias, em um rito de passagem carregado de símbolos.

Essas técnicas e espaços eram típicas desse uso, não sendo encontradas em casas urbanas ou rurais, outra tipologia de programa também responsável pela caracterização do período. No uso residencial havia pouca diferença entre os exemplares, normalmente ligada à posição no terreno ou às atividades abrigadas, principal elemento de distinção entre a casa urbana e a rural, esta mais rica em usos, devido às variadas atividades exigidas pelo campo. O uso residencial, principalmente no período colonial, foi tratado de maneira quase exaustiva pela bibliografia nacional e, por não sofrer variações consideráveis, principalmente nas regiões de mineração, é possível tê-lo como um assunto já consolidado por nossa historiografia. Aqui cabe a investigação, registro e detalhamento da apropriação dessas características expressivas pela produção local. A respeito desse sentido de permanência da casa colonial, José Wash Rodrigues coloca:

“Interessante sob muitos aspectos, sobretudo como um dos principais entre os elementos auxiliares para melhor compreender da nossa história, é, sem dúvida, o estudo da casa antiga no Brasil. Interessante pelas características permanentes dessa casa, principalmente pela unidade do seu aspecto em todo o território, e pela imutabilidade, através do tempo, dos princípios que presidiram à sua construção, fenômeno esse comparável, pela semelhança (tendo-se em vista a extensão territorial) ao da língua e ao da religião.”

[76] · 27/04/2019 ◀
Casa de Câmara e Cadeia
1766 · Cidade de Goiás
15°56'16.3"S 50°08'24.6"W
Atual Ms. das Bandeiras.
Ver dossiê p. 317.

[77] · 20/10/2021 ▶
Cadeia Pública
≈1890 · Natividade
11°42'30.9"S 47°43'25.7"W
Atual Ms. Histórico.
Ver dossiê p. 555.



“Sofrendo, entretanto, como a raça, ou melhor, como o homem, um processo lento de formação, como este, manteve a casa o seu caráter, a sua fisionomia, enquanto não perturbados pela ocorrência de elementos estranhos em certas regiões, e a partir de certas épocas – incidente natural inevitável.”
(Rodrigues, 1975:285)

Uniformidade atingida tanto pelo modo de construir quanto pela similaridade dos programas arquitetônicos, que necessariamente refletiam-se em partidos pouco variáveis. A materialidade das casas, dava-se de maneira muito semelhante, modificando-se apenas em seu insumo principal, barro ou pedra, ou na estrutura portante, com frontal de madeira [78] ou adobe estrutural [79]. A distribuição dos cômodos acompanhou uma organização que sofria variações mínimas de acréscimos ou decréscimos de espaços internos.

“A arquitetura residencial urbana do século XVIII, em uma visão geral, guarda grande uniformidade no partido em planta: casas térreas e sobrados, com a sala de receber localizada à frente, os quartos tratados normalmente como alcovas, ao centro e ao longo do corredor, e aos fundos, a sala de viver, a que se segue o correr com os cômodos de serviço.”

“Essas casas, coladas umas às outras, dispunham-se ao longo dos logradouros, com as fachadas sobre o alinhamento. Os telhados, em duas águas, tinham as cumeeiras paralelas aos logradouros. Diferenças havia, notadamente quanto ao material e às técnicas de construção. Assim, as edificações do litoral, desde Belém do Pará até o Rio de Janeiro, Paranaguá e Florianópolis, construídas com alvenaria de pedra ou tijolo, distinguiam-se das construções de taipa do planalto paulista.” (Telles, 2016:131)

Retomando a distribuição dos cômodos, a organização mais popular dava-se em “L”, com a mesma distribuição dos cômodos descrita por Augusto Telles: ambientes sociais mais próximos da rua e ambientes íntimos e de serviços voltados para o interior do terreno.

[78] · 05/03/2020 ◀
Casarão SEDUC
≈1830 · Corumbá
15°55'29.8"S 48°48'26.4"W
Ver dossiê p. 503.

[79] · 20/10/2021 ▶
Res. nº 128, Av. Cruzeiro
1898 · Natividade
11°42'35.3"S 47°43'26.5"W
*Construída por Lourenço
José da Costa.*



A disposição em “L” configura uma zona descoberta conhecida como terreiro, onde eram plantados hortaliças, temperos e frutíferas de pequeno porte, conformando também um agradável pátio interno que iluminava e forçava a ventilação cruzada pelo corredor central. O restante do terreno, o quintal, continha as árvores frutíferas de grande porte e criações como galinhas e porcos. E, para quem sabia viver, uma vaquinha leiteira.

“Sendo assim, em um primeiro plano temos a sala, representando o espaço intermediário entre o exterior e o interior da casa. Em seguida, vêm os quartos, ou alcovas, tendo aos fundos a varanda, que é uma sala de convivências que ocupa geralmente toda a largura posterior dessa parte do edifício, sendo o espaço da casa onde, preferencialmente ficavam as mulheres.” (Coelho, 2001a:205)

Essa tipologia residencial se propagou por todo o território goiano. Em todos os núcleos urbanos encontramos a disposição em “L”. Em Pilar de Goiás, há a Casa da Princesa, a Casa Enxaimel ou a Casa de Dona Otilia. Na cidade de Goiás, a Casa de Cora Coralina [80] e a dita Casa de Bartolomeu Bueno [81].

Desde exemplares simploriamente construídos aos mais avolumados e repletos de cômodos, na moradia popular ou na residência de grandes nomes locais, a configuração foi a mesma. Uma opção mais urbana, talvez devido à privacidade proporcionada pelo pátio sempre fechado por construções em suas três faces, protegendo as atividades íntimas, e com a quarta aberta ao quintal, utilizado com menor frequência.

A outra forma de organização dos espaços dentro da casa era a grande cobertura retangular que abrigava todos os cômodos, como aconteceu na originalmente casa e hoje Museu Pompeu de Pina. Ali, tanto os ambientes mais fechados quanto a varanda abriam-se ao quintal [82] e estavam sob um único telhado; situação similar ao atual Museu Histórico de Jataí, antiga residência de Francisco Honório [83].

[80] · 07/07/2021 ◀
Casa de Cora
≈1770 · Cidade de Goiás
15°55'56.2"S 50°08'24.7"W
Atual Ms. Cora Coralina.
Ver dossiê p. 349.

[81] · 26/04/2019 ◀
Casa Bartolomeu Bueno
≈1770 · Cidade de Goiás
15°55'48.8"S 50°08'18.9"W
Atual Res. Leonardo
Lacerda. Ver dossiê p. 339.

[82] · 13/04/2019 ▶
Res. Joaquim Alves
≈1800 · Pirenópolis
15°51'12.4"S 48°57'41.7"W
Atual Ms. Pompeu de Pina.
Ver dossiê p. 471.

[83] · 18/10/2021 ▶
Res. Francisco Honório
1885 · Jataí
17°53'03.1"S 51°42'43.0"W
Atual Ms. Histórico de Jataí.
Ver dossiê p. 545.



[84] · 14/07/2021

Engenho S. Joaquim

1805 · Pirenópolis

16°01'10.3"S 49°05'01.5"W

Atual Fazenda Babilônia.

Ver dossiê p. 491.

Também na Fazenda Babilônia moinho, capela, depósitos, quarto de pouso e ambientes íntimos se abrigavam sob um único retângulo de telhas [84]. Esse maior número de cômodos era um diferenciador social dessas residências. Construídas com a mesma técnica, a individualização ocorria pelo tamanho.

Nas duas maneiras de se organizar as plantas residenciais é notável a influência paulista. Tanto na disposição em “L”, que já acontece em Santana do Parnaíba e outras cidades fundadoras paulistas, quanto na retangular, edificada principalmente nas zonas rurais. Voltando ainda mais no tempo, podemos perceber as mesmas tipologias em Portugal, tendo-se o pátio como uma antiga influência moura bem como a planta quadrada, típica do sul português.

Como não poderia ser diferente, a total permeabilidade da cultura construtiva portuguesa no Brasil, bem como da divisão social e atividades por ela exigidas, justificou diversas decisões no território goiano. Nesse sentido, de resposta ao uso, veremos que a arquitetura, mais do que expressando por si mesma, estava sempre a serviço de uma força maior, na tentativa de abrigar, da melhor maneira possível, as atividades que fariam a regência da vida colonial. A vida ditava a arquitetura, e esta respondeu como pode.



TRADIÇÃO · Técnica

Ao programa de necessidades deve-se associar as técnicas construtivas, outro elemento definidor e caracterizador das edificações tradicionais goianas. Em diversos casos, mais que a adequação a um estilo ou outros enfrentamentos artísticos, ao se edificar, era essa a primeira questão a ser levada em consideração. Assentando-se em um novo lugar, com diferente clima, topografia, materiais e outras peculiaridades, era a técnica quem ditava a maneira que tais disponibilidades deveriam ser manipuladas.

Essa tese não conterà um tratado minucioso de todas as técnicas construtivas empregadas nas estruturas, vedações, pisos, forros, técnicas de marcenaria e um sem número de métodos pertencentes a essa área do conhecimento que tangencia as diversas disciplinas empregadas ao se construir algo. Acredito que tal assunto já tenha sido organizado com muita propriedade por trabalhos de renome como *Arquitetura no Brasil: Sistemas construtivos*, de Sylvio de Vasconcellos (1961) e *Sistemas construtivos coloniais*, de Júlio Roberto Katinsky (1994), por exemplo.

O tema, por si só, permite uma aproximação profunda, a partir de postura investigativa e histórica buscando por técnicas de corte e encaixes de madeiras, espécies e propriedades físicas de cada cepo, posicionamento de pedreiras e tipos de pedras, bem como pontos de retirada de barro. Seria possível instaurar questões ainda mais particulares da região, que, apesar de não caberem neste trabalho, merecem imersão posterior.

Aqui a abordagem realizada tem o intuito não só de averiguar como tais técnicas foram empregadas no território goiano, mas também de avaliar as questões principais que diferenciaram o emprego de métodos ao sul [85] e ao norte [86] da província. Apesar de desenvolvidas em território relativamente homogêneo política e fisicamente, os elementos culturais particulares de cada região influenciaram significativamente a materialização das construções.

[85] · 13/07/2021 ◀
Ig. de N. Sra. do Rosário
1736 · Pirenópolis
15°51'10.5"S 48°57'32.2"W
Ver dossiê p. 193.

[86] · 02/01/2017 ▶
Ruínas Ig. N. Sra. do Rosário
≈1780 · Natividade
11°42'36.2"S 47°43'28.2"W
Ver dossiê p. 441.



A partir dos dois núcleos de maior atividade, Vila Boa, ao sul, e Natividade, ao norte, que se colocaram como pontos de difusão das técnicas específicas de cada região, busca-se o entendimento inicial de como e por que a maneira distinta de se construir se deu em cada local. Com isso, a verificação posterior de seu consequente espelhamento expressivo. Nesse sentido, é imperativa a análise a partir de um cenário macro de origens das técnicas e avaliação das influências a partir dos colonizadores de cada região do planalto goiano. Estes se estabelecem com suas atividades, mas, acima de tudo com o substrato técnico que os apoiava na materialização da cultura que traziam.

A partir da pesquisa bibliográfica, fica clara a dificuldade, por parte da historiografia, de estabelecer as razões que determinaram os usos de técnicas específicas em situações e lugares particulares. Pouco do que era construído teve seu processo documentado, e, quando feito, se dava aos edifícios oficiais ou clérigos que exigiam prestação de contas mais rigorosa e tinham a construção iniciada a partir da assinatura de contratos ou termos de referência construtiva.

Nas edificações populares, tal definição é ainda mais difícil. Documentos não existem; a análise parte do edificado, cruzando-se informações de tradição oral, relatos de viajantes e diários locais que fazem uma avaliação generalizada de cada povoado. Descobrir o proprietário original já é quase impossível. Estabelecer em definitivo o porquê do uso de adobe ou taipa não passa de suposição, que, porém, se levada a cabo com coerência e diligência, possibilita hipóteses tanto mais seguras.

Até mesmo as técnicas —se taipa [87], adobe [88], ou pedra [89]— tornam-se difíceis de definir na ausência de registros documentais ou prospecções físicas com a retirada de revestimento. Propor a olho nu a definição do substrato estrutural de espessas paredes caiadas é tarefa mais ligada a sorte que a ciência. No limite geográfico do nosso estudo, tivemos a aplicação de um conhecimento corrente e empregado em quase todo o território nacional. Estruturas, vedações, acabamentos, aberturas e materiais foram utilizados de maneira muito semelhante à de outras ocupações lideradas por portugueses.

[87] · 31/01/2020 ◀
Ig. N. Sra. Rosário dos Pretos
1776 · Jaraguá
15°45'41.3"S 49°20'24.3"W
Ver dossiê p. 379.

[88] · 21/10/2021 ◀
Ig. de N. Sra. do Carmo
1801 · Monte do Carmo
10°45'46.8"S 48°06'30.5"W
Ver dossiê p. 481.

[89] · 23/07/2019 ▶
Ig. de S. Benedito
≈1740 · Natividade
11°42'23.4"S 47°43'33.5"W
Ver dossiê p. 215.



“No agenciamento dos espaços e em cada elemento da construção e da decoração, os séculos XVI e XVII, usaram uma linguagem direta e simples, desprovida de qualquer sofisticação ou subjetividade na procura estética.”

“Uma atmosfera de tranquilidade dentro e fora da casa era a nota dominante dessa arquitetura, feita de silêncios, a que a coloração das janelas e portas (verde, azul, ocre, vinho), destacada conta o fundo branco da parede caiada, produzia, pelo contraste discreta vibração, que não chegava a perturbar aquela atmosfera e a que contribuíam: a rudeza do material das guarnições (pedra); a horizontalidade dos traçados, que o beiral sacado franjado de telhas acentuava; a tendência para o quadrado (em vez do retângulo), o predomínio dos cheios sobre os vazios —o que equivale a dizer: abafadas as vozes na composição.” (Santos, 1977/1981:31)

Estrutura e vedações são as preocupações primárias em uma edificação. Adotadas desde o início da obra, são os elementos responsáveis pela sustentação, vedação e conseqüente proteção. Em alguns casos as duas propriedades acontecem simultaneamente em um único elemento. Em Goiás, foram majoritariamente utilizadas a taipa de pilão, o adobe, o pau-a-pique e a alvenaria de pedra. Além deles, um elemento especificamente estrutural, de madeira, foi também amplamente empregado: o chamado frontal [90] [91].

Em todo o território, a madeira, o barro e a pedra foram as matérias primas utilizadas em quase todos os elementos construtivos do período. Em duas regiões específicas da província, sul e norte, tivemos diferenças mais notáveis de como cada um dos materiais foram empregados. No sul, em edifícios de maior porte, como igrejas e casas de câmara e cadeia, ao se aplicar a técnica mais apurada, a taipa foi a opção mais utilizada. A construção popular, principalmente residências, tinha o frontal como sistema majoritário e estrutura principal. A vedação era feita com adobe ou pau-a-pique. Poucos exemplares residenciais foram construídos com taipa, usualmente empregada na parede frontal, divisa com a rua.

[90] · 19/07/2021 ◀
Res. nº 115, R. Pe. Antônio
S/D · Silvânia
16°39'18.0"S 48°36'18.3"W
*Um dos raros exemplares da
arquitetura tradicional em
Silvânia.*

[91] · 17/10/2021 ▶
Sede Fund. Mun. de Cultura
1888 · Rio Verde
17°48'02.9"S 50°55'52.9"W
*Antigo casarão de Frederico
Gonzaga Jayme.*



“O emprego mais generalizado da taipa de pilão foi facilitado pela topografia da cidade [Goiás], levemente acidentada, sem desníveis muito fortes, possibilitando terraplenos de pequena altura, a par da boa qualidade da terra e da facilidade oferecida para a execução desse processo construtivo, quer quanto ao custo quer quanto à mão de obra.” (Leal, 1977:34)

*“A taipa é uma técnica que exige, em sua aplicação, maior destreza que o adobe; é mais complexa de se operar e envolve mais processos em sua elaboração. Por permitir o vencimento de maiores alturas e ter mais durabilidade, acabava por ser utilizada nas obras mais nobres da cidade. A palavra taipa aparece na língua castelhana desde a Idade Média. Foi porém, consignada pela primeira vez na obra **Fuero de Huesca**, no século XIII.” (Font, 2005:122).*

Consistia no barro prensado entre duas tábuas de madeira, exigindo preparação da terra que envolvia conhecimentos específicos no estabelecimento do ponto da liga, da textura, da quantidade de água e da proporção dos outros materiais, que deveriam ser corretamente utilizados como aditivos ou aglomerantes.

Para socar as camadas, fazia-se necessária a presença mínima de dois trabalhadores. Não era muito tolerante ao erro, já que as formas deveriam ser perfeitamente alinhadas durante todo o processo, ao se sobrepor as camadas de barro. Era uma técnica tradicional portuguesa herdada das civilizações mediterrâneas e, aqui no Brasil, foi utilizada tanto na composição de obras civis [92] quanto militares [93], exigindo algumas variações e acréscimo de materiais que a deixava ainda mais resistente.

“Ao contrário do adobe em que a terra, muito liquefeita, quase sempre com aditivos vegetais, é vertida num pequeno molde pouco maior que um tijolo e desenformada para secar, a taipa é um sistema técnico e social completamente diferente. Tecnicamente a terra é simplesmente humedecida e deve conter alguns elementos orgânicos que, ao desaparecer, criam na textura compacta da parede uma certa porosidade.”

[92] · 07/07/2021 ◀
Casa Abalcoada
≈1780 · Cidade de Goiás
15°55'46.4"S 50°08'18.1"W
Atual Res. Gustavo Neiva.
Ver dossiê p. 411.

[93] · 06/07/2021 ▶
Quartel do XX
1765/1747 · Cidade de Goiás
15°56'09.1"S 50°08'22.9"W
Ver dossiê p. 305.



“A terra humedecida não pode ser deixada a secar, o seu transporte rápido num vaivém de carregadores, o apisoamento cadenciado por vários homens, a constante desmontagem e remontagem dos taipais. Enfim, trata-se de uma operação só possível num ambiente de participação comunitária.”
(Torres, 2005:12)

Ainda na porção sul de Goiás, o frontal foi uma estrutura utilizada desde em residências particulares, como na Casa do Padre Silvestre [94], em Jaraguá, até em igrejas de grande porte, como a do Bonfim [95], em Silvânia. O frontal é uma estrutura de madeira autoportante e completamente independente dos outros elementos da obra. Abarca todo o perímetro do edifício e é usualmente preenchido com barro.

A configuração que utiliza a madeira bruta, sem retificação e ainda roliça é a mais popular. Limpa dos troncos e nós, era utilizada nos frechais e pilares sem a perda de material causada pelo requadramento. Os troncos *in natura* suportavam maiores vãos para mesma espessura de tronco se comparadas com os retificados. Assim, a madeira trabalhada em seções quadradas ou retangulares exigia a procura mais cuidadosa de exemplares de maior diâmetro, além da compatibilização técnica entre as peças, trabalho mais caro e demorado.

A estrutura, ao ser erguida, era fixada por encaixes e sambladuras, de modo que pilares e vergas trabalhassem como sistema único. Em alguns momentos, como na Casa Enxaimel de Pilar de Goiás [96], a malha do madeiramento é mais densa, com vãos menores. Isso proporciona mais estabilidade e tolerância ao trabalho horizontal da estrutura além de permitir a vedação com pedras, mais densas e pesadas que o barro.

O frontal é bastante vulnerável à ação de pragas por estar sempre em contato com o terreno — oferecendo umidade contínua — e também com as vedações de barro, que absorvem água e com o tempo acabam por comprometer as junções entre peças horizontais e verticais.

[94] · 31/01/2020 ◀
Casa Pe. Silvestre
≈1790 · Jaraguá
15°45'39.7"S 49°20'07.6"W
Atual Casa de Cultura Pe.
Silvestre. Ver dossiê p. 461.

[95] · 19/07/2021 ◀
Ilg. de Nosso Sr. do Bonfim
1857 · Silvânia
16°39'14.7"S 48°36'15.0"W
Ver dossiê p. 513.

[96] · 14/07/2021 ▶
Casa Enxaimel
≈1740 · Pilar de Goiás
14°45'55.7"S 49°34'47.7"W
Atual Res. Antônia de Jesus
Sousa. Ver dossiê p. 225.



Quando isso acontece, os painéis perdem contato entre si e ficam apoiados verticalmente, sem travamento horizontal, levando a situações como a do Teatro Pompeu de Pina, em Pirenópolis [97]. Ali a fachada principal encontra-se sem travamento horizontal; e, se ruir, a queda do painel em sua completude leva a uma perda significativa do material de vedação e compromete estruturas intermediárias, portas e janelas contidas no plano. Já o pau-a-pique é uma técnica mista, de vedação, utilizada em diversos locais do mundo. Era uma das maneiras mais baratas de se executar uma vedação, tendo sido, na Bahia, amplamente utilizado até nos casebres mais pobres. Podia ser estruturado com gravetos e fibras, não necessitando de perícia técnica na montagem, o que ajuda a explicar tal popularidade, sendo empregado tanto ao norte quanto ao sul de Goiás. Por ser leve e de simples execução, costuma ser utilizado na parte interna dos edifícios independentemente da classe social de seus proprietários.

*“Conhecida em Portugal por tabique; no Brasil, taipa de mão, taipa de sopapo, taipa de sebe, pau-a-pique ou barro armado; na Argentina, Chile e Peru, **quincha**; na Colômbia e Venezuela, **bahareque** (bajareque); na França, **torchis** e na Inglaterra, **Wattle and Daub**.”* (Araújo, 2005:57).

Como característica marcante da região norte, o emprego da pedra é a mais notável. Foram edificadas inteiramente em pedra uma série de igrejas, com exemplares mais expressivos em Natividade [98] e Conceição do Tocantins [99]. O uso da pedra em Natividade remonta aos primeiros acampamentos. Acima do morro, os vestígios são todos em pedra, assim como a Cadeia.

O frontal, muito utilizado ao sul, se apresenta como exceção; a regra é o tijolo de adobe em sua plenitude estrutural que faz também as vezes de vedação. Permanecem ausentes até hoje, na historiografia local, hipóteses para tentar esclarecer as motivações que levaram a se construir de maneira tão diferente nessas duas principais regiões de Goiás. Um dos exercícios que aqui faço é o de traçar a possível relação de dependência desses métodos construtivos a substratos técnicos formados em outras paragens que não São Paulo.

[97] · 13/04/2019 ▶
Teatro S. Sebastião
1899 · Pirenópolis
15°51'11.3"S 48°57'34.2"W
Atual Teatro Pompeu de Pina. Ver dossiê p. 761.

[98] · 23/07/2019 ◀
Ruínas Ig. N. Sra. do Rosário
≈1780 · Natividade
11°42'36.2"S 47°43'28.2"W
Ver dossiê p. 441.

[99] · 22/07/2019 ◀
Ig. de N. Sra. da Conceição
≈1740 · Conceição
12°13'08.0"S 47°17'49.1"W
Ver dossiê p. 205.



As condições semelhantes de clima, terreno e a disponibilidade de pedra, barro e madeira com certa facilidade nas duas regiões estabelecem premissas materiais similares que permitiam o mesmo caminho de desenvolvimento tanto a norte quanto a sul. Uma das possibilidades de diferenciação pode estar ligada a quem produzia essas obras, o substrato técnico, no caso detentores do saber prático ou erudito de alguma tecnologia ou método construtivo.

Já discutimos que, ao inspecionarem as terras do norte, bandeirante paulistas encontraram criações de gado que não eram provenientes das regiões litorâneas do Rio de Janeiro ou São Paulo. Estavam vinculadas a um fluxo proveniente da Bahia. Alguns historiadores chegam a cogitar a presença do clã Garcia D'Ávila nessas paragens (Bertran, 2011:131). Apesar da inexistência de evidências documentais ou materiais, é de saber comum o notório empreendedorismo dessa família que desenvolveu diversas atividades baseadas no afamado castelo dos Garcia D'Ávila, na Bahia, quase uma pequena vila autossuficiente. Hipótese de ocupação não de todo descartável, mas que suscita investigações mais profundas.

Independentemente da presença ou ausência da família em questão, o caminho colonial proveniente das margens do rio São Francisco, cujo perímetro era utilizado para criação bovina (Arraes, 2013), coincidentemente se ligava ao norte nas alturas de Natividade [100] (Boaventura, 2007:113), exatamente onde Bartolomeu Bueno Filho (1672-1740) se surpreendeu ao se deparar com traços de criação de gado.

Vale ressaltar que, após a ocupação oficial da região com a chegada da bandeira paulista e início da exploração mineral, os caminhos alternativos estavam proibidos. As picadas, que antes saíam do norte, o chamado caminho dos Currais e Bahia (Barbo, 2015:281), teriam que passar agora obrigatoriamente pelo sul. Então veremos, em diversos mapas e registros oficiais, as estradas que entram na Bahia partindo de Vila Boa, mas isso após o controle administrativo dos acessos, restringindo as conexões do norte com outras capitânias.



“A maior parte dos produtos importados pelos julgados do norte da capitania de Goiás (atual Tocantins), eram procedentes dos portos baianos. O processo era encoberto pela entrada legal de manufaturas e pelas dificuldades de fiscalização. A partir daí, pode-se inferir que essa região se viu traçada por uma linha invisível, trazendo mercadorias e levando em troca o ouro, que lhe serviu de sustentáculo durante os períodos acentuados de crise.” (Parente, 1999:60)

Esse traçado de caminhos que conectavam atividades econômicas nos evidencia dois aspectos a serem levados em consideração. Primeiro que antes da cultura paulista, ao norte já tínhamos o desenvolvimento de uma cultura baiana e segundo que, mesmo após a chegada dos bandeirantes provenientes da capital Vila Boa e a estruturação de trajetos oficiais, a continuidade do trânsito pelas vias, agora ilegais, não deixa de existir da noite para o dia.

Tanto o foi que as renovações arquitetônicas e estilísticas promovidas ao início do século XX em diversas cidades do norte goiano [101] [102] [103] [104], já documentadas, são de profissionais de origem baiana que transitaram por caminhos muito próximos aos do século XVIII —discussão retomada no recorte Renovação.

Em um desses trajetos está a cidade de Rio de Contas, na Bahia, que exercia a função de entreposto comercial entre interior e litoral brasileiro (Nogueira, 2012). A arquitetura ali edificada possui mesmo padrão construtivo das obras do norte de Goiás, sendo os monumentos religiosos e públicos em pedra e o casario em adobe estrutural. É uma possibilidade de troca de experiências, um indício do trânsito dessa cultura construtiva.

Esses caminhos pelo interior da Bahia nos dão mais algumas pistas desse modo de operar construtivo. É no recôncavo baiano que encontraremos com certa frequência as pitorescas igrejas alpendradas, uma tipologia amplamente empregada ao norte de Portugal, região do Algarve, notória pelo domínio da construção em pedra.

[101] · 20/10/2021 ◀
Res. nº 80, Av. Bom Jesus
1907 · Monte Alegre
13°15'25.3"S 46°53'38.9"W

[102] · 20/10/2021 ◀
Res. nº 133, R. Maravilha
1931 · São Domingos
13°23'56.6"S 46°19'12.3"W
Construída pelo Mestre Olavo, de Barreiras/BA.

[103] · 14/01/2020 ▶
Res. nº 68, R. Nova
1926 · Taguatinga
12°24'14.8"S 46°26'17.9"W

[104] · 20/10/2021 ▶
Res. nº 200, R. Deocleciano
≈1890 · Natividade
11°42'24.1"S 47°43'32.7"W
Atualmente Casa da Cultura Amália Hermano Teixeira.



Nota-se a origem de um saber proveniente do norte de Portugal, hipótese que pode ser ainda reforçada por uma técnica de ourivesaria exclusiva da cidade de Natividade que perdura até hoje, a filigrana. Ourives provenientes dessa região portuguesa migraram para as minas goianas percorrendo o sertão baiano. Provável que com eles não tenham vindo apenas os mestres que trabalhavam o ouro.

“De Portugal vieram desde o começo da colonização e no decorrer do século XIX, ourives para o Brasil. No século XVIII, após as descobertas de ouro nas regiões centrais, ocorreu o aumento destas migrações, sobretudo de artesãos filigraneiros que habitavam o norte, destacando-se Gondomar e Póvoa de Lanhoso.” (Bonfim, 2019:30)

A saber, das edificações ao sul de Goiás, apenas duas igrejas foram inteiramente edificadas em pedra, ambas assentadas em jazidas naturais [105] [106], em sítios de acesso dificultado pela topografia. Ainda a respeito da pedra, se comparada ao trabalho com terra, é uma atividade mais dura, exigindo força física e precisão de corte. Um conhecimento que tangenciava a geometria.

E, ao norte de Goiás, foram utilizadas lavradas —entalhadas em todas as faces com maior cuidado— revelando um conhecimento mais profundo do que o simples transporte a partir de uma jazida e aparelhamento (desbaste grosseiro das faces aparentes) mínimo ou ajuste ciclópico (sobreposição de pedras em diferentes tamanhos sem argamassa) da alvenaria.

A execução de um alicerce em pedra é tida como atividade de extrema dificuldade. Estrutura e vedação aparentes tornam-se ainda mais complexas e, com isso, demandam mais recursos financeiros; por isso estão pouco presentes em construções seculares. A pedra estava reservada aos edifícios mais nobres. Para o conjunto urbano formado por residências, comércios e pequenas capelas, o adobe era a escolha. Ao norte, o adobe também fazia as vezes de estrutura, já que o frontal de madeira estava ausente. As peças assumem dimensões mais generosas, chegando a possuir volume de cinco a seis vezes maior que o dos tijolos utilizados apenas como vedação.

[105] · 06/07/2021 ◀
Ilg. de S. Francisco de Paula
1761 · Cidade de Goiás
15°56'01.8"S 50°08'30.7"W
Ver dossiê p. 295.

[106] · 08/07/2021 ▶
Ilg. de Santa Bárbara
1780 · Cidade de Goiás
15°55'36.3"S 50°08'47.1"W
Ver dossiê p. 421.



*"O adobe ou adobo é um material cuja técnica consiste em moldar, sem compactar, unidades ou módulos em terra, apenas secos ao sol. Técnica milenar de produção e manufatura de material para construção, o adobe moldado é também uma forma aperfeiçoada, em que a terra é colocada em moldes, na sua maioria de madeira e paralelepípedicos. O adobe manual de forma irregular e cônica terá assim evoluído para o adobe moldado, regular e ortogonal. [...] A gênese do nome teve origem nos termos egípcios **thobe** e árabe **ottob**."* (Fernandes, 2005:45)

A partir desse dimensionamento mais generoso que o usual, o sistema é todo fechado em si mesmo, com tijolos intercalados nas quinas do volume, realizando o travamento necessário. Assim, tem-se um arcabouço estrutural exterior que permite o uso de vedações mais leves internamente. As peças eram unidas por uma argamassa de barro puro ou com cal, assim como o reboco. Solução tanto técnica quanto plástica, já que a porosidade da cal permitia que as paredes, não queimadas, respirassem com maior eficiência e formalmente proporcionava maior unidade ao conjunto urbano.

Vale ressaltar que, ao percorrer vilas e cidades que pontuam os antigos caminhos coloniais tanto do interior do Tocantins quanto da Bahia, é possível perceber nos remanescentes mais populares o uso do adobe como estrutura e vedação, completamente inserido em uma cultura construtiva. A ausência da estrutura em frontal foi mais uma notável diferença entre a arquitetura do sul e do norte do estado.

Porém, apesar dessas distinções construtivas, é instigante a unidade compositiva que permanece tanto na casa secular [107] quanto no templo sagrado [108] [109]. A grossa camada de reboco que regulariza a taipa, o adobe, o pau-a-pique e a pedra, permite a leitura de uma superfície contínua, rompida apenas pela diferenciação de cores e desenhos das esquadrias. O padrão dos gabaritos, a inclinação dos telhados e o colorido das telhas reforçam uma estética que se ancora muito mais ao conjunto do que à exceção e fazem com que, de norte a sul, em Goiás ou Tocantins, tenhamos uma coerência formal, de desenhos, texturas e acabamentos em uma beleza simples, as vezes rústica, característica de lugares distantes, os sertões.

[107] · 07/07/2021 ►
Casa de Cora
≈1770 · Cidade de Goiás
15°55'56.2"S 50°08'24.7"W
Atual Ms. Cora Coralina.
Ver dossiê p. 349.

[108] · 07/07/2021 ◀
Ig. de São João Batista
1761 · Ferreiro
15°54'44.6"S 50°06'08.4"W
Ver dossiê p. 285.

[109] · 23/07/2019 ◀
Ig. de S. Benedito
≈1740 · Natividade
11°42'23.4"S 47°43'33.5"W
Ver dossiê p. 215.



TRADIÇÃO · Expressão

Cabe verificar de que maneira, formalmente, as questões ligadas ao período histórico, às vontades, disponibilidades instrumentais e tecnologias vão se manifestar. O tão apregoadado barroco que, na historiografia nacional e local é o título incontestado que se dá ao que foi produzido, se materializa em quais elementos? Procurar esses vínculos entre discurso e materialidade, contexto e produção, e como foi tratado nos rincões mais isolados do Brasil é a busca a ser realizada dentro das evidências que a arquitetura nos legou.

Há também o intuito de perceber as expressões plásticas da vontade de embelezar, significar, referenciar e contemplar, presentes na alma humana apesar de todas as condicionantes técnicas, materiais ou financeiras. O esforço por um alinhamento adequado, o correto ajuste de proporções, um tímido adorno [110] primário e solitário, a escolha das cores de uma esquadria [111] ou acabamento de torre sineira [112] sempre estão presentes nas ações construtivas. Atitudes que definem escolhas particulares que se colocam além das disponibilidades materiais.

Nesse sentido, debruçar sobre o aspecto formal é imperativo para melhor compreensão da arquitetura goiana. É o último tópico abordado, não por ser o menos importante, mas para desmitificar afirmações acerca da gênese completamente gratuita de algumas decisões formais, em alguns casos desassociadas de aspectos fundamentais da realidade construtiva. Como é possível atentar, a expressão será uma amálgama das tantas condicionantes repassadas anteriormente.

A análise exclusiva de elementos técnicos acaba por excluir essa que é uma das principais características da criação humana, a imaginação inata, em alguns momentos inconsciente, materializada pelo cuidado, inventividade e capricho no fazer. Reduzidas somente à função, essas obras estariam incompletas em sua expressão e, sendo instrumento exclusivo de pesquisas formais, tornar-se-iam mero exercício plástico. Não foi assim que se deu.

[110] · 19/07/2021 ◀
Casa de Câmara e Cadeia
1880 · Santa Cruz de Goiás
17°18'54.4"S 48°29'07.6"W
Atual Biblioteca e Arquivo Histórico. Ver dossiê p. 535.

[111] · 05/03/2020 ◀
Casarão SEDUC
≈1830 · Corumbá
15°55'29.8"S 48°48'26.4"W
Ver dossiê p. 503.

[112] · 19/07/2021 ▶
Ig. de Nosso Sr. do Bonfim
1857 · Silvânia
16°39'14.7"S 48°36'15.0"W
Ver dossiê p. 513.



“Porque a Architectura não se nutre apenas de razões e raciocínios. Não basta que um edifício sirva, que funcione, para ser uma obra de Architectura. E não se analisa, portanto, como tal, investigando somente as causas das suas particularidades.” (Amaral; Lobo; Malato, 1988:93)

E apesar de não existir uma completa erudição acadêmica ou instrumentalização técnica que permita maior repertório formal, teremos soluções elegantes de uma balaustrada, preocupação com o adorno de um guarda-corpo [113], proporção das varandas e cuidado nos entalhes do frontal estrutural [114], não obstante a simplicidade das obras.

Porém, mesmo os estilemas locais carregam presenças anteriores e, antes de uma análise focada nas expressões já consolidadas em Goiás, faz-se necessário verificar se antecedentes estilísticos já tratados na historiografia local estão realmente presentes nas expressões edificadas. Nesse aspecto, a primeira questão a ser abordada, sucintamente, é a transferência desses valores barrocos em uma concepção que, passando por Portugal, se expressando também na costa brasileira, se aprofundaria no *hinterland* a ser colonizado, povoado e consolidado.

“A expressão ‘barroco’, como se usa hoje, e que os italianos igualmente adotaram, é de origem francesa. A etimologia é incerta. Alguns sugerem a figura lógica baroco, que resulta em algo absurdo; outros sugerem um tipo de pérola ‘não totalmente redonda’, que é designada com esse nome. A Grande Encyclopédie já conhece a palavra com sentido semelhante ao que lhe atribuímos: Barroco, adjetivo em arquitetura, é uma nuance do extravagante. É, se quisermos, o refinamento ou, se assim se pode dizer, o abuso dele... o superlativo. A idéia do barroco acarreta a do ridículo levado ao excesso. Borromini forneceu os mais importantes modelos de extravagância e Guarini pode ser considerado o mestre do barroco.” (Wölfflin, 1989:34)

“A palavra ‘barroco’ era utilizada pelos portugueses para designar as pérolas naturais de forma bizarra, irregulares, diferentes das conhecidas pérolas esféricas.” (Etzel, 1974:29)

[113] · 27/04/2019 ◀
Ig. de N. Sra. da Boa Morte
1779 · Cidade de Goiás
15°56'04.9"S 50°08'23.4"W
Atual Museu da Boa Morte.
Ver dossiê p. 399.

[114] · 14/07/2021 ▶
Ig. de N. Sra. das Mercês
≈1770 · Pilar de Goiás
14°45'41.7"S 49°34'52.1"W
Ver dossiê p. 359.



O barroco, como expressão arquitetônica, tem suas raízes no movimento por muitos chamado de contrarreforma da Igreja Católica. Alguns autores afirmam ainda que na verdade o movimento já seria uma reforma natural da Igreja Católica Romana em curso, porém acelerada pelas pregações de Martinho Lutero (1483-1546). A partir de reuniões iniciadas em 1545 e que se prolongaram até 1563, a Igreja delibera a respeito de questões litúrgicas e políticas, retornando até mesmo com a inquisição. Assim, estas e outras questões foram colocadas no intuito de reforçar e consolidar a imagem da Igreja, criando ordens religiosas, dentre elas a nossa conhecida Companhia de Jesus.

Nesse sentido, a reforma católica e a posterior Companhia de Jesus tiveram uma potente força de enraizamento em território lusitano, tendo os Jesuítas assumido papéis de conselheiros e orientadores reais em algumas regências portuguesas. A associação entre barroco e reforma, ou contrarreforma católica romana, se coloca a partir de uma *"necessidade de pertencer a um sistema absoluto e ao mesmo tempo mais aberto e dinâmico"* (Norberg-Schulz, 2007:151). Por isso torna-se a ferramenta formal, plástica, artística, que apoia a renovação da Igreja em duas das principais questões: maior rigidez contra novas doutrinas e maior abertura para arrebatar mais fiéis.

"O edifício barroco, em particular a igreja na Itália e o palácio na França, deveria converter-se em centro que representasse as peculiaridades fundamentais e os dogmas básicos do sistema ao qual o indivíduo devia pertencer e no qual deveria se referenciar. Ao sistema então interessava, portanto, 'persuadir' o cidadão, seduzi-lo através do impacto visual, da imaginação, do arrebatamento místico."
(Brandão, 1991:113)

Podemos com isso perceber como esta expressão artística que surge na Itália é apropriada e torna-se instrumento de materialização de questões teóricas, até mesmo metafísicas. Por direcionamento da Igreja, se estabelece em Portugal, sendo este o porto de lançamento para que chegue também ao Brasil. Por meio da Companhia de Jesus e sua expansão além-mar, esse discurso inicia sua disseminação em território brasileiro até adentrar o interior goiano [115].



“No entanto, na história da arquitetura dos jesuítas, o principal marco referencial é a Igreja de Gesù, a igreja mãe, em Roma, sempre mencionada como arquétipo para muitas das edificações da ordem. Foi uma obra que levou décadas para ser executada e envolveu seis arquitetos: Giovanni Di Bartolomeo Lippi, Michelangelo Buonarroti, Jacopo Barozzi da Vignola, Giacomo Della Porta e os conselheiros jesuítas Giovanni Tristano e Giovanni De Rosis.” (Custódio, 2017)

Assim, a Igreja de Gesù passa a ser utilizada como modelo de estilo e método construtivo pela Ordem Jesuíta, principal responsável por diversos núcleos de ocupação do território brasileiro. Os aspectos formais estiveram presentes de maneira marcante e permearam o Brasil; estão presentes nas volutas superdimensionadas da Igreja do Convento de Cairu, na Bahia, ou na divisão tripartite da fachada frontal da Igreja de São Miguel das Missões/RS.

Em Goiás, devido a características locais e limitações diversas, a apropriação estilística ficou, na arquitetura, mais próxima dos desenhos e composições planas. Em alguns momentos remetendo mais a um maneirismo incipiente do que a um barroco desenvolvido em sua plenitude espacial. Este mais visível nos altares oitocentistas [116] que na volumetria que os protegem [117].

Seguindo esta curta linha de como o pensamento vai sair de sua origem até chegar ao Brasil, perceberemos que questões espaciais —como as paredes curvas, linhas proeminentes e distorcidas, aspectos essenciais e fundamentadores da espacialidade barroca —estiveram menos presentes nas obras brasileiras. De fato, quanto maior o aprofundamento em territórios inexplorados, mais sutis se tornam as referências presentes nos objetos edificados. Carlos Lemos coloca que, no território brasileiro, há uma *“disseminação aleatória de estilos ou de maneiras de fazer, ao longo do tempo, acompanhada de uma diluição das normas acadêmicas e dos aspectos ‘eruditos’”* (Lemos, 2012). A utilização do termo barroco se dará mais como uma denominação genérica, de fácil absorção e compreensão, com o qual se torna possível abarcar, em termo sintético, uma série de obras que repetiam estilemas consagrados em um período delimitado.

[116] · 14/07/2021 ◀
Ig. de N. Sra. do Pilar
1922 · Pilar de Goiás
14°45'50.42"S 49°34'43.84"W
Altar-mor e lateral.
Ver dossiê p. 585.

[117] · 14/07/2021 ▶
Ig. de N. Sra. do Pilar
1922 · Pilar de Goiás
14°45'50.42"S 49°34'43.84"W
Fachada. Ver dossiê p. 585.



O termo *estilema* é aqui utilizado no sentido de elementos plásticos, que se repetem em manifestações similares, podendo ser enquadradas em um estilo. Com a mesma orientação adotada por Clara d'Alembert (2003:5) consideraremos: *“estilema como ‘o termo com que por vezes se designa um traço ou constante estilística’ (verbetes: Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0, 2001). Desta forma, um estilema seria um elemento de repertório estilístico cuja repetição caracteriza um modo peculiar de manifestação artística”*. Os elementos ornamentados eram empregados com maior frequência nos edifícios religiosos [118], não eliminando a utilização em obras ligadas ao poder administrativo [119]. Porém, o que diferencia um barroco simplificado, se assim podemos denominar, de uma expressão mais classicista que busca soluções vinculadas ao repertório greco-romano?

[118] · 07/07/2021 ◀
Ig. de N. Sra. d'Abadia
1790 · Cidade de Goiás
15°55'51.9"S 50°08'33.2"W
Ver dossiê p. 451.

[119] · 26/04/2019 ▶
Chafariz da Boa Morte
1778 · Cidade de Goiás
15°56'13.0"S 50°08'23.2"W
Ou Chafariz de Cauda.
Ver dossiê p. 389.

“No que tange à ornamentação das fachadas, que tipo de tratadística poderia embasá-la? Em soluções compositivas e estruturais que raramente beiram os desafios enfrentados por Brunelleschi, Alberti, Bernini e Borromini, o ‘costume’, somado a rudimentos de aritmética e geometria, dava conta. Em que medida o mesmo se pode dizer para a ‘decoração’ das fachadas, pautada num léxico clássico com base na ‘teoria das ordens clássicas’? Será que gravuras ou uma certa tratadística de difusão, mais palatável, davam conta, sendo preferida aos textos mais teóricos e alentados?” (Bueno, 2012:352)

Nos exemplares goianos não é possível afirmar taxativamente a vinculação e delimitação rígida dessas obras como barrocas. O mesmo vale para a negativa. Algumas questões como período histórico, referências, estilemas e técnicas construtivas, nos indicam certa vinculação; porém outras, como a falta de um ordenamento espacial dinâmico, expressão mais trabalhada dos pequenos ornamentos e a exiguidade do trabalho compositivo, poderiam as afastar da denominação barroca. Lembrando que a abordagem aqui realizada se dá sob o viés arquitetônico, seus volumes e espaços, não entrando em uma análise da composição de altares, retábulos, sacrários e esculturas, que foram elementos muito importantes na associação, tanto do período como de obras, ao barroco, que compõem toda uma área do conhecimento que exige trabalho específico e pormenorizado.



A reflexão busca esclarecer que o termo barroco, referindo-se às edificações goianas, foi muito mais uma expressão empregada de maneira genérica, que se transformou em sinônimo de um período histórico para catalogar edifícios amaneirados. Grande parte do que foi construído no período colonial, em Goiás, é tido como barroco, apesar do inexistente desenvolvimento formal mais profundo que o termo exigiria.

Assim, para uma análise do que foi materializado no território goiano, é possível perceber de maneira mais clara duas categorias que abarcam as formas expressivas locais. A primeira, erguida a partir de todas as técnicas tradicionais, ligada aos edifícios que possuem em sua composição algum elemento arquitetônico ou preocupação espacial que podemos associar às expressões barrocas [120]. A segunda, abarca obras, também do mesmo período, utilizando-se das mesmas técnicas, mas que se expressam de maneira mais simples, sem adornos, estilemas ou outros símbolos que possam exteriorizar o cumprimento de regras estabelecidas por qualquer estilo específico [121].

As expressões vinculadas ao barroco eram potencializadas pelo tratamento interno das edificações. Em Portugal e no Brasil, a volumetria ainda estava mais para um invólucro de toda a talha e douramento que existia no interior das igrejas. Alguns casos notáveis da simplicidade externa e profusão material interna aparecem na Capela do Padre Faria, em Ouro Preto/MG, e na Igreja de Nossa Senhora do Ó, em Sabará/MG, com suas *chinoises*.

No sentido de riqueza material e desenvolvimento estilístico, não é possível colocar em pé de igualdade as edificações goianas com o que foi edificado em Minas Gerais ou nas cidades costeiras como Salvador, Belém ou Rio de Janeiro. Por aqui a situação era mais simples. Sob o aspecto espacial, não encontraremos em Goiás exemplares como as Igrejas de Nossa Senhora do Carmo e São Francisco de Assis, em Mariana/MG, ou a Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto/MG. Não inesperadamente, em Goiás, expressões mais trabalhadas também aconteceram nas igrejas. Talvez uma competição entre os promotores de cada obra tenha levado a tal desenvolvimento.

[120] · 07/07/2021 ◀
Ig. de N. Sra. d'Abadia
1790 · Cidade de Goiás
15°55'51.9"S 50°08'33.2"W
Ver dossiê p. 451.

[121] · 13/07/2021 ▶
Ig. do N. Sr. do Bonfim
1754 · Pirenópolis
15°51'05.6"S 48°57'10.0"W
Ver dossiê p. 265.



Alguns casos, como a Igreja Nossa Senhora da Boa Morte, na cidade de Goiás, além das repetições de pequenos frontões, cimalkhas e volutas movimentadas [122], trazem também a planta octogonal. De maneira ainda mais simples, a Igreja de Nossa Senhora da Abadia vai ser identificada pelas aplicações dos mesmos elementos em alguns pontos da fachada. A Igreja de Nossa Senhora do Carmo, apesar de espacialmente trabalhada [123], tem a plasticidade exterior [124] marcada por um simples cuidado nos alinhamentos dos traçados reguladores da fachada principal que não revela qualquer indício do seu interior.

Apesar de essas igrejas representarem parcela mínima do que foi edificado em Goiás nos séculos XVIII e XIX, tiveram grande força impositiva na leitura do estilo. Em comum a todas elas, a arquitetura sólida, presa ao chão, em relação direta com o terreno, proporcionando claras leituras dos volumes adornados com um sentimento local, mais popular que erudito, mais referente que referenciado.

Interessante notar, por meio do levantamento realizado, que, mesmo considerando apenas a arquitetura oficial, do Estado, e as construções religiosas, a maioria dos exemplares sequer vão remeter à arquitetura barroca ou vão se apropriar de elementos construtivos ou volumétricos que nos permitam uma associação direta e literal. Nos diversos povoados, desde o sul ao norte do nosso recorte geográfico, a materialização arquitetônica vai se dar sem um vínculo direto com o barroco originário europeu, ou mesmo com um classicismo mais cuidadoso.

E até nas maiores edificações ou com forte carga simbólica, e de maiores significados para a população, que historicamente costumam ser as mais cuidadas materialmente e engajadas conceitualmente, teremos obras minimamente providas de elementos clássicos, menos ainda barrocos. Vejamos o caso da Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Goiás que, apesar de ser projetada e ter proporção bem colocada da fenestração, ainda possui invólucro completamente limpo de estilemas. Assim como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Matriz de Pirenópolis, uma das maiores e mais antigas do estado, totalmente desprovida de elementos clássicos.

[122] · 26/04/2019 ◀
Ig. de N. Sra. da Boa Morte
1779 · Cidade de Goiás
15°56'04.9"S 50°08'23.4"W
Atual Museu da Boa Morte.
Ver dossiê p. 399.

[123] · 07/07/2021 ▶
Ig. de N. Sra. do Carmo
1774 · Cidade de Goiás
15°55'57.9"S 50°08'30.0"W
Interior. Ver dossiê p. 369.

[124] · 07/07/2021 ◀
Ig. de N. Sra. do Carmo
1774 · Cidade de Goiás
15°55'57.9"S 50°08'30.0"W
Frontão. Ver dossiê p. 369.



[125] · 27/04/2019 ►
Casa de Câmara e Cadeia
1766 · Cidade de Goiás
15°56'16.3"S 50°08'24.6"W
Atual Ms. das Bandeiras.
Ver dossiê p. 317.

Tal ausência vai se repetir em Natividade, Pilar de Goiás, Mossâmedes, Corumbá e em outros núcleos de origem oitocentista. A leitura dos elementos clássicos será constante apenas na arquitetura de início do século XX, com as primeiras renovações neoclássicas e o início das composições ecléticas.

Durante os séculos XVIII e XIX, a arquitetura que se desenvolveu em Goiás foi a expressão máxima [125] dos artífices e técnicos dessa região, mas não podemos afirmar que o ápice desses profissionais seria o suficiente para a produção de uma arquitetura academicamente barroca. O termo surge principalmente por uma associação temporal das obras e pela adoção de estilemas apropriados, mas, se barroco ou não, talvez seja a menor das questões; foi uma expressão plena, local, e por isso relevante, não pelo título, mas por sua materialidade específica.

Acredito também que, acima de um ideal ligado aos conceitos de reforço ideológico do discurso clerical em um contexto contrarreformista, ou reformista, o que se manifestou por essas terras estava mais ligado a um sentido de embelezamento do objeto arquitetônico, já que todos tinham uma base estética proveniente de técnicas construtivas e métodos locais. A percepção é que o adorno classicizante ou barroco, quando existente, é elemento anexado a uma volumetria padrão e tradicional do período. Apesar de realizado manualmente, não faz parte de uma unidade espacial da obra.

O domínio construtivo e composicional dos materiais, barro ou pedra, e dos métodos foi o que caracterizou as edificações goianas oitocentistas. Um repertório ligado à sua característica de conjunto, de construções simples, vinculadas a uma realização de qualidade a partir de técnicas tradicionais, mais que ao ineditismo e valorização individual de cada obra. Todas elas, edificadas em sistemas similares, proporcionaram a força plástica tão característica dos centros urbanos do período.



· OBRAS · TRADIÇÃO ·

Igreja de Nossa Senhora do Rosário da Barra	Buenolândia / GO	1728	.183
Matriz de Nossa Senhora do Rosário	Pirenópolis / GO	1736	.193
Matriz de Nossa Senhora da Conceição	Conceição / TO	≈1740	.205
Igreja de São Benedito	Natividade / TO	≈1740	.215
Casa Enxaimel	Pilar / GO	≈1740	.225
Casa da Princesa	Pilar / GO	≈1750	.235
Casa Dona Otília	Pilar / GO	≈1750	.245
Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo	Pirenópolis / GO	1750	.255
Igreja de Nosso Senhor do Bonfim	Pirenópolis / GO	1754	.265
Casa de Câmara e Cadeia	Pilar / GO	≈1760	.275
Igreja de São João Batista	Ferreiro / GO	1761	.285
Igreja de São Francisco de Paula	Cidade de Goiás / GO	1761	.295
Quartel do XX	Cidade de Goiás / GO	1765	.305
Casa de Câmara e Cadeia	Cidade de Goiás / GO	1766	.317
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Luziânia / GO	1769	.329
Casa Bartolomeu Bueno	Cidade de Goiás / GO	≈1770	.339
Casa de Cora	Cidade de Goiás / GO	≈1770	.349
Igreja de Nossa Senhora das Mercês	Pilar / GO	≈1770	.359
Igreja de Nossa Senhora do Carmo	Cidade de Goiás / GO	1774	.369
Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Pretos	Jaraguá / GO	1776	.379
Chafariz da Boa Morte	Cidade de Goiás / GO	1778	.389
Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte	Cidade de Goiás / GO	1779	.399
Casa Abalcoada	Cidade de Goiás / GO	≈1780	.411
Igreja de Santa Bárbara	Cidade de Goiás / GO	1780	.421
Igreja de São José de Mossâmedes	Mossâmedes / GO	1780	.431
Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Natividade / TO	≈1780	.441
Igreja de Nossa Senhora d'Abadia	Cidade de Goiás / GO	1790	.451
Casa Padre Silvestre	Jaraguá / GO	≈1790	.461
Residência Joaquim Alves	Pirenópolis / GO	≈1800	.471
Matriz de Nossa Senhora do Carmo	Monte do Carmo / TO	1801	.481

Engenho São Joaquim	Pirenópolis / GO	1805	.491
Casarão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Corumbá / GO	≈1830	.503
Igreja de Nosso Senhor do Bonfim	Silvânia / GO	1857	.513
Matriz de Nossa Senhora da Penha de França	Corumbá / GO	1858	.523
Casa de Câmara e Cadeia	Santa Cruz / GO	1880	.535
Residência Francisco Honório de Campos	Jataí / GO	1885	.545
Cadeia Pública	Natividade / TO	≈1890	.555
Palácio da Intendência	Rio Verde / GO	1900	.565
Câmara e Cadeia	Pirenópolis / GO	1919	.575
Matriz de Nossa Senhora do Pilar	Pilar / GO	1922	.585
Cadeia Pública	Porto Nacional / TO	1922	.595
Prefeitura	Porto Nacional / TO	1922	.605
Res. Karl Steger e Barbara Moraes	Goiânia / GO	1929	.615



◀ [126] · 06/07/2021

1728 · IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DA BARRA ·

1728 · Buenolândia / GO · Igreja de Nossa Senhora do Rosário da Barra

O arraial da Barra remonta às primeiras ocupações permanentes, dos bandeirantes paulistas, em território goiano. Faz parte das lavras inaugurais fixadas na bacia do Rio Vermelho, junto com Santana, Ouro Fino, Ferreiro, Anta e Santa Rita, arraiais que até o fim da década de 1720 (Bertran, 2011:80) configuravam o cenário deste início de uma nova organização do território local.

Barra possui certo magnetismo por ter sido fundada pessoalmente por Bartolomeu Bueno da Silva (1672-1740), o segundo, que consolidou a presença portuguesa nas minas goianas. Alguns relatos afirmam ter sido este o primeiro arraial (Brasil, 1982:34), mas versões mais atuais (Bertran, 2011:79) defendem a fundação do arraial de Santana em 1726 e, após isso, a busca de Bueno e seus companheiros por lavras a montante e jusante do Rio Vermelho.

Barra se torna o local mais tranquilo escolhido pelo comandante, que lá se serve de um rego d'água para lavagem do seu ouro. Era ali também a sua fazenda pessoal, sustentada pelas lavras e pelos braços de alguns índios Goiás que, já bastante diminuídos por guerras contra os Caiapó, foram encontrados por Bartolomeu em pouco mais que uma centena (Bertran, 2011:26).

Nesta fazenda dizem ter sido protegidos e pacificados – belo sinônimo de escravizados – mas com o tempo e o desrespeito do próprio Bueno acabaram por fugir (Eschwege, 1979:56). Poderíamos ainda tomar o arraial como o escritório administrativo de Bueno. Ali ele funda a primeira capela em terras goianas além de dispor-se de escrivão para registrar seus atos (Bertran, 2002:37).

Como primeiro ditador dessas paragens, a estrutura o serve nesse comando até idos de 1735, quando começam a chegar os primeiros administradores reinóis. Por isso é admirável a falta de proteção institucional ou de pesquisas mais aprofundadas acerca deste que foi um pequeno burgo controlado pessoalmente e saturado de decisões e da personalidade do fundador do estado goiano.

[127] · 06/07/2021

Fachada frontal.



[128] · 06/07/2021

Detalhe fachada posterior.



[129] · 06/07/2021

Detalhe fachada frontal.



[130] · 06/07/2021

Detalhe cobertura.





O arraial da Barra chegou a ser bem povoado ainda nos períodos de extração do ouro. A compilação estatística da *Notícia Geral da Capitania de Goiás* para o ano de 1783 relata a existência de uma loja, seis vendas e trinta e cinco fogos (Bertran, 2011:196-197). Depois disso sua economia esteve essencialmente vinculada às atividades agrárias, algo que perdura por todo o século XX, quando é rebatizado Buenolândia em 1938 (Iphan, 2014:4).

[131] · 06/07/2021
Nave e coro. ◀

[132] · 06/07/2021
Nave e altares. ◀

[133] · 06/07/2021
Altar-mor. ▶

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, da Barra, é uma das raras edificações remanescentes das empreitas promovidas pelos primeiros exploradores a se fixarem na região. A sua construção é estimada entre os anos de 1727 e 1728 (Pinto, 1888:138), o que a torna o templo mais antigo de todo o território goiano, já razão suficiente para mais profundas pesquisas junto às dioceses primitivas e arquivos ultramarinos em busca de maiores detalhes documentais sobre sua fundação.

Saint-Adolphe (1845a:121) afirma que esta teria sido também a primeira paróquia local, só se subjugando à Matriz de Santana aos idos de 1746, quando da fundação da Prelazia de Goiás então separada do bispado do Rio de Janeiro. Não é de todo impossível, já que na própria bandeira de Bartolomeu Bueno II estava presente o padre Antônio de Oliveira Gago (Teles, 1998:77) e, em 1729, o vigário Pedro Brandão, além de colado, se fazia polêmico consultor pessoal de Bueno (Bertran, 2002:39).

O templo, erguido em taipa de pilão, apresenta exíguo porém completo programa de necessidades das igrejas tradicionais, com nave, coro, capela e sacristia. Existem contrafortes nas paredes posteriores, obra de contenção elaborada após sua construção. A expressão da fachada – mais trabalhada que o usual para edificações dessa época – parece ser fruto de reforma posterior. Uma delas foi solicitada pelo Vigário Geral da Comarca, o Cônego José Corrêa Leitão, em visita feita ao arraial em 1784 (Fonseca e Silva, 1948:87). Foi neste local que Bueno se recolheu após as ingratidões da Coroa Portuguesa e por lá morreu em 1740. Dizem, não se confirma, que está enterrado no pequeno cemitério lateral à capela.



Dados

Obra: Igreja de N. Sra. do Rosário da Barra

Ano Construção: 1728

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Bartolomeu Bueno II (empreendedor)

Cidade: Buenolândia / GO

End.: Largo do Rosário, SN, Centro

Coordenadas: 15°48'14.0"S 50°18'30.1"W

Altitude: 385 m

Altura: 9,00 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 890 m²

Área Ocupada: 212 m²

Área Construída: 241 m²

Fontes

BERTRAN, Paulo. **Cidade de Goiás, Patrimônio da Humanidade**. Brasília/São Paulo: Verano/Takano, 2002.

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

BRASIL, Antônio Americano do. **Súmula de História de Goiás**. Goiânia: Unigraf, 1982.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Pluto Brasiliensis**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1979.

FONSECA E SILVA, José Trindade da. **Lugares e pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1948.

IPHAN. **Ficha de identificação de localidade: F11, 05, Buenolândia**. 2014. 7p. Localizado em: Arquivo digital da Superintendência do Iphan em Goiás.

PINTO, Alfredo Moreira. **Apontamentos para o Dicionário Geographico do Brazil: Volume III**. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1888.

SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. **Diccionario geographico, historico e descriptivo do Imperio do Brazil: Tomo I**. Paris: Typographia de Fain e Thunot, 1845a.

TELES, José Mendonça (Coord.). **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

[134] · 06/07/2021
Altar lateral esquerdo.



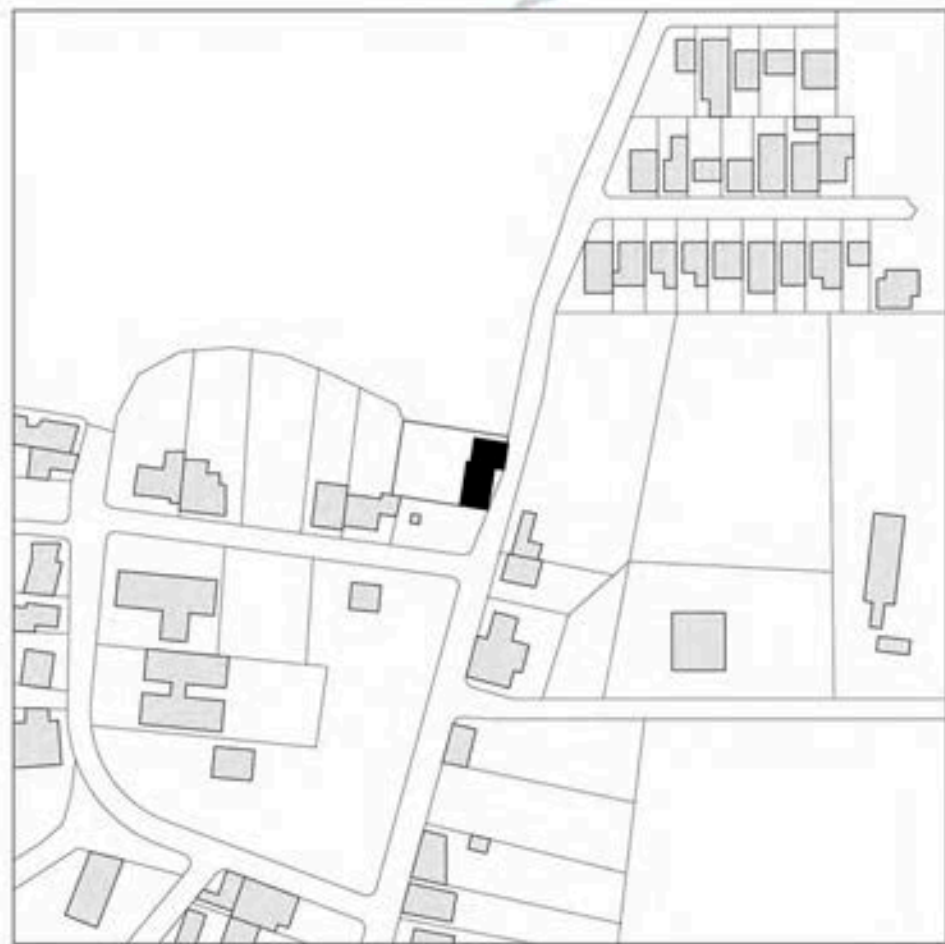
[135] · 06/07/2021
Altar lateral direito.

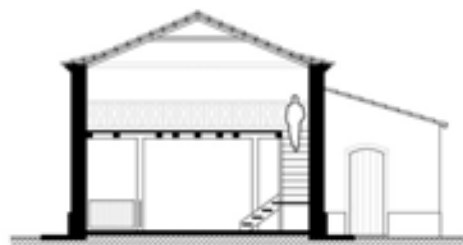


Desenhos p. 190
[136] [137]

Desenhos p. 191
[138] [139]
[140]





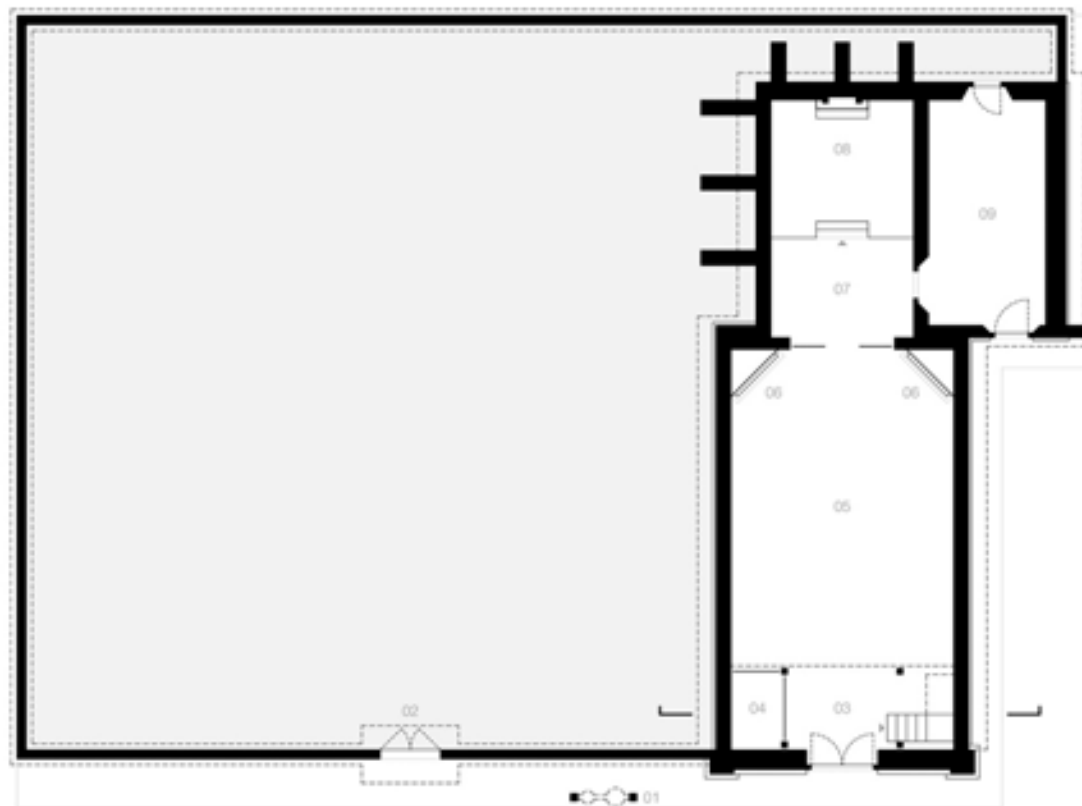


CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • — 1m



SUL • 1:250 • — 1m

- 01. campanário
- 02. cemitério
- 03. vestíbulo
- 04. batistério
- 05. nave
- 06. altar lateral
- 07. capela mor
- 08. altar mor
- 09. sacristia



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [141] · 13/07/2021

1736 · MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO ·

1736 · Pirenópolis / GO · Matriz de Nossa Senhora do Rosário

Batizado Meia Ponte em suas origens, o núcleo urbano só se torna Pirenópolis em 1890. Porém, antes disso, muita água passou debaixo da ponte que, destruída pela metade, deu o primeiro topônimo ao nascente arraial. Foi descoberto em 1730 e oficialmente fundado em 1731 (Bertran, 2011:80) por empreitada do primeiro grupo de bandeirantes comandando por Bartolomeu Bueno II (1672-1740). Urbano do Couto Menezes (1700-1772) e Amaro Leite mineram as duas primeiras jazidas, porém, coube a Manuel Rodrigues Tomar a iniciativa, e glória, da fundação do arraial (Jayme, 1971a:75).

O núcleo cresceu em importância e, à época da delimitação e promoção de Goiás a capitania, Antônio Luiz de Távora (?-1737), o conde de Sarzedas, então capitão-general de São Paulo, viaja pelo interior goiano para avaliar presencialmente o desenvolvimento dos arraiais e escolher qual seria a nova vila-capital, se Santana ou Meia Ponte. Durante a viagem – para tristeza dos meiapontenses, já que a vila parecia bem cotada para assumir o título de capital (Jayme, 1971a:94) – já ao norte goiano, em Traíras, morre em 1737 sem cumprir tais desígnios. Coube a Luiz Mascarenhas dar prosseguimento às ordens, optando porém pelo o arraial de Santana, rebatizado Vila Boa em 1739, então sede da capitania que só teria governador próprio em 1749.

Sobre a decisão, Paulo Bertran (2002:41) levanta ponto polêmico, mas plausível, de que a escolha recaí sobre Vila Boa justamente pela não centralidade territorial, estando ela mais próxima das divisas espanholas – Mato Grosso – que Meia Ponte e, além disso, pelo substrato social, com a coroa apostando mais no ímpeto desbravador dos paulistas já instalados na nova capital que no reduto ibérico de Meia Ponte, com a maioria de sua população composta por portugueses. A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, construída nesse período, é documento físico dessa disputa entre arraiais, já que só com a Matriz de Santana, em Vila Boa [1177:875], é que teremos outro templo na mesma escala nas proximidades. A Igreja do Rosário, ao contrário da outra, resistiu ao tempo com mais integridade até que, em 2002, foi quase totalmente destruída por incêndio.

[142] · 13/07/2021
Detalhe fachada frontal.



[143] · 13/07/2021
Fachada lateral direita.



[144] · 13/07/2021
Fachada posterior.





A Matriz de Meia Ponte foi edificada entre os anos de 1732 e 1736 pelos primeiros mineradores e, apesar da escala e das necessidades de corpo técnico qualificado para obra de tamanho porte, ainda não foram encontrados registros dos que participaram dos serviços. Está localizada em ponto central da cidade do qual lançou-se as primeiras ruas a serem ocupadas, a Direita e a Nova. Implantada em uma elevação no terreno, tem à sua frente acentuada queda topográfica, só interrompida com o rio Vermelho. A partir dele o horizonte se limitará à Serra dos Pirineus.

[145] · 13/07/2021
Nave e altar-mor.



[146] · 13/07/2021
Nave e coro.



Diferente de outros templos brasileiros, e de todos os goianos, o adro da Matriz não se dá à frente, mas sim aos fundos, tão amplo que até 1958 eram ali encenadas as cavalhadas (Carvalho, 2001:98); porém foi constrangido com o crescimento urbano e totalmente ocupado com edificações, só parcialmente liberado após intervenção urbana realizada em 2011 (Cavalcante, 2019:208). As motivações de tal localização do adro não foram registradas, mas talvez se tenha optado por levar a fachada da igreja aos limites de um início de inclinação mais vigorosa do terreno, tal qual quem se apruma em uma sacada para melhor contemplar o horizonte. Outro ineditismo foi a existência de duas Igrejas do Rosário no mesmo núcleo. A Matriz, dos brancos, e a segunda, Nossa Senhora do Rosário, dos Pretos. Esta, edificada entre os anos de 1743 e 1757 por esforços da irmandade, porém arruinada em 1944 (Jayme; Jayme, 2002:116), fazia o contraponto urbano com a Matriz em uma nova vertente de ocupação do território mais ao norte do arraial.

Ponto marcante na trajetória das duas igrejas foi o incêndio ocorrido na Matriz em 2002 no qual grande parte da sua estrutura mista – formada por paredes em taipa, aberturas em cantaria, esteios e madres em madeira e fechamento das torres em adobe – foi consumida pelo fogo. Talvez até mal menor se comparado à perda dos quatro altares, além do mor, muito bem entalhados e totalmente consumidos pelo fogo. A restauração (Unes; Cavalcante, 2008:90) optou por uma reconstrução integral, utilizando mesmas técnicas e processos construtivos. Porém, como as questões que não estão à frente do seu tempo sempre são resolvidas por este, o que sobrou do altar mor da Rosário dos Pretos hoje adorna o da Rosário dos Brancos, em reunião de uma separação que nunca deveria ter acontecido.



Dados

Obra: Matriz de N. Sra. do Rosário

Ano Construção: 1736

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Não encontrado

Cidade: Pirenópolis / GO

End.: Largo do Rosário, SN, Centro

Coordenadas: 15°51'10.5"S 48°57'32.2"W

Altitude: 777 m

Altura: 19,50 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 5.900 m²

Área Ocupada: 920 m²

Área Construída: 1.155 m²

Fontes

BERTRAN, Paulo. **Cidade de Goiás, Patrimônio da Humanidade**. Brasília/São Paulo: Verano/Takano, 2002.

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

CARVALHO, Adelmo de. **Pirenópolis Coletânea 1727 – 2000. História, Turismo e Curiosidades**. Goiânia: Kelps, 2001.

CAVALCANTE, Silvio. **Barro, madeira e pedra: patrimônios de Pirenópolis**. Brasília: Iphan, 2019.

CAVALCANTE, Silvio; GONÇALVES, Tadeu. **Pirenópolis restaurando patrimônios**. Pirenópolis: IPHAN, 1999.

JAYME, Jarbas. **Esboço histórico de Pirenópolis I (1ª edição póstuma)**. Pirenópolis: Est. de Goiás, 1971a.

JAYME, Jarbas; JAYME, José Sisenando. **Pirenópolis – Casa de Deus e Casa dos Mortos, Volume I**. Goiânia: UCG, 2002.

LIMA, Elder Rocha. **Guia sentimental da cidade de Pirenópolis**. Brasília: Superintendência do IPHAN em Goiás, 2010a.

PALACIN, Luís; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás**. Brasília: SPHAN, 1987.

UNES, Wolney; CAVALCANTE, Silvio. **Fênix: Restauo da Igreja Matriz de Pirenópolis**. Goiânia: ICBC, 2008.

[147] · 13/07/2021
Detalhe retábulo-mor.



[148] · 13/07/2021
Detalhe altar lateral direito.



[149] · 13/07/2021
Arco-cruzeiro e altar-mor.



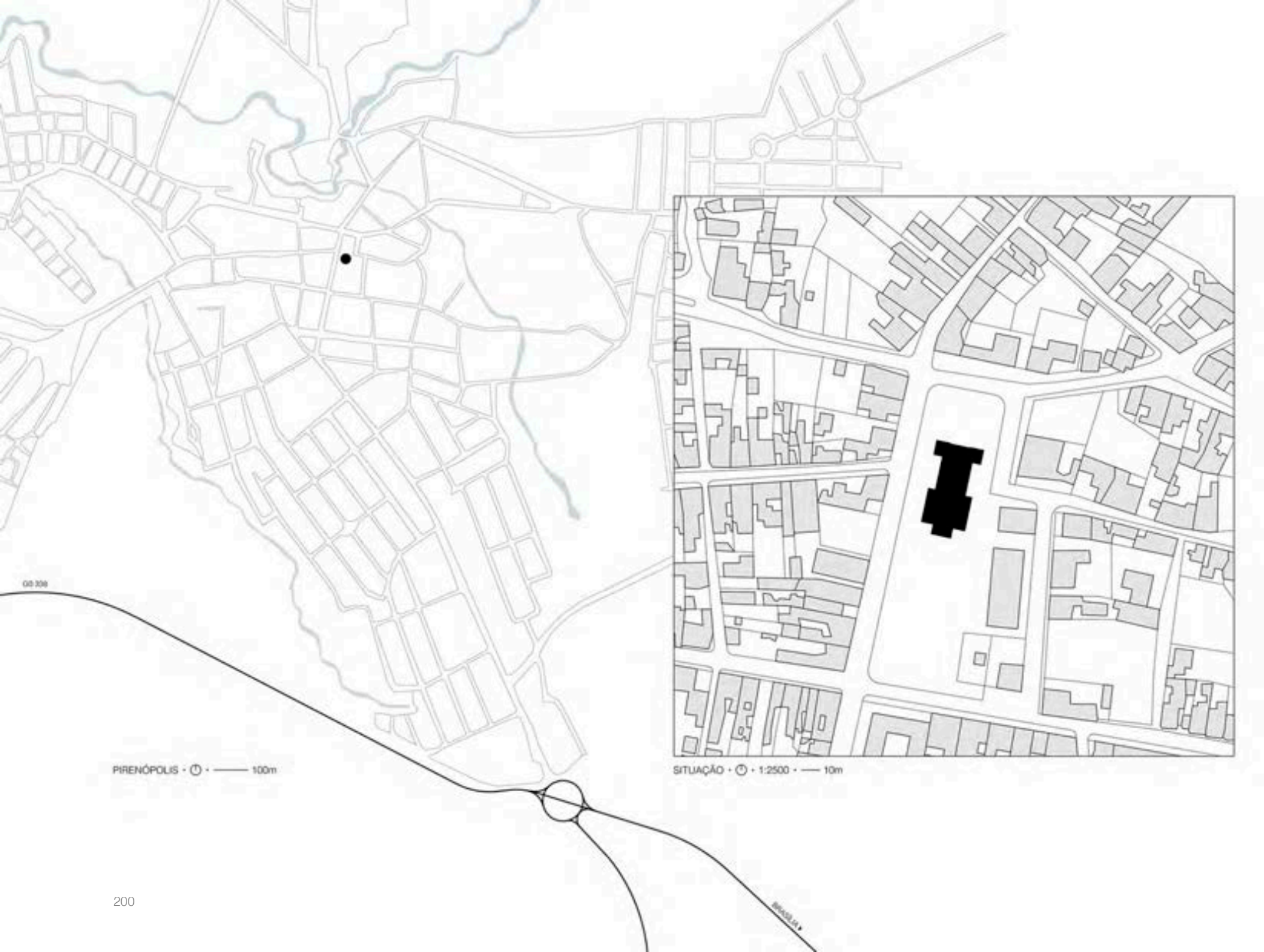
Desenhos p. 200
[150] [151]

Desenho p. 201
[152]

Desenho p. 202
[153]

Desenhos p. 203
[154]
[155]



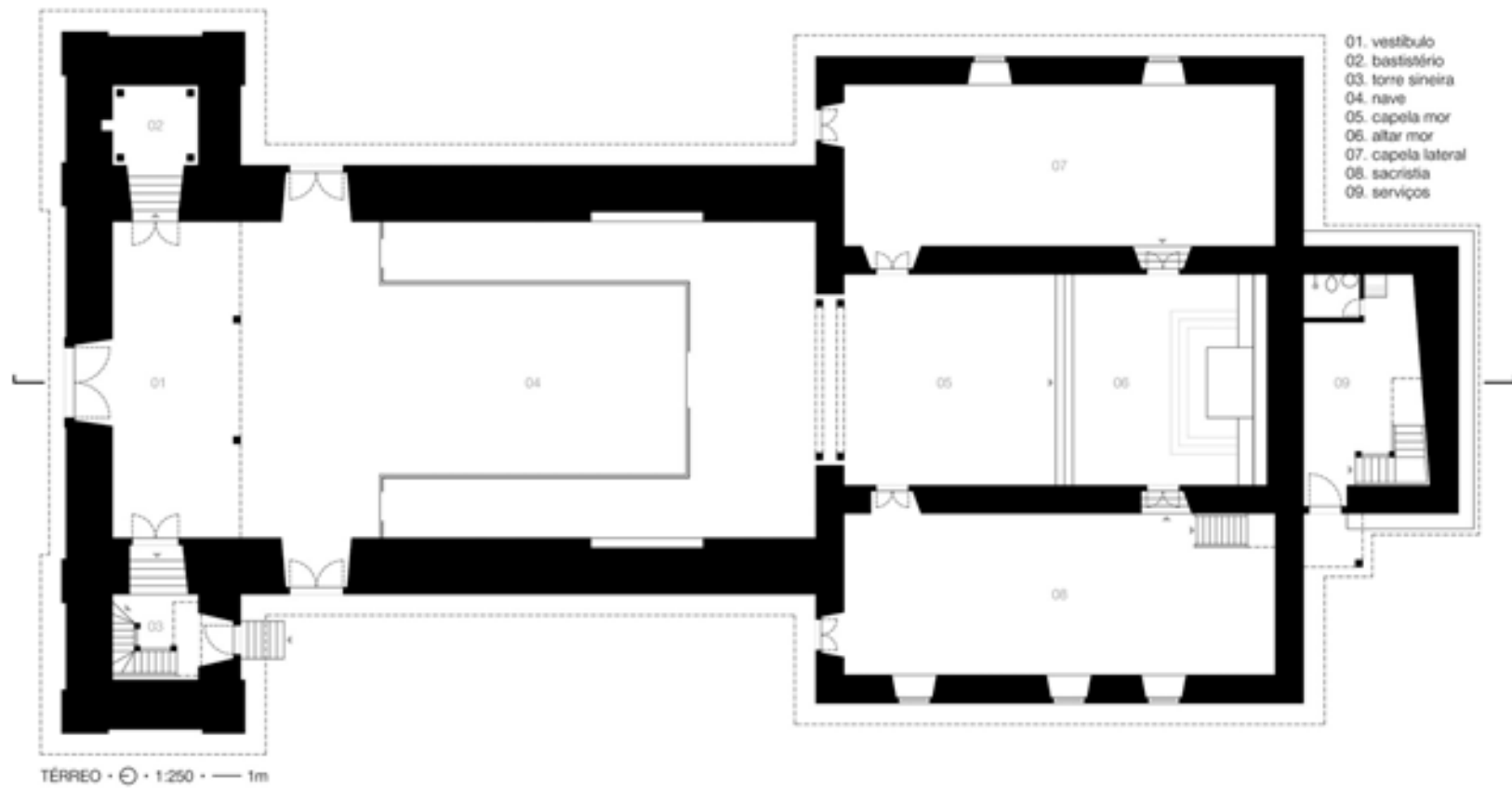


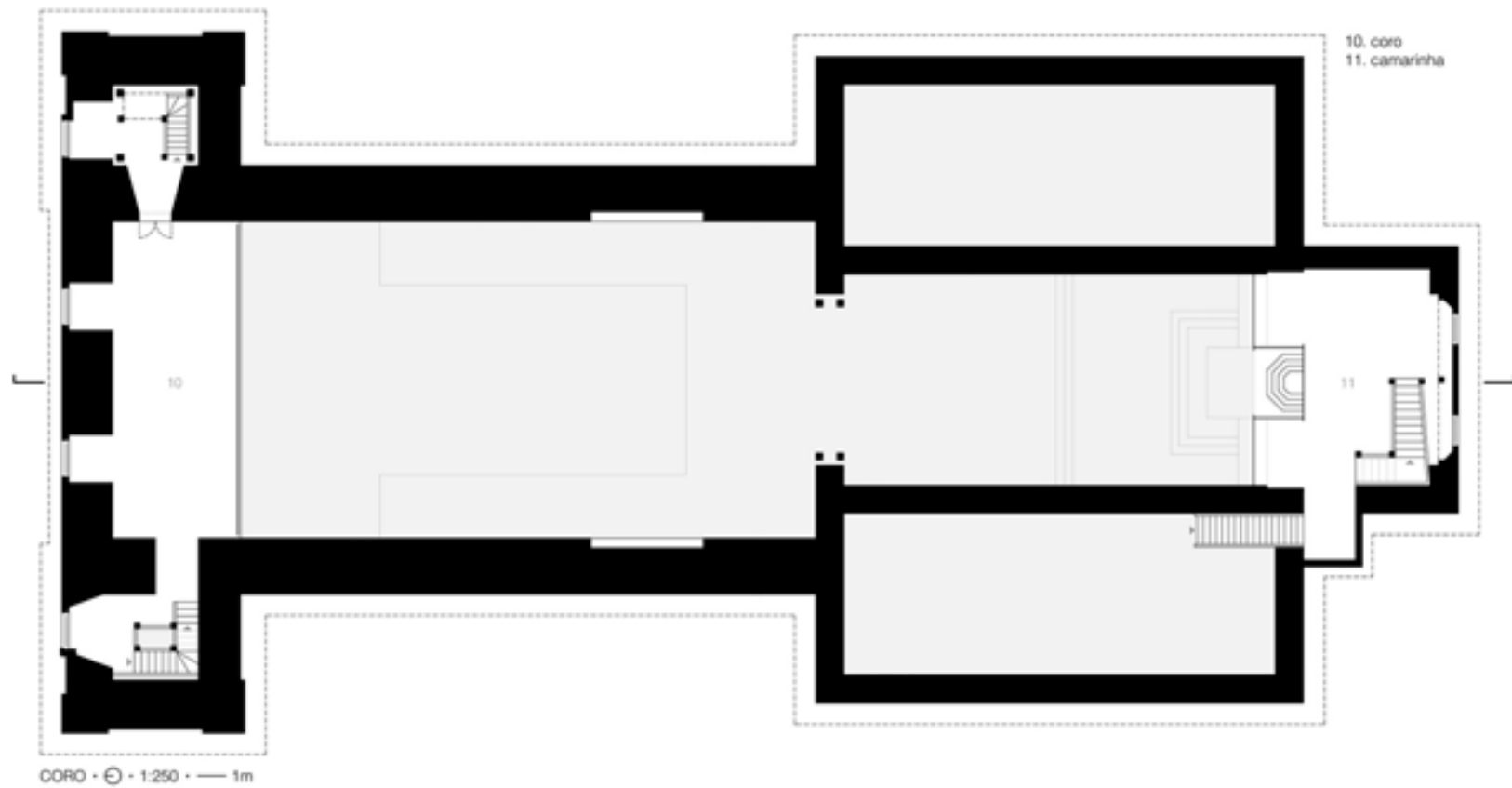
00-200

PIRENÓPOLIS - 100m

SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m

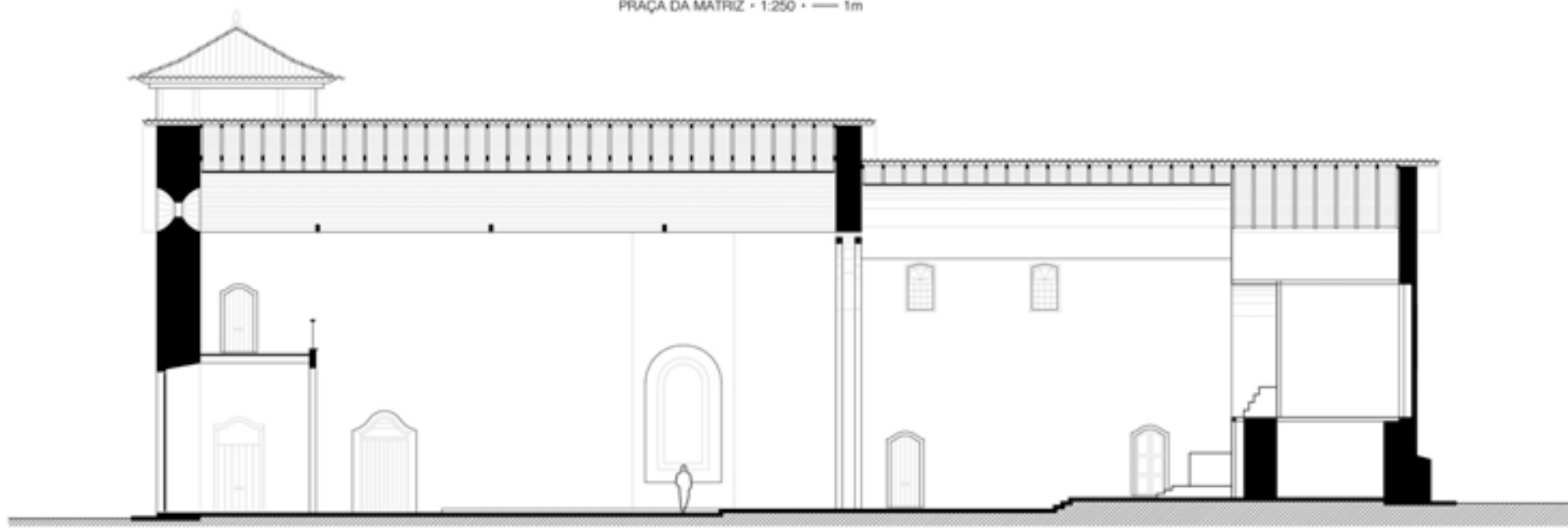
BRASIL







PRAÇA DA MATRIZ • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



◀ [156] · 22/07/2019

≈1740 · MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO ·

≈1740 · Conceição do Tocantins / TO · Matriz de Nossa Senhora da Conceição

[157] · 22/07/2019 ◀
Detalhe fachada posterior.

[158] · 22/07/2019 ◀
Fachada posterior.

[159] · 22/07/2019 ▶
Fachada direita.

[160] · 22/07/2019 ▶
Detalhe fachada frontal.

Conceição do Tocantins compartilha a mesma origem dos arraiais surgidos ao norte de Goiás, a mineração do ouro, motor expansionista das explorações no século XVIII. Faz parte do primeiro ciclo de ocupação desse território, nesse caso específico promovida por Manoel Paes Andrade, português que, partindo de Vila Boa de Goiás, chega ao rio Palma – afluente do Tocantins. Continuando a explorar o território, inicia o povoamento mais ao norte em 1740 (Halum, 2008:116).

Os trabalho e benfeitorias se expandem, em 1755 é reconhecida como freguesia e, quase 100 anos depois, em 1854, é elevada à vila de Conceição do Norte. A conformação da vegetação e geografia, gerando grandes pastagens, ajudou na transição econômica de declínio do ouro para pecuária (Teles, 1998:175). Conectada com outros assentamentos, Conceição estava no caminho entre Natividade e Arraias, estes, polos mais desenvolvidos.

O traçado urbano original, ainda muito simples, se consolida no período inicial de mineração. Já no século XIX, Cunha Mattos (1836:247) cita a presença de duas igrejas, a Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a do Rosário, além de outras noventa casas. Luís Palacin e Ana Maria Borges (1987:52) afirmam que a igreja que sobreviveu é a do Rosário, e não a de Conceição. É uma hipótese plausível, já que, apesar de se encontrar em uma parte mais elevada da cidade, está tanto distante da rua principal que conformava o núcleo primitivo. Nas fotografias apresentadas pelos autores, a igreja está em uma área isolada, cercada por pasto, ainda distante da volumetria urbana. Para uma matriz, parece conformação secundária no espaço.

Apesar disso, hoje é tida oficialmente como a Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Sua construção é estimada para metade da década de 1740, coincidente com a consolidação das atividades mineradoras. O templo, edificado por mão de obra escrava, provavelmente nasce pela vontade do Sr. Manoel Paes, o responsável pelos primeiros empreendimentos construtivos e econômicos no local.



Como outros templos da região, este também foi construído em pedra, porém com uma especificidade que parece ter sido a causadora das recorrentes patologias. Há certa fragilidade nas arestas estruturais da nave. Não são intercaladas peças compridas que penetrem mais profundamente no plano da alvenaria, a exemplo da Igreja de São Benedito, em Natividade [172:215], onde blocos de pedra lavrada com mais de 1,60m de comprimento cumprem essa tarefa de amarração. Tal ausência permite um descolamento entre os quatro planos que, em independência estrutural, podem ruir com facilidade.

[161] · 22/07/2019
Detalhe torre sineira. ◀

[162] · 22/07/2019
Detalhe beiral. ◀

[163] · 22/07/2019
Fachada lateral esquerda. ▶

Na Matriz de Conceição a alvenaria foi erguida com pedras que restaram da extração do ouro, e não peças retiradas para o uso específico estrutural. Essas rochas não apresentam sinais de retificação, ao contrário, as faces expostas são irregulares e evidenciam com muita clareza as camadas sedimentares típicas dos arenitos da região. O uso de exemplares de tamanho médio aliado ao canjicado de barro e pedra miúda é a regra de composição da alvenaria.

Somadas questões estruturais à falta de manutenção adequada, houve em 1950 o arruinamento da capela e da fachada frontal superior. A situação piora quando em 1967 uma gameleira germinou no alto da parede direita e comprimiu ainda mais os vértices estruturais. Houve a reconstrução de todas as partes com o adobe, acrescentando ainda uma sacristia lateral (Valadares, 2019).

A parte renovada permaneceu revestida e o corpo da igreja em pedra nua, mantendo-se assim até 2010, época da reforma executada pelo mestre Joaquim Pereira Valadares (1949-). Este retirou todo o reboco do adobe e revestiu, com pedras, a parte superior da fachada, a capela e a sacristia. A decisão mantém uma certa harmonia do conjunto, mas é possível perceber a diferença, já que as novas pedras foram assentadas com a maior face voltada para fora. Ele também modificou as molduras das portas e janelas da fachada frontal, agora com arcos. A pedra exposta revela, nas obras tradicionais, a singularidade estrutural, que, quando revestida, se perde na expressão da cal branca, que a todas igualava.



Dados

Obra: Matriz de N. Sra. da Conceição

Ano Construção: ≈1740

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Manoel Andrade (empreendedor 1740)

Joaquim Valadares (mestre 2010)

Cidade: Conceição do Tocantins / TO

End.: Pç. Lindolfo da Rocha, 120, Centro

Coordenadas: 12°13'08.0"S 47°17'49.1"W

Altitude: 406 m

Altura: 8,20 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 4.000 m²

Área Ocupada: 298 m²

Área Construída: 337 m²

Fontes

HALUM, César Hanna. **Municípios Tocantinenses - suas origens, seus nomes**. Palmas: Provisão, 2008.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1836.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **CHOROGRAPHIA historica da provincia de Goyaz**. Parte I. In: Revista do IHGEB, tomo XXXVII, parte primeira, p.213-398. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro Edi-tor, 1874.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **CHOROGRAPHIA historica da provincia de Goyaz**. Parte II. In: Revista do IHGEB, tomo XXXVIII, parte primeira, p.5-150. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro Editor, 1875.

MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830)**. São Paulo, 2018. Tese-FAU, USP.

PALACIN, Luís; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás**. Brasília: SPHAN, 1987.

TELES, José Mendonça (Coord.). **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

VALADARES, Joaquim Pereira. **Entrevista com o Sr. Joaquim Pereira Valadares, mestre de obras, construtor**. Conceição do Tocantins/TO, 22 de julho de 2019. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

[164] · 22/07/2019
Detalhe escada coro. ◀

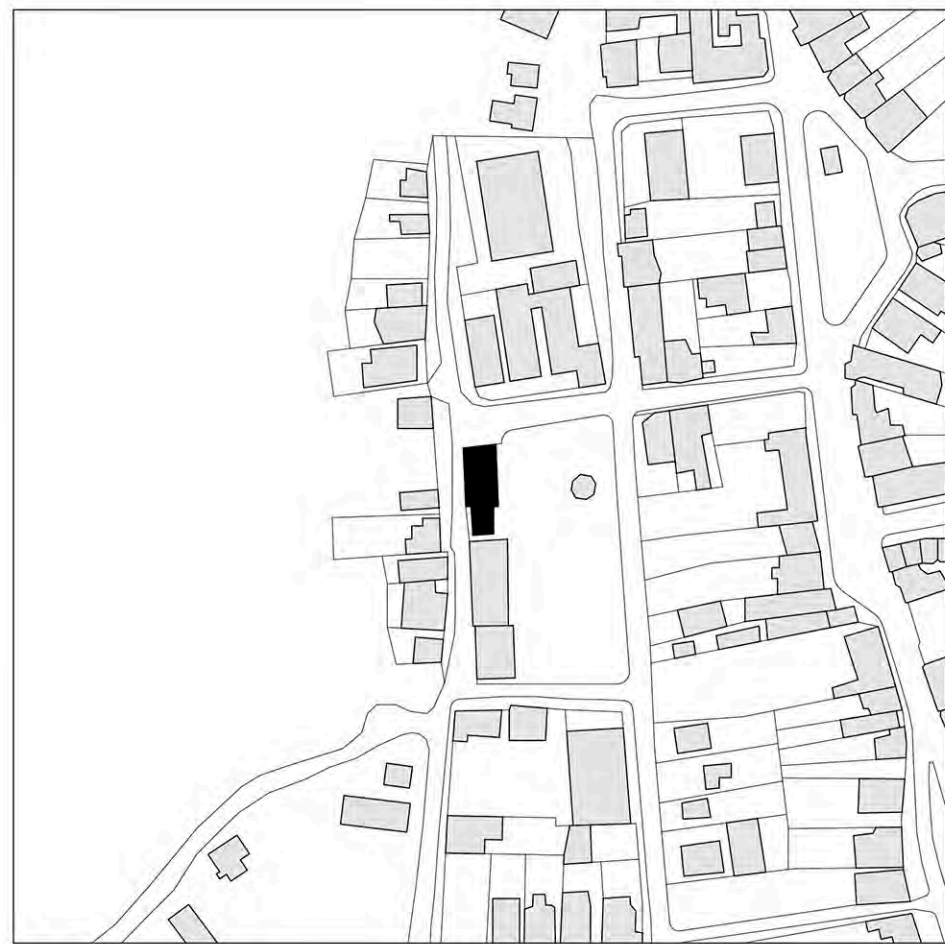
[165] · 22/07/2019
Nave e coro. ◀

[166] · 22/07/2019
Nave e altares. ▶

Desenhos p. 212
[167] [168]

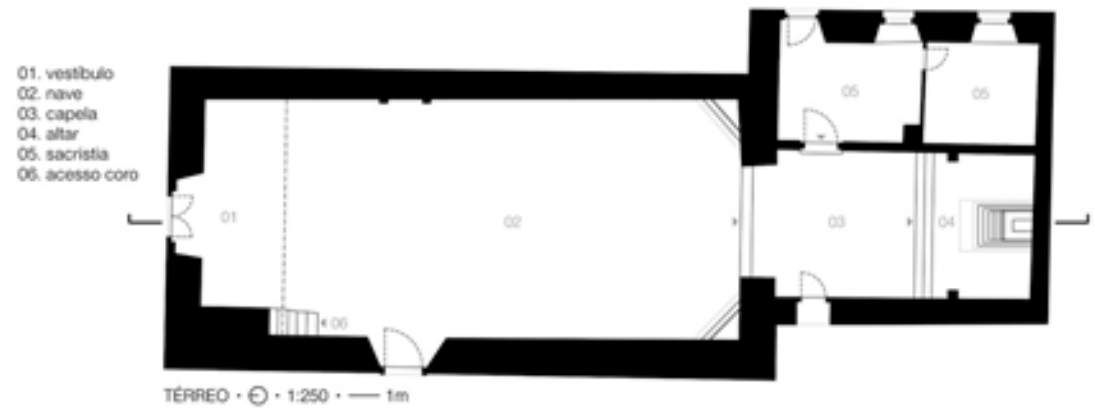
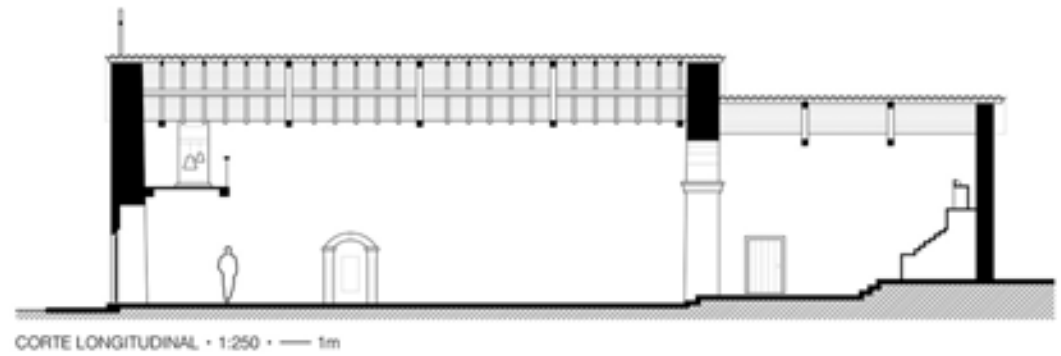
Desenhos p. 213
[169] [170]
[171]





CONCEIÇÃO · ○ · — 100m

SITUAÇÃO · ○ · 1:2500 · — 10m





◀ [172] · 03/01/2017

≈1740 · IGREJA DE SÃO BENEDITO ·

≈1740 · Natividade / TO · Igreja de São Benedito

[173] · 23/07/2019

Detalhe cobertura.



[174] · 23/07/2019

Fachada lateral esquerda.



[175] · 23/07/2019

Fachada frontal.



Natividade, nascida ao pé da serra de mesmo nome, tem a origem amalgamada com a do arraial de São Luís, este erguido acima, já em parte alta da serra. Não se tem a certeza se eram unidades administrativas separadas ou se São Luís era apenas um acampamento minerador. O certo é que a parte baixa prosperou e a alta foi abandonada, porém deixando vestígios de casas, aquedutos e uma pequena represa, todas edificadas em pedra. Situação ímpar em Goiás, de um núcleo efetivamente estruturado nos acidentes de uma serra que talvez sinalize uma área de trabalho mais completa para instrumentalizar número maior de trabalhadores.

A data corrente para a fundação dos dois espaços é a de 1734, empreendida por Antônio Ferraz de Araújo, sobrinho de Bartolomeu Bueno II (1672-1740). Natividade foi um dos grandes centros de extração ao norte da província. A parte alta já havia sido abandonada aos idos de 1750 (Rodrigues, 1978:7), porém o ouro goiano permaneceria com alta produção até 1763 (Parente, 1999:86). Para Natividade, foi também um período de aumento no número das casas comerciais e da arrecadação municipal (Palacin; Borges, 1987:54), descortinando certa vocação comercial.

O comércio, desde o século XVIII, se dava com o a Bahia, de onde provinham também a maioria dos escravos, sudaneses, que chegavam pelos portos de Salvador/BA (Apolinário, 2007:82). As técnicas empreendidas nas construções do arraial de São Luís são indícios dos modos de fazer que vão predominar na região, fruto mais de um saber fazer do que de disponibilidade material.

A Igreja de São Benedito é tida como o primeiro exemplar dos edifícios religiosos construídos na cidade. Não foram encontrados registros a respeito dos responsáveis por sua construção ou manutenção nos primeiros tempos. Pela simplicidade, escala e técnicas é provável que tenha sido erguida por alguma irmandade de escravos ainda na década de 1740 que, utilizando-se das pedras disponíveis e do tempo livre, foram aos poucos erguendo o primeiro templo local.



Antes das reformas empreendidas na década de 1980, não havendo o revestimento externo, era possível perceber todo o trabalho realizado nas pedras lavradas. As arestas do volume foram tratadas como elementos principais de sustentação, grandes peças de arenito em sobreposição intercalada que consolidam a estrutura e funcionam como gabarito para amarrar a alvenaria, composta por pedras menores misturadas ao barro e em alguns trechos – laterais à sacristia – por taipa de pilão.

[176] · 23/07/2019
Nave.



[177] · 23/07/2019
Nave, púlpito e altar-mor.



[178] · 23/07/2019
Detalhe altar-mor.



Esta, não era utilizada como elemento construtivo principal, mas, em uma atitude intuitiva que fazia uso das pedras como gabarito à madeira de contenção. Permitiu o preenchimento – mais rápido e barato que a pedra – porém dispensando o apuro técnico necessário à construção de toda a estrutura em taipa. Há também tijolos artesanais cozidos, que vencem os vãos das aberturas frontais, em uma configuração muito similar à empregada nas Ruínas da Igreja de N. Sra. do Rosário [518:441].

Internamente a distribuição dos espaços segue o padrão das igrejas goianas do século XVIII, nave, capela mor e sacristia lateral. Conta ainda com um pequeno púlpito lateral e o coro. A capela lateral direita pode ter sido construída posteriormente, ou com materiais diferentes, pois chegou a ser completamente arruinada. A ornamentação do altar é feita por pinturas, com representações de anjos, florais e colunas, que se repetem nas paredes laterais e arco cruzeiro.

Está implantada em um pequeno largo, que se transformou em praça, denunciando sua hierarquia no tecido urbano. A pequena escala, a altura mais baixa, possibilitam uma leitura harmônica com o casario do entorno. O jogo dos telhados contrasta com as superfícies caiadas, lisas e sem ornamentação, compondo uma expressão essencialmente volumétrica. Estava abandonada desde 1927, sofrendo grande deterioração de todas as partes e a partir dos primeiros restauros promovidos, em 1981, retoma os usos originais e integra-se à rotina da cidade.



Dados

Obra: Igreja de São Benedito

Ano Construção: ≈1740

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Não encontrado

Cidade: Natividade / TO

End.: Pç. São Benedito, SN, Centro

Coordenadas: 11°42'23.4"S 47°43'33.5"W

Altitude: 332 m

Altura: 9,50 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 695 m²

Área Ocupada: 246 m²

Área Construída: 299 m²

Fontes

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Annaes da província de Goyaz**. In: Revista do IHGEB, tomo XXVII, parte segunda, p.5-249. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro Editor, 1864.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão negra no Tocantins colonial: vivências escravistas em Arraias (1739-1800)**. Goiânia: Kelps, 2007.

BONFIM, Wátila Mislá Fernandes. **Os filigraneiros de Natividade, Tocantins: Patrimônio imaterial, identidade e turismo**. Porto Nacional, 2019. Dissertação-Geografia, UFT.

PALACIN, Luís; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás**. Brasília: SPHAN, 1987.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do estado do Tocantins**. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

PAZ, Francisco Phelipe Cunha. **Retalhos de Sabença: Ofícios, saberes e modos de fazer dos Mestres e artífices da construção tradicional em Natividade-Tocantins**. Palmas, 2013. Dissert. PEP, IPHAN.

RODRIGUES, José Lopes. **Natividade - Fragmentos do passado**. Goiânia: Grande Loja do Estado de Goiás, 1978.

SPHAN. **Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de Natividade**. Processo nº 1.117-T-84/SPHAN. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: SPHAN, 1984.

[179] · 23/07/2019
Detalhe retábulo-mor. ◀

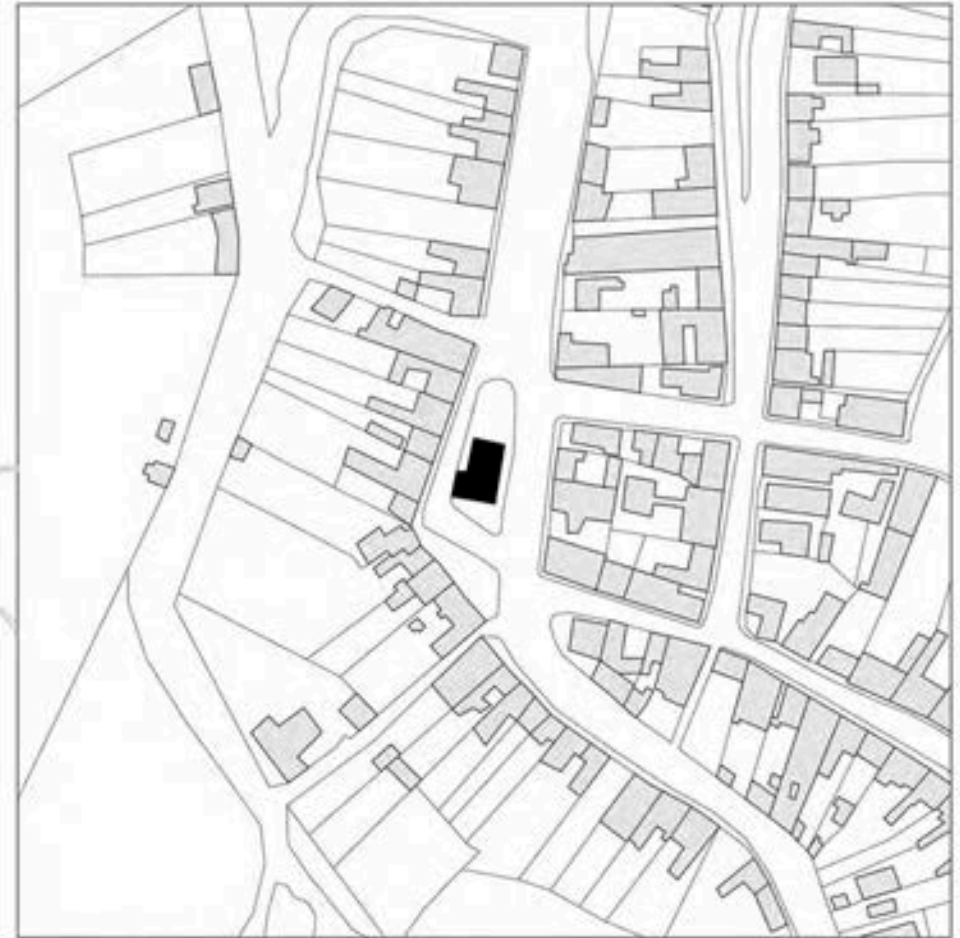
[180] · 23/07/2019
Detalhe arco-cruzeiro. ◀

[181] · 23/07/2019
Detalhe retábulo-mor. ▶

Desenhos p. 222
[182] [183]

Desenhos p. 223
[184] [185]
[186] [187]

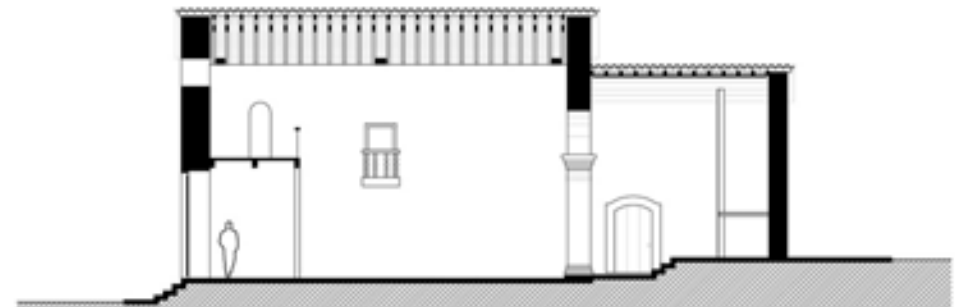




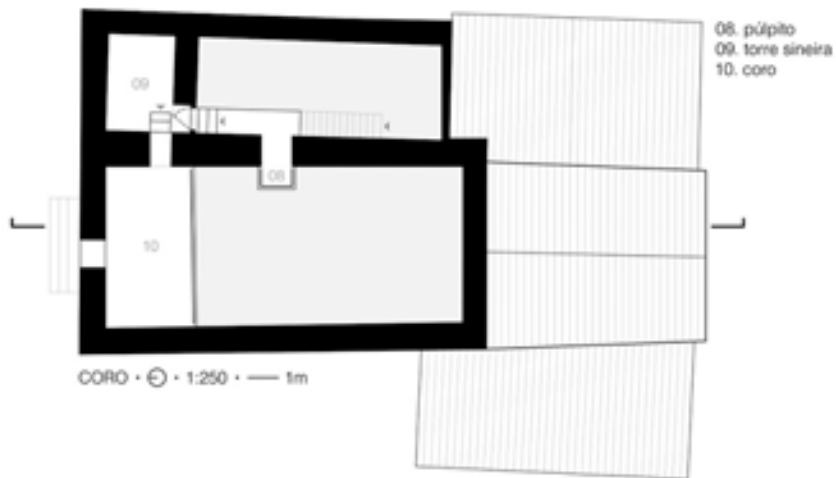
SITUAÇÃO • ○ • 1:2500 • — 10m



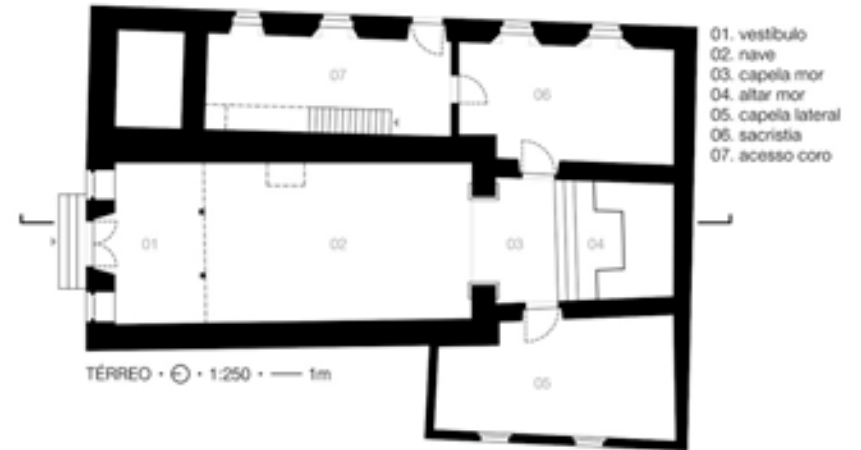
PRAÇA SÃO BENEDITO • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



CORO • 1:250 • — 1m



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [188] · 14/07/2021

≈1740 · CASA ENXAIMEL ·

≈1740 - Pilar de Goiás / GO - Casa Enxaimel (atual Residência Antônia de Jesus Batista Sousa)

[189] · 14/07/2021 ◀
Cimalha porta principal.

[190] · 14/07/2021 ◀
Detalhe fachada lateral.

[191] · 14/07/2021 ▶
Fachadas frontal e lateral.

Até meados do século XX, relatos dos que tentavam chegar a Pilar de Goiás eram unânimes em pontuar a dificuldade de se alcançar o sítio. As estradas, nas primeiras viagens para recolher subsídios ao tombamento, são relatadas por Edgard Jacintho (Sphan, 1988:15) como trilhas, dificilmente identificáveis para os não habituados. Agostinho Stacciarini (2006:37), responsável pelo restauro de algumas obras na cidade, registra, durante a década de 1980, o estado precário das estradas que dificultava até o acesso de caminhões com suprimentos.

Talvez por isso, quando Elvin Dubugras (1929-1999) a escolhe em 1966 como tema de pesquisa, este se depara com um núcleo quase que congelado no tempo. Ruas mal calçadas, com vegetação se multiplicando entre junções úmidas; quintais exuberantes cobertos por bananeiras, mangueiras e mais um sem-fim de árvores frutíferas que emolduravam casas caídas – nas quais a pátina se fazia presente em tudo que estático – compunham o cenário tão bem fotografado pelo arquiteto.

As minas foram oficialmente descobertas por Francisco de Godoy Pinto da Silveira em 1741. Este esteve mais ligado ao aprisionamento de gentios e jesuítas que à busca de ouro. Tanto o foi que, ao procurar por negros foragidos da bandeira de seu pai (Bertran, 2011:118), encontra por sorte, além deles, a guardamoria das minas de Pilar. A grosseria, típica da função, culmina em briga no arraial de Santa Luzia em plena semana santa de 1760 quando – para ver quem mais aparecia no desfile – rouba a peruca do juiz ordinário local e lança-lhe à cara (Telles, 1998:79). O conflito, continuando em tiros, só acaba com a intervenção da Coroa.

Naturalmente, a partir das descobertas, as minas são divididas e inicia-se o assentamento do núcleo urbano com seus equipamentos principais. A chegada da década de 1750 parece trazer também uma maior movimentação social, registrada nos livros de casamento e batismos da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar [747:585], já edificada em 1751 (Mattos, 1874:321).



É neste registro que encontraremos o nome de Francisco Gomes Tição, licenciado, casado com Eufrásia Maria Xavier Pissarro em 1753 (Dubugras, 1965:30). Dona Eufrásia era filha de Francisca Xavier Tavares e Francisco Xavier Pissarro, este, experiente minerador que já explorava o arraial do Ferreiro e muda-se para Pilar na década de 1740. Chegou a ser coronel da infantaria, porém volta ao Rio de Janeiro em 1752 após a morte da esposa (Leme, 1904:556). Seguindo mais algumas linhas da genealogia, somos levados a crer que estes foram os primeiros proprietários, talvez até construtores da afamada Casa Enxaimel. A atual proprietária Antônia de Jesus Batista Sousa, guarda o registro do último proprietário conhecido, seu bisavô Antônio Gomes Tição, nascido em 1867 (Dantas; Oliveira; Ulhoa, 2015:123). Um último nome ainda nos é revelado pelas décimas urbanas de 1814, Jozé Gomes Tição (Moura, 2018:355), pelas datas, provável filho de Francisco e trisavô de Antônio.

[192] · 14/07/2021

Detalhe beiral.



[193] · 14/07/2021

Quintal.



[194] · 14/07/2021

Circulação.



A obra é conformada por uma gaiola estrutural. O usual frontal já é conhecido em Goiás, porém aqui tem configuração mais complexa, com menores vãos e maior repetição de elementos verticais e horizontais. O vão, designado enxaimel, foi preenchido com pedras de pequenas dimensões, aproximando-se de um tijolo maciço contemporâneo. A mim, a opção estrutural parece resposta à escolha da vedação. A pedra, refugio da mineração nos primeiros momentos da ocupação e presente em abundância, não exigindo lavra, mas apenas seleção, se mostrou mais conveniente que desenformar milhares de tijolos de barro cru. Assim, por ser de duas a três vezes mais pesada que o adobe, exigiu estrutura reforçada e autotravada com encaixes alternados. Durante o século XX quase se arruinou. O avançado processo de degradação da parede direita eliminava a sustentação do telhado, podendo desabar a qualquer momento. Obras paliativas foram feitas até que em 1995 houve intervenção profunda, na qual tudo foi demolido – com exceção da parede frontal – e refeito (Stacciarini, 2006:23). Cuidaram em manter o desenho estrutural e a correspondência original das pedras. Em 2014 sofreu mais uma reforma, o barracão anexo foi renovado e realizaram reforços estruturais e mais algumas recuperações nesse exemplar que, em Goiás, é raro pela idade e único pela técnica.



Dados

Obra: Casa Enxaimel

Ano Construção: ≈1740

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Francisco Pissarro (proprietário ≈1740)

Francisca Tavares (proprietária ≈1740)

Francisco Tição (proprietário 1753)

Eufrásia Pissarro (proprietária 1753)

Jozé Gomes Tição (proprietário 1814)

Antônia de Jesus Sousa (proprietária)

Cidade: Pilar de Goiás / GO

End.: Rua da Cadeia, 311, Centro

Coordenadas: 14°45'55.7"S 49°34'47.7"W

Altitude: 729 m

Altura: 6,50 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 920 m²

Área Ocupada: 260 m²

Área Construída: 260 m²

Fontes

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

DANTAS, Cristiane Loriza; OLIVEIRA, Fernanda Fonseca Cruvinel de; ULHOA, Clarissa Adjuto. **Pilar de Goiás, Sua casa e Seu Beco**. In: *Habitus*, v.13, n.2, p. 115-138. Goiânia: PUC Goiás/IGPA, 2015.

DUBUGRAS, Elvin Mackay. **Notas sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar de Goiás**. Brasília, 1965. Dissertação-FAU, UnB.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia Paulistana. Volume II**. São Paulo: Duprat & Companhia, 1904.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **CHOROGRAPHIA historica da provincia de Goyaz**. Parte I. In: *Revista do IHGEB*, tomo XXXVII, parte primeira, p.213-398. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro Editor, 1874.

MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830)**. São Paulo, 2018. Tese-FAU, USP.

PALACIN, Luiz; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás**. Brasília: SPHAN, 1987.

SPHAN. **Memória Oral: Depoimento de Edgard Jacintho nº 4**. Rio de Janeiro: MinC, SPHAN/FNPM, 1988.

STACCIARINI, Agostinho. **Patrimônio histórico: aliança entre o passado e o presente**. Goiânia: Bandeirante, 2006.

TELES, José Mendonça (Coord.). **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

[195] · 14/07/2021

Detalhe externo esquadria.

[196] · 14/07/2021

Detalhe interno esquadria.

[197] · 14/07/2021

Sala de exposições.

Desenhos p. 232

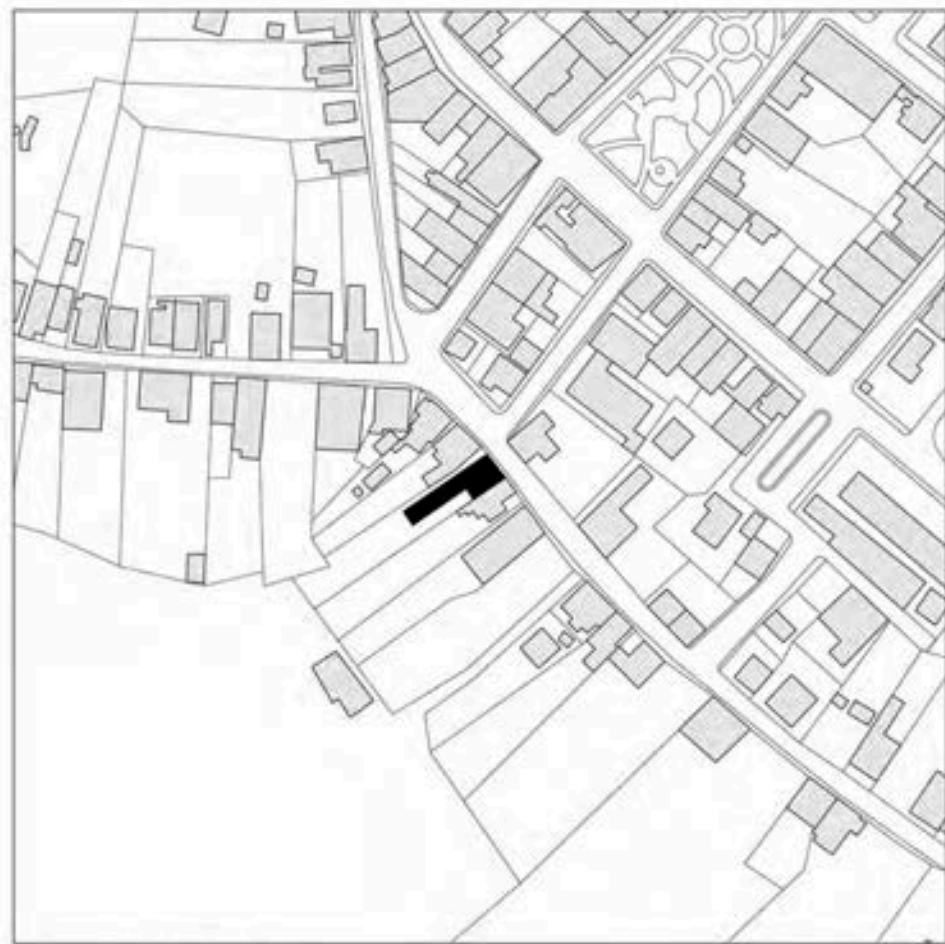
[198] [199]

Desenhos p. 233

[200] [201]

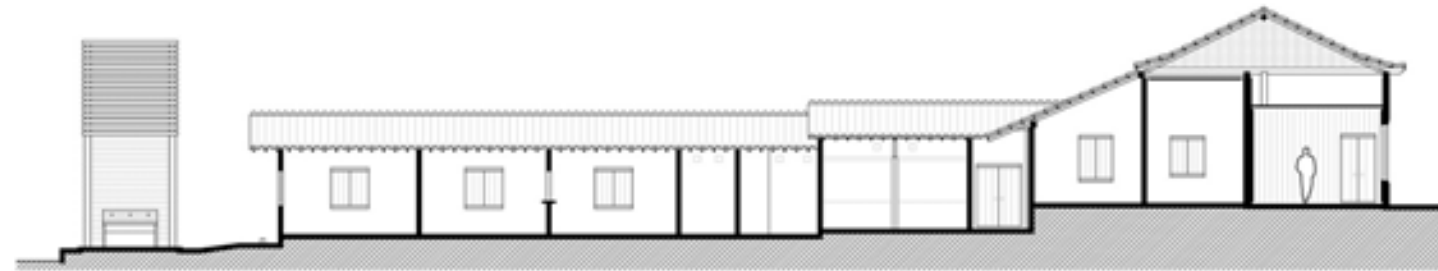
[202]





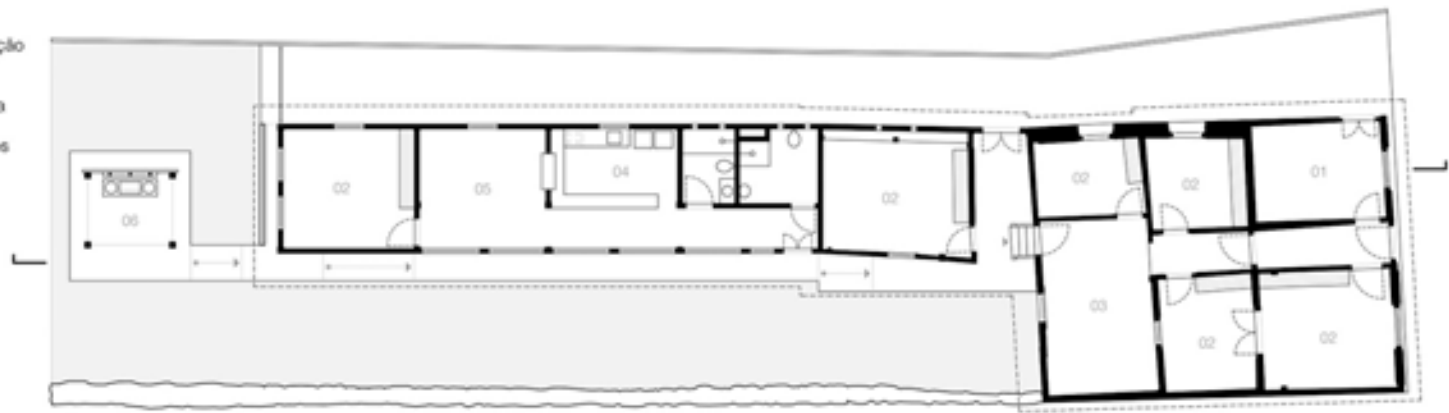


RUA DA CADEIA • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m

- 01. exposição
- 02. quarto
- 03. estar
- 04. cozinha
- 05. jantar
- 06. serviços



TÉRREO • 1:250 • — 1m



234



◀ [203] · 14/07/2021

≈1750 · CASA DA PRINCESA ·

≈1750 · Pilar de Goiás / GO · Casa da Princesa (atual Museu Casa da Princesa)

[204] · 14/07/2021
Fachada frontal.



[205] · 14/07/2021
Quintal.



[206] · 14/07/2021
Detalhe fachada frontal.



Para uma das principais obras goianas, senão a mais relevante residência, várias são as designações. Aos técnicos, Casa das Rótulas, já os historiadores preferem Casa Setecentista, mas, Casa da Princesa, dos poetas, prevalece. Hoje é museu de propriedade do estado, administrada pelo Ibram e vinculada à unidade-sede Museu da Bandeiras, na Cidade de Goiás.

Após a chegada dos primeiros mineradores na década de 1740, o aumento da produção do ouro passa a exigir a presença de instituições de controle. Com elas, em 1750, nomes já consolidados na região – como o novo intendente das minas de Pilar e Crixás, Antônio Pereira do Lago, junto com seu sogro, Francisco Tavares Cabral – chegam trazendo, além da parentela, mais de centena de escravos vindo do arraial do Ferreiro (Dubugras, 1965:30).

Além deles, outros mineradores se estabeleciam, como o já citado Francisco Gomes Tição, que deu continuidade às explorações do sogro – este o empreendedor original da Casa Enxaimel [188:225]. Uma das lavras exploradas por Francisco Tição teve como sócio o Capitão Francisco Pereira do Lago (Bertran, 1997a:152), que acreditamos ser, se não o primeiro proprietário, no mínimo o que a legou a futuras gerações da família. O sobrenome vai aparecer mais uma vez nas décimas urbanas de 1814 em nome de Jozé Pereira de Oliveira Lago (Moura, 2018:360).

Antes de ser patrimônio estatal, a residência foi adquirida em 1950 de Vicente Gomes Tição pelo então o governador de Goiás Jerônimo Coimbra Bueno (1910-1996) (Dionizio; Lussim; Wichers, 2015:119). Vicente Tição, que a comprou do sogro, chegou a ser juiz municipal em Pilar e ainda possuidor de algumas outras casas na cidade. É possível tomá-lo como um intermediário nesta cadeia que nos direciona à propriedade inicial. A proximidade societária entre os Tição e os Lago pode ter se estreitado em laços familiares e os altos valores das décimas cobradas nessa rua (Moura, 2018:353) espelham a proeminência social de figuras que tiveram sua gênese financeira na exploração do ouro.



A obra em si confirma a presença de recursos mais abundantes. Nas primeiras décadas de ocupação do território goiano a arquitetura estava amarrada por uma uniformidade plástica dependente das técnicas construtivas universais ao período. Assim, a distinção social de seus proprietários acontecia por meio de poucos elementos formais, quase todos presentes na Casa da Princesa. A estrutura e vedação são em madeira e adobe, conformando o volume que, implantado na cota mais alta do terreno, potencializa escala, já bem colocada pelas alturas de 3m das portas de acesso e o dobro no pé direito. Os acessos externos e janelas são ainda coroados por cornijas que colaboram com a verticalização. As rótulas, ou muxarbis, engastadas sobre o madeiramento das janelas, compõem uma caixa treliçada com bandeiras trabalhadas em delicados desenhos circulares.

[207] · 14/07/2021
Detalhe esquadria.



[208] · 14/07/2021
Detalhe marcenaria.



[209] · 14/07/2021
Detalhe esquadria.



Internamente o vestíbulo lateral distribui os fluxos, em configuração que se afasta do comum corredor como elemento principal de organização. Forros em gamela, pintados, cobrem duas salas e os cachorros do telhado são trabalhados tanto na fachada da frente quanto na dos fundos. A varanda posterior era inicialmente vedada com pranchões de madeira que, na reforma de 1981, foram substituídos por rótulas, executadas por um marceneiro de Itapaci, o mesmo que refez as três existentes na fachada principal (Stacciarini, 2006:39). A reforma iniciou-se em 1979 com a reconstrução de toda a parede esquerda, que ruiu e foi reerguida com tijolo cozido. Além disso foram inseridas duas novas portas de acesso ao quintal lateral.

Comparada a outros exemplares residenciais, só encontraremos semelhante cuidado na Casa do Padre Silvestre [548:461] com seus forros pintados, lambrequins e cabideiros, porém sem as rótulas e o trabalho escultórico das cornijas. Fora de Pilar, só há sacada protegida por muxarabi na Residência Leonardo Lacerda, também conhecida como Casa de Bartolomeu [360:339], mas lá, sem as pinturas decorativas. A Casa de Cora [375:349] se estabelece pela escala e cuidado construtivo, porém é desprovida dos outros elementos. Assim, creio que, sob o aspecto técnico e formal, a Casa da Princesa se estabelece como a mais representativa de todas as casas setecentistas goianas que sobreviveram.



Dados

Obra: Casa da Princesa

Ano Construção: ≈1750

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Francisco Lago (proprietário ≈1750)

Jozé Pereira Lago (proprietário 1814)

Vicente Gomes Tição (proprietário 1940)

Jerônimo Bueno (proprietário 1950)

Cidade: Pilar de Goiás / GO

End.: Rua da Cadeia, 270, Centro

Coordenadas: 14°45'56.3"S 49°34'46.3"W

Altitude: 729 m

Altura: 6,50 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 972 m²

Área Ocupada: 265 m²

Área Construída: 265 m²

Fontes

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

BETRAN, Paulo (Org.). **Notícia geral da capitania de Goiás em 1783. Tomo I**. Goiânia/Brasília: Editora da UCG / Editora da UCG / Solo Editores, 1997a.

DIONIZIO, Daniela Rodrigues; LUSSIM, Beatriz; WICHERS, Camila de Moraes. **Pilar de Goiás entre tempos e narrativas**. In: Rev. Arqueologia Pública, v.9, n.4, p. 293-316. Campinas: Unicamp, 2015.

DUBUGRAS, Elvin Mackay. **Notas sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar de Goiás**. Brasília, 1965. Dissertação-FAU, UnB.

MIGOTO, Milena. **Projetos de restauração e qualificação: Centro histórico de Pilar de Goiás/GO**. 2012. 63p. Arquivo físico IPHAN-GO.

MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830)**. São Paulo, 2018. Tese-FAU, USP.

PALACIN, Luiz; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás**. Brasília: SPHAN, 1987.

STACCIARINI, Agostinho. **Patrimônio histórico: aliança entre o passado e o presente**. Goiânia: Bandeirante, 2006.

TELES, José Mendonça (Coord.). **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

ZANETTINI Arqueologia (Org.). **Trabalho e Memória: reflexões sobre arqueologia e patrimônio cultural em Pilar de Goiás**. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2017.

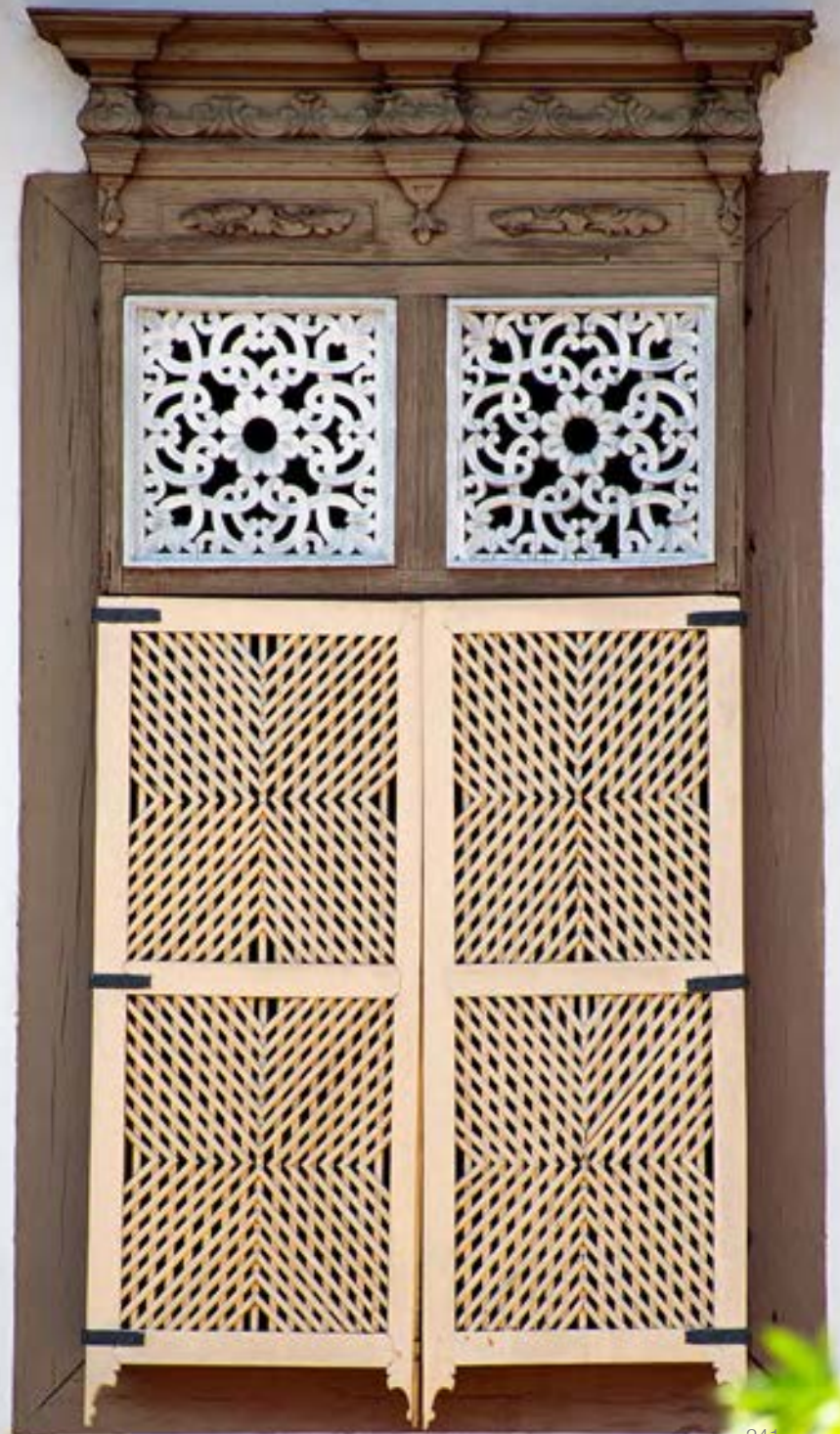
[210] · 14/07/2021
Acabamento esquadria. ◀

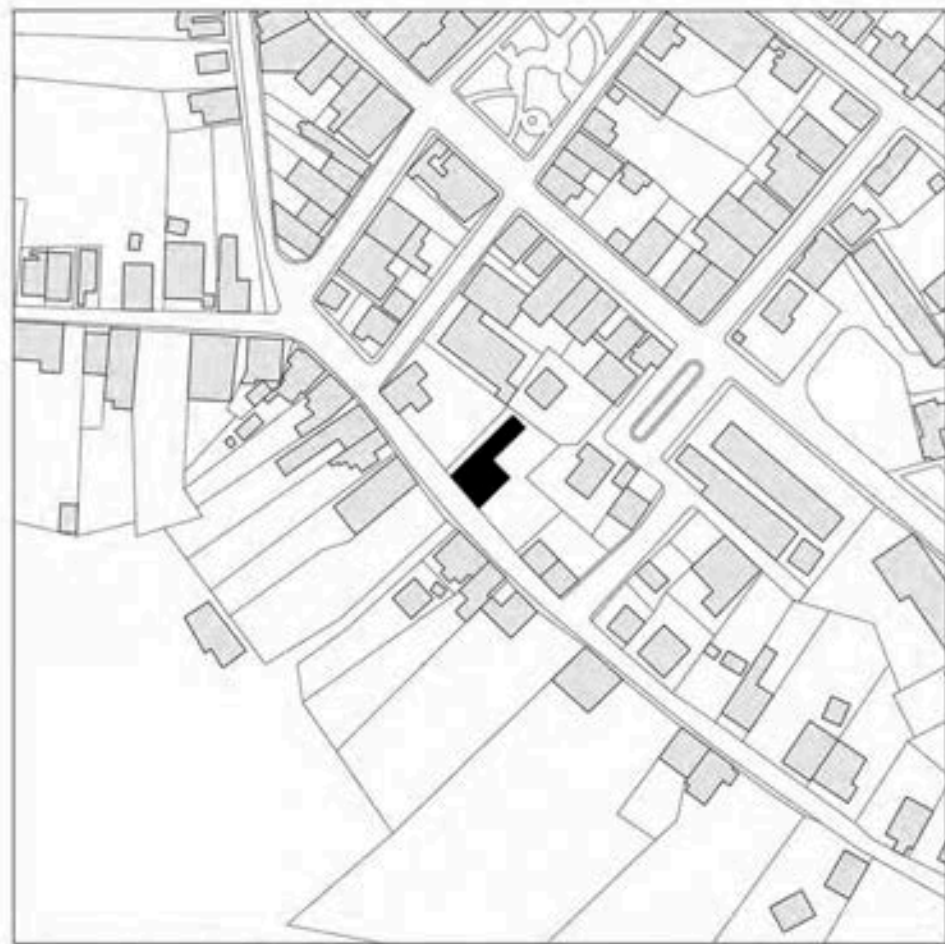
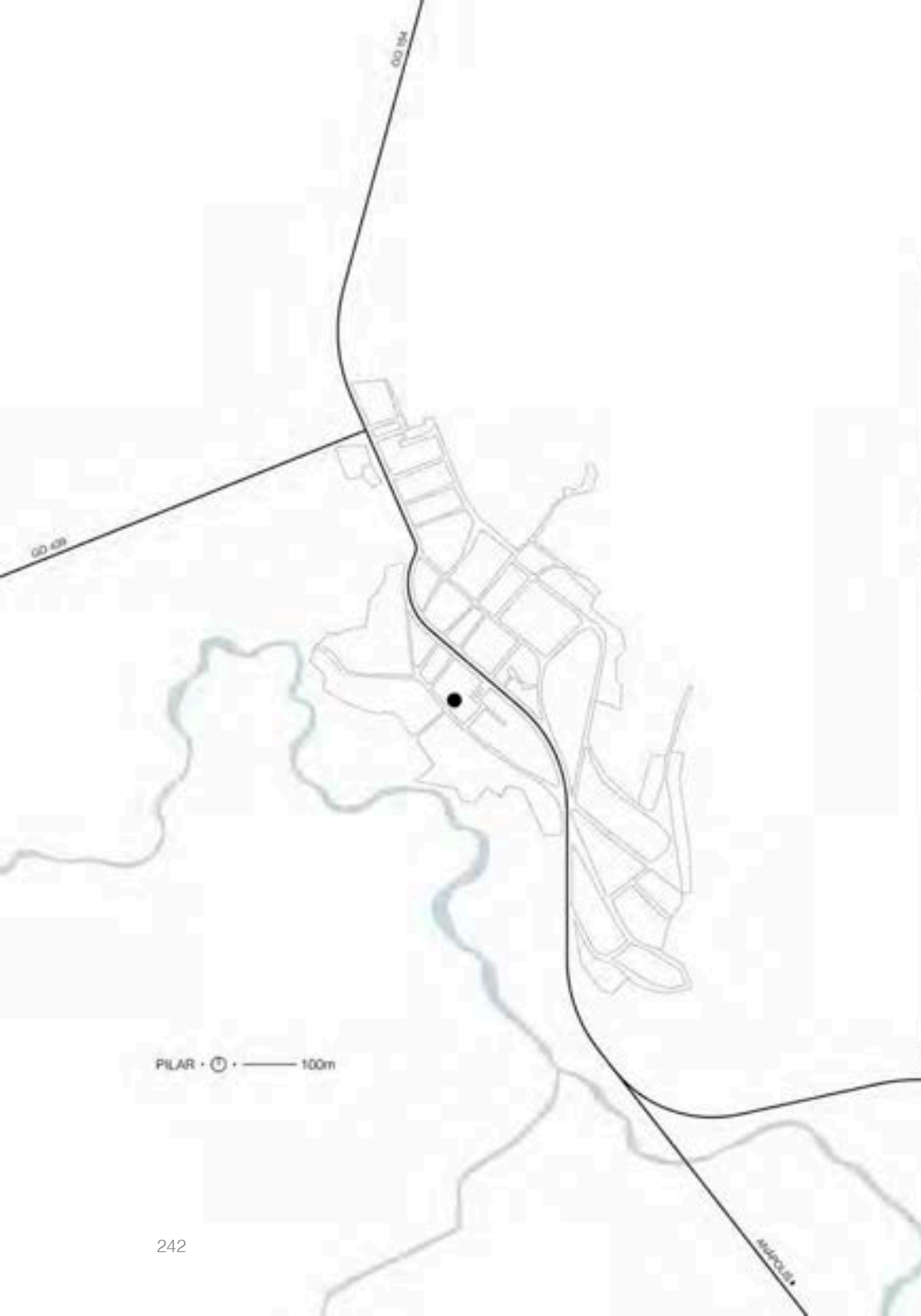
[211] · 14/07/2021
Detalhe fechadura. ◀

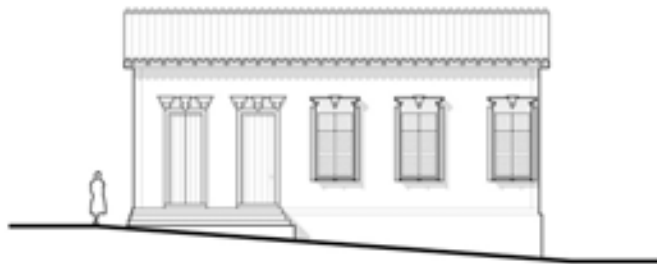
[212] · 14/07/2021
Detalhe esquadria. ▶

Desenhos p. 242
[213] [214]

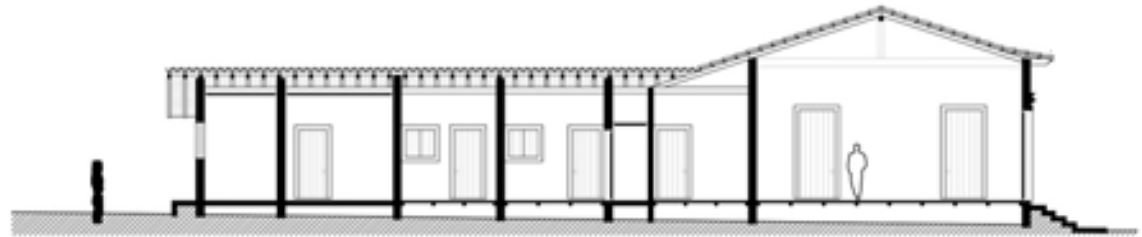
Desenhos p. 243
[215] [216]
[217]







RUA DA CADEIA • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [218] · 14/07/2021

≈1750 · CASA DONA OTÍLIA ·

≈1750 · Pilar de Goiás / GO · Casa Dona Otília (atual Casa da Diocese)

[219] · 14/07/2021 ◀
Fachada lateral direita.

[220] · 14/07/2021 ◀
Detalhe fachada lateral.

[221] · 14/07/2021 ▶
Quintal.

[222] · 14/07/2021 ▶
Quintal.

A sequência de serras que limitam Pilar, conforma um cenário não muito comum em território marcado pela presença majoritária de extensas planícies. O recorte feito pelo Rio Vermelho criou pequeno platô entre três morros e, ao sopé do pico mais a leste, na Serra da Boa Vista, o núcleo urbano se instala. Porém, guardemos as devidas proporções, pois a um mineiro de Diamantina/MG esses picos não passariam de morros de menor relevância.

Apesar dessa situação topográfica tanto mais movimentada que a encontrada em outros núcleos urbanos goianos, não é ainda tão pitoresca quanto Corumbá, que se implanta não junto às franjas, mas nas partes mais íngremes do morro. Fato é que os acidentes do território, como signos da presença de metais, se mostraram verdadeiros e o ouro foi retirado por um bom tempo, sendo suas minas das mais duradouras, levando a exploração até início do século XIX (Palacin; Borges, 1987:26).

Tal duração de exploração é de alguma maneira percebida nas melhores residências que restaram, sendo, além de bem construídas, cuidadosamente ornadas. Atualmente Pilar perdeu a força do conjunto urbano primitivo, ainda vivo na cidade de Goiás ou Pirenópolis, o que não tira o valor de tais obras, mesmo como peças isoladas.

Assim foi o caso da Casa Enxaimel [188:225], Casa da Princesa [203:235] e ainda uma outra, que chegou a ser registrada em 1963, mas que não resistiu ao tempo, a Casa do Oratório (Dubugras, 1965:82). As duas últimas apresentavam as mesmas técnicas construtivas, vestígios de pinturas decorativas, similares proporções nas aberturas e a tão valorizada rótula, que seria o elemento decorativo externo símbolo de uma classe de membros importantes e fundadores da sociedade mineradora. Os mesmos elementos estão presentes na atual Casa da Diocese; por tal similaridade de técnica e principalmente por uma necessidade social da década de 1750 é que estimamos a presente data como período de sua construção.



Implantada em terreno de esquina, originalmente sem vizinho, mesmo na década de 1960 estava mais para chácara que para residência urbana. O terreno, de amplas dimensões e localizado na travessa da Matriz, pela proximidade, carrega certo caráter eclesiástico, nos parecendo quase que uma extensão das atividades ocorridas no templo principal da cidade. Isso aliado a uma varanda lateral (hoje transformada em área de serviço) remete também a uma preocupação social, já que o generoso espaço coberto poderia comportar grande número de pessoas em redes, protegidas pela cobertura. O quintal, delimitado, sustentaria com folga a tropa de burros de algum viajante procurando abrigo. Apenas suspeições montadas a partir das formas e funções usuais da arquitetura do período.

O uso religioso, se não o foi em sua gênese, o era ao início do século XIX quando a propriedade do imóvel é atribuída ao reverendo Antônio Joaquim Teixeira (Moura, 2018:345). É preciso avaliar essa propriedade com cuidado pois, entre 1805 e 1816, mais de vinte padres passaram pela paróquia de Pilar (Castro, 1996:102). Mesmo o citado reverendo já estaria em Santa Cruz aos idos de 1830 (Pacífico Filho, 2016:76), mostrando a rotatividade – fora do comum – dos párcos locais, porém nos sinalizando a presença perene da igreja como proprietária final.

Esta casa guardava vestígios de pinturas em suas vergas (Dubugras, 1965:80) e as paredes, que não chegam ao telhado, indicam a presença do forro, provável que nos mesmos padrões da Casa da Princesa. As semelhanças conceptivas repetem-se no restauro, levado a cabo pela mesma empresa, Aliança, que refez a parede lateral, desabada, com o tijolo cozido. Este mais resistente à água que o adobe, sempre castigado nas fachadas de empena. A mesma parede encontrava-se já lavada em seu revestimento em 2001 (Migoto, 2012:29). Não fossem os novos tijolos, teria mais uma vez se arruinado. O mesmo artesão que confeccionou as rótulas da outra, as fez nesta, acrescentando ainda mais uma na fachada lateral de acesso. Pertencia a Otília Emerenciana de Andrade ao início da década de 1980 e após sua morte ficou por certo tempo abandonada (Lima, 2017:138). Chegou a abrigar o Centro de Referência e Assistência Social e atualmente funciona como um Centro de Cultura da Diocese de Uruaçu.

[223] · 14/07/2021
Detalhe marcenaria.



[224] · 14/07/2021
Detalhe estrutura.



[225] · 14/07/2021
Detalhe esquadria.





Dados

Obra: Casa Dona Otília

Ano Construção: ≈1750

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Pe. Antônio Teixeira (proprietário 1814)

Otília de Andrade (proprietária 1980)

Diocese de Uruaçu (proprietário)

Cidade: Pilar de Goiás / GO

End.: Rua da Matriz, SN, Centro

Coordenadas: 14°45'47.9"S 49°34'46.8"W

Altitude: 733 m

Altura: 6,00 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 1.260 m²

Área Ocupada: 218 m²

Área Construída: 218 m²

Fontes

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

CASTRO, Onildo de. **O julgado de Pilar: resgate histórico; Pilar de Goiás, Itapaci, Guarinos, Hidrolina, Nova América e São Luiz do Norte**. Brasília: Editora Grafisa, 1996.

DUBUGRAS, Elvin Mackay. **Notas sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar de Goiás**. Brasília, 1965. Dissertação-FAU, UnB.

LIMA, Luana Nunes Martins de. **Lugar e memória: O patrimônio goiano entre o esquecimento e a resistência**. Brasília, 2017. Tese-Geografia, UnB.

MIGOTO, Milena. **Projetos de restauração e qualificação: Centro histórico de Pilar de Goiás/GO**. 2012. 63p. Arquivo físico IPHAN-GO.

MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830)**. São Paulo, 2018. Tese-FAU, USP.

PACIFICO FILHO, Valdecir José. **A repartição do chão e as condições administrativas e legais para o surgimento de Piracanjuba (1831/1886)**. Goiânia, 2016. Dissertação-História, PUC-GO.

PALACIN, Luiz; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás**. Brasília: SPHAN, 1987.

STACCIARINI, Agostinho. **Patrimônio histórico: aliança entre o passado e o presente**. Goiânia: Bandeirante, 2006.

TELES, José Mendonça (Coord.). **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

[226] · 14/07/2021
Vestibulo.



[227] · 14/07/2021
Detalhe fechadura.



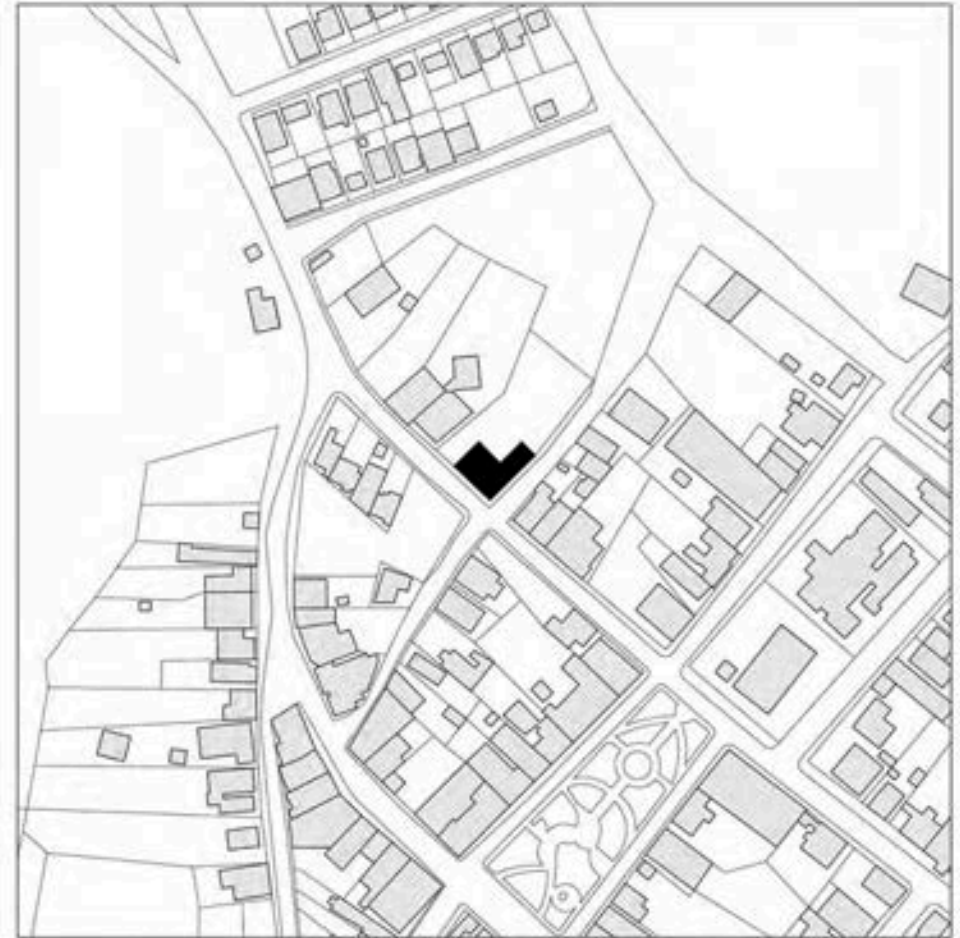
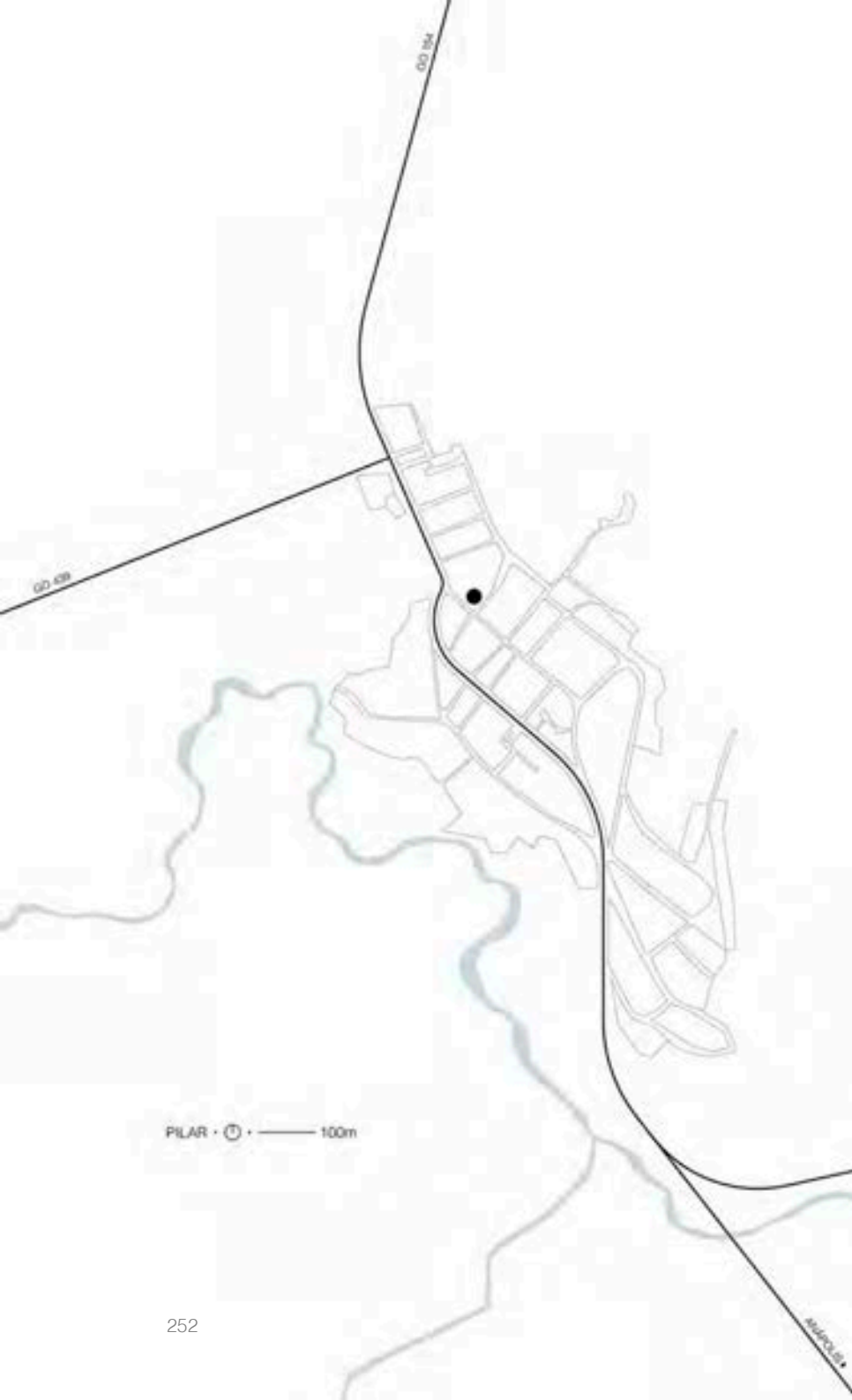
[228] · 14/07/2021
Quarto.

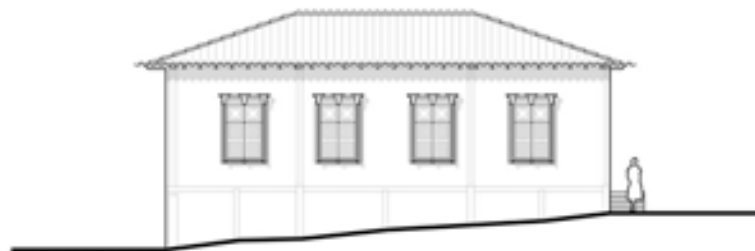


Desenhos p. 252
[229] [230]

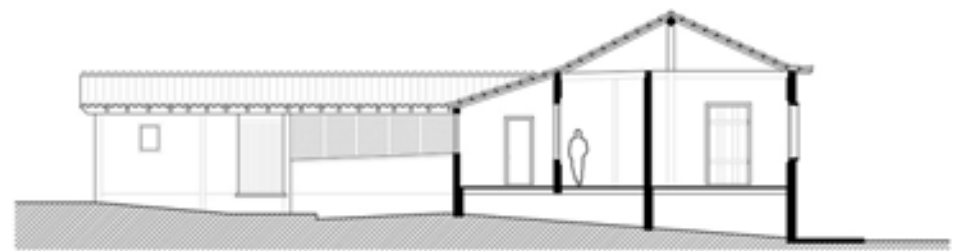
Desenhos p. 253
[231] [232]
[233]



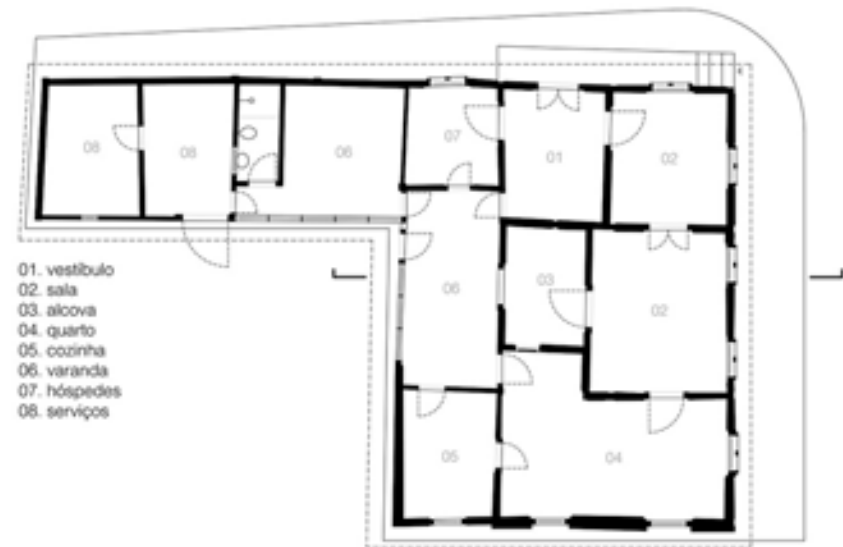




RUA DA MATRIZ • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



- 01. vestibulo
- 02. sala
- 03. alcova
- 04. quarto
- 05. cozinha
- 06. varanda
- 07. hóspedes
- 08. serviços

TÉRREO • Ⓞ • 1:250 • — 1m



◀ [234] · 14/07/2021

1750 · IGREJA DE NOSSA SENHORA DO MONTE DO CARMO ·

1750 · Pirenópolis / GO · Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo

[235] · 13/07/2021 ◀
Detalhe retábulo esquerdo.

[236] · 13/07/2021 ◀
Detalhe retábulo esquerdo.

[237] · 13/07/2021 ▶
Detalhe fachada frontal.

Erguida pouco antes que a Igreja do Bonfim [248:265], a Igreja do Carmo, terceira a ser edificada no arraial (Carvalho, 2001:32), foi presença marcante na consolidação do espaço urbano e da vida social de Meia Ponte. A construção dos templos e a instalação das respectivas irmandades dinamizavam não só o tecido urbano como também o ânimo dos moradores que se dividiam e rivalizavam. A margem norte do Rio das Almas era ocupada por uma única data mineral controlada pelos portugueses Luciano Nunes Teixeira (?-1763) e Antônio Rodrigues Frota (?-1774) (Moura, 2018:239). Frota era sargento-mor e genro de Luciano; na área de sua posse construíram as benfeitorias necessárias ao trabalho e edificaram a Igreja do Carmo em 1750, inicialmente uma capela particular. Foram também responsáveis por edificar a segunda ponte que cruza o rio, no mesmo lugar da atual (Jayme, 1971a:146).

Assim, nesse primeiro momento, os templos laterais à Matriz nascem dos interesses de cada patrono e abrigam as respectivas irmandades. Característica que se repete também na Igreja do Bonfim, localizada na saída para Corumbá, região onde estavam implantadas as propriedades do seu promotor, Antônio José de Campos (?-1795) (Moura, 2018:240). A vida social e econômica em Meia Ponte, durante o século XVIII, foi em grande parte oxigenada pela presença desses dois Antônio.

O primeiro chegou a construir suntuoso casarão, ora conhecido como Castelo do Frota, implantado logo acima da Igreja do Carmo (Carvalho, 2001:37). O segundo, proprietário de sete sesmarias no entorno, se fixou na história como primeiro progenitor da família Curado (Bertran, 2011:209). Naturalmente não se mostrou novidade a rivalidade entre os dois potentados (Etzal, 1974:209). Cada edificação representando os interesses de seus fundadores e as irmandades funcionando como um partido político atual, congregando simpatizantes e dependentes em uma estrutura alicerçada pelas vontades dos seus líderes. Os templos, surgidos de uma amálgama de ego e fé são os documentos físicos legados por diferenças ideológicas, estas, mais frágeis que barro cru.



Apesar destas dessemelhanças doutrinárias, os dois edifícios mantêm muitas semelhanças físicas. A planta retangular contendo em seu interior os diferentes cômodos apresenta a mesma divisão nas duas obras; assim como a fachada frontal, que segue o mesmo padrão de aberturas, cheios e vazios da Igreja Matriz do Rosário [141:193] e o repete na Igreja do Bonfim.

[238] · 13/07/2021
Altars.



[239] · 13/07/2021
Detalhe retábulo-mor.



As torres laterais são um dos poucos elementos que não se assemelham, essas, não avançando além da linha da cumeeira do telhado, dão aspecto atarracado a igreja, que tem suas linhas de força visuais marcadas pela horizontalidade. Além disso, a implantação, fugindo do usual, se dá em cota mais baixa que a da área urbana ao sul do Rio Vermelho, que por estar muito próximo pode ter ajudado na decisão de aflorar a linha de pedra do embasamento para melhor proteção no caso de enchentes. Dentre as três igrejas setecentistas que restaram, é a menor em altura e área.

Como era de se esperar de uma edificação com mais de duzentos e setenta anos, sua trajetória foi marcada por reformas e até renovações estilísticas. A mais agressiva delas aconteceu em 1935 (Cavalcante, 2019:108), quando a fachada tradicional foi totalmente modificada e assumiu uma nova composição com elementos neoclássicos geometrizados. Durante a década de 1950 abrigou os altares salvos da arruinada Igreja de N. Sra. do Rosário dos Pretos. Em 1976, sob coordenação de Pompeu Christovam de Pina (1934-2014), retorna às linhas tradicionais da fachada principal.

Intervenção mais profunda só foi empreendida pelo Iphan em 2009 (Cavalcante, 2019:111). Essa contemplou também a ação museológica com vistas a ajustar a funcionalidade do Museu de Arte Sacra, instalado nas alas laterais. Foram assim muito bem aplicadas as decisões de restauro em mais uma igreja que compõe o rico conjunto desses três templos nascidos no século XVIII. Os três nos remetem a estudos composicionais e plásticos a partir de um mesmo tema e demonstram que a preocupação dos construtores estava mais voltada a aprimorar técnicas, a cada obra, em um lento acréscimo do conhecimento coletivo do que propagar sua personalidade por meio de invencionices particulares.



Dados

Obra: Igreja de N. Sra. do Monte do Carmo

Ano Construção: 1750

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Luciano Nunes Teixeira (empreendedor)

Antônio Rodrigues Frota (empreendedor)

Cidade: Pirenópolis / GO

End.: Rua do Carmo, SN, Carmo

Coordenadas: 15°50'57.4"S 48°57'33.9"W

Altitude: 754 m

Altura: 8,50 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 450 m²

Área Ocupada: 346 m²

Área Construída: 430 m²

Fontes

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

CARVALHO, Adelmo de. **Pirenópolis Coletânea 1727 – 2000. História, Turismo e Curiosidades**. Goiânia: Kelps, 2001.

CAVALCANTE, Silvio. **Barro, madeira e pedra: patrimônios de Pirenópolis**. Brasília: Iphan, 2019.

CAVALCANTE, Silvio; GONÇALVES, Tadeu. **Pirenópolis restaurando patrimônios**. Pirenópolis: IPHAN, 1999.

ETZEL, Eduardo. **O barroco no Brasil: psicologia e remanescentes em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul**. São Paulo: Melhoramentos, 1974.

JAYME, Jarbas. **Esboço histórico de Pirenópolis I (1ª edição póstuma)**. Pirenópolis: Est. de Goiás, 1971a.

LIMA, Elder Rocha. **Guia sentimental da cidade de Pirenópolis**. Brasília: Superintendência do IPHAN em Goiás, 2010a.

MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830)**. São Paulo, 2018. Tese-FAU, USP.

PALACIN, Luís; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás**. Brasília: SPHAN, 1987.

[240] · 13/07/2021

Detalhe retábulo esquerdo.

[241] · 13/07/2021

Detalhe retábulo direito.

Desenhos p. 262

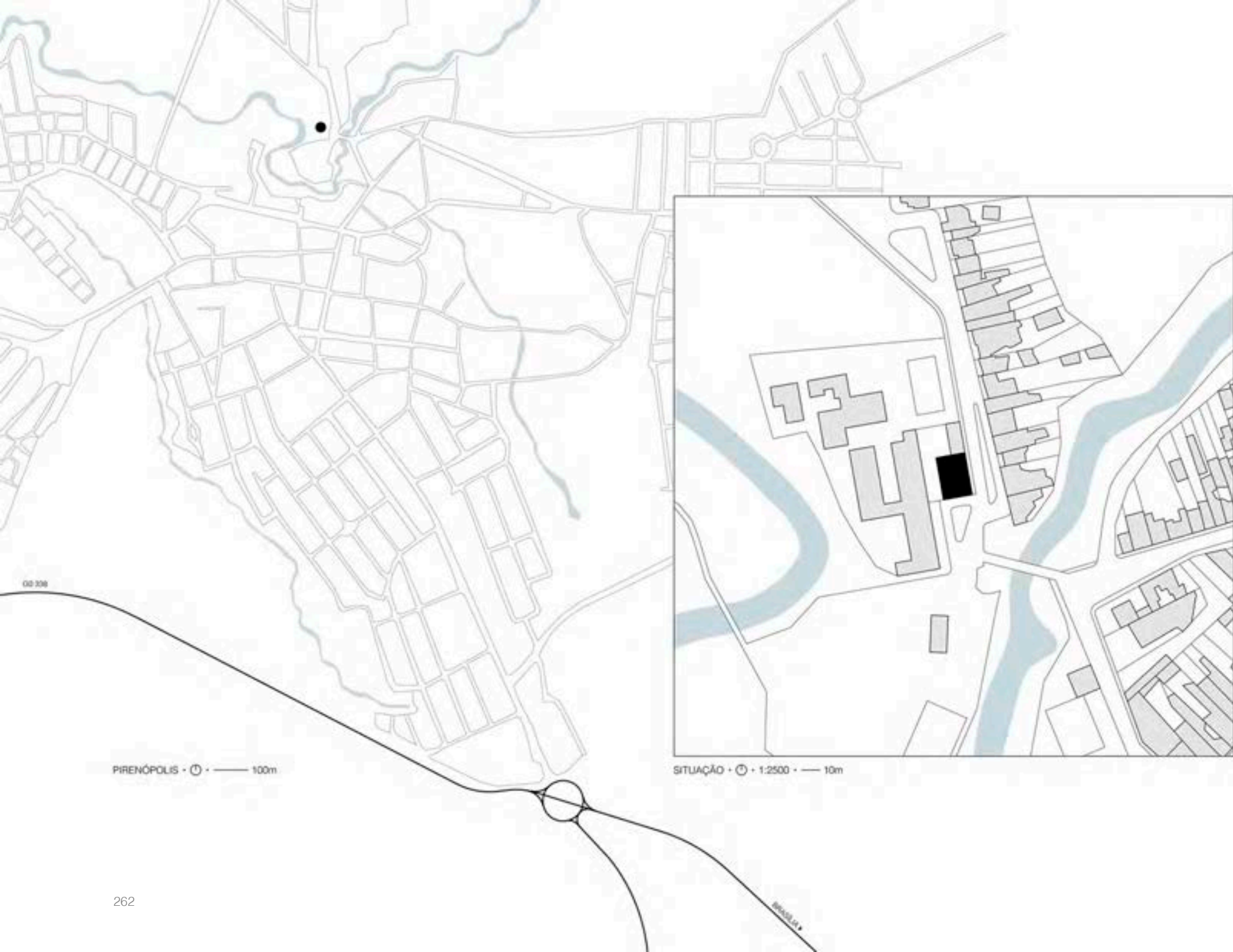
[242] [243]

Desenhos p. 263

[244] [245]

[246] [247]





00-200

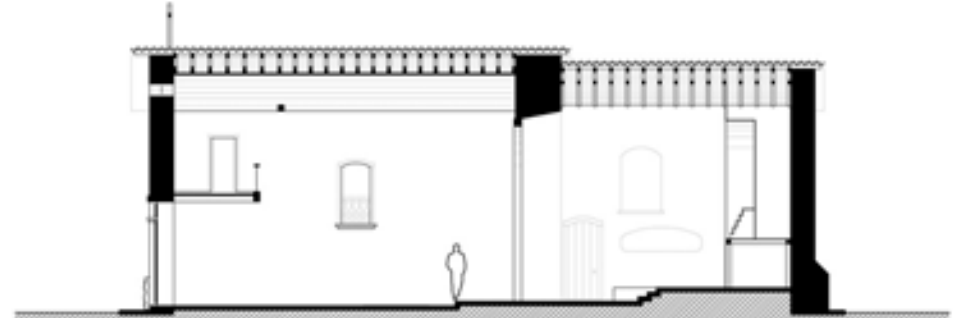
PIRENÓPOLIS • 100m

SITUAÇÃO • 1:2500 • 10m

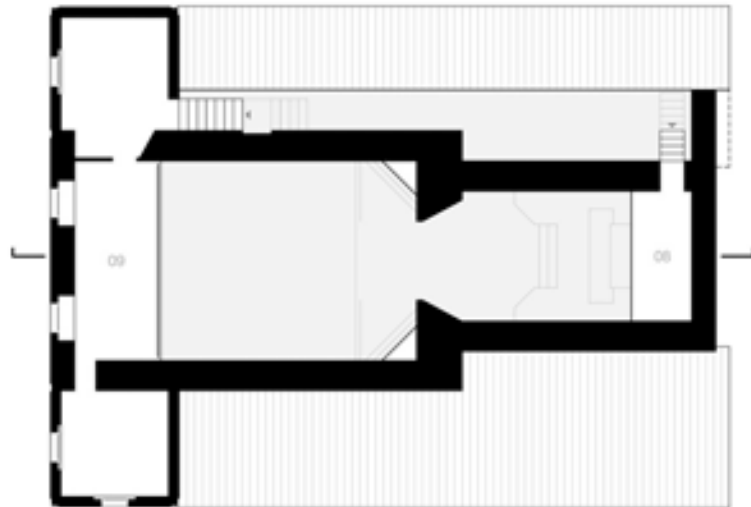
BRASIL



RUA DO CARMO • 1:250 • — 1m

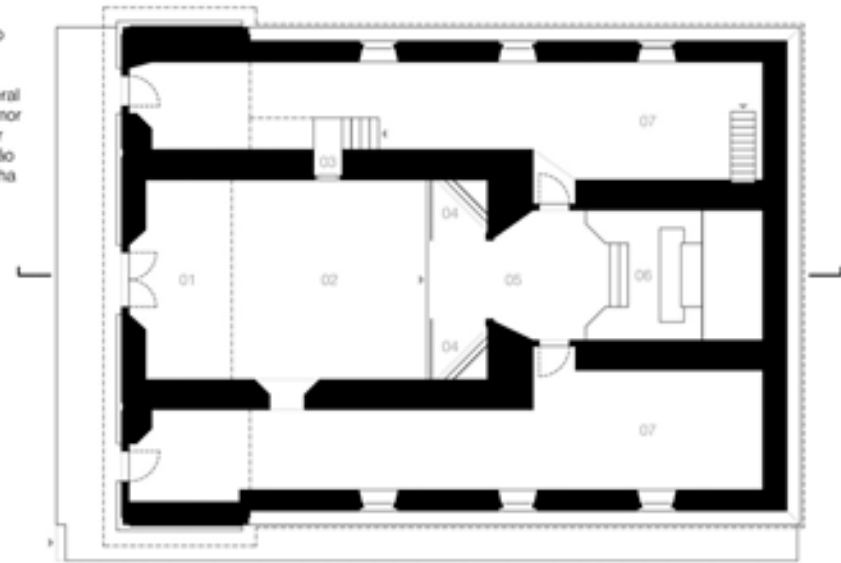


CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



CORO • ⊕ • 1:250 • — 1m

- 01. vestíbulo
- 02. nave
- 03. púlpito
- 04. altar lateral
- 05. capela mor
- 06. altar mor
- 07. exposição
- 08. camarinha
- 09. coro



TÉRREO • ⊕ • 1:250 • — 1m



◀ [248] · 13/07/2021

1754 · IGREJA DE NOSSO SENHOR DO BONFIM ·

1754 · Pirenópolis / GO · Igreja de Nosso Senhor do Bonfim

Após a construção da Matriz do Rosário [141:193] e a instalação de alguns equipamentos essenciais como a Casa de Câmara e Cadeia [729:575], a prospecção do ouro toma corpo e a década de 1750 se mostra muito produtiva. É nesse período que temos a consolidação do traçado urbano com suas principais ruas e edificações, estabelecendo as diretrizes de crescimento perceptíveis até hoje no perímetro tombado pelo Iphan em 1989 (Iphan, 1987:14).

Há também a oficialização dos caminhos que vão fazer de Meia Ponte o entreposto comercial de maior projeção do século XVIII. Pelo leste chegavam as estradas de Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, e saíam à oeste demandando Vila Boa e depois Cuiabá/MT e terras da coroa espanhola (Iphan, 1987:12). A localização permitiu o movimento frequente de tropas e contribuiu com a sustentabilidade econômica do arraial, mesmo após o declínio da mineração.

As construções dos templos foram elementos fundamentais dessa divisão do espaço, além de claro símbolo de maior diversidade da sociedade. A Matriz do Rosário definia o centro, as outras, impulsionariam a expansão a partir desta. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, junto com a de Nossa Senhora do Carmo [234:255], estabeleciam a vertente norte, mais próxima ao Rio Vermelho. A Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte da Lapa dos Pretos Livres, construída em 1760 e arruinada em fins de 1860 (Jayme, 1971b:540), demarcava o limite oeste que seguia para Vila Boa e a do Nosso Senhor do Bonfim, erigida junto a saída, ou entrada, leste.

Esta, em obras por quatro anos, foi finalizada em 1754. O empreendimento foi comandado pelo sargento-mor Antônio José de Campos (?-1795), português, natural da Freguesia de Ferreira de Aves (Jayme, 1971a:80), atual município de Sátão, ao centro de Portugal. Implantada em uma elevação já nos limites do arraial, volta sua fachada principal a Matriz, característica que se repete nos outros templos, talvez uma reverência, ou exigência ainda não esclarecida.

[249] · 13/07/2021 ▲ ▲
Detalhe óculo e frontão.

[250] · 13/07/2021 ▲ ▲
Balcão fachada frontal.

[251] · 13/07/2021 ▼
Detalhe fachada lateral.

[252] · 14/07/2021 ►
Fachada frontal.



A implantação em terreno mais elevado é uma das decisões formais que a Igreja do Bonfim compartilha com a Matriz do Rosário. Além desta, tanto indireta, temos a questão compositiva da fachada, mais direta, seguindo as mesmas regras dos traçados reguladores e mantendo assim a disposição de portas, janelas, sacadas e até pináculos nas torres laterais, quase uma miniaturização de uma pela outra. Já a planta apresenta diferenças conceituais. Na Matriz temos um corpo principal, a nave, ao qual são anexados os volumes, compondo planta recortada em seu perímetro externo. Na do Bonfim, a diversidade de ambientes é resolvida dentro de um grande retângulo, sem reentrâncias externas. Torres, nave, sacristia e capelas, todas contidas em um volume único. Um dos motivos que permitiram a menor espessura das paredes em taipa de pilão, pois todos os ambientes, costurados entre si, trabalham como malha auto travada.

Como sempre, a duplicidade estrutural está presente e a taipa ocorre em paralelo ao arcabouço de madeira, que descarrega, além do peso do telhado, as torres que se elevam acima da cumeeira central. Internamente a igreja conta com coro, púlpito e capelas laterais, todos em boa talha e animando o espaço interno, porém tanto aquém de exemplares mais trabalhados como a Rosário de Jaraguá [425:379]. A capela mor se destaca pelo teto, pintado em 1756 por Ignácio Pereira Leal (Cavalcante, 2019:121) e pela imagem do Nosso Senhor do Bonfim, trazida pelo construtor à época da instalação do templo. Durante sua existência sofreu diversas obras, algumas registradas, outras não, mas uma das mais impactantes foi realizada por Tônico do Padre (1837-1903) – irmão do Pe. Francisco da Luz (1821-1878) que pintou o teto da Matriz de Corumbá [644:523] – artista local que em 1887 modificou o acabamento da fachada frontal legando uma expressão mais próxima do neogótico (Carvalho, 2001:30). Porém, em 1907 retorna ao desenho original sob a influência do zelador, então capitão, Antônio Borges de Carvalho (Jayme, 1971b:539). Passou por mais reformas em 2002, já acompanhadas pelo Iphan, mas só em 2012 que se empreendem profundas pesquisas, restaurando, além da arquitetura, o púlpito em sua pigmentação original, as pinturas parietais da capela mor e o douramento dos altares, retornando ao elegante e refinado desenho original que quase se perdeu nas infelizes reformas anteriores.

[253] · 13/07/2021

Nave e altares.



[254] · 13/07/2021

Pintura forro do altar-mor.





Dados

Obra: Igreja de N. Sr. do Bonfim

Ano Construção: 1754

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Antônio José de Campos (empreendedor)

Ignácio Pereira Leal (pintor)

Tônico do Padre (reforma 1887)

Cidade: Pirenópolis / GO

End.: Rua do Bonfim, SN, Centro

Coordenadas: 15°51'05.6"S 48°57'10.0"W

Altitude: 790 m

Altura: 11,00 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 1.530 m²

Área Ocupada: 368 m²

Área Construída: 441 m²

Fontes

CARVALHO, Adelmo de. **Pirenópolis Coletânea 1727 – 2000. História, Turismo e Curiosidades.** Goiânia: Kelps, 2001.

CAVALCANTE, Silvio. **Barro, madeira e pedra: patrimônios de Pirenópolis.** Brasília: Iphan, 2019.

CAVALCANTE, Silvio; GONÇALVES, Tadeu. **Pirenópolis restaurando patrimônios.** Pirenópolis: IPHAN, 1999.

CURADO, Glória Grace. **Pirenópolis uma cidade para o turismo.** Goiânia: Oriente, 1980.

IPHAN. **Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de Pirenópolis: Vol. IV.** Processo nº1.181-T85. Iphan DF, Brasília: IPHAN, 1987.

JAYME, Jarbas. **Esboço histórico de Pirenópolis I (1º edição póstuma).** Pirenópolis: Est. de Goiás, 1971a.

JAYME, Jarbas. **Esboço histórico de Pirenópolis II (1º edição póstuma).** Pirenópolis: Est. de Goiás, 1971b.

LIMA, Elder Rocha. **Guia sentimental da cidade de Pirenópolis.** Brasília: Superintendência do IPHAN em Goiás, 2010a.

PALACIN, Luís; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás.** Brasília: SPHAN, 1987.

[255] · 13/07/2021
Detalhe pintura parietal. ◀

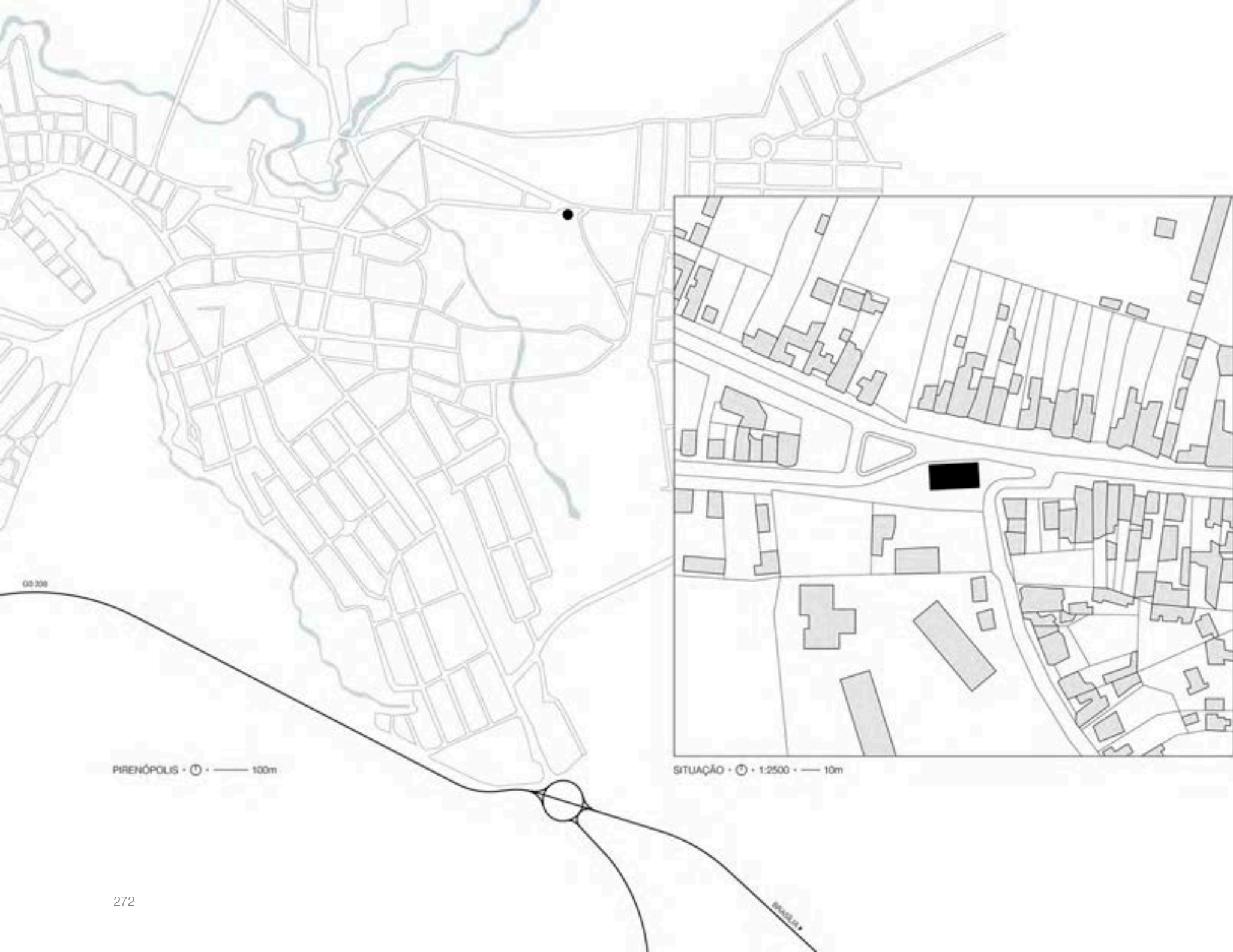
[256] · 13/07/2021
Detalhe retábulo-mor. ◀

[257] · 13/07/2021
Altar-mor. ▶

Desenhos p. 271
[258] [259]

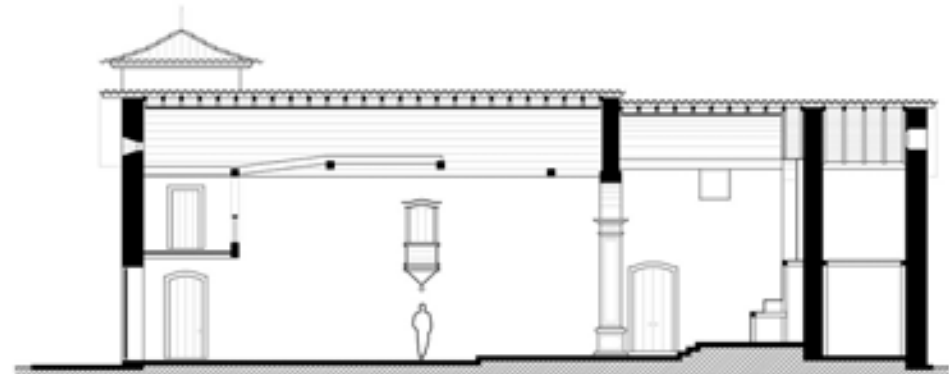
Desenhos p. 273
[260] [261]
[262]





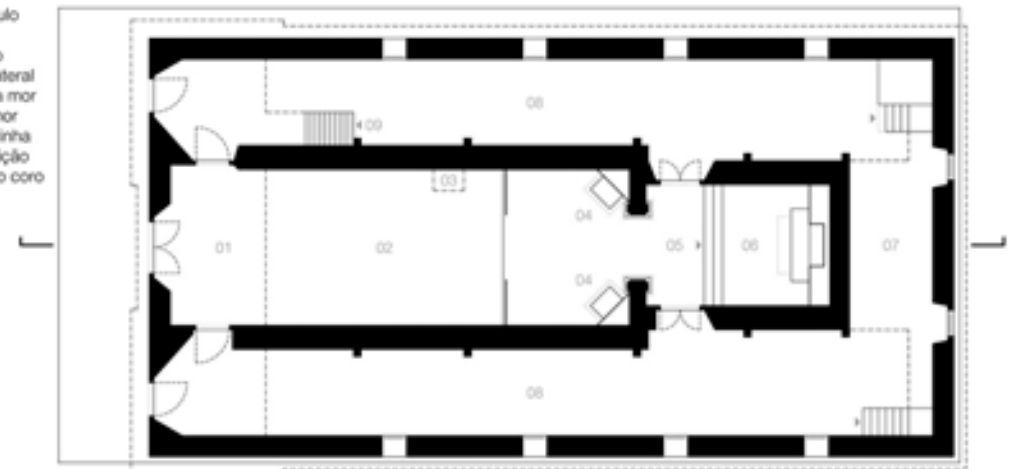


PRAÇA SENHOR DO BONFIM • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m

- 01. vestibulo
- 02. nave
- 03. púlpito
- 04. altar lateral
- 05. capela mor
- 06. altar mor
- 07. camarinha
- 08. exposição
- 09. acesso coro



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [263] · 14/07/2021

≈1760 · CASA DE CÂMARA E CADEIA ·

≈1760 · Pilar de Goiás / GO · Casa de Câmara e Cadeia

A década de 1770 foi marcada pela visita do então capitão general José de Almeida de Vasconcellos (1740-1812) – mesmo empreendedor do aldeamento de Mossâmedes [501:431] – que, em viagem pela capitania, sai tomando providências, nomeando responsáveis e, após percorrer o norte goiano, alcança Pilar em 1773. O importante diário, anotado por seu ajudante de ordens, Thomas de Souza (Coelho; Caldas, 2006:11), deu algumas notícias do arraial, sendo breve; há pouco mais que notas para apoiar futura narrativa mais elaborada, nunca feita.

Por sucinto, não encontraremos descrições pormenorizadas, hoje tão valiosas, dos edifícios locais nem mesmo da Cadeia; argumento que Dubugras (1965:56) utiliza para situar sua construção mais ao fim da década que tratamos, 1770. No entanto, em 1762 já era solicitada a Dom José I (1714-1777) a construção de uma cadeia em Pilar (Dantas; Oliveira; Ulhoa, 2015:119). Atendido o pedido, em 1765, ao mesmo rei é informado, pelo ouvidor e desembargador Antônio José de Araújo e Sousa, que a cadeia seguia em obras (Moura, 2018:186). Não acredito que o pequeno edifício tenha demorado mais dez ou quinze anos para ser finalizado; me parece mais razoável que a data de sua construção esteja situada, no máximo, ao final da década de 1760.

No século XVIII, em cada edificação encontraremos alguma peculiaridade que a torna única, característica fundamental do trabalho manual, no qual por mais que se queria repetir uma peça, a mão alcança apenas a semelhança. Porém, em Pilar, houve certa profusão de inovações em aspectos de distribuição dos espaços, composição formal e técnicas construtivas.

Temos situações a exemplo da Casa Dona Otilia [218:245], sem o usual corredor central, mas com vestíbulo distribuidor que nos parece formal sala de recepção; a estrutura da Casa Enxaimel [188:225], emparedada com pedras; os cuidadosos desenhos das rótulas na Casa da Princesa [203:235] e a singular escadaria externa da Igreja das Mercês [393:359].

[264] · 14/07/2021
Fachada lateral.



[265] · 14/07/2021
Fachada frontal.



[266] · 14/07/2021
Fachada posterior.



[267] · 14/07/2021
Balcão fachada frontal.





No caso da Câmara e Cadeia de Pilar temos a notável, e extensivamente registrada, essencialidade tanto da forma quanto do programa de necessidades, onde um é consequência do outro, ou outro do um. Sendo seu nome oficial a lista de ambientes, ficou o edifício restrito à sua mínima expressão: no térreo cadeia, acima, câmara. Se existiu no Brasil algum exemplar ainda menor, de tão pequeno tornou-se imperceptível.

[268] · 14/07/2021
Estrutura cobertura.



[269] · 14/07/2021
Cela.



[270] · 14/07/2021
Administração.



A esses ambientes é anexada a escada externa, protegida, levando à sala de audiências; de lá arrojase o infelizmente à insalubre enxovia. Para isso existe uma escada, acionada por manivela, mas duvido que não fosse utilizada apenas para subir o preso. A cela é revestida com pranchões de madeira e comunica ao exterior por abertura duplamente gradeada com peças em madeira revestidas por chapas de ferro. Havia uma folha com abertura externa, essa fechada aumentava a solidão do preso que tinha como companhia apenas a abertura em um canto do piso que lhe fazia vezes de latrina.

A dureza da taipa é outro ponto notável, característica incomum aos exemplares goianos. Tal densidade foi constatada nas obras empreendidas por Stacciarini (2006:70) ao talhar nova porta de acesso à enxovia. A talhadeira soltava faíscas, tal qual em entalhe de pedra. O mesmo engenheiro, não aprofundando prospecções nas paredes da Igreja de Nossa Senhora das Mercês, enganado pela resistência dessa alvenaria, relatou construção em pedra apesar de ser em taipa.

Será que esses artífices elaboraram um cimento primitivo? Para isso bastaria adicionar cal à mistura do barro, daí para o concreto contemporâneo pouco faltaria. Pilar guarda segredos técnicos e formais que, se não foram por lá inventados, com certeza em Goiás foram inéditos. Um saber fazer não registrado, perdido, minimamente revelado em pequenos acidentes atuais, apenas intuídos a partir do pouco que sobrou.



Dados

Obra: Casa de Câmara e Cadeia

Ano Construção: ≈1760

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Não encontrado

Cidade: Pilar de Goiás / GO

End.: Rua da Cadeia, SN, Centro

Coordenadas: 14°45'56.8"S 49°34'45.5"W

Altitude: 727 m

Altura: 8,50 m

Pavimentos: Térreo + Superior

Área Terreno: 443 m²

Área Ocupada: 75 m²

Área Construída: 139 m²

Fontes

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

COELHO, Gustavo Neiva; CALDAS, Antônio César (Org.). **O diário do Barão de Mossâmedes: 1771-1773**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

DANTAS, Cristiane Loriza; OLIVEIRA, Fernanda Fonseca Cruvinel de; ULHOA, Clarissa Adjuto. **Pilar de Goiás, Sua casa e Seu Beco**. In: *Habitus*, v. 13, n.2, p.115-138. Goiânia: PUC Goiás/IGPA, 2015.

DUBUGRAS, Elvin Mackay. **Notas sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar de Goiás**. Brasília, 1965. Dissertação-FAU, UnB.

LIMA, Luana Nunes Martins de. **Lugar e memória: O patrimônio goiano entre o esquecimento e a resistência**. Brasília, 2017. Tese-Geografia, UnB.

MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830)**. São Paulo, 2018. Tese-FAU, USP.

PALACIN, Luiz; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás**. Brasília: SPHAN, 1987.

STACCIARINI, Agostinho. **Patrimônio histórico: aliança entre o passado e o presente**. Goiânia: Bandeirante, 2006.

TELES, José Mendonça (Coord.). **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

ZANETTINI Arqueologia (Org.). **Trabalho e Memória: reflexões sobre arqueologia e patrimônio cultural em Pilar de Goiás**. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2017.

[271] · 14/07/2021 ▲▲▲
Detalhe fachada frontal.

[272] · 14/07/2021 ▲▲▲
Detalhe ferragem cela.

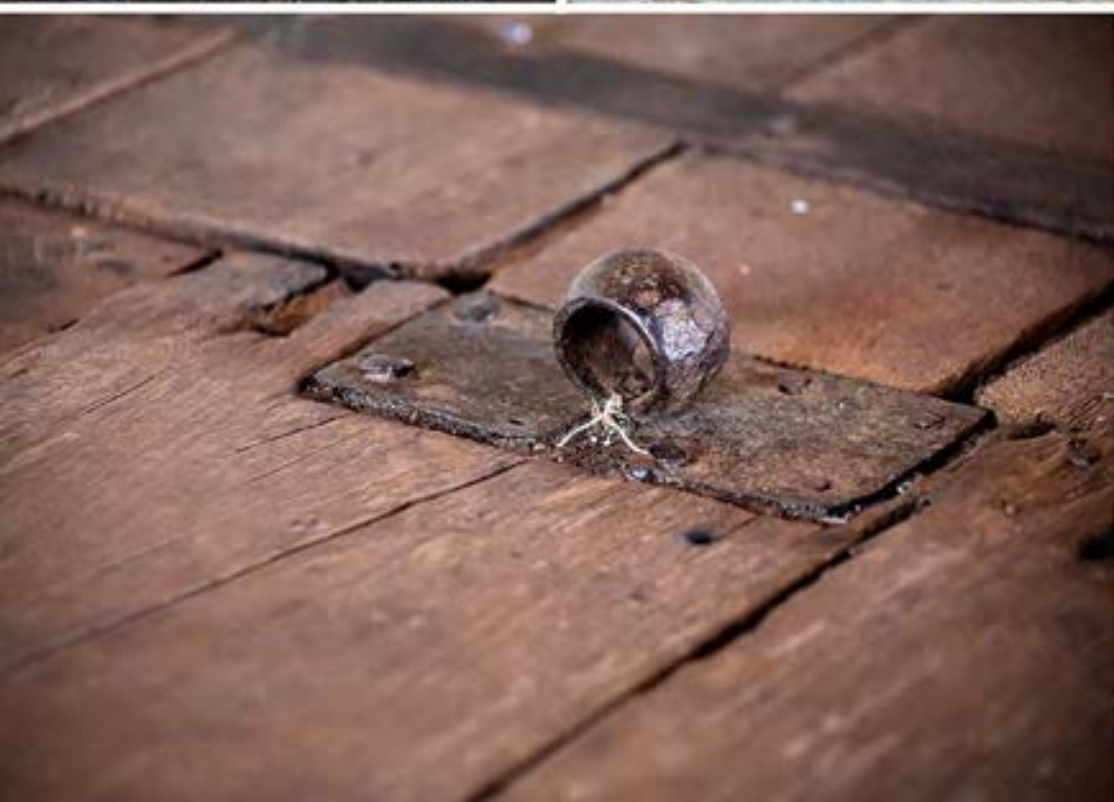
[273] · 14/07/2021 ▲▲▲
Detalhe beiral.

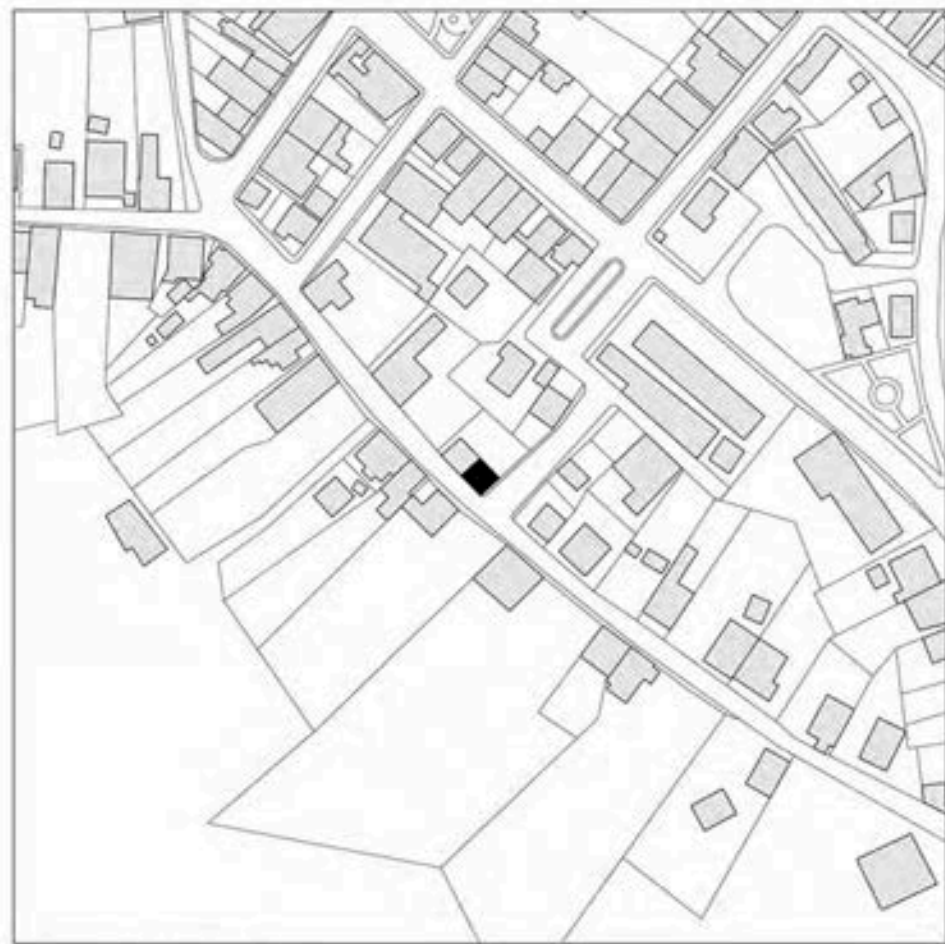
[274] · 14/07/2021 ▼▼
Detalhe alçapão.

[275] · 14/07/2021 ▼▼
Detalhe estrutura cobertura.

Desenhos p. 282
[276] [277]

Desenhos p. 283
[278] [279]
[280] [281]



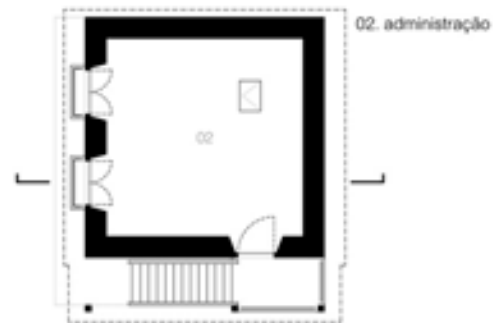




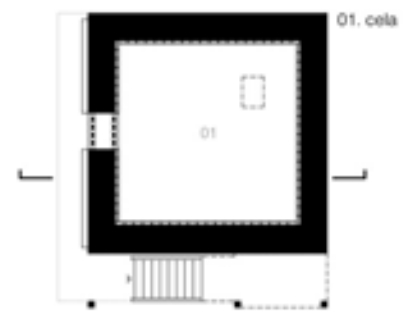
RUA DA CADEIA • 1:250 • — 1m



CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • — 1m



SUPERIOR • 1:250 • — 1m



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [282] · 07/07/2021

1761 · IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA ·

1761 · Ferreiro / GO · Igreja de São João Batista

[283] · 07/07/2021
Detalhe campanário. ◀

[284] · 07/07/2021
Fachada lateral direita. ◀

[285] · 07/07/2021
Detalhe fachada lateral. ▶

Mais uma das povoações fundadas pelos bandeirantes paulistas, o arraial do Ferreiro também concorre ao título de primeiro a ser erigido. Cunha Mattos (1874:232) e José Trindade da Fonseca e Silva (1948:67) afirmam que ele já estava estabelecido antes de 1726. A discussão passa por muitos historiadores e cronistas, chegando à data mais antiga, colocada por Saint-Adolphe, de fundação em 1670, na primeira bandeira do Bartolomeu Bueno I, o pai (Barbo, 2015:6).

Dizem que o arraial foi assim batizado pelo coaxar dos sapos que aludia ao som do malho sobre o ferro, ou ainda, que a bandeira de Bartolomeu II (1672-1740) teria ali deixado um ferreiro a prestar serviços. Fato é que o nome nomeou o rio e conseqüentemente o lugar. A sempre presente confluência de dois regos d'água, natural ponto de decantação do ouro, foi o motivo suficiente para o surgimento dos primeiros ranchos. Foi relativamente bem ocupado, com mais de uma centena de casas (Mattos, 1874:232), mas ao século XX só chegou com a igreja, seu cemitério lateral e duas outras residências, que não resistiram e desmoronaram após o abandono dos proprietários (Stacciarini, 2006:189). A distância de Vila Boa e a falta de atividades sustentáveis contribuíram para o desaparecimento total do tecido urbano e seu primitivo traçado.

Alguns textos afirmam – e são repetidos intensamente – que a igreja teria sido o segundo templo a ser construído em Goiás (Stacciarini, 2006:193). Creio que os registros de diversas outras obras, aqui lançados, eliminam por completo tal suposição. Silva e Souza (Teles, 1998:17) registra sua construção sobre as ordens do tenente José Gomes em 1761. No catálogo de documentos manuscritos do arquivo histórico ultramarino de Lisboa encontramos três homônimos José Gomes em período próximo ao da construção da igreja. Porém apenas um deles recebe a patente de tenente. No caso o tenente José Gomes Curado (1716-?). Foi rico comerciante, sempre em movimento entre Jaraguá, Meia Ponte e Vila Boa, fatores que reforçam a tese de ter sido este o afamado construtor da Igreja de São João Batista.



Os registros de importação de escravos da Bahia apontam também suas atividades de mineração. Morreu cedo, talvez pouco depois da construção da sua igreja pois, em 1763, aparece novamente no arquivo ultramarino em um processo no qual seu sócio falsificava assinaturas em documentos de compra de cativos. Esse português foi o progenitor da família Curado em Goiás, pai do importante general Joaquim Xavier Curado (1746-1830), o Conde de São João das Duas Barras (Lobo, 1974:113).

[286] · 07/07/2021 ◀
Nave e altares.

[287] · 07/07/2021 ◀
Nave e coro.

[288] · 07/07/2021 ▶
Altar-mor.

Assim como a Igreja do Rosário da Barra [126:183] e a de Nossa Senhora das Mercês, em Pilar [393:359], apresenta pequeno cemitério contíguo. A nave foi construída em taipa de pilão e a parte posterior, capela e sacristia, em adobe (Coelho, 1999:104). Configura uma planta agradavelmente simétrica com dois corpos anexos à capela mor. Os altares são três e expressos em talha simplificada, mas que busca o movimento barroco.

Hoje, do antigo arraial, só se manteve essa igreja. A estrada que passa em frente mantém apenas o fluxo esporádico das zonas rurais. O abandono já era denunciando por Saint-Hilaire em 1819 (1937b:74) e experimentado por Agostinho Stacciarini nas exaustivas e repetidas reformas entre 1977 e 1993. Após cada uma delas, rapidamente o templo entrava em avançado processo de deterioração. Até se descobrir que a causa não era fragilidade material ou má execução, levou-se um tempo. Na verdade, um indivíduo arrecadando esmolas para uma almejada reforma deliberadamente quebrava capas e deslocava bicas, deixando a chuva fazer o conhecido papel de solvente universal junto ao barro cru (Stacciarini, 2006:191).

Em 2001, o assentamento Serra Dourada instalou-se em área lindeira e, em 2012, houve restauração completa da igreja com a criação de um anexo de apoio aos visitantes (Morais, 2015:82). A obra aconteceu por movimentação e apoio da comunidade do assentamento, que também retomou a festa do São João do Ferreiro. Apesar de pertencer à Diocese, são as mulheres da comunidade que abrem, arejam e cuidam do pequeno templo, na mais importante medida para conservação de edificações centenárias.



Dados

Obra: Igreja de São João Batista

Ano Construção: 1761

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

José Gomes (empreendedor)

Cidade: Ferreiro / GO

End.: Estrada Vicinal, SN, Zona Rural

Coordenadas: 15°54'44.6"S 50°06'08.4"W

Altitude: 558 m

Altura: 7,50 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 965 m²

Área Ocupada: 246 m²

Área Construída: 271 m²

Fontes

BARBO, Lenora. **Cartografia histórica: território, caminhos e povoados em Goiás: 1722-1889**. Brasília, 2015.

Tese-FAU, UnB.

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I**. Goiânia: IAB, 1999.

FONSECA E SILVA, José Trindade da. **Lugares e pessoas: subsídios eclesiais para a história de Goiás**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1948.

LOBO, José Ferreira de Souza. **Goianos Ilustres**. Goiânia: Oriente, 1974.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **CHOROGRAPHIA historica da provincia de Goyaz. Parte I**. In: Revista do IHGEB, tomo XXXVII, parte primeira, p.213-398. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro Editor, 1874.

MORAIS, Lucinete Aparecida de. **Comunidade do Ferreiro (GO): a terra, a luta e o sagrado**. Goiânia, 2015. Dissertação-Antropologia Social, UFG.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás. Volume II**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937b.

STACCIARINI, Agostinho. **Patrimônio histórico: aliança entre o passado e o presente**. Goiânia: Bandeirante, 2006.

TELES, José Mendonça (Coord.). **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

[289] · 07/07/2021 ◀

Detalhe altar lateral esquerdo.

[290] · 07/07/2021 ▶

Detalhe retábulo-mor.

Desenhos p. 292

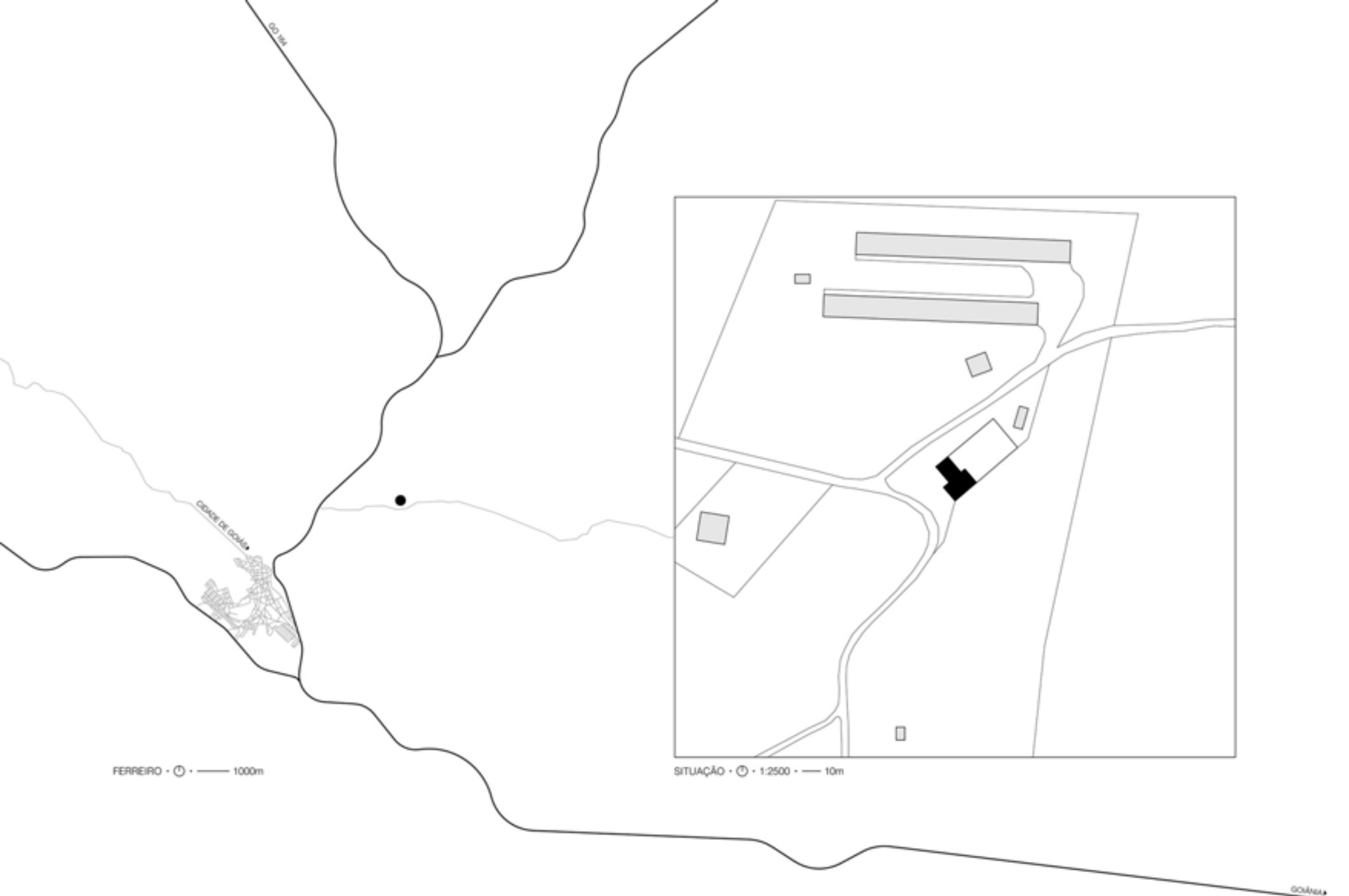
[291] [292]

Desenhos p. 293

[293] [294]

[295] [296]



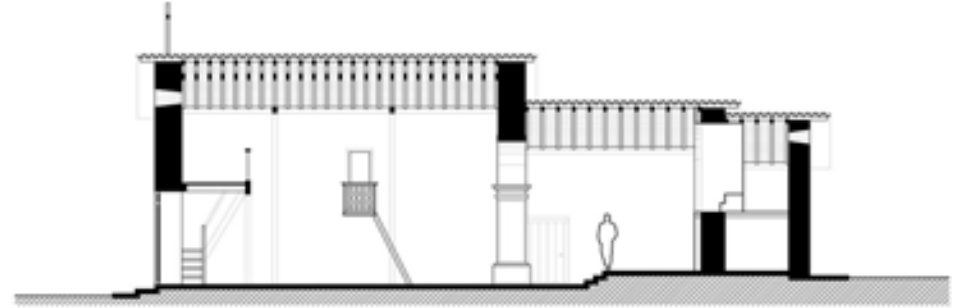


FERREIRO • 1000m

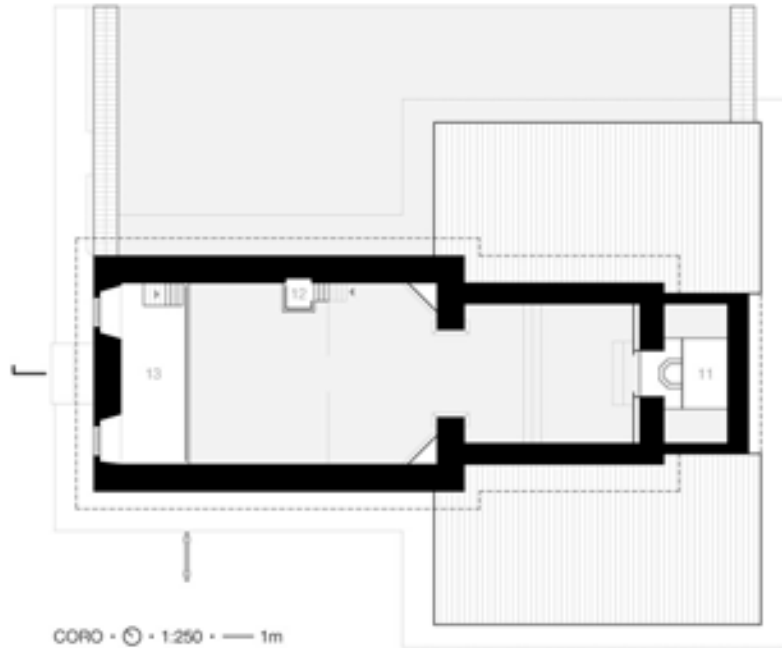
SITUAÇÃO • 10m



NOROESTE • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



CORO • 1:250 • — 1m

- 01. acesso cemitério
- 02. vestíbulo
- 03. campanário
- 04. nave
- 05. altar lateral
- 06. capela mor
- 07. altar mor
- 08. apoio
- 09. depósito
- 10. sacristia
- 11. camarinha
- 12. púlpito
- 13. coro



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [297] · 07/07/2021

1761 · IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA ·

1761 · Cidade de Goiás / GO · Igreja de São Francisco de Paula

A cidade de Goiás passou por um momento de intensa construção de templos em seu limite urbano, que também se expandiu após o declínio da produção do ouro, acentuado a partir da chegada do primeiro governador em 1749. Antes dessa data já estavam instalados quatro templos: a Matriz de Santana [1177:875] e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário [1257:927], que atualmente reconstruídas não apresentam características de sua forma original; a Igreja da Lapa, onde hoje está a Cruz do Anhanguera, destruída com a enchente de 1839 e ainda a primitiva Igreja da Boa Morte, datada de antes de 1739 (Élis, Maia, Maia, 1979:23), que cedeu seu local ao Chafariz da Boa Morte [439:389]. Por isso a Igreja de São Francisco de Paula teria sido o quinto templo a ser edificado em Vila Boa e nascia nesse período de expansão do tecido urbano e de instalação e revitalização de uma série de equipamentos urbanos. Foi contemporânea à reforma do Quartel do XX [313:305] e à construção da Casa de Câmara e Cadeia [328:317], precedendo as obras urbanas levadas a cabo por José de Almeida e Vasconcelos (1740-1812), o Barão de Mossâmedes.

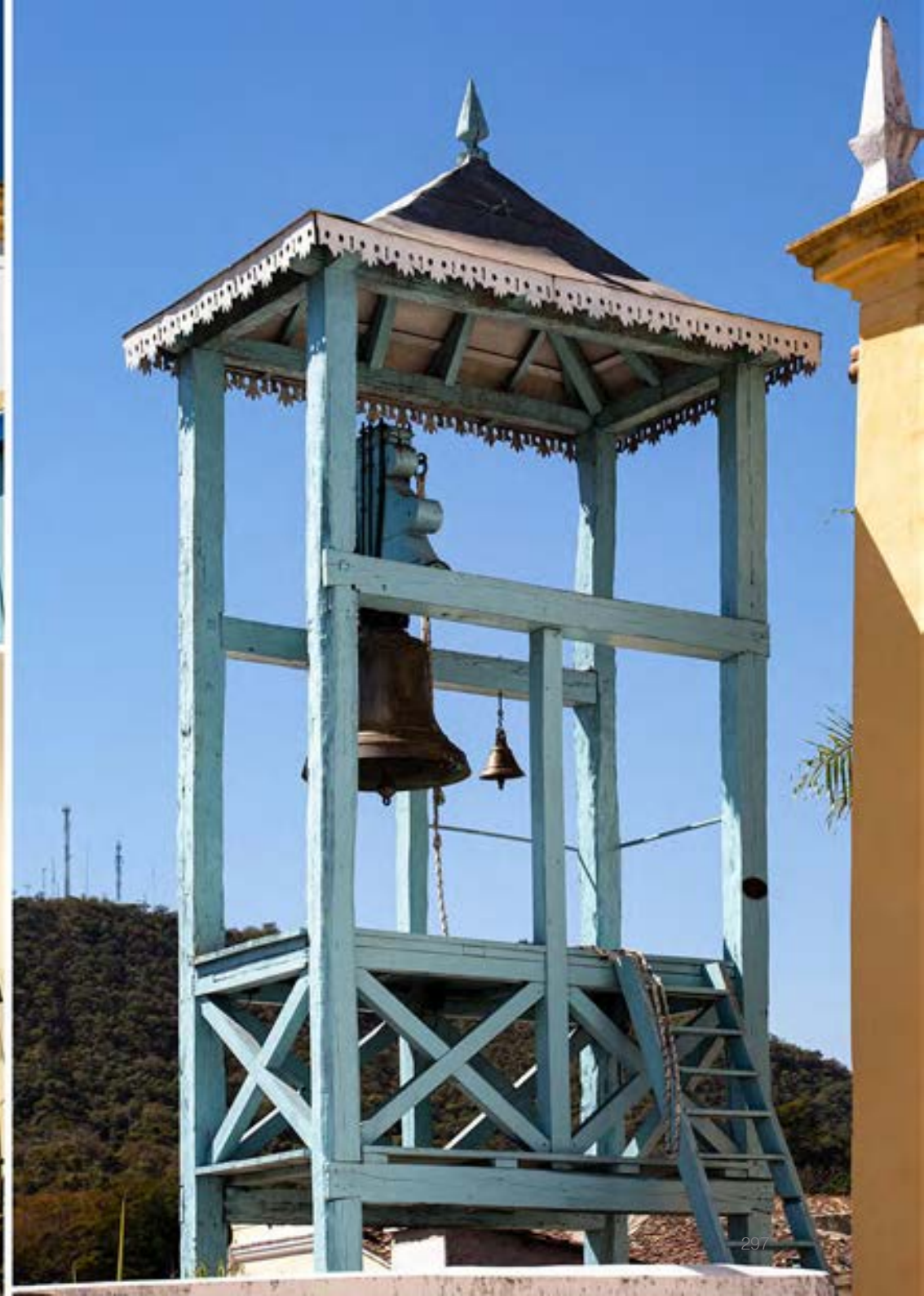
Edificada em 1761 sob a liderança de Antônio Tomás da Costa (Teles, 1998:112), então sargento mor da cavalaria auxiliar e importante figura local que arregimentou mais algumas pessoas para auxiliá-lo na empreitada. Este chegou a governar a capitania após a morte de Manoel de Mello em 1770. Fazia parte de um triunvirato, sem ordem régia, composto por mais dois ditos homens bons: o ouvidor da câmara Antônio José Cabral de Almeida (?-1786) e o capitão de dragões Damião José de Sá Pereira (Teles, 1998:91). Fatos que nos ajudam a contextualizar a situação financeira e social dos empreendedores do século XVIII.

O templo está implantado em um acidente geográfico, afloramento rochoso que, resistindo à erosão, se eleva acima das outras edificações. É a única igreja interna ao perímetro urbano com essa situação, que permitiu criar ampla escadaria frontal, granjeando acesso ao adro calçado de pedras onde estão instalados o cruzeiro e o campanário lateral, marcador da procissão dos passos.

[298] · 07/07/2021 ◀
Detalhe fachada frontal.

[299] · 07/07/2021 ◀
Nave e altar-mor.

[300] · 07/07/2021 ▶
Detalhe campanário.



Essa escadaria é precedida por adro de vocação eminentemente comercial, que nasce da confluência da Rua do Comércio com o Mercado Municipal [1131:845]. Nesse espaço estão presentes um pequeno centro comercial configurado pelo acesso ao mercado, um conjunto de lojas e a atual Sede do Iphan [51:114], antiga residência de Miguel da Rocha Lima (1868-1935) (Lima; Feijó, 2008:82). A igreja faz parte do limitado grupo de obras edificadas com alvenaria de pedra ao sul de Goiás (Machado, 2005:21). Talvez por ter sido construída sobre afloramento rochoso, as pedras já disponíveis auxiliavam tanto o acesso ao material quanto o transporte. Situação similar à da Igreja de Santa Barbara [486:421], também construída sobre uma penha, com alvenaria de pedras sabão retiradas do próprio terreno.

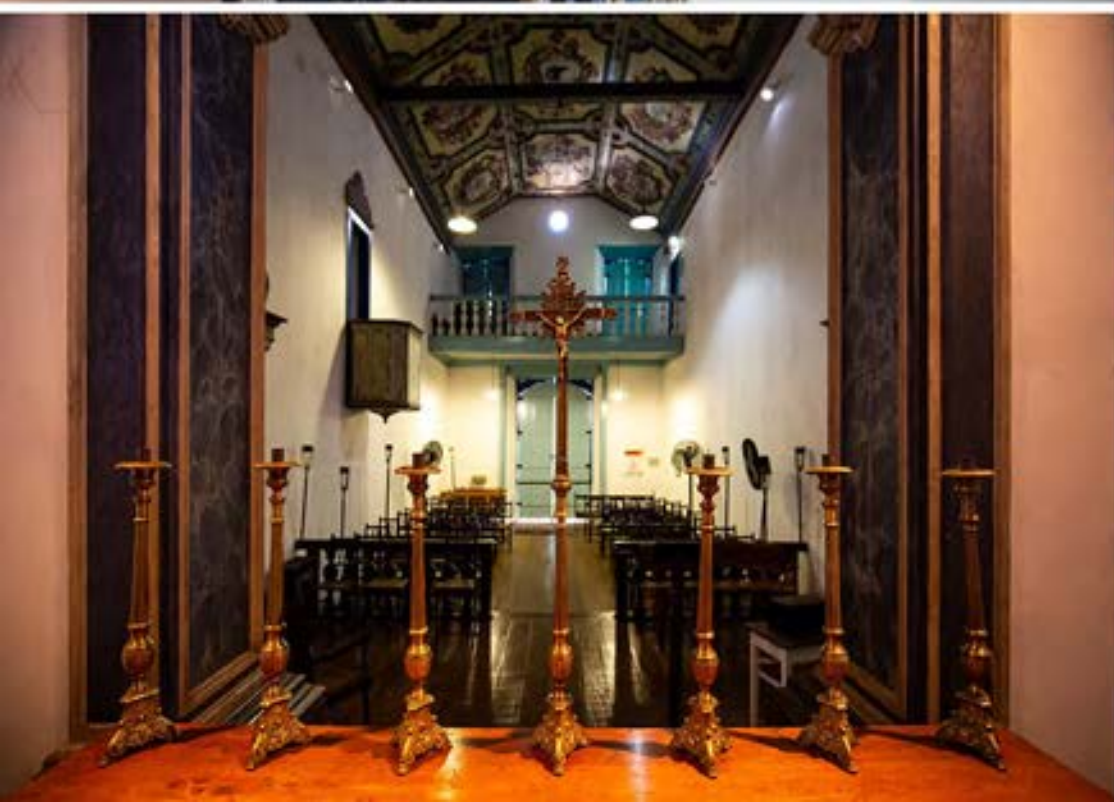
[301] · 07/07/2021 ◀
Detalhe arco-cruzeiro.

[302] · 07/07/2021 ◀
Nave e coro.

[303] · 07/07/2021 ▶
Acesso sala lateral.

Apesar de simples, tem fachada mais elaborada que as de outros templos do período. É importante notar uma especificidade goiana na qual a busca pelo barroco, feita sem os recursos materiais e técnicos adequados, acaba por resultar semelhança ao neoclássico. Porém não é fruto de intenção de renovação como o neoclássico do Palácio Conde dos Arcos [992:751] ou o ecletismo da Casa de Fundação [1101:825], mas uma expressão que nasce da vontade de ser barroco, indispondo-se dos meios. A rigorosa tripartição e simetria da fachada não corresponde à sua planta. A parte direita se eleva acima do telhado, criando uma massa que não precisava funcionalmente existir. Tal simetria era ainda mais evidente com o nicho construído nesse volume, retirado em restaurações posteriores.

O destaque do seu interior são os forros pintados, tanto na capela quanto na nave. Vinte e um painéis com passagens de um personagem que parece ser São Francisco de Paula (Pereira, 2008:61). Regina Lacerda (1977b:42) os considerava sem valor, talvez por terem sido pintados em 1869. Já Etzel (1974:193) afirma que poderiam ser facilmente confundidos como obra do século XVIII não fossem os recibos – e autoria de André Antônio da Conceição – apurados junto aos livros da Irmandade por Elder Camargo de Passos. Esse forro, pintado há mais de cem anos após a conclusão da igreja, representa o perigo da datação sem documentos. Quantas outras alterações seguem amalgamadas ao original mascaradas pela pátina do tempo?



Dados

Obra: Igreja de São Francisco de Paula

Ano Construção: 1761

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Antônio Tomás da Costa (empreendedor)

André Antônio da Conceição (pintor 1869)

Cidade: Cidade de Goiás / GO

End.: Rua Professor Ferreira, SN, Centro

Coordenadas: 15°56'01.8"S 50°08'30.7"W

Altitude: 491 m

Altura: 9,00 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 708 m²

Área Ocupada: 314 m²

Área Construída: 353 m²

Fontes

CHAIM, Marivone; CORALINA, Cora; ÉLIS, Bernardo. **Vila Boa de Goiás**. Rio de Janeiro: Berlendis e Vertecchia Editores LTDA, 1979.

ÉLIS, Bernardo; MAIA, Tom; MAIA, Thereza Regina de Camargo. **Vila Boa de Goiás**. São Paulo: Editora Nacional, Rio de Janeiro: Embratur, 1979.

ETZEL, Eduardo. **O barroco no Brasil: psicologia e remanescentes em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul**. São Paulo: Melhoramentos, 1974.

LACERDA, Regina. **Vila Boa: História e folclore**. Goiânia: Oriente, 1977b.

LIMA, Eider Rocha; FEIJÓ, Marcelo. **Itinerário de Cora Coralina**. Brasília: Associação Casa de Cora Coralina, 2008.

MACHADO, Lais Aparecida. **Cuidando do patrimônio cultural: a grande Vila Boa**. Goiânia: UCG, 2005.

PEREIRA, Carla Freitas Pacheco. **As Igrejas de Goiás. Um estudo de caso: Igreja São Francisco de Paula**. Brasília, 2008. Dissertação-FAU, UnB.

TELES, José Mendonça (Coord.). **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

[304] · 07/07/2021
Arco-cruzeiro e forros. ◀

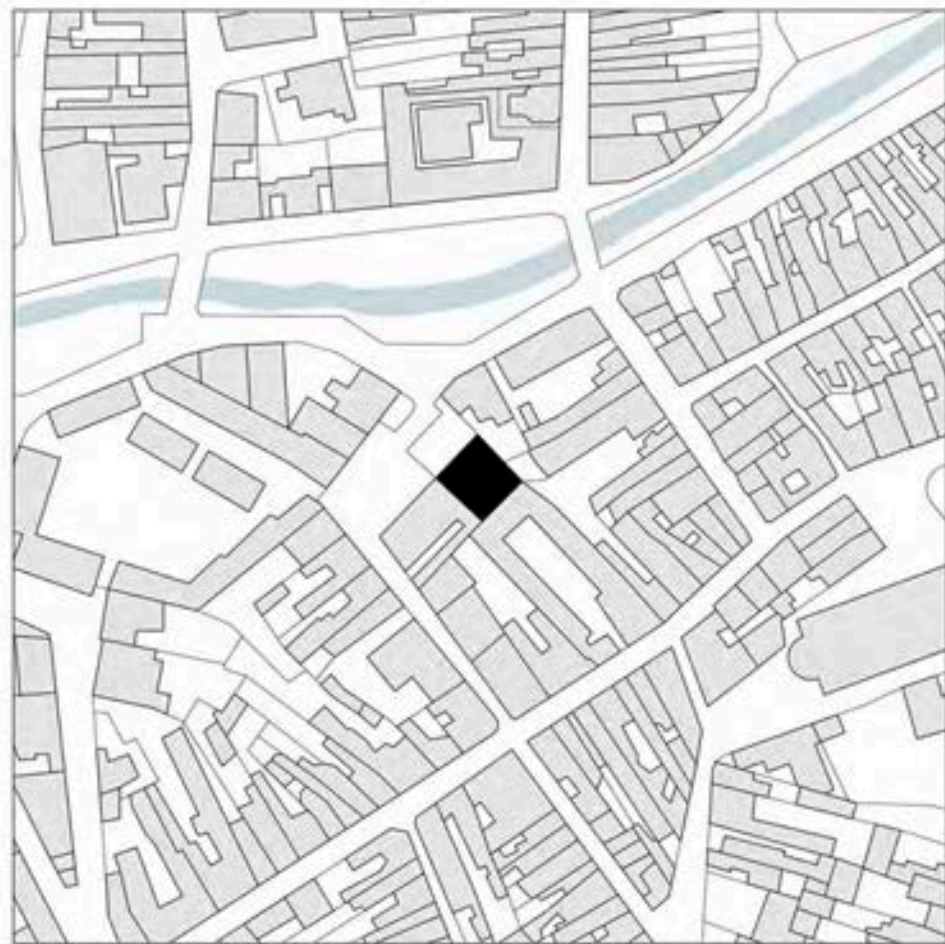
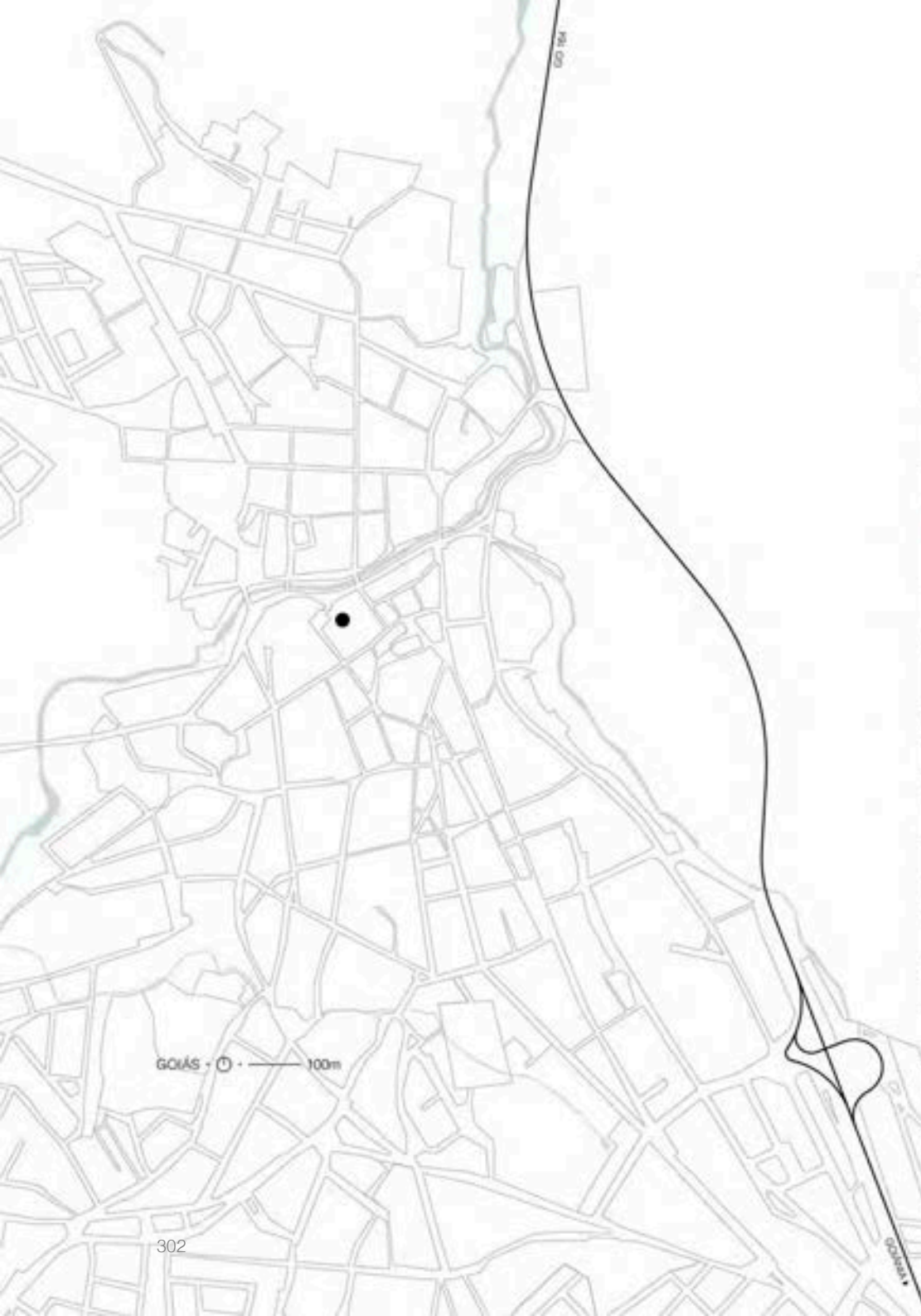
[305] · 07/07/2021
Detalhe forro nave. ◀

[306] · 07/07/2021
Detalhe forro altar-mor. ▶

Desenhos p. 302
[307] [308]

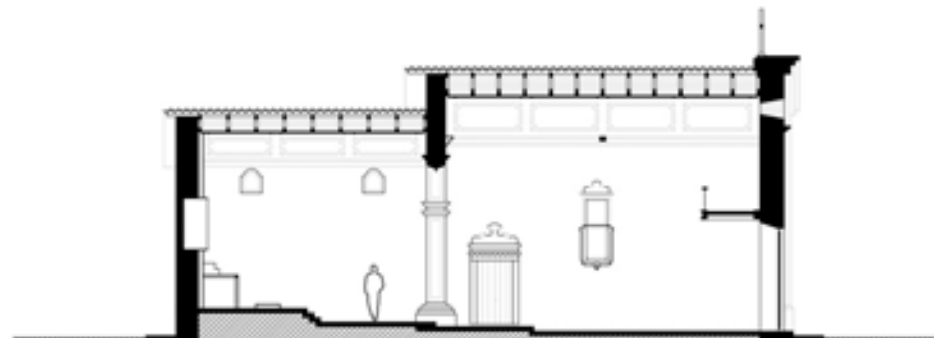
Desenhos p. 303
[309] [310]
[311] [312]



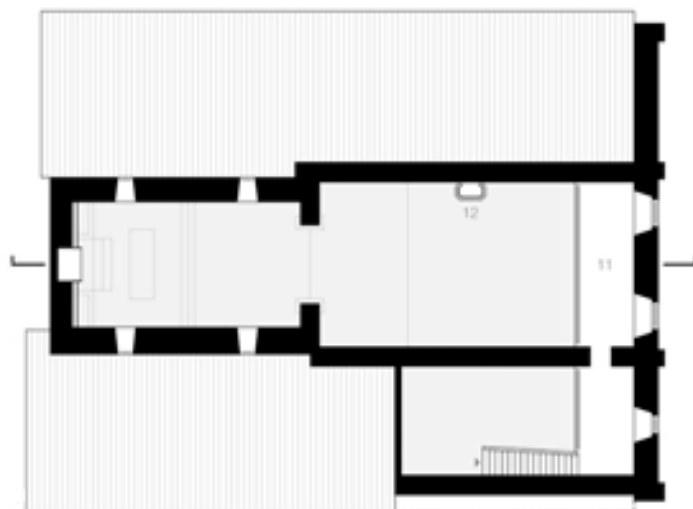




NOROESTE • 1:250 • — 1m

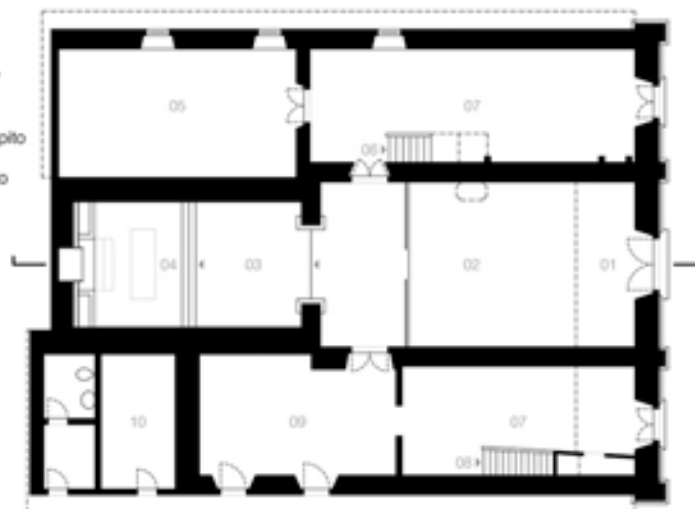


CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



SUPERIOR • Q • 1:200 • — 1m

- 01. vestíbulo
- 02. nave
- 03. capela mor
- 04. altar mor
- 05. consistório
- 06. acesso púlpito
- 07. sala lateral
- 08. acesso coro
- 09. sacristia
- 10. depósito
- 11. coro
- 12. púlpito



TÉRREO • Q • 1:250 • — 1m



◀ [313] · 06/07/2021

1765 / 1747 · QUARTEL DO XX ·

1765 / 1747 · Cidade de Goiás / GO · Quartel do XX

[314] · 06/07/2021

Janela fachada posterior.



[315] · 06/07/2021

Pátio interno.



[316] · 06/07/2021

Pátio e aprisionamento.



Desde 1736, com a criação da primeira Companhia de Dragões (Teles, 1998:115) já se tenta resolver o problema de abrigo das tropas que inicialmente serviam-se de casas alugadas. Algumas delas já no mesmo local do atual quartel. Tal solução paliativa atendia às necessidades urgentes aliadas à falta de recursos para edificações definitivas, que dirá portentosas.

Quartel será o preposto perene diante das várias denominações registradas pela historiografia. Quartel de Dragões, Quartel de Tropas de Linhas, Quartel do 20º Batalhão de Infantaria. Ficou mais conhecido como Quartel do XX devido ao 20º Batalhão composto por voluntários que combateram junto à guerra do Paraguai e participaram da retirada da Laguna (Lima; Feijó, 2008:79).

Alguns textos afirmam ser este o mais antigo edifício oficial em território goiano, porém não é se tomarmos a Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis [729:575], já construída em sua primeira versão já em 1733. Alencastre (1864:183) lança a data de 1747 como a de edificação do Quartel pelo então capitão Antônio Pereira de Sá, antes da chegada do primeiro governador da capitania.

Silva e Souza cita ser 1751, legitimado por uma ordem de 9 de janeiro de 1751 que autorizava a compra de algumas casas que dariam lugar ao uso militar (Teles, 1998:115). É possível que a ordem seja apenas formalização após a construção de fato. Pois, em um dos prospectos de Vila Boa, de 1751 (in:Coelho, 2013:38), a edificação já aparece com sua característica torre que marca o acesso, ladeada por um trecho dos quarteis.

Não seria obra de poucos meses para já estar pronta logo após a ordem. D. João Manoel de Mello, que tomou posse em 1759 como chefe da capitania, criou em 1763 o Regimento de Cavalaria Auxiliar (Teles, 1998:90). Ele, pensando serem frágeis e acanhadas as instalações, pede autorização para reconstruí-las e aumentá-las em 1765.



Obra arrematada por João Rodrigues Lobato (Alencastre, 1864:183) que nela imprime grande parte da expressão atual, como o generoso pátio interno e as duas peças assobradadas, elementos presentes em todos os desenhos e prospectos posteriores. O edifício passou por mais reformas e ampliações durante o século XIX; em uma delas sofreu pesadas alterações da fachada principal, quando recebeu estilemas neoclássicos, retirados em reforma de 1982, a cargo do engenheiro Agostinho Stacciarini (2006:178).

[317] · 06/07/2021

Detalhe torre.



[318] · 06/07/2021

Poço.



[319] · 06/07/2021

Varanda lateral direita.



Com isso, a obra construída em taipa de pilão nos limites externos e adobe nas paredes internas retornou a sua expressão tradicional. Decisão fundamental, pois o quartel é peça chave na composição do largo urbano que abriga também o Chafariz da Boa Morte [439:389] e a Casa de Câmara e Cadeia [328:317], ambos exemplares importantes da arquitetura tradicional goiana.

A horizontalidade do volume é rompida em dois momentos, um deles com a torre central que marca o acesso, quase perfeitamente centralizada no plano caiado que conforma a fachada principal. O outro se dá na cadeia interna, na qual as celas são encimadas por espaço administrativo. O pátio interno, um retângulo aberto de 21m por 38m, é ladeado por contínua varanda da qual se acessa os cômodos internos.

Tal disposição de ambientes e consequente versatilidade dos espaços permitiram usos diversos após o encerramento de atividades militares. Assim, em 1950 foi arrendado para hotel, depois funciona até 1976 como hospital, quando é entregue deteriorado e com trechos arruinados. Após o restauro de 1983, se instala o Tiro de Guerra e a Delegacia Regional de Alistamento (Stacciarini, 2006:180). Em 2005 muda-se mais uma vez o uso, agora Centro de Educação Profissional e, desde essa época, abriga instituições relacionadas ao uso cultural e educativo.



Dados

Obra: Quartel do XX

Ano Construção: 1747

Ano Remodelação: 1765

Responsáveis:

Antônio Pereira de Sá (empreendedor 1747)

João M. de Mello (empreendedor 1765)

João Rodrigues Lobato (construtor 1765)

Cidade: Cidade de Goiás / GO

End.: Pç. Brasil Ramos Caiado, SN, Centro

Coordenadas: 15°56'09.1"S 50°08'22.9"W

Altitude: 505 m

Altura: 10,50 m

Pavimentos: Térreo + Superior

Área Terreno: 2.460 m²

Área Ocupada: 1.670 m²

Área Construída: 1.795 m²

Fontes

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Annaes da província de Goyaz**. In: Revista do IHGEB, tomo XXVII, parte segunda, p.5-249. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro Editor, 1864.

BERTRAN, Paulo. **Cidade de Goiás, Patrimônio da Humanidade**. Brasília/São Paulo: Verano/Takano, 2002.

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I**. Goiânia: IAB, 1999.

COELHO, Gustavo Neiva. **Iconografia Vila-Boense**. Goiânia: Editora UFG, 2013.

ÉLIS, Bernardo; MAIA, Tom; MAIA, Thereza Regina de Carmargo. **Vila Boa de Goiás**. São Paulo: Editora Nacional, Rio de Janeiro: Embratur, 1979.

LIMA, Elder Rocha. **Guia afetivo da cidade de Goiás**. Brasília: IPHAN/14ª Superintendência Regional, 2008b.

LIMA, Elder Rocha; FEIJÓ, Marcelo. **Itinerário de Cora Coralina**. Brasília: Associação Casa de Cora Coralina, 2008.

STACCIARINI, Agostinho. **Patrimônio histórico: aliança entre o passado e o presente**. Goiânia: Bandeirante, 2006.

TELES, José Mendonça (Coord.). **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

[320] · 06/07/2021

Detalhe acesso cela e torre.

[321] · 06/07/2021

Detalhe saguão acesso.

Desenhos p. 312

[322] [323]

Desenho p. 313

[324]

Desenho p. 314

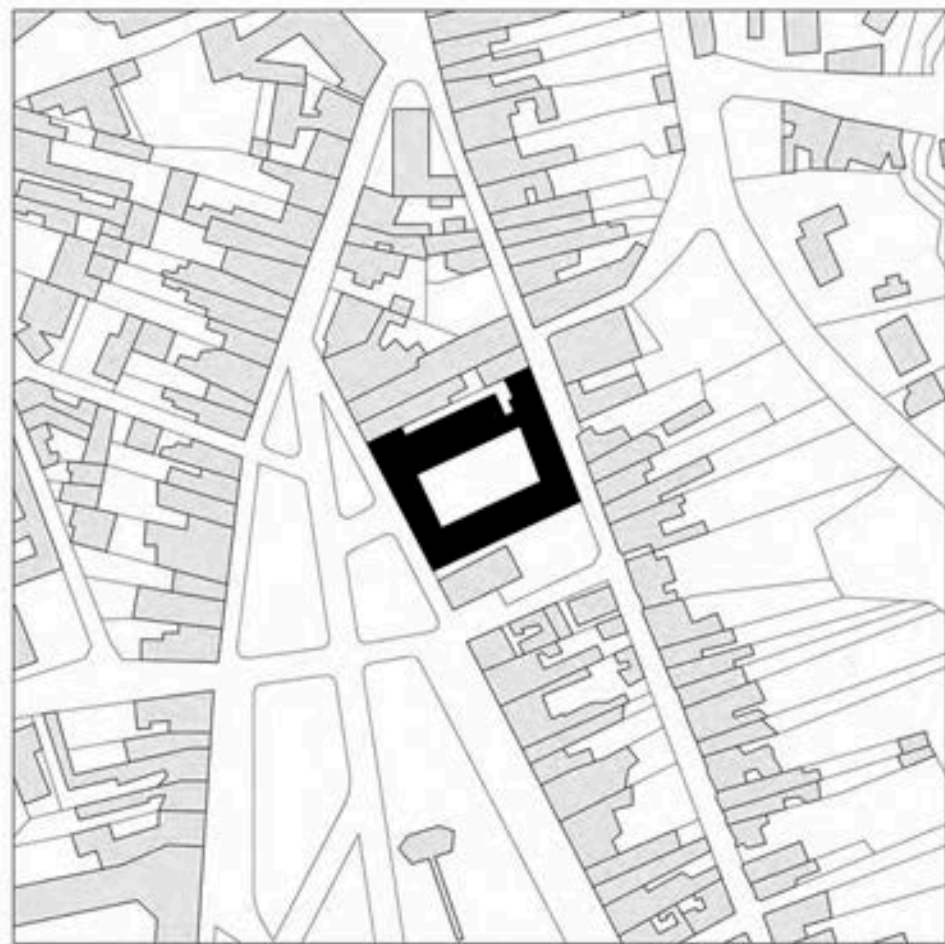
[325]

Desenhos p. 315

[326]

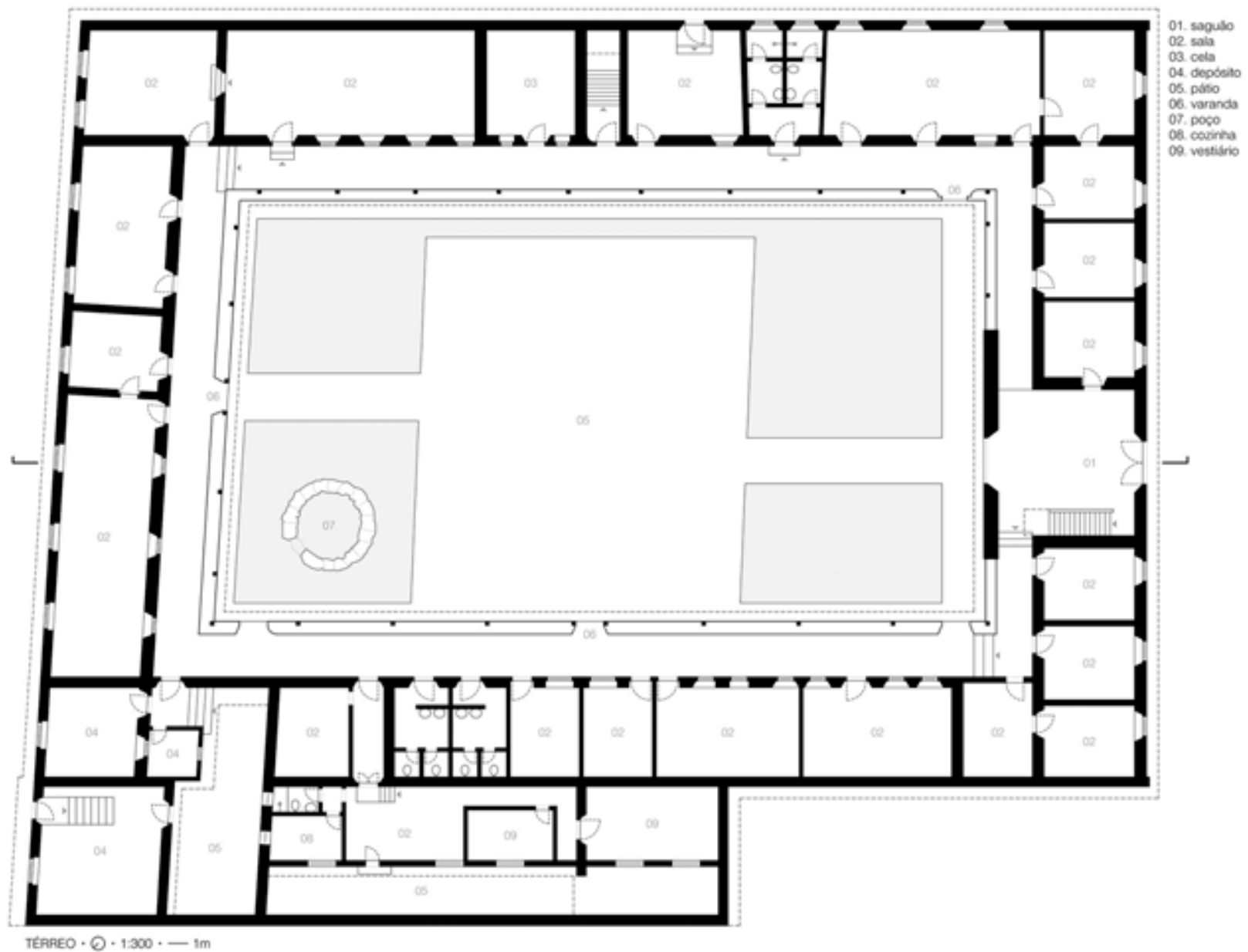
[327]

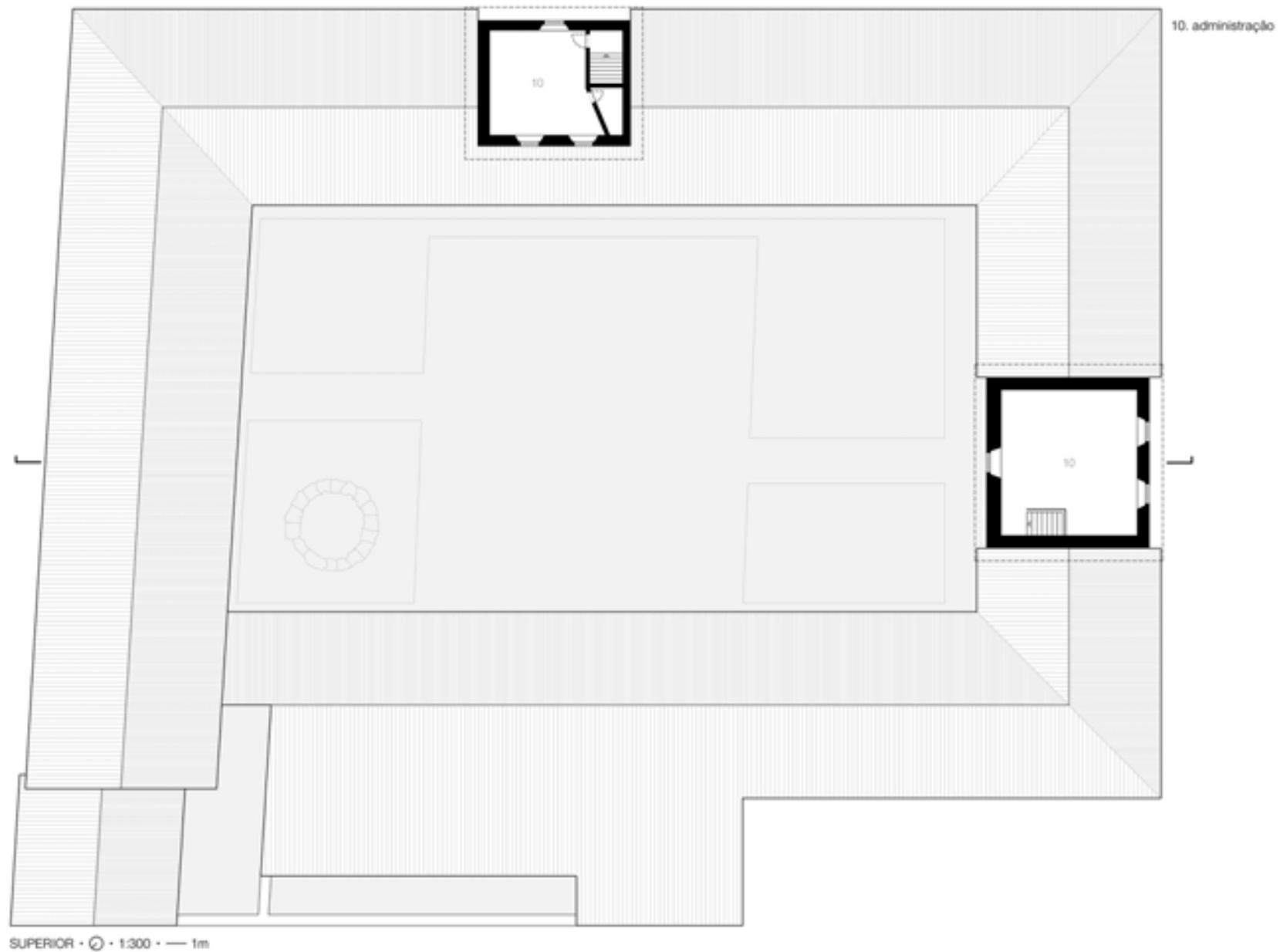


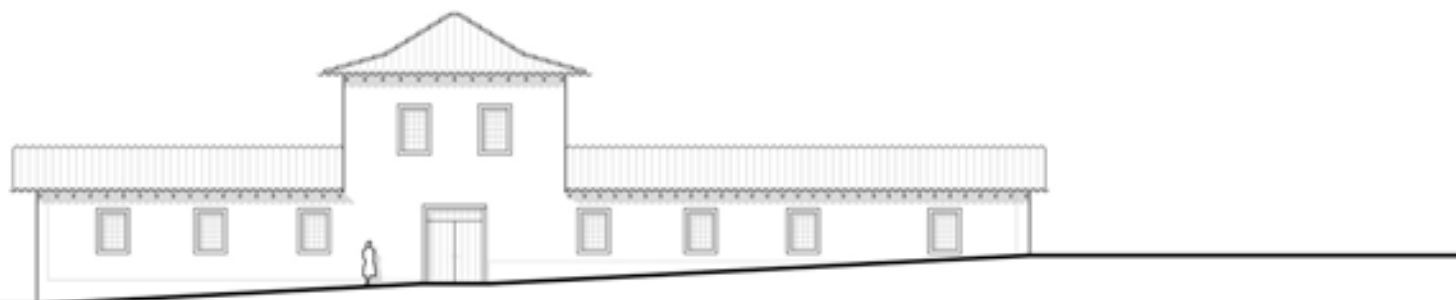


GOIÁS • ○ • 100m

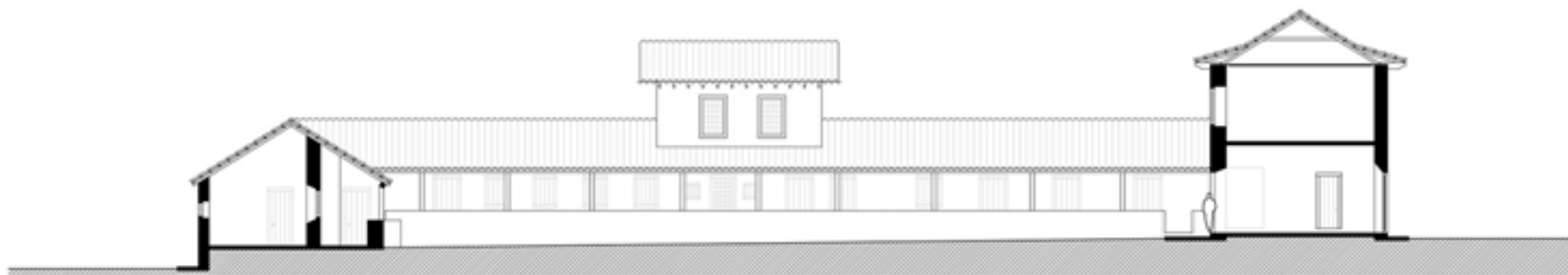
SITUAÇÃO • ○ • 1:2500 • 10m







PRAÇA BRASIL CAIADO • 1:300 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:300 • — 1m



◀ [328] · 26/04/2019

1766 · CASA DE CÂMARA E CADEIA ·

1766 · Cidade de Goiás / GO · Casa de Câmara e Cadeia (atual Museu das Bandeiras)

Raros são, em Goiás, os edifícios oficiais que se apresentam com maior cuidado construtivo e fausto nos detalhes, usualmente comuns às igrejas – apesar do estoicismo dos seus santos devocionais. Estas já não surpreendem mais pela escala urbana ou o trabalho em altares e ornamentação interna, em parte devido ao grande número de exemplares, que se tornam comuns ao olhar. A Casa de Câmara e Cadeia de Vila Boa, construída entre 1761 e 1766 (Lacerda, 1977b:45), é exceção dentre os edifícios civis e faz uso de uma solenidade promovida pela escala, composição formal e cuidado construtivo.

Porém, é prudente relativizar os adjetivos elogios, pois se comparada a outros exemplares nacionais como a Casa de Câmara e Cadeia de Ouro Preto/MG ou com a de Mariana/MG, ambas em Minas Gerais, a goiana se mostra tanto desprovida da ornamentação encontrada nas outras. Mas talvez seja esta dita simplicidade que a torna singular no contexto nacional e, para o regional, acredito que permaneça como o mais belo edifício oficial; uma infelicidade para os projetistas que em mais de duzentos anos de produção não se igualaram em tal tarefa. A obra apresenta rigor formal, de técnicas compositivas que lhe garantem equilíbrio entre as partes.

A simetria e a proporção da extensa massa frontal são organizadas por traçado de regulação das partes, artifício normalmente atribuído aos mestres modernistas. Foi um dos poucos edifícios goianos do século XVIII que mereceram projeto (in: Coelho, 2013:112), este vindo da corte de Dom Manuel, e aqui edificado no governo de Manoel de Mello.

O mesmo que empreendeu a grande reforma do Quartel do XX [313:305]. Ele criou ainda a Junta da Real Fazenda, o mítico cofre de três chaves (Teles, 1998:90) e promoveu um governo de estruturação institucional, de controle e repressão, tipicamente belicoso (Bertran, 2002:61). Comandou por mais de dez anos, morreu em Vila Boa e foi sepultado na Matriz de Santana [1177:875].

[329] · 26/04/2019
Detalhe torre sineira.



[330] · 27/04/2019
Detalhe grade cela.



[331] · 26/04/2019
Detalhe fachada frontal.



[332] · 26/04/2019
Detalhe fachada frontal.





Ponto que contribuiu para a integridade material do edifício durante o longo período de uso foi o correto emprego das técnicas construtivas que, utilizadas almejando impedir fugas, acabaram por permitir sua presença durante os séculos. As profundas fundações de pedra impediam que os condenados escapassem por escavação e foram alicerces imóveis, sob os quais assenta a alvenaria de taipa de pilão. Esta, no pavimento inferior – normalmente ponto frágil pelo desgaste da água da chuva sob o barro – foi erigida com barro e pedra, dando maior resistência à erosão por água, ao mesmo tempo em que reforçava a segurança. Pranchas de madeira com 10cm de espessura revestem piso, parede e teto das enxovias (Coelho, 1999:28). A parte superior é acessada por larga escada, guardada de balaústres torneados. Lá se encontravam as salas de vereações, audiências e oratório, por onde desciam-se os presos nos 4,5m de distância entre pavimentos. Hoje os usos foram substituídos por salas de pesquisas e arquivos.

[333] · 27/04/2019
Detalhe escada.



[334] · 27/04/2019
Detalhe balaústre.



[335] · 27/04/2019
Sala de exposição.



Apesar de construída na década de 1760, desde 1740 sua demarcação já havia sido feita pelo então governador D. Luiz de Mascarenhas que, de próprio punho, mediu com um cordão o triangulo que conforma o adro da cadeia, onde se instalariam os equipamentos cívicos (Teles, 1998:85). Idealizou esta segunda abertura no tecido urbano de Vila Boa que se contrapunha à primeira, criada por Bartolomeu Bueno II (1672-1740), onde instalou sua casa e a Igreja Matriz de Santana. Parece que o palácio de D. Mascarenhas, mais acima de onde era a casa de Bueno, suscitou a criação do novo largo (Bertran, 2002:41), talvez em simbolismo de uma nova ordem.

A Cadeia, instalada no vértice e no ponto mais alto desse espaço aberto, domina, por sua escala e implantação, as forças visuais que convergem para a torre do sino. Este anunciava a hora do silêncio, alarmes, julgamentos ou chegada de figurões (Lima, 2008b:78). Na década de 1950 instalam-se novas atividades como Museu das Bandeiras, abrigando acervo de peças e documentos goianos; atualmente é administrado pelo Instituto Brasileiro de Museus. Passou por obras restauradoras entre 1875 e 1998, leves, de forro e telhado, não chegando a ter partes arruinadas (Stacciarini, 2006:182), atestando a qualidade construtiva e material que persiste aos insultos do tempo.



Dados

Obra: Casa de Câmara e Cadeia

Ano Construção: 1766

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

João Manoel de Mello (empreendedor)

Cidade: Cidade de Goiás / GO

End.: Pç. Brasil Ramos Caiado, SN, Centro

Coordenadas: 15°56'16.3"S 50°08'24.6"W

Altitude: 519 m

Altura: 13,00 m

Pavimentos: Térreo + Superior

Área Terreno: 2.640 m²

Área Ocupada: 528 m²

Área Construída: 969 m²

Fontes

BERTRAN, Paulo. **Cidade de Goiás, Patrimônio da Humanidade**. Brasília/São Paulo: Verano/Takano, 2002.

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I**. Goiânia: IAB, 1999.

COELHO, Gustavo Neiva. **Iconografia Vila-Boense**. Goiânia: Editora UFG, 2013.

ÉLIS, Bernardo; MAIA, Tom; MAIA, Thereza Regina de Camargo. **Vila Boa de Goiás**. São Paulo: Editora Nacional, Rio de Janeiro: Embratur, 1979.

LACERDA, Regina. **Vila Boa: História e folclore**. Goiânia: Oriente, 1977b.

LIMA, Elder Rocha. **Guia afetivo da cidade de Goiás**. Brasília: IPHAN/14ª Superintendência Regional, 2008b.

STACCIARINI, Agostinho. **Patrimônio histórico: aliança entre o passado e o presente**. Goiânia: Bandeirante, 2006.

TELES, José Mendonça (Coord.). **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

[336] - 27/04/2019
Sala de exposição. ◀

[337] - 27/04/2019
Antiga enxovia. ▶

Desenhos p. 324
[338] [339]

Desenho p. 325
[340]

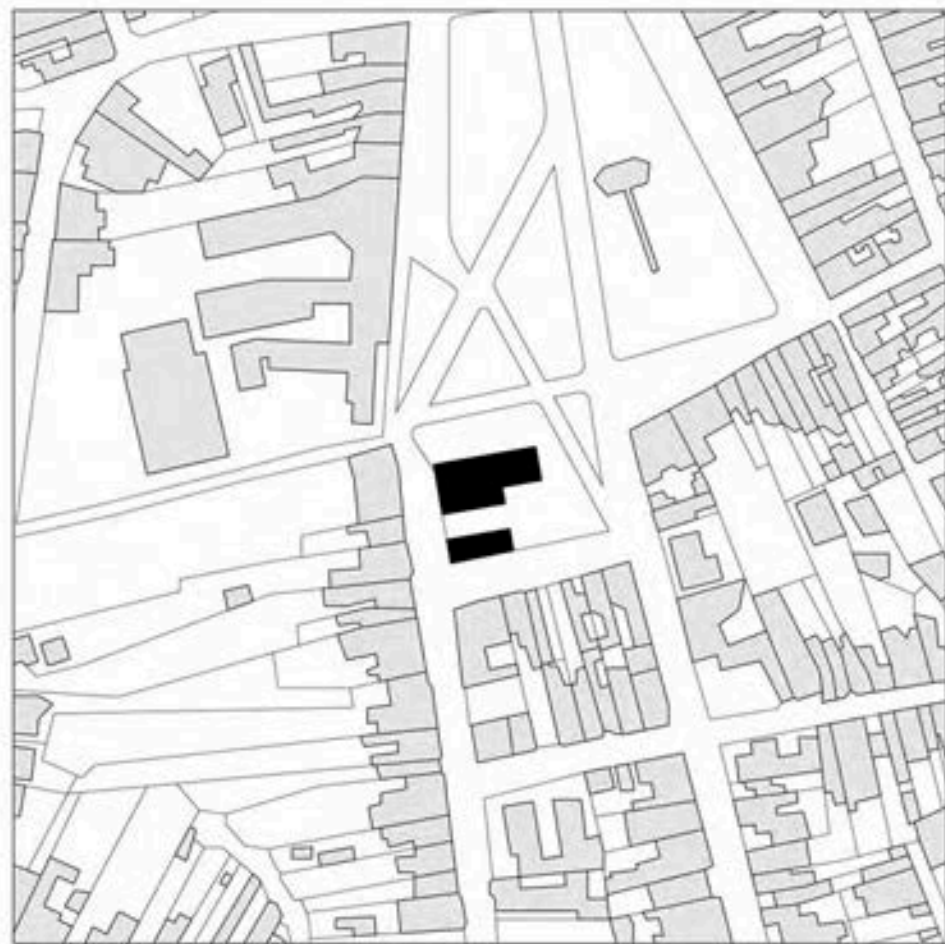
Desenho p. 326
[341]

Desenhos p. 327
[342]
[343]

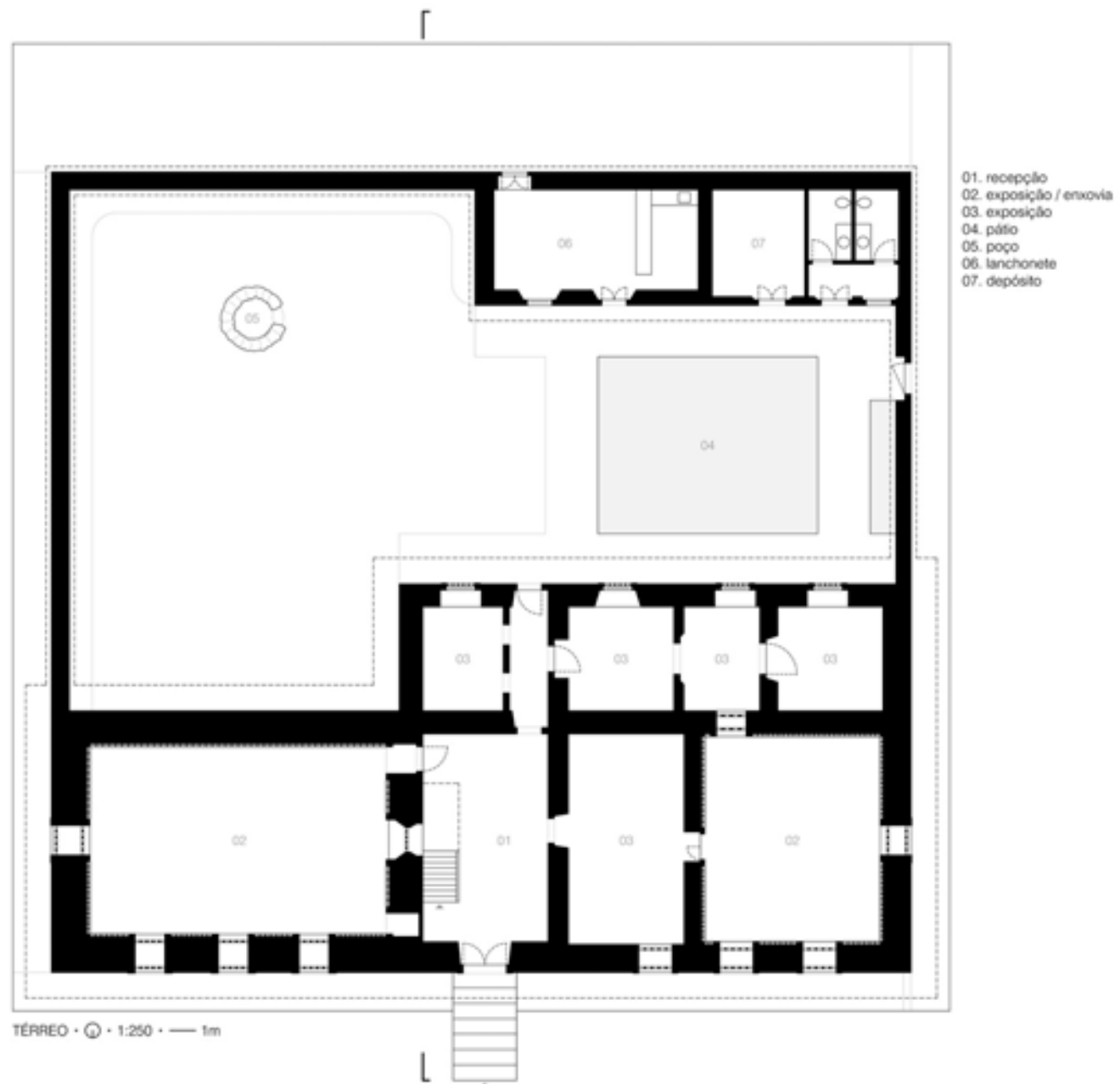


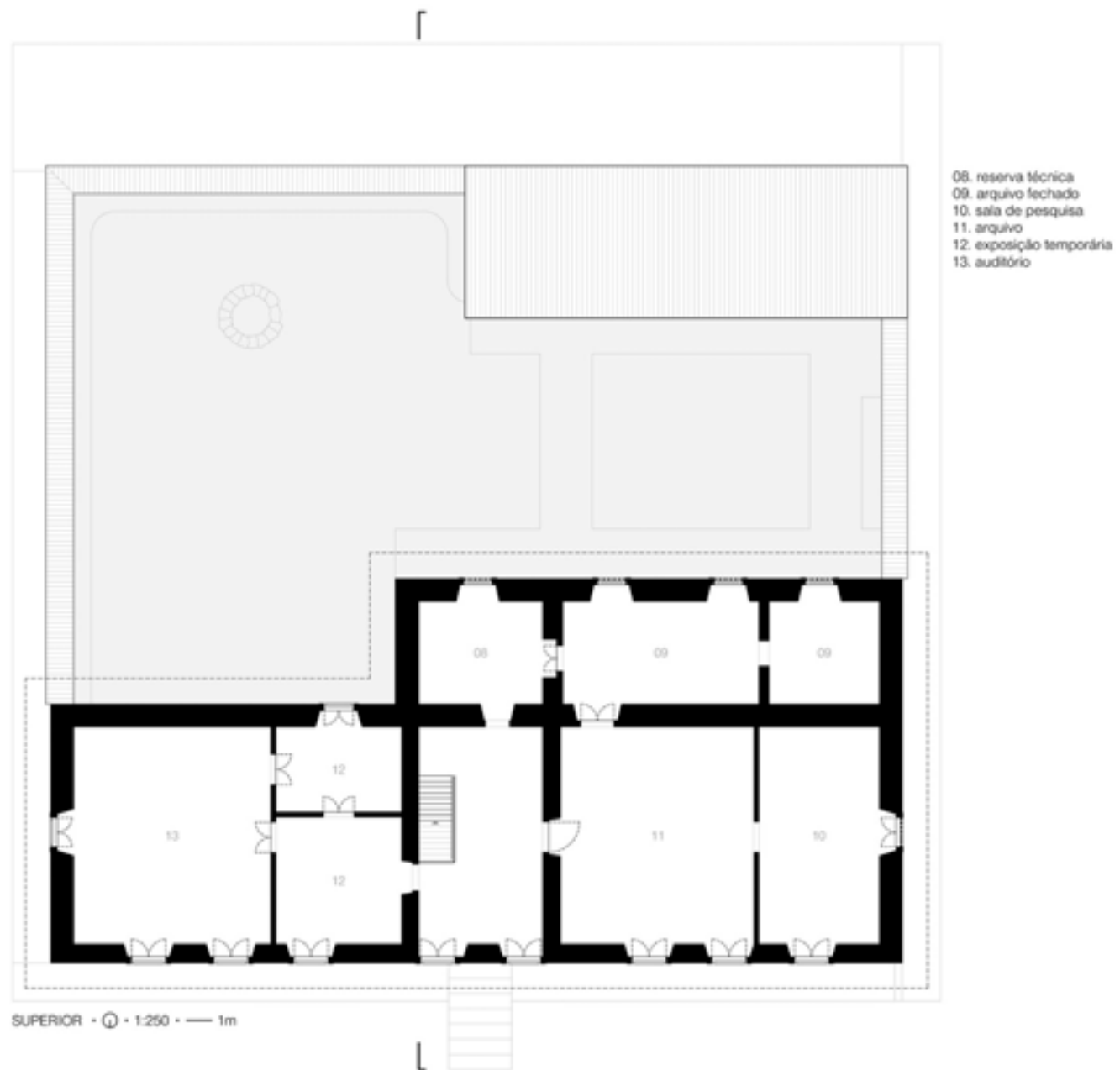


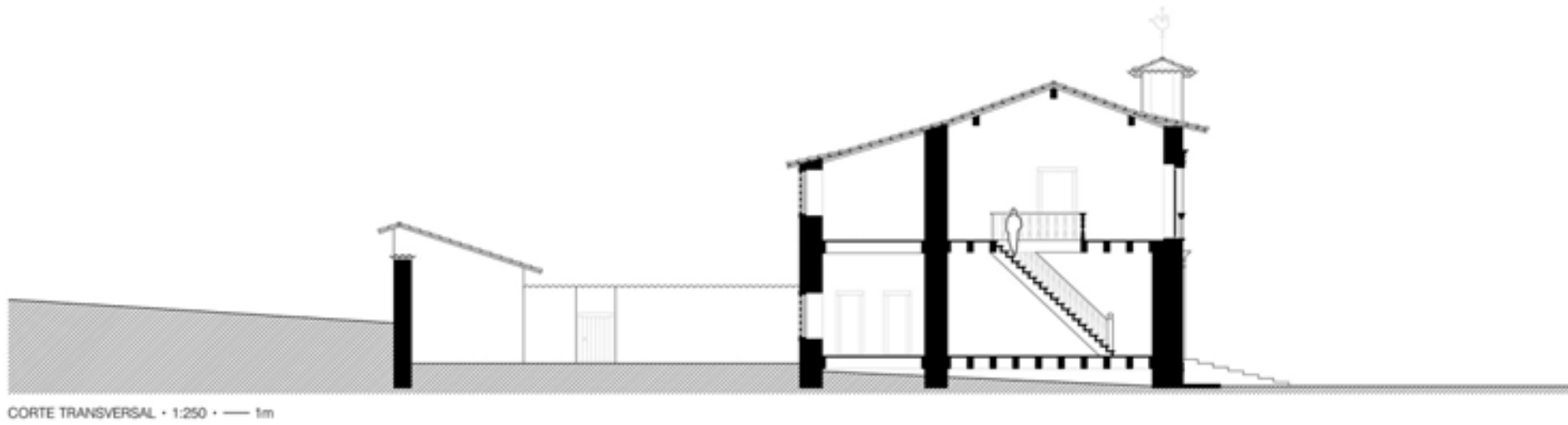
GOIÁS • ○ • 100m



SITUAÇÃO • ○ • 1:2500 • 10m









◀ [344] · 23/10/2021

1769 · IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO ·

1769 · Luziânia / GO · Igreja de Nossa Senhora do Rosário

[345] · 23/10/2021 ◀
Fachadas lateral e posterior.

[346] · 23/10/2021 ◀
Torre.

[347] · 23/10/2021 ▶
Detalhe coberturas.

Apesar de Antônio Bueno de Azevedo ter sido o guarda-mor definitivo das minas de Santa Luzia, o descobrimento das primeiras jazidas em 1746, por ele, é controverso. Os documentos levantados por Paulo Bertran (2011:110) não confirmam esta versão proposta por Joseph de Mello Álvares (1837-1912), primeiro historiador da região que se cercou de todo o rigor histórico em profunda pesquisa em cartórios, irmandades e conselhos, porém deixando os períodos iniciais menos resguardados.

A atribuição e distribuição dos créditos aos reais descobridores são usualmente nubladas pela escassez de registros, potencializada pelos longos períodos que separam fatos de versões. Tal manipulação é quase uma constante verificada em textos locais, criticados apenas em estudos mais recentes. Assim, lançam-se afirmações na tentativa de desconectar a gênese local de uma possível força tarefa proveniente de arraiais vizinhos, almejando posterior emancipação. Busca-se a nobre origem, na qual a descoberta por bandeirantes se mostra mais romântica que o faiscamento aleatório feito por escravos; ou ainda a forte questão genealógica, ao inserir a presença de importantes sobrenomes responsáveis por toda uma descendência aristocraticamente concebida.

Apesar dessas incertezas iniciais, no caso de Santa Luzia é fato que o núcleo abrigou, desde as primeiras décadas de mineração, indivíduos de notável capacitação tanto técnica quanto administrativa. É provável que esta tenha sido a razão que promoveu o desenvolvimento do arraial, tido por Cunha Mattos (1874:239) como, em 1812, um dos mais extensos da província e descrito pelo exigente Saint Hilaire (1937b:26) como um dos mais agradáveis por onde passou. Após as benfeitorias iniciais promovidas pelo fundador Bueno de Azevedo, alguns nomes serão responsáveis por uma série de empreendimentos. O coronel João Pereira Guimarães é um deles. Vindo de Minas Gerais, instala-se em 1757 (Paula, 2017:89). Empreendedor, firmava sociedades, abria lavras e promovia obras de infraestrutura, como o desvio para mineração, de 42 km de extensão, construído entre 1768 e 1770 com apoio técnico de Manoel de Bastos Nerva (Bertran, 2011:114).



Bastos Nerva, engenheiro e mestre de campo – alta patente militar equivalente hoje ao coronel de exército – chegou em Paracatu, Minas Gerais, em 1743. De lá, o historiador local Olympio Gonzaga (1998:15) relata sua formação técnica em Portugal e França, que lhe permitiu integrar-se à bandeira de José Rodrigues Fróes, como a autoridade nos assuntos de mineração. Sua próxima parada, Santa Luzia, se deu em algum ano da década de 1750. Participou intensamente da sociedade local, chegando a ser Juiz de Órfãos entre 1762 e 1766 (Paula, 2017:315), além de marcar presença angular nos principais empreendimentos arquitetônicos locais.

[348] · 23/10/2021
Sacristia.



[349] · 23/10/2021
Nave e coro.



[350] · 23/10/2021
Coro e altar-mor.



Foram por ele projetadas as duas igrejas locais. A primeira, Matriz de Santa Luzia em 1767, hoje totalmente descaracterizada, e a segunda, Nossa Senhora do Rosário, em 1769 (Bertran, 2011:114). Afirmação de dupla autoria mostra-se plausível já que ambas foram edificadas quase que simultaneamente, empregando a mesma técnica, taipa de pilão, com a mesma configuração de planta, sendo a do Rosário versão mais acanhada da Matriz. Bem construída, é difícil crer que o chefe de centenas de escravos, sendo ele mesmo pardo, não tenha dado sua contribuição técnica. Afirma-se que mais de quatrocentos trabalhadores, por três anos, erigiram o templo (Álvares, 1978:81) que, como normalmente acontecia com empreendimentos promovidos por escravos e ex-escravos, situava-se tanto mais distante do núcleo central, ocupado pela Matriz, assim criando um contraponto urbano, direcionador da expansão do arraial.

A Rua do Rosário foi a ligação entre as duas igrejas e, em 1813, Cunha Mattos (1874:239) relatava a existência de duzentos e setenta e oito residências, grande parte nesta via. Tal número foi decrescendo em velocidade vertiginosa após a construção de Brasília. A valorização dos terrenos sobrepunha o preço das edificações, promovendo a demolição dos antigos casarões. O triste levantamento – que mais nos parece obituário – promovido pela Agência Goiana de Cultura para fins de tombamento dos imóveis de Luziânia (Oliveira, 2003:100) elencou, em 2003, apenas trinta e uma edificações minimamente íntegras em suas materialidades originais. A igreja resiste como exemplar máximo de um conjunto que se perde a cada dia.



Dados

Obra: Igreja de N. Sra. do Rosário

Ano Construção: 1769

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Manoel de Bastos Nerva (engenheiro)

Cidade: Luziânia / GO

End.: Rua do Rosário, SN, Vila do Rosário

Coordenadas: 16°14'50.5"S 47°56'51.6"W

Altitude: 955 m

Altura: 13,50 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 2.520 m²

Área Ocupada: 433 m²

Área Construída: 487 m²

Fontes

ÁLVARES, Joseph de Mello. **História de Santa Luzia – Luziânia: descrição histórica, política e geográfica de Santa Luzia**. Brasília: Gráfica e Editora Independência Ltda, 1978.

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2011.

ETZEL, Eduardo. **O barroco no Brasil: psicologia e remanescentes em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul**. São Paulo: Melhoramentos, 1974.

GONZAGA, Olympio. **Memória Histórica de Paracatu**. Brasília: Livraria HPMendes, 1988.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **CHOROGRAPHIA historica da província de Goyaz**. Parte I. 1874.

OLIVEIRA, Janaína de Castro (Org.). **Tombamento de imóveis em Luziânia**. Goiânia: AGEPEL, 2003.

PALACIN, Luiz; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás**. Brasília: SPHAN, 1987.

PAULA, Jason Hugo de. **Entre picadas, estradas e trieiros: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746 – 1800**. Goiânia, 2017. Tese-História, UFG.

REIS, Gelmires. **Almanach de Santa Luzia**. Uberaba: Typografias de Obras São José, 1925.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás**. Volume II. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937b.

[351] · 23/10/2021
Detalhe arco-cruzeiro.



[352] · 23/10/2021
Detalhe arco-cruzeiro.



[353] · 23/10/2021
Detalhe retábulo-mor.



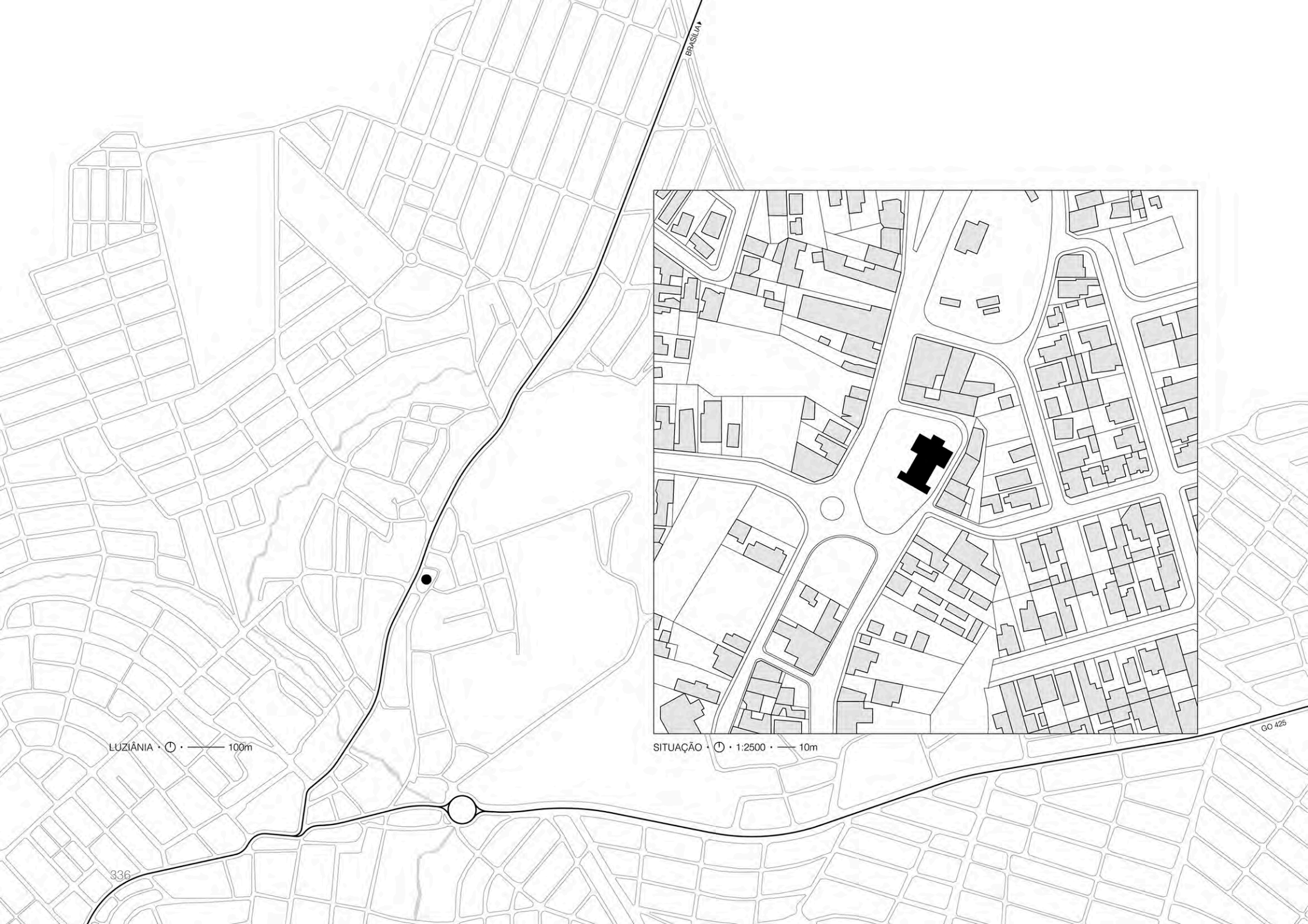
[354] · 23/10/2021
Detalhe retábulo-mor.



Desenhos p. 336
[355] [356]

Desenhos p. 337
[357] [358]
[359]





BRASILIA

LUZIÂNIA • 100m

336

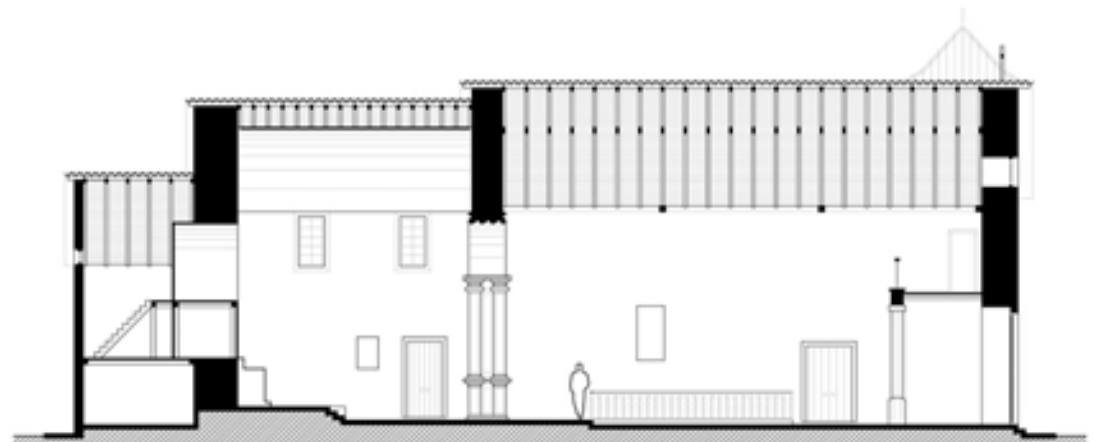
SITUAÇÃO • 1:2500 • 10m

GO 425

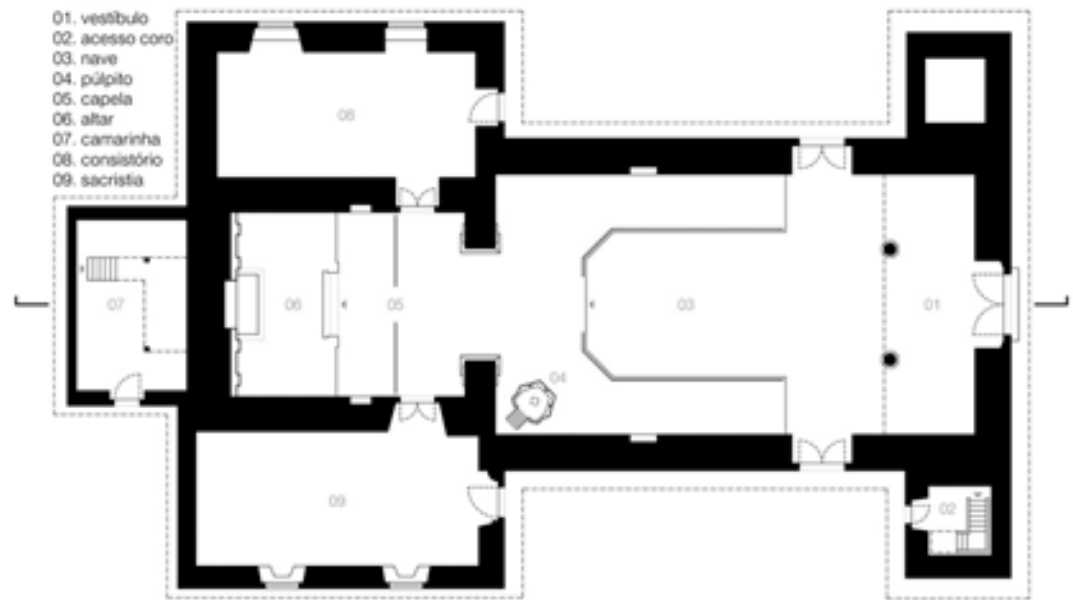




RUA DO ROSÁRIO • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



- 01. vestíbulo
- 02. acesso coro
- 03. nave
- 04. púlpito
- 05. capela
- 06. altar
- 07. camarinha
- 08. consistório
- 09. sacristia

TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [360] · 26/04/2019

≈1770 · CASA BARTOLOMEU BUENO ·

≈1770 · Cidade de Goiás / GO · Casa Bartolomeu Bueno (atual Residência Leonardo Lacerda)

[361] · 26/04/2019

Fachada frontal.



[362] · 26/04/2019

Acesso depósito.



[363] · 26/04/2019

Fachada lateral direita.



[364] · 26/04/2019

Depósito.



Esta, uma das mais expressivas residências de Goiás, se coloca em pé de igualdade plástica e técnica com outros exemplares da arquitetura tradicional edificados no estado. Os elementos formais, a distribuição da planta e o misto das técnicas construtivas são harmonicamente agenciados em um volume que se destaca do casario da Rua Cambaúba. Possivelmente a primeira rua do arraial de Santana que, logo após a casa, se transformava em estrada rumo ao arraial de Ouro Fino, de onde se articulava com outras capitânicas (Moura, 2018:292).

Ainda hoje, quem sai da cidade por esta via encontra a casa no último terreno antes da ponte, noticiando os que vão e os que chegam. Localização intimamente ligada aos princípios do arraial de Santana, em 1726, que se iniciou com a instalação das primeiras lavras e divisão de datas entre os bandeirantes do grupo de Bartolomeu II (1672-1740). Ele mesmo foi proprietário de uma dessas divisões junto a Rua Cambaúba. Talvez por isso a persistente afirmação da tradição oral local de que essa teria sido uma de suas residências. Bartolomeu Bueno da Silva foram três. O primeiro, o pai, a quem os goianos atribuem maior feito ter sido pai do segundo. Este sim, o filho, que estruturou as primeiras lavras, dividiu terrenos, construiu a primeira capela, fundou as terras goianas portuguesas e foi morrer esquecido no arraial da Barra em 1740 (Brasil, 1982:47). O terceiro, o neto, dele pouco se fala. É sabido que foi reclamar junto à corte no Rio de Janeiro/RJ os direitos do pai de passagem de alguns rios.

A tradição oral defendida por Regina Lacerda (1921-1992) e registrada por Bernardo Élis (Élis; Maia; Maia, 1979:45) não foi ainda documentalmente confirmada pela historiografia corrente. Esta tem como vertente aceita a localização da casa de Bartolomeu II onde se encontra a Igreja da Boa Morte [456:399]. Houve ainda outra casa no arraial da Barra, mas também sem registros oficiais. Paulo Bertran (2002:33) coloca que se a casa da Cambaúba foi de algum Bartolomeu teria sido do neto. Hipóteses a certificar.



Como setorização urbana dos períodos iniciais, a Rua da Cambaúba, além das lavras, acaba por abrigar algumas moradias. Já na outra margem do rio, ao largo da Matriz de Santana [1177:875], se assentavam as residências dos figurões locais, claramente visível nas legendas dos prospectos de 1751 (in:Coelho, 2013:32). Assim, se as três casas tivessem sido realmente de Bartolomeu II, a primeira, junto ao Largo da Matriz, seria sua presença junto ao poder local, a segunda, na Rua da Cambaúba a sede de controle de suas lavras e a do arraial da Barra o centro do seu burgo particular. Ele, como plenipotenciário de toda a região poderia facilmente empreender estas três edificações. Para suporte relativo às origens físicas da obra, encontramos no mapa mais antigo de Vila Boa, datado de 1770 (in:Coelho, 2013:78), a casa nos mesmos limites que ocupa atualmente. Em outro mapa, de 1782, elaborado por Manoel Ribeiro Guimarães (in:Coelho, 2013:84), a Rua da Cambaúba já aparece mais ocupada e, em 1828, William John Burchell (in:Ferrez, 1981:130) registra a residência em suas feições atuais, com a mesma configuração de aberturas, a espessa parede de taipa da fachada frontal e o balcão fechado com muxarabis acima do portão da primitiva senzala. Por isso tomarei aqui a década de 1770 como hipótese para a data da edificação, e nos parece muito plausível que a configuração registrada por Burchell possa ter resistido a esses quase sessenta anos de diferença entre documentos. Além da documentação, minha datação para a construção da casa se apoia também em seu apuro construtivo, raro nos primeiros momentos de instalação dos arraiais, o que não elimina a possibilidade de propriedade das lavras primitivas por parte de Bartolomeu II.

A planta é organizada a partir do tradicional corredor central com distribuição lateral dos cômodos, contando com a extensão posterior para abrigar cozinha e serviços. Houve ainda a criação de um corpo lateral, conformado por um porão escuro na parte inferior, este encimado por iluminado e extenso salão de planta livre. Durante os longos séculos de sobrevivência a obra foi perdendo os frágeis adereços, como forros, guarda-corpos e muxarabis, dos quais restaram apenas os suportes nas janelas laterais ao salão. Atualmente a casa pertence a Leonardo Lacerda, que a herdou de sua avó Maria. Procedeu com feliz restauro, retornando com o pitoresco balcão treliçado, forros em gamela e cuidadosa caiação e escolha de cores. Rara e exemplar sensibilidade a ser perpetuada.

[365] · 26/04/2019
Detalhe muxarabis.



[366] · 26/04/2019
Detalhe esquadria.





Dados

Obra: Casa Bartolomeu Bueno

Ano Construção: ≈1770

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Leonardo Lacerda (proprietário 2022)

Cidade: Cidade de Goiás / GO

End.: Rua Bartolomeu Bueno, 30, Centro

Coordenadas: 15°55'48.8"S 50°08'18.9"W

Altitude: 494 m

Altura: 7,00 m

Pavimentos: Porão + Térreo

Área Terreno: 640 m²

Área Ocupada: 197 m²

Área Construída: 237 m²

Fontes

BERTRAN, Paulo. **Cidade de Goiás, Patrimônio da Humanidade**. Brasília/São Paulo: Verano/Takano, 2002.

BRASIL, Antônio Americano do. **Súmula de História de Goiás**. Goiânia: Unigraf, 1982.

COELHO, Gustavo Neiva. **Iconografia Vila-Boense**. Goiânia: Editora UFG, 2013.

ÉLIS, Bernardo; MAIA, Tom; MAIA, Thereza Regina de Carmargo. **Vila Boa de Goiás**. São Paulo: Editora Nacional, Rio de Janeiro: Embratur, 1979.

FERREZ, Gilberto. **O Brasil do 1º Reinado visto pelo botânico William John Burchell**. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, 1981.

LIMA, Elder Rocha. **Guia afetivo da cidade de Goiás**. Brasília: IPHAN/14ª Superintendência Regional, 2008b.

LIMA, Elder Rocha; FEIJÓ, Marcelo. **Itinerário de Cora Coralina**. Brasília: Associação Casa de Cora Coralina, 2008.

MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830)**. São Paulo, 2018. Tese-FAU, USP.

[367] · 26/04/2019
Salão e biblioteca.



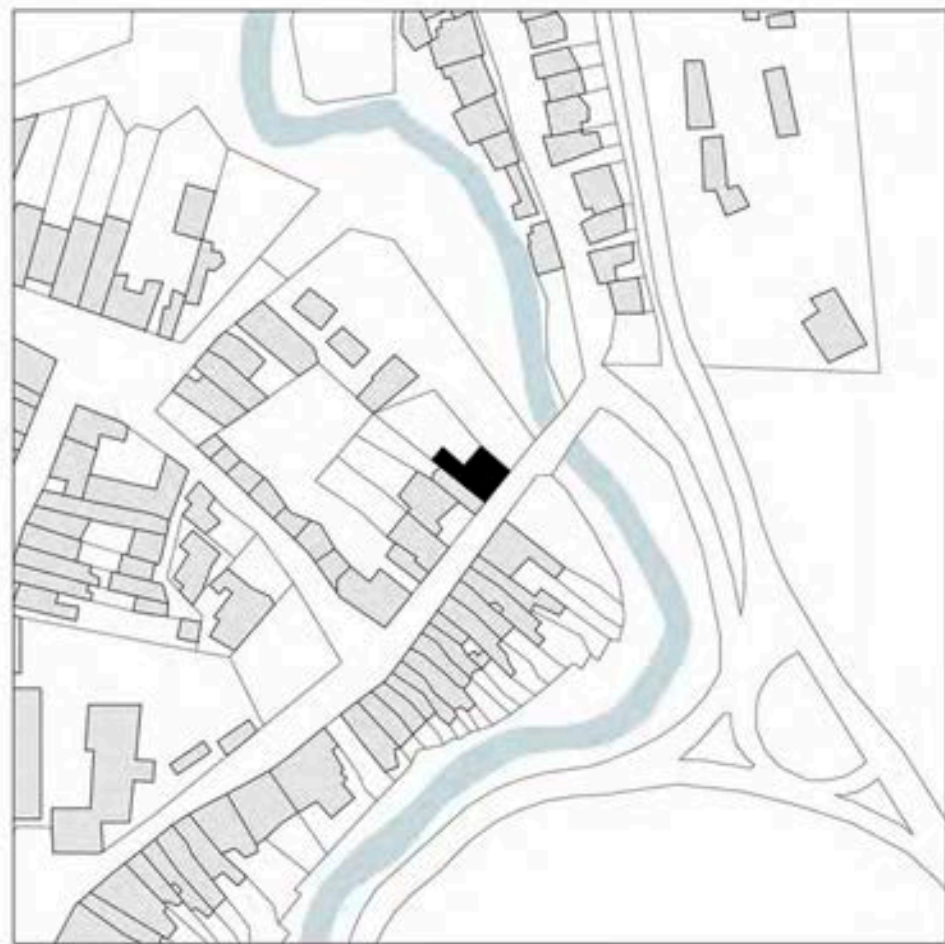
[368] · 26/04/2019
Quarto.



Desenhos p. 346
[369] [370]

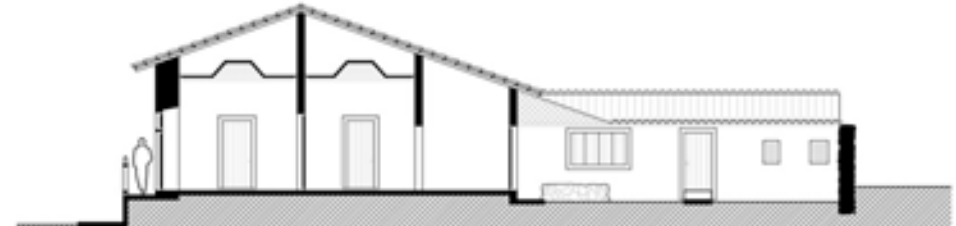
Desenhos p. 347
[371] [372]
[373]
[374]



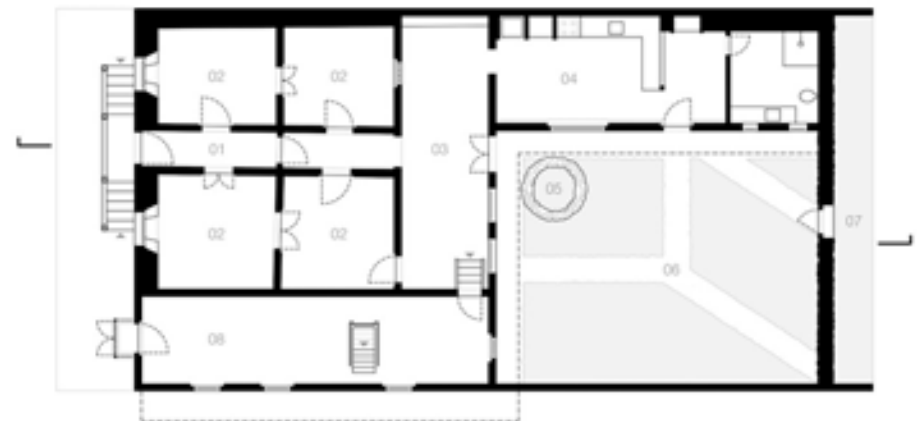




RUA BARTOLOMEU BUENO • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



TÉRREO • 1:250 • — 1m



INFERIOR • 1:250 • — 1m

- 01. vestíbulo
- 02. quarto
- 03. varanda / estar
- 04. cozinha / jantar
- 05. poço
- 06. terreiro
- 07. quintal
- 08. biblioteca
- 09. depósito



◀ [375] · 07/07/2021

≈1770 · CASA DE CORA ·

≈1770 · Cidade de Goiás / GO · Casa de Cora (atual Museu Cora Coralina)

Os rios tiveram importante relação com a configuração do desenho urbano dos núcleos de origem mineradora. Em suas curvas, ponto natural de sedimentação do ouro, surgiram as primeiras datas que organizavam a divisão das terras a serem exploradas. Assim esse elemento acabou por ditar as diretrizes definidoras do traçado urbano de grande parte dos núcleos goianos setecentistas. Não só pela posição em si do curso d'água, mas também pelo acidente topográfico por ele gerado, que impactava sobremaneira nas suas proximidades.

Porém, apesar da importância que assumiu em arraiais como Meia Ponte, Jaraguá, Corumbá ou Natividade, em nenhum deles a relação foi mais profunda que a mantida pelo Rio Vermelho com o nascente arraial de Santana. A posição do rio, divisor quase simétrico do primeiro assentamento, fez nascer dois centros importantes tanto à sua direita quanto à esquerda.

Dessa maneira se fez presença constante na vida de quem caminhava da Igreja do Rosário à Matriz ou perambulava entre a Fonte da Cambaúba [66:128] e o Chafariz da Boa Morte [439:389]. Por influenciar o urbanismo, acabou por afetar também a arquitetura, permitindo que algumas obras se relacionassem intimamente com o espelho d'água. No caso da Casa Abalcoada [471:411] tal relação é tão próxima que, em momentos de cheia, parece ter sido construída dentro do próprio rio.

A residência que ficou famosa por ter sido de Cora Coralina – reconhecida doceira e afamada escritora goiana – é mais uma das que se debruçam diretamente sobre as águas do Rio Vermelho. A própria fachada limítrofe ao rio é uma grande parede de contenção e se assemelha mais a uma obra de infraestrutura urbana do que elemento de simples residência particular. Apesar dessa dimensão, o olhar desatento de quem passa pela ponte pode não perceber tal relação entre água e pedra ao atentar-se somente à extensa fachada que se volta à Rua Dom Cândido, acesso ao atual Museu Cora Coralina.

[376] · 07/07/2021 ◀
Fachada frontal.

[377] · 07/07/2021 ◀
Fachada lateral esquerda.

[378] · 07/07/2021 ▶
Quintal.

[379] · 07/07/2021 ▶
Ponte e fachadas frontal.



No incipiente prospecto de 1751 (in:Coelho, 2013:35), a área nos parece edificada, porém sem legendas ou especificidade que a distinga, marcada apenas pelo mesmo padrão de representação das outras residências presentes no desenho. A ausência de profundidade não nos permite afirmar que se referisse de fato à obra no mesmo local. No mapa de 1770 (in:Coelho, 2013:79) o terreno já se encontra ocupado e muito provável que a materialidade atual seja a mesma do mapa pois, para edificar neste terreno, construir inicialmente a grande parede de contenção seria imprescindível.

[380] · 07/07/2021
Quintal.



[381] · 07/07/2021
Bica.



[382] · 07/07/2021
Detalhe estrutura.



[383] · 07/07/2021
Bica.



A esta época, década de 1770, a casa era habitada por Antônio de Souza Telles de Menezes (?-1804), juiz da câmara de Vila Boa, capitão-mor da cidade que nomeava a ponte, hoje do Rosário, antes do Telles (Bertran, 2002:152). Paulo Bertran defende que a casa teria sido construída pelo próprio Telles, teoria amparada pela capacidade financeira do proprietário (Bertran, 2011:241).

Após a morte de Telles em 1804 a casa passou aos herdeiros e, em 1818, encontrava-se alugada ao capitão Jozé Joaquim Pulquério, figurando como um dos imóveis mais valorizados da vila (Moura, 2018:297). Em 1854 nela morava o cônego Manuel José do Couto Guimarães (Bertran, 2002:154), tio bisavô de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (1889-1985) – literariamente Cora Coralina.

Os alicerces de pedra foram base para paredes em adobe e pau-a-pique, que preenchem os vãos da estrutura em madeira (Coelho, 1999:67). Estas conformam a planta estabelecida a partir de dois corredores que conectam rua ao quintal, distribuindo os fluxos e promovendo a permanente renovação do ar interior. A duplicidade de acessos denuncia o que parece ter sido duas casas protegidas por telhado único que, hoje, abrigam o Museu instalado após as reformas de 1989 (Machado, 2005:29). Permanece como um dos representativos exemplares da arquitetura residencial do século XVIII, não somente por sua história, mas principalmente pelo aparato técnico envolvido em sua construção, que representa hoje uma das imagens mais conhecidas da cidade, no conjunto que envolve casa, ponte e rio.



Dados

Obra: Casa de Cora

Ano Construção: ≈1770

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Antônio de S. Telles (empreendedor 1770)

Manuel do C. Guimarães (proprietário 1854)

Ana Lins dos Guimarães (proprietária 1985)

Cidade: Cidade de Goiás / GO

End.: Rua Dom Cândido, 22, Centro

Coordenadas: 15°55'56.2"S 50°08'24.7"W

Altitude: 490 m

Altura: 6,50 m

Pavimentos: Porão + Térreo

Área Terreno: 2.300 m²

Área Ocupada: 332 m²

Área Construída: 449 m²

Fontes

BERTRAN, Paulo. **Cidade de Goiás, Patrimônio da Humanidade**. Brasília/São Paulo: Verano/Takano, 2002.

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I**. Goiânia: IAB, 1999.

COELHO, Gustavo Neiva. **Iconografia Vila-Boense**. Goiânia: Editora UFG, 2013.

LIMA, Elder Rocha. **Guia afetivo da cidade de Goiás**. Brasília: IPHAN/14ª Superintendência Regional, 2008b.

LIMA, Elder Rocha; FEIJÓ, Marcelo. **Itinerário de Cora Coralina**. Brasília: Associação Casa de Cora Coralina, 2008.

MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830)**. São Paulo, 2018. Tese-FAU, USP.

MACHADO, Laís Aparecida. **Cuidando do patrimônio cultural: a grande Vila Boa**. Goiânia: UCG, 2005.

[384] · 07/07/2021
Exposição. ◀

[385] · 07/07/2021
Quintal. ◀

[386] · 07/07/2021
Exposição. ▶

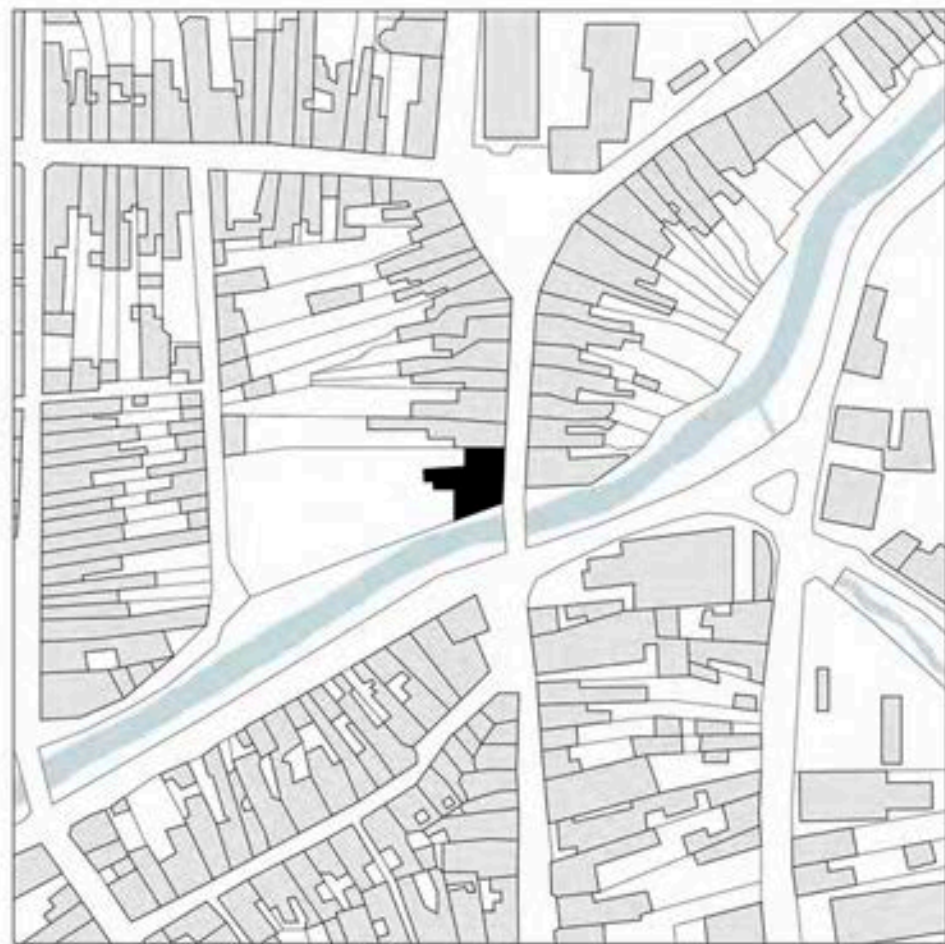
Desenhos p. 356
[387] [388]

Desenhos p. 357
[389] [390]
[391] [392]

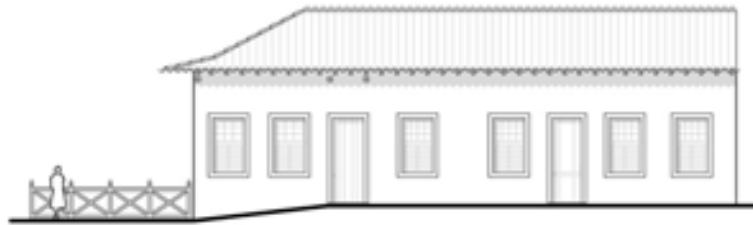




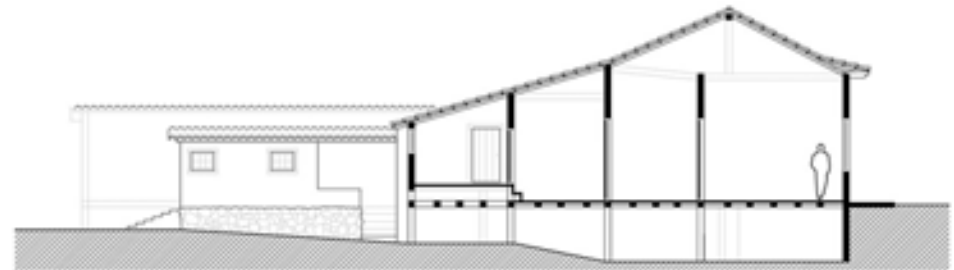
GOIÁS • ○ — 100m



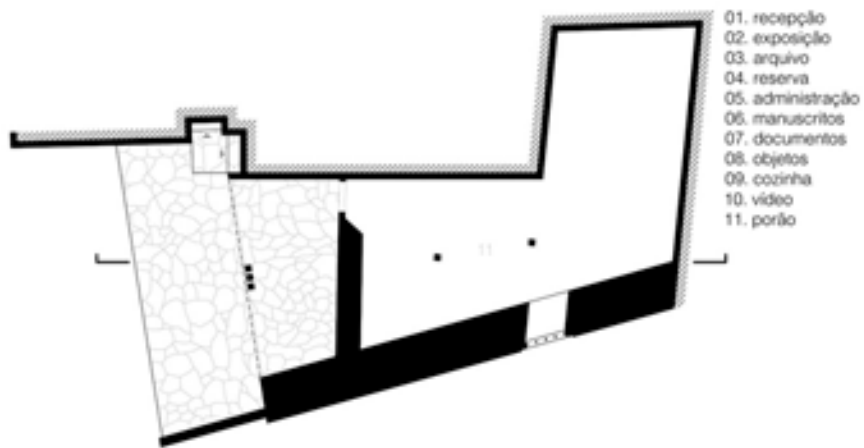
SITUAÇÃO • ○ • 1:2500 • — 10m



RUA MORETTI FOGGIA • 1:250 • — 1m

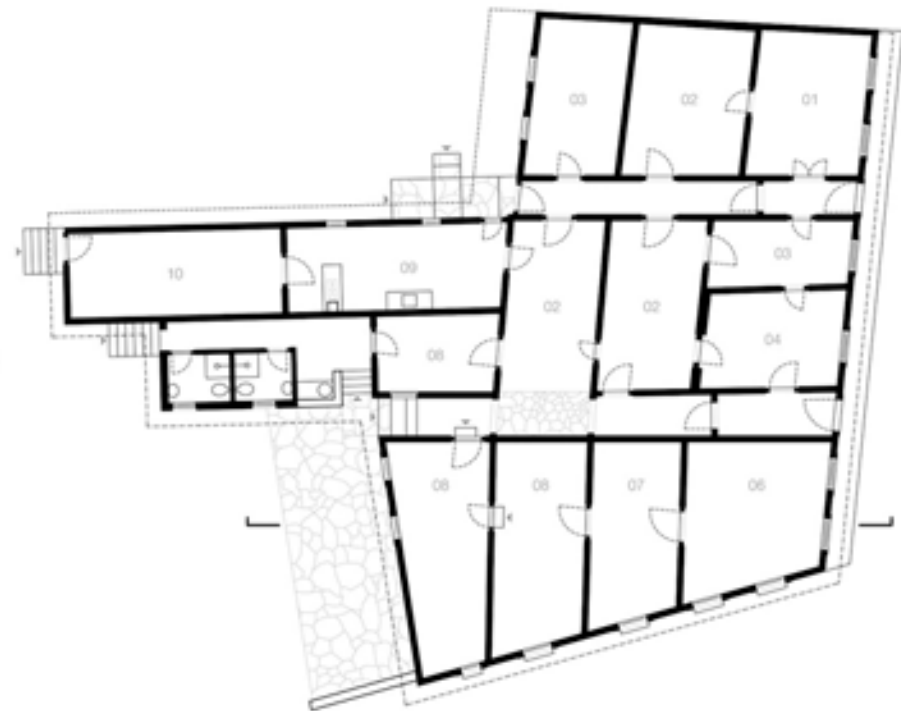


CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



PORÃO • 1:250 • — 1m

- 01. recepção
- 02. exposição
- 03. arquivo
- 04. reserva
- 05. administração
- 06. manuscritos
- 07. documentos
- 08. objetos
- 09. cozinha
- 10. vídeo
- 11. porão



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [393] · 14/07/2021

≈1770 · IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS ·

≈1770 · Pilar de Goiás / GO · Igreja de Nossa Senhora das Mercês

Por mais que tenhamos que relativizar as elogiosas e grandiloquentes narrativas dos períodos econômicos vinculados aos melhores momentos de extração do ouro, as construções presentes nos pequenos arraiais nos contam, hoje, que de alguma maneira o metal circulou em terras locais. Fato é que as obras de qualquer edificação demandavam recursos e, para as igrejas, ainda mais. A construção dos templos não estava circunscrita apenas à materialização de um invólucro, havia muito o que se fazer internamente. Altares, escadas, balaustradas, forros, pinturas, pratarias e douramentos, longa lista de pequenos itens que, somados, poderiam ser mais dispendiosos que a própria arquitetura. Assim, a um olhar contemporâneo tanto preconceituoso e desarmado de informações históricas, vendo apenas o externo, não INTELEGE que, para uma irmandade entrar em funcionamento e abrir as portas de sua igreja, mais que a vontade dos homens, exigia-se dinheiro. E ao verificar os núcleos que chegam aos nossos dias com templos de origens setecentistas – três em Pirenópolis e sete na cidade de Goiás – estamos diante da comprovada presença financeira além da pluralidade social.

Em Pilar foram construídos quatro templos, todos com origens no século XVIII. A Matriz de Nossa Senhora do Pilar [747:585], maior tanto em escala física quanto projeção social, já estava arruinada em 1917. A Igreja do Rosário dos Pretos, aceitando escravos e forros, era instalada em 1762, maltratada em 1824, e demolida para ajudar na reconstrução da Matriz – Dubugras (1965:73) chegou a visitar as ruínas, atestando que não era das menores. Houve ainda uma pequena ermida de Nossa Senhora da Boa Morte, também chamada de São Gonçalo do Amarante, instalada em uma pequena elevação já fora da cidade (Moura, 2018:342), ligada a uma irmandade de homens pardos, de vocação procricional – foi vista por Castelnau em 1848 (1941:21), não chegou ao século XX e sobre a ruína construíram um vulgar ginásio. A Igreja de Nossa Senhora das Mercês, quarto templo, única sobrevivente até os dias atuais, pode por isso ter sido a mais nova de todas. Alguns pontos levam a crer que tenha sido erguida durante a década de 1770.

[394] · 14/07/2021 ▲ ▲
Detalhe porta frontal.

[395] · 14/07/2021 ▲ ▲
Porta frontal.

[396] · 14/07/2021 ▼
Detalhe fachada frontal.

[397] · 14/07/2021 ►
Escada externa.



O primeiro deles seria a maior diversidade da sociedade local que, mesmo estratificada, começa a apresentar novos agentes e acaba por ecoar no surgimento de novas irmandades. Assim, veremos ao início do arraial a presença de mineradores e administradores, portugueses ou paulistas, mas, na sua maioria brancos e já acampados sobre a proteção de Nossa Senhora do Pilar, representados pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, da qual estavam excluídos negros e pardos.

[398] · 14/07/2021 ◀
Nave púlpito e altar-mor.

[399] · 14/07/2021 ▶
Detalhe retábulo-mor.

A dualidade brancos/negros é resolvida com a construção da Igreja do Rosário. Lavra-se sua ata de fundação em 1762 – mas ainda não reconhecida oficialmente pela Igreja (Karasch, 2010:260) – autorizando também a presença de pardos. Com a chegada de profissionais técnicos, pardos em sua maioria, surge a necessidade de uma irmandade que os representasse de maneira oficial, no caso a das Mercês. Tal organização, não comum em território goiano, nasce inicialmente no arraial do Cocal em 1772, ao que parece de membros fugidos do Pará (Moraes, 2014:187).

Há ainda um segundo ponto para estimativa da data de construção. Em análise comparativa com a Casa de Câmara e Cadeia [263:275], que tem estimada sua construção ao final da década de 1770 por Dubugras (1965:56) – e ao final da década de 1760 por mim – perceberemos algumas semelhanças. Stacciarini (2006:70) relata que a taipa da diminuta prisão era tão densa e compacta que, para abrir vão de acesso à enxovia, ao talhar o barro pensava o fazer em pedra. É possível que tal qualidade material tenha sido utilizada também na igreja, pois esta, já pobre e maltratada em 1824 (Mattos, 1874:321) e sem manutenção daí para frente, só contaria com a proteção passiva de sua resistência material.

Tanto taipa quanto adobe são facilmente solúveis em água e, quando desprotegidos, podem ruir com uma chuva mais forte em questão de horas. Esta igreja é uma exceção de durabilidade. Além da alvenaria, a comparação formal entre escadas externas é imediata. Montagem cuidadosa e tecnicamente especializada em ambas as obras, talvez realizadas pelo mesmo carapina pardo.



Dados

Obra: Igreja de N. Sra. das Mercês

Ano Construção: ≈1770

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Não encontrado

Cidade: Pilar de Goiás / GO

End.: Av. Central, SN, Largo das Mercês

Coordenadas: 14°45'41.7"S 49°34'52.1"W

Altitude: 734 m

Altura: 9,00 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 764 m²

Área Ocupada: 215 m²

Área Construída: 354 m²

Fontes

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. São Paulo: Ed. Nacional, 1941.

DUBUGRAS, Elvin Mackay. **Notas sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar de Goiás**. Brasília, 1965. Dissertação-FAU, UnB.

KARASCH, Mary. **Construindo comunidades: As irmandades dos pretos e pardos**. In: História Revista, v. 15, n.2, p.257-283. Goiânia: UFG, 2010.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **CHOROGRAPHIA historica da provincia de Goyaz**. Parte I. In: Revista do IHGEB, tomo XXXVII, parte primeira, p.213-398. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro Ed., 1874.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. **Do corpo místico de Cristo: Irmandades e Confrarias na Capitania de Goiás. 1736-1808**. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830)**. São Paulo, 2018. Tese-FAU, USP.

PALACIN, Luiz; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás**. Brasília: SPHAN, 1987.

STACCIARINI, Agostinho. **Patrimônio histórico: aliança entre o passado e o presente**. Goiânia: Bandeirante, 2006.

TELES, José Mendonça (Coord.). **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

[400] · 14/07/2021
Detalhe retábulo-mor. ◀

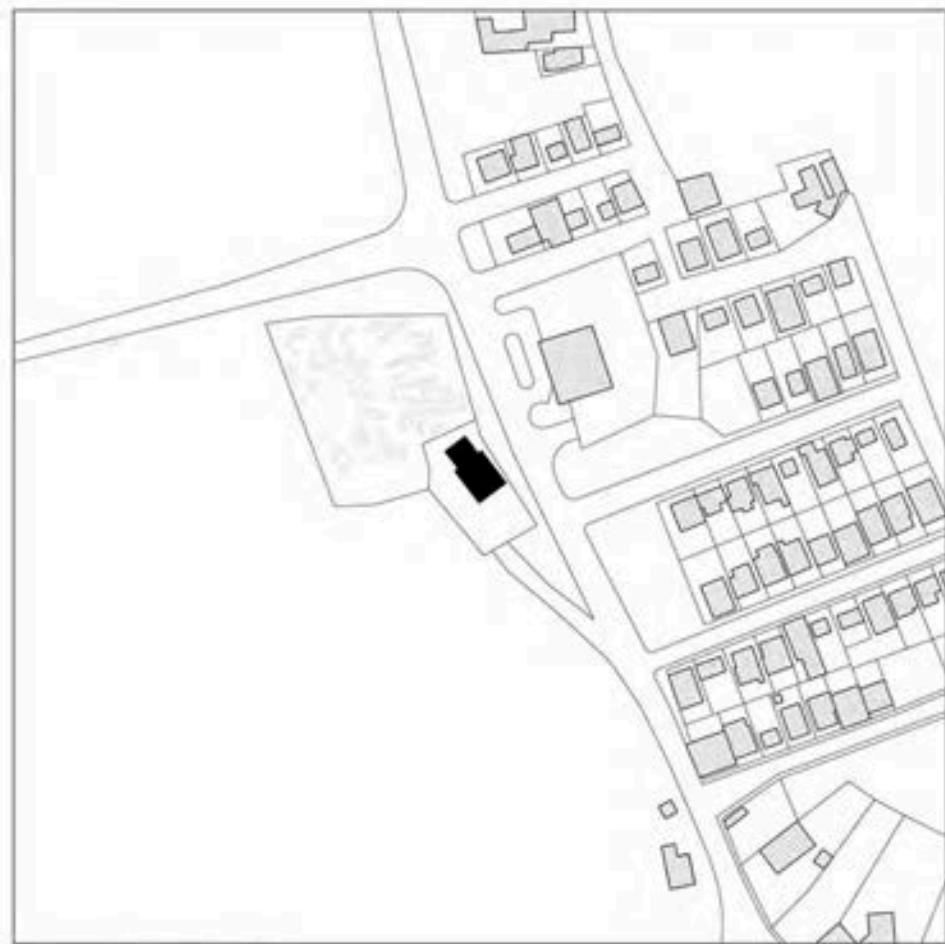
[401] · 14/07/2021
Detalhe retábulo-mor. ◀

[402] · 14/07/2021
Detalhe retábulo-mor. ▶

Desenhos p. 366
[403] [404]

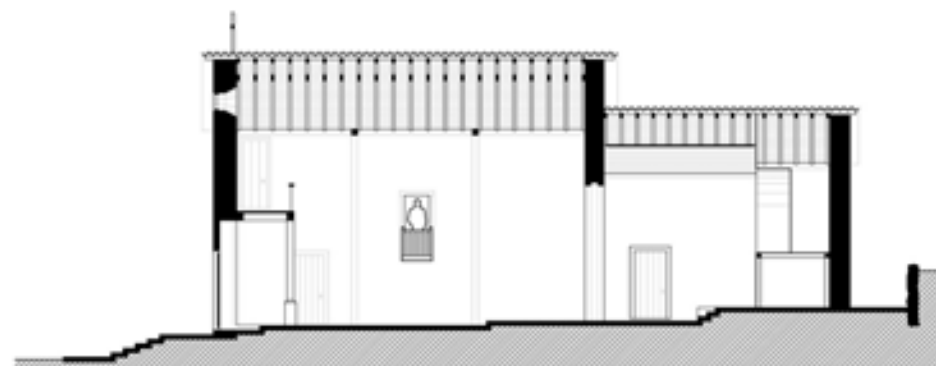
Desenhos p. 367
[405] [406]
[407] [408]



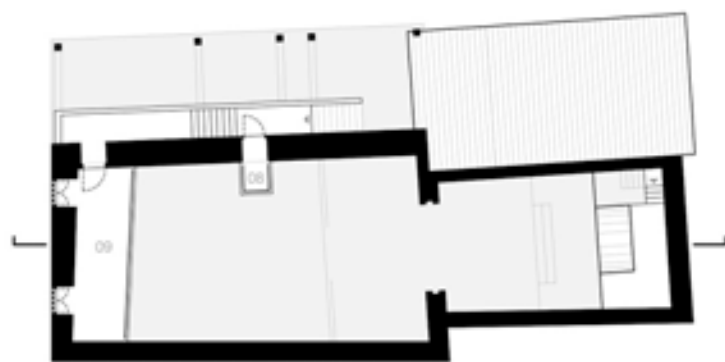




PRAÇA DAS MERCÊS • 1:250 • — 1m

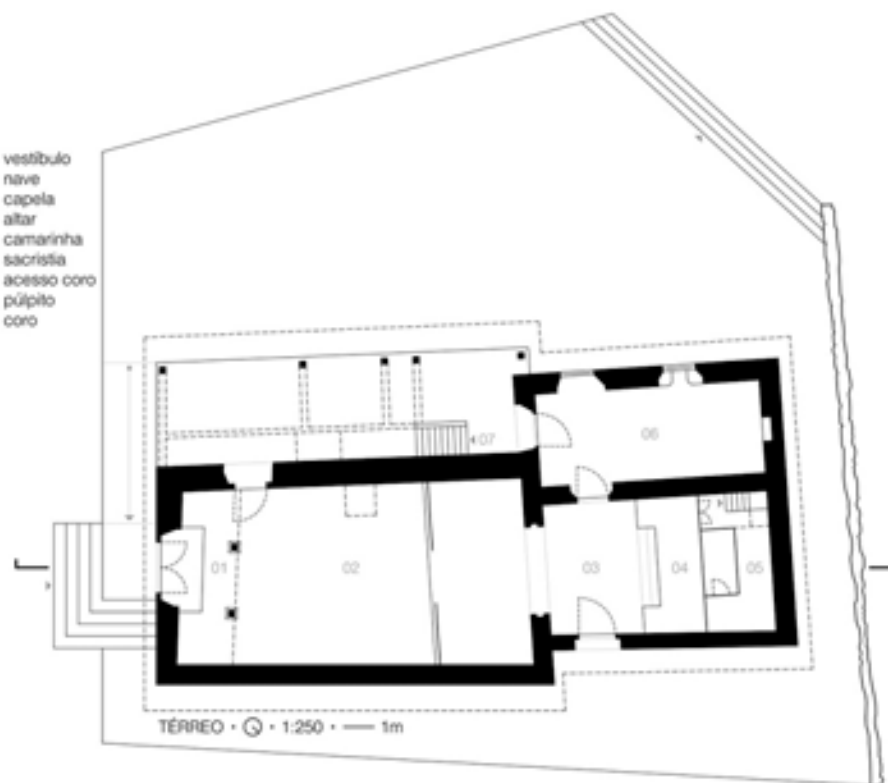


CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



CORO • 1:250 • — 1m

- 01. vestibulo
- 02. nave
- 03. capela
- 04. altar
- 05. camarinha
- 06. sacristia
- 07. acesso coro
- 08. púlpito
- 09. coro



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [409] · 08/07/2021

1774 · IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO ·

1774 · Cidade de Goiás / GO · Igreja de Nossa Senhora do Carmo

[410] · 07/07/2021

Nave e coro.



[411] · 07/07/2021

Púlpito, coro e arcadas.



Duas igrejas goianas fizeram uso do octógono como elemento organizador do espaço. Porém, não se trata de planta edificada a partir dessa figura geométrica, como nas igrejas de São Pedro, em Portugal, ou mesmo na Rosário dos Pretos, em Ouro Preto/MG. Nessas, a forma está presente desde os alicerces até a alvenaria, em um movimento plástico contínuo que se inicia no volume externo e finaliza com a apreensão da espacialidade interna.

O octógono goiano foi de execução menos conectada às partes estruturais da arquitetura. Não se deu a partir das alvenarias externas, mas sim por meio da conjugação de coro, forro e altares. Obra mais leve que independia de grande complexidade técnica necessária à resolução do madeiramento do telhado e agenciamento das paredes.

Assim, partindo da usual inclinação dos altares laterais que, prologados até o teto, criam duas faces conjugadas às do arco cruzeiro e às das duas paredes laterais. As outras três faces são providas pelo fechamento do coro, e todas as oito são arrematadas pelo forro que as converge para o centro da nave. Com isso, o octógono se conforma em espaço, e não no plano. A rigor, a planta do pavimento térreo não é oitavada. Em um exercício desconstrutivo, se retirássemos todo o madeiramento não restariam vestígios de tal conformação espacial. Não é por isso menos valioso, pois faz uso de um mínimo de recursos para atingir máxima expressão, só possível por meio de hábeis e inventivas mãos carpinteiras.

A Igreja do Carmo foi instalada em uma área urbana já consolidada desde 1770, como é possível verificar em mapa da época (in:Coelho, 2013:79). Ainda hoje essa condição é perceptível pelas paredes limítrofes irregulares e por uma fachada totalmente integrada às edificações vizinhas. Esta situação urbana não permitiu o prolongamento da nave, no entanto o trabalho de marcenaria permitiu ampliar e enriquecer os espaços que, se tratados tradicionalmente, nos pareceriam tanto apertados.



Toda essa marcenaria também exhibe preocupação escultórica. Os pilares e as vergas do coro apresentam um desenho que Etzel (1974:193) nos diz ser um típico documento da pobreza técnica presente no sertão goiano, uma tentativa malsucedida de se imitar o arco trilobado mulçumano. A mim parece mais pobreza analítica. As curvas e contracurvas não estão presentes nos arcos islâmicos que são geometricamente construídos a partir do rigor dos círculos e suas intersecções. As molduras nessa igreja são êmulas de frontões barrocos, quase uma colagem do coroamento do Chafariz da Boa Morte [439:389], por exemplo.

[412] · 07/07/2021
Detalhe altar-mor. ◀

[413] · 07/07/2021
Detalhe altar-mor. ◀

[414] · 07/07/2021
Altar-mor. ▶

A igreja, construída em taipa de pilão e adobe (Coelho, 1999:87) na parte central da quadra, é limitada por uma residência e pelo Hospital de Caridade [833:650], com o qual sempre manteve conexão. Uma passarela que saía diretamente do coro da igreja até o hospital foi retirada. Permanece hoje uma ligação entre o pátio das duas instituições. A rua estreita e o alto hospital dificultam a apreensão de sua escala e ela chega a passar despercebida a olhos menos atentos. A fachada não revela por nenhum sinal a complexidade interior. Se assemelha com a da Igreja de São Francisco de Paula [297:295], apresenta pilastras tripartindo o plano frontal, frontão triangular e óculo central, além de possuir a mesma distribuição de aberturas. Diferencia-se por ser mais simples, sem pináculos ou campanário externo, que nesse caso foi embutido em um dos volumes laterais.

A obra foi iniciada por Diogo Luiz Peleja Sotto Maior, secretário do então governador Manuel de Mello. Diogo Peleja era descendente de burocratas; seu pai, o português José Cardoso Peleja, foi também secretário, só que das Minas Gerais, aclamado organizador dos arquivos daquela capitania (Boschi, 2007:48). Sua residência era onde hoje se encontra o hospital, o que explica uma permanente conexão entre vizinhos. Documentos encontrados por Gustavo Neiva (Coelho, 2017:128) atestam que o edifício foi entregue totalmente operacional em 1774, contrariando a versão de Silva e Souza, que afirma ter sido entregue à Irmandade de São Benedito, incompleta, em 1786 (Teles, 1998:112). A igreja chegou a ser sede da Paróquia do Rosário quando da demolição desta (Lacerda, 1977b:43). Foi restaurada em 1962, quando o teto se arruinava, e hoje é aberta apenas para cultos esporádicos.



Dados

Obra: Igreja de N. Sra. do Carmo

Ano Construção: 1774

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Diogo Peleja Sotto Maior (empreendedor)

Cidade: Cidade de Goiás / GO

End.: Rua Hugo Ramos, SN, Centro

Coordenadas: 15°55'57.9"S 50°08'30.0"W

Altitude: 490 m

Altura: 11,00 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 385 m²

Área Ocupada: 277 m²

Área Construída: 353 m²

Fontes

BOSCHI, Caio. **Nas origens da Seção Colonial**. In: Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XLIII, n.1, p.38-51.

Belo Horizonte: Revista do Arquivo Público Mineiro, 2007.

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I**. Goiânia: IAB, 1999.

COELHO, Gustavo Neiva. **Iconografia Vila-Boense**. Goiânia: Editora UFG, 2013.

COELHO, Gustavo Neiva. **Arquitetura religiosa setecentista em Vila Boa**. Goiânia: Editora Trilhas Urbanas, 2017.

COELHO, Gustavo Neiva; VALVA, Milena d'Ayala (Org.). **Simbolismo e Expressão**. Goiânia: Editora Vieira, 2013.

ETZEL, Eduardo. **O barroco no Brasil: psicologia e remanescentes em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul**. São Paulo: Melhoramentos, 1974.

LACERDA, Regina. **Vila Boa: História e folclore**. Goiânia: Oriente, 1977b.

TELES, José Mendonça (Coord.). **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

[415] · 07/07/2021

Forro nave.



[416] · 07/07/2021

Detalhe púlpito.



[417] · 07/07/2021

Detalhe torre sineira.



[418] · 07/07/2021

Detalhe pintura.



Desenhos p. 376

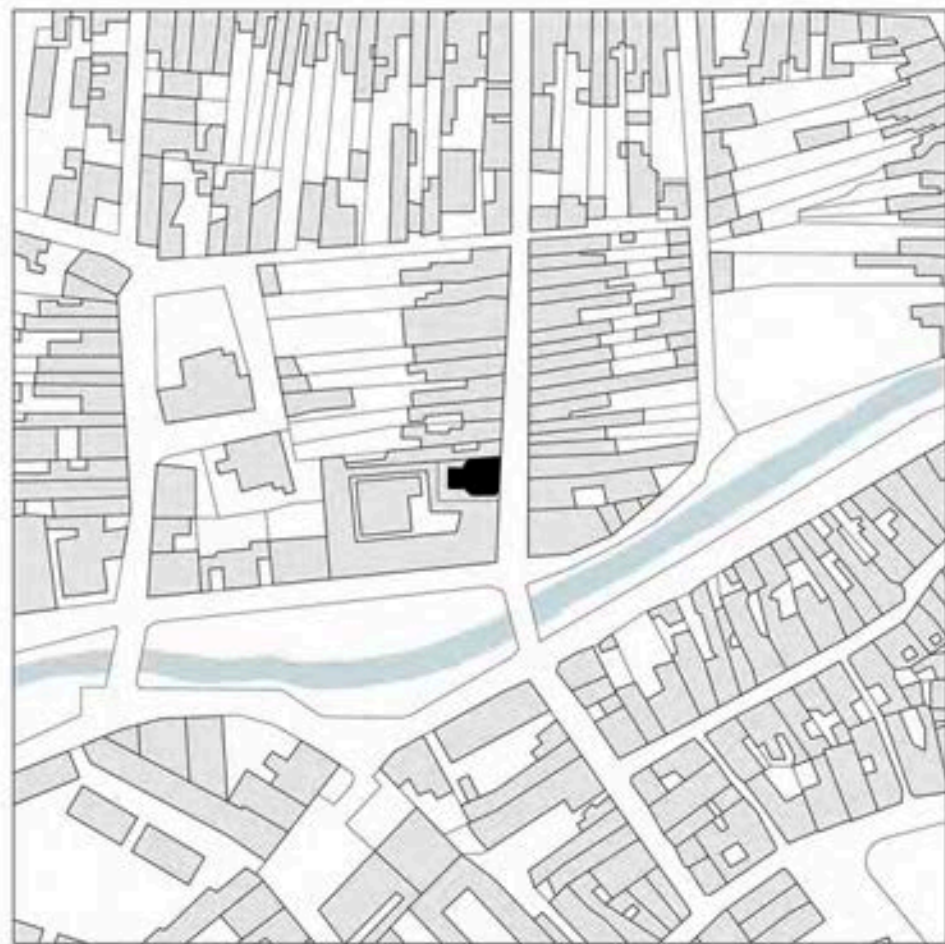
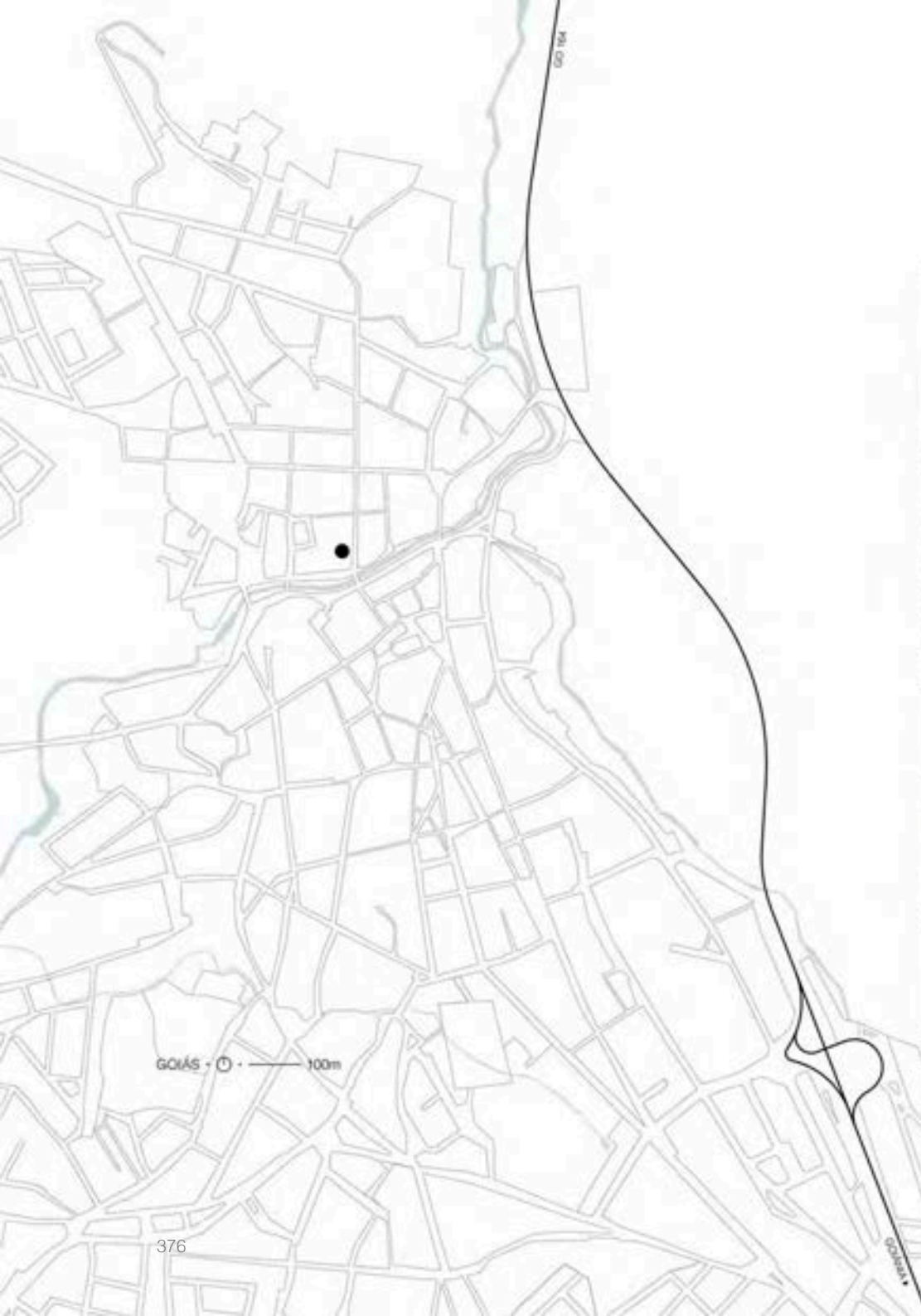
[419] [420]

Desenhos p. 377

[421] [422]

[423] [424]





GOIÁS • ○ • 100m

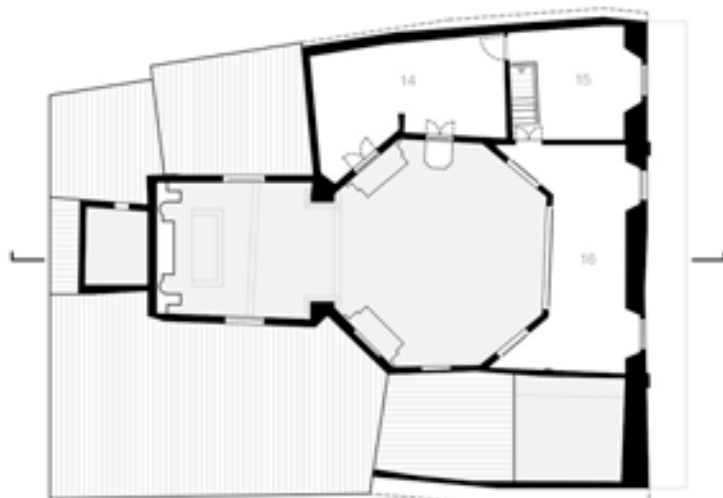
SITUAÇÃO • ○ • 1:2500 • 10m



RUA HUGO RAMOS • 1:250 • — 1m

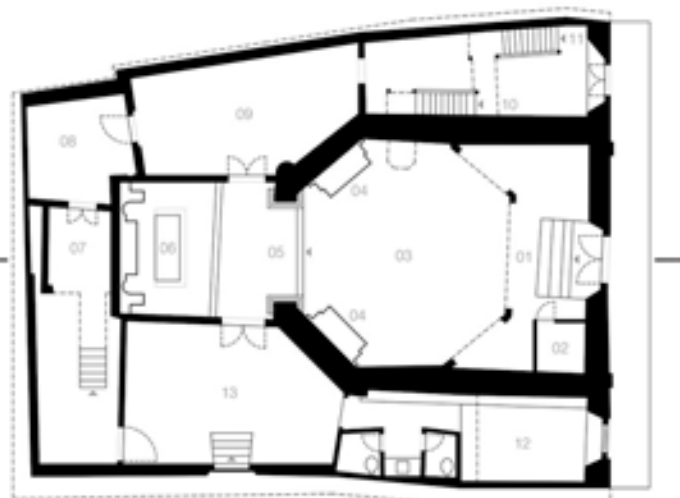


CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



CORO • 1:250 • — 1m

- 01. vestibulo
- 02. batistério
- 03. nave
- 04. altar lateral
- 05. capela mor
- 06. altar mor
- 07. camarinha
- 08. depósito
- 09. sacristia
- 10. acesso púlpito
- 11. acesso coro
- 12. púlpito
- 13. capela lateral
- 14. tribuna
- 15. campanário
- 16. coro



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [425] · 31/01/2020

1776 · IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DO PRETOS ·

1776 · Jaraguá / GO · Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Pretos

[426] · 31/01/2020 ◀
Arco-cruzeiro e forros.

[427] · 31/01/2020 ◀
Nave e coro.

[428] · 31/01/2020 ▶
Forro altar-mor.

Jaraguá, inicialmente arraial do Córrego de Jaraguá, é mais um dos povoados envolvidos em incógnitas a respeito dos descobridores ou fundadores. Aqui, duas versões seguem em debate e sem final definitivo. A primeira, narrada por cronistas como o padre Luiz Antônio Silva e Souza, em 1812 (Teles, 1998:118), e o botânico Auguste de Saint-Hilaire, em 1817 (1937b:62). Ambos defendem o descobrimento promovido por negros de Meia Ponte que, em 1737, utilizando-se do tempo livre, faíscavam rios inexplorados em busca de ouro para alforria. A segunda sugere, a partir da memória popular, que o arraial teria sido fundado ainda na década de 1720 por Manoel Rodrigues Thomaz, o mesmo que fundou Meia Ponte (Pedroso, 2008:154).

Deste período, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos é o único templo que resistiu. Edificada sob a administração da Irmandade do Rosário, foi concluída em 1776 (Romacheli, 1998:46). Fazia o contraponto social com a Igreja de Nossa Senhora da Penha, de 1748, mas tendo esta passado por sucessivas modificações e reconstrução já não apresenta mais vestígios da configuração original. Os registros oficiais estavam sob os cuidados da segunda, futura Matriz e sede do corpo eclesiástico no arraial, fato que, aliado ao não reconhecimento por parte da Igreja e do Estado das capelas negras (Karasch, 2010:260), nublaram os dados sobre a Igreja do Rosário. Porém, por Córrego do Jaraguá fazer parte do julgado de Meia Ponte, havia uma subordinação tanto civil quanto eclesiástica de uma perante a outra, o que pode nos ajudar em algumas hipóteses.

Meia Ponta abrigava uma Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, instalada desde 1758 (Ceripes, 2014:18). Esta, além de responsável pela construção do templo entre 1743-1757, hoje demolido, também o era por toda organização e administração da filial de Córrego do Jaraguá. Ou seja, já havia um grupo que dominava tanto a técnica construtiva quanto os meios para se obter os recursos necessários para edificar e administrar. Porém, faltava que tal mão de obra estivesse disponível ao arraial de Jaraguá.



O que talvez possa ser explicado com chegada de Fernando Bicudo Andrade, junto com sua família e escravos. Proveniente de família de construtores de igrejas, se estabeleceu primeiramente em Meia Ponte e, em 1749, muda-se definitivamente para Jaraguá. Afirmam ter ele contribuído com as obras da Igreja da Penha (Romacheli, 1998:45). Se assim o foi, a mão de obra utilizada era escrava e proveniente de Meia Ponte, muito provavelmente envolvida com a Irmandade de lá. Além disso, a semelhança da talha dos altares (Telles, 2008:289) pode apontar a utilização de artífices comuns.

[429] · 31/01/2020
Altar-mor.



[430] · 31/01/2020
Coro e altares.



Assim, a Igreja de Nossa Senhora dos Pretos, de Córrego de Jaraguá, está implantada em terreno afastado do núcleo central, usual aos locais reservados aos escravos e ex-escravos. Apesar disso, acontece em um adro, em ponto elevado da topografia. Um dos poucos trechos da cidade que conserva o traçado original, mas que já perdeu o casario primitivo. A condição urbana promove o direcionamento das visuais à igreja, que apesar de não ostentar escala monumental, se destaca das edificações do entorno atual.

Externamente a volumetria é simples, de sólidos primários, quase uma consequência da técnica construtiva, no caso taipa de pilão. Apresenta alguns elementos como os óculos acima da porta de acesso principal e o campanário lateral como estrutura independente. O contraforte que apoia a sacristia parece solução posterior já que a taipa não aceitaria um erro de fôrma inclinada. Por também ser em barro socado é provável que tenha sido construída à época da instalação, após algum problema de desenforme ou ajuste do terreno.

O interior é o grande responsável pela importância da igreja como patrimônio nacional, incluída no Livro do Tombo da Belas Artes já em 1960. Ainda hoje conserva a talha policromada e dourada dos altares além das pinturas de teto. Recentemente restaurada, se apresenta atualmente muito íntegra e com materialidade próxima das feições originais.



Dados

Obra: Igreja N. Sra. do Rosário dos Pretos

Ano Construção: 1776

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Não encontrado

Cidade: Jaraguá / GO

End.: Rua Alto do Rosário, SN, Centro

Coordenadas: 15°45'41.3"S 49°20'24.3"W

Altitude: 657 m

Altura: 11,60 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 3.500 m²

Área Ocupada: 288 m²

Área Construída: 327 m²

Fontes

ARTIAGA, Zoroastro. **Geografia econômica, histórica e descritiva do Estado de Goiaz**. Goiânia: Tipografia Triângulo, 1951.

CERIPES, Paulo Henrique Ferreira. **Fontes para a história da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Pirenópolis**. Brasília, 2014. Monografia-História, UnB.

JAYME, Jarbas. **Esboço histórico de Pirenópolis II (1ª edição póstuma)**. Pirenópolis: Estado de Goiás, 1971b.

KARASCH, Mary. **Construindo comunidades: As irmandades dos pretos e pardos**. In: História Revista, v.15, n.2, p.257-283. Goiânia: UFG, 2010.

PEDROSO, Dulce Madalena Rios. **Debates sobre a construção histórica da origem e fundação de Jaraguá-GO**. In: Habitus, v.6, n.1/2, p.153-170. Goiânia: PUC Goiás/IGPA, 2008.

ROMACHELI, Maria Helena de Amorim. **História de Jaraguá**. Goiânia: Edição do Autor, 1998.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás. Volume II**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937b.

TELES, José Mendonça (Coord.). **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2008.

[431] · 31/01/2020
Detalhe retábulo-mor. ◀

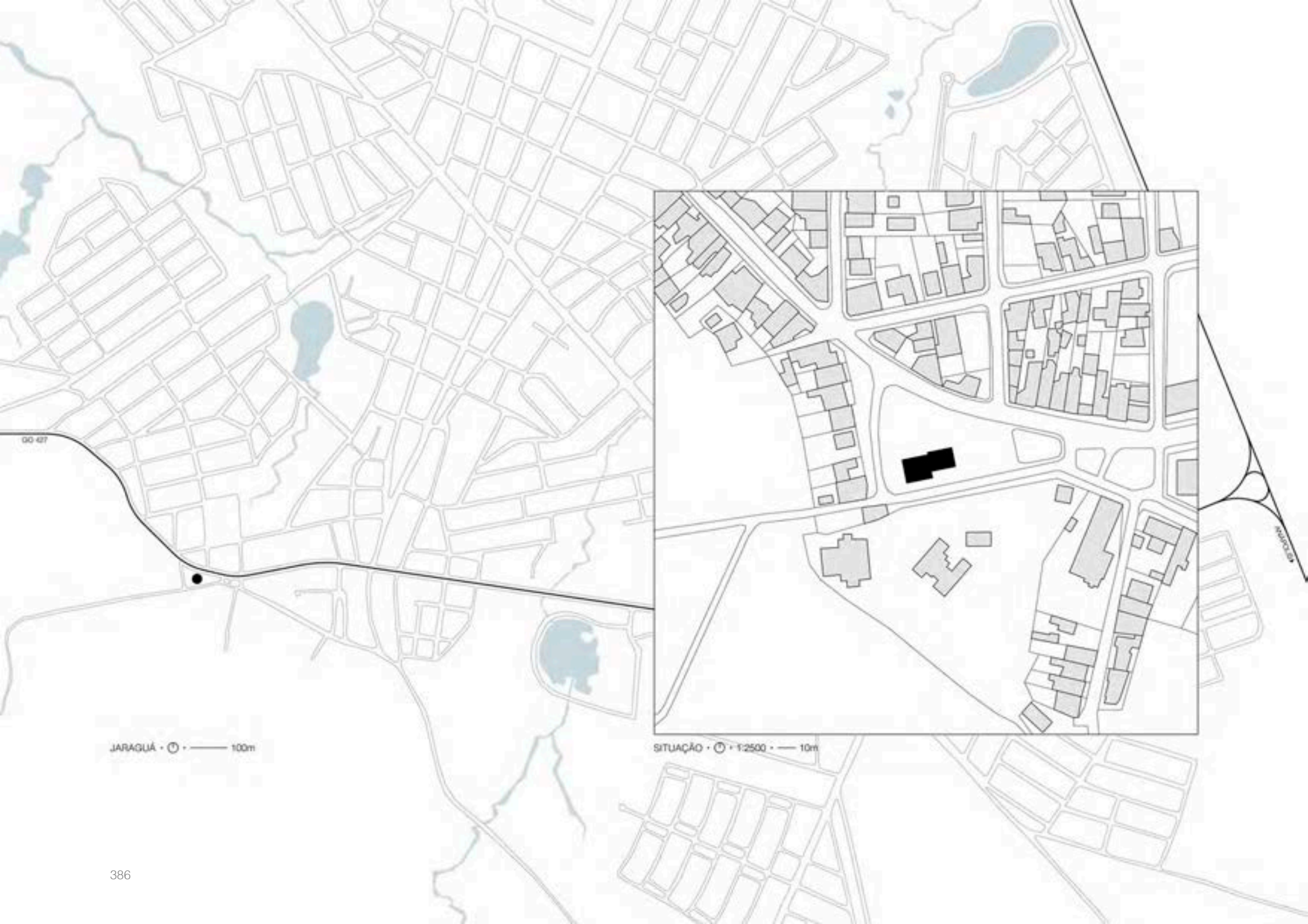
[432] · 31/01/2020
Detalhe retábulo lateral. ◀

[433] · 31/01/2020
Altar lateral. ▶

Desenhos p. 386
[434] [435]

Desenhos p. 387
[436] [437]
[438]





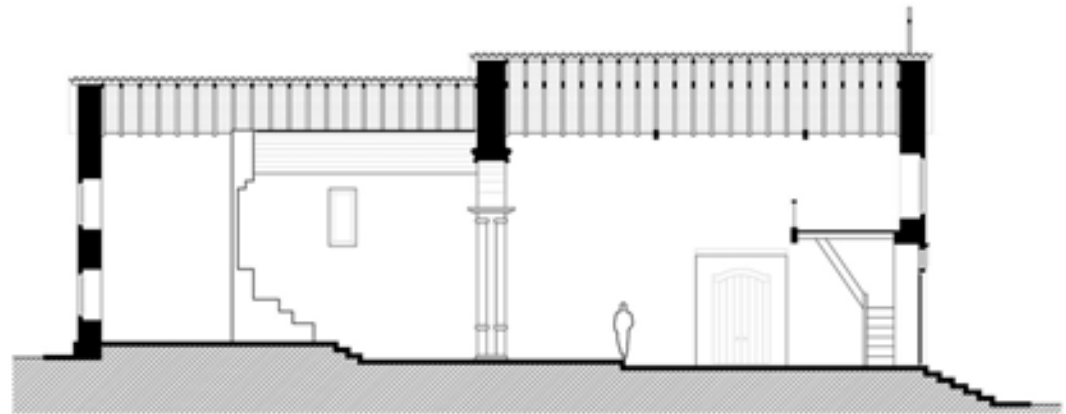
00 427

JARAGUÁ • ○ — 100m

SITUAÇÃO • ○ • 1:2500 • — 10m

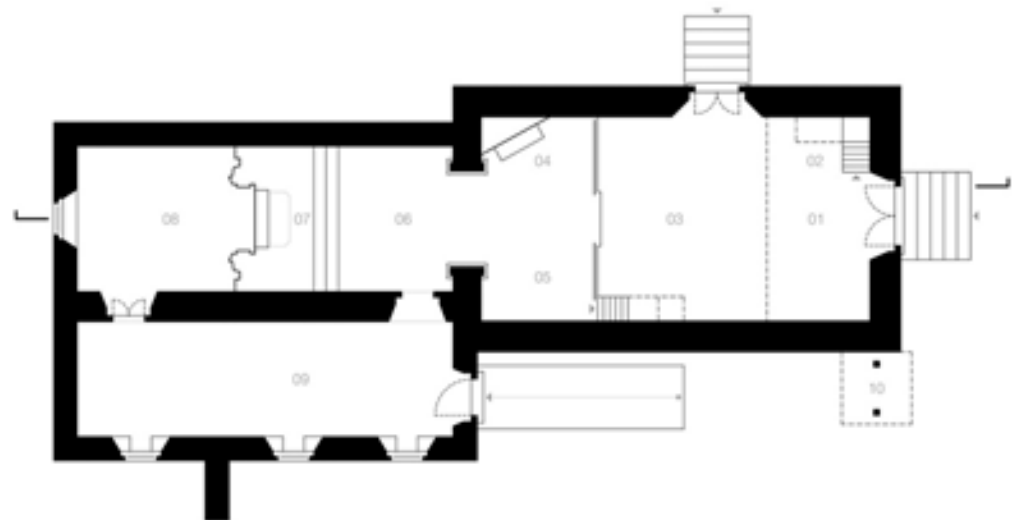


RUA ALTO DO ROSÁRIO • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m

- 01. vestibulo
- 02. acesso coro
- 03. nave
- 04. capela lateral
- 05. acesso púlpito
- 06. capela mor
- 07. altar mor
- 08. camarinha
- 09. sacristia
- 10. campanário



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [439] · 26/04/2019

1778 · CHAFARIZ DA BOA MORTE ·

1778 · Cidade de Goiás / GO · Chafariz da Boa Morte (ou Chafariz de Cauda)

[440] · 26/04/2019
Detalhe vista frontal.



[441] · 26/04/2019
Vista frontal.



[442] · 26/04/2019
Detalhe vista lateral.



Os poços de água e, depois, as fontes são equipamentos que remontam às milenares origens da urbanização. O desvio de cursos d'água ou a escavação do terreno em busca do lençol freático nascem como uma das primeiras operações de infraestrutura urbana, criando o fundamental abastecimento das primeiras aglomerações. Tais espaços se transformavam em natural ponto de socialização, onde o buscar água se tornava pretexto para encontros, conversas e atualizações. Na cidade de Goiás, as fontes foram ainda mais importantes pois a água salobra do subsolo não tinha a mesma qualidade das de superfície (Lima, 2008b:73).

Ambos os equipamentos estão presentes em todos os arraiais goianos. As fontes são situadas em largos ou espaços de fácil acesso, de caráter mais público que privado. Já os poços ocorriam nos quintais de casas, seminários e edifícios oficiais para atender as demandas particulares. Em Goiás são bem conhecidas as bicas de Meia Ponte (Jayme, 1971a:140) e de Pilar (Mattos, 1874:241) porém nenhuma se igualou, como elemento arquitetônico, ao Chafariz da Boa Morte, em Vila Boa. Este foi assim nomeado por estar implantado no local onde existiu a primeira Igreja da Boa Morte (Élis; Maia; Maia, 1979:15). O templo era a referência inicial do largo no qual se instalaram a Casa de Câmara e Cadeia [328:317] e o Quartel do XX [313:305]. A fonte é ainda conhecida por Chafariz de Cauda, devido ao pequeno aqueduto que se prolonga após o painel de onde se lançam as águas.

Sua construção se deu pela iniciativa do então governador José de Almeida e Vasconcelos (1740-1812), o mesmo responsável pela construção da Aldeia de Mossâmedes e sua igreja [501:431], que ainda ampliou calçamentos, multiplicou pontes e instalou o primeiro teatro da capitania (Bertran, 2002:42). Foi também construída por este a Fonte da Cambaúba, ou da Carioca [66:128], erigida em 1772 pelo pedreiro Lourenço da Cruz Leal (Brasil, 1982:67). O Chafariz da Boa Morte tornou-se sua obra mais popular, em grande parte pela escala e qualidade construtiva, mas também pelo escudo onde consta seu nome e a data de 1778 como a de inauguração.



A obra é o mais significativo exemplar goiano que faz uso do barroco em sua expressão arquitetônica. Não é o único, pois a Igreja da Boa Morte [456:399] e a Igreja de Nossa Senhora d' Abadia [532:451] também o fazem, mas não com a mesma quantidade e qualidade dos recursos empregados no Chafariz. Certa vocação cênica é o que prende a atenção em um primeiro momento. Tal qual grande escultura, muito maior que o seu uso, instalado em um amplo adro sem edificações limitantes, o que permite a observação por variados os ângulos. O formato hexagonal da planta e o crescente dos muros que a delimitam conformam um volume que, associado ao movimento do observador, permite infinitas leituras da forma. Típico artifício barroco para dinamizar espaços. Desenhos e fotos resultam apenas registros momentâneos de um volume que se transforma a cada nova posição de quem o contempla. Além do agenciamento da sua alvenaria, os pináculos, curvas e contracurvas potencializam o aspecto dinâmico da forma.

[443] · 26/04/2019
Vista posterior.



[444] · 26/04/2019
Detalhe vista posterior.



[445] · 26/04/2019
Detalhe vista frontal.



Funcionalmente, o hexágono comporta em seu interior bicas e alguns bancos para a população. Externamente as fontes despejam água em reservatórios exclusivos aos animais. Os planos verticais são edificados em alvenaria de pedra, mesmo material utilizado nos bancos – entalhados – da parte interna (Coelho, 1999:33). As peças escultóricas, de aspecto e dimensões variadas, são esculpidas em pedra sabão, material dócil ao formão que amplia a liberdade do artista.

O empreendimento foi fruto de hasta em praça pública, sendo as diferentes partes arrematadas por diferentes indivíduos. Americano do Brasil (Brasil, 1980:40) nos revela alguns desses nomes: Antônio Ludovico ficou a cargo da administração e elaboração das armas e inscrição frontal, Francisco Moreira forneceu a cal e Antônio Francisco Pinheiro proveu as pedras. Infelizmente o autor do traço ainda permanece desconhecido. A obra fez-se um dos ícones da cidade, o perfil dos pináculos tornou-se pregnante imagem deste monumento que parece ter se utilizado da função apenas como subterfúgio à monumentalidade. Talvez em favor da própria imagem do governador que, por caluniado de exageradas despesas, já estava ausente quando da inauguração.



Dados

Obra: Chafariz da Boa Morte

Ano Construção: 1778

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

José de Almeida (empreendedor)

Antônio Ludovico (construtor)

Francisco Moreira (fornecedor cal)

Antônio F. Pinheiro (fornecedor pedra)

Cidade: Cidade de Goiás / GO

End.: Pç. Brasil Ramos Caiado, SN, Centro

Coordenadas: 15°56'13.0"S 50°08'23.2"W

Altitude: 512 m

Altura: 10,00 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 4.790 m²

Área Ocupada: 160 m²

Área Construída: 160 m²

Fontes

BERTRAN, Paulo. **Cidade de Goiás, Patrimônio da Humanidade**. Brasília/São Paulo: Verano/Takano, 2002.

BRASIL, Antônio Americano do. **Pela história de Goiás; introdução, seleção e notas de Humberto Crispim Borges**. Goiânia: Editora da UFG, 1980.

BRASIL, Antônio Americano do. **Súmula de História de Goiás**. Goiânia: Unigraf, 1982.

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I**. Goiânia: IAB, 1999.

ÉLIS, Bernardo; MAIA, Tom; MAIA, Thereza Regina de Camargo. **Vila Boa de Goiás**. São Paulo: Editora Nacional, Rio de Janeiro: Embratur, 1979.

JAYME, Jarbas. **Esboço histórico de Pirenópolis I (1ª edição póstuma)**. Pirenópolis: Estado de Goiás, 1971a.

LIMA, Elder Rocha. **Guia afetivo da cidade de Goiás**. Brasília: IPHAN/14ª Superintendência Regional, 2008b.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **CHOROGRAPHIA historica da provincia de Goyaz. Parte I**. In: Revista do IHGEB, tomo XXXVII, parte primeira, p.213-398. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro Editor, 1874.

[446] · 26/04/2019
Detalhe vista frontal.



[447] · 26/04/2019
Detalhe vista lateral.



[448] · 26/04/2019
Detalhe pináculos.



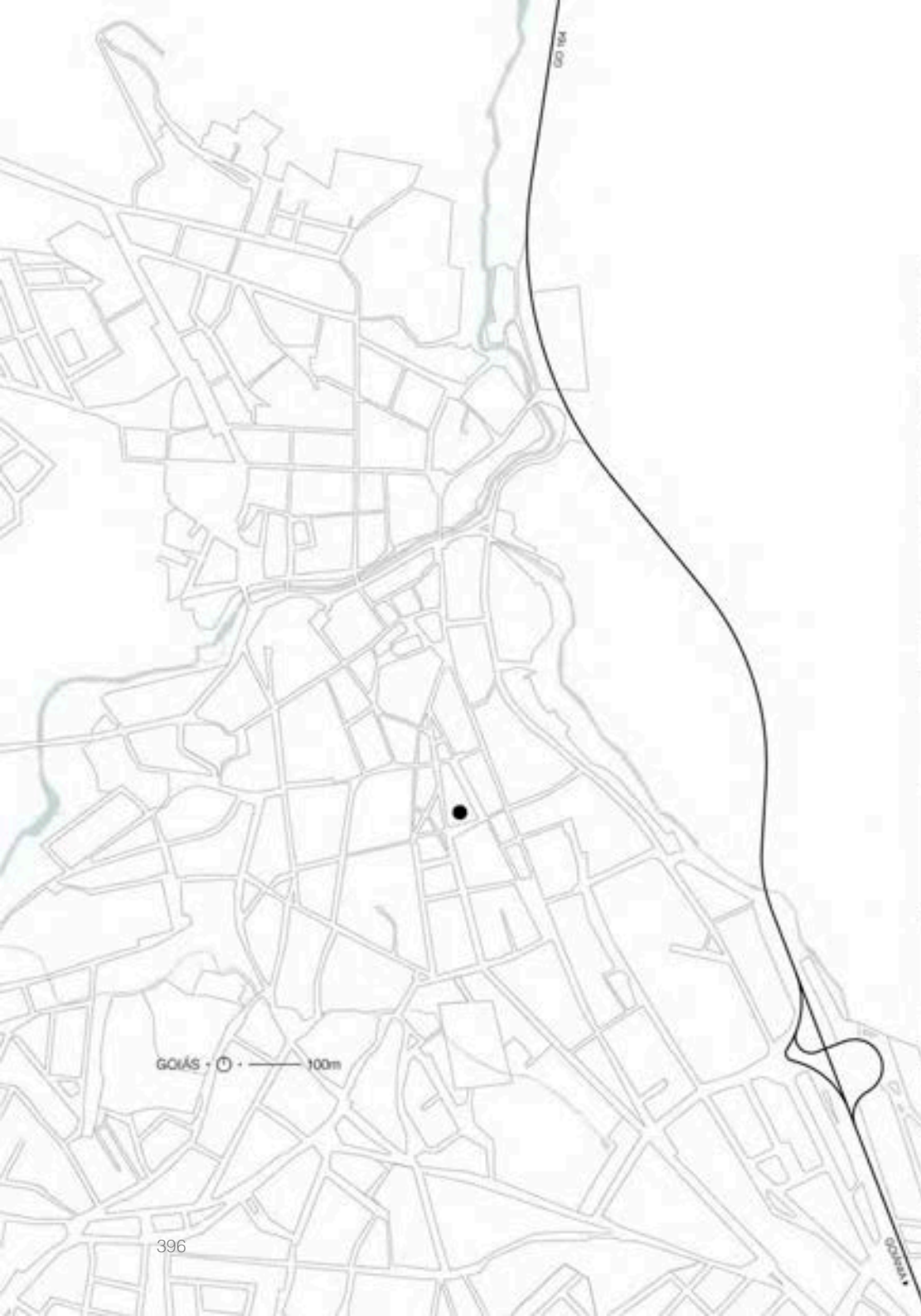
[449] · 26/04/2019
Detalhe pináculos.



Desenhos p. 396
[450] [451]

Desenhos p. 397
[452]
[453]
[454] [455]

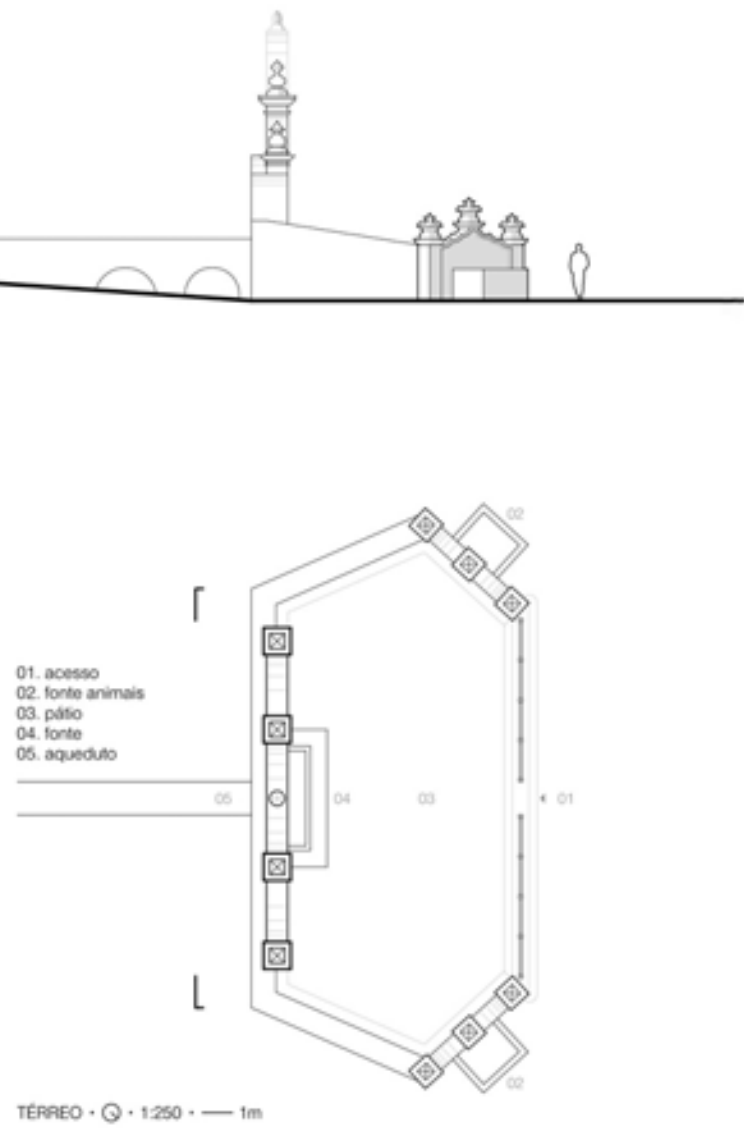
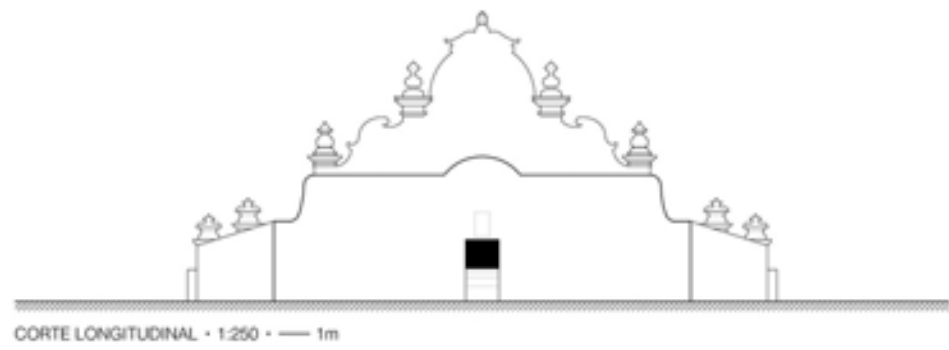
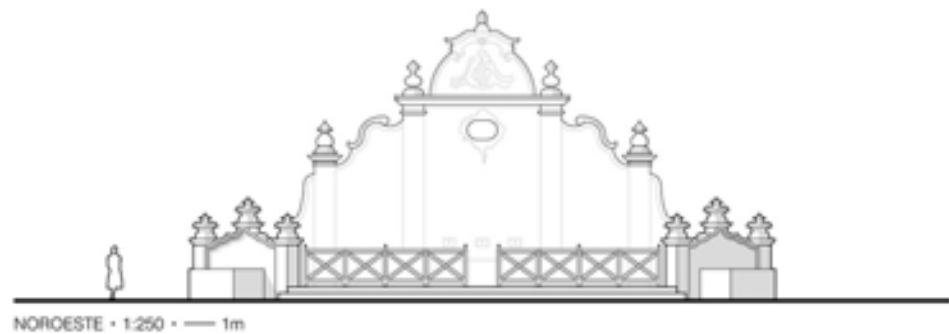




GOIÁS • ○ • 100m



SITUAÇÃO • ○ • 1:2500 • 10m





◀ [456] · 08/07/2021

1779 · IGREJA DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE ·

1779 · Cidade de Goiás / GO · Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte (atual Museu da Boa Morte)

[457] · 26/04/2019
Detalhe campanário. ◀

[458] · 27/04/2019
Fachada frontal. ▶

Os arraiais brasileiros do século XVIII tiveram o espaço urbano e seus vetores de crescimento constantemente influenciados pela implantação das igrejas. Estas, quando instaladas dentro de um tecido consolidado, eram colocadas nos melhores locais. Quando fora, estimulavam a urbanização em seu entorno. Em Goiás tal leitura ainda pode ser feita nas cidades com origem setecentista, em Vila Boa não seria diferente.

Na trajetória histórica da Igreja da Nossa Senhora da Boa Morte, o registro dos nobres terrenos que ocupou é parte relevante. Antes de ser edificada onde se encontra atualmente, houve outra Igreja da Boa Morte, esta construída antes de 1739 no local do atual Chafariz da Boa Morte (Élis; Maia; Maia, 1979:23). No mapa da cidade de 1770 (in:Coelho, 2013:79) ainda aparecia indicada nesta primitiva localização, motivo que levou tanto o largo, quanto o chafariz, a serem referenciados como da Boa Morte.

A primeira igreja, arruinada aos idos de 1776, já não comportava os cultos e fazia-se urgente a construção de uma nova sede para a Confraria dos Homens Pardos. É quando se instala em terreno situado em um dos vértices do largo da Matriz. Nesta área – originalmente ocupada pela casa de Bartolomeu Bueno II – foi iniciada a capela dedicada a Santo Antônio, para ofícios militares. Porém, essa não é aprovada por Lisboa e a irmandade militar desiste das obras, que são retomadas agora sob a proteção da Boa Morte (Élis; Maia; Maia, 1979:23).

Gustavo Coelho (2017:30) nos revela o importante registro do padre Des Genettes que afirma ter sido a obra da capela de Santo Antônio iniciada em 1762 por iniciativa do capitão de cavalaria Antônio da Silva Pereira (1710-?). Este, ao que nos parece, o mesmo Antônio Pereira natural da Vila de Igarassu/PE que, vindo de Pernambuco para Goiás, passa como advogado provisionado por Vila Boa, Meia Ponte e depois se assenta em Cuiabá/MT (Castro, 2020a:92).



O nome do capitão de cavalaria nos revela a ascendência dos peculiares aspectos formais da Igreja da Boa Morte, até sua construção completamente inéditos em território goiano. A composição da fachada seria o primeiro deles. Foi o único templo a empregar elementos notadamente barrocos, com maior movimentação das peças e curvaturas de suas cimalhas e molduras. A Igreja d'Abadia [532:451], construída posteriormente, chegou a empregar estes signos apenas timidamente. Tal composição é usualmente encontrada em terras nordestinas, como na Igreja de Santa Maria Madalena, de 1684, em Marechal Deodoro/AL, ou em uma das mais antigas igrejas de Pernambuco, a do Carmo, em Olinda. As três apresentam em suas fachadas regras compositivas muito próximas.

[459] · 27/04/2019
Nave e coro.



[460] · 27/04/2019
Nave.



[461] · 27/04/2019
Forro nave.



[462] · 27/04/2019
Nave e altares.



O octógono inserido dentro de uma nave retangular seria outro desses elementos. As paredes externas configuram tradicional planta com nave central, coro e sacristia. Porém, na nave, a composição formada por coro, capelas laterais e forro conformam o octógono. Planta carregada de simbolismos, mas que aqui nos parece mais uma alusão à da Matriz de São Pedro, em Recife/PE, que fora construída com essa mesma configuração em 1729. Vale lembrar que Igarassu, Olinda e Recife, todo esse circuito, hoje conurbado, era ao século XVIII mais próximo entre si do que Vila Boa de seus arraiais lindeiros.

Assim, já iniciada, foi entregue à Confraria dos Homens Pardos, que a finaliza em 1779. As alvenarias em pedra (Coelho, 1999:41) também podem denunciar certa influência pernambucana. Foi durante os anos de 1874 e 1967 utilizada como Matriz devido ao constante arruinamento da Igreja de Santana [1177:875]. O incêndio de 1920 (Lacerda, 1977b:43) destruiu todo o retábulo do altar mor. Em 1968, após extensa reforma, passou a abrigar a função de museu, hoje sob administração do Ibram, com acervo de obras do escultor Joaquim José da Veiga Valle (1806-1874). Artista natural de Meia Ponte, mas que exerceu sua vida profissional de escultor e dourador em Vila Boa (Passos, 1978:51). Com uma obra notadamente vinculada à expressão barroca, não poderia ter local mais adequado para guarda de sua produção.



Dados

Obra: Igreja de N. Sra. da Boa Morte

Ano Construção: 1779

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Antônio da Silva Pereira (empreendedor)

Cidade: Cidade de Goiás / GO

End.: Rua Senado Caiado, SN, Centro

Coordenadas: 15°56'04.9"S 50°08'23.4"W

Altitude: 498 m

Altura: 14,50 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 678 m²

Área Ocupada: 393 m²

Área Construída: 600 m²

Fontes

CASTRO, Fabio De Gennaro. **Amélia Mariana de Paula – Cuiabana de origem pernambucana radicada em Campinas.** In: Revista da ASBRAP, n.27, p.79-112. Belo Horizonte: ASBRAP, 2020a.

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I.** Goiânia: IAB, 1999.

COELHO, Gustavo Neiva. **Iconografia Vila-Boense.** Goiânia: Editora UFG, 2013.

COELHO, Gustavo Neiva. **Arquitetura religiosa setecentista em Vila Boa.** Goiânia: Editora Trilhas Urbanas, 2017.

COELHO, Gustavo Neiva; VALVA, Milena d'Ayala (Org.). **Simbolismo e Expressão.** Goiânia: Editora Vieira, 2013.

ÉLIS, Bernardo; MAIA, Tom; MAIA, Thereza Regina de Camargo. **Vila Boa de Goiás.** São Paulo: Editora Nacional, Rio de Janeiro: Embratur, 1979.

LACERDA, Regina. **Vila Boa: História e folclore.** Goiânia: Oriente, 1977b.

PASSOS, Elder Camargo de. **Vida e obra do escultor Veiga Valle.** In: A cidade de Goiás e o escultor goiano Veiga Valle, p.42-55. São Paulo: MASP, 1978.

[463] · 27/04/2019
Nave e coro. ◀

[464] · 27/04/2019
Nave e altares. ▶

Desenhos p. 406
[465] [466]

Desenho p. 407
[467]

Desenho p. 408
[468]

Desenhos p. 409
[469]
[470]

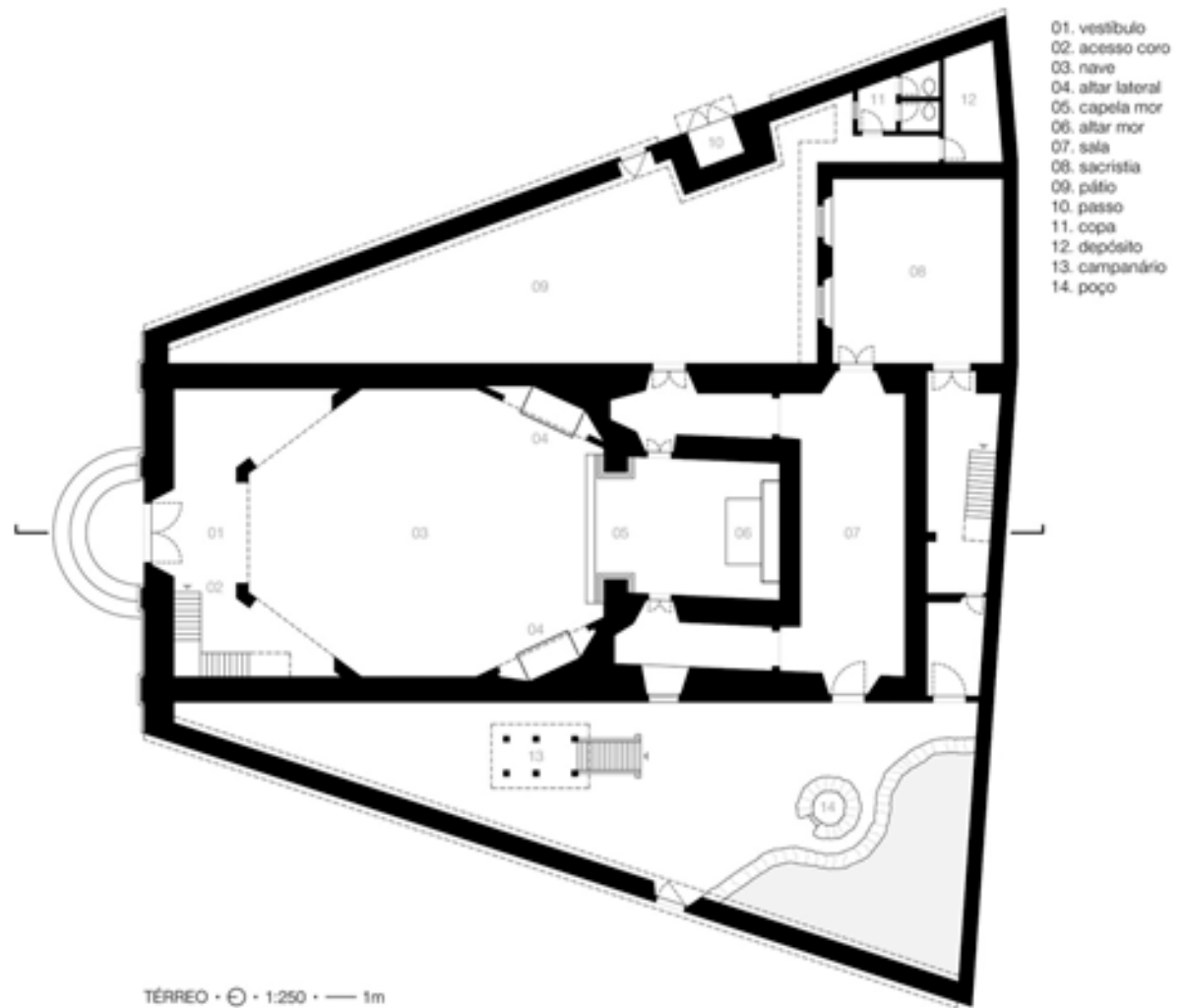




GOIÁS • ○ • 100m

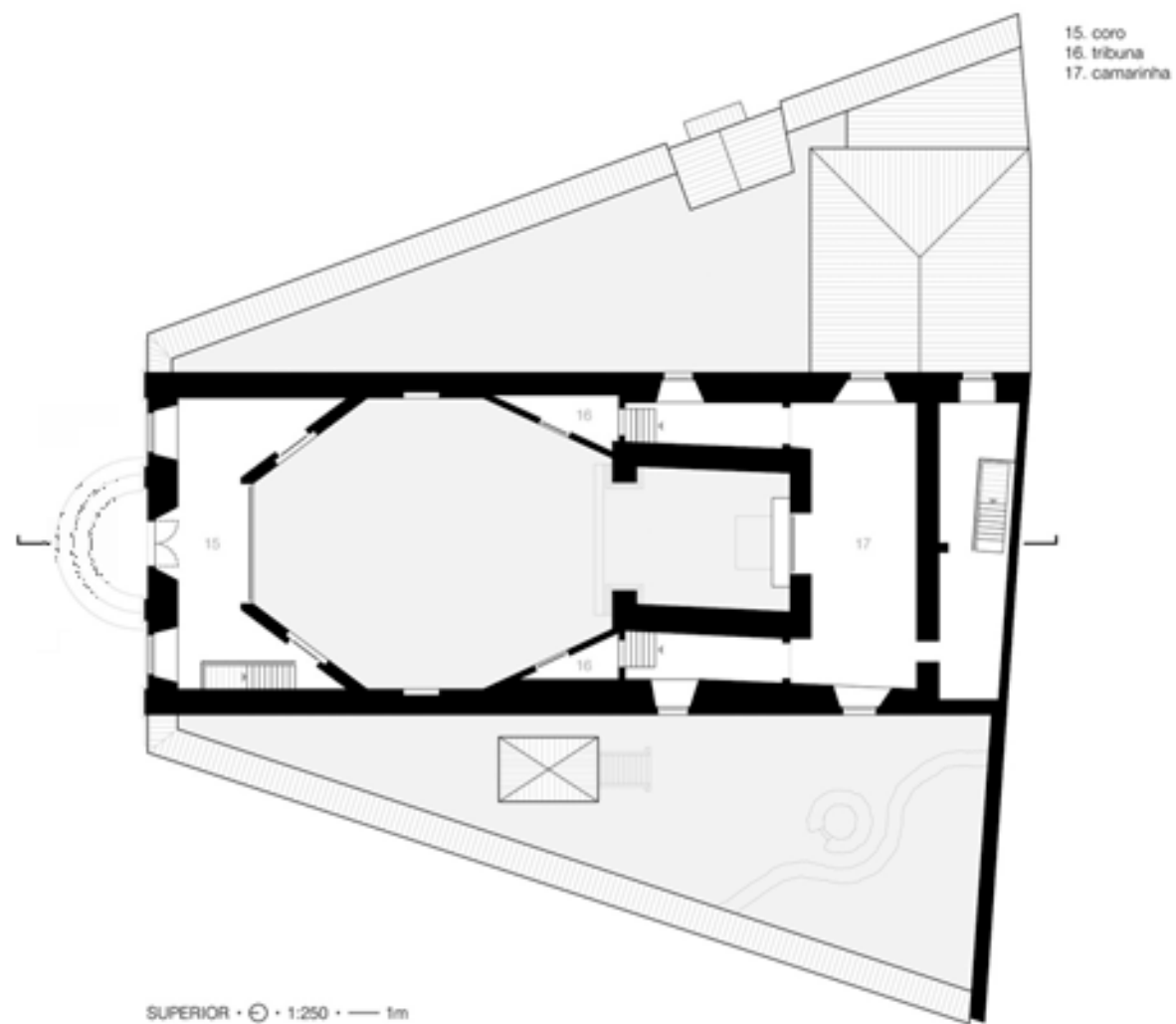


SITUAÇÃO • ○ • 1:2500 • 10m



- 01. vestíbulo
- 02. acesso coro
- 03. nave
- 04. altar lateral
- 05. capela mor
- 06. altar mor
- 07. sala
- 08. sacristia
- 09. pátio
- 10. passo
- 11. copa
- 12. depósito
- 13. campanário
- 14. poço

TÉRREO • ⊕ • 1:250 • — 1m





NORTE • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



◀ [471] · 07/07/2021

≈1780 · CASA ABALCOADA ·

≈1780 · Cidade de Goiás / GO · Casa Abalcoada (atual Residência Gustavo Neiva e Milena D’Ayala)

[472] · 07/07/2021

Detalhe balcão posterior.



[473] · 07/07/2021

Acesso inferior.



[474] · 07/07/2021

Detalhe fachada lateral.



Além de toda discussão acerca da primitiva propriedade da casa dita de Bartolomeu Bueno II [360:339], a atual residência dos professores Gustavo Neiva (1953-) e Milena D’Ayala (1972-) é também abordada na historiografia como sendo mais uma das possíveis casas de Bartolomeu Bueno II (Élis; Maia; Maia, 1979:46), o povoador inicial da região até então pertencente aos índios Goiás.

Esta obra, assim como a outra, está implantada na Rua da Cambaúba, porém após a ponte, quando se torna estrada, passa pelo Chafariz da Carioca [66:128] e segue para outros importantes arraiais goianos. O imóvel perigosamente construído às margens do Rio Vermelho resistiu às históricas cheias, inclusive à trágica inundação de 2002 que, apesar de invadir todo o porão, não conseguiu carregá-lo rio abaixo como fez com algumas dezenas de outras obras próximas ao curso d’água.

A parte inferior é edificada sobre alicerces de pedra, erguendo-se espessa alvenaria em formigão – taipa de barro com pedra – que sustenta o piso do pavimento superior em tabuado e sua vedação em adobe cru. Em ajuste construtivo contemporâneo, foi executado o travamento da estrutura inferior por meio de estacas de concreto ligadas a uma cinta armada que comprimiu toda a estrutura de pedra e taipa (Coelho, 2021a).

De casa pouca coisa possui. A planta não segue as usuais divisões de meia morada ou morada inteira, onde o corredor é o elemento estruturador na distribuição dos cômodos. Ao contrário, não há corredor, entra-se por um cômodo, tal qual vestíbulo. Este se conecta a uma grande sala que se liga a outros dois cômodos e é limitada pelo balcão que se projeta externamente. Houve um acréscimo posterior em sua lateral direita, onde foi edificada uma cozinha, em piso intermediário, que conecta o pavimento superior com o porão inferior. O proprietário, reconhecido pesquisador das coisas goianas, sugere que a obra em seu uso original esteve mais para ponto de controle ou estalagem do que para residência (Coelho, 2021a).



São desconhecidos os documentos a respeito das posses iniciais da obra. Como primeiro registro de uma possível configuração urbana, encontramos um volume retangular, tanto maior do que seria a atual edificação, no mapa de 1770 (in:Coelho, 2013:78). O mapa de 1782 (in:Coelho, 2013:84) nos esclarece que o desenho anterior – não legendado – era na verdade registro do Hospício de Jerusalém, ou dos seus limites primitivos. É só nesse último mapa que temos a representação de outra edificação, agora em escala e implantação compatível com a da atual Casa Abalcoada.

[475] · 08/07/2021
Cozinha. ◀

[476] · 08/07/2021
Balcão posterior. ▶

O prospecto desenhado em 1803 pelo então sargento Joaquim Cardozo Xavier (in:Coelho, 2013:42) evidencia o que seria aquele pequeno retângulo de 1782. Ao canto esquerdo do quadro, encontra-se a pequena estalagem, numerada 12, ao lado do muito maior Hospício de Jerusalém. Chamam atenção também a proximidade com o rio, o telhado de duas águas e a exiguidade volumétrica. Não é documento comprobatório, mas reforça a tese que a representação de 1782 se referia à estalagem, talvez o primário uso da nossa atual Casa Abalcoada. Tanto a estalagem quanto o hospício foram adquiridos pelo cirurgião mor Lourenço Antônio da Neiva, o primeiro em 1802 e o segundo em 1807 (Moura, 2018:291-292). A estalagem foi posteriormente doada à Capela da Senhora das Barracas, fundada pelo próprio Lourenço da Neiva, um dos primeiros cirurgiões do Quartel, nomeado em 1791 (Pinheiro, 2017:126). Este desempenhou ainda atividades como senhor de terras e escravos (Lemke, 2016:78).

Antes de adquirida, em 1984, pelos atuais proprietários, a casa pertenceu a uma publicitária paulista, Cecília, que a havia comprado do latoeiro Joaquim do Morro (Coelho, 2021a). Se casa ou estalagem, a obra sempre foi sedutora ao olhar de artistas que a tiveram como tema. Burchell (in:Ferrez, 1981:130), Tom Maia (in:Élis; Maia; Maia, 1979:46), Marcelo Feijó (in:Lima; Feijó, 2008:37), Elder Rocha Lima (in:Lima, 2008b:94) e mais alguns outros que imortalizaram em imagens o exemplar que, por sua expressão, se tornou maior que a própria história. O maciço branco emergente das águas vermelhas, do qual se lança temeroso balcão, define uma imagem que, se usual em terras portuguesas, nas goianas foi excepcional.



Dados

Obra: Casa Abalcoada

Ano Construção: ≈1780

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

 Lourenço A. da Neiva (proprietário 1802)

 Joaquim do Morro (proprietário ≈1970)

 Cecília (proprietária ≈1980)

 Gustavo Neiva (proprietário 2022)

 Milena D'Ayala (proprietária 2022)

Cidade: Cidade de Goiás / GO

End.: Rua da Carioca, SN, Centro

Coordenadas: 15°55'46.4"S 50°08'18.1"W

Altitude: 497 m

Altura: 4,00 m

Pavimentos: Porão + Térreo

Área Terreno: 308 m²

Área Ocupada: 111 m²

Área Construída: 185 m²

Fontes

COELHO, Gustavo Neiva. **Iconografia Vila-Boense**. Goiânia: Editora UFG, 2013.

COELHO, Gustavo Neiva. **Entrevista com o Sr. Gustavo Neiva Coelho, proprietário**. Brasília/DF, 16 de abril de 2021a. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

ÉLIS, Bernardo; MAIA, Tom; MAIA, Thereza Regina de Camargo. **Vila Boa de Goiás**. São Paulo: Editora Nacional, Rio de Janeiro: Embratur, 1979.

FERREZ, Gilberto. **O Brasil do 1º Reinado visto pelo botânico William John Burchell**. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, 1981.

LEMKE, Maria. **De marchante a capitão-mor: Antônio Gomes de Oliveira e seus familiares no palácio dos governadores (Goiás, 1740-1800)**. In: Espaço Plural, v.XVII, n.35, p.63-81. Marechal Cândido Rondon: UEOP, 2016.

LIMA, Elder Rocha. **Guia afetivo da cidade de Goiás**. Brasília: IPHAN/14ª Superintendência Regional, 2008b.

LIMA, Elder Rocha; FEIJÓ, Marcelo. **Itinerário de Cora Coralina**. Brasília: Ass. Casa de Cora Coralina, 2008.

MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830)**. São Paulo, 2018. Tese-FAU, USP.

PINHEIRO, Antônio César Caldas. **Um capitão-mor marchante e dois cirurgiões-mores em Vila Boa de Goiás: (Escorço genealógico da família Gomes da Neiva)**. In: Revista do IHGG, n.28, p.121-140. Goiânia: Kelps, 2017.

[477] · 08/07/2021
Jantar.



[478] · 08/07/2021
Jantar.



[479] · 08/07/2021
Acesso pavimento superior.



Desenhos p. 418
[480] [481]

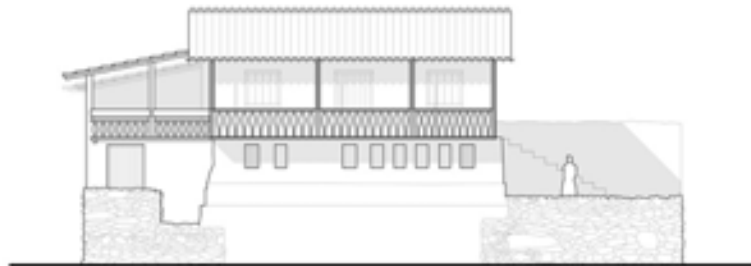
Desenhos p. 419
[482] [483]
[484] [485]



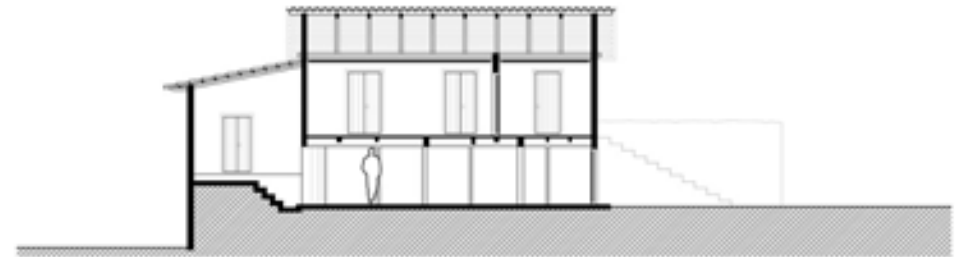


GOIÁS • ○ • 100m

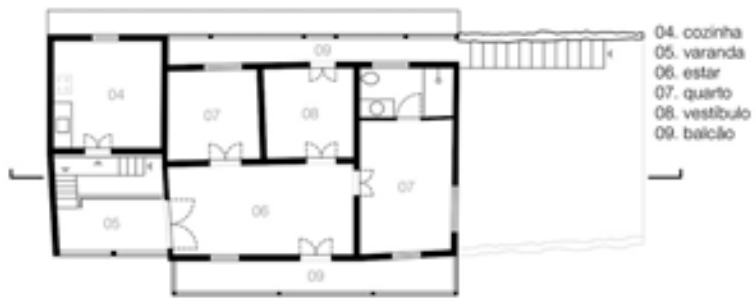
SITUAÇÃO • ○ • 1:2500 • 10m



RIO VERMELHO • 1:250 • — 1m

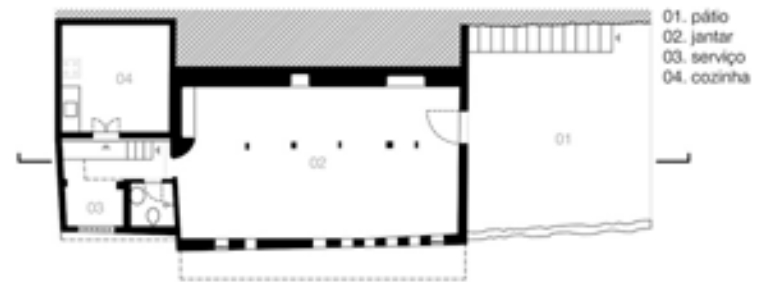


CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



SUPERIOR • 1:250 • — 1m

- 04. cozinha
- 05. varanda
- 06. estar
- 07. quarto
- 08. vestibulo
- 09. balcão



TÉRREO • 1:250 • — 1m

- 01. pátio
- 02. jantar
- 03. serviço
- 04. cozinha



◀ [486] · 08/07/2021

1780 · IGREJA DE SANTA BÁRBARA ·

1780 · Cidade de Goiás / GO · Igreja de Santa Bárbara

O fiel vilaboense sempre passou por pelejas provocadas pelos próprios templos. A Igreja da Boa Morte [456:399] não nos deixa esquecer das agruras da vida, a Catedral de Santana [1177:875] quando se erguia logo se abatia e os penosos cento e dois degraus para atingir o átrio da Igreja de Santa Bárbara entra para o rol dos suplícios quase auto infligidos. A escadaria anuncia a construção ao alto de uma colina, na saída da cidade. No século XVIII era a última fronteira urbana para quem deixava Vila Boa e seguia ao arraial da Barra. Se atualmente a subida é cansativa, à época da construção, transportar lenta e penosamente o material para alvenaria seria grande martírio.

Porém, assentada sob um maciço de pedra sabão (Machado, 2005:24), poupou tal trabalho e teve suas paredes erguidas com o mesmo material. Torna-se quase uma extensão do próprio morro, coroamento natural do seu pico. Uma condição específica de sua implantação que ajuda a explicar a exceção das igrejas edificadas em pedra ao sul de Goiás. Tanto a de Santa Bárbara quanto a de São Francisco [297:295] nascem acima de jazidas do próprio material. Já a da Boa Morte [456:399] tem a sua edificação iniciada por militar impregnado da cultura nordestina, vinculada ao uso da pedra. Santa Bárbara será a terceira e última das igrejas a empregar esse material nessa região.

A pedra sabão, rocha densa, pouco porosa e pesada foi muito empregada em escultura ou detalhes arquitetônicos devido à sua maleabilidade. Cede facilmente à pressão de qualquer metal e se mostra intolerante ao choque mecânico (Moura, 2003:32). São características que levam à impossibilidade de se talhar peças longas, entre 1m e 1,5m, ideais para realizar o travamento estrutural nos vértices da alvenaria. Por isso a igreja foi edificada com peças menores, argamassadas com pedra miúda. A falta de travamento aliada a certa oleosidade da pedra sabão – que dificulta a aderência da argamassa – é um dos motivos que explica os contrafortes laterais. As peças ajudam a evitar o escorregamento entre pedras e, pelo rigor do alinhamento e inserção harmônica tanto em planta quanto em volume, nos parece, contemporâneos à construção original.

[487] · 07/07/2021 ◀
Detalhe fachada frontal.

[488] · 07/07/2021 ◀
Fachadas posterior e lateral.

[489] · 08/07/2021 ▶
Fachada frontal.



Atualmente ainda é visível o desalinhamento entre base e topo das paredes, que se projetam ao exterior e sua parte superior. Nádia Moura (2003:62), em aprofundamento acerca das técnicas construtivas do templo, afirma que tal abertura poderia ter sido gerada por fatores como desaprumo inicial da alvenaria, pouca resistência das fundações e agravada com a descarga do telhado diretamente sobre a alvenaria, implicando esforços laterais, além de outros. Os frechais de madeira, que recebem a carga antes de distribuir às paredes, eram apoiados em uma talha na pedra e, atualmente, com a abertura das paredes, estão com peças soltas, apoiadas apenas nos esteios, com um esforço que não parece precisar da alvenaria para sustentação.

[490] · 07/07/2021
Nave e altar-mor.



[491] · 07/07/2021
Altar-mor.



Há um alto grau de racionalidade construtiva, já que toda a edificação é limitada por um único retângulo, sem recortes, reforçado em suas laterais pelos contrafortes e duas incipientes torres. Estas, mais visíveis na planta do que na volumetria, têm ares de inacabadas e se prologam apenas horizontalmente. O arcabouço em pedra é coberto e internamente a capela mor é edificada em adobe (Coelho, 2017:38).

A planta é setorizada em três módulos e meio. O meio módulo recebe os volumes laterais e o coro. O primeiro módulo inteiro, nave, o segundo, capela, e o terceiro, sacristia. Divisão mais técnica que utilitária, pois a nave é usualmente o maior ambiente para acolher mais fiéis. Tanto sacristia quanto capela mor tornam-se desproporcionais se levarmos em conta o número de pessoas que vão efetivamente ocupar esses ambientes. Todos os espaços foram divididos pelo ritmo dos contrafortes, um elemento não usual mas ainda encontrado nas igrejas da Barra de Buenolândia [126:183] e do Rosário em Jaraguá [425:379].

A obra, iniciada em 1775 e concluída em 1780, sob o comando de Cristovam José Pereira (Teles, 1998: 112), é outro marco de Vila Boa, revelando mais um ineditismo construtivo. De vários pontos da cidade é possível contemplar a fachada branca perdida em uma imensidão verde, nos enganado ao parecer, de longe, simples capela, mas que, próxima, exhibe dimensões e complexidade de igreja.



Dados

Obra: Igreja de Santa Bárbara

Ano Construção: 1780

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Cristovam José Pereira (empreendedor)

Cidade: Cidade de Goiás / GO

End.: Rua Passos da Paz, SN, Centro

Coordenadas: 15°55'36.3"S 50°08'47.1"W

Altitude: 546 m

Altura: 8,50 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 1.500 m²

Área Ocupada: 163 m²

Área Construída: 198 m²

Fontes

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I**. Goiânia: IAB, 1999.

COELHO, Gustavo Neiva. **Arquitetura religiosa setecentista em Vila Boa**. Goiânia: Editora Trilhas Urbanas, 2017.

COUTO, Goiás do. **Memórias e belezas da Cidade de Goiás**. Cidade de Goiás: Edição do Autor, 1958.

ÉLIS, Bernardo; MAIA, Tom; MAIA, Thereza Regina de Carmargo. **Vila Boa de Goiás**. São Paulo: Editora Nacional, Rio de Janeiro: Embratur, 1979.

LACERDA, Regina. **Vila Boa: História e folclore**. Goiânia: Oriente, 1977b.

MACHADO, Laís Aparecida. **Cuidando do patrimônio cultural: a grande Vila Boa**. Goiânia: UCG, 2005.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Reminiscências; Goiás d'antanho, 1907 a 1911**. Goiânia: Oriente, 1974.

MOURA, Nádia Mendes de. **Arquitetura em pedra-sabão: análise da Igreja de Santa Bárbara**. Goiânia: UCG, 2003.

TELES, José Mendonça (Coord.). **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

[492] · 07/07/2021
Cobertura nave.



[493] · 07/07/2021
Detalhe retábulo-mor.

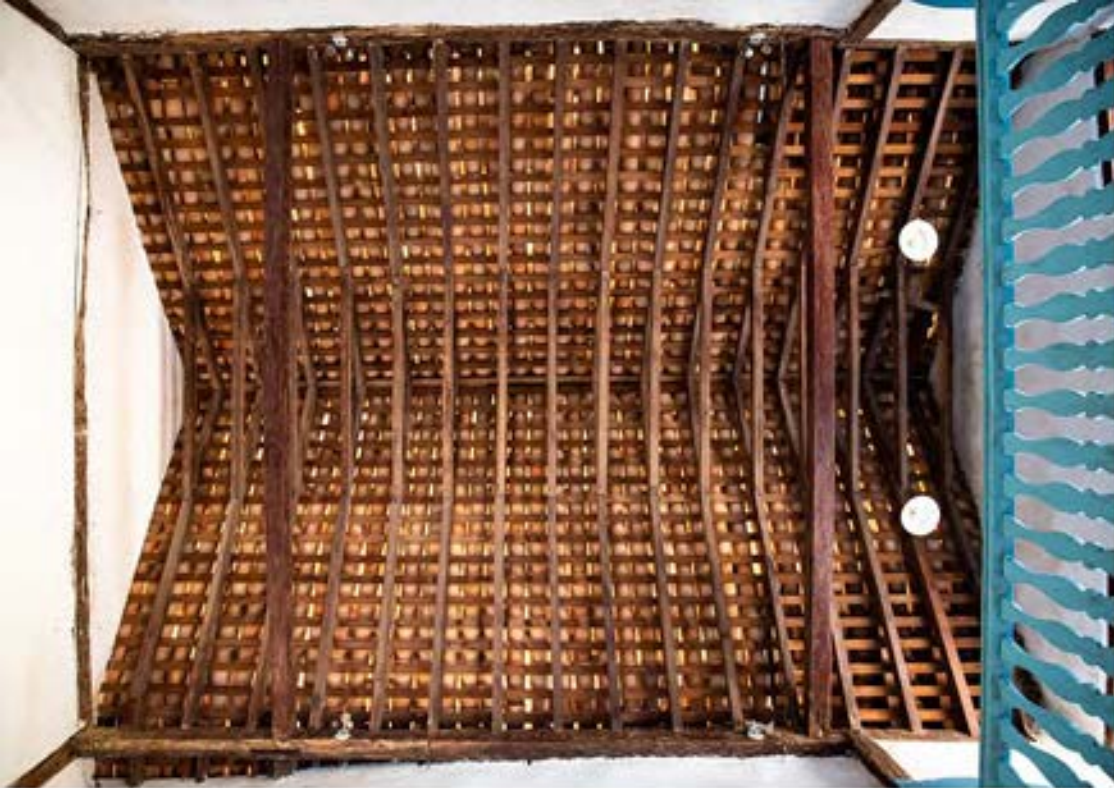


[494] · 07/07/2021
Sacristia.



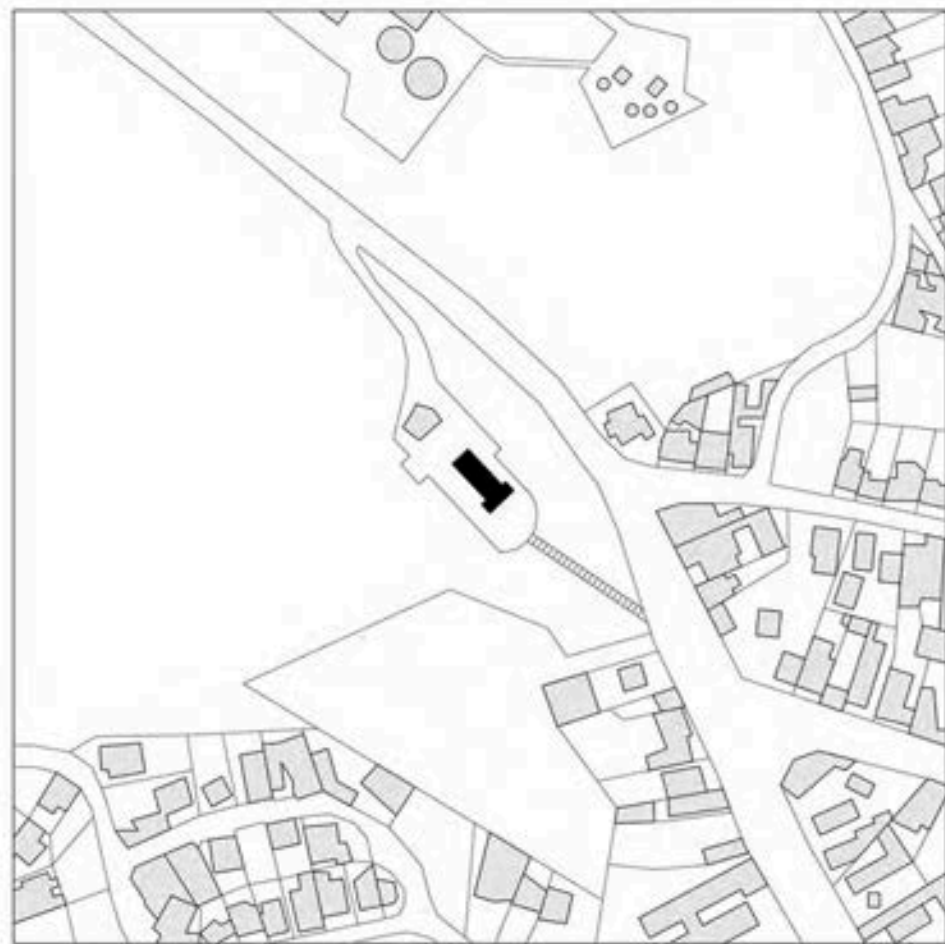
Desenhos p. 428
[495] [496]

Desenhos p. 429
[497] [498]
[499] [500]





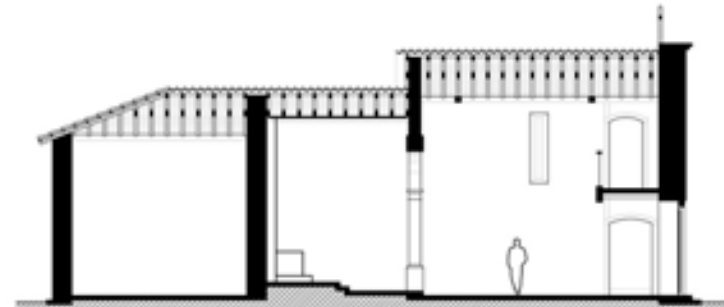
GOIÁS • ○ — 100m



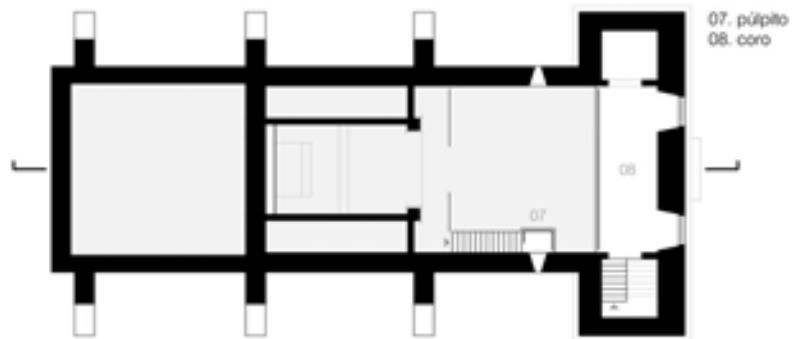
SITUAÇÃO • ○ • 1:2500 • — 10m



SUDESTE • 1:250 • — 1m

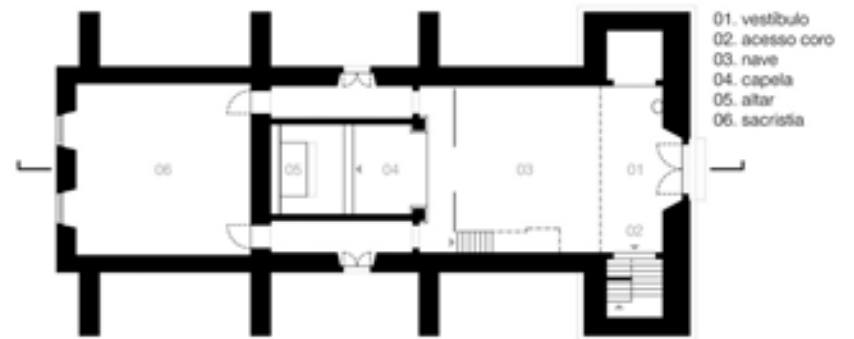


CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



CORO • 1:250 • — 1m

07. púlpito
08. coro



TÉRREO • 1:250 • — 1m

01. vestíbulo
02. acesso coro
03. nave
04. capela
05. altar
06. sacristia



◀ [501] · 08/07/2021

1780 · IGREJA DE SÃO JOSÉ DE MOSSÂMEDES ·

1780 · Mossâmedes / GO · Igreja de São José de Mossâmedes

A questão indígena, desde as primeiras invasões por parte dos portugueses no século XVI, foi e continua sendo conturbada. A partir do século XVIII, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) – futuro Marquês de Pombal – em nome do Rei D. José I (1750-1777), vai encarar de maneira mais sistemática a questão. Os esforços serão voltados para a transformação do índio em um elemento ativo de povoamento, por meio de sua integração à sociedade (Chaim, 1983:76).

Os aldeamentos surgem como essa resposta institucional aos constantes fracassos do enfrentamento direto. A guerra e a morte indiscriminada, em ambos os lados, já não surtiam efeito. Assim, serão empreendidos com o objetivo de responder a três questões principais: promover a segurança dos colonos pela pacificação das tribos; aculturar e capacitar mão de obra abundante; e ocupar o território, tanto pelos inúmeros indígenas batizados, quanto pelo aldeamento em si, uma vez que poderiam se transformar em novos centros urbanos.

Seguindo as orientações da política de Pombal é que a construção da Aldeia de São José de Mossâmedes será empreendida entre 1774 e 1778 (Apolinário, 2005:135) sob a administração do quarto Capitão-General de Goiás, José de Almeida e Vasconcelos Soveral de Carvalho da Maia Soares de Albergaria (1740-1812) (Henriques; Rosa, 2016:92). Tido pela historiografia como um dos mais dinâmicos e empreendedores dos governadores que ocuparam o cargo (Bertran, 2011:142), promove no seu mandato viagens para o reconhecimento da Capitania (Coelho; Caldas, 2006:11), chegando até os julgados do norte. Empreende a primeira expedição pelo rio Tocantins até Belém, no Grão-Pará, em busca de viabilizar caminho mais rápido para escoamento e estímulo das atividades econômicas. Acampou a fundação do arraial do Bonfim e erigiu o Chafariz de Cauda [439:389], com parte dos empreendimentos custeados com vencimentos próprios (Alencastre, 1864:296). A construção da Aldeia de São José, empregando significativo montante de tempo e recursos, foi uma das suas grandes paixões pessoais e, como a maioria das paixões, o motivo de sua queda.

[502] · 08/07/2021

Fachada frontal.



[503] · 08/07/2021

Fachadas posterior e lateral.



[504] · 08/07/2021

Detalhe fachada frontal.



[505] · 08/07/2021

Fachada posterior.





Assim, mandando comprar a roça de José Vaz, inicia sob os cuidados do alferes Manoel de Azevedo e Sousa (Alencastre, 1864:307) a construção de um quadrilátero guardado por torres em seus vértices. Nas arestas instalavam-se equipamentos como moinhos, engenhos, quartel, uma série de residências para abrigar oficiais, indígenas e visitantes, dentre outros. Vários relatos apontam a qualidade, mas principalmente a suntuosidade das obras, que para José de Almeida deveriam assim ser para atrair os Akroás, Xavantes, Karajás e Kayapós com maior facilidade.

[506] · 08/07/2021
Tribuna.



[507] · 08/07/2021
Nave e coro.



[508] · 08/07/2021
Altar-mor e tribunas.



De todas as obras do conjunto, apenas a igreja resistiu. Esta foi o ponto focal da composição, situada ao centro de uma das faces, com o frontispício voltado ao adro central. Pohl (1951a:360) acusa que estava completa só em 1780, mesma data que que o aldeamento é elevado a freguesia e separado da administração de Vila Boa. Em 1788 o então governador Luís da Cunha Meneses (1742-1819) manda reformar o templo, sem telhado (Boaventura, 2007:240). A Igreja de São José de Mossâmedes, construída em taipa de pilão e com fundações em pedra, apesar de perder a fachada em 1927 (Palacin; Borges, 1987:102), ainda resiste com grande parte da materialidade original. Na reconstrução as torres laterais foram rebaixadas, as aberturas refeitas em arco pleno e houve acréscimo de duas sutis pilastras dóricas que emolduram o acesso. Durante a reforma conduzida em 1997 por Agostinho Stacciarini modificou-se as vergas das aberturas, agora em canga, ficando mais próxima aos registros de antigos desenhos.

Porém, a qualidade das edificações pouco valeu aos olhos dos índios, que deixando as casas – tidas como frias – foram residir em pequenas choças cobertas de palha. Além disso, a distância de matas fechadas e rios aliada ao desrespeito e grosserias exercidas pelos administradores aos poucos esvaziaram a aldeia. O governador José de Almeida, não condescendente com outros chefes locais, foi acusado de desvio de verbas da Câmara para aplicação junto à aldeia – empreendimento visto como exagerado desperdício. Estando desacampado com a morte do rei José I e a destituição do Marquês de Pombal, teve sua prevalência política fragilizada e assim retira-se do poder em 1778 (Bonome; Lemes, 2016:9) sem a entrega presencial do cargo ao próximo chefe da Capitania.



Dados

Obra: Igreja de São José de Mossâmedes

Ano Construção: 1780

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

José de Almeida (empreendedor)

Manoel de Azevedo (administrador)

Cidade: Mossâmedes / GO

End.: Travessa Um, SN, Centro

Coordenadas: 16°07'39.1"S 50°12'54.9"W

Altitude: 643 m

Altura: 14,00 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 2.490 m²

Área Ocupada: 335 m²

Área Construída: 404 m²

Fontes

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Os Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão – Século XVII**. Recife, 2005. Tese-História, UFPE.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Annaes da província de Goyaz**. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro Editor, 1864.

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2011.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. São Paulo, 2007. Tese-FAU, USP.

BONOME, José Roberto; LEMES, Fernando Lobo. **Frágeis poderes: Governadores e oficiais municipais em Goiás na segunda metade do século XVIII**. In: Hist. R., v.21, n.1, p 6–24. Goiânia: UFG, 2016.

CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811**. São Paulo: Nobel, 1983.

COELHO, Gustavo Neiva; CALDAS, Antônio César (Org.). **O diário do Barão de Mossâmedes: 1771-1773**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

HENRIQUES, Luís; ROSA, Maria de Lurdes. **O Arquivo da Casa da Lapa (1804-1832) e os seus inventários: gestão dos bens e memória dos antepassados**. In: Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, XXIX, p. 89-132. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2016.

PALACIN, Luiz; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás**. Brasília: SPHAN, 1987.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no Interior do Brasil: Volume I**. Rio de Janeiro: Inst.Nac. do Livro, 1951a.

[509] · 08/07/2021
Detalhe retábulo-mor. ◀

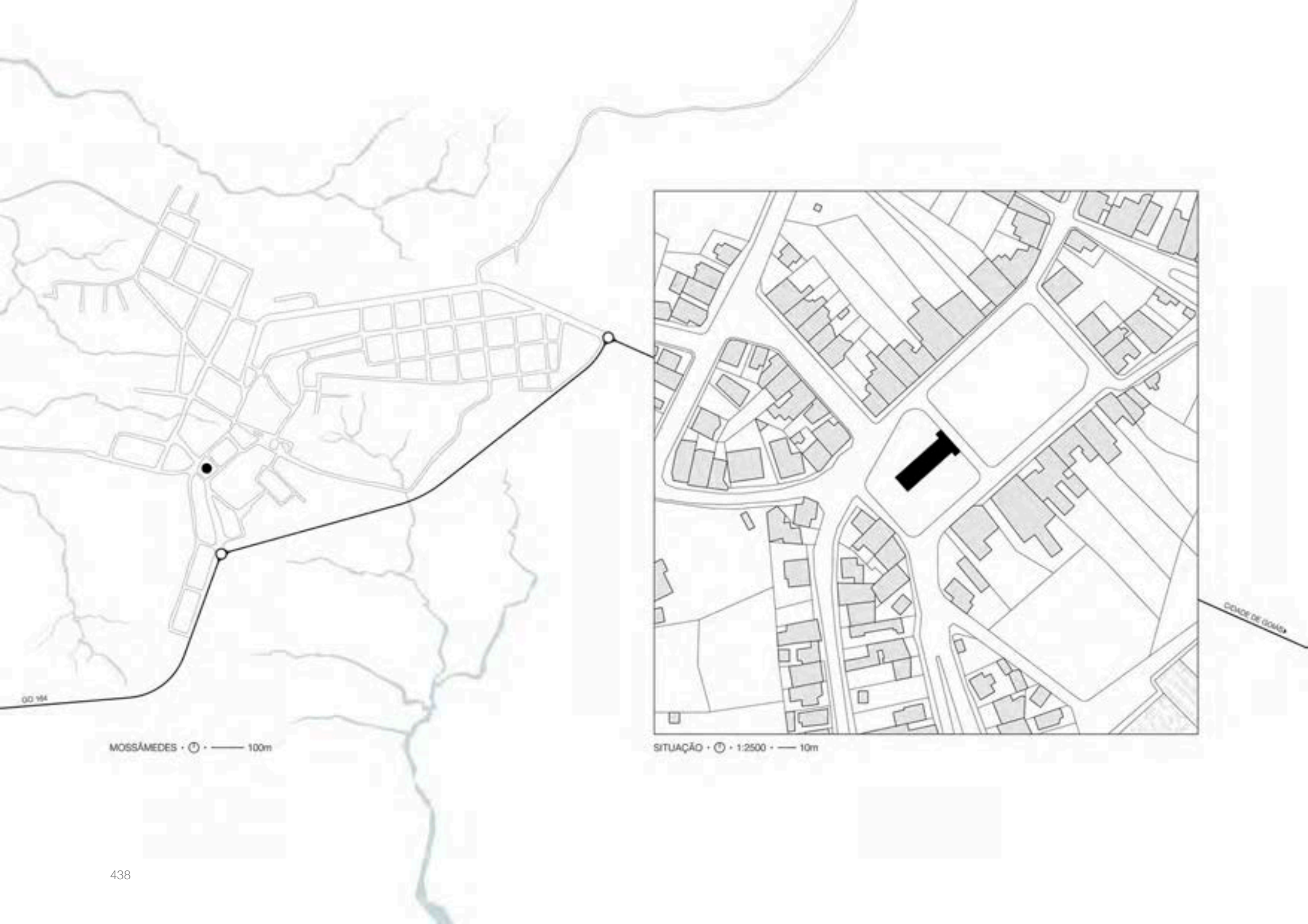
[510] · 08/07/2021
Detalhe piso acesso. ◀

[511] · 08/07/2021
Altar-mor. ▶

Desenhos p. 438
[512] [513]

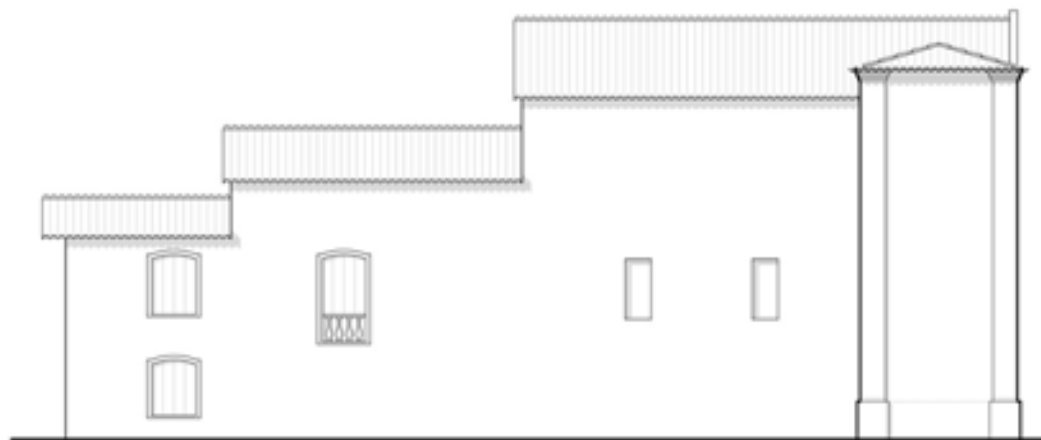
Desenhos p. 439
[514] [515]
[516] [517]



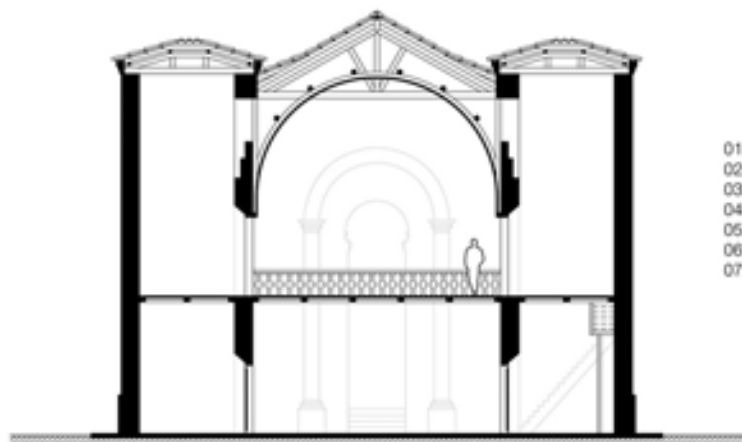




PRAÇA DAMIANA DA CUNHA • 1:250 • — 1m

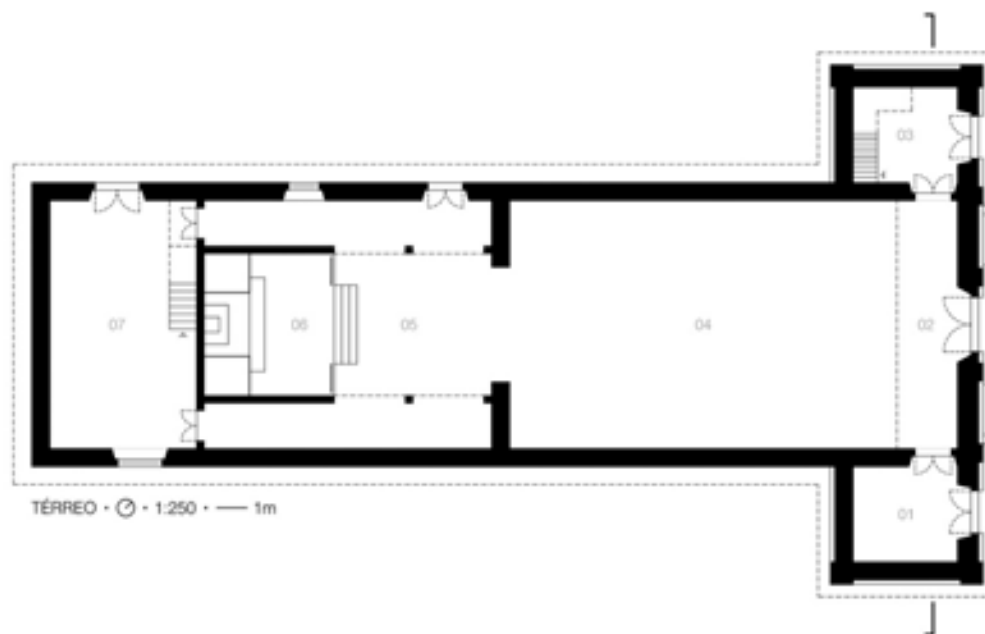


TRAVESSA UM • 1:250 • — 1m



CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • — 1m

- 01. acesso lateral
- 02. vestíbulo
- 03. acesso coro
- 04. nave
- 05. capela
- 06. altar
- 07. sacristia



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [518] · 02/01/2017

≈1780 · RUÍNAS DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO ·

≈1780 · Natividade / TO · Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário

[519] · 23/07/2019 ◀
Fachadas frontal e lateral.

[520] · 23/07/2019 ◀
Fachada frontal.

[521] · 23/07/2019 ▶
Detalhe arco-cruzeiro.

As minas de Natividade logo se tornaram as mais importantes da região norte, o que, aliado à distância da capital, Vila Boa, a elevaram a centro regional ainda no século XVIII. Por sua localização estratégica na região, houve a conexão tanto fluvial quanto por estradas com as regiões da Bahia, Maranhão e Pará, em uma troca comercial, social e cultural que permaneceu até o século XX.

Já sofrendo as consequências do esvaziamento das receitas, provocado por descontrolada circulação de bens e serviços, logo a Coroa Portuguesa oficializa apenas um caminho conectando Natividade à capital da capitania. O não obediência dessas restrições por parte da população foi um dos fatores que permitiram o desenvolvimento econômico mais sólido do povoamento, diversificando atividades e conexões comerciais que perduraram após o esgotamento do ouro.

O período entre 1754 e 1763 foi o de maior arrecadação das minas goianas, iniciando uma queda já na década seguinte, de 1764 a 1773 (Parente, 1999:86). Natividade ainda permanecia dentro da lista dos maiores produtores locais. Este contexto econômico proporciona os meios necessários à edificação dos templos. As sobreviventes Igrejas de São Benedito [172:215], Nossa Senhora de Natividade [1147:855] e de Nossa Senhora do Rosário, são documentos materiais que atestam a agitação do período.

A data de construção das atuais Ruínas do Rosário permanece obscura. Documentos oficiais ou relatos datados que registrem os trabalhos ainda não foram encontrados. Talvez, não gratuitamente, 1780 seja um bom início para nos aproximarmos do período em que eram assentadas as primeiras pedras do templo. Nesse momento, a atual Matriz de Natividade, edificada em 1759, quando interdita, migrava as celebrações para a Igreja de São Benedito (Palacin; Borges, 1987:60). Esta, já insuficiente para acampar seus fiéis – majoritariamente escravos e ex-excravos – tornava-se mínima ao ser o único ponto de encontro religioso.



Tal necessidade física, aliada à competição entre as irmandades locais, pode ter sido o estopim para a construção da nova igreja, cujas dimensões são bem superiores às existentes. A capela – o que restou da Igreja do Rosário – é pouco menor que toda a Igreja de São Benedito, e maior que a nave da Igreja de Nossa Senhora de Natividade.

[522] · 23/07/2019 ◀
Fachada frontal.

[523] · 23/07/2019 ◀
Detalhe assentamento pedra.

[524] · 23/07/2019 ▶
Capela.

Alguns viajantes do século XIX deixam pistas do estado em que se encontravam as obras da igreja. Johann Emanuel Pohl (1951b:193), durante sua visita em 1819 a Natividade, nos informa que a construção, por parte dos ex-excravos, foi interrompida em decorrência da diminuição das rendas do ouro. Cita ainda que o que está feito, em breve estaria em ruínas, um indicativo de uso, não ainda arruinada, mas com uma construção pausada. O desenho que William John Burchell faz em 1828 (Ferrez, 1981:144) nos mostra capela e sacristia cobertas, indicando que, apesar da incompletude, seguia sendo utilizada.

Um único nome nos é revelado por Cunha Mattos (1875:39), o do alferes negro José Rodrigues, da Companhia dos Henriques, tido como o que deu início às obras. Por fim, para corroborar a data de 1780, Mary Karasch (2012:52) levanta junto à Biblioteca da Fundação Educacional de Goiás o termo de assento da Ordem, datada de 1786. Ainda um período em que o ouro circulava, permitindo os primeiros recursos suficientes para erguer a grande capela, mas que não resistiram à entrada no século XIX.

Assim, no que foi materializado, utilizaram-se das mesmas técnicas empregadas na Igreja de São Benedito, porém um tanto mais apuradas. Os tijolos cozidos seguem uma lógica construtiva, sendo utilizados nos arcos e pilastras e não como mero preenchimento. As grandes pedras de composição estrutural das arestas, prováveis arenitos, são ainda maiores que as da primeira igreja. Toda a alvenaria é de pedras, com trecho em canjicado – pedriscos misturados ao barro – conferindo uma harmonia formal que permanece até hoje.



Dados

Obra: Ruínas da Igreja de N. Sra. do Rosário

Ano Construção: ≈1780

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

José Rodrigues (empreendedor)

Cidade: Natividade / TO

End.: Av. dos Cruzeiros, SN, Centro

Coordenadas: 11°42'36.2"S 47°43'28.2"W

Altitude: 335 m

Altura: 10,60 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 1.255 m²

Área Ocupada: 195 m²

Área Construída: 195 m²

Fontes

FERREZ, Gilberto. **O Brasil do 1º Reinado visto pelo botânico William John Burchell**. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, 1981.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **CHOROGRAPHIA histórica da província de Goyaz**. Parte II. In: Revista do IHGEB, tomo XXXVIII, parte primeira, p.5-150. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro Editor, 1875.

PALACIN, Luís; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás**. Brasília: SPHAN, 1987.

PARENTE, Temis Gomes. **O Papel da Igreja nas formações das cidades**. In: CLIO. Série História do Nordeste, v.1, p.195-200. Recife: UFPE, 1998.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do estado do Tocantins**. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no Interior do Brasil: Volume II**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951b.

KARASCH, Mary. **Rainhas e juízas: As negras nas irmandades dos pretos do Brasil central (1772-1860)**. In: FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flá-vio; XAVIER, Giovana (Org.). Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação, p.52-66. São Paulo: Selo Negro, 2012.

SPHAN. **Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de Natividade**. Processo nº1.117-T-84/SPHAN. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: SPHAN, 1984.

[525] - 23/07/2019

Detalhe acessos laterais.

[526] - 23/07/2019

Fachadas posterior e lateral.

Desenhos p. 448

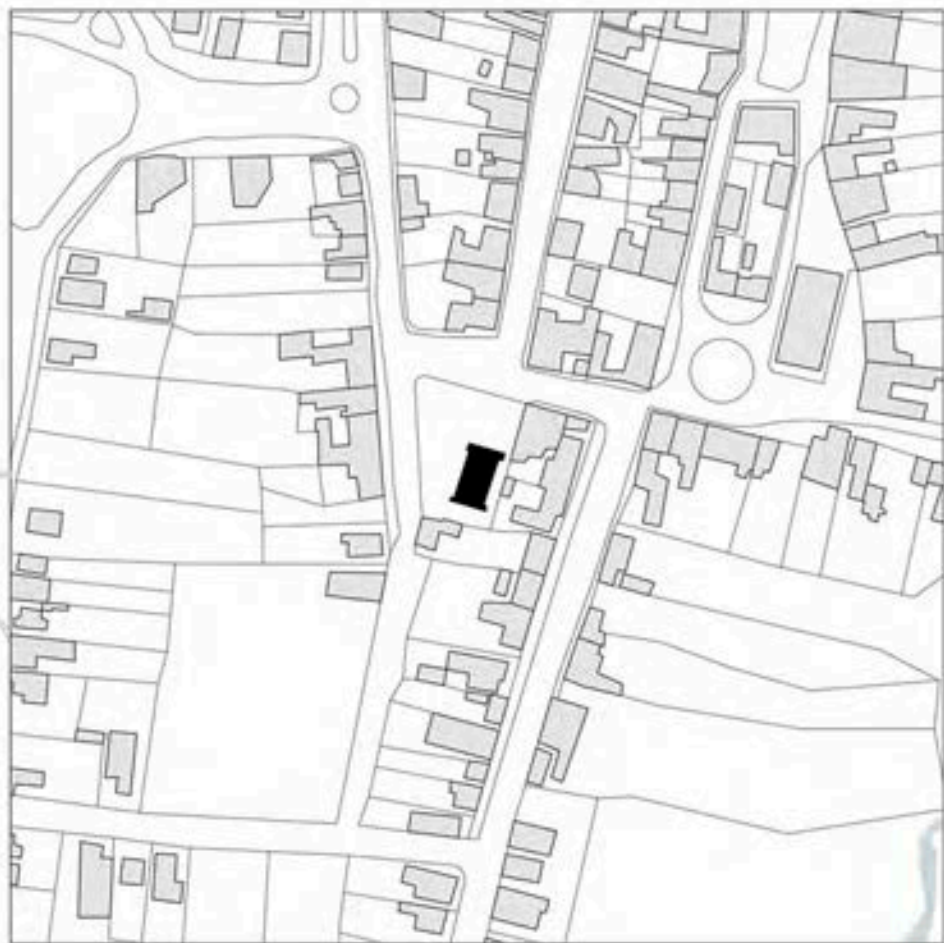
[527] [528]

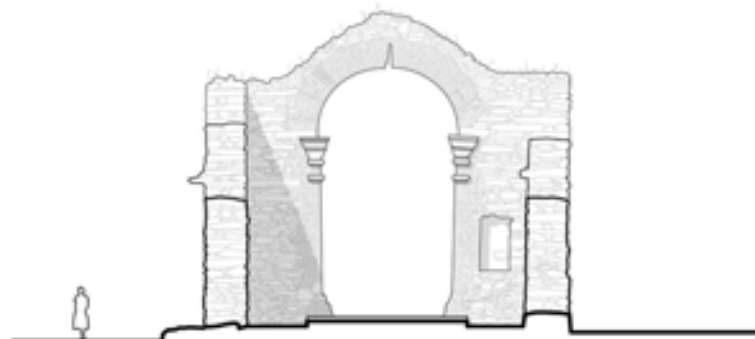
Desenhos p. 449

[529] [530]

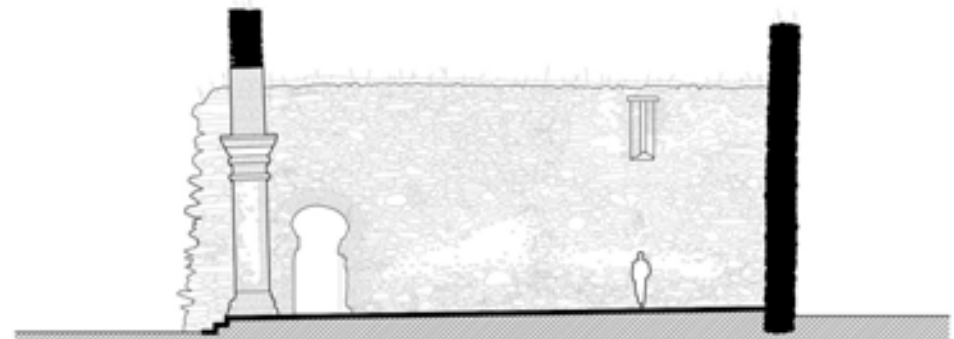
[531]



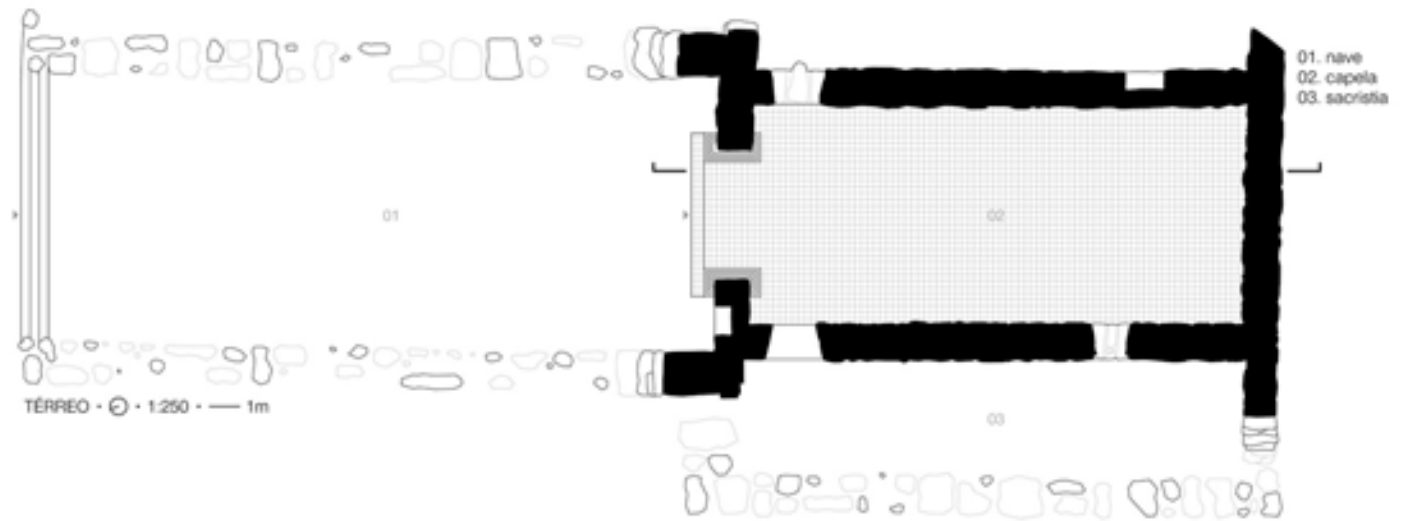




AVENIDA DOS CRUZEIROS • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m





◀ [532] · 07/07/2021

1790 · IGREJA DE NOSSA SENHORA D'ABADIA ·

1790 · Cidade de Goiás / GO · Igreja de Nossa Senhora d'Abadia

[533] · 07/07/2021 ◀

Detalhe fachada frontal.

[534] · 07/07/2021 ◀

Fachadas posterior e lateral.

[535] · 07/07/2021 ▶

Fachada frontal.

No fim do século XVIII a construção de igrejas perde força; a exploração do ouro já não tem tanta representatividade econômica e, talvez por tê-las em grande número, já não se fazem necessárias outras mais. Não é possível afirmar com total certeza que a Igreja d'Abadia tenha sido o último templo iniciado e concluído no século XVIII. Talvez outras capelas posteriores tenham ruído e não chegaram aos nossos dias ou, de alguma maneira, passaram despercebidas pelos cronistas e pesquisadores.

Outros templos importantes do estado, apesar de iniciados no XVIII, só serão concluídos no XIX e alguns no XX. A Igreja do Bonfim, em Silvânia [628:513] e de Nossa Senhora da Penha em Corumbá [644:523], são exemplos do primeiro, e a Matriz de Santana [1177:875] do segundo. Mas, mesmo morosas em sua edificação, nos evidenciam que o ímpeto construtor oitocentista esteve voltado para as igrejas. O retorno dessa tipologia como ponto alto da exploração técnica e formal só se dá a partir do século XX, quando teremos a presença de outros templos que vão experimentar novas expressões e novos limites técnicos materiais. Aparecerão com maiores proporções e impacto de escala, como a Igreja do Imaculado Coração de Maria [1457:1059] e a de Nossa Senhora de Fátima [1691:1221], ambas em Goiânia, ou a Catedral do Divino Espírito Santo, em Ipameri [1335:983].

No caso da Igreja D'Abadia, foi edificada em 1790 sob esforços do diácono Salvador dos Santos Batista (Teles, 1998:112). Ele e o então vigário de Goiás, João Antunes Noronha, foram notórios implicantes com o governo local (Lemke, 2008:12). Desde Luiz da Cunha Meneses (1743-1819) – o Fanfarrão Minésio de Cartas Chilenas (Gonzaga, 2013:8) – por eles denunciado por deflorar moças, destruir templos e revogar escrituras, até Tristão da Cunha Meneses que, mesmo denunciado por não respeitar as coisas eclesiásticas, governou até 1800. Os padres também não eram fáceis e implicavam com os negros, que em resposta mudavam os trajetos das procissões no mais desvelado desaforo (Pereira, 2020:41).



Construída em taipa de pilão (Coelho, 1999:92) foi uma das últimas obras a empregar tal técnica. Depois disso, a estrutura de madeira vedada com adobe foi a tecnologia majoritariamente empregada ao sul de Goiás; ao norte, somente o adobe estrutural, sem a sobreposição da madeira. Esta, junto com a Igreja da Boa Morte [456:399], foram as únicas igrejas que se valeram de uma expressão mais movimentada do barroco. Seu frontão triangular com curvas segmentadas, apesar de sem volutas, já garante certo movimento com os vazios entre arcos, emoldurados por dois pináculos. As aberturas superiores são protegidas por cimalha curva, semelhante às da Boa Morte, posto que menos projetadas.

[536] · 07/07/2021 ◀
Detalhe retábulo-mor.

[537] · 07/07/2021 ◀
Coro.

[538] · 07/07/2021 ▶
Detalhe púlpito.

[539] · 07/07/2021 ▶
Detalhe arco-cruzeiro.

Tanto a composição volumétrica quanto a distribuição da planta são agenciadas de maneira não usual e nos remete a uma versão tanto menor dos conventos nordestinos, com as partes institucionais e de uso diverso anexadas ao volume principal da nave. Aqui os outros espaços são conjugados lateralmente. Ao lado da nave – e mais espaçosos que esta – estão sacristia e consistório e, lateral a estes, a torre, que faz a contraposição vertical com o frontão principal.

Especialmente, os ambientes internos guardam semelhanças com o barroco externo; vemos o trabalho da talha na estrutura do coro, no fino rendado do púlpito e na balaustrada do evangelho. O arco cruzeiro chanfrado, com base e capiteis trabalhados, acentua a sensação de movimento e harmoniza-se especialmente com o altar mor. Outro elemento que contribui para riqueza interior é a pintura do teto da nave, com a figura central de Nossa Senhora, em uma composição típica do século XVIII, que surpreende pela qualidade técnica, controle da perspectiva e mais ainda por não se ter registros de data ou autor.

Este templo, última expressão das igrejas do século XVIII, fecha de maneira bem representativa a história dessas construções que surgem após o início de esgotamento das minas e que, por tantos recursos estilísticos que emprega, nos surpreende por ter sido construída com esmolas, em clara demonstração da vontade pessoal sobrepondo adversidades materiais.



Dados

Obra: Igreja de N. Sra. d'Abadia

Ano Construção: 1790

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Salvador dos S. Batista (empreendedor)

Cidade: Cidade de Goiás / GO

End.: Rua Eugênio Jardim, SN, Centro

Coordenadas: 15°55'51.9"S 50°08'33.2"W

Altitude: 503 m

Altura: 10,00 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 278 m²

Área Ocupada: 203 m²

Área Construída: 265 m²

Fontes

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I.** Goiânia: IAB, 1999.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Arquitetura religiosa de Vila Boa de Goiás no século XVIII.** São Carlos, 2001. Dissertação-EESC, USP.

ETZEL, Eduardo. **O barroco no Brasil: psicologia e remanescentes em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul.** São Paulo: Melhoramentos, 1974.

GONZAGA, Tomás Antônio. **Cartas Chilenas [livro eletrônico].** São Paulo: DCL, 2013.

LACERDA, Regina. **Vila Boa: História e folclore.** Goiânia: Oriente, 1977b.

LEMKE, Maria. **Os devotos do santo preto, o governador e o vigário: polfticas e insurgências na Vila Boa dos Guayazes.** In: Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES. p.1-16. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008.

PEREIRA, Alan Ricardo Duarte. **4. Abusos, atos despóticos, desentendimentos e perseguição: questões jurisdicionais na capitania de Goiás (1778-1804).** In: Revista do Arquivo do Museu das Bandeiras. v.1, p.40-46. Jundiá: Paco Editorial, 2020.

TELES, José Mendonça (Coord.). **Vida e obra de Silva e Souza.** Goiânia: Editora da UFG, 1998.

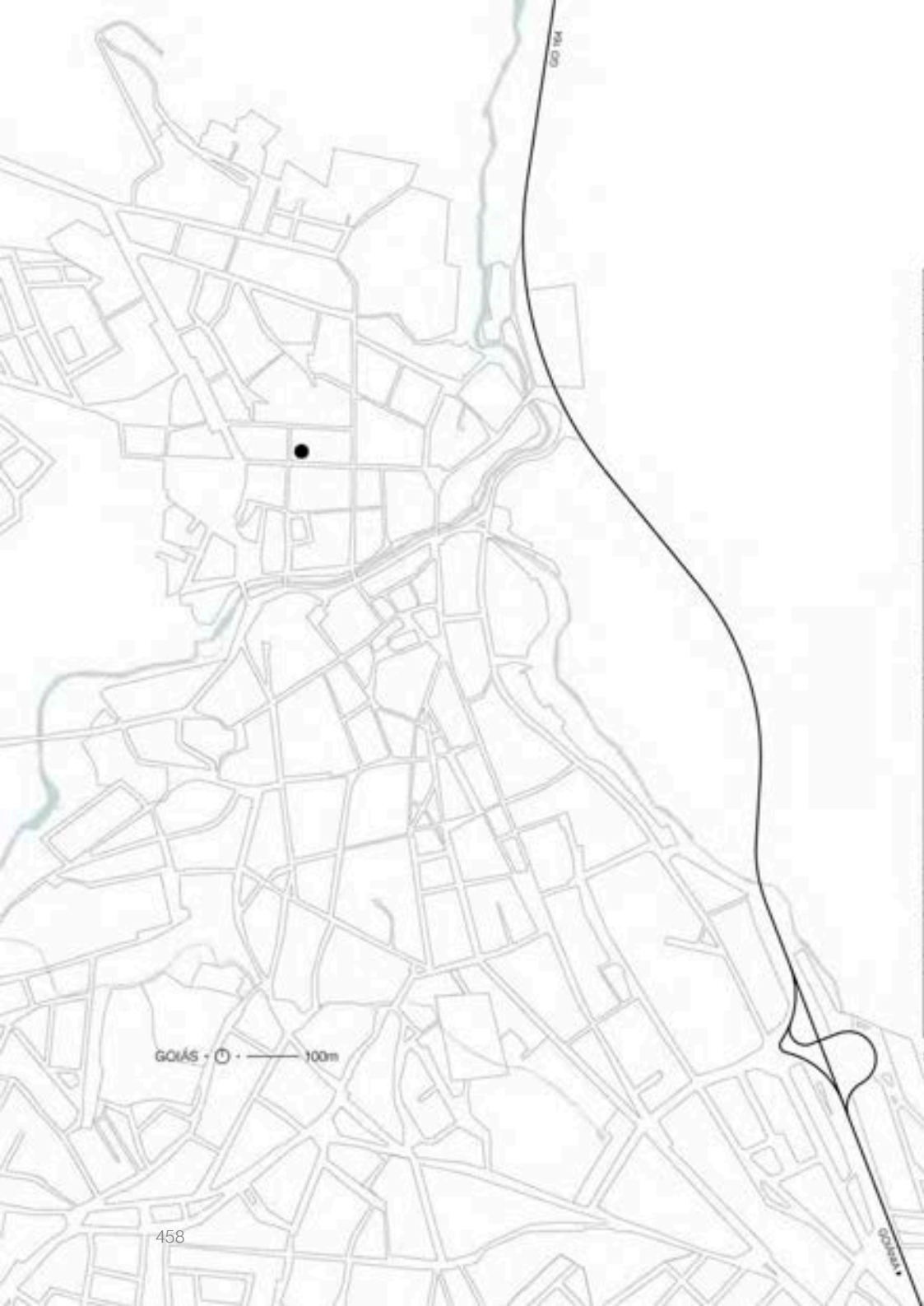
[540] · 07/07/2021
Altar-mor. ◀

[541] · 07/07/2021
Forro nave. ▶

Desenhos p. 458
[542] [543]

Desenhos p. 459
[544] [545]
[546] [547]



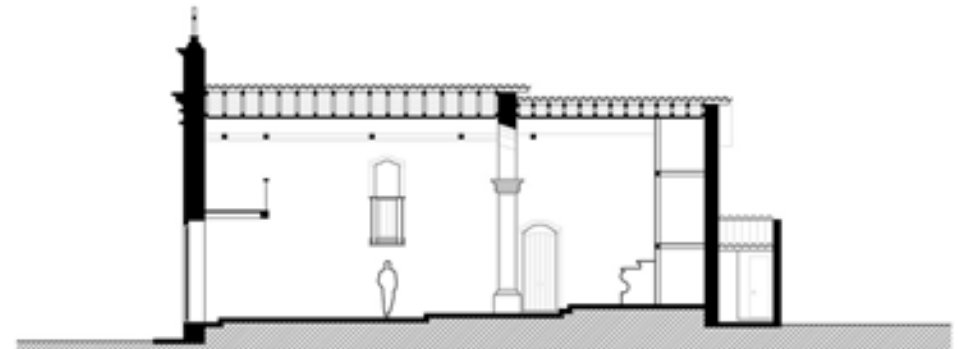


GOIÁS • ○ • 100m

SITUAÇÃO • ○ • 1:2500 • 10m



RUA EUGÊNIO JARDIM • 1:250 • — 1m

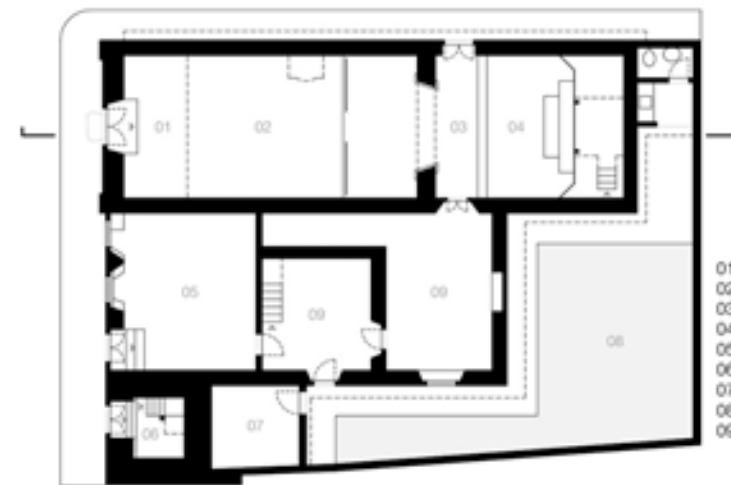


CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



- 09. sacristia
- 10. coro
- 11. púlpito
- 12. camarinha

CORO • Ⓞ • 1:250 • — 1m



- 01. vestíbulo
- 02. nave
- 03. altar
- 04. capela
- 05. consistório
- 06. acesso torre
- 07. depósito
- 08. pátio
- 09. sacristia

TÉRREO • Ⓞ • 1:250 • — 1m



◀ [548] · 31/01/2020

≈1790 · CASA PADRE SILVESTRE ·

≈1790 · Jaraguá / GO · Casa Padre Silvestre (atual Casa de Cultura Padre Silvestre)

[549] · 31/01/2020
Fachada lateral direita.



[550] · 31/01/2020
Detalhe fachada frontal.



[551] · 31/01/2020
Quintal.



[552] · 31/01/2020
Detalhe dossel.



Durante o século XIX Jaraguá inicia sua transição econômica voltando-se principalmente à pecuária. A remanescente exploração do ouro no Rio das Almas e seus afluentes já não tinha uma escala relevante. Por estar implantada entre Vila Boa e Meia Ponte, houve uma certa vocação para entreposto comercial, atraindo migrantes que já no século XVIII procuravam alternativas ao esgotamento de outros centros mineradores. Manuel Álvares da Silva é um desses nomes. Este português – natural da freguesia de Alvarenga, vinculada à diocese de Braga, região norte de Portugal (Bertran, 1998:88) – quando no território goiano, se instalou inicialmente no arraial de Cocal, subordinado ao de Traíras. Lá, contando apenas os registrados, teve quatro filhos com sua escrava Francisca Machado Ferreira (Pedroso, 2004:46), que ficou conhecida no imaginário local, tal qual uma Chica da Silva goiana, que alforriava escravos, empreendia negócios e mantinha uma certa autoridade sobre a região de Traíras (Silva, 2020).

Um dos filhos do casal foi Silvestre Álvares da Silva (1773-1864), futuro Padre Silvestre, nascido em Cocal em 31 de dezembro de 1773 (Lobo, 1974:57), é retirado da mãe e trazido para ter as primeiras letras sob os cuidados do pai em 1780, possivelmente já em Jaraguá. O pai, rico comerciante e proprietário de terrenos (Duarte, 2004a:12), mantinha forte influência naquela sociedade até a chegada dos Castro e Rios, ao final do século XIX (Bertran, 1998:68). Em 1793, jovem, já se ocupava como ajudante nas missas e assim é enviado para o Rio de Janeiro/RJ, onde em 1799 recebe as ordens de presbítero retornando definitivamente para Jaraguá em 1803 após passar por outros arraiais goianos. Tomou posse como vigário em 1834, após a elevação do arraial a vila, mas já exercia todas as atribuições do cargo bem antes da oficialização. Talvez por isso foi eleito um dos deputados para representar Goiás na Assembleia Constituinte de 1823, convocada por D. Pedro I. Registrou-se de sua atuação o pedido por construção de pontes e ajuda contra ataques indígenas. Sobre o importante artigo sete, que abordava liberdade de religião, o taquígrafo não conseguiu acompanhar sua fala (Cordeiro, 2013:40).



O levantamento dessas datas nos auxilia a estabelecer um provável período para a construção da residência. Não é forçado pensar que o pai, estabilizado financeiramente e sendo nome de relevância no grupo social, já tenha feito para si a confortável residência aos idos de 1790. As janelas, de verga arqueada, indicam uma proximidade maior com o século XIX, sendo também elemento comum a outras obras próximas – fisicamente e temporalmente – como a Fazenda Babilônia [593:491].

Constrangidos pelo entorno imediato à obra, que foi muito modificado e perdeu sua escala original, somos levados a crer que se trata de mais uma típica residência tradicional. Mas a escala é o ponto diferencial que seria mais facilmente perceptível com o contraste do entorno original. A porta de acesso tem quase 4m de altura e a cumeeira do telhado está a 7m da soleira, mas a unidade visual engana os sentidos. Construtivamente segue a técnica comum ao sul de Goiás: estrutura independente de madeira e frontal, que recebe a vedação externa em adobe. Internamente as divisões são feitas com a alvenaria de pau a pique, mais leves e fáceis de executar.

Havia também uma diferenciação social pela ornamentação dos cômodos com pinturas de forro, móveis, cabideiros, e lambrequins nas portas. Durante o tempo o volume principal se manteve muito íntegro, sem alterações profundas em sua configuração. Apenas outras edificações anexas foram se perdendo com o tempo (Hamú, 2004:83). Assim, uma pequena senzala foi demolida quando da divisão do terreno e uma cozinha foi retirada ao se alargar a via lateral, transformada em rodovia.

Além da perda dos anexos, nota-se que algumas janelas foram abertas e transformadas em portas, para que os cômodos laterais abrigassem uma oficina de bicicletas, inclusive utilizando o mobiliário centenário como apoio às atividades. Após restauro, concluído em 2010 (Hamú, 2012:107), a antiga residência encontra-se muito bem conservada com retorno da composição original das fachadas. Agora abriga a Casa de Cultura Padre Silvestre.

[553] · 31/01/2020
Vestíbulo e exposição.



[554] · 31/01/2020
Sala lateral e exposição.





Dados

Obra: Casa Padre Silvestre

Ano Construção: ≈1790

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Manuel Álvares da Silva (empreendedor)

Silvestre Álvares da Silva (proprietário)

Cidade: Jaraguá / GO

End.: Rua Vigário Álvares da Silva, 63, Centro

Coordenadas: 15°45'39.7"S 49°20'07.6"W

Altitude: 656 m

Altura: 7,00 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 555 m²

Área Ocupada: 200 m²

Área Construída: 200 m²

Fontes

BERTRAN, Paulo. **História de Niquelândia. Do Distrito do Tocantins ao Lago de Serra da Mesa.** Brasília: Verano Editora, 1998.

CORDEIRO, Cecília Siqueira. **A liberdade religiosa na Assembleia Constituinte de 1823.** Brasília, 2013. Monografia-História, UnB.

DUARTE, Lyz Elizabeth Amorim Melo. **Identidade e tradição em Jaraguá: Permanências e mudanças.** Goiânia: Editora da Agepel, 2004a.

HAMÚ, Daura Rios Pedroso. **A Casa do Padre Silvestre: Símbolo do Patrimônio Cultural.** Goiânia, 2003. Dissertação-Antropologia, PUC-GO.

HAMÚ, Daura Rios Pedroso. **O lugar do Padre Silvestre na memória de Jaraguá.** Goiânia: Editora da Agepel, 2004.

HAMÚ, Daura Rios Pedroso. **Um olhar para as artes que pertenceram ao Padre Silvestre.** In: Aspectos históricos de Jaraguá, p104-148. Anápolis: UEG, 2012.

LOBO, José Ferreira de Souza. **Goianos Ilustres.** Goiânia: Oriente, 1974.

PEDROSO, Dulce Madalena Rios. **Memória de migração: um estudo de caso sobre as relações interétnicas entre índios e colonizadores em goiás no século XIX.** In: Cenários da memória e identidade goiana: O caso de Jaraguá, p.44-64. Goiânia: Editora da Agepel, 2004.

SILVA, Adélia Freitas da. **Entrevista concedida ao programa TBC Memória, Padre Silvestre Álvares da Silva, dia 05/12/2020.** Goiânia, Goiás, 5 de dezembro de 2020.

[555] · 31/01/2020
Detalhe aldraba.



[556] · 31/01/2020
Detalhe tramela.



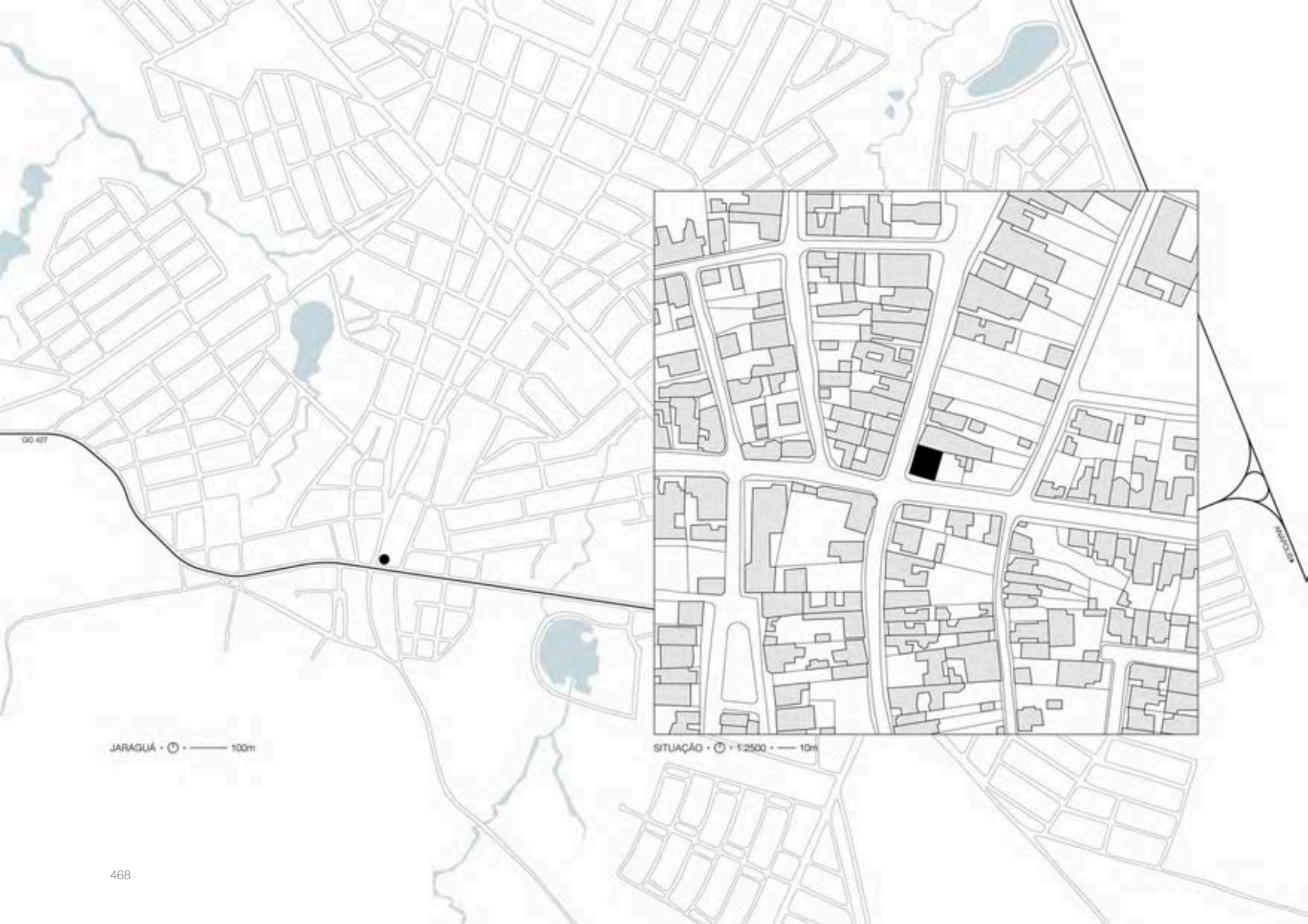
[557] · 31/01/2020
Forro sala lateral.



Desenhos p. 468
[558] [559]

Desenhos p. 469
[560] [561]
[562]

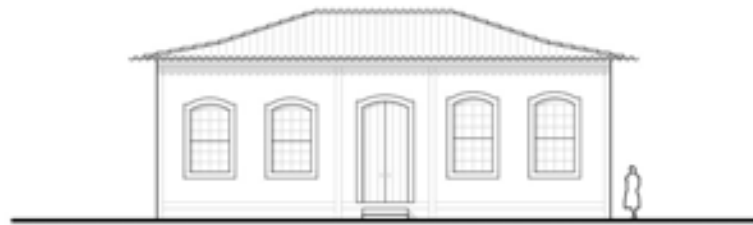




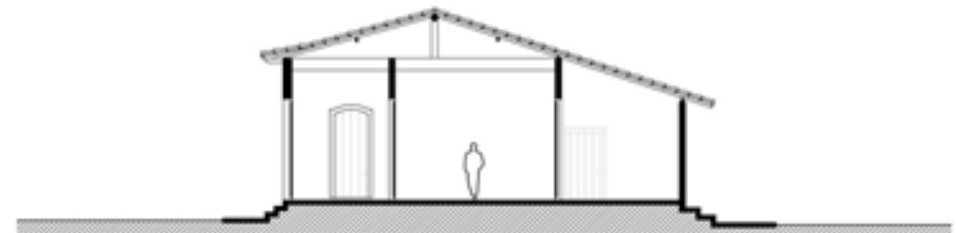
00-427

JARAGUÁ • ○ • 100m

SITUAÇÃO • ○ • 1:2500 • 10m



RUA VIGÁRIO ÁLVARES • 1:250 • — 1m



CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • — 1m

- 01. vestíbulo
- 02. exposição
- 03. acervo
- 04. copa
- 05. varanda
- 06. escritório
- 07. alcova



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [563] · 13/04/2019

≈1800 · RESIDÊNCIA JOAQUIM ALVES ·

≈1800 · Pirenópolis / GO · Residência Joaquim Alves (atual Museu Pompeu de Pina)

[564] · 13/04/2019

Fachada frontal.



[565] · 13/04/2019

Fachada lateral direita.



[566] · 13/04/2019

Detalhe fachada lateral.



Meia Ponte contraria as usuais descrições dos núcleos mineradores, pós mineração. Apesar do abalo causado pela diminuição na produção do ouro, o arraial sai do século XVIII e entra no XIX com boas perspectivas de se manter como núcleo relevante dentro do novo cenário econômico. E, por mais que fatores como posição geográfica, clima e cultura social sejam importantes, pouco valem sem a centelha da vontade humana, as vezes coletiva, mas aqui individual, na figura de um homem que sozinho promove um desenvolvimento não visto em outros centros.

Joaquim Alves de Oliveira (1770-1851), nascido em Pilar, aos 18 de agosto de 1770, filho dos pais pobres Domingos Alves de Campos e Páscoa Pinto de Oliveira. Órfão aos nove anos de idade, foi entregue pelo irmão mais velho ao padre jesuíta Antônio de Azevedo Batista (Franco, 1903:5). Junto com o irmão, Manoel Alves de Oliveira, esteve no Rio de Janeiro/RJ em 1792 na tentativa de seguir a vida eclesiástica. Não o conseguindo, faz nessa viagem os primeiros contatos comerciais, importante elo na cadeia de negócios que o jovem estenderia ao interior de Goiás.

Antes de receber o título de tenente-coronel, iniciou sua trajetória econômica e social a partir de Meia Ponte, onde instalou sua residência e casa comercial e, na zona rural, adquiriu as terras para edificar o Engenho de São Joaquim, atual Fazenda Babilônia [593:491]. No núcleo urbano chegou a ser o maior proprietário de imóveis listados na Décima Urbana de 1819 (Moura, 2018:409).

Já vivendo há alguns anos com Ana Rosa Moreira, filha de rico comerciante português, o casamento é oficializado em 1803 (Costa, 1978:52). É provável que nessa primeira década de 1800 a construção da residência – ou adequação de uma pré-existente – já estivesse iniciada. O engenho só ficaria pronto em 1805, e a moradia urbana seria equipamento fundamental para apoio das atividades comerciais. Com o tempo e com os rendimentos, tanto do comércio quanto da fazenda, a obra foi adornada e alcança o estado final tão elogiado pelos viajantes lá recebidos.



Benfeitor local, durante a década de 1830 Joaquim promoveu importantes iniciativas, com a criação da primeira banda local (Cavalcante, 2019:24), da primeira biblioteca (Curado, 1980:45) e do primeiro jornal da província, o *Matutina Meyapontense* (Carvalho, 2001:51), que tinha como presença constante em suas páginas a pena do cónego Luiz Antônio da Silva e Souza (1764-1840), o proto-historiador goiano. Tanto a biblioteca quanto o jornal foram instalados nessa residência urbana, situada em um pequeno largo da Rua Nova. O interior fora descrito como rico em pinturas e mobiliário (Saint-Hilaire, 1937b:50), a prataria elencada em seu inventário (Oliveira, 2004b:300) seria o toque decorativo final em uma residência de tamanhas proporções. Instalada em três terrenos contíguos que, com o passar do tempo, foram desmembrados e levaram com eles parte da fachada perdida (Pina, 2019). Mesmo parcial, o que sobrou se estende por quarenta e dois metros, limitados por uma escadaria de acesso lateral, que nos parece ser influência das fidalgas casas de Pilar.

[567] · 13/04/2019
Detalhe fachada frontal. ◀

[568] · 13/04/2019
Detalhe acesso lateral. ▶

Foi construída sob embasamento de pedra que apoia a estrutura em madeira e recebe o adobe de vedação. A elevação do baldrame solta o piso da linha de terra, ajudando a resolver tanto a queda topográfica quanto a instalação das pranchas de madeira, protegidas da umidade pelo distanciamento do solo. É possível que todos os cômodos fossem forrados, já que as paredes não alcançam o telhado; das pinturas parietais descritas pelos viajantes do século XIX, não se registra resquício algum.

O edifício está dividido em duas partes, uma totalmente fechada e sem uso, e a outra que abriga o museu criado pelo Sr. Pompeu Christovam de Pina (1934-2014), um dos herdeiros. Este, à época que montava o museu já na década de 1960, tentou, sem sucesso, adquirir a outra parte. O casarão que hoje leva seu nome é rico em peças, documentos e publicações que ele pessoalmente cuidava e organizava. Após sua morte, o acervo vem aos poucos sofrendo o desgaste e perda de peças. Merece olhar mais carinhoso por parte dos órgãos responsáveis pela manutenção e guarda do nosso patrimônio histórico, apesar do cuidado que a família ainda dispense.



Dados

Obra: Res. Joaquim Alves

Ano Construção: ≈1800

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Joaquim Alves (proprietário ≈1800)

Christovam de Pina (fundador museu)

Cidade: Pirenópolis / GO

End.: Rua Nova, 29, Centro

Coordenadas: 15°51'12.4"S 48°57'41.7"W

Altitude: 777 m

Altura: 7,00 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 2.500 m²

Área Ocupada: 366 m²

Área Construída: 366 m²

Fontes

CARVALHO, Adelmo de. **Pirenópolis Coletânea 1727 – 2000. História, Turismo e Curiosidades.** Goiânia: Kelps, 2001.

CAVALCANTE, Silvio. **Barro, madeira e pedra: patrimônios de Pirenópolis.** Brasília: Iphan, 2019.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. **Arraial e coronel: Dois estudos de história social.** São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

CURADO, Glória Grace. **Pirenópolis uma cidade para o turismo.** Goiânia: Oriente, 1980.

FRANCO, Virgílio Martins de Mello. **Commendador Joaquim Alves da Silva (Notícia Biographica).** In: Revista do Arquivo Público Mineiro, n.1, v.8, p.3-14. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1903.

MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830).** São Paulo, 2018. Tese-FAU, USP.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. **A casa como universo de fronteira.** Campinas, 2004b. Tese-Hist., UEC.

PINA, Demétrio Pompeu. **Entrevista com o Sr. Demétrio Pompeu de Pina, atual responsável pelo Museu e filho do Sr. Pompeu Christovam de Pina.** Pirenópolis/GO, 13 de abril de 2019. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás. Volume II.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937b.

TELES, José Mendonça. **A Imprensa Matutina.** Goiânia: CERNE, 1989.

[569] · 13/04/2019 ◀
Sala exposição temporária.

[570] · 13/04/2019 ◀
Sala exposição permanente.

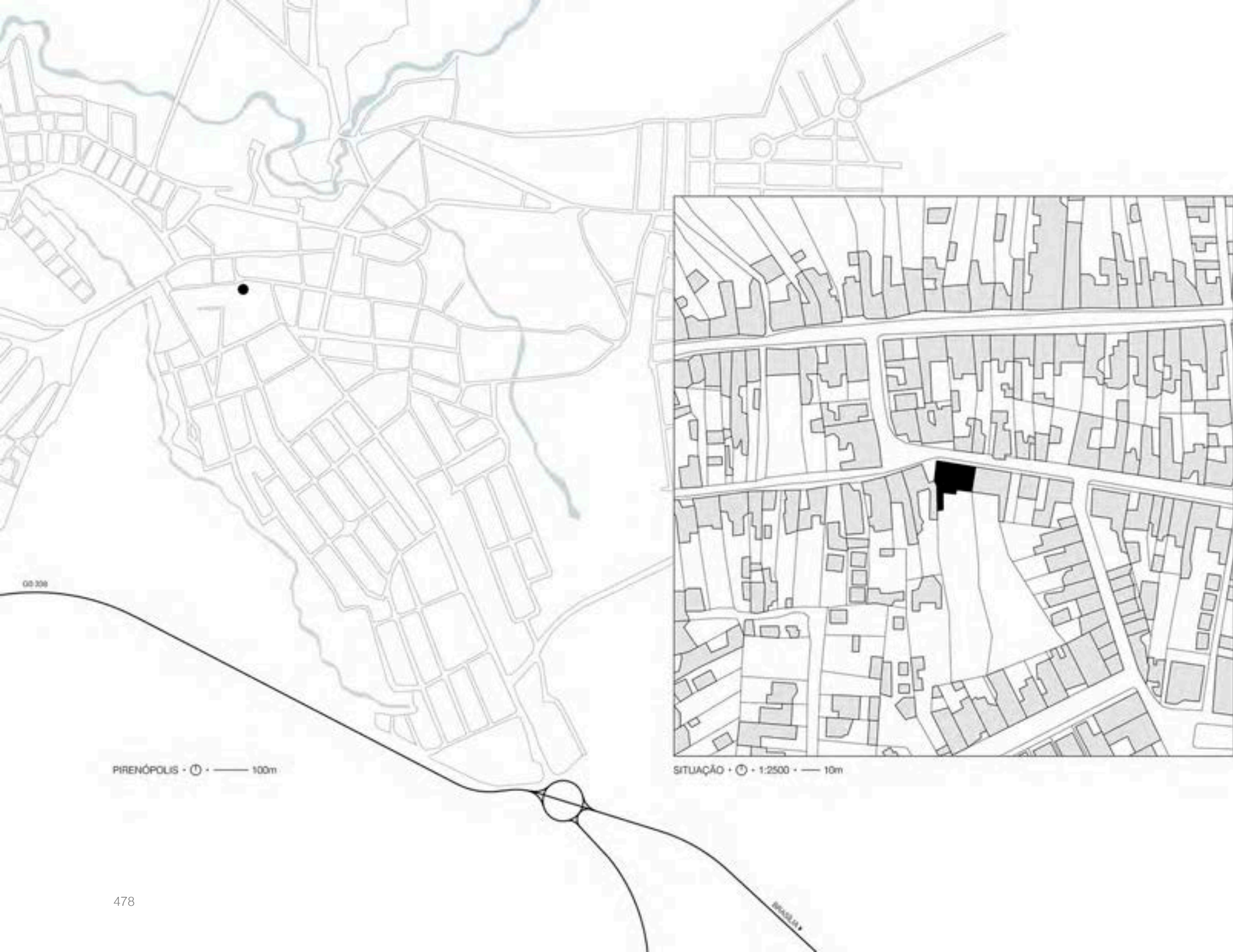
[571] · 13/04/2019 ▶
Sala exposição temporária.

[572] · 13/04/2019 ▶
Sala exposição permanente.

Desenhos p. 478
[573] [574]

Desenhos p. 479
[575] [576]
[577]



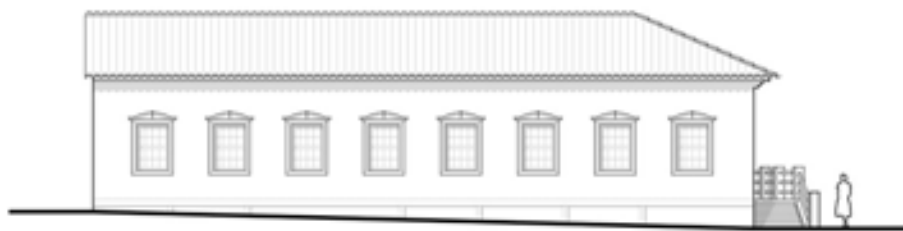


00-200

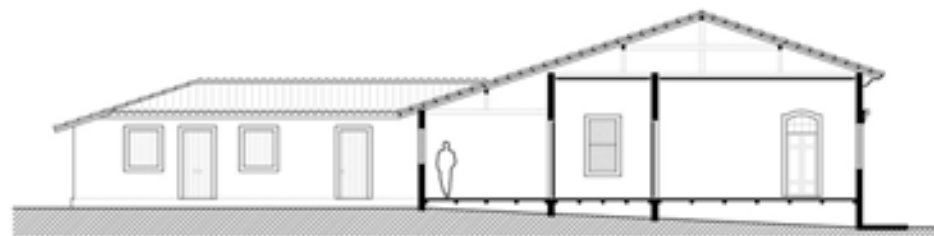
PIRENÓPOLIS - 100m

SITUAÇÃO - 10m

BRASIL

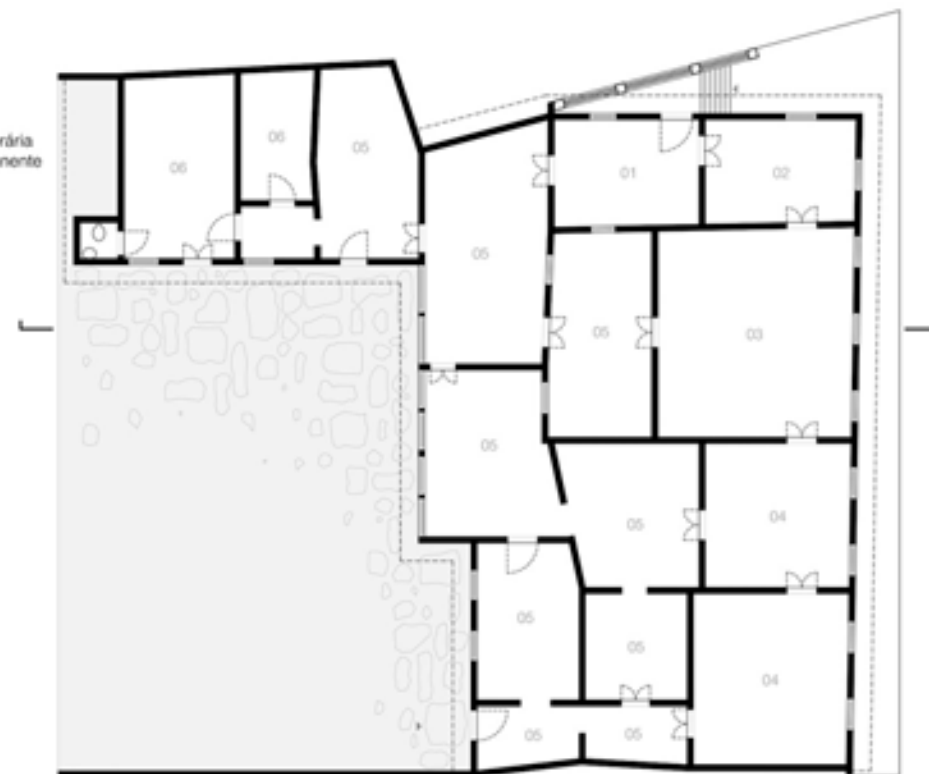


RUA NOVA • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m

- 01. recepção
- 02. reunião
- 03. apresentação
- 04. exposição temporária
- 05. exposição permanente
- 06. depósito



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [578] · 21/10/2021

1801 · MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO CARMO ·

1801 - Monte do Carmo / TO - Matriz de Nossa Senhora do Carmo

Em Monte do Carmo o curso usual da exploração do ouro seguiria, na historiografia, o trajeto de descoberta, febre migratória e esvaziamento, não fosse a figura do padre Faustino José da Gama. Esse trajeto seria o seguro a percorrer, porém as drásticas divergências entre os relatos locais e documentação externa causam certo nó factual ao final do século XVIII. Antes, nos períodos iniciais, Cunha Mattos estabelece a fundação do arraial do Carmo em 1741 (Mattos, 1874:353). Data que afirma após revisão crítica da obra de Silva e Souza, *Memórias Históricas*, que lhe chega em mãos em 1824 (Teles, 1998:30). Mattos argumenta que a pesquisa, sem a verificação *in loco*, em locais pouco desenvolvidos – consequentemente com escassos registros documentais – seria tarefa perigosa, e assim, municiado do já produzido, sai a campo tentando aparar arestas e inconsistências.

A Manoel de Souza Ferreira é atribuída a fundação do arraial; ele que, aos idos de 1770 já andava a pedir *mercês* – concessão de nobreza em caráter individual por feitos ou ações de relevo – e morreu em Natividade (Moraes, 2011:83). O arraial do Carmo, junto com o de Pontal, foram os dois núcleos auríferos mais ao norte da capitania de Goiás e, por isso, sempre atacados por índios. Os recorrentes assaltos fizeram por desaparecer Pontal e levaram ao abandono de fazendas lindeiras ao Carmo (Mattos, 1874:354) e, como consequência, promoveram o desenvolvimento da então Porto Real.

A mudança de cidade, por parte do fundador, poder ser indicio do esgotamento das lavras, em recorte temporal que coincide com o pior período de arrecadação do quinto na região (Palacin; Moraes, 1994 :22). Porém é neste momento, na década de 1780, que surge a figura do padre Faustino da Gama, elemento quase mitológico no cenário local. Este, teria sido nomeado pessoalmente pela Rainha Maria I (1734-1816) e chegaria com milhares de escravos, dominando não apenas a mineração como a criação de gado (Godinho, 1998:52). O fausto, aos sacerdotes às vezes comum, mas sempre não indicado, foi a característica marcante da sua gestão, acompanhada por deslocamentos em liteira e pela instauração do pó de ouro como substituto ao ordinário rapé.

[579] · 21/10/2021 ◀
Fachada frontal.

[580] · 21/10/2021 ◀
Fachadas lateral esquerda.

[581] · 21/10/2021 ▶
Detalhe coberturas.

[582] · 21/10/2021 ▶
Detalhe campanário.



Faustino contratou João Ayres da Silva como administrador dos recursos e da obra da igreja. Finalizada em 1801, foi entregue a outro pároco, agora Inácio de Souza Camargo (Alves, 2009:57). Mais importante que o mito, a figura real e consistente de João Ayres se mostrou como impulsionador da sociedade local. Além de chefe dos correios, comandou em 1810 a expansão do trecho da Estrada Real que, partindo de São Romão/MG, tomaria novo trajeto direto a Porto Real. A diligência, se genética ou exemplar, disseminou-se na família e teve no filho, Joaquim Ayres da Silva (1835-1902), o primeiro intendente de Porto, e no neto, Francisco Ayres da Silva (1872-1957), médico, parlamentar e fundador do jornal *Norte de Goyaz*.

[583] · 21/10/2021
Nave e coro.

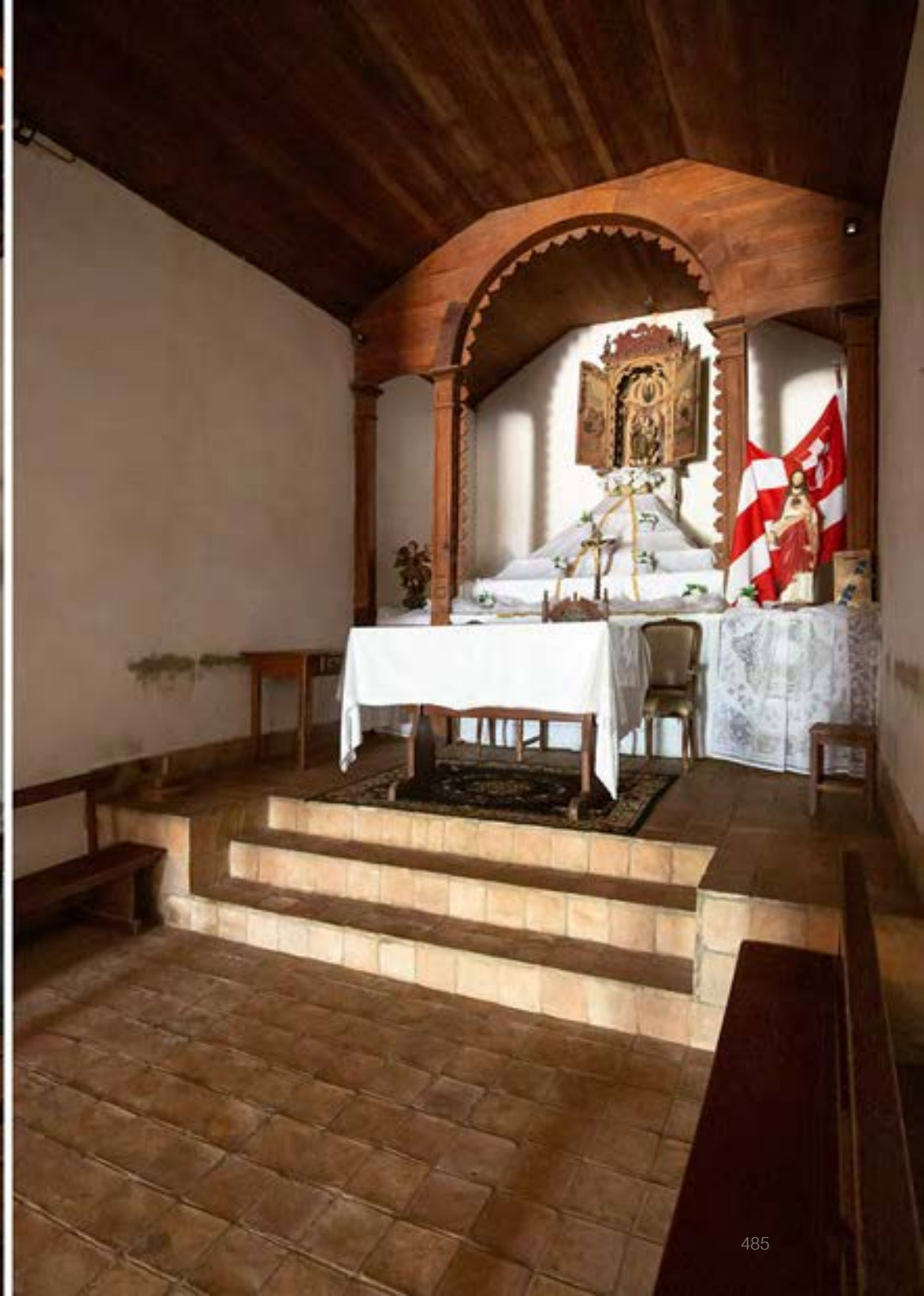


[584] · 21/10/2021
Altar-mor.



Assim, o patriarca prosseguiu com a construção da igreja que, apesar de relativamente grande, não guarda em sua materialidade reflexos de uma pujança material. É um templo importante e, antes da chegada dos padres dominicanos, seria a maior construção em adobe de Goiás. Porém, apesar de em planta equiparar-se à escala da Matriz de Natividade [1147:855], as limitações técnicas do material não permitiam vencer em altura o mais simples dos templos locais, a Igreja de São Benedito [172:215], também em Natividade; ambas em alvenaria de pedra.

A escolha da alvenaria em adobe nos revela ou falta de mão de obra especializada ou de recursos financeiros para obtê-la. Creio que a mão de obra estivesse minimamente disponível uma vez que a Igreja do Rosário de Natividade [518:441], em pedra, apesar de incompleta já era utilizada aos idos de 1780. O relato de Emanuel Pohl (1951b:185), que se encontrou pessoalmente com João Ayres em agosto de 1819, não descreve nenhum exagero ornamental interno à igreja. Talvez tenha se perdido e poderia justificar a riqueza material a que hoje não temos mais acesso. Já em 1810, Carmo perde a condição de cabeça de julgado e paróquia, transferidos a Porto Real. Só em 1963 se estabelece definitivamente como município, rebatizado Monte do Carmo. A fortuna do padre Faustino, se existiu, ficou só para ele. A igreja, que poderia ter sido sua marca perene, não o foi. Esta se destacou mais pelo limite técnico material imposto por um construtor diligente do que por uma possível opulência dourada promovida por um padre, antes avaro, posto que vaidoso.



Dados

Obra: Matriz de N. Sra. do Carmo

Ano Construção: 1801

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Pe. Faustino da Gama (empreendedor)

Pe. Inácio Camargo (empreendedor)

João Ayres da Silva (construtor)

Cidade: Monte do Carmo / TO

End.: Pç. da Matriz, SN, Centro

Coordenadas: 10°45'46.8"S 48°06'30.5"W

Altitude: 307 m

Altura: 7,00 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 1.247 m²

Área Ocupada: 378 m²

Área Construída: 408 m²

Fontes

ALVES, Nazareth Gomes. **Elos Perdidos**. Monte do Carmo: s.n., 2009.

FUNCULT. **Dossiê de Tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Monte do Carmo – Tocantins**. Processo nº: 2012 5301 000028. Fundação Cultural do Tocantins, Palmas: FUNCULT, 2012.

GODINHO, Durval da Cunha. **História de Porto Nacional**. s.l.:s.n., 1988.

MATOS, Eldiza Gomes. **Monte do Carmo: Suas origens e evolução no contexto sócio-cultural, histórico e religioso**. Palmas: Nagô Editora, 2018.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **CHOROGRAPHIA historica da provincia de Goyaz**. Parte I. In: Revista do IHGEB, tomo XXXVII, parte primeira, p.213-398. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro, 1874.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. **Em terra de cego, caolho tem vida de rei: As migrações no setecentos para o sertão dos Guayazes. Notas de pesquisa**. In: Revista UFG, Ano XIII, n.10, p.68-92. Goiânia: UFG, 2011.

PALACIN, Luiz; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás**. Brasília: SPHAN, 1987.

PALACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás (1722-1972)**. Goiânia: Editora da UCG, 1994.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no Interior do Brasil: Volume II**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951b.

TELES, José Mendonça (Coord.). **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

[585] · 21/10/2021
Detalhe retábulo lateral. ◀

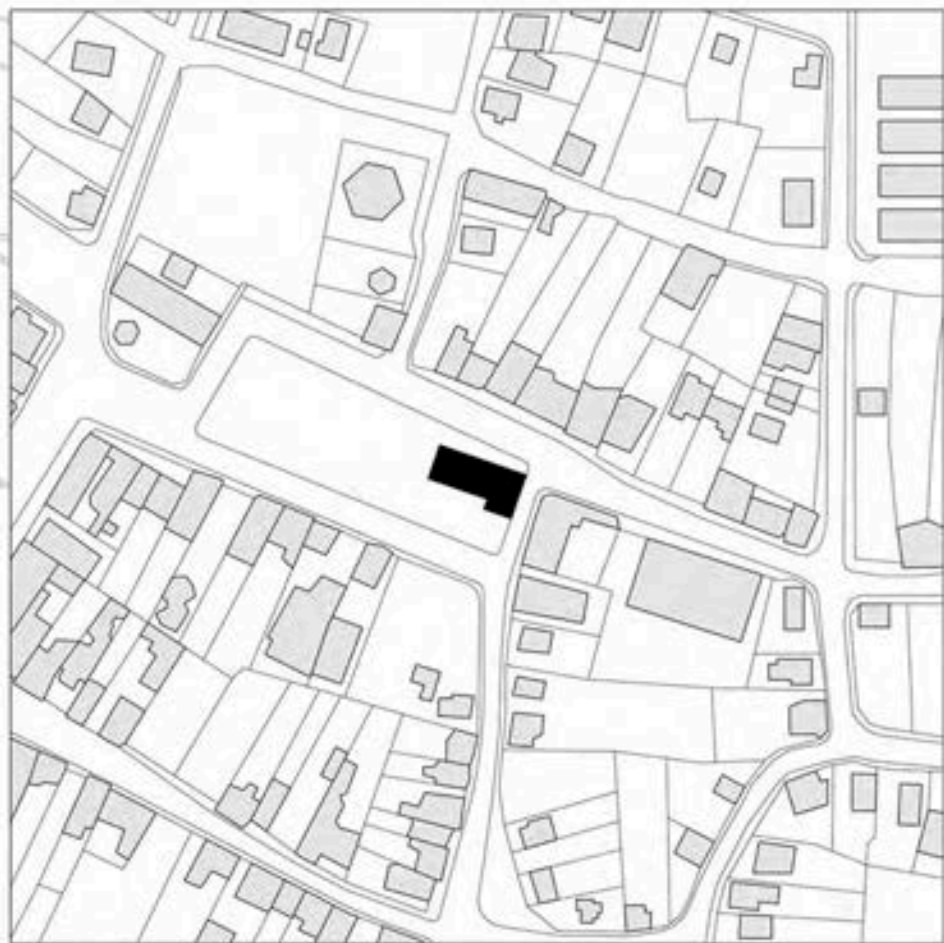
[586] · 21/10/2021
Detalhe retábulo lateral. ◀

[587] · 21/10/2021
Altar lateral e arco-cruzeiro. ▶

Desenhos p. 488
[588] [589]

Desenhos p. 489
[590] [591]
[592]

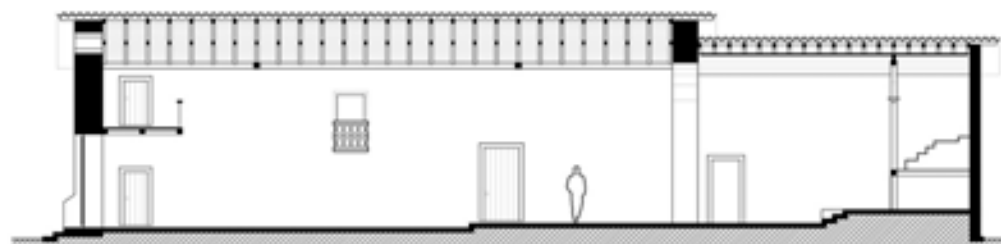




SITUAÇÃO • ○ • 1:2500 • — 10m

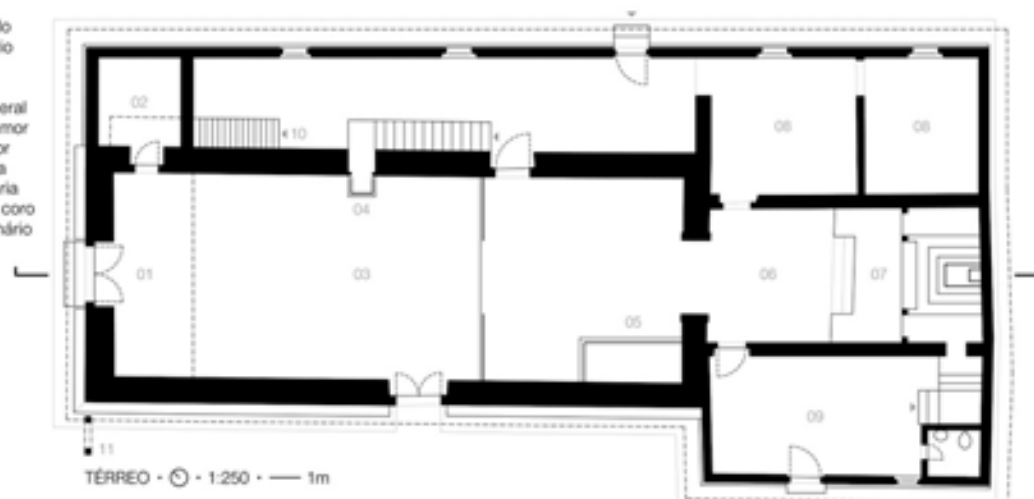


PRAÇA NOSSA SENHORA DO CARMO • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m

- 01. vestíbulo
- 02. batistério
- 03. nave
- 04. púlpito
- 05. altar lateral
- 06. capela mor
- 07. altar mor
- 08. sacristia
- 09. secretaria
- 10. acesso coro
- 11. campanário



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [593] · 14/07/2021

1805 · ENGENHO SÃO JOAQUIM ·

1805 - Pirenópolis / GO - Engenho São Joaquim (atual Fazenda Babilônia)

[594] · 14/07/2021
Detalhe capela.



Caso Joaquim Alves de Oliveira (1770-1851) reduzisse seus esforços mercantis apenas ao âmbito urbano, com a instalação de casa comercial, banda musical, jornal e filantropismo, o impacto de suas ações já seria suficiente para impulsionar o desenvolvimento de Meia Ponte a um dinamismo incomum às primeiras décadas do século XIX. Porém, não contente em apenas comercializar, arrisca-se a produzir, para isso instala na zona rural o famoso Engenho de São Joaquim.

[595] · 14/07/2021
Estar.



[596] · 14/07/2021
Detalhe acesso.



O empreendimento tem seus primeiros equipamentos construídos entre os anos de 1800 e 1805 (Jayme, 1943:33). A sede será o centro de uma miniaturizada sociedade regida por Joaquim Alves, organizada, limpa e sempre elogiada pelos viajantes que ali se hospedaram (Costa, 1978:52). O dinamismo do chefe se comprovaria a partir das múltiplas atividades exercidas na propriedade. Havia plantações de cana, mandioca, milho e algodão, que eram beneficiados em alambiques, raladores e descaroadores movidos a água ou braço escravo.

Havia uma certa postura administrativa mais eficiente por parte de Joaquim Alves que buscava maximizar a produção por meio da tecnologia e dos cuidados com seus trabalhadores. Fazia uso do raro arado e, dispensando as queimadas, renovava o solo por meio da adubação com o bagaço da cana. (Moura, 2004:16). A própria implantação dos equipamentos visava a economia de distâncias e o maior controle visual a partir da sede. Os escravos eram bem tratados, com instalações higienizadas, estimulados a plantarem para si aos domingos e dispunham de uma pequena creche para cuidar das crianças enquanto as mães trabalhavam (Saint-Hilaire, 1973b:184). Hipóteses foram levantadas – relatos orais não documentalmente confirmados – de que grande parte da fortuna de Joaquim Alves foi levantada por meio do comércio de escravos (Costa, 1978:47). Fato é que a multiplicidade das fontes de renda – ampliadas ao entrar no processo produtivo, abrangendo, desde a venda de produtos industrializados até o beneficiamento agrícola em grande escala – o levou a acumular cerca de vinte vezes o valor arrecadado pela província de Goiás em 1818 (Costa, 1978:45).



A necessária centralização para fins de controle mais eficiente influenciou na setorização geral da propriedade e no partido arquitetônico da sede. Os ambientes íntimos, sociais e produtivos estão protegidos sobre uma única cobertura, qualidade apropriada pelos modernistas paulistas, que por muito tempo resolveram programas complexos protegidos por extensa cobertura de concreto armado, como vistos na Faculdade de Arquitetura a USP ou Jóquei Clube de Goiânia [1623:1173]. Assim o telhado é elegantemente curvado e pousa em esbeltos pilares de aroeira, abrigando residência completa, capela, quartos para visitantes e o engenho no grande vão central contíguo a zona de produção de açúcar, atual cozinha. A parte residencial, na atual sala de tv, apresentava uma loja onde era comercializada a pequena produção (Moura, 2004:32) conectada ao corredor central que liga a varanda frontal ao salão dos fundos, este protegido por trabalhadas divisórias em madeira. Deste salão posterior saía-se às senzalas, das quais remanescem as fundações de alguns trechos.

[597] · 14/07/2021
Varanda.



[598] · 14/07/2021
Engenho.



[599] · 14/07/2021
Detalhe cozinha.



Apesar das modernidades empreendidas pelo comendador Joaquim Alves, a arquitetura faz uso das técnicas tradicionais do período, no caso a tríade composta por pedras para o embasamento, madeira para a estrutura e barro para vedação. Há algum trabalho escultórico nos cachorros e pináculos de guarda-corpos além de dois sinos de comunicação à frente da capela. Esta por si só uma pequena joia. A horizontalidade domina todas as forças visuais da volumetria e altura de 7m da cumeeira passa despercebida a partir da cota de acesso frontal.

O Engenho, palco de tantas felicidades para Meia Ponte, foi símbolo de grande tristeza para o comendador. Em 1833, o amante de sua filha vítima com um tiro a matriarca Ana Rosa ao ser flagrado por ela em um dos quartos (Costa, 1978:60). Preso pelos escravos, o assassino misteriosamente desaparece no caminho antes de ser entregue às autoridades. A partir desse dia, a luz de Joaquim Alves desvanece, perdendo o ímpeto que o moveu até ali. Após sua morte, em 1851, o engenho passa ao genro, Costa Teixeira, que em 1864 deixa de herança aos três filhos. Deles é adquirido pelo padre Simeão Estelita Lopes Zedes (1835-1899) (Costa, 1978:67), bisavô da atual proprietária Telma Lopes Machado (1950-) que o transformou em importante ponto turístico de Goiás.



Dados

Obra: Engenho São Joaquim

Ano Construção: 1805

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Joaquim Alves (proprietário 1804)

Costa Teixeira (proprietário 1851)

Simeão Zedes (proprietário 1864)

Telma Lopes Machado (proprietária)

Cidade: Pirenópolis / GO

End.: GO 431, SN, Km 3

Coordenadas: 16°01'10.3"S 49°05'01.5"W

Altitude: 676 m

Altura: 7,00 m

Pavimentos: Térreo + Inferior

Área Terreno: 22.500 m²

Área Ocupada: 1.040 m²

Área Construída: 1.290 m²

Fontes

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. **Arraial e coronel: Dois estudos de história social**. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

FRANCO, Virgílio Martins de Mello. **Commendador Joaquim Alves da Silva (Notícia Biographica)**. In: Revista do Arquivo Público Mineiro, n.1, v.8, p.3-14. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1903.

JAYME, Jarbas. **Cinco vultos meiapontenses; ensaios biográficos**. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1943.

MOURA, Nádia Mendes de. **Casa Sede da Fazenda Babilônia Pirenópolis – GO – Volume 01 – Levantamento Cadastral**. Salvador, 2004. Esp.-CECRE, UFBA.

MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830)**. São Paulo, 2018. Tese-FAU, USP.

LIMA, Elder Rocha. **Guia sentimental da cidade de Pirenópolis**. Brasília: Superintendência do IPHAN em Goiás, 2010a.

PALACIN, Luís; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás**. Brasília: SPHAN, 1987.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás. Volume II**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937b.

SOUZA, Marcos André Torres. **Uma outra escravidão: a paisagem social no engenho de São Joaquim, Goiás**. In: Vestígios - Revista Latino-Americana De Arqueologia Histórica, n.1, v.1, p.59-92. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

[600] · 14/07/2021
Campanário.



[601] · 14/07/2021
Varanda.



[602] · 14/07/2021
Capela.



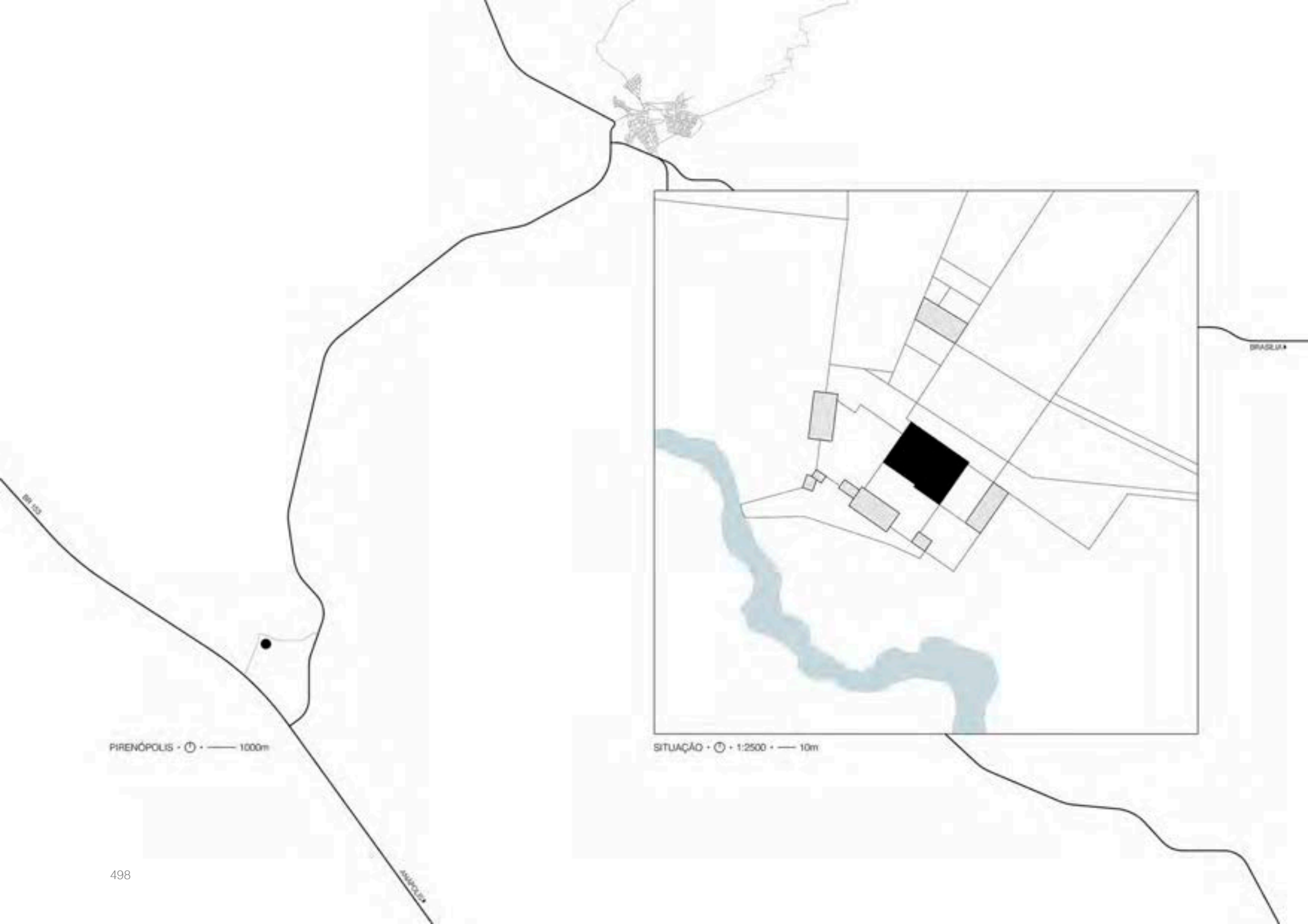
Desenhos p. 498
[603] [604]

Desenhos p. 499
[605]
[606]

Desenhos p. 500
[607]
[608]

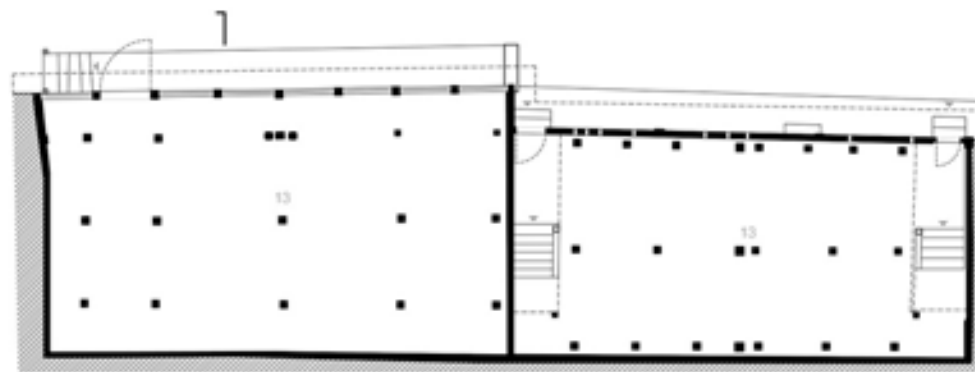
Desenhos p. 501
[609]
[610]





PIRENÓPOLIS - 1:1000 - 1000m

SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m

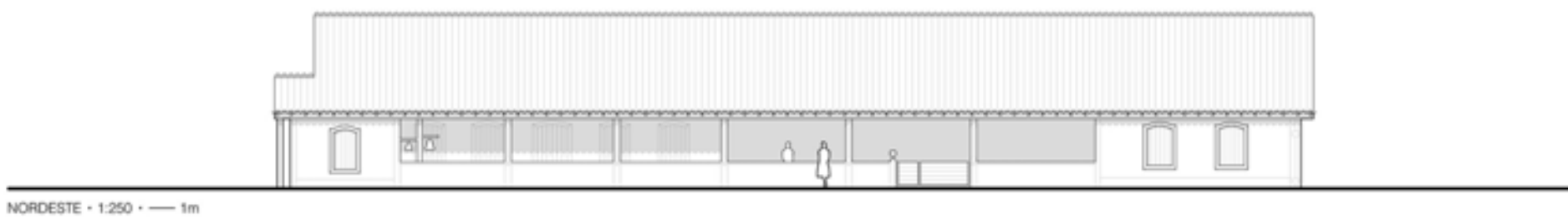
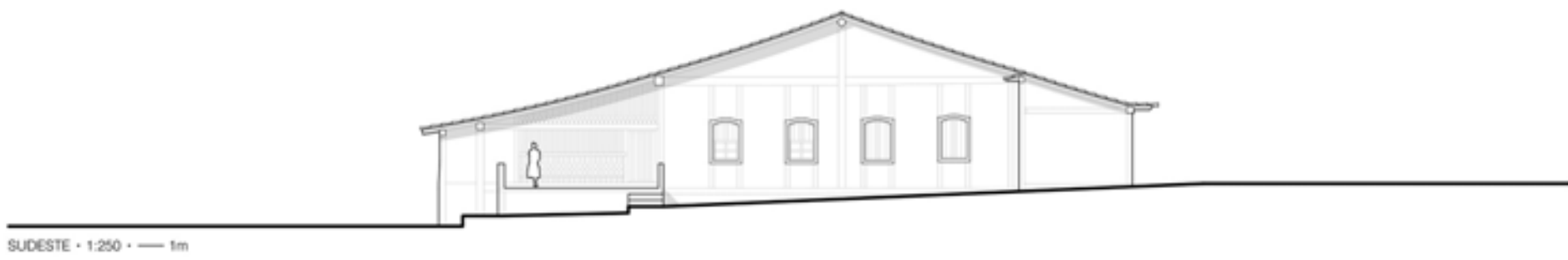


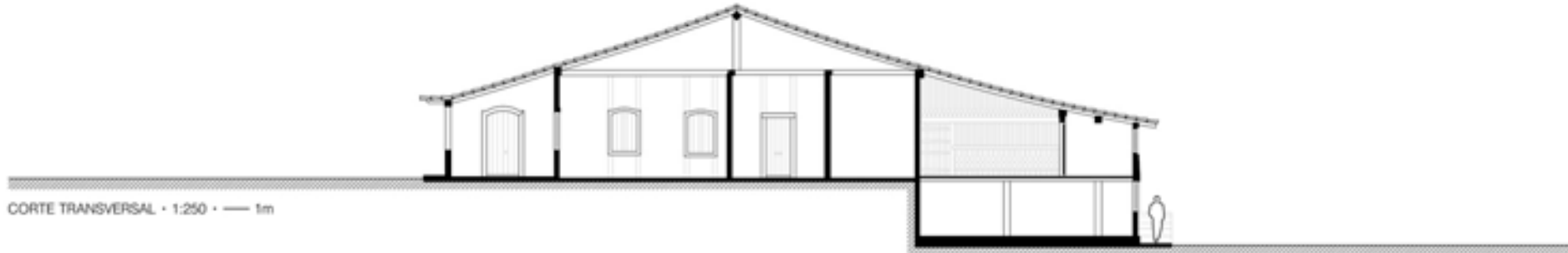
INFERIOR • 1:250 • 1m



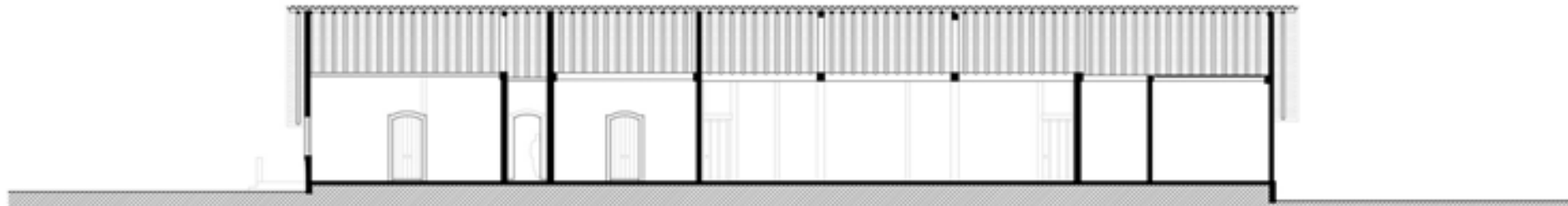
TÉRREO • 1:250 • 1m

- 01. varanda
- 02. capela
- 03. escritório
- 04. depósito
- 05. engenho
- 06. museu
- 07. estar
- 08. quarto
- 09. vestir
- 10. despensa
- 11. apoio
- 12. cozinha
- 13. porão





CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO E CULTURA

◀ [611] · 05/03/2020

≈1830 · CASARÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA ·

≈1830 · Corumbá de Goiás / GO · Casarão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

[612] · 05/03/2020
Fachada posterior.



[613] · 05/03/2020
Detalhe fachada lateral.



[614] · 05/03/2020
Fachada frontal.



Apesar de surgida nas primeiras décadas do século XVIII, equiparada temporalmente com a formação de Meia Ponte, grande parte da conformação urbana e arquitetônica do centro histórico de Corumbá, que percebemos hoje, tomou corpo a partir do século XIX e início do XX. O espaço urbano sofreu modificações (Lima, 2012:42), e grande parte das edificações foram concluídas já no período imperial.

Relatos deixados por Auguste de Saint-Hilaire (1937b:43) e Johann Emanuel Pohl (1951a:268) em 1819, ou Cunha Mattos (1874:236) em 1824, são unânimes na descrição das edificações: baixas, simples, sem maiores notas de escala ou apuro técnico. Válidos também para a Matriz de N. Sra. da Penha de França [644:523] que, mesmo no relato mais recente, encontrava-se parcialmente arruinada após o colapso dos esteios.

Estas questões lançam luz em alguns pontos duvidosos. O primeiro se refere à decadência dos arraiais após o esgotamento do ouro; essa comum afirmação não pode ser tomada rigorosamente. No caso de Corumbá, o dinamismo construtivo e a finalização de obras importantes acontecerá justamente após a mudança de atividade econômica principal. O segundo, consequência do primeiro, nos leva a uma reavaliação do entendimento da pecuária e agricultura não mais como mera opção de subsistência.

Assim, serão essas as atividades a financiar a construção dos sobrados, mais caros financeiramente e complexos tecnologicamente. Estes foram construídos às dezenas entre 1824 e 1889 (Curado, 2014:24), e arrastavam consigo a intensificação das atividades comerciais, já que muitos foram edificados para abrigar lojas no pavimento térreo, em aproveitamento dos fluxos de viajantes e tropeiros que por lá passavam. Outras obras de vulto local são concluídas com recursos particulares, de contribuintes locais (Curado, 2007:17), como a Igreja Matriz ou a antiga Casa de Câmara e Cadeia, de 1857, já demolida em 1937.



Sendo precisa e isenta a tradição oral captada por Manuel Fleury Curado (1887-1981) – transmitida a seu sobrinho, Dr. Hercilio Fleury (1910-1989) e colhidas por Ramir Curado (2021) – o edifício da atual Secretaria Municipal de Educação e Cultura é um documento que nos revela a agricultura não apenas como atividade à manutenção de necessidades primárias. Neste caso, teria sido construído por uma ex-escrava, Ciaca, que, com os rendimentos de seu trigal, financiou não só sua alforria como seu casarão, edificado em área nobre, largo da Matriz, ao lado das residências dos chefes locais, em algum ano da década de 1830 (Curado, 2010:64). Posteriormente adquirido pelo coronel da Guarda Nacional Domingos Alves de Magalhães e depois vendido pelos herdeiros ao comerciante Euzébio Ceciliano Curado (1876-1945), em 1930. Este o negocia com a municipalidade em 1940, que o ocupa com diversas entidades, destacando-se o Fórum Municipal e a Corporação 13 de Maio.

[615] · 05/03/2020 ◀
Detalhe fachada frontal.

[616] · 05/03/2020 ◀
Acesso pavimento superior.

[617] · 05/03/2020 ▶
Corredor superior.

A topografia acidentada de Corumbá foi forte condicionante na distribuição da planta, dividida em dois andares. O primeiro, se dá alinhado com a calçada, este já a quase dois metros acima do nível da rua. O segundo, apesar de superior para a parte frontal, aos fundos é acessado de nível com o quintal, contido no pavimento inferior por espesso muro de pedras. Essa diferença de cotas também guiou a intervenção realizada pelo Iphan em 2007 que trabalhou o jogo de rampas, escadas e contenções com a Pedra de Pirenópolis, deixando-a formalmente integrada ao espaço público. A plataforma em madeira prolonga a calçada permitindo o acesso ao pavimento superior e se incorpora à escada e guarda corpo em composição que afirmam ser recuperação iconográfica (Iphan, 2007:3).

O resgate deste elemento se integrou harmonicamente ao conjunto monolítico que utiliza a madeira como elemento principal da estrutura e o adobe em seu emparedamento externo. As esquadrias, também em madeira, têm suas vergas prolongadas em pequenas aspas laterais. Detalhe particular que se repetiu por toda a cidade, até em obras mais recentes como a residência construída por André Fleury Curado (1885-1957), em 1915 [934:714], que apesar de seguir uma distribuição de planta e acessos típicas das novas moradas ecléticas, se utilizam do repertório formal tradicional – hibridismo típico de momentos de transição estilística.



Dados

Obra: Casarão da Sec. de Educação e Cultura

Ano Construção: ≈1830

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Ciaca (proprietária 1830)

Domingos Alves (proprietário 1930)

Euzébio Curado (proprietário 1940)

Cidade: Corumbá de Goiás / GO

End.: Rua Félix Curado, 143, Centro

Coordenadas: 15°55'29.8"S 48°48'26.4"W

Altitude: 962 m

Altura: 8,00 m

Pavimentos: Inferior + Térreo

Área Terreno: 656 m²

Área Ocupada: 203 m²

Área Construída: 348 m²

Fontes

CURADO, Ramir. **Síntese histórica de Corumbá de Goiás.** Anápolis: Edhaca, 2007.

CURADO, Ramir. **História jurídica de Corumbá de Goiás.** Goiânia: Gráfica do TJGO, 2010.

CURADO, Ramir. **Tempos históricos: Corumbá de Goiás dos primórdios à atualidade.** Anápolis: Edição Editora, 2014.

CURADO, Ramir. **Entrevista com o Sr. Ramir Curado, professor e historiador.** Brasília/DF, 15 de março de 2021. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

IPHAN. **Caderno de Manutenção e Especificações Técnicas. Casarão da Educação e Cultura.** Pirenópolis: 14ª SR Escritório Técnico II, 2007.

LIMA, Elder Rocha. **Notícias de Corumbá de Goiás.** Brasília: Superintendência do IPHAN em Goiás, 2012.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **CHOROGRAPHIA historica da provincia de Goyaz.** Parte I. In: Revista do IHGEB, tomo XXXVII, parte primeira, p. 213-398. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro Editor, 1874.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no Interior do Brasil: Volume I.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951a.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás. Volume II.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937b.

[618] · 05/03/2020 ◀
Aberturas sala superior.

[619] · 05/03/2020 ◀
Aberturas sala inferior.

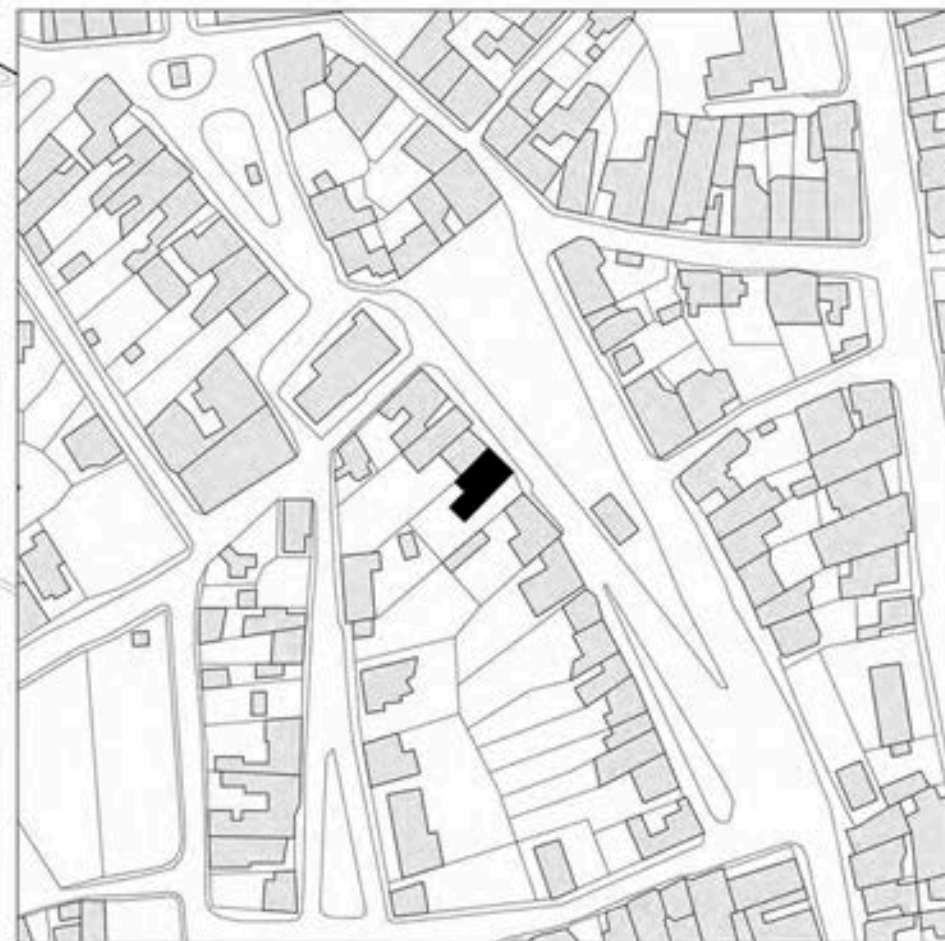
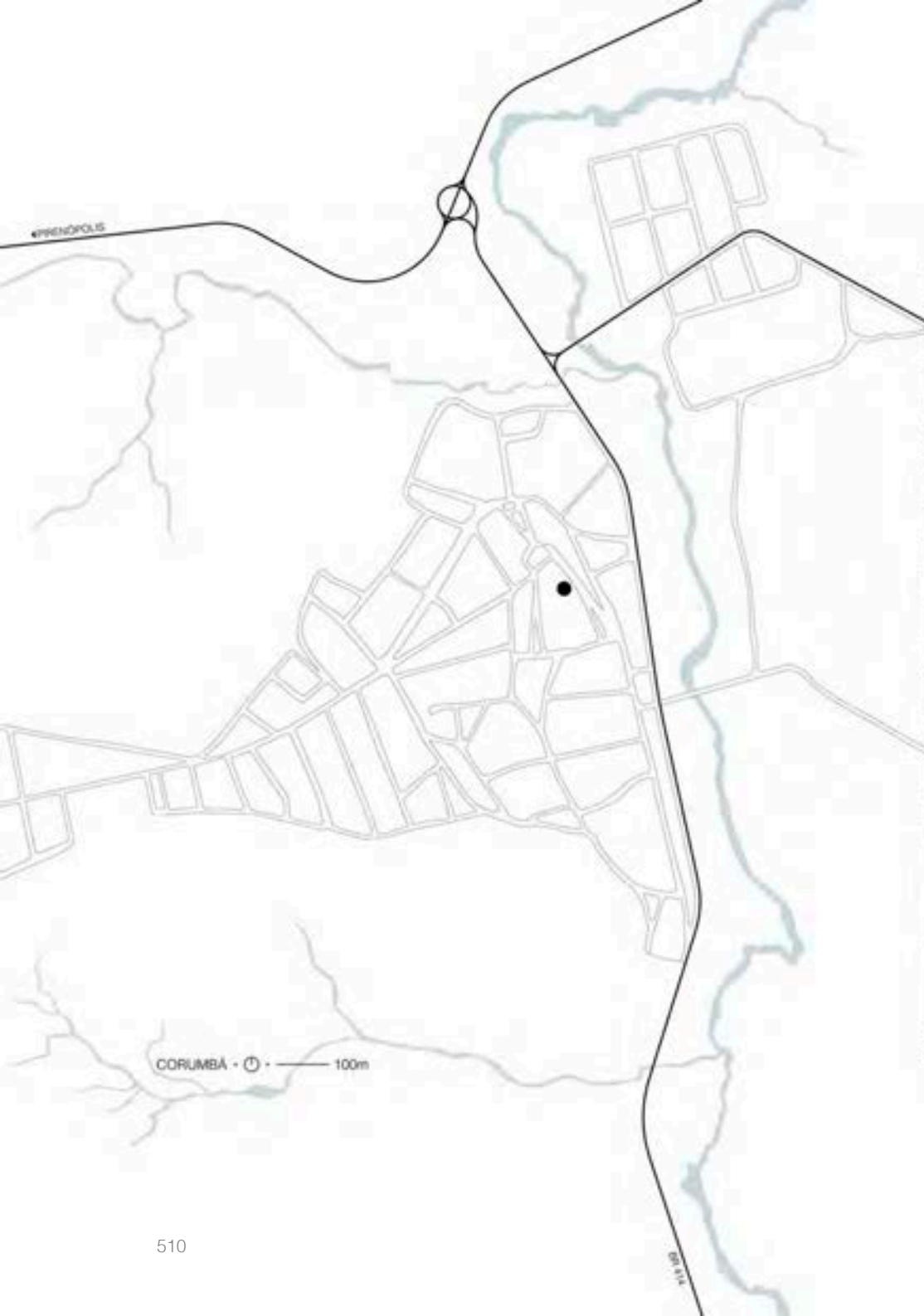
[620] · 05/03/2020 ▶
Escada pavimento térreo.

[621] · 05/03/2020 ▶
Escada pavimento inferior.

Desenhos p.510
[622] [623]

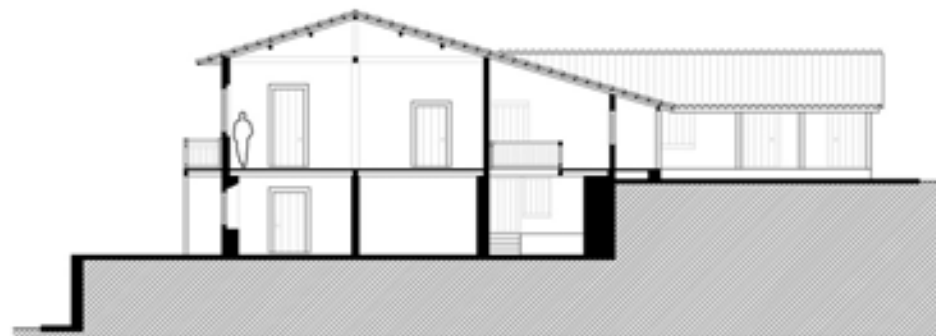
Desenhos p. 511
[624] [625]
[626] [627]



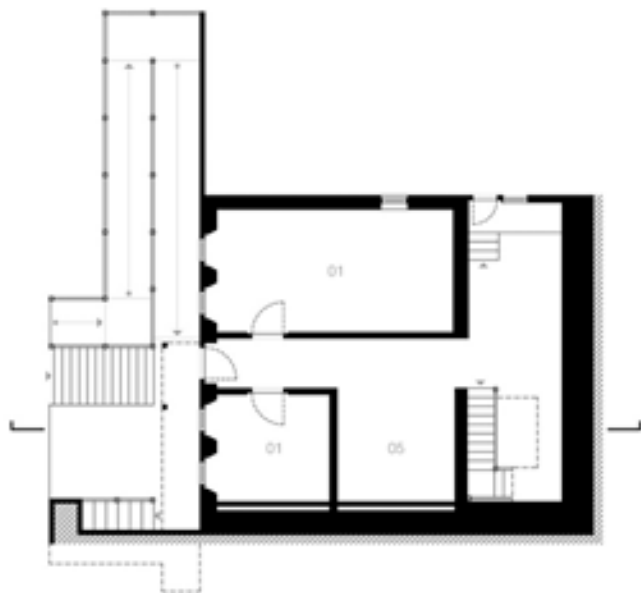




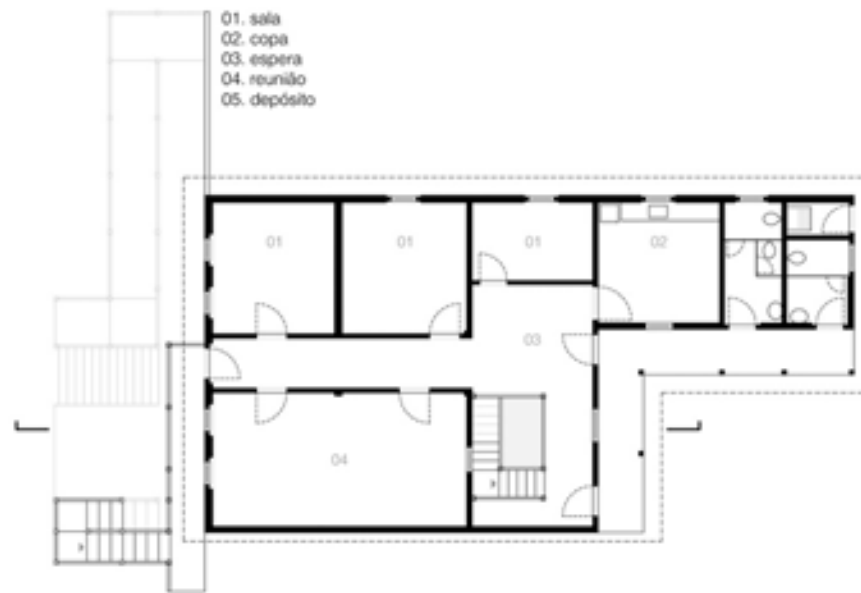
PRAÇA DA MATRIZ • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



INFERIOR • 1:250 • — 1m



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [628] · 19/07/2021

1857 · IGREJA DE NOSSO SENHOR DO BONFIM ·

1857 · Silvânia / GO · Igreja de Nosso Senhor do Bonfim

Além do ouro, outro elemento comum aos arraiais do século XVIII é a posterior destruição e descaracterização do tecido urbano e suas edificações originárias. Silvânia, inicialmente arraial do Bonfim, é um dos piores casos. Mesmo sendo terra natal de Americano do Brasil (1891-1932), historiador e um dos primeiros conservacionistas de Goiás, não foi possível conciliar a manutenção de sua memória edificada com as atualizações promovidas por um dito progresso que, na maioria das vezes, é o termo empregado para justificar destruições em prol de capitalização efêmera.

Assim, perdemos grande parte do casario tradicional, a Igreja do Rosário foi demolida, a Casa de Câmara e Cadeia ruiu e os sobrados, tão raros até no século XIX, também desapareceram. A Igreja do Nosso Senhor do Bonfim acompanhou essas transformações, sofrendo grande parte dessas agressões e quase se perdendo (Souza, 2011:61). De pequena capela demolida a templo arruinado e reconstruído, suportou diversos golpes e hoje se apresenta em configuração materializada em meados do século XIX.

O arraial do Bonfim tem uma fundação mais tardia, 1774, sendo bem aceita a versão de que José Antônio, proveniente do arraial de Santa Luzia, busca novas minas em outras regiões. Bonfim assim o foi pela imagem do santo trazida por mineiros da Bahia, que construíram a primeira capela no local da igreja atual. Ponto mais elevado dos primeiros limites e bem próximo de veios auríferos, tão próximo que foi cogitado derrubar a igreja para explorar ouro em suas fundações (Palacin; Borges, 1987:105).

Sua posição em uma Estrada Real – mais precisamente o *Caminho de Goyazes*, que saía de São Paulo até Santa Luzia e seguia até Meia Ponte (Barbo, 2015:278) – foi fundamental para a manutenção econômica durante o século XIX. Elevada a vila em 1843, recebe os trilhos da Estrada de Ferro Goiás e é rebatizada Silvânia em 1943. Com isso, instala-se um outro momento de desenvolvimento e expansão econômica, já há muito distante da mineração.

[629] · 19/07/2021 ◀
Fachadas lateral direita.

[630] · 19/07/2021 ◀
Detalhe fachada lateral.

[631] · 19/07/2021 ▶
Torre sineira.



Antes de chegar à configuração atual, a Igreja do Bonfim percorreu um calvário de demolições, reconstruções, acréscimos e decréscimos. Provável que a primeira capela tenha surgido ainda em 1774, quando da instalação do arraial e das atividades mineradoras. Em 1819, Auguste de Saint-Hilaire (1937b:195) dá notícias da igreja, acusando-a de ser muito pequena, indicando a permanência da capela primitiva. Em 1827, William John Burchell (Ferrez, 1981:114) apresenta um desenho da Praça do Bonfim e o templo agora com nave, capela e sacristia, espaço mais amplo, indicando construção diferente da observada por Saint-Hilaire.

[632] · 19/07/2021
Candelabro.



[633] · 19/07/2021
Nave e coro.



[634] · 19/07/2021
Detalhe arco lateral.



[635] · 19/07/2021
Detalhe arco-cruzeiro.



Humberto Crispim Borges (1981:78), por meio de documentos levantados junto ao Arquivo Histórico de Goiás, registra que, para manutenção do templo, em ruínas, a única solução viável seria demolir e reconstruir; o que acontece em 1849. A capela-mor é finalizada em 1857 e assim define-se o volume principal, com as características que conhecemos hoje. A partir dessa base, expande-se a capela lateral esquerda e acrescenta-se a torre sineira à direita.

Implantada em uma pequena elevação, ponto divisor da topografia, delimita a área urbanizada com o vale aos fundos. Em frente a ampla praça, permanece a mesma configuração original do século XVIII, essa conformava um espaço que recebia as principais edificações da época, como a Casa de Câmara e Cadeia e outros órgãos administrativos, além de casarões das principais famílias.

Sob o aspecto estrutural é conformada por fundações de pedra com o aprofundamento dos pilares, tal qual pequena estaca, que estabelecem a base para a armação independente sob a qual descarrega o madeiramento do telhado e fechamentos em barro cru. Por prospecção de algumas partes, foi possível perceber o misto de vedações, ora adobe, ora pau a pique (Souza, 2011:51). Dos templos de Goiás, foi o maior construído com a estrutura independente de madeira, o que pode ter levado o material aos limites de sua resistência, fragilizando sua estrutura. Em 1986 encontrava-se mais uma vez em situação crítica. Iniciam-se sucessivas intervenções, até a última, em 2017, que, acrescentando um museu de arte sacra, autorizou mais algumas décadas de sobrevivência.



Dados

Obra: Igreja de Nosso Sr. do Bonfim

Ano Construção: 1857

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Não encontrado

Cidade: Silvânia / GO

End.: Pç. do Bonfim, 2, Centro

Coordenadas: 16°39'14.7"S 48°36'15.0"W

Altitude: 894 m

Altura: 12,20 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 1.895 m²

Área Ocupada: 624 m²

Área Construída: 672 m²

Fontes

BARBO, Lenora. **Cartografia histórica: território, caminhos e povoados em Goiás: 1722-1889**. Brasília, 2015.

Tese-FAU, UnB.

BORGES, Humberto Crispim. **História de Silvânia**. Goiânia: CERNE, 1981.

CAMPOS JÚNIOR, Paulo Borges. **A locomotiva nas fronteiras: O veículo das transformações em Goiás – 1913-1940**. Goiânia, 2014. Tese-Ciências Ambientais, UFG.

FERREZ, Gilberto. **O Brasil do 1º Reinado visto pelo botânico William John Burchell**. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, 1981.

MIRANDA, Déa Márcia Carneiro. **População e escravidão numa freguesia goiana: Bonfim, 1770 a 1870**. Goiânia, 1997. Monografia-História, UFG.

PALACIN, Luiz; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás**. Brasília: SPHAN, 1987.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás. Volume II**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937b.

SANCHES, Cida. **De Bonfim a Silvânia**. Um olhar sobre a cidade. Goiânia: Ed. PUC-GO/Kelps, 2011.

SOUZA, Karla Ferreira de. **Igreja e Praça do Bonfim em Silvânia – Goiás: Diretrizes de conservação preventiva para a igreja e requalificação de sua praça**. Salvador, 2011. Dissertação-CECRE, UFBA.

[636] · 19/07/2021

Detalhe altar-mor.



[637] · 19/07/2021

Altar lateral esquerdo.



[638] · 19/07/2021

Altar lateral direito.



Desenhos p. 520

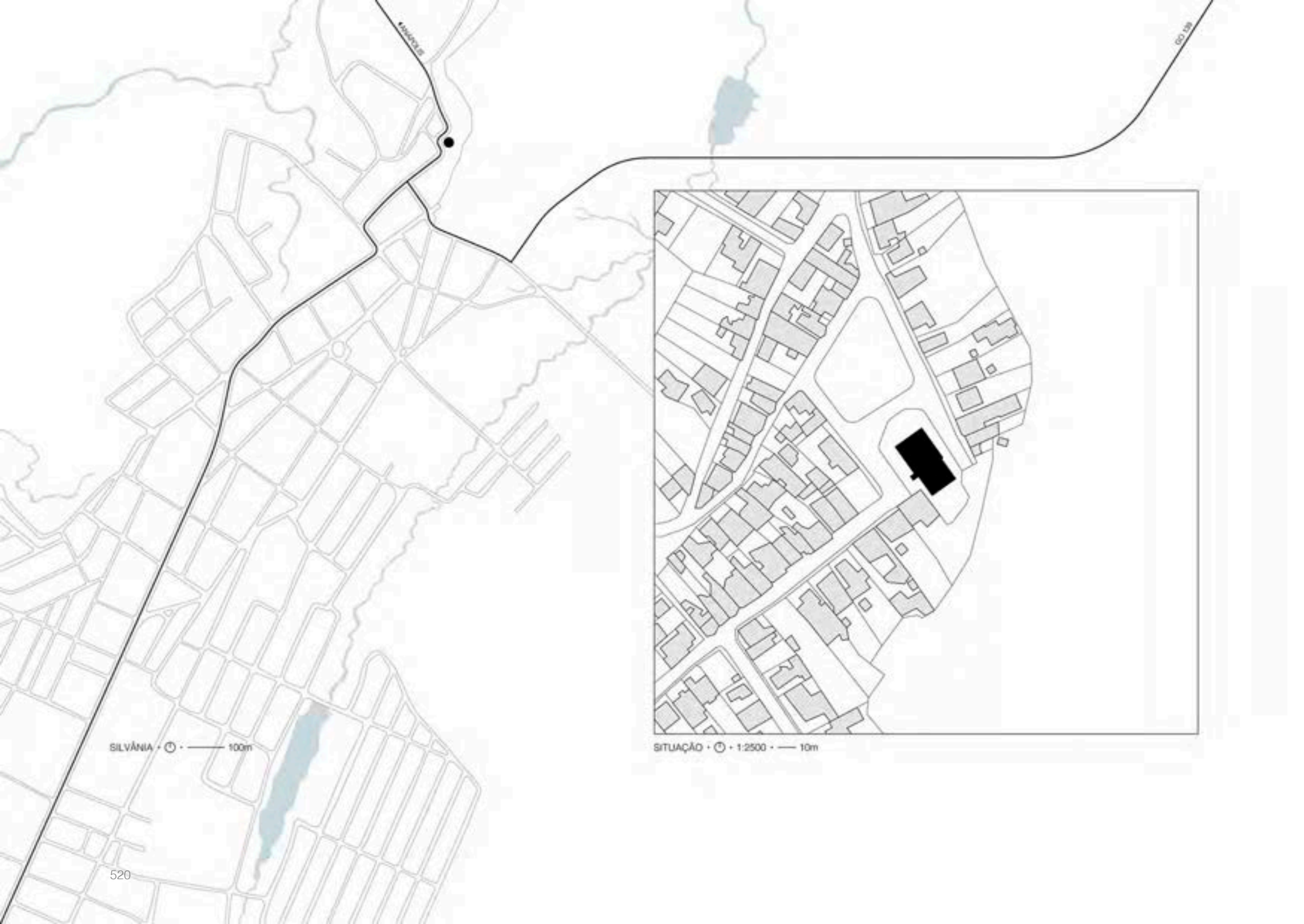
[639] [640]

Desenhos p. 521

[641] [642]

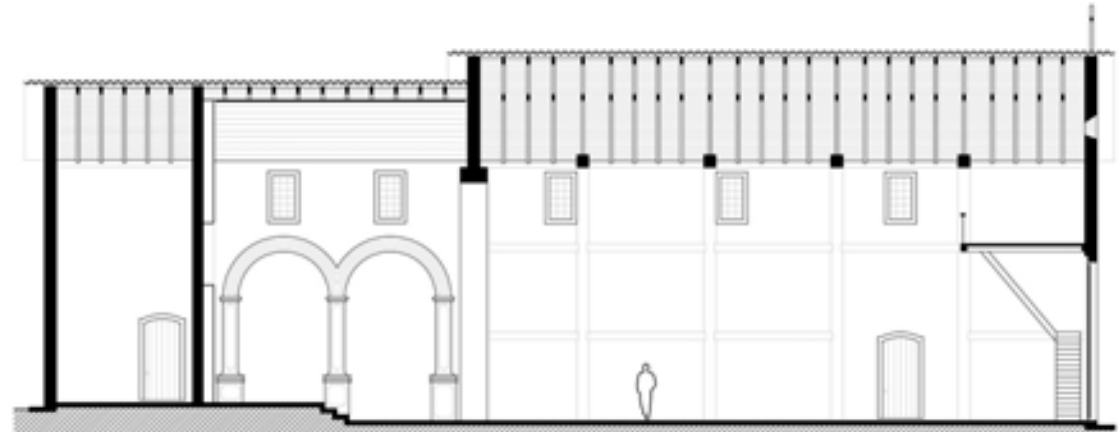
[643]





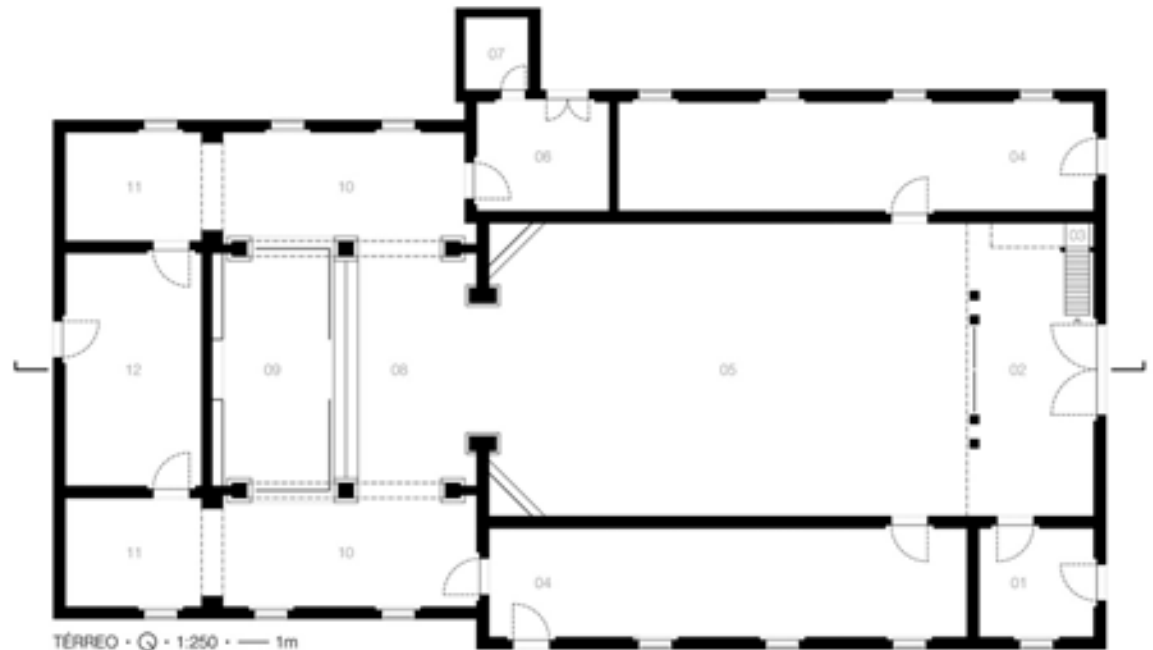


PRAÇA DO BONFIM • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m

- 01. acesso lateral
- 02. vestíbulo
- 03. acesso coro
- 04. exposição
- 05. nave
- 06. acesso torre
- 07. torre sineira
- 08. capela mor
- 09. altar mor
- 10. capela lateral
- 11. altar lateral
- 12. sacristia



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [644] · 13/07/2021

1858 / 1751 · MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA PENHA DE FRANÇA ·

1858 / 1751 · Corumbá de Goiás / GO · Matriz de Nossa Senhora da Penha de França

[645] · 05/03/2020
Detalhe torre sineira.



[646] · 13/07/2021
Nave.



[647] · 13/07/2021
Nave e altares.



Os arraiais goianos nascentes a partir da exploração do ouro sempre tiveram como constante em suas implantações a proximidade com morros ou cursos d'água que impactaram diretamente no traçado das primeiras ruas. Porém, não encontramos por aqui situações semelhantes aos núcleos mineiros, como Diamantina/MG ou Ouro Preto/MG, em que a acentuada topografia, aliada à maior densidade urbana, obrigavam a construção em áreas muito acidentadas, gerando infinitas perspectivas em um espaço que extrapola o plano de percepção exclusivo às ruas.

Deste tipo de configuração urbana, que gera cenários ainda mais ricos e variados, a que mais se aproximou, em terras goianas, foi Corumbá. A configuração abarrancada das primeiras ocupações obrigou a soluções técnicas, conseqüentemente formais, de abrangência tanto urbana quanto arquitetônica. Infelizmente, poucas dezenas de casarões restaram (Lima, 2012:43), mesmo dos últimos períodos do governo imperial, e não o suficiente para manter tal leitura.

Segundo relatos do Cônego José Trindade da Fonseca e Silva – pároco em Corumbá durante a década de 1940 – colhidos pelo historiador Ramir Curado (Iphan, 1988:5), o arraial foi fundado em 1730. Se assim o foi, muito provável que por explorações partidas de Meia Ponte – onde nasce o Rio Corumbá – já fundada por Manuel Rodrigues Tomar em 1727 (Jayme, 1971:77). A esta permaneceu administrativamente subordinada até a instalação da câmara local em 1853.

A gênese da Matriz de Nossa Senhora da Penha de França é narrada de duas maneiras. A primeira defende que o templo teria suas origens a partir de uma capela edificada em 1751 (Curado, 2017:4), quando da chegada do primeiro sacerdote assistente (Fonseca e Silva, 1948:71). Após modificações e ampliações, chega finalmente à configuração que conhecemos atualmente. A segunda possibilidade, defendida por Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, em 1910 (1987:154), é que, sem a presença de obras anteriores, foi edificada em 1774.



Em ambos os casos, a capela primitiva de 1751 ou 1774 corresponderia à capela-mor e cerca de dois terços da nave atual. Porém, ambos concordam que em 1779 um alpendre coberto de fibra vegetal é acrescido, como uma antessala à nave. Independente da precisa data de origem, não é possível afirmar que as configurações do templo atual representem as decisões formais da capela inicial. Em 1824, Cunha Mattos (1874:236) acusava o desabamento da fachada por falta de esteios. A sucessão das modificações, mais documentada (Curado, 2017:9), nos mostra a ampliação da nave em 1843 – sob os cuidados do Pe. Manoel Inocêncio da Costa Campos (1805-1870) e do mestre Antônio de Sá. Em 1849 é feito o arrimo posterior para instalar a sacristia e a torre mais alta é concluída em 1858.

[648] · 13/07/2021 ◀
Detalhe arco-cruzeiro.

[649] · 13/07/2021 ◀
Detalhe arco-cruzeiro.

[650] · 13/07/2021 ▶
Altar-mor.

A rigor, até hoje estaria incompleta, dada a diferença de altura entre torres, configuração a princípio temporária. Sobre isto, Etzel (1984:205) elabora a hipótese de que a base em grossa alvenaria de taipa de pilão estaria à espera de um complemento mais leve, em adobe, assim como ocorre na torre noroeste. Ainda são da segunda metade do século XIX outras marcantes características como a pintura do teto, em 1863, pelo Padre Francisco Inácio da Luz (1821-1878), o acréscimo das peanhas do altar em 1871 e a instalação do relógio em 1888.

Sob o aspecto urbano, a maior modificação foi a retirada do adro frontal, rebaixado em 1969 para conformar a praça, gerando um espaço menos contínuo que o anterior. Houve ainda o alargamento do beco na lateral direita, que demoliu o notável casarão de um dos pioneiros de Corumbá, Diogo Pires Moreira (Curado, 2017:24). Apesar disso, não houve o adensamento desmedido do centro histórico e essas mudanças pouco afetaram a prevalência volumétrica exercida pela igreja.

A Matriz de Nossa Senhora da Penha de França é um dos melhores exemplos da defasagem temporal nas expressões arquitetônicas em Goiás. Mesmo atingindo sua configuração final em 1858, as técnicas construtivas, a cultura dos usos e a mão de obra detentora de saberes tradicionais permitiram a construção de um notável templo, de grande escala, instalado em terreno íngreme, que parece ter saído das mãos dos primeiros bandeirantes que exploraram os sertões goianos.



Dados

Obra: Matriz de N. Sra. da Penha de França

Ano Construção: 1751

Ano Remodelação: 1858

Responsáveis:

Pe. Manoel Campos (empreendedor)

Pe. Francisco Inácio da Luz (pinturas)

Antônio de Sá (mestre)

Cidade: Corumbá de Goiás / GO

End.: Pc. da Matriz, SN, Centro

Coordenadas: 15°55'28.6"S 48°48'27.8"W

Altitude: 965 m

Altura: 14,00 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 1.198 m²

Área Ocupada: 574 m²

Área Construída: 720 m²

Fontes

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. **Anuario histórico, geographico e descriptivo do estado de Goyaz para 1910**. Brasília: SPHAN/8^oDR, 1987.

CURADO, Ramir. **Histórico da Igreja de Nossa Senhora da Penha de França de Corumbá de Goiás**. 2017. 34p. Localizado em: Acervo pessoal do autor.

ETZEL, Eduardo. **Arte sacra: berço da arte brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1984.

FONSECA E SILVA, José Trindade da. **Lugares e pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1948.

IPHAN. **Dossiê do Tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Penha de França em Corumbá de Goiás**. Processo nº 1269-T-88 / 01450.001542 / 2004-04. Iphan Sede DF, Brasília: IPHAN, 1988.

JAYME, Jarbas. **Esboço histórico de Pirenópolis I (1^o edição póstuma)**. Pirenópolis: Estado de Goiás, 1971.

LIMA, Elder Rocha. **Notícias de Corumbá de Goiás**. Brasília: Superintendência do IPHAN em Goiás, 2012.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **CHOROGRAPHIA historica da provincia de Goyaz**. Parte I. In: Revista do IHGEB, tomo XXXVII, parte primeira, p.213-398. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro, 1874.

PALACIN, Luiz; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás**. Brasília: SPHAN, 1987.

TELES, José Mendonça (Coord.). **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

[651] · 13/07/2021
Detalhe forro altar-mor. ◀

[652] · 13/07/2021
Detalhe retábulo-mor. ◀

[653] · 13/07/2021
Forro altar-mor. ▶

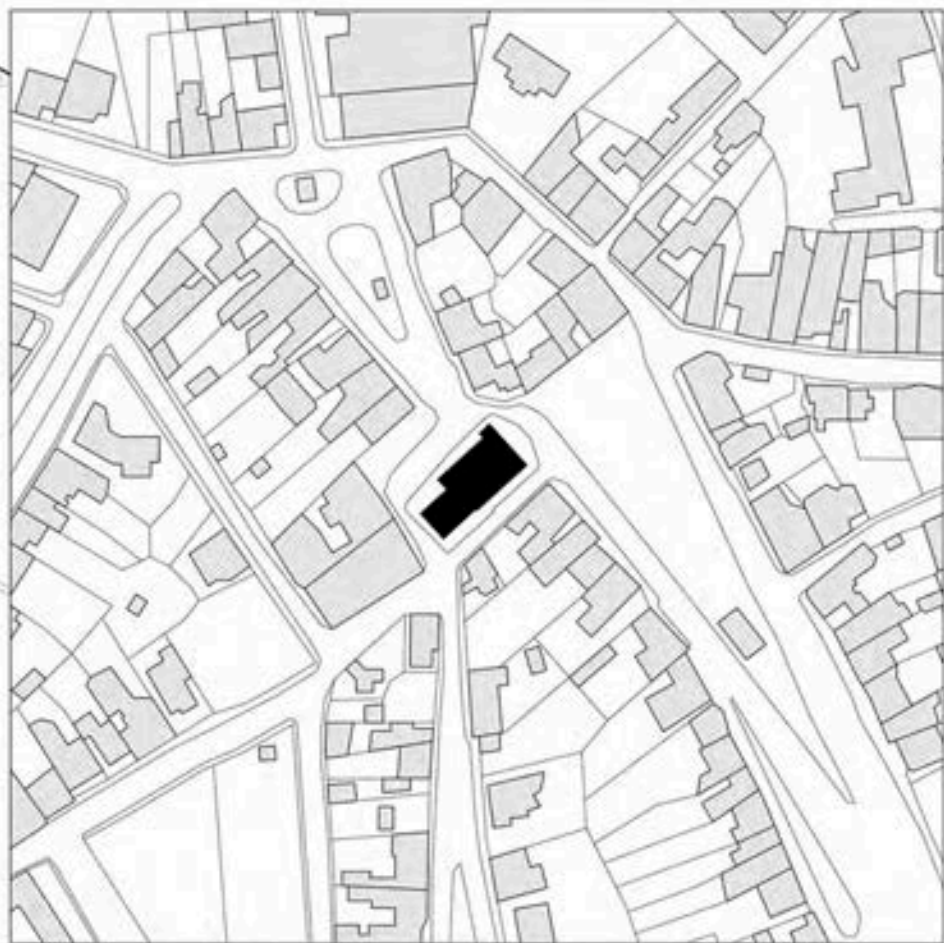
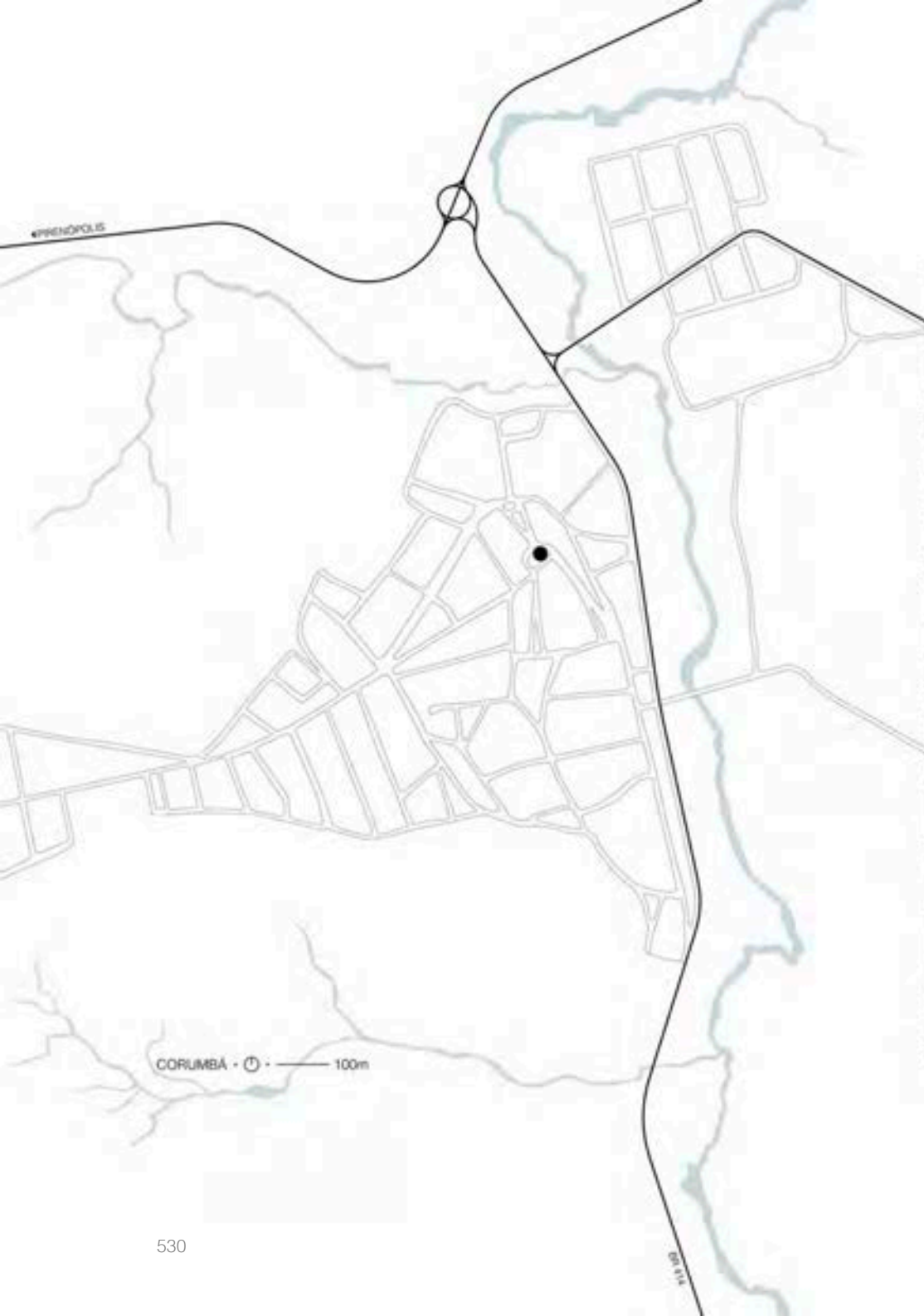
Desenhos p. 530
[654] [655]

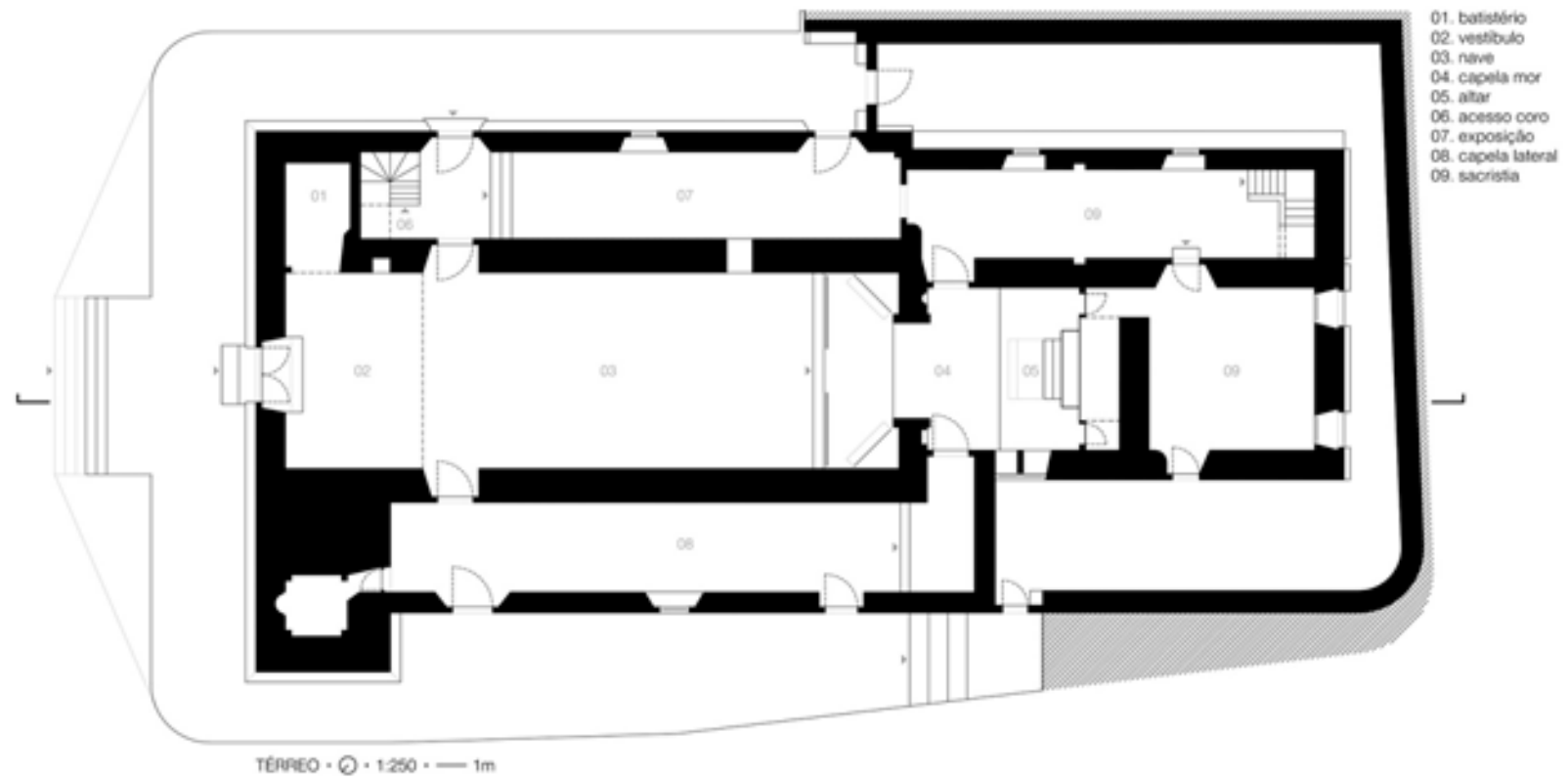
Desenho p. 531
[656]

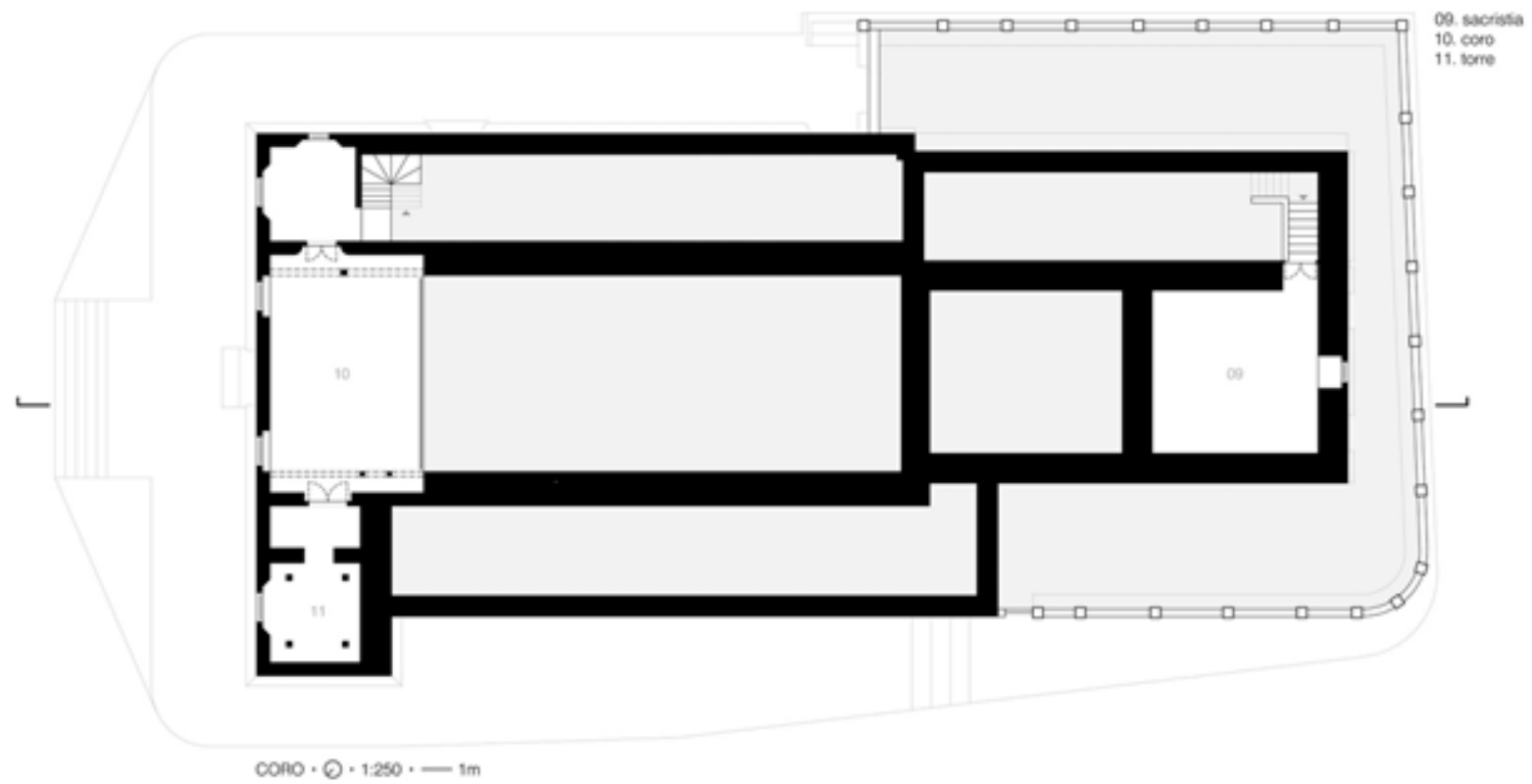
Desenho p. 532
[657]

Desenhos p. 533
[658]
[659]



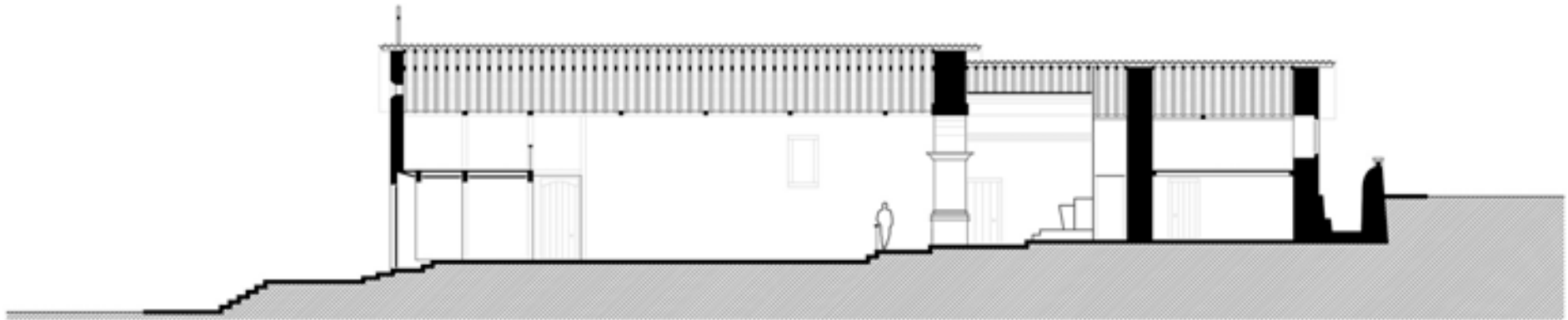








PRAÇA DA MATRIZ • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



◀ [660] · 19/07/2021

1880 · CASA DE CÂMARA E CADEIA ·

1880 · Santa Cruz de Goiás / GO · Casa de Câmara e Cadeia (atual Biblioteca e Arquivo Histórico)

[661] · 19/07/2021
Fachada posterior.



[662] · 19/07/2021
Detalhe acesso superior.



Ao analisar a localização dos primeiros arraiais surgidos na década de 1720, parece-nos estranha a localização de Santa Cruz, hoje a 250 km da Cidade de Goiás e que à época era ainda mais distante se seguíssemos os caminhos primitivos. Nascido junto à Estrada Real, proveniente do litoral paulista, tem nesta um dos motivos que levaram à descoberta de ouro em região tão distante das roças que Bartolomeu Bueno (1672-1740), o filho, tanto procurou. A atribuição da fundação do arraial de Santa Cruz ao guarda-mor Manoel Dias da Silva em 1729 está pacificada pela historiografia, porém o que ele lá fazia, se ia ou vinha, ainda se debate.

A primeira hipótese é a de estar indo. Seguiu para Cuiabá/MT (Teles, 1998:119) a serviço de Rodrigo Cesar de Menezes (1675-1738), então governador de São Paulo – já destituído em 1728. Ao arrancar em um ponto ideal da estrada, pesquisa ouro nas proximidades, demarca o terreno com uma cruz, mas não se fixa, prosseguindo viagem. A segunda, o coloca vindo, em um grupo liderado por Manoel Pereira Calhamares, cunhado de Bartolomeu, que, ao explorar as adjacências do arraial de Santana, foi buscando lavras cada vez mais distantes, até chegar a Santa Cruz (Boaventura, 2007:126).

Esta, pelo rápido esgotamento do ouro superficial e pela longa distância da capital da província, permaneceu sempre contida em seu desenvolvimento urbano, sem grandes saltos. Durante o período em que a Estrada Real por lá passava, manteve-se movimentada como entreposto comercial (Moura, 2018:125) até a rota ser desviada por Bonfim, para economia de distâncias. Houve ainda uma última tentativa por parte do capitão-general José de Almeida (1740-1812) – o mesmo que empreendeu Mossâmedes [501:431] – de explorar, em 1772, ouro nas rochas do Morro do Clemente, mas dificuldades tecnológicas e uma epidemia de tifo encerraram de vez as atividades. Das edificações mais notáveis, ainda existe a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Santa Cruz, um dos primeiros templos de Goiás (Saint-Adolphe, 1845b:486), mas que não guarda vestígio algum dos riscos originais. Já o segundo templo, oferecido à Nossa Senhora do Rosário, foi demolido.



A Casa de Câmara e Cadeia é, apesar de tardia, uma das poucas remanescentes da arquitetura tradicional. Edificada em 1880, surge das condições inapropriadas da antiga cadeia, cômodo único que servia desde 1755 a tarefa de aprisionamento. Foi reformada em 1855, e, em 1874, o relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província de Goiás (Assis, 1874:15) narrava a fragilidade e constantes fugas perpetradas, tanto pelas paredes quanto teto. Narrativas orais (Coelho, 2001b:60), afirmam que a residência à Rua Padre Prego nº 69 teria abrigado a antiga cadeia. Porém, além de não coincidirem dimensões, é questionável se as fortes crenças sertanejas permitiriam residir onde antes tantos sofreram e morreram. A história, talvez, seja apenas indício da antiga localização.

[663] · 19/07/2021
Detalhe cobertura.



[664] · 19/07/2021
Detalhe muro.



[665] · 19/07/2021
Detalhe acesso.



[666] · 19/07/2021
Detalhe alvenaria adobe.



O município não possuía os recursos necessários e, por ser cabeça de comarca, ficou mais fácil obter o apoio da administração provincial, na figura do governador Aristides de Souza Spínola (1850-1925). A cargo de João Marinho Louzada (Alves, 1983:51) a obra foi iniciada. Como de praxe, os edifícios administrativos desses pequenos núcleos vão abrigar diversas instituições no decorrer do tempo, de Intendência à Delegacia, até 1971, quando a nova prefeitura foi edificada.

Foi construída em adobe, não estrutural, apenas como vedação de vigas, baldrames, esteios e pilares que conformam o arcabouço de toda a edificação. Em uma configuração simples, com ângulos retos, sem reentrâncias negativas, a execução é facilitada pelo desenho. Internamente a diferença entre a cela e outros ambientes fica a cargo dos barrotes de madeira, criando mais uma camada de vedação e dificultando fugas.

Em 1979 já se encontrava em avançado estágio de deterioração, com perda da escada e de partes do madeiramento. Por iniciativa do ex-prefeito Joaquim Rodrigues Alves, iniciou-se processo junto a Fundação Cultural do Estado de Goiás. Esta, associada ao Sphan, operacionalizou o restauro, entregando a nova Biblioteca e Arquivo Histórico Municipal em 1983. Hoje apresenta novo processo de deterioração e, apesar de não ter participado das aventuras auríferas, remete aos tempos de prosperidades que, na memória local, tornaram-se maiores do que foram.



Dados

Obra: Casa de Câmara e Cadeia

Ano Construção: 1880

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

João Marinho Louzada (construtor)

Cidade: Santa Cruz de Goiás / GO

End.: Rua Padre Prego, SN, Centro

Coordenadas: 17°18'54.4"S 48°29'07.6"W

Altitude: 732 m

Altura: 9,00 m

Pavimentos: Térreo + Superior

Área Terreno: 264 m²

Área Ocupada: 78 m²

Área Construída: 164 m²

Fontes

ALVES, Joaquim Rodrigues. **Santa Cruz de Goiás: Sinopse Histórica**. Santa Cruz: Prefeitura Municipal de Santa Cruz, 1983.

ASSIS, Antero Cicero de. **Relatório à Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz**. Goyaz: Typographia Provincial, 1874.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. São Paulo, 2007. Tese-FAU, USP.

COELHO, Gustavo Neiva (Org.). **Santa Cruz: inventário arquitetônico**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2001b.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **CHOROGRAPHIA historica da provincia de Goyaz**. Parte II. In: Revista do IHGEB, tomo XXXVIII, parte primeira, p.5-150. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro Editor, 1875.

MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830)**. São Paulo, 2018. Tese-FAU, USP.

PALACIN, Luiz; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás**. Brasília: SPHAN, 1987.

SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. **Diccionario geographico, historico e descriptivo do Imperio do Brazil: Tomo II**. Paris: Typog. de Fain e Thunot, 1845b.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás**. Volume II. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937b.

TELES, José Mendonça (Coord.). **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

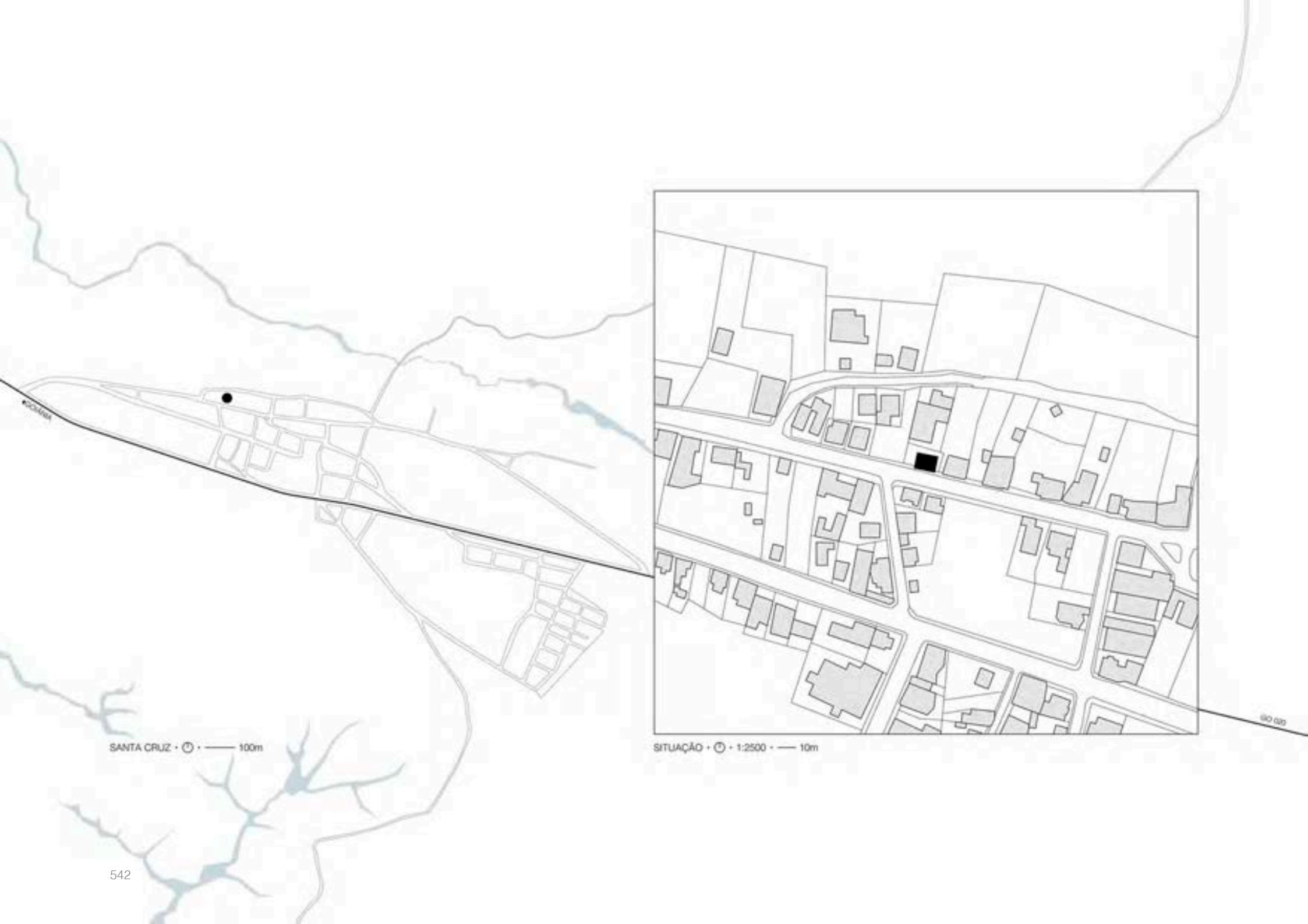
[667] · 19/07/2021 ◀
Detalhe interno esquadria.

[668] · 19/07/2021 ▶
Consulta, antiga cela.

Desenhos p. 542
[669] [670]

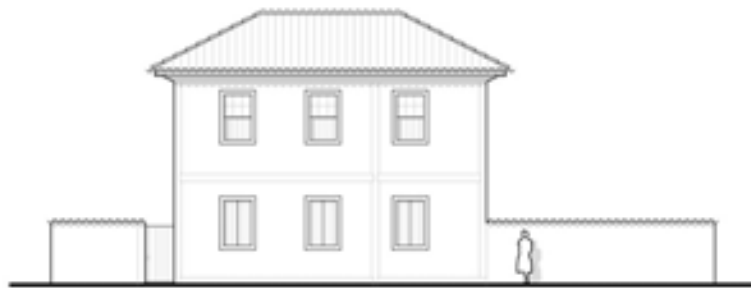
Desenhos p. 543
[671] [672]
[673] [674]





SANTA CRUZ • 100m

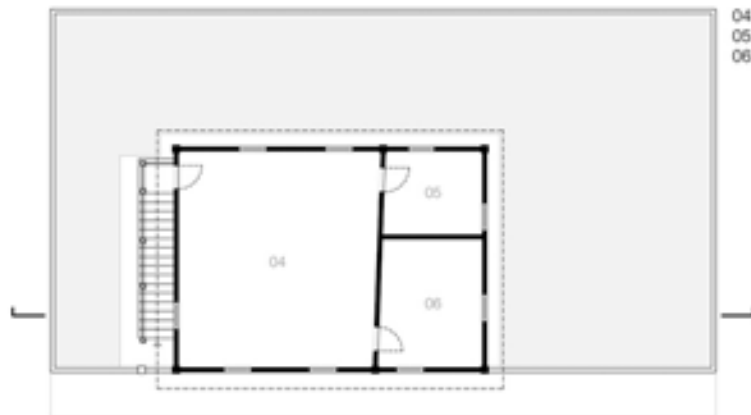
SITUAÇÃO • 10m



RUA PADRE PREGO • 1:250 • — 1m

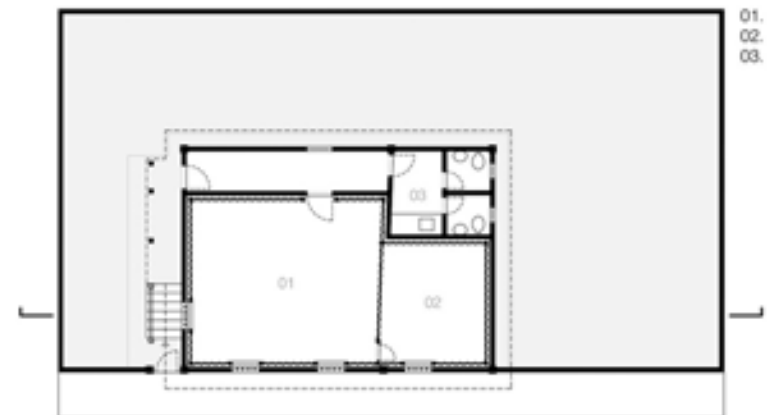


CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



- 04. pesquisa
- 05. higienização
- 06. acervo

SUPERIOR • 1:250 • — 1m



- 01. consulta
- 02. livros
- 03. copa

TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [675] · 17/10/2021

1885 · RESIDÊNCIA FRANCISCO HONÓRIO DE CAMPOS ·

1885 · Jataí / GO · Residência Francisco Honório de Campos (atual Museu Histórico de Jataí)

Jataí foi, acompanhada por Rio Verde, uma das principais cidades surgidas no sudoeste goiano. A partir da ocupação promovida pela pecuária – que ainda gerou outros núcleos como Mineiros, Caiapônia e Quirinópolis (Palacin; Moraes, 1994:63) – migrantes paulistas e mineiros instalavam-se entre as décadas de 1830 e 1840. Dada a proximidade, tanto física quanto temporal, as trocas econômicas e culturais entre núcleos foi sempre uma constante, principalmente com Rio Verde.

Havia também uma dependência jurídica e administrativa, cartorial e política que começa a ser desfeita a partir da elevação do pequeno aglomerado de casas à Vila de Jatahy em 1884. Como sempre, essa manobra exigia a instalação de uma câmara de vereadores e, neste caso, fez-se ligada à construção de uma Casa de Câmara e Cadeia. É por ela que nos é apresentado o carpinteiro português Manoel Miranda Pacheco (Mello, 2001:35), que a construiu sob a orientação do chefe político local José Manoel Vilella (1815-1894) – para o qual havia construído a residência particular. Para o início da construção da nova sede da câmara, foram estudar o Palácio da Intendência de Rio Verde [709:565], obra conduzida inicialmente pelo também carpinteiro Mizael de Castro.

A carpintaria foi durante muito tempo uma das principais ciências da construção. Como a maioria das estruturas utilizavam madeira, o domínio das espécies, medidas, resistências e encaixes era questão fundamental à boa obra, que exigia o acompanhamento cuidadoso do mestre responsável. As vedações e outros detalhes, apesar de importantes, não solicitam tanto refinamento técnico quanto a estrutura. Manoel Miranda, além do domínio das montagens estruturais, foi também reconhecido por suas cimalthas ornamentadas. De suas obras – como a residência de Assad Boatie Jajaha, demolida em 1994 (Stacciarini, 2006:332), ou a própria Casa de Câmara e Cadeia de Jataí, demolida em 1963 – só restou a Residência Francisco Honório de Campos (1876-1950) e Maria Claudina de Campos, originalmente construída para Romualda Balbina em 1885 (Lima; Silva, 2009:3). No decorrer dos anos, funcionou como comércio, escola primária e hoje abriga a sede do Museu Histórico de Jataí.

[676] · 17/07/2021

Fachada frontal.



[677] · 17/07/2021

Detalhe beiral.



[678] · 17/07/2021

Detalhe fachada frontal.





Balbina era filha (Silva, 2011a:176) do capitão Serafim José de Barros (1823-1899), financiador da obra. Este, genro de José Leal Vilella, um dos fundadores de Jataí, e assim diretamente ligado às lideranças locais, sendo ele mesmo fazendeiro de porte da região – o que ajuda a explicar a escala e o cuidado construtivo da residência. Ao que parece, Serafim de Barros era muito amigo do mestre Manoel Miranda e confidencia, em 1890, a Oscar Leal (1892:192) a tristeza que a morte do amigo lhe causava e a ausência de um talento que a todos ressentia.

A obra conseguiu resistir ao tempo apesar das notórias fragilidades do sistema estrutural em madeira. Além disso, conservaram-se de maneira bastante íntegra elementos ainda mais frágeis como os delicados trabalhos realizados na cimalha e sacadas. Implantada em terreno de esquina com desnível acentuado, condição que permitiu o pavimento térreo semienterrado e limitado por muro de arrimo de pedras, que suporta o pavimento superior. Nesse mesmo térreo, em conformação tradicional na cidade (Oliveira, 2010:26), se instala o comércio aberto à rua; aos fundos, na parte enterrada, o generoso vão que recebia o depósito de secos e molhados.

Tal configuração do terreno permitiu que, apesar do volume assobradado, o pavimento superior fosse acessado de nível com o quintal, com aproveitamento da praticidade da casa térrea, mas se valendo da multiplicação da área de solo dos dois pavimentos. Na parte superior são distribuídos os cômodos íntimos e sociais, que de tão amplos se converteram em sala de exposições, pequenos auditórios e salão para apresentações do museu.

Depois da morte do patriarca, a família lá viveu até 1965 (Menezes; Pinto Júnior; Silva, 2012:50). Sua esposa faz a doação do edifício ao município, que lá abrigou diversas instituições culturais até que, em 1994, após o restauro realizado por Agostinho Stacciarini (2006:333), é instalado por força de lei municipal o Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos. Em uma ação conjunta, promove-se o meio mais eficiente de valorização de edifícios históricos, aliando integridade material, uso permanente e educação patrimonial.

[679] · 17/07/2021 ◀
Fachadas frontal e lateral.

[680] · 17/07/2021 ◀
Fachada lateral direita.

[681] · 18/07/2021 ▶
Detalhe cimalha.

[682] · 17/07/2021 ▶
Detalhe balcão.



Dados

Obra: Res. Francisco Honório de Campos
Ano Construção: 1885
Ano Remodelação: Não houve
Responsáveis:
 Serafim José de Barros (empreendedor)
 Manoel Miranda Pacheco (construtor)
 Romualda Balbina (proprietária 1885)
 Francisco Honório (proprietário 1928)
Cidade: Jataí / GO
End.: Rua José Manuel Villela, 286, Centro
Coordenadas: 17°53'03.1"S 51°42'43.0"W
Altitude: 687 m
Altura: 7,80 m
Pavimentos: Térreo + Superior
Área Terreno: 550 m²
Área Ocupada: 273 m²
Área Construída: 525 m²

Fontes

LEAL, Oscar. **Viagem as terras goyanas**. Lisboa: Minerva, 1892.

LIMA, Ana Lúcia Dias de; SILVA, Vicemar do Carmo. **O Processo de Interação das escolas, sociedade e museus no município de Jataí, nas primeiras décadas do século XXI**. In: Anais do II Congresso Nacional, III Regional do Curso de História da UFG/ Jataí. Jataí: CAJ, 2009.

MELLO, Dorival Carvalho. **Jatahy – Páginas Esquecidas**. Jataí: Sudográfica, 2001.

MENEZES, Marcos Antonio de; PINTO JÚNIOR, Rafael Alves; SILVA, Adriano Freitas. **Jatahy: Casas de Morar (1880-1935)**. Goiânia: Ed. da PUC, 2012.

OLIVEIRA, Carolina Oliveira e. **Dos empórios aos Pegue-Pague: a modernização das casas de comércio de Já-taí**. Goiânia, 2010. Dissertação-História, UFG.

PALACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás (1722-1972)**. Goiânia: Editora da UCG, 1994.

SILVA, Francis Borges. **Seguindo o boi e descobrindo o território - reflexão sócioterritorial da pecuária bovina no município de Jataí (GO)**. Jataí, 2011a. Dissertação-Geografia, UFG.

STACCIARINI, Agostinho. **Patrimônio histórico: aliança entre o passado e o presente**. Goiânia: Bandeirante, 2006.

[683] · 18/07/2021
Sala exposição.



[684] · 18/07/2021
Sala exposição.

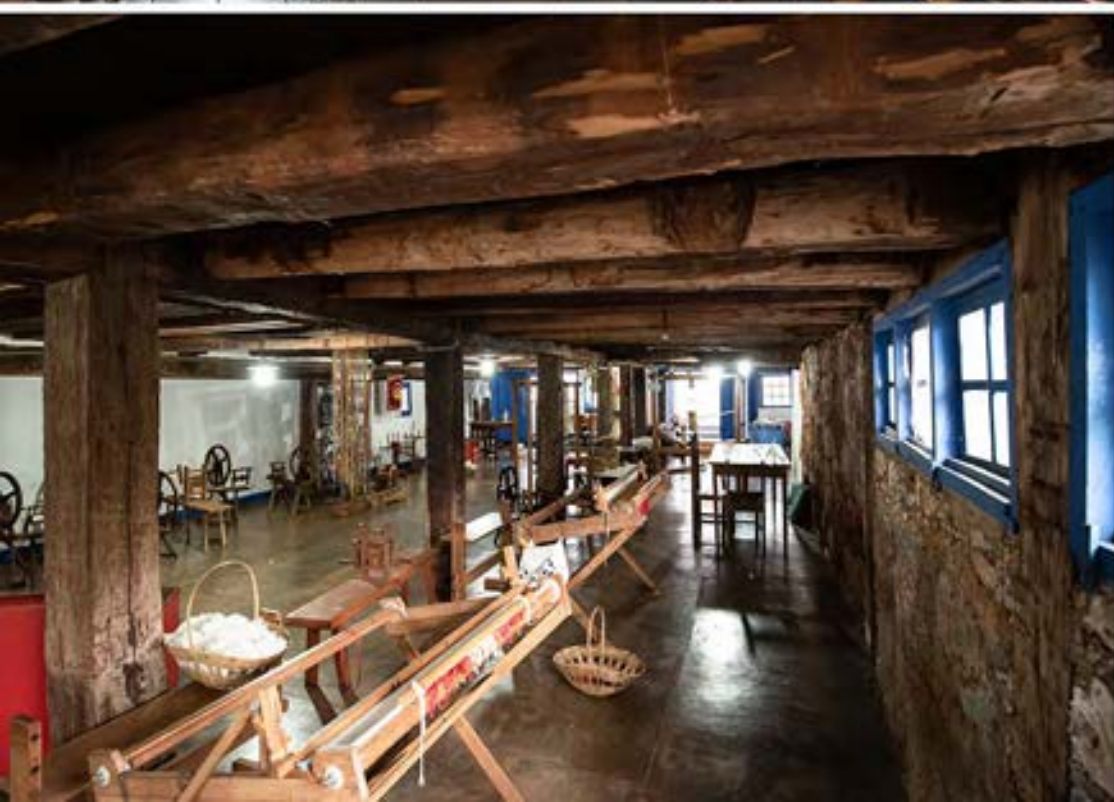


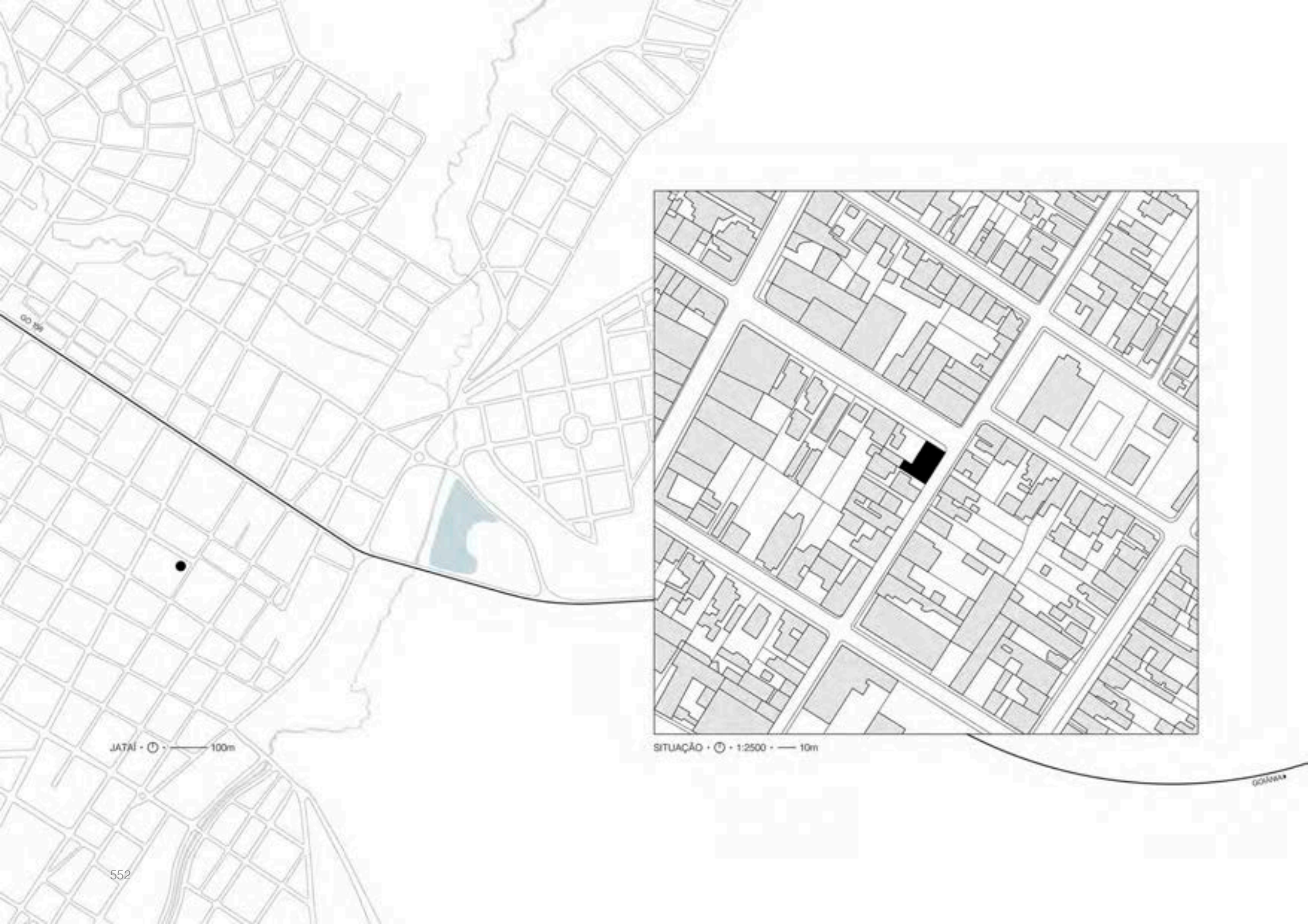
[685] · 18/07/2021
Porão e oficina tecelagem.



Desenhos p. 552
[686] [687]

Desenhos p. 553
[688] [689]
[690] [691]



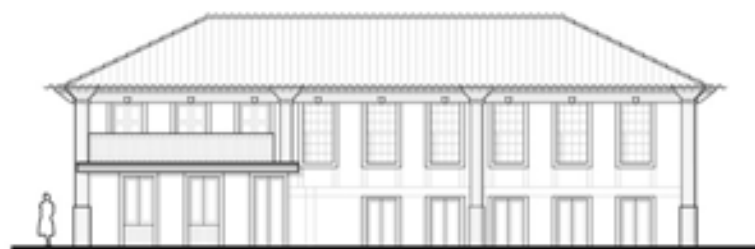


60 30

JATAÍ - 100m

SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m

GOIÂNIA



RUA JOSÉ MANOEL VILELA • 1:250 • — 1m



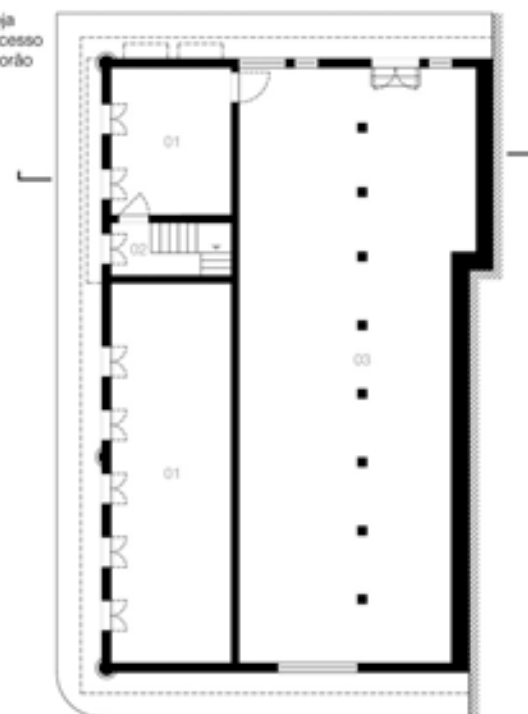
CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • — 1m

- 04. sala
- 05. hall
- 06. dormitório
- 07. apoio
- 08. jantar
- 09. cozinha



SUPERIOR • 1:250 • — 1m

- 01. loja
- 02. acesso
- 03. porão



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [692] · 20/20/2021

≈1890 · CADEIA PÚBLICA ·

≈1890 · Natividade / TO · Cadeia Pública (atual Museu Histórico)

O início do século XIX descortinava uma série de novos desafios aos núcleos urbanos nascidos da exploração do ouro. Uma realidade na qual a produção, que havia alcançado seu auge no século anterior, já não conseguia manter os resultados. Apesar da queda, o ouro ainda permaneceu em algumas regiões como principal fonte de receita – situação de Natividade (Moura, 2018:255).

Nesse novo século, as atividades agrícolas eram ainda de subsistência e o comércio manteve o núcleo urbano ativo. A pecuária só tomaria corpo exportador mais à frente e promoveria com isso as renovações arquitetônicas. Apesar do impacto econômico do ouro ter diminuído, a cidade ainda permaneceu como centro regional. Entre 1809 e 1815 foi sede provisória da Comarca do Norte (divisão administrativa, Sul e Norte, da Capitania de Goiás) e em 1821 é eleita como sede do que seria a Província do Norte à época de incipiente movimento separatista, já durante o Império. Em 1832 é tardiamente elevada à categoria de Vila (Halum, 2008:207).

Além dos acontecimentos políticos, a primeira metade do século XIX foi também marcada pela passagem de viajantes estrangeiros pelos núcleos urbanos do norte goiano. George Gardner (1810-1849) esteve em Natividade em 1840 e foi o único a acusar a existência de uma cadeia (Gardner, 1942:279). Esta, em sua descrição, era frágil, erguida em tijolos crus, cuja vulnerabilidade permitia reiteradas fugas. É provável que o descrito por Gardner, mesmo não sendo o atual edifício, estivesse instalado no mesmo terreno. Um primeiro ponto de apoio a essa hipótese é a configuração urbana. O largo onde a cadeia se encontra, hoje Praça Leopoldo de Bulhões, já foi Largo da Praça, Praça do Conselho e Praça do Governo, indicando a instalação de equipamentos públicos relevantes. Outro ponto é a inexistência de registros da – tão comum em núcleos coloniais – Rua da Cadeia, que se estivesse em outro local, nos levaria a crer em um endereço primitivo. Nas ocupações dos terrenos em 1817, levantadas por Nádya Moura (2018:421), a cadeia ainda se encontra no mesmo local que a atual.

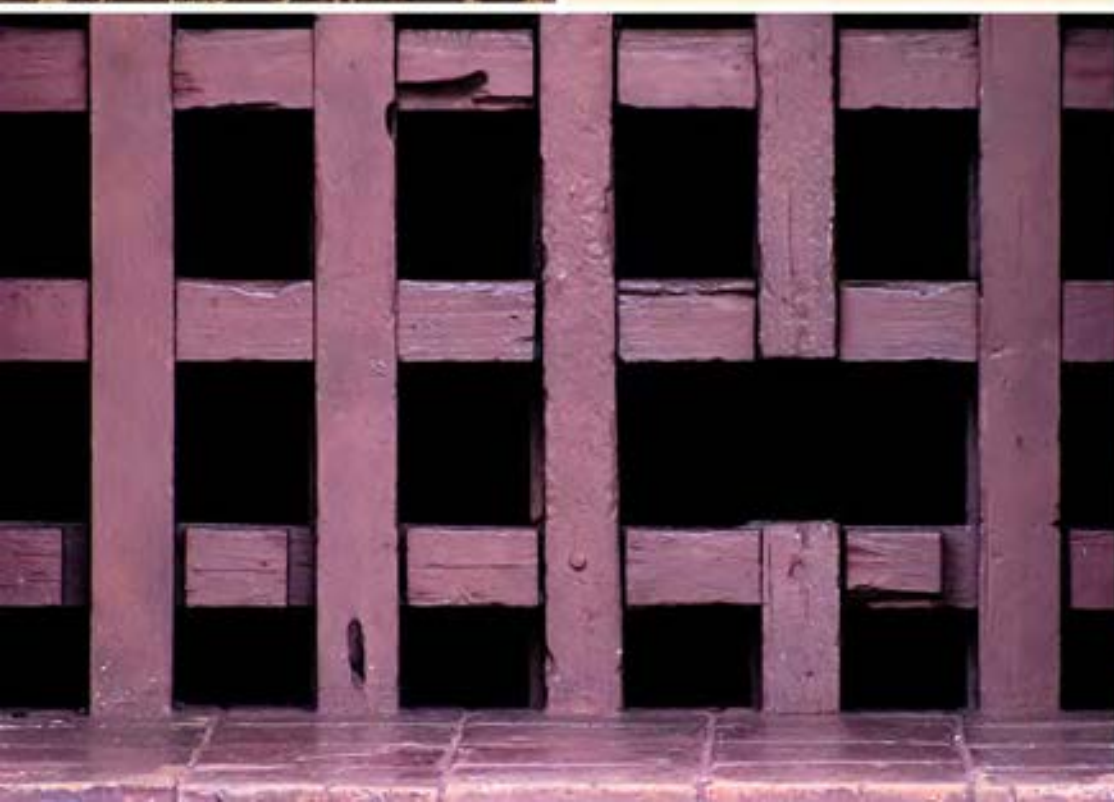
[693] · 23/07/2019 ▲▲▲
Grade cela.

[694] · 20/10/2021 ▲▲▲
Detalhe beiral.

[695] · 20/10/2021 ▲▲▲
Fachada frontal.

[696] · 23/07/2019 ▼▼
Detalhe grade cela.

[697] · 20/10/2021 ▼▼
Fachada frontal.



Há a possibilidade de uma troca de materiais por parte de Gardner – confundir pedra com tijolo cozido – mas para um observador minimamente atento, é uma possibilidade remota. Trocar taipa-de-pilão por pedra, após caiação e acabamento, é comum, mas as alvenarias de tijolo cru chegam a ter entre metade a um terço da espessura de alvenarias de pedra para edificações térreas. A fragilidade para fugas não é uma realidade no edifício atual, com espessas paredes de pedra e portas reforçadas com chapa de ferro. Relatos locais (Funcult, 2003:12) informam que a cadeia foi construída “ainda no tempo dos escravos”, e a placa informativa à porta afirma que foi edificada no período Imperial. São pistas que, unidas à expressão da fachada, convergem para uma data aproximada, pois outras edificações, como a casa de Lourenço José da Costa [79:136], datada de 1898, mantém grande semelhança formal, e o proprietário, também construtor, foi autor de outras obras na cidade (Vaz, 1985:55). Vale lembrar que o Relatório à Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz para 1877 (Assis, 1877:10) já assinalava a necessidade de reformas da cadeia.

[698] · 23/07/2019
Detalhe cobertura.



[699] · 23/07/2019
Exposição.



[700] · 23/07/2019
Exposição.



A passagem de Império para República levou o governo do estado a financiar algumas construções, como aconteceu com a cadeia de Porto Nacional em 1899 [761:595]. Por isso a década de 1890 seria um período razoável para estimarmos a reforma da cadeia – hoje museu – na configuração atual de volumetria simples, com duas celas e um corredor central. O acesso às celas se dá por uma passagem com duas portas que configuram uma pequena antecâmara na largura da alvenaria de pedras, cerca de um metro. Foi utilizada como Cadeia Pública até 1995, sendo depois adequada ao Museu Histórico de Natividade.

Originalmente tinha as celas revestidas por dentro com pranchas de madeira que impediam a entrada de luz solar (Felippe; Macedo, 2009:118). De tão resistentes, foram retiradas e utilizadas em ponte local. Aos fundos, como apoio ao museu, foi construído um pequeno anexo administrativo que não interfere na ambiência original. Uma volumetria simples, que dialoga com as expressões tradicionais da cidade. Não foram utilizados os ornamentos e as molduras típicas das renovações estilísticas promovidas pelos mestres baianos. Simplicidade crua, e bem proporcionada.



Dados

Obra: Cadeia Pública
Ano Construção: Não encontrado
Ano Remodelação: ≈1890
Responsáveis:
 Não encontrado
Cidade: Natividade / TO
End.: Pç. Leopoldo de Bulhões, 170, Centro
Coordenadas: 11°42'30.9"S 47°43'25.7"W
Altitude: 330 m
Altura: 6,60 m
Pavimentos: Térreo
Área Terreno: 285 m²
Área Ocupada: 142 m²
Área Construída: 142 m²

Fontes

ASSIS, Antero Cicero de. **Relatório à Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz**. Goyaz: Typographia Provincial, 1877.

FELIPPE, Gil; MACEDO, Maria do Carmo Duarte. **Amaro Macedo: o solitário do cerrado: um naturalista dos nossos dias**. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

FUNCULT. **Monumentos Históricos de Natividade**. Palmas: Assessoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural do Tocantins, 2003.

GARDNER, George. **Viagens no Brasil: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante nos anos de 1836-1841**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

HALUM, César Hanna. **Municípios Tocantinenses - suas origens, seus nomes**. Palmas: Provisão, 2008.

MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830)**. São Paulo, 2018. Tese-FAU, USP.

RODRIGUES, José Lopes. **Natividade - Fragmentos do passado**. Goiânia: Grande Loja do Estado de Goiás, 1978.

SPHAN. **Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de Natividade**. Processo nº1.117-T-84/SPHAN. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: SPHAN, 1984.

VAZ, Maria Diva Araujo Coelho. **Natividade - Projeto Oito Vertentes e Dois Momentos de Síntese da Arquitetura Brasileira**. Goiânia: Editora da UCG, 1985.

[701] · 23/07/2019
Detalhe fechadura.



[702] · 23/07/2019
Detalhe grade cela.



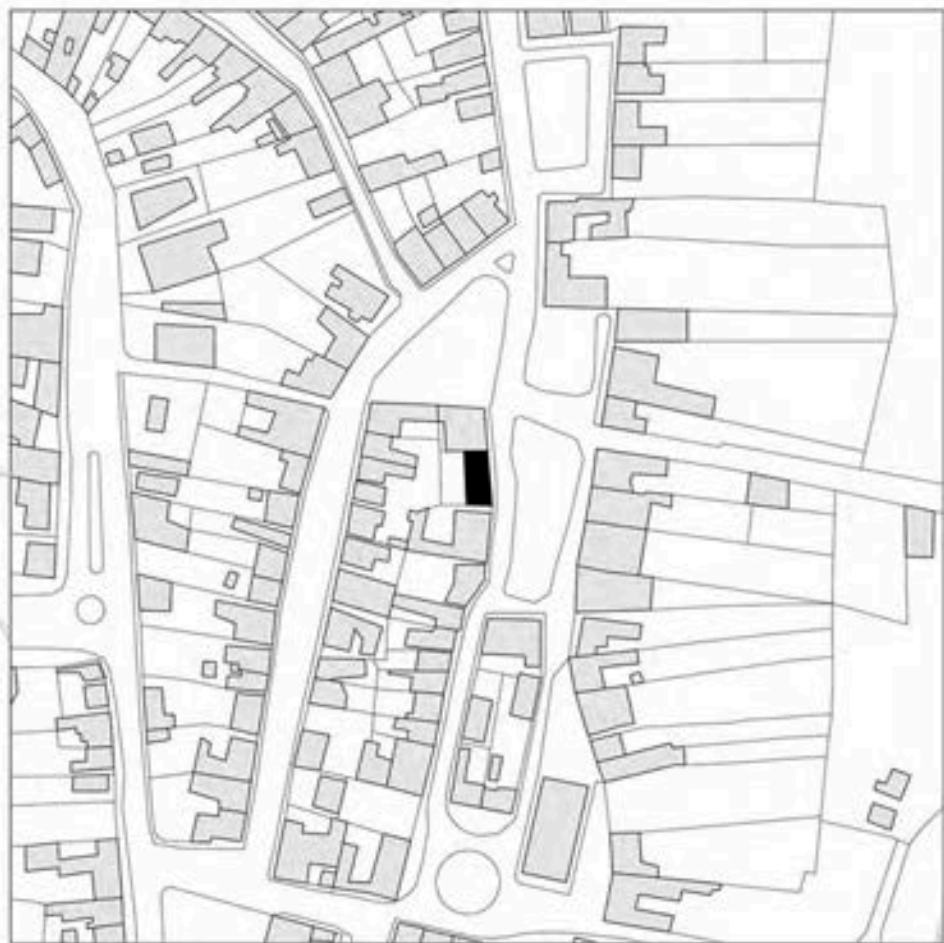
[703] · 23/07/2019
Corredor central.

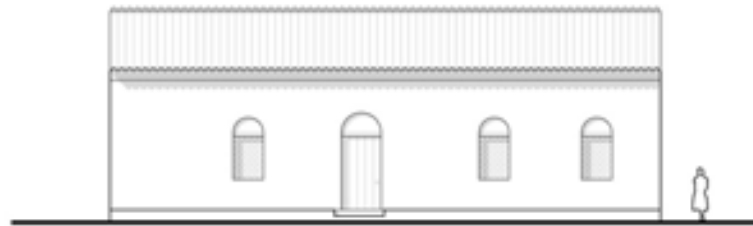


Desenhos p. 562
[704] [705]

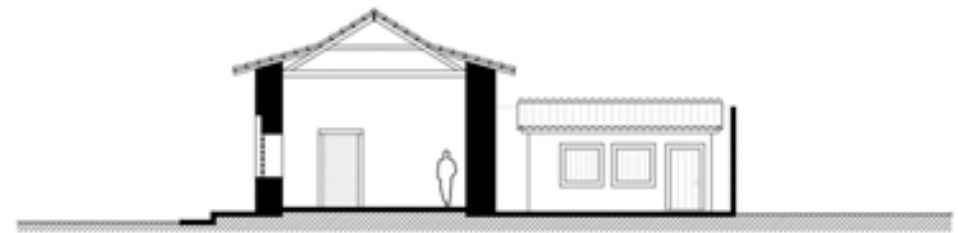
Desenhos p. 563
[706] [707]
[708]



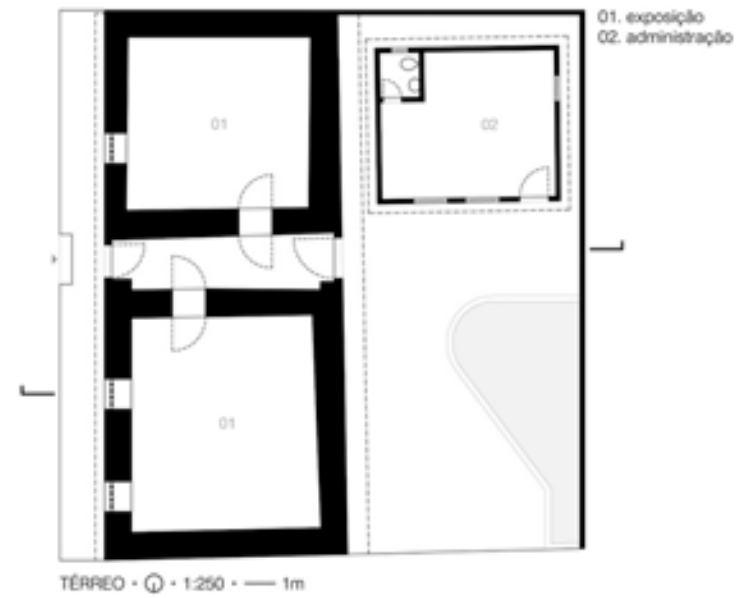




RUA FILADÉLFIO NUNES • 1:250 • — 1m



CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • — 1m



TÉRREO • 1:250 • — 1m



UniRV
Universidade de Rio Verde

◀ [709] · 17/10/2021

1900 · PALÁCIO DA INTENDÊNCIA ·

1900 · Rio Verde / GO · Palácio da Intendência

A gênese do Palácio da Intendência acompanha as primeiras transformações políticas e sociais de Rio Verde. Este, inicialmente arraial de Nossa Senhora das Dores de Rio Verde, surge com as primeiras ocupações ocorridas em 1840, estimuladas por lei imperial que isentava de impostos, por dez anos, criadores de gado no sudeste goiano (Cunha Neto, 1988:19). Quando elevada a Vila, em 1862, exigiu-se a formalização da Câmara Municipal e a verba subscrita foi utilizada na aquisição da residência do Sr. Ladislau Borges Campos —vereador— e convertida aos usos administrativos.

Lá o órgão permaneceu até a construção do novo edifício. Em 1885, com a necessidade de espaços mais adequados às funções, o governo provincial disponibiliza parte dos valores necessários a obra. O Major Joaquim Rodrigues de Abreu, fazendeiro e o segundo a ocupar a intendência, com o apoio do carpinteiro Mizael de Castro (Almanak, 1910:30), inicia a construção. Os relatos de cronistas e viajantes retratam os quinze anos de trabalho que se seguiria, começando pela descrição de Alfredo Moreira Pinto, em 1886 (1899:444), que não nota nenhuma edificação relevante na cidade, mas cita o início da construção da nova Câmara, que também abrigará a Cadeia Pública.

Oscar Leal, em 1890 (1892:178) acusa a construção do edifício, agora Intendência Municipal, que também abrigará o Juri. Ao relatar que as edificações vizinhas são pobres e rebocadas com esterco de gado, alguns autores registram que o novo edifício também fez uso dessa técnica, creio improvável. Em 1899 (Campos, 1971:97) a contratação do construtor Félix Tófani —Felix Toffani, Felix Tofano ou ainda Felice Toffani— italiano e experiente fabricante de cal, evidencia a busca de mão de obra qualificada para a finalização do edifício mais importante da cidade. O construtor mudou-se inicialmente para Jataí ao final do século XIX, quando Antonio Gedda busca um grupo de artífices italianos: padeiro, oleiro, cervejeiro, ceramista e outros (Mello, 2001:49), que se instalam na cidade. Félix desenvolveu suas atividades também em Rio Verde, com a reforma do Cemitério Municipal [842:656] e a instalação do sistema de distribuição de água.

[710] · 17/10/2021 ◀
Fachadas frontal e lateral.

[711] · 17/10/2021 ◀
Fachada lateral esquerda.

[712] · 17/10/2021 ▶
Fachada posterior.



O pau-a-pique preenchido com esterco, poderia até estar presente na primeira residência de 1862, mas o atual edifício apresenta um sistema estrutural muito sólido, nada simplório, com o frontal em madeira preenchido com adobe. O uso como cadeia também elimina tal possibilidade devido a fragilidade mecânica do sistema, dito, inicial. Por isso os aproximados quinze anos de obra nos parecem mais uma continuidade e não reconstruções.

Só em 1911 que Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa, professor, poeta e organizador do primeiro e único número da *Revista de Rio Verde* (1911), vai relatar as excelentes condições de asseio e do mobiliário da nova edificação. É provável que já em 1900 estivesse finalizada e totalmente operacional, pois em 1904 o construtor já se envolvia com outras obras na cidade (Campos, 1971:111).

Interessante notar que as obras realizadas por Félix Tófani, tanto no Cemitério de Jataí [843:656], quanto na já demolida Caixa d'Água Municipal de Rio Verde, eram finalizadas com ornamentação eclética. É sem dúvidas, dos autores que fizeram uso da expressão eclética em Goiás, um dos primeiros. Seria muito fácil empregar todos esses elementos no Palácio da Intendência e transformá-lo em uma obra singular, mas talvez a força arquetípica da Casa de Câmara e Cadeia de Goiás [328:317] ainda impunha seu modelo como selo da instituição representativa do poder.

O edifício implanta-se em uma esquina, cruzamento que ainda guarda o traçado primitivo do século XIX. Hoje nos parece estranho tanto o porte quanto o uso instalados em terreno supostamente ordinário. Mas não o era. A quadra em frente era toda um grande largo que depois se consolidou como praça. Para ela voltavam-se as principais residências e a Igreja Matriz. Dessa época só restou o sobrado, a igreja ruiu e a praça, loteada, desapareceu. Levou com ela a agradável e correta ambiência do antigo tecido urbano.

[713] · 17/10/2021 ▲▲▲
Detalhe sambladura.

[714] · 17/10/2021 ▲▲▲
Detalhe esteio.

[715] · 17/10/2021 ▲▲▲
Detalhe beiral.

[716] · 17/10/2021 ▼▼
Detalhe muro pedra canga.

[717] · 17/10/2021 ▼▼
Detalhe esquadria.



Dados

Obra: Palácio da Intendência

Ano Construção: 1900

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Joaquim R. de Abreu (empreendedor)

Mizael de Castro (construtor 1885)

Félix Tófani (construtor 1899)

Cidade: Rio Verde / GO

End.: Rua Senador Martins Borges, SN, Centro

Coordenadas: 17°48'10.2"S 50°56'01.7"W

Altitude: 710m

Altura: 9,60 m

Pavimentos: Térreo + Superior

Área Terreno: 500 m²

Área Ocupada: 140 m²

Área Construída: 280 m²

Fontes

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. **Almanak Laemmert 1910.**

Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 1910.

BURDET, Carlo Alfonso Maria. **Antonio Gedda (Agliè, 1854-Jataí, 1922): Un avventuroso parente di Guido Gozzano in Brasile.** In: L'ESCALINA, n.2, Anno IV, Ottobre, p.223-273. Ivrea: Tipografia Litografia Bolognino Davide & C., 2015.

CAMPOS, Onaldo. **Rio Verde Histórico.** São Paulo: Gráfica e Editora EDIGRAF S.A., 1971.

CUNHA NETO, Oscar. **Rio Verde: Apontamentos para a sua história - documentário ilustrado.** Goiânia: Gráfica e Editora O Popular, 1988.

LEAL, Oscar. **Viagem as terras goyanas.** Lisboa: Minerva, 1892.

MELLO, Dorival Carvalho. **Jatahy – Páginas Esquecidas.** Jataí: Sudográfica, 2001.

PESSOA, Pedro Salazar Moscoso da Veiga. **Revista de Rio Verde.** n.1, julho de 1911. Oficinas Typ. d'A SECULO XX, Uberada: 1911.

PINTO, Alfredo Moreira. **Apontamentos para o Dicionario Geographico do Brazil: P-Z.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

XAVIER, Paulo Cesar Borges Xavier. **A expansão urbana da cidade de Rio Verde - 1970-2012.** Goiânia, 2013. Dissertação-Ciências Econômicas, PUC-GO.

[718] · 17/10/2021
Cela.

▲ ▲

[719] · 17/10/2021
Sala vereações.

▲ ▲

[720] 17/10/2021
Estrutura cela.

▼ ▼ ▼

[721] · 17/10/2021
Acesso superior.

▼ ▼ ▼

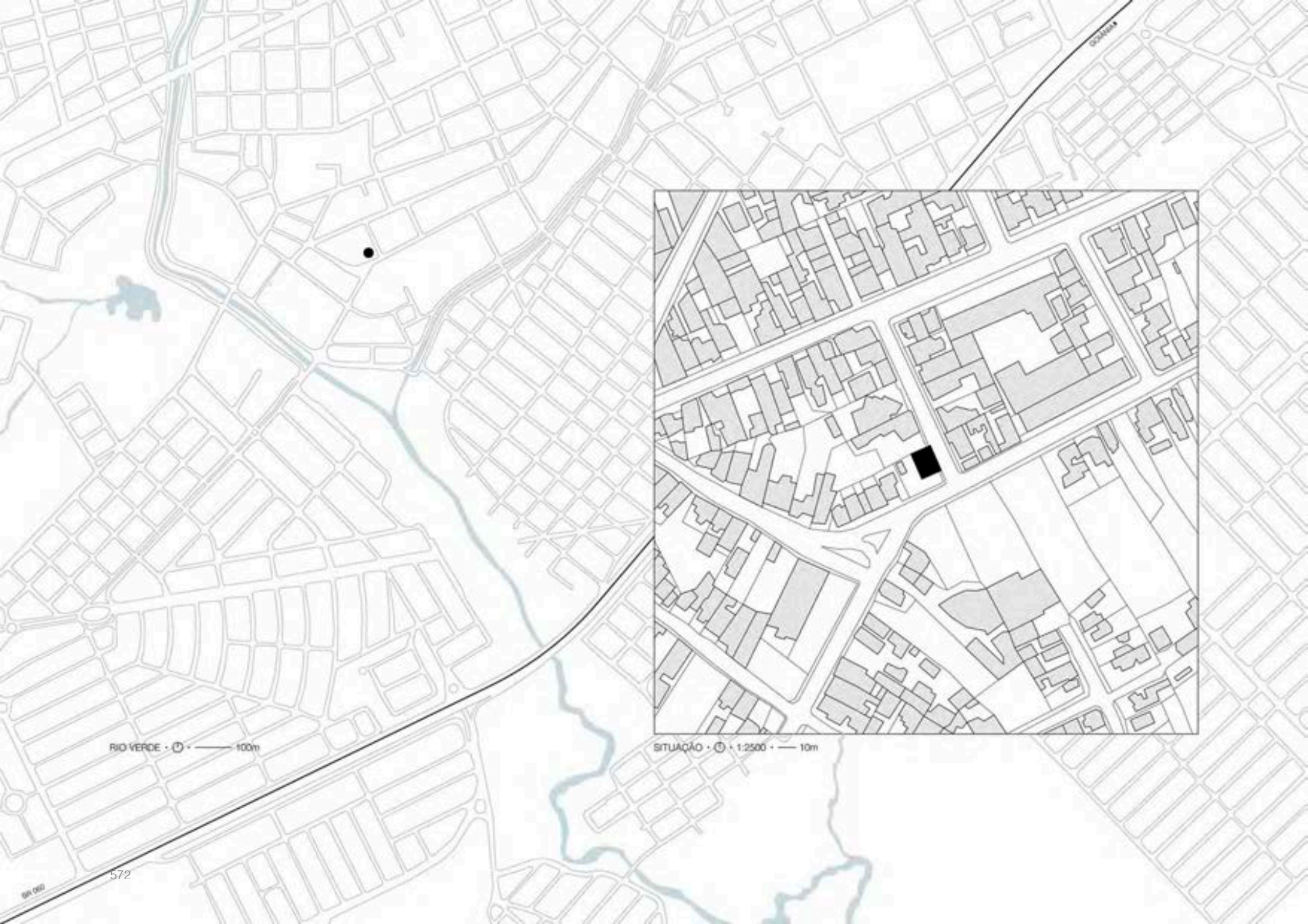
[722] · 17/10/2021
Saguão térreo.

▼ ▼ ▼

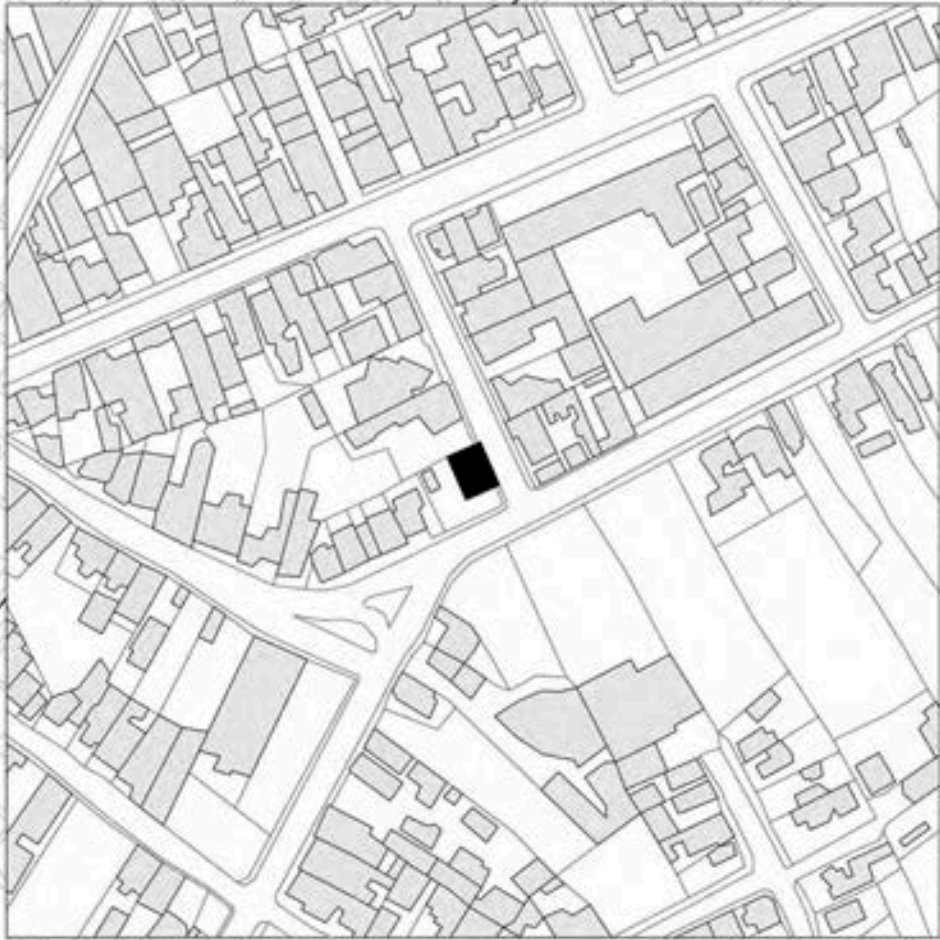
Desenhos p. 572
[723] [724]

Desenhos p. 573
[725] [726]
[727] [728]



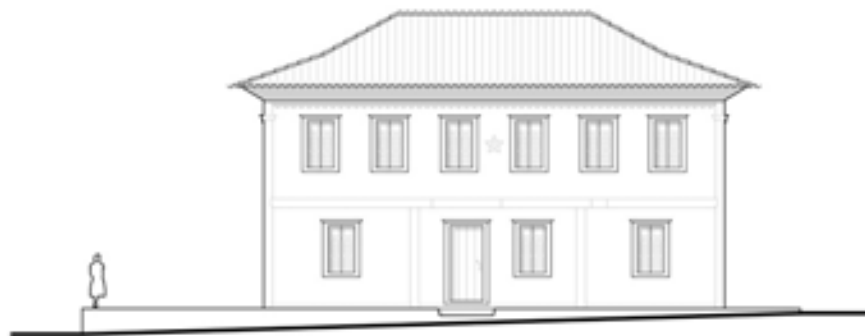


GOVERNADOR

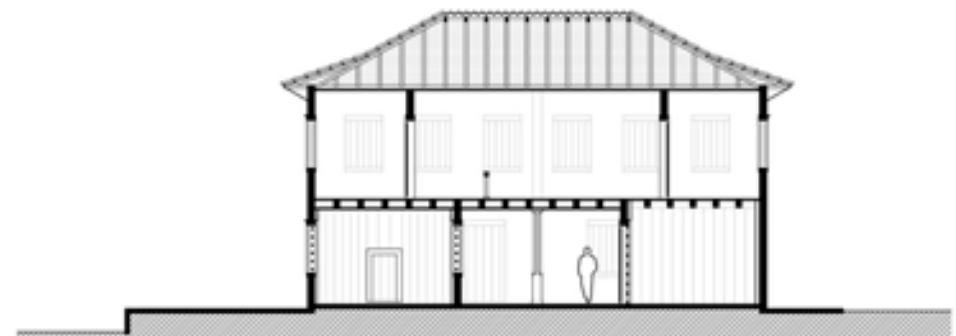


RIO VERDE • ○ — 100m

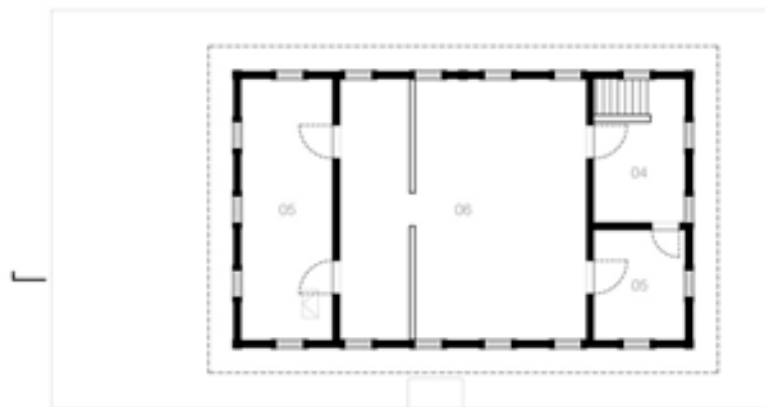
SITUAÇÃO • ○ — 1:2500 — 10m



RUA RICARDO CAMPOS • 1:250 • — 1m

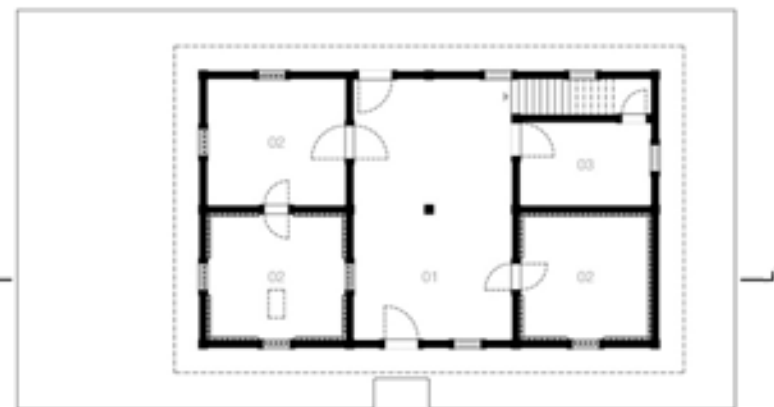


CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



SUPERIOR • 1:250 • — 1m

- 01. saguão
- 02. cela
- 03. serviço
- 04. vestibulo
- 05. administrativo
- 06. verreação



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [729] · 14/07/2021

1919 · CÂMARA E CADEIA ·

1919 - Pirenópolis / GO - Câmara e Cadeia (atual Museu do Divino)

O atual Museu do Divino, antiga Câmara e Cadeia, réplica da primeira Casa de Câmara e Cadeia da Capitania de Goiás, guarda em sua materialidade física a síntese de um longo período que se estende desde os primeiros momentos da mineração, passando por todas as transformações sociais e econômicas até alcançar as exigências da contemporaneidade. O primeiro edifício nasce pelas necessidades de organização do crescente arraial, instalado na zona central da cidade, junto à Matriz do Rosário [141:193], local da usual presença dos principais órgãos da administração colonial. Assim, em um terreno de esquina abaixo da Rua Direita, iniciava-se em 1733 a construção da cadeia com sua câmara de vereações, contemporânea à Matriz, época do Conde de Sarzedas (?-1737) como autoridade máxima em Goiás.

Assobradada, ainda no século XIX permanecia como o único edifício de dois pavimentos (Pohl, 1951a:270). O sintético volume abrigava, como sempre, as celas no pavimento inferior, que constava de uma prisão nomeada casa-forte, revestida com pranchões de madeira, além de duas celas protegidas (Jayme, 1971a:132). O superior abrigava as salas de reuniões e vereações. As paredes eram em pedra com 1m de espessura (Jayme; Jayme, 2003:215) e forneciam proteção mais que suficientes quando aliadas ao revestimento interno e às grades chapeadas com ferro nas poucas aberturas. Havia ainda no terreno, além do volume da edificação principal, três cômodos para abrigo da guarda, voltados ao interior e limitados por altos muros.

Era provida de uma única escada que se ligava ao pavimento superior, e só por lá que se acessava as celas do térreo, que não continham outras aberturas além das janelas gradeadas. Em 1833 foi realizada extensa reforma, pois se encontrava em avançado estado de deterioração. Das cadeias da capitania, foi uma das poucas em que se registrou fuga, em 1877, quando um preso da casa-forte consegue incendiar a escada e parte do teto (Jayme, 1971a:134). Em 1919 foi demolida quando se concluiu a construção do novo edifício. Mesma época da instalação da luz elétrica em Pirenópolis.

[730] · 13/07/2021 ▲ ▲
Detalhe fachada lateral.

[731] · 13/07/2021 ▲ ▲
Fachada frontal e lateral.

[732] · 13/07/2021 ▼ ▼ ▼
Detalhe porta acesso.

[733] · 13/07/2021 ▼ ▼ ▼
Detalhe grade cela.

[734] · 13/07/2021 ▼ ▼ ▼
Detalhe piso.



A nova obra foi edificada junto às margens do Rio Vermelho, próxima à Ponte do Carmo, que a conectava com a Igreja do Carmo [234:255] implantada ao lado norte do rio. Usualmente é adjetivada como réplica da antiga, porém, apesar de muito parecida sob os aspectos formais, difere em outras questões que sofreram atualizações. O acesso passa a ser feito por portas ao nível das celas, as janelas são gradeadas por simples vergalhões de ferro. A parede inferior, não mais em pedra maciça, mas composta por argamassa com barro vermelho e pedras miúdas. A obra se iniciou em 1916 pelo Intendente Cristóvão José de Oliveira (1882-1969) e foi finalizada em 1919 pelo vice intendente Silvino Odorico de Siqueira (1856-1935), às custas do incompleto cofre público local e da ajuda da população (Jayme, 1971a:131)

[735] · 13/07/2021
Detalhe muro adobe.



[736] · 13/07/2021
Detalhe esquadria.



[737] · 13/07/2021
Escada e guarda-corpo.



Assim como na antiga, o quintal foi ocupado, só que desta vez com mais celas que permaneceram em uso até 2005 (Cavalcante, 2019:186) quando a reforma – que transformou cadeia em museu – foi iniciada. A planta, simples, conformada por um retângulo quase quadrado, não ofereceu empecilhos para transformar tanto o térreo quanto o pavimento superior em áreas livres de exposição permanente.

Das casas de Câmara e Cadeia goianas, acabou por ser a primeira e a última. Como última, sinaliza o início de um novo período em que assistimos à mudança de eixos econômicos. A partir da década de 1930, a criação de Goiânia e a chegada da linha de trem até Anápolis reverte toda a situação dos fluxos que perdurava desde o período colonial e atravessou o século XIX.

Nos parece ter sido este o maior revés econômico pelo qual a cidade passou, com esvaziamento do comércio e saída das famílias mais ricas para outros núcleos (Carvalho, 2001: 23). Mas que começou a se reverter a partir da década de 1970 (Iphan, 1985:14) com o surgimento de Brasília, que fomentou a vocação turística local, movimentando novamente um dos poucos núcleos urbanos que atravessaram com integridade quase três séculos de existência.



Dados

Obra: Câmara e Cadeia

Ano Construção: 1919

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Cristóvão de Oliveira (empreendedor 1916)

Silvino de Siqueira (empreendedor 1919)

Cidade: Pirenópolis / GO

End.: Rua dos Pireneus, 7, Centro

Coordenadas: 15°50'59.5"S 48°57'30.9"W

Altitude: 753 m

Altura: 10,00 m

Pavimentos: Térreo + Superior

Área Terreno: 490 m²

Área Ocupada: 123 m²

Área Construída: 238 m²

Fontes

CARVALHO, Adelmo de. **Pirenópolis Coletânea 1727 – 2000. História, Turismo e Curiosidades.** Goiânia: Kelps, 2001.

CAVALCANTE, Silvio. **Barro, madeira e pedra: patrimônios de Pirenópolis.** Brasília: Iphan, 2019.

JAYME, Jarbas. **Esboço histórico de Pirenópolis I (1º edição póstuma).** Pirenópolis: Est. de Goiás, 1971a.

JAYME, Jarbas; JAYME, José Sisenando. **Pirenópolis – Casa dos Homens, Volume II.** Goiânia: UCG, 2003.

LIMA, Elder Rocha. **Guia sentimental da cidade de Pirenópolis.** Brasília: Superintendência do IPHAN em Goiás, 2010a.

MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830).** São Paulo, 2018. Tese-FAU, USP.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no Interior do Brasil: Vol. I.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951a.

IPHAN. **Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de Pirenópolis: Volume I.** Proc. nº1.181-T85. Iphan DF, Brasília: IPHAN, 1985.

[738] · 13/07/2021
Detalhe grade cela. ◀

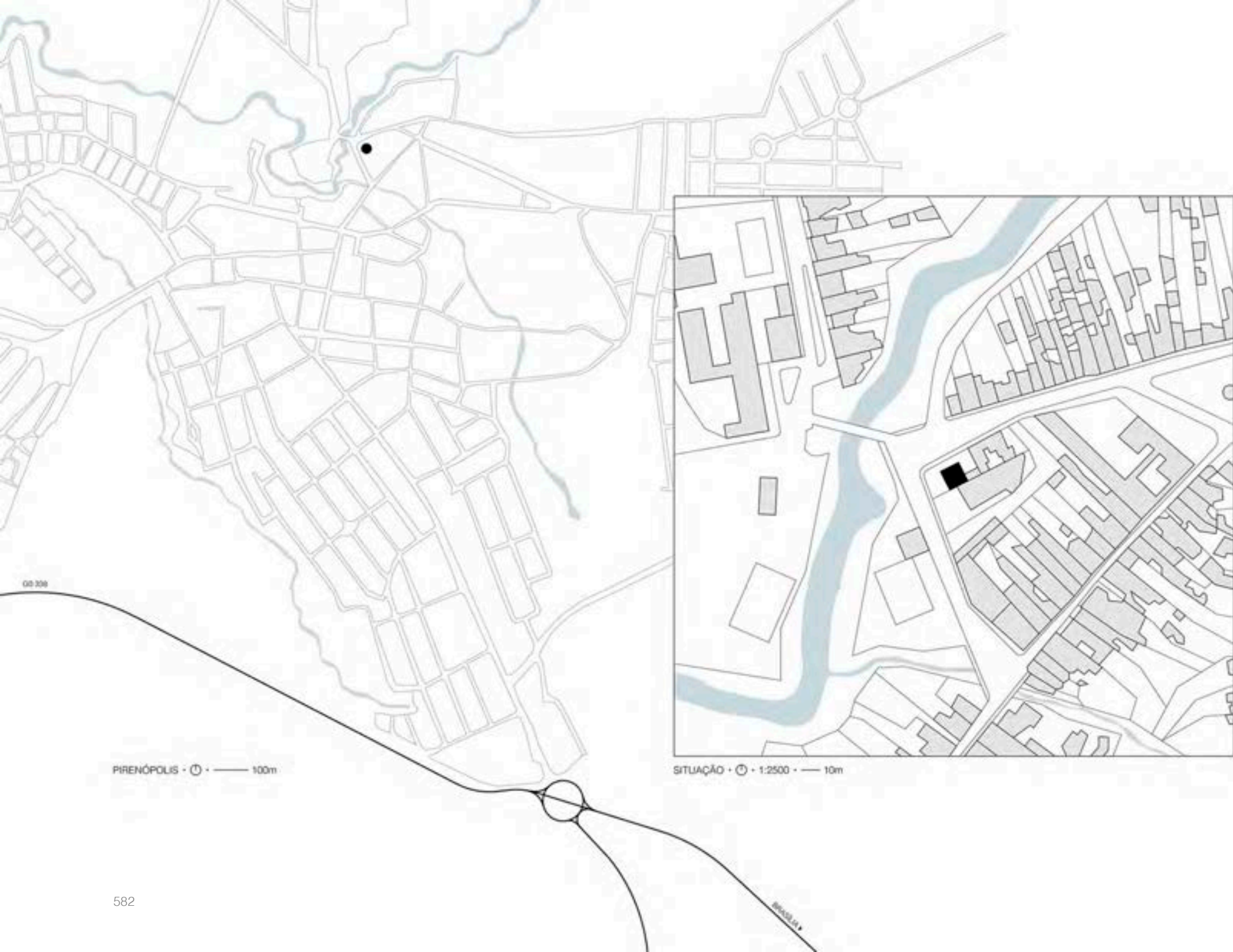
[739] · 13/07/2021
Detalhe ferragem. ◀

[740] · 13/07/2021
Sala exposição. ▶

Desenhos p. 582
[741] [742]

Desenhos p. 583
[743] [744]
[745] [746]



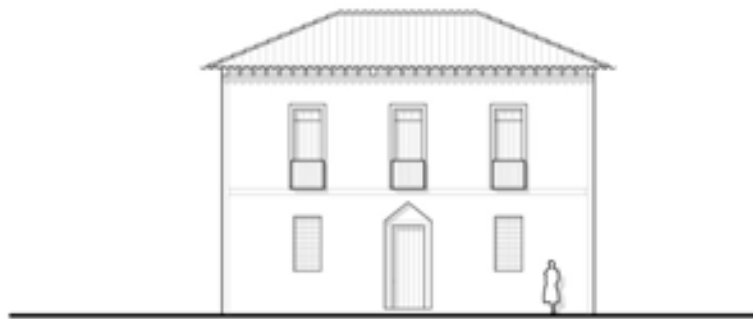


BR-208

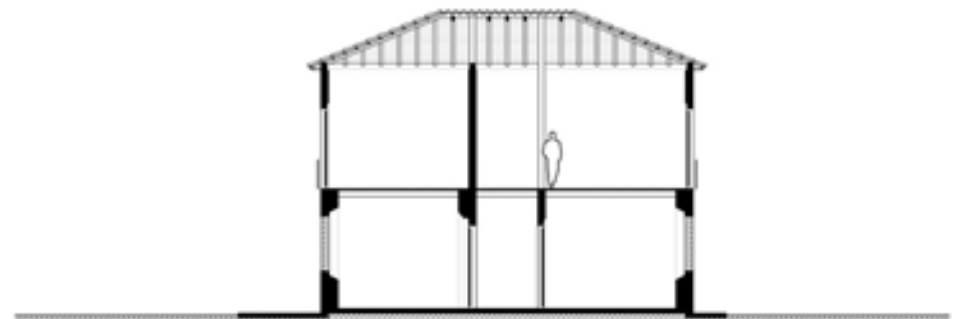
PIRENÓPOLIS - 100m

SITUAÇÃO - 10m

BR-040



AVENIDA BEIRA RIO • 1:250 • — 1m



CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • — 1m



SUPERIOR • ☉ • 1:250 • — 1m

- 01. vestíbulo
- 02. recepção
- 03. exposição
- 04. copa
- 05. reservatório



TÉRREO • ☉ • 1:250 • — 1m



◀ [747] · 14/07/2021

1922 · MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO PILAR ·

1922 - Pilar de Goiás / GO - Matriz de Nossa Senhora do Pilar

[748] · 14/07/2021
Detalhe campanário.



[749] · 14/07/2021
Nave e altares.



[750] · 14/07/2021
Detalhe estrutura.



Hoje a qualidade de tecido urbano com raízes fincadas no século XVIII se esconde quase que totalmente para quem visita Pilar. As distinguíveis edificações que restaram não possuem força para formatar um conjunto que, até a década de 1960, permanecia intacto em grande parte. Uma conjunção de fatores econômicos e físicos permitiu que o povoamento ultrapassasse o século XIX com mínimas modificações em sua estrutura, mas sucumbiu ao próximo século.

O tombamento do conjunto urbano, realizado em 1954, foi processo conturbado, sendo unilateral por parte do Sphan. A prefeitura, reticente, via a medida cautelosa como empecilho à municipalização do território (Oliveira; Silva, 2010:229). Talvez a população, cansada de viver há quase cem anos no mesmo ritmo, também quisesse a renovação, modernidades e comodidades do século XX. A única salvação de Pilar – nunca realizada – seria a criação de uma rígida zona de proteção, engessamento total do núcleo primitivo, sem concessões.

Porém, o município optou pelas frivolidades do progresso e a humanidade perdeu uma permanência histórica. Para quem estava fora, o caminho a seguir parecia óbvio, tanto quanto para quem estivesse dentro. Como tudo pode piorar, durante a década de 1990, a retomada da exploração do ouro com instrumentos modernos (Oliveira; Silva, 2010:232) atraiu nova onda de migrantes e colocou, mais uma vez, a oposição de interesses entre órgãos administrativos municipais e órgãos patrimoniais nacionais. Foi a pá de cal.

Hoje, sob o aspecto formal, se apresenta mais como um parcelamento nascido às bordas de um trecho qualquer da rodovia Belém-Brasília. Dentre as várias cidades que destruíram quase que por completo seu patrimônio tradicional ou eclético – e até modernista – como Bonfim, Santa Cruz, Rio Verde, Anápolis, incluindo Goiânia, atualmente sob risco de verticalizar o Setor Sul (Barbosa, 2020), Pilar é o mais triste cenário que o imediatismo oferta ao futuro.



A atual Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar simboliza o início dessas alterações, talvez por isso seja de alguma maneira escanteada pela historiografia. Erigida em 1922, em substituição à original, ao que parece já operacional em 1751 e arruinada em 1917 (Dubugras, 1965:71). Da primitiva, várias são as narrativas elogiosas tanto das dimensões como dos altares (Mattos, 1836:74). Os relatos colhidos por Dubugras (1965:95) afirmam ter ela sido similar à Matriz do Rosário, em Pirenópolis [141:193], tanto em escala quanto composição. A igreja atual foi construída sobre o adro da antiga e o adro da nova, com o tempo, se transformou em praça. Aos poucos toda a parte posterior a igreja foi parcelada e ocupada, eliminando qualquer vestígio do templo original. A nova se tornou um receptáculo de partes recuperadas das demolidas Rosário e Matriz. Desta recebeu esteios em bom estado e parte dos altares. Da outra, algumas portas e janelas (Dubugras, 1965:73). Etzel (1974:212), ao analisar os altares, reforça a tese de que estão mais para uma montagem de partes heterogêneas que um novo arranjo de outrora peça única.

Mesmo construída na década de 1920, ao reutilizar os esteios antigos como nova estrutura autoportante, seguiu técnicas utilizadas em Goiás que se tornaram hegemônicas a partir de meados do século XIX. A volumetria se assemelha mais a igrejas de período próximo, como a Matriz de Bonfim em Silvânia [628:513], e se distancia das formas setecentistas. O campanário lateral é peça que já vale por si só e, talvez por Cunha Mattos (1836:74) ter registrado em sua visita a presença de três sinos em uma torre de madeira, tal torre tenha sido interpretada como campanário. Creio que caiba receio, pois as torres do corpo da igreja são também estruturadas em madeira; se a Matriz do Pilar tivesse realmente a escala da Matriz de Pirenópolis e cidade de Goiás, onde os sinos são todos abrigados no interior do corpo principal, é provável que acompanhasse também a mesma solução. Internamente não possui coro e a capela, apesar de pequena, é mor por ser única; recebe três altares em uma configuração curiosa, sem hierarquia, visto que são três peças distintas. A exibição dos sinos, a colagem de altares e a transposição de esquadrias remetem a uma leitura dessa igreja como grande plataforma de exibição de itens menores. Sem dúvidas um dos primeiros museus goianos, mesmo que por acidente.

[751] · 14/07/2021
Altares.



[752] · 14/07/2021
Detalhe retábulos.





Dados

Obra: Matriz de N. Sra. do Pilar

Ano Construção: 1922

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Diocese de Uruaçu (proprietário)

Cidade: Pilar de Goiás / GO

End.: Rua da Matriz, SN, Centro

Coordenadas: 14°45'50.4"S 49°34'43.8"W

Altitude: 740 m

Altura: 9,00 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 1.450 m²

Área Ocupada: 366 m²

Área Construída: 366 m²

Fontes

BARBOSA, Livia. **Moradores de bairros tradicionais se organizam contra especulação imobiliária no Plano Diretor.** Jornal Opção, 27 julho 2020. Disponível em: < <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/moradores-de-bairros-tradicionais-se-organizam-contra-especulacao-imobiliaria-no-plano-diretor-271087/>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

DUBUGRAS, Elvin Mackay. **Notas sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar de Goiás.** Brasília, 1965. Dissertação-FAU, UnB.

ETZEL, Eduardo. **O barroco no Brasil: psicologia e remanescentes em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul.** São Paulo: Melhoramentos, 1974.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de; SILVA, Rodrigo da. **Pilar de Goiás: a vila entre a memória, a história e a materialidade.** In: Anais do Museu Paulista, v.25, n.1, p.227-260. São Paulo: Museu Paulista, 2010.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás.** Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1836.

MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830).** São Paulo, 2018. Tese-FAU, USP.

PALACIN, Luiz; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás.** Brasília: SPHAN, 1987.

STACCIARINI, Agostinho. **Patrimônio histórico: aliança entre o passado e o presente.** Goiânia: Bandeirante, 2006.

[753] · 14/07/2021

Detalhe retábulo esquerdo.

[754] · 14/07/2021

Detalhe retábulo-mor.

[755] · 14/07/2021

Detalhe retábulo esquerdo.

Desenhos p. 592

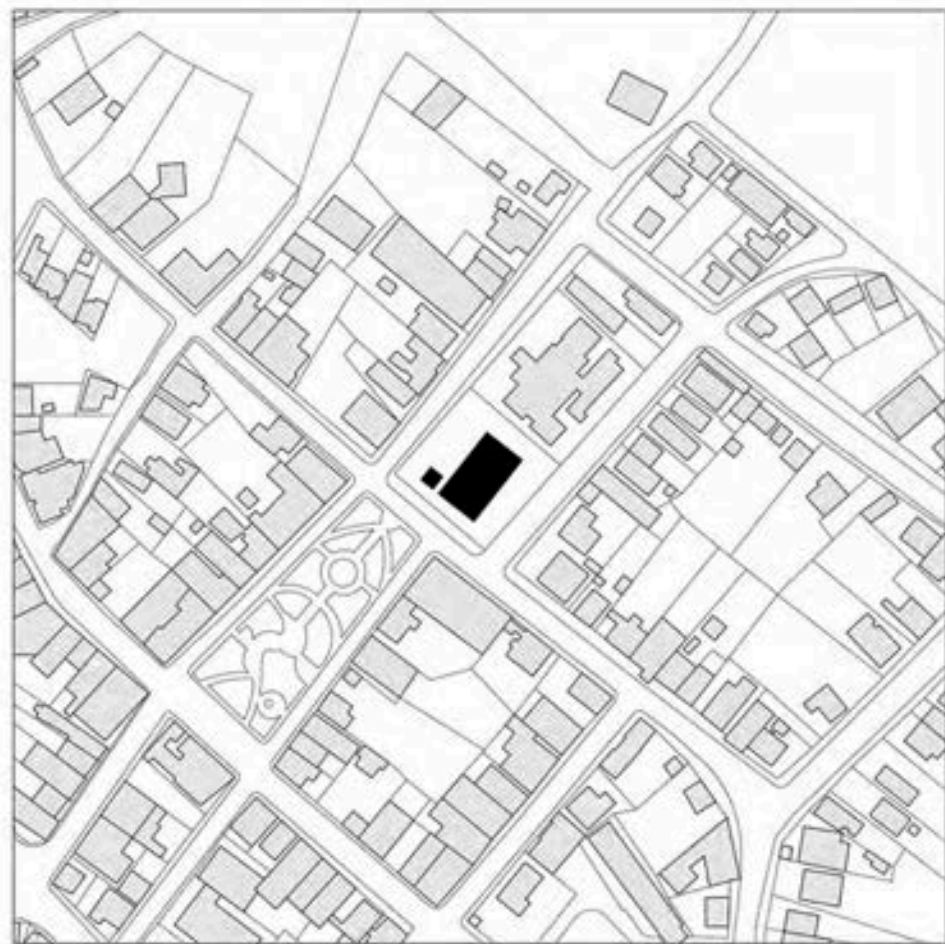
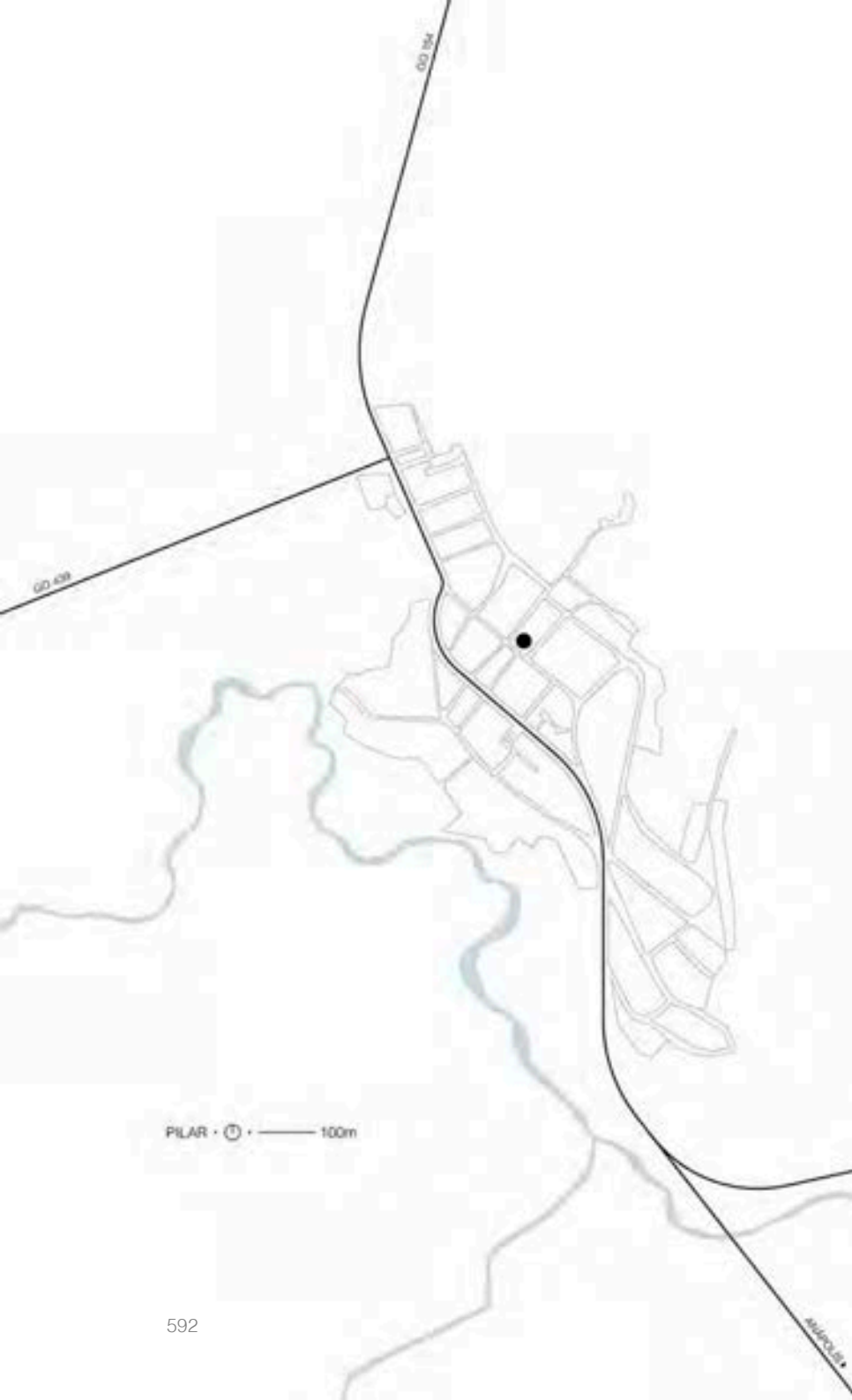
[756] [757]

Desenhos p. 593

[758] [759]

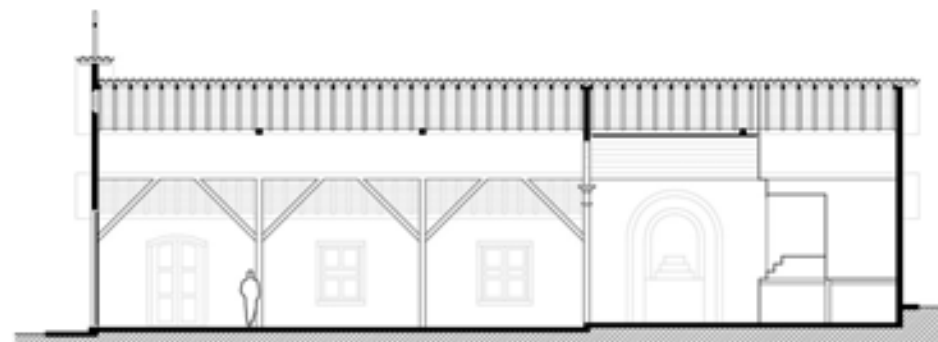
[760]





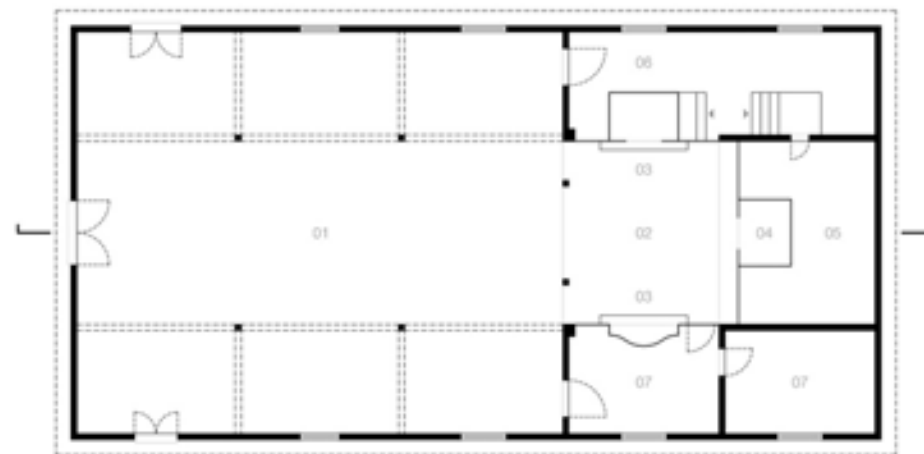


PRAÇA DA MATRIZ • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m

- | | |
|--|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> 01. nave 02. capela 03. altar lateral 04. altar mor 05. camarinha 06. depósito 07. sacristia 08. campanário |
|--|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|



TÉRREO • 1:250 • — 1m



ARQUIVO MUNICIPAL

Prefeitura
Para Nacional
Trabalhando com voce



◀ [761] · 21/10/2021

1922 / 1899 · CADEIA PÚBLICA ·

1922 / 1899 · Porto Nacional / TO · Cadeia pública (atual Arquivo Municipal)

Porto Nacional é fruto de um período de aquecimento nas explorações de jazidas auríferas do norte goiano. Não se ligava diretamente à extração mineral de alguma mina, mas era entreposto entre dois núcleos que a tinham como atividade primária. Assim a comunicação entre Bom Jesus do Pontal (1738) e Nossa Senhora do Carmo (1741) (Barbo, 2015:298), que só poderia ocorrer por travessia do rio Tocantins, se deu no ponto de surgimento da futura cidade.

Félix Camoa, português, constrói o primeiro rancho à beira do rio e, atendendo a demanda, estabelece o serviço de barcos que comunicam uma margem à outra. Assim, essa pausa no percurso torna-se ponto de referência, encontro e intercâmbio de produtos e ideias. Com o esgotamento das jazidas, ataques indígenas a populações vizinhas, o desenvolvimento do porto para escoamento da produção e a recepção de um destacamento militar para vigiar a crescente navegação, (Palacin; Borges, 1987:68), transforma-se o núcleo inicial em um entreposto de escala regional, justificando tanto o título quanto o nome do arraial de Porto Real.

O porto foi preponderante na formatação da certa independência cultural e econômica, apoiando a ligação da região norte com Belém/PA, por rio, enquanto as estradas traziam as influências da Bahia, e assim a região se afastava cada vez mais de uma cultura construtiva que predominava ao sul da província. Situação relativamente estável até o final do século XIX com a chegada da Ordem Dominicana que se instala e inicia nova onda de desenvolvimento.

Nesse período predominava a construção dos ranchos e casa sertanejas, inicialmente edificadas de palha ou ramos e, as mais desenvolvidas, com as paredes em taipa de mão (Audrin, 1963:66). O adobe, caiado, coberto com telha de barro era, na região, o grau máximo da sofisticação no início do século XIX. Além dessas casas, quase como regra, encontraríamos a capela primitiva e a cadeia. Em Porto não seria diferente.

[762] · 21/10/2021
Detalhe cimalha.



[763] · 21/10/2021
Detalhe acesso.



[764] · 21/10/2021
Fachada frontal.





No caso da demolida capela erguida em favor de Nossa Senhora das Mercês, a origem está mais clara. Diretamente ligada à Catedral de Nossa Senhora das Mercês [1022:771] que tomou seu lugar, ocupou lugar privilegiado no olhar historiográfico. Sobre a cadeia os relatos são mais esparsos. Johan Pohl (1951b:116), por volta de 1820, ficou hospedado em uma casa que também abrigava a cadeia. O historiador local Durval Godinho (1988:29) relata que a promoção do julgado de Porto Real à vila ensejou a construção de uma cadeia, para a qual foram disponibilizados recursos da Fazenda da Província em 1839. Ainda, é atribuída ao Intendente Antônio Benedito Borges (Godinho, 1988:128) a construção em sua gestão – entre os anos de 1896 e 1899 – de uma cadeia pública. E, para reforma desta, alguns documentos registram em 1920 o envio, por parte do governo estadual, de auxílio financeiro.

Talvez a cadeia sempre tenha ficado no mesmo endereço atual e fora sofrendo sucessivas reformas e reconstruções. A rua em que está implantada é popularmente conhecida pelo nome do século XIX, Rua da Cadeia. Isso pode nos levar a crer que tenha sido construída tanto mais tarde que a antiga Prefeitura [776:605]. Este, um edifício de dois andares, marco que se destaca no tecido urbano, porém não suficientemente destacado para sobrepor o antigo nome da rua.

A configuração atual, fazendo uso dos elementos construtivos tradicionais do século XIX, como adobe e caiamento, compactua mais com os relatos de uma construção por volta de 1899. A reforma de 1920 acrescenta alguns elementos aplicados no mesmo padrão dos utilizados na antiga Prefeitura, finalizada em 1922, mas que não mudam sua expressão tradicional.

As duas fachadas se dão paralelas e trabalham em um conjunto compositivo de duas edificações muito representativas do poder local. Algumas modificações mais atuais, como a expansão dos cômodos aos fundos, surgem para atender a demanda específica do uso como arquivo ou possível biblioteca. Já não guarda vestígios do seu uso como cadeia.

[765] · 21/10/2021 ▲▲▲
Detalhe cimalha e esquadria.

[766] · 21/10/2021 ▲▲▲
Detalhe esquadria.

[767] · 21/10/2021 ▲▲▲
Detalhe cimalha.

[768] · 24/07/2019 ▼
Quintal.



Dados

Obra: Cadeia pública

Ano Construção: 1899

Ano Remodelação: 1922

Responsáveis:

Antônio Benedito Borges (empreendedor)

Cidade: Porto Nacional / TO

End.: Rua Padre Antônio, 1822, Centro

Coordenadas: 10°42'31.0"S 48°25'00.6"W

Altitude: 231 m

Altura: 6,00 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 282 m²

Área Ocupada: 273 m²

Área Construída: 273 m²

Fontes

AUDRIN, José Maria. **Os Sertanejos Que Eu Conheci**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

BARBO, Lenora. **Cartografia histórica: território, caminhos e povoados em Goiás: 1722-1889**. Brasília, 2015. Tese-FAU, UnB.

GODINHO, Durval da Cunha. **História de Porto Nacional**. s.l.:s.n., 1988.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **CHOROGRAPHIA historica da provincia de Goyaz**. Parte I. In: Revista do IHGEB, tomo XXXVII, parte primeira, p. 213-398. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro Editor, 1874.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **CHOROGRAPHIA historica da provincia de Goyaz**. Parte II. In: Revista do IHGEB, tomo XXXVIII, parte primeira, p.5-150. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro Editor, 1875.

NUNES, Radamés Vieira. **Francisco Ayres, lembranças de um porvir: Porto Nacional e a modernização no norte de Goyaz**. Uberlândia, 2016. Tese-História, UFU.

PALACÍN, Luís; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás**. Brasília: SPHAN, 1987.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no Interior do Brasil: Volume II**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951b.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Um Porto no Sertão: Cultural e cotidiano em Porto Nacional, 1880-1910**. Goiânia, 1997. Dissertação-História, UFG.

OLIVEIRA, Sebastião de Souza. **PORTO NACIONAL: De Porto Real a Espaço Periférico de Palmas (TO)**. Goiânia, 2009. Dissertação-Geografia, UFG.

[769] · 24/07/2019
Arquivo. ◀

[770] · 21/10/2021
Detalhe fachada frontal. ▶

Desenhos p. 602
[771] [772]

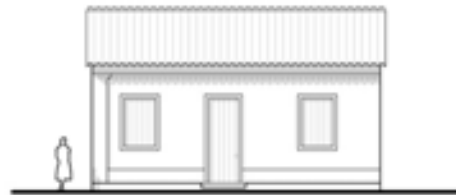
Desenhos p. 603
[773] [774]
[775]



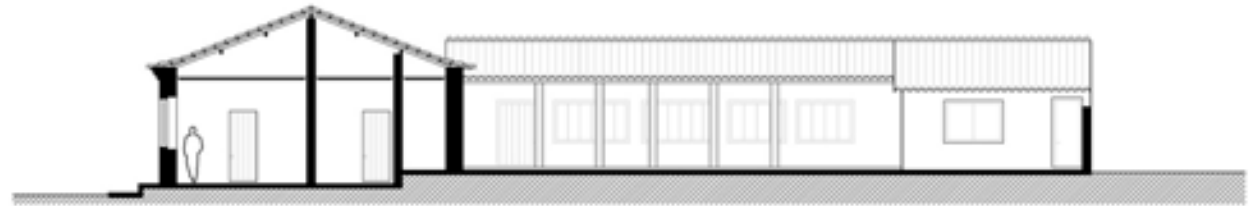


PORTO NACIONAL · ○ · — 100m

SITUAÇÃO · ○ · 1:2500 · — 10m

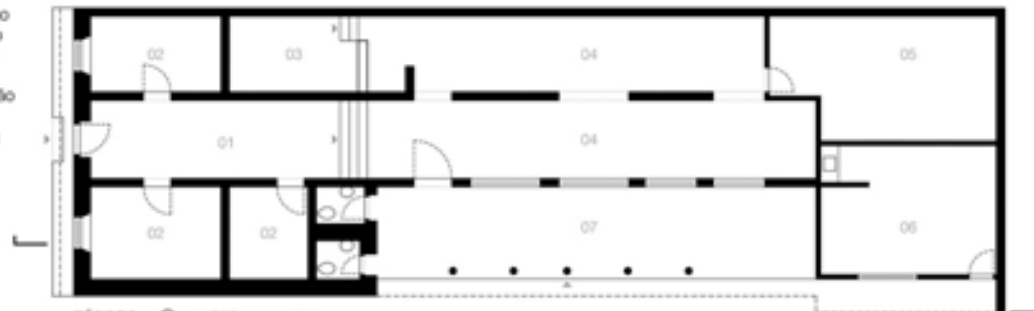


RUA PADRE ANTÔNIO • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m

- 01. recepção
- 02. depósito
- 03. controle
- 04. acervo
- 05. exposição
- 06. copa
- 07. varanda



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [776] · 24/07/2019

1922 · PREFEITURA ·

1922 · Porto Nacional / TO · Prefeitura (atual Museu Histórico e Cultural)

[777] · 24/07/2019 ◀
Detalhe fachada frontal.

[778] · 24/07/2019 ◀
Fachada posterior.

[779] · 24/07/2019 ▶
Detalhe fachada frontal.

Não fosse o maior rigor no aprumo das paredes e no espaçamento entre aberturas tanto mais precisos que os encontrados em exemplares da arquitetura do período colonial em Goiás, esse edifício passaria aos nossos olhos como um perfeito exemplar de Casa de Câmara e Cadeia. Tanto que é frequentemente citado como, em associação direta com Brasil Colônia. Apesar de ter abrigado a administração da cidade, dentre outras atividades, foi inaugurado como Intendência Municipal em 1922 (Godinho, 1988:133).

De Intendência logo passou a Prefeitura com a nova constituição de 1934 e ainda recebeu a Câmara Municipal, Sala de Audiências e uma série de outros órgãos administrativos de competência municipal. Porém, não há registros da utilização dos cômodos térreos como salas de aprisionamento, que, via de regra, acontecia na edificação vizinha [761:595]. Por essa multiplicidade de poderes sob o mesmo teto, também ficou conhecido como Paço Municipal. Rafael Fernandes Belles, Intendente entre os anos de 1921 e 1923 – que ainda foi o piloto do primeiro barco a vapor a fazer ligação com Belém/PA – tomou como ato inicial de sua administração o empreendimento da nova casa do poder. Texto ou outro afirmam ser este um exemplar da arquitetura vernacular local, porém algumas questões nos levam a pensar o contrário.

A saber, este edifício – o primeiro com dois pavimentos – somente foi edificado após 184 anos da fundação do primeiro núcleo, em um período entre os trabalhos construtivos da Catedral de Nossa Senhora das Mercês [1022:771] e da Cúria Diocesana (1930), esta com três pavimentos. Creio ser mais plausível conjecturar que os projetistas da Ordem estiveram minimamente envolvidos nessa empreitada. Materialmente, os tijolos mais resistentes, de adobe ou cozidos, estavam agora disponíveis, e os cálculos e previsões estruturais eram dominados, até o momento, pelos padres. Pelo prumo e esquadro das alvenarias e o esmero construtivo, se assemelha muito ao presente no Seminário São José [1039:783], o que denota o emprego da mesma mão de obra qualificada.



E assim seguia também os mesmos esquemas construtivos. As largas paredes suportam as cargas do madeiramento do primeiro piso e telhado. O pequeno vão entre alvenarias permitiu que as vigas de madeira os vencessem sem chegar ao limite da resistência – válido também para as tesouras do telhado. Um arranjo simples e eficiente, que parece ser intuitivo mas demonstra um rigor técnico por detrás de soluções ainda não presentes na região.

[780] · 24/07/2019
Exposição.



[781] · 24/07/2019
Exposição.



[782] · 24/07/2019
Detalhe esquadria.



Aspectos presentes também no desenho da fachada. Apesar de empregar a simetria entre as partes, esta se faz com um rigor de centímetros, atitude dependente de mão de obra que faz uso de técnicas e de ferramentas mais modernas para o controle dessas medidas. Sob o aspecto da expressão formal, nos parece natural a busca por uma associação com a Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Goiás [328:317], até então capital do estado. A configuração das aberturas é similar e o jogo de balaustradas das janelas superiores e as grades das inferiores, aliadas ao acesso central, aproxima os exemplares. Assim, apesar de empregar técnicas tanto mais avançadas, sua expressão ainda remete às formas construtivas tradicionais, associando-se a uma imagem já consolidada de representação do poder.

A implantação – ainda em denúncia da época – não se deu na praça central ou em um largo junto com as edificações representativas do poder. Apesar de próxima à catedral, se ligava a esta pelos fundos. A obra se dá edificada em lote ordinário, sem singularidades que a diferenciasses no tecido da cidade. Destaca-se pela altura, mas o impacto no entorno é amortecido pelos mais de 15m da catedral.

Atualmente abriga o Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional – instituição que desde a década de 1980 não possuía sede fixa – que se instala em 2008, após as reformas promovidas pelo Iphan em 2007. O restauro contemplou poucas modificações, voltadas a uma valorização dos espaços e elementos construtivos, além de melhoria de acessibilidade.



Dados

Obra: Prefeitura

Ano Construção: 1922

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Rafael Fernandes Belles (empreendedor)

Cidade: Porto Nacional / TO

End.: Rua Padre Antônio, 1822, Centro

Coordenadas: 10°42'30.5"S 48°25'00.5"W

Altitude: 231 m

Altura: 8,00 m

Pavimentos: Térreo + Superior

Área Terreno: 383 m²

Área Ocupada: 128 m²

Área Construída: 256 m²

Fontes

BALSAN, Rosane; OLIVEIRA, Mariela Cristina Ayres de; ROSA, Janira Iolanda Lopes da; (Org.). **Porto Nacional, patrimônio do Brasil: histórias e memórias**. Palmas: EDUFT, 2015.

BRESSANIN, César Evangelista Fernandes. **Entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos: a ordem dos pregadores nos sertões do antigo norte de Goiás**. Goiânia, 2015. Dissertação-História, PUC-GO.

DOURADO, Benvinda Barros. **Educação no Tocantins: Ginásio Estadual de Porto Nacional**. Goiânia, 2010. Tese-Educação, UFG.

GODINHO, Durval da Cunha. **História de Porto Nacional**. s.l.:s.n., 1988.

IPHAN. **Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional**. Processo nº 1.553-T-08 / 014-50.00 5680/2008. Superintendência do Iphan Goiás, Goiânia: IPHAN, 2008.

MAYA, Antônio Luiz. **Reminiscências sociais portuenses**. Goiânia: GEV, 2003a.

MAYA, Antônio Luiz. **Reminiscências ocasionais**. Goiânia GEV, 2003b.

SANTOS, Antonio Miranda dos. **Centro Histórico de Porto Nacional: Um Lugar Tombado**. Porto Nacional, 2019. Dissertação-Geografia, UFT.

[783] · 24/07/2019
Detalhe esquadria. ◀

[784] · 24/07/2019
Detalhe escada e estrutura. ◀

[785] · 24/07/2019
Corredor central. ▶

Desenhos p. 612
[786] [787]

Desenhos p. 613
[788] [789]
[790] [791]



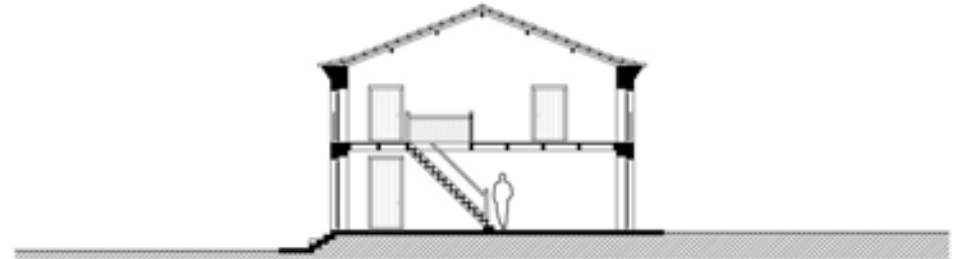


PORTO NACIONAL • ○ • — 100m

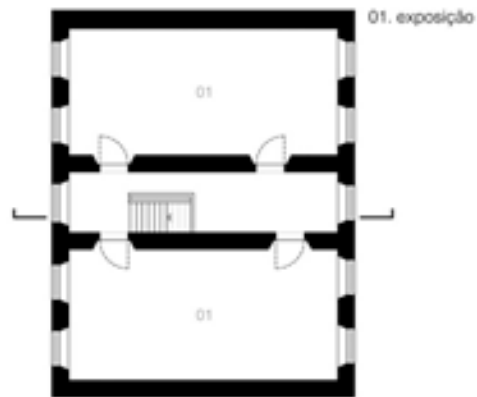
SITUAÇÃO • ○ • 1:2500 • — 10m



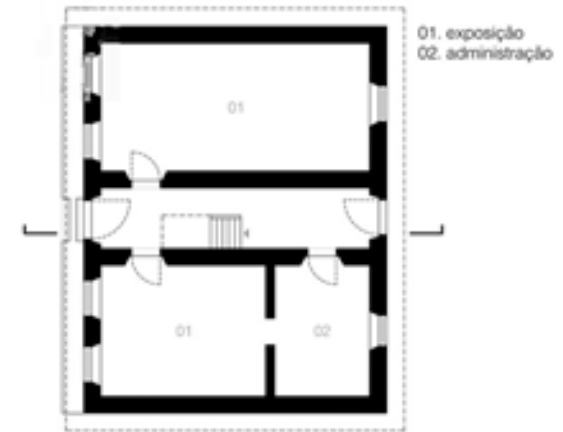
RUA PADRE ANTÔNIO • 1:250 • — 1m



CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • — 1m



SUPERIOR • 1:250 • — 1m



TÉRREO • 1:250 • — 1m



325

ALIA
RUA DO FLE

◀ [792] · 12/10/2021

1929 · RESIDÊNCIA KARL BARTOLOMEO STEGER E BARBARA DA SILVA MORAES ·

1929 · Goiânia / GO · Residência Karl Bartolomeo Steger e Barbara da Silva Moraes

[793] · 12/10/2021

Detalhe beiral.



[794] · 12/10/2021

Detalhe cobertura.



[795] · 12/10/2021

Detalhe fachada frontal.



Hoje o bairro Campinas está totalmente integrado tanto ao traçado urbano quanto ao cotidiano de Goiânia. O crescimento paralelo do centro urbano da nova capital e do bairro conectou o que antes era separado e exigia uma pequena viagem a bordo de jardineiras. Estas faziam exclusivamente o trajeto Campinas/Centro, hoje conurbados e densamente ocupados.

Porém Campinas precede a capital em mais de cento e vinte anos, já que nasce a partir de 1810, ainda ligada a motivações de exploração do ouro. O fundador, Joaquim Gomes da Silva Gerais (?-1839), natural de Meia Ponte, atual Pirenópolis (Campos, 1985:15), procurava por minas na região; não as encontrando, resolve montar um pouso na aprazível campina, que, abundante em águas e terras, foi mais sedutora que o brilho do ouro.

No *Anuario Historico Geographico e Descriptivo do Estado de Goyaz para 1910* (Azevedo, 1987:148) é colocado que o fundador estava de passagem para as minas de Anicuns, porém parece ser um registro formatado a partir de uma história oral posterior. Em levantamento documental realizado por Antônio Pinheiro (2011a:25), anotações realizadas pela Câmara de Bonfim, em 1848, não mencionam minas externas, mas sim no local ocupado.

A partir da instalação do alferes, ergue-se uma pequena capela em devoção a Nossa Senhora da Conceição, promovendo o desenvolvimento inicial da região. Há uma certa qualidade receptiva no local, materializada no acolhimento de novos moradores provenientes de outras cidades. Um aspecto de acolhimento, atrativo a gente de fora, que se faz presente também quando da formação de Goiânia. Haverá, nas principais fases do desenvolvimento de Campinas, esse fator externo que conta até com famílias de outros países. A exemplo da chegada dos padres da Ordem Redentorista, alemã, em 1894, que relatam um lugar de primitivo desenvolvimento, pouco habitado e com construções que seguem técnicas eminentemente tradicionais (Campos, 1985:30).



Os padres trazem muitas novidades, reformam a Matriz e constroem o Convento de São José, do qual restou apenas a Capela [1243:917]. Em 1921 chegam as Irmãs Franciscanas, também alemãs (Menezes, 1981:80) que fundam o Colégio Santa Clara, importante presença educacional no estado. E assim uma série de outras nacionalidades se encontraram na apelidada Campininha: libaneses, portugueses, italianos, japoneses, poloneses e russos que ajudam a construir e consolidar o bairro e a nova capital (Gomes, 2002:31).

Karl Bartolomeo Steger (1901-1933) foi mais um dos estrangeiros pioneiros. Alemão, Steger chega na década de 1920 e inicia seus trabalhos como sapateiro, acolhido no Seminário de São José. Casou-se com Barbara da Silva Moraes (1910-1932), esta neta de Joaquim Lucio Tavares Junior (1856-1934), importante fazendeiro e grande patriarca da região (Campos, 1985:40). Tal contexto nos elucida que mesmo Steger sendo agora da família de um dos principais nomes da região e contando com a disponibilidade técnica dos padres Redentoristas, sua residência, e futura loja, edificada em 1929 (Pacheco, 2011:80), será um singelo representante da arquitetura tradicional goiana.

Assim, é ainda impressionante que, já adentrando a década de 1930 e mesmo com recursos financeiros disponíveis, os materiais eram escassos e a obra será um simples volume com estrutura de madeira e vedações em adobe. A planta é básica, configurada inicialmente por dois cômodos que faziam as vezes de venda e depósito quando passa a ser usada como loja. Foi posteriormente adaptada, recebendo um anexo para abrigar um dos atuais proprietários que ali dorme para vigiar as constantes tentativas de vandalização (Costa, 2019:45). A casa faz referência aos primeiros momentos de ocupação do território, posteriormente adensado pela construção de Goiânia. É um dos raros exemplares atuais que guardam características construtivas tradicionais, representando um passado hoje eliminado por novas edificações ou escondido sob letreiros plásticos e reformas duvidosas. A pequena obra preserva a memória de uma Campinas ainda não inundada pelo comércio; merece tombamento imediato e cuidadoso restauro antes da almejada demolição por parte dos proprietários.

[796] · 12/10/2021 ◀
Fachadas frontal e lateral.

[797] · 12/10/2021 ◀
Quintal.

[798] · 12/10/2021 ▶
Fachada lateral direita.

[799] · 12/10/2021 ▶
Detalhe fachada frontal.



Dados

Obra: Res. Karl Steger e Barbara Moraes

Ano Construção: 1929

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Karl Steger (proprietário)

Barbara Moraes (proprietária)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Rua Morais Filho, 370, Campinas

Coordenadas: 16°39'52.2"S 49°17'40.5"W

Altitude: 731 m

Altura: 5,80 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 350 m²

Área Ocupada: 76 m²

Área Construída: 76 m²

Fontes

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. **Anuario histórico, geographico e descriptivo do estado de Goiaz para 1910**. Brasília: SPHAN/8^oDR, 1987.

CAMPOS, Itaney Francisco. **Notícias históricas do Bairro de Campinas**. Goiânia: Prefeitura Municipal, 1985.

COSTA, Isabela Daniel Alves da. **Lugares da memória: A casa campineira**. Trabalho apresentado na disciplina Trabalho Final de Graduação II da FAU-UEG Anápolis, 2019.

GOMES, Horieste. **Lembranças da terrinha (Campininha)**. Goiânia: Edição do Autor, 2002.

MENEZES, Áurea Cordeiro. **O Colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás**. Goiânia: Unigraf, 1981.

PACHECO, Carlos. **Um alemão chamado Carlos Steger**. In: Moreira, Antônio (Org.). Campininha das Flores: Biografia & Ensaios, p.78-82. Goiânia: Kelps, 2011.

PINHEIRO, Antônio César Caldas. **Campinas, flor da província na história de Goiás**. In: Moreira, Antônio (Org.). Campininha das Flores: Biografia & Ensaios, p.24-36. Goiânia: Kelps, 2011a.

[800] · 12/10/2021
Vestibulo.



[801] · 12/10/2021
Sala.



Desenhos p. 622
[802] [803]

Desenhos p. 623
[804]
[805]
[806]





BRUSQUA

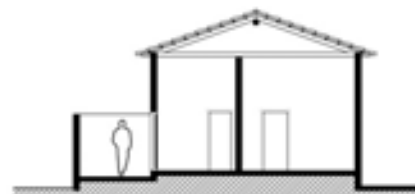
GOIÂNIA - 1000m

SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m

BR 153



RUA MORAIS FILHO • 1:250 • — 1m



CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • — 1m



TÉRREO • 1:250 • — 1m

volume I
fim

volume II

PANORAMA DA ARQUITETURA EM GOIÁS
séculos XVIII, XIX e XX

volume II

Eurípedes Afonso da Silva Neto
Sylvia Ficher
orientadora

· PARTE II: RENOVAÇÃO ·

RENOVAÇÃO · Entendimento

Ao surgimento do trabalho, nas primeiras tentativas de estruturação da tese, muito tempo foi gasto em uma busca por organizar divisões coerentes para os períodos e expressões da arquitetura goiana. O que se caracterizou como Tradição possuía uma estabilidade quase imutável de técnicas e de linguagem plástica que perduraram por longos períodos e se materializaram em um cabedal de edificações expressivas.

Porém, após a virada do século XIX instala-se uma roda viva de modificações, discussões conceituais, repertório plástico e velocidade de comunicação que permeou diversos campos de conhecimento e, conseqüentemente, afetou também as artes e a arquitetura.

Ao tentar rotular de maneira peremptória cada uma dessas novas expressões, tornou-se clara a impossibilidade de tal tarefa devido a uma constante desse período, algo muito parecido com uma zona cinzenta, intermediária entre exemplares que se mostravam visivelmente vinculados a um estilo e período [807] e outros que não cumpriam a rigorosa lista de elementos formais característicos do seu tempo [808]. Ou seja, existiam anacronismos, exceções, obras de transição, atrasos e incoerências estilístico-temporais que, no caso de uma divisão rigorosa para cada uma das expressões, seriam exacerbadas e nos pareceriam mais como uma pústula conceitual.

“Mesmo assim, explica-se a pluralidade dos processos históricos, ou de pesquisa, da arte: não temos a linearidade de uma perspectiva com o seu ponto de fuga no infinito, mas o denso emaranhamento e difusão das raízes do presente na dimensão vivida do passado.” (Argan, 1992:36)

A velocidade com que as predominâncias se modificavam ficou cada vez mais acelerada e a zona de transição entre as expressões máximas de cada uma durava mais que as próprias expressões em si. Não existe mais a permanência, por séculos, de uma maneira de se fazer arquitetura.

[807] · 25/10/2008 ◀

Res. José Félix Louza

1953 · Goiânia

16°40'18.5"S 49°15'39.7"W

Uma das primeiras edificações modernistas de Goiânia, talvez a mais contundente de todas. Ver dossiê p. 1083.

[808] · 15/09/2019 ▶

Est. Ferroviária Goiânia

1952 · Goiânia

16°39'48.7"S 49°15'42.2"W

Edifício art-déco, tardio, contemporâneo às primeiras expressões do modernismo local. Ver dossiê p. 1071.



[809] · 13/07/2021 ►
Cine Teatro Pireneus
1936/1919 · Pirenópolis
15°51'10.1"S 48°57'34.9"W
*A expressão inicial se voltava
ao neoclássico. Foi
posteriormente renovada
com linhas art-déco.
Ver dossiê p. 949.*

Essa transformação estilística acontecia de maneira tão rápida que até mesmo na carreira dos arquitetos a produção particular passava por no mínimo dois estilos, em alguns momentos três ou quatro. Eram visíveis mudanças da prática arquitetônica em curtos períodos de trinta a quarenta anos de atividade profissional pessoal.

Existia também um descompasso entre a produção de vanguarda e a produção em massa no que tange à aplicabilidade dos conceitos arquitetônicos. As alterações expressivas encabeçadas por uma vanguarda restrita a poucos agentes tomavam certo tempo até serem absorvidas pela massa dos profissionais, pelas técnicas até a aceitação do público. Um exemplo dessas sobreposições é o Ministério da Educação, atual Palácio Capanema, edifício brasileiro em altura, concebido e construído segundo princípios inovadores em um período no qual uma potência central, como os Estados Unidos, vivia o auge da aplicação do *art déco* em seus arranha-céus.

Portanto, é no sentido de organizar essa produção tão dispersa e incontrolável, que se assemelha a um organismo vivo e mutável, se retroalimentando em uma velocidade vertiginosa e rapidamente se modificando, que tento o exercício desse rótulo específico. Porém, procurando afastar o engessamento, no caso em busca de um rótulo que nos permita abrir o campo de atuação e leitura, abraçando as peculiaridades e incoerências, para atingir um objetivo maior que qualquer tipo de catalogação —a compreensão.

É nessa busca que surge o que aqui coloco como Renovação. Renovação associada ao discurso da modernidade que deu o sentido inicial de cada estilo. Renovação como insumo primário, base que fazia parte de todas as modificações que surgiam já rotuladas como novidades, independentemente da expressão estilística adotada. O renovar não se liga a uma forma única, pautada em regras composicionais específicas. Mas antes ao conceito de mudança, de sobreposição ao anterior pelo atual, mesmo que este anterior já tenha sido também uma renovação **[809]**. Que visa a mudança, a dissociação do antigo e a composição de uma imagem ligada ao novo, ao moderno.



CINEMA PIRENE

"[...] se se puder deduzir que a ideia de totalidade no campo da História da arquitetura não pode se vincular a um simples estudo da evolução das formas, em prejuízo do estudo da transformação das ideias que geraram essas formas e do próprio contexto social onde essas ideias são produzidas."
(Pereira, 1982:4)

O sentido de renovação, de novidade, de oxigenação, de limpeza do velho que esteve presente desde as primeiras exemplares ecléticos na cidade de Goiás [810] ou Ipameri [811] [812] até os experimentos pós-modernistas em Rio Verde e Goiânia [813]. É essa linha que vai conectar todas essas obras que, aqui, se abrigam nesse termo.

"Fora do campo artístico, a expressão é corrente em meados do século dezenove, associada a tudo que é assunto: educação, cremação, feminismo, religião e teologia, socialismo, industrialismo, cooperativismo agrícola... Enfim, ao longo do século dezenove e princípios do século vinte, a expressão "movimento moderno" parece ter abarcado e/ou sintetizado uma série de anseios de renovação nos mais diversos campos, para ao cabo estacionar de vez no ramo arquitetônico" (Ficher, 2012).

O parágrafo acima relaciona diversas áreas do conhecimento em que o termo moderno foi utilizado e associado aos anseios de renovação. No caso da presente tese, quero deixar claro que o que é hoje é apreendido como Movimento Moderno será aqui tratado como modernismo. Não para diminuir a expressão ou associá-la a um modismo, mas para tratá-la como um termo interno a um conceito mais amplo que tem ideia de renovação como norte, sendo a expressão estilística uma consequência variável.

Não entrarei aqui na infundável discussão conceitual do termo *moderno* ou da *modernidade* em si. Estas aplicáveis em diferentes períodos da história e a quase todas as esferas do conhecimento, desde filosofia, ciências médicas e artes, para citar alguns.

[810] · 26/04/2019 ▶
Res. nº 15, R. Moretti Foggia
≈1920 · Cidade de Goiás
15°56'03.4"S 50°08'23.0"W

[811] · 20/07/2021 ▲▲
Res. nº 68, R. Mal. Floriano P.
1929 · Ipameri
17°43'32.2"S 48°09'53.8"W

[812] · 20/07/2021 ▲▲
Res. nº 42, R. Mal. Floriano P.
≈1930 · Ipameri
17°43'25.0"S 48°09'51.0"W

[813] · 11/10/2021 ▼
Ed. Oficina de Projetos
1987 · Goiânia
16°41'48.0"S 49°16'35.2"W
Arquitetos Sílvio Antônio de Freitas (1952), Rita de Cássia Castro (1954), Elias Daud Neto (1939) e Sônia Daud (1950).



Não é uma discussão desnecessária, mas afirmo que, como instrumento de apoio a uma estruturação e organização de períodos e fases de desenvolvimento da arquitetura, pouco serviria. Discutir as diversas conceituações do termo e todo o arcabouço que o projeto de modernidade carregava nos diversos momentos em que era aplicado é demasiado amplo, nesse sentido mais amplo até mesmo que o recorte temporal aqui adotado.

Nessa tese, utilizo o termo Renovação ligado a um projeto de originalidade, de busca pela invenção, ruptura com o anterior, associação a ciência e tecnologia, no sentido de estabelecer o vínculo do homem com sua época. Chega a se conectar às questões da modernidade, mas o coloco como rótulo vinculado à necessidade de ser novo e que conseqüentemente abarca as rápidas modificações estilísticas que permeiam os séculos XIX e XX.

A partir do aprofundamento da análise em cada um dos estilos e dos diferentes períodos, será possível perceber que a presença do *novo* [814] é a constante nas justificativas iniciais do emprego estilístico. Em um apoio, principalmente político, como suporte a uma potencialização do discurso oficial no qual o novo é sempre “o hoje” e “o de ontem”, já *velho* [815], não tem mais valor.

E, assim como a sucessão dos poderes, o discurso será sempre de curta duração; para o hoje virar ontem, basta um dia; o novo sempre chega. É esse discurso da modernidade que vai justificar mudanças na localização de cidades, renovação de traçados urbanos, associações estilísticas do poder, técnicas construtivas, dentre outras tomadas de decisões que vão influenciar a vida das pessoas muito mais substancialmente do que a mera produção de um novo estilo.

“As ideias de ‘modernização’ se haviam espalhado rapidamente entre as classes dirigentes e entre certos setores da intelectualidade nacional, amparando um culto de progressismo destinado a colocar o Brasil no concerto das ‘nações civilizadas’, isto é, das nações europeias, ou melhor, da França, da Inglaterra e da Alemanha.” (Castro, 1987:215)

[814] · 12/10/2021 ◀
Palácio das Esmeraldas
1937 · Goiânia
16°40'52.1"S 49°15'22.3"W
Ver dossiê p. 961.

[815] · 26/04/2019 ▶
Casa de Câmara e Cadeia
1766 · Cidade de Goiás
15°56'16.3"S 50°08'24.6"W
Atual Ms. das Bandeiras.
Ver dossiê p. 317.



Essa linha da vontade de uma ideia renovadora, da sobreposição do *meu* tempo ao tempo anterior, é o elemento comum a essas expressões arquitetônicas que vão se materializar no Brasil e, conseqüentemente, em Goiás. Principalmente a partir do segundo reinado, com o neoclassicismo [816], passando pelo variado ecletismo [817], depois o neocolonial [818], geometrizando-se com o *art déco* [819] e modernismo e, por fim, um pós-modernismo que se instala tardiamente.

Não coloco esses estilos como os únicos, porém como os mais expressivos no sentido de uso e popularização, sendo adotados por um corpo profissional que os aperfeiçoou com maior critério. Conseqüentemente, nos leva a maior número de obras e a um desenvolvimento tanto mais cuidadoso e apurado, com exemplares espalhados por todo o território nacional e também encontrados em Goiás. A terminologia, ligada ao novo, vai permear os discursos em inúmeras instâncias do conhecimento e a renovação arquitetônica será apenas um dos lugares onde a novidade vai se instalar, em muitos casos como apoio a uma renovação política. No início, a influência científica e cultural francesa vai alterar costumes, cidades, artes, medicina, moda, mobiliário, desenho urbano e uma série de outras especialidades, potencializada pela entrada das missões culturais francesas no Rio de Janeiro/RJ.

Durante os regimes políticos e os diferentes períodos, as influências vão variar. Ora ingleses, depois americanos, mais adiante novamente franceses, porém, mais importante que a origem do conhecimento é o fluxo de ideias e conceitos que vão transformar a cabeça dos profissionais. O que antes se dava em um período de longa duração, com solidificação da expressão arquitetônica, agora vai se modificar intensamente em períodos mais curtos.

Sem dúvida, o discurso da renovação vai chegar também à arquitetura. Mas antes de se ocupar dos estilos, nós teremos novos usos, novos materiais, novos programas de necessidades, nova formação profissional e uma série de renovações que surgem em resposta a uma modificação muito maior, a modificação da sociedade.

[816] · 08/07/2021 ◀
Palácio Conde dos Arcos
1867/1751 · Cidade de Goiás
15°56'04.3"S 50°08'24.3"W
Ver dossiê p. 751.

[817] · 06/07/2021 ◀
Res. nº 7, Tv. Sócrates
1929 · Cidade de Goiás
15°56'08.4"S 50°08'25.6"W

[818] · 09/10/2021 ▶
Res. Francisco Scartezini
≈1940 · Goiânia
16°40'41.8"S 49°15'41.4"W
Ver dossiê p. 995.

[819] · 10/10/2021 ▶
Res. nº 443, R. 6
≈1940 · Goiânia
16°40'22.3"S 49°15'25.6"W



"O 'novo' é um ingrediente da vanguarda desde a introdução desse termo no discurso crítico, em meados do século XIX. Na verdade, essa discussão existe desde a querela entre os antigos e os modernos na academia francesa no século XVII. Naquela época, é claro, o termo surgiu no campo da ciência, mas foi aplicado à arquitetura pelos irmãos Perrault. 'Podemos ser melhores do que os antigos.' Porém, na vanguarda do século XIX, o 'novo' assumiu conotações proféticas: pensava-se que a arte prenunciava a liberdade cultural, principalmente por meio de sua capacidade de perceber e projetar a realidade." (Colquhoun, 2004:227)

E assim vão se amalgamando expressões, materiais, estilos, usos, profissionais, teorias e, em um curto período, teremos produções, discussões e modificações muito maiores que as ocorridas nos séculos anteriores, pautados por transformações mais lentas. Toda essa injeção de *novos* leva a uma constante revisão, por parte dos profissionais, das atuações no campo arquitetônico e aplicação do conhecimento disponível.

Este conhecimento estará mais acessível. Não se trata agora de um saber tradicional passado oralmente de pai para filho dentro do canteiro de obras. A influência da teoria não mais se restringe aos limites geográficos. Agora, se Le Corbusier prega algo em Paris, sua palavra se espalha de norte a sul, vai chegar tanto à capital do Brasil quanto ao interior de Goiás.

O conhecimento técnico não se faz mais exclusivo a um construtor português que se encontra *in persona* em uma mina de ouro em Pirenópolis ou em uma fazenda de gado em Natividade. O conhecimento está disperso e se propaga com a velocidade do telégrafo e dos trens. Essa busca pela novidade, por um vencimento do passado, foi a linha condutora do comportamento, ou a unidade manifesta na diversidade, que se apresentou como elemento comum a todas as expressões arquitetônicas [820] [821] [822] que se materializaram nesse período de pouco mais de um século. O cerne do que denomino Renovação é a mudança, que apesar das diferentes formalizações, sempre estava presente.

[820] · 21/07/2021 ◀
Est. Ferroviária Caraíba
1923 · Caraíba
16°54'21.6"S 48°23'57.1"W

[821] · 27/04/2019 ▶
Res. nº 15, R. Cel. Joaquim
1925 · Cidade de Goiás
15°56'00.3"S 50°08'26.3"W
Projeto do engenheiro Walter Sócrates do Nascimento (1892-1992) para Arthur Costa.

[822] · 21/07/2021 ◀
Antigo Cine Teatro Estrela
1956 · Ipameri
17°43'20.3"S 48°09'46.2"W
Empreendido por João Estrela e Quergina Jorge Estrela.



“Por outro lado, nunca é demasiado lembrar que o modernismo não difere tanto assim dos procedimentos ecléticos como alardeiam seus paladinos, nele atuando igualmente a força dos precedentes. Como bem demonstra o projeto da não edificada Casa Errazuris (1930), de Le Corbusier, influência facilmente identificável no Yatch Club da Pampulha (1943-50), de Oscar Niemeyer; na residência própria de Vilanova Artigas (1949); e no Teatro de Marechal Hermes (1950), de Affonso Eduardo Reidy. Ou no Posto de Higiene, de Cipó, na Bahia.” (Ficher, 2018a:26)

Mas não nos enganemos ao pensar que a inconstância era a única constante. De fato, por trás de tantas modificações estilísticas existia também uma base técnica como suporte dessas experimentações. O cimento, por exemplo, autorizava tecnicamente a profusão de frisos, cornijas, adornos e outros detalhes do eclético ao neocolonial, permitindo a reprodução em massa dos ornamentos que agora não são mais esculpidos, mas fundidos e chumbados em estruturas preexistentes.

O antigo cimento armado, que começou a ser utilizado no Brasil com frequência ao final do século XIX e início do XX, não tem propriedades tão distintas do hoje popularizado concreto armado. Permitia experimentações plásticas e maiores liberdades espaciais que acontecem nas construções do *art déco* [823], nos novos equipamentos modernistas [824] [825] e nas experimentações plásticas pós-modernistas. Ao se consolidarem, as novas técnicas possibilitam um maior número de arranjos formais, que poderiam buscar outros signos e consequentes associações a novos discursos.

Nos tópicos posteriores de desenvolvimento da tese, nos voltaremos com mais cuidado para essas questões, permitindo perceber outras características em comum, tais como procedimentos projetuais por exemplo. Assim, embora a novidade seja o traço mais evidente, é possível descortinar outros aspectos essenciais que conectam essas manifestações de um modo pouco menos evidente. Apesar de todo o discurso de que os estilos se sobrepõem uns aos outros, formata-se uma leitura que permite perceber que estão amarrados por transformações só permitidas pelos avanços obtidos de experimentos anteriores.

[823] · 12/10/2021 ►
Escola Técnica de Goiânia
1942 · Goiânia
16°39'58.1"S 49°15'20.3"W
Arquiteto Jorge Félix de Souza (1908-1983).

[824] · 11/10/2021 ◀
Fac. Engenharia UFG
1960 · Goiânia
16°40'38.8"S 49°14'30.8"W
Arquitetos Eurico Calixto de Godoy (1925-1993) e Elder Rocha Lima (1928-).

[825] · 11/10/2021 ◀
Fac. Direito UFG
1964 · Goiânia
16°40'33.1"S 49°14'37.0"W
Arquiteto Luís Osório Leão (1931-).



*“Na visão duma tradição interrompida ou na exaltação da modernidade eclética estão contidas não apenas algumas das diretrizes fundamentais do modernismo paulista; nelas há também claros índices de atitudes intelectuais polarizadas e dicotômicas, testemunhos ponderáveis para a elaboração duma história das mentalidades, dentro da qual a **questão eclética** é, sem dúvida, nuclear.”* (Fabris, 1987:292)

Englobar essas manifestações sob o rótulo de Renovação é também uma tentativa de romper com amarras que são demasiadamente não didáticas, mais dificultando a compreensão do que auxiliando. Ao separar ecletismo e modernismo, somos levados a uma manipulação de termos que gera descontinuidade na leitura de como um vai influenciar o outro, ou como as relações entre duas maneiras de se fazer arquitetura podem ter tanto em comum. Um exemplo seria realizar este mesmo trabalho com foco nas reverberações do modernismo corbusiano em Goiânia [826], sendo que a capital, que nasceu sob a égide da modernidade, teve como representação da mesma o *art déco* [827]. Como entender o modernismo local sem parar para observar as permissões que só foram concedidas após a consolidação de uma modernidade *déco*? Desse modo, ao abraçar a profusão de estilos que optam pela novidade, relacioná-los passa a ter caráter imperativo; ao contrário da usual separação que costuma gerar olhares tendenciosos e preconceituosos com as expressões plásticas anteriores.

Em Goiás —por não ser centro de decisões políticas nacionais ou movimentos artísticos de maior amplitude —teremos com maior frequência a sobreposição de estilos e referências formais, sendo utilizados como apoio a justificativas políticas que como consequência modificavam o espaço das cidades. Em tentativa de evitar a mesma postura adotada pelos detentores do novo é que se busca aqui abarcar toda essa gama de obras que se sobrepõem. Não fazendo assim tábula rasa dos períodos anteriores, esse rótulo, Renovação, comum a diferentes estilos, é necessário não só pela proximidade temporal das obras elencadas, mas também social, metodológica, simbólica e até conceitual. Propondo uma leitura que deve ser articulada e que vem sendo feita sempre separada.

[826] · 12/10/2021 ◀
Assemb. Leg. de Goiás
1962 · Goiânia
16°40'47.3"S 49°15'40.9"W
Ver dossiê p. 1093.

[827] · 10/08/2019 ▶
Res. Pedro Ludovico
1937 · Goiânia
16°40'52.0"S 49°15'33.4"W
Ver dossiê p. 973.



E ao propor aqui essa abordagem, de provocar a aproximação dos diferentes estilos, quero deixar registrada uma tentativa de se falar de algumas coisas sem desfazer de outras. Por que não falar de vários ao invés de alguns? Por que optar, mais uma vez, apenas pelos modernistas [828]? Por que limitar a análise aos exemplares *déco* [829]? A leitura conjunta permite mais conexões não só formais, mas também históricas. Assim, a presente tese é notadamente inspirada pelo trabalho *Arquitetos da Poli* (Ficher, 2005), que, em uma postura de abraço do conjunto, nos exemplifica como aplicar essa visão sobre a totalidade, demonstrando respeito pelas diferenças, exigido mesmo em uma área específica do conhecimento como a arquitetura.

Nesse aspecto, o que se coloca aqui é a vontade de não continuar prolongando e disseminando uma visão de discriminação, que valoriza exclusivamente questões específicas. De uma separação de estilos e métodos que não aconteceu nem na vida profissional dos arquitetos e muito menos na produção cultural brasileira e, mais especificamente, na goiana.

Para compreender melhor a gênese de certas questões, a visão da totalidade coloca-se como fundamental, apesar da maior probabilidade de se deixar lacunas, cometer deslizes e não possibilitar o aprofundamento em outras questões também importantes. Mas é imperioso, para Goiás, colocar de lado, mesmo que momentaneamente, ferramentas de análise específica e começar a percorrer o território, abraçando, organizando e disponibilizando de modo minimamente coerente as expressões da nossa cultura que até hoje encontram-se dispersas.

Após uma visão totalizadora, em postura não preconceituosa, abre-se espaço para o aprofundamento necessário em outras questões. A tese aqui se coloca como uma introdução, uma primeira leitura do amplo território, ponto de início para mapeamentos posteriores e aprofundamentos mais substanciais.

[828] · 08/12/2017 ◀
Jóquei Clube de Goiás
1973 · Goiânia
16°40'37.3"S 49°15'47.8"W
Ver dossiê p. 1173.

[829] · 25/01/2020 ▶
Ms. Zoroastro Artiaga
1946 · Goiânia
16°40'47.5"S 49°15'18.5"W
Ver dossiê p. 1039.



RENOVAÇÃO · Período

[830] · 07/07/2021 ►
Palácio Conde dos Arcos
1867/1751 · Cidade de Goiás
15°56'04.3"S 50°08'24.3"W
Ver dossiê p. 751.

No Brasil, se for possível lançar uma data para o início dessas transformações, a mais simbólica seria a chegada da corte portuguesa ao território nacional, aos idos de 1808. A vinda da corte ao Brasil, que obviamente não significa a presença exclusiva da família real, vai propagar a permanência de profissionais liberais, artistas, engenheiros e artesãos, que vêm fazendo parte da comitiva real e trazem com eles uma injeção de novas maneiras, métodos e olhares na sociedade local.

Já se sabe das diversas benesses e infinitos agravos decorrentes da chegada da corte ao Brasil. Porém, duas ocorrências mostraram-se como influências diretas à arquitetura. A abertura dos portos às nações ditas amigas (1808) foi a primeira, em uma permissão oficial de acesso ao território brasileiro por outros países, o que acabou por gerar um afluxo de recursos, materiais, produtos e principalmente ideias.

A segunda, interferindo de maneira contundente na arquitetura, foi a estruturação da Missão Francesa (1816), que vai agitar e tratar especificamente dos assuntos relacionados à cultura e à arte, promovendo certo emparelhamento artístico do Brasil com o que estava ocorrendo na Europa. Vale ressaltar que se trata de uma influência relativa em território nacional, e não um movimento consolidado que criticava e colocava abaixo o que vinha sendo produzido.

Ao mesmo tempo que, aos poucos, os métodos da Missão Francesa iam se popularizando e as expressões eram absorvidas e repetidas, mestres e artistas tradicionais continuam presentes no cenário cultural, bem como as técnicas construtivas do período colonial, ainda em uma espécie de transição entre o tradicional e o novo, que perdura ainda por um bom período, principalmente nos núcleos mais afastados de polos econômicos. Em Goiás, as primeiras renovações de fachada são registradas ao final do século XIX [830], e mesmo construções que buscavam uma nova linguagem formal o faziam segundo técnicas construtivas tradicionais.



[831] · 06/07/2021 ►
Quartel do XX
1765/1747 · Cidade de Goiás
15°56'09.1"S 50°08'22.9"W
O quartel passou por obras de renovação estilística em suas fachadas principais. Foram desfeitas em restauros posteriores, recuperando a expressão tradicional.
Ver dossiê p. 305.

Havia um encaminhamento paralelo do que vinha sendo feito com o que passou a ser feito. Nesse início do século XIX, tivemos o primeiro momento de convivência entre a Tradição e a Renovação, uma relação coexistente que caracteriza a produção arquitetônica até meados do século XX, principalmente nas regiões interiores, onde a consolidação de influências, materiais e métodos exigiu mais de tempo. No caso específico do Rio de Janeiro, polo econômico e cultural, onde a Missão Francesa se instalou, Grandjean de Montigny (1776-1850) vai liderar a introdução das questões arquitetônicas, associando o neoclássico aos novos edifícios e às primeiras renovações de infraestrutura urbana. Apesar de importante papel na edificação das obras iniciais, a propagação vai se dar com mais força devido à primeira geração de arquitetos formados em solo nacional dentro desses princípios, ampliando a difusão de uma nova maneira de se fazer arquitetura.

Goiás, durante os primeiros anos do século XIX, ainda permanece em uma situação estável, ligada a todas as tradições e modos do século XVIII. Com exceção das minas de ouro, a vida se mantém a mesma nos povoados e as mudanças serão mais econômicas que sociais. As construções ainda estarão dependentes das técnicas e saberes estabelecidos.

A arquitetura continua a ser operada da mesma maneira e essas modificações que visam o neoclássico só irão perpassar os sertões em meados do século XIX, mesmo assim ocorrendo como renovações de edifícios tradicionais, como as feitas no Quartel do XX **[831]** ou na Casa de Fundação. Grande parte dessas alterações foram desfeitas, restando poucos exemplares que carregam tal linguagem.

Essa associação estilística que se inicia com a chegada da corte vai tomando corpo e caráter oficial, passando pelo processo de independência do Brasil (1822) e posterior estruturação da Academia Imperial de Belas Artes, com o corpo técnico provido pela Missão Francesa. Torna-se hegemônica no segundo reinado (1840), comandado por Pedro II (1825-1891), período no qual teremos relevantes expressões, principalmente no Rio de Janeiro, mas também em outras cidades polos econômicos durante o Império, como Recife/PE, Belém/PA ou Salvador/BA.



"No panorama da civilização brasileira, o século XIX constituiu uma época de alterações profundas, que mudaram basicamente os critérios dos valores sociais, religiosos e culturais. A igreja e o convento, que até a época eram as edificações mais importantes no panorama brasileiro, cederam lugar ao palácio, à residência nobre, rural ou urbana, ao teatro, à escola, ao hospital. Razões de ordem filosófica e política —o liberalismo e o anticlericalismo —definiram um laicismo cultural e político-administrativo que se somou ao caráter do neoclassicismo." (Telles, 1975/2008:141)

A expressão neoclássica no período imperial é associada à expressão de poder e seu caráter político também demonstra necessidade de desassociação com o barroco colonial. A divisão entre Estado e Igreja vai se mostrar também nos edifícios representativos de cada uma das instituições.

A Proclamação da República (1889) é tomada como o próximo marco para apresentar as alterações que vão ocorrer no território brasileiro. A política vai mudar de mãos, assim como a economia e as tecnologias passam a apoiar também uma apropriação do perímetro nacional com todo o movimento de expansão de transportes e comunicação, preparando o terreno para que ideias e suas influências possam escoar mais rapidamente Brasil adentro.

O período político recém implantado vai também trabalhar para demonstrar a superação de uma sociedade anterior. Assim como o classicismo era uma tentativa de desvencilhamento do barroco colonial, a República toma o Império como superado e o discurso de modernização dos métodos políticos gera uma necessidade de modernização também de outras questões, aí incluída a arquitetura [832] [833].

A nobreza dá lugar à burguesia agricultora e industrial, que vai impor os próprios símbolos para suas ações e assim se diferenciar do período anterior. Ao se apropriar de um estilo que nasce na Europa na metade do século XIX (Gomes, 1987:178), a burguesia e o poder republicano tomam o ecletismo como fundamento formal de representação de uma nova era.

[832] · 08/07/2021 ◀
Casa de Fundação do Ouro
1922/1752 · Cidade de Goiás
15°56'05.1"S 50°08'24.2"W
Atual Ministério Público de
Goiás. Ver dossiê p. 825.

[833] · 08/07/2021 ▶
Hospital de Caridade
1908/1826 · Cidade de Goiás
15°55'58.5"S 50°08'29.8"W



Cabe sempre lembrar da permanência de uma zona cinzenta de mistura de estilos que permanece entre os períodos políticos. O início republicano não estabelece o novo estilo como um corte preciso, apenas marca o começo de uma nova postura. O neoclássico terá continuidade, e vai, por um bom tempo, ocorrer em paralelo ao ecletismo, gerando até certa confusão na leitura de qual estilo está sendo aplicado nas edificações.

“O ecletismo era a cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa que dava primazia ao conforto, amava o progresso (especialmente quando melhorava suas condições de vida), amava as novidades, mas rebaixava a produção artística e arquitetônica ao nível da moda e do gosto.” (Patetta, 1987:13)

Nesse período de passagem do Império para República, acontecerão as renovações cariocas com Pereira Passos e o ecletismo será a linguagem adotada, bem como acontece em São Paulo, onde a elite cafeeira vai ter em seus palacetes o auge da expressão eclética (Homem, 1996). Agora, com os dois maiores polos nacionais adotando o eclético como forma e uma economia em escala nacional que ampliava bases dos agentes disseminadores, teremos o início da popularização das expressões arquitetônicas em voga. Em Goiás, tanto a norte quanto a sul do estado, as renovações tomam maiores proporções e várias edificações terão suas fachadas readequadas, em materialização das influências paulistas [834] cariocas [835] e baianas [836].

“De todos os fatos que assinalaram a passagem do Império para República, nenhum excedeu em importância para o Rio de Janeiro, a remodelação da cidade, empreendida no Governo Rodrigues Alves (1903-1906).” (Santos, 1977/1981:77)

“As obras de transformação urbana, marcam, de um lado, o ponto culminante do ecletismo arquitetônico, que irá se estendendo a toda a cidade até compor a perfeita imagem belle époque da Capital Federal.” (Del Brenna, 1987:53)

[834] · 21/07/2021 ◀
Res. nº 31, Tv. Urupaias
S/D · Ipameri
17°43'07.8"S 48°09'24.5"W

[835] · 05/07/2021 ▶
Antiga Faculdade de Direito
≈1920 · Cidade de Goiás
15°55'52.3"S 50°08'27.9"W
*Projeto de renovação
elaborado pelo engenheiro
Walter Sócrates do
Nascimento (1892-1992).*

[836] · 14/01/2020 ◀
Res. nº 54, Pç. Matriz
1935 · Taguatinga
12°24'13.3"S 46°26'16.6"W



A ampliação da malha ferroviária é apoio fundamental à expansão do ecletismo, principalmente no estado de São Paulo, onde as fazendas do interior eram dos mesmos proprietários dos palacetes da avenida paulista, fazendo com que as cidades junto às linhas do trem recebessem a influência dos gostos da capital. E em uma atitude de negar as expressões precedentes, tanto o tradicional quanto o neoclássico serão tomados como superados.

A renovação eclética em Goiás vai acontecer inicialmente ao final do século XIX e mais pujante nas primeiras décadas do século XX, quando residências [837], algumas igrejas e edifícios governamentais terão suas fachadas reformuladas. Nesses casos, os edifícios mantêm aspectos construtivos tradicionais e as modificações acontecem exclusivamente nas fachadas frontais, não acarretando transformações internas ou espaciais.

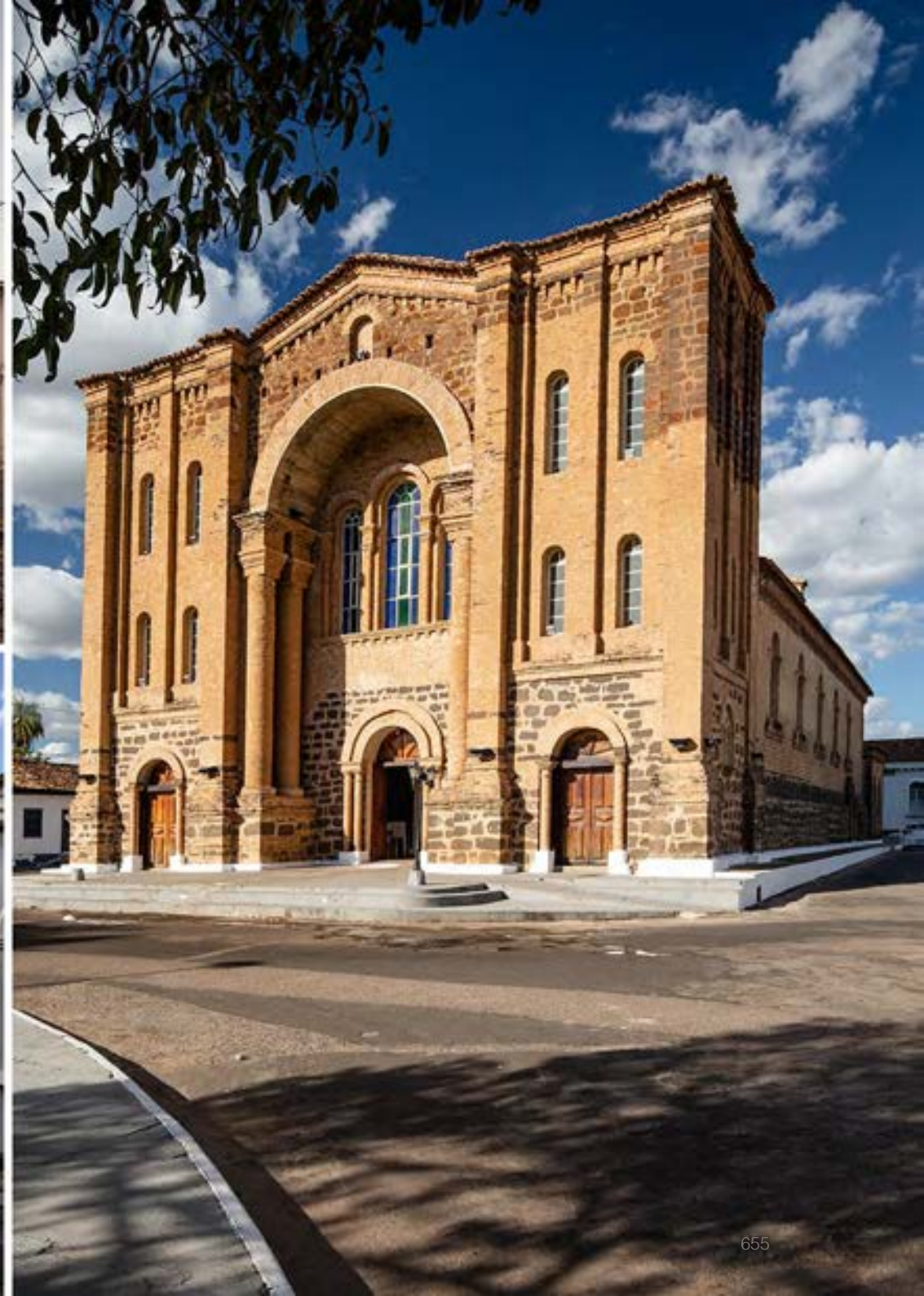
“Nessa fase, a fachada passa a ser um elemento de valorização social. As fachadas das residências construídas com a técnica de taipa de pilão e que ainda restavam na cidade são rapidamente ‘maquilladas’ com a incorporação de elementos decorativos.” (Macambira, 1985:33)

Só a partir da década de 1920, ao sul de Goiás, principalmente na cidade de Goiás, que os edifícios serão implantados por completo dentro de um cabedal de procedimentos ligados ao ecletismo. Assim, aparecem o isolamento no lote, acessos laterais e nova modulação de planta, caracterizando mais profundamente residências, escolas e mercados do que uma simples reforma de fachada. Já ao norte do estado, o desenvolvimento de um ecletismo mais expressivo acontece antes da popularização da reforma de fachadas. Em Porto Nacional, nas primeiras décadas do século XX, com a presença dos padres franceses ocorre a edificação da Igreja de N. Sra. das Mercês [838] e do Seminário São José [839], primeiras manifestações ecléticas na região. Em Natividade e Taguatinga, agora um pouco mais tarde, já na década de 20 do século XX, por influência dos mestres baianos, começaram a ser feitas as renovações de fachada. Exemplos que surgem como objeto de diferenciação de uma nascente elite agropecuária.

[837] - 05/07/2021 ◀
Res. Agenor de Castro
1926 · Cidade de Goiás
15°55'57.9"S 50°08'30.0"W
Por comparação formal com outros projetos assinados, é provável a autoria de Weaker Sócrates do Nascimento (1898-1994).

[838] - 24/07/2019 ▶
Ilg. de N. Sra. das Mercês
1903 · Porto Nacional
10°42'28.4"S 48°25'01.0"W
Ver dossiê p. 771.

[839] - 24/07/2019 ▶
Convento Santa Rosa
1913 · Porto Nacional
10°42'28.2"S 48°24'60.0"W
*Atual Seminário S. José.
Ver dossiê p. 783.*



Em Goiás, a passagem do Império para República não acarretou grandes mudanças nas primeiras décadas. O poder político permanecia nas mãos das mesmas famílias, não havendo renovação nos quadros do poder local. As transformações se intensificarão a partir de uma maior distribuição dos trilhos da ferrovia pelo território goiano, e só com a mudança da capital, da cidade de Goiás para Goiânia, é que as forças políticas estabelecidas perdem a hegemonia. Neste momento teremos o discurso de renovação permeando diversos campos da sociedade local.

“O advento da república chegou a Goiás sem maiores tormentas e, após lenta assimilação do modo republicano, iniciou-se efetivamente uma brutal ruptura política que culminou com a construção da nova capital, Goiânia, representando os anseios progressistas e renovadores que impregnaram o processo civilizatório do Estado Novo e da ditadura varguista.” (Lima; Galvão Junior, s.d.: 15)

A criação de Goiânia e a conseqüente transferência da capital traz um novo sopro de busca pela modernidade, e só após a sua criação e consolidação é que outras expressões, como neocolonial, *art déco* e modernismo, vão se disseminar, não só na capital, mas também no interior. Até a data da transferência, mesmo em polos regionais, como cidade de Goiás e Pirenópolis, Ipameri [840] [841], Rio Verde [842] ou Jataí [843], a renovação estilística ligava-se ao neoclássico e ao eclético.

Antes de tratar dos citados neocolonial, *art déco* e modernismo, é importante situar rapidamente a expansão dessas novas expressões dentro do contexto brasileiro. Assim, não há como fugir do eixo Rio-São Paulo como fundamentadores dessa estética, apesar da existência de obras conceituadas e relevantes espalhadas por todo o Brasil.

“Por força de sua condição de capital, o Rio desempenhava, há muito, o papel de centro das decisões políticas e palco dos investimentos econômicos mais significativos do país, sendo, por consequência, principal emissor de cultura, impulsionando novos ideais artísticos e arquitetônicos.” (Xavier; Britto; Nobre, 1991:17)

[840] · 20/07/2021 ◀
Res. nº 52, R. Mal. Floriano P.
1923 · Ipameri
17°43'27.2"S 48°09'51.6"W

[841] · 20/07/2021 ◀
Res. nº 50, R. Mal. Floriano P.
≈1930 · Ipameri
17°43'26.6"S 48°09'51.7"W

[842] · 17/10/2021 ▶
Cemitério S. Miguel
1906 · Rio Verde
17°48'02.4"S 50°56'03.4"W
*Antigo acesso ao cemitério.
Elaborado pelo construtor
Félix Tófani. Um dos
primeiros a empregar a
expressão eclética em
território goiano.*

[843] · 17/10/2021 ▶
Cemitério S. Miguel
≈1910 · Jataí
17°53'07.5"S 51°42'33.1"W
*Os túmulos edificadas entre
1910 e 1914 são raros
exemplares do ecletismo
elaborado por Félix Tófani
que chegaram aos dias
atuais.*



Seguindo certa ordem cronológica, o neocolonial emerge no Brasil como uma resposta ao ecletismo. Há uma busca pela nacionalidade das expressões arquitetônicas em tentativa de romper com o que era considerada uma influência exacerbada da Europa, que não representava ou espelhava uma personalidade brasileira.

Apesar da similaridade entre procedimentos projetuais e compositivos, com o uso de adornos e estilemas em um arranjo de elementos anexados aos planos de vedação, bem como organização que não segue estritas regras compositivas clássicas, a diferença mais notável entre eclético e neocolonial, mais do que a expressão plástica em si, é o motivo de seu nascimento. Uma clara resposta à imagem de estrangeirismo associada ao ecletismo.

“Isso significaria a busca pela independência cultural que de repente se torna importante devido às comemorações dos centenários da independência política nos países latino-americanos. Nesse sentido, em vários centros, o neocolonial se configura como uma antecipação do moderno.” (Amaral, 1994b:16)

Assim, na década de 1920, José Mariano Filho vai elaborar *Os Dez Mandamentos do Estylo Neo-Colonial aos Jovens Architectos* a serem seguidos. É a partir dessa rigorosa numeração dos pontos que Mariano Filho coloca que o estilo começa a se difundir, tendo o Rio de Janeiro como centro de expansão.

Porém, antes de apreciarmos a difusão do neocolonial em território goiano, se faz necessária uma contextualização prévia do *art déco*, pois em Goiás, com a abertura da ferrovia e a criação de Goiânia, essas expressões vão aparecer todas em um mesmo período, sendo utilizadas concomitantemente, sempre como sinônimos de modernidade [844] [845] [846]. Vale uma nota a respeito do *art nouveau* que, com formas orgânicas e curvas que criavam espaços contínuos e harmônicos, esteve presente no Brasil, mas sem repercussão em Goiás; por isso não nos debruçaremos sobre o mesmo.

[844] · 12/10/2021 ◀
Res. nº 601, R. 74
S/D · Goiânia
16°39'57.5"S 49°15'47.8"W

[845] · 10/10/2021 ◀
Teatro Goiânia
1942 · Goiânia
16°40'34.9"S 49°15'41.2"W
Ver dossiê p. 1015.

[846] · 09/10/2021 ▶
Res. Francisco Scartezini
≈1940 · Goiânia
16°40'41.8"S 49°15'41.4"W
Ver dossiê p. 995.



Já o *art déco* fez presença marcante. Muito ligado ao título popular de futurista, tem sua gênese determinada pela expressão *arts decoratifs* (Reis, 2014:22), em meados de 1920, já propunha a geometrização das formas e é tido como um dos últimos estilos totais. No caso, era aplicado tanto em escultura como em desenho, tapeçaria, design de utensílios domésticos, mobiliário e inclusive arquitetura.

*“Já no final da década de 20 também surge para permanecer no panorama arquitetônico, inclusive no âmbito popular, o estilo **Art déco**, que o povo sempre ávido por novidades chamava de **futurista**.”* (Lemos, 1987:97)

No Brasil, o *art déco* terá um forte apelo popular e vai se espalhar pelo interior de maneira pujante, principalmente pela associação do estilo ao Estado Novo getulista, que se apropria dessa linguagem ao compor a unidade estilística das obras sob sua administração. Assim, percebemos mais uma vez a *novidade* sendo utilizada para desassociar um governo do anterior, e é essa modernidade, esses traços limpos e geometrizados que serão utilizados na arquitetura oficial do poder dos novos grupos em Goiás.

A instalação dos trilhos é fator preponderante nesse movimento de mudança da arquitetura goiana. Nas estações ferroviárias, apesar da manutenção de elementos como molduras, pilastras e capitéis, por influência do ecletismo, já encontraremos certa geometrização e abstração dos elementos. A velocidade e capacidade de carga dos trens proporcionam facilidade de acesso aos materiais industrializados bem como às novas técnicas construtivas.

E esta linguagem vai se espalhando pelas cidades do interior de Goiás, materializando-se inicialmente nas estações e reverberando em obras particulares, principalmente residenciais [847] [848], na qual a mistura de elementos está amarrada por um início de geometrização, como uma simplificação do eclético em linhas mais puras.

[847] · 19/07/2021 ◀
Res. Est. Ferro. Vianópolis
≈1920 · Vianópolis
16°44'29.7"S 48°30'52.4"W

[848] · 23/10/2021 ▶
Res. Est. Ferro. L. Bulhões
≈1930 · Leopoldo de Bulhões
16°37'15.5"S 48°44'24.0"W



Com a fundação de Goiânia, em 1933, teremos a oficialização no uso do *art déco*. Sua escolha como estilo oficial teve uma função preponderante de representar a ruptura entre novo e antigo, entre a cidade de Goiás e Goiânia, entre o dito velho, insalubre e obscuro com o novo, arejado e transparente.

“A representação da modernidade absorvida pelos arautos de 30 indicava a tentativa de rompimento com o passado e a construção de uma utopia, na qual, por intermédio de Goiânia, vislumbrava-se um futuro grandioso para o estado de Goiás. Esse imaginário salvacionista, que marcou o projeto brasileiro de modernidade, apresentava-se a Goiás como a redenção de um tempo que estava mergulhado em décadas de miséria e penúria. Nesse sentido, a nação e a região se encontram unidas em um mesmo fim: a busca da modernidade através do ideal de progresso.” (Chaul, 1997:21)

O nascimento da capital sob um signo de modernidade e renovação e a ligação política de Pedro Ludovico com Getúlio Vargas reforçam o uso do *art déco* como linguagem predominante que, como dito, já vinha sendo apropriada como a expressão plástica do Estado Novo.

Será possível perceber que o discurso da modernização associado a uma escolha governamental pelo *art déco* vai influenciar muito a concepção tanto de novas residências quanto principalmente dos edifícios comerciais, em uma clara vinculação com a arquitetura oficial, mesmo que mais simplificada nos primeiros exemplares [849] [850]. Porém, não será esta a única manifestação da modernidade arquitetônica. Em paralelo, o neocolonial será utilizado também oficialmente nas residências tanto de cargos de direção quanto do operariado.

Entre 1933 e meados da década de 1940, diversas serão as residências construídas com a plástica neocolonial, que se popularizou de maneira inequívoca (Moura, 2011). Mesmo trazendo uma divisão interna diferente e uma configuração no lote mais solta e arejada, era notável uma proximidade com as expressões coloniais, remetendo mais à tradição construtiva goiana e se tornando mais palatável ao gosto da população local.

[849] · 12/10/2021 ◀
Antiga Sec. da Fazenda
1936 · Goiânia
16°40'50.1"S 49°15'21.6"W
Atual Centro Cultural Marieta
Telles Machado.

[850] · 12/10/2021 ▶
Antigo Tribunal de Justiça
1942 · Goiânia
16°40'50.9"S 49°15'24.3"W
Atual Secretaria do Trabalho.



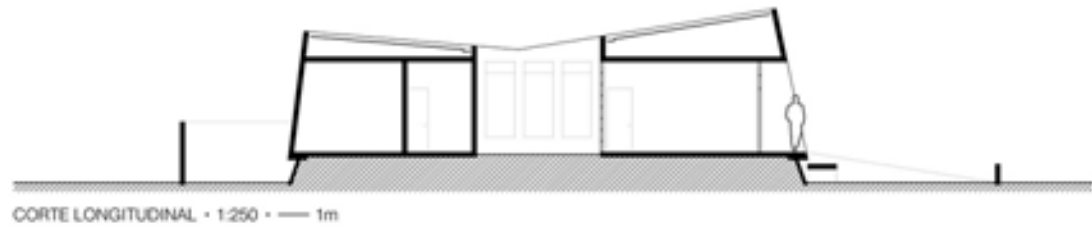
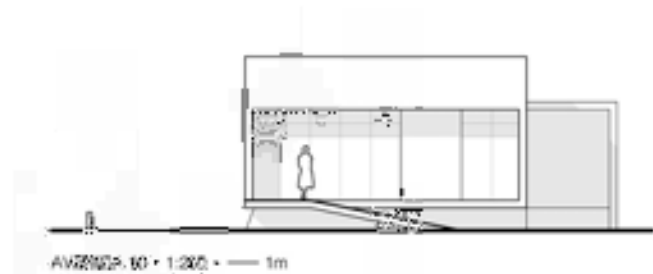
O neocolonial chegou às terras goianas com atraso e, principalmente, completamente destituído das características ideológicas primariamente conformadas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Estava mais vinculado às questões plásticas do que ao discurso nacionalista. Tais formas chegam a Goiânia inicialmente simplificadas nas casas-tipo, primeiras propostas residenciais já inseridas no contrato de Atílio Corrêa Lima (1901-1943) (Sabino, 1960:81). Muito difundido na cidade, o neocolonial é marcado nesse momento pelo jogo de telhados e varandas; liga-se mais a um sabor colonial do que a uma revisão profunda dos traços e estilemas utilizados na arquitetura tradicional.

“No entanto, não houve movimento organizado pelo retorno da arquitetura antiga nas regiões não vinculadas ao Rio de Janeiro ou São Paulo. Nesse processo de disseminação do neocolonial, a influência de São Paulo certamente se limitou ao estado de São Paulo, ao Triângulo Mineiro e, talvez, ao Paraná ou Goiás.” (Lemos, 1994:159)

Essa arquitetura, tanto o neocolonial quanto o *art déco*, vai se materializar também em cidades do interior, com as feições mais elementares de uma arquitetura popular, principalmente nas cidades lindeiras aos trilhos do trem e próximas às estações de embarque. Esse tipo de expressão estilística permaneceu em uso, no território goiano, até meados da década de 1950.

Ao norte do estado, os métodos tradicionais e a influência dos mestres baianos, mais vinculados ao ecletismo, serão predominantes. O *art déco* e o neocolonial vão aparecer de maneira muito rudimentar em algumas edificações populares, porém não serão utilizados em edifícios oficiais ou outros que detenham maior cuidado técnico ou estilístico, como os encontrados ao sul.

Na década de 1950 o modernismo já estará consolidado como linguagem arquitetônica. É neste período que o movimento dará os primeiros passos em Goiás, inicialmente com algumas casas, como a de Therezinha Moraes de Souza Bacellar, de Eurico Godoy (1925-1993) [851] [852] [853] tida como a primeira obra dentro das premissas modernistas no estado, hoje demolida.



Nas décadas de 1950, 1960 e 1970 se dará, em Goiás, a produção notadamente engajada com os preceitos modernistas apregoados pelos nomes nacionais e internacionais. Assim, amplia-se a presença dessa expressão em programas institucionais e governamentais. Passa a ser adotada nos edifícios de escritórios, em sedes de órgãos administrativos [854], estádios, rodoviárias [855] e outros equipamentos urbanos.

Com mais uma expansão, agora da malha rodoviária e a da rede de comunicação, Goiás fica ainda mais próximo das atividades dos grandes centros, não exclusivamente em aspectos conceituais e ideológicos, mas também dentro das capacidades materiais que permitem a construção, por aqui, da mesma maneira que em São Paulo, por exemplo. Alguns nomes nacionais da arquitetura, como Zenon Lotufo (1911-1985), Sergio Bernardes (1919-2002), David Libeskind (1928-2014), Paulo Mendes da Rocha (1928-2021), Siegbert Zanetini (1934-) e Ruy Ohtake (1938-2021), terão projetos edificadas em Goiás, com a mesma qualidade material das suas cidades de origem.

Brasília, com sua potência plástica, conforma um papel educativo muito importante para a aceitação dessa arquitetura. Apesar de ser um exemplo mais rígido e menos próximo da população no sentido de não manter aspectos que poderiam remeter à arquitetura tradicional, linguagem ainda latente em uma sociedade eminentemente agrária como a goiana. Mesmo com a pureza formal um tanto abstrata, o modernismo avança em alguns exemplos populares; apesar de não se tornar linguagem corrente, não serão raras as expressões referentes ao Palácio da Alvorada [856] [857] indicando os novos caminhos que o *novvo* estava tomando.

O pós-modernismo, no mundo, se encarregou de uma crítica veemente aos problemas do modernismo. No Brasil, o movimento se deu de maneira mais amena (Ficher, 1985) e em Goiás apareceu como uma transformação suave na trajetória dos arquitetos que já vinham reelaborando suas abordagens modernistas, nas quais foram acrescentando elementos, optando por maior associação com materiais locais e testando novos arranjos espaciais.

[854] · 15/10/2021 ◀
Sec. da Economia
1977 · Goiânia
16°39'02.5"S 49°14'42.2"W
Antiga Sede da CAIXEGO.
Arquiteto Silas Varizo (1935-).

[855] · 09/10/2021 ◀
Antiga Estação Rodoviária
1959 · Goiânia
16°40'36.8"S 49°16'26.3"W
Atual Batalhão de
Salvamento do Corpo de
Bombeiros. Arquiteto Eurico
Godoy (1925-1993).

[856] · 11/10/2021 ▶
Res. nº 86, R. 102-C
≈1960 · Goiânia
16°41'12.3"S 49°15'03.2"W

[857] · 17/10/2021 ▶
Ed. Administrativo
≈1960 · Jataí
17°53'07.1"S 51°42'44.9"W



Essa operação se inicia ao final da década de 1970 e início dos anos 1980, com as propostas arquitetônicas do escritório Espaço **[858]**, e obra de Paulo Zimbres (1933-2019) e Luís Antônio Reis(1956-) em Goiânia **[859]**. Em Rio Verde, encontraremos algumas experimentações de Sylvio de Podestá (1952-), um dos fundadores do pós-modernismo mineiro.

Últimas expressões arquitetônicas antes da criação do estado do Tocantins, mas que não se transformaram em uma corrente majoritária ou se popularizaram. Ciclo que se fechou em exemplares específicos e dispersos.

[858] · 30/11/2019 ◀
Res. Aldi Alves
1983 · Goiânia
16°42'06.0"S 49°16'37.7"W
Ver dossiê p. 1293.

[859] · 13/10/2021 ▶
Instituto de Artes
1988 · Goiânia
16°36'18.3"S 49°15'36.5"W
Atual Escola de Música e Artes Cênicas.
Ver dossiê p. 1371.



RENOVAÇÃO · Vontades

Foi possível perceber que, apesar de este recorte analítico abranger um período relativamente curto, ou pelo menos mais curto que o período do recorte Tradição, as mudanças são mais rápidas. Em poucas décadas, sistemas de governo caíram, tecnologias se modificaram, comunicação e transporte foram aprimorados encurtando as longas distâncias, que passaram a ser percorridas em horas, não mais meses. O discurso de renovação esteve intimamente ligado às revoluções estilísticas, que por sua vez eram utilizadas pelas necessidades políticas de associação entre propostas de governo e uma compatível expressão artística como maneira de estruturar um sistema que ampliasse a abrangência das questões políticas.

Realidade da atitude nacional que também se deu em Goiás. Esse impulso mudancista partia quase sempre do governo e, com exceção do pós-modernismo, esteve por trás da popularização dessas diferentes expressões arquitetônicas [860] [861] [862].

Apesar de a política ter sido a centelha que direcionava a adoção de um estilo ou outro, em ato contínuo se fazia necessário o embasamento teórico que não ocorria gratuitamente. Então tínhamos, além de uma vontade inicial na escolha da aplicação de uma determinada expressão, escolas, métodos, mestres e desenrolares de outros aspectos que estavam no cerne da geração de novas formas. Para serem escolhidos, os conceitos deveriam estar desenvolvidos.

Os estilos usualmente estavam imbuídos do discurso de superação das expressões anteriores, ou minimamente criticavam características defasadas empregadas por estas. A associação temporal-política era quase natural. Não que a decisão política por si só criasse um estilo, mas ela se apropriava da última geração do que estava em voga, o que havia de mais *moderno*, de mais *novos*, em uma acertada estratégia de potencializar a, sempre presente, mensagem de renovação. Que nascida política, usava de outros instrumentos para reverberar.

[860] · 21/07/2021 ◀
Est. Ferroviária Ipameri
1913 · Ipameri
17°43'13.3"S 48°10'02.7"W
Atual Ms. Municipal de Ipameri.

[861] · 15/09/2019 ◀
Est. Ferroviária Goiânia
1952 · Goiânia
16°39'48.7"S 49°15'42.2"W
Ver dossiê p. 1071.

[862] · 12/10/2021 ▶
Ministério da Saúde
≈1970 · Goiânia
16°40'54.8"S 49°15'16.0"W
Arquiteto Luigi Pratesi.



Nessa linha de apropriação, as ideias proeminentes acabam sendo associadas aos governos em exercício. A observação da maneira como essas ideias foram disseminadas pela política e pelo corpo produtor —no caso os profissionais, arquitetos, engenheiros, projetistas e construtores —pode nos ajudar a compreender um pouco melhor os motivos da proliferação, tanto comercial [863] [864] quanto residencial [865], das diferentes maneiras de se fazer arquitetura a cada cenário social distinto.

As ideias que aportam no Brasil com a família real serão de influência definitiva junto à arquitetura a ser edificada posteriormente; mas como adendo relativo ao neoclássico, ele já vinha sendo empregado pelo arquiteto bolonhês Antônio José Landi (1713-1791), que desenvolveu suas atividades na metade do século XVIII em Belém do Pará. Aqui tomo como marco a família real por se tratar de um projeto mais amplo, institucional, com maior impacto que um único arquiteto específico. Mas já havia produção erudita em território nacional antes disso. Nesse sentido, a criação da Academia Real, vinculada à Missão Francesa, se dá como polo de influência artística e cultural, agindo como órgão oficial na disseminação desse conhecimento e colocando-se como ponto de ancoragem que apoia o desenvolvimento do neoclássico no Brasil.

“Contratada por Dom João VI, em 1816 veio para o Rio de Janeiro a Missão Artística Francesa, à qual se deve o início do ensino oficial das artes e da arquitetura, com a criação da Academia Real, depois Academia Imperial de Belas Artes. As mais importantes figuras dessa missão, além do chefe, Joaquim Lebreton, foram o arquiteto Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny, os pintores Jean Baptiste Debret e Nicolas Taunay, e os escultores Auguste Marie Taunay, Zeferino Ferrez e Marc Ferrez. A par da contribuição direta desses artistas e arquitetos que integravam a missão, filiados todos ao neoclassicismo, vieram também para o Brasil, e se radicaram principalmente no Rio, arquitetos portugueses, franceses e de outras nacionalidades, que igualmente trouxeram o neoclassicismo então dominante na Europa. Formados pelos professores da Academia de Belas Artes, profissionais brasileiros começaram desde logo a projetar e executar edificações e obras de arte com as mesmas características.” (Telles, 1975/2008:143)

[863] · 31/01/2020 ►
Casa Comercial nº 323
1922 · Jaraguá
15°45'39.3"S 49°20'10.6"W

[864] · 31/01/2020 ◀
Casa Comercial nº 126
≈1920 · Jaraguá
15°45'39.5"S 49°20'09.1"W

[865] · 19/07/2021 ◀
Res. nº 428, R. Xavier A.
1922 · Silvânia
16°39'22.5"S 48°36'20.4"W



A partir do Segundo Reinado, a influência da Missão Francesa se amplia. A manifestação mais concisa do neoclássico, contrário à opulência do barroco, ajuda a desassociar o momento atual do período colonial. *"Implanta-se aqui também o neoclassicismo, que traduziu a pobreza e a necessidade de esquecer o luxo faustoso do ciclo do ouro. O século XIX o acolhe, o que se poderia interpretar como uma defesa psicológica contra a angústia da parcimônia imposta pelo esgotamento do ouro."* (Etzel, 1974:41).

Em Goiás, essas influências acontecem pelas mãos de profissionais não identificados. Provavelmente engenheiros militares ou cidadãos que, podendo viajar ao litoral, acabam por trazer as referências do neoclássico e orientar diretrizes plásticas. Serão obras concebidas com maior cuidado com ritmos, alinhamentos e simetrias; o desenho compositivo torna-se mais rigoroso, mas localmente poucos foram os edifícios que empregaram o estilo.

A Igreja de Santana [866], na cidade de Goiás, passando por inúmeras reformas e alterações, tem parte da sua fachada recomposta de acordo com desenhos de 1828 (in: Ferrez, 1981:126) e nos revela simetria rigorosa com os elementos externos seguindo rígida modulação. Na atual configuração convivem parte dessa organização neoclássica e outra eclética, proposta pelo arquiteto Gastão Bahiana (1874-1959) em 1929. O Teatro Pompeu de Pina, em Pirenópolis, é uma composição muito particular pois notadamente neoclássica apesar de usar técnica construtiva tradicional com estrutura em frontal. Há alinhamento na disposição dos volumes com simetria obtida a partir do trabalho com os elementos estruturais; uma malha de ordenamento compositivo em uma expressão que se diferencia das outras edificações mais antigas na cidade.

Localmente, não haverá mudanças dos paradigmas tradicionais ou uma popularização da linguagem neoclássica. Os exemplares serão distribuídos esparsamente pelo território, sendo poucos os que restaram com tal configuração. A maioria foi renovada com sobreposições ecléticas ou teve retomada a expressão tradicional em restauros atuais.



O eclétismo terá mais exemplares edificados tanto ao sul quanto ao norte de Goiás. Na cidade de Goiás, alguns profissionais como Walter Sócrates (1892-1992), Weaker Sócrates (1898-1994), Luciano Varêda, Tobias Rios Filho, Humberto Rizzo, Waldemar Ceva e Frederico Schmaltz (Coelho, 2019a:69) vão agir nas primeiras décadas do século XX majoritariamente a partir de renovações de fachadas.

Ao norte do estado, a transformação do tradicional se deu diretamente para o eclético, não havendo movimento minimamente organizado que se apoiasse nos preceitos neoclássicos. No caso do eclétismo, a Catedral de Porto Nacional e seu contíguo seminário foram edificações cujo trabalho compositivo, aliado à escala, superou qualquer exemplar situado ao sul.

Esta arquitetura chega ao final do século XIX com os padres e seminaristas responsáveis não só pela construção, mas também pelo projeto. Do sul da França (Pereira, 2014:86), esses dominicanos tinham como referência as catedrais românicas da região além de uma propagada releitura de estilos já em voga ao início do século XIX. As duas edificações apresentam notável diferença do conjunto urbano, tradicional, pela horizontalidade do seminário e verticalidade da catedral. Os detalhes também contrastam com o quase ascetismo das residências coloniais.

Ainda ao norte, em Natividade, as novas ideias de composição das fachadas são trazidas pelos mestres construtores baianos, que inserem a influência das transformações ecléticas que aconteciam em Salvador e outras cidades coloniais (Paz, 2013:70). Iniciam a aplicação de elementos compositivos, tanto descontextualizados de uma concepção mais acadêmica, recriados em interpretações particulares dos mestres locais: Arthur Rios, Cipriano, Natal, José de Paula, Adonelo, Eduardo, Juarez, dentre tantos outros anônimos. Serão platibandas, pilastras, pináculos e mais um sem número de molduras e adornos que agora são utilizados para diferenciar a casa dos criadores de gado mais abastados, em uma luta inventiva de elementos empregados ainda em túmulos [867], igrejas [868], e edifícios oficiais [869]. Expressão se que propagou entre as décadas de 1910 e 1950 por outras mais cidades próximas.

[867] · 20/10/2021 ►
Cemitério antigo
≈1920 · Natividade
11°42'28.3"S 47°43'36.9"W
Em Natividade diversos túmulos foram edificados pelos mestres construtores que renovavam as fachadas residenciais. Utilizavam em ambas as casas os mesmos estilemas.

[868] · 23/07/2019 ◀
Ig. de N. Sra. da Natividade
1927/1759 · Natividade
11°42'34.7"S 47°43'24.8"W
Ver dossiê p. 855.

[869] · 20/10/2021 ◀
Prefeitura
≈1930 · Natividade
11°42'30.5"S 47°43'25.8"W
Atual Centro de Artesanato. Ver dossiê p. 887.



Essas novidades vão aparecer em momentos específicos da sociedade, em uma transição econômica com o surgimento das burguesias locais. Porém, se originam de fatores externos. Tanto os eclesiásticos franceses quanto os mestres baianos se colocam como agentes externos que atuam na região e respondem às necessidades de uma sociedade ou de instituições específicas que precisavam do *novo* para reafirmar sua imagem.

“Os programas do palacete revelaram o ideário burguês, atendido por uma arquitetura que propunha a individualização da casa e a conciliação dos estilos, espelhando o êxito socioeconômico do proprietário.” (Homem, 1996:247)

Uma classe que, em seus palacetes, se apropriava do eclétismo como maneira de diferenciação social. Postura que acaba por influenciar até mesmo pequenas cidades no interior do norte de Goiás, onde a burguesia, ou os de mais posses, associados a uma economia também agrária, agem como os cafeicultores paulistas para se diferenciarem na hierarquia social apropriando-se do eclético, que continuará posteriormente aprofundando sua presença no território goiano com o avanço da estrada de ferro. Os trilhos vão carregar, junto com sua instalação, uma arquitetura muito particular, a das estações e edifícios de apoio, que acontecem de maneira relativamente uniformizada. Um tipo de eclétismo mais geometrizado [870], que, aproximado do *art déco*, deixa raízes dessa nova arquitetura nas cidades por onde passa.

Tais estilemas específicos nascem de um padrão associado institucionalmente à Companhia Ferroviária Brasileira, que vem sendo adotado desde o final do século XIX, como vamos perceber em estações emblemáticas como a de Serra Fria/MG, na divisa de São Paulo com Minas Gerais, em uma linguagem que vai se revestindo de maiores detalhes arquitetônicos de acordo com a pujança econômica das cidades onde são construídas. Assim, teremos estações mais contidas em suas expressões, como a de Urutaí [871], ou mais trabalhadas, como a de Anápolis [872], muitas vezes como variações de um mesmo tema.

[870] · 19/07/2021 ►
Est. Ferroviária Vianópolis
1924 · Vianópolis
16°44'31.4"S 48°30'52.2"W
Ver dossiê p. 835.

[871] · 21/07/2021 ◀
Est. Ferroviária Urutaí
1914 · Urutaí
17°27'45.5"S 48°12'00.6"W

[872] · 08/10/2021 ◀
Est. Ferroviária Anápolis
1935 · Anápolis
16°19'24.6"S 48°57'24.2"W
Ver dossiê p. 939.



“Ademais, a ferrovia dinamizou o processo de urbanização no Estado: antigas cidades alcançadas pelos trilhos se modernizavam, e novos núcleos populacionais surgiram ao longo da linha, em torno das estações, transformando-se rapidamente em cidades. Em Goiás, o estilo de vida e as conquistas da sociedade moderna, como a energia elétrica, o telégrafo e o cinema, chegaram primeiro às cidades servidas pela ferrovia.” (Borges, 2004:97)

A saber, o ecletismo é aqui entendido como uma apropriação dos elementos clássicos, porém sem o natural rigor e a preocupação com as regras compositivas clássicas, que o diferencia do neoclássico. Essas edificações nasceram influenciadas e com uma forma muito próxima do que era edificado oficialmente pela ferrovia, já aproximando-se da geometrização do *art déco*, o próximo passo na transformação da linguagem arquitetônica local.

O *art déco*, estilo carregado na esteira da marcha para o oeste apregoada por Getúlio Vargas (1882-1954) e que encontra em Pedro Ludovico (1891-1979) o braço de apoio regional, chega em Goiás com uma nítida propriedade, um claro papel de redundância do discurso oficial [873] [874]. Foi a expressão arquitetônica mais carregada de peso político em todos os períodos. A modernidade, presente no estilo, é tida como um dos temas justificativos da mudança da capital. O gesto, difícil de fundamentar e operacionalizar, era fundamental ao enfraquecimento das estruturas administrativas ainda vinculadas ao período colonial e ao coronelismo regional.

“Compreender as mudanças que aconteceram em Goiás, a partir da década de 30, significa percebê-las em sintonia com o surto de modernização do país. Goiás colocou-se a caminho, ao sabor dos trilhos da estrada de ferro e, posteriormente, da ideologia da Marcha para o Oeste. Nesse sentido, Goiânia foi a grande bandeira dessa pretensa modernidade sertaneja. Era a modernidade almejada, capaz de integrar o estado ao resto do país e, ao mesmo tempo, tirá-lo da pobreza. Entre o ideal e a circunstância, entretanto, um grande distanciamento, um enorme obstáculo a vencer.” (Gonçalves, 2003:21)

[873] · 12/10/2021 ◀
Palácio das Esmeraldas
1937 · Goiânia
16°40'52.1"S 49°15'22.3"W
Ver dossiê p. 961.

[874] · 10/08/2019 ▶
Res. Pedro Ludovico
1937 · Goiânia
16°40'52.0"S 49°15'33.4"W
Ver dossiê p. 973.



O *déco* faz sua estreia aqui pelas mãos de um dos grandes nomes da arquitetura nacional à época, Atílio Corrêa Lima (1901-1943), que projeta, além do plano urbano inicial, alguns dos edifícios oficiais (Ackel, 2007:145). Porém, para a edificação da nova cidade, haverá uma profusão de técnicos, que atuam tanto na capital quanto em cidades do interior, exercendo também a função de disseminadores e auxiliando a aceitação popular das novas formas. José Neddermeyer (1894-1951), Eurico Viana (1894-1963), Jorge Félix de Souza (1908-1983) e Kazimierz Bartoszewski (1914-1990), empregados pelo Estado, serão autores das obras mais representativas do período.

“Em arquitetura, algo que pudesse ser identificado como ‘moderno’ àquela altura nada mais era do que variações do —insisto no inominado—art-déco, um art-déco sem o déco, um art-déco fabril, quando muito um art-déco mais cerebrino.” (Ficher, 2012:8)

Assim, após edifícios administrativos da década de 1930, teremos teatro, estação ferroviária, coreto [875], museu [876], além das residências e comércios diversos, numerosos a partir da década de 1940 com a expansão da presença de técnicos, desenhistas, engenheiros e arquitetos. A construtora Coimbra Bueno, responsável por grande parte das obras nos primeiros anos da capital, foi também ativo agente na proliferação de estilos específicos devido à grande escala de atuação.

Em uma atuação estilística mista, a Coimbra Bueno edificou residências administrativas não só fazendo uso do *art déco*, mas também do neocolonial, proporcionando assim os modelos para as obras particulares. As casas tipo para funcionários (Monteiro, 1938:30) nasciam dentro de alguns modelos predeterminados que incluíam estilo neocolonial, *missiones* e *art déco*. Todos sinônimos de higiene, iluminação e modernidade. Os moradores que buscavam maior diferenciação por meio de suas casas utilizavam os estilemas em voga no Rio de Janeiro ou São Paulo para adornar as fachadas com mais ou menos elementos. O neocolonial e o *missiones*, em Goiás, estiveram mais ligados às reportagens das revistas da época, como *Casa e Moda Viva*, do que aos preceitos lançados por José Mariano quando buscava formatar uma linguagem nacional para a arquitetura.

[875] · 12/10/2021 ◀
Coreto da Praça Cívica
1942 · Goiânia
16°40'46.0"S 49°15'24.2"W
Ver dossiê p. 1005.

[876] · 25/01/2020 ▶
Ms. Zoroastro Artiaga
1946 · Goiânia
16°40'47.5"S 49°15'18.5"W
Ver dossiê p. 1039.



“É importante ressaltar esse aspecto da diferenciação, ou tentativa de estabelecê-la, que a moradia dos particulares almejava. Nas poucas imagens obtidas sobre esse tipo, notamos que mesmo nas casas térreas, de menores dimensões, uma atenção especial era dispensada às fachadas, que procuravam nos modelos difundidos pelas revistas, cinema e outros meios de comunicação do período, os elementos constituintes das novas habitações.” (Moura, 2011:73)

Permanecendo sob a influência das revistas e seus modismos, ainda teremos —majoritariamente em Goiânia —obras neorromânicas, normandas [877], *bungalows* e de algumas outras linguagens, cujos exemplares não estão mais presentes pois, quando não demolidos, foram descaracterizados de seus elementos particulares.

Ainda assim, mesmo após dez anos do decreto fundacional, o desenvolvimento será lento e vai tomar corpo com o término da II Grande Guerra, juntamente a um início de recuperação econômica nacional. Fatores como a pavimentação de rodovias, a abertura de novas ligações viárias e o fornecimento contínuo de energia acabam por preparar materialmente a cidade para receber as nascentes diretrizes do modernismo na arquitetura.

A partir desse momento se dá também o início de uma maior atualização tecnológica na construção civil local. O aprimoramento no uso de concreto armado, o acesso facilitado ao vidro, ferro e mão de obra qualificada, não só na obra mas também no projeto, proporcionam a elaboração de edifícios mais altos [878] [879] ou com maiores vãos, instigando utilização das novas técnicas e apoiando a aceitação da nova expressão.

Esse desenvolvimento leva ao conseqüente aumento da população, e assim cresce também a procura por mais serviços, produtos e opções culturais. Profissionais liberais como médicos, engenheiros, administradores, arquitetos e artistas passam a compor o cenário econômico local e quase sempre serão os clientes que anseiam também por uma nova maneira de morar.

[877] · 10/10/2021 ◀
Res. nº 63, Av. Tocantins
≈1940 · Goiânia
16°40'45.6"S 49°15'28.8"W

[878] · 09/10/2021 ◀
Ed. Itália
≈1980 · Goiânia
16°40'19.8"S 49°14'28.8"W
Arquiteto Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro (1939-).

[879] · 09/10/2021 ▶
Ed. Verona
≈1980 · Goiânia
16°40'18.5"S 49°14'28.8"W
Arquiteto Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro (1939-).



No plano cultural, a década de 1950 testemunhou a criação de universidades. A fundação da Escola Goiana de Belas Artes, em 1952, e a realização do I Congresso Nacional de Intelectuais, em 1954, entre outros fatores (Moraes, 1991:37-38), preparam a região cultural e intelectualmente para a recepção de novidades técnicas e experimentações plásticas. Acontecimentos que espelham um anseio nascente de integração às tendências artísticas mais avançadas presentes nas principais cidades do país.

Ao observar Goiânia, fundada trinta e seis anos após Belo Horizonte e vinte e sete anos antes de Brasília, percebe-se uma cidade jovem com plano diretor que difere de grande parte dos núcleos urbanos anteriores. Estes surgidos majoritariamente da mineração ou como entreposto comercial da produção agrícola. O intuito modernizador de concepção do desenho urbano é mais um agente do processo de adequação da cidade para receber o ideal da renovação. A nova capital torna-se o ponto central do modernismo no estado, que passa a empregá-lo em edificações institucionais [880].

Com esse desenvolvimento econômico e social, os novos profissionais de projeto terão três origens distintas para as práticas locais. A primeira, dos técnicos goianos que se mudam temporariamente para os grandes centros durante o período de estudo e retornam. A segunda dos que têm origem em outras regiões do Brasil e escolhem Goiás para se instalar e prosseguir com o desenvolvimento de suas práticas após formação acadêmica. E por fim, a terceira, referente a arquitetos de reconhecimento nacional, cuja base profissional se dá fora do estado, porém, desenvolvem projetos pontuais localmente.

“O projeto da nação em desenvolvimento, ao sabor da industrialização e da construção de Brasília, permitiu que uma possível modernidade encontrasse repercussão em várias partes do país. Em Goiânia, ao mesmo tempo em que o agenciamento do espaço urbano se formava desordenado, alguns jovens arquitetos recém-formados chegaram a cidade sintonizados com a arquitetura modernista da escola paulista e carioca, tentando transformar o cenário local.” (Gonçalves, 2003:19)



No primeiro caso, temos alguns profissionais como Ariel Costa Campos, Raul Filó, Elder Rocha Lima (1928-), Silas Varizo (1935-), Luís Osório Leão (1931-), Eurico Godoy (1925-1993), Sílvio Oliveira Castro (1937-), Luiz Fernando Teixeira (1943-) e Fernando Rabelo (1945-) que, naturais de cidades goianas, estudam em centros como Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG e Brasília/DF.

Após o retorno, consolidam a prática profissional e externalizam as influências de professores com os quais tiveram contato direto: Alberto Guignard (1896-1962), Lucio Costa (1902-1998), Vilanova Artigas (1915-1985), Sylvio de Vasconcellos (1916-1979), Alfredo Ceschiatti (1918-1989), Athos Bulcão (1918-2008), Mendes Guimarães Júnior (1920-1968), Edgar Albuquerque Graeff (1921-1990) e João Filgueiras Lima (1932-2014) foram os mais lembrados.

Já Eduardo Simões Barbosa (1937-), Antônio Lúcio (1939-), Elias Daud Neto (1939-) e Roberto Benedetti (1943-1986) são alguns dos profissionais provenientes de outras regiões e que, após a formação acadêmica, por motivos diversos, acabam por montar escritório e desenvolver suas atividades em Goiânia.

Zenon Lotufo (1911-1985), Sergio Bernardes (1919-2002), David Libeskind (1928-2014), Paulo Mendes da Rocha (1928-2021) [881], João Filgueiras Lima (1932-2014) [882], Siegbert Zanetini (1934-) e Ruy Ohtake (1938-2021), com prática baseada em suas cidades de origem, esporadicamente atuaram em Goiás. Com obras em Goiânia, Anápolis, Abadiânia e Porto Nacional. Existem algumas ruínas de Niemeyer na Ilha do Bananal (Trevisan, 2014) e rumores de obras do mesmo e de Álvaro Vital Brasil (1909-1997) em Anápolis [883] (Podestá, 2007), sem autoria documentalmente confirmada.

São esses profissionais os responsáveis por materializar o estímulo na modificação das expressões dos novos edifícios e das cidades. Aos primeiros anos da década de 1950 serão obras de exceção, com disseminação em grande parte alavancada pela atuação pontual desses arquitetos perante uma população ainda não tão receptiva.

[881] · 12/10/2021 ◀
Antiga Res. Bento Odilon
1963 · Goiânia
16°40'55.5"S 49°15'15.1"W
Atual Agência do Banco do Brasil. Arquiteto Paulo Mendes da Rocha (1928-2021).

[882] · 24/10/2021 ◀
Antiga Feira Municipal
1985 · Abadiânia
16°11'25.8"S 48°42'49.0"W
Atualmente subutilizada.

[883] · 24/10/2021 ▶
Ed. Banlavoura
≈1960 · Anápolis
16°19'32.6"S 48°57'23.1"W
Autoria atribuída, por Sylvio de Podestá (1952-), a Álvaro Vital Brasil (1909-1997).



Já na década de 1960, apesar da influência de Brasília e com uma certa apropriação de alguns signos do modernismo, como os pilotis, superfícies alvas e retilíneas ou os panos de vidro, será ainda o telhado aparente com telha de barro a linguagem que continua sendo apropriada pelas camadas populares na escolha da formatação de suas residências, em uma clara influência do neocolonial.

A real popularização das premissas plásticas do modernismo só vai acontecer bem mais tarde, já no século XXI, com a proliferação dos condomínios fechados e a dispersão das caixinhas brancas, tipologia residencial marcada por linhas retas e planos bem definidos, mas sem a mesma preocupação com as proporções e relações tão distintiva dos arquitetos realmente engajados ao modernismo e suas regras compositivas.

E em uma transformação harmônica sem grandes saltos, como normalmente acontece dentro da carreira profissional de arquitetos e artistas, algumas expressões do pós-modernismo serão fruto das experimentações de profissionais locais que já estavam vinculados a uma prática modernista.

Apesar de não se rotularem pertencentes a um movimento específico, é notável a transformação da abordagem que passa a se deter tanto mais em questões locais, contrastando com a cartilha modernista. O surgimento de elementos pós-modernos é uma operação tão factível dentro do sistema já estabelecido como foi, em sua época, a substituição dos elementos tradicionais pelos abstratos. (Martinez, 2000:9)

Esteve vinculada a uma reflexão crítica acerca dos postulados modernistas; o que se concretiza, em Goiás, por uma pesquisa de formas e métodos não convencionais. Materialmente se traduz em obras que subvertem a maneira tradicional de se utilizar um material, ou o empregam em experimentações plásticas alheias aos manuais de instalação. A Residência Oswaldo José de Oliveira [884] e o edifício Oficina de Projetos [885] foram obras publicadas em periódicos nacionais e que se transformam referência local de uma nova abordagem arquitetônica.

[884] · 15/10/2021 ◀
Res. Oswaldo J. de Oliveira
1976 · Goiânia
16°41'33.1"S 49°15'00.1"W
Ver dossiê p. 1259.

[885] · 11/10/2021 ▶
Ed. Oficina de Projetos
1987 · Goiânia
16°41'48.0"S 49°16'35.2"W
Arquitetos Sílvio Antônio de Freitas (1952), Rita de Cássia Castro (1954), Elias Daud Neto (1939) e Sônia Daud (1950).



Sylvio Emrich de Podestá (1952-), natural de Rio Verde, junto com Éolo Maia (1942-2002) e Jô Vasconcelos (1947-), participou dos movimentos fundacionais do pós-modernismo mineiro, e projetou, para os primos, três residências **[886]** **[887]** **[888]** em sua cidade natal. Talvez pelo excesso de cores ou formalismo geométrico o pós-modernismo não tenha se popularizado ou mesmo tido maior adesão por parte dos profissionais da área. Se os arquitetos se debruçassem no discurso, Goiás, e sua tradição construtiva, teria oferecido a riqueza dos elementos locais necessários a possíveis brilhantes releituras, apenas iniciadas nos poucos exemplares edificadas.

[886] · 18/10/2021 ◀
Res. Paulo Campos Filho
1985 · Rio Verde
17°48'27.7"S 50°56'23.2"W
Ver dossiê p. 1325.

[887] · 19/10/2021 ◀
Res. Péricles Emrich Campos
1986 · Rio Verde
17°48'28.5"S 50°56'25.5"W
Ver dossiê p. 1347.

[888] · 18/10/2021 ▶
Res. Lauro Emrich Campos
1985 · Rio Verde
17°48'34.0"S 50°56'23.7"W
Ver dossiê p. 1335.



RENOVAÇÃO · Programas

Todas essas inovações que incidem sobre o recorte aqui tratado como Renovação vão ocorrer também em uma diversidade de usos que surgem para atender às necessidades do governo, da burguesia nascente e ainda da massa populacional que, ao sair do campo e migrar para as cidades, demanda equipamentos e estruturas que antes não se faziam necessários.

Alguns usos vão perdurar. Igrejas continuam a ser erigidas e, apesar de sua menor influência política, ainda teremos em algumas cidades a predominância física dos templos [889] [890]. Residências particulares ainda são objetos preponderantes no tecido urbano e tornam-se campo de experimentação para ensaios de forma e espaço. Mas serão os novos usos que proporcionarão expressões específicas mais distanciadas da tradição construtiva precedente.

Em um primeiro momento, as mudanças políticas iniciais vão exigir espaços diferenciados. Há todo um corpo burocrático, agora com mais servidores, que se faz necessário abrigar. Com a chegada da corte portuguesa, as antigas casas de câmara e cadeia já não proporcionam o espaço adequado para abrigar as atividades administrativas de uma capital imperial como o Rio de Janeiro, tornando-se imperativa a adequação e criação de novos edifícios.

Assim, museus, bibliotecas, universidades e centros administrativos compõem a primeira inserção das nascentes utilidades dentro do contexto nacional. Apesar de não serem usos totalmente inéditos, à época colonial eram mais raros e faziam-se ausentes – principalmente nos núcleos mais distantes – também por falta de necessidade operacional.

Com o surgimento dessas tipologias há uma modificação das cidades, não apenas sob o aspecto plástico, mas também como marcas de memória dentro do tecido urbano, associadas ao caráter de novidade inerente a cada um desses usos ainda não popularizados.

[889] · 27/04/2019 ◀
Ig. de N. Sra. do Rosário
1934 · Cidade de Goiás
15°55'52.3"S 50°08'24.1"W
Ver dossiê p. 927.

[890] · 10/10/2021 ▶
Ig. Imac. Coração de Maria
1951 · Goiânia
16°40'13.3"S 49°15'13.1"W
Ver dossiê p. 1059.



Em Goiás, um dos exemplos mais emblemáticos da associação do novo uso à nova roupagem é o Teatro Pompeu de Pina [891], em Pirenópolis, representando um ingrediente de cosmopolitismo em uma sociedade ainda agrária. Ao ser edificado, faz uso de um certo sabor neoclássico, distanciando-se da arquitetura colocada e reforçando o marco de novidade na cidade, apesar de construído com as mesmas técnicas tradicionais. Já no caso do ecletismo, ao ser empregado por uma burguesia nascente, será a expressão característica das edificações que davam suporte às atividades realizadas por esse grupo econômico, como clubes, teatros e os próprios mercados populares [892].

Tanto as atividades quanto as edificações tornam-se mais complexas, ganhando volume e escala material, e tornando-se também equipamentos importantes na composição das cidades. É a época dos grandes teatros e museus promovendo certa popularização dos costumes e comportamentos que eram ali adotados.

“A significativa maioria dos brasileiros pertence a um ou mais clubes, muitos dos quais fechados e reservados a pessoas ricas. Neles se reúnem com frequência, participando de atividades sociais programadas com assiduidade, o que naturalmente impõe, além das instalações esportivas, uma sede social condigna, que compreende restaurantes, bares e salões os mais diversos. A arquitetura dos clubes, cujos recursos financeiros, não raro são consideráveis, é, portanto, um elemento que não pode ser desprezado e corresponde a um fenômeno tipicamente brasileiro, dadas as proporções que há alguns anos vem assumindo.” (Bruand, 1981/2003:21)

O texto de Yves Bruand, apesar de tratar da expansão dos clubes associados ao modernismo, encaixa-se perfeitamente na narrativa da expansão que começou em finais do século XIX, sendo muitos deles construídos em estilo eclético e neocolonial. Os modernistas que Bruand coloca já nascem após essa expansão e, em muitos casos, como renovação das sedes existentes, como é o caso de Goiânia com o Jockey Clube de Goiás [893], em que a sede eclética foi demolida para dar lugar ao vão livre de Paulo Mendes da Rocha (1928-2021).

[891] · 13/04/2019 ◀
Teatro S. Sebastião
1899 · Pirenópolis
15°51'11.3"S 48°57'34.2"W
Atual Teatro Pompeu de Pina. Ver dossiê p. 761.

[892] · 08/07/2021 ◀
Mercado Municipal
1926/1868 · Cidade de Goiás
15°56'01.8"S 50°08'32.5"W
Ver dossiê p. 845.

[893] · 08/12/2017 ▶
Jockey Clube de Goiás
1973 · Goiânia
16°40'37.3"S 49°15'47.8"W
Ver dossiê p. 1173.



Os clubes tornaram-se extensão das residências; estas já exibiam a recepção social como programa fundamental na concepção dos espaços. Principalmente no caso do palacete que, ao final do século XIX e início do XX, foi amplamente difundido como a maneira de viver da elite econômica que agora se estruturava. Ao utilizar os parâmetros formais do ecletismo em exuberantes e as vezes monumentais residências, colocaram-se como modelo para aqueles que querem imprimir novo caráter às suas casas.

É possível perceber parte dessa influência na cidade de Goiás, onde o primeiro momento de renovação se deu com modificação das fachadas de residências tradicionais [894] [895]. Apesar da manutenção da planta, divisão espacial e posicionamento no tecido urbano, imprimia-se a novidade em seu elemento volumétrico mais marcante, no caso, a fachada frontal.

Mas tal procedimento não ficou exclusivo às obras particulares; a associação ao período republicano fazia-se necessária e alguns edifícios, como a antiga Casa de Fundação, também sofreram atualizações a fim de se adequar aos novos parâmetros de modernidade e posicionamento político. Essa renovação ainda aparecerá nas escolas, como no Liceu [896] e no Palácio da Instrução [897], no Mercado Municipal e em outros edifícios mistos espalhados pela cidade.

Outros usos não presentes durante o período colonial foram os ligados à infraestrutura ferroviária. Galpões de manobra, oficinas e edifícios administrativos que permitiam o correto funcionamento das linhas servidas. As próprias estações ferroviárias carregavam o símbolo das novidades trazidas pelas locomotivas, que agora reduziam consideravelmente o tempo de viagem. Tais construções tornaram-se instrumentos eficazes na transmissão da imagem de renovação política, apropriada pelos que costuravam e negociavam a chegada dos trilhos ao interior de estado. A partir da modernidade associada ao uso, e conseqüentemente às expressões plásticas, foi havendo uma transformação que passou por geometrização do ecletismo até a chegada do *art déco* na tardia Estação Goiânia, a maior do estado.

[894] · 05/07/2021 ◀
Res. nº 13, R. Félix Bulhões
≈1920 · Cidade de Goiás
15°56'06.9"S 50°08'21.9"W

[895] · 06/07/2021 ◀
Pousada do Sol
1924 · Cidade de Goiás
15°56'06.3"S 50°08'33.5"W

[896] · 06/07/2021 ▶
Liceu de Goiás
1920/1857 · Cidade de Goiás
15°56'03.2"S 50°08'29.3"W
Ver dossiê p. 815.

[897] · 06/07/2021 ▶
Palácio da Instrução
1929 · Cidade de Goiás
15°56'01.5"S 50°08'18.2"W
Ver dossiê p. 865.



[898] · 10/10/2021 ►
Grande Hotel
1937 · Goiânia
16°40'32.4"S 49°15'27.3"W
Arquiteto Atílio Corrêa Lima
(1901-1943), com alterações
da firma Coimbra Bueno.

O *art déco* foi também a linguagem utilizada nos primeiros edifícios administrativos, em Goiás, que surgiram após as casas de câmara e cadeia e palácios. Tomando-se o edifício administrativo puro, voltado para atividades técnicas que só poderiam ser desenvolvidas em espaços adequados e não adaptados, não havia precedentes no período anterior, e os agora instalados se diziam conectados também a uma nova maneira de gerir o bem público.

Assim, foram edificados prédios para abrigar secretarias, juizados, delegacias, autarquias e outras atividades vinculadas ao ato de governar e administrar o estado da República. Os hotéis [898] eram também novo uso que servia de apoio ao trânsito de pessoas intensificado pela construção da nova capital. O Palácio das Esmeraldas, agora sede do governo, constituía-se de ambientes técnicos, mas as proporções horizontais, espraiadas, abraçando a praça do povo, evidenciam também como o uso, aliado à linguagem, poderia exprimir e colocar em pauta questões políticas.

No originalmente edificado para sediar o Departamento de Imprensa e Propaganda e hoje Museu Zoroastro Artiaga, com formas limpas e implantação aerada e espaçada no terreno, a solenidade da simetria representa formalmente as atividades que ali dentro estão acontecendo.

Apesar da limpeza formal que se iniciava, ainda era possível identificar no *art déco* o caráter arquitetônico das edificações, conceito que foi se perdendo com o desenvolvimento do modernismo. Para melhor esclarecer sobre o caráter:

"Mesmo quando a atribuição do caráter é feita por meio de precedentes, não se trata de uma escolha fortuita por esta ou aquela paleta decorativa. Ao conceber uma edificação, cabe ao projetista sopesar os variados significados que podem ser atribuídos aos diferentes estilos para optar por aquele mais adequado a cada situação. Com o advento da arquitetura moderna, a opção estilística perdeu em muito sua importância, uma vez que a preocupação com o caráter deixou de ser primordial." (Ficher, 2018a:15)



GRANDEHOTEL

BANCA GRANDE HOTEL

3366
-9997

e BAZAR

Nessa época os edifícios ainda permaneciam sem transformações notáveis na escala vertical. Normalmente se configuravam com dois, no máximo três, pavimentos. Os destaques verticais da cidade compunham-se por elementos arquitetônicos, e não pavimentos; a saber: as torres das igrejas, ou relógio na estação ferroviária, ou a grande vertical que marcava o acesso do Teatro Goiânia.

A verticalização, por si só, será uma das maiores diferenças técnicas das construções imbuídas de uma atitude de renovação. Implica o desenvolvimento de novos métodos construtivos e o aprimoramento de sua aplicação; por isso o surgimento de edifícios com os primeiros elementos verticais vai se dar bom tempo depois da fundação de Goiânia, já ao final da década de 1940. O concreto armado, em Goiás, durante a década de 1930, é ainda incipiente em seu desenvolvimento.

Em Goiânia essa tendência toma corpo a partir da década de 1960, com as primeiras incorporações imobiliárias voltadas às torres residenciais. A princípio mais baixas e simples, como os edifícios da construtora Aliança, projetados por Renan de Barros [899] [900] [901] [902], mas que logo passam a propostas mais altas com dez a quinze pavimentos, como os projetos de Antônio Lúcio (1939-) para a Incorporadora ProValle [903] [904] [905] [906].

A verticalização é também consequência do desenvolvimento de um uso muito específico do período, no caso, o edifício de escritórios, que abriga tanto atividades particulares compartimentadas em pequenas salas como a sobreposição de pavimentos livres para uso institucional.

No caso do edifício Parthenon Center, sua volumetria será conformada por três usos distintos. O grande estacionamento para veículos, o térreo reservado às lojas e o prisma de salas comerciais nos pavimentos superiores. Separando um volume para cada uso e deixando o concreto aparente em partes específicas, evidencia claramente a função de cada parte bem como a alternativa técnica que permitiu balanços e vãos necessários à resolução dos espaços independentes e otimização dos índices construtivos.

[899] · 11/10/2021 ▲▲▲▲
Ed. Rio D'Ouro
≈1960 · Goiânia
16°40'50.0"S 49°15'53.3"W

[900] · 11/10/2021 ▲▲▲▲
Ed. Rio Azul
≈1960 · Goiânia
16°40'56.8"S 49°15'51.2"W

[901] · 11/10/2021 ▲▲▲▲
Ed. Rio Orange
≈1960 · Goiânia
16°40'53.4"S 49°16'06.5"W

[902] · 11/10/2021 ▲▲▲▲
Ed. Rio Verde
≈1960 · Goiânia
16°40'55.1"S 49°15'50.3"W

[903] · 09/10/2021 ▼▼▼▼
Eds. Veneza e Nápoles
≈1980 · Goiânia
16°40'15.0"S 49°14'30.1"W

[904] · 09/10/2021 ▼▼▼▼
Ed. Vienna
≈1980 · Goiânia
16°40'07.7"S 49°16'11.4"W

[905] · 09/10/2021 ▼▼▼▼
Ed. Florença
≈1980 · Goiânia
16°40'16.1"S 49°14'29.4"W

[906] · 09/10/2021 ▼▼▼▼
Ed. Firenze
≈1980 · Goiânia
16°40'08.8"S 49°16'17.0"W



Seguindo outro padrão de organização dos pavimentos tipo – diferente do Parthenon Center [097] ou da torre de escritórios Rio Vermelho [908] – o Edifício Telegoiás [909], construído originalmente para abrigar os equipamentos técnicos do órgão estadual, disponibilizava os pavimentos livres, nos quais as atividades eram organizadas e reorganizadas de acordo com as constantes mudanças solicitadas pelas diferentes gestões. Assim o generoso vão de cada andar, permitido pelos avanços técnicos do concreto, corresponde às solicitações de um uso que demanda maior liberdade espacial.

Outro programa de necessidades que fez uso da verticalização foi o banco de valores. Já presente na história nacional desde o início do século XIX, com a fundação do Banco do Brasil em 1808; porém, com a invenção da agência bancária, que une a guarda dos bens ao atendimento ao público, vai se desenvolver, a partir do século XX, em um momento de popularização desse tipo de serviço. A necessidade de transparência ligada às atividades bancárias encontra amparo no arcabouço conceitual e formal do modernismo.

Em Goiânia, duas agências serão expressões significativas desse novo uso, que passa a fazer parte das atividades cotidianas de cidadãos comuns. A primeira é a sede do Banco do Estado de Goiás e a segunda, a antiga agência do Banco Banespa [910], valendo-se do concreto aparente para atingir singularidade formal almejada na competição entre instituições bancárias por maior número de correntistas.

Nesses dois edifícios é possível perceber as reverberações de questões como a transparência e a limpeza visual, tão característica dos padrões modernistas, sendo utilizadas para reforçar uma imagem institucional dos novos bancos que vão expandir o mercado em território nacional entre as décadas de 1960 e 1980. Depois desses edifícios administrativos voltados à melhor acomodação dos servidores, outra área de ataque do governo foi a dos grandes equipamentos públicos. Estes demandavam terrenos específicos e obrigatoriamente generosos em suas dimensões. Em Goiás não foi diferente e por aqui surgiram alguns equipamentos de grande porte.

- [907] · 09/11/2019 ▶
Parthenon Center
1976 · Goiânia
16°40'25.2"S 49°15'25.6"W
Ver dossiê p. 1247.

- [908] · 12/10/2021 ▲▲
Ed. Rio Vermelho
1966 · Goiânia
16°40'39.7"S 49°15'31.8"W
*Arquiteto Eurico Godoy
(1925-1993).*

- [909] · 12/10/2021 ▲▲
Antigo Ed. Telegoiás
≈1970 · Goiânia
16°40'32.0"S 49°15'25.8"W
*Arquiteto Sílvio Oliveira
Castro (1937-).*

- [910] · 10/10/2021 ▼
Agência Banespa Goiânia
1978 · Goiânia
16°40'36.5"S 49°15'34.7"W
*Atual Agência Santander
Ver dossiê p. 1279.*



“Que os edifícios públicos tenham tido tamanha importância na arquitetura brasileira contemporânea brasileira não é obra do acaso; o fenômeno pode ser explicado pela organização política do país, pela amplidão das necessidades dela resultantes e pelo prestígio que essa arquitetura assumiu junto aos governantes, que viam nela um meio seguro de promoção pessoal.” (Bruand, 1981/2003:26)

Com o abandono das ferrovias e o estímulo ao desenvolvimento rodoviário após a década de 1960, as estações rodoviárias se tornaram um programa de grande visibilidade. No Brasil, a exemplo das de Jaú/SP ou de Curitiba/PR, tivemos várias rodoviárias que se tornaram ícones do modernismo. Em Goiás, dois destes equipamentos se inseriram dentro do contexto modernista, porém encontram-se descaracterizados em seus elementos básicos. A primeira, projeto de Eurico Godoy (1925-1993), proporcionava a proteção aos ônibus por meio de uma sucessão de pilares e vigas em balanço que permitiam o espaço livre para manobras, embarque e desembarque. Foi adaptada, pelo Corpo de Bombeiros, aos usos Batalhão de Salvamento e Emergência [911].

A segunda [912], autoria de Paulo Mendes da Rocha (1928-2021) e Luiz Fernando Teixeira (1943-) com apoio de profissionais do escritório GrupoQuatro, foi projetada em 1985 fazendo uso de concreto e estrutura metálica (Rodrigues, 1986a). Apesar de ainda manter o uso como terminal rodoviário, teve o espaço remodelado para receber o Araguaia Shopping em 2001, quando todas as atividades ligadas ao terminal foram transferidas para os limites perimetrais, liberando a parte central para as novas lojas. Outro desses equipamentos de grande porte construídos eminentemente pelo poder público será o estádio esportivo [913] —quase todos ligados a uma expressão modernista, que atendia as diretrizes de um equipamento essencial, de baixa manutenção e de abrigo em grande escala.

“No Brasil, o poder público começa a partir da decretação do Estado Novo (1937), a construir grandes estádios de futebol, uma vez que este esporte é elevado à condição de símbolos da brasilidade e da integração nacional. Mais tarde, o regime militar (sobretudo entre 1968 e 1980) se encarregará de difundir estádios superdimensionados por todas as capitais do país.” (Gaffney; Mascarenhas, 2004)

[911] · 09/10/2021 ◀
Antiga Estação Rodoviária
1959 · Goiânia
16°40'36.8"S 49°16'26.3"W
Atual Batalhão de
Salvamento do Corpo de
Bombeiros. Arquiteto Eurico
Godoy (1925-1993).

[912] · 15/10/2021 ▶
Terminal Rodoviário Goiânia
1985 · Goiânia
16°39'33.1"S 49°15'35.1"W
Arquitetos Paulo Mendes da
Rocha (1928-2021) e Luiz
Fernando Teixeira (1943-).

[913] · 29/03/2018 ◀
Estádio Serra Dourada
1975 · Goiânia
16°41'56.6"S 49°14'03.0"W
Ver dossiê p. 1233.



Em Goiânia tivemos um dos exemplares mais representativos do período. Também elaborado por Paulo Mendes da Rocha, o Estádio Serra Dourada apresenta rígida geometria em alinhamentos e eixos dos elementos estruturais. A estrutura é reduzida aos seus elementos essenciais, otimizando espaços e permitindo fluxos mais livres.

O concreto armado, mais do que diretriz formal, torna-se escolha essencial a fim de reduzir o número de insumos e a especialização da mão de obra, na obra. A delicada implantação em um desnível do terreno impressiona ao dar leveza a um equipamento de tamanho porte físico.

As mudanças em curso, apesar de implicarem o surgimento de novos usos, não obrigatoriamente vão eliminar outros que vêm resistindo desde a época colonial. Tanto a igreja como as casas, tão características das construções ligadas à tradição construtiva, permanecem como elementos de valor nas expressões renovadoras posteriores.

No caso dos templos, notamos exemplares que permanecem ligados a uma organização espacial tradicional apesar de empregar expressões renovadoras. Desde pequenas capelas [914] [915] [916] até igrejas de maior porte [917] [918] [919], os estilos seguem variando de acordo com os anseios presentes e cada período construtivo.

Ao norte, em Porto Nacional a Catedral de Nossa Senhora das Mercês, retoma —em uma linguagem eclética —a escala dos antigos templos oitocentistas e se torna equipamento fundamental naquele território por meio da implantação, espaços internos e rigor construtivo.

Assim, os templos, católicos em sua maioria, vão permanecer como importantes equipamentos no tecido urbano também no decorrer do século XX. Mesmo com as alterações plásticas e buscando novas maneiras de expressão para o espaço sagrado, continuarão sendo atividade recorrente dentro da sociedade goiana.

[914] · 27/04/2019 ▲▲▲▲
Capela de N. Sra. Aparecida
≈1930/1910 · Areias
15°59'05.8"S 50°04'49.6"W
Ver dossiê p. 897.

[915] · 08/12/2019 ▲▲▲▲
Capela São José
1932/1910 · Goiânia
16°39'48.2"S 49°18'02.8"W
Ver dossiê p. 917.

[916] · 14/03/2020 ▲▲▲▲
Capela da Santa Casa
1942 · Goiânia
16°40'30.1"S 49°15'49.5"W
Atual Reitoria N. Sra. das Graças. Ver dossiê p. 1029.

[917] · 19/07/2021 ▲▲▲▲
Ig. N. Sra. do Rosário
≈1950 · Silvânia
16°39'33.2"S 48°36'26.5"W

[918] · 19/07/2021 ▼▼
Ruínas Ig. S. Sebastião
≈1910 · Aureliópolis
17°10'08.3"S 48°46'25.4"W
Do extinto arraial de Aureliópolis.

[919] · 23/10/2021 ▼▼
Ig. N. Sra. de Fátima
1974 · Goiânia
16°40'18.0"S 49°16'15.0"W
Ver dossiê p. 1221.



A residência unifamiliar também é objeto de diferentes expressões em todos os períodos. Teremos expressões ecléticas [920] [921], neogóticas [922], normandas [923], *art déco*, neocoloniais [924], *missions* [925], modernistas [926] [927] e pós-modernistas, nos mostrando o quão versátil e passível de experimentações era o programa residencial. Talvez pelo porte, popularidade ou custo inicial mais reduzido, torna-se um laboratório de ensaios construtivos, estilísticos ou conceituais.

Normalmente é a primeira tipologia de construção dos arquitetos recém-formados, que por meio das obras residenciais formatam seu portfólio de trabalho. Morar e rezar são atividades que cruzaram séculos de desenvolvimento humano e permanecem em constante mutação, solicitando espaços para seu abrigo. Seguem se adequando às inevitáveis transformações sociais.

[920] · 21/07/2021 ▲▲▲▲
Ed. Fayad
1934 · Catalão
18°10'04.3"S 47°56'51.9"W

[921] · 20/10/2021 ▲▲▲▲
Res. nº 26, R. Brg. Felipe
1940 · Arraias
12°55'58.0"S 46°56'16.1"W

[922] · 27/04/2019 ▲▲▲▲
Casa Com. Coelho & Vieira
≈1900 · Cidade de Goiás
15°56'01.2"S 50°08'28.6"W

[923] · 11/10/2021 ▲▲▲▲
Res. nº 220, R. 20
≈1950 · Goiânia
16°40'38.2"S 49°15'08.2"W

[924] · 20/07/2021 ▼▼▼▼
Res. nº 1, R. Cel. João Vaz
≈1930 · Ipameri
17°43'14.0"S 48°09'46.8"W

[925] · 11/10/2021 ▼▼▼▼
Res. nº 52, R. 5
≈1940 · Goiânia
16°40'24.6"S 49°15'46.1"W

[926] · 09/10/2021 ▼▼▼▼
Res. Walter Hugo Frota
1976 · Goiânia
16°41'08.2"S 49°15'20.3"W

[927] · 06/12/2009 ▼▼▼▼
Res. Ruffo de Freitas
1974 · Goiânia
16°41'11.7"S 49°15'56.4"W
Ver dossiê p. 1199.



RENOVAÇÃO · Técnica

As maiores diferenças entre a tradição e a renovação se dão pelo emprego das técnicas construtivas. O avanço estilístico é em grande parte acampado pelo avanço técnico. Será notável a transformação das formas permitidas pelas novas técnicas, autorizando experimentações plásticas que antes seriam fisicamente inviáveis. A tradição construtiva estava associada a paredes espessas e menor capacidade de vencer vão, além de dependente de uma elaboração e produção completamente manual dos insumos a serem utilizados. Havia também certa opacidade da arquitetura. A luz era filtrada por madeiras, fibras, elementos sólidos, que permitiam pouco controle da intensidade na iluminação [928] [929] [930] [931]. Não havia a gradação ou completa transparência dos vidros.

O uso da malacacheta era para poucos e proporcionava iluminação tão opaca quanto a de um *abajour*. A dependência dos materiais naturais, disponíveis ao sabor da sazonalidade, era também um limitador dessa maneira de construir que perdurou por alguns séculos sem notáveis modificações.

A chegada dos novos profissionais, técnicas e materiais vai gerar os primeiros impactos nas obras brasileiras. Um dos clássicos exemplos de disponibilidade material e consequente modificação arquitetônica foi a proibição (Lemos, 1979:106) do uso de rótulas e gelsias que incitou o aumento de instalações de vidro. Ao se restringir uma maneira de vedação, obrigatoriamente foi necessário utilizar a novidade industrializada que seria distribuída pela Inglaterra em terras, agora, imperiais.

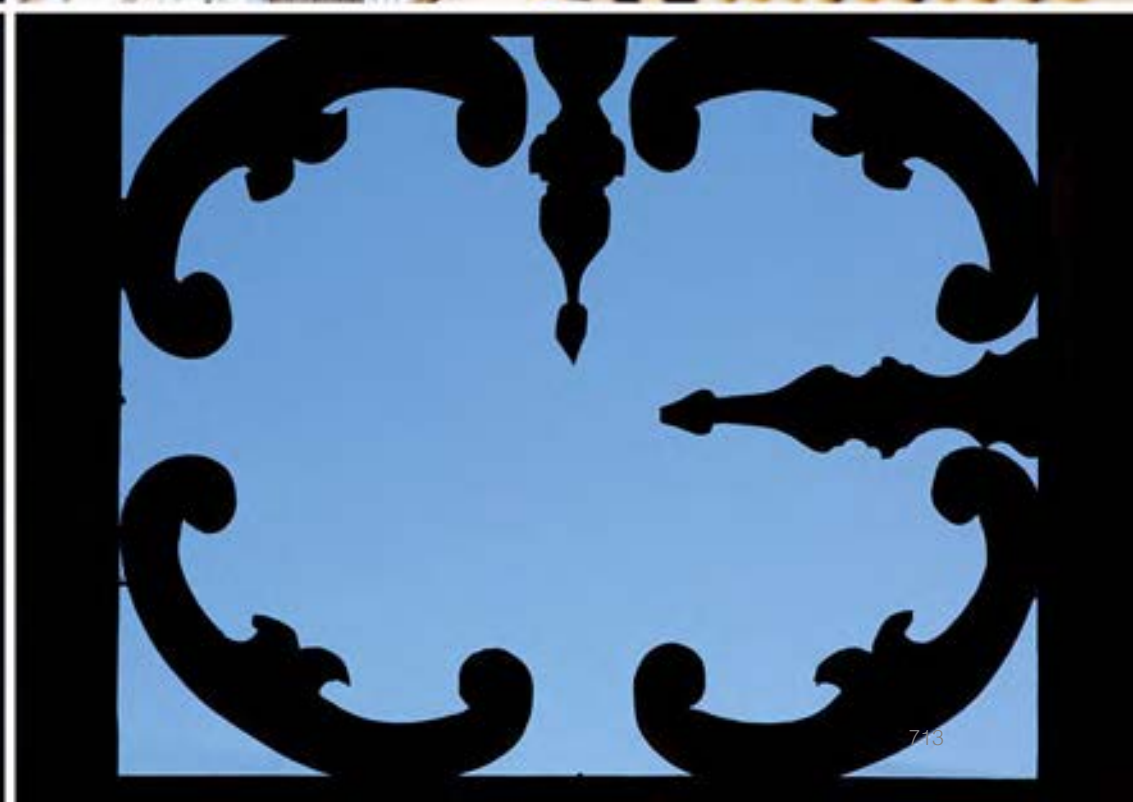
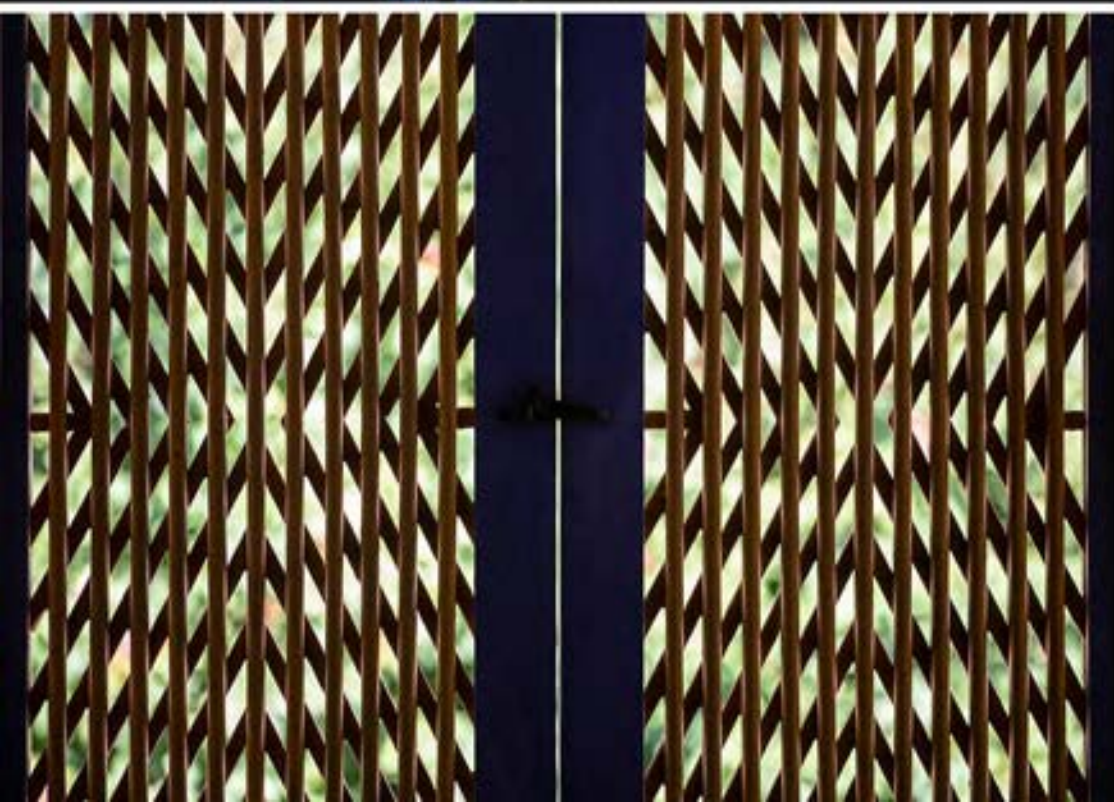
Sylvio de Vasconcellos nos ajuda com os termos: *“Podem ainda as treliças fechar todo o balcão, acima do guarda corpo, com folhas de abrir e bandeira por cima. Nestes casos formam as treliças o que se denomina como muxarabie (sítio onde se põe a água). As folhas podem abrir normalmente, em torno de eixos verticais e neste caso se chamam gelsias, ou em torno de eixo horizontal, em sua maior parte superior, denominando-as rótulas. Como, no geral, preferem este último sistema, o termo rótula passou a denominar, por extensão, todas as treliças.”* (Vasconcellos, 1961:47)

[928] · 14/07/2021 ◀
Engenho S. Joaquim
1805 · Pirenópolis
16°01'10.3"S 49°05'01.5"W
Atual Fazenda Babilônia.
Ver dossiê p. 491.

[929] · 26/04/2019 ◀
Casa Bartolomeu Bueno
≈1770 · Cidade de Goiás
15°55'48.8"S 50°08'18.9"W
Atual Res. Leonardo Lacerda.
Ver dossiê p. 339.

[930] · 14/07/2021 ▶
Casa da Princesa
≈1750 · Pilar de Goiás
14°45'56.3"S 49°34'46.3"W
Atual Ms. Casa da Princesa.
Ver dossiê p. 235.

[931] · 14/07/2021 ▶
Casa Dona Otília
≈1750 · Pilar de Goiás
14°45'47.9"S 49°34'46.8"W
Atual Casa da Diocese.
Ver dossiê p. 245.



“As casas da cidade eram quase sempre de pedra, cobertas de telha. As antigas persianas coloniais estavam sendo abolidas e trocadas pelas novas janelas com vidros, embora lentamente. Só nisto vai um capítulo e história social.” (Franco, 1944:108)

Mesmo com o Brasil não tendo indústria formatada nos primeiros anos do século XIX, o desenvolvimento que ocorria em outros países também nos atingiria, e reforçava essa visão de associar materiais com uma nova maneira de construir

A materialidade agora representa grande valor social. Uma casa de adobe era inferior a uma de tijolo cerâmico, e esse tipo de discussão tomava corpo no momento de escolha dos materiais. Seria como escolher uma roupa, a mais adequada para representação perante a sociedade. Em relato à época da progressão dos trilhos em Goiás, essa preocupação é nítida:

“A população goiana passa, portanto, a ver como representação máxima de modernidade os seguintes usos: a alvenaria de tijolo, em substituição ao adobe, à taipa e ao pau-a-pique; a telha francesa, em oposição à capa e bica; o cimento queimado no piso das plataformas; o ladrilho hidráulico nas partes mais nobres de determinados edifícios; e estruturas metálicas para sustentar as coberturas, em substituição à madeira. Em muito pouco tempo, esse padrão começa a determinar alterações profundas na arquitetura residencial e comercial do estado.” (Coelho, 2004a:140)

A entrada dessas novidades se desenrola aos poucos e —apesar de em um certo momento as mudanças materiais se consolidarem —os estilos foram acontecendo sobrepostos temporalmente, como em uma zona cinzenta sem divisões claras de onde começa um e termina o outro.

Assim, teríamos simultaneamente tradição e renovação amalgamados em um hibridismo técnico e estilístico. Sendo construídos com técnicas tradicionais e estilos renovadores [932] [933], ou com formalismo tradicional, apesar de técnicas mais modernas [934].

[932] · 22/07/2019 ►
Ig. de Santo Antônio
≈1950/≈1920 · Monte Alegre
13°15'25.8"S 46°53'35.4"W
Ver dossiê p. 1049.

[933] · 20/10/2021 ◀
Res. nº 18, Av. Pres. Vargas
1931 · São Domingos
13°23'57.7"S 46°19'07.7"W

[934] · 13/07/2021 ◀
Res. André Fleury Curado
1915 · Corumbá
15°55'25.8"S 48°48'30.8"W



As novas expressões estavam inicialmente associadas às edificações que faziam uso de novas técnicas construtivas. Ou seja, uma imagem de novidade surgia da real aplicação de uma nova maneira de se construir. Como a tecnologia não estava ao alcance de todos, a expressão era multiplicada sem a aplicação dos métodos construtivos. Como foi o caso das já citadas renovações de fachada que aconteciam na cidade de Goiás e em Natividade [935] [936] [937] [938] ao início do século XX, com técnica tradicional, mas desenho que remetia aos ideais renovadores.

“Reis Filho, ao estudar essas modificações ocorridas em praticamente todo o território brasileiro, afirma que a distribuição dos espaços internos dos edifícios correspondia ainda aos modelos da arquitetura colonial, sendo utilizadas as mesmas formas de implantação, as mesmas técnicas construtivas, como também os mesmos mestres-de-obras.” (Coelho, 1998a:52)

Levou-se certo tempo até que os novos materiais ocupassem seu lugar, até que fosse mais fácil adquirir uma peça industrializada e não outra retirada da natureza. Foi necessário o desenvolvimento nacional em áreas paralelas, como a infraestrutura rodoviária e indústria, por exemplo. E só assim as estruturas de ferro importadas, o concreto, revestimentos uniformes, pré-moldados para decoração das fachadas e uma série de outros elementos começaram a se popularizar e, conseqüentemente, baratear sua utilização.

Já ao final do século XIX e início do XX, as capitais brasileiras mais pujantes economicamente avançam na transição para os métodos construtivos modernos. O uso do tijolo, dos revestimentos e das novas possibilidades estruturais já era realidade mais presente no dia a dia de cidades como Salvador/BA, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Belém/PA e Manaus/AM. Alguns exemplos representam bem esse momento, como o Teatro Amazonas em Manaus/AM, finalizado ainda no século XIX, ou o mercado Municipal de Belém/PA, com estrutura metálica importada da Inglaterra, assim como grandes obras paulistanas, como a Estação da Luz ou a atual Pinacoteca, em alvenaria portante.

[935] · 20/10/2021 ◀
Res. nº 100, Pç. Leopoldo
1909 · Natividade
11°42'30.0"S 47°43'27.3"W
*Antiga Res. Coracy de Sena
Fernandes.*

[936] · 20/10/2021 ◀
Res. nº 100, R. Deocleciano
S/D · Natividade
11°42'25.4"S 47°43'28.9"W

[937] · 20/10/2021 ▶
Res. nº 136, R. Deocleciano
1924 · Natividade
11°42'26.2"S 47°43'27.7"W
*Antiga Res. Deocleciano
Nunes. Construída pelo
mestre José Francisco de
Paula, de Natividade, e
adornada pelo mestre Natal,
de Porto Nacional.*

[938] · 20/10/2021 ▶
Res. nº 89, Av. 7 de set.
S/D · Natividade
11°42'21.7"S 47°43'31.0"W
*Antiga Res. Sílvio Pinto de
Castro.*



“Só este elemento já representou uma enorme evolução na tecnologia de construir, pois o tijolo era uma técnica muito mais barata, rápida e resistente do que a taipa de pilão ou mesmo o pau-a-pique, outra modalidade bastante utilizada até então. A precisão obtida com o uso do tijolo possibilitava novos arranjos arquitetônicos, sobretudo na elaboração mais detalhada das fachadas.” (Macambira, 1985:10)

Porém, em Goiás, o acesso facilitado a esses materiais vai acontecer mais tarde. Somente com a chegada das primeiras estações ferroviárias é que se viabilizará o desembarque de materiais industrializados, que não eram fabricados localmente, sendo trazidos de centros nacionais de produção, principalmente São Paulo.

As próprias estações serão vitrine do emprego desses materiais, sendo as primeiras expressões de uma nova maneira de se construir em cidades como Ipameri, Urutaí, Pires do Rio [939], Vianópolis [940], Silvânia [941], Leopoldo de Bulhões [942], e pontuando o ingresso da linha férrea em território goiano. É a partir daí, já na década de 1920, que os materiais se tornam mais acessíveis.

Porém, com a fundação de Goiânia essa materialidade toma corpo de maneira mais pujante e é realmente popularizada. Sendo empregada nos novos empreendimentos do governo, torna-se o exemplo de como se construir e ajuda a reforçar a linguagem da modernidade, compondo também o campo de justificativas do grupo mudancista que transferiu o corpo administrativo do Estado e tinha no discurso higienista um dos pilares argumentativos.

A partir desse momento, não haverá mais espaço para as antigas técnicas construtivas, já ausentes na construção dos edifícios oficiais da nova capital. O adobe e o pau-a-pique serão sinônimos de casa velha, de pobreza e de espaço de morar indigno, sendo inclusive propagada a associação das frestas e superfícies rugosas do barro ao ambiente adequado para desenvolvimento de insetos vetores das mais diversas doenças.

[939] · 21/07/2021 ◀
Est. Ferroviária Pires do Rio
1922 · Pires do Rio
17°17'51.9"S 48°16'31.8"W

[940] · 21/07/2021 ◀
Est. Ferroviária Ponte Funda
1924 · Vianópolis
16°48'22.5"S 48°26'04.3"W

[941] · 19/07/2021 ▶
Est. Ferroviária Silvânia
1930 · Silvânia
16°41'51.7"S 48°37'21.0"W

[942] · 23/10/2021 ▶
Est. Ferroviária L. Bulhões
1931 · Leopoldo de Bulhões
16°37'16.0"S 48°44'25.5"W



“Com o avanço do século XX e a paulatina introdução de materiais industrializados, mão-de-obra qualificada, gostos e comportamentos novos, percebe-se que a arquitetura residencial vai distanciando-se da homogeneidade, aproximando-se da distinção iniciada com os ambientes das casas. Aos poucos a casa da elite afasta-se do caráter vernacular e assume a erudição da composição arquitetônica, como forma de acentuar a privatização do espaço.” (Oliveira, 2001:264)

O concreto, o vidro, os revestimentos, as esquadrias metálicas, o ferro batido e dobrado serão utilizados em teatros, fóruns [943], residências [944], bibliotecas [945], escolas [946] estações e toda sorte de edificações realizadas nos momentos iniciais de renovação arquitetônica. Esta atitude torna-se o modelo a ser seguido até nas cidades do interior, onde encontraremos o emprego da técnica aliada aos novos estilos e usos.

Com a chegada dos novos materiais e processos construtivos não foi somente o exterior, o invólucro da arquitetura e seus fechamentos, que sofreu modificações. Além das possibilidades construtivas e das expressões de fachada, houve forte modificação da espacialidade e do interior dos edifícios, bem como da quantidade de materiais empregados em sua decoração e dos mobiliários, que se faziam presentes com maior frequência.

Mais uma vez, foi motivo para diferenciações sociais. No período colonial, o mobiliário era essencial e se resumia a camas, cômodas, aparadores, mesas e nada muito mais elaborado que isso. Ferramentas de apoio às atividades diárias que estavam presentes desde a casa do dono de terras até a dos mais humildes lavradores. A industrialização permitiu a renovação desses espaços com maior variedade e disponibilidade de itens decorativos.

“Seus interiores igualmente passaram por transformações, com o emprego e mobiliário, cortinas, lustres e mais objetos requintados, e com o aparecimento de salões nobres, de baile, de música etc., providos de tetos estucados e de pinturas murais.” (Telles, 1975/2008:149)

[943] · 06/07/2021 ◀
Fórum
1926 · Cidade de Goiás
15°55'52.3"S 50°08'25.0"W

[944] · 20/07/2021 ◀
Res. nº 10, R. Dr. Gomes F.
≈1930 · Ipameri
17°43'15.3"S 48°09'49.7"W

[945] · 19/07/2021 ▶
Biblioteca Cel. Pireneus
1919 · Silvânia
16°39'24.2"S 48°36'22.0"W

[946] · 17/10/2021 ▶
Grupo Escolar Brasil Caiado
1929 · Jataí
17°53'08.6"S 51°42'55.1"W
*Atual Escola Estadual
Marcondes Godoy.*



Esses produtos, agora mais elaborados, com infinitas opções, transformam os interiores das casas. Lustres, papéis de parede, peças trabalhadas em metais diversos, louças sanitárias, metais das áreas molhadas são outros elementos que vão ajudar a propagar a ideia da modernidade presente agora tanto nos desenhos da fachada quanto no interior das obras. Ser moderno passa a ser também um comportamento, a nova maneira de realizar tarefas, agora mais práticas e tidas como mais inteligentes, apoiadas pela tecnologia. Obviamente, o que antes era realizado por mãos escravas, obrigatoriamente deverá ter o seu substituto autômato.

Assim também ocorre nos edifícios públicos. Vitrais, lustres, poltronas, letreiros relógios, escrivaninhas e máquinas de escrever vão compor o moderno espaço de trabalho, facilitando o dia a dia da administração ou deixando mais cômodos os espaços reservados ao lazer.

Posteriormente a essa adequação e popularização material, inicia-se, a partir da década de 1950, a progressão do modernismo a partir das primeiras obras, pequenas residências. Em discurso voltado à maestria técnica, as estruturas são levadas aos limites da resistência, em evidência visual, na busca de uma verdade material, sendo utilizadas de maneira muito didática e compreensível em cada obra.

Na década de 1960 surgem as primeiras fachadas livres, com panos horizontais de vidro, indicando que aquele recorte na superfície, apesar da leveza visual, só foi conquistado a duras penas por uma estrutura sendo levada aos limites técnicos e dimensionais. No edifício do Banco do Estado de Goiás [947], na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás [948] e nos Colégios José Ludovico [949] e Alcide Jubé [950] temos exemplos da materialização desse conceito, em alguns momentos associado à liberação das fachadas, ou do pavimento térreo, gerando um novo tipo de espaço que até o momento era tecnicamente inviável. Essas obras representavam o primeiro momento das expressões modernistas em Goiás, ainda vinculadas aos exemplos cariocas, nos quais a estrutura já se mostrava capaz de vencer grandes vãos; mas ainda não existia uma proeminência da estrutura como plástica expressiva do seu material, sem acabamentos ou revestimentos.

[947] · 12/10/2021 ◀
Sede do BEG
1964 · Goiânia
16°40'30.1"S 49°15'27.9"W
Atual Agência Central Itaú.
Ver dossiê p. 1105.

[948] · 12/10/2021 ◀
Assemb. Leg. de Goiás
1962 · Goiânia
16°40'47.3"S 49°15'40.9"W
Ver dossiê p. 1093.

[949] · 24/10/2021 ▶
Colégio Est. José Ludovico
1956 · Anápolis
16°19'36.1"S 48°57'48.2"W
Arquiteto Elder Rocha Lima (1928-).

[950] · 26/04/2019 ▶
Colégio Estadual Alcide Jubé
1965 · Cidade de Goiás
15°56'00.9"S 50°08'20.3"W
Ver dossiê p. 1117.



É com a chegada dos arquitetos mineiros e com a atuação externa de arquitetos paulistas que teremos uma nova maneira de utilização do concreto, vinculada tanto à sua expressão material sem acabamentos quanto aos aspectos múltiplos de estrutura e vedação [951] [952] [953]. Inicia-se uma busca formal que se aproxima do brutalismo paulista e perdura até meados da década de 1980 [954] [955] [956]. Em uma configuração de espaços e direcionamento de fluxos que se dará sem a necessidade de outros artifícios a não ser a manipulação de um único insumo. Tal essencialismo de materiais e a busca pela minimização de processos se revertem em plantas livres, com espaços desimpedidos, como é a Residência Antônio Lúcio, resumida a duas lajes, quatro pilares e oito vigas, resolvendo assim um espaço que vai abrigar, por mais de trinta anos, as diversas atividades da família.

Vale notar que mesmo esse essencialismo e a própria planta livre já estavam latentes na casa tradicional de duzentos anos atrás. A saber, o elemento portante, estrutural, encontrava-se nas paredes laterais; o vão, vencido pelo telhado em uma estrutura sem treliças, permitia agenciamento interno feito com divisórias leves, como o pau-a-pique ou tabique, em alguns casos com simples cortinas de pano. Se os moradores assim desejassem, poderiam retirar todas as divisórias internas, disponibilizando um espaço amplo, apto a causar inveja ao mais radical dos arquitetos ditos corbusianos. No caso do Jôquei Clube de Goiás, todo o direcionamento de fluxos e o ajuste de níveis é feito a partir de rampas, plataformas e pilares, que interagem em uma composição que torna desnecessário o uso de qualquer outro tipo de vedação para separar os ambientes. O espaço parece nascer a partir dos limites mínimos exigidos para cada atividade, que vai acontecer mais livre e integrada, ficando a compartimentação exclusiva a depósitos, vestiários e serviços.

Interessante notar a qualidade de uma arquitetura que consegue fortalecer, em seus diversos elementos compositivos, um conceito que surge ao se optar por manipular um único material. Apesar de a expressão e materialidade do concreto aparente não agradar a todos, é inegável o valor desse exercício, talvez uns dos mais complexos da arquitetura, de solução volumétrica, espacial e compositiva conseguida pela manipulação e desenho de uma única substância.

[951] · 24/10/2021 ▲▲▲
Antiga Prefeitura de Anápolis
1971 · Anápolis
16°19'40.6"S 48°56'55.6"W
*Arquiteto Antônio Lúcio
Ferrari Pinheiro (1939-).*

[952] · 13/10/2021 ▲▲▲
Colégio Est. Pré-Universitário
1971 · Goiânia
16°40'47.0"S 49°14'35.0"W
Ver dossiê p. 1151.

[953] · 20/09/2009 ▲▲▲
Res. Antônio Lúcio
1976 · Goiânia
16°41'52.0"S 49°16'05.2"W
Ver dossiê p. 1269.

[954] · 11/10/2021 ▼▼▼
IBAMA
1979 · Goiânia
16°40'27.4"S 49°14'48.8"W
*Antigo Instituto Brasileiro de
Desenvolvimento Florestal.
Escritório Espaço, arquitetos
Fernando Rabelo (1945-) e
Eduardo Simões Barbosa
(1937-).*

[955] · 12/10/2021 ▼▼▼
Sede da Fecomércio
1986 · Goiânia
16°41'51.5"S 49°15'11.8"W
Ver dossiê p. 1357.

[956] · 15/10/2021 ▼▼▼
SESI Vila Canaã
1974 · Goiânia
16°41'27.0"S 49°18'50.4"W
Escritório GrupoQuatro.



Como abordagem industrial do canteiro de obras e do processo construtivo, tivemos a experiência de João Filgueiras Lima (1932-2014) com a fábrica de Abadiânia, resultando na construção de algumas pontes e na Escola Transitória Rural [957], que resiste até hoje. Houve também uma unidade das Centrais de Abastecimento do Estado de Goiás [958], de Eladio Dieste (1917-2000), com a cobertura em tijolo armado. Porém, se mostraram como experiências isoladas, perdendo-se o sentido da industrialização, que exigiria a repetição das técnicas em outros exemplares.

No caso da estrutura metálica, será empregada em poucas obras. Mesmo nas décadas de 1970 e 1980, a aquisição não era tão fácil quanto de outros materiais estruturais. No caso do Terminal Rodoviário de Goiânia, foi utilizada na cobertura em configuração mista, com vigas metálicas apoiadas em pilares de concreto [959]. A Residência Antônio Batista Alves [960], elaborada por Eduardo Simões (1937-), mostra um caminho que, se desenvolvido, poderia ter rendido bons frutos.

Sob o aspecto material e tecnológico, o pós-modernismo em Goiás não se mostrou consolidador de questões específicas das discussões vinculadas ao momento. Foram poucas obras que deliberadamente assumiam uma vinculação conceitual e estética pós-moderna. O aço chegou a ser empregado nas estruturas e alguns elementos da Oficina de Projeto, mas as expressões ficaram mais marcadas não pelo emprego de novos e diferentes materiais ou revestimento, e sim por um uso de cores e formas geométricas mais acentuadas e perceptíveis na volumetria.

A conformação plástica de cada obra vai se dar a partir dos diversos aspectos presentes dentro das escolhas materiais, assim, um tipo de estrutura não vai significar apenas uma escolha aleatória do arquiteto, mas vai impregnar-se de aspectos políticos, econômicos e sociais. Na verdade, todas as questões que vão incidir em uma obra até a sua finalização são muito mais orgânicas e interconectadas do que separadas. A divisão aqui colocada tem fins especificamente didáticos, mas a leitura de todos os elementos deve ser feita em conjunto.

[957] · 15/03/2020 ▲▲
Escola Transitória Rural
1984 · Abadiânia
16°12'41.8"S 48°40'31.0"W
Ver dossiê p. 1305.

[958] · 13/10/2021 ►
CEASA
1976 · Goiânia
16°37'33.4"S 49°12'12.9"W
Engenheiro Eladio Dieste (1917-2000).

[959] · 15/10/2021 ▲▲
Terminal Rodoviário Goiânia
1985 · Goiânia
16°39'33.1"S 49°15'35.1"W
Arquitetos Paulo Mendes da Rocha (1928-2021) e Luiz Fernando Teixeira (1943-).

[960] · 09/10/2021 ▼
Res. Antônio Batista Alves
1976 · Goiânia
16°41'22.8"S 49°15'04.6"W
Escritório Espaço, arquitetos Fernando Rabelo (1945-) e Eduardo Simões Barbosa (1937-).



RENOVAÇÃO · Expressão

Uma característica marcante das expressões de renovação é a ampliação da liberdade formal a partir do desenvolvimento técnico. Assim, o fator construtivo já não será tão limitador das formas como o era nas edificações tradicionais, principalmente no quesito estrutural.

Agora autores, construtores e proprietários têm mais liberdade para escolher a expressão mais adequada de cada edifício. O avanço das técnicas permite a independência compositiva no arranjo volumétrico e ornamental. Optar, por exemplo, pelo o *art déco* em detrimento do eclético como linguagem oficial da arquitetura da nova capital goiana é uma decisão que leva em consideração muito mais os aspectos conceituais e interpretativos de uma maneira de se expressar pela arquitetura do que um espelhamento inevitável da técnica construtiva.

Talvez por isso, mais que à época colonial, teremos em Goiás, após o final do século XIX, transformações tão rápidas de estilo. Não se fazia mais necessário aguardar mudanças técnicas revolucionárias para se revolucionar a maneira de agenciar elementos compositivos. As transformações construtivas que potencializaram e impulsionaram certas mudanças estilísticas após o período colonial agora estão tanto mais libertas e não limitam ou impõem expressões artísticas.

Por isso, apesar de o trabalho se estruturar em uma disposição temporal, as expressões serão mais difíceis de serem isoladas. As maneiras de se expressar se tornam mais fluidas; o que se via antes como uma linha contínua se transforma em trama temporal e estilística, que surge a partir das vontades dos agentes responsáveis pela produção dessa arquitetura. Publicações, ensino, profissionais, influências estrangeiras e nacionais percorrem o território goiano em um ritmo cada vez mais acelerado. Basta um construtor se afeiçoar a alguns elementos decorativos para fazer uso dessas premissas em sua próxima obra. A exemplo da década de 1950 em Goiás, que nos apresenta exemplares de diferentes associações estilísticas tanto díspares [961] [962] [963] [964].

[961] · 28/07/2019 ◀
Ig. de Santo Antônio
≈1950/≈1920 · Monte Alegre
13°15'25.8"S 46°53'35.4"W
Ver dossiê p. 1049.

[962] · 10/10/2021 ◀
Ig. Imac. Coração de Maria
1951 · Goiânia
16°40'13.3"S 49°15'13.1"W
Ver dossiê p. 1059.

[963] · 11/10/2021 ▶
Res. José Félix Louza
1953 · Goiânia
16°40'18.5"S 49°15'39.7"W
Ver dossiê p. 1083.

[964] · 15/09/2019 ▶
Est. Ferroviária Goiânia
1952 · Goiânia
16°39'48.7"S 49°15'42.2"W
Ver dossiê p. 1071.



Isso proporciona meios para que surjam obras díspares formalmente, porém próximas temporalmente. Em Goiânia, veremos as primeiras casas modernistas sendo contemporâneas a outras neocoloniais e *art déco*. A própria miríade de estilos que acontece na cidade nada mais é que uma reverberação das inconstâncias projetuais dos próprios autores. Atílio Corrêa Lima (1901-1943), por exemplo, atua na nova capital com obras *art déco* e, poucos anos depois, concebe a Estação de Hidroaviões do Aeroporto Santos Dumont, em 1938, uma das obras seminais do modernismo.

Seguindo a ordem esperada, tivemos por aqui o neoclássico e os primeiros momentos do ecletismo acontecendo de maneira muito próxima e facilmente confundíveis entre si. Talvez as intenções pudessem até ser as mesmas e a escolha dos estilos estivesse mais relacionada ao gosto do que a uma associação política em particular. Para o olhar mais rápido, um poderia se passar pelo outro e a impressão geral que fica é a da retomada de uma linguagem clássica.

Assim, as diferenciações acontecem em um nível mais técnico, buscando o maior aprofundamento na utilização das regras greco-romanas. O que nos permite avaliar a diferença do rigor em exemplares como a Palácio Conde dos Arcos [965], e da Residência nº7 [966], ambos na cidade de Goiás; e perceber também que, apesar da falta de elementos decorativos, a rigidez e precisão da composição da fachada do Teatro Pompeu de Pina, em Pirenópolis, é tão patente que parece nos remeter às proposta utópicas dos primeiros modelos de templo grego lançadas William Chambers em 1759 (Chambers, 1759:107).

“Assim coloca-se a questão da diferenciação entre um edifício neoclássico e outro eclético. Ambos poderiam ter sido concebidos e realizados sob a inspiração do receituário greco-romano. A diferença entre eles reside no fato de, no caso do neoclassicismo, ter havido uma preocupação maior em obedecer às regras de composição ditadas pelos tratadistas da arquitetura o Renascimento, e, no caso do ecletismo, essas mesmas regras terem sido reconsideradas à luz da intenção decorativa, sem rigor e com liberdade, visando também atender ao gosto do cliente.” (Gomes, 1987:180)

[965] · 08/07/2021 ◀
Palácio Conde dos Arcos
1867/1751 · Cidade de Goiás
15°56'04.3"S 50°08'24.3"W
Ver dossiê p. 751.

[966] · 08/07/2021 ▶
Res. nº 7, R. Sen. Caiado
1924 · Cidade de Goiás
15°56'06.7"S 50°08'23.9"W
Projeto do engenheiro Walter Sócrates do Nascimento (1892-1992).



Serão as mesmas questões que se colocam ao norte do estado, em Porto Nacional, Taguatinga e Natividade. Ao compararmos o Banco do Brasil em Taguatinga [967], a Residência nº106 em Natividade [968], e a Residência nº84 em Arraias [969], o enquadramento estilístico vai ficar subordinado a uma análise mais voltada às maneiras de utilização dos estilemas do que a alguma associação de discurso teórico.

O ecletismo continua a ser empregado na cidade de Goiás e nas cidades lindeiras [970] [971] [972] às estações ferroviárias que surgem conforme se amplia o alcance da ferrovia. A transformação e releitura dos elementos clássicos será maior, com busca por desenhos mais geometrizados que vão incidir em molduras, platibandas, aberturas, arestas e acabamentos.

“Simplificando, o Ecletismo representou a coexistência —autorizada, inclusive, em uma única obra — dos vários classicismos, aos quais se somaram outras opções históricas e algumas modas exóticas, todos acatados como precedentes válidos. Precedentes estes estabelecidos em levantamentos diretos de originais, registrados em ilustrações ou meramente inspirados em descrições, consagrados em tratados e livros de modelos arquitetônicos que circulavam em grande quantidade à época, motivos conformes de validade irrefutável naquele contexto.” (Ficher, 2018a:7)

Depois, com a mudança da capital, há a popularização do tijolo cerâmico e da estrutura em concreto, além da renovação de linguagem, a começar com o neocolonial —expressão utilizada nas casas populares edificadas ao mesmo tempo que as casas e edifícios oficiais *art déco*.

Este elimina quase que por completo as referências à antiguidade clássica; porém os elementos decorativos permanecem e ajudam a configurar a imagem da cidade a partir dos principais edifícios públicos. Atinge, em Goiás, a expressão máxima no Teatro Goiânia, que apresenta preocupação compositiva que está além da mera aplicação de volumes geométricos em uma fachada lisa, reverberando questões volumétricas na espacialidade interna.

[967] · 14/01/2020 ▲▲▲
Res. Manoel Lima
1931/1902 · Taguatinga
12°24'15.7"S 46°26'18.2"W
Atual Casarão do Banco do Brasil. Ver dossiê p. 907.

[968] · 23/07/2019 ▲▲▲
Res. nº 106, R. Deocleciano
≈1920 · Natividade
11°42'25.9"S 47°43'27.9"W
Ver dossiê p. 795.

[969] · 20/10/2021 ▲▲▲
Res. nº 84, R. Otávio M.
S/D · Arraias
12°55'55.9"S 46°56'17.9"W

[970] · 21/07/2021 ▼▼▼
Res. Dir. da Fazenda Modelo
1920 · Urutaí
17°29'08.8"S 48°12'51.8"W
Atual Museu Agropastoril. Ver dossiê p. 805.

[971] · 21/07/2021 ▼▼▼
Res. nº 44, R. Mal. Floriano P.
1921 · Ipameri
17°43'25.6"S 48°09'51.2"W
Antiga Agência do Banco do Brasil.

[972] · 19/07/2021 ▼▼▼
Ig. do Divino Espírito Santo
1938 · Ipameri
17°43'21.2"S 48°09'37.5"W
Ver dossiê p. 983.



Algumas obras, como o pequeno Coreto Municipal [973], quando olhado de perto em seus detalhes de pingentes e cobertura, remetem ao clássico, mas a limpeza das tangências entre retas e curvas na cobertura, pilares e peitoril deixa clara uma preocupação mais voltada ao volume do que a elementos específicos. Assim como as ascensões geométricas da Estação Ferroviária e o ritmo do volume serrilhado no Teatro Goiânia deixam uma imagem mais forte do que a composição da fachada no Cinema de Pirenópolis e bar adjacente [974], onde a apropriação da linguagem, apesar de bem organizada, não se aprofunda volumetricamente.

O *art déco*, por ter sido a escolha para as edificações oficiais e se vincular a um projeto maior de construção da modernidade, acabou por ser empregado com mais critério que o eclético e o neocolonial, nascendo com uma conexão mais forte entre expressão e conceito. A modernidade pretendida já entrava em exercício por mãos de profissionais habilitados academicamente, como o próprio Atílio Corrêa Lima (1901-1943), José Neddermeyer (1894-1951) e Jorge Félix (1908-1983). Em paralelo, as expressões neocoloniais [975] [976] – termo que foi utilizado generalizando uma série de pequenas variações estilísticas, com inspirações mexicanas, californianas ou coloniais – mostraram-se tanto desvinculadas dos ideais originais colocados por José Mariano Filho. Em Goiás, o neocolonial nasce sem ligações com uma teoria de expressão da nacionalidade.

Nesse momento, vão surgir também algumas obras fora desses estilos predominantes. Teremos ainda sobrados normandos, igrejas neorromânicas, casarões neogóticos e uma série de outros *revivals* que acontecem justamente devido à propagação de uma miríade de estilos proporcionada pelas revistas da época. Mais do que se mostrar vinculado à modernidade devido ao estilo como discurso, o neocolonial, ao ser empregado nas construções mais populares, esteve a serviço também de tornar essa modernidade mais palatável aos habitantes da nova capital provenientes das cidades do interior. Ao manter elementos fundamentais da concepção colonial, como o telhado aparente em oposição às platibandas, beirais, alpendres e molduras das aberturas, tem-se uma linguagem que minimamente se relacionava com as preexistências da região.

[973] · 12/10/2021 ▲▲
Coreto da Praça Cívica
1942 · Goiânia
16°40'46.0"S 49°15'24.2"W
Ver dossiê p. 1005.

[974] · 13/07/2021 ►
Bar de Braz Pompeu de Pina
1936 · Pirenópolis
15°51'09.9"S 48°57'35.2"W
&
Cine Teatro Pireneus
1936/1919 · Pirenópolis
15°51'10.1"S 48°57'34.9"W
Ver dossiê p. 949.

[975] · 11/10/2021 ▲▲
Res. nº 808, Av. Araguaia
≈1940 · Goiânia
16°40'18.4"S 49°15'14.7"W
Projetista Pedro Daniel da Silva.

[976] · 19/07/2021 ▼
Centro de Formação Pastoral
1942 · Ipameri
17°43'23.6"S 48°09'38.9"W
Antigo Educandário Nossa Senhora Aparecida.



Outras questões, a fim de reforçar o discurso da modernidade, porém menos literais sob aspecto estilístico, tais como a eliminação das alcovas, obrigatoriedade de afastamentos laterais, grandes janelas para ventilação e iluminação, estavam mais ligadas ao discurso sanitário, de definições urbanísticas, do que ao estilo arquitetônico propriamente dito. Assim, iniciava-se um novo tipo de relação entre obra e terreno, na qual o objeto arquitetônico se desvinculava de seus limites de lote, permitindo a leitura como obra independente ao invés da leitura em conjunto como nas cidades coloniais.

[977] · 12/10/2021 ◀
Res. José Félix Louza
1953 · Goiânia
16°40'18.5"S 49°15'39.7"W
Ver dossiê p. 1083.

[978] · 13/09/2019 ▶
Res. Abdala Abrão
1967 · Goiânia
16°40'59.4"S 49°15'18.9"W
Ver dossiê p. 1129.

Essa relação com o terreno seria uma questão fundamental para o desenvolvimento das próximas expressões modernistas. A obra escultórica por excelência, o paradigma corbusiano do *"jogo sábio, correto e magnífico dos volumes dispostos sob a luz"* (Le Corbusier, 1923/2004:XXVII), que exigia do arquiteto, antes de qualquer traço, a liberação entre obra e limites do terreno. Essa nova abordagem encaminha a possibilidades espaciais variadas, tanto externas quanto internas, e, conseqüentemente, há valorização da conjugação dos volumes em detrimento do adorno desses volumes. Ainda, ao se relacionar de maneira específica com o terreno, a obra estabelece, também, nova relação com a rua.

Nas casas modernistas, como na Residência José Félix Louza [977], será possível perceber a transformação da relação da obra com o espaço público. O trabalho volumétrico é realizado exclusivamente com o agenciamento de planos; a casa se fecha para rua, porém sua relação com ela é generosa. Não há muros. A riqueza espacial acontece dentro, por meio de pátios e da iluminação e ventilação por eles proporcionadas.

Outra casa com mesma abordagem do espaço interno é a Residência de Abdala Abrão [978], mais um projeto de David Libeskind (1928-2014), agora em maior escala, mas também com as aberturas voltadas para dentro do terreno. Com uma grande iluminação zenital no lobby de acesso, proporciona o enriquecimento dos espaços internos. A casa, solta dos limites, é abraçada por generosa área verde.



Ainda nesse uso, alguns outros exemplos valem menção. Na residência do arquiteto Antônio Lúcio, talvez a mais radical de todas, a exiguidade do toque da edificação no terreno possibilita implantação em qualquer condição topográfica.

Essa experiência, que se inicia com as residências, com o tempo chega aos edifícios de maior porte. Os pilotis do vão de acesso da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e os jardins do parque que a circundam rompem com qualquer percepção dos limites do terreno e reforçam a imagem de objeto escultórico.

Na cidade de Goiás, em que a divisão dos terrenos ainda sofria influência do período colonial, a Escola Estadual Alcide Jubé [979] se apresenta com pilotis que proporciona térreo livre abrigando com maior dinamismo uma série de atividades educativas. Em Goiânia, o Estádio Serra Dourada implanta-se no terreno como uma escultura pousa sobre sua base expositiva, completamente ilimitado no sentido físico do perímetro do terreno.

Tal postura compositiva —de uma nova maneira de relacionar volume edificado e terreno de implantação —apesar de não acontecer em todos os casos, nos mostra uma mudança na postura de tratamento perante a volumetria [980] [981]. Mesmo no centro verticalizado das cidades, onde é permitido anular os afastamentos, haverá uma busca pela profundidade, sombras e movimentação dos planos [982].

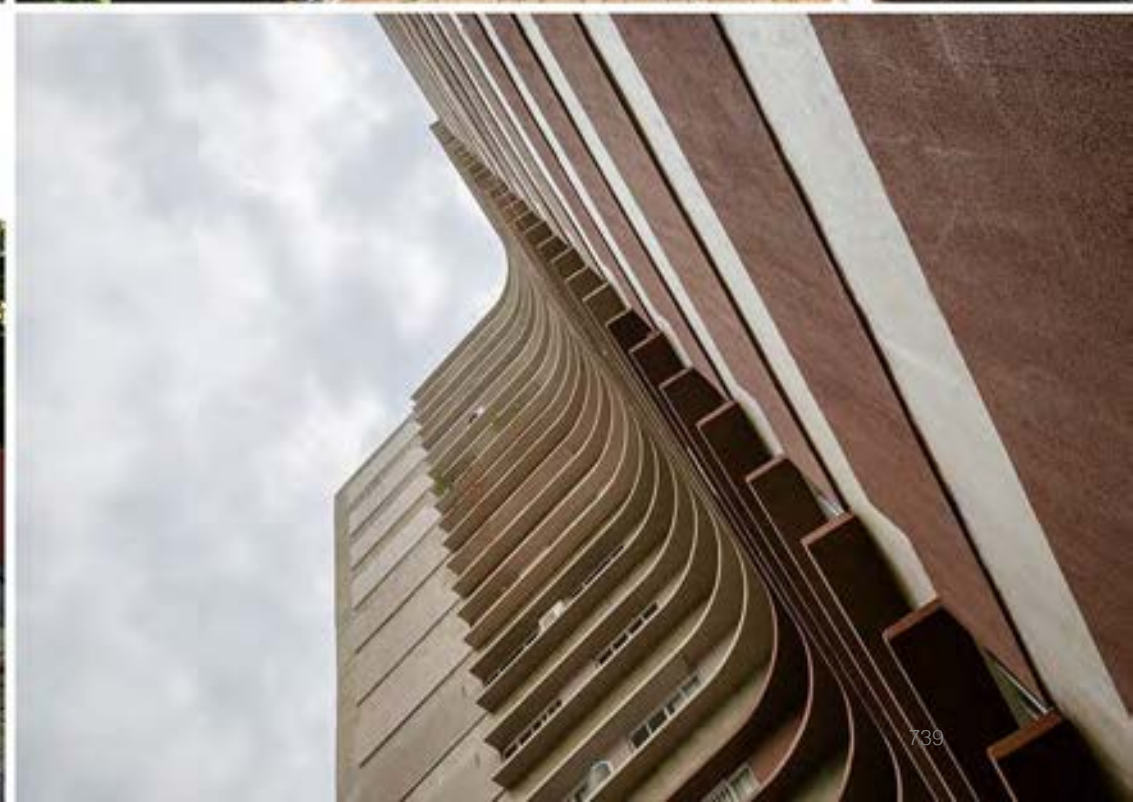
Essa questão espacial e volumétrica foi uma das características evidentes nas edificações modernistas. Porém o mesmo assunto poderia ser abordado com diferentes resoluções, e assim foi possível perceber diferenciações plásticas na escolha do tratamento desses volumes. Notadamente, a dualidade Rio de Janeiro / São Paulo e racionalismo carioca / brutalismo paulista se repetiu também em terras goianas. Mas não foram as únicas linguagens utilizadas; acredito que tivemos, das mais expressivas e evidentes, três maneiras locais de atuação perante o projeto.

[979] · 26/04/2019 ◀
Colégio Estadual Alcide Jubé
1965 · Cidade de Goiás
15°56'00.9"S 50°08'20.3"W
Ver dossiê p. 1117.

[980] · 08/07/2021 ◀
Hotel Vila Boa
1975 · Goiás
15°56'20.0"S 50°08'10.1"W
Arquiteto Renan de Barros.

[981] · 17/10/2021 ▶
Câmara Municipal
1972 · Jataí
17°53'07.5"S 51°43'14.0"W
Arquiteto Elder Rocha Lima (1928-).

[982] · 09/10/2021 ▶
Ed. Itaipu
1974 · Goiânia
16°40'33.4"S 49°16'05.0"W
Ver dossiê p. 1211.



A primeira, vinculada à escola carioca, tem sua gênese na formação dos seus autores, descendentes diretos dessas influências. Arquitetos como Eurico Calixto de Godoy (1925-1993), Elder Rocha Lima (1928-) e Renan de Barros se formaram na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, e para Goiás trouxeram essa linguagem. Foram assumidamente influenciados por Le Corbusier e seus postulados (Vaz; Zárate, 2005) e o que vemos, como resultado dessas vontades, é uma arquitetura que segue bem a cartilha dessa prática.

Por isso surgem os exemplares com o purismo dos volumes brancos, brises leves, pilotis com pilares de seção circular, telhados borboleta e uma série de outras características muito ligadas às expressões da arquitetura que vinha sendo realizada no Rio de Janeiro/RJ. Em algumas obras já citadas, a influência é clara e a conexão entre conceitos e materialidade se torna evidente.

O segundo momento, marcado por obras como o Colégio Universitário, de Antônio Lúcio (1939-), Estádio Serra Dourada, de Paulo Mendes da Rocha (1928-2021), Igreja de Nossa Senhora de Fátima, de Siegbert Zanetini (1934-) e Banco Banespa, de Ruy Ohtake (1938-2021), nos mostra uma produção madura, fruto de agentes que estavam, à época, à frente das pesquisas plásticas dessa gramática visual que utilizava o concreto em sua essência, legando obras que até hoje suscitam discussões e embates.

Podemos afirmar que existiu um terceiro grupo com características similares em sua produção, não diretamente vinculadas às alvas superfícies cariocas ou à materialidade agressiva do concreto aparente. Continuava-se trabalhando com os conceitos de espaços livres e autonomia estrutural, porém trazendo não só uma materialidade diferente das expressões anteriores, mas pesquisando outros aspectos da forma arquitetônica. Havia o emprego do concreto aparente ao mesmo tempo que se experimentava outros materiais; havia o rigor do desenho, mas em composições que fugiam do traço reto. Obras que materializaram uma postura tanto mais crítica ao modernismo ainda praticado [983] [984] [985], que, em alguns autores, levaram a uma proximidade pós-moderna.

[983] · 15/10/2021 ◀
Colégio Pequeno Príncipe
≈1970 · Goiânia
16°41'39.8"S 49°15'55.5"W
Escritório Espaço.

[984] · 15/10/2021 ◀
Sede Metago
1980 · Goiânia
16°39'15.6"S 49°13'08.7"W
Escritório GrupoQuatro.

[985] · 11/10/2021 ▶
Primeira Igreja Presbiteriana
≈1970 · Goiânia
16°40'09.6"S 49°15'27.1"W
Escritório Espaço.



Localmente, Raul Filó, Eduardo Simões Barbosa (1937-), Sílvio Oliveira Castro (1937-), Elias Daud Neto (1939-), Roberto Benedetti (1943-1986), Luiz Fernando Teixeira (1943-), Fernando Rabelo (1945-), Paulo de Barros Mendonça (1952-?) deixaram obras com características menos dogmáticas e já com certa releitura dos paradigmas modernistas. Empregavam outros materiais e processos de projeto, mas ainda gerando espaços generosos, porém um pouco mais familiares aos sentidos desacostumados com a aspereza do concreto bruto.

O Ateliê do curso de Arquitetura da Universidade Católica de Goiás [986], de Sílvio Oliveira Castro, tem a laje sustentada por peças de tijolo maciço aparentes, permitindo a ventilação permanente entre os dois materiais. Configuração estrutural parecida com a Residência Leo de Queiroz Barreto [987], projeto de Raul Filó, com delgada laje de cobertura, também apoiada em tijolo estrutural que proporciona amplos espaços sociais.

Zenon Lotufo (1911-1985), João Filgueiras Lima (1932-2014) e Eladio Dieste (1917-2000) também atuaram em Goiás, com ação muito voltada aos processos construtivos. Os elementos pré-moldados da Escola Rural Transitória de Abadiânia, por Lelé, não só permitiam o espaço desimpedido para abrigar salas de aula como proporcionavam a construção de uma unidade em quarenta e cinco dias contando com a fabricação das peças e montagem (Lima, 1984:25). A casa que ele projetou para o casal de médicos Albineiar e Gil Santini [988] faz uso de método construtivo e desenhos intuitivos em um processo barato e de fácil execução; mesmo procedimento adotado por Lotufo em Porto Nacional [989]. A ampla cobertura de tijolo armado proposta por Dieste no Ceasa de Goiânia, de alto pé direito, resolve com a modulação e repetição espaços amplos e adaptáveis.

Essas últimas obras mostram a transição que vai da rigidez compositiva dos primeiros momentos do modernismo para uma nova expressão influenciada pelas discussões pós-modernas. Inicia-se uma quebra com paradigmas da geometria pura e branca, que acontece pelas mãos dos próprios autores, em revisão de suas atitudes pessoais.

[986] · 08/06/2019 ◀
Ateliê Arquitetura UCG
1970 · Goiânia
16°40'43.7"S 49°14'40.9"W
Ver dossiê p. 1141.

[987] · 29/11/2009 ◀
Res. Leo Barreto
1974 · Goiânia
16°40'58.2"S 49°15'02.6"W
Ver dossiê p. 1187.

[988] · 08/10/2021 ▶
Res. Gil Santini
1985 · Abadiânia
16°12'16.9"S 48°42'19.8"W
Ver dossiê p. 1315.

[989] · 27/07/2019 ▶
Res. Eduardo Manzano
1971 · Porto Nacional
10°41'59.3"S 48°24'37.9"W
Ver dossiê p. 1163.



“Considerando-se esses dois níveis, formal e técnico, o pós-modernismo é um ‘historicismo’, ainda que seus postulados, assim como os do modernismo, sejam a-históricos. E tal historicismo é, ao mesmo tempo, uma oposição teórica aos dogmas modernos e uma solução prática para a geração de formas arquitetônicas.” (Ficher, 1985:35)

Surgem outros agenciamentos volumétricos, em uma postura menos purista em relação aos volumes, com maior pesquisa de cores e materiais, em um claro rompimento com as maneiras de se fazer colocadas pelo modernismo [990] [991]. Talvez não uma atitude deliberada dos autores de se autointitularem como agentes de determinado rótulo, mas uma postura orgânica de transformação da própria trajetória profissional.

Nesse sentido, perceberemos um vínculo mais formal do que deliberadamente conceitual. Nos exemplares aqui colocados, temos cores, geometrias interconectadas e trespassantes, uso de estrutura metálica propondo arestas e desenhos mais definidos e, em alguns momentos, uma certa abstração das referências clássicas. Há o início de releitura do tradicional brasileiro, experimentações e processos de concepção mais híbridos, complexos e até contraditórios. Leituras e interpretações antes sectárias tornam-se abertas e plurais, prenúncios de renovação.

[990] · 30/11/2019 ◀
Res. Aldi Alves
1983 · Goiânia
16°42'06.0"S 49°16'37.7"W
Ver dossiê p. 1293.

[991] · 13/10/2021 ▶
Instituto de Artes
1988 · Goiânia
16°36'18.3"S 49°15'36.5"W
Atual Escola de Música e Artes Cênicas.
Ver dossiê p. 1371.



· OBRAS · RENOVAÇÃO ·

Palácio Conde dos Arcos	Cidade de Goiás / GO	1867	.751
Teatro São Sebastião	Pirenópolis / GO	1899	.761
Catedral de Nossa Senhora das Mercês	Porto Nacional / TO	1903	.771
Convento Santa Rosa de Lima	Porto Nacional / TO	1913	.783
Res. nº 106, Rua Deocleciano Nunes	Natividade / TO	≈1920	.795
Res. do Diretor da Fazenda Modelo de Criação	Urutaí / GO	1920	.805
Liceu de Goiás	Cidade de Goiás / GO	1920	.815
Casa de Fundação do Ouro	Cidade de Goiás / GO	1922	.825
Estação Ferroviária Vianópolis	Vianópolis / GO	1924	.835
Mercado Municipal	Cidade de Goiás / GO	1926	.845
Matriz de Nossa Senhora da Natividade	Natividade / TO	1927	.855
Palácio da Instrução	Cidade de Goiás / GO	1929	.865
Catedral de Santana	Cidade de Goiás / GO	1929	.875
Prefeitura	Natividade / TO	≈1930	.887
Capela de Nossa Senhora Aparecida	Areias / GO	≈1930	.897
Res. Manoel Lima	Taguatinga / TO	1931	.907
Capela São José	Goiânia / GO	1932	.917
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Cidade de Goiás / GO	1934	.927
Estação Ferroviária Anápolis	Anápolis / GO	1935	.939
Cine Teatro Pireneus	Pirenópolis / GO	1936	.949
Palácio das Esmeraldas	Goiânia / GO	1937	.961
Res. Pedro Ludovico e Gercina Borges	Goiânia / GO	1937	.973
Catedral do Divino Espírito Santo	Ipameri / GO	1938	.983
Res. Francisco Scartezini e Alice Scartezini	Goiânia / GO	≈1940	.995
Coreto da Praça Cívica	Goiânia / GO	1942	.1005
Teatro Goiânia	Goiânia / GO	1942	.1015
Capela da Santa Casa	Goiânia / GO	1942	.1029
Museu Estadual Professor Zoroastro Artiaga	Goiânia / GO	1946	.1039
Matriz de Santo Antônio	Monte Alegre / GO	≈1950	.1049
Igreja do Imaculado Coração de Maria	Goiânia / GO	1951	.1059

Estação Ferroviária Goiânia	Goiânia / GO	1952	.1071
Res. José Félix Louza e Irene Félix Louza	Goiânia / GO	1953	.1083
Assembleia Legislativa de Goiás	Goiânia / GO	1962	.1093
Sede do Banco do Estado de Goiás	Goiânia / GO	1964	.1105
Colégio Estadual Alcide Jubé	Cidade de Goiás / GO	1965	.1117
Res. Abdala Abrão e Rita Gonçalves Abrão	Goiânia / GO	1967	.1129
Ateliê do Curso de Arquitetura da UCG	Goiânia / GO	1970	.1141
Colégio Estadual Pré-Universitário	Goiânia / GO	1971	.1151
Res. Eduardo e Heloísa Manzano	Porto Nacional / TO	1971	.1163
Sede Social do Jockey Clube de Goiás	Goiânia / GO	1973	.1173
Res. Leo Barreto e Eleusa de Souza Godoy Barreto	Goiânia / GO	1974	.1187
Res. Ruffo de Freitas e Iraydes Duarte Cunha Freitas	Goiânia / GO	1974	.1199
Condomínio Residencial Itaipu	Goiânia / GO	1974	.1211
Igreja Nossa Senhora de Fátima	Goiânia / GO	1974	.1221
Estádio Serra Dourada	Goiânia / GO	1975	.1233
Parthenon Center	Goiânia / GO	1976	.1247
Res. Oswaldo José de Oliveira	Goiânia / GO	1976	.1259
Res. Antônio Lúcio e Ana Terezinha Pinheiro	Goiânia / GO	1976	.1269
Agência Banespa Goiânia	Goiânia / GO	1978	.1279
Res. Aldi Alves e Arlete Rosa Natividade	Goiânia / GO	1983	.1293
Escola Transitória Rural	Abadiânia / GO	1984	.1305
Res. Gil Santini Pinto e Albineiar Plaza Pinto	Abadiânia / GO	1985	.1315
Res. Paulo Campos Filho e Elba Campos	Rio Verde / GO	1985	.1325
Res. Lauro Emrich Campos e Gisela Campos	Rio Verde / GO	1985	.1335
Res. Péricles Emrich Campos e Hanae Campos	Rio Verde / GO	1986	.1347
Sede da Fecomércio	Goiânia / GO	1986	.1357
Instituto de Artes	Goiânia / GO	1988	.1371



◀ [992] · 08/07/2021

1867 / 1751 · PALÁCIO CONDE DOS ARCOS ·

1867 / 1751 · Cidade de Goiás / GO · Palácio Conde dos Arcos

Narrativas contemporâneas acerca do Palácio Conde dos Arcos não costumam ser elogiosas nas descrições de suas características formais. Desde pouco elegante (Lacerda, 1977b:46) a casarão atarracado (Bertran, 2002:65), o comum será certo silêncio sobre as qualidades compositivas da obra. Muito devido a sua gênese – sem plano definido ou unidade inicial – que não atendia às usuais expectativas geradas pelo termo palácio.

A frugalidade da exploração do ouro e a conseqüente transitoriedade dos habitantes acaba por afetar também o aspecto composicional dessa obra, assim como afetou o Quartel do XX [313:305] e a Casa de Fundação do Ouro [1101:825]. Todas têm em comum a adaptação de espaços residenciais para usos institucionais. No caso do Palácio, estes agenciamentos se iniciam com a chegada do primeiro governador privativo da capitania de Goiás, D. Marcos de Noronha (1712-1768), futuro Conde dos Arcos, que tomou posse em 1749 (Teles, 1998:88). Este foi o marco essencial de delimitação e estabelecimento do território goiano, que agora apartado de São Paulo se provisiona de uma administração exclusiva voltada a resolver de maneira mais objetiva os problemas locais. As casas foram adquiridas de um certo Domingos Lopes Fogaça; em 1751 já aparecem como residência do capitão mor da vila (Elis; Maia; Maia, 1979:10), sofrendo obras de adaptação somente concluídas pelo segundo governador, o Conde de São Miguel, Álvaro Xavier Botelho (1708-1789). Bernardo Élis afirma que este batizou o Palácio em homenagem ao outro.

Ou pouco provável ou dissimulada hipocrisia. Bertran (2002:60) nos esclarece o intrincado nó entre os dois inimigos. Conde dos Arcos fora casado com a irmã da própria madrasta, que coincidentemente era também irmã do Conde de São Miguel e, este, casado com a irmã do outro. Apesar do duplo cunhadio, Álvaro Botelho acusava o primeiro de ter esvaziado os cofres públicos, talvez para justificar o desvio que ele mesmo havia feito, já que foi demitido e submetido a devassa pelo terceiro governador a tomar posse.

[993] · 08/07/2021
Detalhe fachada frontal. ◀

[994] · 08/07/2021
Terraço. ◀

[995] · 08/07/2021
Detalhe fachada frontal. ▶



Os prospectos de 1751 (in:Coelho, 2013:35) apresentam o Palácio, representado com a longa fachada voltada à praça da Matriz de Santana [1177:875]. A diferença de técnicas construtivas, ora taipa, ora adobe ou tijolo cozido (Coelho, 1999:49), aliada às diferenças de piso, tanto de nível quanto de material, são documentos de tentativas de refinamento do espaço destinado ao chefe local. Fernando Delgado Freire de Castilho (1761-1820) – último capitão general a ficar mais de dez anos no poder antes da independência – em 1809 alarga a porta de entrada e rebaixa o átrio ao nível da rua, antes acessado por escadaria (Elis; Maia; Maia, 1979:19). Esta se torna interna e distribui os fluxos aos cômodos laterais, configuração que perdura até hoje. Antônio Cândido da Cruz Machado (1820-1905), então presidente da província entre 1854 e 1855, projeta o refeitório que avança junto à rua da Matriz. Houve ainda a criação do terraço entre 1864 e 1867 (Elis; Maia; Maia, 1979:20) em vão criado pela modificação anterior, que se torna uma das singularidades do Palácio, espaço misto, público pela localização e privado pela delimitação.

[996] · 07/07/2021
Pátio central.



[997] · 07/07/2021
Quintal.



[998] · 07/07/2021
Poço.



A característica mais marcante do Palácio é sua configuração neoclássica da fachada principal. A parte central é coroada por frontão triangular que abarca a porta e duas janelas do salão de acesso. Este plano, levemente destacado do volume horizontal, é tripartido por simples pilastras retangulares. Na tripartição instalam-se duas janelas de balcão engastado e a porta principal emoldurada por arco pleno. Por detrás do frontão há uma platibanda que acontece apenas no trecho voltado à Praça do Coreto. Bernardo Élis defende que essa configuração seria fruto das reformas de 1867. Nos parece tese correta pois o desenho de Burchell de 1828 (in:Ferrez, 1981:124) e o da expedição de Francis Castelnau em 1840 (in:Coelho, 2013:55) não retratam nem platibanda, tampouco frontão. Augusto França (1836-1902), o presidente responsável pela reforma do terraço em 1867, também realizou as obras do Depósito de Artigos Bélicos (Ferreira, 1980:39), na qual foi inserida uma fachada neoclássica (in:Coelho: 2013,138). Este edifício, antiga casa de Fundação e atual sede do Ministério Público, ainda é contíguo ao Palácio Conde dos Arcos, o que corrobora a tese de Bernardo Élis, pois nos parece inadmissível a renovação formal de um depósito, sem que a mesma mão de obra fosse utilizada para modernizar a roupagem do principal edifício oficial da província.



Dados

Obra: Palácio Conde dos Arcos

Ano Construção: 1751

Ano Remodelação: 1867

Responsáveis:

Marcos de Noronha (empreendedor 1751)

Augusto França (empreendedor 1867)

Cidade: Cidade de Goiás / GO

End.: Pç. Tasso Camargo, SN, Centro

Coordenadas: 15°56'04.3"S 50°08'24.3"W

Altitude: 497 m

Altura: 7,50 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 3.120 m²

Área Ocupada: 1.030 m²

Área Construída: 1.030 m²

Fontes

BERTRAN, Paulo. **Cidade de Goiás, Patrimônio da Humanidade**. Brasília/São Paulo: Verano/Takano, 2002.

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I**. Goiânia: IAB, 1999.

COELHO, Gustavo Neiva. **Iconografia Vila-Boense**. Goiânia: Editora UFG, 2013.

ÉLIS, Bernardo; MAIA, Tom; MAIA, Thereza Regina de Camargo. **Vila Boa de Goiás**. São Paulo: Editora Nacional, Rio de Janeiro: Embratur, 1979.

FERREIRA, Joaquim de Carvalho. **Presidentes e governadores de Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 1980.

FERREZ, Gilberto. **O Brasil do 1º Reinado visto pelo botânico William John Burchell**. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, 1981.

LACERDA, Regina. **Vila Boa: História e folclore**. Goiânia: Oriente, 1977b.

TELES, José Mendonça (Coord.). **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

[999] · 07/07/2021
Exposição.



[1000] · 07/07/2021
Saguão de acesso.



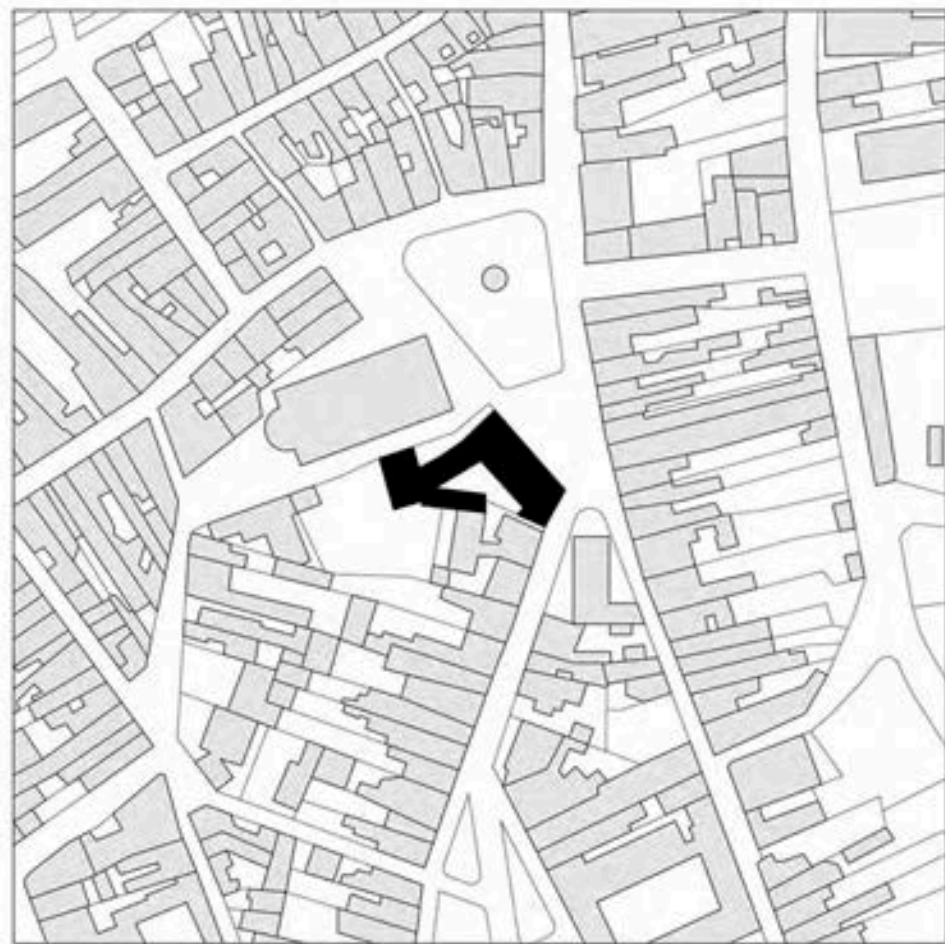
[1001] · 07/07/2021
Saguão de acesso.



Desenhos p. 758
[1002] [1003]

Desenhos p. 759
[1004]
[1005]
[1006]



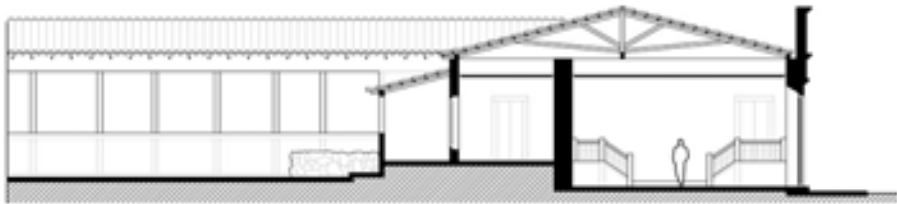


GOIÁS • ○ • 100m

SITUAÇÃO • ○ • 1:2500 • 10m

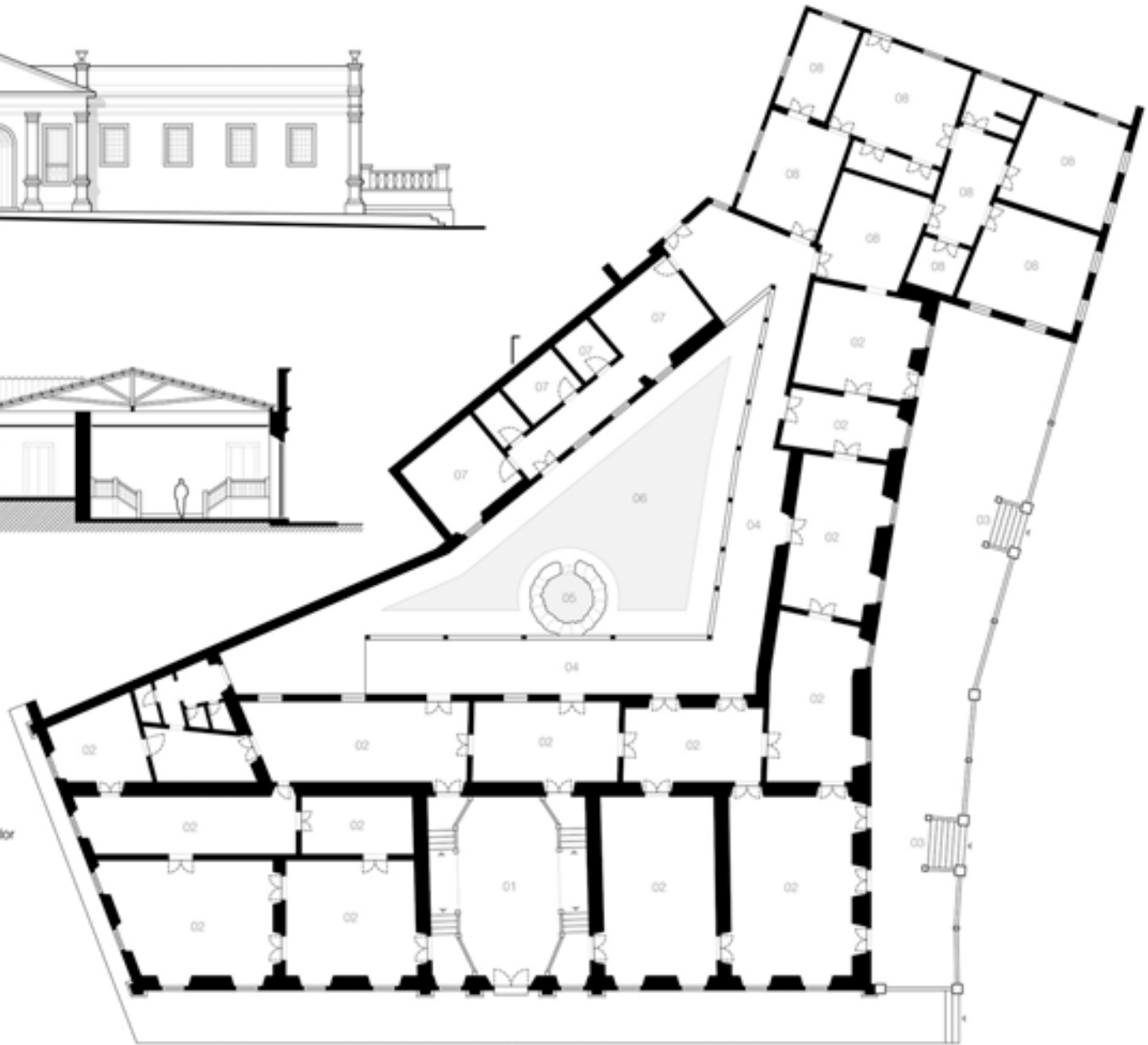


PRAÇA DO CORETO • 1:300 • — 1m



CORTE TRANSVERSAL • 1:300 • — 1m

- 01. saguão de acesso
- 02. exposição
- 03. terraço
- 04. varanda
- 05. poço
- 06. pátio
- 07. serviços
- 08. residência governador



TÉRREO • 1:300 • — 1m



REX
HOTEL

◀ [1007] · 13/04/2019

1899 · TEATRO SÃO SEBASTIÃO ·



A economia e agitação social de Meia Ponte sentiu duro golpe com a morte do comendador Joaquim Alves (1770-1851) em 1851. Ele, que já havia perdido o ímpeto empreendedor com o trágico assassinato de sua esposa em 1834, ainda mantinha parte dos negócios em execução, mas aos poucos encerrava algumas iniciativas, como o jornal, potente meio de agitação cultural e política.

A prensa do *Matutina Meyapontense* foi vendida ao governo provincial e levada para a nova imprensa oficial, em Vila Boa, onde era editado o *Correio Oficial*, a partir de 1837 (Oliveira, 2004b:130). Foram quase cem anos até o surgimento do próximo jornal, *Pyreneus*, em 1931, seguido do *A Matutina*, de 1936, *Pyrenopolis* em 1939 e *Elite* de 1941 (Jayme, 1971a:262).

Apesar disso, a valorização das artes e cultura pela população local, que se inicia em meados do século XIX e vai se estruturando com o correr das décadas, cria um ambiente propício a diversas expressões que não estão mais umbilicalmente ligadas às vontades do comendador. As bandas musicais serão elementos catalisadores dessas expressões; com elas surgiram além dos músicos executores, também os compositores, e uma tradição de ensino e disciplina (Iphan, 1985:17).

Com as bandas e os tradicionais festejos católicos, o desenvolvimento dos teatros e a consequente construção de edifícios para abrigá-los é mais uma etapa natural neste cenário cultural. O primeiro, conhecido como Teatro São Manuel, foi edificado por Manuel Barbo de Siqueira (1819-1899) em 1860 e, ao que parece, já inexistente em 1891 (Jayme, 1971a:152). O segundo, foi construído em 1899 pelo carpinteiro Antônio Peixoto, conhecido como Manezinho Peixoto (Jayme; Jayme, 2003:237), sob as ordens do major Sebastião Pompeu de Pina (1865-1927). Este era filho do capitão Antônio Luiz de Pina (1827-1871) e de Ludovina Alves de Amorim (?-1906) (Jayme, 2003:252). Exerceu diversos cargos administrativos em Pirenópolis, foi vereador, juiz e intendente, e sob sua administração foi construída a atual Ponte do Carmo, ligando as margens norte e sul do Rio Vermelho.



Porém Pompeu de Pina dedicava seu tempo não só às atividades administrativas, foi um impulsionador do teatro local, atuando como coreógrafo, encenador, ator e organizador dos principais eventos artísticos da cidade. O teatro, edificado com dificuldade, contou com donativos da população, recursos pessoais do empreendedor e complemento por meio de leilões e loterias (Jayme, 1971a:153).

Construído com estrutura em madeira, se configura em grande galpão, com mais de 300m² de área livre em parte posterior assobradada voltada à rua. Tal disposição de planta, livre, que possibilitava diversas ocupações, foi o atrativo que, após a morte de Pompeu de Pina, permitiu por lá se instalarem variados usos; desde cinema, salão de danças a depósito de cereais, serraria e fábrica de móveis. Só em 1979, quando adquirido pelo poder público, retorna ao uso original (Cavalcante, 2019:145).

À época, o estado de conservação era desolador, quase em ruínas, e a extensa reforma empreendida por Agostinho Stacciarini (2006:360) foi praticamente uma reconstrução. Somente a fachada frontal permaneceu original. O baldrame completamente apodrecido foi o ponto que exigiu todo o escoramento da fachada para trocar uma única viga de madeira e assim manter a autenticidade dos materiais primitivos. As partes internas foram refeitas com novo madeiramento, incluindo telhado, passarelas e plateia, sendo aberto ao público em 1982.

A fachada é item precioso dentro da composição do edifício. Sua construção segue todas as técnicas tradicionais, porém apresenta certo viés neoclássico em seu arranjo. Os alinhamentos, a simetria, o rigor do desenho nos guia para essa leitura. O ausente adorno parece ser a próxima etapa construtiva que não foi executada, ou por falta de recursos financeiros ou de tecnologia disponível. À época da visita, realizada em 2019, encontrava-se novamente deteriorado, com a fachada frontal escorada em sério risco de arruinamento, exigindo nova e dispendiosa reforma iniciada em 2020.

[1009] · 13/04/2019 ◀
Fachadas frontal e lateral.

[1010] · 13/04/2019 ◀
Fachada lateral esquerda.

[1011] · 13/04/2019 ▶
Fachada posterior.

[1012] · 13/04/2019 ▶
Fachadas posterior e lateral.



Dados

Obra: Teatro São Sebastião

Ano Construção: 1899

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Sebastião Pompeu de Pina (empreendedor)

Antônio Peixoto (marceneiro)

Cidade: Pirenópolis / GO

End.: Rua Joaquim Alves, SN, Centro

Coordenadas: 15°51'11.3"S 48°57'34.2"W

Altitude: 777 m

Altura: 7,50 m

Pavimentos: Térreo + Superior

Área Terreno: 460 m²

Área Ocupada: 340 m²

Área Construída: 482 m²

Fontes

CAVALCANTE, Silvio. **Barro, madeira e pedra: patrimônios de Pirenópolis**. Brasília: Iphan, 2019.

CAVALCANTE, Silvio; GONÇALVES, Tadeu. **Pirenópolis restaurando patrimônios**. Pirenópolis: IPHAN, 1999.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. **A casa como universo de fronteira**. Campinas, 2004b. Tese-Hist., UEC.

JAYME, Jarbas. **Esboço histórico de Pirenópolis I (1ª edição póstuma)**. Pirenópolis: Est. de Goiás, 1971a.

JAYME, Jarbas. **Famílias Pirenopolinas (ensaios genealógicos) – Tomo I**. Pirenópolis: Ed. do Autor, 1973.

JAYME, Jarbas; JAYME, José Sisenando. **Pirenópolis – Casa dos Homens, Vol. II**. Goiânia: UCG, 2003.

LIMA, Elder Rocha. **Guia sentimental da cidade de Pirenópolis**. Brasília: Superintendência do IPHAN em Goiás, 2010a.

IPHAN. **Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de Pirenópolis: Volume I**. Proc. nº1.181-T85. Iphan DF, Brasília: IPHAN, 1985.

STACCIARINI, Agostinho. **Patrimônio histórico: aliança entre o passado e o presente**. Goiânia: Bandeirante, 2006.

[1013] · 13/04/2019
Plateia.



[1014] · 13/04/2019
Plateia.



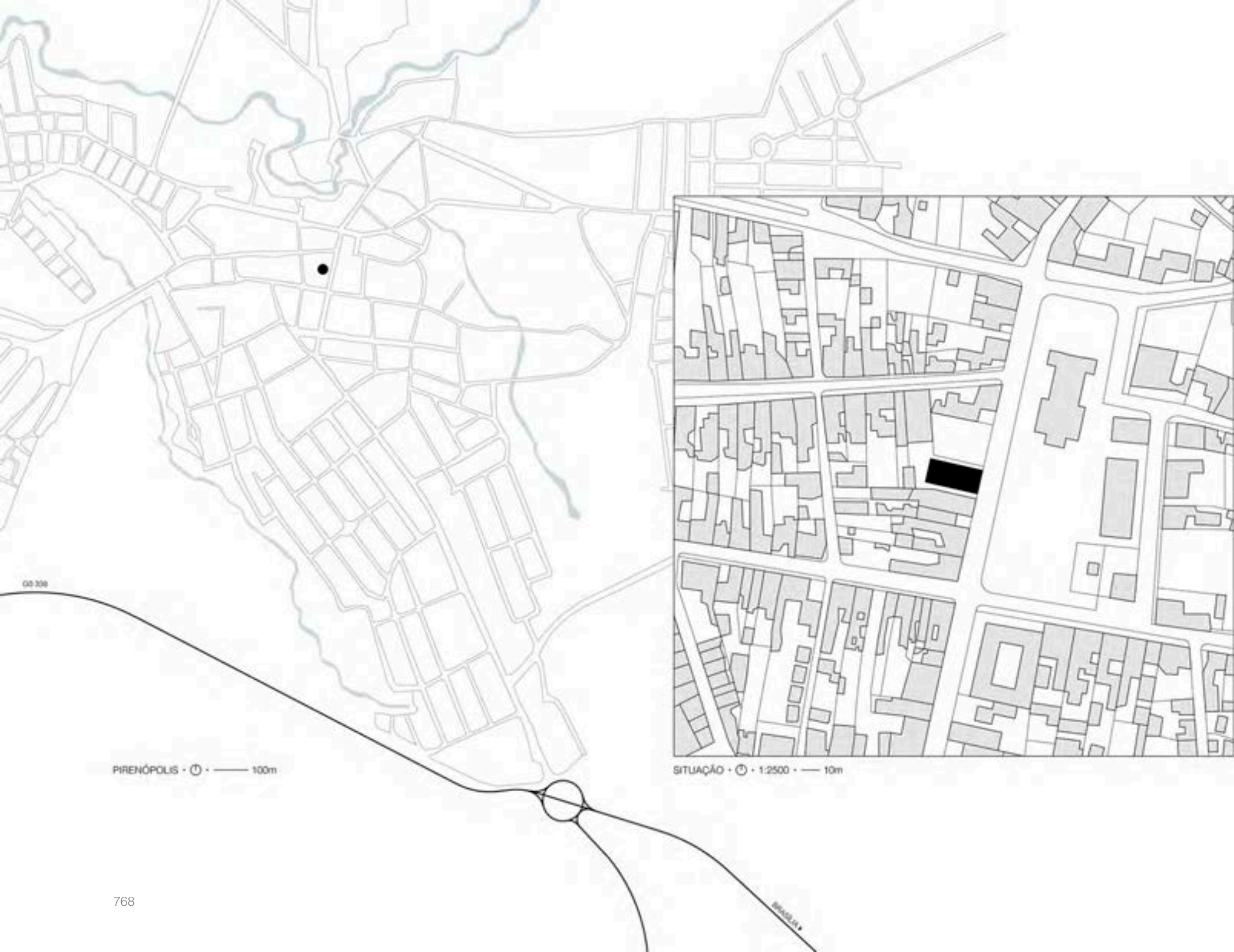
[1015] · 13/04/2019
Plateias inferior e lateral.



Desenhos p. 768
[1016] [1017]

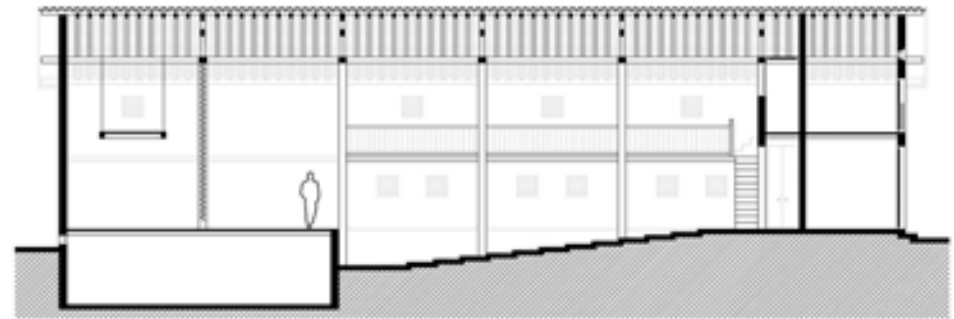
Desenhos p. 769
[1018] [1019]
[1020] [1021]



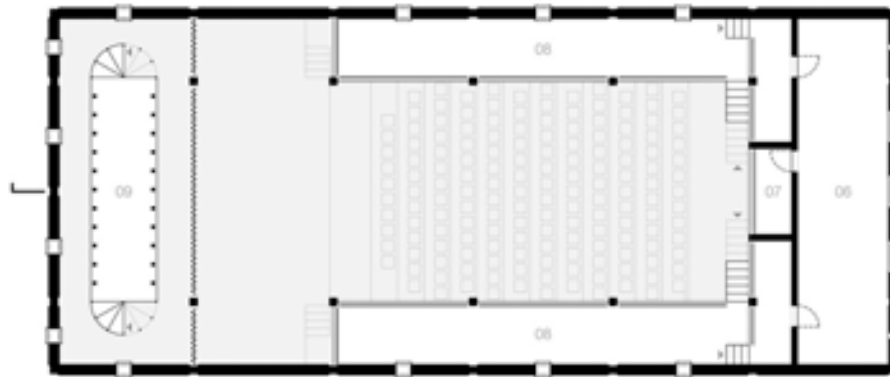




RUA JOAQUIM ALVES • 1:250 • — 1m

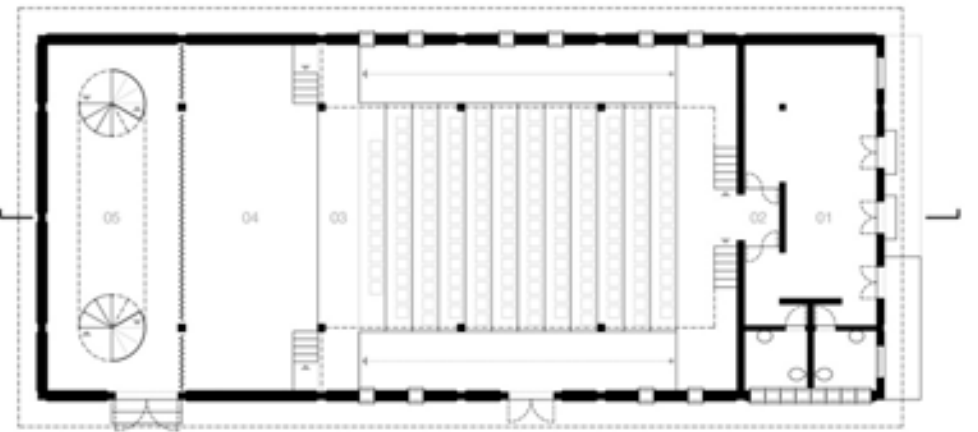


CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



SUPERIOR • 1:250 • — 1m

- 06. administração
- 07. projeção
- 08. plateia lateral
- 09. passarela



TÉRREO • 1:250 • — 1m

- 01. foyer
- 02. vestíbulo
- 03. plateia
- 04. palco
- 05. coxia



◀ [1022] · 24/07/2019

1903 · CATEDRAL DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS ·

1903 · Porto Nacional / TO · Catedral de Nossa Senhora das Mercês

A Catedral de Nossa Senhora das Mercês, em substituição à antiga capela, foi edificada em um segundo momento da cidade, marcado pela chegada dos padres dominicanos que vinham do sul da França. Estes, responsáveis por um salto econômico e social nesse núcleo urbano ainda muito enraizados aos costumes do período colonial. Já como Porto Imperial, e não mais Porto Real, se deu a chegada dos primeiros membros da Ordem, em 1886.

Dentre a primeira leva e aportamentos futuros, nomes como José Maria Audrin (1879-?), Reginaldo Tournier (1880-?), Gil Vila Nova (?-1905), Domingos Carrerot (1863-1933), serão importantes peças de um desenvolvimento regional que abrangerá não apenas o núcleo inicial, mas que também se expande para os limites da Bahia e Maranhão. Assim, a partir dessa primeira estrutura, mais membros, frades e freiras, iam estabelecendo e consolidando equipamentos como o Colégio Sagrado Coração de Jesus e o Seminário São José [1039:783].

O período é ainda marcado por uma forte ligação comercial com Belém/PA, e o desenvolvimento da imprensa local e dos serviços médicos prestados por Francisco Ayres Silva (1872-1957) (Oliveira, 1997:109), que colocavam a cidade um tanto distante da decadência apregoada pelos viajantes do período. A catedral foi mais um desses elementos e que hoje se mostra como documento, em pedra e barro, do singular momento de transformação de uma sociedade. A literatura corrente aponta Fr. André Blatgé (1862-1944) e Fr. Reginaldo Tournier como prováveis autores dos riscos arquitetônicos, e Fr. Bartolomeu Merino (?-1921) como coordenador da construção. Mas mais do que uma obra individual, trata-se de peça coletiva. O templo foi edificado por toda a população, homens, mulheres e crianças, com recursos provenientes da Ordem e de doações locais. Em um esforço que se arrastou de 1894 até 1903, a dificuldade se instalou desde o primeiro momento de busca de ferramentas e instrumental em Belém/PA, que levou mais de seis meses, até a necessidade de um centro para treinamento em carpintaria, entalhe e ferragem (Godinho, 1988: 205).

[1023] · 24/07/2019 ◀
Fachadas frontal e lateral.

[1024] · 24/07/2019 ◀
Detalhe fachada posterior.

[1025] · 24/07/2019 ▶
Fachadas posterior e lateral.

[1026] · 24/07/2019 ▶
Detalhe fachada lateral.



Por isso, não se trata de obra vulgar, era a materialização da fé local, erguida por todos. A escolha do terreno mais alto, voltado ao Rio Tocantins, reforça essa característica de dominância no tecido urbano, que, aliado à escala da torre, a mantém como ponto focal de todo o centro histórico. À época da construção essa impressão de monumentalidade deveria ser ainda maior. A inserção na paisagem é elemento fundamental. O edifício se dá solto, em terreno único, apartado de todas as outras edificações térreas, em sua maioria casarões, e voltado ao largo frontal sempre presente para acolher a população. Por isso foi tão importante o tombamento realizado pelo Iphan em 2008, pois resguardar o entorno é ação tão importante quanto a preservação da materialidade do templo.

Esta materialidade também reforça o destaque da igreja, já que não possuindo revestimento externo, toda a composição das camadas estruturais e de vedação ficam expostas. O agenciamento das diferentes qualidades de pedra e tijolos é ao mesmo tempo uma aula de técnica construtiva ao ar livre e um trabalho compositivo de equilibrado agenciamento formal. Assim o templo, avermelhado, texturizado e com sobreposições volumétricas se destaca do entorno caiado dos blocos maciços de cada quadra vizinha.

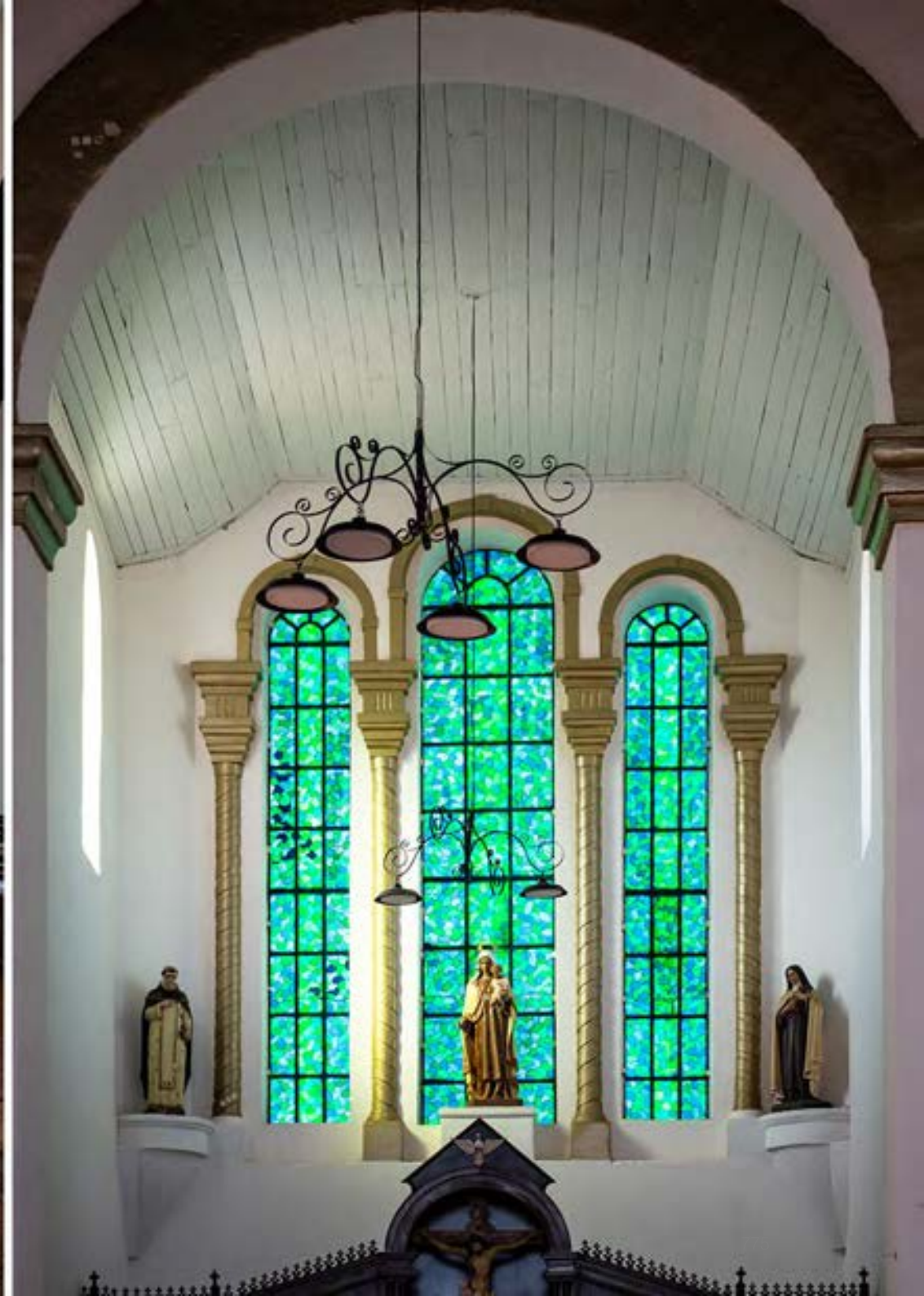
A estrutura é composta por três materiais básicos. O arenito nas fundações e como primeira camada da alvenaria proporciona a base sólida que irá receber os tijolos e barro e a pedra canga, esses dois últimos mais porosos e mais leves. Como não há cobertura em abóboda, as pedras mais resistentes ficam na base, já que não tem que suportar grandes momentos laterais e maior compressão, recebendo apenas o peso das vigas e treliças de madeira e o fechamento em telha. A expressão dos materiais sem revestimento nos parece uma busca deliberada pela rusticidade, talvez influenciada pela arquitetura românica presente ao sul da França, que também pode ser percebida pelo uso de arcos plenos, ao invés dos ogivais, e as torres simétricas de base quadrada. Tal associação não acontece na planta, mais voltada à simplicidade dos exemplares brasileiros do século XVIII. Porém os detalhes, o trabalho volumétrico, a exposição dos materiais, a demolição da antiga capela e até a escala, tanto exagerada, deixam clara a mensagem de desassociação do antigo.

[1027] · 24/07/2019
Nave e altar-mor.



[1028] · 24/07/2019
Detalhe altar-mor.





Dados

Obra: Catedral de N. Sra. das Mercês

Ano Construção: 1903

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Fr. André Blatgé (riscos)

Fr. Reginaldo Tournier (riscos)

Fr. Bartolomeu Merino (construção)

Cidade: Porto Nacional / TO

End.: Rua Dr. Francisco Aires, 273, Centro

Coordenadas: 10°42'28.4"S 48°25'01.0"W

Altitude: 232 m

Altura: 15,00 m

Pavimentos: Térreo + Coro + Torre Sineira

Área Terreno: 1.100 m²

Área Ocupada: 790 m²

Área Construída: 940 m²

Fontes

AUDRIN, José Maria. **Entre Sertanejos e Índios do Norte.**

Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1946.

AUDRIN, José Maria. **Os Sertanejos Que Eu Conheci.** Rio

de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

CAVALCANTE, Ivana; KIMURA, Simone (Org.). **Vivências e**

sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins. Goi-

ânia: Iphan/14ª Superintendência Regional, 2008.

GODINHO, Durval da Cunha. **História de Porto Nacional.**

s.l.:s.n., 1988.

IPHAN. **Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de**

Porto Nacional. Processo nº1.553-T-08 /01450.006

80/2008. Superintendência do Iphan Goiás, Goi-

ânia: IPHAN, 2008.

MIGOTO, Milena. **Projeto executivo de restauro e revita-**

lização da Catedral de Nossa Senhora das Mer-

cês e seu entorno em Porto Nacional/TO. Contrato

n.32/2009, Processo 01516.000931/2009-15. Porto

Nacional: SVS Consultoria e Projetos LTDA, 2009.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Um Porto no Sertão: Cultural e**

cotidiano em Porto Nacional, 1880-1910. Goiânia,

1997. Dissertação-História, UFG.

PALACIN, Luiz; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico**

em Goiás. Brasília: SPHAN, 1987.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do esta-**

do do Tocantins. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

[1029] · 24/07/2019 ▲

Detalhe beiral e cimalha.

[1030] · 24/07/2019 ▼▼

Detalhe arco lateral.

[1031] · 24/07/2019 ▼▼

Detalhe pilares.

[1032] · 24/07/2019 ►

Detalhe alvenarias mistas.

Desenhos p. 778

[1033] [1034]

Desenho p. 779

[1035]

Desenho p. 780

[1036]

Desenhos p. 781

[1037]

[1038]

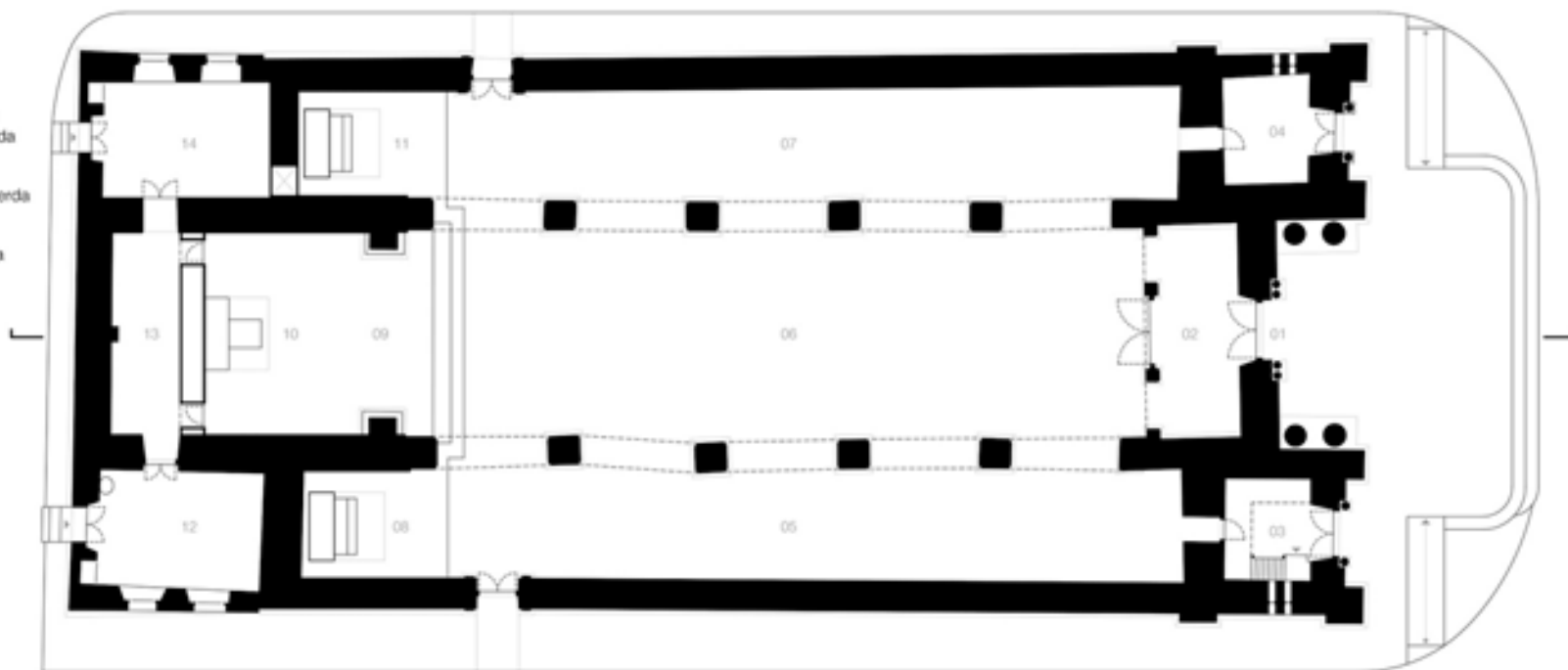




PORTO NACIONAL • ○ — 100m

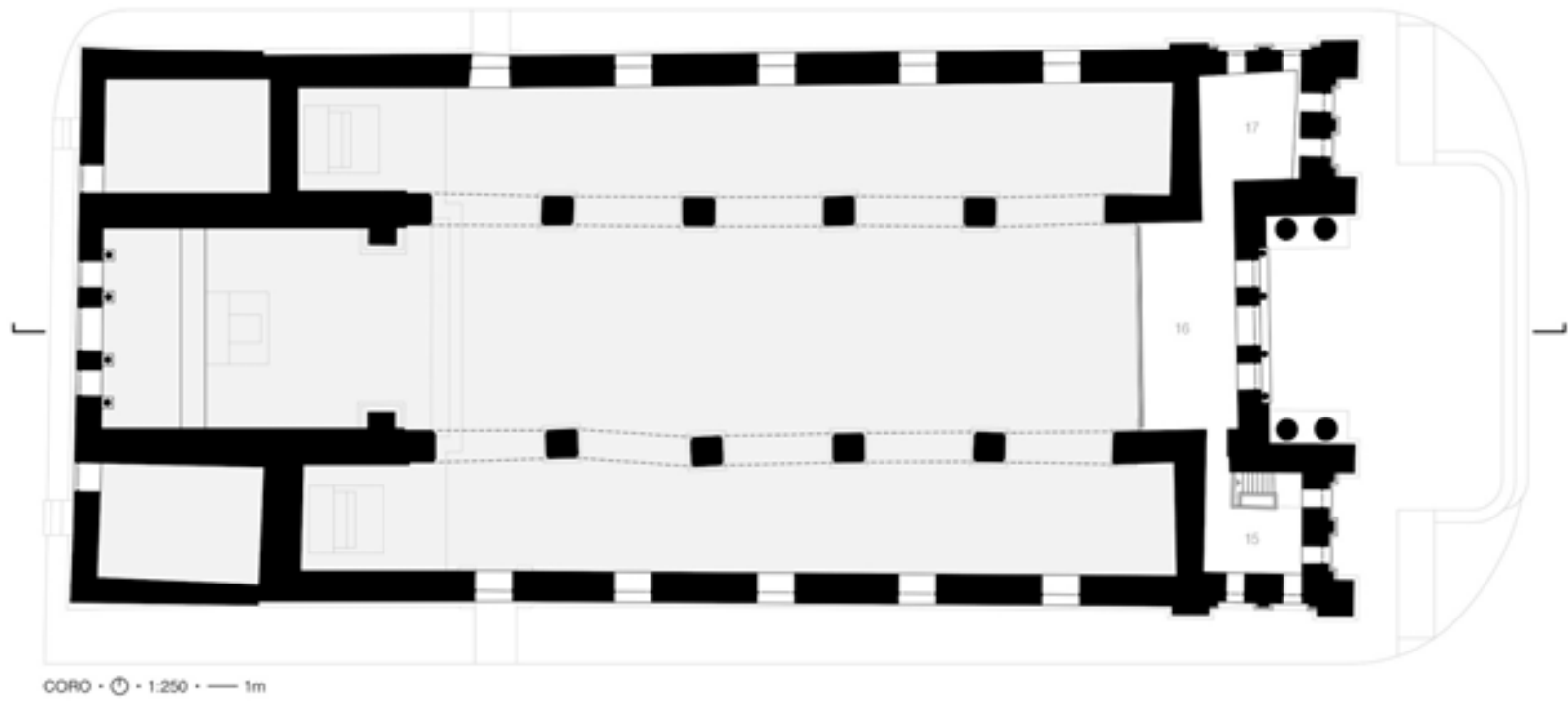
SITUAÇÃO • ○ — 1:2500 — 10m

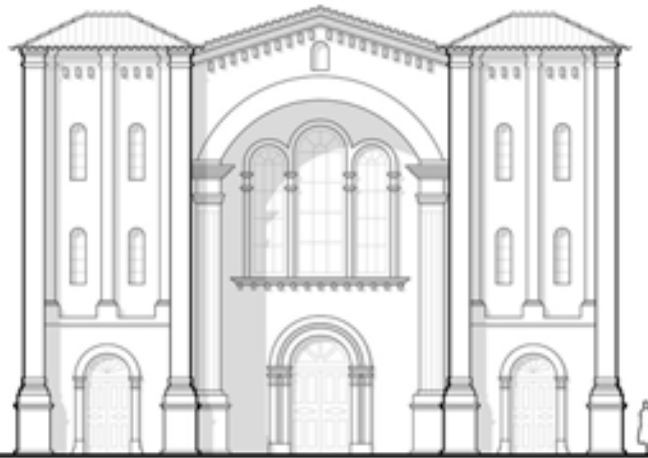
- 01. acesso principal
- 02. vestíbulo
- 03. acesso coro
- 04. acesso nave lateral
- 05. nave lateral esquerda
- 06. nave mor
- 07. nave lateral direita
- 08. capela lateral esquerda
- 09. capela mor
- 10. altar
- 11. capela lateral direita
- 12. sacristia
- 13. camarinha
- 14. secretaria



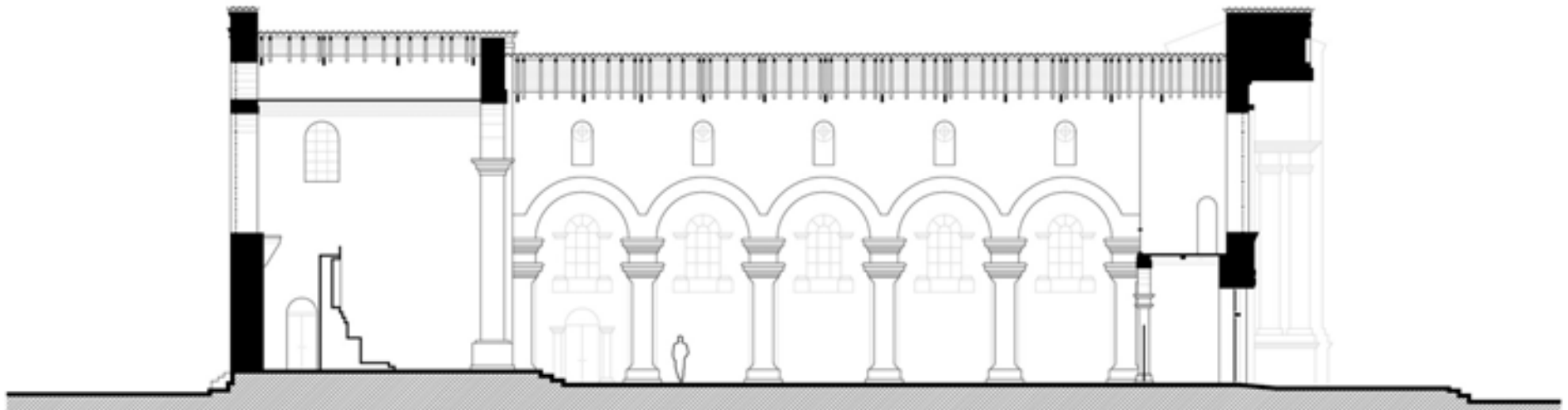
TÉRREO • 1:250 • 1m

- 15. acesso coro
- 16. coro
- 17. torre direita





RUA JOAQUIM LEMOS • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



◀ [1039] · 24/07/2019

1913 · CONVENTO SANTA ROSA DE LIMA ·

1913 · Porto Nacional / TO · Convento Santa Rosa de Lima (atual Seminário São José)

[1040] · 24/07/2019 ◀

Fachadas frontal e lateral.

[1041] · 24/07/2019 ◀

Fachada lateral esquerda.

[1042] · 24/07/2019 ▶

Detalhe acesso.

A construção do edifício que hoje abriga o Seminário São José, se deu já em período republicano, entre os anos 1910 e 1913. O nome da cidade mais uma vez modificado, agora Porto Nacional, é uma evidência do tímido impacto provocado pela mudança de regime nacional, principalmente nas áreas mais distantes dos centros litorâneos. Por aqui os dominicanos promoveram transformações sociais mais abrangentes que qualquer política oficial, que, como única ação notável desta, rebatiza a Rua Imperatriz, tornando-a Intendência.

O Seminário, como instituição fundada em 1921 por Dom Domingos Carrerot (1863-1933), foi essencial na manutenção sustentável das atividades religiosas (Audrin, 1946:209). Associado ao Externato São Thomaz de Aquino, compunha uma estrutura de ensino religioso que além dos seminaristas atendia outros jovens da cidade. As aulas, que abrangiam ciências, álgebra, latim, grego, francês e outras disciplinas religiosas, proporcionavam um programa de estudos equiparável a instituições como o Colégio Dom Pedro II no Rio de Janeiro/RJ.

O edifício foi originalmente concebido para abrigar o Convento Santa Rosa de Lima, lá instalado em 1913 e com atividades encerradas juntamente com a retirada da Ordem Dominicana de Porto Nacional, em 1944. Só após a saída dos dominicanos é que se instala o Seminário São José no edifício atual. Antes disso, a instituição era abrigada em edifício vizinho, prédio oficial do Seminário São José/ Palácio Episcopal/ Cúria Diocesana (Bressanin, 2015:158), sede administrativa da Ordem.

Esta sede, edificada em 1935, teve o uso modificado para Ginásio Estadual em 1944. Era obra ímpar, com três pavimentos, concebida por Fr. Reginaldo Tournier (1880-?) e construída Fr. Bartolomeu Merino (?-1921). Seguia os mesmos traços e técnicas construtivas do Convento Santa Rosa de Lima, porém com trabalho formal tanto mais apurado. Talvez por uma sobrecarga não prevista para o novo uso escolar, a estrutura, em adobe e tijolo cozido, colapsou na década de 1950.



Fr. Reginaldo Tournier era reconhecido pela amplitude dos conhecimentos que, empregados na prática, rendiam mapas, textos, eficiência administrativa além das concepções arquitetônicas. Fr. Bartolomeu Meirinho, Frei Berto, também exercia atividades de arquitetura e se dedicava à execução das obras, nas quais não se eximia de lavrar um bloco de arenito ou assentar tijolos de acabamento. Os dois fizeram uso de toda a estrutura produtiva utilizada para erguer a catedral, assim mantiveram ativas a olaria, carpintaria e atividades da pedreira, bem como a mão de obra previamente treinada.

[1043] · 24/07/2019
Pátio interno.



[1044] · 24/07/2019
Pátio interno.



[1045] · 24/07/2019
Varanda e arcada.



Implantado aos fundos da Catedral de Nossa Senhora das Mercês [1022:771], o Seminário ocupa a esquina com duas grandes extensões de fachada. Como todas as obras construídas pelos dominicanos na cidade, a escala, agora horizontal, é também de grandes proporções. Porém, pelo gabarito pouco mais alto que o entorno e revestimento caiado das alvenarias, a inserção na paisagem é mais discreta e harmônica. As janelas em arco pleno, o trabalho com molduras, cimalthas e suportes, complementam a singularidade da expressão do edifício.

A estrutura é conformada a partir de três linhas de alvenaria. A mais externa é também fachada, a central estabelece a linha de cumeeira do telhado e a interna protege a varanda por meio de arcos plenos sobre pilares. São esses os três pontos de apoio da cobertura, em uma solução simples que não sobrecarrega a revestida alvenaria de tijolo cozido e adobe.

O acesso ocorre pela estreita Rua Padre Antônio, em perfeito alinhamento com a porta de entrada à sacristia da catedral. As extensas fachadas externas são os limites das celas e outros cômodos. Esse renque de ambientes se volta à galeria abrigada pelas arcadas que delimitam o pátio interno resguardado do exterior. A solução que se adequa bem ao clima de altas temperaturas da região proporciona o resguardo para as atividades eclesíásticas e reserva uma grande surpresa para quem, ao adentrar as estreitas aberturas de um monólito opaco, se depara com etéreo pátio interno.



Dados

Obra: Convento Santa Rosa de Lima

Ano Construção: 1913

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Fr. Reginaldo Tournier (riscos)

Fr. Bartolomeu Merino (construção)

Cidade: Porto Nacional / TO

End.: Rua Padre Antônio, 1856, Centro

Coordenadas: 10°42'28.2"S 48°24'60.0"W

Altitude: 233 m

Altura: 7,00 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 2.540 m²

Área Ocupada: 1.110 m²

Área Construída: 1.110 m²

Fontes

AUDRIN, José Maria. **Entre Sertanejos e Índios do Norte.**

Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1946.

AUDRIN, José Maria. **Os Sertanejos Que Eu Conheci.** Rio

de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

BRESSANIN, César Evangelista Fernandes. **Os Domini-**

canos no antigo norte de Goiás. In: IV Simpósio

Nacional (I internacional) de História da UEG,

Anais, Goiânia, 2014. Disponível em: < [https://www](https://www.anais.ueg.br/index.php/simposionacionaldehistoria/article/view/2350)

[.anais.ueg.br/index.php/simposionacionaldehistori](https://www.anais.ueg.br/index.php/simposionacionaldehistoria/article/view/2350)

[a/article/view/2350](https://www.anais.ueg.br/index.php/simposionacionaldehistoria/article/view/2350)> Acesso em: 12 dez. 2020.

BRESSANIN, César Evangelista Fernandes. **Entre missõ-**

es, desobrigas, construções e projetos educati-

vos: a ordem dos pregadores nos sertões do

antigo norte de Goiás. Goiânia, 2015. Disserta-

ção-História, PUC-GO.

GODINHO, Durval da Cunha. **História de Porto Nacional.**

s.l.:s.n., 1988.

IPHAN. **Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de**

Porto Nacional. Processo nº1.553-T-08/01450. 005

680/2008. Superintendência do Iphan Goiás, Goi-

ânia: IPHAN, 2008.

MIGOTO, Milena. **Projeto executivo de restauro e revita-**

lização da Catedral de Nossa Senhora das Mer-

cês e seu entorno em Porto Nacional/TO. Contrato

n.32/2009, Processo 01516.000931/2009-15. Porto

Nacional: SVS Consultoria e Projetos LTDA, 2009.

SANTOS, Edivaldo Antonio. **Os Dominicanos em Goiás e**

Tocantins (1881-1930): Fundação e Consolidação

da Missão Dominicana no Brasil. Goiânia, 1996.

Dissertação-História, UFG.

[1046] · 24/07/2019

Detalhe fachada frontal.



[1047] · 24/07/2019

Detalhe arcada.



[1048] · 24/07/2019

Detalhe arcada.



Desenhos p. 790

[1049] [1050]

Desenho p. 791

[1051]

Desenhos p. 792

[1052]

[1053]

Desenhos p. 793

[1054]

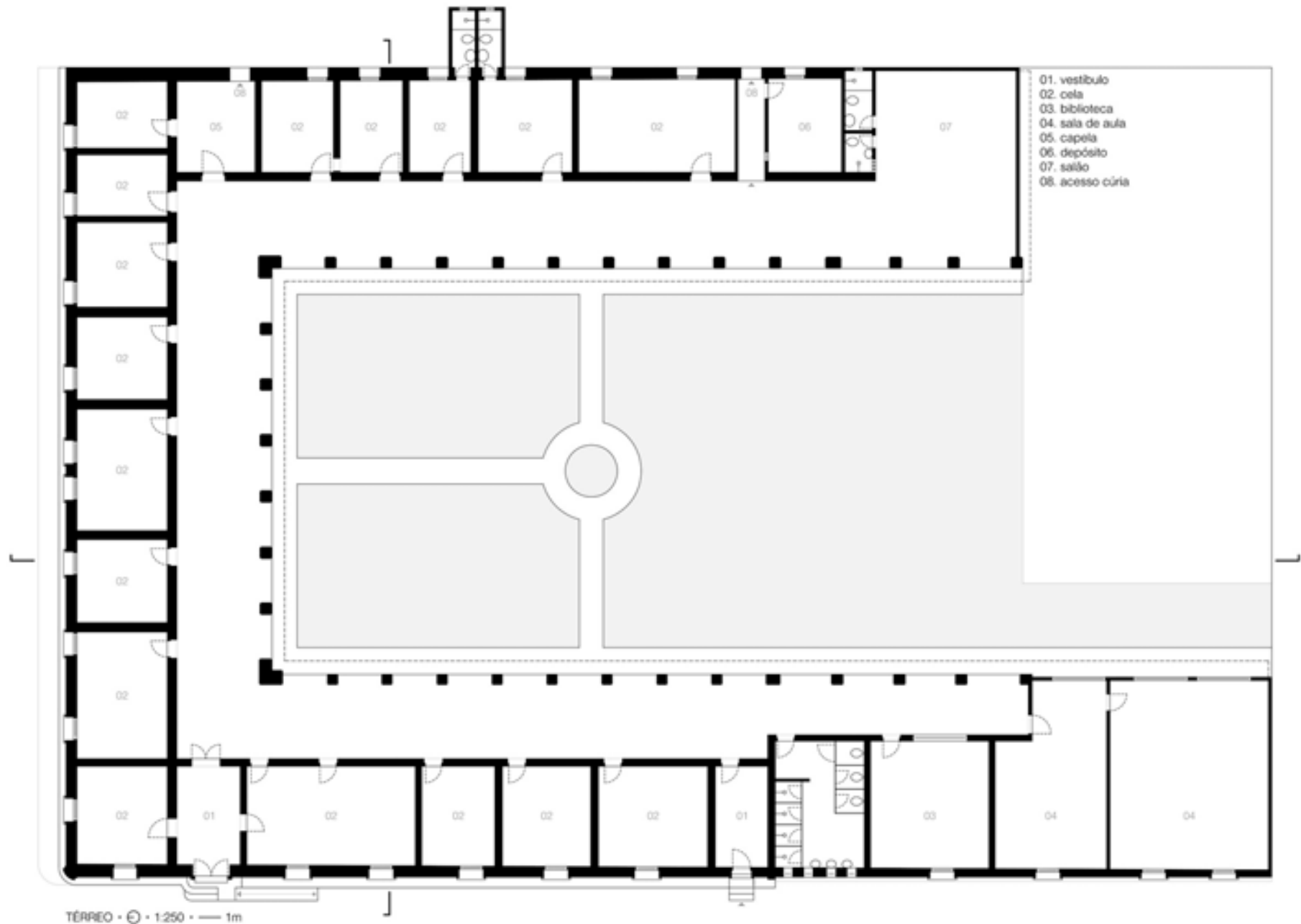
[1055]

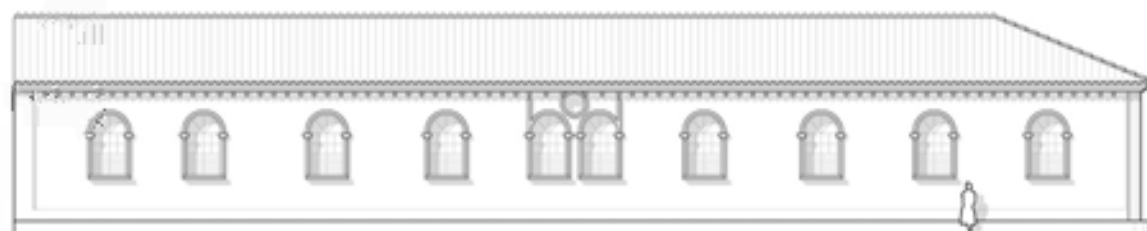




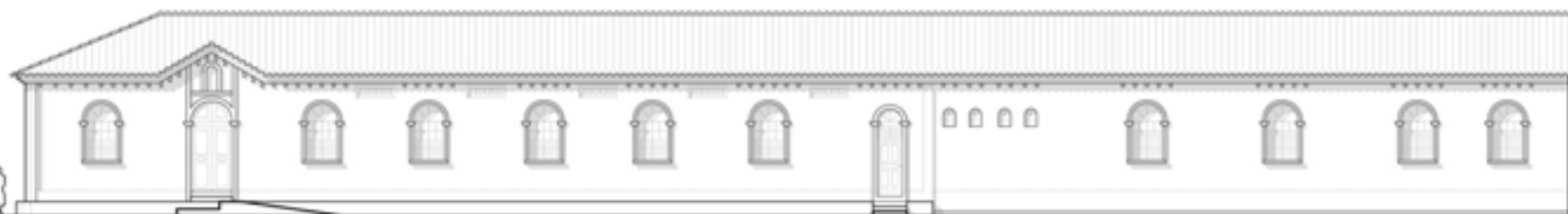
PORTO NACIONAL · ○ · — 100m

SITUAÇÃO · ○ · — 10m

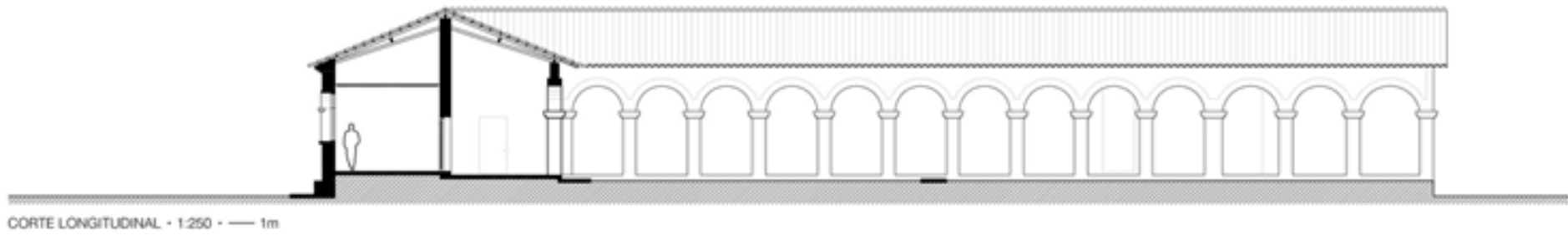
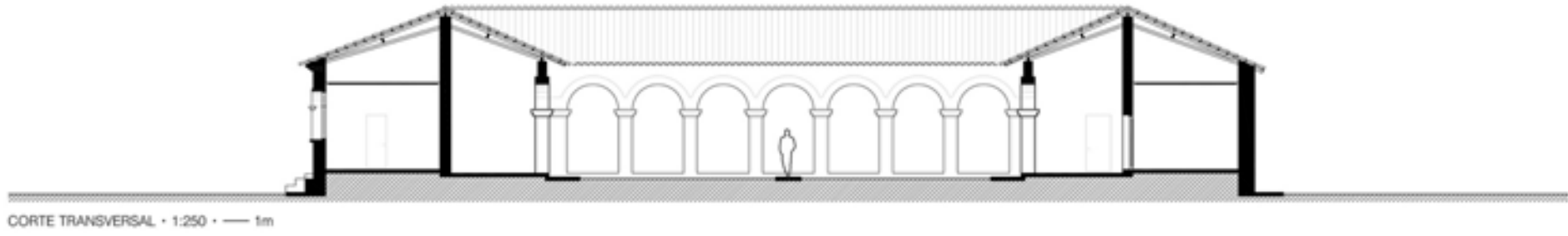




RUA FRANCISCO AIRES • 1:250 • — 1m



RUA PADRE ANTÔNIO • 1:250 • — 1m





◀ [1056] · 20/10/2021

≈1920 · RESIDÊNCIA Nº 106, RUA DEOCLECIANO NUNES ·

≈1920 · Natividade / TO · Residência nº 106, Rua Deocleciano Nunes

[1057] · 23/07/2019
Detalhe pináculos.



[1058] · 20/10/2021
Detalhe alto-relevo.



[1059] · 20/10/2021
Fachada frontal.



Ao final do século XIX, transformações tanto econômicas quanto sociais se aprofundaram e, em Natividade, tomaram corpo e se materializaram em ações concretas perceptíveis até os dias de hoje. A pecuária se consolidou e permitiu o acúmulo de reservas financeiras nas mãos de fazendeiros e chefes políticos locais. Época de movimentações em todo o Brasil, potencializadas pela mudança de regime, do Império para República.

E foi um desses fazendeiros quem fomentou o processo de renovação estilística na cidade. coronel Joaquim da Silva – pai do desembargador pelo Acre, Salvador Silva, e o do médico Agenor Silva (Rodrigues, 1978:71) – em viagem a Barra/BA, contratou os primeiros profissionais: mestre Eduardo (pedreiro), mestre Chaves (carpinteiro), mestre Joaquim Carpina (carpinteiro) e o então jovem Arthur Rios (Vaz; Zárate, 2004a:233), à época com 15 anos, futuro mestre Artur Bomba. Este, responsável pela formação de uma série de outros construtores locais que prosseguiram com os saberes. Todos eles se mudaram para Natividade.

A cidade de Barra/BA esteve vinculada à criação de gado desde o século XVII e, por estar no encontro do Rio Grande com o Rio São Francisco, acabou por se tornar um ponto de confluência do gado que descia do Piauí, Maranhão e Goiás. A navegação do São Francisco ajudou a fomentar a efervescência social e econômica que atingiu a cidade ao fim do XIX e início do XX (Battistel; Camandaroba, 1999:89).

Contexto que permitiu a transformação da arquitetura realizada no local. Alguns exemplares de Barra/BA, como o Mercado Municipal ou a Antiga Prefeitura, utilizam com maior profusão os mesmos elementos que serão encontrados nas fachadas nativitanas. Uma rápida caminhada pela Rua dos Marianis, setor central, é suficiente para compreender as influências de um ecletismo que, saindo de Salvador/BA, percorria o interior baiano e chegava ao norte goiano.



Tais renovações ficaram exclusivas às fachadas. Não houve modificações na espacialidade das casas, que mantiveram tanto a conformação usual dos cômodos, quanto os métodos e materiais tradicionais utilizados na construção de fundações e alvenarias. Porém essas novas expressões não eram simples adornos gratuitos, mas sim uma mensagem, a maneira de se colocar participantes de um novo tempo, agora republicano.

[1060] · 23/07/2019

Detalhe acesso.



[1061] · 20/10/2021

Detalhe fachada frontal.



Foi um significativo elemento de distinção social e, nessa residência em específico, deliberadamente um elemento de disputa com fachadas vizinhas. À época da construção da Residência nº 106, a obra estava protegida por tapumes para manter em segredo a configuração final de adornos e aberturas e mostrar, apenas ao final dos trabalhos, o quanto esta era mais rica que a residência do coronel Deocleciano Nunes —deputado, senador e vice-presidente do estado durante a década de 1920. A intenção não foi bem sucedida, pois os pináculos na platibanda foram associados, pela população local, aos mesmos elementos presentes nos túmulos no cemitério [867:676].

A planta se estrutura a partir de um corredor central, com cômodos laterais e ao final se prolonga em um anexo retangular que contempla cozinha com forno, ampliando ambientes e usos. É provável que o terreno já estivesse ocupado desde o início do século XIX, já que em 1817 a parte central do lado noroeste da Rua Direita (atual Rua cel. Deocleciano Nunes) tinha todos os lotes ocupados (Moura, 2018:446).

Não encontrados registros oficiais acerca das obras de modificação da fachada, conduzida por um mestre externo. Seria possível estimar que tenha ocorrido em meados da década de 1920, período de maior projeção política do coronel Diocleciano —com o qual o proprietário estava competindo. A residência do próprio Deocleciano, nº136 [937:716], de 1924, na mesma rua, possui expressão muito similar. Esta construída por José Francisco de Paula, natural de Natividade, porém adornada pelo mestre Natal, de Porto Nacional (Vaz, 1985:31). Ambas apresentam uma composição mais elaborada, com pilastras molduras e pinturas, características das renovações do início do século XX.



Dados

Obra: Res. nº 106, R. Deocleciano Nunes

Ano Construção: Não encontrado

Ano Remodelação: ≈1920

Responsáveis:

Januário José da Costa (proprietário 1983)

Cidade: Natividade / TO

End.: Rua Deocleciano Nunes, 106, Centro

Coordenadas: 11°42'25.9"S 47°43'27.9"W

Altitude: 331 m

Altura: 6,20 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 1.400 m²

Área Ocupada: 232 m²

Área Construída: 232 m²

Fontes

BATTISTEL, Arlindo Itacir; CAMANDAROBA, Joana. **Barra: um retrato do Brasil**. Porto Alegre: Ed. EST, 1999.

FUNCULT. **Monumentos Históricos de Natividade**. Palmas: Assessoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural do Tocantins, 2003.

MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830)**. São Paulo, 2018. Tese-FAU, USP.

PALACIN, Luís; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás**. Brasília: SPHAN, 1987.

PAZ, Francisco Phelipe Cunha. **Retalhos de Sabença: Ofícios, saberes e modos de fazer dos Mestres e artífices da construção tradicional em Natividade-Tocantins**. Palmas, 2013. Dissertação PEP, IPHAN.

RODRIGUES, José Lopes. **Natividade - Fragmentos do passado**. Goiânia: Grande Loja do Estado de Goiás, 1978.

SPHAN. **Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de Natividade**. Processo nº1.117-T-84/SPHAN. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: SPHAN, 1984.

VAZ, Maria Diva Araujo Coelho. **Natividade - Projeto Oito Vertentes e Dois Momentos de Síntese da Arquitetura Brasileira**. Goiânia: Editora da UCG, 1985.

VAZ, Maria Diva Araujo Coelho; ZÁRATE, Maria Heloisa Veloso e. **A casa goiana: documentação arquitetônica**. Goiânia: Editora da UCG, 2004a.

[1062] · 23/07/2019

Detalhe porta de acesso.

[1063] · 23/07/2019

Quarto lateral.

[1064] · 23/07/2019

Quarto lateral.

Desenhos p. 802

[1065] [1066]

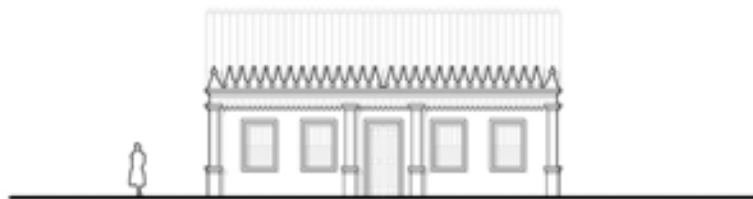
Desenhos p. 803

[1067] [1068]

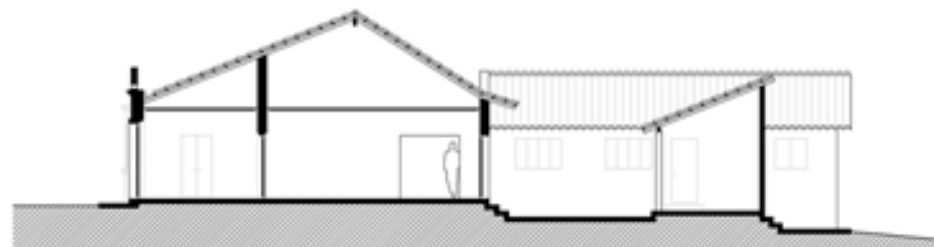
[1069]



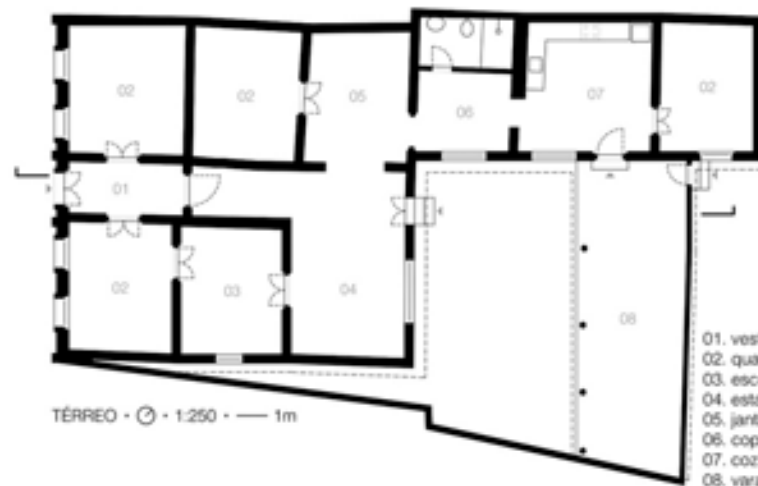




RUA DEOCLECIANO • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



TÉRREO • 1:250 • — 1m

- 01. vestibulo
- 02. quarto
- 03. escritório
- 04. estar
- 05. jantar
- 06. copa
- 07. cozinha
- 08. varanda / serviços



◀ [1070] · 21/07/2021

1920 · RESIDÊNCIA DO DIRETOR DA FAZENDA MODELO DE CRIAÇÃO ·

1920 · Urutaí / GO · Residência do Diretor da Fazenda Modelo de Criação (atual Museu Agropastoril)

Urutaí tem origem a partir de um núcleo de colonização que se expande quando ali se instala, em 1914, a Estação Urutaí [871:678], em prolongamento da linha ferroviária que seguia a partir de Ipameri (Borges, 1990:106). Cidade da qual se torna distrito em 1917 e se emancipa em 1949 (Veiga, 1967:83). A região era reconhecida pelo desenvolvimento pecuário e acolhia, no entorno de Urutaí, as fazendas mais importantes.

A ferrovia, além promover o desenvolvimento da aglomeração que se tornaria cidade, é sinônimo de novidade. Por ela chegam novos materiais construtivos, ferramentas, pessoas e até usos em um movimento de modernização que, aos poucos, entra pelo Brasil. Fato mais perceptível nas cidades junto aos trilhos, caso de Urutaí.

Tal transformação econômica e social proporciona meios para a instalação da Fazenda Modelo de Criação, criada por decreto em 1918. Para isso, contou com aliados locais, como Sebastião Louzada e Zacharias Borges, que doaram as terras necessária à construção do complexo (Issa, 2014:24). Os criadores viam na instituição a possibilidade de implementar o desenvolvimento dos rebanhos por meio da assessoria calcada na ciência e treinamento técnico. Assim, iniciaram-se as pesquisas de cruzamento, comercialização e importação de raças (Issa, 2014:30), com promoção de treinamentos para profissionais do setor e emprego de mão de obra local.

Das edificações construídas para abrigar diferentes atividades, a primeira foi a residência do então diretor Militino Pinto de Carvalho (1865-1932), engenheiro agrônomo que já havia feito parte da diretoria da Fazenda Modelo de Uberaba/MG (Machado, 2009:162). Finalizada em 1920, teve à frente da construção dois mestres de obras espanhóis, os irmãos Garcia (Issa; Silva, 2016:2). Na região, a mão de obra da construção civil de origem europeia era frequente, responsável por empreitadas importantes, a exemplo da Catedral do Divino Espírito Santo [1335:983], em Ipameri.

[1071] · 21/07/2021 ◀
Fachadas frontal e lateral.

[1072] · 21/07/2021 ◀
Fachada lateral esquerda.

[1073] · 21/07/2021 ▶
Detalhe fachada lateral.

[1074] · 21/07/2021 ▶
Detalhe esquadrias.



Atualmente, é o único edifício dos primeiros momentos da Fazenda Modelo que mantém as características originais. Fazendo uso de uma composição típica do ecletismo, permanece como um exemplar de valor dentro do cenário goiano. A implantação perdeu a ambiência inicial, mais isolada, mas ainda proporciona a leitura de objeto destacado, já que não possui obras vizinhas de grandes dimensões. Está elevado sobre porão, que permite tanto a adaptação topográfica quanto o arejamento das tábuas corridas do piso. Por isso o acesso se realiza por escadas. Uma delas frontal, edificada em alvenaria de pedra e com dois lances curvos que se conectam a uma plataforma descoberta. A segunda, lateral e menos cerimoniosa, leva a uma varanda com acesso também à sala principal.

[1075] · 21/07/2021
Vestibulo externo.



[1076] · 21/07/2021
Detalhe escada frontal.



[1077] · 21/07/2021
Detalhe escada frontal.



Internamente, os usuais ambientes residenciais são simetricamente distribuídos em planta. O pé-direito da sala principal, com 4,5m, aliado à elevação do porão configuram um volume externo com mais de 8,5m até a cumeeira do telhado. Visualmente equivalente a um edifício de três pavimentos, gerou notório contraste com a então arquitetura tradicional. Tal volumetria é adornada com pilastras, molduras e cimalkhas, que valorizam aberturas e arestas limítrofes. O cuidado construtivo é inegável, já que todos os adornos continuam íntegros até o momento, indicando a qualidade da argamassa e dos tijolos cozidos, também estruturais.

A Fazenda Modelo passou por diversas readequações institucionais: em 1953, Escola Agrícola de Urutaí; 1963, Ginásio Agrícola de Urutaí; 1979, Escola Agrotécnica Federal de Urutaí; 1999, Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí e 2008, Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano Campus Urutaí. O Castelinho, como é popularmente conhecido, sobrevive como documento dos primeiros momentos de implantação da Fazenda. Ao início dos anos 2000 foi transformado em Museu Agropastoril da instituição (Issa; Silva, 2016:12), mas hoje encontra-se fechado para visitaçãõ. Ao perder algumas telhas da cobertura, as chuvas rapidamente deterioraram o madeiramento do telhado e do assoalho, gerando riscos à permanência em seu interior. Abandonado, resiste graças à qualidade construtiva inicial. Mereceria substancial cuidado, tanto por ser parte da memória local quanto por ser um dos melhores exemplares do ecletismo desenvolvido em Goiás.



Dados

Obra: Res. do Diretor da Fazenda Modelo
Ano Construção: 1920
Ano Remodelação: Não houve
Responsáveis:
Irmãos Garcia (construtores)
Cidade: Urutaí / GO
End.: Rod. Geraldo Silva, km 5, Zona Rural
Coordenadas: 17°29'08.8"S 48°12'51.8"W
Altitude: 741 m
Altura: 8,60 m
Pavimentos: Porão + Térreo
Área Terreno: 800 m²
Área Ocupada: 184 m²
Área Construída: 330 m²

Fontes

BORGES, Barsanufio Gomides. **O Despertar dos Dormentes**. Goiânia: Cegraf-UFG, 1990.
BORGES, Adilson dos Santos. **Urutaí: memórias de uma juventude**. Brasília: Ed. do Autor, 2005.
ISSA, Sílvia Aparecida Caixeta. **A Escola Agrícola de Urutaí (1953-1963): singularidades da cultura escolar agrícola**. Catalão, 2014. Dissertação-Educação, UFG.
ISSA, Sílvia Aparecida Caixeta. **Escola Agrotécnica Federal de Urutaí (1978-1986): a formação de mão de obra agrícola no Sudeste Goiano**. Uberlândia, 2018. Tese-Educação, UFU.
ISSA, Sílvia Aparecida Caixeta; SILVA, Maria Aparecida Alves. **Retratos do Castelinho no Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí: local de memória de uma instituição de ensino**. In: Anais do V Congresso Nacional de História, p.1-16. Jataí: UFG, 2016.
MACHADO, Sonaly Pereira de Souza. **História do Instituto Zootécnico de Uberaba: uma instituição de educação rural superior (1892-1912)**. Uberlândia, 2009. Dissertação-Educação, UFU.
VEIGA, João. **Ipameri Histórico**. São Paulo: Editora Minox, 1967.

[1078] · 21/07/2021
Exposição. ◀

[1079] · 21/07/2021
Exposição. ▶

Desenhos p. 812
[1080] [1081]

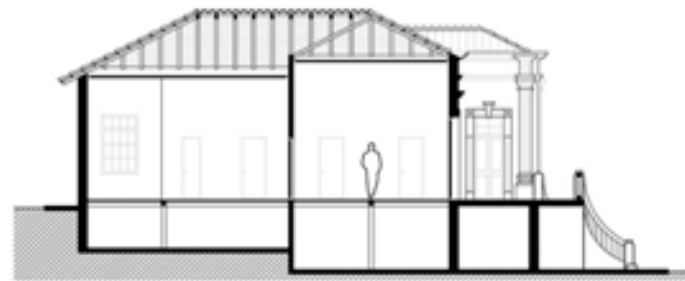
Desenhos p. 813
[1082] [1083]
[1084]







NORDESTE • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [1085] · 06/07/2021

1920 / 1857 · LICEU DE GOIÁS ·

1920 / 1857 · Cidade de Goiás / GO · Liceu de Goiás

[1086] · 06/07/2021 ◀
Detalhe fachada lateral.

[1087] · 06/07/2021 ▶
Detalhe fachada frontal.

O liceu, instituição europeia criada no século XIX, foi, sob a égide do modelo francês, a base para a construção das primeiras escolas secundárias do Brasil. A lei francesa de 1802 substituiu as Escolas Centrais por uma nova composição que incluía o liceu em sua linha de ensino. Nessa nova formatação, além das questões de erudição e sabedoria como parte da formação do cidadão, havia notória e deliberada limitação do acesso baseado na origem social dos alunos (França, 1802).

Estes parâmetros franceses foram utilizados em outros países europeus onde, mesmo mantendo-se similaridades, eram adequados às realidades locais. Em Portugal, por exemplo, por já haver outras instituições de ensino secundário, o liceu tornava-se também uma alternativa a quem não pretendia seguir o curso superior (Barros, 2017:42). No Brasil as influências desses empreendimentos tomam força com a publicação do ato adicional de 1834. Até então o ensino secundário no Brasil estava exclusivamente ligado à iniciativa privada (Chizotti, 2001:50).

Tal ato ampliava a autonomia das províncias para legislar sobre diversos assuntos, dentre eles a educação pública. É a partir deste momento que os liceus são criados e, vinte e cinco anos após formalização do ato, todas as províncias contavam com unidades instaladas (Maciel, 2012:51). É neste contexto que foi criado no Rio de Janeiro/RJ, em 1837, o Colégio Pedro II, modelo de instituição secundária voltada à formação de jovens de onze a dezoito anos para ingresso nos cursos superiores (Barros, 2017:47), com o qual o Liceu de Goiás buscou, e conseguiu, equiparação.

Esta, a casa de instrução mais antiga de Goiás, foi instalada em 1846 pela ação de Joaquim Ignacio de Ramalho (1809-1902), então presidente provincial, funcionando por dez anos no térreo da Tesouraria da Fazenda (Coelho, 1999:71). Em 1857 muda-se para a antiga casa do Professor Corumbá, mas é logo retirada para dar lugar ao contingente de combatentes da guerra do Paraguai, para lá só regressando dez anos depois (Curado, 1998:11).



O doador do edifício, João Gomes Machado (1805-?), nascido em Santa Cruz de Goiás, cursou filosofia e matemática na Universidade de Coimbra, retornando ao Brasil em 1828 e agora assinando João Gomes Machado Corumbá (Curado, 1998:10). Tornou-se professor do Liceu de Goiás em 1939, o primeiro de geometria em Goiás. O seu espólio, com as duas casas deixadas à União, deveria ser utilizado em prol da matemática e sua difusão (Maciel, 2012:67). Uma das edificações, menor, segue a expressão das técnicas construtivas tradicionais, a outra, um casarão, foi construída em taipa de pilão e teve sua fachada renovada em 1920 (Bretas, 1991:578). A nova composição segue as mesmas regras presentes tanto no Mercado Municipal **[1131:845]** quanto da residência do Sr. Agenor Alves de Castro (1891-?) **[837:654]**; por isso, se compararmos as expressões formais disseminadas por Weaker Sócrates (1898-1994), nos parece criação sua. Ele e seu irmão Walter Sócrates (1892-1992) foram alunos do Liceu, mas Weaker Sócrates esteve mais presente, sendo inclusive lotado como professor de cosmografia em 1929 (Leles, 2018:4).

[1088] · 06/07/2021 ◀
Fachada lateral.

[1089] · 06/07/2021 ◀
Detalhe platibanda.

[1090] · 06/07/2021 ▶
Detalhe platibanda.

[1091] · 06/07/2021 ▶
Detalhe esteios.

O bloco maior abriga a biblioteca e o auditório, enquanto o menor secretaria. As aulas ocorrem em uma sucessão de salas dispostas no perímetro do terreno e conformam generoso pátio interno. Foram edificadas com tijolos de adobe. Uma peculiaridade construtiva desse bloco de salas de aula é que as paredes de divisão entre salas, em pau a pique, foram erguidas diretamente acima das tábuas do piso, sem fundação concordante. As paredes recebem as cargas do telhado que, com o tempo, perdeu o alinhamento, pois o piso cedeu, elevando o risco de desabamento.

O colégio, que fomentou a renovação do ensino em Goiás, permaneceu como única instituição secundária até 1929 (Bretas, 1991:576). Teve seu programa oficialmente equiparado ao do Colégio Dom Pedro II em 1907, desequiparado em 1911 e reequiparado em 1918. Resistiu e se adaptou às inúmeras reformas administrativas do ensino. Do casarão eclético só saiu em 1937, transferido para a nova capital Goiânia. Retornou em 1994 tanto ao antigo edifício quanto à designação de liceu e guarda, além de um dos principais exemplares do ecletismo goiano, a formação de inúmeros membros da vida política, e intelectual, da região.



Dados

Obra: Liceu de Goiás

Ano Construção: 1857

Ano Remodelação: 1920

Responsáveis:

João G. M. Corumbá (proprietário 1857)

Weaker Sócrates (atrib. engenheiro 1920)

Cidade: Cidade de Goiás / GO

End.: Rua Maximiano Mendes, 15, Centro

Coordenadas: 15°56'03.2"S 50°08'29.3"W

Altitude: 494 m

Altura: 9,50 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 1.740 m²

Área Ocupada: 1.180 m²

Área Construída: 1.180 m²

Fontes

BARROS, Fernanda. **O tempo do Lyceu em Goiás: formação humanista e intelectuais (1906-1960)**. Jundiá: Paco, 2017.

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da instrução pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I**. Goiânia: IAB, 1999.

CHIZZOTTI, Antônio. **A constituinte de 1823 e a educação**. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*, p.31-54. São Paulo: Autores Associados, 2001.

CURADO, Jane de Alencastro. **Breve histórico do Lyceu de Goyaz**. Cidade de Goiás: Superintendência do ensino à distância e continuada, 1998.

FRANÇA. **Loi Générale sur l'instruction publique, 11 flóreal de an X (01/05/1802)**. Acesso em: 24 jun. 2021.

LELES, Gabriela. **Alcíde Jubé (1896-1961) e a geografia escolar em Goiás**. In: *Terra Brasilis (Nova Série)*, v. 10, p.1-18. São Paulo: Laboratório de Geografia Política - USP, Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, 2018.

MACIEL, Viviane Barros. **Da Corte à Província, do Império à República, do Colégio Pedro II ao Liceu de Goiás**. Campo Grande, 2012. Dissertação-Edu, UFMS.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Reminiscências; Goiás d'antanho, 1907 a 1911**. Goiânia: Oriente, 1974.

[1092] · 06/07/2021
Rampa e circulação. ◀

[1093] · 06/07/2021
Detalhe fachada lateral. ◀

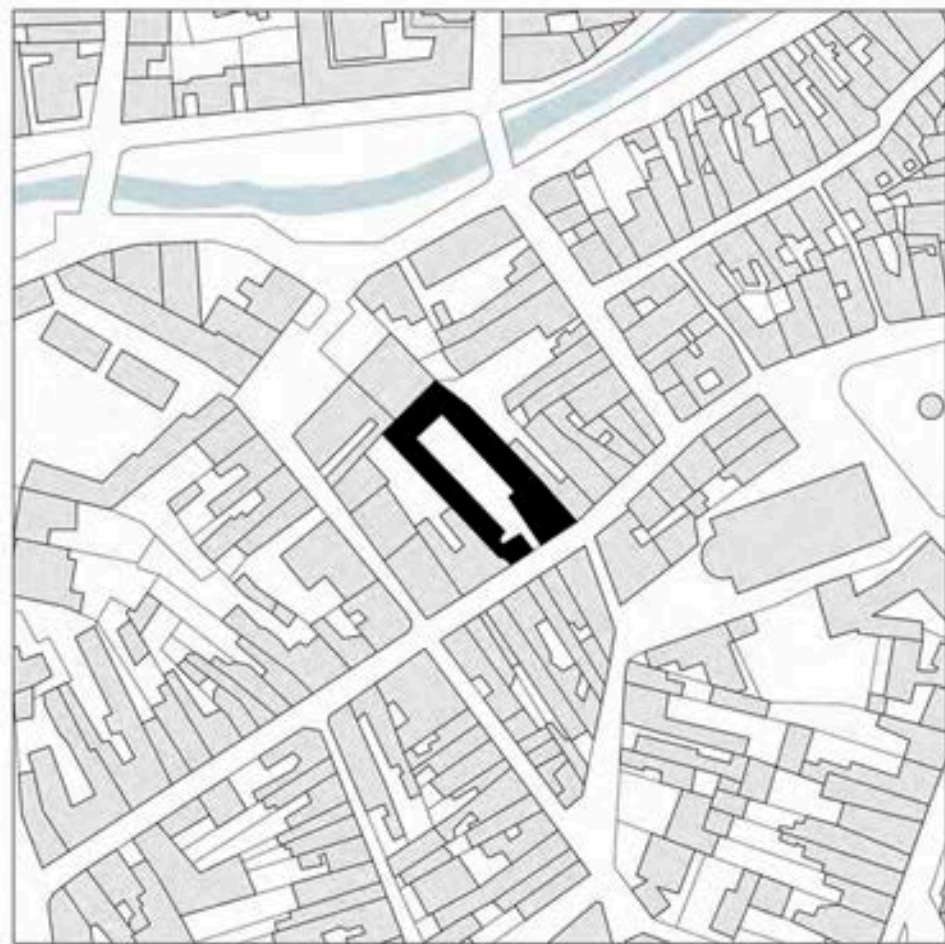
[1094] · 06/07/2021
Auditório. ▶

[1095] · 06/07/2021
Biblioteca. ▶

Desenhos p. 822
[1096] [1097]

Desenhos p. 823
[1098]
[1099]
[1100]



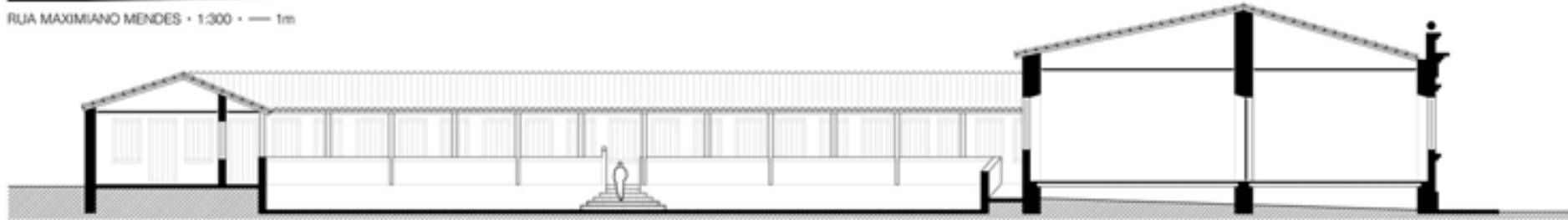


GOIÁS • ○ • 100m

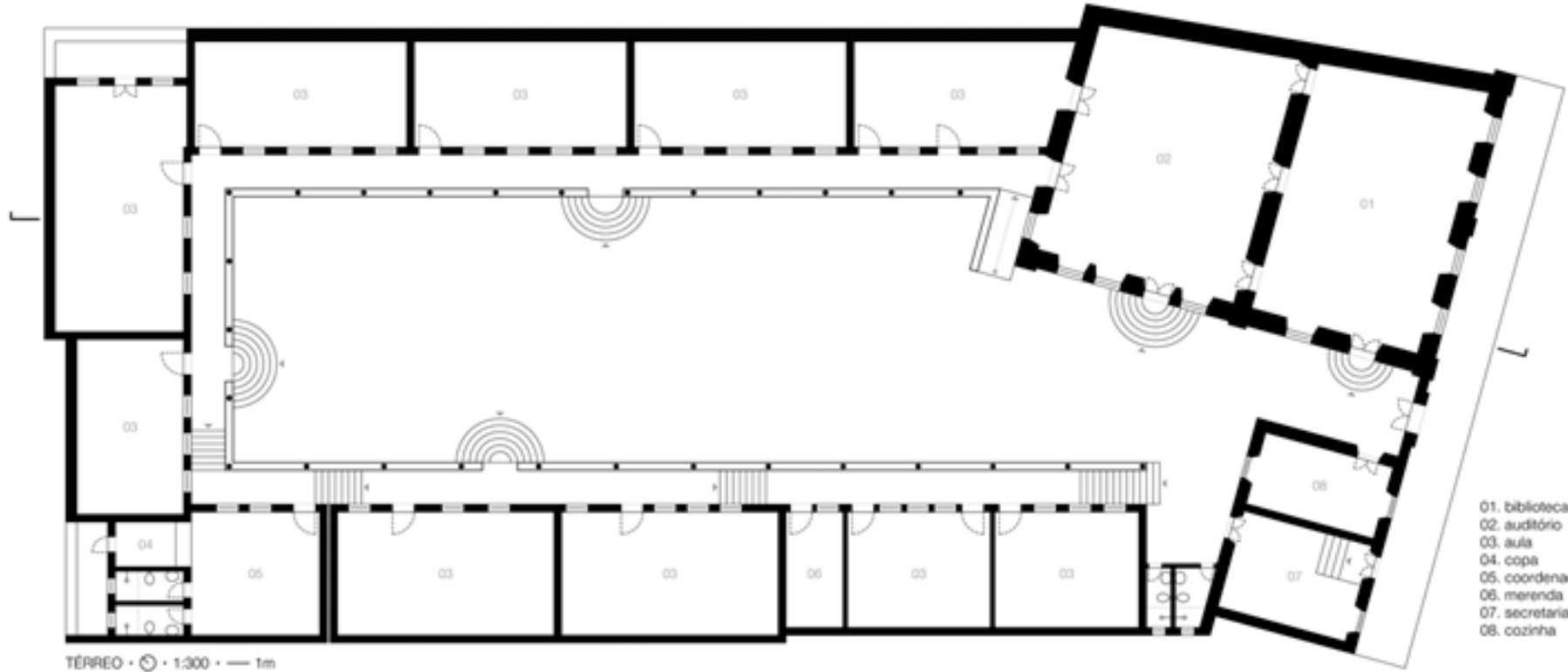
SITUAÇÃO • ○ • 1:2500 • 10m



RUA MAXIMIANO MENDES • 1:300 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:300 • — 1m



- 01. biblioteca
- 02. auditório
- 03. aula
- 04. copa
- 05. coordenação
- 06. merenda
- 07. secretaria
- 08. cozinha

TÉRREO • 1:300 • — 1m



◀ [1101] · 08/07/2021

1922 / 1752 · CASA DE FUNDIÇÃO DO OURO ·

1922 / 1752 · Cidade de Goiás / GO · Casa de Fundição do Ouro (atual Ministério Público de Goiás)

O controle sobre o ouro por parte da coroa portuguesa foi a grande preocupação administrativa do século XVIII (Alencastre, 1864:50). À medida que a produção decaía, sentia-se maior necessidade de controle, pois acompanhando a diminuição estava o aumento do contrabando, duas questões que minavam exponencialmente a arrecadação do império português.

Em Goiás os primeiros métodos utilizados foram o da Captação e do Censo, nos quais se estabelecia valor fixo para cada escravo, venda ou artifice (Alencastre, 1864:66). Para a coroa era mais fácil de controlar, mas o mecanismo se mostrava ainda complicado ao não abarcar extremos das minas que pouco ou muito produzem com o mesmo número de braços fazedores. O sistema foi substituído a partir de 1751 com a nova lei das Casas de Fundição e diretrizes de que todo o ouro extraído deveria passar pela Casa de Fundição, ser fundido, ter retirada a quinta parte e, por fim, selado oficialmente.

Por aqui quem cumpre tais ordens é o primeiro governador privativo Dom Marcos de Noronha (1712-1768), que na mesma compra para adquirir os terrenos do Palácio do Governo [992:751], de Lopes Fogaça, arremata também os que serão destinados à construção da Casa de Fundição, inaugurada em 1752 (Coelho, 1999:45). Assim se dá sua implantação, que poderia ser facilmente tomada por um cômodo anexo ao Palácio, com o qual compartilhava acesso interior, porém com fachadas e acessos externos independentes.

Com isso, se instalou mais um equipamento institucional junto ao primeiro largo urbano formado pela Catedral de Santana [1177:875] e o Palácio Conde dos Arcos. A Casa de Fundição não se volta diretamente ao largo, mas a uma rua lateral onde hoje também se implanta a Igreja da Boa Morte. A Fundição, incrustada no tecido urbano, é limitada e comprimida entre Palácio e a primeira moradia utilizada pelos governadores (Silva, 1987:5), assim a relação do edifício com a rua se dá por uma única fachada, hoje ornada com estilemas ecléticos.

[1102] · 08/07/2021
Detalhe fachada frontal.



[1103] · 07/07/2021
Auditório.



[1104] · 08/07/2021
Detalhe fachada frontal.





Funcionou como fundição até 1822, depois são registrados os usos de tipografia, em 1852, e depósito de artigos bélicos, em 1859 (Coelho, 1999:47), este até então inapropriadamente abrigado nas dependências do Quartel do XX [313:305]. Em 1864, sob administração do presidente da província, Couto de Magalhães (1827-1898), é construído o segundo volume aos fundos. Mais reformas foram solicitadas em 1874, levadas a cabo pelo engenheiro Joaquim Morais Moreira, o mesmo que, em 1880, realiza o levantamento do edifício e nos apresenta a fachada reformulada com certo rigor neoclássico (in:Coelho, 2013:138). A configuração em planta é a que existe até hoje, com o volume frontal proveniente do século XVIII e o auditório aos fundos erguido em meados do XIX. A renovação da fachada, com elementos do ecletismo, acontece por traço de Walter Sócrates do Nascimento (1892-1992), que em 1922 vence a concorrência para reforma do edifício destinado a receber a Sede da Justiça Federal. O autor, formado em engenharia civil pela politécnica de São Paulo em 1918, chegou a trabalhar como engenheiro na prefeitura dessa cidade (Souza, 2006:312). Em Goiás, foi um dos disseminadores da expressão eclética, empregando-a também em exemplares residenciais, como a Residência nº7 [966:730] à mesma rua. Apesar das renovações formais empreendidas, ficou mais conhecido por ter introduzido o futebol em terras goianas (Souza, 2019:55).

[1105] · 07/07/2021

Pátio interno.



[1106] · 07/07/2021

Pátio interno.



[1107] · 07/07/2021

Detalhe beiral.



Grande parte das alvenarias são em taipa de pilão, outras em adobe, mas todas estruturais. Sua altura foi elevada com acréscimo de adobe sobre a taipa, e, barro por barro, se estabilizaram. Os acréscimos realizados na fachada, para criar o volume das molduras e ornamentos, foram feitos com tijolo cozido e pedra, trabalhados com estuque (Reis, 1982:31). A composição da fachada parece buscar uma simetria, mas não a consegue por completo. O acesso, colocado em uma das laterais, quebra tal ordem. A tripartição do volume é feita por pilastras jônicas, que aparentemente sustentam o entablamento que faz o papel de platibanda, esta interrompida por um arco encimado com pináculo. Há ainda no acesso pequeno óculo que ilumina a recepção e mais uma série de detalhes construtivos que movimentam a superfície da fachada. Após o uso pela Justiça Federal, foi cedido à entidade Goiás Club, que funcionou até 1985, quando foi devolvido à União e passou a abrigar a sede do Ministério Público local.



Dados

Obra: Casa de Fundação do Ouro

Ano Construção: 1752

Ano Remodelação: 1922

Responsáveis:

Marcos de Noronha (empreendedor 1752)

Joaquim Morais Moreira (engenheiro 1880)

Walter Sócrates (engenheiro 1922)

Cidade: Cidade de Goiás / GO

End.: Rua Senador Caiado, SN, Centro

Coordenadas: 15°56'05.1"S 50°08'24.2"W

Altitude: 498 m

Altura: 8,00 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 630 m²

Área Ocupada: 394 m²

Área Construída: 394 m²

Fontes

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Annaes da província de Goyaz**. In: Revista do IHGEB, tomo XXVII, parte segunda, p.5-249. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro Editor, 1864.

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I**. Goiânia: IAB, 1999.

COELHO, Gustavo Neiva. **Iconografia Vila-Boense**. Goiânia: Editora UFG, 2013.

REIS, Márcia Genésia de Sant'Anna. **A Casa da Fundação do Ouro, Cidade de Goiás - GO**. 1982. 105p. Localizado em: Arquivo digital da Superintendência do Iphan em Goiás.

SILVA, Catarina Eleonora Ferreira da. **A pesquisa arqueológica na Casa da Fundação do Ouro de Goiás, GO**. 1987. 20p. Localizado em: Arquivo digital da Superintendência do Iphan em Goiás.

SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de. **Escola Politécnicas e suas múltiplas relações com a cidade de São Paulo, 1893-1933**. São Paulo, 2006. Tese-Hist, PUC.

SOUZA, Djalma Oliveira de. **Goiânia Esporte Clube, memórias em preto e branco**. Goiânia, 2019. Dissertação -História, PUC/GO.

[1108] · 08/07/2021
Detalhe platibanda.



[1109] · 08/07/2021
Detalhe porta de acesso.



[1110] · 08/07/2021
Detalhe fachada frontal.



Desenhos p. 832
[1111] [1112]

Desenhos p.833
[1113]
[1114] [1115]

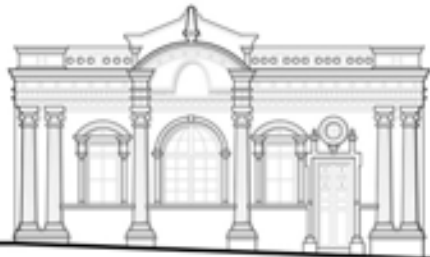




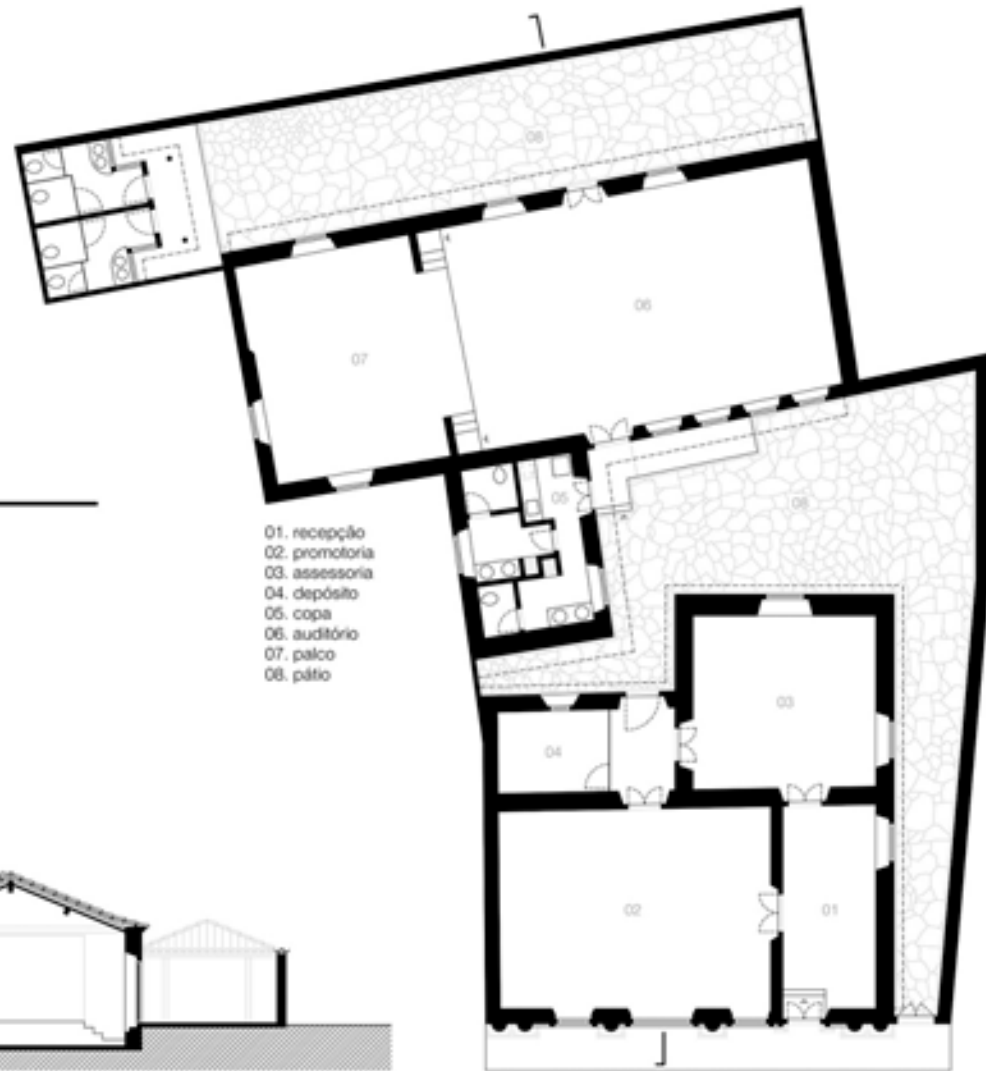
GOIÁS • ○ • 100m



SITUAÇÃO • ○ • 1:2500 • 10m

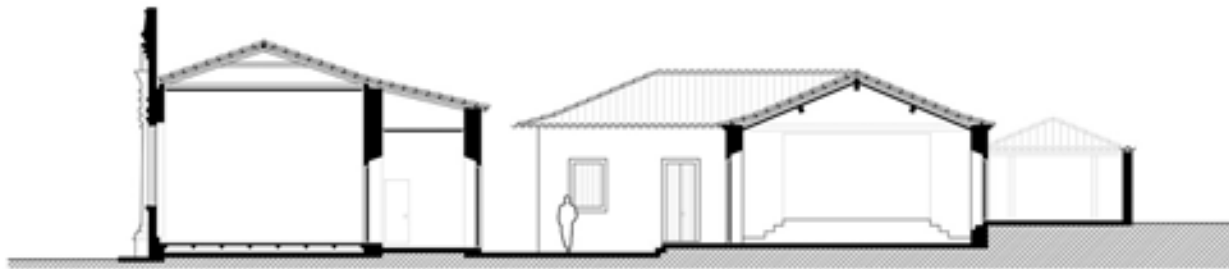


RUA LUIS DO COUTO • 1:250 • — 1m



- 01. recepção
- 02. promotoria
- 03. assessoria
- 04. depósito
- 05. copa
- 06. auditório
- 07. palco
- 08. pátio

TÉRREO • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



◀ [1116] · 19/07/2021

1924 · ESTAÇÃO FERROVIÁRIA VIANÓPOLIS ·

1924 · Vianópolis / GO · Estação Ferroviária Vianópolis

A chegada, em Goiás, dos tão aguardados trilhos da estrada de ferro foi precedida pela implantação em São Paulo e posteriormente Minas Gerais. Esta se deu pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, criada em 1872 e que, em 1875, já tinha operacional o seu primeiro trecho, ligando Campinas/SP a Mogi-Mirim/SP (Vieira, 1954:147), dando início a um rosário de estações. Prolongando-se pelo interior paulista, avança em território mineiro até se deter em três pontas de linha: Anápolis em 1935 [1271:939], Goiânia em 1952 [1474:1071] e Brasília/DF, 1968.

Apesar do extenso território goiano, das até então primitivas condições dos caminhos e da economia produtiva que tomava corpo, a estrada de ferro, equipamento urgente para sanar ainda outros problemas, só em 1912 (Borges, 2004:84) cruza o rio Paranaíba e permite a chegada da primeira locomotiva, estacionada no Triângulo Mineiro desde 1896. E assim, com lentidão, pausas, trocas de lideranças e permuta de interesses, a nova Estrada de Ferro Goiás progride de estação em estação sem um projeto eficiente, ou no mínimo contínuo, de integração entre as regiões produtivas.

Naturalmente, à medida da expansão dos trilhos, novas perspectivas econômicas se abriam aos núcleos próximos da estrada e seus equipamentos. Assim surgiam casas de comércio, bancos, indústrias e serviços (Helou, 1969:82), atraindo migrantes, ideias e renovando os ares tradicionais. Em alguns casos, como Vianópolis, as estações não só promoviam a agitação local como constituíam o motivo primário para o surgimento de uma nova cidade. Esses equipamentos, por sua materialidade, apresentavam novas técnicas construtivas (Coelho, 2004a:140) introduzindo o tijolo cozido, telha francesa e pilares metálicos, todos em consonância com a volumetria ornamentada que, mais simples ou complexas, traziam sempre variações de temas ecléticos e posteriormente *art-déco*. Tal linguagem era ainda reforçada com a chegada de revistas especializadas como *A Casa* (Moura, 2019:74) que disseminavam exemplos de uma modernidade construtiva e comportamental. Porém, em povoados com raízes coloniais, tal renovação foi motivo para grandes devastações da arquitetura tradicional.

[1117] · 19/07/2021 ▲▲
Plataforma.

[1118] · 19/07/2021 ▲▲
Detalhe fachada posterior.

[1119] · 19/07/2021 ▼
Fachada frontal.



Em Vianópolis não se deu dessa maneira. A cidade surgiu a partir da estação, nomeada Tavares por estar em terras inicialmente povoadas por Joaquim Tavares da Silva no início do século XIX. Porém, à época da construção, o terreno pertencia a Felismino de Souza Viana (1883-1943) que, aproveitando da parada do trem em suas terras, contratou o engenheiro Álvaro Paca (Oliveira, 2000:29) para lotear os seus dois alqueires e, assim, renomear Vianópolis tanto a obra quanto o povoamento. Inaugurada em 1924, permaneceu fim de linha por seis anos, tempo suficiente para consolidar a urbanização.

Balduino Ernesto de Almeida, que comandou a Estrada de Ferro Goiás até 1925 (Ferreira, 1999:105), foi o responsável pela escolha do local e construção da estação. É impreciso propor a autoria do projeto ao engenheiro, já que existiam regras e cadernos de padronização dos tipos de edifício, que sofriam pequenas modificações de acordo com as operadoras. Por isso, veremos por todo o Brasil – com exceção das grandes estações – pequenas variações do mesmo tema, tanto na distribuição da planta quanto no agenciamento volumétrico.

Pela mesma razão, mesmo após a troca de comando da E.F.Goiás, veremos obras posteriores que seguem a mesma linguagem, como a Estação Silvânia [941:718], de 1930. No caso da Estação Vianópolis, em ação promovida pelo Iphan, realizou-se a restauração concluída em 2010 com entrega à municipalidade, que a utiliza como centro de atividades culturais e educacionais. Conserva-se assim importante exemplar em sua configuração essencial, composta por corpo administrativo e plataforma de embarque. Implantada em um trecho plano da topografia, foi ela própria o ponto referencial para a o traçado urbano da cidade. A praça posterior, alinhada com a estação, promove na locação de ruas e avenidas a mesma simetria encontrada tanto na distribuição da planta quanto volumetria da estação. Nesta, a ornamentação fica a cargo das molduras e adorno nas empenas laterais, com desenho realizado no próprio reboco, além dos delgados pilaretes metálicos que sustentam a cobertura do embarque. Um pequeno edifício, essencial em sua expressão e materialidade, mas que cumpre o papel de semente na disseminação de nova linguagem formal.

[1120] · 19/07/2021 ◀
Detalhe cobertura plataforma.

[1121] · 19/07/2021 ▶
Detalhe fachada frontal.



Dados

Obra: Estação Ferroviária Vianópolis

Ano Construção: 1924

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Balduino de Almeida (empreendedor)

Cidade: Vianópolis / GO

End.: Rua Antônio Quinan, SN, Centro

Coordenadas: 16°44'31.4"S 48°30'52.2"W

Altitude: 1.004 m

Altura: 9,00 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 3.960 m²

Área Ocupada: 297 m²

Área Construída: 297 m²

Fontes

BORGES, Barsanufo Gomides. **O Despertar dos Dormentes**. Goiânia: Cegraf-UFG, 1990.

BORGES, Barsanufo Gomides. **A estrada de ferro Goiás: Uma análise histórica**. In: *Ferrovias: 150 anos de arquitetura e história*, p.81-101. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2004.

COELHO, Gustavo Neiva. **Arquitetura da ferrovia em Goiás**. In: *Ferrovias: 150 anos de arquitetura e história*, p.129-143. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2004a.

FERREIRA, Aroldo Márcio. **Urbanização e arquitetura na região da Estrada de Ferro Goiás – E.F.Goiás: Cidade de Pires do Rio, um exemplar em estudo**. Goiânia, 1999. Dissertação-FCHF, UFG.

GONÇALVES, Paola Santiago dos Santos. **A toponímia e a Estrada de Ferro de Goiás**. In: *Revista UFG*, Ano XIII, n.11, p.46-53. Goiânia: UFG, 2011.

HELOU, Bourhan. **Memórias de um Imigrante**. Goiânia: Gráfica Oriente, 1969.

MOURA, Ana Amélia. **Linguagens da modernidade: arquitetura residencial na década de 1920**. Brasília, 2019. Doutorado-FAU, UnB.

OLIVEIRA, Elson Gonçalves de. **História de Vianópolis**. Goiânia: Elege, 2000.

VIEIRA, Flávio. **Os Caminhos Ferroviários Brasileiros**. In: *Centenário das Ferrovias Brasileiras*, p.87-176. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1954.

[1122] · 19/07/2021
Detalhe esquadria. ◀

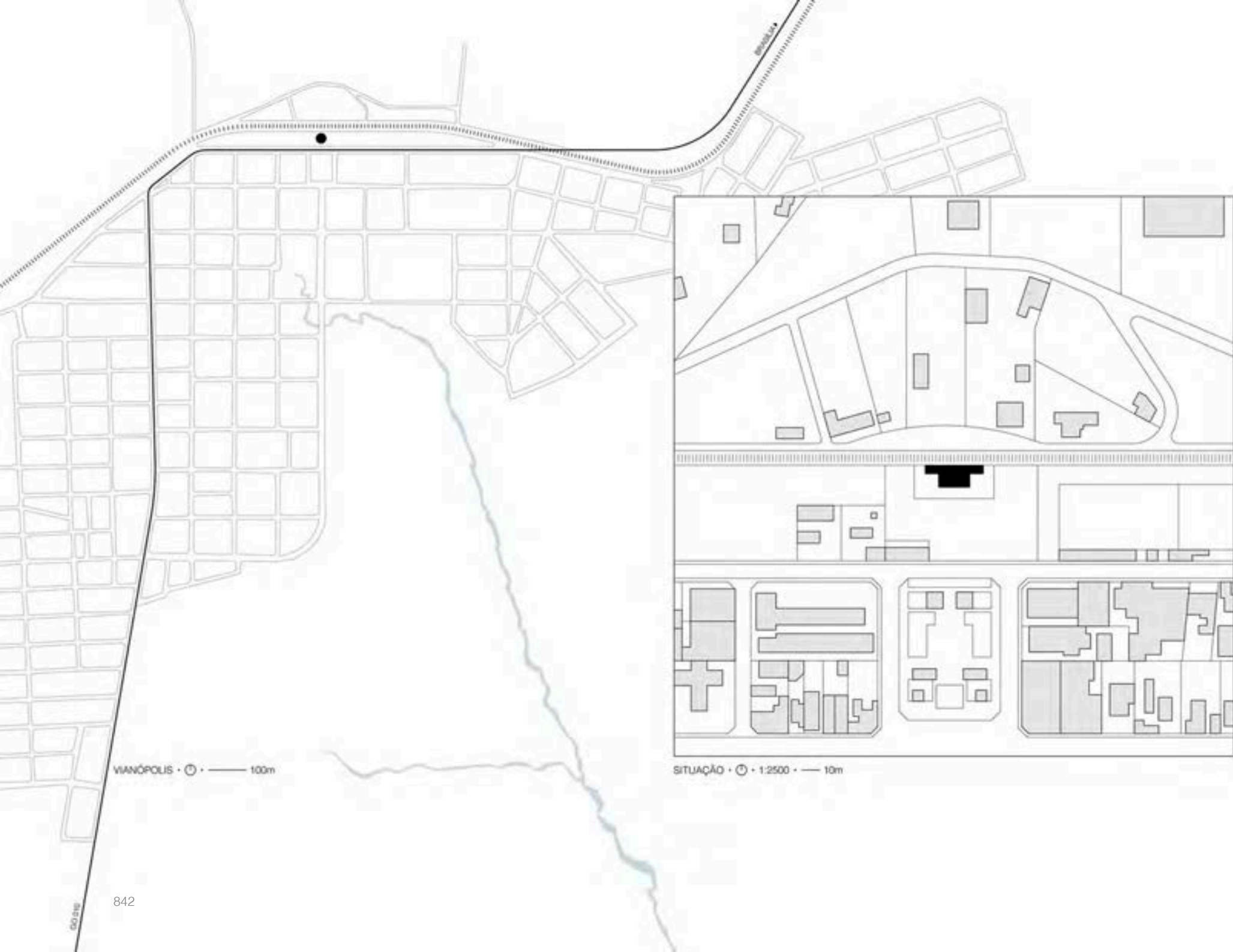
[1123] · 19/07/2021
Biblioteca. ◀

[1124] · 19/07/2021
Exposição. ▶

Desenhos p. 842
[1125] [1126]

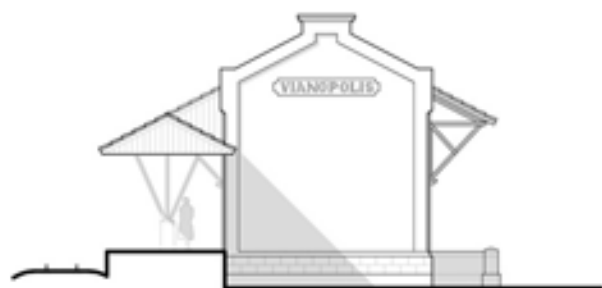
Desenhos p. 843
[1127] [1128]
[1129] [1130]





VIANÓPOLIS • ◉ • — 100m

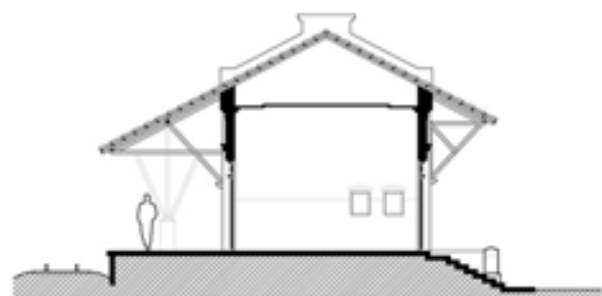
SITUAÇÃO • ◉ • 1:2500 • — 10m



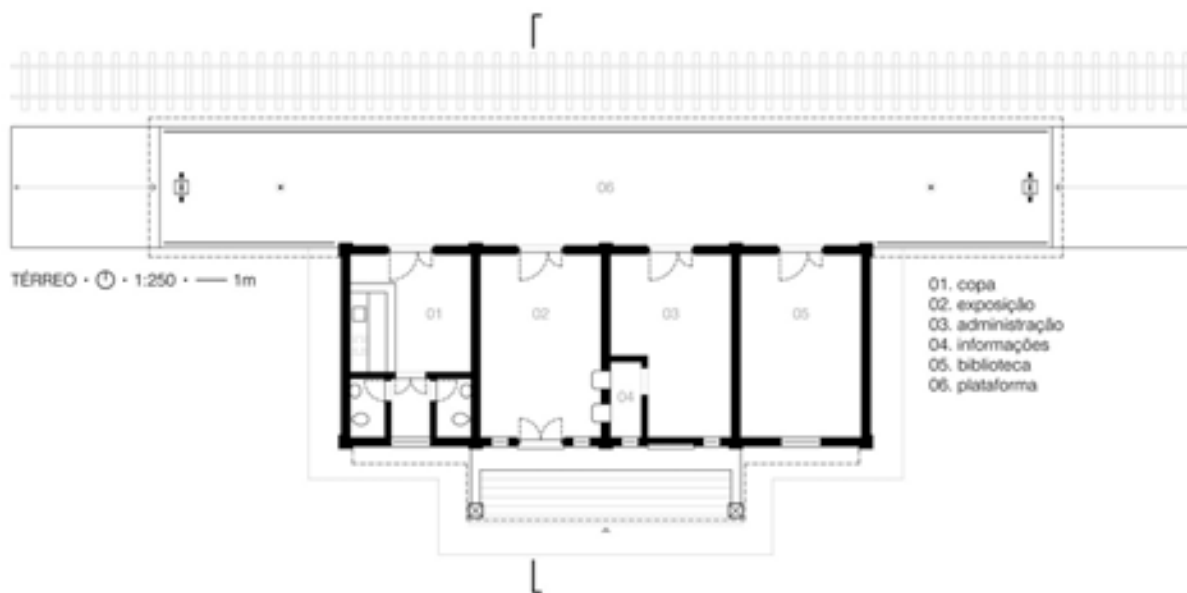
OESTE • 1:250 • — 1m



RUA ANTÔNIO JOSÉ QUINAN • 1:250 • — 1m



CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • — 1m



TÉRREO • 1:250 • — 1m

- 01. copa
- 02. exposição
- 03. administração
- 04. informações
- 05. biblioteca
- 06. plataforma



◀ [1131] · 06/07/2021

1926 / 1868 · MERCADO MUNICIPAL ·

1926 / 1868 · Cidade de Goiás / GO · Mercado Municipal

Os mercados foram importantes equipamentos de uso coletivo em todas as cidades onde se instalavam. Tal qual as fontes do século XVIII, essas estruturas assumem o protagonismo como ponto de socialização a partir do XIX, quando começam a ser edificados em território goiano. Veremos estes equipamentos implantados em Meia Ponte, Santa Luzia, Bonfim e Catalão (Goiás, 1869:8), todos núcleos com vocação de entreposto comercial.

Essas estruturas formalizaram as movimentações comerciais, principalmente dos gêneros alimentícios e pecuários, mas também se voltam ao comércio de ferramentas e outros utensílios industrializados (Dantas; Oliveira; Oliveira, 2019:69). Por isso tanto cidades portuárias como as de entrepostos viários, naturalmente solicitavam o mercado, que passa a ser instrumento de controle das relações entre fazendeiros, mascates, tropeiros e população em geral.

O grande número de arraiais e povoados e a conseqüente expansão do comércio fomentam a necessidade de formalizar o mercado como estrutura independente, criada com programa de necessidades específico. O que antes acontecia como adaptações residenciais (Jayme, 1971a:135) já não será suficiente e as novas edificações surgem em largos urbanos, que permitem a expansão do número de usuários e expositores para além da área coberta principal. Grande ponto de encontro que incorpora atividades para além das de compra e venda.

Na cidade de Goiás, o mercado ocupou outros locais antes do atual. Em 1857 situava-se nas imediações do Hotel Municipal – atual Casa da Ponte Hotel – (Ferreira, 1980:30) e, em 1859, houve tentativas de instalá-lo nas proximidades do Quartel do XX (Oliveira, 2016b:36). Em 1864 surgem as diretrizes para compra de novo casario e instala-se em definitivo entre as margens do Rio Vermelho e a Igreja de São Francisco [297:295] em 1868, quando se inauguram as operações (Dantas; Oliveira; Oliveira, 2019: 70). A princípio um grande casarão colonial adaptado.

[1132] · 06/07/2021
Detalhe capitel.



[1133] · 06/07/2021
Detalhe portão principal.



[1134] · 06/07/2021
Acesso posterior.





Em 1923 inicia-se a reconstrução total, com volumetria e espaço atuais, finalizada em 1926. Implanta-se em linha, com cobertura única que protege os cômodos individuais voltados à varanda, limitada por uma arcada que faz a transição com o pátio descoberto. Na parte superior do terreno, o renque de lojas é limitado por amplo ambiente, loja única voltada ao largo de São Francisco de Paula. A obra, empreendida pelo então intendente municipal Agenor Alves de Castro (1891-?), tem como destaque a ornamentação eclética empregada em seus volumes. Mais uma vez a vinculação estilística é utilizada como ferramenta de promoção política, que, ao se colocar ao lado das expressões em voga, dava ares de novidade e vanguarda não só ao edifício, mas também à gestão.

[1135] · 06/07/2021
Pátio.



[1136] · 06/07/2021
Pátio e vista interna.



[1137] · 06/07/2021
Arcada.



[1138] · 08/07/2021
Fachada frontal.



Apesar de ainda não encontrados documentos referentes à autoria do projeto, é possível supor que seja de Weaker Sócrates do Nascimento (1898-1994), irmão de Walter Sócrates (1892-1992), ambos adeptos do ecletismo como expressão para as novas fachadas. Weaker Sócrates era, na década de 1920, agrimensor do estado, lotado na Secretaria de Obras Públicas (Correio Oficial de Goyaz, 1920:9), no mesmo período do mandato de Agenor de Castro. A casa deste [837:654], construída em 1926, segue a mesma linguagem e agenciamento dos elementos formais presentes no mercado. Em ambas as obras estão presentes o desenho da coluna com volutas, as estrelas republicanas, a grande janela circular e a platibanda adornada com balaustrada em baixo relevo. Variações de um mesmo sistema de símbolos, autorais, e não genéricos, que não podem ser, por exemplo, lidos na fachada da Casa de Fundação [1101:825]. Esses mesmos elementos estão presentes em desenhos de outros projetos – levantados por Gustavo Neiva junto ao arquivo municipal (in:Coelho, 2019a:76) – estes sim, assinados e identificados como de Weaker Sócrates e que, por comparação formal, nos levam à hipótese de autoria.

Foram edificadas outras blocos durante a década de 1960 e 1970, porém sem a mesma linguagem do volume originário e comprometendo a amplitude do pátio, o que segmenta o espaço aberto. Entre 2014 e 2016 foi realizada ampla reforma precedida por serviços de arqueologia, demolindo a antiga rodoviária, refazendo pisos e acessos e restaurando o edifício de 1926.



Dados

Obra: Mercado Municipal

Ano Construção: 1868

Ano Remodelação: 1926

Responsáveis:

Agenor A. de Castro (empreendedor 1926)

Weaker Sócrates (atrib. engenheiro 1926)

Cidade: Cidade de Goiás / GO

End.: Av. Sebastião Fleury, SN, Centro

Coordenadas: 15°56'01.8"S 50°08'32.5"W

Altitude: 490 m

Altura: 6,50 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 1.155 m²

Área Ocupada: 610 m²

Área Construída: 610 m²

Fontes

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I**. Goiânia: IAB, 1999.

COELHO, Gustavo Neiva. **O ecletismo na arquitetura de Vila Boa**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2019a.

COELHO, Gustavo Neiva (Org.). **Vila Boa nos jornais**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2019b.

CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ. **Agrimensor**. Cidade de Goyaz, 10 de julho de 1920, n.279, p.9.

DANTAS, Cristiane Loriza; OLIVEIRA, Fernanda Fonseca Cruvinel de; OLIVEIRA, Marcelo lury. **As transformações na paisagem: o Mercado Municipal da Cidade de Goiás**. In: Revista Mosaico, v.12, p. 68-90. Vassouras: Universidade de Vassouras, 2019.

FERREIRA, Joaquim de Carvalho. **Presidentes e governadores de Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 1980.

GOIÁS. **Relatório que o Exm. Sr. Dr. Ernesto Augusto Pereira, Presidente da Província de Goyaz, leu na abertura da Assembleia Legislativa da mesma Província a 1.º de Junho de 1869**. 1869 (volume: 1869).

JAYME, Jarbas. **Esboço histórico de Pirenópolis I (1º edição póstuma)**. Pirenópolis: Estado de GO, 1971a.

OLIVEIRA, Marcelo lury de. **Arqueologia da paisagem no sítio histórico Mercado Municipal da Cidade de Goiás**. Goiânia, 2016b. Monografia-Arqueologia, PUC/GO.

[1139] · 06/07/2021
Acesso posterior. ◀

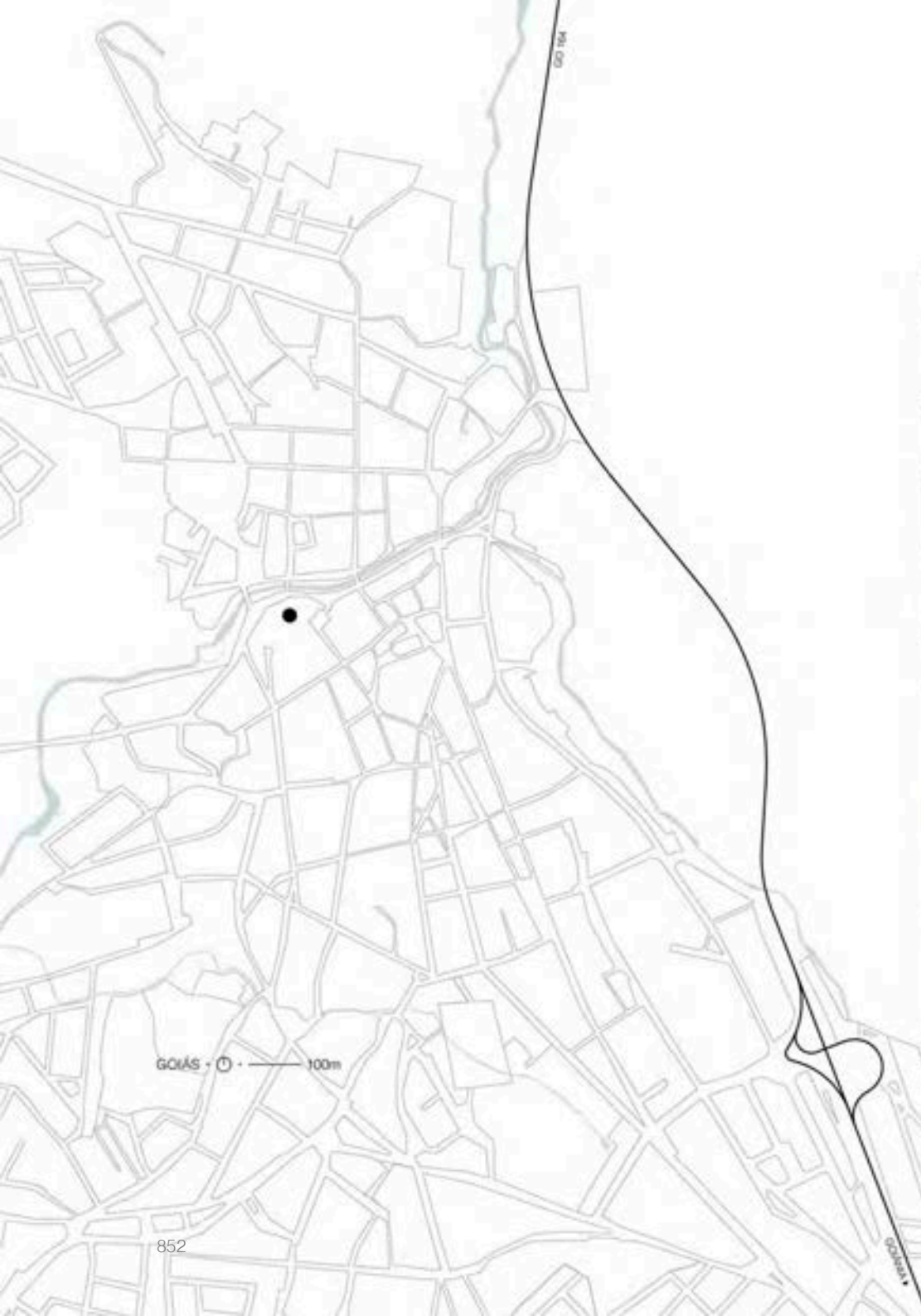
[1140] · 08/07/2021
Detalhe fachada lateral. ◀

[1141] · 06/07/2021
Arcada e varanda. ▶

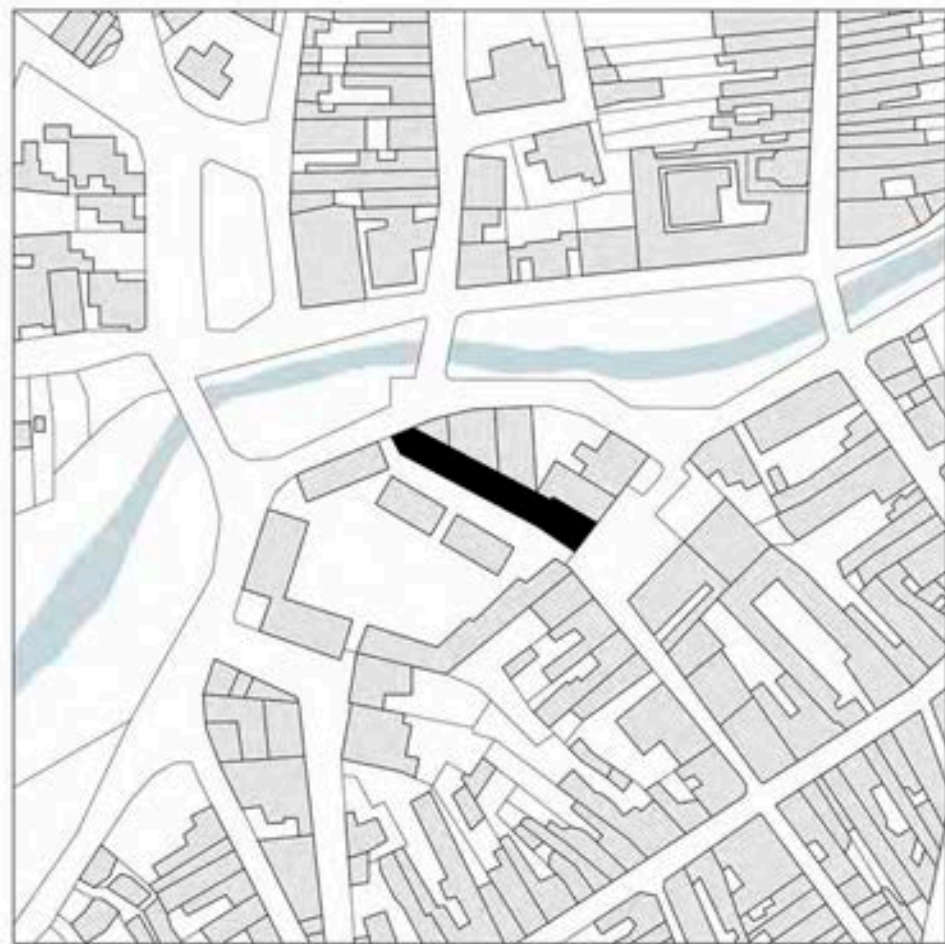
Desenhos p. 852
[1142] [1143]

Desenhos p. 853
[1144]
[1145]
[1146]

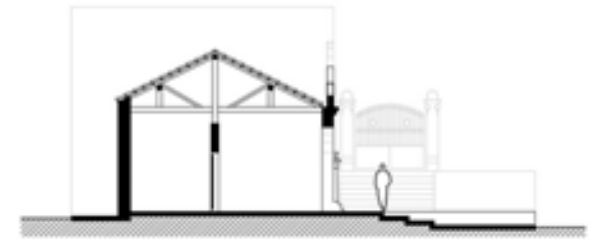




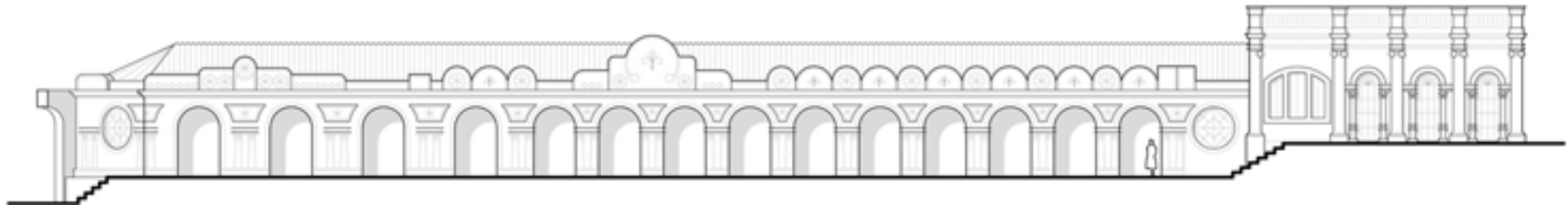
GOIÁS • ○ • 100m



SITUAÇÃO • ○ • 1:2500 • 10m

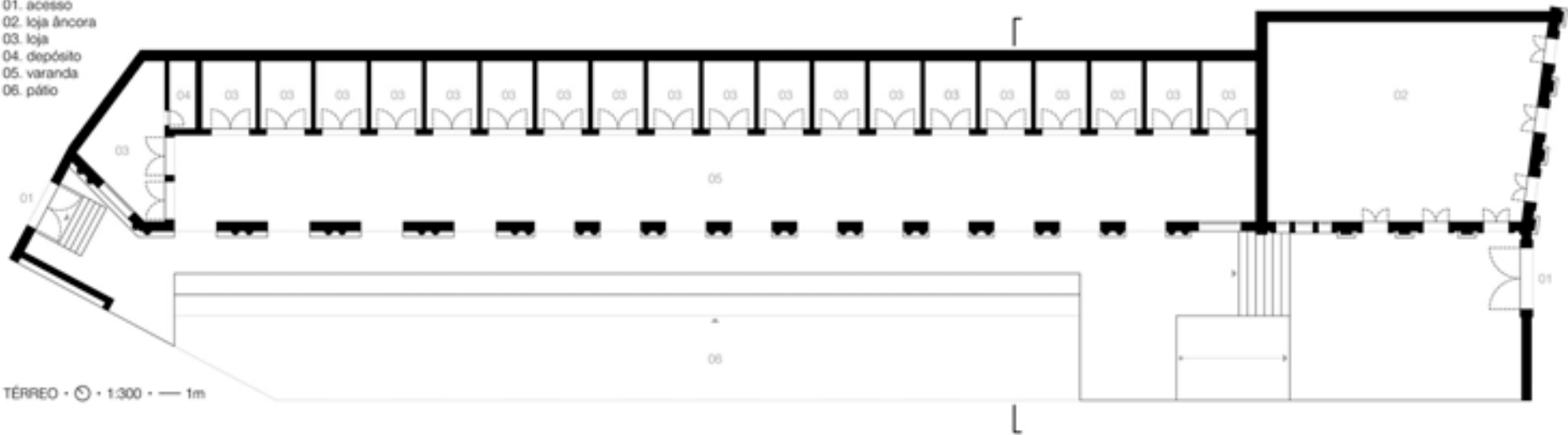


CORTE TRANSVERSAL • 1:300 • — 1m



SUDOESTE • 1:300 • — 1m

- 01. acesso
- 02. loja âncora
- 03. loja
- 04. depósito
- 05. varanda
- 06. pátio



TÉRREO • 1:300 • — 1m



◀ [1147] · 02/01/2017

1927 / 1759 · MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA NATIVIDADE ·

1927 / 1759 · Natividade / TO · Matriz de Nossa Senhora da Natividade

A Igreja de Nossa Senhora da Natividade, Matriz da cidade, é documento de dois momentos significativos na história desse núcleo. O primeiro, a descoberta do ouro, que proporcionou a fixação e o crescimento do arraial, e o segundo, marcado pela criação de gado, atividade que prosperou e promoveu renovações estilísticas em diversas edificações.

Inaugurada em 1759 (Palacin; Borges, 1987:60), teve como motivação inicial abrigar a imagem de Nossa Senhora de Natividade, trazida pelos jesuítas que exploravam a região. Era ainda momento em que as extrações de ouro permaneciam como atividade rentável, empurrando com isso a construção do novo templo. Nessa época a Igreja de São Benedito [172:215] já estava edificada, templo mais simples e tanto menor, cuja precedência da construção pode ser explicada pela superioridade numérica dos escravos. Assim, o avanço desta obra dependida mais de uma pequena contribuição braçal de muitos indivíduos, do que da continuidade de um aporte financeiro.

Ambas empregaram as mesmas técnicas construtivas. A alvenaria de pedra é o elemento principal tanto das fundações quanto da nave e o adobe em trechos dos cômodos laterais. Muito provável que tenha sido empregada a mesma mão de obra. As plantas eram também muito similares, já que inicialmente a Matriz dispunha de apenas uma torre. Apesar das semelhanças técnicas, inerentes ao contexto local, existem diferenças substanciais em outros aspectos.

A implantação é uma delas. A matriz está inserida em local mais privilegiado do tecido urbano, que se abre e conforma um generoso adro, como suporte para apreensão da importância da instituição. Uma antessala que abriga os festejos populares da cidade. A escala é o outro diferencial; é o maior edifício do centro histórico, e a percepção dessa volumetria é potencializada pela abertura urbana que permite o contraste volumétrico com o entorno. Não está no ponto mais alto da cidade, mas ao pé da serra, em uma guarda simbólica dos acessos às minas.

[1148] · 23/07/2019 ◀
Fachada lateral direita.

[1149] · 23/07/2019 ◀
Fachada frontal e lateral.

[1150] · 23/07/2019 ▶
Fachada lateral esquerda.



Os viajantes nos ajudam em uma aproximação da materialidade primitiva. Pohl (1951b:193), em 1819, acusa a necessidade de reformas urgentes; Cunha Mattos (1875:39), por volta de 1822, informa que a necessária reforma já estava sendo realizada. Mas é William John Burchell (Ferrez, 1981:143) quem, em 1828, revela as feições iniciais, com apenas uma torre e a simplicidade volumétrica das típicas igrejas goianas do século XVIII. Foi sobre essa volumetria que realizaram, em 1927, as renovações estilísticas em voga na região, reproduzidas e propagadas pelos mestres baianos que chegaram a Natividade ao final do século XIX.

[1151] · 23/07/2019 ◀
Detalhe retábulo-mor.

[1152] · 23/07/2019 ◀
Nave e coro.

[1153] · 23/07/2019 ▶
Arco-cruzeiro e altar-mor.

Tais modificações de fachadas aconteceram tanto em residências particulares [1056:795] quanto em edifícios oficiais [1193:887], promovidas por fazendeiros abastados que expunham sua condição financeira por uma diferenciação, formal, das edificações tradicionais. Assim, surgiram pilastras, molduras, arcos, beirais tríplexes, platibandas e mais alguns elementos que adornavam as edificações, não mudando seu sistema construtivo, mas acrescentando ao volume existente os novos elementos, já o suficiente para passar uma mensagem de renovação.

A Igreja de Nossa Senhora da Natividade, das três existentes, foi a única renovada. Recebeu uma segunda torre – que também parece tentativa frustrada de suprimir fissuras estruturais na fachada frontal – e teve reconfiguradas todas as aberturas e molduras, com acréscimo de pilastras e uso do arco pleno com elemento organizador. Com isso, houve um reforço da composição simétrica, só interrompida pelo caimento da calçada frontal.

Em relatos levantados na década de 1980 (Vaz, 1985:10), aponta-se a dúvida da autoria da reforma, se de Artur Rios, ou de José Francisco de Paula, seu discípulo. Porém, a autoria implica menos materialmente que historicamente. Mais importante foi a comunidade formada por esses mestres, revivendo um sistema corporativo de construção, no qual compartilhavam técnicas, experiências, aprendizes e empreitas, dedicando-se a um saber fazer que se propagou durante todo o século XX, e que permanece até hoje.



Dados

Obra: Matriz de N. Sra. da Natividade

Ano Construção: 1759

Ano Remodelação: 1927

Responsáveis:

Artur Rios (mestre 1927)

José Francisco de Paula (mestre 1927)

Cidade: Natividade / TO

End.: Av. dos Cruzeiros, SN, Centro

Coordenadas: 11°42'34.7"S 47°43'24.8"W

Altitude: 328 m

Altura: 12,30 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 705 m²

Área Ocupada: 451 m²

Área Construída: 507 m²

Fontes

FERREZ, Gilberto. **O Brasil do 1º Reinado visto pelo botânico William John Burchell**. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, 1981.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **CHOROGRAPHIA historica da provincia de Goyaz**. Parte II. In: Revista do IHGEB, tomo XXXVIII, parte primeira, p.5-150. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro Editor, 1875.

PALACIN, Luís; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás**. Brasília: SPHAN, 1987.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no Interior do Brasil: Volume II**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951b.

SPHAN. **Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de Natividade**. Processo nº1.117-T-84/SPHAN. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: SPHAN, 1984.

VAZ, Maria Diva Araujo Coelho. **Natividade - Projeto Oito Vertentes e Dois Momentos de Síntese da Arquitetura Brasileira**. Goiânia: Editora da UCG, 1985.

[1154] · 23/07/2019
Detalhe retábulo-mor. ◀

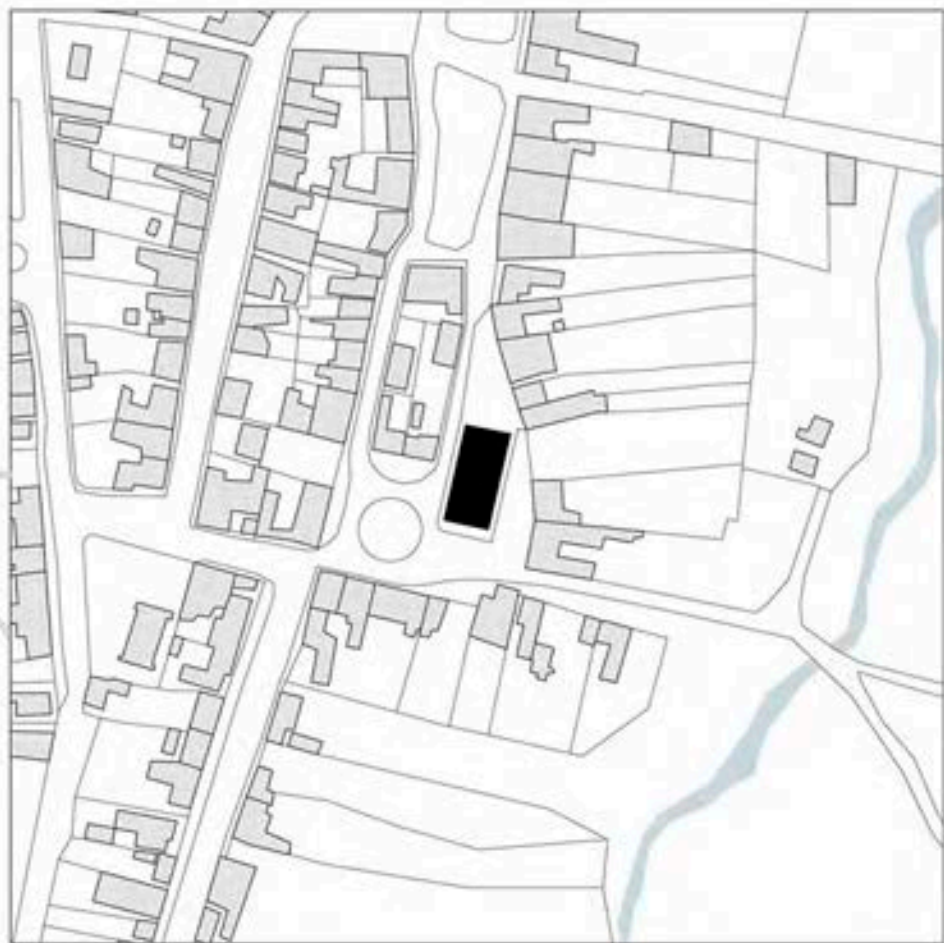
[1155] · 23/07/2019
Detalhe retábulo-mor. ◀

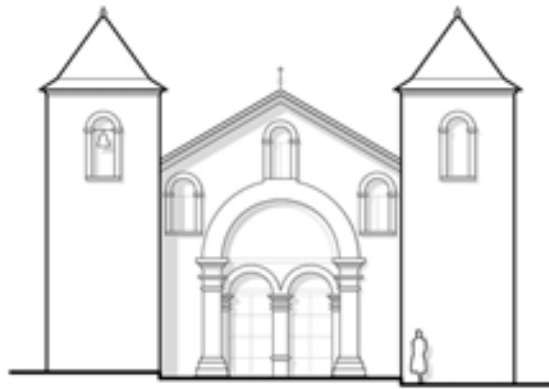
[1156] · 23/07/2019
Detalhe retábulo-mor. ▶

Desenhos p. 862
[1157] [1158]

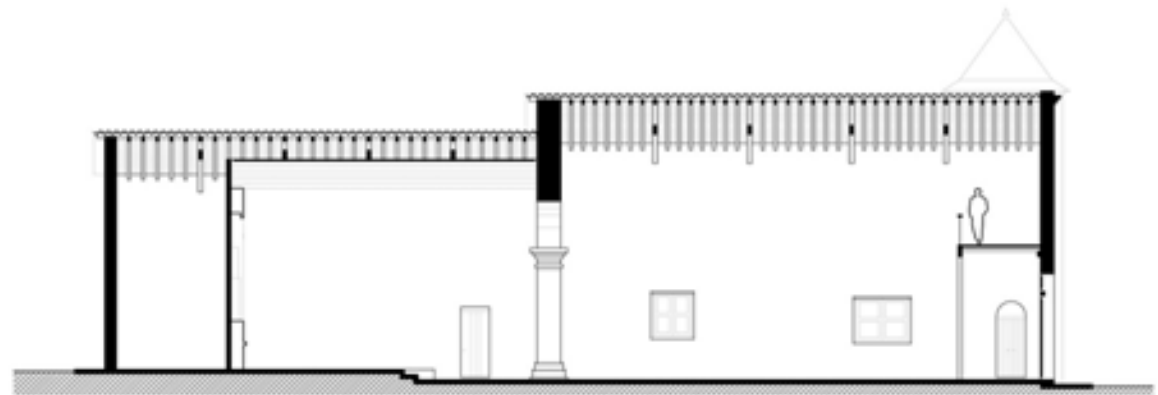
Desenhos p. 863
[1159] [1160]
[1161]





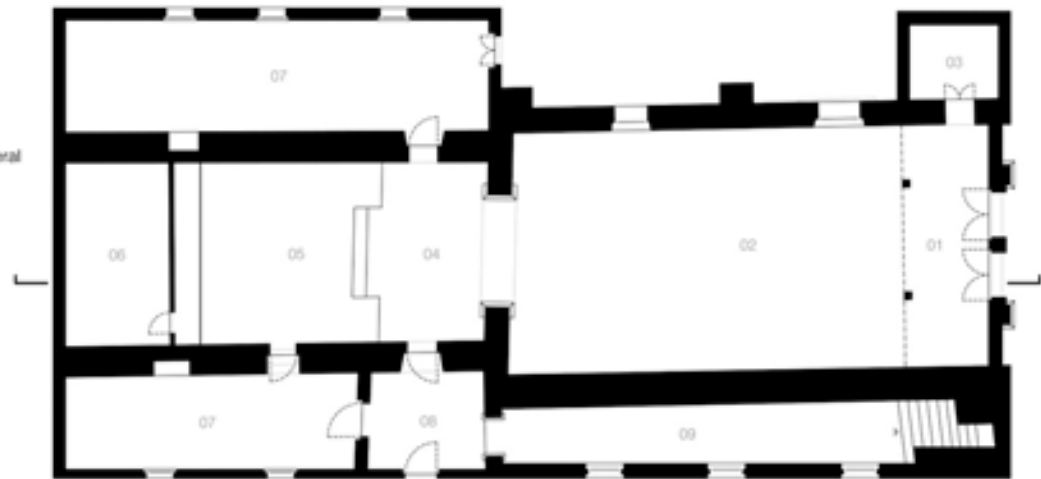


AVENIDA DOS CRUZEIROS • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m

- 01. pia batismal
- 02. nave
- 03. acesso torre
- 04. capela
- 05. altar
- 06. camarinha
- 07. sacristia
- 08. vestibulo lateral
- 09. acesso coro



TÉRREO • Ⓞ • 1:250 • — 1m



◀ [1162] · 26/04/2019

1929 · PALÁCIO DA INSTRUÇÃO ·

1929 · Cidade de Goiás / GO · Palácio da Instrução

O edifício batizado Palácio da Instrução nasce com a função primordial de abrigar a Escola Normal de Goiás. A instituição esteve diretamente ligada a um processo de institucionalização da formação de docentes, movimento típico da modernização dos estados. Atendia a necessidade de criar um corpo de funcionário habilitados. Necessidade que se amplia com o aumento da população e com a pressão da burguesia local por uma estrutura de formação para seus filhos.

Assim como o Liceu, a Escola Normal nasceu de uma primeira experiência francesa que objetivava a formação de professores para uma escola dita pública e a princípio universal ao final do século XVIII (Rocha, 2018:54). O foco é a preparação dos mestres para a escola de primeiras letras, estabelecendo as fundações da instrução pública a partir do ensino primário (Villela, 2018:89). A propagação em território nacional tanto das Escolas Normais quanto dos Liceus é estimulada a partir do Ato Adicional de 1834 que autoriza mais independência às províncias. Em Goiás a Escola Normal se instalou em 1884, ativa apenas até 1886 devido, dentre outros fatores, à falta de professores na cadeira de pedagogia (Brzezinski, 2018:568). Quando retorna, em 1904, permanece, até 1929, no mesmo edifício onde funcionava o Liceu de Goiás **[1085:815]**, compartilhando salas e disciplinas comuns. Sob a denominação de Escola Normal Oficial a instituição sofreu transformações estruturais em seu programa pedagógico e nos espaços que utilizava.

Sob a liderança do secretário do interior e justiça César da Cunha Bastos (1898-1992), acampado pelo então presidente provincial Brasil Ramos Caiado (1893-1959), o novo plano foi colocado em ação (Bretas, 1991:517). A empreitada não concluída pela exiguidade do mandato dos dois líderes foi mantida no governo de Alfredo Lopes Moraes, sob o comando de Gumercindo Otero. Foi por eles finalizado o Palácio da Instrução, portentoso símbolo da modernidade estatal, um complexo que comportaria, além da Escola Normal Oficial, o Jardim de Infância, o Grupo Escolar Modelo e a Escola Complementar.

[1163] · 06/07/2021 ▲ ▲
Fachada frontal.

[1164] · 06/07/2021 ▲ ▲
Detalhe platibanda.

[1165] · 06/07/2021 ▼
Fachada frontal e entorno.



Para abrigar o programa foi escolhida a inacabada usina de beneficiamento de algodão (Bretas, 1991:516). Abandonada tanto pela falta de verbas para sua conclusão quanto pela projetada ineficiência das operações, devido à escassez de algodão na região. Sobre suas sólidas fundações foi edificado o Palácio da Instrução, inaugurado em 1929 e projetado pelo então engenheiro do estado Luiz Augusto Confúcio (Almanak, 1930:99), que adaptou a planta e concebeu a fachada.

[1166] · 06/07/2021
Administrativo.



[1167] · 06/07/2021
Administrativo.



[1168] · 06/07/2021
Sala multiuso.



O edifício apresenta uma série de características muito comuns às expressões ecléticas, como o porão alto, o acesso lateral, a valorização da fachada frontal, grandes proporções de aberturas e o uso do tijolo cozido (Coelho, 1999:63). Porém nesse exemplar a fachada vai assumir uma expressão diferente do que foi até então edificado na cidade de Goiás. Apesar da balaustrada superior, das molduras e do desenho das vergas – típicos elementos do ecletismo – tais componentes serão tratados com uma diferenciada geometrização e conseqüente limpeza formal.

Talvez a formação do engenheiro Luiz Augusto, ligada à Escola Militar do Rio de Janeiro (Diário Carioca, 1928:7), o tenha colocado em contato com essas novas formas que tão bem serviram ao equipamento que tinha a modernidade como mote conceitual de suas atividades. Esse eclético geometrizado só será encontrado nas edificações ligadas ao uso ferroviário, como a Estação Vianópolis [1116:835] ou a Estação Anápolis [1271:939], mas nessas sem assumir o caráter autoral encontrado no Palácio da Instrução.

Até a década de 1970, o edifício esteve implantado com amplo largo em sua frente, conectando-se visualmente à Praça da Matriz (in: Passos, 1987:14). Esta linha de contato foi interrompida por um ginásio de esportes edificado no antigo vazio. Além de afastar o edifício da composição urbana central, o manteve completamente escondido até 2020, quando da retirada do centro esportivo. A ampla reforma permitiu a valorização das formas e ambiência do Palácio da Instrução.



Dados

Obra: Palácio da Instrução

Ano Construção: 1929

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

César da Cunha Bastos (empreendedor)

Brasil Ramos Caiado (empreendedor)

Alfredo Lopes Morais (empreendedor)

Gumercindo Otero (empreendedor)

Luiz Augusto Confúcio (engenheiro)

Cidade: Cidade de Goiás / GO

End.: Rua Professor Alcide Jubé, SN, Centro

Coordenadas: 15°56'01.5"S 50°08'18.2"W

Altitude: 496 m

Altura: 8,00 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 4.440 m²

Área Ocupada: 617 m²

Área Construída: 617 m²

Fontes

ALMANAK LAEMMERT LIMITADA. **Almanak Laemmert 1930 – 4º Volume**. Rio de Janeiro: Oficinas Typographicas do Almanak Laemmert, 1930.

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da instrução pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

BRZEZINSKI, Iria. **Escola Normal de Goiás: Nascimento, apogeu, ocaso, (re)nascimento**. In: As escolas normais no Brasil: do Império à República. p.551-591. Campinas: Alínea, 2018.

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I**. Goiânia: IAB, 1999.

DIÁRIO CARIOCA. **Viajantes**. Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1928, n.61, p.7.

PASSOS, Eldes Camargo de (Org.). **José Alencastro Veiga: Memórias fotográficas de Goiás**. Cidade de Goiás: Funarte, 1987.

ROCHA, Lucia Maria da Franca. **A Escola Normal na província da Bahia**. In: As escolas normais no Brasil: do Império à República. p.89-117. Campinas: Alínea, 2018.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. **A primeira escola normal do Brasil: Concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX**. In: As escolas normais no Brasil: do Império à República. p.53-88. Campinas: Alínea, 2018.

[1169] · 06/07/2021

Detalhe balaústre.



[1170] · 06/07/2021

Detalhe porta.



[1171] · 06/07/2021

Detalhe fachada lateral.



Desenhos p. 872

[1172] [1173]

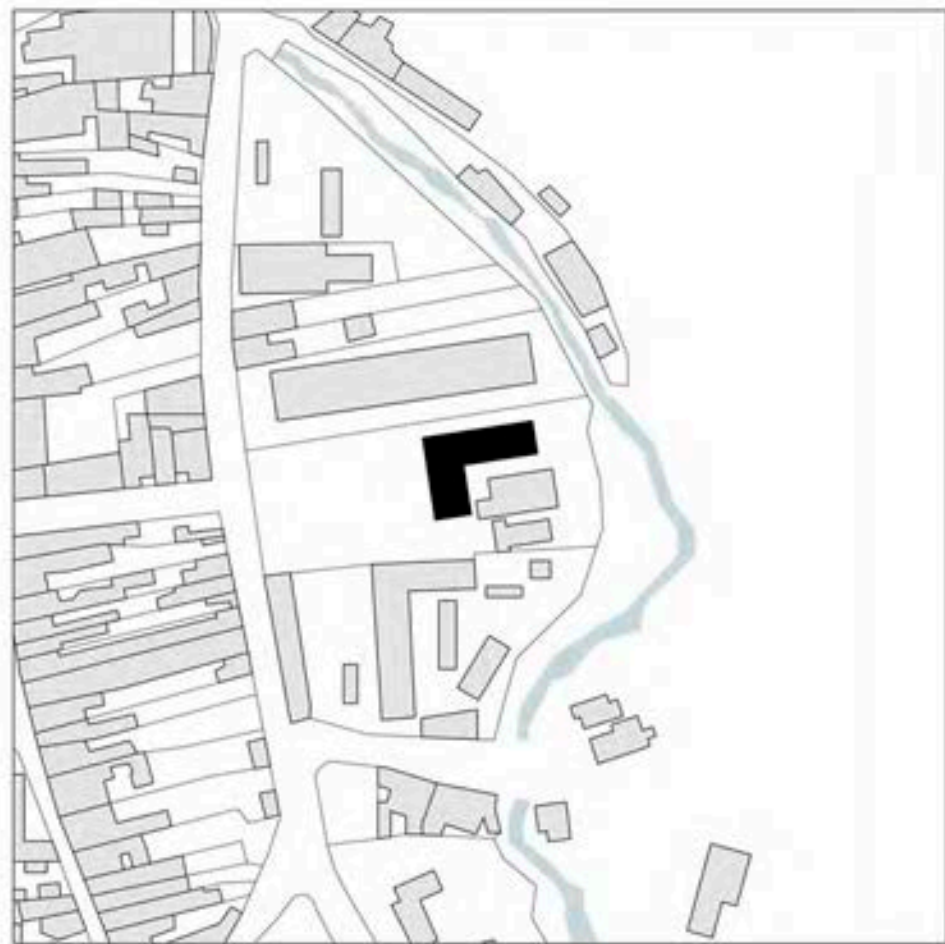
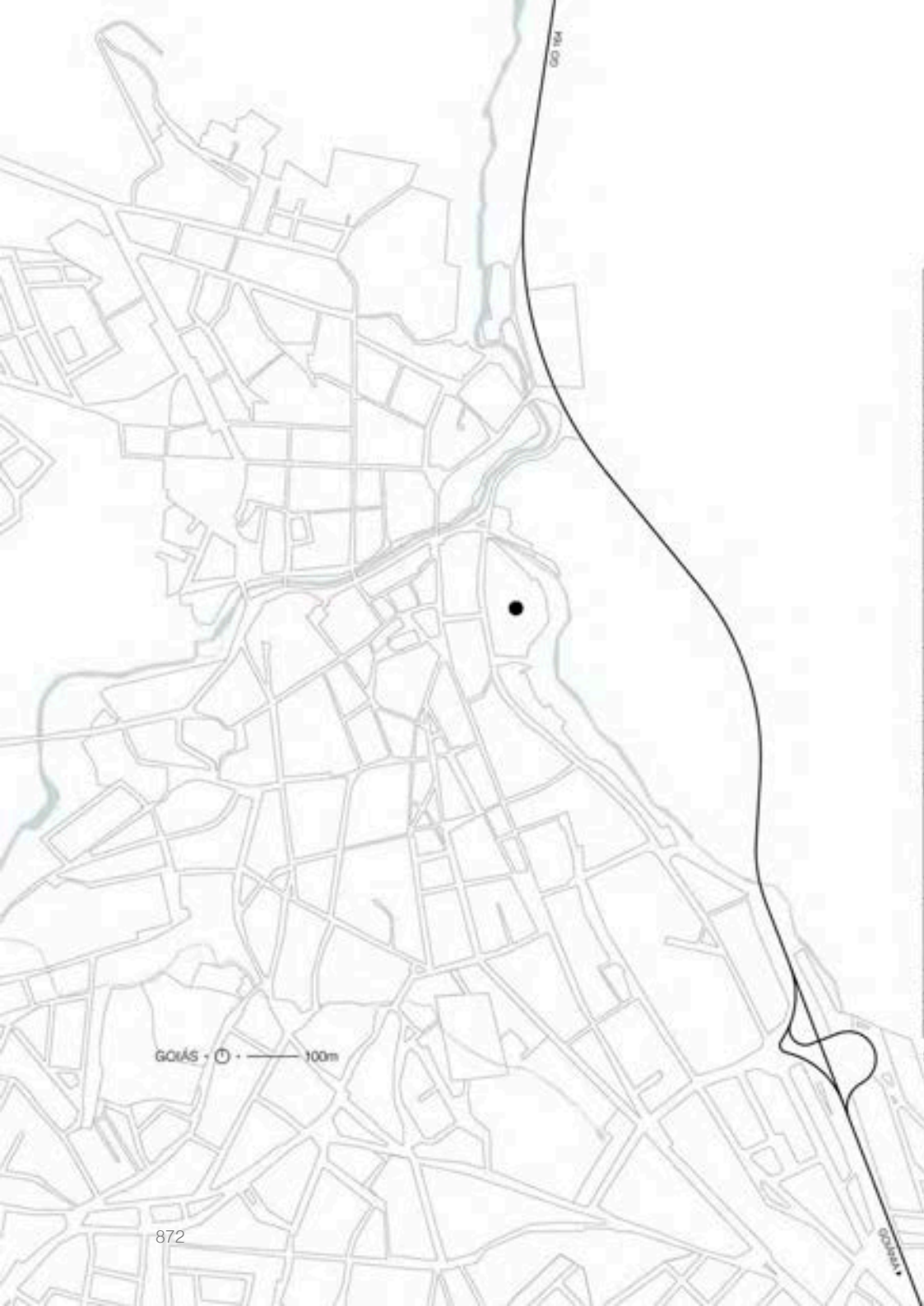
Desenhos p. 873

[1174]

[1175]

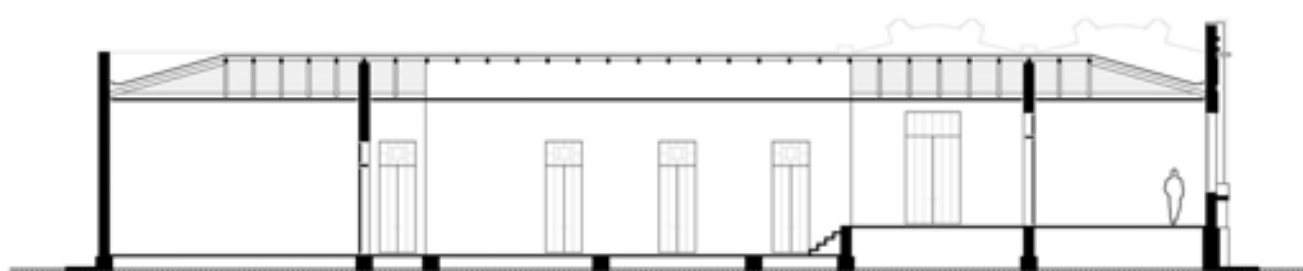
[1176]





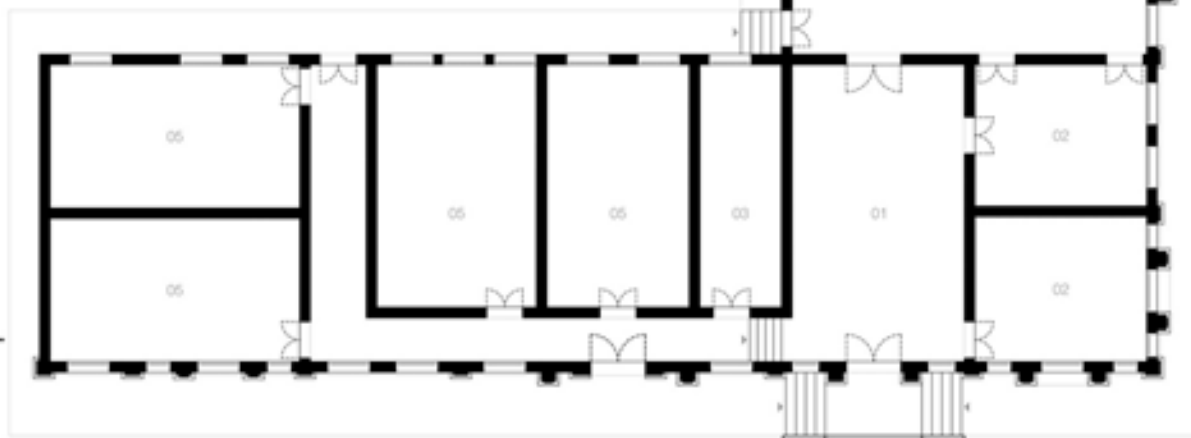


RUA ALCIDE JUBÉ • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m

- 01. recepção
- 02. administrativo
- 03. depósito
- 04. salão comum
- 05. sala multiuso



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [1177] · 27/04/2019

1929 / 1762 · CATEDRAL DE SANTANA ·

1929 / 1762 · Cidade de Goiás / GO · Catedral de Santana

A saga da Catedral de Santana está intimamente ligada com a da cidade de Goiás desde os primeiros momentos como nascente arraial. Essa e a Igreja da Barra [126:183] foram ambas edificadas sob as ordens de Bartolomeu Bueno II (1672-1740), ainda sem consenso historiográfico de qual teria sido a primeira. Porém, no caso da Catedral nada resta de sua primitiva concepção. Hoje assume expressão majoritariamente eclética, lançada pelo arquiteto Gastão Bahiana (1874-1959) em 1929. Do século XVIII restaram algumas pequenas partes da alvenaria em pedra e a posição no tecido urbano.

A primeira capela, erguida em 1727 (Coelho, 1999:53), já em 1732 parece ter assumido escala de igreja, pois havia petição para construção de tumbas mencionando o arco cruzeiro como referência e, em 1735, encontram-se registros solicitando fundos para a obra de uma já designada Matriz (Bertran, 2002:57), contrariando a data fundacional de 1743 lançada por Silva e Souza (Teles, 1998: 111). A capela é substituída e torna-se igreja. Ao que consta, entra em processo de arruinamento em 1742 (Coelho, 2017:57) e é demolida em 1743 pelo ouvidor Manoel Antunes da Fonseca, objetivando a construção de maior e mais utilitário templo.

As obras, repetidamente mal executadas, talvez por falta de domínio da taipa de pilão em tamanha escala, já estavam novamente arruinadas em 1759, quando a Igreja do Rosário dos Pretos assume o papel de Matriz até 1762, com o fim da reforma geral da outra (Fonseca e Silva, 1948:236). Situação desconfortável para a sociedade local, tanto por se utilizar do templo dos negros, quanto por uma desvantagem construtiva perante a Matriz de Meia Ponte [141:193]. Em 1780 é solicitada uma ampliação do consistório, algo tido pelo vigário local, José Manoel Coelho, como muito perigoso, dada a fragilidade geral da construção (Fonseca e Silva, 1948:236). E assim, entre reformas e reconstruções, se materializa em ampla Matriz, retratada de maneira mais precisa em 1828 pelos traços de Burchell (in: Ferrez, 1981:126), que nos revelam os contornos do que seria a materialidade das definições construtivas pensadas durante o século XVIII.

[1178] · 06/07/2021 ◀
Detalhe fachada posterior.

[1179] · 06/07/2021 ◀
Acesso lateral esquerda.

[1180] · 08/07/2021 ▶
Fachada frontal.



O desenho nos mostra um templo de avantajadas proporções, similares à escala atual, com frontão triangular, óculo central e cimalkas pouco trabalhadas emoldurando os volumes. Havia ainda um campanário de madeira, lateral, supostamente desnecessário para uma igreja dessa escala, mas que pode ser indício de fragilidade da alvenaria das torres. Chama a atenção a estrutura em pedra lavrada, erguida onde costumeiramente temos os esteios de madeira. Se tomarmos os vestígios atuais de pedras nas mesmas posições, o desenho nos parece verossímil.

Em 1872 há o desabamento da capela e em 1874 do frontispício (Coelho, 2017:45), em uma sequência de tragédias onde se perderam nove altares, muito elogiados por Cunha Mattos em 1829 (1874:315). De toda talha e douramento só se salvaram dois pequenos anjos que Etzel (1974:192) encontrou nas mãos de particulares. Após esta queda, os usos foram transferidos para a Igrejas da Boa Morte [456:399], onde funcionou até 1967, período de sucessivas obras na Igreja de Santana.

Em 1929 é contratado o arquiteto e professor da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro/RJ, Gastão Bahiana que, nunca tendo colocado os pés no terreno e sempre reclamando da falta de envio de informações (Coelho, 2017:72), realiza o projeto que utiliza as fundações do templo anterior como limites do novo. É deste projeto – do qual eliminaram-se as duas torres laterais com mais de 60m de altura e a grande cúpula central – o traço conformador do atual desenho da planta e de parte da volumetria.

A reforma definitiva só acontece nos anos 1990, sob os cuidados do arquiteto Fernando Madeira. Assim o inacabado corpo da igreja foi completado. Seguiu-se os vestígios da materialidade das obras iniciadas dentro dos conceitos de Gastão Bahiana. No volume de tijolos cozidos foi inscrita a fachada referente ao templo do século XVIII, refeita a partir de arqueologia de relatos, mas que nos parece eminentemente guiada pelo desenho de Burchell. O que vemos hoje é a parte caiada que sinaliza escala e composição do templo primitivo, enquanto o restante é mantido em tijolo aparente, indicando o projeto renovador das obras iniciadas ao final da década de 1920.

[1181] · 06/07/2021 ▲ ▲
Detalhe fachada lateral.

[1182] · 08/07/2021 ▲ ▲
Detalhe cimalka.

[1183] · 06/07/2021 ▼ ▼ ▼
Detalhe fachada lateral.

[1184] · 06/07/2021 ▼ ▼ ▼
Detalhe fachada frontal.

[1185] · 06/07/2021 ▼ ▼ ▼
Detalhe fachada lateral.



Dados

Obra: Catedral de Santana

Ano Construção: 1762

Ano Remodelação: 1929

Responsáveis:

Gastão Bahiana (arquiteto 1929)

Fernando Madeira (arquiteto 1990)

Cidade: Cidade de Goiás / GO

End.: Rua Tasso de Camargo, SN, Centro

Coordenadas: 15°56'03.7"S 50°08'25.9"W

Altitude: 496 m

Altura: 21,50 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 2.245 m²

Área Ocupada: 1.400 m²

Área Construída: 1.830 m²

Fontes

BERTRAN, Paulo. **Cidade de Goiás, Patrimônio da Humanidade**. Brasília/São Paulo: Verano/Takano, 2002.

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I**. Goiânia: IAB, 1999.

COELHO, Gustavo Neiva. **Arquitetura religiosa setecentista em Vila Boa**. Goiânia: Editora Trilhas Urbanas, 2017.

ETZEL, Eduardo. **O barroco no Brasil: psicologia e remanescentes em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul**. São Paulo: Melhoramentos, 1974.

FERREZ, Gilberto. **O Brasil do 1º Reinado visto pelo botânico William John Burchell**. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, 1981.

FONSECA E SILVA, José Trindade da. **Lugares e pessoas: subsídios eclesiais para a história de Goiás**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1948.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **CHOROGRAPHIA historica da provincia de Goyaz. Parte I**. In: Revista do IHGEB, tomo XXXVII, parte primeira, p.213-398. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro Editor, 1874.

TELES, José Mendonça (Coord.). **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

[1186] · 06/07/2021

Nave e altar mor.



[1187] · 06/07/2021

Nave e coro.



Desenho p. 882

[1188] [1189]

Desenho p. 883

[1190]

Desenho p. 884

[1191]

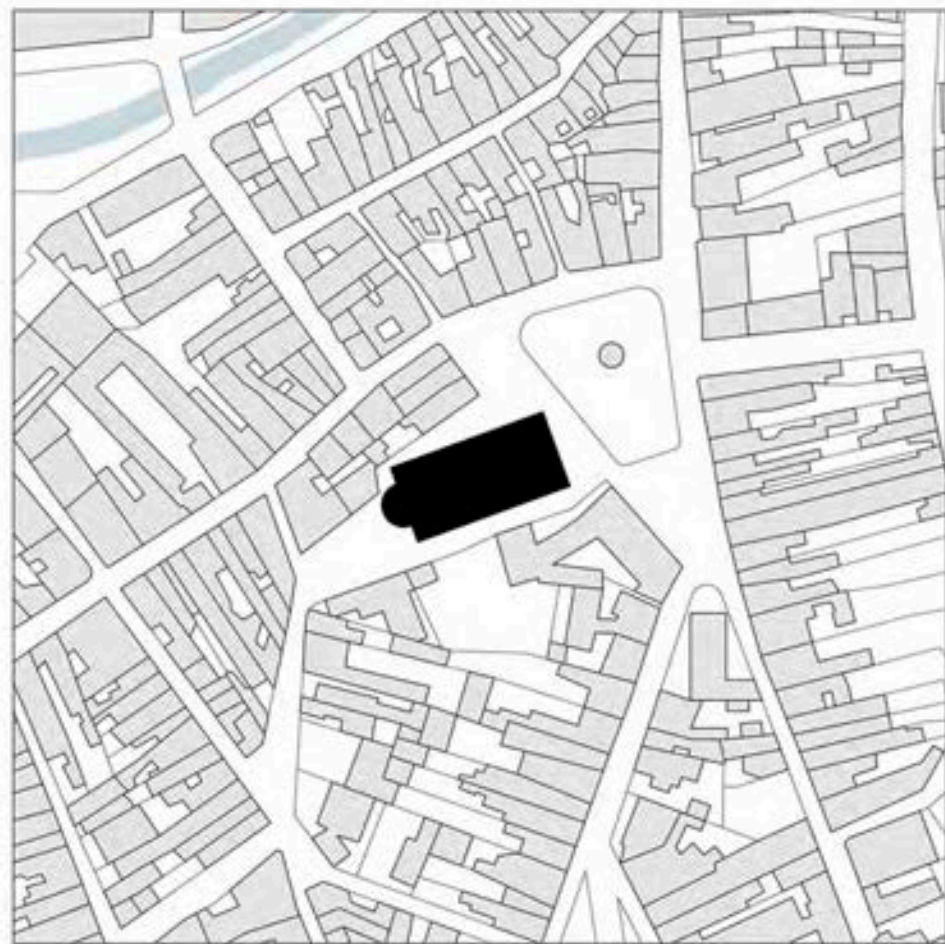
Desenho p. 885

[1192]

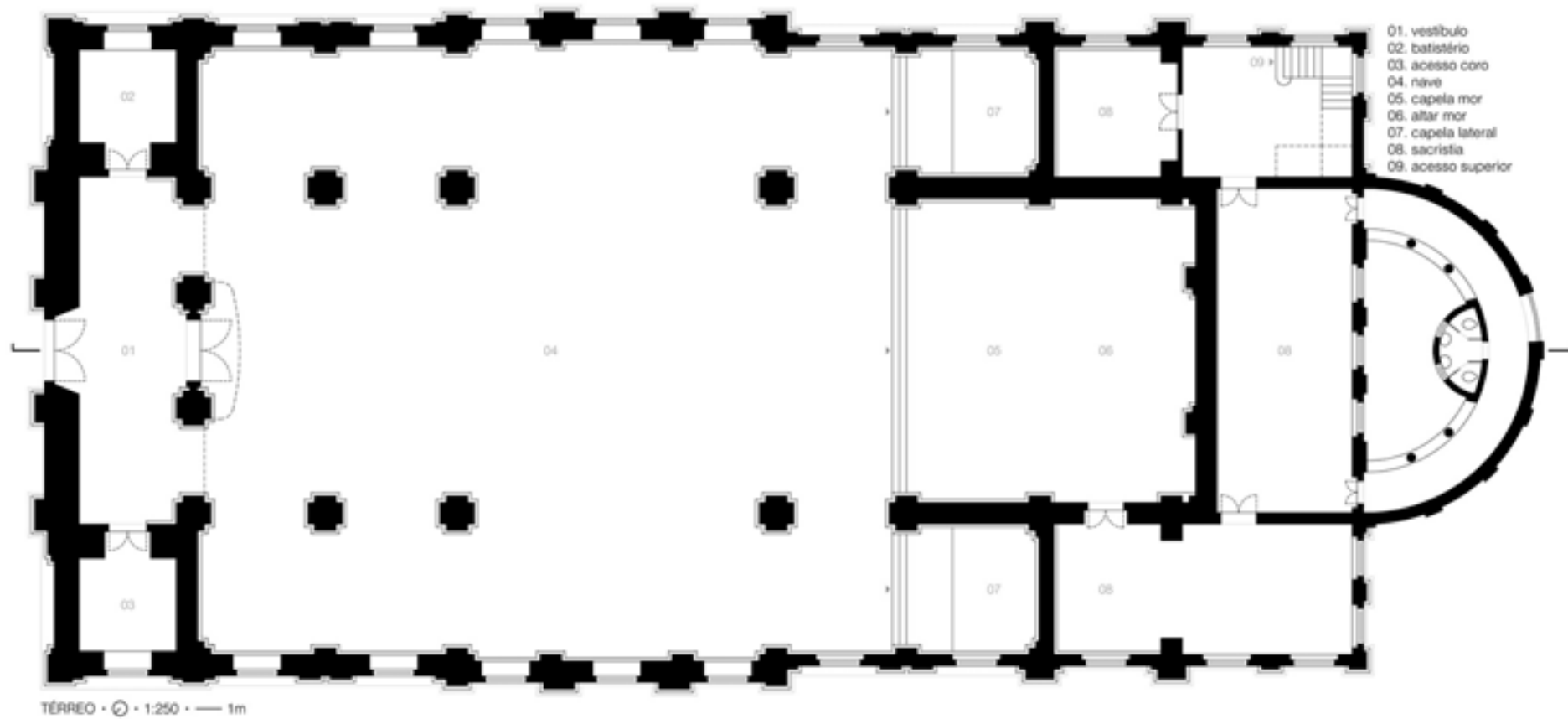


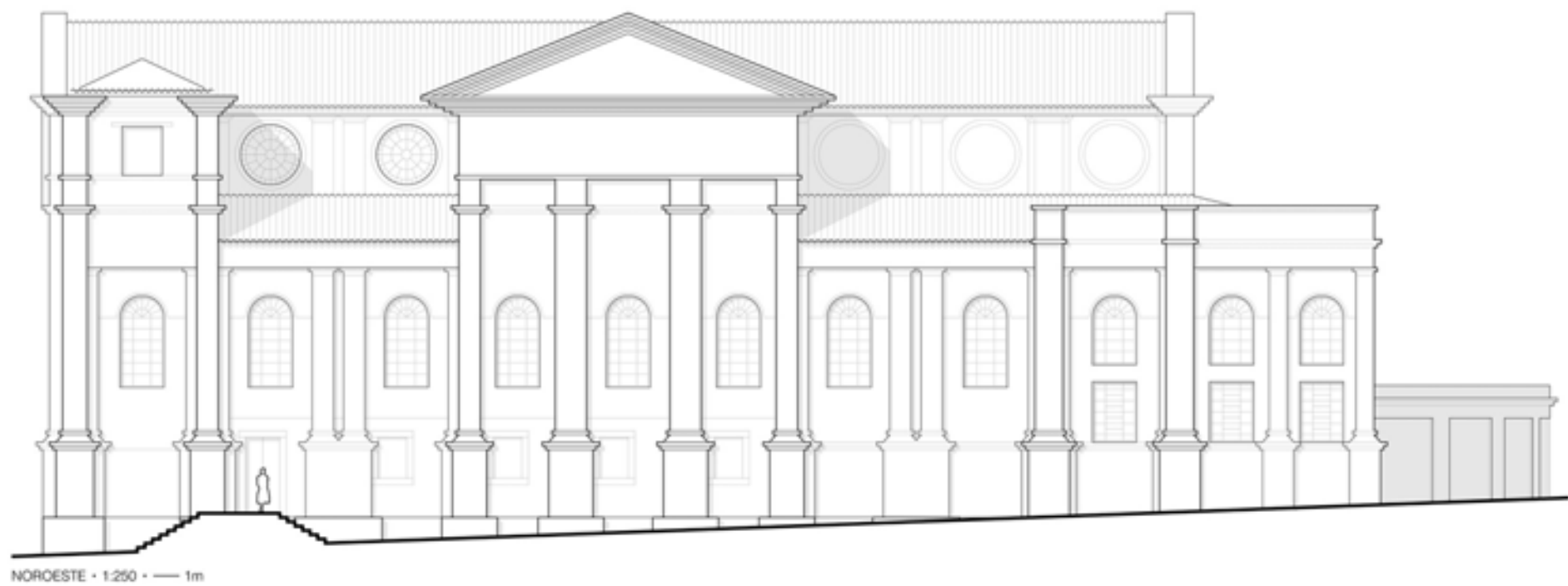


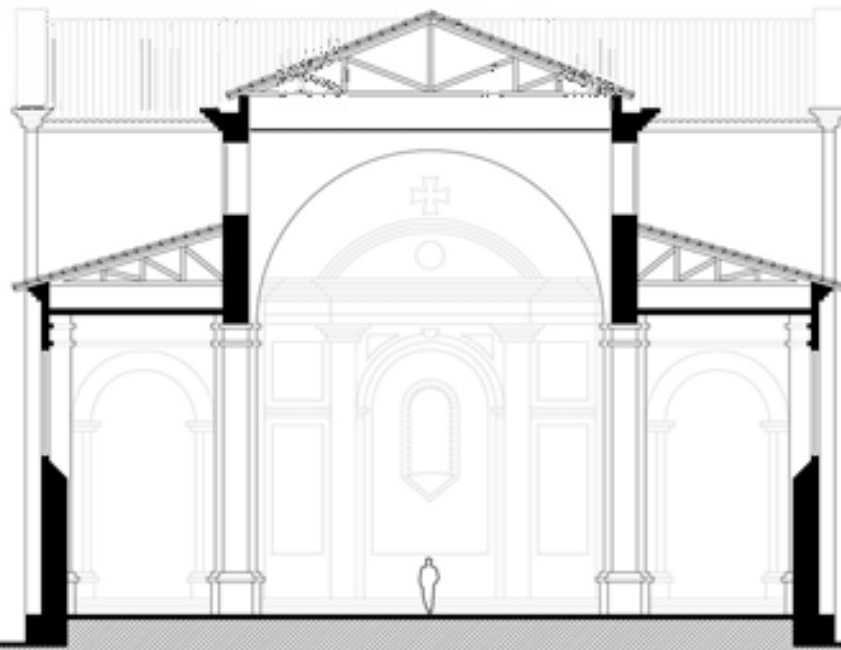
GOIÁS • ○ • — 100m



SITUAÇÃO • ○ • — 10m







CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • — 1m



◀ [1193] · 03/01/2017

≈1930 · PREFEITURA ·

1930 · Natividade / TO · Prefeitura (atual Centro de Artesanato)

[1194] · 20/10/2021
Detalhe fachada frontal. ◀

[1195] · 20/10/2021
Fachada lateral direita. ▶

As trocas culturais ao norte de Goiás, hoje Tocantins, foram —desde o início do povoamento da região —mais fortes com as cidades baianas. Natividade se aproxima da região do médio São Francisco, que registrava a criação de gado desde o século XVII, rio este já descrito em 1700 como Rio dos Currais (Arraes, 2013:48). Uma influência que hoje se percebe tanto nos trejeitos da fala quanto na concepção dos volumes arquitetônicos, que se diferenciou do sul goiano desde as primeiras escolhas do método construtivo.

Essa troca teve novo ímpeto ao final do século XIX, com o crescimento das atividades em torno da criação de gado e, mais uma vez, se refletiu na já mencionada chegada dos mestres construtores baianos. Com esse primeiro grupo, mais que as renovações estilísticas iniciais, vieram novos modos de fazer e pensar que permaneceram por meio dos aprendizes treinados nos canteiros. Assim, o conhecimento se integrou à sociedade com mais propriedade. O mestre Artur Rios, ainda adolescente quando chegou a Natividade, sendo discípulo do mestre Eduardo, tornou-se um dos principais professores da geração seguinte, formando alguns nomes como José Francisco de Paula, Deja, Adonelo e Juarez (Paz, 2013:85). As especialidades eram variadas, pedreiro, carpinteiro, ferreiro, uma série de ofícios que se comunicavam em uma rede de técnicas e saberes construtivos. A influência se estendeu ainda a núcleos urbanos vizinhos, com alguns desses mestres se mudando para cidades próximas como Arraias e Monte Alegre.

E acompanhando o tempo no século XX, as fachadas também seguiram uma progressão crescente na complexidade de sua composição. Assim percebemos nas Residências nº 100 da Pç. Leopoldo de Bulhões [935:716], nº 100 [936:716] e nº200 [104:156] —da Rua Deocleciano —na renovação da Igreja Matriz [1147:855] e na antiga Prefeitura. Estas foram algumas das obras de maior complexidade formal, com aplicação simultânea de vários estilemas. Grande parcela do que era renovado ou construído não era tratado com uma composição múltipla de elementos.



Tais elementos eram manufaturados em um processo que se iniciava com o refinamento da cal, lavada e decantada antes da mistura com saibro – areia argilosa vermelha. Depois de homogeneizada, a massa era prensada em moldes de madeira (Vaz; Zárate, 2004a:234), um processo análogo ao utilizado pelos construtores paulistas do século XIX, que trocavam o molde por gesso e a cal e o saibro por cimento usinado (Macambira, 1985:45).

O caso da antiga Prefeitura é um tanto específico. O terreno estava registrado como vazio ainda em 1817, de propriedade da Confraria de Nossa Senhora do Rosário (Moura, 2018:437). É provável que com a elevação de Natividade a vila em 1832 – e a necessidade de um edifício para abrigar a câmara – tenha sido erguida a primeira edificação, mas ainda sem data definida. A passagem de George Gardner em 1840 menciona apenas a Cadeia e não a Câmara.

A composição da fachada seguindo os preceitos formais de renovação tem data estimada na década de 1930 (Funcult, 2003:12). Natividade torna-se município em 1933 e empossa, na mesma data, João Rodrigues Cerqueira como administrador. Este é o nome responsável pela obra. A configuração eclética perdurou até a década de 1960, quando foram removidos todos os vestígios da ornamentação e reconfiguradas as aberturas. Essa renovação buscou as regras formais do Modernismo como modelo.

Assim, permaneceu muito tempo escondida dos olhares de viajantes e pesquisadores, tanto que não foi mencionada no Dossiê de Tombamento do Sphan (1984) e tampouco no levantamento de Luiz Palacin e Ana Maria Borges (1987). Somente com o Programa Monumenta, que se iniciou em 2004, é que foram recuperadas as feições iniciais do edifício. Seguindo fotografias antigas, o desenho foi refeito, com pequenas diferenças nas pilastras, antes de seção circular e agora retangular. O uso após restauro foi pensado para abrigar o Centro de Artesanato e Apoio ao Turista, com salas de treinamento e exposição da ourivesaria local, mas até a visita, realizada em 2020, este não havia sido implantado.

[1196] · 20/10/2021 ▲▲▲
Fachada frontal.

[1197] · 20/10/2021 ▲▲▲
Detalhe beiral.

[1198] · 23/07/2019 ▲▲▲
Detalhe esquadria.

[1199] · 23/07/2019 ▼
Fachada lateral direita.



Dados

Obra: Prefeitura

Ano Construção: Não encontrado

Ano Remodelação: ≈1930

Responsáveis:

João Rodrigues Cerqueira (empreendedor)

Cidade: Natividade / TO

End.: Pç. Leopoldo de Bulhões, SN, Centro

Coordenadas: 11°42'30.5"S 47°43'25.8"W

Altitude: 330 m

Altura: 6,20 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 238 m²

Área Ocupada: 209 m²

Área Construída: 209 m²

Fontes

ARRAES, Esdras. **Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitânicas da Bahia e Pernambuco**. São Paulo: An. mus. Paul., v. 21, n. 2, p. 47-77, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010147142013000200003&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 23 jan. 2020.

FUNCULT. **Monumentos Históricos de Natividade**. Palmas: Assessoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural do Tocantins, 2003.

GARDNER, George. **Viagens no Brasil: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante nos anos de 1836-1841**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

MACAMBIRA, Yvoti de Macedo Pereira. **Os Mestres das Fachadas: artistas-artesãos**. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 1985.

MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830)**. São Paulo, 2018. Tese-FAU, USP.

PAZ, Francisco Phelipe Cunha. **Retalhos de Sabença: Ofícios, saberes e modos de fazer dos Mestres e artífices da construção tradicional em Natividade-Tocantins**. Palmas, 2013. Dissertação PEP, IPHAN.

VAZ, Maria Diva Araujo Coelho; ZÁRATE, Maria Heloisa Veloso e. **A casa goiana: documentação arquitetônica**. Goiânia: Editora da UCG, 2004a.

[1200] · 23/07/2019
Salão de atendimento. ◀

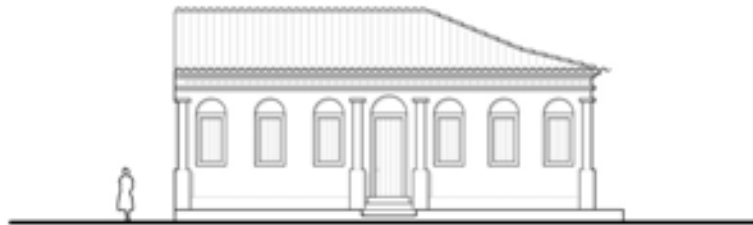
[1201] · 23/07/2019
Salão de atendimento. ▶

Desenhos p. 894
[1202] [1203]

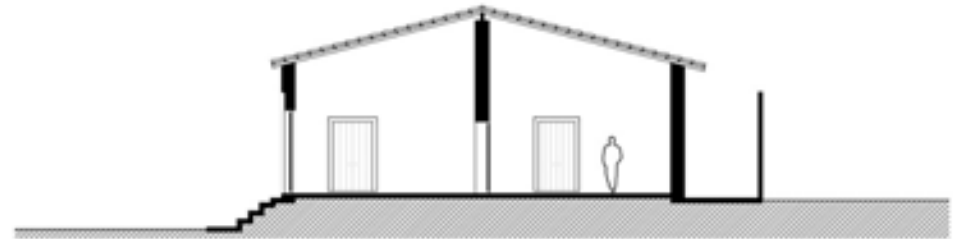
Desenhos p. 895
[1204] [1205]
[1206]



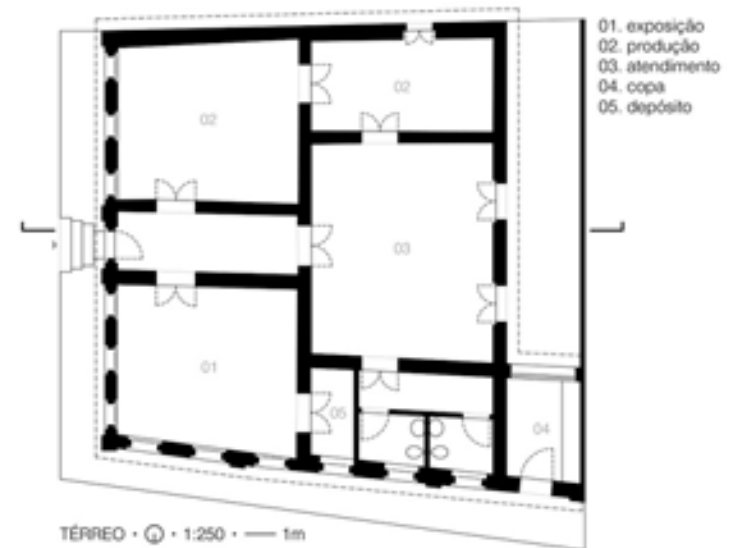




RUA FILADÉLFO NUNES • 1:250 • — 1m



CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • — 1m



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [1207] · 27/04/2019

≈1930 / 1910 · CAPELA DE NOSSA SENHORA APARECIDA ·

≈1930 / 1910 · Povoado de Areias / GO · Capela de Nossa Senhora Aparecida

[1208] · 27/04/2019 ◀
Detalhe fachada frontal.

[1209] · 27/04/2019 ◀
Escadaria de acesso.

[1210] · 27/04/2019 ▶
Fachadas frontal e lateral.

O povoado de Areias, ou só Arêas, como é conhecida essa região desde o início do século XIX, é a atual porta de entrada para quem, vindo da atual capital do estado, acessa a antiga. É o ponto de recesso na topografia da Serra Dourada, uma bocaina se o morro fosse mais alto, e onde se inicia a descida até o centro da cidade de Goiás. O terreno, milenarmente arenoso por erosão da serra nomeou o pequeno rego que desagua no Rio Vermelho e ainda uma antiga fazenda local já visitada por Cunha Mattos (1836:145).

Junto à porta da atual Capela de Nossa Senhora Aparecida um texto de apresentação diz ali ter sido um próspero núcleo urbano já no século XIX. Pelos dados da época nos parece ser a mesma prosperidade atual. O jornal *Correio Oficial de Goyaz*, de 1876, nos informa que viviam cerca de onze famílias votantes, uma dessas comandada pelo alferes David Claudino da Silva, proprietário de ferraria montada em sua própria casa (Pinto, 1894:152). Este era o encarregado da primitiva Capela de Arêas (Publicador Goyano, 1887) onde já acontecia tanto a festa do Divino quanto a de Nossa Senhora Aparecida. Diferentes são os registros da invocação desta capela. Até o ano de 1886 é nomeada como Nossa Senhora da Conceição (Brandão, 1978:60) e logo depois, em 1892, como Nossa Senhora Aparecida (Estado de Goyaz, 1892:3). Ao que parece, a festa tornou-se maior que o templo e acabou por rebatizá-lo.

Curioso é que o responsável pela capela havia solicitado, e lhe foi concedida em 1871, permissão para erigir no mesmo local da ermida um cemitério (Correio Oficial, 1871:3). Porém, nas proximidades do atual templo construído sobre a rocha não há vestígio algum de cemitério. Mas, em 2018, o estudo arqueológico promovido antes da duplicação da GO-080 encontra vestígios de pequena edificação que muito se assemelha à primitiva capela (Souza e Silva, 2018:25). No preciso local (15°59'00.6"S 50°04'51.1"W) foram encontrados esteios, piso de mezaneta, restos de telha, símbolos religiosos e, em seu entorno, além de vestígios de caixões, uma série de ossadas humanas.



Provável que seja esta a antiga capela substituída pela atual, construída sobre elevação rochosa, em posição mais nobre na qual se abre para a estrada, de costas para a Serra Dourada. Aos fundos o terreno cai abruptamente, mais de 100m, e conforma o platô sob o qual se assenta a serra que pode ser admirada em toda a sua extensão.

Da rodovia tem-se acesso ao largo que, precedendo a escadaria, serve também como palco para os tradicionais festejos de Nossa Senhora Aparecida. O templo está ao alto e apresenta a planta mais sintética das igrejas goianas. Ali estão nave, capela, sacristia e coro resolvidos em um único volume, fazendo uso da rigidez simétrica como instrumento de contenção de gastos e facilidade construtiva.

O tijolo cozido e a expressão da fachada tripartida, que alia o rigor neoclássico com os arcos ogivais típicos da arquitetura gótica, nos indica uma construção posterior a todos esses eventos ocorridos no século XIX. Apresenta dois pequenos frontões triangulares na parte central, além dos pináculos de coroam as quatro pilastras principais. Por essa mistura de gótico com clássico nos parece imbuída de intenções ecléticas. A data de 1910, inscrita junto ao frontão, pode nos revelar a data da construção inicial deste exemplar, mas não necessariamente a de sua expressão formal.

Este templo foi encontrado sem torre em estado de quase ruína por Augusto da Paixão Fleury Curado (1908-2000), natural da cidade de Goiás, que estudando direito no largo do São Francisco retorna para Goiânia na década de 1930. É nesse período que ele assume a reconstrução da capela (Melo, 2021). Acredito que a expressão da fachada seja dessa época, mesmo período de renovações ocorridas na cidade de Goiás, algumas inclusive de caráter gótico como antiga Casa Comercial Coelho e Vieira [922:710] e a Igreja do Rosário [1257:927]. O empreendedor, conhecido e respeitado na cidade, facilmente conseguiria com alguns dos engenheiros locais a concepção de uma fachada digna e pictórica. Ele e sua esposa, Ivany Craveiro Fleury Curado, cuidaram do espaço por mais de cinquenta anos, quando passou para as mãos do filho, José Augusto Fleury Curado. As portas estão sempre abertas, em uma imagem tão acolhedora quanto o profundo silêncio que lá impera.

[1211] · 27/04/2019 ◀
Detalhe fachada frontal.

[1212] · 27/04/2019 ◀
Detalhe altar-mor.

[1213] · 27/04/2019 ▶
Altar-mor.



Dados

Obra: Capela de N. Sra. Aparecida

Ano Construção: 1910

Ano Remodelação: ≈1930

Responsáveis:

Augusto Curado (empreendedor ≈1930)

Ivany Curado (empreendedora ≈1930)

Cidade: Areias / GO

End.: Rod. GO 164, SN, Areias

Coordenadas: 15°59'05.8"S 50°04'49.6"W

Altitude: 730 m

Altura: 11,00 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 505 m²

Área Ocupada: 128 m²

Área Construída: 155 m²

Fontes

BRANDÃO, Antônio José da Costa. **Almanach da Província de Goyaz; o ano de 1886**. Goiânia: UFG, 1978.

CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ. **Dia 27**. Cidade de Goyaz, 14 de outubro de 1871, n.389, p.3.

CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ. **Lista geral dos cidadãos qualificados votantes do município da capital: Quarteirão das Arêas**. Cidade de Goyaz, 13 de setembro de 1876, n.70, p.4.

ESTADO DE GOYAZ. **Prestou Contas**. Cidade de Goyaz, 5 de novembro de 1892, n.17, p.3.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1836.

MELO, Augusta Faro Fleury de. **Entrevista com a Sra. Augusta Faro Fleury de Melo, filha Augusto da Paixão Fleury Curado**. Brasília/DF, 04 de maio de 2021. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

PUBLICADOR GOYANO, O. **Festa das Arêas**. Cidade de Goyaz, 24 de maio de 1887, n.117, p.4.

PINTO, Alfredo Moreira. **Apontamentos para o Diccionario Geographico do Brazil: A-E**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

SOUZA E SILVA, Cláudio César de. **Relatório de Atendimento Ofício IPHAN N.603/2018 COTEC IPHANGO (OC1 Capela)**. Goiânia: CONSAM, 2018.

[1214] · 27/04/2019
Sino.



[1215] · 27/04/2019
Escada acesso coro.



[1216] · 27/04/2019
Nave e coro.



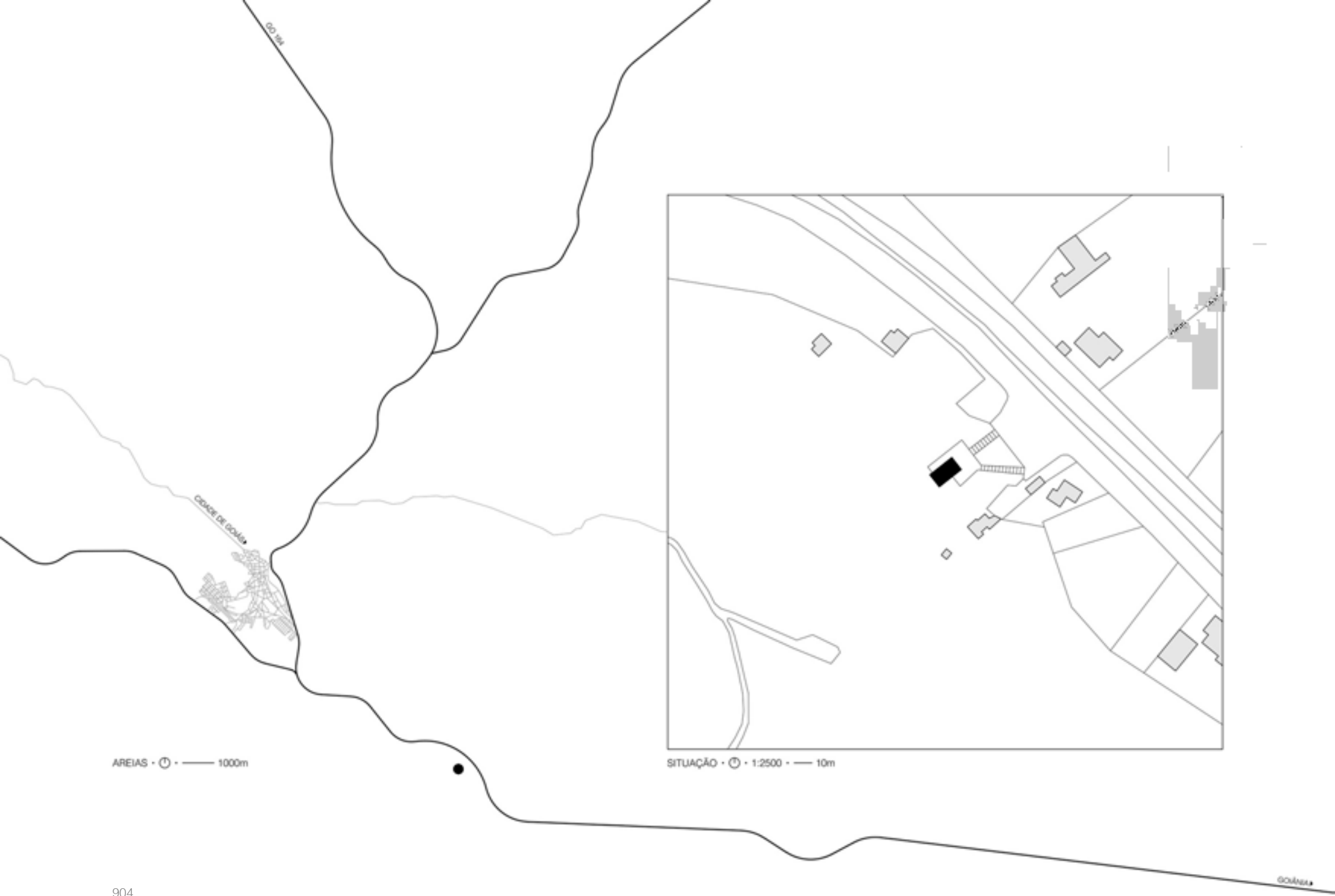
[1217] · 27/04/2019
Nave e altar-mor.



Desenhos p. 904
[1218] [1219]

Desenhos p. 905
[1220] [1221]
[1222] [1223]

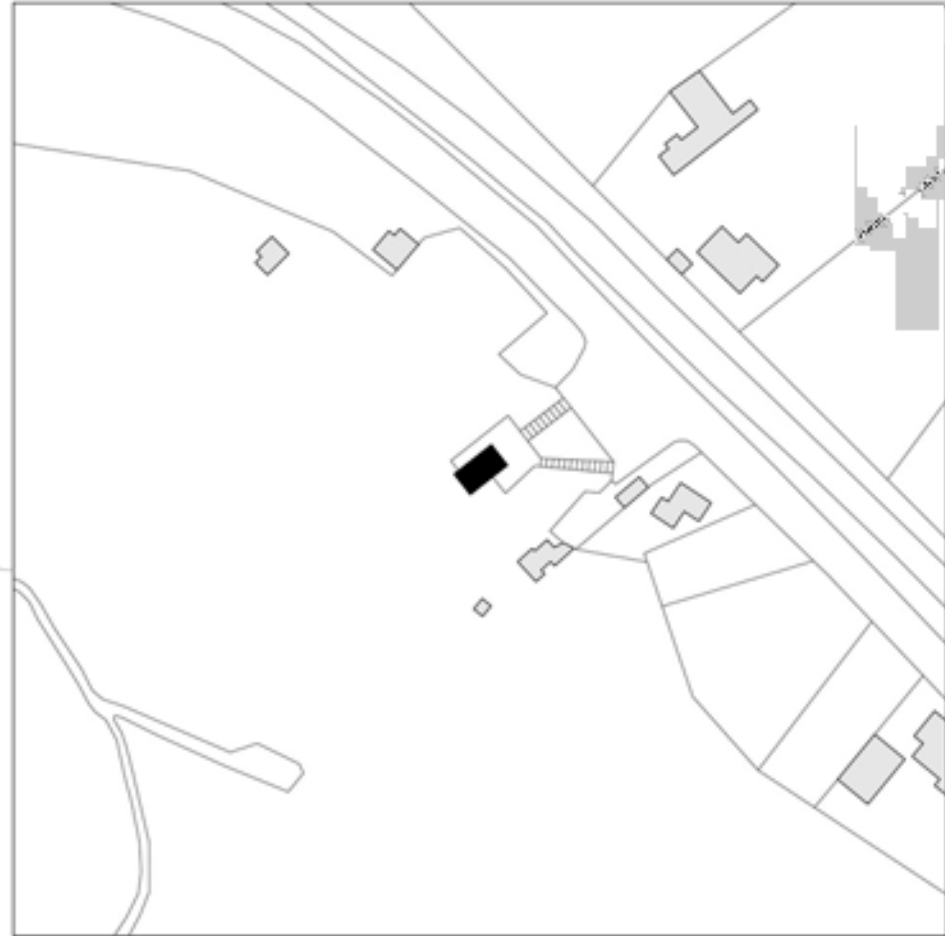




90 m

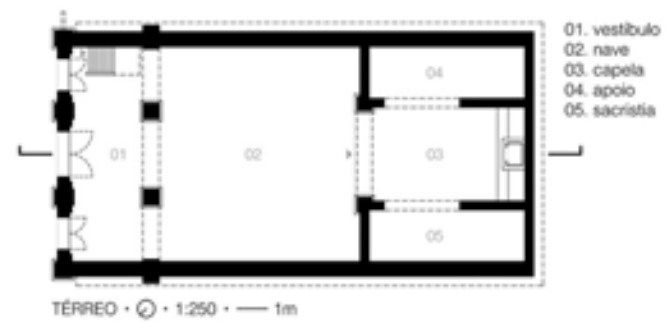
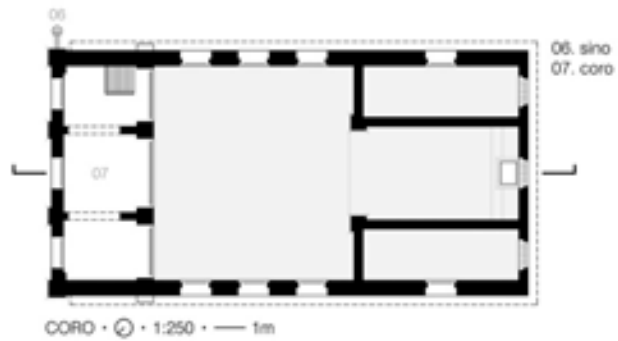
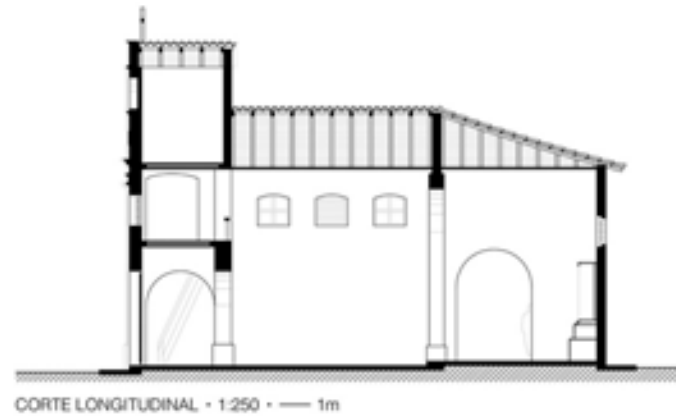
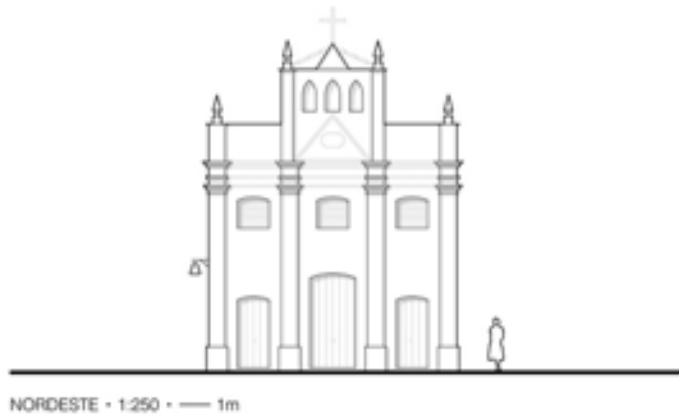
CARRIL DE GOÂNIA

AREIAS • 1000m



SITUAÇÃO • 10m

GOÂNIA





◀ [1224] · 14/01/2020

1931 / 1902 · RESIDÊNCIA MANOEL LIMA ·

1931 / 1902 · Taguatinga / TO · Residência Manoel Lima (atual Casarão Banco do Brasil)

O registro de Taguatinga desde 1778 está assinalado nos mapas da região (Barbo, 2015:304), encontrando-se em uma posição estratégica, muito próximo aos limites com o território de Pernambuco, posteriormente território baiano. Com ele ainda faziam frente a esses limites os registros de São José do Duro e de São Domingos. No caso de Taguatinga, consistia em uma casa de barro para abrigar o comandante e alguns poucos soldados, que chegavam a passar dias sem contato com outros que não os do destacamento (Mattos, 1836:229).

O desenvolvimento do povoado inicia-se próximo à metade do século XIX, a partir da fazenda Brejo, herdada por Francisco Lino de Souza após se casar com a filha do proprietário. Foi ele quem ergueu a pequena capela à Santa Maria, origem do primitivo topônimo Santa Maria de Taguatinga. Com a capela, torna-se ponto de encontro e romaria das fazendas vizinhas. Elevada a vila em 1855, consolida-se como ponto comercial das criações de gado do entorno, que encontram ali boas pastagens (Halum, 2008:333).

A economia pecuária permitiu a importação de mestres construtores baianos nas primeiras décadas do século XX em Taguatinga, como aconteceu também nas cidades do entorno. Assim, em um movimento não exclusivo à Natividade, serão encontrados exemplares dessa renovação também em Arraias – Residência nº 84 [969:732], São Domingos – Residência nº 133 [102:156], e Monte Alegre – Residência nº 80 [101:156].

Alguns dos mestres vieram de Barra/BA, outros como mestre Olavo – autor da residência em São Domingos –, eram naturais de Barreiras, também na Bahia. Esta foi o destino de quase todas as transações comerciais de Taguatinga (Almanak, 1913:2813), e lá também encontramos exemplares como o Casarão nº 17 ou o Trapiche nº134, representantes de um conjunto em franco desaparecimento.

[1225] · 14/01/2020 ◀
Detalhe inscrição frontal.

[1226] · 14/01/2020 ◀
Fachadas frontal e lateral.

[1227] · 14/01/2020 ▶
Detalhe fachada lateral.

[1228] · 14/01/2020 ▶
Detalhe platibanda e balcões.



É nessa cidade que o Sr. Manoel do Carmo Lima, comerciante em Taguatinga, vai buscar o mestre Manoel Felix Rodrigues para construir sua residência, concluída em 1902 (Galvão, 1989:2). Desconhecemos na região outro sobrado construído anterior a este. Porto nacional só terá seu primeiro edifício com dois pavimentos em 1922, com a nova Intendência Municipal [776:605]. O filho do Sr. Manoel, Miguel do Carmo Lima, assumiu a propriedade do casarão após a morte do pai em 1913. O filho, funcionário público, foi ajudante do procurador da República, chegou a ser vice presente da Câmara Municipal (Almanak, 1916:2880) e, em 1931, contrata o mestre Cipriano para realizar algumas reformas. Nessa empreita adiciona-se a platibanda, soma-se adornos e reforça-se a empena esquerda com pedras (Galvão, 1989:3).

[1229] · 14/01/2020 ◀
Detalhe balcão.

[1230] · 14/01/2020 ◀
Esquadrias e acesso.

[1231] · 14/01/2020 ▶
Detalhe fachada posterior.

Todo o edifício é bem acabado, com detalhes de uma materialidade ainda não encontrada em outros exemplares do norte goiano. Calhas, ferragens, portas e forros são executados com esmero, consolidando a composição com as sacadas, platibanda e balaustradas. A implantação junto à praça proporciona o adro adequado para equilibrar a volumetria de dois pavimentos ao tecido urbano.

Seguindo a distribuição das casas tradicionais, a planta é conformada por corredor central com quartos e salas laterais e, aos fundos, a comum extensão para abrigar cozinha e depósitos. O corpo principal é estruturado pela alvenaria de tijolo e pedra que recebem diretamente o madeiramento dos pisos superiores. Pontos que impactaram a restauração promovida pelo Banco do Brasil, entre 1986 e 1989, quando adquirem o edifício da Sra. Lia do Carmo Lima, neta do Sr. Manoel do Carmo Lima.

Para promover os espaços mais amplos necessários às exigências do Banco do Brasil, foi executada uma armação de concreto por dentro da alvenaria, escondida pelo revestimento. Os cômodos foram interligados retirando-se as paredes, porém com manutenção de uma estrutura em arco que permite o apoio aos pisos superiores. A restauração fez justiça ao cuidado dos construtores iniciais, cuidadosa e criteriosamente coordenada pelo arquiteto José Roberto Bassul e pelo mestre Francisco Pessoa Cabral. Atualmente fechado, sem uso ou manutenção, novo processo de degradação se inicia.



Dados

Obra: Res. Manoel Lima

Ano Construção: 1902

Ano Remodelação: 1931

Responsáveis:

Manoel do Carmo Lima (proprietário 1902)

Miguel do Carmo Lima (proprietário 1931)

Lia do Carmo Lima (proprietária 1986)

Manoel Felix Rodrigues (mestre 1902)

Cirpiano (mestre 1931)

José Roberto Bassul (arquiteto 1986)

Francisco Pessoa Cabral (mestre 1986)

Cidade: Taguatinga / TO

End.: Pç. da Matriz, 12, Centro

Coordenadas: 12°24'15.7"S 46°26'18.2"W

Altitude: 605 m

Altura: 10,00 m

Pavimentos: Térreo + Superior + Sótão

Área Terreno: 1.144 m²

Área Ocupada: 300 m²

Área Construída: 549 m²

Fontes

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. **Almanak Laemmert**. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 1913.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. **Almanak Laemmert**. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 1916.

BARBO, Lenora. **Cartografia histórica: território, caminhos e povoados em Goiás: 1722-1889**. Brasília, 2015. Tese-FAU, UnB.

GALVÃO, Marco Antônio de Faria. **Um caso de restauração - O Sobrado do Banco do Brasil em Taguatinga – Tocantins**. Brasília, 1989. IPHAN-TO, Pasta Arquitetura/TO Taguatinga Ag. Banco do Brasil, Caderno BT-233B.

HALUM, César Hanna. **Municípios Tocantinenses - suas origens, seus nomes**. Palmas: Provisão, 2008.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1836.

VAZ, Maria Diva Araujo Coelho; ZÁRATE, Maria Heloisa Veloso e. **A casa goiana: documentação arquitetônica**. Goiânia: Editora da UCG, 2004a.

[1232] · 14/01/2020 ◀
Sala pavimento superior.

[1233] · 14/01/2020 ◀
Espira / atendimento.

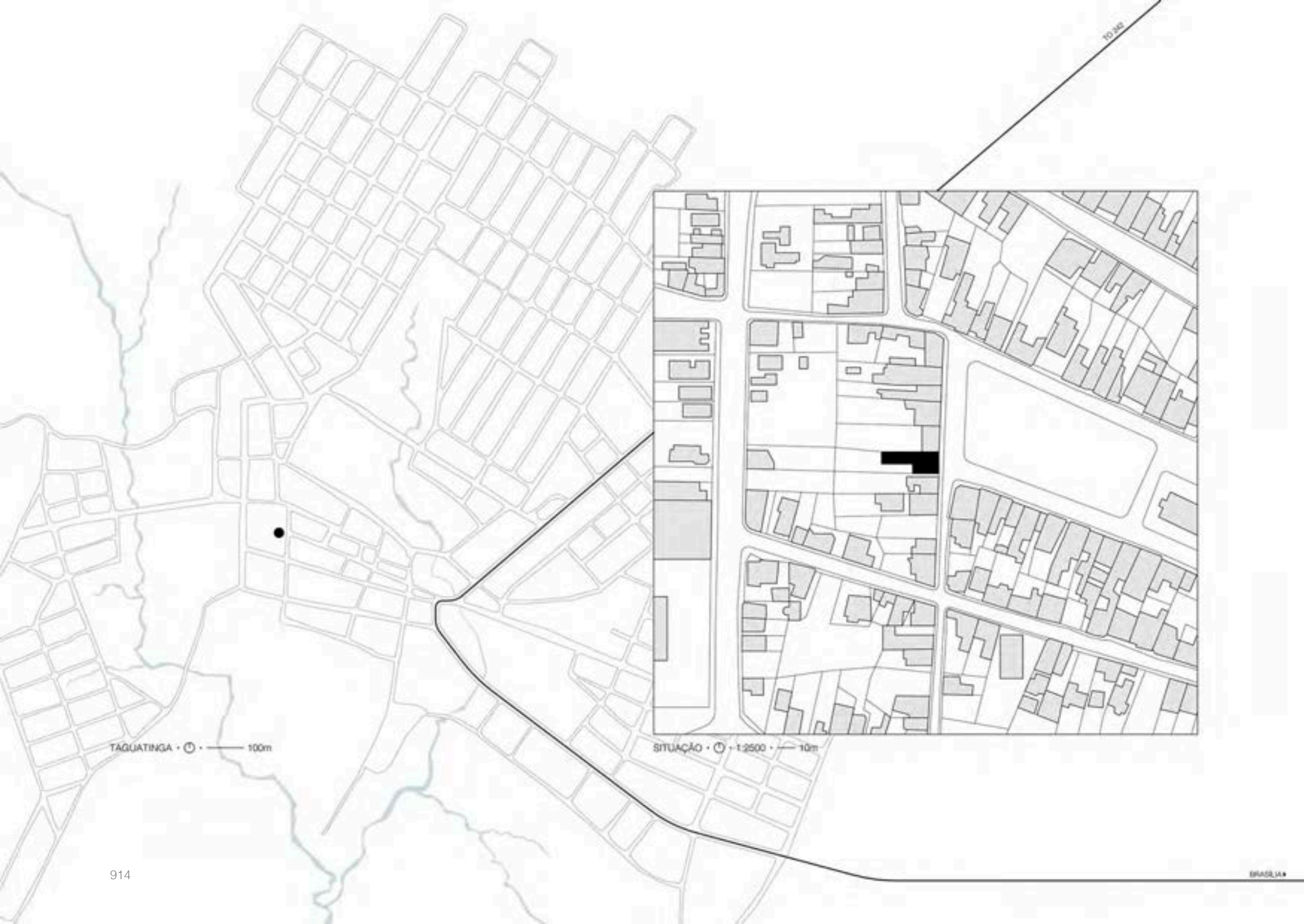
[1234] · 14/01/2020 ▶
Sótão.

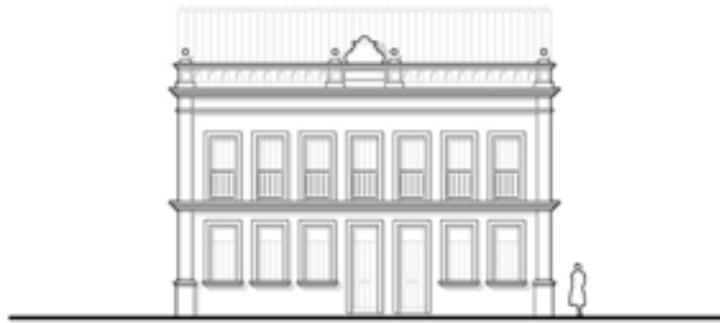
[1235] · 14/01/2020 ▶
Escada.

Desenhos p. 914
[1236] [1237]

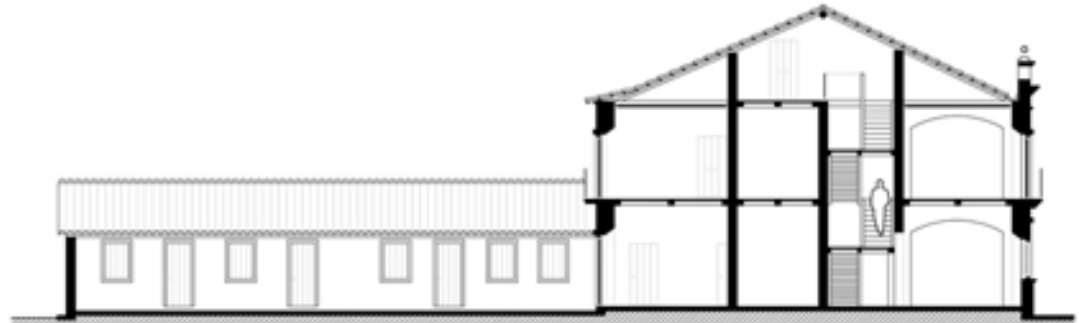
Desenhos p. 915
[1238] [1239]
[1240] [1241] [1242]



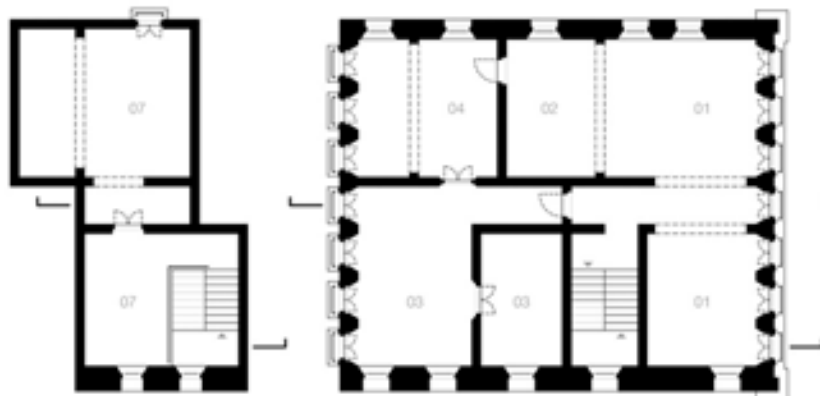




RUA NOVA • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



SÓTÃO •

SUPERIOR • 1:250 • — 1m



- 01. espera/atendimento
- 02. caixa
- 03. reunião
- 04. expediente
- 05. tesouraria
- 06. cantina
- 07. depósito

TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [1243] · 08/12/2019

1932 / 1910 · CAPELA SÃO JOSÉ ·



A questão religiosa sempre foi presença marcante na história de Campinas, desde os primeiros momentos como arraial, ainda no século XIX, até sua consolidação como bairro da nova capital de Goiás. A pequena capela de N. Sra. da Conceição é logo edificada após a chegada de Joaquim Gomes da Silva Gerais (?-1839), fundador do arraial, em 1810. Já em dezembro de 1845 desmembra-se da Matriz de Bonfim e ganha importância quando a aglomeração é elevada a freguesia (Campos, 1985:17).

Ainda nas proximidades, surge no arraial de Barro Preto a futura Trindade, que seria um fenômeno religioso de devoção popular ao Divino Pai Eterno a partir da década de 1840. A data é ainda incerta e os relatos afirmam que o casal de agricultores locais, Constantino Xavier (?/1854) e Anna Roza encontram um medalhão junto ao barro e levantam uma pequena capela para abrigar incipiente culto ligado à imagem (Tavares, 2016:20).

A crescente busca pelo santuário, o aumento das romarias e os consequentes pagamentos de promessas que envolviam dinheiro e outros bens materiais suscitam a necessidade de uma administração mais presente por parte da igreja. Esse foi um dos motivos da chegada dos padres Redentoristas alemães que, por solicitação do Bispo de Goiás, Dom Eduardo Duarte e Silva (1852-1924), chegam ao Brasil em 1894 com a função de administrar também o Santuário de Aparecida do Norte, em São Paulo. (Duarte, 2004b:55).

Sob a liderança do Pe. Gebardo Wiggermann (1834-1920), enfrentaram as usuais dificuldades que remontam às primeiras bandeiras, lidando com o sertão, pulgas, carrapatos, falta de água potável e uma série de percalços que persistiam mesmo no início do século XX (Gomes Filho, 2018:304). Instalam-se em Campinas, em um primeiro convento tido como miserável, mas logo a disposição dos novos missionários muda o cenário local a partir do desenvolvimento de uma série de benfeitorias.



Estas vão culminar com a reconstrução da Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 1900, substituindo a antiga capela prestes a arruinar (Campos, 1985:30). Iniciam também a construção de um novo convento e sua capela dedicada a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. A obra é implantada após o córrego Cascavel – cerca de 800m distante da Matriz – iniciada em 1896 e inaugurada em 1910. De convento passou a seminário, rebatizado São José, assim como a capela, demolida em 1931 e reconstruída em 1932 (Coelho, 2005:141).

[1245] · 08/12/2019
Nave e altar-mor.



[1246] · 08/12/2019
Nave e acesso.



[1247] · 08/12/2019
Vestíbulo.



A planta da capela permaneceu simples, utilizando os alicerces da antiga em um retângulo composto por pequeno vestíbulo, nave e capela, com a sacristia anexada ao volume principal. Maiores alterações foram feitas na torre frontal, tecnicamente autorizadas pelo uso do tijolo cozido, e em renovação da fachada. Nela utilizaram uma composição neoclássica, empregando o arco pleno, frontões triangulares e pilastras retas. Por serem mais geometrizados, tais elementos são comumente descritos como *art-déco*, apesar de conceitualmente opostos.

Essa remodelação ficou a cargo do Pe. Antônio Lisboa Fischhaber (1868-1937), que quando criança trabalhou como serralheiro, ajudando o padrinho. A vocação para o desenho logo o impulsionou para a arquitetura (Ierárdi Neto, 2018). Em 1894 é ordenado em São Paulo/SP, chega a Campinas em 1896 e por lá permanece como vigário atendendo outras paróquias próximas. Apesar de realocado para Aparecida/SP logo em 1907, ainda permanece vinculado a Goiás. Desenvolve, além da renovação da Capela São José, um estudo para a fachada do novo Colégio Santa Clara (Godinho, 2018:37).

Em Aparecida/SP, o padre continua atuando como arquiteto, onde edifica a igreja de São Benedito, notavelmente semelhante à capelinha do bairro Campinas. Mais uma vez a típica simplicidade dos sertões goianos se mostra como identidade que confere singularidade aos exemplares lá edificados. E por simples, permaneceu, mesmo após a demolição do seminário em 1969, um marco da renovação que avançava durante o século XX e que encontrou nos Redentoristas um veículo notável.



Dados

Obra: Capela São José

Ano Construção: 1910

Ano Remodelação: 1932

Responsáveis:

Pe. Antonio Lisboa Fischhaber (arquiteto)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Av. Padre Wendel, SN, Campinas

Coordenadas: 16°39'48.2"S 49°18'02.8"W

Altitude: 732 m

Altura: 12,30 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 960 m²

Área Ocupada: 145 m²

Área Construída: 145 m²

Fontes

CAMPOS, Itaney Francisco. **Notícias históricas do Bairro de Campinas**. Goiânia: Prefeitura Municipal, 1985.

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Goiânia, Volume II**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

DUARTE, Valquíria Guimarães. **O carreiro, a estrada e o santo: um estudo etnográfico sobre a romaria do Divino Pai Eterno**. Goiânia, 2004b. Dissertação-Anthropologia, PUC-GO.

GODINHO, Daniele Severino de Souza. **Comércio e memória urbana: um estudo do bairro de Campinas em Goiânia**. Goiânia, 2018. Dissertação-FAV, UFG.

GOMES FILHO, Robson Rodrigues. **Os missionários redentoristas alemães e as expectativas de progresso e modernização em Goiás (Brasil, 1894-1930)**. Rio de Janeiro, 2018. Tese-História, UFF.

IERÁRDI NETO, Antônio. **Eles nos precederam - Pe. Antônio (de Lisboa) Fischhaber cssr**. Távola Redonda dos Seminários, 2018. Disponível em: <<https://tavolaseminarios.blogspot.com/2018/11/eles-nos-precederam-pe-antonio-de.html>>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

TAVARES, Paulo Afonso. **O Divino Pai Eterno na sociedade em vias de midiatização: a reconfiguração das práticas religiosas do Santuário Basílica de Trindade pelo dispositivo midiático televisivo**. Goiânia, 2016. Dissertação-Ciências da Religião, PUC-GO.

WIGGERMANN, Gebardo C.Ss.R; GAHR, Lourenço C.Ss.R. **Crônica da fundação da missão redentorista em S. Paulo e Goiás**. Aparecida: Editora Santuário, 1982.

[1248] · 08/12/2019
Torre sineira.



[1249] · 08/12/2019
Detalhe porta.



[1250] · 08/12/2019
Altar-mor.



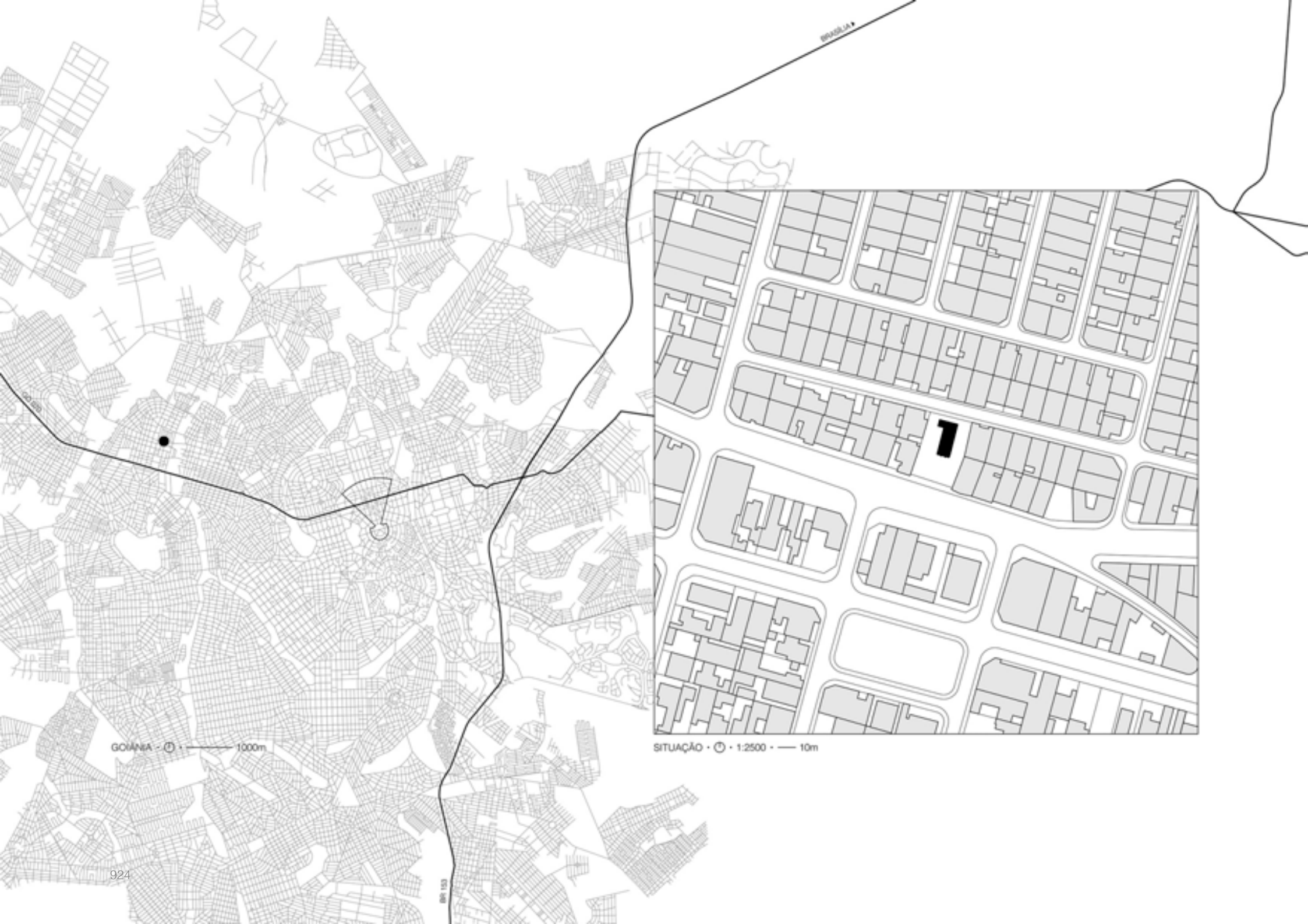
[1251] · 08/12/2019
Detalhe altar-mor.



Desenhos p. 924
[1252] [1253]

Desenhos p. 925
[1254] [1255]
[1256]





BRASILIA

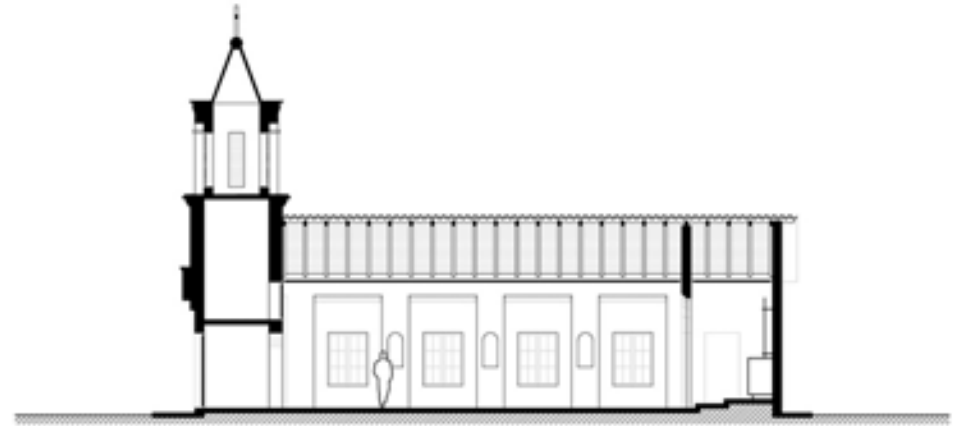
GOIÂNIA - 1000m

SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m

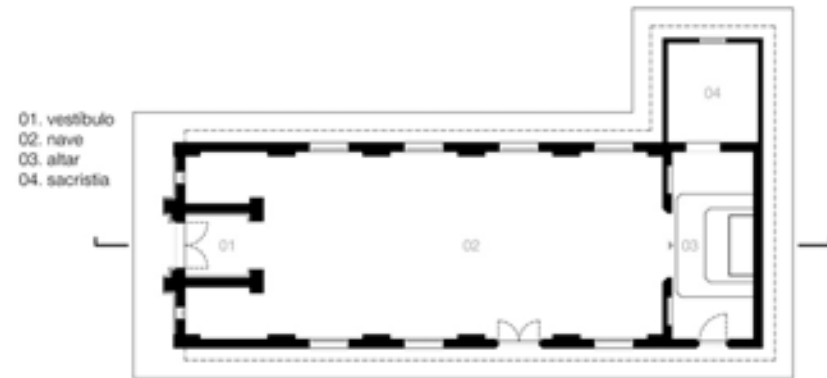
BR 153



AVENIDA PADRE WENDEL • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



- 01. vestíbulo
- 02. nave
- 03. altar
- 04. sacristía

TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [1257] · 27/04/2019

1934 · IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO ·

1934 · Cidade de Goiás / GO · Igreja de Nossa Senhora do Rosário

[1258] · 07/07/2021

Contexto urbano.



[1259] · 06/07/2021

Fachada frontal.



No nascente arraial de Santana, o Rio Vermelho, além de ponto de exploração do ouro, foi um divisor do espaço urbano muito presente na vida dos moradores. A partição marcada pelo curso d'água foi potencializada pela criação das duas primeiras igrejas, a de Santana [1177:875], na margem sul, e a do Rosário dos Pretos, junto à norte.

Ambas, além da origem ligada às primeiras décadas do arraial, compartilham ainda o fato de não apresentarem vestígios de sua construção inicial. A Igreja do Rosário foi originalmente edificada em 1734, por Antônio Pereira Bahia, então importante provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento (Boaventura, 2001:66). O templo chegou a abrigar, além da Irmandade do Rosário, a Irmandade de São Benedito, transferida para a Igreja do Carmo em 1786 (Tamaso, 2007:614). Por ter sido demolida em 1934, é possível encontrar registros fotográficos que mostram as duas torres e as largas paredes de taipa de pilão (in: Passos, 1987:12). Do interior, com três altares, e da capela bem ornada (Mattos, 1874:316) só restaram algumas peças no Museu das Bandeiras [328:317].

Esta – assim como a Matriz de Pilar [747:585] e a própria Matriz de Santana – foi mais uma das grandes igrejas goianas setecentistas que se perderam. No caso da Rosário dos Pretos, que após a demolição e reconstrução será só Rosário, a gênese de tal perda se dá com a chegada da Missão Dominicana em 1883 (Audrin, 1946:45). Mesma turma que se estabeleceu também ao norte, na então Porto Imperial onde edificaram a Igreja das Mercês [1022:771].

Na cidade de Goiás, os padres instalaram-se inicialmente em antigo quartel ao lado da Igreja do Rosário. Havia certa devoção dos negros por São Domingos (Foralosso, 2018:378), um dos fatores que aproximaram a antiga Irmandade à nova Ordem Dominicana, inicialmente designada para se instalar junto à Igreja de São Francisco [297:295] (Llech, 1976:199). Em 1885 a propriedade da Igreja do Rosário é passada aos Dominicanos (Llech, 1976:205).



Estes, diligentes na tarefa de pregação e missionarismo, se portaram como verdadeiros empreendedores e de tudo um pouco faziam, sempre com qualidade. A atuação em Porto Nacional nos afiança a capacidade técnica, com a criação de oficinas e a construção de edifícios. Na cidade de Goiás a Missão foi responsável pela demolição da Capela de Santana e pela construção da nova Igreja do Rosário.

[1260] · 06/07/2021 ◀
Detalhe torre e relógio.

[1261] · 06/07/2021 ◀
Fachada lateral esquerda.

[1262] · 06/07/2021 ▶
Fachada frontal.

A obra se iniciou sob a gestão dos dominicanos franceses, que deixaram Goiás em 1938 (Foralosso, 2018:385) passando todas as responsabilidades aos dominicanos italianos, que concluíram a torre em 1943. Izabela Tamaso (2007:615), em entrevista com um membro da ordem italiana – que não se identifica –, colhe o relato que o próprio bispo havia solicitado a demolição da igreja dos negros. Ela também registra passividade da sociedade à época da demolição do templo, tão importante no contexto social e cultural da cidade.

A finalização da obra contou com a ajuda do prefeito Zacheu Alves de Castro, que contribuiu com boa soma do erário público (Prado, 2014:183). A edificação de avantajadas proporções, que atinge mais de 30m em sua torre, foi construída com tijolo cozido, empregando o neogótico como escolha formal de composição. Historiograficamente registrada como inexpressiva (Lima; Feijó, 2008:74), de gosto duvidoso (Palacin; Borges, 1987:13), ou não merecedora de destaque (Lacerda, 1977b:44), pouco se fala sobre a maestria técnica de se construir um templo de tamanhas proporções, no qual tanto a antigo, quanto o novo, resistiram ao tempo com mais disposição que a própria Catedral.

Internamente conta com afrescos de Frei Confaloni (1917-1977), artista e frade dominicano, afamado pintor goiano, que legou painel de rara qualidade e bom gosto. A igreja, apesar das negativas descrições, tornou-se mais um símbolo da cidade, presente em livros, cartões e desenhos. Segue, no entanto, academicamente ignorada.



Dados

Obra: Igreja de N. Sra. do Rosário

Ano Construção: 1934

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Frei Confaloni (pintura)

Cidade: Cidade de Goiás / GO

End.: Largo do Rosário, SN, Centro

Coordenadas: 15°55'52.3"S 50°08'24.1"W

Altitude: 494 m

Altura: 34,00 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 5.470 m²

Área Ocupada: 845 m²

Área Construída: 980 m²

Fontes

AUDRIN, José Maria. **Entre Sertanejos e Índios do Norte.**

Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1946.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Arquitetura religiosa de Vila Boa de Goiás no século XVIII.** São

Carlos, 2001. Dissertação-EESC, USP.

FORALOSSO, Mariano. **Presença dominicana no Brasil.** In:

La vida conventual y misionera, siglos XIII-XIX. p.

377-406. Bogotá: Universidad Santo Tomás, 2018.

LACERDA, Regina. **Vila Boa: História e folclore.** Goiânia:

Oriente, 1977b.

LLECH, Frei Germano. **A Ordem Dominicana em Goiás -**

Tradução e Biografia de Genesco Ferreira Bretas.

Goiânia: IHGG, 1976.

LIMA, Elder Rocha; FEIJÓ, Marcelo. **Itinerário de Cora Co-**

ralina. Brasília: Ass. Casa de Cora Coralina, 2008.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **CHOROGRAPHIA**

historica da provincia de Goyaz. Parte I. In: Revista

do IHGEB, tomo XXXVII, parte primeira, p.213-398.

Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro Editor, 1874.

PALACIN, Luís; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico**

em Goiás. Brasília: SPHAN, 1987.

PASSOS, Eldes Camargo de (Org.). **José Alencastro Vei-**

ga: Memórias fotográficas de Goiás. Cidade de

Goiás: Funarte, 1987.

PRADO, Paulo Brito do. **Patrimônio inquirido: por uma**

história de memórias subterrâneas nos sertões de

Goiás em 1930. In: Revista Em Tempo de Histórias.

N.24, p.170-194. Brasília: PPGHIS/UnB, 2014.

TAMASO, Izabela. Em nome do patrimônio. **Represen-**

tações e apropriações da cultura na Cidade de

Goiás. Brasília, 2007. Tese-PPGAS, UnB.//

[1263] · 05/07/2021

Nave e altar-mor.



[1264] · 05/07/2021

Arcada e pintura parietal.



[1265] · 05/07/2021

Detalhe nave.



Desenhos p. 934

[1266] [1267]

Desenho p. 935

[1268]

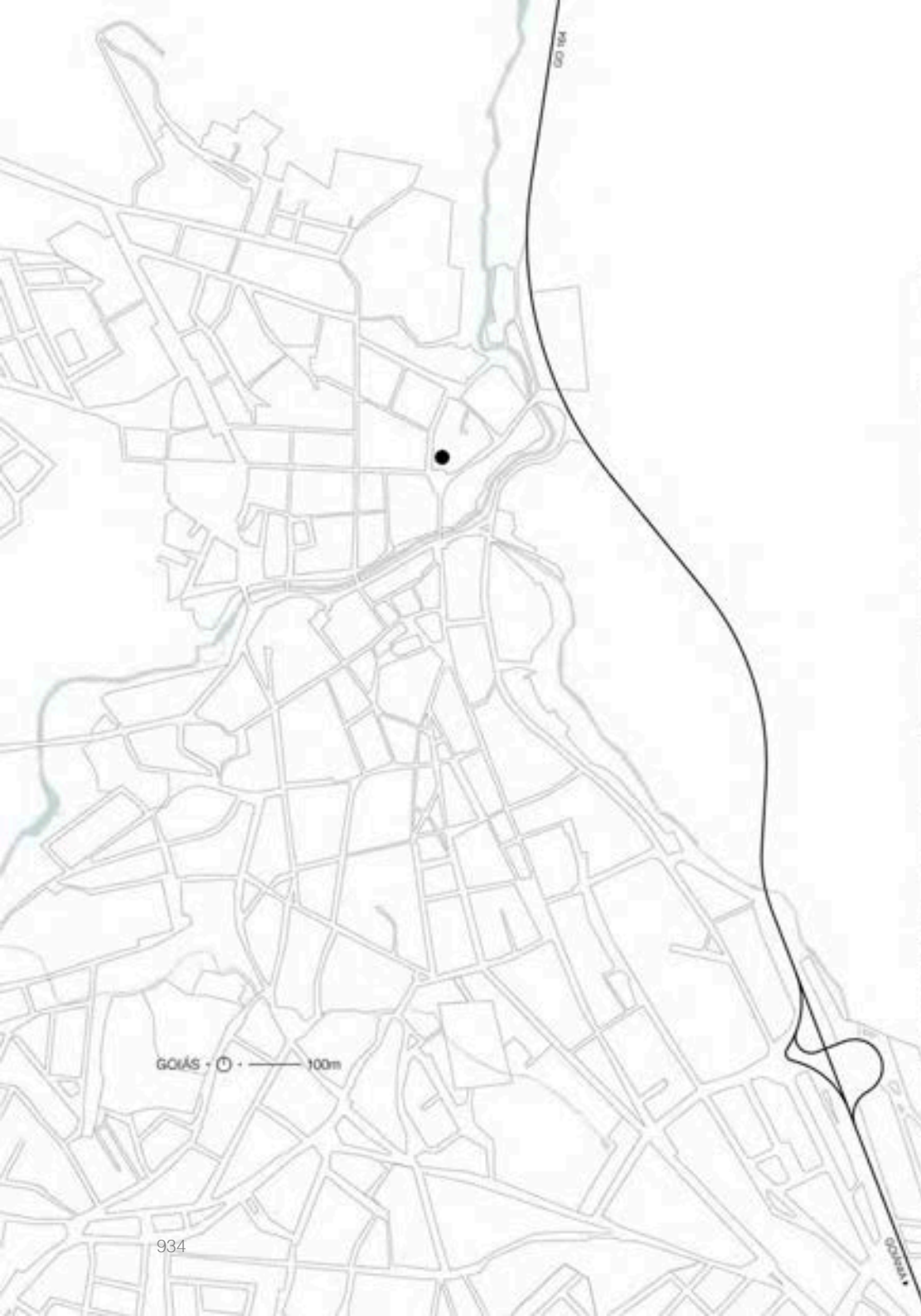
Desenho p. 936

[1269]

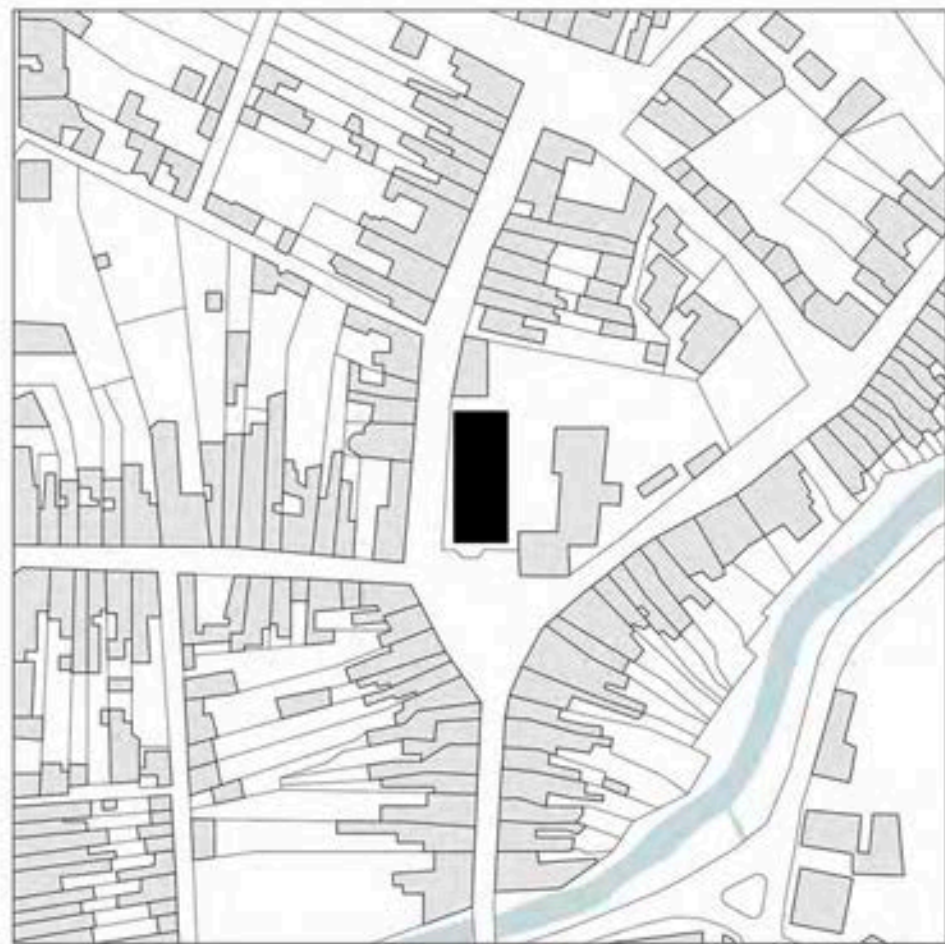
Desenho p. 937

[1270]

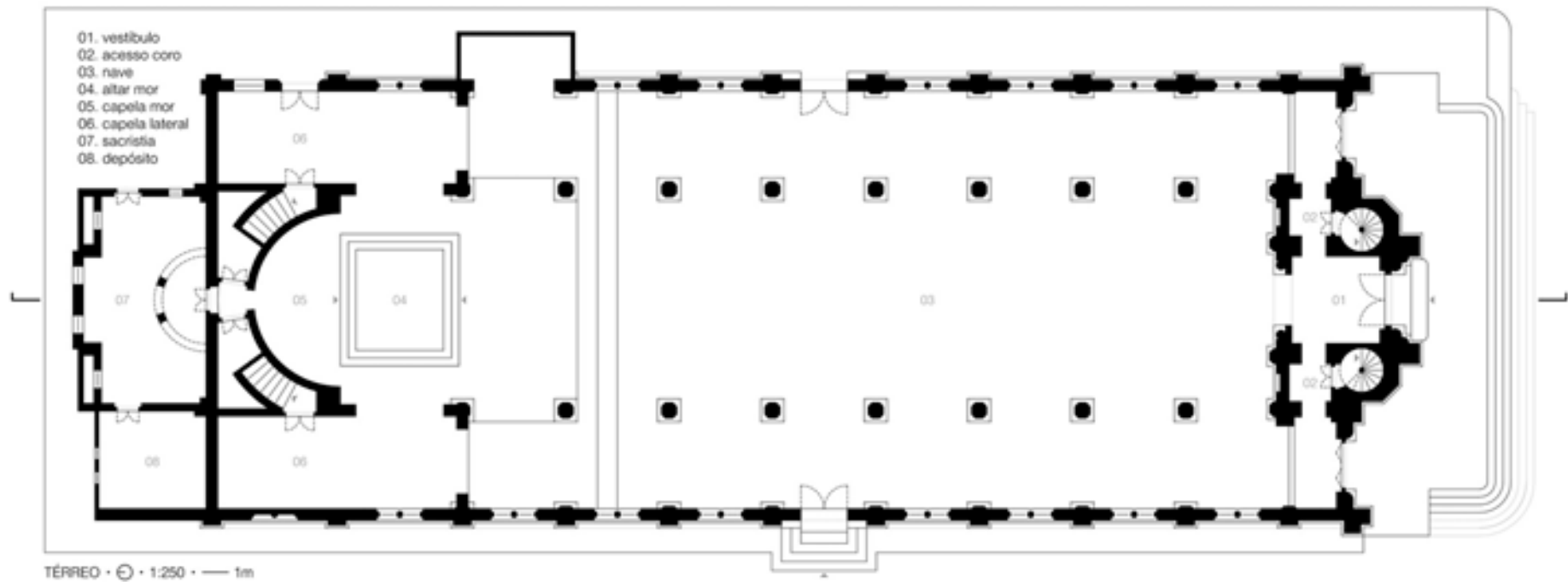


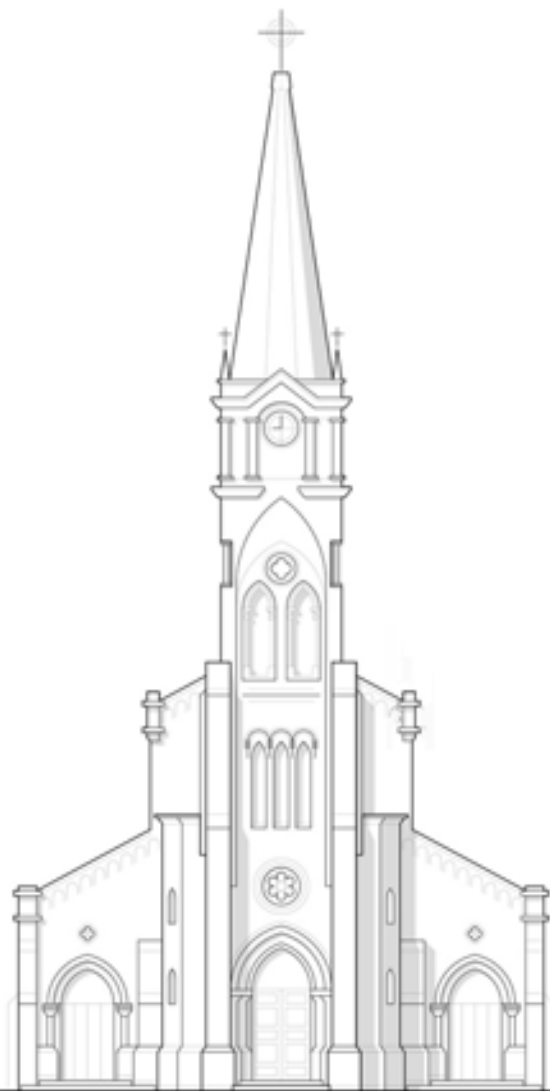


GOIÁS • ○ • 100m

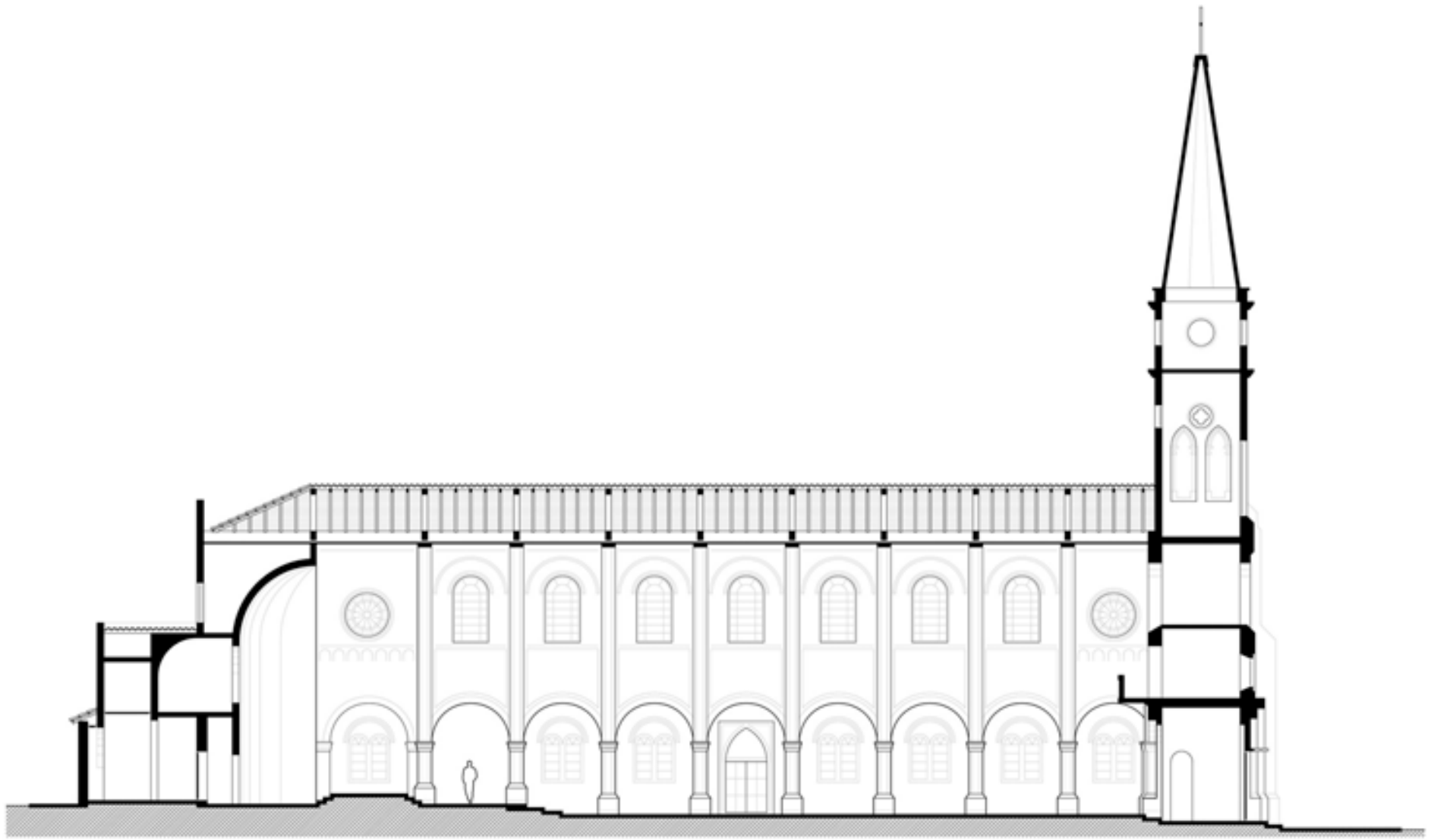


SITUAÇÃO • ○ • 1:2500 • 10m





SUL - 1:250 - 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



◀ [1271] · 08/10/2021

1935 · ESTAÇÃO FERROVIÁRIA ANÁPOLIS ·

1935 · Anápolis / GO · Estação Ferroviária Anápolis

Antes da construção da capela em homenagem a Santana, erigida em 1871 por Gomes de Sousa Ramos (1837-1889), já havia, em terras de Tristão Alves Peixoto um pequeno agrupamento de palhoças que formariam o núcleo da Freguesia de Santana das Antas (Ferreira, 1979:15). O local, por disponibilizar água e clima ameno, além da equidistância entre arraiais mineradores como Meia Ponte, Jaraguá e Bonfim, se tornou ponto de descanso de tropeiros, sinalizando a vocação de entreposto comercial que remonta às origens.

Elevada a Vila em 1887, só em 1907, como cidade, é renomeada Anápolis, mantendo a homenagem a Santana. Nesse início do século XX a ferrovia ainda não chega aos limites do município, mas promove o aquecimento da economia quando, em 1920, a conecta, por rodovia, à Estação Roncador e depois, em 1924, à Estação Vianópolis **[1116:835]** (Vargas, 2015:47), fortalecendo o caráter de ponto de transição entre a zona produtora e a principal via de escoamento que se aproximava.

Apesar do usual desenvolvimento econômico e da valorização de terras que chegava a 600% quando contempladas pelos trilhos (Borges, 1990:98), a luta pelo traçado, avanço ou recuo das obras era uma constante. Não apenas entre grupos negociando o local das estações que melhor lhes atenderiam; havia ainda os que não queriam mudança alguma no modo tradicional de se fazer negócios. Os trilhos promoviam a chegada de novos aventureiros (Castro; Santana, 2019:2), presença indesejada em uma festa onde o bolo já estava dividido.

Em 1932, Anápolis já era o maior produtor de café do estado (Polonial, 2011:36) e o comércio se organizava em entidades de classe. A construção da nova Estação Ferroviária, inaugurada em 1935, mais que pungente renovação, liga-se ao momento de consolidação da cidade como centro econômico regional. Um elemento simbólico que, a partir da sua instalação, revigora ânimos e promove ações de transformação do espaço urbano.

[1272] · 08/10/2021

Fachada frontal.



[1273] · 08/10/2021

Fachada lateral esquerda.



[1274] · 08/10/2021

Detalhe acesso.





A nova etapa de avanço dos trilhos, imobilizados em Leopoldo de Bulhões [942:718] – uma das maiores estações da Linha Tronco da E.F. Goiás, inaugurada em 1931 – ficou a cargo do engenheiro Wenefredo Bacelar Portela. Este, lutando pessoalmente (Castro; Santana, 2019:4) para angariar recursos e finalizar as obras, consegue direcionar o trabalho que, nada mecanizado, utilizava-se apenas de pás e picaretas para cortar e aterrizar os aclives e declives dos cinquenta quilômetros restantes até Anápolis.

[1275] · 08/10/2021 ◀
Detalhe fachada posterior.

[1276] · 08/10/2021 ◀
Exposição.

[1277] · 08/10/2021 ▶
Hall plataforma.

A estação em si foi para a população o auge da modernidade. Apesar de a planta ser quase uma repetição da Estação Silvânia [941:718], formalmente concebida com os mesmos elementos ecléticos de estações anteriores, teve em seus estilemas – mais trabalhados – a busca por uma geometrização acentuada que, aliada ao relógio encimando o pórtico de acesso, instituiu imagem de renovação. É provável que tal apuro ornamental tenha ficado a cargo do próprio chefe Wenefredo Portela. Ele chegou a construir algumas outras casas na cidade (Manso; Pantaleão; Pereira; Silva, 2014:343) e fez para si, próximo à estação, a primeira casa com cobertura em laje plana (Ferreira, 1979:67), esta sim uma verdadeira novidade técnica.

Implantada em frente à Praça Galeno Americano do Brasil, antigo cemitério, foi durante as décadas de 1940 a 1960 o ponto focal no tecido urbano da área central. Porém passa, a partir da retirada dos trilhos em 1976, a edifício de usos ocasionais, que se torna residual em um espaço já afogado pelo adensamento da área. A instalação do Terminal Urbano e sua expansão sobre o espaço da estação, aliada à invasão de bancas do comércio ambulante em seu entorno, a tornou quase imperceptível.

Porém, após ação movida pelo Ministério Público do Estado de Goiás, é restaurada e em 2016 retorna a suas feições originais, abrigando espaço expositivo voltado ao tema ferroviário. Inaugurada em 1935 com discursos e foguetório, recebeu festa semelhante quando da retirada dos trilhos – mais uma demonstração da transitoriedade política sobrepondo permanências históricas. A estação resistiu, mas não outras dezenas de edifícios ecléticos, engolidos pelo mesmo progresso que os gerou.



Dados

Obra: Estação Ferroviária Anápolis

Ano Construção: 1935

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Wenefredo Bacelar Portela (engenheiro)

Cidade: Anápolis / GO

End.: Rua Tonico de Pina, SN, Centro

Coordenadas: 16°19'24.6"S 48°57'24.2"W

Altitude: 1.018 m

Altura: 10,00 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 1.590 m²

Área Ocupada: 528 m²

Área Construída: 528 m²

Fontes

ARIMATHÉA, Amador de. **Anápolis: Suas ruas, seus vultos, nossa história.** Goiânia: Papillon, 2007.

BORGES, Barsanufio Gomides. **O Despertar dos Dormentes.** Goiânia: Cegraf-UFG, 1990.

BORGES, Humberto Crispim. **História de Anápolis.** Goiânia: CERNE, 1975

CASTRO, Joana D'arc Bardella; SANTANA, Marcelino de Carvalho. **Do Patrimonialismo Familiar ao Modelo Empresarial: um Passeio Pelas Disputas Políticas em Anápolis (1930-1973).** In: V Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG: Ciência e Inovação como Perspectivas para o Desenvolvimento Social e Sustentável, v.6, Anais, Anápolis, 2019.

FERREIRA, Haydeé Jaime. **Anápolis, sua vida, seu povo.** Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1979.

MANSO, Celina Almeida Fernandes; PANTALEÃO, Sandra Catharinne; PEREIRA, Pedro Henrique Máximo; SILVA, Daniela José da. **Anápolis e os Exemplos Habitacionais de Caráter Modernista.** In: Urbana Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade, v.6, n.8, p.340-363. Campinas: UNICAMP, 2014.

POLONIAL, Juscelino Martins. **Anápolis nos Tempos da Ferrovia.** Anápolis: Kelps, 2011.

VARGAS, Lucas Gabriel Corrêa Vargas. **Representações sociais do progresso: Uma perspectiva a partir da chegada da Estrada de Ferro em Anápolis, GO.** Goiânia, 2015. Dissertação-FAV, UFG.

[1278] · 08/10/2021
Detalhe relógio.



[1279] · 08/10/2021
Antiga bilheteria.



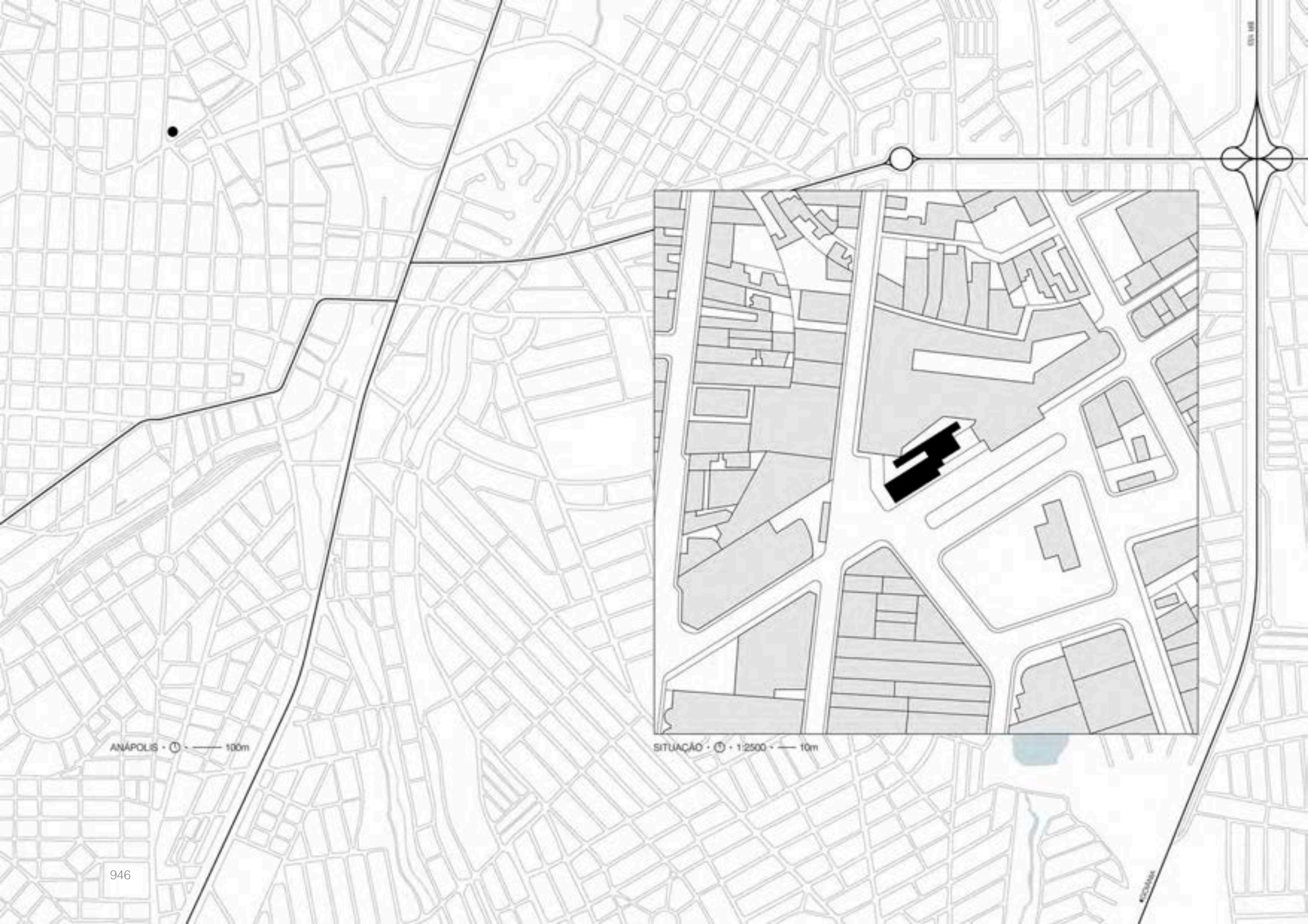
[1280] · 08/10/2021
Forro acesso.



Desenhos p. 946
[1281] [1282]

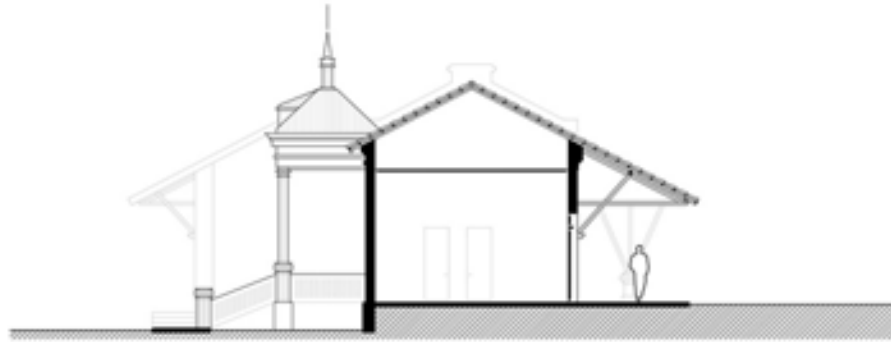
Desenhos p. 947
[1283]
[1284]
[1285]





ANÁPOLIS • 100m

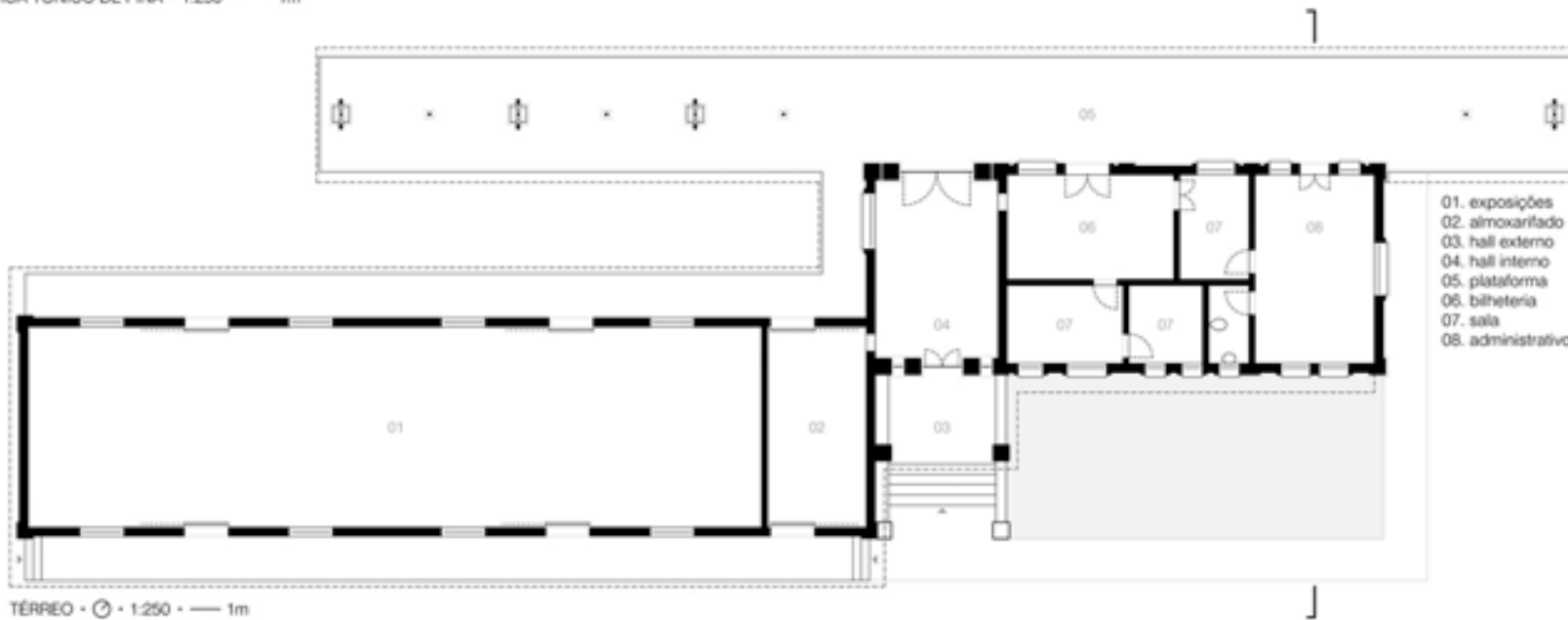
SITUAÇÃO • 1:2500 • 10m



CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • — 1m



RUA TONICO DE PINA • 1:250 • — 1m



TÉRREO • 1:250 • — 1m

- 01. exposições
- 02. almoxarifado
- 03. hall externo
- 04. hall interno
- 05. plataforma
- 06. bilheteria
- 07. sala
- 08. administrativo



◀ [1286] · 13/07/2021

1936 / 1919 · CINE TEATRO PIRENEUS ·

1936 / 1919 - Pirenópolis / GO - Cine Teatro Pireneus

A partir de 1890 Meia Ponte se torna Pirenópolis e, mesmo com essa mudança, os conflitos e dualidades estarão presentes desde os primeiros momentos do arraial até a consolidação da cidade. Os desavenças abarcam múltiplas escalas, desde a mal resolvida elevação de Vila Boa a capital, até polarizações entre as Irmandades do Carmo e Bonfim ou ainda entre a Rosário dos Brancos e Rosário dos Pretos.

Outro conflito culminou na divisão do casarão de Joaquim Alves **[563:471]** entre as famílias Fleury e Pina. Estas, se integrassem esforços mútuos, legariam um museu ainda maior e a preservação do edifício por completo. No entanto, havendo tantas divergências em política, religião, mineração e entre famílias, não nos surpreende o mesmo ter acontecido nas artes. A movimentação artística que se potencializa em Meia Ponte, a partir da metade do século XIX, tem como ótima consequência a criação das bandas musicais. Euterpe e Phenix serão o foco do nosso interesse. A primeira, fundada em 1868 pelo maestro, pintor e as vezes arquiteto Antônio da Costa Nascimento (1837-1903), afamado irritável e mal-humorado, também conhecido como Tônico do Padre (Jayme, 1971a:251). Ele a dirigiu por trinta e cinco anos, quando passa a batuta para Silvino Odorico de Siqueira (1856-1935), que a dirigiu até 1935, ano de sua morte e de fechamento da banda.

A Phenix foi fundada pelo ex-aluno aluno de Tônico do Padre, o então maestro Joaquim Propício de Pina (1867-1943), em 1893 (Curado, 1980:48), que a dirigiu até 1943. Posteriormente foi assumida por Pompeu Christovam de Pina (1934-2014), o mesmo fundador do Museu Pompeu de Pina e trineto do fundador do Teatro São Sebastião **[1007:761]**. Naturalmente a Phenix se instalou no teatro da família Pina e a Euterpe, mais antiga, ficou sem sede até a construção do novo Teatro Pireneus em 1919, obra do espanhol Santigao Uchôa (?-1951) (Jayme, 1971a:154). Nesse caso a disputa entre bandas promoveu não só o apuro técnico dos músicos como legou ao espaço urbano duas peças arquitetônicas fundamentais.

[1287] · 13/07/2021 ◀
Detalhe fachada frontal.

[1288] · 13/04/2019 ◀
Palco externo.

[1289] · 13/07/2021 ▶
Detalhe letreiro.

[1290] · 13/04/2019 ▶
Fachada posterior.



As diferenças ideológicas entre bandas são amenizadas formalmente na arquitetura. O novo teatro, projetado por Luiz Fleury de Campo Curado (Carvalho, 2001:42), seguiu as mesmas diretrizes compositivas do Teatro São Sebastião. O que já se nota pela fachada, que apresenta o mesmo padrão e proporção na distribuição das portas e janelas. A expressão inicial se voltava ao neoclássico, agora mais trabalhado, com as possibilidades permitidas pelo cimento, que já havia chegado ao final do século XIX (Oliveira, 2001:241). O entablamento era composto por frontão triangular, limitado por balaustradas laterais, e as aberturas do térreo, em arco pleno, separadas por sutis pilastras dóricas que tripartiam o plano da fachada. Nos parece a possibilidade do que seria a expressão do outro teatro caso os materiais estivessem disponíveis. As plantas são também muito semelhantes entre os dois, com a mesma configuração de passarelas laterais, plateia e palco ao centro com andar assobradado voltado à rua, tudo protegido por ampla cobertura.

Assim, os teatros, por meio de uma linguagem que fazia referência ao seu uso, traziam a renovação formal aos volumes de um tecido urbano ainda homogeneizado pela expressão tradicional. Porém o neoclássico, associado ao uso teatral, foi alterado ao se modificar o uso para cinema. Tivemos a renovação da renovação; o novo uso solicita nova linguagem e o dinamismo imbuído nas formas do *art-déco* eram agora associados ao cinema. Em 1936 Antônio Puglisi (Carvalho, 2001:42) elabora a fachada geometrizada que permanece até os dias atuais e que acabou por influenciar os edifícios vizinhos, como o pequeno bar [974:734] de Braz Wilson Pompeu de Pina (1909-?), da mesma época da reforma. Apesar de toda a modernidade pretendida em suas formas, foi construído com adobe e estrutura em madeira que, após o fechamento do cinema de 1966 (Cavalcante, 2019:159), incendiou-se na década de 1980, restando somente a fachada frontal. A restauração empreendida entre os anos de 1999 e 2000 – ou reconstrução – seguiu as diretrizes da planta original, porém permitindo o uso tanto de teatro quanto de cinema. Optou-se por manter a expressão *art-déco* na parte externa e, internamente, restaram alguns resquícios neoclássicos. Houve ainda a criação de uma praça, aos fundos, ligando os dois teatros, em um movimento de aproximação de antigos rivais. Antes dualidade, agora unidade.

[1291] · 13/04/2019 ◀
Detalhe alvenaria e mezanino.

[1292] · 13/07/2021 ◀
Foyer.

[1293] · 13/07/2021 ▶
Jardim interno foyer.



Dados

Obra: Cine Teatro Pireneus

Ano Construção: 1919

Ano Remodelação: 1936

Responsáveis:

Santigao Uchôa (empreendedor 1919)

Luiz Fleury Curado (projetista 1919)

Antônio Puglisi (projetista 1936)

Cidade: Pirenópolis / GO

End.: Rua Direita, SN, Centro

Coordenadas: 15°51'10.1"S 48°57'34.9"W

Altitude: 774 m

Altura: 8,50 m

Pavimentos: Térreo + Superior

Área Terreno: 510 m²

Área Ocupada: 430 m²

Área Construída: 602 m²

Fontes

CARVALHO, Adelmo de. **Pirenópolis Coletânea 1727 – 2000. História, Turismo e Curiosidades.** Goiânia: Kelps, 2001.

CAVALCANTE, Silvio. **Barro, madeira e pedra: patrimônios de Pirenópolis.** Brasília: Iphan, 2019.

CAVALCANTE, Silvio; GONÇALVES, Tadeu. **Pirenópolis restaurando patrimônios.** Pirenópolis: IPHAN, 1999.

CURADO, Glória Grace. **Pirenópolis uma cidade para o turismo.** Goiânia: Oriente, 1980.

JAYME, Jarbas. **Esboço histórico de Pirenópolis I (1º edição póstuma).** Pirenópolis: Est. de Goiás, 1971a.

LIMA, Elder Rocha. **Guia sentimental da cidade de Pirenópolis.** Brasília: Superintendência do IPHAN em Goiás, 2010a.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. **Uma ponte para o mundo goiano do século XIX: um estudo da casa meia-pontense.** Goiânia: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2001.

[1294] · 13/04/2019 ◀
Plateia, palco e plateia lateral.

[1295] · 13/07/2021 ◀
Plateia, palco e plateia lateral.

[1296] · 13/07/2021 ▶
Palco.

[1297] · 13/07/2021 ▶
Plateia.

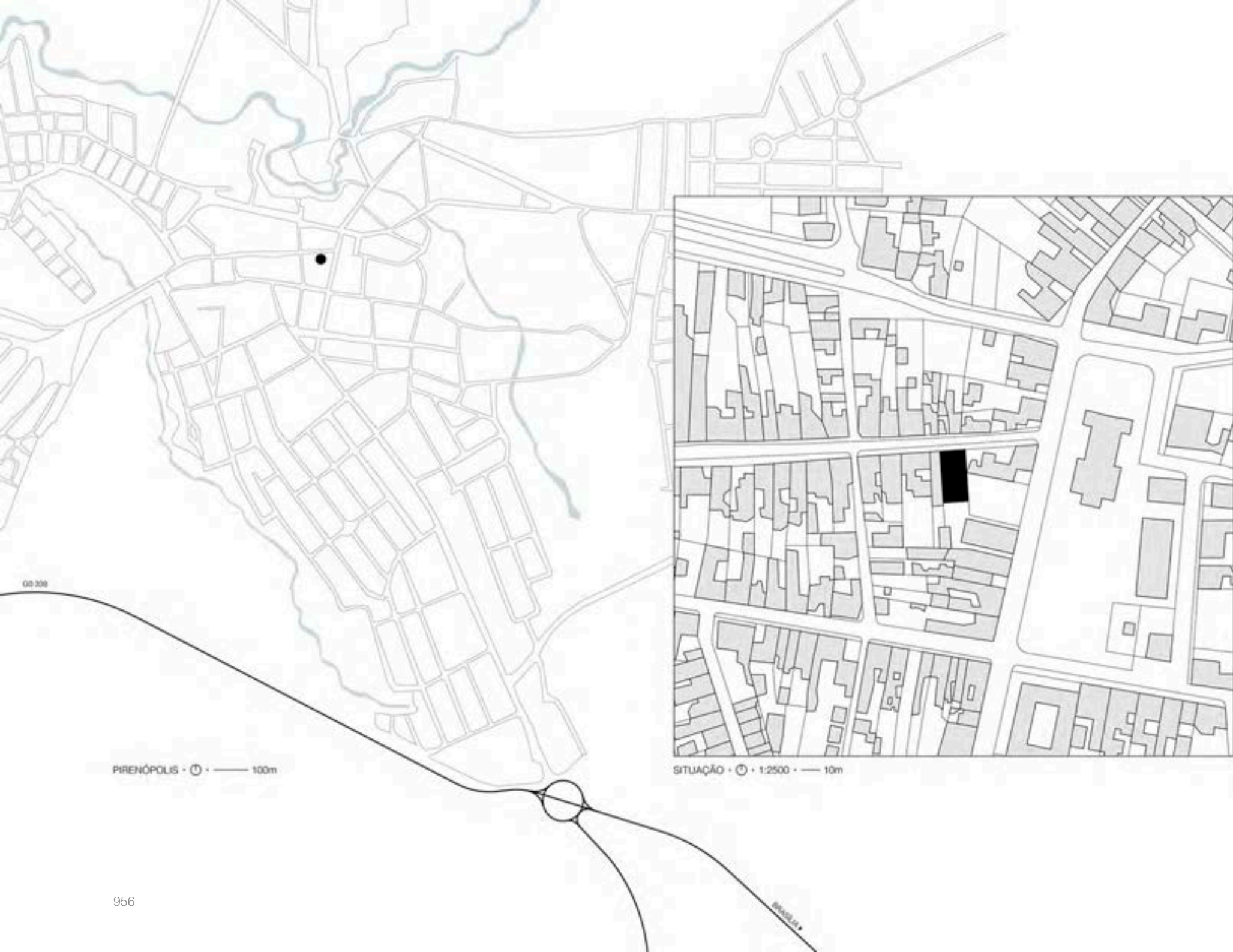
Desenhos p. 956
[1298] [1299]

Desenho p. 957
[1300]

Desenho p. 958
[1301]

Desenhos p. 959
[1302]
[1303]



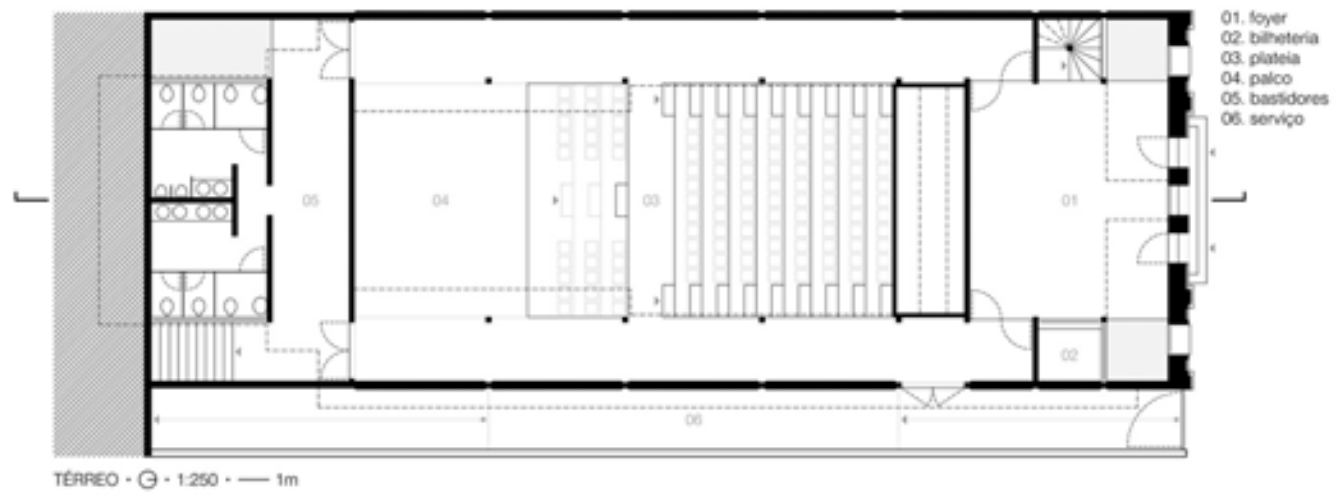


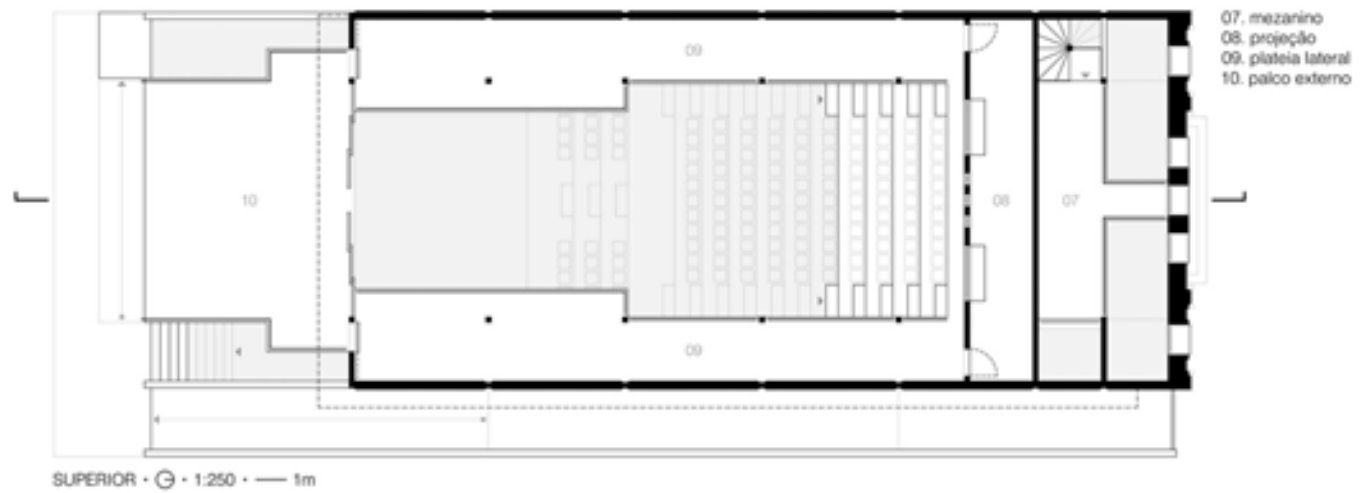
BR-208

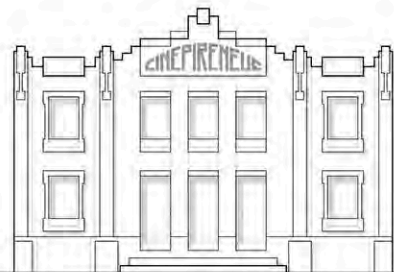
PIRENÓPOLIS - 1:100m

SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m

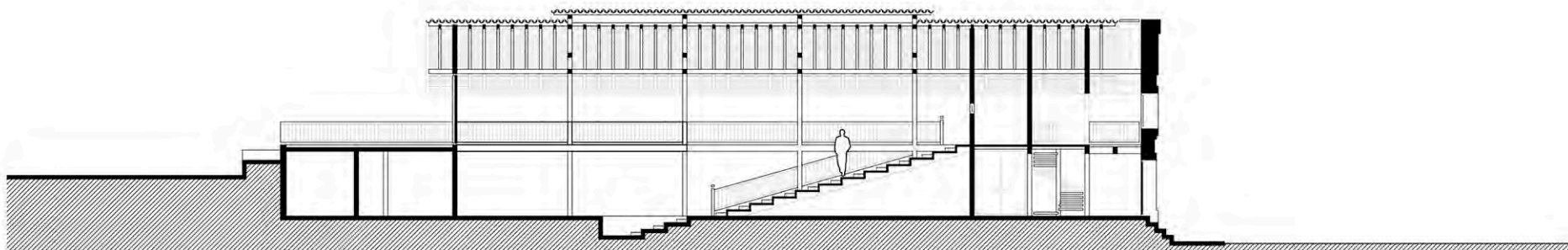
BRASIL







RUA DIREITA • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



◀ [1304] · 12/10/2021

1937 · PALÁCIO DAS ESMERALDAS ·

1937 · Goiânia / GO · Palácio das Esmeraldas

Atílio Corrêa Lima (1901-1943), graças a sua formação como urbanista, foi o primeiro arquiteto a atuar em Goiânia. No Brasil era um dos poucos profissionais que trabalhavam com desenho urbano e tal capacidade técnica o coloca à frente da concepção da nova capital goiana. Sua formação se inicia em 1920 no curso de engenheiro-arquiteto da Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro/RJ, concluído em 1925. Recebe o prêmio-viagem da instituição e permanece em Paris entre 1927 e 1930, onde realiza o curso no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris, e ao término volta ao Brasil (Diniz, 2007:47). Em 1932, Corrêa Lima foi convidado por Benedito Neto de Velasco, engenheiro e então procurador do estado de Goiás, a visitar Campinas e realizar as primeiras observações. Benedito Velasco fez parte do corpo de três técnicos, junto com Américo de Carvalho Ramos, e Armando Augusto de Godoy (1876-1944), que aprovaram a escolha do terreno para a construção da nova capital (Monteiro, 1938:48).

Por questões administrativas, não podendo prestar serviços ao estado como pessoa física, Corrêa Lima se associa ao amigo Paulo Antunes Ribeiro (1905-1973) na empresa P. Antunes Ribeiro e Cia., legalmente responsabilizada em seis de julho de 1933 (Ackel, 2007:137). O contrato estabelecia, além do plano urbano, o projeto arquitetônico das principais edificações oficiais, vinte tipos de casa e um hotel (Sabino, 1960:81). Porém, com sua retirada prematura do canteiro de obras em 1935, poucos exemplares de sua autoria se mantiveram próximos aos traços originais, como o Grande Hotel [898:700], o Palácio do Governo e suas duas Secretarias adjacentes, [849:662] e [850:662].

Este Palácio será o guardião da pedra fundamental, centro de todo o traçado urbano que se expande a partir da Praça Cívica, origem das vias estruturadoras do plano piloto. A convergência das três avenidas mais importantes ao centro administrativo busca acentuar a importância deste com relação ao restante da cidade; a monumentalidade é um objetivo intencional (Lima, 1960:100). Nesse sentido o Palácio assume o papel hierárquico na composição urbana como principal edifício da cidade.

[1305] · 12/10/2021 ◀
Detalhe fachada frontal.

[1306] · 12/10/2021 ◀
Jardim.

[1307] · 12/10/2021 ▶
Marquise.



Vale ressaltar que todas as obras de sua autoria sofreram modificações, visando principalmente a diminuição dos custos (Ackel, 2007:146) por parte da firma Coimbra Bueno, que assumiu as construções. À essa época, o Palácio – iniciado em 1933 e concluído em 1937 (Lemos, s.d.:14) – estava ainda nas fundações, ajudando a manter os princípios do projeto original, pautados por uma simplicidade construtiva e ornamental. Por outros desenhos originais (in: Manso, 2001:106) é possível perceber que a simplicidade da composição estava presente desde a concepção.

[1308] · 12/10/2021 ◀
Detalhe fachada frontal.

[1309] · 12/10/2021 ◀
Detalhe fachada frontal.

[1310] · 12/10/2021 ▶
Detalhe vitral.

As decisões formais vinculadas ao *art-déco* estão mais visíveis nas marquises que compõem a passagem protegida que conecta o Palácio aos dois edifícios adjacentes. Neste elemento o jogo de pilares, guarda-corpos e marquises integrados com formas curvas tangenciadas por retas compõem uma imagem de possível associação ao estilo. Este sim mais presente nos vitrais internos, elaborados pela Casa Conrado, fundada pelo russo Conrado Sorgenithch (1836-1901), responsável também pelos vitrais do Mercado Municipal e da Catedral da Sé, ambos em São Paulo/SP.

Se comparados aos edifícios construídos em Goiânia na década de 1940, como o Tetro Goiânia [1384:1015], o Coreto [1369:1005], ou o Museu Zoroastro [1421:1039], os exemplares da década de 1930, e principalmente o Palácio, nos parecem associados ao *art-déco* mais por um contexto de época do que por rigor de estilo. Estes edifícios iniciais foram sementes de uma modernidade ainda tolhida por limitações técnicas e materiais, mas são importantes por lançar um discurso a ser seguido, uma necessidade de unidade compositiva que passa a ser mais trabalhada e aprofundada nas próximas obras. Apesar disso, significavam uma revolução construtiva materializada em lajes, terraços descobertos e vãos permitidos pelo concreto.

A monumentalidade que existia nas primeiras décadas após a construção do Palácio foi perdida quando se iniciou, em 1961, no governo estadual de Mauro Borges (1920-2013), a construção do Centro Administrativo. O edifício com dez andares, uma agressão implantada aos fundos do Palácio, modificou a ambiência de toda a praça e eliminou o domínio compositivo do edifício original.



Dados

Obra: Palácio das Esmeraldas

Ano Construção: 1937

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Pedro Ludovico Teixeira (empreendedor)

Attilio Corrêa Lima (arquiteto)

Conrado Sorgenithch (vitrais)

Jerônimo Coimbra Bueno (construtor)

Abelardo Coimbra Bueno (construtor)

Serrano (mestre)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Pç. Pedro Ludovico, SN, Centro

Coordenadas: 16°40'52.1"S 49°15'22.3"W

Altitude: 773 m

Altura: 14,40 m

Pavimentos: Térreo + 2

Área Terreno: 10.600 m²

Área Ocupada: 1.090 m²

Área Construída: 2.020 m²

Fontes

ACKEL, Luiz. **Attilio Corrêa Lima: uma trajetória para a modernidade**. São Paulo, 2007. Tese-FAU, USP.

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Goiânia, Volume II**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

DINIZ, Anamaria. **Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935) - Ideal estético e realidade política**. Brasília, 2007. Dissertação, FAU-UnB.

LEMONS, Marcilio (Org.). **Palácio das Esmeraldas**. Goiânia: SGG, s.d.

LIMA, Attilio Corrêa. **Relatório do Urbanista Corrêa Lima**. In: SABINO, Oscar. *Goiânia documentada*, p.95-111. Goiânia: Edigraf, 1960.

MANSO, Celina. **Goiânia. Um certo olhar**. Goiânia: Edição do Autor, 2001.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico**. Dossiê de tombamento. Goiânia: Casa Brasil de Cultura, 2010.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

SABINO, Oscar. **Goiânia documentada**. Goiânia: Edigraf, 1960.

[1311] · 12/10/2021
Detalhe fachada frontal. ◀

[1312] · 12/10/2021
Detalhe fachada frontal. ▶

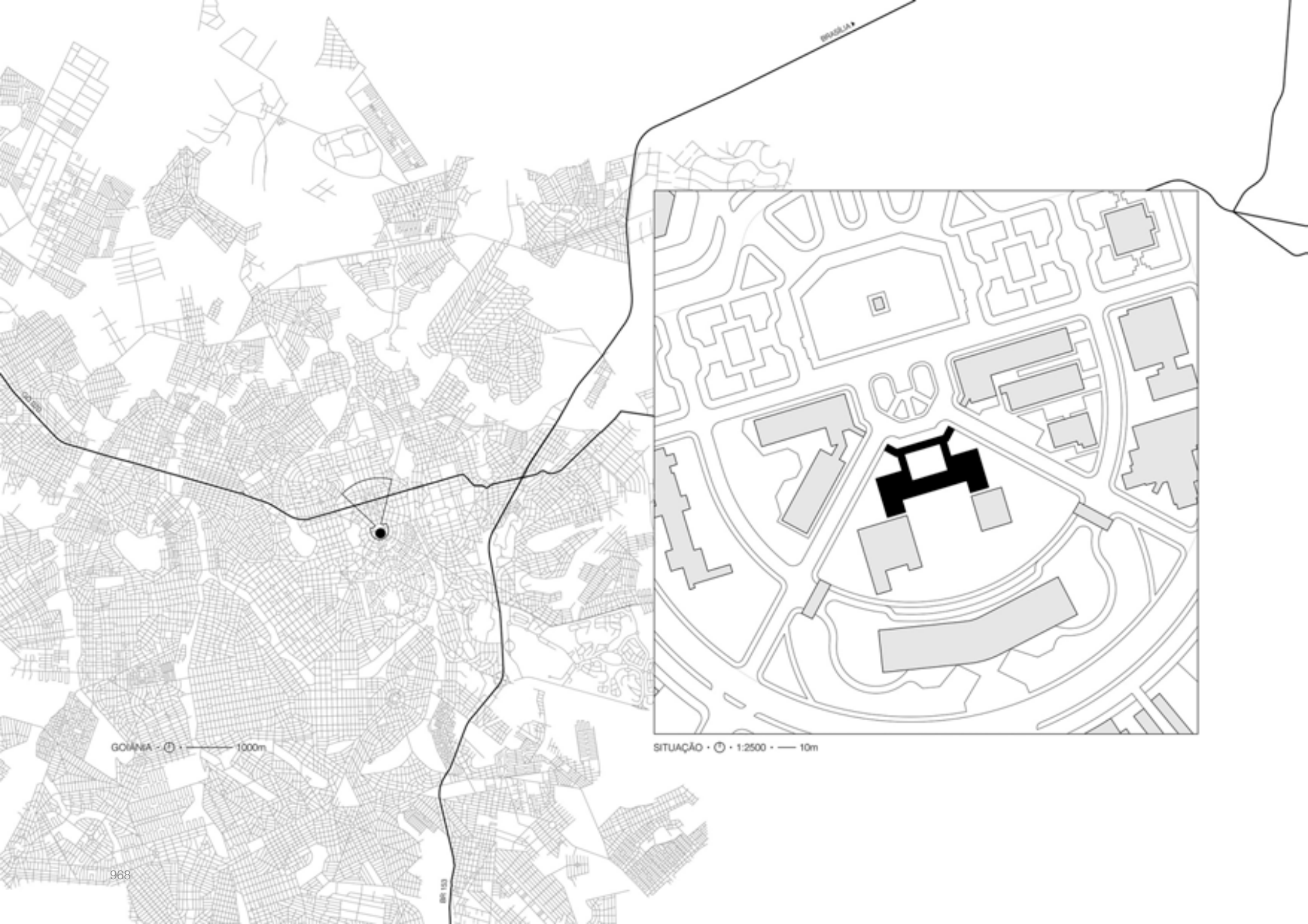
Desenhos p. 968
[1313] [1314]

Desenho p. 969
[1315]

Desenhos p. 970
[1316]
[1317]

Desenhos p. 971
[1318]
[1319]



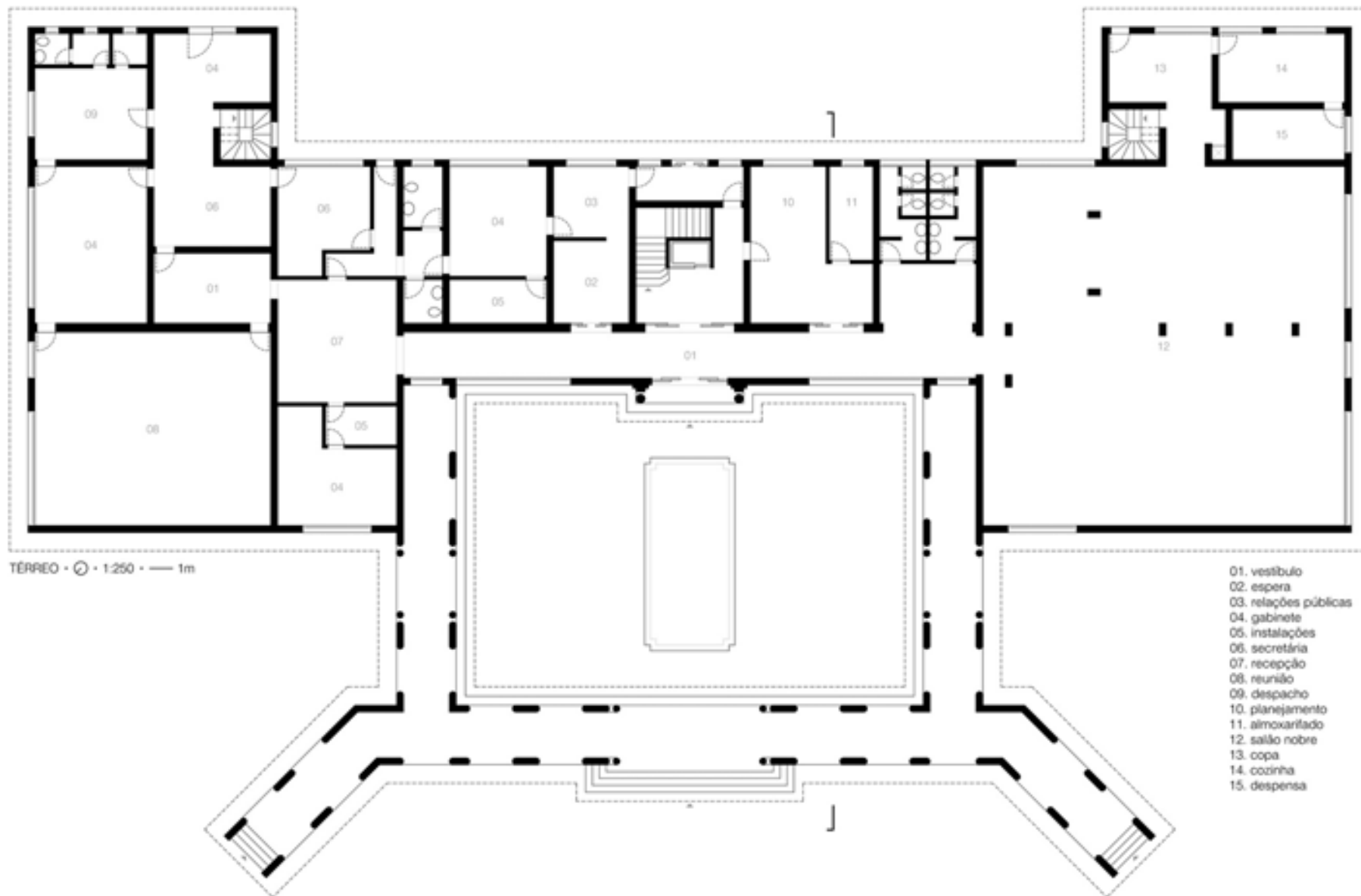


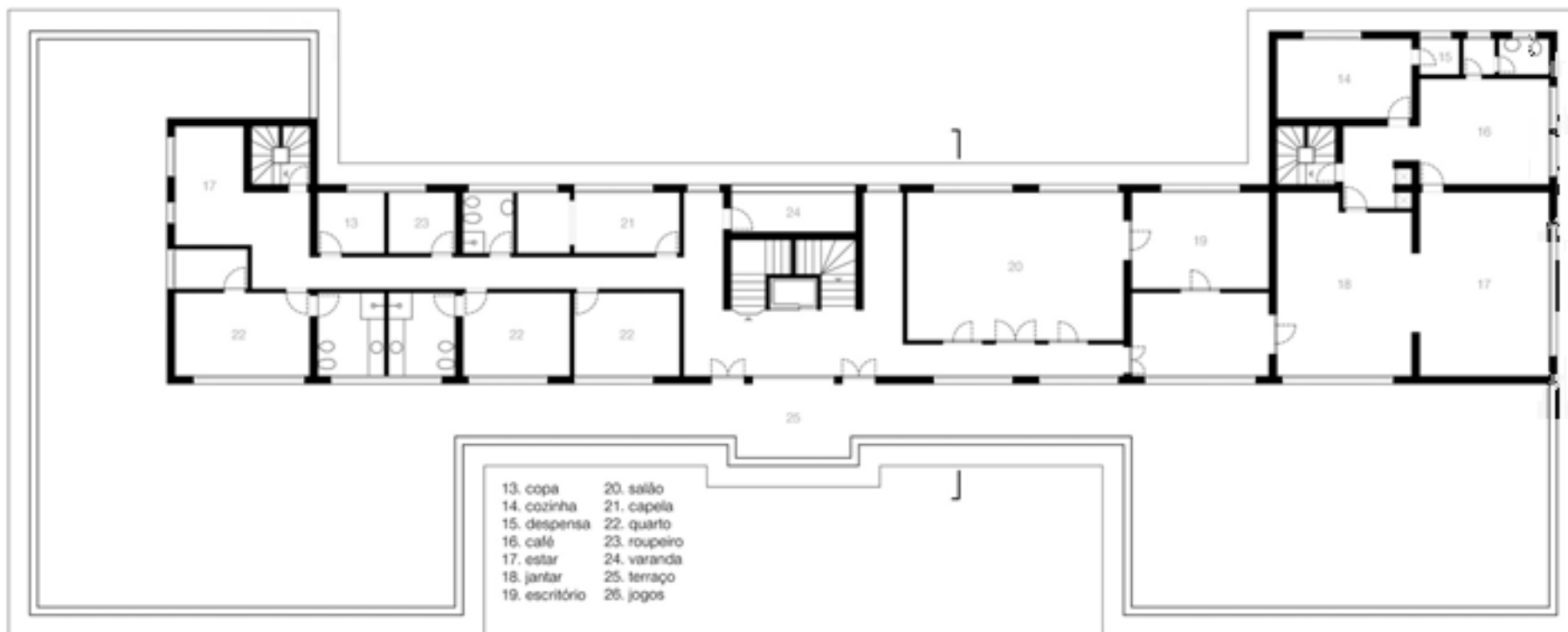
BRASILIA

GOIÂNIA - 1000m

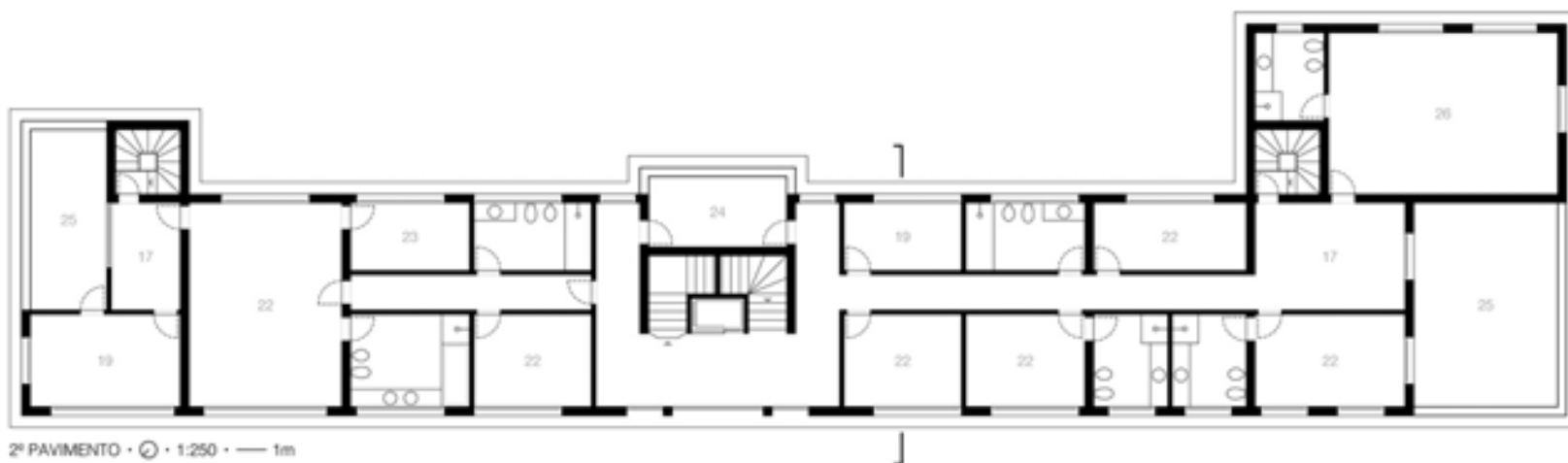
SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m

BR 153

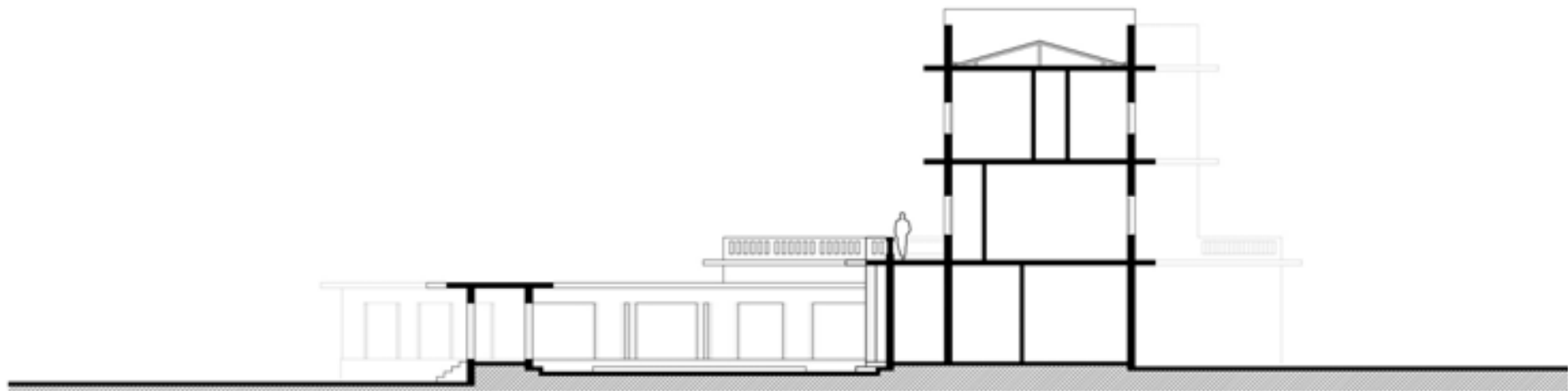




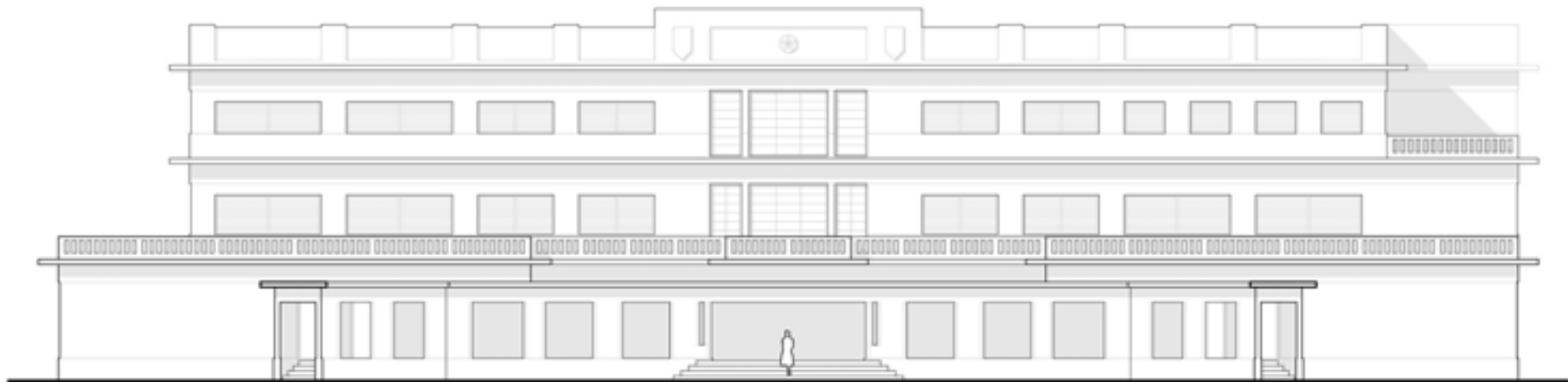
1º PAVIMENTO • 1:250 • 1m



2º PAVIMENTO • 1:250 • 1m



CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • — 1m



PRAÇA CÍVICA • 1:250 • — 1m



◀ [1320] · 10/08/2019

1937 · RESIDÊNCIA PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA E GERCINA BORGES TEIXEIRA ·

1937 · Goiânia / GO · Residência Pedro Ludovico Teixeira e Gercina Borges Teixeira

[1321] · 10/08/2019

Detalhe fachada.



[1322] · 10/08/2019

Detalhe balcão.



Durante a construção de Goiânia, os irmãos Coimbra Bueno se destacaram pelo volume de obras empreendidas na nova capital e pelas intrigas causadas no intuito de obter cada vez mais controle da construção local. Jerônimo Coimbra Bueno (1910-1996) e Abelardo Coimbra Bueno (1911-2006), naturais de Rio Verde, tinham grande abertura com o interventor Pedro Ludovico (1891-1979) e com a imprensa local. Estas facilidades ajudaram a transformar uma dupla de profissionais recém-formados nos maiores empreiteiros da cidade (Ackel, 2007:144). No Colégio Pedro II do Rio de Janeiro/RJ finalizaram o secundário e na Escola Politécnica formaram-se engenheiros em 1933 (Teles, 2005:158).

Jerônimo Bueno é o primeiro a chegar a Goiânia, em 1934, o irmão o segue um ano depois (Monteiro, 1938:648). Um dos legados da dupla foi o de ter iniciado novos parcelamentos urbanos sem concordância com o plano inicial de Atílio Corrêa Lima (1901-1943), o que se tornou o mote da expansão urbana na capital (Medeiros, 2013:7), transformando-a em uma colcha de retalhos sem unidade que cresce a partir de loteamentos independentes.

Para Corrêa Lima, além de todas as privações impostas pelo sertão goiano, enfrentar diariamente as críticas aos seus planos e obras lançada pela dupla de neófitos foi a gota d'água e ele se retira do comando das obras ao início de 1935 (Ackel, 2007:147). A ele alguns textos atribuem a autoria do projeto da residência de Pedro Ludovico, iniciada em dezembro de 1936 (Manso, 2010:93), já quase dois anos após o rompimento contratual do arquiteto. Além desta, outras duas questões nos parecem importantes para eliminar tal possibilidade. A primeira é que a obra não estava listada no contrato entre Corrêa Lima e o estado (Monteiro, 1938:74) e a segunda é que o relatório da firma Coimbra Bueno, em junho de 1936 (Monteiro, 1938:483), repassando o andamento das obras, não menciona a residência do interventor. Improvável que obra de tal importância, finalizada em 1937 (Bittencourt, 1989:98), estivesse em andamento ainda sob a tutela de Corrêa Lima e não fosse mencionada em relatório que abrange até as casas tipo para funcionários do governo.



Jerônimo Bueno exercia duas funções simultâneas, a de engenheiro-fiscal, que fazia a ligação entre as empresas contratadas e o estado, e proprietário da construtora que realizava as obras. Ele mesmo admite a alteração dos projetos após a retirada de Corrêa Lima em 1935 (Coimbra Bueno, 1989:14). Desenhos esses realizados dentro da própria construtora até 1937. Ficavam sob a responsabilidade do arquiteto Salvador Duque Estrada Batalha, contratado pela firma Coimbra Bueno, conduzindo os projetos a partir do escritório no Rio de Janeiro/RJ.

[1323] · 10/08/2019

Detalhe fachada.



[1324] · 10/08/2019

Detalhe fachada.



[1325] · 10/08/2019

Banheiro da suíte.



Salvador Batalha era professor da Escola Nacional de Artes, mesma instituição em que estudou com Corrêa Lima na turma de 1923 (Ackel, 2007:83). Famoso por participar do júri no concurso de projetos para o Ministério da Educação e Saúde (Segre, 2013:79), a julgar pelo seu voto dado ao projeto, de todos o mais próximo de um racionalismo plástico, é provável que tenha sido realmente o autor do projeto da casa de Pedro Ludovico. Tanto a formação técnica quanto a associação estilística estavam presentes; a obra não é mero exercício de técnico descompromissado.

Localizada em terreno de esquina, a casa fica bem próxima à Praça Cívica. À época da construção era possível a ligação visual da sacada do Palácio das Esmeraldas [1304:961] com a residência particular. A esquina é o elemento definidor da forma, a partir dela surge o volume circular, decisão formal fundamental que a distancia de toda a tradição da arquitetura local e dos neocoloniais populares que vinham sendo edificados.

Esse elemento conforma a varanda do pavimento térreo e a sacada do superior, em uma imagem símbolo de novas técnicas construtivas, liberdade permitida pela resistência das lajes de concreto. Internamente também se diferenciava dos programas tradicionais; agora setorizada, sem alcovas, com janelas amplas para iluminação e ventilação. Trazia inovações como a água quente integrada à tubulação – mesmo que aquecida por fogão à lenha. É um dos raros exemplares do *art-déco* residencial de Goiânia e abriga, desde 1987 (Araújo, 2016:19), o Museu Pedro Ludovico.



Dados

Obra: Res. Pedro Ludovico e Gercina Borges

Ano Construção: 1937

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Pedro Ludovico Teixeira (empreendedor)

Salvador Batalha (arquiteto)

Jerônimo Coimbra Bueno (construtor)

Abelardo Coimbra Bueno (construtor)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Rua Dona Gercina Borges, SN, St. Sul

Coordenadas: 16°40'52.0"S 49°15'33.4"W

Altitude: 773 m

Altura: 8,50 m

Pavimentos: Térreo + Superior

Área Terreno: 1.640 m²

Área Ocupada: 224 m²

Área Construída: 392 m²

Fontes

ACKEL, Luiz. **Atílio Corrêa Lima: uma trajetória para a modernidade**. São Paulo, 2007. Tese-FAU, USP.

ARAÚJO, Raquel Corino de. **Espaços, silêncios e gênero: a invisibilidade de dona Gercina Borges no discurso expográfico do Museu Pedro Ludovico Teixeira**. Goiânia, 2016. Monografia-Museologia, UFG.

BITTENCOURT, Anita Corrêa. **Produção arquitetônica dos Coimbra Bueno na década de 30 em Goiânia**. Goiânia, 1989. NDD-UCG, Trab.663, Cx. Arquivo 80.

COIMBRA BUENO, Jerônimo. **Entrevista a Anita Bittencourt, 1989**. In: BITTENCOURT, Anita Corrêa. **Produção arquitetônica dos Coimbra Bueno na década de 30 em Goiânia**, p.1-29. Goiânia, 1989. NDD-UCG, Trabalho 663, Caixa Arquivo 80.

MEDEIROS, Wilton de Araújo. **Bricoleur e sonhador: personagens das desconexões entre urbanismo e urbanização em Goiânia**. In: Anais do XXVII Simpósio Natural de História. Natal: ANPUH, 2013.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

SEGRE, Roberto. **Ministério da Educação e Saúde: ícone urbano da modernidade brasileira (1935-1945)**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2013.

TELES, José Mendonça. **Eu te vejo, Goiânia: painel memória goianiense**. Goiânia: Kelps, 2005.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico**. Dossiê de tombamento. Goiânia: Casa Brasil de Cultura, 2010.

[1326] · 10/08/2019
Biblioteca.



[1327] · 10/08/2019
Jantar.



[1328] · 10/08/2019
Estar.



Desenhos p. 980
[1329] [1330]

Desenhos p. 981
[1331] [1332]
[1333] [1334]



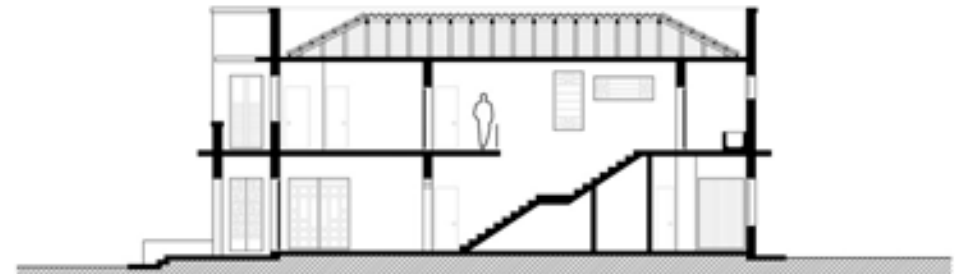


GOIÂNIA - 1000m

SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m



RUA 25 • 1:250 • — 1m

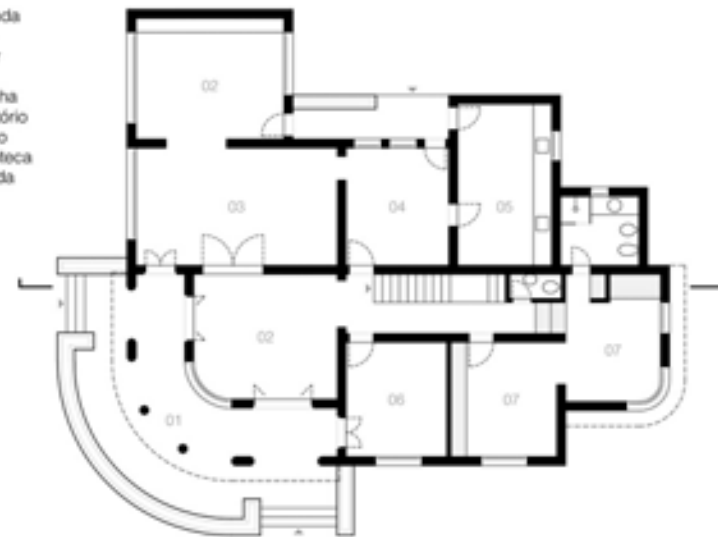


CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



INFERIOR • 1:250 • — 1m

- 01. varanda
- 02. estar
- 03. jantar
- 04. copa
- 05. cozinha
- 06. escritório
- 07. quarto
- 08. biblioteca
- 09. sacada



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [1335] · 19/07/2021

1938 · CATEDRAL DO DIVINO ESPÍRITO SANTO ·

1938 · Ipameri / GO · Catedral do Divino Espírito Santo

Ipameri não faz parte dos primeiros núcleos urbanos oitocentistas. Mais ligada ao desenvolvimento agropastoril, recebeu diferentes topônimos desde a sua fundação, na década de 1810 como Arraial de Nossa Senhora da Conceição, logo rebatizado Vai-e-Vem. Em 1870 se emancipa de Catalão com nome Entre Rios e, em 1904, é finalmente batizada Ipameri (Oliveira; Paiva, 2018:52). A chegada da ferrovia em 1913 permitiu melhor escoamento da produção e elevou a região a uma das principais economias do estado. A arquitetura, regada pelo desenvolvimento econômico e cultural que se estabelecia, desenvolveu-se formal e tecnicamente, e teve na Catedral do Divino Espírito Santo o símbolo máximo dessa renovação estilística.

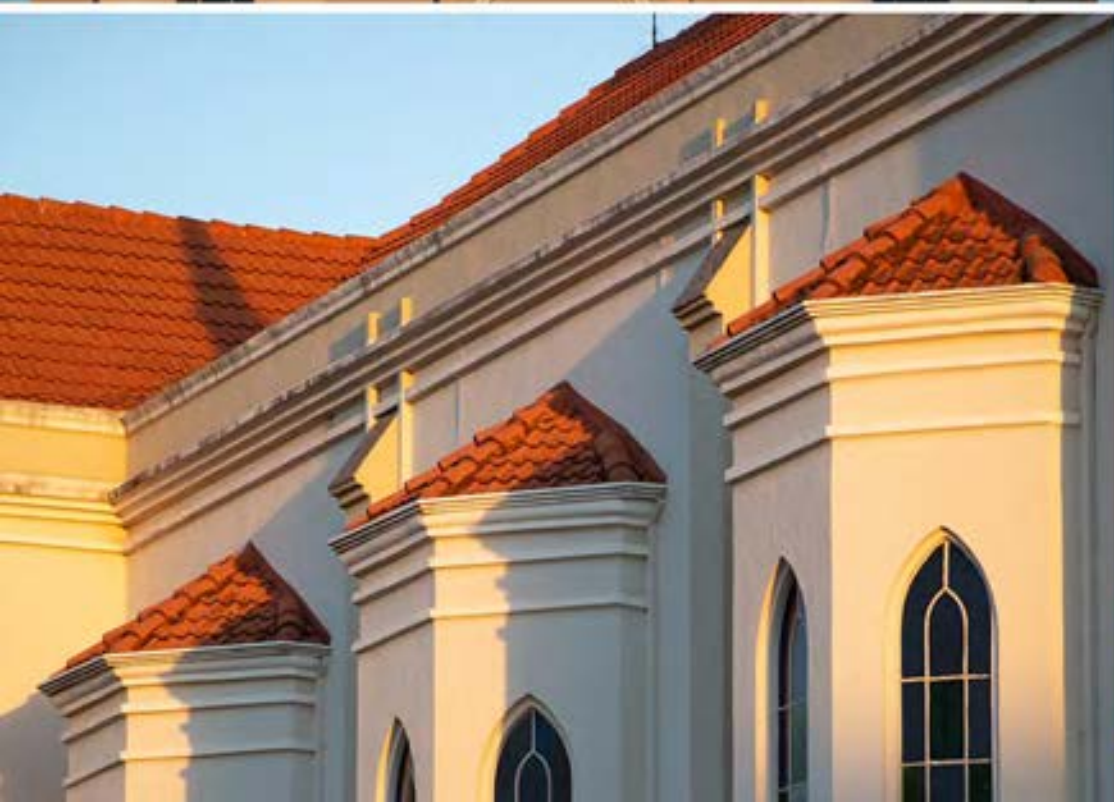
A ideia para a construção de um novo templo, em substituição ao antigo, partiu do jornalista João Cruz Gomes, português, que havia fundado em Catalão o jornal *Novo Goyaz* (Lisboa, 2009:66). Ao realizar uma conferência no cinema Eden-Ipamerino, lança e registra tal sugestão, em 16 de dezembro de 1926 (Veiga, 1967:102). Logo o projeto é encomendado e, em 4 de dezembro de 1927, a imprensa local publica o prospecto da nova igreja, anunciando o lançamento da pedra fundamental para daí quatro dias (Ypameri, 1927:1).

Até o momento, a única referência à autoria do projeto foi levantada por Sylvia Ficher (2005:88), que, biografando o arquiteto Georg Krug (1860-1919), nos revela sua associação ao projetista Antonio Garcia Moya (1891-1949). Moya, que só se graduaria arquiteto em 1933, era então o responsável pela concepção arquitetônica das obras da firma Krug, Moya & Cia, dentre elas a igreja em Ipameri. Apesar de ter participado da Semana de 22 com desenhos (Amaral, 1970/1998:152) de certa inspiração nos trabalhos de Antonio Sant'Elia (1888-1916) e Erich Mendelsohn (1887-1953), a atuação profissional como arquiteto foi marcada pela realização de projetos em diversos estilos (Ficher, 2015). Ainda permanece indecifrável como e quando aconteceu a conexão entre Krug, ou Moya, com os padres espanhóis responsáveis pela Paróquia.

[1336] · 19/07/2021 ◀
Detalhe fachada frontal.

[1337] · 19/07/2021 ◀
Detalhe fachada lateral.

[1338] · 19/07/2021 ▶
Fachada frontal.



Vale ressaltar que a presença de profissionais e empresas com sede no Rio de Janeiro/RJ ou São Paulo/SP não era novidade em Ipameri. A saber, as construções para abrigar o 6º Batalhão de Caçadores do Exército, finalizadas em 1923, foram edificadas por uma das maiores construtoras da época, a Companhia Construtora de Santos, de propriedade de Roberto Simonsen (1889-1948). Este, notório patrocinador das artes e arquitetura e responsável pela imigração de Gregori Warchavchik (1896-1972) ao Brasil (Peralta, 2005:101). O encarregado pela instalação do Batalhão em Ipameri foi o coronel Vicente Marot, paulista, que esteve à frente das obras da estrada ferro antes de instalar-se na cidade (Oliveira; Paiva, 2018:53), chegou a ser intendente e esteve presente tanto no lançamento da pedra fundamental, quando na inauguração da igreja em 1938. Tido como grande promotor da renovação urbana da cidade, (Ceva, 2020:20) talvez o possível elo de conexão entre contratados e contratantes.

[1339] · 20/07/2021

Nave e coro.



[1340] · 20/07/2021

Nave e altar-mor.



[1341] · 20/07/2021

Transepto e arco-cruzeiro.



Tanto a obra, liderada por Vitorino Bevinhati (1886-?), imigrante italiano (Rosa, 2021:141), quanto o projeto são cuidadosos e revelam a consciência formal e construtiva do executor e do projetista. O escalonamento volumétrico e o desenho dos pilares mais espessos nas extremidades exemplificam uma coerência entre forma e função, já que as seções vão diminuindo de acordo com o alívio das cargas. Internamente, a planta tem formato de cruz grega, com seis capelas laterais e transepto que enriquecem o espaço interno ao mesmo tempo que movimentam a volumetria externa. Outro ponto que revela a capacidade técnica do projetista é o uso de correções óticas, só perceptíveis quando medidas. A exemplo das janelas ogivais nas capelas laterais, corrigidas em escala quando instaladas no transepto. Ao aumentar a distância entre observador e janelas, o arquiteto corrige a altura e largura, fazendo com que todas as aberturas dos vitrais pareçam ter, visualmente, as mesmas dimensões. Algumas modificações foram realizadas, mas a mais latente foi a substituição da pintura original, em pó de mica e granulado cinza, que se assemelhava a pedra natural, a princípio mais adequada a uma obra que busca o gótico como referência. Mesmo assim, a igreja permanece muito íntegra em sua materialidade, e se mostra exemplar de valor na renovação arquitetônica que tomou força em Goiás já em meados da década de 1920.



Dados

Obra: Catedral do Divino Espírito Santo

Ano Construção: 1938

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Antonio Garcia Moya (arquiteto)

Vitorino Bevinhati (construtor)

Cidade: Ipameri / GO

End.: Al. Barão do Rio Branco, SN, Centro

Coordenadas: 17°43'21.2"S 48°09'37.5"W

Altitude: 772 m

Altura: 32,00 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 2.630 m²

Área Ocupada: 654 m²

Área Construída: 720 m²

Fontes

AMARAL, Aracy. **Artes plásticas na Semana de 22**. São Paulo: Editora 34, 1998.

CEVA, Marcio Augusto (Org.). **Ipameri 150 anos**. Ipameri: Livrosebooks, 2020.

FICHER, Sylvia. **Os Arquitetos da Poli: Ensino e Profissão em São Paulo**. São Paulo: Fapesp/Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

FICHER, Sylvia. **Antonio Garcia Moya, um arquiteto da Semana de 22: parte 2**. MDC: Mínimo Denominador Comum. Belo Horizonte; Brasília, 2015. Disponível em: <<https://mdc.arq.br/2015/02/25/antonio-garcia-moya-um-arquiteto-da-semana-de-22-parte-2/>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

LISBOA, Andreia Silva. **O Brasil central e suas possibilidades na Revista Informação Goyana (1917-1935)**. Goiânia, 2009. Dissertação-História, UFG.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de Oliveira; PAIVA, Hudson Carneiro. **A Estrada de Ferro Goyaz e seus Impactos na Cidade de Ipameri e no Estado de Goiás (1913-1930)**. In: Revista Expedições, v.9, n.4, p.40-58. Morrinhos: UEG, 2018.

PERALTA, Francisco José. **A Arquitetura art-déco no governo Vargas: a construção de uma identidade nacional**. Maringá, 2005. Dissert.-Educação, UEM.

ROSA, Joaquim. **1870 destino Ipameri**. Ipameri: Livros ebooks, 2021.

VEIGA, João. **Ipameri Histórico**. São Paulo: Editora Minox, 1967.

YPAMERI. **A nova Matriz de Ypameri**. Ipameri, 4 de dezembro de 1927, n.78, p.1.

[1342] · 20/07/2021 ▲
Arco-cruzeiro e altar-mor.

[1343] · 20/07/2021 ▼▼
Detalhe altar-mor.

[1344] · 20/07/2021 ▼▼
Vitral.

[1345] · 20/07/2021 ►
Altar-mor.

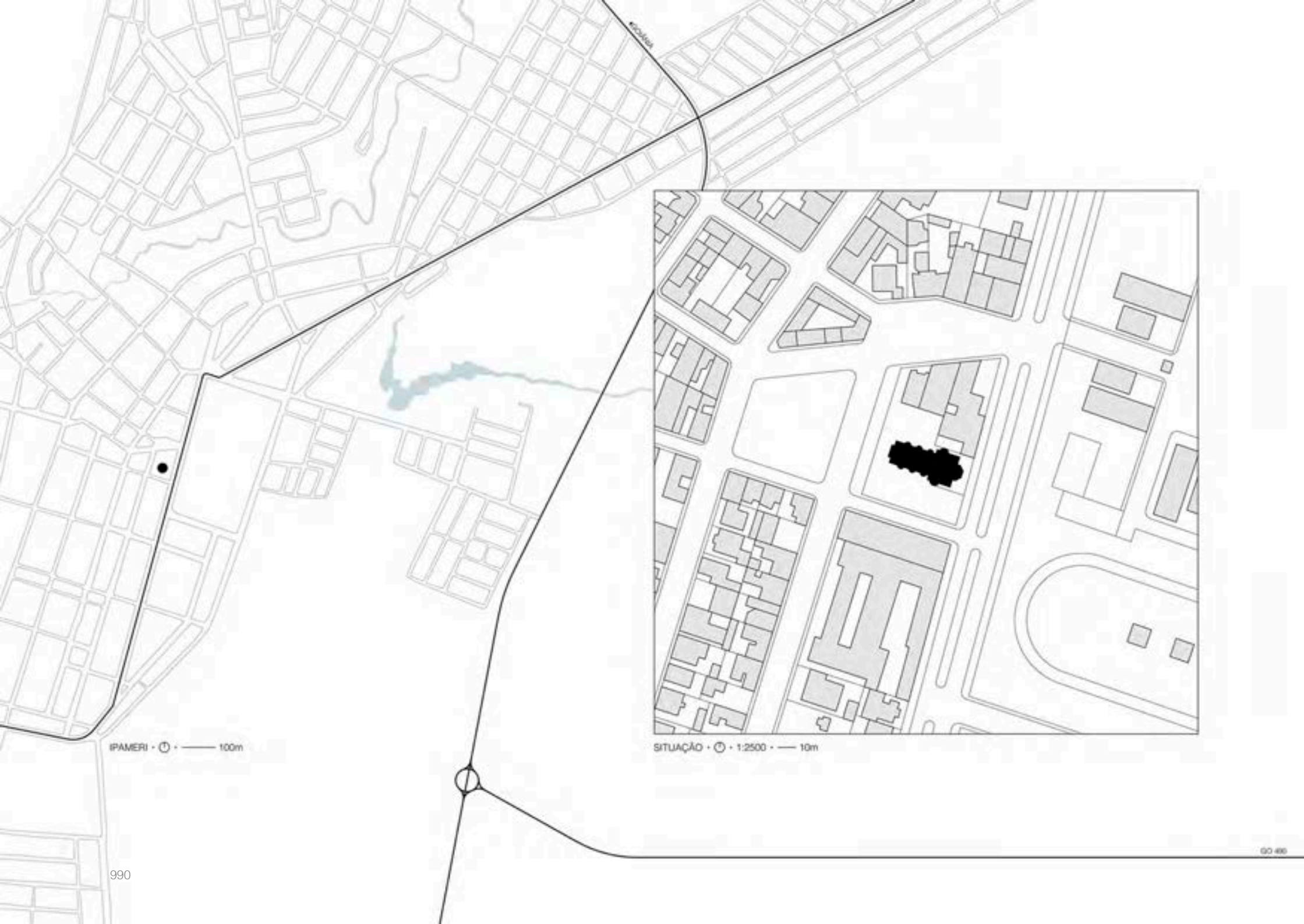
Desenhos p. 990
[1346] [1347]

Desenho p. 991
[1348]

Desenho p. 992
[1349]

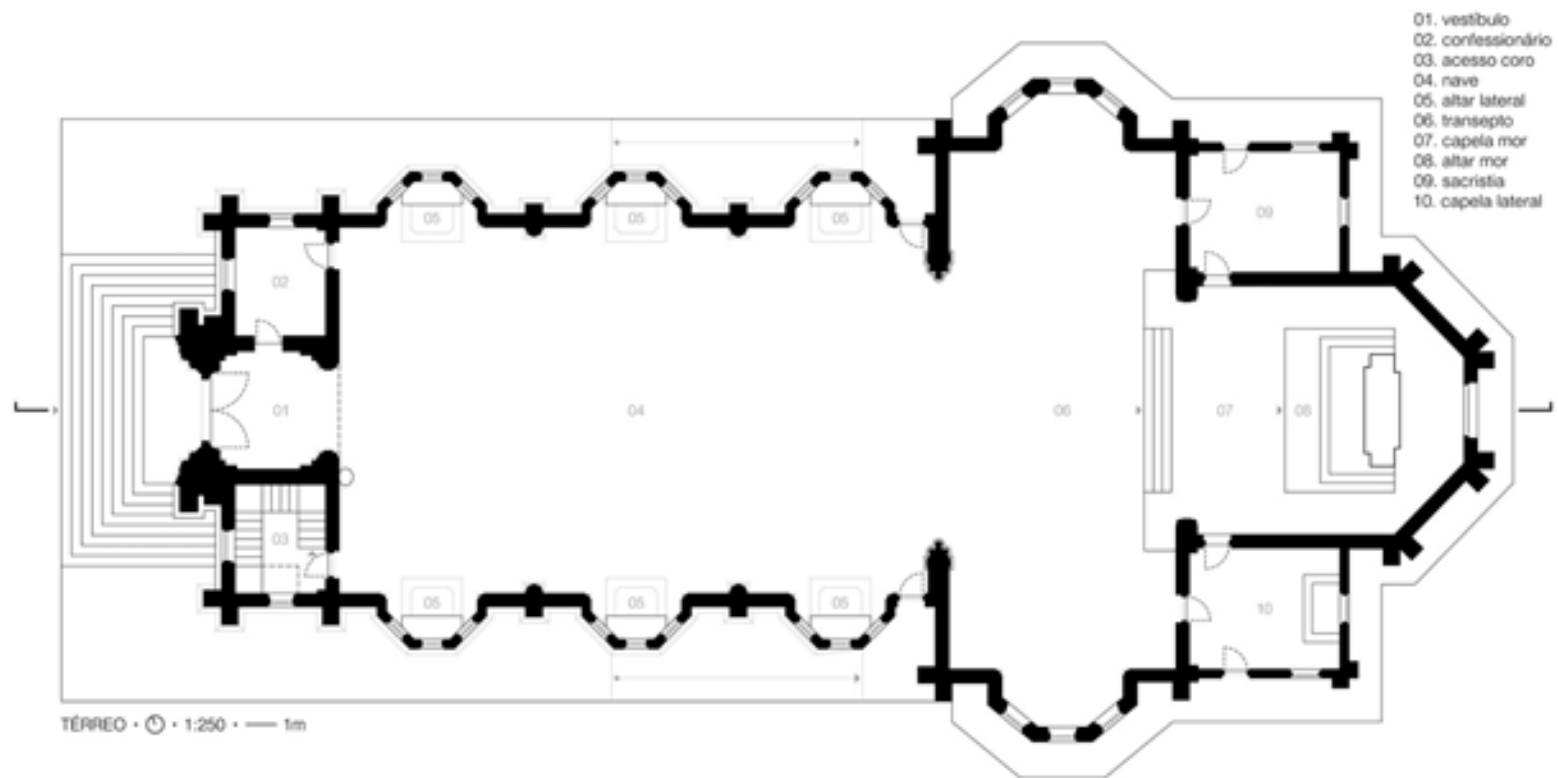
Desenho p. 993
[1350]





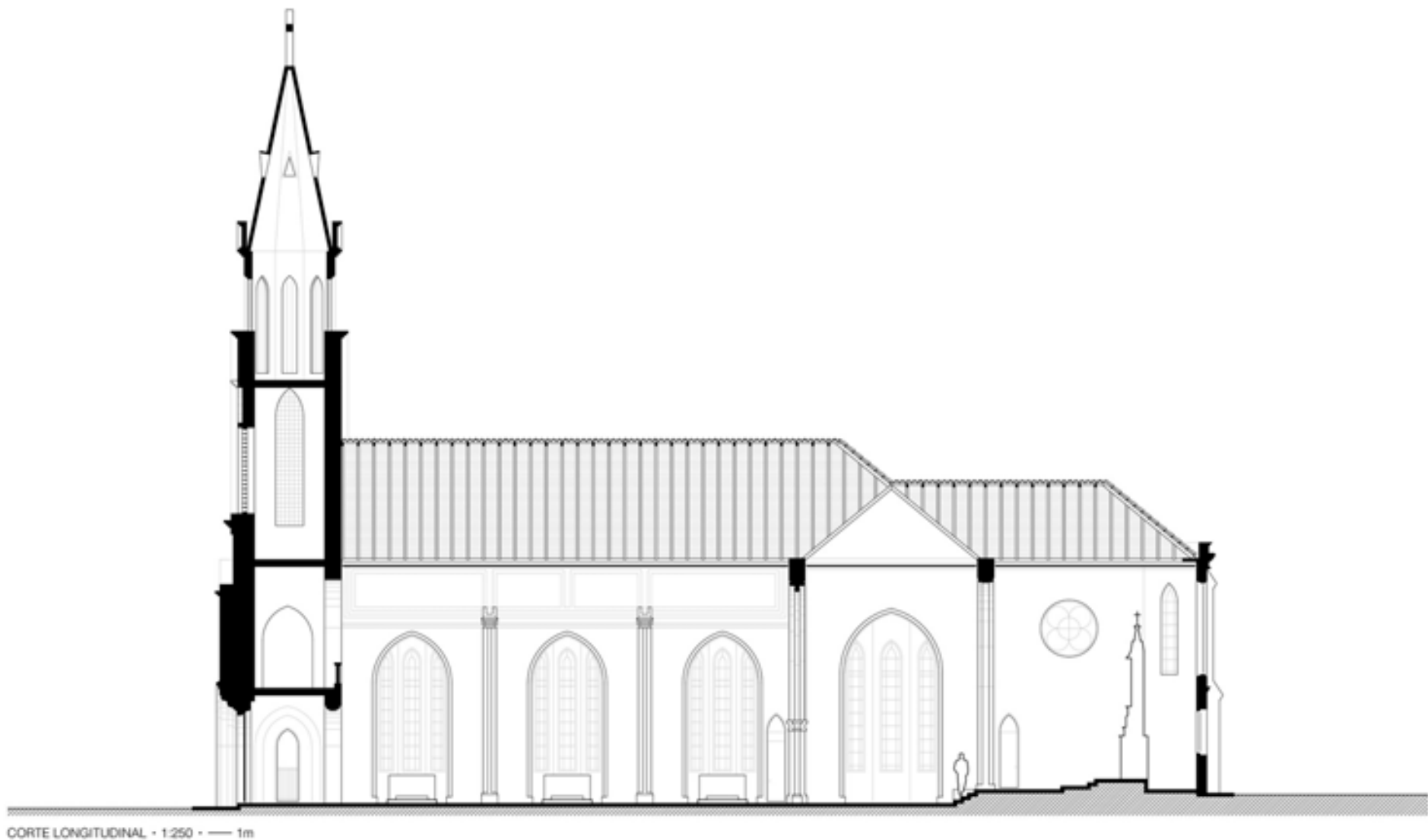
IPAMERI • ○ • 100m

SITUAÇÃO • ○ • 1:2500 • 10m





AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL - 1:250 - 1m



◀ [1351] · 09/10/2021

≈1940 · RESIDÊNCIA FRANCISCO RIBEIRO SCARTEZINI E ALICE RIBEIRO SCARTEZINI ·

≈1940 · Goiânia / GO · Residência Francisco Ribeiro Scartezini e Alice Ribeiro Scartezini

A chegada de renovadores estilos arquitetônicos em Goiás, apesar de presentes em quase todo território do estado nas primeiras décadas do século XX, toma força com a expansão da estrada de ferro. Partindo de Araguari/MG em 1909, alcança Ipameri em 1913, Anápolis em 1935 e Goiânia em 1950 (Ferreira, 1999:46). Com a instalação das estações em cada cidade, desenvolve-se uma arquitetura ligada aos desdobramentos dessas regras formais, impactando também a adoção de novas técnicas construtivas.

Com isso, é notável a disseminação de exemplares vinculados ao ecletismo, ao neocolonial e ao *art-déco*. Em Ipameri, cidade com um dos mais representativos acervos, teremos exemplos populares e eruditos destas associações formais. É o caso da antiga Sede do Banco do Brasil [971:732], da Residência nº1 [924:710], do Centro de Formação Pastoral [976:734], do Cinema Estrela [822:638] ou mesmo da Igreja do Divino Espírito Santo [1335:983].

Não demora até que essas formas cheguem a Goiânia inicialmente simplificadas nas casas-tipo, primeiras propostas residenciais já inseridas no contrato de Atílio Corrêa Lima (1901-1943) (Sabino, 1960:81). Essa linguagem inicial será muito difundida na cidade, marcada pelo jogo de telhados, varandas, arcos e uma ou outra pilastra mais trabalhada.

Serão comuns projetos residenciais assinados por José Neddermeyer (1894-1951), Eurico Viana (1894-1963), Kazimierz Bartoszewski (1914-1990) (in: Moura, 2011:117-218), todos eles profissionais de carreira do estado. Todos trabalhando com elementos ora mais rebuscados, ora mais limpos. Em alguns casos, o mesmo arquiteto propunha uma casa com referências coloniais e poucos meses depois usava, em outra, referências do *art-déco*. Evidência de certo desapego conceitual no uso dos estilos, dissociando-se assim, por exemplo, das teorias anti-ecléticas imbuídas no uso do neocolonial e aproximando-se das vontades particulares dos clientes.

[1352] · 09/10/2021 ▲▲▲
Detalhe acesso principal.

[1353] · 09/10/2021 ▲▲▲
Detalhe muro e grade.

[1354] · 09/10/2021 ▲▲▲
Detalhe brasão.

[1355] · 09/10/2021 ▼▼
Detalhe fachada frontal.

[1356] · 09/10/2021 ▼▼
Detalhe fachada frontal.



É a partir da década de 1940 que surgem obras que empregam maior trabalho formal, fruto de iniciativas particulares que já buscam certa diferenciação no cenário local. Assim, veremos as Residências nº 52 [925:710], na Rua 5, aproximando-se das referências missioneiras; ou a Residência nº 63 [877:684] da Avenida Tocantins e a nº 220 [923:710] da Rua 20, evidenciando certa tendência normanda. Mais uma dessas obras de maior cuidado formal foi a residência do casal Francisco Ribeiro Scartezini (1906-1998) e Alice Ribeiro Scartezini (1910-1970). Estes, vindos de São Paulo/SP chegaram em Goiânia no início da década de 1940; ele, inicialmente funcionário do estado, depois consolida famosa casa de livros, o Bazar Municipal (Godoy, 2018:601). Em entrevista com seus filhos o relato é que a casa teria sido construída pelo próprio casal e permanece até hoje em posse da família (Pires, 2020:44).

[1357] · 09/10/2021 ◀
Detalhe lustre interno.

[1358] · 09/10/2021 ◀
Estar.

[1359] · 09/10/2021 ▶
Escada interna.

A obra emprega estrutura mista de alvenaria e concreto, edificada em um lote convencional ao centro da quadra. A implantação segue os moldes das novas residências construídas nos primeiros momentos de ocupação da capital, com afastamentos em todos os lados que permitem a iluminação e ventilação direta dos cômodos, alinhando-se ao discurso higienista então em voga.

Internamente segue a divisão usual com setor social à frente, serviços aos fundos e íntimo no andar superior. A porção frontal é trabalhada com jogo volumétrico, utilizando a varanda do pavimento térreo e a sacada do pavimento superior para gerar a necessária movimentação de cheios e vazios. Os estilemas buscam a releitura de elementos barrocos, aplicados nos brasões e molduras do frontão.

Curvas e contracurvas são empregadas em volutas que emolduram aberturas, conjugadas com rusticações simples dos arcos e pilares. O telhado em telha cerâmica é finalizado com cachorros que, apesar de falsos, reforçam a associação aos temas da arquitetura tradicional. A casa agora é ocupada por uma pizzaria, que a reformou respeitando as particularidades originais, mantendo-a como um dos principais representantes do neocolonial na cidade.



Dados

Obra: Res. Francisco Scartezini e Alice Ribeiro

Ano Construção: ≈1940

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Francisco Scartezini (proprietário)

Alice Ribeiro (proprietária)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Rua 29, 190, Centro

Coordenadas: 16°40'41.8"S 49°15'41.4"W

Altitude: 764 m

Altura: 10,30 m

Pavimentos: Térreo + Superior

Área Terreno: 517 m²

Área Ocupada: 142 m²

Área Construída: 265 m²

Fontes

FERREIRA, Aroldo Márcio. **Urbanização e arquitetura na região da Estrada de Ferro Goiás – E.F.Goiás: Cidade de Pires do Rio, um exemplar em estudo.** Goiânia, 1999. Dissertação-FCHF, UFG.

GODOY, Heleno. **Sobre João Cabral de Melo Neto e mais: um depoimento.** In: Texto Poético, 14(25) p.600–609, 2018.

MOURA, Ana Amélia. **Arquitetura residencial em Goiânia (1935-1940). A modernidade revelada.** Brasília, 2011. Dissertação-FAU, UnB.

SABINO, Oscar. **Goiânia documentada.** Goiânia: Edigraf, 1960.

SILVA, José Henrique Costa Santiago da. **Estudo dos edifícios residenciais: Os sobrados Neocoloniais de Goiânia – Volume 1.** Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura IX da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1993a. NDD-UCG, Trabalho 800, Caixa Arquivo 102.

PIRES, Ana Carolina D'Abreu Carvalho. **Rua 29, Centro: 4 quadras de muita história.** Goiânia: Kelps, 2020.

[1360] · 09/10/2021
Detalhe grade.



[1361] · 09/10/2021
Banheiro social.



[1362] · 09/10/2021
Quarto.



Desenhos p. 1002
[1363] [1364]

Desenhos p. 1003
[1365] [1366]
[1367] [1368]



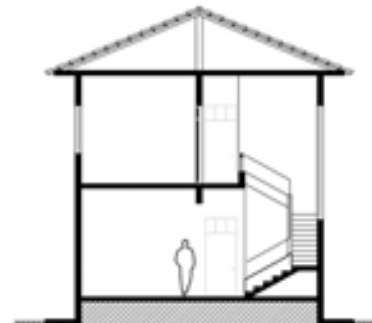


GOIÂNIA - 1000m

SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m



RUA 29 • 1:250 • — 1m



CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • — 1m



- 07. quarto
- 08. sacada

SUPERIOR • 1:250 • — 1m



- 01. varanda
- 02. escritório
- 03. estar
- 04. jantar
- 05. cozinha
- 06. despensa
- 07. quarto

TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [1369] · 12/10/2021

1942 · CORETO DA PRAÇA CÍVICA ·

1942 · Goiânia / GO · Coreto da Praça Cívica

Jorge Félix de Souza (1908-1983) nasceu no dia 15 de janeiro de 1908 na cidade de Goiás, onde fez o curso primário e o Liceu como preparação para a universidade. Filho do coronel Leopoldo Félix de Souza (1878-1957) e Branca Julieta Félix de Souza, não seguiu os passos do pai. Um dos irmãos, sim, permaneceu na carreira militar e pertenceu à Força Expedicionária Brasileira. O outro, bacharel em direito, tornou-se desembargador (Silva, 2011b:117) e Jorge Félix fez a opção pela Escola de Belas Artes e se mudou para o Rio de Janeiro/RJ.

Oscar Niemeyer (1907-2012) foi seu calouro e Alcides da Rocha Miranda (1909-2001) seu companheiro de formatura. A solenidade, ocorrida ao final de 1932, teve Lucio Costa (1902-1998) como professor homenageado após recente afastamento da direção da escola (Radical, 1932:2). Durante o curso teve aulas de perspectiva com o professor Gastão Bahiana (1874-1959) e dominou a variação por ele inventada, o processo de isometria (Montenegro, 1983:51).

Ainda no Rio de Janeiro/RJ, especializa-se em cálculo de concreto armado e resistência dos materiais (Silva, 2011b:117), além de modelagem e aquarela (Menezes, 2002:150), contemplando duas áreas essenciais à arquitetura. Jorge Félix empreendeu em construtora própria até 1934, quando se muda para Juiz de Fora/MG (Metran, 1996:88) e depois Goiânia, ainda na década de 1930, realizando levantamentos topográficos de quadras e lotes (Hamú, 2013:285).

Sua carreira se desenvolveu em três vertentes distintas e paralelas, atividades que proporcionaram a captação de seus principais projetos, mesmo não sendo esta sua atividade principal. A primeira, como funcionário público, inicialmente técnico do Departamento de Produção e Trânsito, que logo o encaminhou para cargos de chefia e liderança; a segunda, ligada à docência, como professor e futuro diretor da Escola Técnica Federal; e a terceira, religiosa, que ocupava seu tempo com acompanhamento de obras e desenvolvimento de projetos para a Diocese de Goiás.

[1370] · 12/10/2021
Vista interna lateral.



[1371] · 12/10/2021
Vista externa lateral.



[1372] · 12/10/2021
Detalhe interior.





O Coreto da Praça Cívica foi desenvolvido em suas atividades ligadas ao Departamento de Produção e Trânsito. Como encarregado pela fiscalização das obras de toda a praça, a concepção do Coreto ficou sob sua responsabilidade. Inaugurado junto com o Teatro Goiânia [1384:1015] no dia 5 de julho de 1942, é provável que, assim como o outro, já estivesse pronto pouco antes da data. O projeto, mesmo com os desenhos exigidos para guiar a confecção dos detalhes, não deve ter tomado muito tempo em sua elaboração, por diminuto que é.

[1373] · 12/10/2021
Detalhe cobertura.



[1374] · 12/10/2021
Detalhe dentículos.



[1375] · 12/10/2021
Detalhe pináculo.



Nele estão presentes diversos símbolos da modernidade almejada para a nova capital. O concreto armado é utilizado na delicada estrutura, que tem no centro dos dois pilares circulares os pontos de partida para as decisões volumétricas. Destes nascem vigas invertidas que sustentam o balanço da cobertura, conformando os limites do espaço que protege. Na área coberta há uma integração harmônica entre os bancos, que geram côncavos e convexos a partir de guias composicionais estabelecidas pelos mesmos pilares.

Os ornamentos, além da modernidade, nos revelam, talvez, certa busca modernista; não a que se espelha em Le Corbusier (1887-1965), mas em Louis Sullivan (1856-1924) e Frank Lloyd Wright (1867-1959). Dos dois, as obras parecem desprovidas de ornamento quando contempladas de longe ou por fotografias gerais, mas, ao nos aproximarmos, são reveladas intrincadas tramas de relevos e desenhos. O próprio coreto, se expurgado desses relevos, revelaria uma radical síntese estrutural de fazer inveja a qualquer dos futuros modernistas locais.

A obra é frequentemente alvo de abusos físicos, já recentemente vandalizada após o restauro concluído em 2020. Mas o pior assalto foi realizado pelo poder público em 1973, quando completamente desfigurado em determinação do então prefeito Manoel dos Reis (1926-2020). Assim permaneceu até 1978 como Centro de Atendimento ao Turista. Porém, durante a gestão de Hélio Mauro Umbelino Lobo (1942-), com ajuda de um dos pedreiros que trabalharam na obra original e amparado por fotografias, conseguiram retornar à composição original.



Dados

Obra: Coreto da Praça Cívica

Ano Construção: 1942

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Jorge Félix de Souza (arquiteto)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Pç. Pedro Ludovico, SN, Centro

Coordenadas: 16°40'46.0"S 49°15'24.2"W

Altitude: 768 m

Altura: 5,00 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 517 m²

Área Ocupada: 83 m²

Área Construída: 83 m²

Fontes

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Goiânia, Volume II.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

HAMÚ, Ademir. **De Goyaz a Goiás.** Goiânia: Kelps, 2013.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico.** Dossiê de tombamento. Goiânia: Casa Brasil de Cultura, 2010.

MENEZES, Amaury. **Da caverna ao museu - Dicionário das artes plásticas em Goiás.** Goiânia: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2002.

METRAN, Márcia. **Moderno e modernismo.** São Paulo, 1996. Dissertação-FAU, USP.

MONTENEGRO, Gildo. **A perspectiva dos profissionais.** São Paulo: Edgar Blücher, 1983.

RADICAL, O. **Engenheiros-Architectos de 1932.** Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1932, sn, p.2.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. **Desenho de uma vida: Crônica sobre Jorge Félix de Souza.** In: Revista UFG, Ano XIII, n.11, p.109-119. Goiânia: UFG, 2011b.

[1376] · 12/10/2021

Detalhe cobertura.



[1377] · 12/10/2021

Detalhe banco perimetral.



[1378] · 12/10/2021

Detalhe banco central.



Desenhos p. 1012

[1379] [1380]

Desenhos p. 1013

[1381]

[1382]

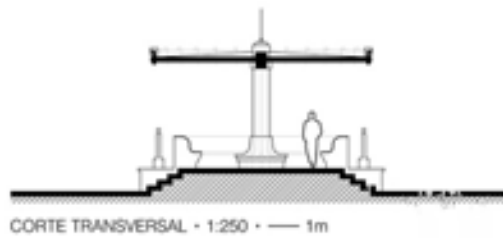
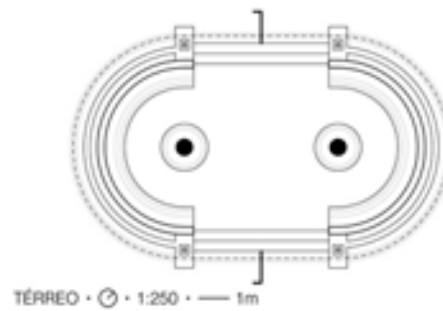
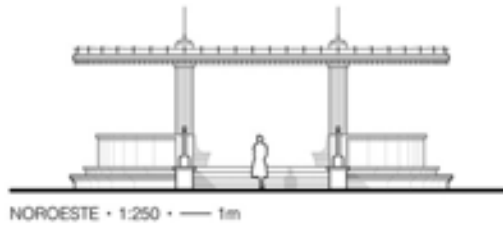
[1383]





GOIÂNIA - 1000m

SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m





◀ [1384] · 10/10/2021

1942 · TEATRO GOIÂNIA ·

1942 · Goiânia / GO · Teatro Goiânia

Se Atílio Corrêa Lima (1901-1943) foi o responsável por inscrever a modernidade no traçado urbano de Goiânia, Jorge Félix de Souza (1908-1983) o fez na arquitetura. Se hoje a cidade é reconhecida por seu acervo *art-déco*, grande parte deste reconhecimento cabe ao arquiteto que criou suas obras mais emblemáticas. O Teatro Goiânia, o Coreto da Praça Cívica [1369:1005], a Estação Ferroviária [1474:1071] e o Pórtico da Escola Técnica [823:640] – todos de sua autoria – são os melhores representantes do estilo no estado. O conjunto, se destituído destas peças, estaria relegado a poucas obras de maior aprofundamento formal.

Definindo-se como sertanejo tosco e mal-acabado, e até figura sem prumo e deselegante em seu poema intitulado *Auto-Retrato* (Silva, 2011b:109), parece-nos uma leitura tanto conservadora de um profissional que fez da arquitetura o momento de culminância das atividades artísticas que praticava. O desenho, a pintura e a poesia foram aliadas da matemática e geometria em atividade que abrangiam projeto, administração pública e docência.

O Teatro foi um dos seus primeiros projetos em Goiânia. Lotado junto ao corpo técnico do Departamento de Produção e Trânsito, concebe o projeto junto com o colega e engenheiro arquiteto José Amaral Neddermeyer (1894-1951) (Coelho, 2021b:13). O edital para a construção foi lançado em 1938, abrindo a concorrência para início das obras (Borges, 2007:11), já inspecionadas por Getúlio Vargas (1882-1954) em 1940 (Batalha, 1940:5) e finalizadas em 1942.

Toma-se o 5 de julho de 1942 como data oficial de inauguração do Teatro, época do batismo cultural de Goiânia, evento tido como fundação oficial da nova capital, no qual os discursos mais importantes de Pedro Ludovico foram proferidos no próprio teatro (Godinho, 2015:281). Mais alguma obras tiveram a mesma data, aproveitando-se do evento para inauguração oficial, mesmo já prontas há algum tempo ou sem estar totalmente finalizadas.

[1385] · 10/10/2021 ▲
Detalhe fachada lateral.

[1386] · 10/10/2021 ▼▼
Detalhe fachada lateral.

[1387] · 10/10/2021 ▼▼
Detalhe esquadria.

[1388] · 10/10/2021 ►
Fachada frontal.



Sob a denominação original de Cine Teatro Goiânia, foi a representação do ápice da modernidade local. Tanto pelos equipamentos de última geração para projeção, quanto pela concepção e técnicas construtivas. Implantado em cruzamento de duas importantes avenidas, tem no desenho triangular do terreno o direcionamento do partido arquitetônico, escalonado, que avança da frente para os fundos, permitindo a quem acessa o edifício frontalmente contemplar a escala do novo equipamento.

O olhar é guiado por uma promenade que se inicia no totem central, definidor do acesso e ponto de simetria rigorosamente seguida na distribuição da planta e dos elementos volumétricos. A gradação dos espaços, aliada ao escalonamento de alturas, gera riqueza e movimentação da volumetria externa. E a parte circular, adornada com chanfros, dinamiza a forma fazendo com que a obra assuma uma nova expressão a cada ângulo do observador.

A modernidade – apesar da cobertura ser em treliça de madeira – foi materializada internamente com o uso do concreto armado na execução do saguão sobre a plateia com vão de 20m x 10m. O cálculo preciso, levado ao limite para conceber o vão exequível, teve, à hora da execução, alteração na composição das ferragens. O próprio arquiteto e calculista nunca entrou debaixo da plateia após a alteração (Rabelo, 2019).

Foi o primeiro edifício a rivalizar em escala com as grandes igrejas construídas nos séculos XVIII e XIX, e assim como elas foi a expressão máxima, tanto técnica quanto artística, do seu tempo e local. À época da inauguração foi tido como um ultraje, já que não se justificava equipamento tão grande para uma cidade com meros cinquenta mil habitantes (Borges, 2007:13). Passou por abandono, quase foi vendido para a iniciativa privada por Jerônimo Coimbra Bueno (1909-1996) e passou por quatro grandes reformas, em 1975, 1989, 1998 e 2010. Permanece como um dos ícones da arquitetura da nova capital além de expressão máxima do *art-déco* em Goiás.

[1389] · 10/10/2021 ▲▲▲▲
Detalhe marquise.

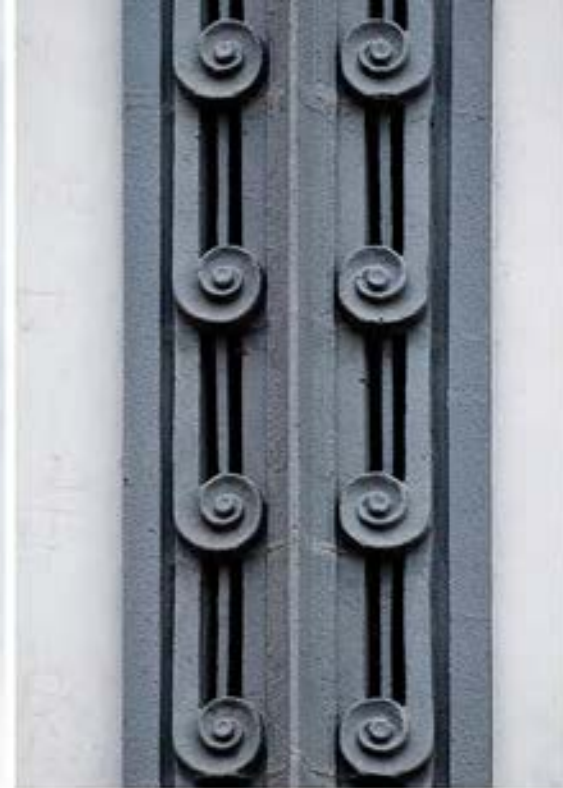
[1390] · 10/10/2021 ▲▲▲▲
Detalhe totem.

[1391] · 10/10/2021 ▲▲▲▲
Detalhe adorno.

[1392] · 10/10/2021 ▲▲▲▲
Detalhe fachada.

[1393] · 14/10/2021 ▼▼
Foyer.

[1394] · 14/10/2021 ▼▼
Antessala camarotes.



Dados

Obra: Teatro Goiânia

Ano Construção: 1942

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Jorge Félix de Souza (arquiteto)

José Neddermeyer (arquiteto)

Pedro Rio (mestre)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Rua 23, 252, Centro

Coordenadas: 16°40'34.9"S 49°15'41.2"W

Altitude: 759 m

Altura: 21,70 m

Pavimentos: Térreo + 2

Área Terreno: 1.837 m²

Área Ocupada: 1.405 m²

Área Construída: 3.050 m²

Fontes

BATALHA, A. **Entusiasmo extraordinário em Goiânia**. Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1940, n.4292, p.5.

BORGES, Gilson Pedro. **Teatro Goiânia: histórias e estórias**. Editora da UCG, 2007.

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Goiânia, Volume II**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

COELHO, Gustavo Neiva. **José Amaral Neddermeyer: um arquiteto polivalente em Goiânia**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2021b.

GODINHO, Iuri Rincon. **A Construção: Cimento, Ciúme e Caos nos Primeiros Anos de Goiânia**. Goiânia: Simplíssimo, 2015.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico**. Dossiê de tombamento. Goiânia: Casa Brasil de Cultura, 2010.

RABELO, Fernando Carlos. **Entrevista com o Sr. Fernando Carlos Rabelo, arquiteto**. Goiânia/GO, 10 de novembro de 2019. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. **Desenho de uma vida: Crônica sobre Jorge Félix de Souza**. In: Revista UFG, Ano XIII, n.11, p.109-119. Goiânia: UFG, 2011b.

[1395] · 14/10/2021
Plateia. ◀

[1396] · 14/10/2021
Plateia e palco. ◀

[1397] · 14/10/2021
Palco e plateia. ▶

Desenhos p. 1022
[1398] [1399]

Desenho p. 1023
[1400]

Desenho p. 1024
[1401]

Desenho p. 1025
[1402]

Desenho p. 1026
[1403]

Desenho p. 1027
[1404]

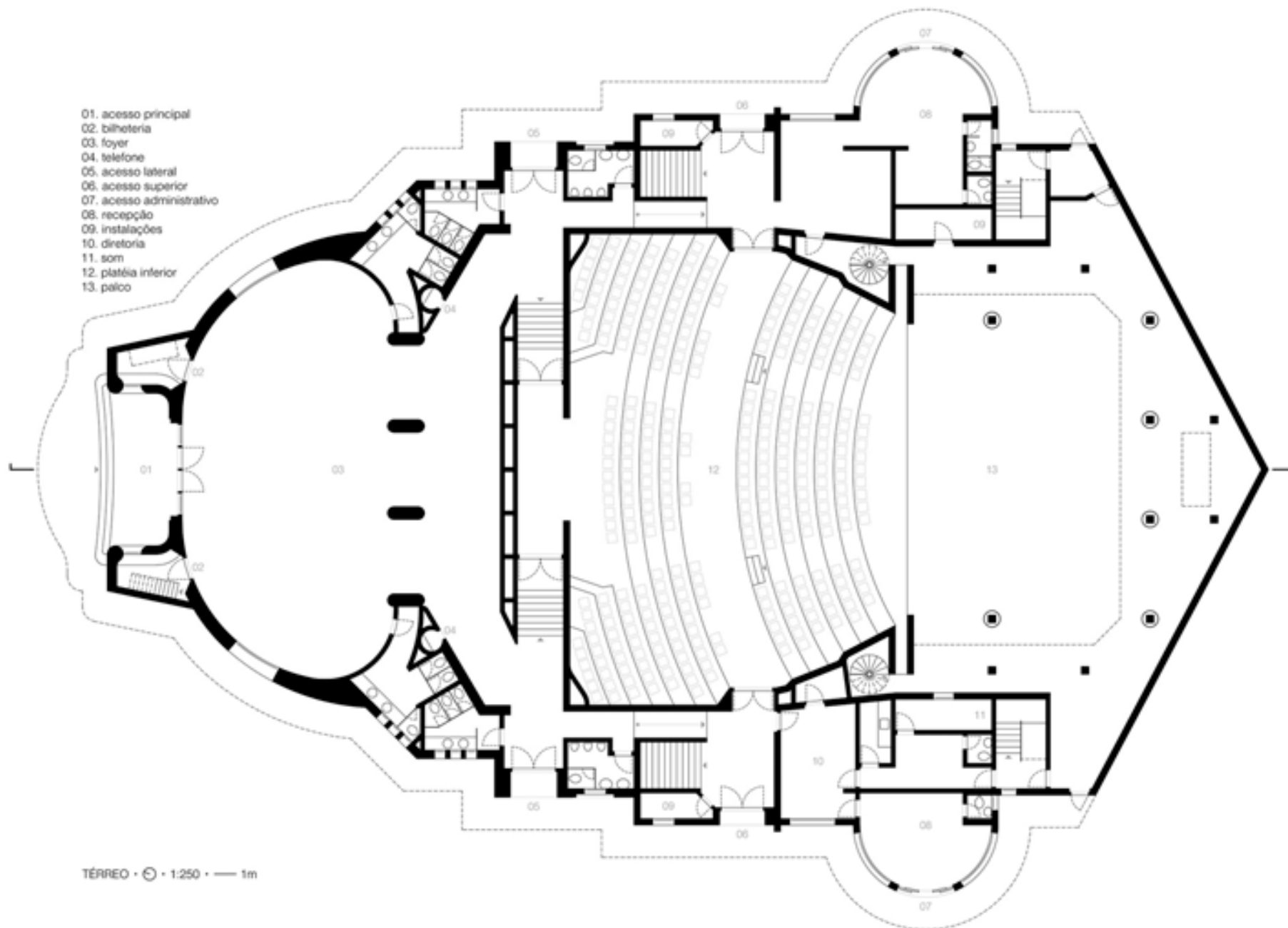


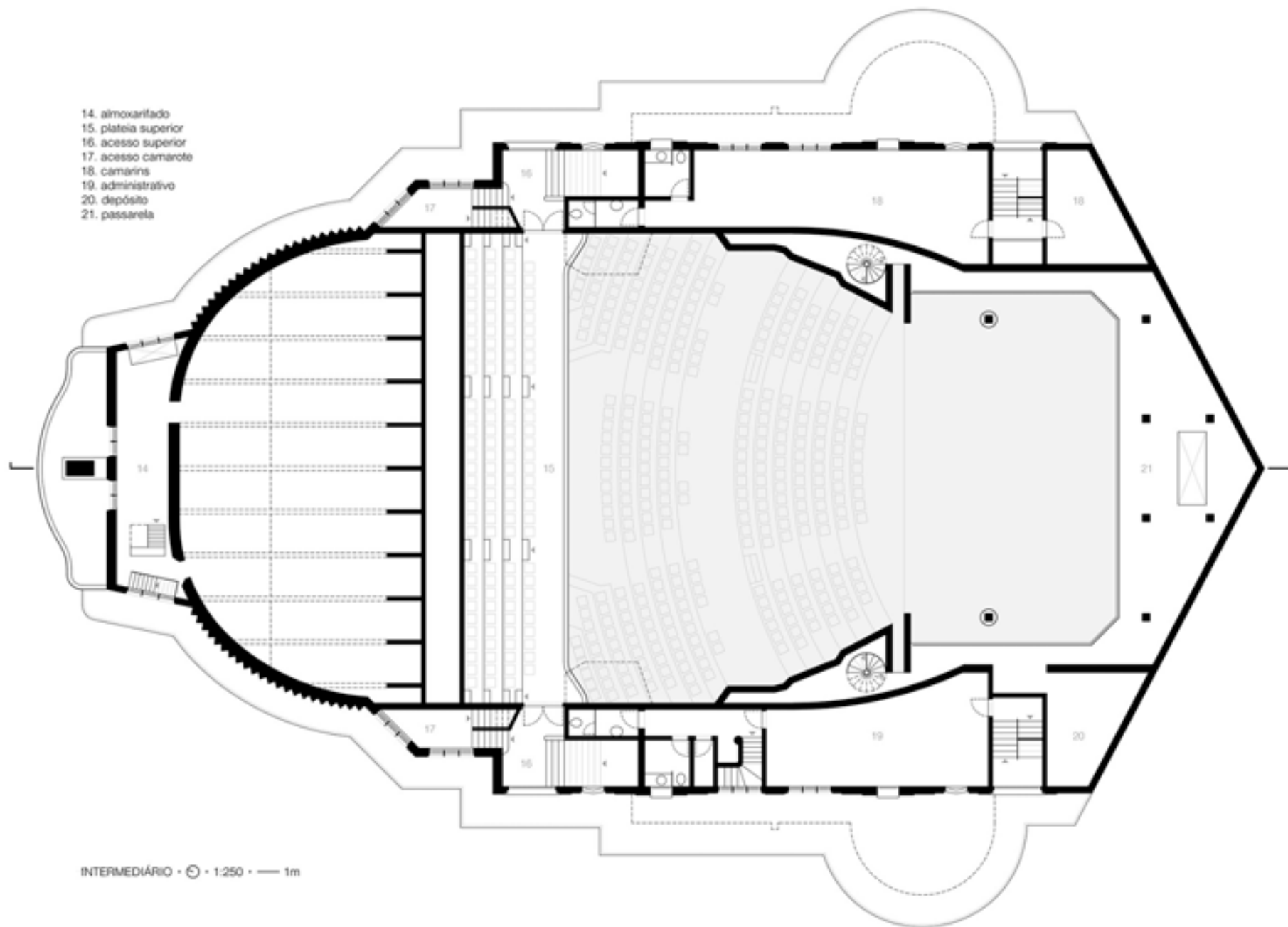


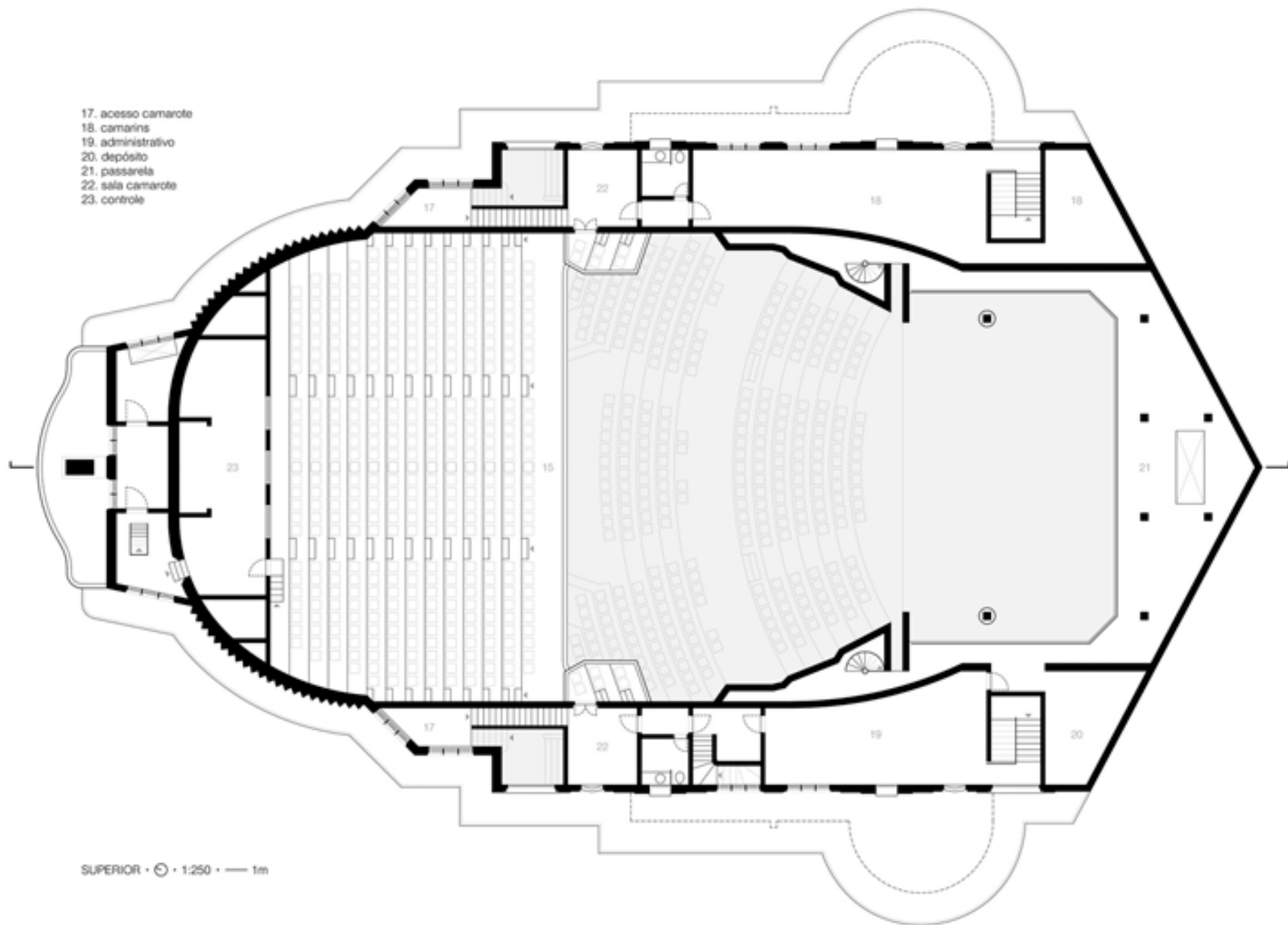
BRISLIA

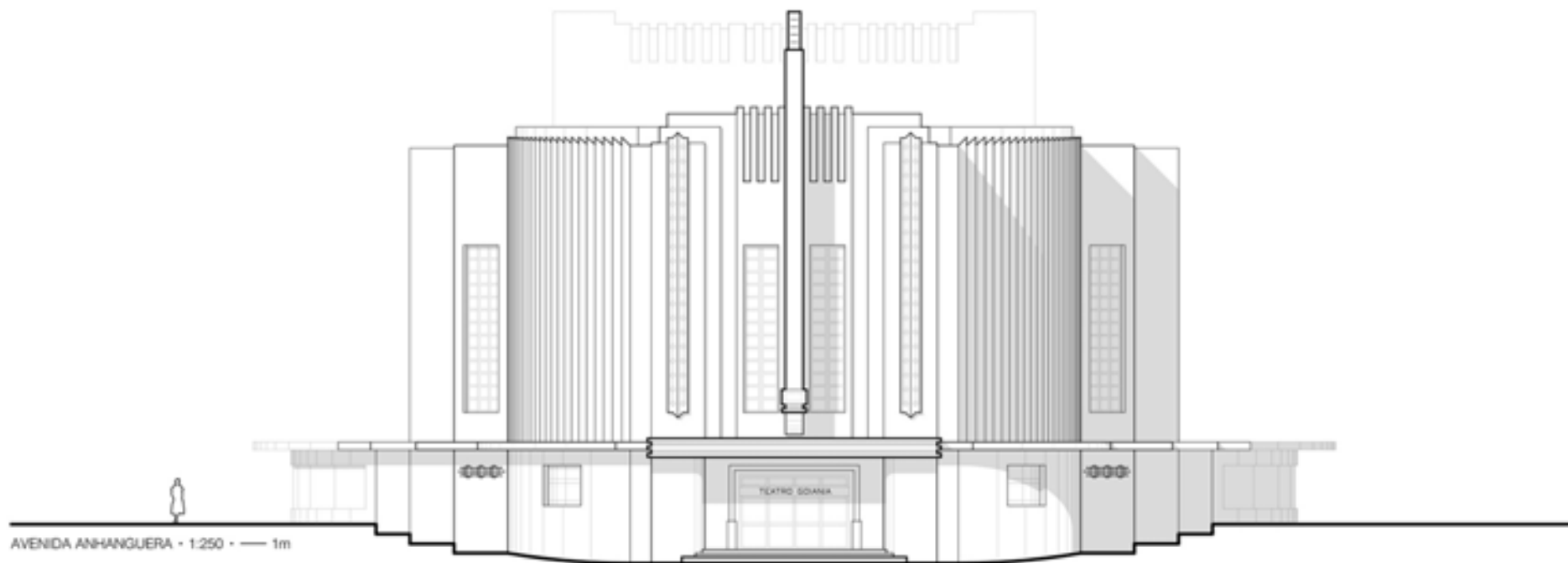
GOIÂNIA - 1000m

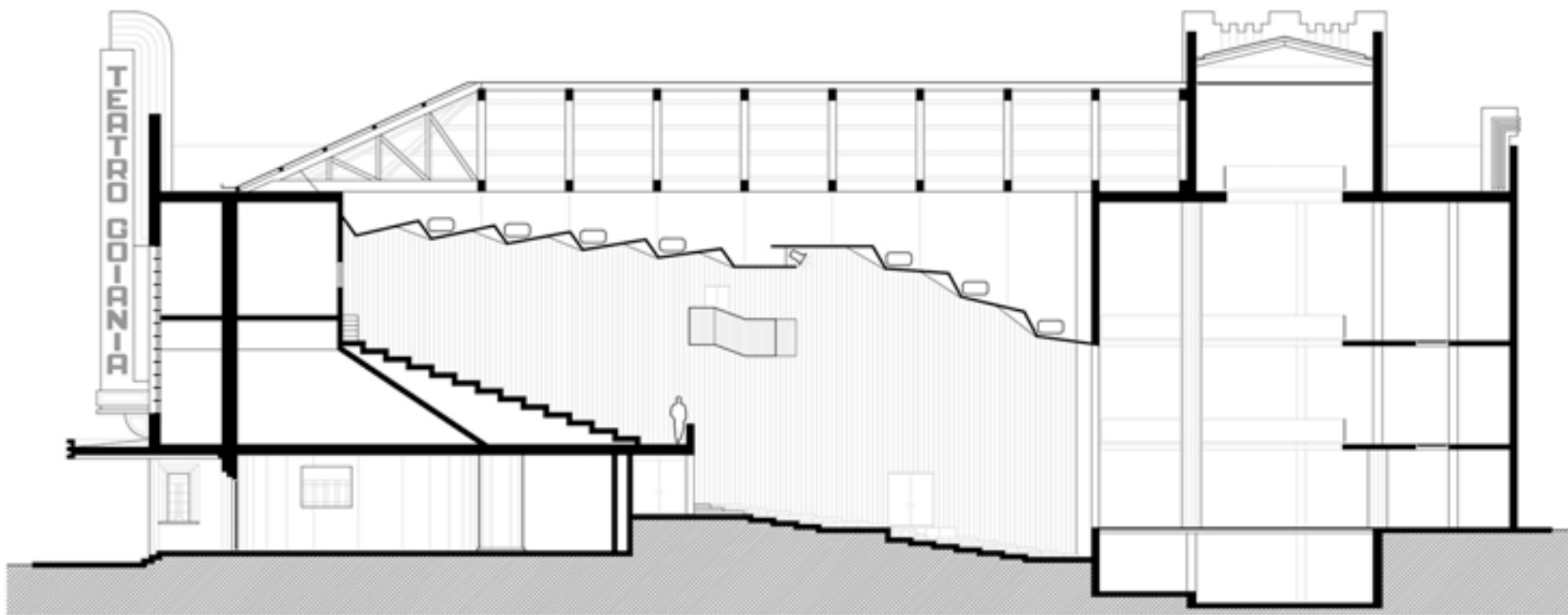
SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m











CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



◀ [1405] · 14/03/2020

1942 · CAPELA DA SANTA CASA ·

1942 · Goiânia / GO · Capela da Santa Casa (atual Reitoria Nossa Senhora das Graças)

[1406] · 14/03/2020
Detalhe torre sineira.



[1407] · 14/03/2020
Detalhe pináculos.



[1408] · 11/10/2021
Fachada frontal e lateral.



A Santa Casa de Misericórdia foi, em Goiânia, a primeira iniciativa voltada à construção de um hospital, liderada pela então primeira-dama, Gercina Borges Teixeira (1900-1976), esposa de Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979). Já era notória a sua associação com a atenção aos pobres e ações voltadas ao amparo social; o hospital seria o empreendimento máximo dessas ações filantrópicas por ela conduzidas (Rocha, 2003:47).

Para viabilizar a empreitada, foi criada uma comissão em 1936 presidida por Gercina Borges, na ala feminina, e Germano Roriz (1899-1968), da comissão masculina. A empreita, que seria extensa, contava com mais de cem envolvidos, distribuídos em subcomissões que tratavam desde a tomada de contas, festas, propagandas e obras (Monteiro, 1938:539). Obras estas iniciadas em terreno doado pelo estado, com mais de 26.000m², uma quadra inteira na confluência das Avenidas Tocantins e Paranaíba (Rocha, 2003:48). Em 1937 inauguraram parcialmente o primeiro pavilhão (Oriente, 1981:27) e, demoradamente, contando apenas com verbas de doações, os outros blocos foram gradualmente edificados para abrigar dispensário, ambulatório, unidade pediátrica, escola de enfermagem, dentre outros.

A capela foi um dos últimos edifícios, finalizada à época da Casa da Criança, mais um bloco de atendimento, e com esta inaugurada e benzida dia 1º de fevereiro de 1942 (Oriente, 1981:38). Depois de tantos esforços, demoliram o conjunto em 1985 (Stacciarini, 2006:303) que em 1994 deu lugar ao desmesurado Centro de Convenções de Goiânia, motivo local de orgulho tecnológico e constrangimento formal. A capela, erguida em devoção a Nossa Senhora das Graças, foi o único edifício que sobreviveu devido a mobilização popular (Coelho, 2005:122). Abelardo Coimbra Bueno (1911-2006) – construtor oficial da nova capital junto com o irmão – chefiava a comissão de obras que contava com José do Amaral Neddermeyer (1894-1951) como único arquiteto. Sua esposa, Ruth Neddermeyer, integrava a tesouraria feminina.



José Neddermeyer nasceu em São Paulo/SP e formou-se arquiteto pela Escola de Engenharia do Mackenzie College em 1922, na qual participou do corpo docente logo após a formatura. Ainda em São Paulo/SP, manteve sociedade com o irmão Carlos Amaral Neddermeyer em escritório particular, com o qual participava de concursos de arquitetura (Ficher, 2018b:54). Em 1936 transfere-se para Goiânia como funcionário da Construtora Lar Nacional (Coelho, 2021b:21), sendo pouco depois realocado para a Superintendência Geral de Obras do estado (Gonçalves, 2003:61). Era amigo de Jorge Félix de Souza (1908-1983) e juntos dividiram, além da autoria do projeto do Teatro Goiânia [1384:1015], o gosto pela poesia, literatura e pintura (Coelho, 2021b:26). Foram fundadores dos primeiros movimentos artísticos locais que culminaram na fundação da Escola Goiana de Belas Artes, posteriormente curso de arquitetura da Universidade Católica de Goiás.

[1409] · 14/03/2020
Detalhe altar-mor.



[1410] · 14/03/2020
Nave e altar-mor.

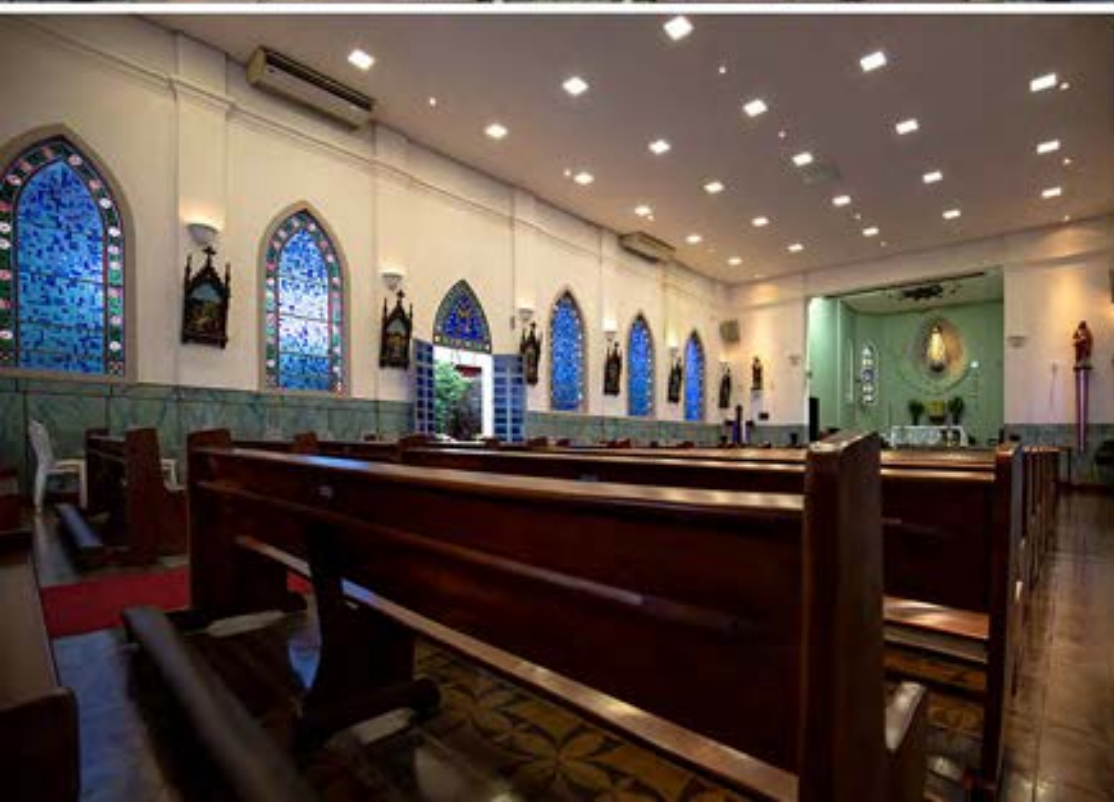


[1411] · 14/03/2020
Altar-mor.



No projeto da Capela de Nossa Senhora das Graças – santa de devoção de Gercina Borges – o arquiteto faz uso da geometrização na releitura das formas tradicionais associadas à expressão dos edifícios católicos. No caso, o neogótico. Procedimento similar ao adotado por Jorge Félix na Igreja do Imaculado Coração de Maria [1457:1059], onde faz a síntese do neorromânico. A planta é mais simples que a dos exemplares oitocentistas goianos, em configuração similar à de outros templos do início do século XX, como a Capela de Nossa Senhora Aparecida [1207:897] em Areias, ou a Capela de São José [1243:917] em Goiânia. Simplicidade compulsória ligada à falta de recursos financeiros, que demandava a simplicidade construtiva que admitia a torre única como elemento de destaque.

Com a presença do tijolo cozido e do concreto armado, as torres, antes elementos dispendiosos, ficam mais acessíveis também tecnicamente. No caso da Capela das Graças, assume particular composição com os pináculos geometrizados em pirâmides pontiagudas, que dialogam com os arcos ogivais das aberturas. Com a construção do Centro de Convenções, a ambiência é modificada e perde-se a hierarquia volumétrica, antes dominada pela torre. Passou por profunda restauração em 1994 (Stacciarini, 2006:311) e hoje abriga a Reitoria Nossa Senhora das Graças.



Dados

Obra: Capela da Santa Casa

Ano Construção: 1942

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Gercina Borges (empreendedora)

Germano Roriz (empreendedor)

Abelardo Coimbra Bueno (construtor)

José Neddermeyer (arquiteto)

João de Mello Faria (mestre)

Moacir da Silva (pintor)

José Rodrigues (pedreiro)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Rua 4, 1370, Centro

Coordenadas: 16°40'30.1"S 49°15'49.5"W

Altitude: 755 m

Altura: 19,70 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 980 m²

Área Ocupada: 280 m²

Área Construída: 318 m²

Fontes

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Goiânia, Volume II.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

COELHO, Gustavo Neiva. **José Amaral Neddermeyer: um arquiteto polivalente em Goiânia.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2021b.

FICHER, Sylvia. **O Curso de Arquitetura da Escola de Engenharia Mackenzie, 1917-1947: os professores assistentes de Christiano Stockler das Neves & seus 89 egressos.** São Paulo: Faculdade de Arquitetura Mackenzie, 2018b.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. **Goiânia: uma modernidade possível.** Brasília: Ministério da Integração Nacional/Universidade Federal de Goiás, 2003.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

ORIENTE, Esther Barbosa. **Dona Gercina. A mãe dos pobres.** Goiânia: Oriente, 1981.

ROCHA, Hélio. **Sete décadas de Goiânia.** Goiânia: Contato Comunicação, 2003.

SOUZA, Armênia Pinto. **Goiânia: a saga dos pioneiros.** Goiânia: Oliveira, 1989.

STACCIARINI, Agostinho. **Patrimônio histórico: aliança entre o passado e o presente.** Goiânia: Bandeirante, 2006.

[1412] · 14/03/2020
Detalhe vitral. ◀

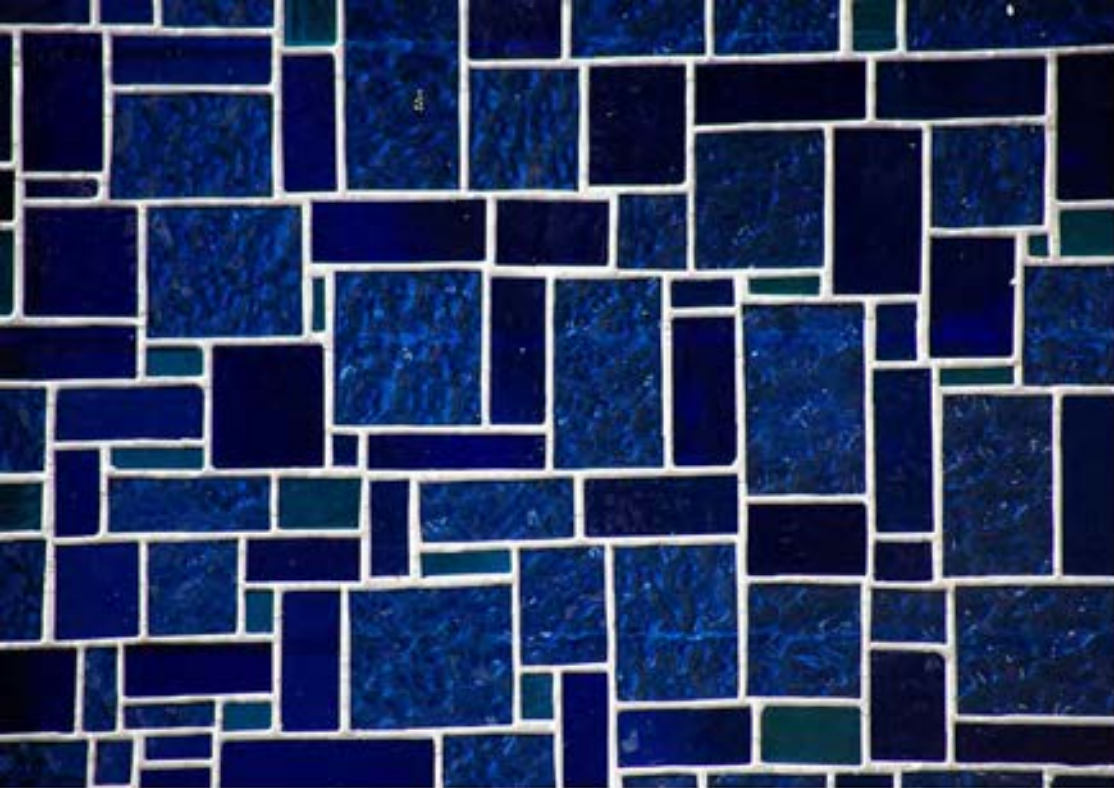
[1413] · 14/03/2020
Detalhe vitral. ◀

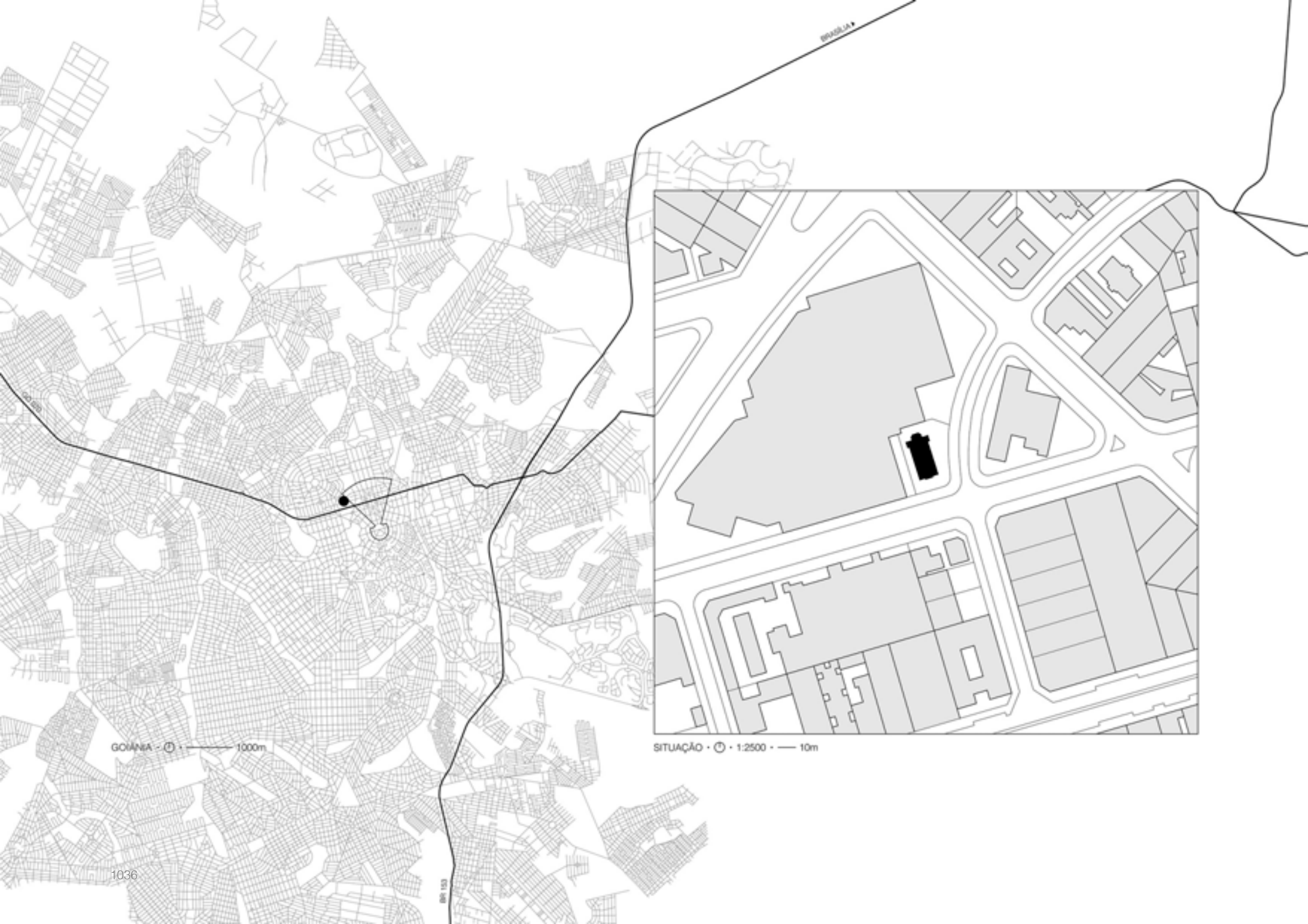
[1414] · 14/03/2020
Nave e coro. ▶

[1415] · 14/03/2020
Nave e acesso lateral. ▶

Desenhos p. 1036
[1416] [1417]

Desenhos p. 1037
[1418] [1419]
[1420]



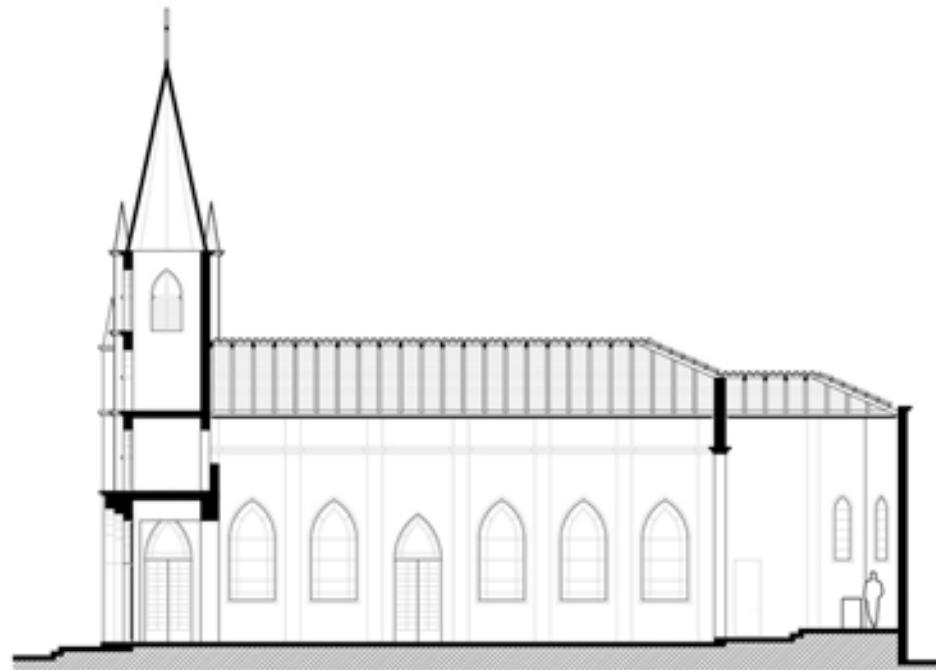


GOIÂNIA - 1000m

SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m

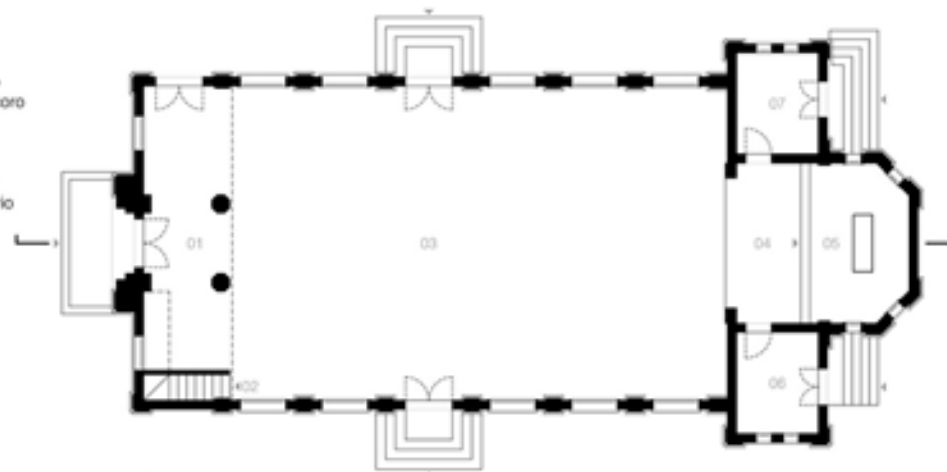


RUA 4 • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m

- 01. vestíbulo
- 02. acesso coro
- 03. nave
- 04. capela
- 05. altar
- 06. sacristia
- 07. consistório



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [1421] · 25/01/2020

1946 · MUSEU ESTADUAL PROFESSOR ZOROASTRO ARTIAGA ·

1946 · Goiânia / GO · Museu Estadual Professor Zoroastro Artiaga

Ao perceber os efeitos do poder entregue às mãos dos irmãos Coimbra Bueno, Pedro Ludovico (1891-1979) logo busca o rompimento das relações. Ao lhes negar o direito de construção de um loteamento, encontra o subterfúgio para extinguir a Superintendência-Geral de Obras em 1938 (Manso, 2001:236). Até então a dupla era responsável por empreender, contratar, fiscalizar e pagar os próprios serviços. Com isso, conseguiram grande permeabilidade com a classe produtora, industriais, bancos e até com o governo federal.

Assim, a Superintendência é reestruturada sob a denominação de Diretoria de Produção e Trânsito, comandada pelo engenheiro Eurico Viana (1894-1963). No órgão permanece grande parte do corpo técnico até então selecionado por Jerônimo Bueno (1910-1996). Um desses nomes é Kazimierz Bartoszewski (1914-1990), desenhista nascido e formado na Polônia, que passou por São Paulo/SP antes de Goiânia, onde chega em 1937 para trabalhar na Coimbra Bueno (Magalinski, 1983:64).

Fazia parte de uma turma de imigrantes que procuravam em Goiás novas oportunidades, como os engenheiros Arthur Wigderowitz, polonês, e Weneer Sonneberg, alemão, lotados no mesmo órgão (Crea, 2012:91). Inicialmente realizou a demarcação de ruas, mas também projetou casas, pontes e, cedido à prefeitura de Rio Verde, desenhou planos de expansão da cidade (Magalinski, 1983:65). Ao final da década de 1940 muda-se para Recife/PE, onde anuncia seus serviços de desenhista e presta serviço para as forças armadas.

Os relatos de sua atuação em Goiânia (Magalinski, 1983:64) registram um estilo diferente, projetando telhados pontiagudos e fachadas classicizantes, talvez uma pista para identificar a autoria de algumas residências inspiradas na arquitetura dos alpes europeus. O projeto do atual Museu Zoroastro Artiaga comprova essas descrições; a concepção se diferencia dos edifícios oficiais já construídos, com rigor formal mais associado a uma busca classicista do que ao *art-déco*.

[1422] · 25/01/2020
Detalhe fachada frontal.



[1423] · 25/01/2020
Fachada posterior.



[1424] · 25/01/2020
Detalhe fachada lateral.





Esta será a sua principal obra na capital goiana. Inicialmente pensada para abrigar o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – DEIP, subordinado ao Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, do governo federal. O órgão tinha como atribuição valorizar os empreendimentos em curso, censurar publicações além de enviar informações e matérias para o departamento central, no Rio de Janeiro/RJ. Como as novidades não surgiam sempre, os redatores inventavam histórias que geravam incredulidade em todo o Brasil, como a do galo que engoliu um diamante ou a da vaca que dava 35L de leite por dia (Pimenta Neto, 1980:183).

[1425] · 25/01/2020
Exposição.



[1426] · 25/01/2020
Estrutura.



[1427] · 25/01/2020
Exposição.



[1428] · 25/01/2020
Auditório.



O órgão é oficializado em 1942, mesmo ano da aprovação do projeto arquitetônico pelo diretor Eurico Viana. Apesar de concebido para um departamento burocrático, o programa museológico já era previsto nos desenhos iniciais, com térreo destinado ao grande salão de exposições para divulgação da cultura local. Em 1946 houve a extinção do DEIP e a criação do Museu do Estado (Sabino, 1960 :179), mesmo ano de inauguração do edifício, que não chegou a ser ocupado pelo seu uso original. O diretor do Museu, Zoroastro Artiaga (1891-1972), será o responsável pela organização do acervo, dirigindo-o até 1957. Em 1965 é homenageado quando a instituição é renomeada Museu Professor Zoroastro Artiaga (Coelho, 2005:59).

A obra não segue os padrões até então empregados nas primeiras edificações *art-déco* da capital. A arquitetura é mais solene, rigorosa, seguindo a composição que nasce a partir da planta perfeitamente quadrada. O emprego das colunas e cimalkas, aliado a maior presença de superfícies opacas, são indicativos de um racionalismo conceutivo, que em outras obras locais estariam mais associadas a uma escassez material ou técnica. Não é o caso. Instalada no perímetro da Praça Cívica, próxima ao Palácio das Esmeraldas [1304:961], sede do governo, destaca-se por uma implantação solta e escultórica. Apresenta inegáveis atributos do *art-déco* mas, talvez pelas colunatas, vazios urbanos e rigor geométrico, nos parece tirar inspiração da arquitetura clássica e suas implantações nas ágoras.



Dados

Obra: Museu Estadual Prof. Zoroastro Artiaga

Ano Construção: 1946

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Kazimierz Bartoszewski (desenhista)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Pç. Pedro Ludovico, SN, Centro

Coordenadas: 16°40'47.5"S 49°15'18.5"W

Altitude: 774 m

Altura: 11,90 m

Pavimentos: Térreo + Superior

Área Terreno: 2.280 m²

Área Ocupada: 580 m²

Área Construída: 1.112 m²

Fontes

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Goiânia, Volume II.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

CREA. **A engenharia em Goiás.** Goiânia: CREA-GO, 2012.

MAGALINSKI, Jan; MAGALINSKI, Júlia Maria. Goiás e a imigração. In: Boletim Goiano de Geografia, n.1/2, v.3, p.57-82. Goiânia: UFG, 1983.

MANSO, Celina. **Goiânia. Um certo olhar.** Goiânia: Edição do Autor, 2001.

PIMENTA NETO, Francisco. **Entrevista.** In: AGI. Imprensa goiana: depoimentos para sua história. Goiânia: CERNE, 1980.

SABINO, Oscar. **Goiânia documentada.** Goiânia: Edigraf, 1960.

[1429] · 25/01/2020 ▲▲▲
Detalhe fachada frontal.

[1430] · 25/01/2020 ▲▲▲
Detalhe platibandas.

[1431] · 25/01/2020 ▲▲▲
Detalhe esquadria.

[1432] · 25/01/2020 ▼▼▼
Detalhe piso externo.

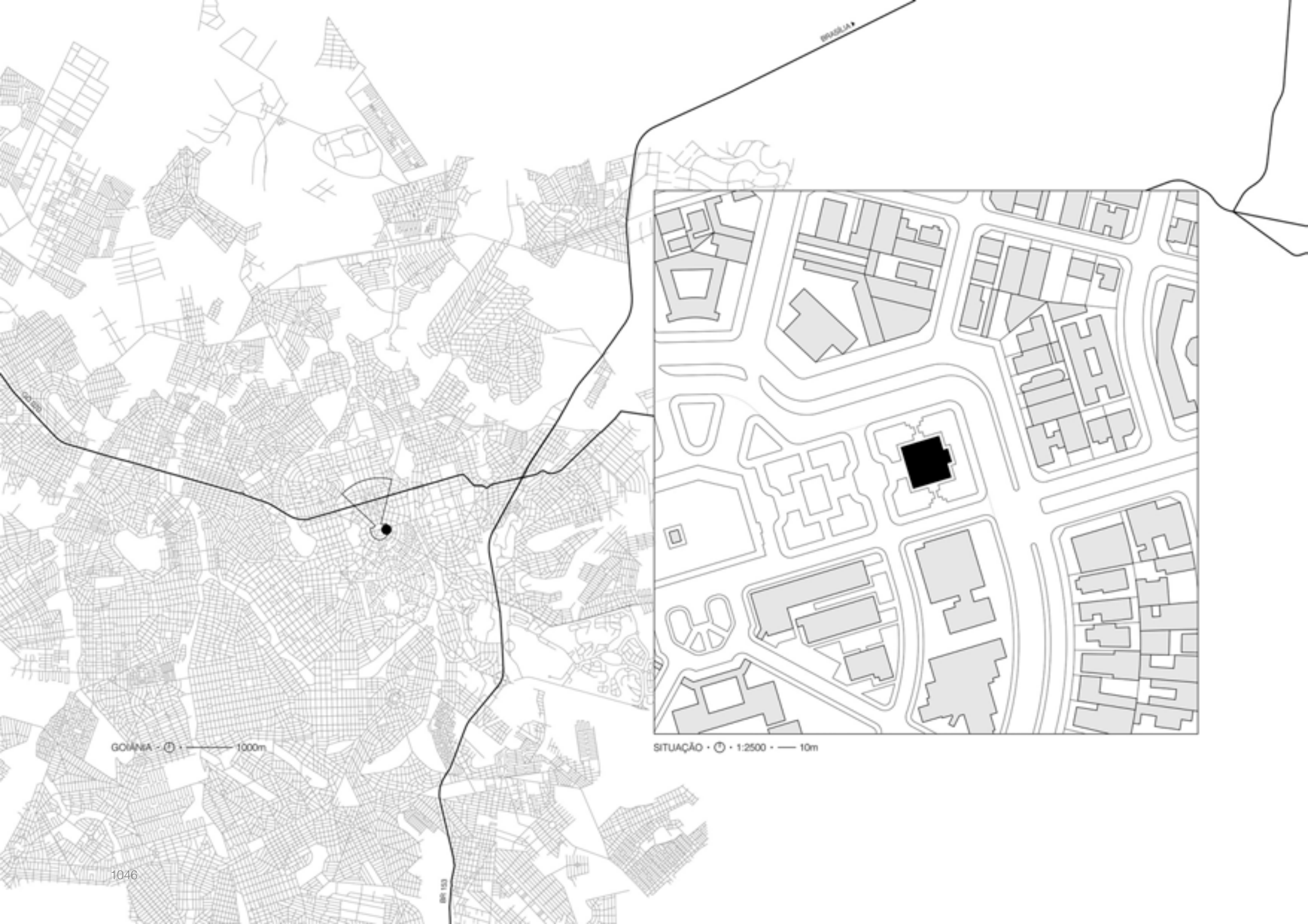
[1433] · 25/01/2020 ▼▼▼
Detalhe piso interno.

[1434] · 25/01/2020 ▼▼▼
Detalhe esquadria.

Desenhos p. 1046
[1435] [1436]

Desenhos p. 1047
[1437] [1438]
[1439] [1440]



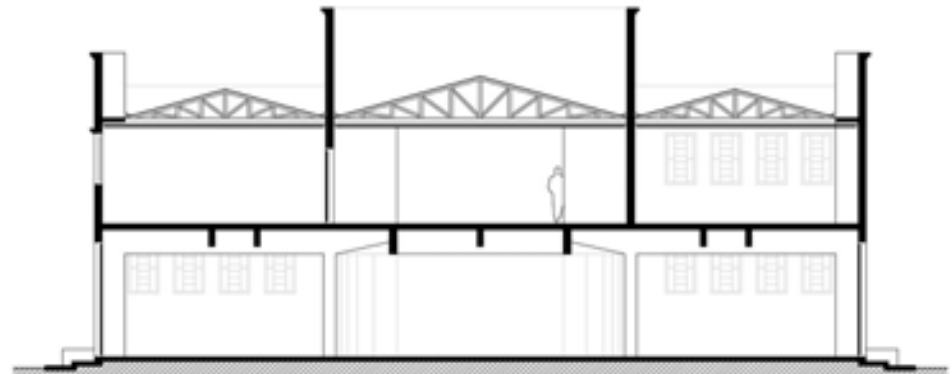


GOIÂNIA - 1000m

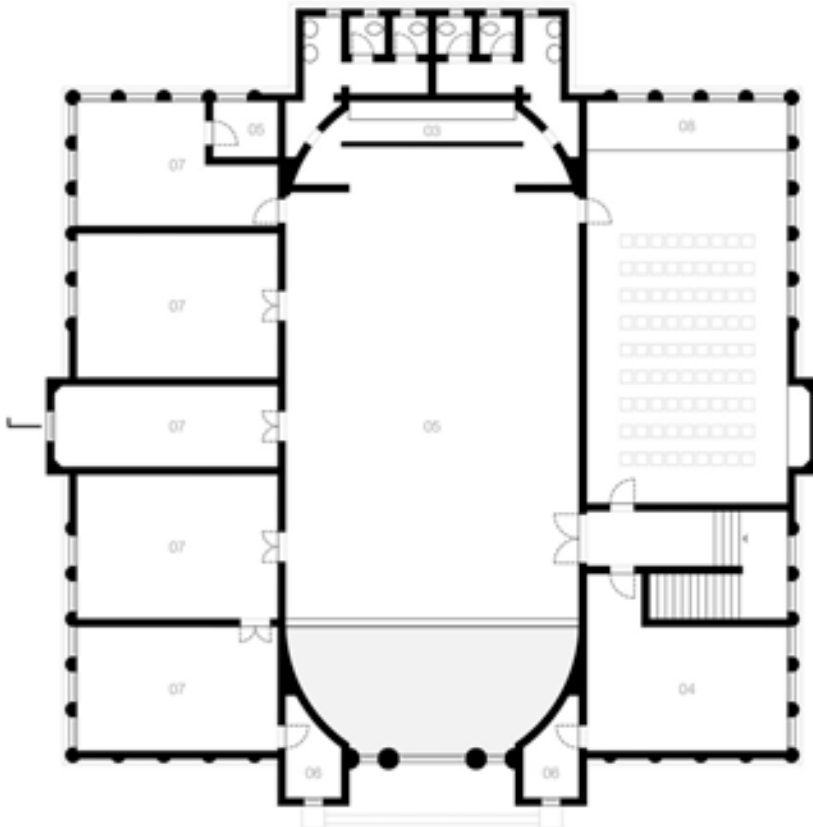
SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m



PRAÇA CÍVICA • 1:250 • — 1m

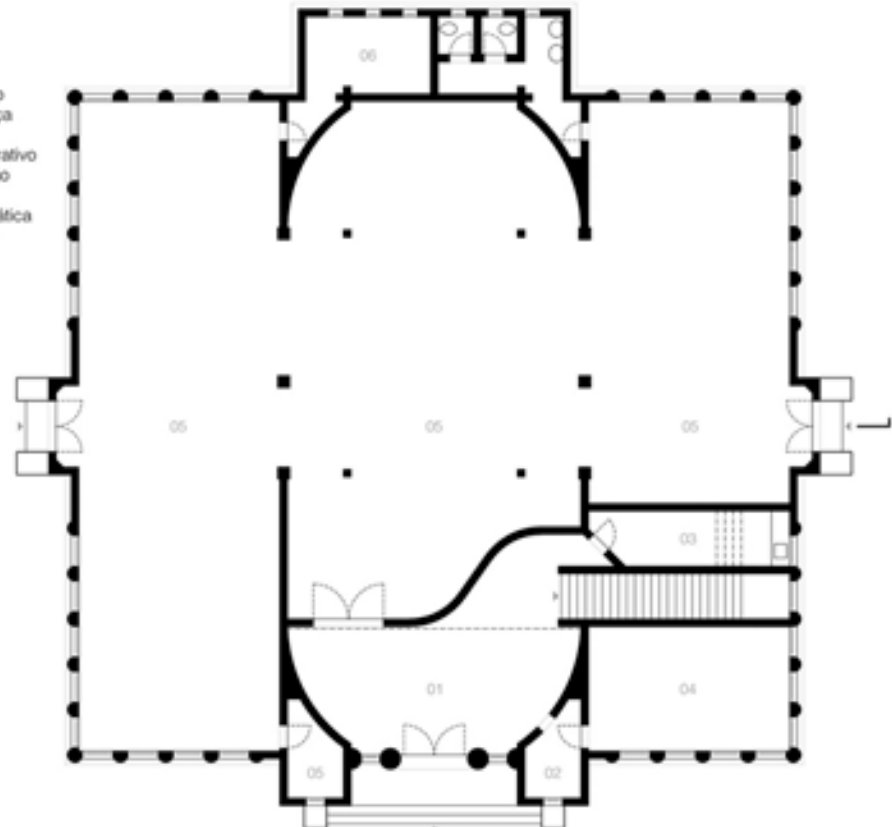


CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • — 1m



SUPERIOR • Ⓢ • 1:250 • — 1m

- 01. recepção
- 02. segurança
- 03. copa
- 04. administrativo
- 05. exposição
- 06. reserva
- 07. sala temática
- 08. auditório



TÉRREO • Ⓢ • 1:250 • — 1m



◀ [1441] · 28/07/2019

≈1950 / ≈1920 · MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO ·

≈1950 / ≈1920 · Monte Alegre / GO · Matriz de Santo Antônio

[1442] · 22/07/2019 ◀
Detalhe fachada frontal.

[1443] · 28/07/2019 ◀
Fachada lateral direita.

[1444] · 28/07/2019 ▶
Fachadas frontal e lateral.

Implantada próxima à divisa entre Goiás e Tocantins, Monte Alegre, que se originou a partir da mineração do ouro, apresenta ainda hoje aspectos culturais, construtivos e sociais das primeiras ocupações do norte goiano no século XVIII. Assim, subordinou-se administrativamente a São Domingos, depois Arraias, só recebendo o atual topônimo e a emancipação definitiva em 1953 (Goiás, 1953). Porém, sob o aspecto eclesiástico a matriz continua paróquia da diocese de Porto Nacional.

O povoado nasceu junto às franjas de um pequeno conjunto de morros, dizem em 1769, quando em uma das diversas minas foi encontrado ouro mais duradouro. Provável que por exploradores partindo de Arraias, à época povoada desde 1740 (Teles, 1998:123). Pouco adensado, em 1832 possuía doze edificações (Mattos, 1874:349), talvez por isso sejam escassas as informações mais detalhadas acerca do processo de povoamento. Foi batizado como Morro do Chapéu, e assim se deu ou pelo formato de chapéu de um dos morros vizinhos (Casal, 1817:158) ou por lá ter-se foragido um louco e, deste alimento de onça, restou-se apenas o chapéu (Saint-Adolphe, 1945b:128).

Passou a Santo Antônio do Morro do Chapéu quando da construção da capela primitiva, provável que já nos primeiros anos de ocupação, pois na passagem de José de Almeida e Vasconcelos (1740-1812) – futuro Barão de Mossâmedes – pelo local, em 1773, o chefe da Capitania de Goiás assinala em seu diário um bicamente para levar água até o morro (Coelho; Caldas, 2006:123). Provável que a formalização dos trabalhos mineradores não se iniciaria sem as bençãos do santo.

O templo passava em 1824 por amplas reformas efetuadas pelo Padre Manoel Joaquim, então vigário de São Domingos (Mattos, 1875:38), que promovia com poucos recursos a demorada ampliação dos espaços. Porém, a configuração atual não se liga a essas modificações efetuadas no século XIX. A sequência de arcos estruturais executadas em adobe, que conforma a nave, por sua complexidade de execução não seria viável como reforma, mas apenas como reconstrução.



Esse elemento, arcada, chegaria a Goiás pelas mãos dos padres dominicanos. Os primeiros membros da ordem se instalam em Porto Nacional só em 1886 e a empregariam primeiro na Catedral de Nossa Senhora das Mercês [1022:771], em 1903, e depois, em 1913, no Seminário São José [1039:783]. Ao comparar as plantas, Catedral e Matriz, fica nítida a miniaturização da primeira na segunda.

Tal período coincide com os relatos colhidos por Marco Antônio Galvão, em 1983, junto a autoridades e moradores de Monte Alegre (Galvão, 1983:3) que narraram a construção da nova igreja entre 1910 e 1920, patrocinada por Paulo Ignácio Macedo, fazendeiro e líder local que, junto com outros membros da família, se revezavam em cargos de intendentes, vereadores e juizes municipais (Almanak, 1919 :2651). Nos parece não mero acidente coincidir com a criação da segunda diocese de Goiás, instalada em 1915 em Porto Nacional (Godinho, 1988:107), oficializando as quatorze novas paróquias – dentre elas a de Morro do Chapéu sob a responsabilidade do padre secular, João de Deus Guéennes.

Ser paróquia implicava a elevação da igreja local a Matriz; assim não seria exagerado supor que a liderança local fosse buscar profissionais qualificados e treinados nas próprias oficinas de ofícios criadas pela diocese. A Matriz de Santo Antônio ainda passou por uma reformulação de sua fachada principal, elaborada por dois mestres de Natividade que se mudaram para Monte Alegre. Mestre Adonelo e o afamado Mestre Arthur Rios trabalharam em reformas de algumas casas da cidade e na renovação da igreja. Rios faleceu em 1963 (Galvão, 1983:3) residindo em Monte Alegre. É provável que o novo desenho da fachada, que carrega elementos marcantes encontrados tanto em Natividade quanto em Barreiras, na Bahia, tenha sido executada ao final da década de 1950.

Por isso não seria prudente seguir os conselhos de Palacin (Palacin; Borges, 1987:44) quando sugere que a recuperação da fachada original seria facilmente executável. Tal recuperação jamais deve ser feita. Não nos enganemos com a simplicidade aparente. O templo guarda o ápice de dois momentos da modernidade sertaneja do início do século XX: Os arcos, maestria da técnica dominicana e a fachada, expressão madura do maior dos mestres tocantinenses.

[1445] · 28/07/2019 ◀
Detalhe frontão e cobertura.

[1446] · 28/07/2019 ◀
Detalhe beiral.

[1447] · 28/07/2019 ▶
Detalhe fachada frontal.



Dados

Obra: Matriz de Santo Antônio

Ano Construção: ≈1920

Ano Remodelação: ≈1950

Responsáveis:

Paulo Macedo (empreendedor 1920)

João de Deus Guéennes (pároco 1920)

Adonelo (mestre 1950)

Arthur Rios Barbosa (mestre 1950)

Cidade: Monte Alegre de Goiás / GO

End.: Pç. da Matriz, SN, Centro

Coordenadas: 13°15'25.8"S 46°53'35.4"W

Altitude: 559 m

Altura: 9,50 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 5.700 m²

Área Ocupada: 294 m²

Área Construída: 317 m²

Fontes

ALMANAK ADMINISTRATIVO, DO RIO DE JANEIRO.

Almanak Laemmert 1919. Rio de Janeiro: Typographica do Brasil, 1919.

CASAL, Manuel Aires. **Corografia brazilica, ou, Relação historico-geografica do reino do Brazil.** Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.

COELHO, Gustavo Neiva; CALDAS, Antônio César (Org.). **O diário do Barão de Mossâmedes: 1771-1773.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

GALVÃO, Marco Antônio de Faria. **Diário de Viagem: outubro de 1983.** 1983. 4p. Localizado em: Arquivo físico IPHAN-TO.

GODINHO, Durval da Cunha. **História de Porto Nacional.** s.l.:s.n., 1988.

GOIÁS. Gabinete Civil da Governadoria: Superintendência de Legislação. **Lei nº 781, de 01 de outubro de 1953: Cria o Município de Campos Belos e dá outras providências.** Goiânia, GO, 1953.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **CHOROGRAPHIA historica da provincia de Goyaz.** Parte I. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro Editor, 1874.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **CHOROGRAPHIA historica da provincia de Goyaz.** Parte II. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro Editor, 1875.

PALACIN, Luiz; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás.** Brasília: SPHAN, 1987.

TELES, José Mendonça (Coord.). **Vida e obra de Silva e Souza.** Goiânia: Editora da UFG, 1998.

SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. **Diccionario geographico, historico e descriptivo do Imperio do Brazil: Tomo II.** Paris: Typ. de F. e T., 1845b.

[1448] · 28/07/2019
Altar-mor.



[1449] · 28/07/2019
Nave e altar-mor.



[1450] · 28/07/2019
Coro e forro.



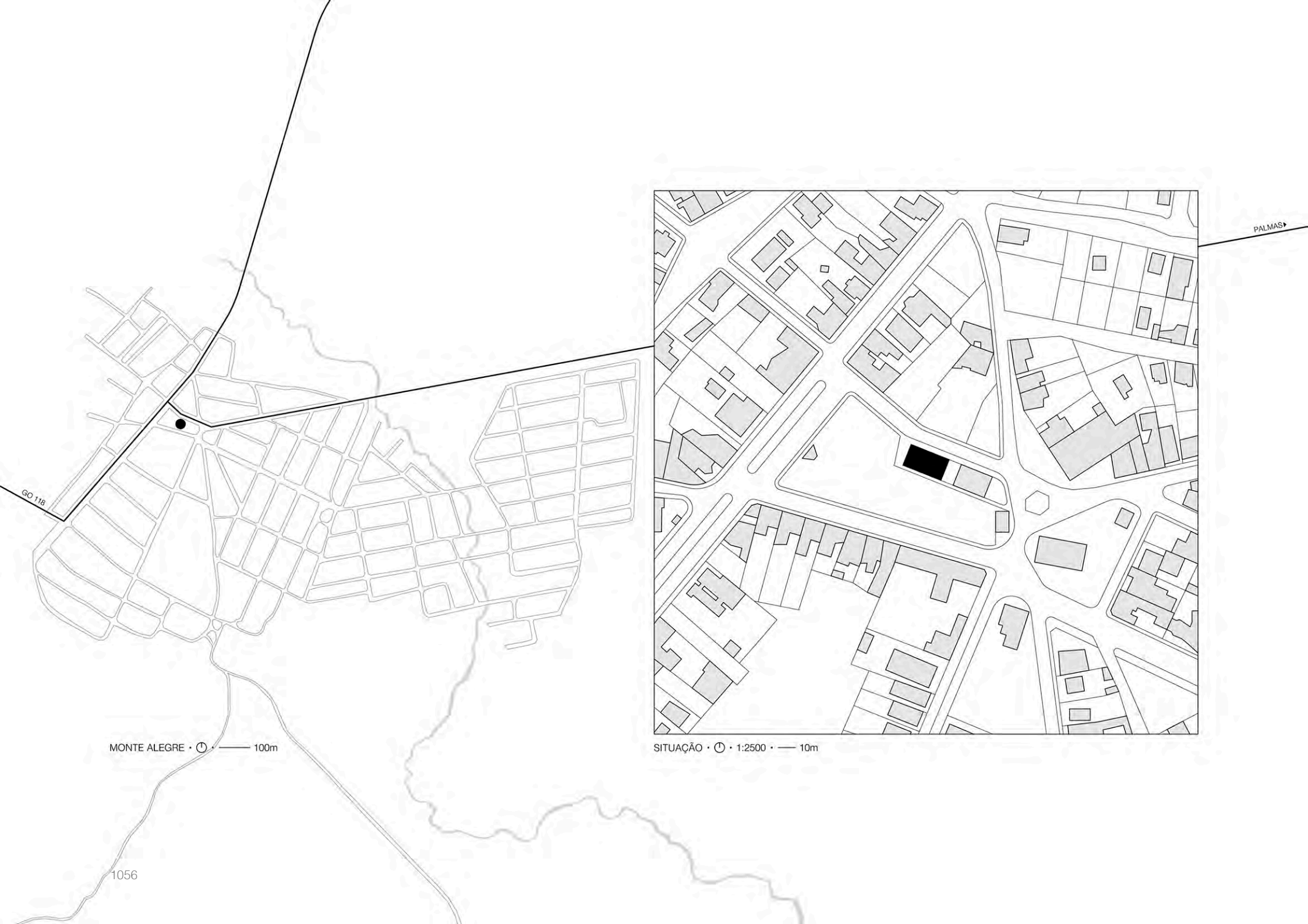
[1451] · 28/07/2019
Nave e coro.



Desenhos p. 1056
[1452] [1453]

Desenhos p. 1057
[1454] [1455]
[1456]





GO 118

PALMAS

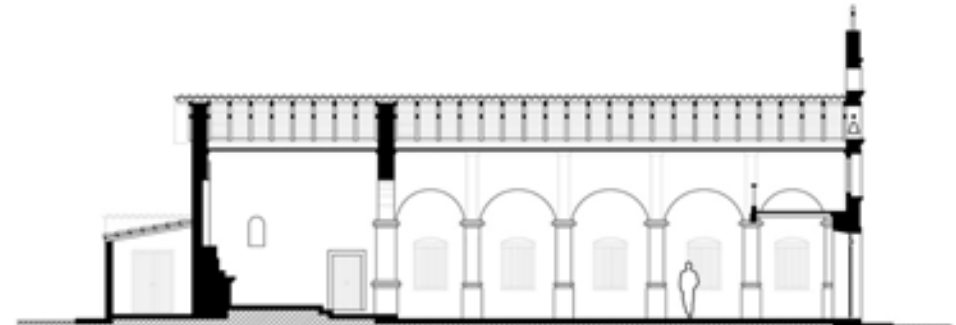
MONTE ALEGRE • ○ — 100m

SITUAÇÃO • ○ • 1:2500 • — 10m

1056

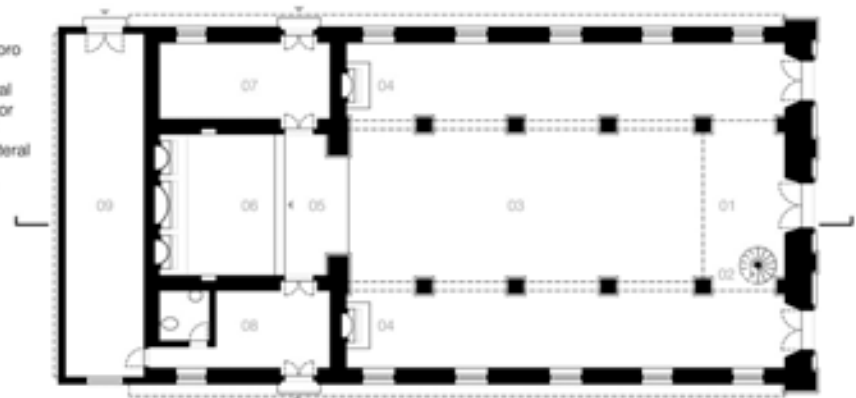


AVENIDA BOM JESUS • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m

- 01. vestíbulo
- 02. acesso coro
- 03. nave
- 04. altar lateral
- 05. capela mor
- 06. altar mor
- 07. capela lateral
- 08. sacristia
- 09. depósito



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [1457] · 10/10/2021

1951 · IGREJA DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA ·

1951 · Goiânia / GO · Igreja do Imaculado Coração de Maria

A origem da Igreja do Imaculado Coração de Maria está ligada aos planos de expansão da Ordem Claretiana. Instalada em São Paulo/SP desde 1895, ela promove a criação de comunidades que se fixam em grandes cidades do país como Curitiba/PR (1905), Rio de Janeiro/RJ (1908), Belo Horizonte/MG (1911), Santos/SP (1915) e Goiânia (1940) (Duarte, 2020:2).

Já constam registros da vontade de atuar em Goiânia desde 1936 (Duarte, 2020:67), mas a fundação da Comunidade local acontece quase por acidente, quando o Pe. Leopoldo Ripa Barbarin (1881-1962) fica preso na cidade devido à fortes chuvas que deixam as estradas intransitáveis. Recebendo ordens superiores para iniciar a procura de um terreno para o novo templo, ele consegue com o governo a área de 7.500m² nos limites do setor central (Coelho, 2005:109).

Em 1940 foi construída uma primeira capela que mais à frente deu lugar à obra completa do Santuário do Imaculado Coração de Maria. Neste, dentre outras edificações, a igreja de maior porte era peça principal. A pedra fundamental é lançada em 1946 (Duarte, 2020:68), dando início às obras oficialmente inauguradas em 1951, com a elevação da igreja à paróquia, sob o comando do Pe. Isidro Balsells Pons (1906-1962) (Silva, 2011b:115).

Jorge Félix de Souza (1908-1983), autor do projeto da igreja, há muito se relacionava com padres de diversas Ordens em Goiânia. Tanto as atividades acadêmicas quanto as artísticas o colocavam em contato com religiosos. Junto ao Pe. Isidro Pons – professor de literatura espanhola – foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia de Goiás, instituição-berço da Universidade Católica de Goiás, onde lecionava matemática desde 1949 (Silva, 2011b:114). Nessa mesma universidade originou-se o primeiro curso de arquitetura do estado, a partir do da Belas Artes. Lá dividiu aulas com Frei Giuseppe Nazareno Confaloni (1917-1977) e Henning Gustav Ritter (1904-1979), ambos artistas e religiosos locais (Menezes, 2002:150).

[1458] · 10/10/2021 ◀
Detalhe fachada frontal.

[1459] · 10/10/2021 ◀
Fachada lateral esquerda.

[1460] · 10/10/2021 ▶
Fachada frontal.



A aproximação religiosa de Jorge Félix ia além da amizade com padres e freis. O arquiteto era frequentador assíduo da Igreja Imaculado Coração de Maria, apoiava missas e prestou expressivo serviço de projetos e acompanhamentos de obra, todos gratuitos, ao clero goiano. Por isso recebe do Papa Pio XII (1876-1958), em 1956, o título de Cavaleiro-Comendador da Ordem de São Silvestre (Hamú, 2013:285), concedido aos católicos que, dedicados à vida da igreja, tenham se distinguido no exercício das artes e da própria profissão.

[1461] · 13/10/2021
Nave e coro.



[1462] · 13/10/2021
Nave e altar-mor.



[1463] · 13/10/2021
Altar-mor.



O templo, implantado em terreno de esquina junto a duas movimentadas avenidas, foi mais um apoio na conquista do título. Alguns textos e prospectos comumente vinculam a composição formal da obra ao *art-déco*. Este estilo é usualmente associado a bares, cinemas, teatros e estações, típicas instituições seculares representativas de um progresso material que não parece ser o mais adequado às igrejas, voltadas ao progresso espiritual.

Jorge Félix, estudioso que era, não deixaria passar o detalhe. Assim, há geometrização e simplificação de elementos, porém de elementos clássicos. Pilares, arcos, capitéis e frisos compõem uma linguagem eminentemente neo-românica, mais adequada à expressão da Ordem Claretiana, originária da Catalunha Espanhola, notável reduto de templos românicos.

A planta é movimentada por quatro altares laterais que, aliados ao transepto, configuram uma disposição muito próxima à da Catedral de Ipameri [1335:983], distanciando-se das igrejas de planta mais simples do século XVIII goiano. As reentrâncias em planta reverberam na volumetria e criam dinâmica formal externa que tem na torre seu ponto principal. A espacialidade interna é decorada e enriquecida com pinturas, relevos e diferentes materiais de revestimento (Coelho, 2005:110). Com esta obra, Jorge Félix demonstra o domínio das linguagens arquitetônicas, calcado em estudo histórico dos estilos, evidenciando que não são escolhas formais gratuitas, mas elementos ligados a intenções e caráter específico de cada edificação.



Dados

Obra: Igreja do Imaculado Coração de Maria

Ano Construção: 1951

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Pe. Isidro Balsells Pons (empreendedor)

Jorge Félix de Souza (arquiteto)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Av. Araguaia, 374, Centro

Coordenadas: 16°40'13.3"S 49°15'13.1"W

Altitude: 747 m

Altura: 27,30 m

Pavimentos: Térreo + Coro

Área Terreno: 7.500 m²

Área Ocupada: 876 m²

Área Construída: 974 m²

Fontes

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Goiânia, Volume II.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

DUARTE, Josias Abdalla. **História das Fundações das Casas e das Comunidades Claretianas no Brasil (1895-2020).** Missionários Claretianos do Brasil, 2020. Disponível em < <https://claret.org.br/p/125-anos/historia-das-fundacoes>>. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

HAMÚ, Ademir. **De Goyaz a Goiás.** Goiânia: Kelps, 2013.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico.** Dossiê de tombamento. Goiânia: Casa Brasil de Cultura, 2010.

MENEZES, Amaury. **Da caverna ao museu - Dicionário das artes plásticas em Goiás.** Goiânia: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2002.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. **Desenho de uma vida: Crônica sobre Jorge Félix de Souza.** In: Revista UFG, Ano XIII, n.11, p.109-119. Goiânia: UFG, 2011b.

[1464] · 10/10/2021 ▲ ▲
Detalhe acesso lateral.

[1465] · 13/10/2021 ▲ ▲
Detalhe pintura parietal.

[1466] · 13/10/2021 ▼ ▼ ▼
Detalhe arco porta frontal.

[1467] · 13/10/2021 ▼ ▼ ▼
Púlpito.

[1468] · 13/10/2021 ▼ ▼ ▼
Detalhe pilastra nave.

Desenhos p. 1066
[1469] [1470]

Desenho p. 1067
[1471]

Desenho p. 1068
[1472]

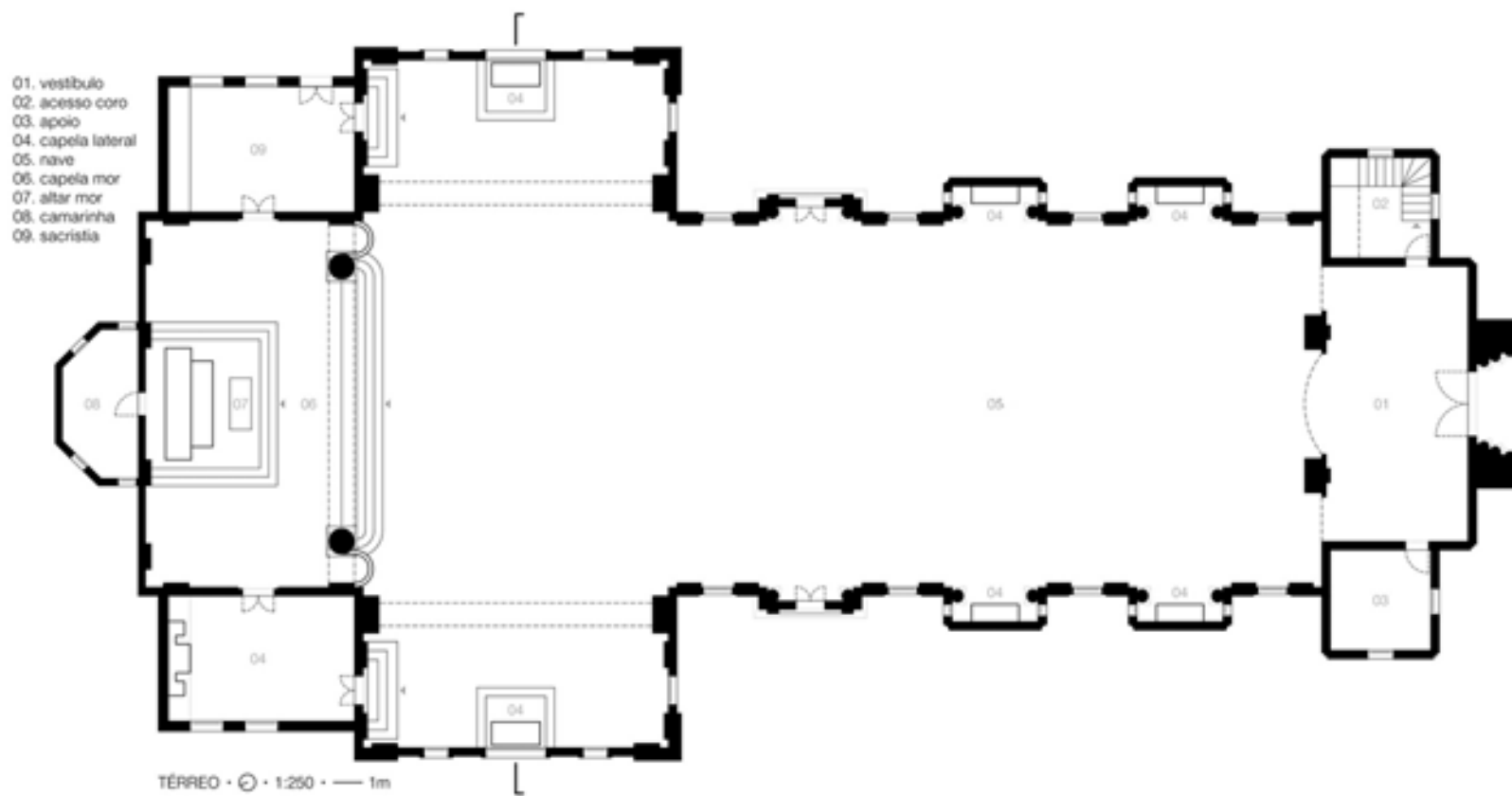
Desenho p. 1069
[1473]

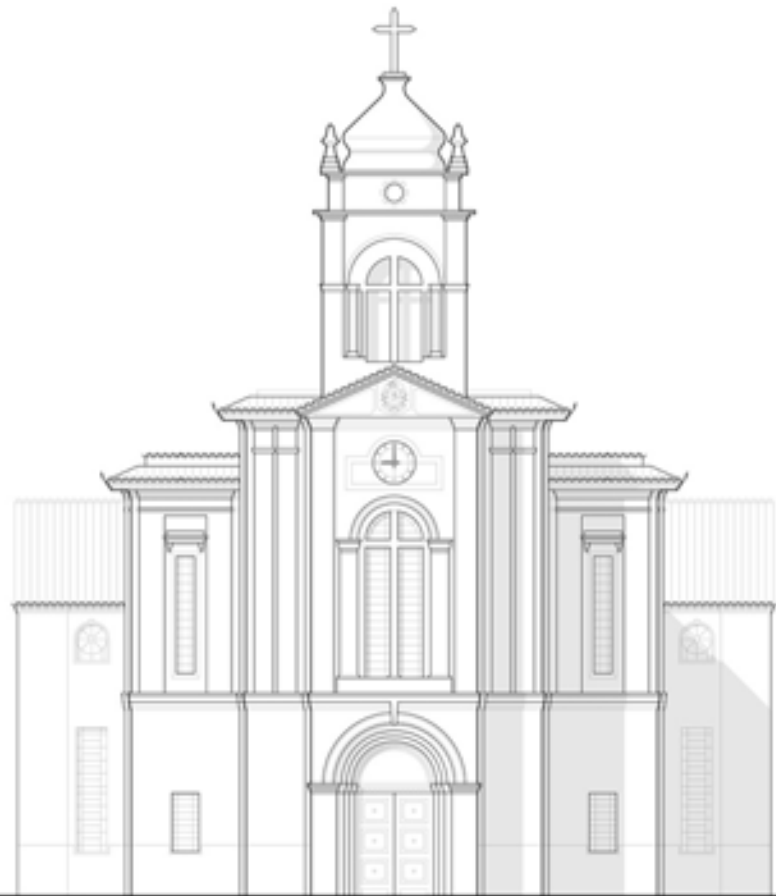




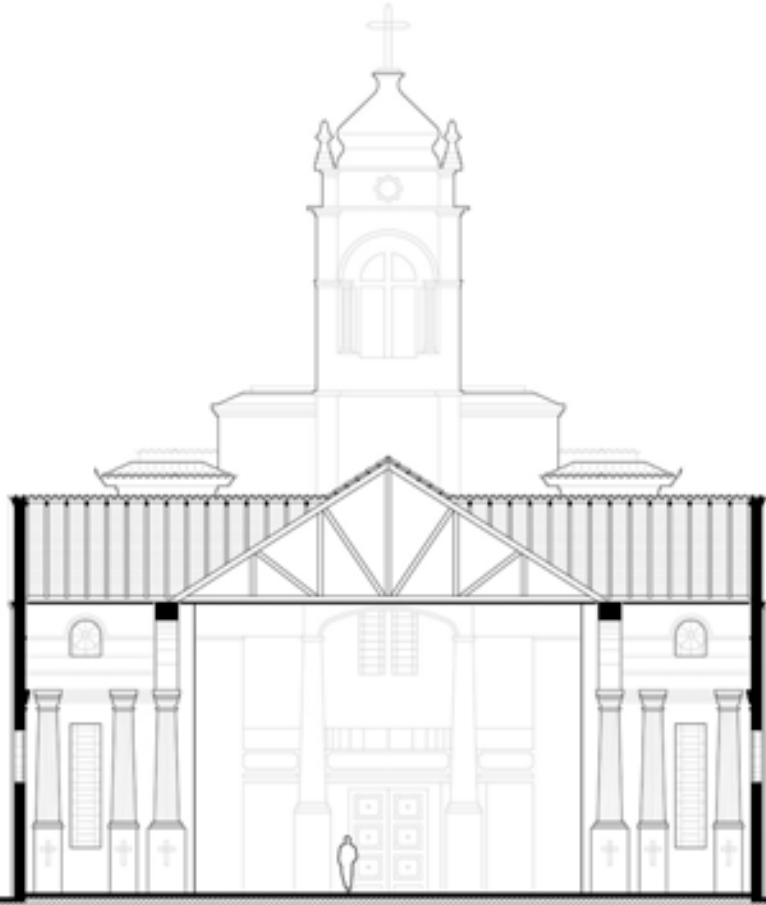
GOIÂNIA - 1000m

SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m





AVENIDA PARANAÍBA • 1:250 • — 1m



CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • — 1m



◀ [1474] · 15/09/2019

1952 · ESTAÇÃO FERROVIÁRIA GOIÂNIA ·

1952 · Goiânia / GO · Estação Ferroviária Goiânia

[1475] · 15/09/2019 ◀
Detalhe fachada frontal.

[1476] · 15/09/2019 ▶
Detalhe fachada posterior.

Apesar dos relógios instalados nas estações ferroviárias simbolizando a pontualidade dos trens, o atraso foi a característica marcante da chegada dos trilhos em terras goianas. O descompromisso e volatilidade na execução de planos já pensados de longa data levou a pausas e mudanças de trajeto que cercearam um desenvolvimento que poderia ter sido mais pujante. Assim, a Estação Ferroviária Goiânia foi a materialização de atrasos desde a sua chegada, passando pela técnica ferroviária e culminando no estilo arquitetônico.

Pedro Ludovico (1891-1979), sabendo da necessidade das estradas de ferro para o desenvolvimento local, tentava fazer a ligação da Estação Leopoldo de Bulhões [942:718] com Goiânia desde a inauguração da capital, em 1937 (Ferreira, 1999:49). Tanto anapolinos quanto mineiros não tinham o mínimo interesse em sentir, nos bolsos, as consequências da construção de uma nova estação na capital do estado.

Os usuais jogos políticos e pressões junto ao governo federal mantiveram tudo como estava. É na década de 1950 que o filho de Pedro Ludovico, o então major do exército e diretor da Estrada de Ferro Goiás, Mauro Borges Teixeira (1920-2013), consegue não só prolongar os trilhos até Goiânia, mas também transferir todos os funcionários da sede diretora, antes instalados em Araguari/MG.

Sua gestão e mudanças feitas no intuito de gerar maior controle de cargas e precisão de horários acabaram por gerar inimizades em Araguari/MG, aumentando as hostilidades de mandatários locais que não viam problema algum em jurar de morte o diretor (Baesse, 2004b:117). Entretanto, as ameaças acabaram por ser tiro no pé dos próprios ameaçantes. Foi o álibi que o então ministro de Viação e Obras Públicas José Américo de Almeida (1887-1980) – sob a tutela do segundo mandato de Getúlio Vargas (1882-1954) – utilizou para autorizar a mudança da sede da Estrada de Ferro Goiás que, apesar do nome Goiás, era administrada pelo poder federal.



Os coronéis mineiros tinham motivos para se opor à alteração. Com a mudança, mais de duzentos e cinquenta funcionários foram transferidos para Goiânia (Baesse, 2004b:117). Com o tempo, outros equipamentos, como oficinas e a escola ferroviária, foram desativados, e logo abandonaram maquinários e a suntuosa Estação Ferroviária Araguari, gerando grande impacto negativo para a economia da cidade. É provável que Mauro Borges estivesse costurando a transferência já há algum tempo, pois a estação de Goiânia foi inaugurada em 1952 (Coelho, 2005:117), dois anos antes da mudança oficial da sede. A escala da obra e o programa de necessidades já sinalizam uma importância maior do que mera estação prática.

[1477] · 15/09/2019 ◀
Fachadas lateral esquerda.

[1478] · 13/09/2019 ◀
Detalhe ladrilhos internos.

[1479] · 15/09/2019 ▶
Fachada posterior.

[1480] · 15/09/2019 ▶
Plataforma.

O projeto foi mais uma das obras do arquiteto Jorge Félix de Souza (1908-1983), que ocupou uma sequência de cargos públicos iniciada com técnico no Departamento de Produção e Trânsito, depois secretário de estado da Economia Pública e por fim Inspetor de Estradas e Rodagens do Estado desde 1945 (Jornal, 1945:6). Nesse órgão era responsável também pelo tráfego da Estrada de Ferro Goiás, onde foi incumbido do projeto da nova sede. O edifício está implantado ao final da Avenida Goiás, via que nasce na Praça Cívica e termina junto à Praça da Estação, em local previsto desde o plano original de Atílio Corrêa Lima (1901-1943). Apesar de obra de exceção no que tange ao estilo e configuração da planta, quando comparada a outras estações da Estrada de Ferro Goiás, é notável a influência exercida pela Estação Araguari. Segue a mesma disposição horizontal, com ambientes implantados paralelamente à passarela de embarque. Estes distribuídos a partir de uma torre, eixo de simetria e contraponto vertical à horizontalidade.

A torre é o elemento que recebe o maior cuidado compositivo, com ascensão a partir de um corpo central e diminuição de seção à medida que avança em altura. Tal escalonamento é tratado com formas aerodinâmicas típicas do *art-déco*. A simetria é mais uma vez empregada com rigor na organização da planta e volume. O concreto como técnica permite a criação do vão livre central e dos balanços que protegem a passarela de acesso. Ao final de 2019, passou por restauro da arquitetura e dos dois painéis de Frei Nazareno Confaloni (1917-1977), sendo reinaugurada como museu.



Dados

Obra: Estação Ferroviária Goiânia

Ano Construção: 1952

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Mauro Borges Teixeira (empreendedor)

Jorge Félix de Souza (arquiteto)

Geraldo Duarte Passos (construtor)

Frei Nazareno Confaloni (painéis)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Av. Independência, SN, St. Mal. Rondon

Coordenadas: 16°39'48.7"S 49°15'42.2"W

Altitude: 737 m

Altura: 27,00 m

Pavimentos: Térreo + Superior

Área Terreno: 36.100 m²

Área Ocupada: 1.371 m²

Área Construída: 1.725 m²

Fontes

BAESSE, Cristina. **Estação Ferroviária de Araguari: Um ícone de transformação do Modus Vivendis de um povo através dos tempos.** In: COELHO, Gustavo Neiva (Org.). *Ferrovia: 150 anos de arquitetura e história*, p.103-125. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2004b.

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Goiânia, Volume II.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FERREIRA, Aroldo Márcio. **Urbanização e arquitetura na região da Estrada de Ferro Goiás – E.F.Goiás: Cidade de Pires do Rio, um exemplar em estudo.** Goiânia, 1999. Dissertação-FCHF, UFG.

HAMÚ, Ademir. **De Goyaz a Goiás.** Goiânia: Kelps, 2013.

JORNAL, O. **Goyaz.** Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1945, n.7617, p.6.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico.** Dossiê de tombamento. Goiânia: Casa Brasil de Cultura, 2010.

MENEZES, Amaury. **Da caverna ao museu - Dicionário das artes plásticas em Goiás.** Goiânia: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2002.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. **Desenho de uma vida: Crônica sobre Jorge Félix de Souza.** In: Revista UFG, Ano XIII, n.11, p.109-119. Goiânia: UFG, 2011b.

[1481] · 13/09/2019
Passarela superior. ◀

[1482] · 13/09/2019
Saguão exposição. ◀

[1483] · 13/09/2019
Saguão exposição. ▶

Desenhos p. 1078
[1484] [1485]

Desenhos p. 1079
[1486]
[1487]

Desenho p. 1080
[1488]

Desenho p. 1081
[1489]

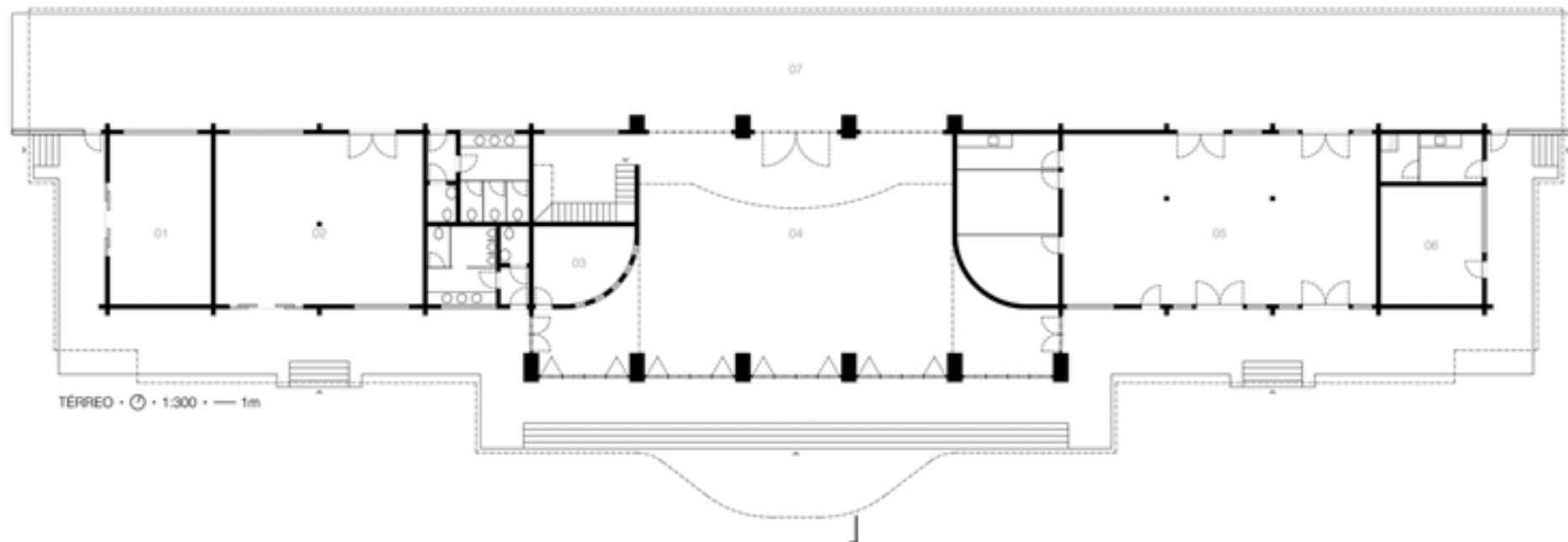
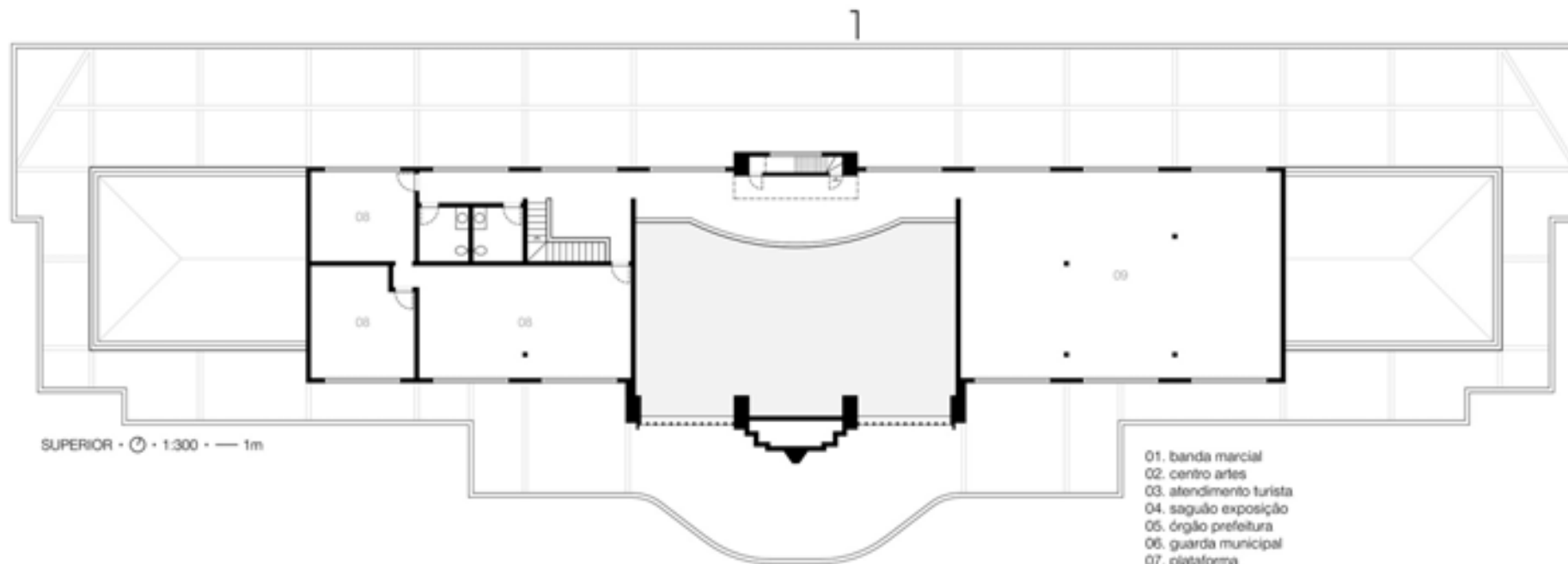


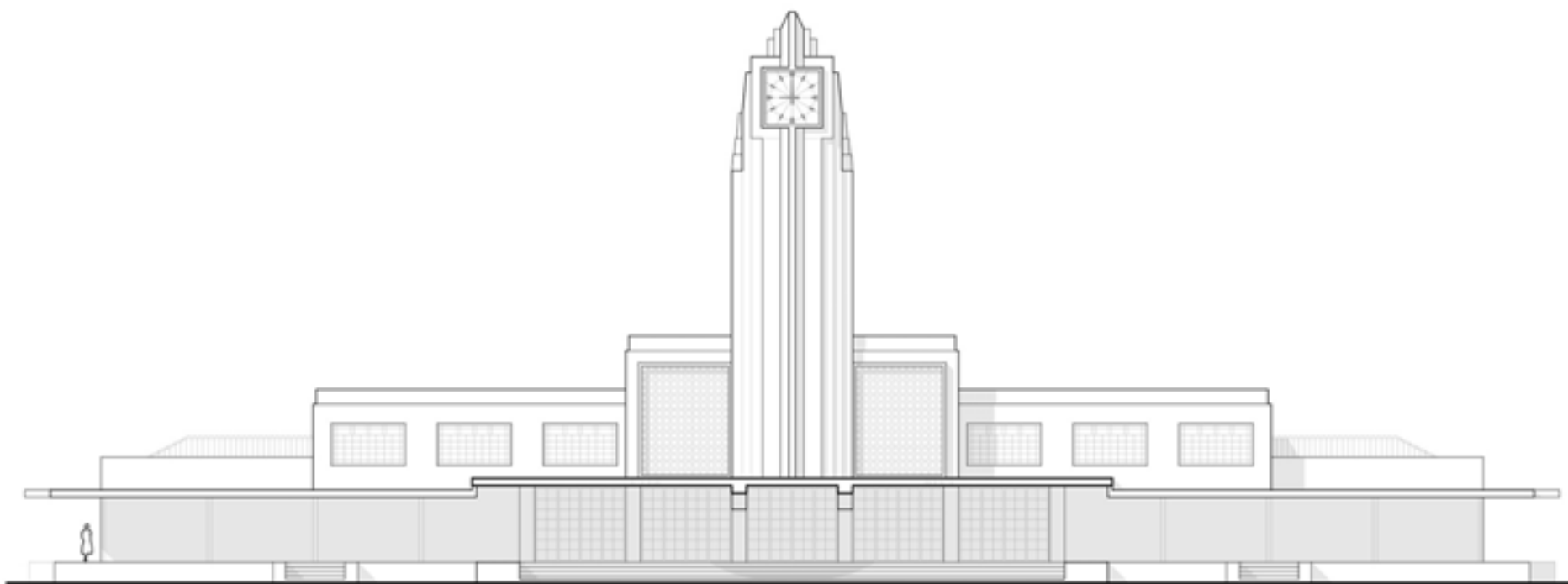


BRASILIA

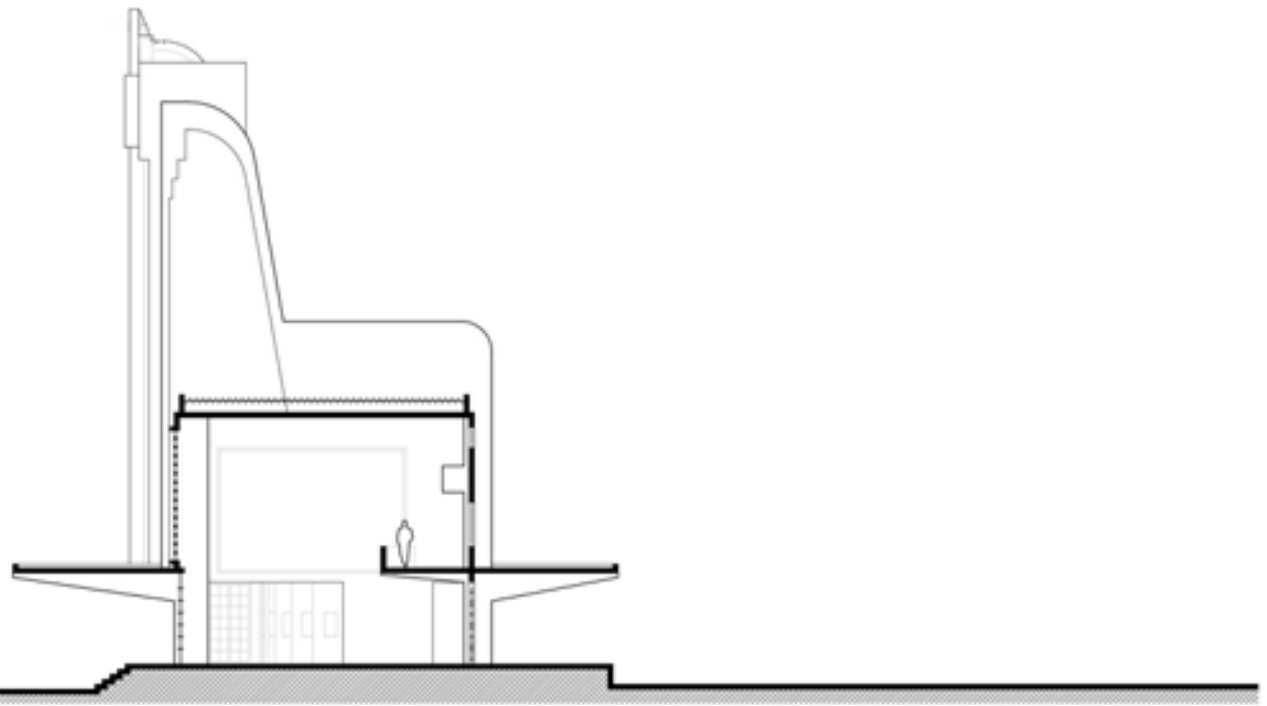
GOIÂNIA - 1000m

SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m





AVENIDA INDEPENDÊNCIA • 1:300 • — 1m



CORTE TRANSVERSAL • 1:300 • — 1m



◀ [1490] · 25/10/2008

1953 · RESIDÊNCIA JOSÉ FÉLIX LOUZA E IRENE FÉLIX LOUZA ·

1953 · Goiânia / GO · Residência José Félix Louza e Irene Félix Louza

Paranaense, David Libeskind nasce em 1928 e ainda nos primeiros anos de vida a se muda com a família para Belo Horizonte/MG. Nessa cidade consolida as bases de sua formação artística mantendo contato com artistas e arquitetos como Alberto Guignard (1896-1962), Sylvio de Vasconcellos (1916-1979) e Mendes Guimarães Júnior (1920-1968) (Brasil, 2007:23) já antes do acesso à universidade.

Na Universidade Federal de Minas Gerais cursa arquitetura entre os anos de 1948 e 1952. Antes de se graduar, Libeskind, junto com o amigo Décio Correa Machado, mantém escritório em Belo Horizonte/MG de 1951 a 1952, concebendo uma série de projetos que não vão sair do papel. Alguns são edificados, como as residências de José Maria Rabello e de Ângelo Aurélio Rezende Lobo (in: Brasil, 2007:68), ambas em Belo Horizonte/MG. A casa de José e Irene Félix Louza é edificada em Goiânia ainda no contexto de prática profissional como recém-formado.

Ao visitar a irmã em Belo Horizonte/MG, no início da década de 50, o proprietário – fazendeiro de tradicional família goiana (Jornal de Notícias, 1952:8) – se depara com algumas casas projetadas por Libeskind. Provavelmente as residências de José Rabello e Ângelo Rezende, únicas edificadas até então. O projeto é encomendado ao arquiteto em 1952, construído por José Quintiliano e finalizado em 1953 (Félix, 2008). Uma obra do início da carreira de Libeskind, primeira de uma série de casas publicadas em periódicos internacionais (L'Architecture d'Aujourd'hui, 1957:70).

A residência encomendada, de aproximadamente 350m², foi implantada em terreno de esquina, junto a uma das principais avenidas da cidade. Delimitada na face noroeste pela Avenida Paranaíba e na face sudoeste pela Rua 74, encontra-se em um centro de confluência da cidade, espaço turbulento, atingido pelo movimento local. Atualmente o entorno é ainda mais agitado, a atividade é intensa devido aos novos usos implantados na região próxima, com a presença de uma feira coberta, além do acentuado trânsito de veículos e pedestres.

[1491] · 25/10/2008
Detalhe fachada frontal.



[1492] · 25/10/2008
Detalhe fachada frontal.



[1493] · 11/10/2021
Detalhe fachada frontal.





Notadamente introspectiva, obedecendo apenas aos afastamentos frontais, a casa se limita pelos muros vizinhos, laterais. O arquiteto, mesmo voltando o espaço para o interior do lote, não se esquece da rua. Ao fazer uso dos painéis cerâmicos e dos elementos vazados, o decoro arquitetônico se volta para o domínio público, evidenciando a preocupação com a inserção da edificação no contexto urbano.

[1494] · 11/10/2021
Detalhe cobogó lateral. ◀

[1495] · 25/10/2008
Detalhe cobogó frontal. ◀

[1496] · 12/10/2021
Detalhe fachada frontal. ▶

Os planos verticais vazados ou maciços fazem a transição de interior/exterior. Libeskind usa recursos miesianos ao esconder a porta de acesso por meio do prolongamento dos planos. A volumetria é dominada pela horizontalidade, térrea, com um programa de necessidades enxuto. Ao tratar o volume com formas puras, o autor retira da qualidade material dos elementos, como o cobogó e revestimentos, a riqueza da composição formada pelos planos horizontais e verticais. A partir da Avenida Paranaíba temos a gradação dos painéis de fechamento que se intercalam em jogo de sobreposições, fazem a transição público/privado e criam um ambiente interno cada vez mais íntimo. Revestido de cerâmica, o primeiro plano é o mais próximo da avenida, seguido pelo fechamento de azulejos decorados e, por fim, com o terceiro painel configurado pelos elementos vazados.

Na obra ainda persiste grande parte dos ideais do arquiteto. Algumas modificações foram realizadas, porém não descaracterizam o conceito como todo. O pátio social teve suas paredes de vidro trocadas por alvenaria; na sala de estar o pano de vidro que antecedia o cobogó foi reduzido a uma pequena porta; nos quartos, as aberturas que se voltavam para o pátio, originalmente de correr, foram trocadas por portas de abrir comuns e a copa/cozinha agora se configura apenas como cozinha.

Os proprietários permaneceram os mesmos por longo tempo, o que explica as poucas modificações realizadas. Trata-se de uma obra concebida fora dos usuais padrões da região, pensando-se em espaços integrados e iluminados. É notável que ainda se conserve íntegra, com a manutenção dos revestimentos e usos além da estrutura original da planta, o que nos evidencia a força da composição que ainda resiste após quase setenta anos desde o risco original.



Dados

Obra: Res. José Félix Louza e Irene Félix Louza

Ano Construção: 1953

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

José Félix Louza (proprietário)

Irene Félix Louza (proprietária)

David Libeskind (arquiteto)

José Quintiliano (construtor)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Av. Paranaíba, 1203, Centro

Coordenadas: 16°40'18.5"S 49°15'39.7"W

Altitude: 752 m

Altura: 3,50 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 660 m²

Área Ocupada: 346 m²

Área Construída: 346 m²

Fontes

ALMEIDA, Mayra de Paula Nascimento. **O tipo como recurso de revisão historiográfica da arquitetura moderna: uma análise da Residência José Félix Louza.** Goiânia, 2019. Dissertação-FAV, UFG.

ANDRADE, Isabela Menegazzo Santos de. **A história e a memória de um modo de habitar. Goiânia, a residência da família Félix Louza (projeto de David Libeskind) em dois tempos: 1952 e 2011-2013.** Goiânia, 2019. Dissertação-História, UFG.

BRASIL, Luciana Tombi. **David Libeskind.** São Paulo: Romano Guerra Editora/Edusp, 2007.

FÉLIX, Ana. **Entrevista com a Sra. Ana Félix, filha dos proprietários.** Goiânia/GO, 09 de novembro de 2008. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

JORNAL DE NOTÍCIAS. **Fez da causa pública a razão de sua vida.** Goiânia, 14 de setembro de 1952, n.9, p.8.

L'ARCHITECTURE D'AUJOURD'HUI. **Jeunes architectes dans le monde.** In: L'Architecture d'Aujourd'hui, n. 73, p.70. Paris: 1957.

SILVA NETO, Eurípedes Afonso da. **Em Goiânia: 3 casas de Libeskind.** In: VI Encontro Enanparq, p.801-821, Anais, Brasília: FAU-UnB, 2021.

STINCO, Claudia Virginia. **David Libeskind e o Conjunto Nacional.** São Paulo, 2005. Diss.-FAU, Mackenzie.

[1497] · 12/10/2021 ▲▲
Detalhe fachada frontal.

[1498] · 11/10/2021 ▲▲
Detalhe fachada frontal.

[1499] · 12/10/2021 ▼
Contexto urbano.

Desenhos p. 1090
[1500] [1501]

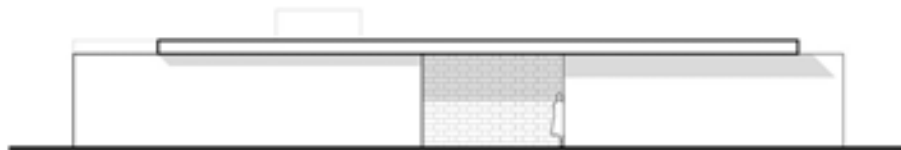
Desenhos p. 1091
[1502] [1503]
[1504]



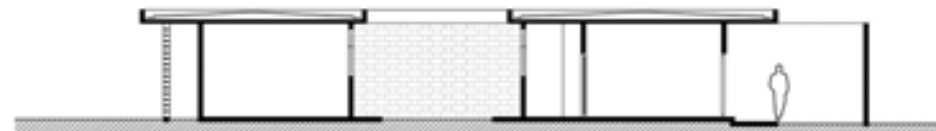


GOIÂNIA • 1000m

SITUAÇÃO • 1:2500 • 10m



AVENIDA PARANAÍBA • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m

- 01. vestibulo
- 02. estar
- 03. garagem
- 04. copa
- 05. cozinha
- 06. pátio
- 07. quarto



TÉRREO • 1:250 • — 1m



 **ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**



◀ [1505] · 12/10/2021

1962 · ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIÁS ·

1962 · Goiânia / GO · Assembleia Legislativa de Goiás

[1506] · 12/10/2021 ◀
Fachada lateral esquerda.

[1507] · 12/10/2021 ◀
Pilotis.

[1508] · 12/10/2021 ▶
Detalhe brise

[1509] · 12/10/2021 ▶
Pilotis.

Elder Rocha Lima (1928-), nascido na cidade de Goiás, desejava seguir o curso de Belas Artes como formação superior, mas a arquitetura é o caminho escolhido. Ainda adolescente, trabalhou com o engenheiro Colombino Augusto de Bastos (1913-1958), que já havia sido Secretário de Viação e Obras Públicas no governo de Jerônimo Coimbra Bueno (1910-1996). Com isso, chega ao curso já com certa carga técnica. Formado em 1955 pela Faculdade Nacional, no Rio de Janeiro/RJ, retorna a Goiás em 1956, onde inicia as atividades acadêmicas junto à Escola Goiana de Belas Artes.

Na década de 1960 é convidado a participar do Centro de Estudos Brasileiros como professor de história da arte, mas logo, com o golpe militar de 1964, é demitido. Declarado comunista, passa um mês na prisão (Hamú, 2013:128). Com isso, perdeu o direito de prestar serviço aos órgãos públicos, o que só foi resolvido com a anistia. Mesmo sua participação na formação do curso de arquitetura da Universidade Católica de Goiás é impedida pelas reverberações de 1964.

Rocha Lima teve extensa carreira tanto na vida acadêmica quanto na de servidor técnico e administrativo. Foi membro de conselhos universitários, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e do Instituto de Arquitetos do Brasil em Goiás. Como projetista, desenvolveu uma série de projetos de relevo, como a Câmara Municipal de Jataí [981:738] e o Colégio Estadual José Ludovico de Almeida em Anápolis [949:722]. Compartilhou autoria com o amigo mais velho Eurico Calixto de Godoy (1925-1993) no projeto do Banco do Estado de Goiás [1523:1105] e da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Goiás [824:640], ambos em Goiânia.

O projeto da Assembleia Legislativa de Goiás é desenvolvido no início da década de 1960. Alguns trabalhos afirmam ter sido a autoria compartilhada com Eurico Godoy. Porém, Rocha Lima categoricamente afirma ser o único autor (Lima, 2021). Houve por parte do arquiteto Jayme de Miranda o apoio no detalhamento, mas não nas atividades criativas e compositivas.



Mesmo antes da mudança da capital de Goiás para Goiânia, a Assembleia Legislativa estava fechada desde 1930, quando Pedro Ludovico (1891-1979) assume o poder como interventor local, designado por Getúlio Vargas (1882-1954). Reestabelecida em 1935, o elege indiretamente como governador do estado (Ferreira, 1980:137). Com isso, a mudança oficial da capital é legalizada em 1937, só após a construção do edifício para instalar a Assembleia em Goiânia, erguido em tempo recorde de quarenta e cinco dias (Élis, 1985:56). Depois, o órgão se transfere temporariamente para o edifício sede do atual Museu Zoroastro Artiaga [1421:1039] (Rocha, 2003:40), para então se instalar na nova sede, concluída em 1962 (Alego, 2019).

[1510] · 12/10/2021 ◀
Detalhe fachada lateral.

[1511] · 12/10/2021 ◀
Cobogó.

[1512] · 12/10/2021 ▶
Detalhe fachada lateral.

O projeto foi fruto de uma contratação direta pelo então presidente Luiz Fernando da Silva (1918-1989). Mas teve na pessoa de Hegesipo de Campos Meirelles (1909-2003) – pai do ex-ministro Henrique Meirelles (1945-) – a figura de liderança do processo. Então servidor de longa data do governo estadual, erudito e cuidadoso, ajudou na concepção do programa de necessidades e na leitura de detalhes operacionais da casa (Lima, 2021).

Ao edifício foi reservado um terreno lindeiro ao Bosque dos Buritis, parque urbano próximo à Praça Cívica. Implantado entre um espelho d'água – fruto do represamento do córrego Buriti – e a alameda que delimita o parque, tem nessa condição a plataforma ideal para receber os volumes de formas limpas. O terreno mais livre permite a leitura da arquitetura como objeto pousado em plataforma de contemplação, e o jogo escultórico dos volumes brancos contrastam com a mata orgânica e escurecida. Parte desse conceito foi perdido com os extensos acréscimos realizados nas mais de cinco décadas de uso e adaptações. Mas ainda é possível perceber a busca por seguir à risca a cartilha corbusiana, tão admirada por Rocha Lima (Lima, 2021). Os pilotis, os volumes brancos, as janelas contínuas claramente remetem à Vila Savoye, obra máxima desse arranjo formal. Apesar das modificações, as linhas do partido inicial e a dependência da estrutura como conformado-ra dos espaços permitiram a leitura dos conceitos originais mesmo após alterações não consultadas ou permitidas pelo autor.



Dados

Obra: Assembleia Legislativa de Goiás

Ano Construção: 1962

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Luiz Fernando da Silva (empreendedor)

Hegesipo Meirelles (empreendedor)

Elder Rocha Lima (arquiteto)

Jayme de Miranda (detalhamento)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Al. dos Buritis, 231, St. Oeste

Coordenadas: 16°40'47.3"S 49°15'40.9"W

Altitude: 766 m

Altura: 10,00 m

Pavimentos: Térreo + Superior

Área Terreno: 12.750 m²

Área Ocupada: 2.968 m²

Área Construída: 4.210 m²

Fontes

ALEGO. **Sede da Alego**. Portal da Alego, 2019. Disponível em: < <https://portal.al.go.leg.br/noticias/98669/sede-da-alego>>. Acesso em 02 de outubro de 2021.

ÉLIS, Bernardo. **Depoimento**. In: PREFEITURA MUNICIPAL. Assessoria Especial de Cultura. Memória cultural: ensaios da história de um povo, p.45-59. Goiânia: Ed. Gráfica Ipiranga, 1985.

FERREIRA, Joaquim de Carvalho. **Presidentes e governadores de Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 1980.

HAMÚ, Ademir. **De Goyaz a Goiás**. Goiânia: Kelps, 2013.

LIMA, Elder Rocha. **Entrevista com o Sr. Elder Rocha Lima, arquiteto**. Brasília/DF, 01 de março de 2021. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. **A Assembleia Constituinte goiana de 1935 e o mudancismo condicionado**. Goiânia: UCG, 2008.

ROCHA, Hélio. **Sete décadas de Goiânia**. Goiânia: Contato Comunicação, 2003.

[1513] · 14/10/2021 ◀
Corredor pavimento superior.

[1514] · 14/10/2021 ◀
Saguão de acesso.

[1515] · 14/10/2021 ▶
Salão nobre.

[1516] · 14/10/2021 ▶
Plenário.

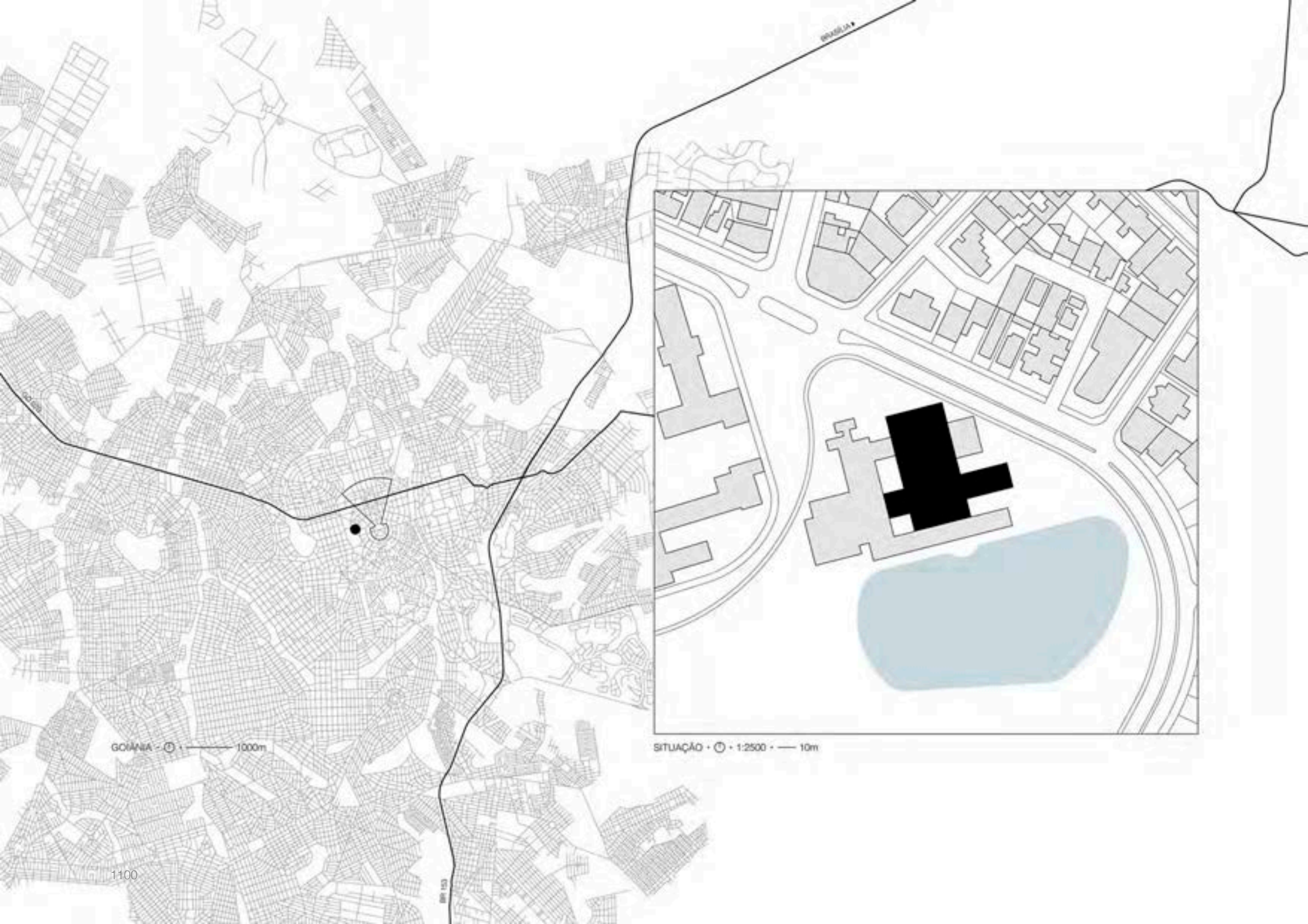
Desenhos p. 1100
[1517] [1518]

Desenho p. 1101
[1519]

Desenho p. 1102
[1520]

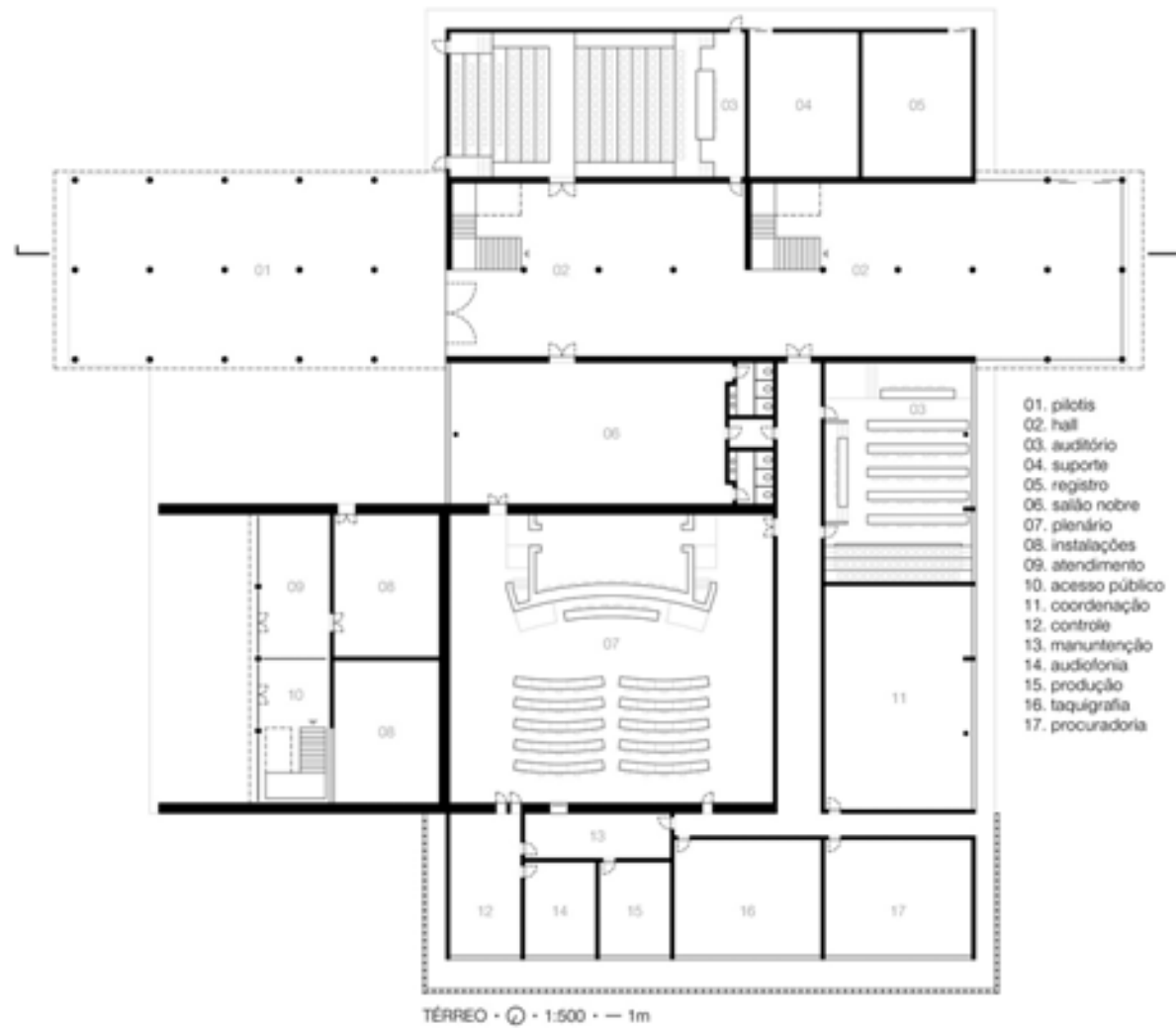
Desenhos p. 1103
[1521]
[1522]



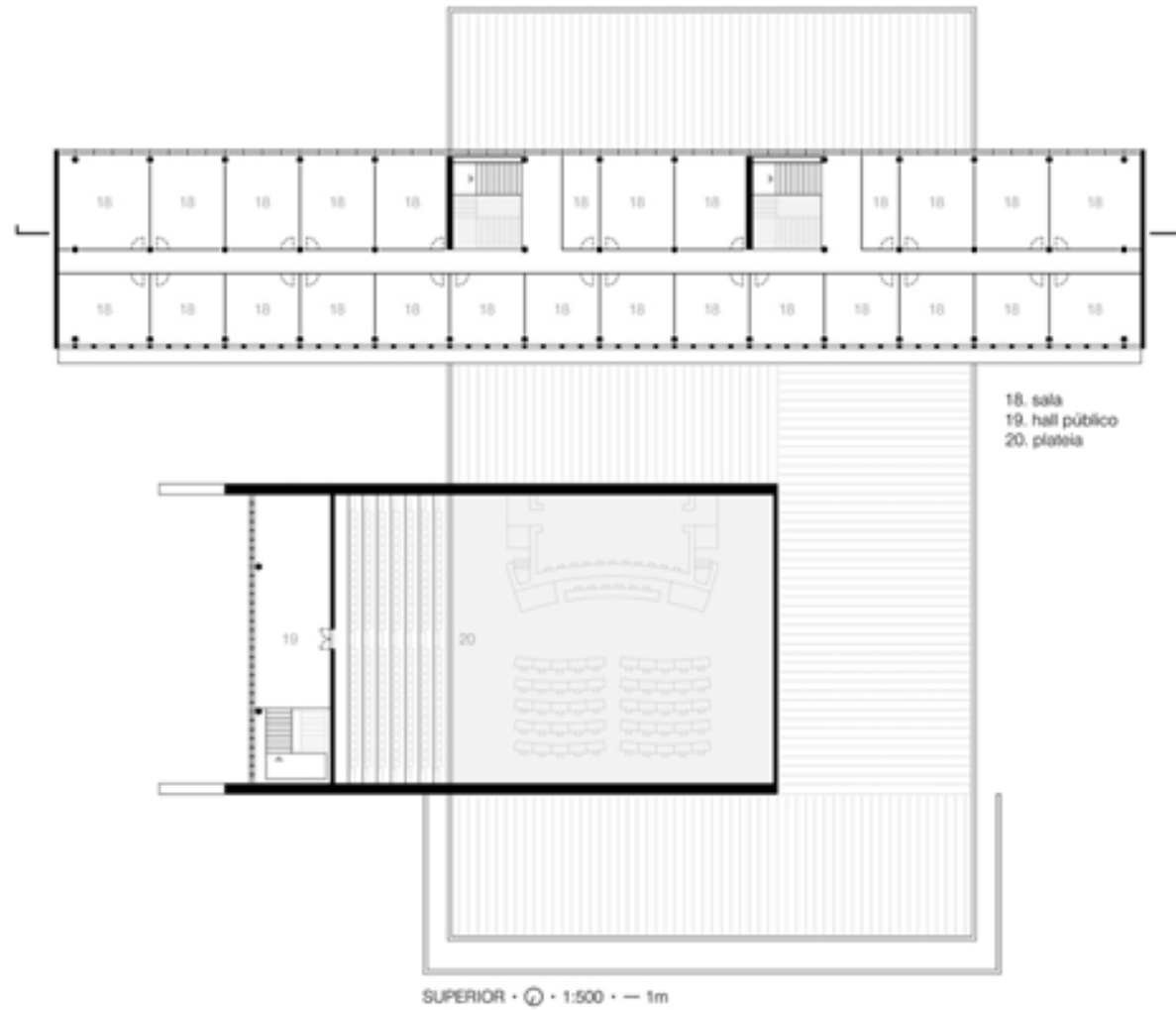


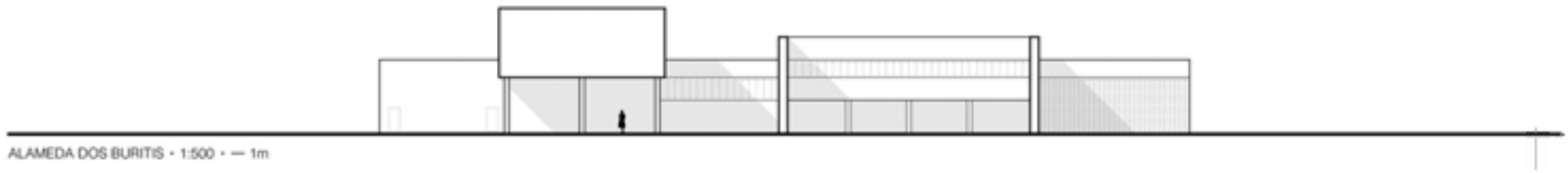
GOIÂNIA - 1000m

SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m

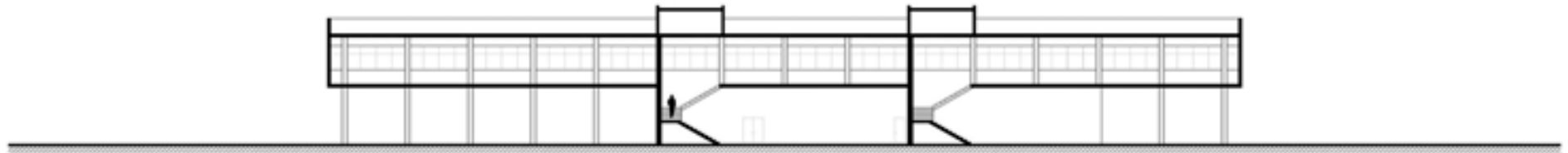


- 01. pilotis
- 02. hall
- 03. auditório
- 04. suporte
- 05. registro
- 06. salão nobre
- 07. plenário
- 08. instalações
- 09. atendimento
- 10. acesso público
- 11. coordenação
- 12. controle
- 13. manutenção
- 14. audiolonia
- 15. produção
- 16. taquigrafia
- 17. procuradoria





ALAMEDA DOS BURITIS • 1:500 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:500 • — 1m



◀ [1523] · 12/10/2021

1964 · SEDE DO BANCO DO ESTADO DE GOIÁS ·

1964 · Goiânia / GO · Sede do Banco do Estado de Goiás (atual Agência Central Itaú)

Precursor do modernismo na arquitetura de Goiás, Eurico Calixto de Godoy (1925-1933), natural de Anápolis, chega a Goiânia ao final de 1933 (Godoy, 1985:231). Na cidade conclui a formação básica e, ainda pequeno, é marcado pelo contato com as recentes obras institucionais do estado, impressionando-se com as dimensões das estruturas. Ao término do curso médio busca o Rio de Janeiro/RJ para o ensino superior.

A formação acadêmica na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil é assinalada pelo estágio com Oscar Niemeyer (1907-2012) e marcada pela admiração a Lúcio Costa (1902-1998), Atílio Corrêa Lima (1901-1943) e Affonso Eduardo Reidy (1909-1964) (Vaz; Zárate, 2006). Estes são preponderantes no vínculo formal que Eurico Godoy estabelece com o modernismo carioca. Formação direta e primariamente influenciada pelos pioneiros do modernismo no Brasil que reverbera em sua produção.

Ao final de 1951 forma-se arquiteto e retorna a Goiânia em 1952. Em um cenário construtivo marcado pelo *art-déco* e as releituras coloniais, projeta e constrói a residência de Dourival de Souza Bacellar e Therezinha Moraes de Souza Bacellar [851:664]. A obra, finalizada em 1953, foi o primeiro exemplar do modernismo em terras goianas. Nítido contraste plástico e conceitual, em claro rompimento com as preexistências da cidade.

O arquiteto inicia sua atuação com algumas atitudes polêmicas, como a valorização da flora local, especificada para ser utilizada no paisagismo urbano e de suas residências (Godoy, 1985:229). Godoy não se contentava em apenas projetar dentro dos preceitos modernistas, mantinha também uma frente de expansão e esclarecimento acerca desses ideais. Era uma causa, e a luta ia além da argumentação direta com os clientes; aos jornais e periódicos locais remetia artigos que buscavam informar também a população (Metran, 2006:132).

[1524] · 12/10/2021 ◀
Detalhe fachada lateral.

[1525] · 12/10/2021 ◀
Detalhe fachada lateral.

[1526] · 12/10/2021 ▶
Fachadas frontal e lateral.



Manteve as atividades do escritório particular alternando com o exercício no setor público. Algumas de suas ocupações foram Secretário de Viação e Obras, Chefe da Assessoria Técnica da Prefeitura e Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás. Após essa fase, permaneceu ligado à universidade atuando como Presidente da Comissão de Vestibular e Professor da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Goiás. Sempre ativo como autônomo, manteve escritório particular desde a chegada em Goiânia, e dividiu a autoria de alguns projetos com Jayme de Miranda e Elder Rocha Lima (1928-).

[1527] · 12/10/2021
Detalhe brises laterais.



[1528] · 12/10/2021
Detalhe brises frontais.



[1529] · 12/10/2021
Detalhe fachada frontal.



Um desses projetos foi a Sede do Banco do Estado de Goiás, instituição ativa desde 1954 e que inicia em 1959 o processo para construção da sede própria (Alves Neto, 1994:22). Para isso, contratam Eurico Godoy, Rocha Lima e Jayme de Miranda, que concebem o novo edifício a ser implantado em uma das principais esquinas da cidade. Assim, o pequeno edifício de dois pavimentos que lá existia foi demolido para a nova construção, agora com dez andares. A obra, concluída em 1964, foi acompanhada pelos três arquitetos que dividiram a concepção, detalhamento, desembaraço legal e acompanhamento de execução (Lima, 2021). O terreno, apesar da localização, é difícil, uma esquina com três faces, sem simetria nas dimensões das arestas ou dos ângulos entre elas. Mesmo assim, a busca formal foi por forçar uma simetria visual. Foi necessário encostar o edifício junto aos limites do lote para melhorar o aproveitamento das áreas internas, deixando pouco espaço para manobras volumétricas. Com isso, a opção foi acentuar o trabalho com superfícies e materiais, aliando a expressão de cada pavimento com os usos neles desenvolvidos.

A associação formal com os primeiros momentos do modernismo carioca é nítida, e conseguiram um belo resultado trabalhado apenas com recuos mínimos de superfície. A imagem, revolucionária à época, se destacou na capital. Após ingerência política e administrativa, o banco oficialmente falido teve a venda assinada em 1998 (Lima, 2010b:225). Hoje encontra-se ocupado no térreo por agência privada e com os demais pavimentos sem uso ou manutenção.



Dados

Obra: Sede do Banco do Estado de Goiás

Ano Construção: 1964

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Eurico Calixto de Godoy (arquiteto)

Elder Rocha Lima (arquiteto)

Jayme de Miranda (detalhamento)

Geraldo Passos (estrutura)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Av. Goiás, 612, Centro

Coordenadas: 16°40'30.1"S 49°15'27.9"W

Altitude: 760 m

Altura: 32,00 m

Pavimentos: Subsolo + Térreo + Mezanino + 8

Área Terreno: 725 m²

Área Ocupada: 629 m²

Área Construída: 5.215 m²

Fontes

ALVES NETO, Luiz de Aquino. **BEG: Nossa gente, nossa história.** Goiânia: BEG. 1994.

GODOY, Eurico de Calixto. **Depoimento.** In: PREFEITURA MUNICIPAL. Assessoria Especial de Cultura. Memória cultural: ensaios da história de um povo, p.229-235. Goiânia: Ed. Gráfica Ipiranga, 1985.

LIMA, Elder Rocha. **Entrevista com o Sr. Elder Rocha Lima, arquiteto.** Brasília/DF, 01 de março de 2021. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

LIMA, Waldir Martins de. **Os coveiros do BEG.** São Paulo: Laser Press, 2010b.

MEDEIROS, Wilton de Araújo. **Goiânia Metrópole: sonho, vigília e despertar.** Goiânia, 2010. Tese-História, UFG.

METRAN, Márcia. **Moderno e modernismo.** São Paulo, 1996. Dissertação-FAU, USP.

METRAN, Márcia. **Goiânia: Cidade de pedras e de palavras.** Goiânia: Ed. Da UFG, 2006.

VAZ, Maria Diva Araujo Coelho; ZÁRATE, Maria Heloisa Veloso e. **A experiência moderna no cerrado Goiano.** São Paulo: Arqtextos 067, 2006. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq000/esp341.asp>> Acesso em: 04 mai. 2019.

[1530] · 12/10/2021
Saguão de acesso.



[1531] · 12/10/2021
Detalhe acesso principal.



[1532] · 12/10/2021
Saguão de acesso.



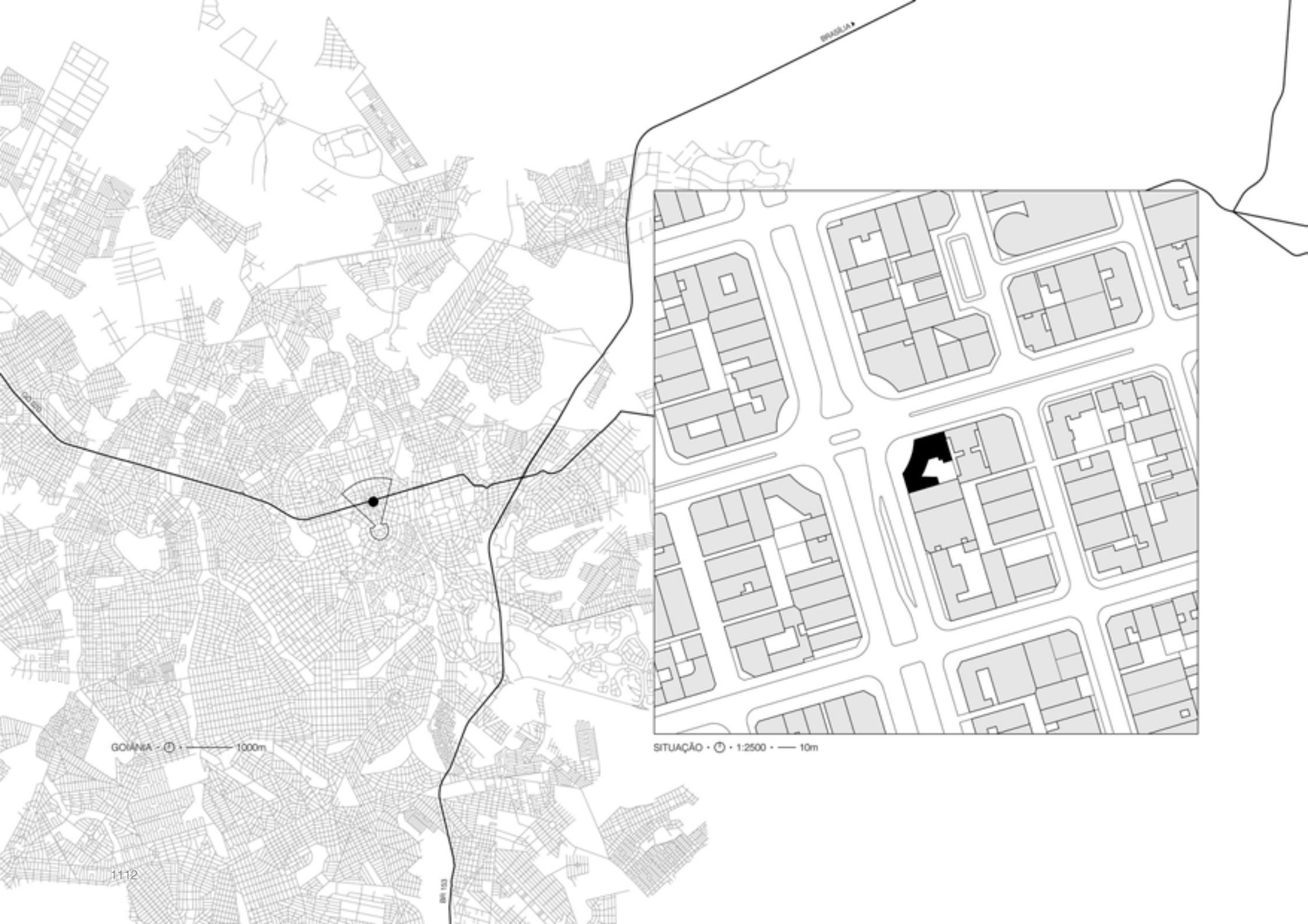
Desenhos p. 1112
[1533] [1534]

Desenhos p. 1113
[1535] [1536]

Desenho p. 1114
[1537] [1538]

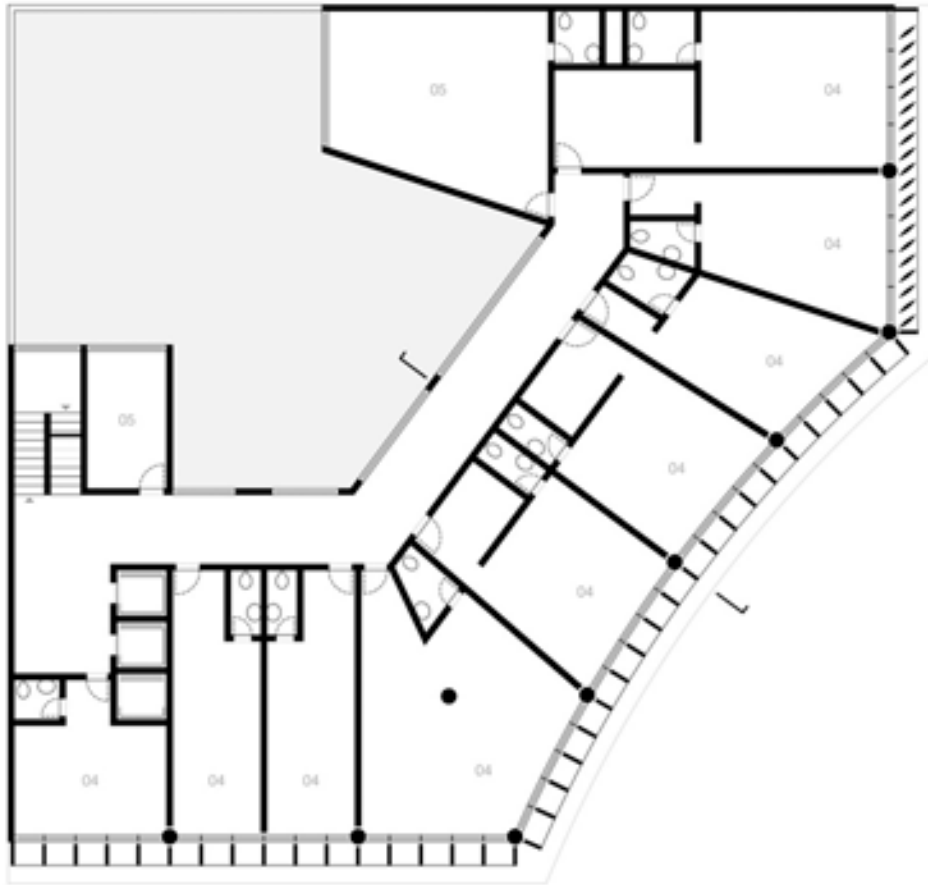
Desenhos p. 1115
[1539]





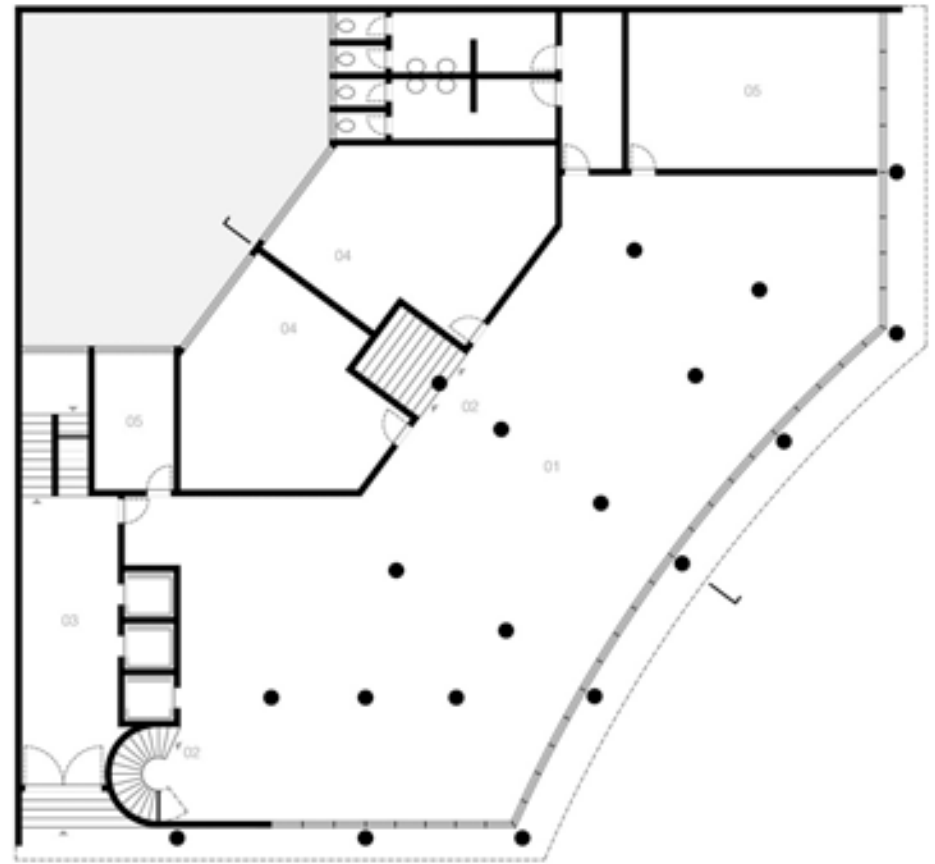
GOIÂNIA - 1000m

SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m

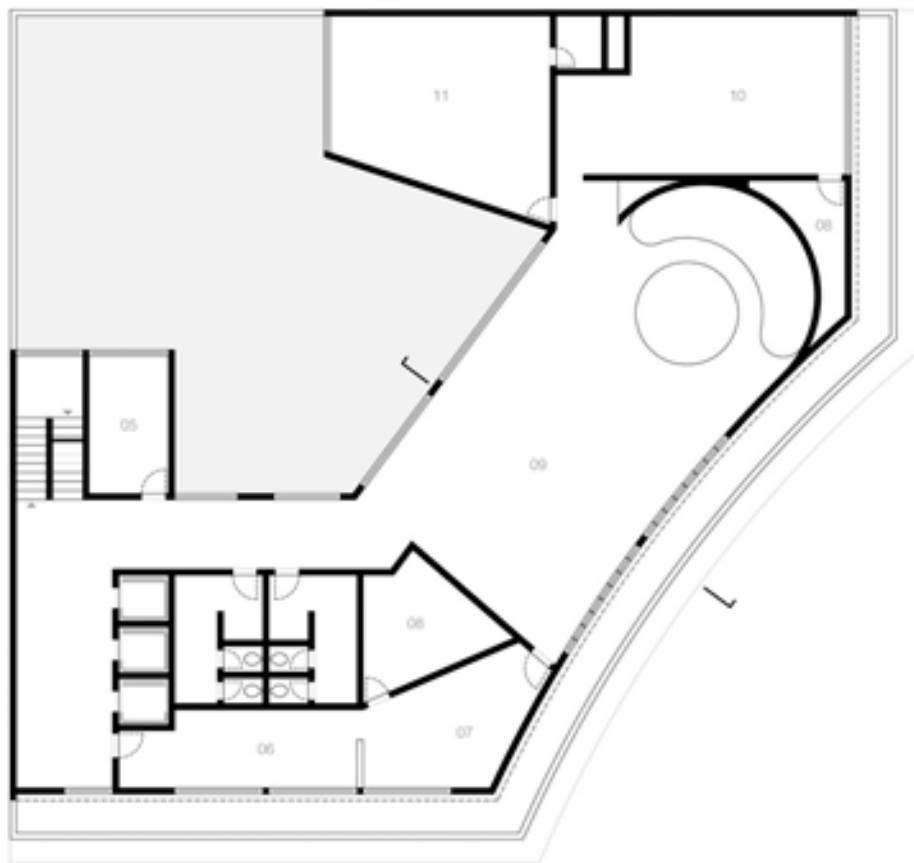


TIPO • 1:250 • 1m

- 01. saguão público
- 02. acesso mezanino
- 03. acesso torre
- 04. sala
- 05. almoxarifado

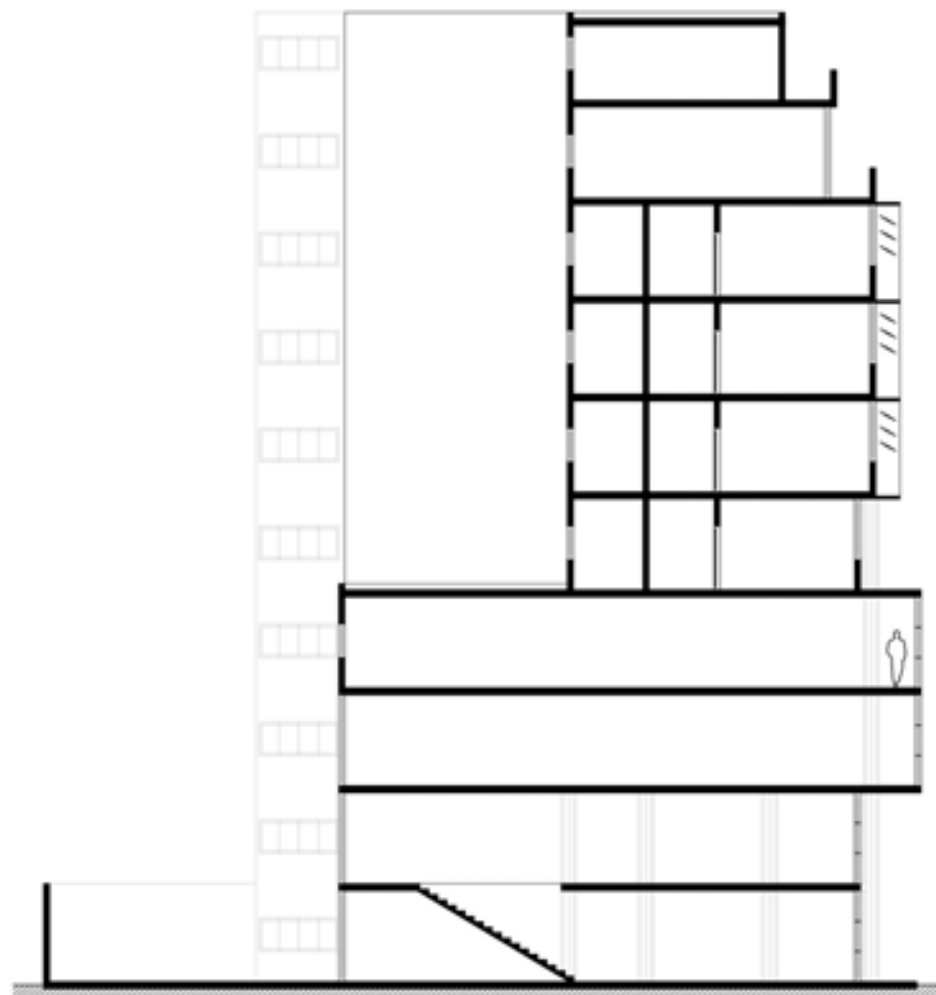


TÉRREO • 1:250 • 1m

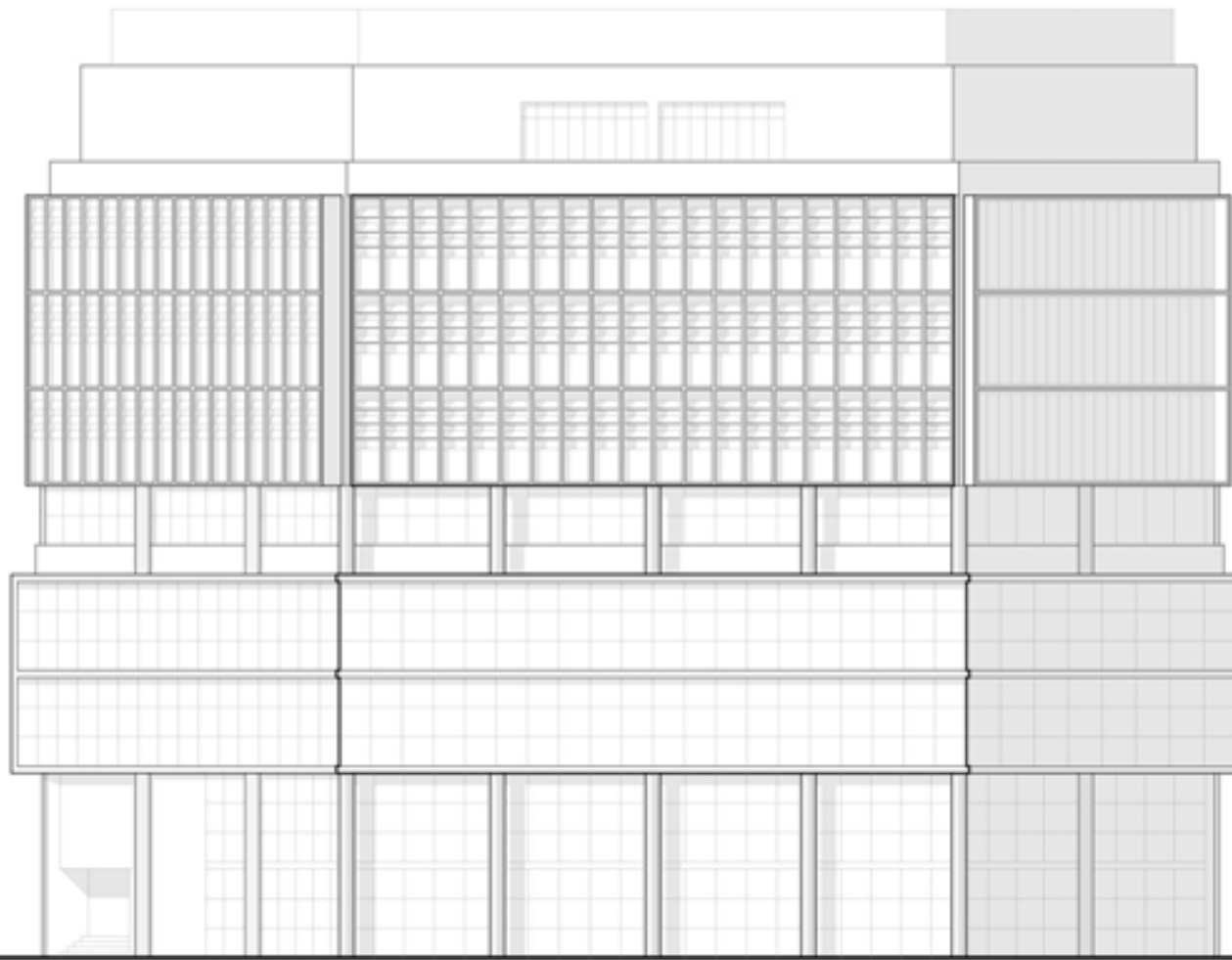


COBERTURA • 1:250 • 1m

- 05. almoxarifado
- 06. cozinha
- 07. serviço
- 08. depósito
- 09. salão
- 10. jogos
- 11. biblioteca



CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • 1m



AVENIDA ANHANGUERA • 1:250 • — 1m



◀ [1540] · 26/04/2019

1965 · COLÉGIO ESTADUAL ALCIDE JUBÉ ·

1965 · Cidade de Goiás / GO · Colégio Estadual Alcide Jubé

[1541] · 26/04/2019

Fachada frontal.



[1542] · 26/04/2019

Marquise e acesso.



[1543] · 26/04/2019

Marquise e acesso.



Durante as décadas de 1950, 1960 e 1970 houve a expansão da construção de complexos educacionais ligados às necessidades do ensino fundamental e médio. Alguns desses foram projetados por arquitetos vinculados ao modernismo. Em Anápolis teremos, de 1956, o Colégio Estadual José Ludovico de Almeida [949:722], por Elder Rocha Lima (1928-) (Soares, 2019:189) e em Goiânia o Colégio Pré-Universitário [1590:1151], inaugurado em 1971, obra de Antônio Lúcio (1939-) (Fonseca, 2019:158). Na cidade de Goiás, o Colégio Estadual Alcide Jubé será o representante dessa tipologia.

Inaugurado em 1965 (Fonseca; Oliveira, 2018:100), foi concebido pelo arquiteto Renan de Barros Oliveira, nome ainda pouco explorado pela historiografia da arquitetura goiana. Ele faz parte da primeira turma de profissionais que, naturais de Goiás, formaram-se em arquitetura e retornaram ao estado para prosseguir com a vida profissional. É da mesma geração de nomes como Eurico Godoy (1925-1993) e Elder Rocha Lima. Com o último participou da seleção de 1951 para ingresso no curso da Faculdade Nacional de Arquitetura, na Universidade do Brasil (Correio da Manhã, 1951:7). Além de contemporâneos, foram conterrâneos da cidade de Goiás.

Talvez um dos pontos que contribuiu para o desconhecimento da obra de Renan de Barros seja a dedicação por longo tempo à Suplan, órgão responsável pelos projetos e obras do estado, assim diminuindo a visibilidade autoral de seus projetos (Carrijo, 2021). Pelo órgão passaram outros arquitetos como Ariel Campos, Silas Varizo(1935-), Antônio Lúcio e Luís Osório Leão (1931-), que de lá saíram; mas ele por lá se aposentou (Lima, 2021). Fazia incursões esporádicas no mercado privado, sem assiduidade ou organização administrativa de uma empresa de arquitetura. Em todas as entrevistas feitas em busca de maiores detalhes acerca da trajetória de Renan de Barros (Rabelo, 2019; Carrijo, 2021; Lima, 2021; Pinheiro, 2021), além da competência profissional – aliada ao desapego material – as solitárias e duradouras pescarias no Rio Araguaia foram os traços mais lembrados do seu comportamento.



Assim como os colegas de faculdade goianos, também imprime a linguagem modernista em suas obras. Foi um dos primeiros profissionais a projetar para o mercado imobiliário de Goiânia quando, Agostinho Stacciarini, engenheiro e colega dos órgãos públicos do estado, estabelece a Construtora Aliança, o contrata e lança cinco empreendimentos em 1966 (Stacciarini, 2006:129). São exemplares o Edifício Rio Orange [901:702] e o Rio Verde [902:702]. Chegou a participar do concurso de projetos para a nova Sede do Jockey Clube de Goiânia [1623:1173] (Dedecca, 2012:399) em 1963. A ele são ainda atribuídas as concepções da antiga Maternidade de Maio, hoje totalmente descaracterizada, e do Hotel Vila Boa [980:738]. Esse último, iniciado em 1973 e concluído em 1975 (Bessa, 2020:424), evidencia em suas linhas o comprometimento com os postulados formais e estruturais do modernismo. No Colégio Estadual Alcide Jubé esta influência formal é também visível e se aproxima da obra de Affonso Eduardo Reidy (1909-1964) em alguns pontos. Este era professor da Faculdade Nacional de Arquitetura em 1954 (Bonduki, 2000:29), contemporâneo à época de estudos de Renan de Barros, e já internacionalmente reconhecido pelo Edifício Pedregulho, de 1941. Assim, se o aluno se interessava por estas formas, o exemplo estava muito próximo e não nos é possível deixar de remeter às formas do Colégio Brasil-Paraguai, já edificado em 1952 (in: Bonduki, 2000:156), ou à composição do MAM-RJ, que, mesmo incompleto em 1956 —ano do início do projeto do Colégio Alcide Jubé —já tinha seus desenhos divulgados em revistas de ampla circulação.

O colégio é composto por uma longa barra sustentada por vinte e dois pórticos, cada um com dois pilares em V que distribuem as cargas às fundações. A frente conforma generoso pilotis e ao centro é fechado para atividades administrativas que se expandem ou contraem com o tempo, contraindo ou expandindo o espaço livre entre pilares. A parte superior é destinada às salas de aula e atividades correlatas. Implantado ao lado do Palácio da Instrução [1162:865], como típico modernista não se relacionou com o antigo e sua proximidade diminuiu a leitura da escala do outro. Apesar disso a não demolição do Palácio já foi gesto de grande sensibilidade para a época. Aqui o sentido da renovação e modernidade vinculadas à educação se exemplifica em dois momentos que, distintos formalmente, foram análogos conceitualmente.

[1544] · 26/04/2019 ◀
Circulação externa

[1545] · 26/04/2019 ◀
Pilotis.

[1546] · 26/04/2019 ▶
Detalhe fachada e pilotis.

[1547] · 26/04/2019 ▶
Circulação interna.



Dados

Obra: Colégio Estadual Alcide Jubé

Ano Construção: 1965

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Renan de Barros Oliveira (arquiteto)

Cidade: Cidade de Goiás / GO

End.: Rua Professor Alcide Jubé, SN, Centro

Coordenadas: 15°56'00.9"S 50°08'20.3"W

Altitude: 494 m

Altura: 7,80 m

Pavimentos: Térreo + Superior

Área Terreno: 3.350 m²

Área Ocupada: 1.340 m²

Área Construída: 2.264 m²

Fontes

BESSA, Suzete Almeida de. **Arquitetura modernista na Cidade de Goiás: Os casos da Escola Alcide Jubé e do Hotel Vila Boa**. Cidade de Goiás: UFG, 2020.

BONDUKI, Nabil. **Afonso Reidy**. Lisboa: Ed. Blau, 2000.

CARRIJO, Hélio Fausto. **Entrevista com o Sr. Hélio Fausto Carrijo, arquiteto e professor do curso de arquitetura da PUC/GO**. Brasília/DF, 01 de abril de 2021.

CORREIO DA MANHÃ. **Faculdade Nacional de Arquitetura – Concurso de Habilitação**. Rio de Janeiro, 6 de março de 1951, n.17780, p.7.

DEDECCA, Paula Gorestein. **Sociabilidade, crítica e posição**. São Paulo, 2012. Dissertação-FAU, USP.

FONSECA, Ronaldo da Paixão. **Obra e trajetória de Antônio Lúcio Pinheiro**. Goiânia, 2019. Dissert.-FAV, UFG.

FONSECA, Thalita P. da; OLIVEIRA, Karine Camila. **Inserções modernas e a preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico da Cidade de Goiás**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

LIMA, Elder Rocha. **Entrevista com o Sr. Elder Rocha Lima, arquiteto**. Brasília/DF, 01 de março de 2021.

PINHEIRO, Antônio Lúcio. **Entrevista com o Sr. Antônio Lúcio, arquiteto**. Brasília/DF, 13 de abril de 2021.

RABELO, Fernando Carlos. **Entrevista com o Sr. Fernando Carlos Rabelo, arquiteto**. Goiânia/GO, 10 de novembro de 2019.

SOARES, Murillo Oliveira. **Anápolis: uma cidade entre capitais (Goiânia e Brasília) e modernidades (1930-1960)**. Goiânia, 2019. Dissert.-Hist., UFG.

STACCIARINI, Agostinho. **Patrimônio histórico: aliança entre o passado e o presente**. Goiânia: Bandeirante, 2006.

[1548] · 26/04/2019

Sala de aula.



[1549] · 26/04/2019

Circulação salas de aula.



[1550] · 26/04/2019

Detalhe escada interna.



Desenhos p. 1124

[1551] [1552]

Desenho p. 1125

[1553]

Desenho p. 1126

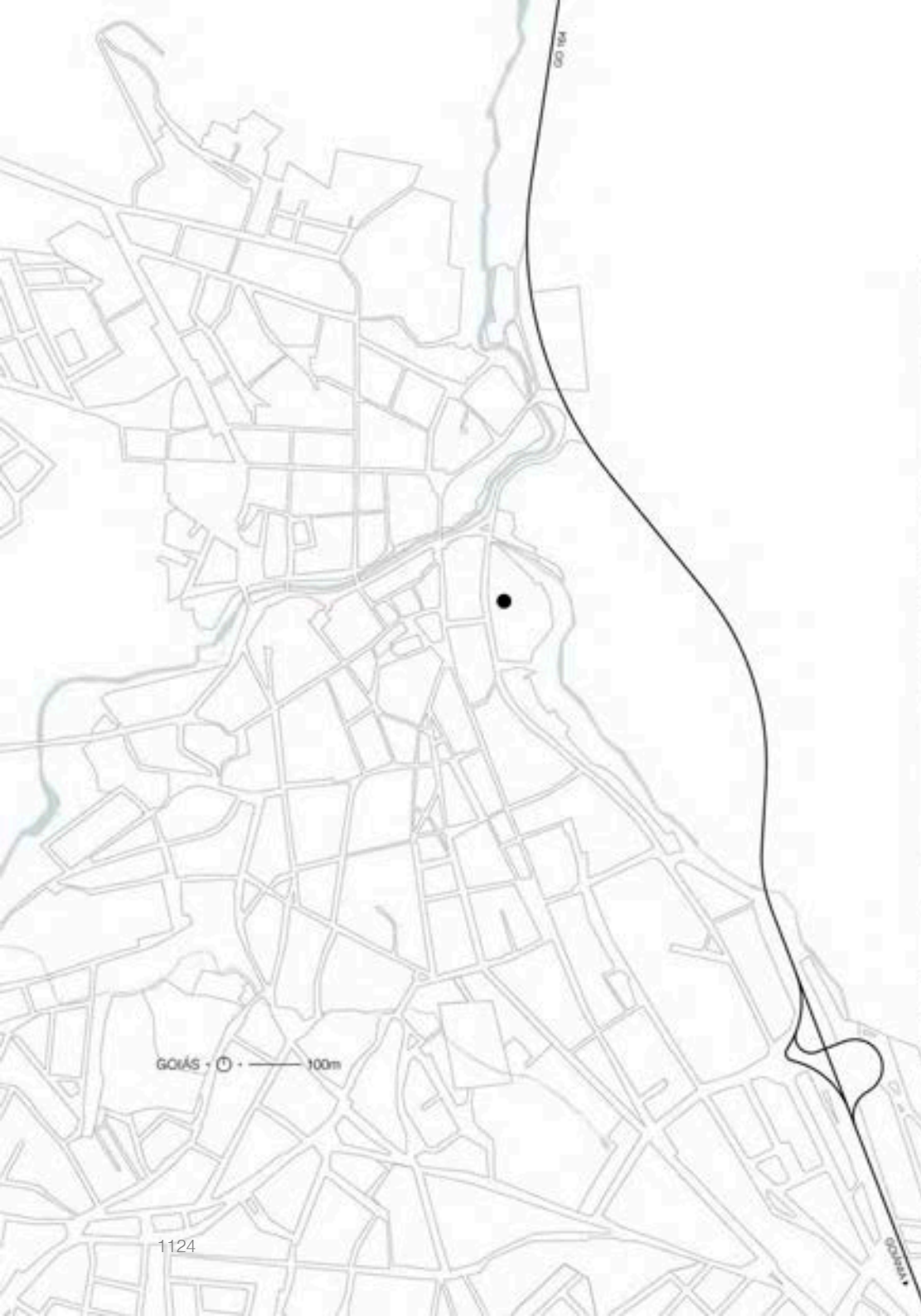
[1554]

Desenhos p. 1127

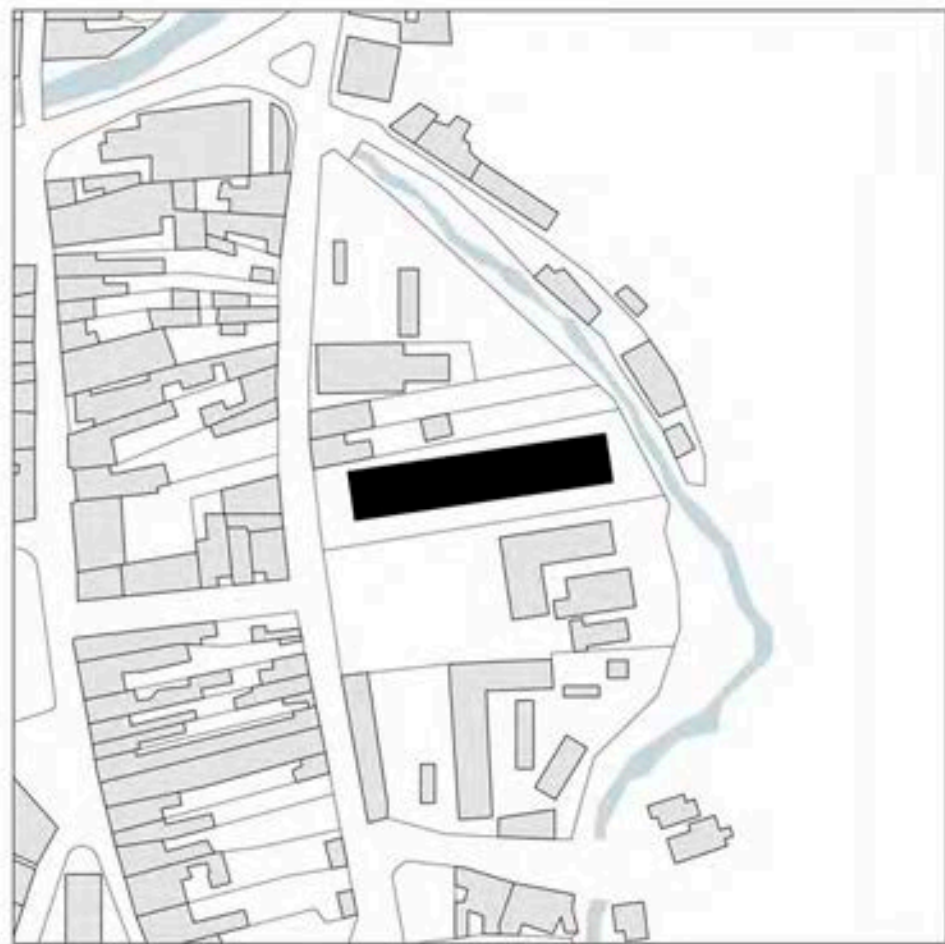
[1555]

[1556]

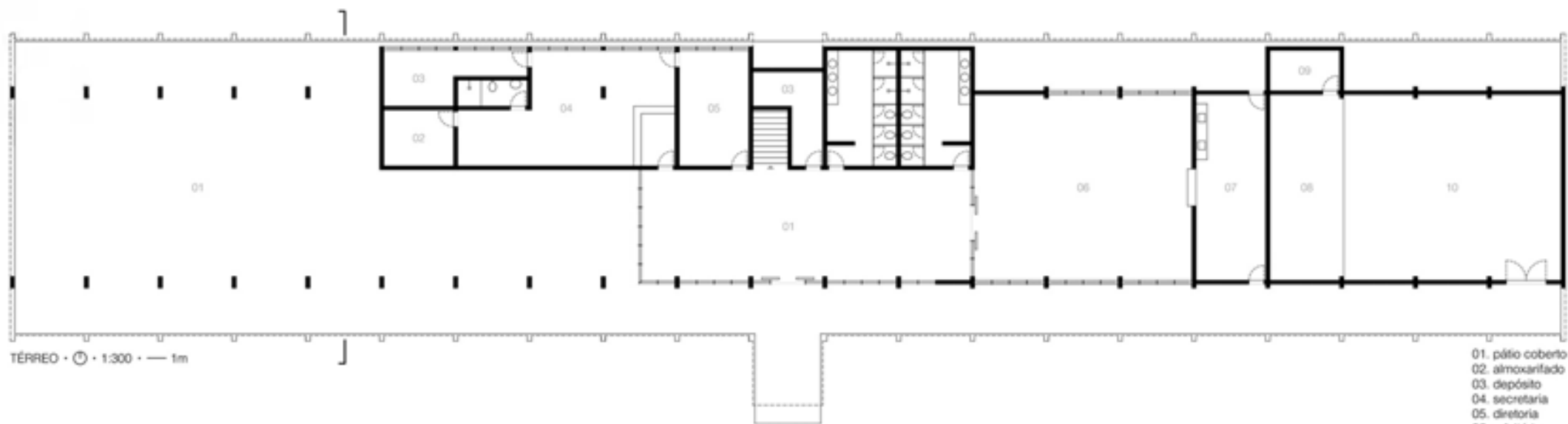




GOIÁS • ○ — 100m

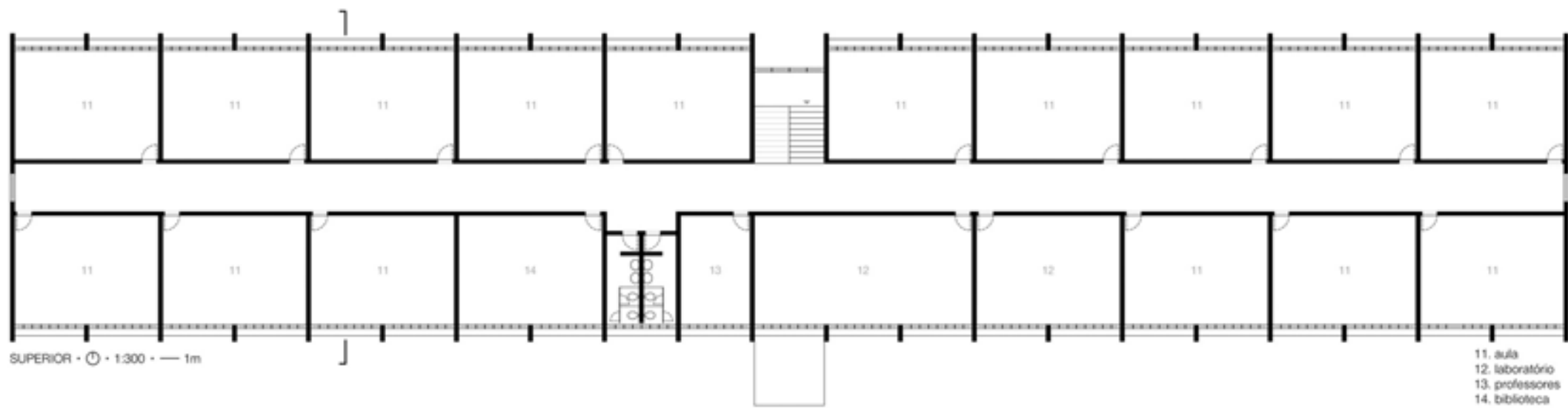


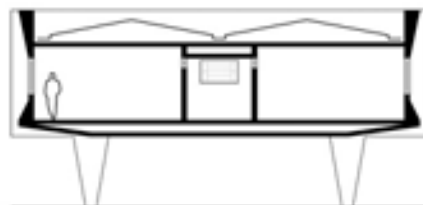
SITUAÇÃO • ○ • 1:2500 • — 10m



TÉRREO • 1:300 • 1m

- 01. pátio coberto
- 02. almoxarifado
- 03. depósito
- 04. secretaria
- 05. diretoria
- 06. refeitório
- 07. cozinha
- 08. palco
- 09. camarim
- 10. auditório





CORTE TRANSVERSAL • 1:300 • — 1m



SUDESTE • 1:300 • — 1m



◀ [1557] · 30/11/2009

1967 · RESIDÊNCIA ABDALA ABRÃO E RITA GONÇALVES ABRÃO ·

1967 · Goiânia / GO · Residência Abdala Abrão e Rita Gonçalves Abrão

No ano de 1953 David Libeskind se estabelece na cidade de São Paulo/SP, onde entra em contato com vários personagens da arquitetura nacional, como Luis Saia (1911-1975), Vilanova Artigas (1915-1985) e Rino Levi (1901-1965). Associado ao IAB-SP, intensifica a convivência com grandes nomes do cenário cultural brasileiro. Na capital paulista o contexto arquitetônico é pujante e a influência por parte de outras experiências nacionais e internacionais sobre o arquiteto é nítida; o contato com a linguagem do Modernismo passa a ser muito mais próximo. Obras de Richard Neutra (1892-1970) merecem edição brasileira em 1950 (Wilheim, 1950), as Case Study Houses estavam em franca produção, Rino Levi e Oswaldo Bratke (1908-1997) possuíam acervo de obras consolidadas no cenário do período.

Já em 1955, aos 26 anos, por meio de um concurso fechado em uma iniciativa do empreendedor argentino José Tjurs (1901-1977), seu projeto é escolhido para a edificação do Conjunto Nacional situado na Avenida Paulista (Pini, 2000:67). O terreno era então ocupado pela Vila Horácio Sabino, edificação *art nouveau* considerada uma das obras mais importantes de Victor Dubugras (1868-1933) (Homem, 1996:200), demolida para dar lugar ao recente empreendimento.

Ainda 1955, Libeskind é convidado para ocupar o cargo de diretor do Departamento Artístico do IAB-SP, tendo como principal realização a primeira exposição individual do artista Alberto Veiga Guignard, fluminense radicado em Minas. Também nesse ano projeta sua segunda obra em Goiânia, a residência de Haji Ascar (in: Silva Neto, 2010:61) – hoje totalmente descaracterizada – que precede uma ótima safra com mais de quinze projetos residenciais edificados nos próximos cinco anos. Já a sua última obra na capital goiana, casa projetada para Abdala Abrão em 1966, sucederá um período de intensa produção de projetos para habitação coletiva e institucionais, em uma fase de maturidade e produção consolidada. Entre os anos de 1960 e 1970, intensifica também seus trabalhos artísticos como pintor.

[1558] · 30/11/2009 ▲ ▲
Detalhe acesso.

[1559] · 13/09/2019 ▲ ▲
Jardim frontal.

[1560] · 11/10/2021 ▼
Fachada frontal.



O casal Abdala Abrão e Rita Gonçalves Abrão (1924-2021) foram destacados membros da sociedade goiana. Ele, junto com o irmão Pedro Abrão, fundou a Sociedade de Armazéns Gerais de Goiás, início de uma série de negócios que se expandiriam também para o mercado imobiliário. Foram amigos do empresário Ignacy Goldfeld – fundador da primeira concessionária de Goiás, GOVESA – que comprou de Haji Ascar a casa ainda em obras e a finalizou. Lá Goldfeld promovia com regularidade um carteadado na sacada externa, o que encantou Abdala Abrão e o fez contratar Libeskind, em 1966, para projetar sua casa em terreno contíguo ao do amigo.

Concluída em 1967 (Brasil, 2004:82), seus cômodos estão todos voltados para o interior do lote, não possuindo nenhuma abertura voltada para a rua. Isso não quer dizer que o arquiteto nega o espaço público. Ao contrário, ele o valoriza, porém de maneira diferente em dois momentos. No primeiro, Libeskind renuncia a uma parte do seu terreno, oferecendo à via pública uma área verde, com mudança de relação entre espaço aberto e edificado. Ao distanciar o muro do passeio, são criadas transições mais suaves entre as escalas do pedestre, muro e casa. Em um segundo momento, a escolha dos fechamentos oferece uma abertura visual para quem passa. As delgadas grades permitem a visualização do jardim que precede o acesso à casa. Os usuários permanecem resguardados enquanto os passantes podem contemplar não mais um muro ríspido, mas um jardim bem cuidado.

Diferente da residência de José Félix [1490:1083], onde os planos verticais sustentavam a cobertura, os planos conformados pelas paredes revestidas de pedra e azulejos são as estruturas visuais do pavimento superior. A cobertura de laje contorna em balanço todo o perímetro da obra, avançando sobre os volumes cheios, criando zonas de sombra e o arremate da composição. Atualmente a casa encontra-se pouco alterada. Foi sede do Iphan até 2020, mas ainda é propriedade dos donos originais. Quartos se transformaram em gabinetes, cozinha em depósito, e a ampla sala de recepção em uma ampla sala com estações de trabalho. Houve apenas alterações de mobiliário, completamente reversíveis e que não interferem na concepção do autor.

[1561] · 13/09/2019 ◀
Átrio central.

[1562] · 30/11/2009 ◀
Antiga sala de estar.

[1563] · 13/09/2019 ▶
Detalhe fachada frontal



Dados

Obra: Res. Abdala Abrão e Rita Gonçalves

Ano Construção: 1967

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Abdala Abrão (proprietário)

Rita Gonçalves (proprietária)

David Libeskind (arquiteto)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Rua 84, 60, St. Sul

Coordenadas: 16°40'59.4"S 49°15'18.9"W

Altitude: 781 m

Altura: 5,70 m

Pavimentos: Térreo + Superior

Área Terreno: 2.222 m²

Área Ocupada: 756 m²

Área Construída: 1.000 m²

Fontes

BRASIL, Luciana Tombi. **A obra de David Libeskind: ensaio sobre as residências unifamiliares.** São Paulo, 2004. Dissertação-FAU, USP.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O palacete paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira: 1867-1918.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WILHEIM, Jorge (Org.). **Neutra residences.** São Paulo: Museu de Arte, 1950.

PINI, Sandra Maria Alaga. **Arquitetura comercial e contexto, um estudo de caso: O Conjunto Nacional.** São Paulo, 2000. Dissertação-FAU, USP.

SILVA NETO, Eurípedes Afonso da. **Goiânia Casa Moderna: 1950, 1960, 1970.** Brasília, 2010. Dissertação, FAU-UnB.

SILVA NETO, Eurípedes Afonso da. **Em Goiânia: 3 casas de Libeskind.** In: VI Encontro Enanparq, p.801-821, Anais, Brasília: FAU-UnB, 2021.

STINCO, Claudia Virginia. **David Libeskind e o Conjunto Nacional.** São Paulo, 2005. Dissertação-FAU, Mackenzie.

[1564] · 13/09/2019
Detalhe esquadria. ◀

[1565] · 13/09/2019
Pilotis e piscina. ◀

[1566] · 13/09/2019
Jardim e piscina. ▶

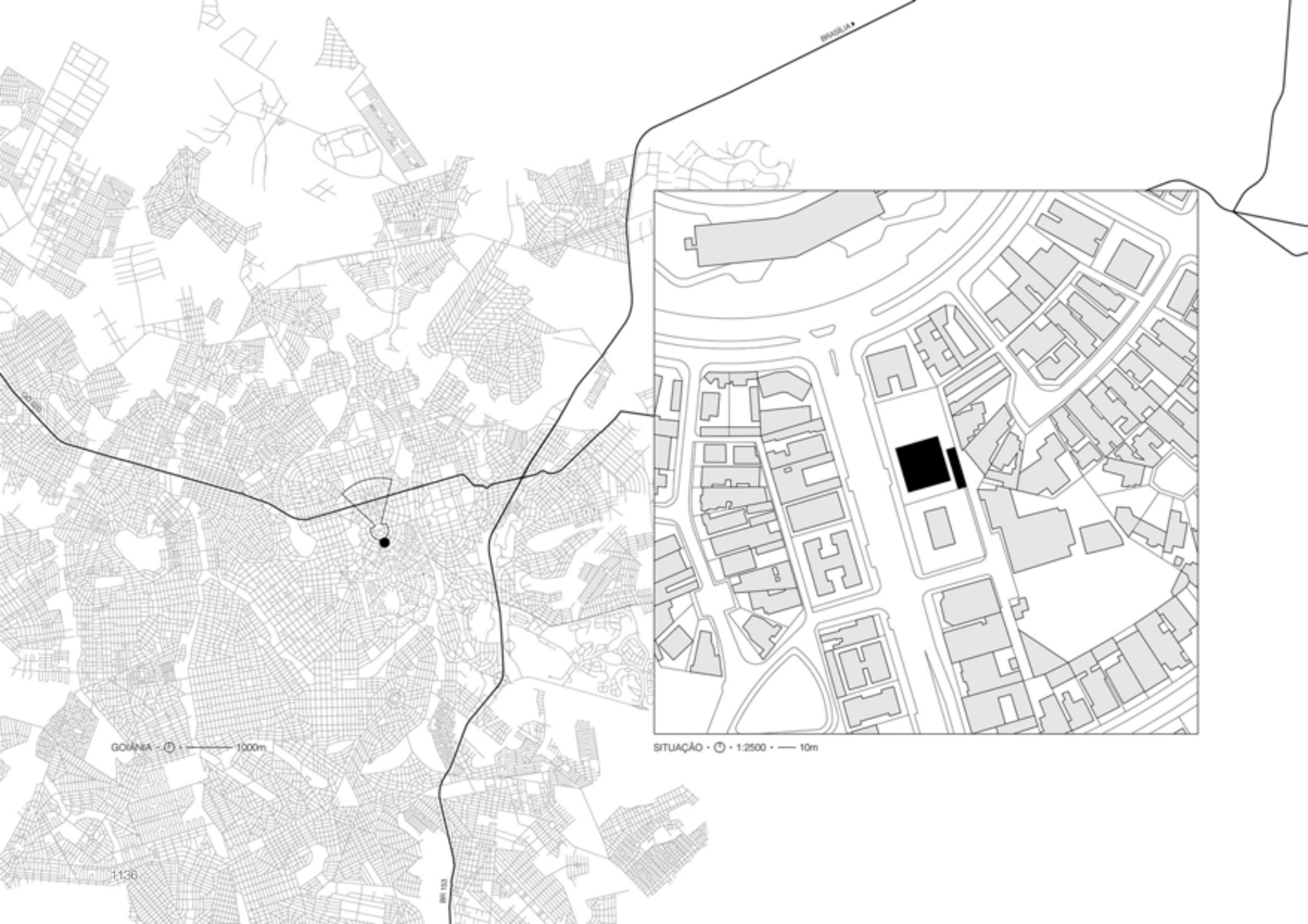
Desenhos p. 1136
[1567] [1568]

Desenho p.1137
[1569]

Desenho p.1138
[1570]

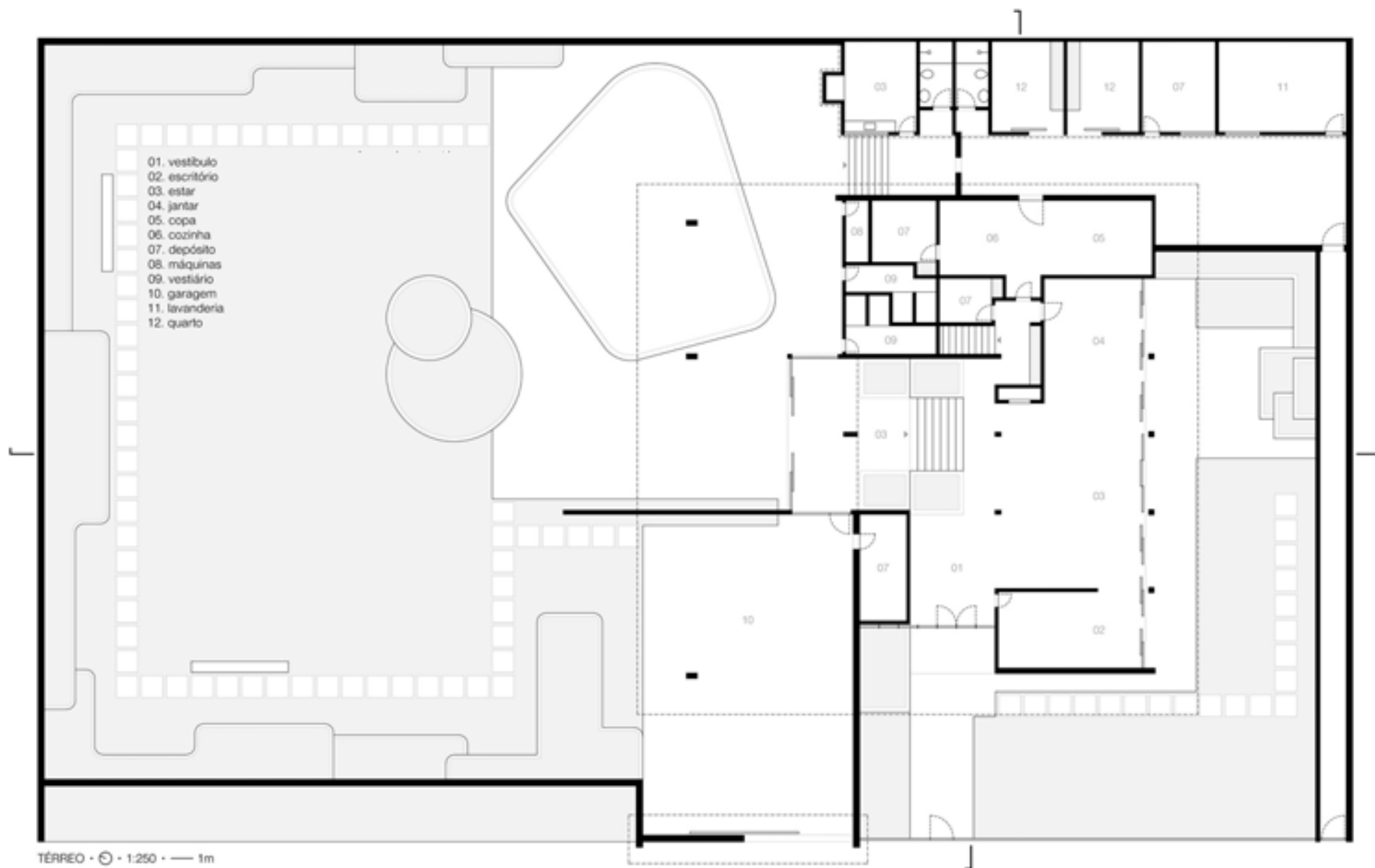
Desenhos p. 1139
[1571]
[1572]

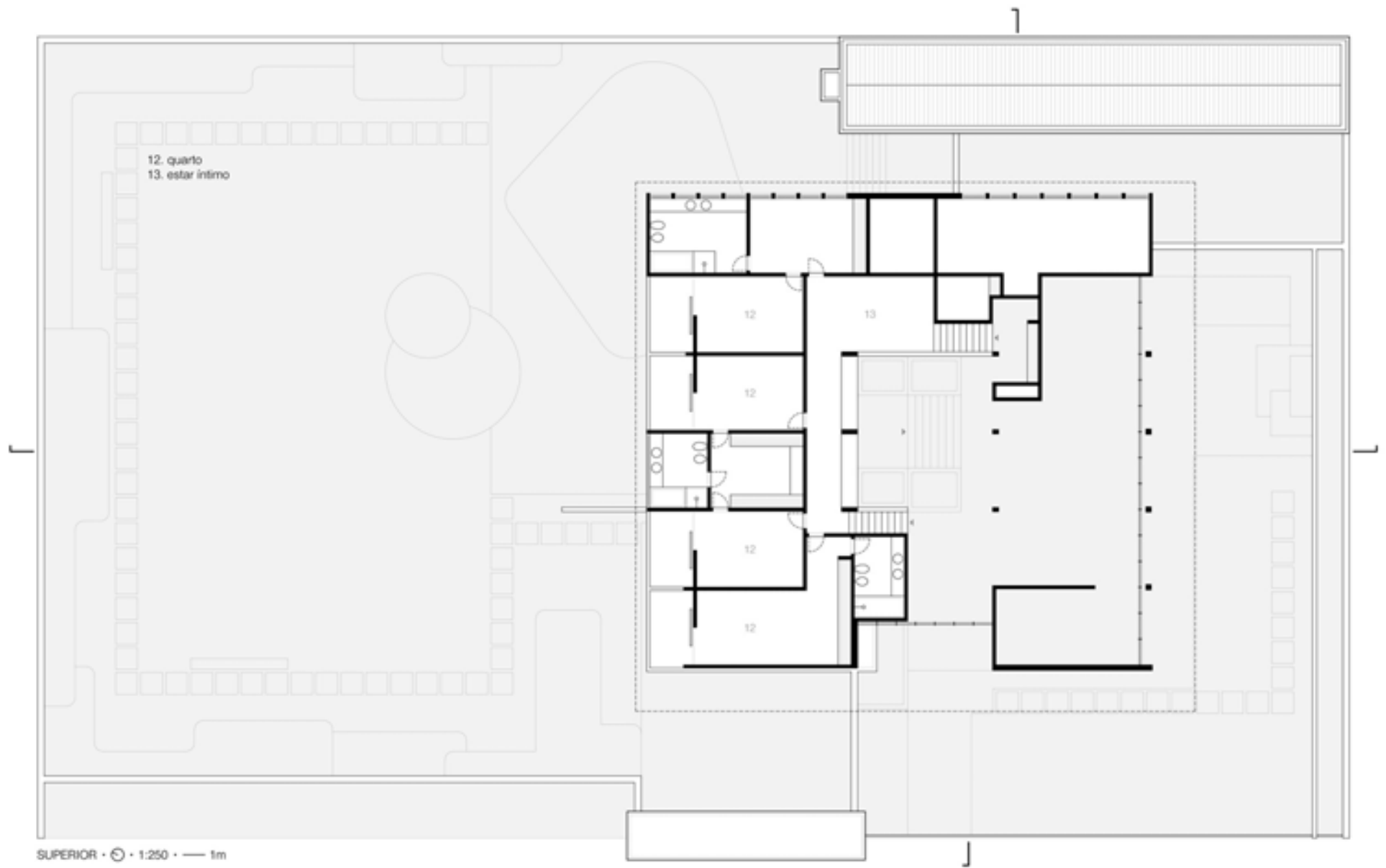


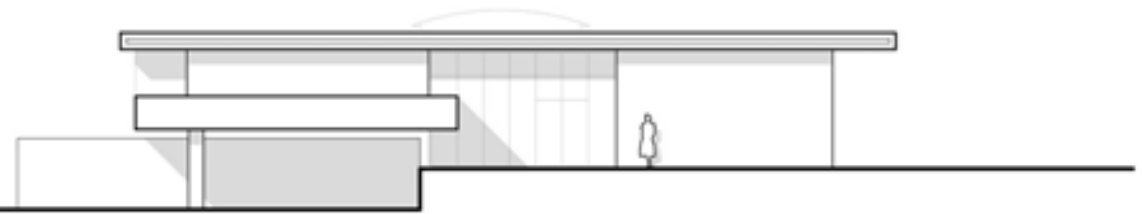


GOIÂNIA - 1000m

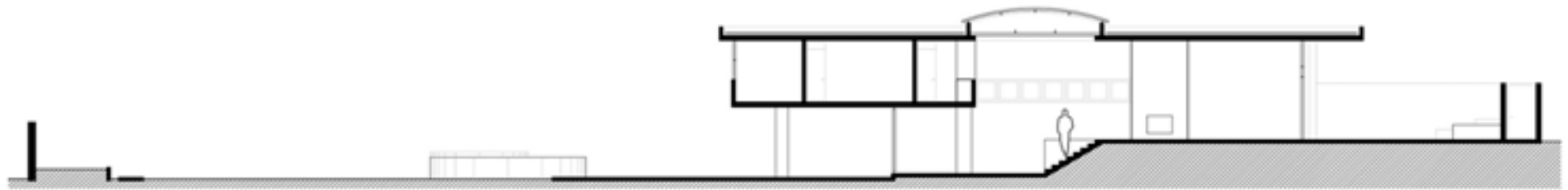
SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m







AVENIDA 84 • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



◀ [1573] · 08/06/2019

1970 · ATELIÊ DO CURSO DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS ·

1970 · Goiânia / GO · Ateliê do curso de Arquitetura da Universidade Católica de Goiás

[1574] · 08/06/2019

Fachada frontal.



[1575] · 08/06/2019

Detalhe esquadria.



[1576] · 08/06/2019

Detalhe estrutura e vedação.

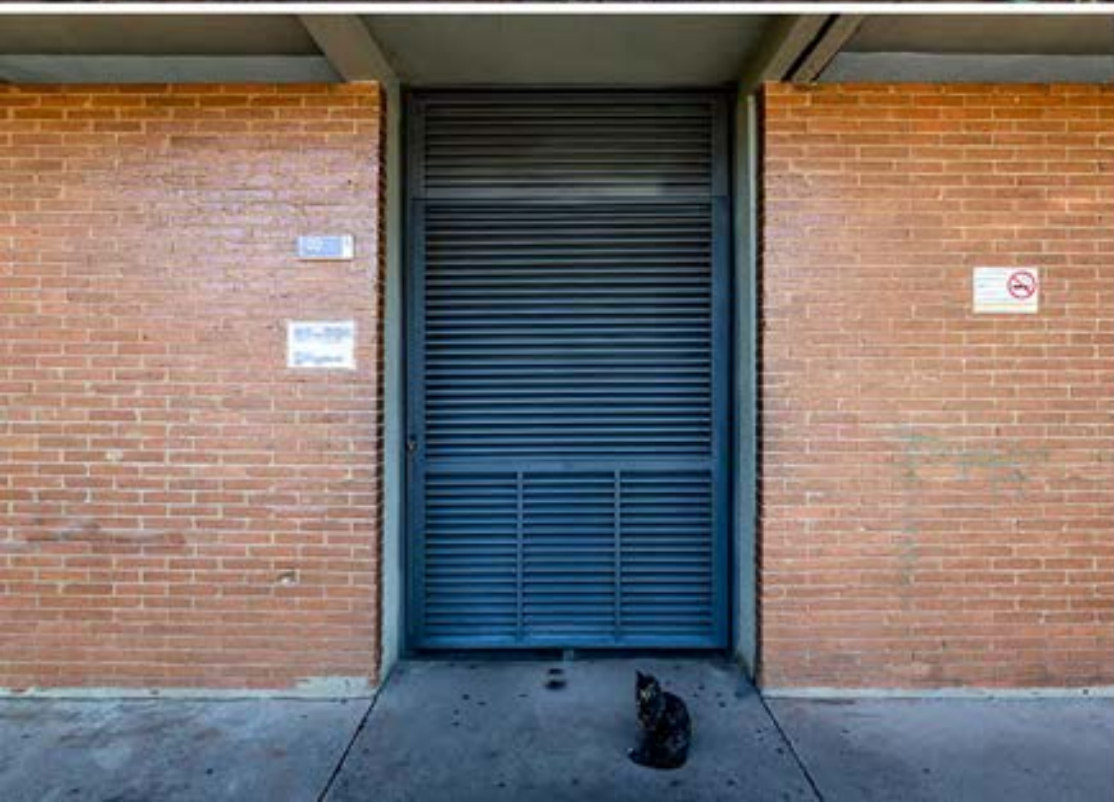


Fundada em 1969, a Escola de Arquitetura e Artes da Universidade Católica de Goiás, primeira do estado, tem origens na Sociedade Pró-Arte de Goiás. Criada em 1945 por José Neddermeyer (1894-1951) e Jorge Félix (1908-1983), esta instituição promovia apresentações, exposições e aulas de desenho ao ar livre (Ferreira, 2004:34). Com a morte de Neddermeyer e problemas financeiros, a Sociedade é desfeita em 1951. Porém legou ideias que promovem a criação da Escola Goiana de Belas Artes. Levada a cabo por Gustav Ritter (1904-1979), Nazareno Confaloni (1917-1977) e Luís Curado (1919-1996) (Goya, 1998:77), que contaram com a colaboração de outros artistas locais e do Arcebispo de Goiás Dom Emanuel Gomes (1874-1955).

Em 1962 há uma dissidência no grupo de professores, dentre eles o pioneiro Ritter, que dão início a outra escola, o Instituto de Belas Artes de Goiás, acampado pela Universidade Federal de Goiás. Paralelamente, a Escola Goiana de Belas Artes segue suas atividades até 1969, quando é incorporada à Universidade Católica de Goiás sob a nova denominação de Escola de Arquitetura e Artes, sendo extinta em 1972, quando se torna exclusivamente curso de arquitetura (Borela, 2010:115).

O novo curso herdou todo o patrimônio físico e também os professores das disciplinas iniciais da Belas Artes. Além dos artistas plásticos, arquitetos também apoiaram a nova iniciativa e se fizeram presentes nos primeiros momentos de instalação das atividades, a saber: Jorge Félix, Elder Rocha Lima (1928-), Eduardo Simões Barbosa (1937-) e Sílvio Oliveira Castro (1937-) (Ferreira, 2004:35).

Este último, responsável pelo projeto do pavilhão que abriga os ateliês, nasceu em Goiânia e formou-se arquiteto pela Universidade de Brasília/DF em 1966 (Braziliense, 1966:8). Como aluno da primeira turma, teve a formação amparada por Oscar Niemeyer (1907-2012), Alfredo Ceschiatti (1918-1989), Edgar Albuquerque Graeff (1921-1990) e João Filgueiras Lima (1932-2014), que proporcionaram sólida formação técnica e artística.



Com o golpe militar de 1964, a Universidade de Brasília sofre sua primeira invasão, que culmina com o afastamento de alguns professores. Por participar de manifestações políticas, Sílvio Castro chega a ser preso em 1965 (Notícias, 1965:11), o que não parece durar muito tempo, pois não atrapalha a conclusão do curso ainda com a primeira turma de formandos. Estagiando com Milton Ramos (1929-2008), que atuava em Brasília desde 1958 (Lima, 2008a:49), completou sua formação técnica com aprofundamento na elaboração de detalhes construtivos. Em Goiânia, além de exercer atividades como professor na nascente escola de arquitetura, participa de concursos de arquitetura, um deles com o colega Antônio Lúcio (1939-), em 1969 (Braziliense, 1969:11). Estabelece escritório próprio em parceria com o arquiteto Hélio Carrijo (1945-), entre 1974 e 1975 (Carrijo, 2021), e atua como projetista da Telegoiás até a aposentadoria, para a qual concebe o Ed. Sede [909:704] e outras instalações.

[1577] · 08/06/2019 ◀
Detalhe vigas.

[1578] · 08/06/2019 ◀
Detalhe junção materiais.

[1579] · 08/06/2019 ▶
Detalhe cobertura.

[1580] · 08/06/2019 ▶
Detalhe ventilação cruzada.

O edifício construído em 1970 (Rabelo, 2019) para abrigar os ateliês e auditório do curso de arquitetura emprega decisões simples e intuitivas, carregadas da influência da formação em Brasília/DF, claramente identificáveis na modulação estrutural, nos detalhes de interações entre materiais e na facilidade construtiva. Todos os ambientes são resolvidos no interior de generoso vão de 58m por 10m, consequência da replicação, a cada 2m, dos módulos de pilar e viga, implantados paralelamente à avenida de acesso.

A vedação externa ocorre ora por esquadrias de ferro – todas de mesma dimensão que fazem papel de portal de acesso e elementos de ventilação e iluminação – ora por tijolos cozidos, aparentes, que não tocam no concreto. Além de permitir a livre expansão e contração de cada material, o pequeno vão entre laje e tijolos estabelece a ventilação cruzada permanente. Em planta, o auditório é o módulo mais próximo ao acesso, única parte que exigiu escavação. A partir dele seguem-se quatro ateliês, limitados por último módulo institucional. Este segue a mesma modulação e materiais do bloco original, mas com cobertura diferente que não altera a ambiência primitiva. O pequeno edifício, de concepção inteligente e engenhosa, marco de uma renovação do ensino superior local, é, por si só, uma aula de arquitetura e construção.



Dados

Obra: Ateliê do curso de Arquitetura da UCG

Ano Construção: 1970

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Sílvio Oliveira Castro (arquiteto)

Cidade: Goiânia / GO

End.: 1ª Avenida, SN, St. Leste Universitário

Coordenadas: 16°40'43.7"S 49°14'40.9"W

Altitude: 783 m

Altura: 3,60 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 21.690 m²

Área Ocupada: 917 m²

Área Construída: 917 m²

Fontes

BORELA, Marcela Aguiar. **Experiência Moderna nas Artes Plásticas em Goiás: fronteira, identidade, história (1942-1962)**. Goiânia, 2010. Dissertação-História, UFG.

BRAZILIENSE, Correio. **Arquitetos da UnB tem diplomação sem festa**. Brasília, 10 de dezembro de 1966, n. 1998, p.8.

BRAZILIENSE, Correio. **Notícias Goianas**. Brasília, 8 de fevereiro de 1969, n.2806, p.11.

CARRIJO, Hélio Fausto. **Entrevista com o Sr. Hélio Fausto Carrijo, arquiteto e professor do curso de arquitetura da PUC/GO**. Brasília/DF, 01 de abril de 2021.

FERREIRA, Bráulio Vinícius. **O ensino do Desenho Técnico no Curso de Arquitetura e Urbanismo: limites e possibilidades**. Goiânia, 2004. Dissertação-Educação, UCG.

FUENTES, Maribel del Carmen Aliaga. **Os primeiros mestrandos da FAU-UnB: de um passado que não se construiu**. Brasília, 2017. Tese-FAU, UnB.

GOYA, Edna de Jesus. **A arte da gravura em Goiás: raízes e evolução**. São Paulo, 1998. Dissert.-FAV, USP.

LIMA, Carlos Henrique Magalhães de. **Modernidades brasileiras: a obra de Milton Ramos**. Brasília, 2008a. Dissertação-FAU, UnB.

NOTÍCIAS, Diário de. **Presos**. Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1965, n.13167, p.11.

RABELO, Fernando Carlos. **Entrevista com o Sr. Fernando Carlos Rabelo, arquiteto**. Goiânia/GO, 10 de novembro de 2019. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

[1581] · 08/06/2019
Detalhe bloco de apoio. ◀

[1582] · 08/06/2019
Ateliê. ◀

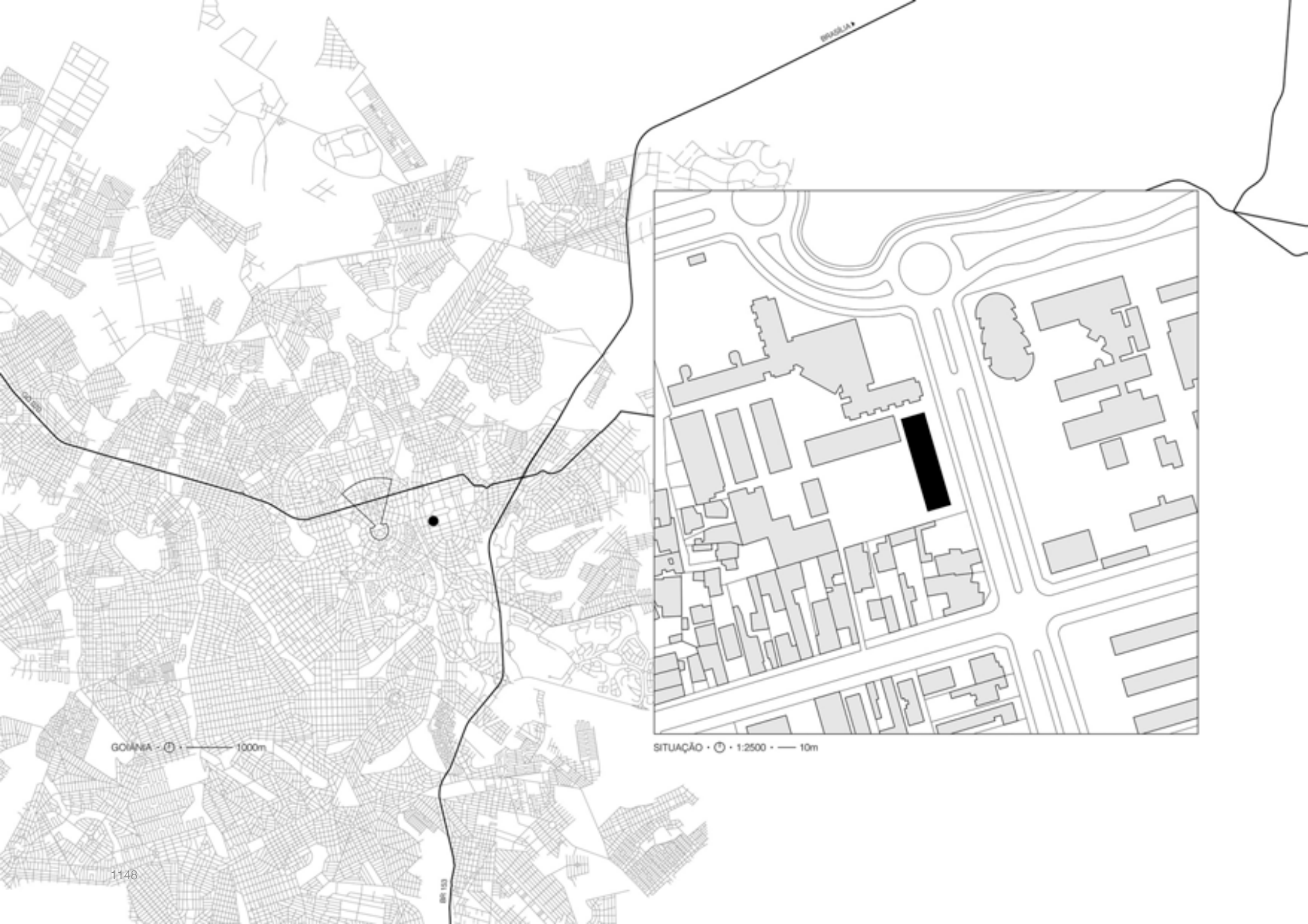
[1583] · 08/06/2019
Fachada posterior. ▶

[1584] · 08/06/2019
Auditório. ▶

Desenhos p. 1148
[1585] [1586]

Desenhos p. 1149
[1587]
[1588]
[1589]

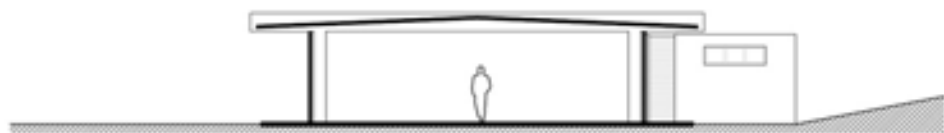




BRISOLA

GOIÂNIA - 1000m

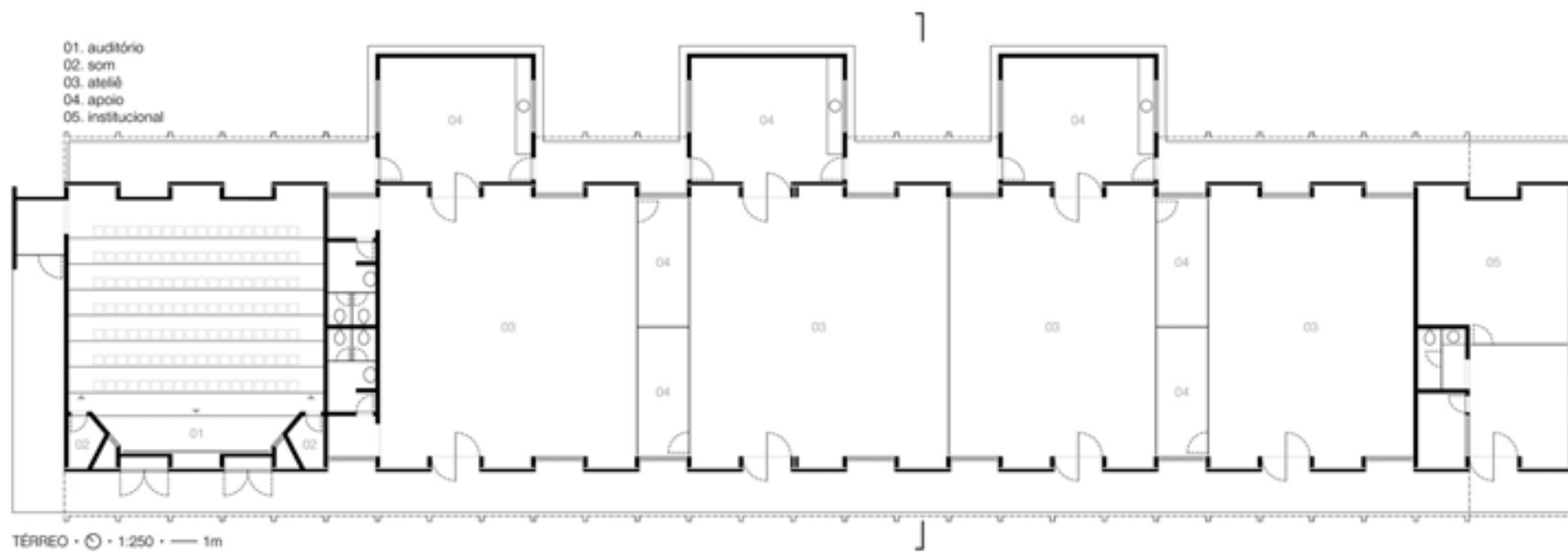
SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m



CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • — 1m



SUDOESTE • 1:250 • — 1m





◀ [1590] · 13/10/2021

1971 · COLÉGIO ESTADUAL PRÉ-UNIVERSITÁRIO ·

1971 · Goiânia / GO · Colégio Estadual Pré-Universitário

[1591] · 13/10/2021

Concha acústica.



[1592] · 13/10/2021

Detalhe estrutura.



O arquiteto Antônio Lúcio nasce em 1939, em Ponte Nova/MG, cidade situada na zona da mata mineira, com pouco mais de 70.000 habitantes atualmente. Lá conclui o ensino fundamental e o ginásio. Nesse período, seu objetivo é se dedicar a pintura; já desenhava e fazia pequenas maquetes, tinha grande afeição pela precisão das montagens em miniatura. Buscando a formação acadêmica e tentando conciliar arte e técnica, muda-se para a capital mineira em 1959.

Na faculdade, dominada pelo pensamento da escola paulista, se diz influenciado por Vilanova Artigas (1915-1985), que visitou a escola algumas vezes; Paulo Mendes da Rocha (1928-2021), Carlos Milan (1927-1964) e Rino Levi (1901-1965) são citados como alguns dos arquitetos nacionais também admirados no curso de Minas Gerais. No campo internacional nutria admiração por Richard Neutra (1892-1970). Via a limpeza formal e acreditava que a maneira como Neutra detalhava o programa de necessidades junto aos clientes era algo essencial para a arquitetura de qualidade.

Durante o período universitário, ressalta o valor de professores como Sylvio de Vasconcellos (1916-1979), porém cita que a atividade cultural e a busca por novas ideias surgiam com mais ênfase por parte dos alunos. Compartilhou ideias com colegas como William Abdalla (1940-), José Carlos Laender Castro (1938-), Marcio Pinto de Barros, Marcus Meyer (1937-), dentre outros (Pinheiro, 2008).

Gradua-se arquiteto em 1963. Como ele mesmo afirma, sai da faculdade em dezembro e em janeiro já está na prancheta a trabalhar, local em que permanece até os dias atuais. Após o término do curso, volta para Ponte Nova/MG, abrindo escritório próprio e desenvolvendo alguns projetos. Assim permanece até o início de 1965. Muda-se para Cuiabá/MT, onde trabalha de 1965 a 1967 desenvolvendo serviços técnicos junto a uma equipe de planejamento que dava subsídios ao governador de Mato Grosso. Após convite do amigo e arquiteto Armando Scartezzini (1937-), chega a Goiânia no final de 1967.



Como profissional de prancheta, o arquiteto desenvolveu duas atividades em paralelo, o emprego em grandes empresas e a atividade autônoma. Entre 1967 e 1974 trabalhou na Suplan, órgão vinculado ao governo do estado que empreendia a construção de edifícios públicos (Fonseca, 2019:158). Deste período nos lega a antiga Prefeitura de Anápolis [951:724] e a sua primeira obra de maior escala, o Colégio Presidente Costa e Silva, em Goiânia. O projeto, iniciado em 1968, nasce de demandas do estado de construir um equipamento educacional de grande porte, até então inexistente.

Para isso foram reservados mais de 15.000m² de terreno, uma quadra inteira. A atual concepção, foi a menos radical de três opções apresentadas; nela o arquiteto conteve os balanços das propostas mais ousadas e distribuiu as salas de aula em três pavilhões que ampliam o número de pavimentos de acordo com a queda topográfica. Na parte mais alta do terreno, ligada ao acesso principal, ficaram o pátio coberto e os ambientes administrativos e comuns.

A escolha dos materiais vai de encontro às experimentações iniciais de Antônio Lúcio. Assim, o concreto armado é escolhido como estrutura, aparente, e tem seu ritmo potencializado pelo contraste com as vedações em tijolo, também aparente. Nessa obra são inseridas outras novidades no cenário local, como o pré-moldado, utilizado em troncos de pirâmides agenciados em grande painel de cobogó, amarrado à estrutura do bloco social. Há também o painel com colaboração da artista Ana Maria Pacheco (1943-) na parte inferior do edifício. A escultura, que seria feita com encaixes, foi fundida enquanto o arquiteto viajava e não ficou de acordo com o projeto; sugeriram sua demolição, mas o governador proibiu a ação (Pinheiro, 2021).

O colégio se mostrou um importante exemplar na arquitetura goiana, tanto pelas inovações formais quanto pela escala. A plasticidade do concreto, empregado tanto nas esculturas quanto na concha acústica, sinalizava a inventividade do arquiteto que, mesmo podado em soluções mais audaciosas, conseguiu se expressar com qualidade em um novo momento da arquitetura local

[1593] · 13/10/2021 ◀
Esquadrias salas de aula.

[1594] · 13/10/2021 ◀
Esquadrias circulação.

[1595] · 13/10/2021 ▶
Painel de Ana Maria Pacheco.

[1596] · 13/10/2021 ▶
Circulação interna.



Dados

Obra: Colégio Estadual Pré-Universitário

Ano Construção: 1971

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro (arquiteto)

Ana Maria Pacheco (painéis)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Rua 240, SN, St. Leste Universitário

Coordenadas: 16°40'47.0"S 49°14'35.0"W

Altitude: 783 m

Altura: 7,00 m

Pavimentos: Inferior + Térreo + Superior

Área Terreno: 15.940 m²

Área Ocupada: 3.710 m²

Área Construída: 5.640 m²

Fontes

FONSECA, Ronaldo da Paixão. **Caminhos de uma Arquitetura: obra e trajetória de Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro.** Goiânia, 2019. Dissertação-FAV, UFG.

PINHEIRO, Antônio Lúcio Ferrari. **Entrevista com o Sr. Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro, arquiteto e professor do curso de arquitetura da PUC/GO.** Goiânia/GO, 09 de agosto de 2008. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

PINHEIRO, Antônio Lúcio Ferrari. **Dados pessoais formação profissional.** Prancha de apresentação. Arquivo pessoal do arquiteto. Goiânia, 1984a.

PINHEIRO, Antônio Lúcio Ferrari. **Edifício de Apartamentos, Goiânia, GO, 1977.** Prancha de apresentação. Arquivo pessoal do arquiteto. Goiânia, 1984b.

PINHEIRO, Antônio Lúcio Ferrari. **Entrevista concedida a Maria de Fátima Gomes.** Goiânia, 27 out. 1986. In: GOMES, Maria de Fátima. Metodologia de Projeto. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura IX da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1986. NDD-UCG, Trabalho 116, Caixa Arquivo 15.

PINHEIRO, Antônio Lúcio Ferrari. **Entrevista com o Sr. Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro, arquiteto e professor do curso de arquitetura da PUC/GO.** Brasília/DF, 13 de abril de 2021. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

SILVA NETO, Eurípedes Afonso da. **Goiânia Casa Moderna: 1950, 1960, 1970.** Brasília, 2010. Dissertação, FAU-UnB.

[1597] · 13/10/2021
Anfiteatro. ◀

[1598] · 13/10/2021
Vão recreio. ◀

[1599] · 13/10/2021
Sala de aula. ▶

[1600] · 13/10/2021
Vão recreio. ▶

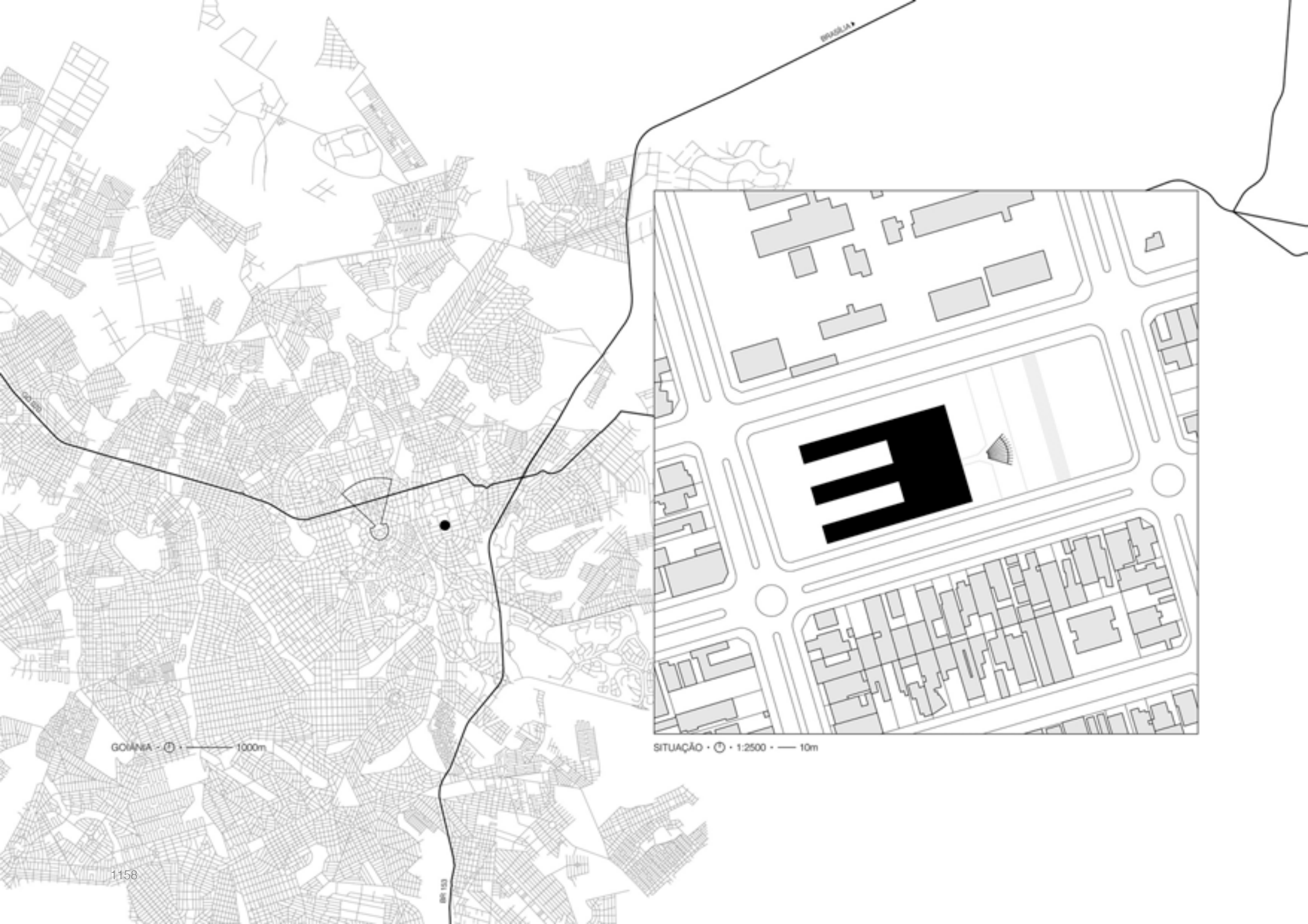
Desenhos p. 1158
[1601] [1602]

Desenho p. 1159
[1603]

Desenhos p. 1160
[1604] [1605]

Desenhos p. 1161
[1606]
[1607]



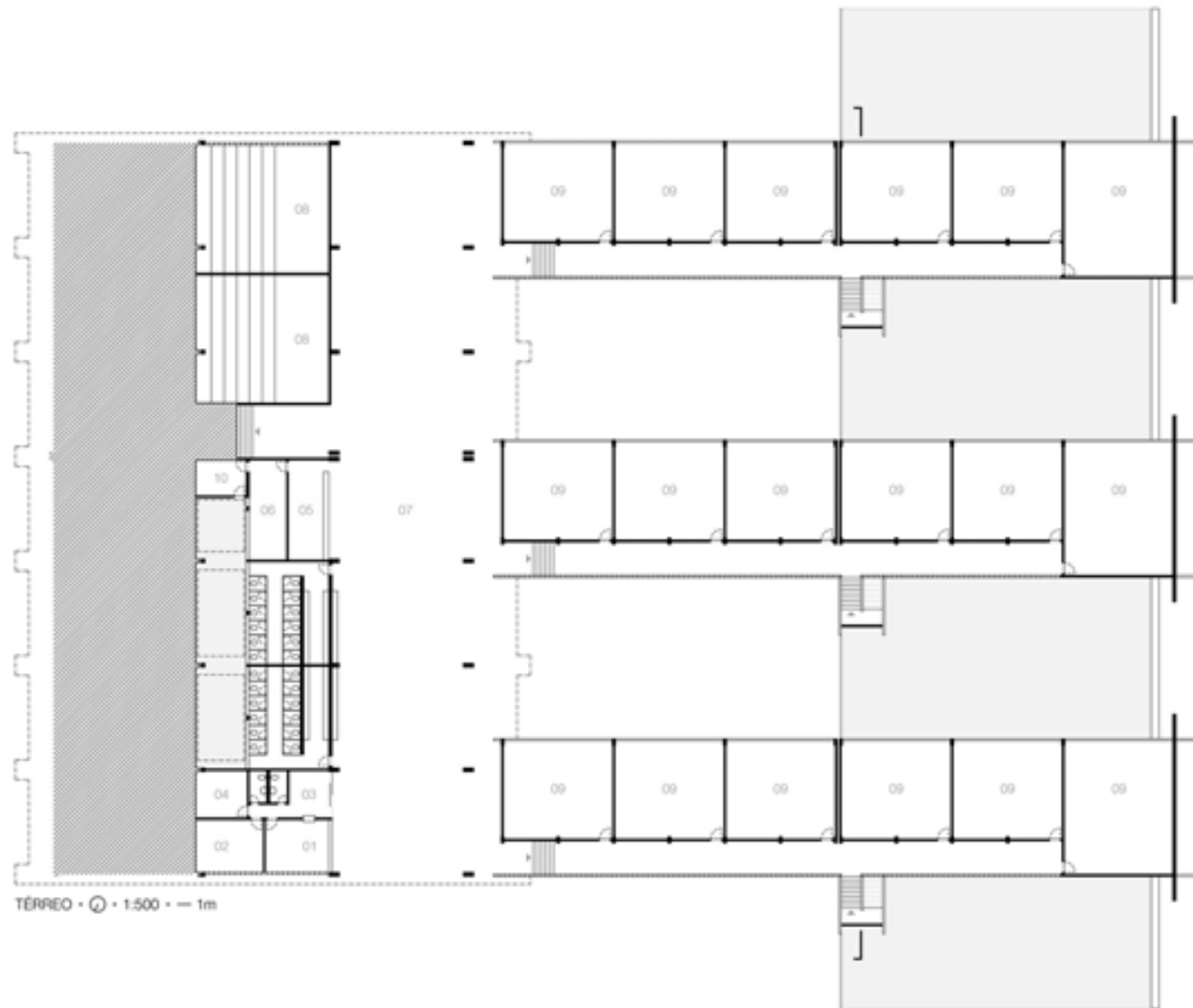


BRASÍLIA

GOIÂNIA - 1000m

SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m

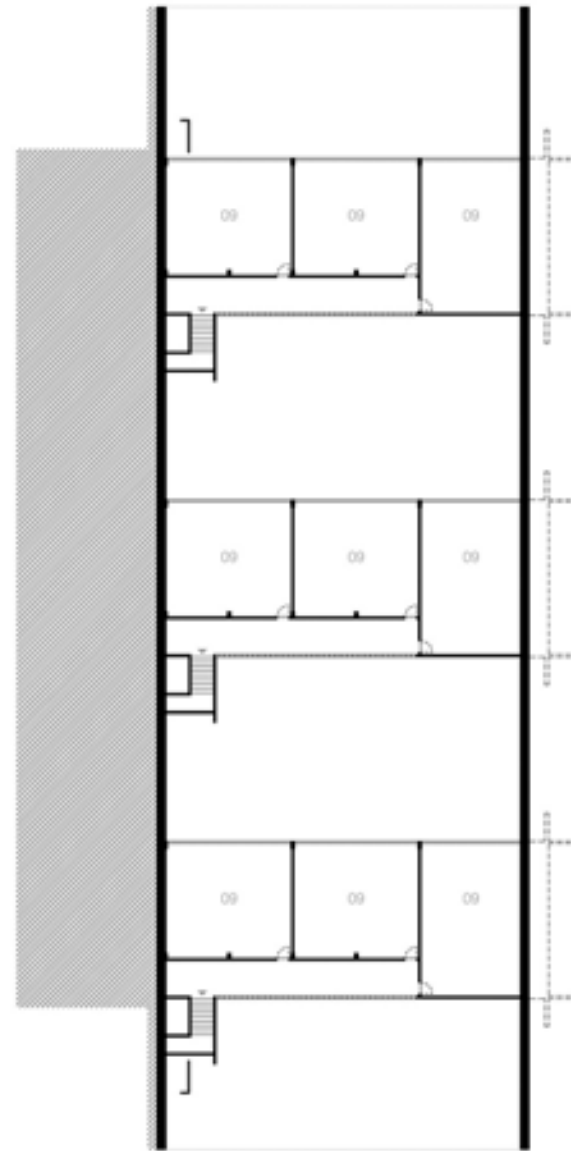
- 01. secretaria
- 02. diretoria
- 03. espera
- 04. arquivo
- 05. cantina
- 06. cozinha
- 07. recreio
- 08. anfiteatro
- 09. aula
- 10. depósito



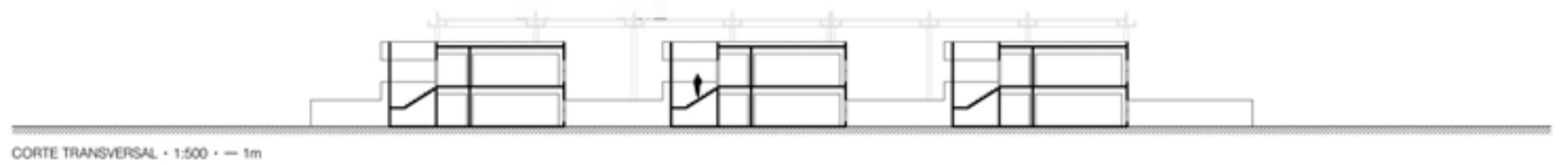
- 08. anfiteatro
- 09. aula
- 10. depósito
- 11. laboratório
- 12. material
- 13. professores
- 14. biblioteca
- 15. enfermaria



SUPERIOR • 1:500 • 1m



INFERIOR • 1:500 • 1m





◀ [1608] · 27/07/2019

1971 · RESIDÊNCIA EDUARDO E HELOÍSA MANZANO ·

1971 · Porto Nacional / TO · Residência Eduardo e Heloísa Manzano

[1609] · 27/07/2019
Detalhe esquadria.



Uma grande mudança aconteceu quando da criação da rodovia Belém/Brasília, na década de 1960, que transferiu o eixo de circulação, na região, para a outra margem do rio Tocantins, impactando de maneira negativa a economia de Porto Nacional (Aquino, 2002:337). Agora, com a inutilização dos caminhos fluviais, essa se via isolada; e é nesse contexto social e econômico que a arquitetura proposta por Zenon Lotufo (1911-1985) vai encontrar seu terreno de atuação por meio de sua filha e seu genro.

[1610] · 27/07/2019
Bloco serviços.



O arquiteto foi ativo agente de disseminação do modernismo brasileiro. Concebeu obras de grande porte como o Paço Municipal de Bauru/SP (1953), Estádio Municipal Annacleto Campanella (1965), Estação Rodoviária de Limeira/SP (1973), além de trabalhar em conjunto com outros arquitetos na Sede do IAB em São Paulo/SP (1946) e no complexo arquitetônico do Parque Ibirapuera (1951). Todos esses, importantes exemplares da arquitetura no Brasil.

A casa em Porto Nacional, finalizada em 1971, se insere já em um momento de maturidade, destituído de buscas gratuitas ou exageros estilísticos. Obra que condensa o aparato técnico e compositivo acumulado em quase quarenta anos de prancheta e ensino de arquitetura. Projetada para o casal de médicos Eduardo Manzano (1938-) e Heloísa Lotufo Manzano (1941-) que, influenciados pelo movimento estudantil voltado à assistência social na década de 1960, formaram uma equipe de cinco profissionais e foram, em 1968, trabalhar no recém construído hospital do estado, a Unidade Mista de Saúde de Porto Nacional (Manzano, 2019). Em paralelo ao trabalho no hospital, do qual logo foram afastados por questões políticas, fundaram uma entidade, a COMSAÚDE, tal qual ONG, que proporcionava serviços de saúde e proteção social. Ao entrar na década de 1970, Porto Nacional estava esvaziada com a construção da nova rodovia, boa parcela da população ativa havia se mudado para cidades como Gurupi e Araguaína. Como não existiam outros centros médicos na região, a nova entidade protagonizou também papel fundamental na retomada da economia local.



A residência dos médicos, totalmente adaptada ao local e aos usuários, se torna elemento fundamental de apoio às atividades do casal. Essa obra nos prova que o profissional responsável, cuidadoso, reflexivo é peça fundamental na transformação do mundo em um lugar melhor. Localizada em uma avenida que contorna os limites do espelho d'água formado pelo represamento do rio Tocantins, apesar de próxima ao perímetro tombado, não está dentro dos limites do centro histórico. Seu entorno é conformado por casas térreas e lotes ainda vazios.

[1611] · 27/07/2019
Varanda pergolada.



[1612] · 27/07/2019
Quintal.



[1613] · 27/07/2019
Circulação interna.



Atualmente a interação da casa com a rua é menos rica do que algum tempo atrás, quando os muros não existiam e a relação do volume se dava proporcionando espaços mais generosos entre os limites públicos e privados. Comportava-se quase como uma sede de fazenda, solta no terreno, entremeada por árvores e emoldurada pelo córrego ao fundo. O muro foi construído após reiterados assaltos, agora minimizados com a nova barreira.

Para conceber o projeto, dois princípios foram norteadores. O primeiro, proteção climática, o segundo, simplicidade construtiva que permitisse uma construção de qualidade apesar da ausência de mão de obra especializada e da distância entre arquiteto e canteiro. Um único mestre de obras construiu a casa, assentou os tijolos que vieram de Gurupi, manipulou o concreto, instalou parte elétrica e hidráulica, montou o telhado e assentou o piso sem contrapiso, apenas socando a terra e sobrepondo as lajotas de barro. Todas as peças de madeira foram detalhadas por Zenon Lotufo, desde portas e janelas até armários e estrutura do telhado. Os desenhos foram lidos e executados por um marceneiro local.

A obra é um exemplo de arquitetura adequada ao meio, permeada por decisões conscientes das necessidades reais dos proprietários. Conformada por uma plástica que nasce dos materiais e do agenciamento espacial, e não em uma imposição no sentido inverso. Adequa-se à realidade financeira do casal e às disponibilidades materiais, ao substrato técnico e outros quesitos que, mesmo parecendo mínimos, foram observados para uma adequada materialização das intenções projetuais.



Dados

Obra: Res. Eduardo e Heloísa Manzano
Ano Construção: 1971
Ano Remodelação: Não houve
Responsáveis:
Zenon Lotufo (arquiteto)
Eduardo Manzano (proprietário)
Heloísa Lotufo Manzano (proprietária)
Waldemar Menegatti (estrutura)
Cidade: Porto Nacional / TO
End.: Av. Padre Luso, 815, Centro
Coordenadas: 10°41'59.3"S 48°24'37.9"W
Altitude: 223 m
Altura: 5,50 m
Pavimentos: Térreo
Área Terreno: 2.000 m²
Área Ocupada: 265 m²
Área Construída: 265 m²

Fontes

ACRÓPOLE. **Estádio Municipal Annacleto Campanella em São Caetano do Sul/SP**. In: Acrópole, n.316, p.26. São Paulo: abril, 1965.

AQUINO, Napoleão Araújo de. **A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins**. In: GIRALDIN, Odair. (Org.). A (trans)formação histórica do Tocantins. Goiânia: Ed.UFG, 2002.

ARQUITETURA BRASILEIRA. **Edifício para Perícias Médicas do I.N.P.S. em São Paulo/SP**. In: Arquitetura Brasileira, n.8, p.43. São Paulo: 1974.

FICHER, Sylvia. **Os Arquitetos da Poli: Ensino e Profissão em São Paulo**. São Paulo: Fapesp: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

GOODWIN, Philip Lippincott. **Brazil Builds: Architecture New and Old 1652-1942**. New York: MoMa, 1943.

IBGE. **Porto nacional. Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2017. Acesso em 12 de julho de 2020.

LOTUFO, Zenon. **A influência dos mestres**. In: Acrópole, n. 132, p.356–357. São Paulo: abril, 1949.

MANZANO, Eduardo. **Entrevista com o Dr. Eduardo, proprietário**. Porto Nacional/TO, 26 de julho de 2019. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

MANZANO FILHO, Eduardo. **A arquitetura de Zenon Lotufo: reflexões e estudo projetual**. Trabalho apresentado na disciplina Trabalho de Graduação Interdisciplinar da FAU-PUC Campinas, 1988.

MODENESE FILHO, Eduardo. **Entre linhas e curvas: teoria e prática na obra de Zenon Lotufo**. São Paulo, 2008. Dissertação, FAU-USP.

[1614] · 27/07/2019
Detalhe cobogó.



[1615] · 27/07/2019
Detalhe esquadria.



[1616] · 27/07/2019
Estar.

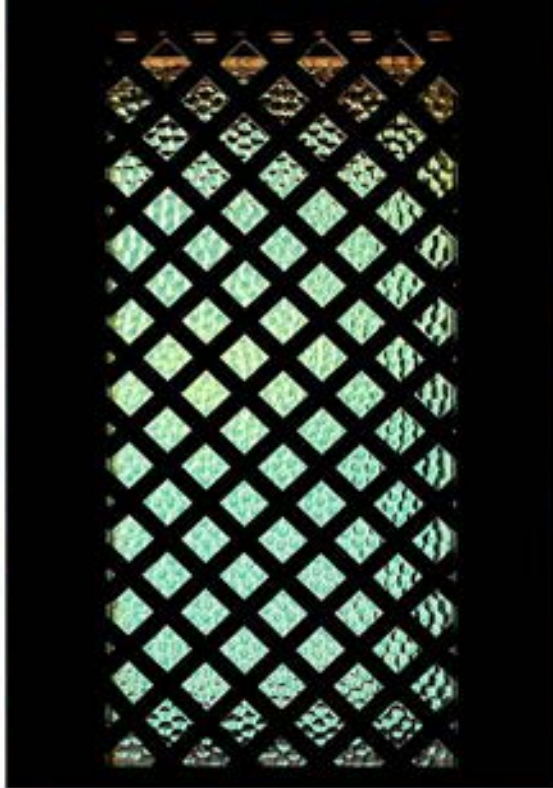


[1617] · 27/07/2019
Circulação interna.



Desenhos p. 1170
[1618] [1619]

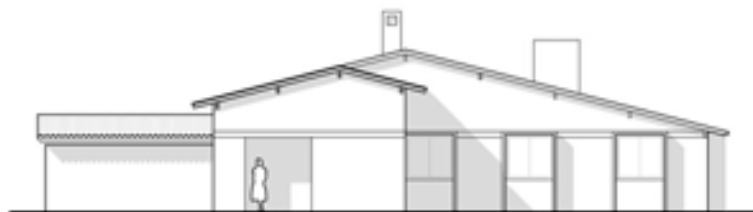
Desenhos p. 1171
[1620] [1621]
[1622]



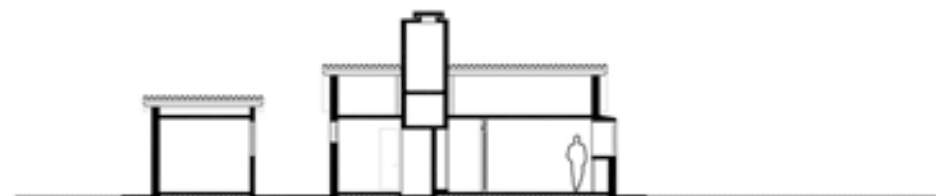


PORTO NACIONAL · ○ · — 100m

SITUAÇÃO · ○ · 1:2500 · — 10m



SUDESTE • 1:250 • — 1m



CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • — 1m





◀ [1623] · 08/12/2017

1973 · SEDE SOCIAL DO JÓQUEI CLUBE DE GOIÁS ·



O Jockey Clube de Goiás foi o primeiro clube recreativo de Goiânia, fundado em 1935, sob a denominação de Automóvel Clube de Goiás. O nome foi alterado para obtenção de verba junto ao governo federal, solicitada por Pedro Ludovico (1891-1979) ao ministro Oswaldo Aranha (1894-1960). Estavam disponíveis recursos apenas para atividades ligadas à criação de cavalos e congêneres e, com essa pequena modificação dos estatutos, foi possível ampliar as piscinas (Rocha, 2003:80).

A sede original era um casarão eclético que passaria por neoclássico não fossem as misturas dos estilos de colunas, telhas de barro e rusticações em algumas paredes; com projeto atribuído à parceria entre Salvador Batalha e José Amaral Neddermeyer (1894-1951) (Godinho, 2015:192). De planta simétrica e usualmente descrito como adequado, espaçoso e bem-quisto pelos usuários. Amaury Menezes (1930-), um dos principais pintores do modernismo local, lamenta a perda de um edifício representativo da vida social e cultural dos primeiros anos da então mais jovem capital do Brasil (Menezes, 2013:254), foi-se mais um pedaço da memória.

Em um terreno com mais de 22.000m², talvez não houvesse espaço suficiente para manter o antigo e resolver o novo. A renovação dos espaços surge a partir de uma necessidade competitiva de modernização, pois em 1969 o Clube Jaó, projeto de Sérgio Bernardes (1919-2002), já estava edificado e fazia sucesso na sociedade local (Metran, 1996:72).

Dessa maneira, surge o nome de Paulo Mendes da Rocha (1928-2021) por meio de Ariel Costa Campos e Raul Naves Filó, que se formaram arquitetos em 1959 e 1960 e foram colegas de Paulo Mendes na Universidade Mackenzie de São Paulo (Rocha, 1998:47). Eles convencem a diretoria do Jockey da contratação, porém outros arquitetos locais, conscientes do arranjo e de olho no grande contrato, exigiram um concurso. Pressionado, o IAB goiano organiza a seleção por carta convite a mais três profissionais, todos com escritório em Goiânia (Lima, 2021).



Ariel Costa Campos ficou com o segundo prêmio, Renan de Oliveira Barros com o terceiro e Silas Rodrigues Varizo (1935-) com o quarto. O júri, composto por Heitor Annes Vignoli, Jon Maitrejean (1929-) e Mauricio Nogueira Batista (1927-?), anunciou o resultado em 1962 (Dedecca, 2012:399). Assim os vencedores Paulo Mendes e João Eduardo de Gennaro (1928-2013) – já reconhecidos pelo sucesso de outros concursos como a Sede da Assembleia de Santa Catarina e o Clube Atlético Paulistano (Flynn; Ribeiro; Sobreira, 2018:10) – vão compartilhar mais uma autoria. A obra inicia sob a tutela do engenheiro Irapuan Costa (1937-), mas é finalizada pela Incorporadora ProValle, em 1973.

[1625] · 08/12/2017
Circulação superior.



[1626] · 08/12/2017
Piscina.



[1627] · 08/12/2017
Detalhe estrutura.



[1628] · 08/12/2017
Acesso piscinas.



O terreno é uma valiosa quadra na área central da cidade, próxima ao Teatro Goiânia [1384:1015] e a outras instituições culturais que movimentavam o centro antigamente. A única relação que o projeto estabelece com a cidade é feita pela portaria, transição entre a rua e o percurso interno por túneis enterrados. Qualquer um que circule no perímetro da ocupação não perceberá que ali se desenvolve um complexo de lazer, tampouco contemplará os aspectos escultóricos de seu interior. A cobertura, com mais de 4.800m² é sustentada por duas vigas que correm paralelas ao sentido longitudinal e descarregam – cada uma – em oito pilares. Para estes a dupla parece ter seguido o conselho de Auguste Perret (1874-1954) de fazer cantar os pontos de apoio e nos revela elegante e inventiva peça geométrica de inegável beleza.

Protegidos de sol e chuva, os ambientes são instalados em planos horizontais habilmente trabalhados em uma série de níveis intermediários conectados por rampas e escadas. Percorrer o edifício se mostra fundamental para compreensão dos espaços que se integram à área externa sem grandes impedimentos. A instituição passou por momentos difíceis ao final dos anos 1980 com o movimento de esvaziamento do centro da cidade, que provocou a saída de sócios e o colapso financeiro ao final dos anos 2000. Foram feitas algumas tentativas para recuperação, como retirar o denso bosque que se integrava ao salão principal para monetizar um novo estacionamento ou o aluguel da área coberta, sem o sucesso necessário. Hoje o edifício está fechado, sem manutenção, relativamente abandonado e se distanciando a cada dia da sua materialidade original.



Dados

Obra: Sede Social do Jôquei Clube de Goiás

Ano Construção: 1973

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Paulo Mendes da Rocha (arquiteto)

João Eduardo de Gennaro (arquiteto)

Siguer Mitsutani (estrutura)

Irapuan Costa (construtor início)

Incorporadora ProValle (construtora fim)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Rua 3, SN, Centro

Coordenadas: 16°40'37.3"S 49°15'47.8"W

Altitude: 762 m

Altura: 10,00 m

Pavimentos: S.Enterrado + Térreo + Superior

Área Terreno: 22.150 m²

Área Ocupada: 6.310 m²

Área Construída: 9.630 m²

Fontes

DEDECCA, Paula Gorestein. **Sociabilidade, crítica e posição.** São Paulo, 2012. Dissertação-FAU, USP.

FLYNN, Maria Helena; RIBEIRO, Paulo Victor Borges; SOBREIRA, Fabiano José Arcadio (Orgs.). **Paulo Mendes da Rocha: sobre concursos e memórias.** Brasília: MGS, 2018.

GODINHO, Iuri Rincon. **A Construção: Cimento, Ciúme e Caos nos Primeiros Anos de Goiânia.** Goiânia: Simplíssimo, 2015.

LIMA, Elder Rocha. **Entrevista com o Sr. Elder Rocha Lima, arquiteto.** Brasília/DF, 01 de março de 2021. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

MENEZES, Amaury. **Entrevista concedida a Carolina Rodrigues Boaventura, 2013.** In: BOAVENTURA, Carolina Rodrigues. Encontro e memória: o centro de Goiânia e o Jôquei Clube, p.253-260. Trabalho apresentado na disciplina Trabalho Final de Graduação da FAU-USP, São Paulo, 2013.

METRAN, Márcia. **Moderno e modernismo.** São Paulo, 1996. Dissertação-FAU, USP.

ROCHA, Hélio. **Sete décadas de Goiânia.** Goiânia: Contato Comunicação, 2003.

ROCHA, Paulo Mendes da. **Entrevista concedida a Christine Ramos Mahler, 1988.** In: MAHLER, Christine Ramos. O Brutalismo: História e evolução na arquitetura brasileira, p.47-59. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura IX da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1988. NDD-UCG, Trabalho 87, Caixa Arquivo11.

[1629] · 08/12/2017
Fachada restaurante. ◀

[1630] · 08/12/2017
Rampa central. ◀

[1631] · 08/12/2017
Acesso restaurante. ▶

[1632] · 08/12/2017
Quadra poliesportiva. ▶

Desenhos p. 1180
[1633] [1634]

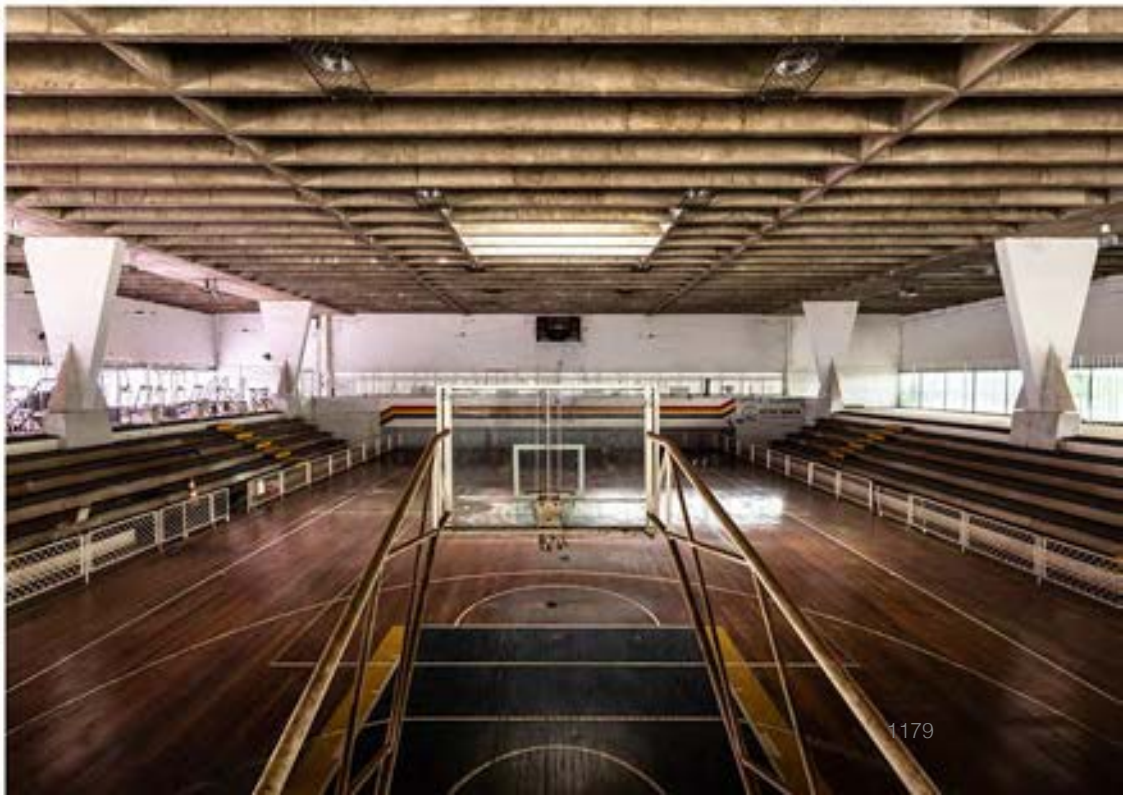
Desenho p. 1181
[1635]

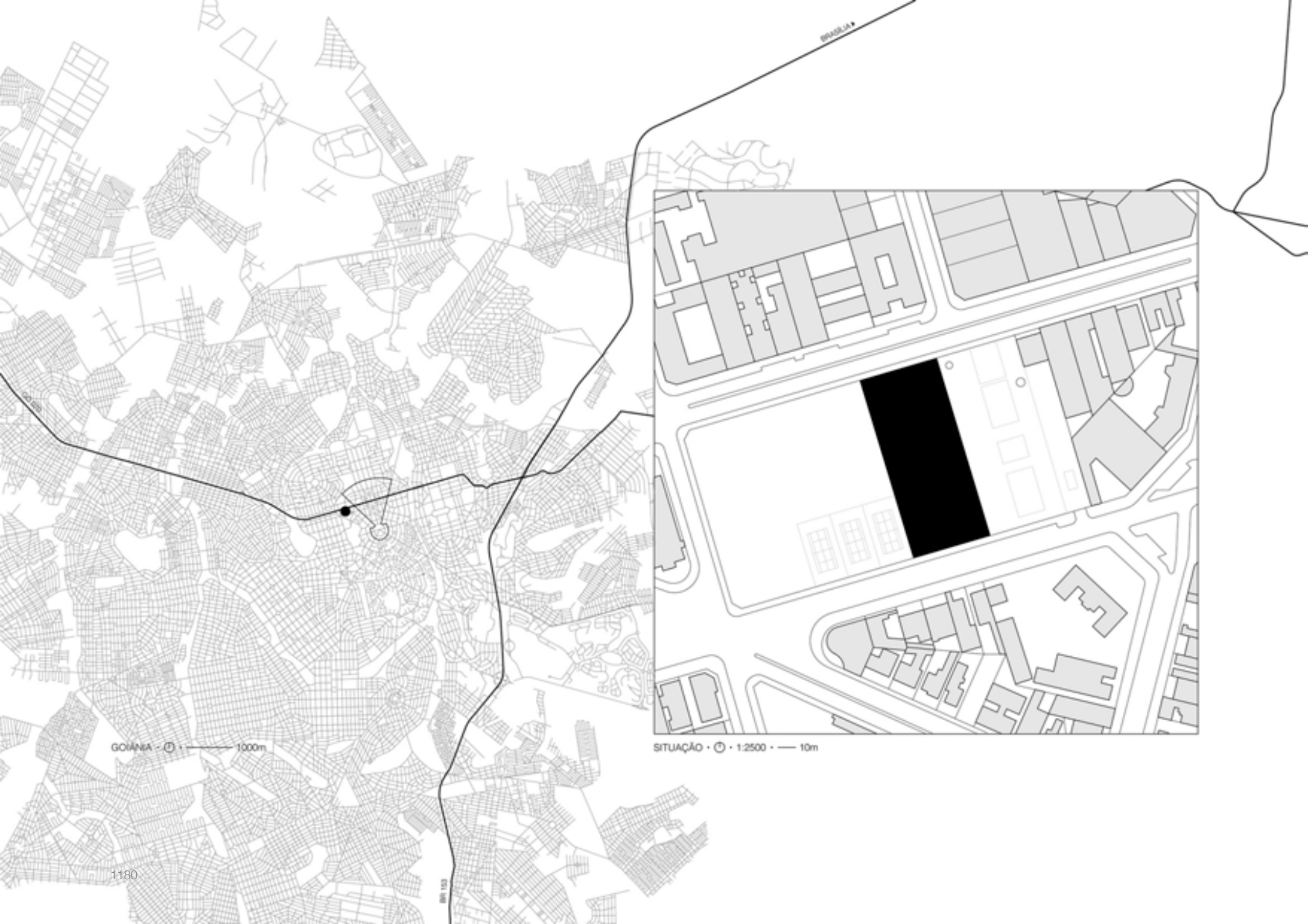
Desenho p. 1182
[1636]

Desenho p. 1183
[1637]

Desenho p. 1184
[1638]

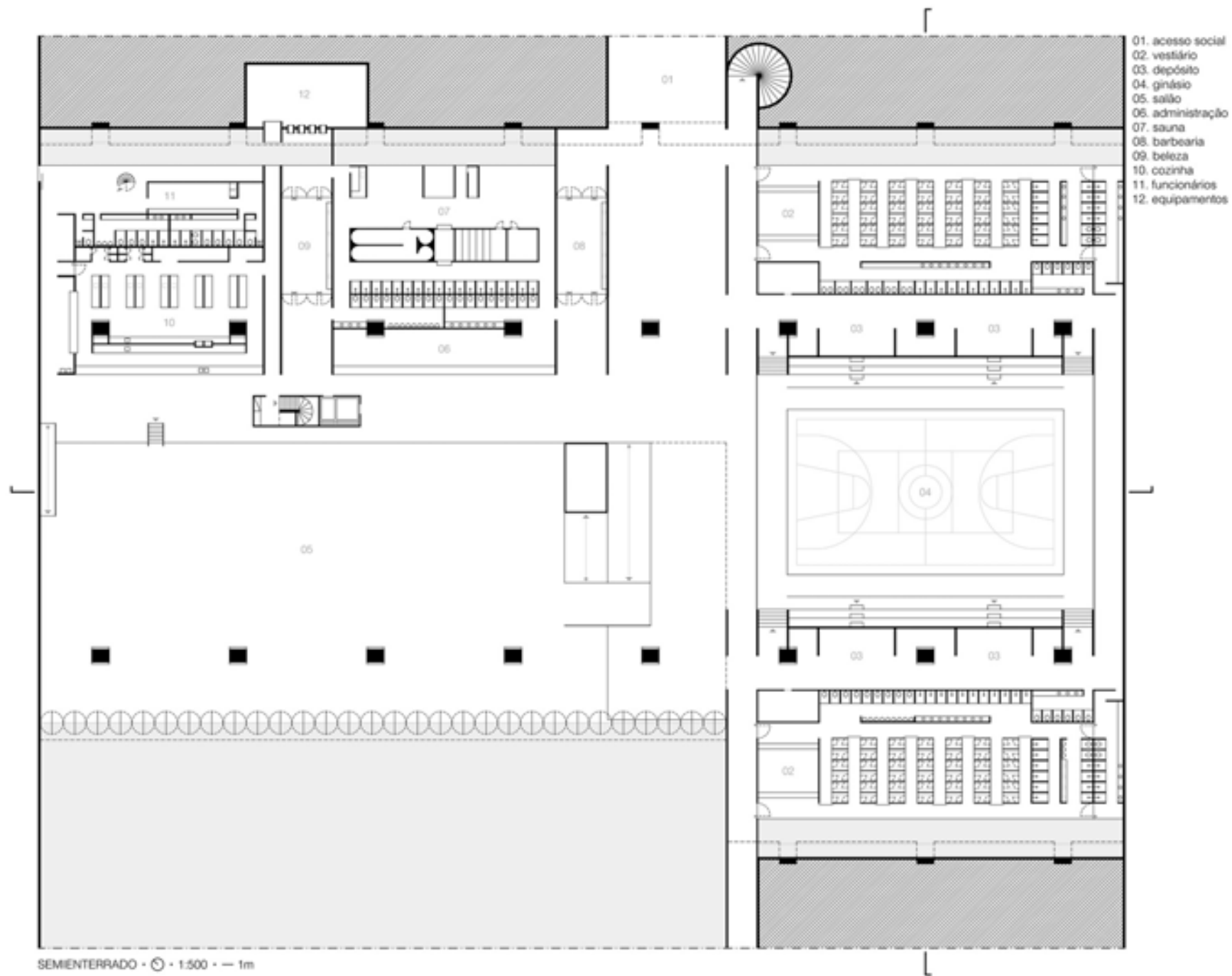
Desenhos p. 1185
[1639]
[1640]

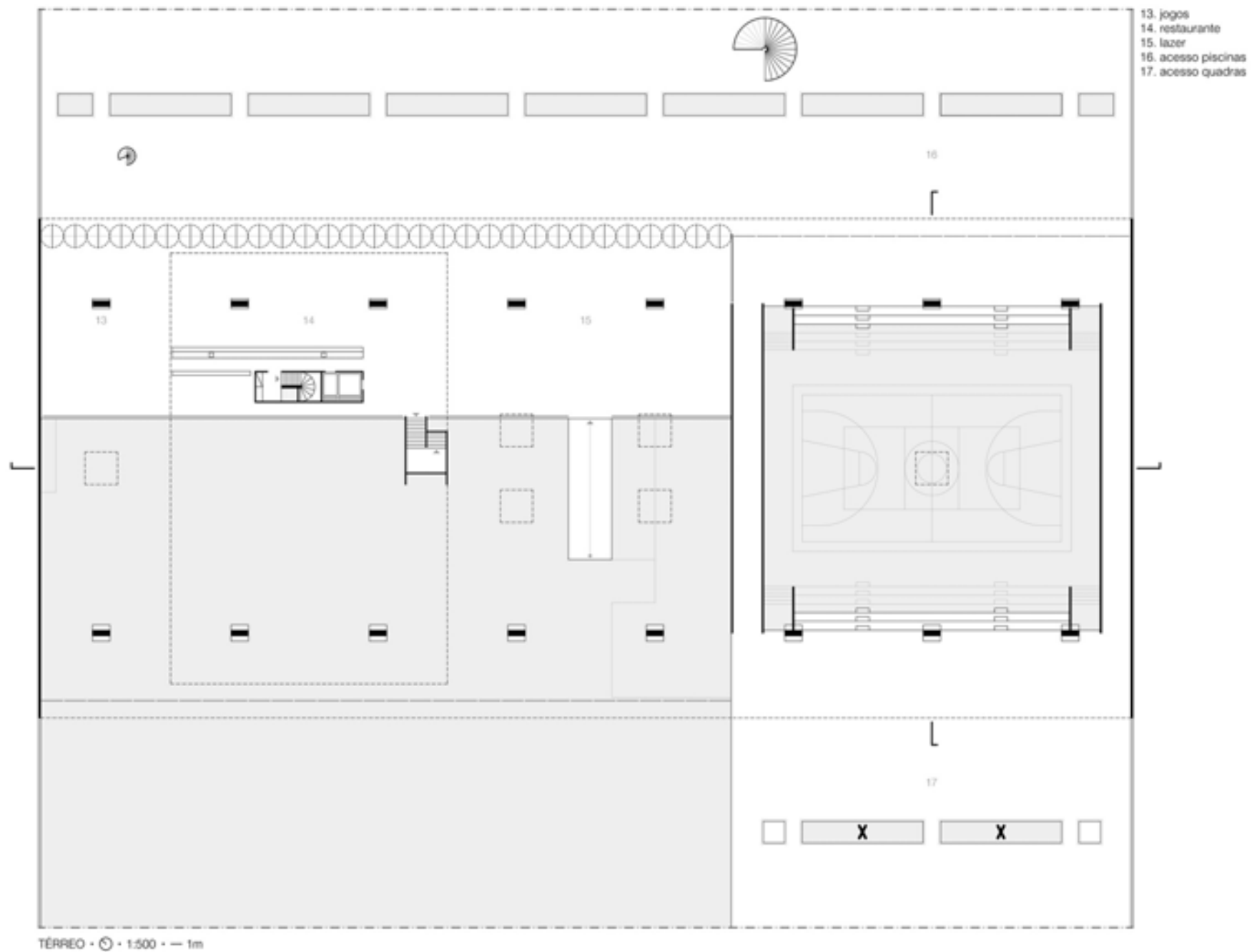


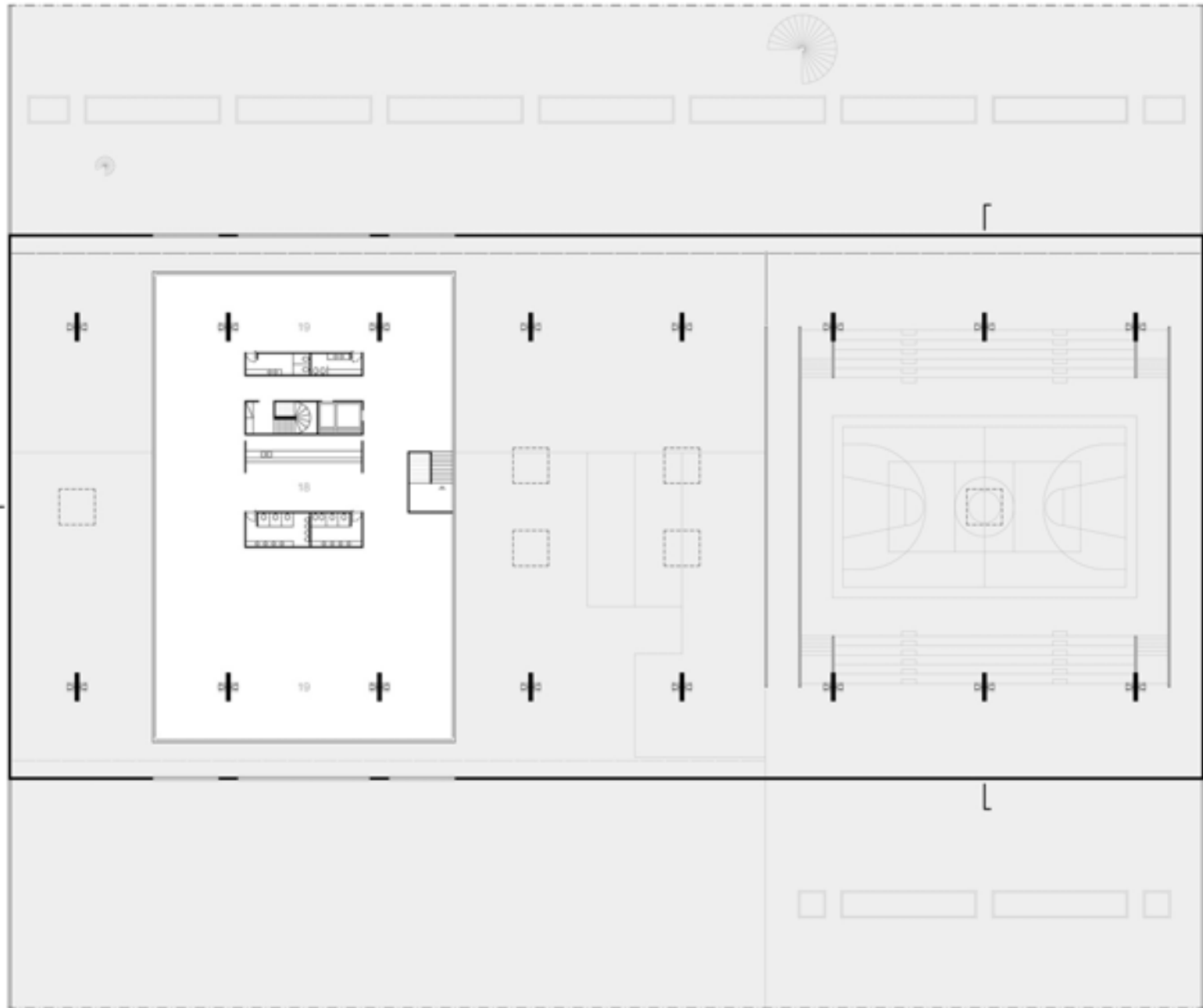


GOIÂNIA - 1000m

SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m

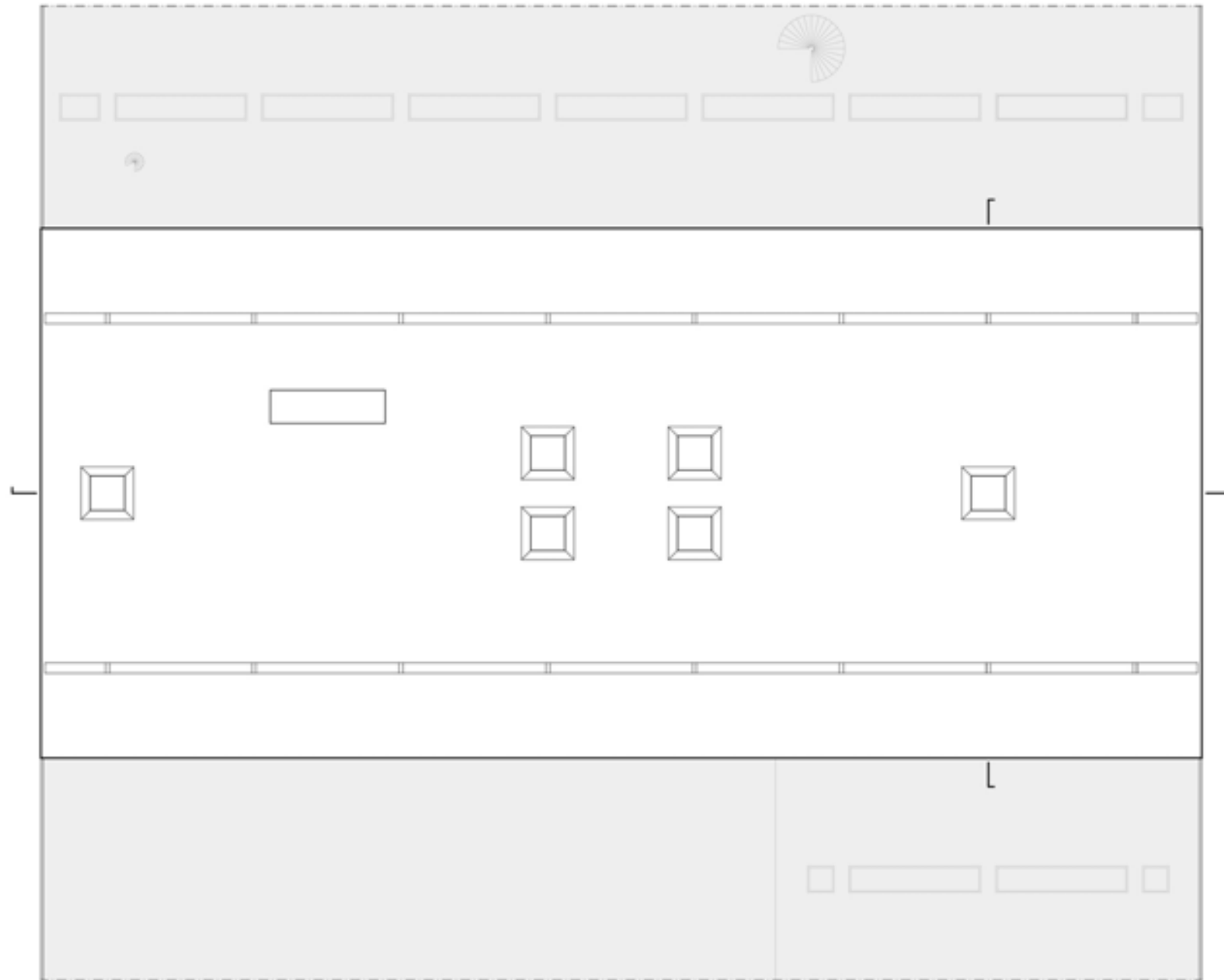




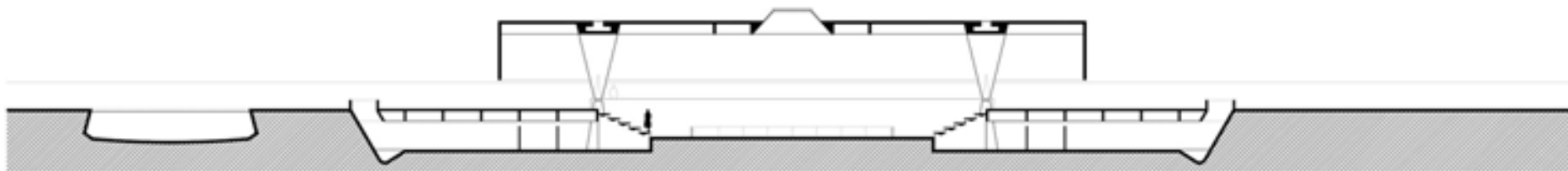


18. bar
19. saito

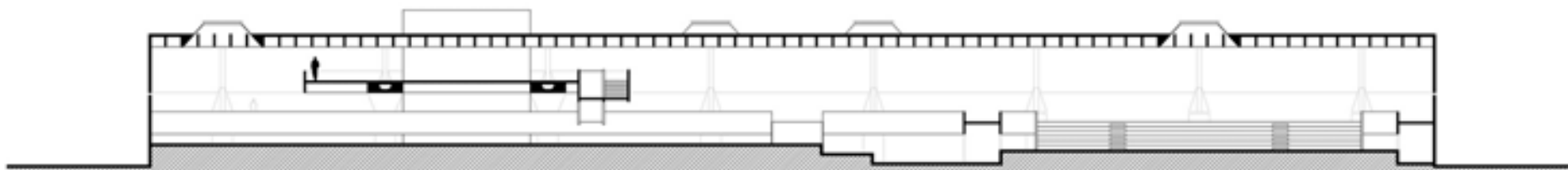
SUPERIOR • 1:500 • 1m



COBERTURA • 1:500 • — 1m



CORTE TRANSVERSAL • 1:500 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:500 • — 1m



◀ [1641] · 29/11/2009

1974 · RESIDÊNCIA LEO DE QUEIROZ BARRETO E ELEUSA DE SOUZA GODOY BARRETO ·

1974 · Goiânia / GO · Residência Leo de Queiroz Barreto e Eleusa de Souza Godoy Barreto

[1642] · 29/11/2009

Detalhe alvenaria.



[1643] · 29/11/2009

Varanda.



[1644] · 29/11/2009

Acesso social.



Natural de Corumbáiba, Raul Naves – originalmente Filho (Barreto, 2009), mas com registro de nascimento gravado Filó, devido a um erro do escrivão – vai a São Paulo/SP almejando o curso superior. Em 1960, gradua-se pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie. Na graduação é colega de Paulo Mendes da Rocha (1928-2021) e recebe aulas do professor que muito o influencia, Carlos Millan (1927-1964) (Metran, 1996:173). Chega a Goiânia no mesmo ano, onde estabelece sua base projetual em sociedade com o colega de universidade e amigo Ariel Costa Campos, arquiteto goiano também formado pela Mackenzie em 1959.

No escritório, Raul Filó voltava suas energias à prancheta, enquanto Ariel Campos, por ser bem relacionado e mais aberto, tinha como principal encargo a captação das obras, mas também exercendo as atividades ligadas à produção arquitetônica. Aliado a Violetta Carrara e Leo Barreto, funda a Taba Móveis e Decorações Ltda. em 1961, loja que trabalhava com mobiliário assinado, representando marcas como Forma, L'Atelier, Dominici e outras. As novidades em mobília, luminárias e objetos decorativos estavam presentes simultaneamente em São Paulo/SP e Goiânia. Com conceito à frente do mercado local, o empreendimento não durou muito tempo.

Naves Filó era visto como arquiteto de extremo talento pelos colegas (Carvalho Neto, 2008), porém desprovido de disciplina e desapegado de maiores repercussões que suas criações pudessem ter. Seus projetos, como documento, eram simples e resumiam-se a planta, dois cortes e cobertura; todos os detalhes eram discutidos no canteiro. Organizou o concurso para a Sede Social do Jôquei Clube de Goiás (Mahler, 1988:39), que acabou por inserir Paulo Mendes da Rocha no cenário local. Trabalhou na Universidade Federal de Goiás como professor e desenvolvendo projetos para o campus da Universidade, dentro da equipe de Irineu Borges do Nascimento, este fundador da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Goiás e primeiro Secretário de Planejamento de Goiás (Nascimento, 2003).



Para o amigo e sócio Leo Barreto, Raul Filó projeta em 1972 a residência da família, composta pelo casal e mais quatro filhos. A obra, conduzida pelo mestre de obras Francisco Xavier junto com o arquiteto, foi concluída em 1974. Espaço generoso que nasce do remembramento de três terrenos. Dificilmente se percebe a volumetria da obra a partir da rua; sua maior interação acontece por meio dos muros completamente revestidos por vegetação, que mantém a privacidade do interior. Aqui encontramos dois acessos, um efetuado por meio de *cul-de-sac* e outro pela via convencional, o primeiro acesso social e o segundo de serviços.

[1645] · 29/11/2009
Estar.



[1646] · 29/11/2009
Jantar.



[1647] · 29/11/2009
Vestíbulo.



Após os muros que a escondem, encontramos uma obra que trabalha somente com o essencial. Casa térrea, coberta por uma laje de duas águas apoiadas sobre alvenaria estrutural e alguns pilares em seus maiores vãos. Não há vigas na laje e os pilares apoiam-se diretamente sobre ela, sem estrutura de transição de forças. Temos aqui um pavilhão livre no qual resolvem-se os ambientes no espaço delimitado pela cobertura. Nesse pavilhão, podemos claramente ler todos os setores da casa. A partir do acesso social, os fluxos são distribuídos de maneira independente. O vestíbulo e a pequena copa são espaços de transição entre todos os setores, o coração da casa, que permite a circulação em todas as áreas sem a perda de privacidade.

A alvenaria estrutural, de tijolos assentados em dupla, permite o tratamento como superfície lisa no interior da residência e aparente no exterior. Os caixilhos são todos em chapa de ferro, desenhados pelo arquiteto, porém os trilhos das portas são em alumínio, permitindo a integridade das peças até os dias atuais. Sobre a impermeabilização da cobertura temos uma camada de vermiculita, instalada posteriormente sob a telha de amianto, que diminui o trabalho da estrutura devido ao calor. A casa sofreu duas reformas, nas quais foram acrescentadas área de lazer, piscinas e depósitos (projetos do próprio arquiteto), além de contemplar algumas correções, como o aumento de caixa d'água e supressão de infiltrações na base da alvenaria. Permanece conceitualmente idêntica à concepção original, documento íntegro tanto do modernismo goiano quanto da trajetória de um de seus autores menos explorados.



Dados

Obra: Res. Leo Barreto e Eleusa de Souza

Ano Construção: 1974

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Leo de Queiroz Barreto (proprietário)

Eleusa de Souza Godoy (proprietária)

Raul Naves Filó (arquiteto)

Marcelo Moraes (estrutura)

SPII Ltda (instalações)

Francisco Xavier (mestre)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Rua 92b, 113, St. Sul

Coordenadas: 16°40'58.2"S 49°15'02.6"W

Altitude: 768 m

Altura: 4,00 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 1.331 m²

Área Ocupada: 650 m²

Área Construída: 650 m²

Fontes

BARRETO, Leo de Queiroz. **Entrevista com o Sr. Leo Barreto, proprietário.** Goiânia/GO, 28 de novembro de 2009. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

CARVALHO NETO, Manoel Balbino. **Entrevista com o Sr. Manoel Balbino, arquiteto.** Goiânia/GO, 07 de dezembro de 2008. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

DAHER, Tânia. **Goiânia - Uma utopia europeia no Brasil.** Goiânia: ICBC, 2003.

MAHLER, Christine Ramos. **O Brutalismo: história e evolução na arquitetura brasileira.** Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura IX da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1988. NDD-UCG, Trabalho 87, Caixa Arquivo11.

METRAN, Márcia. **Moderno e modernismo.** São Paulo, 1996. Dissertação-FAU, USP.

NASCIMENTO, Irineu Borges do. **Um pouco da história da engenharia e do planejamento administrativo em Goiás: depoimento.** In: Goiânia: Revista da Adufg, n.10, maio de 2003. Entrevista concedida a Tereza Cristina Costa.

[1648] · 29/11/2009
Jantar. ◀

[1649] · 29/11/2009
Detalhe vedações. ◀

[1650] · 29/11/2009
Varanda. ▶

[1651] · 29/11/2009
Copa. ▶

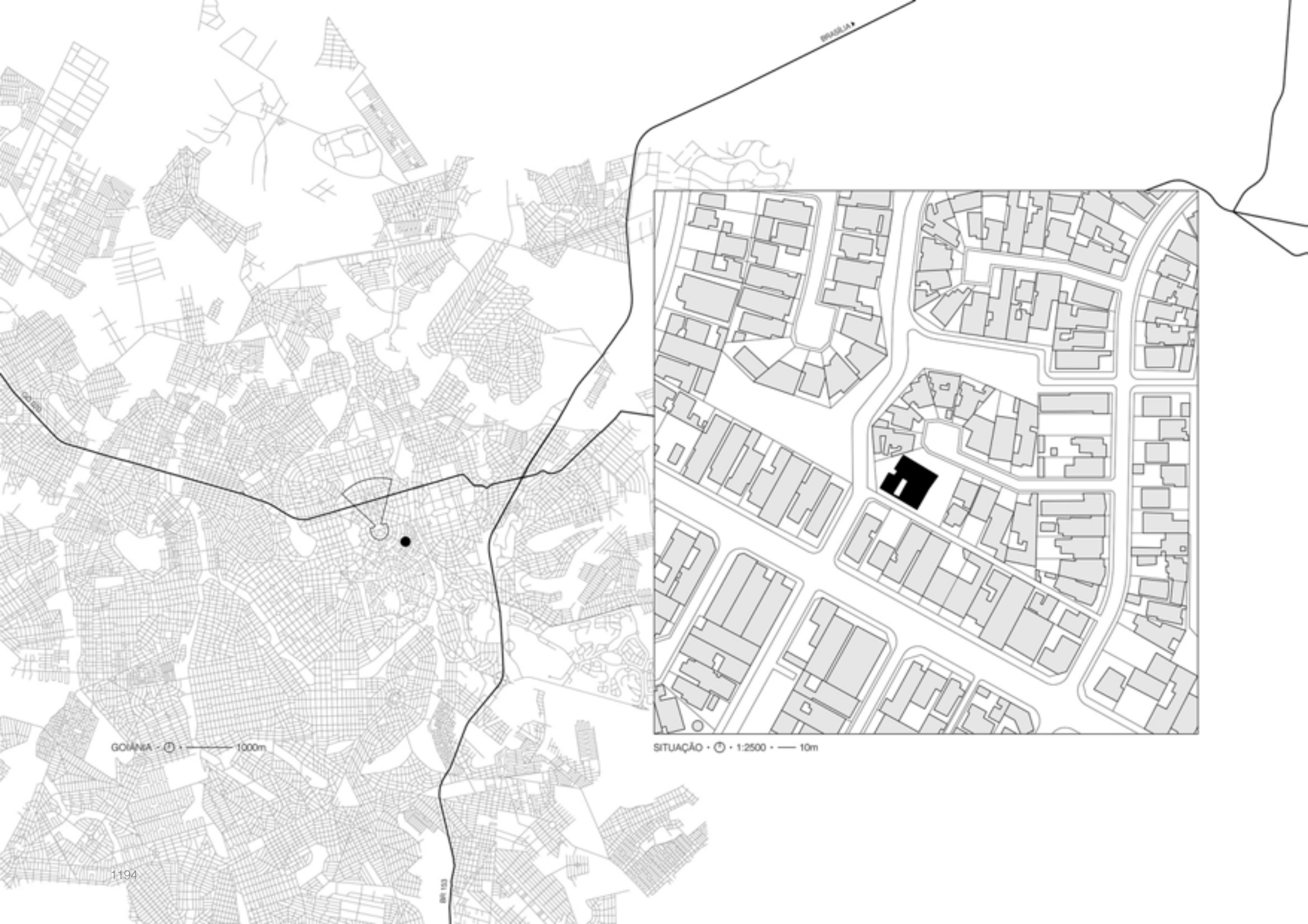
Desenhos p. 1194
[1652] [1653]

Desenho p.1195
[1654]

Desenhos p. 1196
[1655]
[1656]

Desenhos p. 1197
[1657]
[1658]

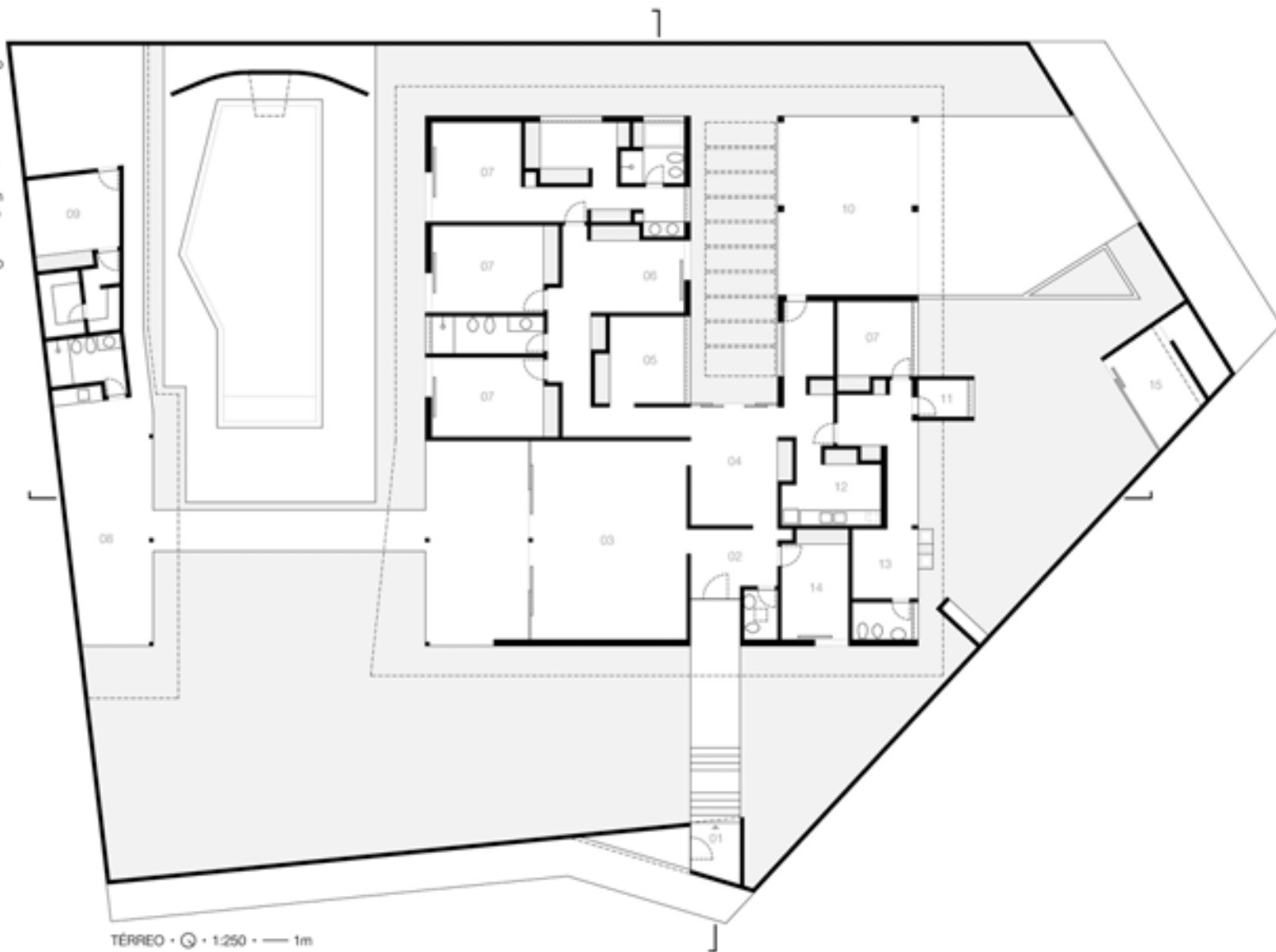


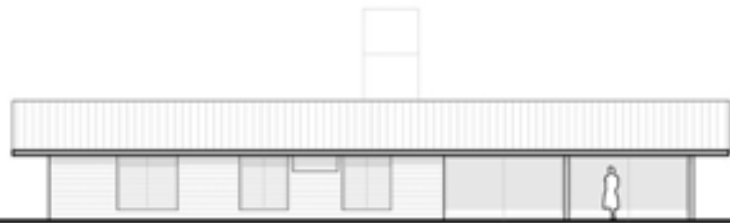


GOIÂNIA - 1000m

SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m

- 01. acesso
- 02. vestíbulo
- 03. estar
- 04. copa
- 05. tv
- 06. estudos
- 07. quarto
- 08. varanda
- 09. atelier
- 10. garagem
- 11. depósito
- 12. cozinha
- 13. serviço
- 14. escritório
- 15. canal

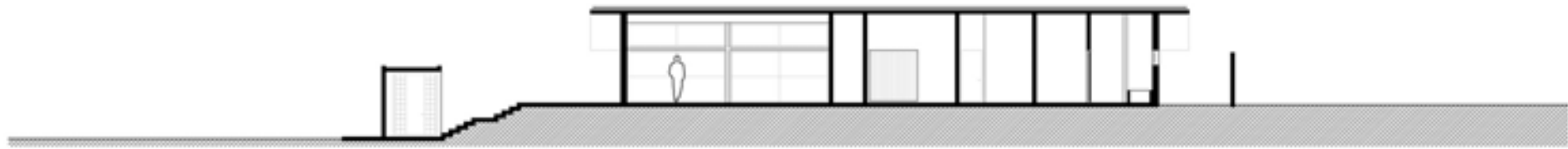




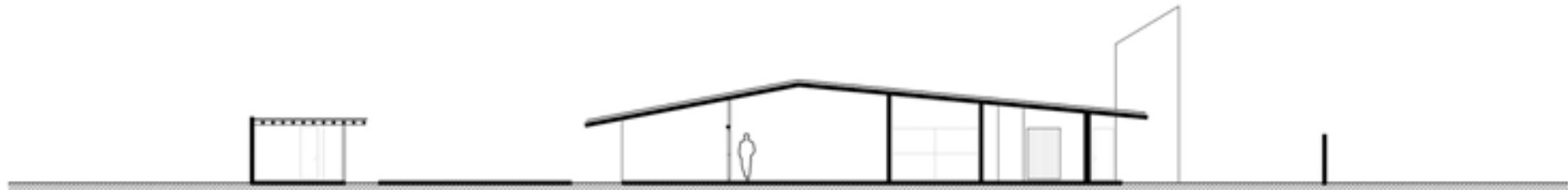
SUDESTE • 1:250 • — 1m



NORDESTE • 1:250 • — 1m



CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



◀ [1659] · 11/10/2021

1974 · RESIDÊNCIA RUFFO DE FREITAS E IRAYDES DUARTE CUNHA FREITAS ·

1974 · Goiânia / GO · Residência Ruffo de Freitas e Iraydes Duarte Cunha Freitas

[1660] · 06/12/2009

Fachada frontal.



[1661] · 06/12/2009

Fachada frontal.



[1662] · 06/12/2009

Varanda.



[1663] · 06/12/2009

Varanda.



O arquiteto Antônio Lúcio (1939-) expõe muito sobre o concreto, afirmando que se trata de tecnologia presente em praticamente todas as obras, sendo a opção mais aconselhada em uma região em desenvolvimento. Hoje é a mão de obra mais barata e abundante no país e, por ser componente da estrutura, é o item mais importante da construção. Nele se concentra grande parte do orçamento além de toda a sustentação do edifício. Racionalizar o uso implica diversas vantagens para a obra (Pinheiro, 2008). Ao focar na estrutura, o arquiteto permite a planta livre e se torna apenas agente técnico da delimitação do espaço. Ao estabelecer premissas básicas volumétricas, a ocupação pode ser mais livre por parte dos usuários. Porém não sem preocupações formais, para Antônio Lúcio a arte é a raiz da arquitetura e esta não deveria se limitar apenas à resolução racional de uma planta.

Pelo grande volume de obras em concreto, o arquiteto termina por se familiarizar com a técnica construtiva e o material. Junto a conceituados engenheiros da época, como Mário Metran e Geraldo Félix de Souza (1948-2016) que subsidiam o trabalho, aprimora seus projetos. Ressalta a importância dos outros projetistas e mesmo do engenheiro da construção, já que a obra não depende apenas da arquitetura, mas deve ser bem construída para que consiga representar os ideais do autor.

Em Goiânia edifica uma série de obras que fazem uso ostensivo do material. O Colégio Pré-Universitário [1590:1151], a sua própria residência [1764:1269], e a Residência Walter Hugo Frotta [926:710] são ícones na produção do arquiteto. Além dessas, projeta a residência do casal de médicos ginecologistas Ruffo de Freitas e Iraydes Duarte Cunha de Freitas (1929/2021), sócios da Maternidade de Maio, que foi durante muito tempo a principal maternidade da cidade. Antônio Lúcio havia concebido uma casa para amigos do casal e, por indicação desses, inicia o projeto para a família composta por mais quatro filhos. Apesar de ouvirem críticas com relação à linguagem e principalmente ao uso concreto aparente, decidem prosseguir com as obras devido à confiança transmitida pelo arquiteto (Freitas, 2009).



Situada logo em frente à principal praça do bairro, o local foi sempre movimentado. Antigamente com as corridas de carro que ocorriam nas ruas contíguas e atualmente devido às feiras de final de semana. A casa se insere no tecido urbano de maneira generosa e integra-se aos acontecimentos e espaços da rua. Não possui muros frontais, sua porta de acesso principal abre-se diretamente à área pública, em um largo privado, porém espacialmente coletivo.

Trata-se de uma referência na cidade; a força do concreto aparente e a clareira aberta pelo afastamento sem muros confere aspecto de marco urbano. À época de sua construção as atividades vizinhas ainda eram residenciais e hoje a maioria se presta ao comércio. Seu uso acaba por se tornar uma exceção em meio ao crescimento imobiliário, o que suscitou dezenas de ofertas de compra, todas refutadas.

Volumetricamente a barra retangular inferior apoia o volume superior de planta quadrada. Neste térreo retangular estão resolvidos os setores de serviço e social; no restante de área coberta abaixo do quadrado superior, configuram-se varanda e garagem. O segundo pavimento encerra as atividades íntimas. Todos os setores estão bem definidos, com fluxos separados e minimizando cruzamentos.

Originalmente a residência seria toda em concreto aparente mas, por revisão ainda em projeto, levando em conta problemas climáticos e a escassez de cimento à época (Freitas, 2009), as paredes laterais foram substituídas por alvenaria, acarretando problemas de vedação. Os diferentes coeficientes de expansão térmica do concreto e da alvenaria formaram vincos entre vedação e estrutura, permitindo a infiltração de água. Houve ainda uma alteração relativa à concepção original com o acréscimo de um cômodo no pavimento superior, ocupando o que era a cobertura da sala de jantar e quarto de estudos. Os proprietários permaneceram os mesmos durante longo tempo, sempre submetendo possíveis alterações ao autor. Hoje a casa pertence aos filhos; que possam também resistir às pressões de um mercado vulgarmente insolente com a memória urbana.

[1664] · 11/10/2021 ◀
Fachada frontal.

[1665] · 11/10/2021 ◀
Detalhe estrutura aparente.

[1666] · 11/10/2021 ▶
Detalhe fachada frontal.

[1667] · 11/10/2021 ▶
Detalhe muxarabi acesso.



Dados

Obra: Res. Ruffo de Freitas e Iraydes Duarte

Ano Construção: 1974

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Ruffo de Freitas (proprietário)

Iraydes Duarte Cunha Freitas (proprietária)

Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro (arquiteto)

Geraldo Passos (estrutura/instalações)

Pedro Teixeira (mestre)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Rua 10, 689, St. Oeste

Coordenadas: 16°41'11.7"S 49°15'56.4"W

Altitude: 776 m

Altura: 6,80 m

Pavimentos: Térreo + Superior

Área Terreno: 561 m²

Área Ocupada: 307 m²

Área Construída: 493 m²

Fontes

FONSECA, Ronaldo da Paixão. **Caminhos de uma Arquitetura: obra e trajetória de Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro**. Goiânia, 2019. Dissertação-FAV, UFG.

FREITAS, Iraydes Duarte Cunha. **Entrevista com a Sra. Iraydes Duarte Cunha Freitas, proprietária**. Goiânia/GO, 22 de novembro 2009. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

PINHEIRO, Antônio Lúcio Ferrari. **Dados pessoais formação profissional**. Prancha de apresentação. Arquivo pessoal do arquiteto. Goiânia, 1984a.

PINHEIRO, Antônio Lúcio Ferrari. **Entrevista com o Sr. Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro, arquiteto e professor do curso de arquitetura da PUC/GO**. Goiânia/GO, 09 de agosto de 2008. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

PINHEIRO, Antônio Lúcio Ferrari. **Entrevista com o Sr. Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro, arquiteto e professor do curso de arquitetura da PUC/GO**. Brasília/DF, 13 de abril de 2021. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

SILVA NETO, Eurípedes Afonso da. **Goiânia Casa Moderna: 1950, 1960, 1970**. Brasília, 2010. Dissertação, FAU-UnB.

[1668] · 06/12/2009 ◀
Circulação piso superior.

[1669] · 06/12/2009 ◀
Varanda piso superior.

[1670] · 06/12/2009 ▶
Estar.

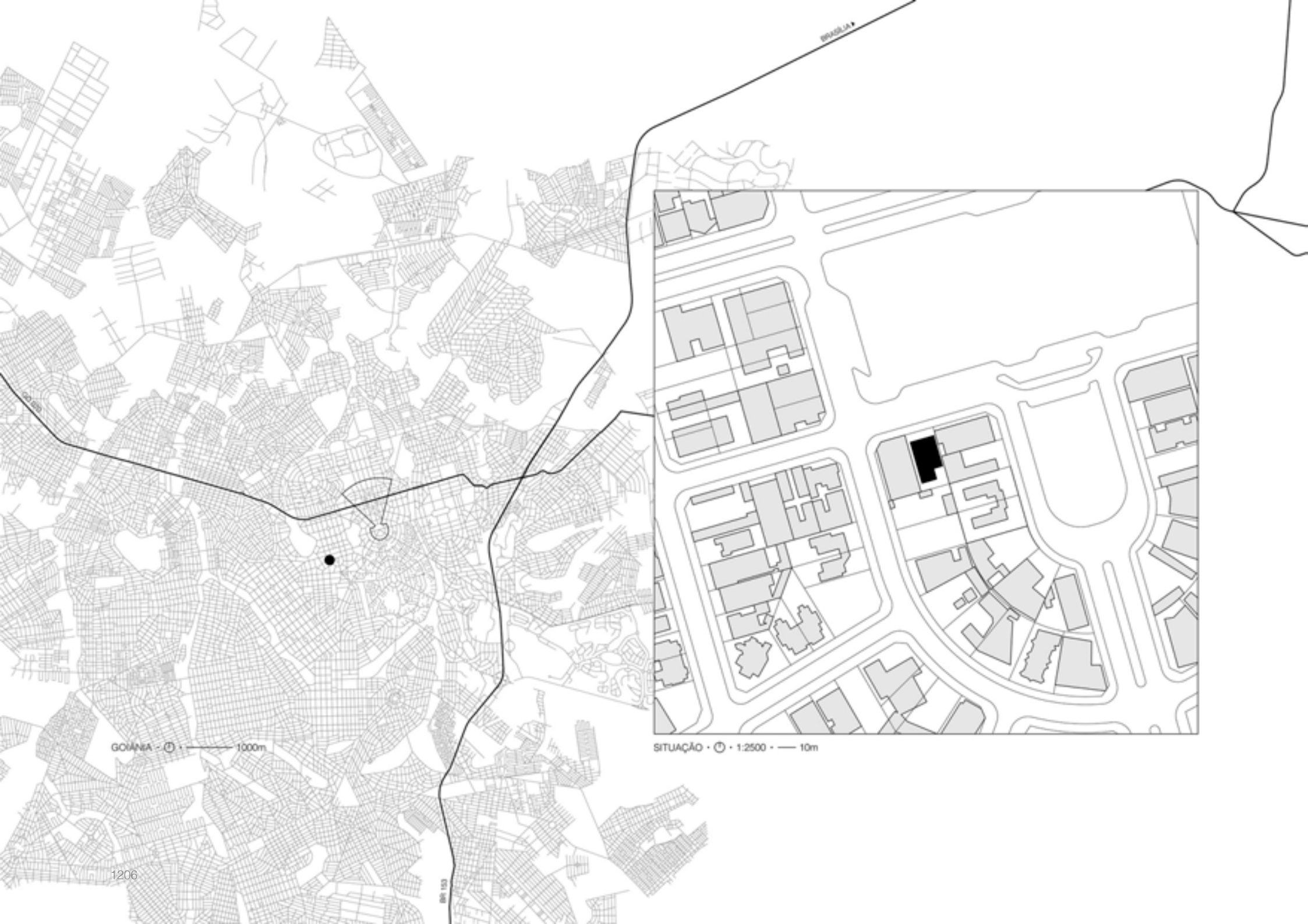
Desenhos p. 1206
[1671] [1672]

Desenho p. 1207
[1673]

Desenho p. 1208
[1674]

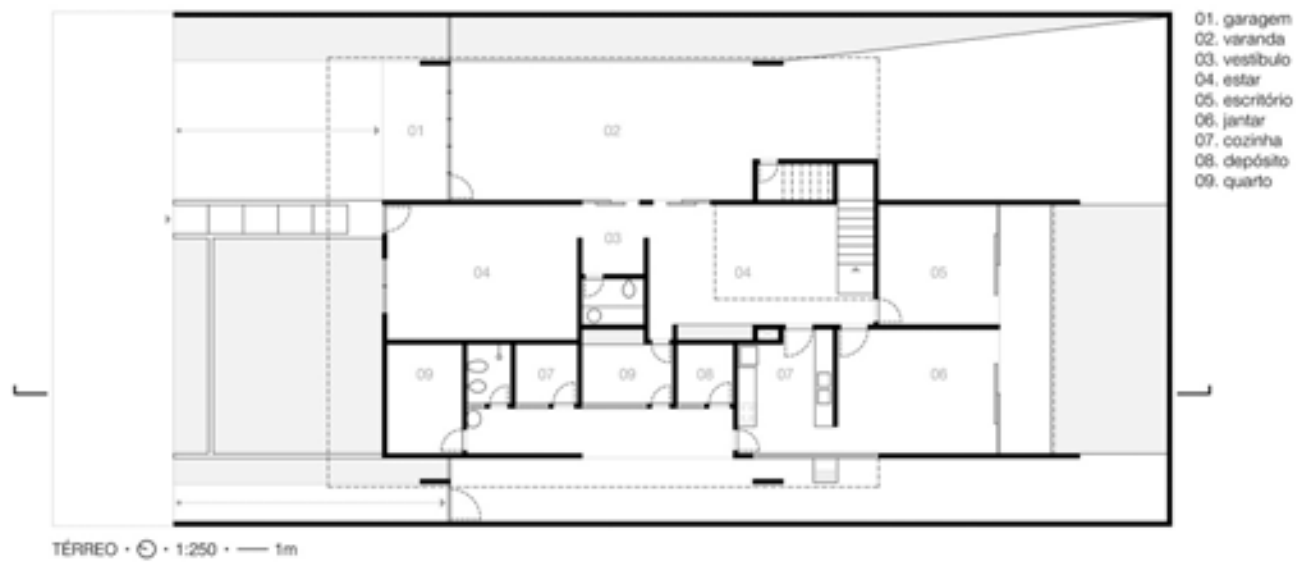
Desenhos p. 1209
[1675]
[1676]



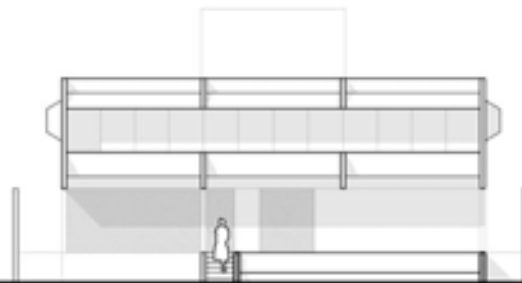


GOIÂNIA - 1000m

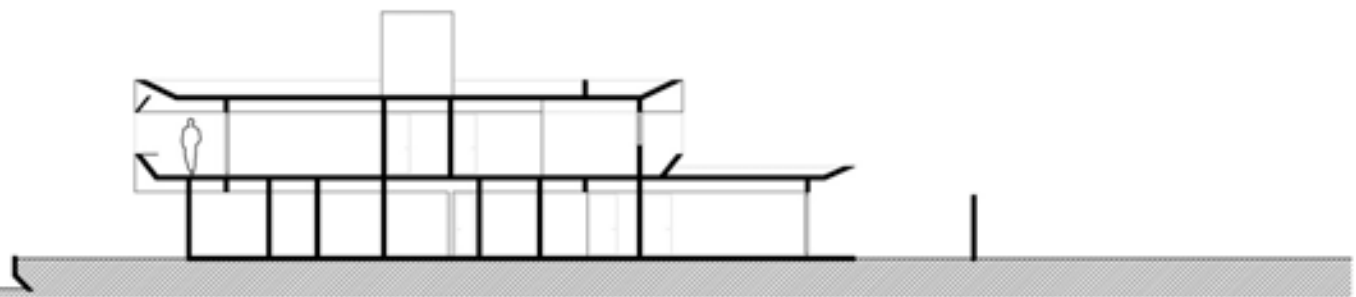
SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m







RUA 10 - 1:250 - — 1m



CORTE LONGITUDINAL - 1:250 - — 1m



◀ [1677] · 09/10/2021

1974 · CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ITAIPU ·

1974 · Goiânia / GO · Condomínio Residencial Itaipu

[1678] · 09/10/2021

Fachada frontal.



[1679] · 09/10/2021

Fachada posterior.



Na carreira acadêmica, Antônio Lúcio (1939-) foi um dos fundadores do primeiro curso de arquitetura no estado, em parceria com o também arquiteto Elder Rocha Lima (1928-). No quadro inicial de professores da Universidade Católica de Goiás eram os únicos arquitetos, já que outros colegas projetistas desacreditavam a empreitada da nascente escola (Pinheiro, 2008). Esta tinha raízes no curso de belas artes e alguns dos seus professores acabaram formatando a nova faculdade.

D. J. Oliveira (1932-2005), Frei Confaloni (1917-1977) e Ana Maria Pacheco (1943-), que muito contribuíram com o pensamento moderno das artes plásticas no estado, ajudaram a formar a nova geração de arquitetos goianos. Ao decorrer do tempo novos professores com formação em arquitetura, Eduardo Simões (1937-), Fernando Rabelo (1945-) e outros, provenientes de diferentes regiões, foram agregando-se ao corpo docente da instituição (Rabelo, 2019).

Em Goiás, o arquiteto foi um dos precursores dos conceitos da escola paulista de arquitetura. Apesar de usual adepto da exposição dos materiais em sua essencialidade, não se limitava à exclusiva atenção ao concreto aparente. Preocupava-se também com a técnica construtiva, o significado do desenho no canteiro de obras e a importância da estrutura e o espaço livre, que permitiam a ocupação dinâmica do ambiente.

Ao sair da empresa estatal Suplan, voltada a projetos institucionais, inicia nova etapa junto à Incorporadora ProValle, que atuou em Goiânia entre as décadas de 1970 e 1980. A empresa foi um dos principais agentes do mercado imobiliário local. O seu fundador, o Sr. Nabor Cordeiro do Valle, buscava implementar novo corpo profissional para melhorar os padrões de qualidade construtiva das obras e encontrou em Antônio Lúcio extenso cabedal técnico (Pinheiro, 2021). Lá permaneceu entre 1974 e 1979, período em que estabeleceu uma nova linguagem para os edifícios residenciais em Goiânia.



Assim foram construídos nove edifícios (Fonseca, 2019:190), variações de um mesmo tema formal com modificações de plantas e número de pavimentos, sempre a partir de um módulo compositivo. A exemplo, tais características são facilmente identificáveis nos edifícios Firenze [906:702], Itália [878:684], Veneza [903:702] e Florença [905:702]. Em todos, a estrutura perimetral e a caixa de circulação independente permitem a solução mais livre da planta dos apartamentos. Os elementos estruturais, principalmente as vigas perimetrais, são também balizadores formais de cada obra. As abas dessas vigas criam identidade ao mesmo tempo que as enrijecem, tornando-as também mais delgadas.

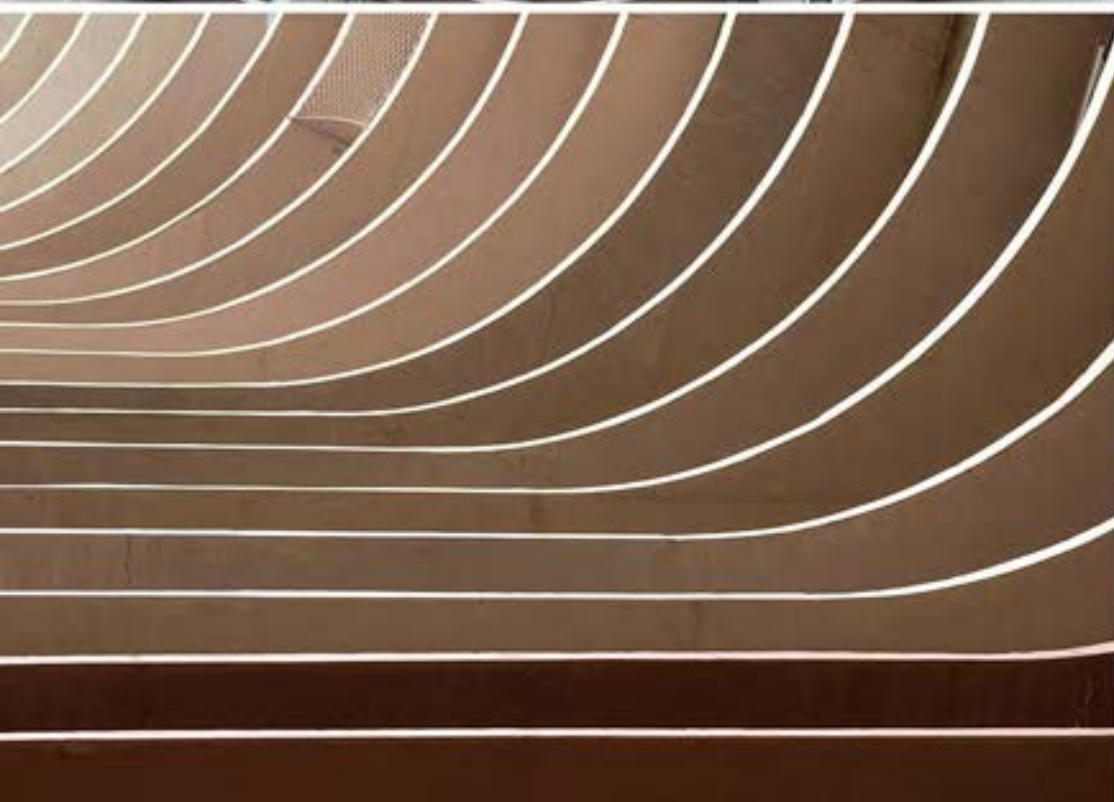
Porém, antes dessa aplicada padronização, houve um primeiro protótipo, o Residencial Itaipu, concluído em 1974 (Pinheiro, 1984b). Nele foram testados os citados elementos técnicos e formais, aprimorados a cada posterior repetição. A diferença notável é a configuração do pavimento tipo em distribuição radial, onde três módulos convergem para um centro único. Um arranjo mais estável estruturalmente, mas que piora os índices construtivos, já que amplia a necessidade de área comum para cada pavimento. Esta forma permitiu maior afastamento da rua, criando um respiro urbano em uma implantação mais rica que os volumes edificados rentes ao passeio, que exploram ao máximo a ocupação do terreno.

O Itaipu permanece como uma materialização da nem sempre harmônica convivência entre cuidado formal e exigências do mercado imobiliário. Como no edifício Nova Cintra, projetado por Lúcio Costa (1902-1998) para o Parque Guinle, que se torna ícone da arquitetura mas não gera retorno financeiro esperado pelos empreendedores (Costa, 1995:205). Neste tipo de negócio a margem para a forma é mínima e o pouco que se usa resulta em perda de espaço de venda. Talvez por isso os próximos edifícios da ProValle tenham se tornado mais rígidos, em uma tentativa de maximizar o retorno financeiro de terrenos exíguos. O que não acontece com o Itaipu, ainda hoje uma das mais sensíveis composições do mercado imobiliário em Goiás.

[1680] · 09/10/2021 ◀
Detalhe fachada frontal.

[1681] · 09/10/2021 ◀
Detalhe brises.

[1682] · 09/10/2021 ▶
Detalhe fachada lateral.



Dados

Obra: Condomínio Residencial Itaipu

Ano Construção: 1974

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Incorporadora ProValle (construtora)

Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro (arquiteto)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Av. Rep. do Líbano, 1135, St. Aeroporto

Coordenadas: 16°40'33.4"S 49°16'05.0"W

Altitude: 750 m

Altura: 50,00 m

Pavimentos: Subsolo + Térreo + 15

Área Terreno: 1.260 m²

Área Ocupada: 459 m²

Área Construída: 8.606 m²

Fontes

COSTA, Lucio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

FONSECA, Ronaldo da Paixão. **Caminhos de uma Arquitetura: obra e trajetória de Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro**. Goiânia, 2019. Dissertação-FAV, UFG.

PINHEIRO, Antônio Lúcio Ferrari. **Edifício de Apartamentos, Goiânia, GO, 1977**. Prancha de apresentação. Arquivo pessoal do arquiteto. Goiânia, 1984b.

PINHEIRO, Antônio Lúcio Ferrari. **Entrevista com o Sr. Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro, arquiteto e professor do curso de arquitetura da PUC/GO**. Goiânia/GO, 09 de agosto de 2008. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

PINHEIRO, Antônio Lúcio Ferrari. **Entrevista com o Sr. Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro, arquiteto e professor do curso de arquitetura da PUC/GO**. Brasília/DF, 13 de abril de 2021. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

RABELO, Fernando Carlos. **Entrevista com o Sr. Fernando Carlos Rabelo, arquiteto**. Goiânia/GO, 10 de novembro de 2019. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

SILVA NETO, Eurípedes Afonso da. **Goiânia Casa Moderna: 1950, 1960, 1970**. Brasília, 2010. Dissertação, FAU-UnB.

[1683] · 09/10/2021
Hall social.



[1684] · 09/10/2021
Garagem.



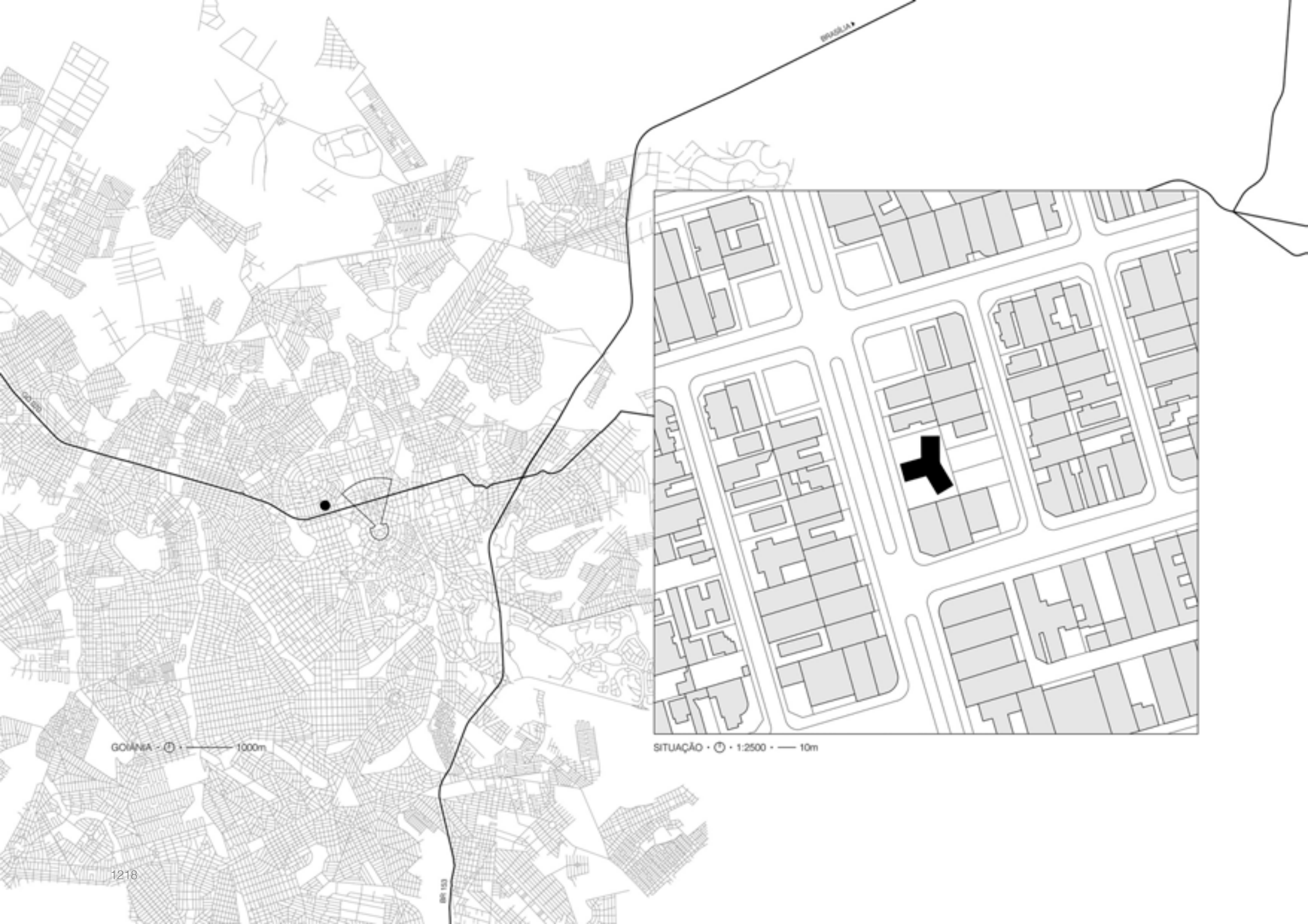
[1685] · 09/10/2021
Pátio.



Desenhos p. 1218
[1686] [1687]

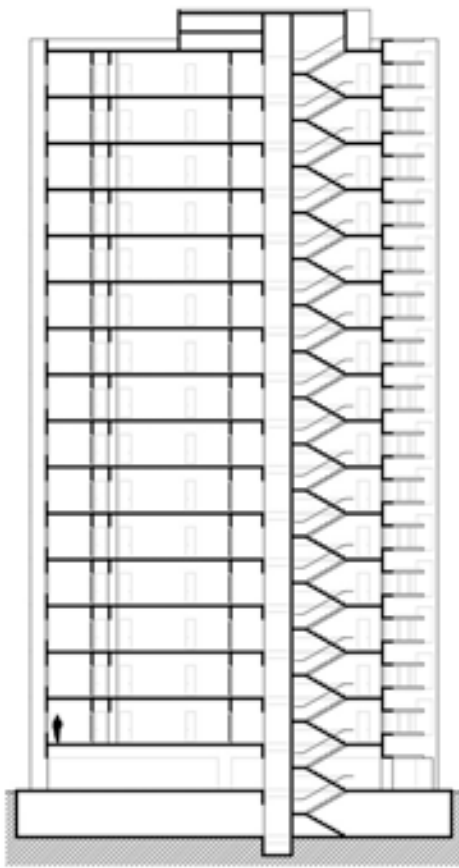
Desenhos p. 1219
[1688] [1689] [1690]



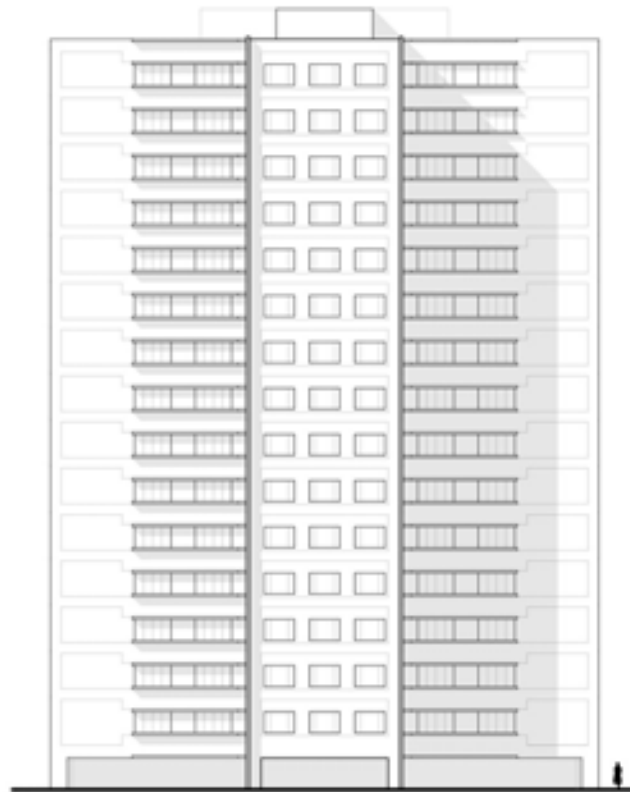


GOIÂNIA - 1000m

SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m



CORTE TRANSVERSAL • 1:500 • — 1m



AVENIDA REPÚBLICA DO LÍBANO • 1:500 • — 1m





◀ [1691] · 15/10/2021

1974 · IGREJA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA ·

1974 · Goiânia / GO · Igreja Nossa Senhora de Fátima

A presença dos frades Agostinianos no Brasil, mesmo que tímida, remonta ao início do século XIX na figura da Real Congregação dos Agostinhos Reformados. Porém, a partir do século XX, entre 1900 e 1966, esse movimento se intensifica com a chegada de mais algumas dezenas de grupos Agostinianos. Destacam-se os Agostinianos da Província das Filipinas (1899-1926), da nova Província da Espanha (1926-1962), da Província Matritense (1929-1962) e da Província de Castela (1931-1962) (Pinheiro, 2015:820), todos de origem espanhola. Alguns desses haviam se estabelecido em cidades do interior, como Catalão, Ipameri, Morrinhos e Jataí. Em 1953, parte de Dom Emanuel Gomes de Oliveira (1874-1955), então arcebispo de Goiás, o convite aos religiosos de Castela para se instalarem em Goiânia (Pinheiro, 2015:866).

Dom Emanuel Gomes, era reconhecido promotor do desenvolvimento educacional e foi responsável por um salto vertiginoso na educação do estado. Fundou ou esteve diretamente ligado à implantação de cento e dezenove unidades educacionais, dentre cursos primários, secundários, técnicos ou superiores (Menezes, 2001:114).

A decisão do arcebispo se mostrou acertada e os Agostinianos instalados em 1954 tiveram como uma das primeiras ações a edificação de importante instituição educacional local. A eles foi entregue a Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, que durante dez anos ficou sediada na atual Reitoria Nossa Senhora das Graças [1405:1029] (Stacciarini, 2006:307).

Durante a década de 1960 houve a ampliação das instalações educacionais e o início das tratativas para construção da nova igreja e centro comunitário da Paróquia. Para esta obra, a Sociedade Agostiniana de Educação e Assistência contrata, em 1970, o arquiteto Siegbert Zanettini (1934-) (Braziliense, 1972:2), solicitando uma arquitetura de linguagem singular e moderna para o novo templo (Zanettini, 2002:108).

[1692] · 23/10/2021

Fachada frontal.



[1693] · 15/10/2021

Centro social.



[1694] · 15/10/2021

Fachada lateral.



[1695] · 15/10/2021

Detalhe fachada posterior.





Zanettini se tornou nome de grande projeção nacional após graduar-se arquiteto, em 1959, pela Universidade de São Paulo, onde também lecionou e coordenou o departamento de projetos. Entre as décadas de 1960 e 1990 foi figura frequente nos periódicos nacionais, com extenso portfólio de obras edificadas. A Igreja de Nossa Senhora de Fátima representa um momento de transição entre sua primeira fase projetual, mais associada às possibilidades plásticas do concreto armado, e a posterior, na qual as estruturas em aço passam a ser o foco das experimentações.

[1696] · 15/10/2021
Nave. ◀

[1697] · 15/10/2021
Nave e altar-mor. ◀

[1698] · 15/10/2021
Nave. ▶

A velocidade da construção, finalizada em 1974, cerca de três anos de obras, nos revela a saúde financeira da instituição, que financiou por si só toda a empreitada. O complexo, que envolve tanto o templo como o centro comunitário, foi dividido em dois módulos. O primeiro, comunitário, que abriga o salão de conferências, salas de instrução e dormitórios individuais. E o segundo, corpo da igreja, com nave, altar e batistério arranjados internos ao vão livre com mais de 870m², que se separa do outro volume por um pátio. A Sociedade Agostiniana, proprietária de pouco mais de 90% de toda a quadra, reservou para implantação do complexo religioso o terreno de esquina voltado à Praça Santos Dumont. Com ela, havia sido prevista, no projeto inicial, uma conexão física coberta, mas que não se concretizou. Assim, a interação da igreja com o entorno se deu por meio dos doze arcos da fachada, que fazem a transição entre interior e exterior.

A estrutura, em concreto aparente, foi, junto com os painéis de vidro, utilizada como vedação. Apesar de não apresentarem o desempenho térmico adequado à região, obteve-se, com o alto pé-direito e a ventilação cruzada, a solução que permitiu a suficiente adaptação ao clima local. Os vitrais, criados e executados pelo artista belga Hubert Van Doorne (1913-), conjugam jogo de cores e desenhos que contrastam com rudeza do concreto e da imagem do Cristo em aço inox, criado pelo escultor Caciporé Torres (1935-) (Ramos, 2012:194). Esta igreja foi um dos últimos representantes locais dos templos que se colocavam não só como referências espirituais, mas ainda como dinamizadores da sociedade pelo impacto artístico, técnico e urbano.



Dados

Obra: Igreja N. Sra. de Fátima

Ano Construção: 1974

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Siegbert Zanettini (arquiteto)

Hubert Van Doorne (vitrais)

Caciporé Torres (escultura)

Jardim Engenharia (construtora)

Translufor (elétrica)

Waldemar Meneghatti (estrutura)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Pç. Santos Dumont, SN, St. Aeroporto

Coordenadas: 16°40'18.0"S 49°16'15.0"W

Altitude: 741 m

Altura: 12,50 m

Pavimentos: Térreo + 2

Área Terreno: 2.580 m²

Área Ocupada: 1.480 m²

Área Construída: 2.326 m²

Fontes

BRAZILIENSE, Correio. **Agostinianos vão construir templo.** Brasília, 12 de março de 1972, n.3759, p.2.

MENEZES, Áurea Cordeiro. **Dom Emanuel Gomes de Oliveira.** Arcebispo da instrução. Goiânia: AGEPEL, 2001.

PINHEIRO, Luiz Antônio. **Os Agostinianos no Brasil (1914-1962).** In: FERNÁNDEZ, Jesús Álvarez (Org.). 1914-1962: L'Ordine Agostiniano tra la Grande Guerra e il Concilio Vaticano II, p. 819-873. Roma: Institutum Historicum Augustinianum, 2015.

RAMOS, Flávia Rudge. **Caciporé: a plástica do aço.** São Paulo, 2012. Tese-FAU, USP.

STACCIARINI, Agostinho. **Patrimônio histórico: aliança entre o passado e o presente.** Goiânia: Bandeirante, 2006.

ZANETTINI, Siegbert. **Cadernos Brasileiros de Arquitetura 8: Siegbert Zanettini.** São Paulo: Projeto, 1981.

ZANETTINI, Siegbert. **Siegbert Zanettini: arquitetura, razão, sensibilidade.** São Paulo: EdUSP, 2002.

[1699] · 15/10/2021
Detalhe altar-mor.



[1700] · 15/10/2021
Detalhe vitral.



[1701] · 15/10/2021
Detalhe vitral.



[1702] · 15/10/2021
Detalhe vitral.



[1703] · 15/10/2021
Detalhe estrutura e vitral.

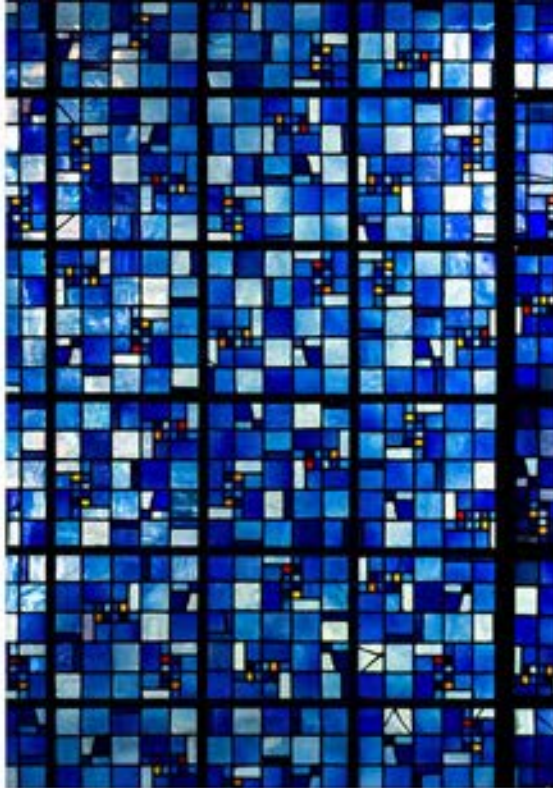


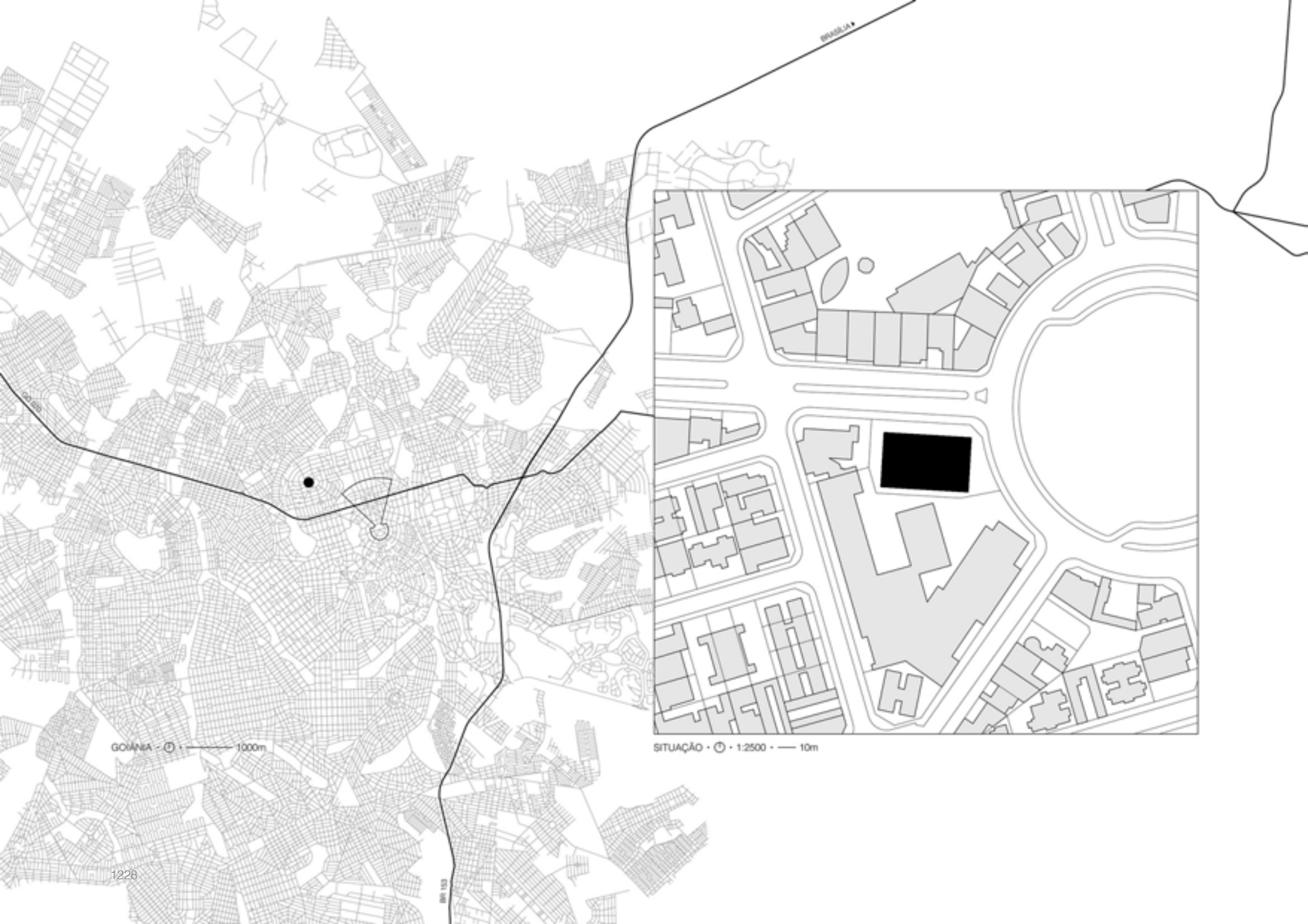
Desenhos p. 1228
[1704] [1705]

Desenho p. 1229
[1706]

Desenhos p. 1230
[1707] [1708]

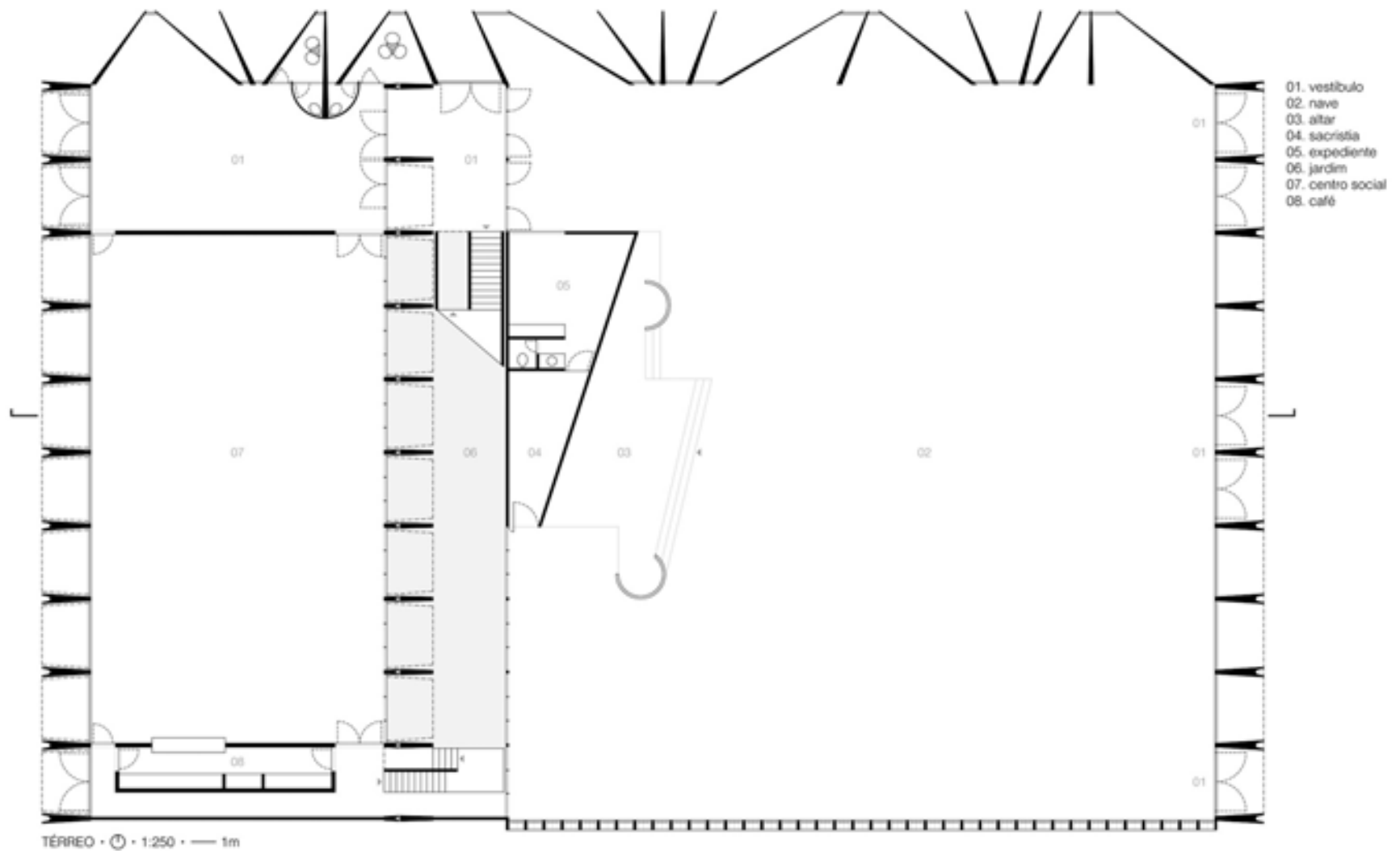
Desenhos p. 1231
[1709]
[1710]

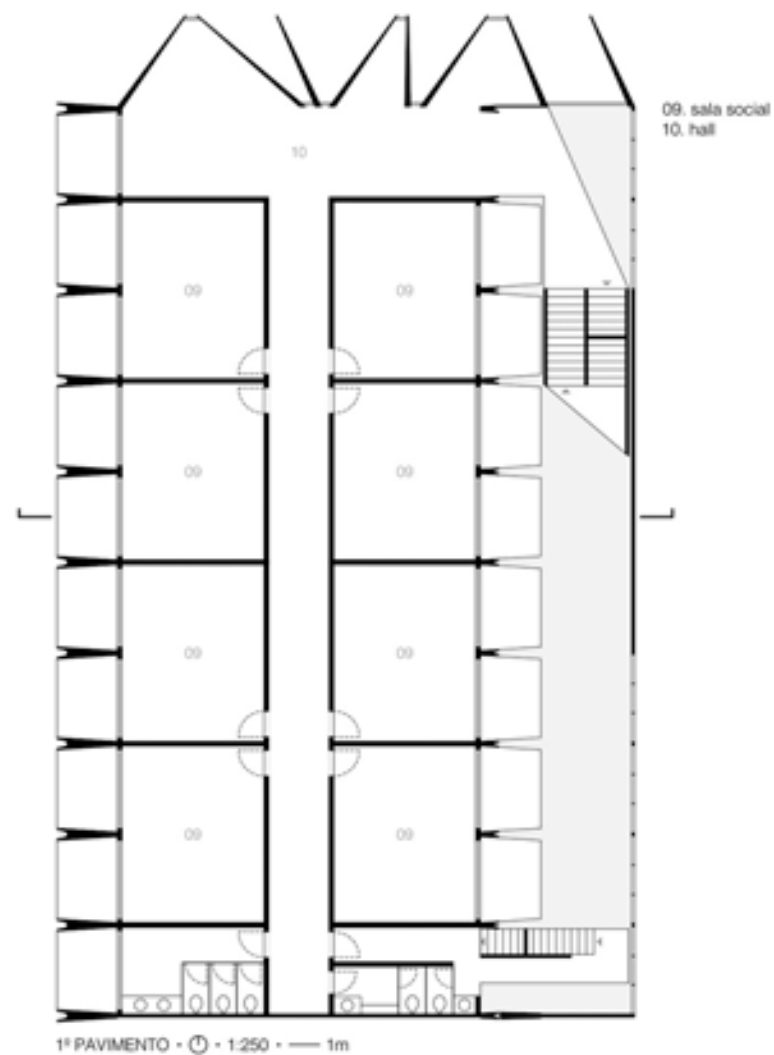
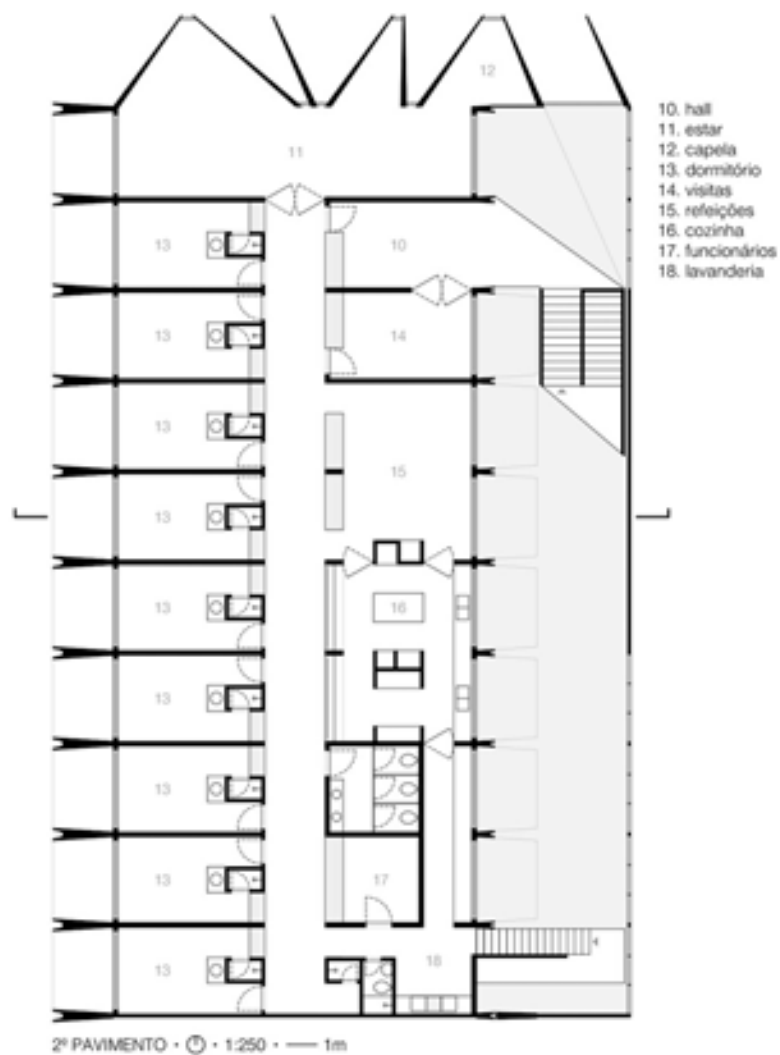


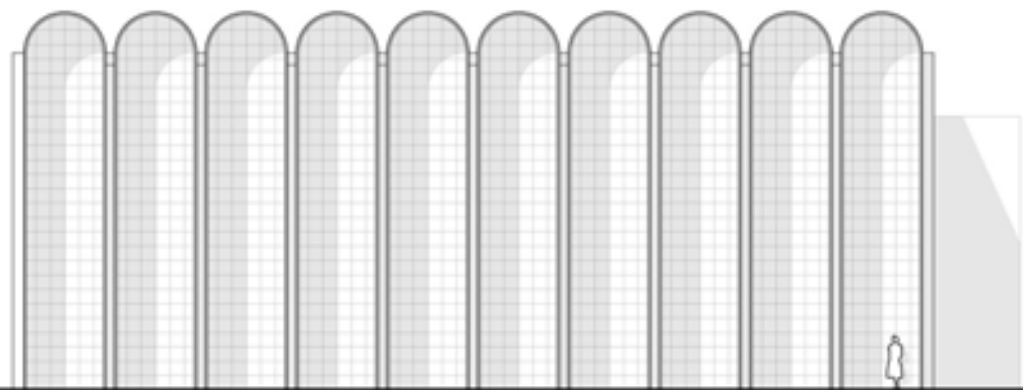


GOIÂNIA - 1000m

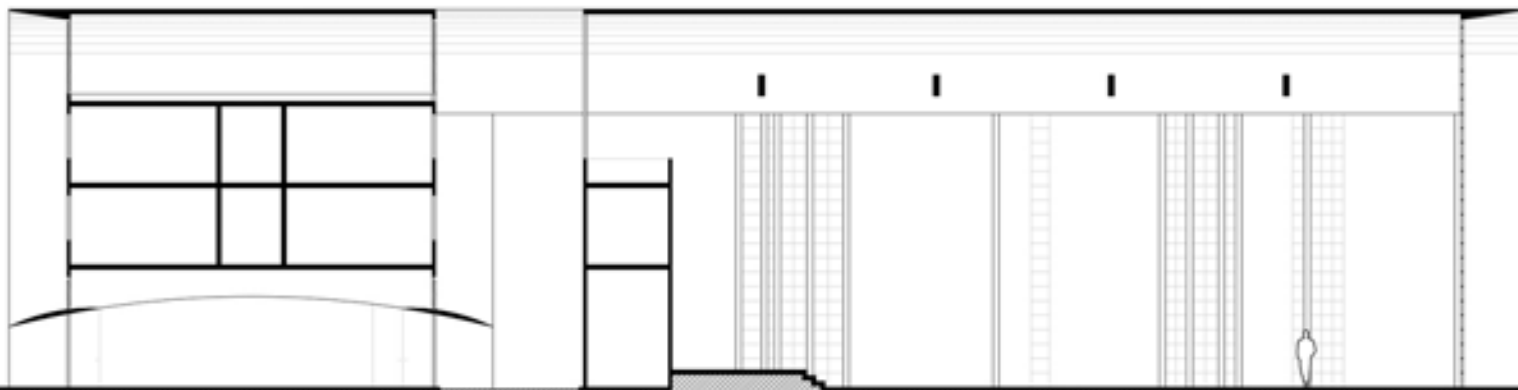
SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m







PRAÇA SANTOS DUMONT • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



◀ [1711] · 29/03/2018

1975 · ESTÁDIO SERRA DOURADA ·

1975 · Goiânia / GO · Estádio Serra Dourada

O Estádio Serra Dourada é fruto de uma promessa de campanha política lançada em 1970 pelo então concorrente ao cargo de governador estadual Leonino di Ramos Caiado (1933-), engenheiro, vilabonense e filho da tradicional família política goiana. Vencidas as eleições, tomando posse em 15 de março de 1971, logo nomeia o engenheiro Lamartine Reginaldo da Silva Júnior (1939-) como diretor geral da Fundação Estadual de Esportes (Freitas, 2014). O órgão atuava na organização do esporte amador mas, remanejado, esteve a comandar as obras tanto do Autódromo Internacional de Goiânia quanto do Estádio Serra Dourada, desenvolvidos e finalizados durante a década de 1970.

Lamartine Júnior – engenheiro civil pela Universidade Federal de Goiás em 1965 (Dayrell; Dayrell; Galli, 2018:35) – organizou uma equipe técnica com servidores da Suplan, órgão de planejamento estadual. Faziam parte do grupo três arquitetos: Ariel da Costa Campos, formado em 1959 pela Mackenzie de São Paulo, Silas Rodrigues Varizo (1935-), da Universidade Nacional de Arquitetura em 1961, e Armando Scartezzini (1937-), formado em 1963 na Universidade Federal de MG. Estes foram os responsáveis pela definição da área de implantação do estádio e elaboração do termo de referência a ser utilizado para a licitação (Freitas, 2014).

O grupo realizou um primeiro estudo preliminar de arquitetura. Utilizado como documento da licitação, foi considerado tecnicamente impróprio pelos profissionais da Serete S/A, empresa responsável pelo planejamento e projetos da obra. Esta propõe ao contratante realizar outro estudo por conta própria, atendendo a todos os itens do edital, mas com soluções de engenharia mais adequadas. É neste momento que Paulo Mendes da Rocha (1928-2021) inicia sua participação, ao ser indicado pelos arquitetos da Serete S/A como figura capacitada a remodelar o projeto (Rocha, 1988:48). Com todos os projetos prontos, é expedida em 31 de março de 1973 a ordem de serviço em nome da Construtora Guarantã, vencedora da licitação. Esta comprometeu-se a construir o complexo por 42 milhões de cruzeiros, mas finaliza a obra em 1975 com custo apurado em mais de 179 milhões (Goiás, 1976:7).

[1712] · 29/03/2018 ▲▲
Circulação piso intermediário.

[1713] · 29/03/2018 ▲▲
Circulação piso superior.

[1714] · 29/03/2018 ▼
Fachada sul.



O projeto nos mostra o domínio de Paulo Mendes sobre duas espinhosas questões em obras de grande porte. A primeira, concisão geométrica do desenho, num manter-se simples apesar das onipresentes necessidades de concessões formais. E a segunda, bem implantar a enorme massa construída de um equipamento de escala urbana.

O gesto inicial é da escolha por uma arquibancada elíptica, ao invés de circular, fazendo com que os maiores arcos sigam paralelos aos maiores lados do campo, permitindo melhores visuais para a quase totalidade de espectadores. Tal desenho também diminui a seção transversal do volume, facilitando o ajuste topográfico e minimizando o corte de terreno. A elipse sinaliza a simetria da composição, reforçada pela cobertura das duas arquibancadas, sustentadas cada uma por vinte e dois pilares, cujos eixos dividem a seção circular em ângulos idênticos.

Os pilares recebem as cargas da cobertura e também da arquibancada, o que deixa livre a plataforma de acesso de onde nascem rampas que vencem o espaço vazio e se conectam às arquibancadas superiores, em uma concepção espacial rica, que nada deve ao melhor dos peristilos gregos. Com isso, o arquiteto sustenta setenta e cinco mil pessoas com apenas quarenta e quatro pilares, partido que permite a tão narrada leveza do edifício. O que se explica com a permeabilidade visual do nível de acesso aliada à cobertura que, externamente, se reverte em delgada linha de coroamento, autorizando a travessia do olhar pela massa edificada.

O terreno, que à época da construção estava distante da área urbanizada, agora interage com a verticalização do seu entorno. Dentro dos próprios limites foram iniciadas algumas obras institucionais, como o Ginásio Goiânia Arena, inaugurado em 2002. Este, apesar de comprometer a ambiência do Estádio Serra Dourada, exalta por contraste suas qualidades arquitetônicas. De tão inabilmente trabalhado em sua volumetria e implantação, causa maior impacto na paisagem que seu vizinho, 500% maior em área de ocupação.

[1715] · 29/03/2018 ◀
Arquibancada superior.

[1716] · 29/03/2018 ◀
Arquibancada superior.

[1717] · 29/03/2018 ▶
Campo e vista interna.

[1718] · 29/03/2018 ▶
Torre administrativa.



Dados

Obra: Estádio Serra Dourada

Ano Construção: 1975

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Leonino di Ramos Caiado (empreendedor)

Lamartine Reginaldo Júnior (engenheiro)

Paulo Mendes da Rocha (arquiteto)

Ariel da Costa Campos (arq. colaborador)

Silas Rodrigues Varizo (arq. colaborador)

Armando Scartezzini (arq. colaborador)

Serete S/A (instalações)

Guarantã S/A (construtora)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Av. Fued José Sebba, 1170, St. Jd. Goiás

Coordenadas: 16°41'56.6"S 49°14'03.0"W

Altitude: 816 m

Altura: 22,00 m

Pavimentos: Térreo + 3

Área Terreno: 302.000 m²

Área Ocupada: 42.320 m²

Área Construída: 72.590 m²

Fontes

ARTIGAS, Rosa (Org.). **Paulo Mendes da Rocha**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

DAYRELL, Alba; DAYRELL, Carlos Leopoldo; GALLI, Ubirajara. **Ruas 3 e 23, Centro – Goiânia – Goiás, moradores pioneiros [1940 a 1950]**. Goiânia: Kelps, 2018.

FREITAS, Carlos. **Estádio Serra Dourada comemora 39 anos**. Estádio Serra Dourada, 2014. Disponível em: <<http://www.estadioserradourada.go.gov.br/noticias-2/267-estadio-serra-dourada-comemora-39-anos.html#g-main>>. Acesso em: 22 de setembro de 2021.

GOIÁS. Ministério da Justiça: Serviço Público Federal. **Processo nº30276-SCGI/GO: Relatório da Assessoria Contábil**. Goiânia, GO, 1976.

METRAN, Márcia. **Moderno e modernismo**. São Paulo, 1996. Dissertação-FAU, USP.

ROCHA, Paulo Mendes da. **Entrevista concedida a Christine Ramos Mahler, 1988**. In: MAHLER, Christine Ramos. *O Brutalismo: História e evolução na arquitetura brasileira*, p.47-59. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura IX da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1988. NDD-UCG, Trabalho 87, Caixa Arquivo11.

[1719] · 29/03/2018 ◀
Acesso pavimento superior.

[1720] · 29/03/2018 ◀
Circ. pav. intermediário.

[1721] · 29/03/2018 ▶
Detalhe estrutura aparente.

Desenhos p. 1240
[1722] [1723]

Desenho p. 1241
[1724]

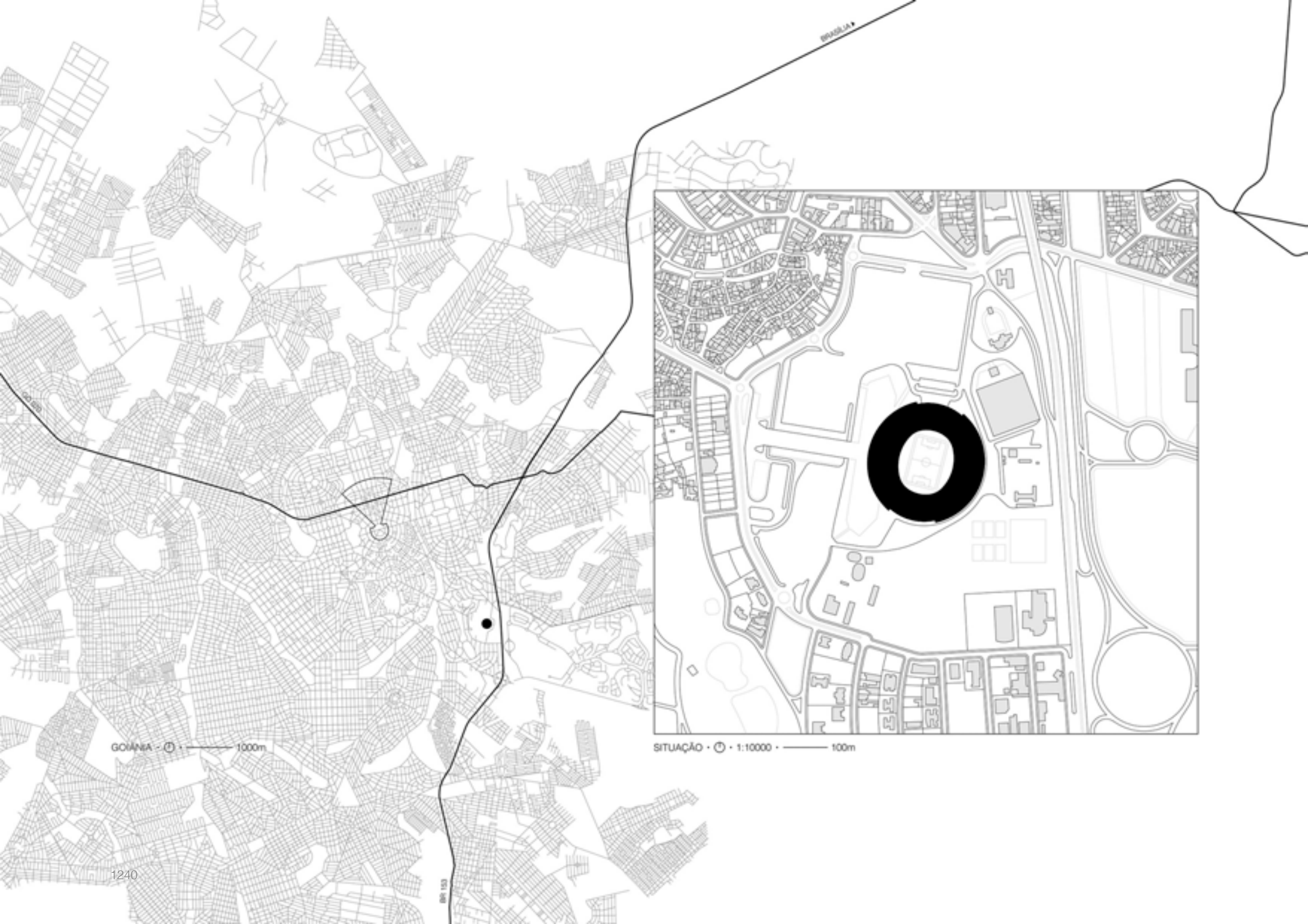
Desenho p. 1242
[1725]

Desenho p. 1243
[1726]

Desenho p. 1244
[1727]

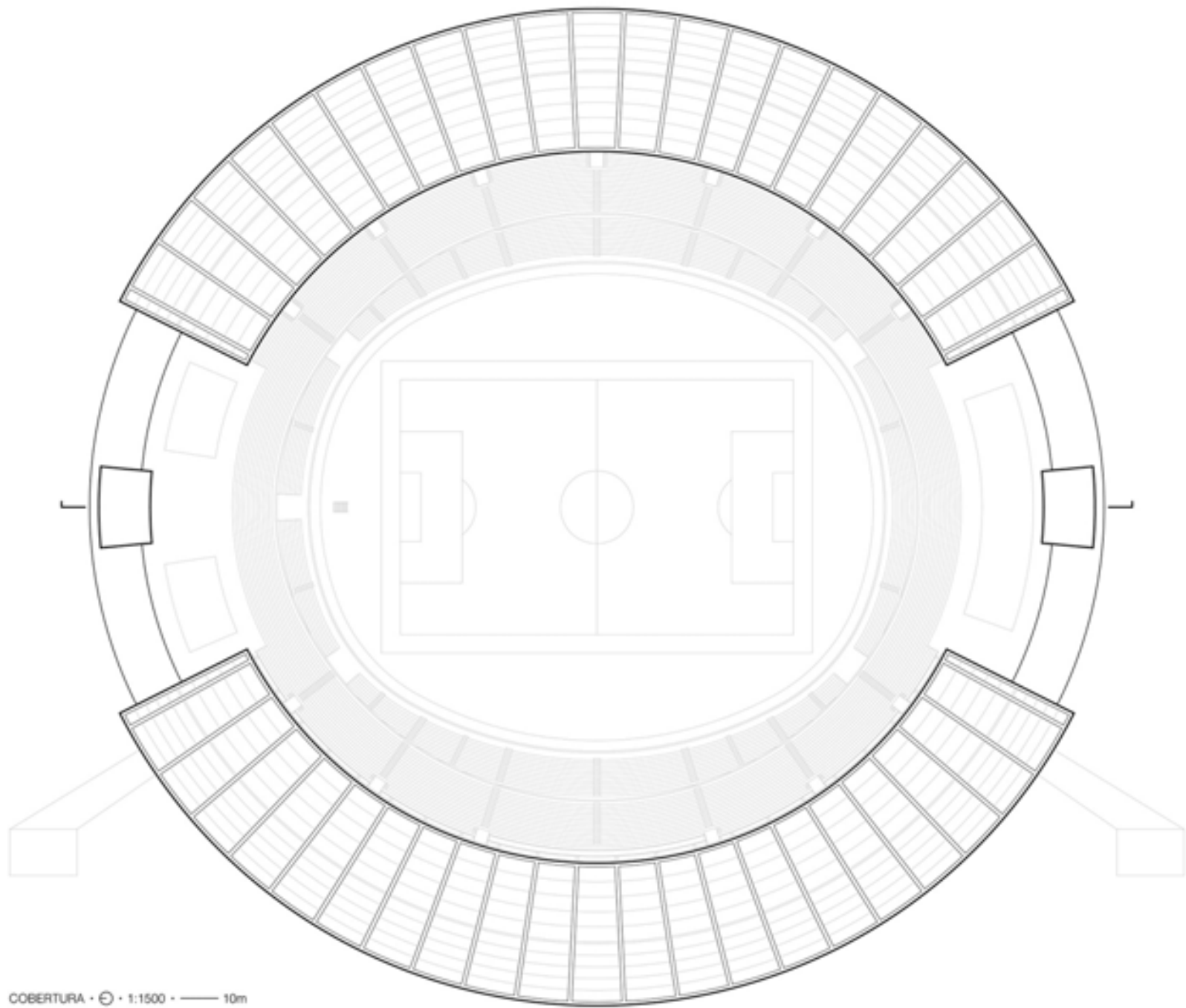
Desenhos p. 1245
[1728]
[1729]





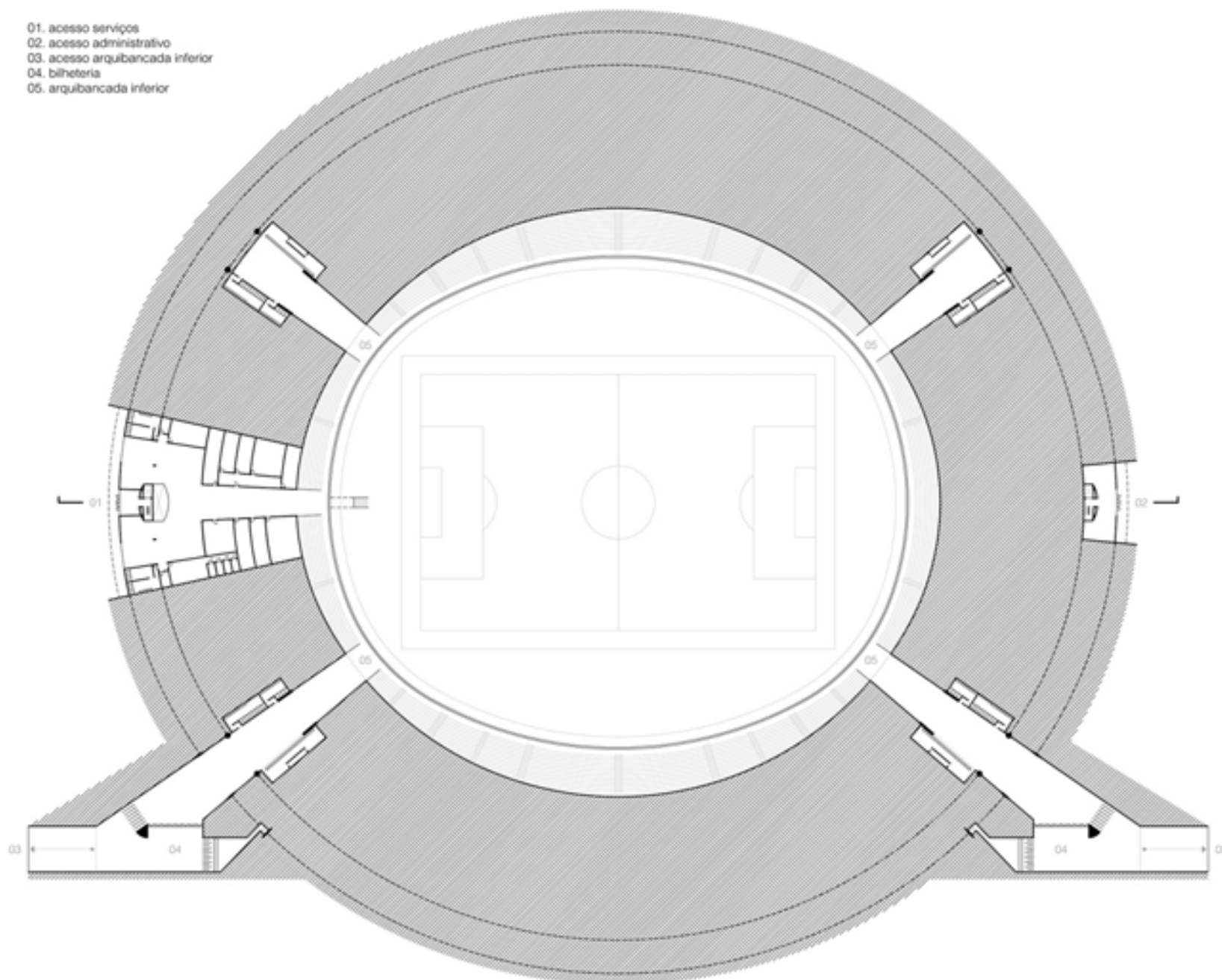
GOIÂNIA - 1000m

SITUAÇÃO - 1:10000 - 100m



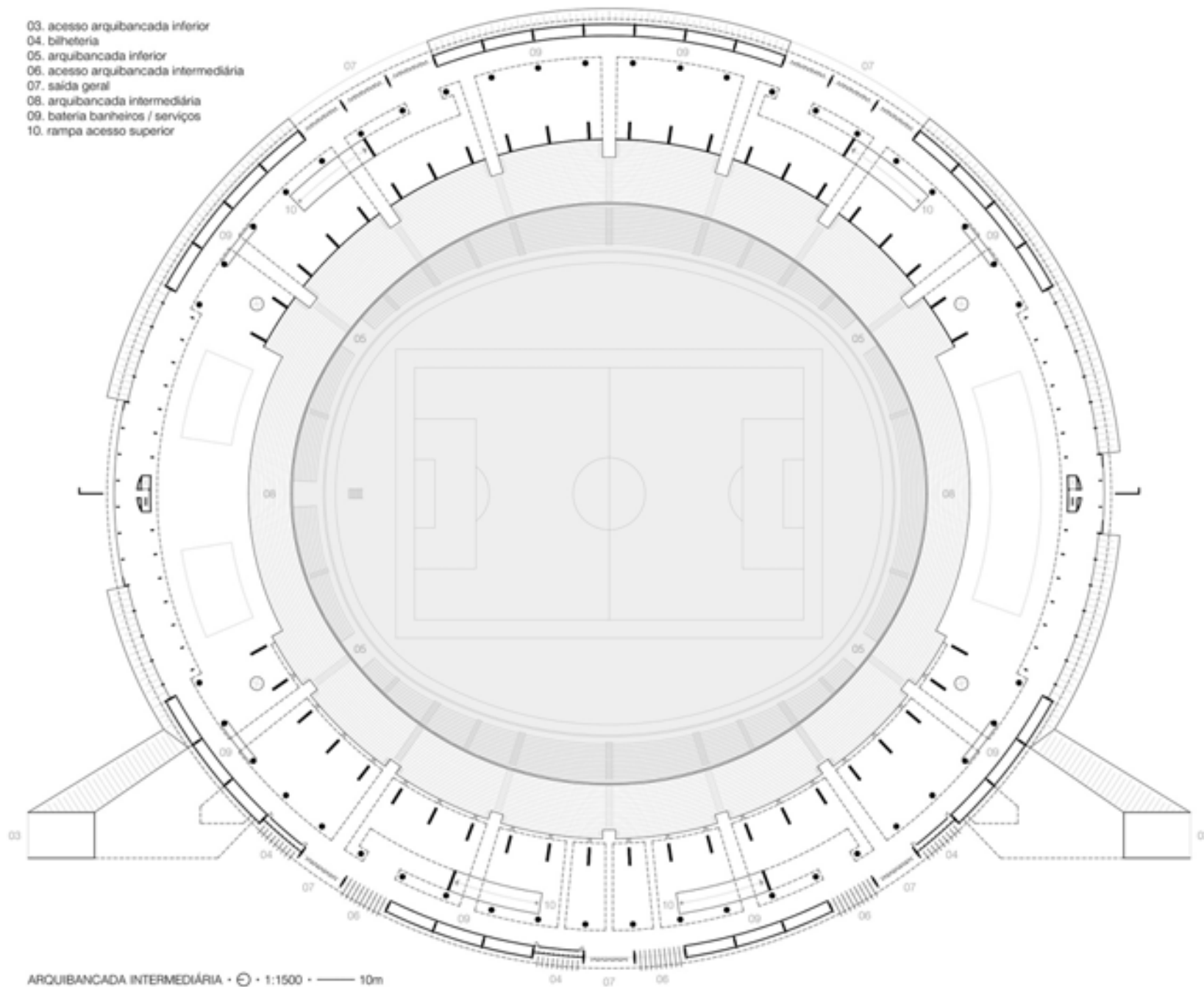
COBERTURA • ⊙ • 1:1500 • — 10m

- 01. acesso serviços
- 02. acesso administrativo
- 03. acesso arquibancada inferior
- 04. bilheteria
- 05. arquibancada inferior



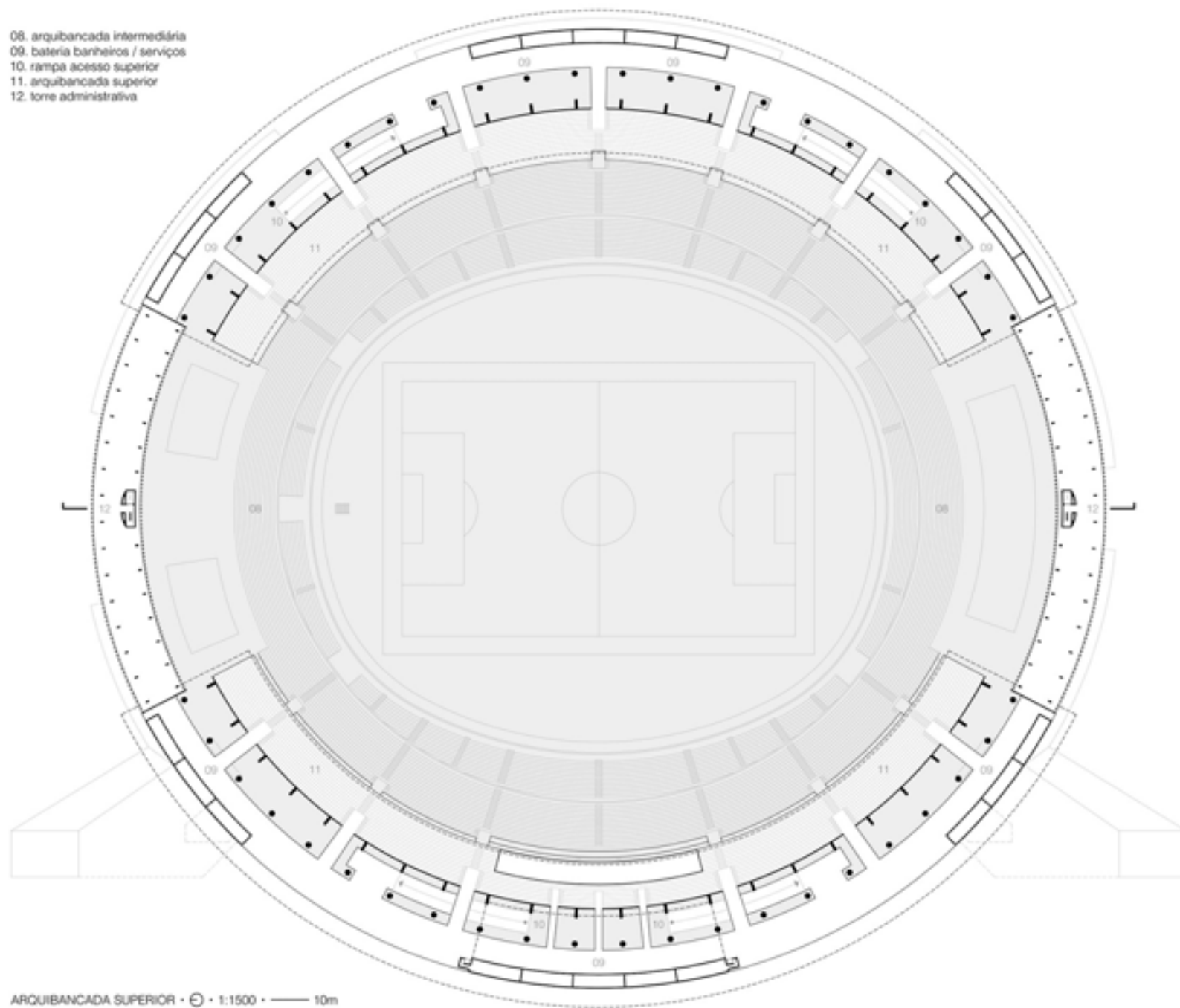
ARQUIBANCADA INFERIOR • ⊕ • 1:1500 • — 10m

- 03. acesso arquibancada inferior
- 04. bilheteria
- 05. arquibancada inferior
- 06. acesso arquibancada intermediária
- 07. saída geral
- 08. arquibancada intermediária
- 09. bateria banheiros / serviços
- 10. rampa acesso superior



ARQUIBANCADA INTERMEDIÁRIA • ⌀ • 1:1500 • — 10m

- 08. arquibancada intermediária
- 09. bateria banheiros / serviços
- 10. rampa acesso superior
- 11. arquibancada superior
- 12. torre administrativa



ARQUIBANCADA SUPERIOR • Ⓞ • 1:1500 • — 10m



LESTE • 1:1500 • 10m



CORTE LONGITUDINAL • 1:1500 • 10m



◀ [1730] · 09/11/2019

1976 · PARTHENON CENTER ·

1976 · Goiânia / GO · Parthenon Center

Em Goiânia, após a chegada da primeira turma de arquitetos vinculados a uma proposta de projeto mais voltada ao modernismo, formados no Rio de Janeiro/RJ e em São Paulo/SP, chega a turma proveniente de Belo Horizonte/MG. O primeiro grupo teve uma atuação acentuada aos idos da década de 1950 e 1960, e o segundo nas décadas de 1970 e 1980.

Quatro desses arquitetos, contemporâneos do curso de arquitetura da Federal de Minas Gerais, se instalam em Goiânia e estabelecem o escritório Arquitetos Associados. O primeiro é Eduardo Simões Barbosa (1937-), nascido em Belo Horizonte/MG, que chega em 1966 para trabalhar na construtora Dalia (Barbosa, 2010). A ele se associaram Fernando Carlos Rabelo (1945-), de Ipameri, Elias Daud Neto (1939-), natural de São José do Rio Pardo/SP, e Roberto Benedetti (1943-1986) nascido em Belo Horizonte/MG (Silva, 2016:34).

Apesar de motivos diversos para instalarem-se na capital goiana, é questão comum o fato de Belo Horizonte/MG ser mercado mais fechado, já relativamente saturado com arquitetos locais. A chegada em uma cidade ainda nova abria perspectivas de atuação profissional. A decisão se mostra acertada e em Goiânia desenvolvem extensa atividade projetual. Todos eles também tiveram passagem pela academia, trabalhando no nascente curso de arquitetura da Universidade Católica de Goiás.

Com esses quatro membros, o escritório funciona de 1968 a 1975 (Rabelo, 2019) e lega importantes exemplares para o cenário local, como a Primeira Igreja Presbiteriana [985:740] e a antiga sede do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal [954:724]. Obras de médio porte, que iniciam uma ruptura com o modernismo local ainda apegado aos ideais corbusianos reverberados pela primeira turma de arquitetos. Além dessas, teremos o edifício Parthenon Center. A maior expressão, em escala, do escritório; obra ímpar em diversos aspectos, peça fundamental na trajetória da arquitetura desenvolvida em Goiás.

[1731] · 09/11/2019

Fachada leste.



[1732] · 09/11/2019

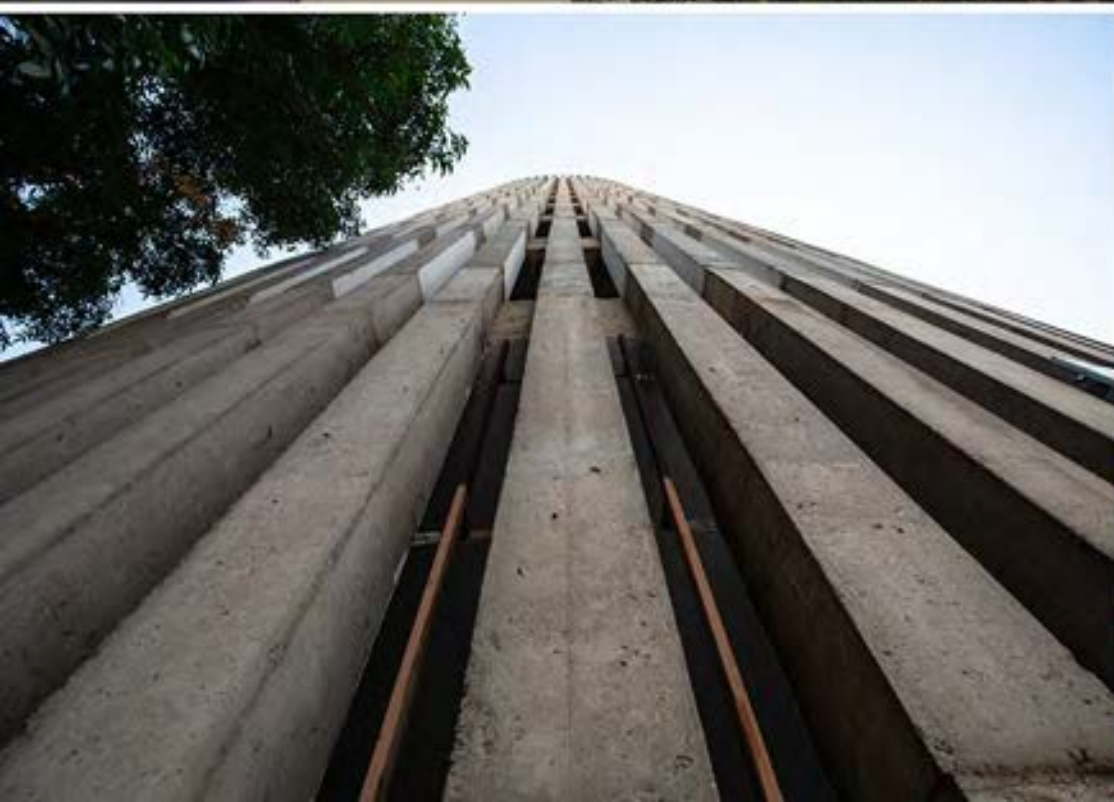
Estrutura rampas.



[1733] · 09/11/2019

Fachada norte.





A torre é um empreendimento promovido pela Incorporadora ProValle, politicamente forte no início da década de 1970. Tão forte que conseguiu adquirir uma quadra inteira no centro de Goiânia, retirar de lá o Mercado Central com todos os seus locatários, prometer a realocação desses no novo edifício, não cumprir (Fogaça, 1988:11), e ainda assim sair ileso de uma operação urbana nada discreta e que interferiu não só no planejamento urbano local, mas também na vida de centenas de pessoas.

[1734] · 09/11/2019
Vista interna rampa.



[1735] · 09/11/2019
Saguão de acesso.



[1736] · 09/11/2019
Estrutura rampa.



Apesar das operações escusas dos empreendedores, não se tira o mérito do projeto, iniciado em 1971, cuja obra foi concluída em 1976 após uma série de diferentes estudos (Silva, 2016:117). Foi o primeiro edifício multifuncional de grande porte da cidade, solicitando recursos projetuais e construtivos para resolver o diversificado programa. Lojas no térreo, uso institucional no mezanino, pavimentos exclusivos à garagem e torre com salas comerciais foram divididos em blocos, agenciados com uma separação de usos e fluxos de maneira natural e intuitiva aos usuários.

À época, o concreto armado era tecnologia já popular e foi necessária a viabilização de soluções que pediam balanços e vãos generosos para atingir índices comerciais de aproveitamento de área, tão necessários às operações de incorporação imobiliária. A técnica permitiu a materialização de um dos elementos icônicos do projeto, a rampa dupla, que tanta incompreensão gerou entre proprietários, técnicos da prefeitura e usuários. Não se tratando de mero formalismo, a solução permitiu diminuição de área ocupada caso as duas rampas fossem resolvidas separadamente. Criou-se com isso um rico elemento espacial que permanece confundindo os que sobem para acessar a garagem.

O térreo foi tratado como extensão da rua, permitindo a ligação entre calçadas opostas por um passeio coberto voltado às lojas internas, hoje menos ocupadas que as externas. As partes comuns voltadas aos usos institucionais sofreram contínuas alterações. Permanecem relativamente íntegras as lojas, salas e estacionamentos. Ainda hoje é um equipamento de grande impacto no bairro central, monumento da modernidade que materializou inovações técnicas e experimentos formais.



Dados

Obra: Parthenon Center

Ano Construção: 1976

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Espaço S/A (arquitetura)

Eduardo Simões Barbosa (arquiteto)

Fernando Carlos Rabelo (arquiteto)

Elias Daud Neto (arquiteto)

Roberto Benedetti (arquiteto)

Incorporadora ProValle (construtora)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Rua 4, 515, Centro

Coordenadas: 16°40'25.2"S 49°15'25.6"W

Altitude: 762 m

Altura: 63,40 m

Pavimentos: Subsolo + Térreo + Sobreloja + 16

Área Terreno: 3.000 m²

Área Ocupada: 2.963 m²

Área Construída: 39.350 m²

Fontes

BARBOSA, Eduardo Simões. **Entrevista com o Sr. Eduardo Simões Barbosa, arquiteto.** Goiânia/GO, 16 de fevereiro de 2010. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

BARBOSA, Morgana Alves. **Análise Estrutural do Edifício Parthenon Center.** Trabalho apresentado na disciplina Tecnologia de Arquitetura I da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1995. NDD-UCG, Trabalho 1128, Caixa Arquivo 160.

MOREIRA, Hortência; MUNDIM, Adriana; OLIVEIRA, Elen. **Parthenon Center: análise do processo composicional.** Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História I da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1998. NDD-UCG, Trabalho 734, Caixa Arquivo 90.

FOGAÇA, João Batista da Silva. **Ed. Parthenon Center: concepção, apropriação e relação com o entorno urbano.** Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História IX da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1988. NDD-UCG, Trabalho 400, Caixa Arquivo 46.

RABELO, Fernando Carlos. **Entrevista com o Sr. Fernando Carlos Rabelo, arquiteto.** Goiânia/GO, 10 de novembro de 2019. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

SILVA, José Renato de Castro e. **Arquitetos Associados e Espaço: Tradição e modernidade nas obras de um quarteto de formação mineira.** Goiânia, 2016. Dissertação-FAV, UFG.

[1737] · 09/11/2019
Vista interna rampa.



[1738] · 09/11/2019
Vista interna rampa.



[1739] · 09/11/2019
Detalhe pavimento garagem.



[1740] · 09/11/2019
Vista interna rampa.

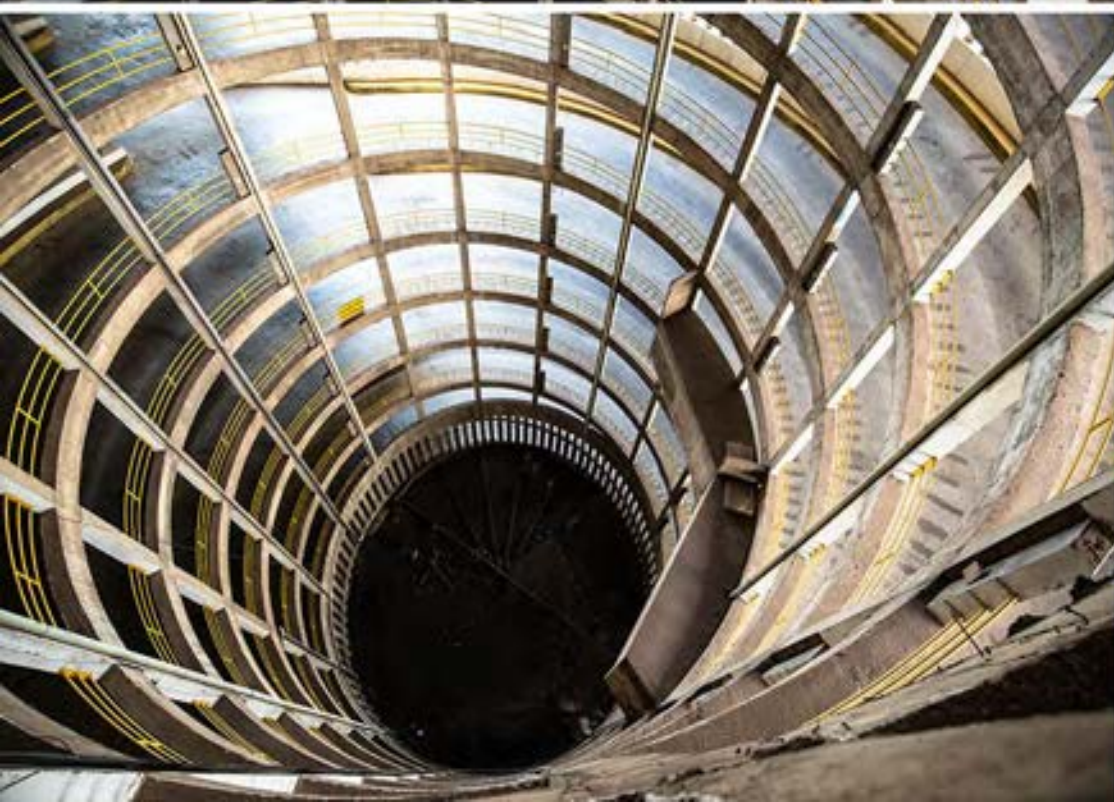


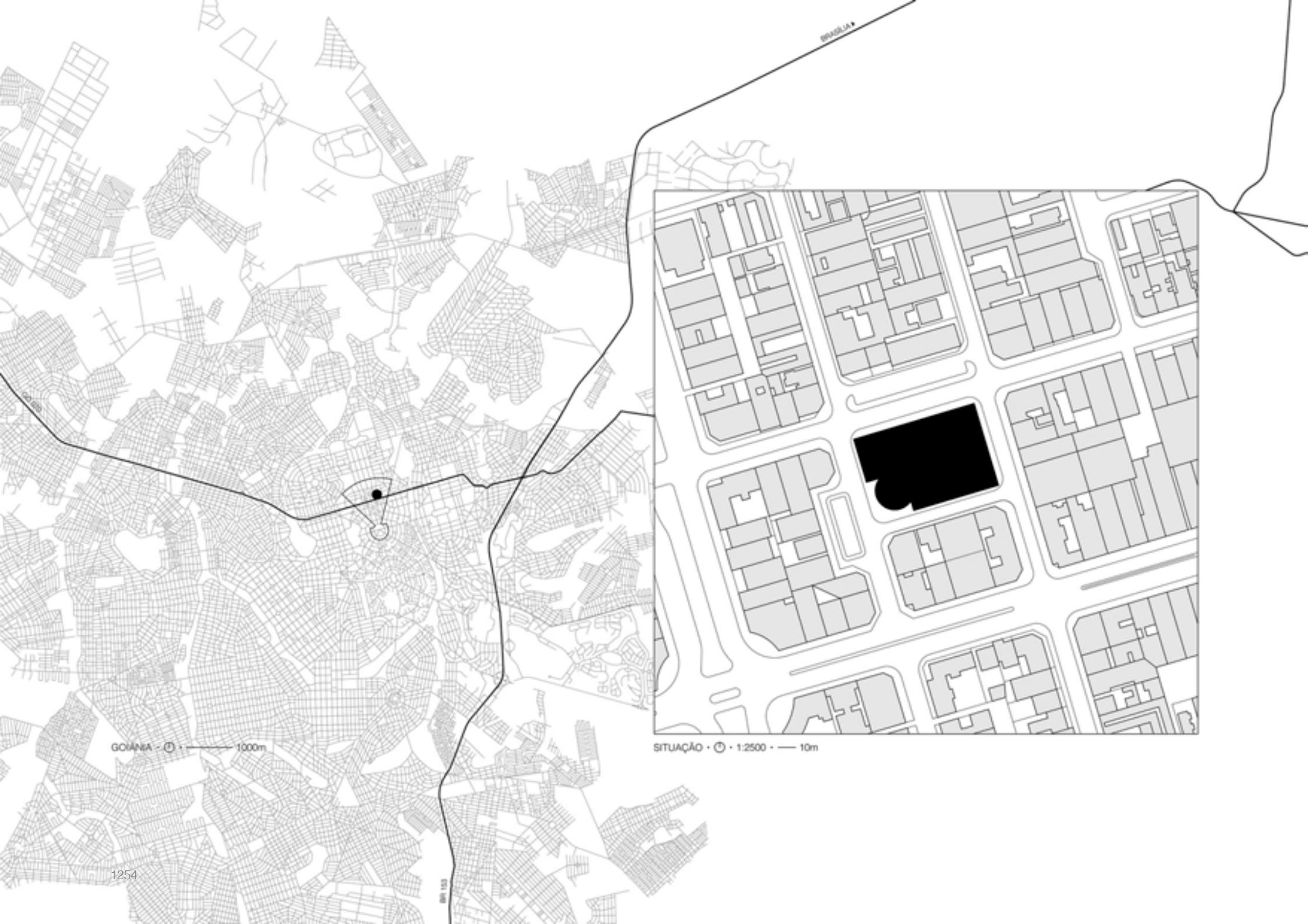
Desenhos p. 1254
[1741] [1742]

Desenhos p. 1255
[1743] [1744]

Desenhos p. 1256
[1745] [1746]

Desenho p. 1257
[1747]

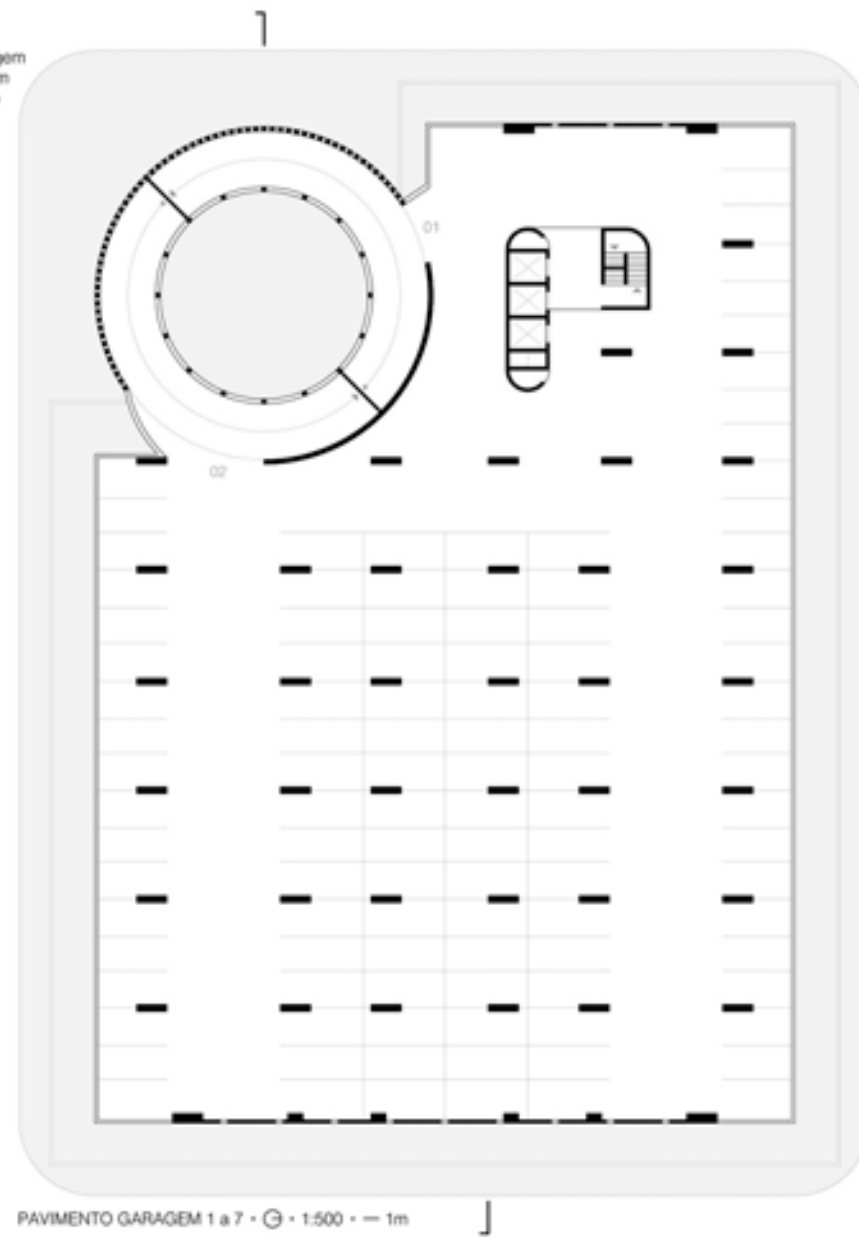
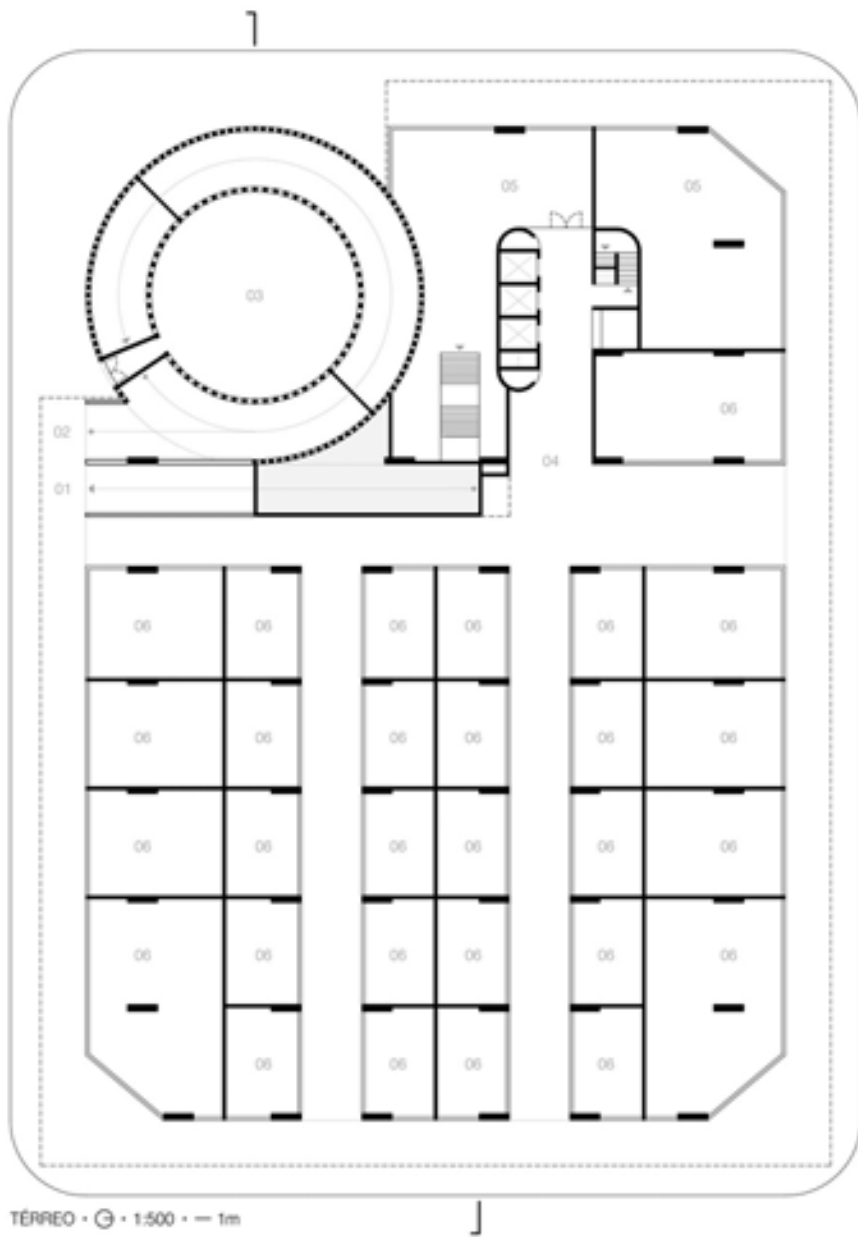


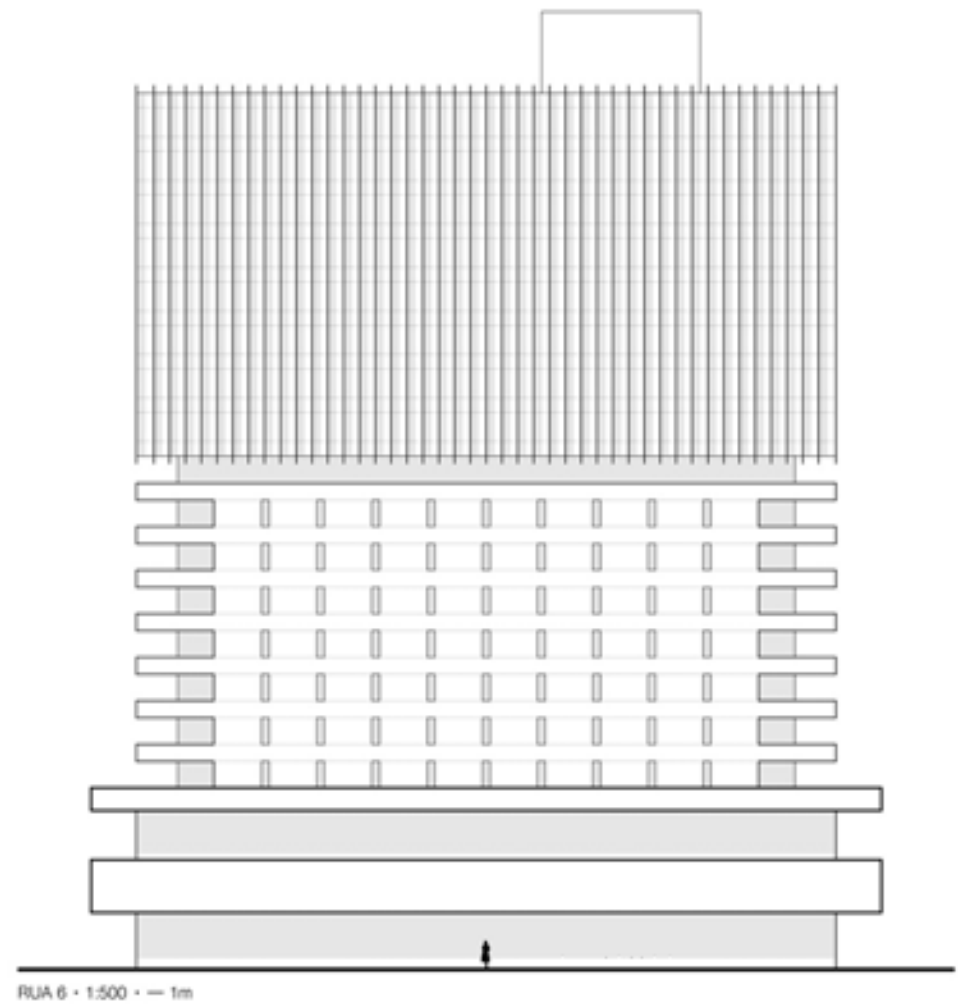
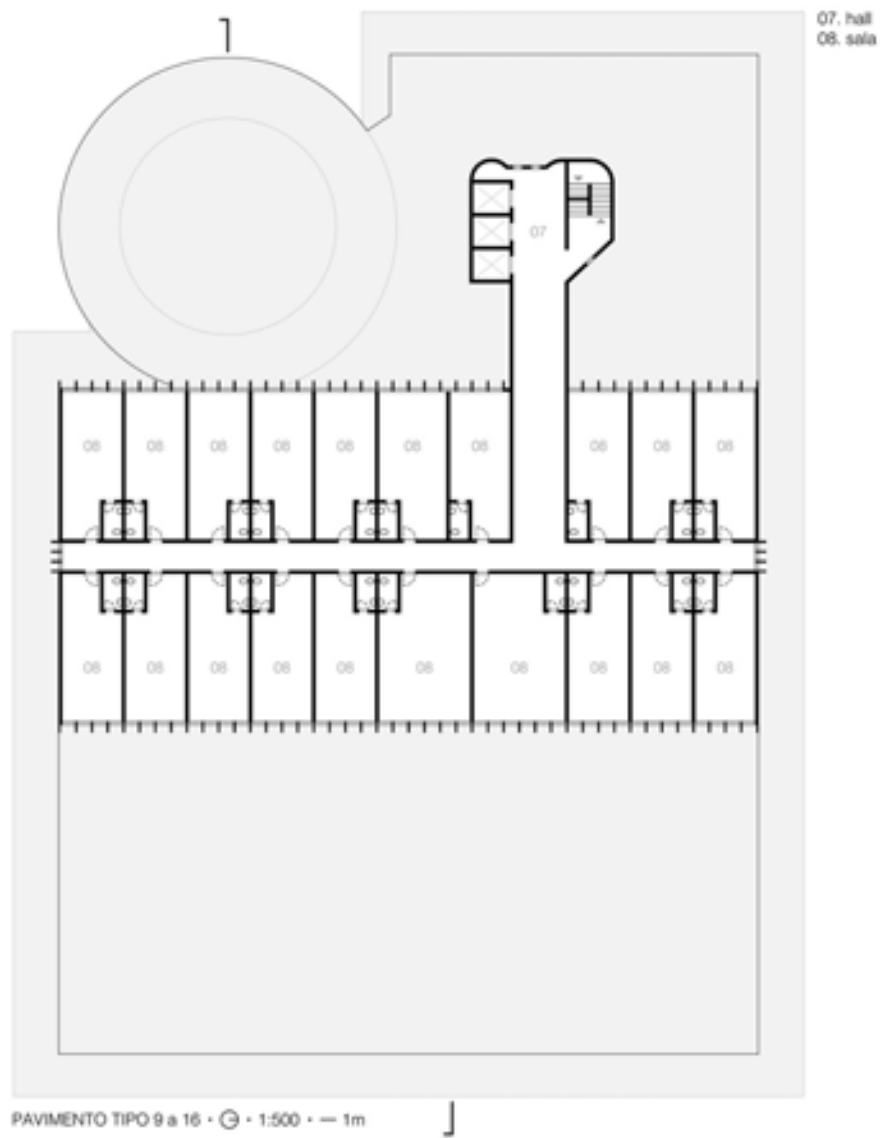


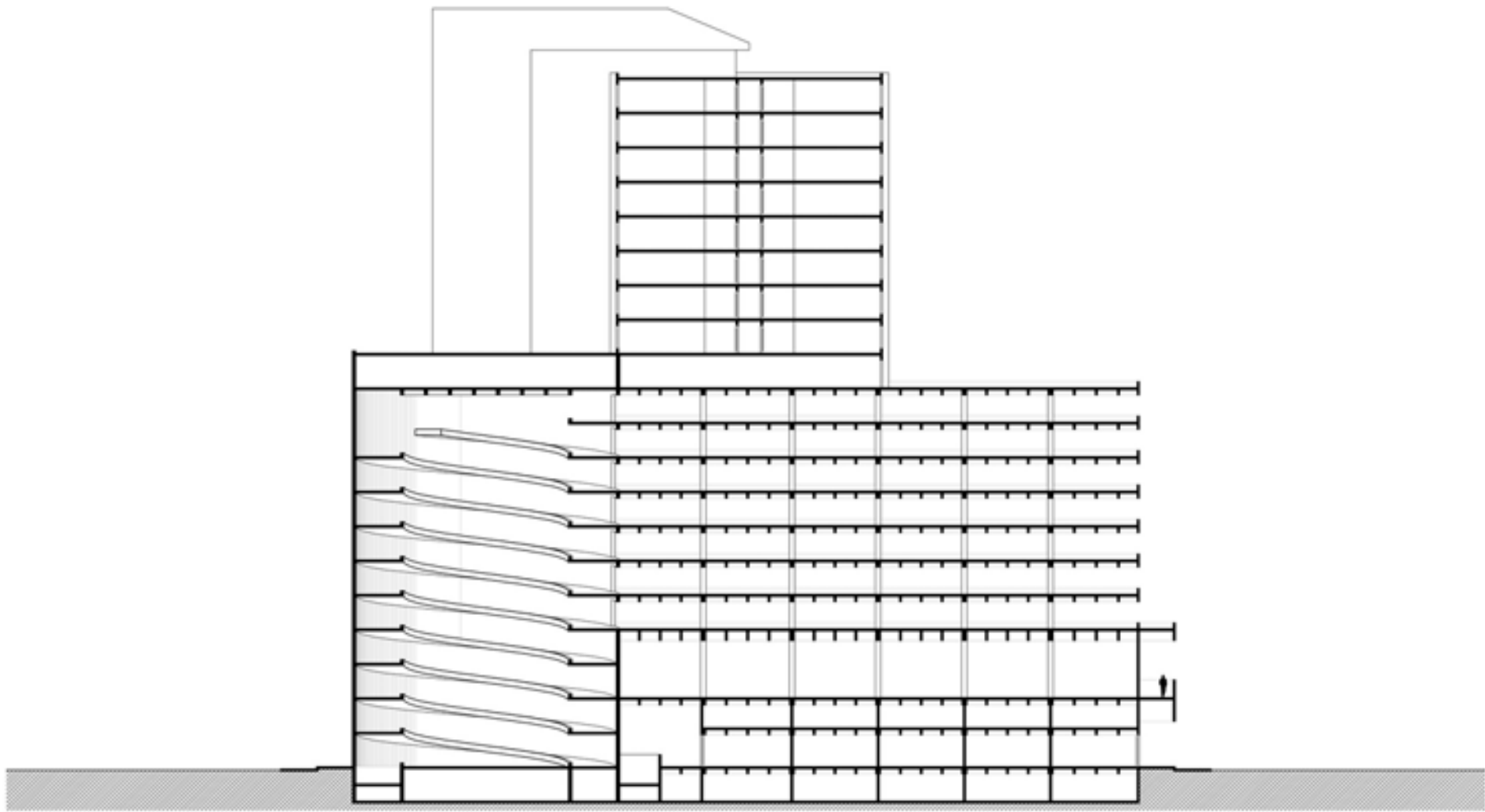
BRASÍLIA

GOIÂNIA - 1000m

SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m







CORTE LONGITUDINAL • 1:500 • — 1m



◀ [1748] · 15/10/2021

1976 · RESIDÊNCIA OSWALDO JOSÉ DE OLIVEIRA ·

1976 · Goiânia / GO · Residência Oswaldo José de Oliveira

O escritório Arquitetos Associados, apesar de contar com quatro sócios e grande número de funcionários, produzia também obras de pequeno porte, que exigiam uma atuação mais profunda de poucos profissionais. Como não envolvia toda a estrutura, ficava a cargo de um ou dois sócios que administravam o contrato e os contatos. No caso da residência projetada para Oswaldo José de Oliveira, estiveram à frente Eduardo Simões Barbosa (1937-) e Fernando Carlos Rabelo (1945-).

Este começou sua vida profissional em Goiânia desde universitário quando, nas férias, estagiava com Ariel Costa Campos e Raul Naves Filó, autor da Residência Leo Barreto [1641:1187]. Dessa época, Fernando Rabelo (2019) revela um período de muito trabalho e de uma prática profissional pautada pela desorganização. Em 1968 instala-se definitivamente e, não pretendendo ir para o serviço público administrativo, inicia a trajetória também como professor.

Reencontra o colega de universidade Eduardo Simões – com quem dividiu matéria por dois anos e teve parceria no esporte – que já estava presente entre os membros do corpo docente do curso de arquitetura da Universidade Católica de Goiás (Silva, 2016:82). Nesse momento projetavam muitas casas e iniciaram a estruturação de uma rede de contatos que permitiu a sustentabilidade econômica do escritório. Como divisão de trabalho, normalmente Fernando Rabelo ficava com a responsabilidade de organizar o programa de necessidades e conceber o esquema a ser submetido à aprovação dos proprietários (Rabelo, 2019). Só a partir desse momento é que se iniciavam os estudos de forma. O documento evitava retrabalhos e permitia a distribuição das tarefas internas à equipe.

A residência para a família de Oswaldo de Oliveira foi projetada entre os anos de 1974 e 1975 e teve sua obra finalizada em 1976 (Barbosa; Rabelo, 1982:88); pensada para o casal e três filhos já crescidos que logo deixariam o teto dos pais. O proprietário era amigo dos arquitetos, engenheiro, professor e diretor regional da Eternit, tendo fornecido material para obras anteriores.

[1749] · 15/10/2021 ◀
Detalhe treliça.

[1750] · 15/10/2021 ◀
Cobertura.

[1751] · 15/10/2021 ▶
Detalhe estrutura e cobertura.



Naturalmente o uso dos materiais dentro do catálogo da empresa era obrigatório. Em um trajeto de experimentação formal que se iniciava com a implantação e culminava no telhado, a telha foi empregada buscando ressaltar os valores plásticos do material. Assim, a inclinação, mais acentuada que o recomendado, e o giro da posição usual das canaletas compuseram, em volumetria, o mesmo jogo de ângulos que acontece em planta. A equipe técnica da Eternit acreditava que as telhas corriam risco de se fragmentar com a expansão térmica ao serem instaladas longitudinalmente em peça única vencendo o vão de sete metros amarradas ao madeiramento. Estavam errados, e após a obra utilizaram a nova maneira de instalação como propaganda (Rabelo, 2019).

O terreno, comprimido na parte frontal, solicitou a fragmentação dos volumes, gerando um jogo volumétrico que tira partido dos ângulos fornecidos pelos limites do lote. Com isso, foram resolvidos ambientes mais estreitos na parte frontal, criando-se um pátio de acesso que garante iluminação e ventilação aos espaços. Ainda para melhorar a qualidade dos espaços, parte do programa foi resolvido no subsolo, onde se inicia a escada como elemento articulador da forma e dos fluxos.

Essa quebra da linha reta e sobreposição de ângulos foi uma busca intencional dos arquitetos para tentar romper com a rigidez de projetos anteriores (Silva, 2016:73). O mesmo caso com o telhado, que, por se comportar mal termicamente, transmitindo muito calor entre ambiente externo e interno, lançou a necessidade do uso de treliça entre laje e telha, criando a ventilação permanente do vão e mantendo níveis mais confortáveis de temperatura. Um correto agenciamento das questões formais que não nascem gratuitamente, mas sempre de uma necessidade técnica.

Fizeram dessa experimentação plástica uma marca da produção do escritório, buscaram o enriquecimento das decisões formais a partir de soluções de problemas reais, aprofundando as análises locais. Apesar de manterem aproximação com o modernismo, distanciaram-se das formas mais alvas e rígidas dos primeiros momentos goianos.

[1752] · 15/10/2021
Fachada posterior.



[1753] · 15/10/2021
Detalhe fachada lateral.





Dados

Obra: Res. Oswaldo José de Oliveira

Ano Construção: 1976

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Oswaldo José de Oliveira (proprietário)

Espaço S/A (arquitetura)

Eduardo Simões Barbosa (arquiteto)

Fernando Carlos Rabelo (arquiteto)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Rua 118, 84, Centro

Coordenadas: 16°41'33.1"S 49°15'00.1"W

Altitude: 804 m

Altura: 8,10 m

Pavimentos: Inferior + Térreo + Superior

Área Terreno: 523 m²

Área Ocupada: 174 m²

Área Construída: 342 m²

Fontes

BARBOSA, Eduardo Simões. **Entrevista com o Sr. Eduardo Simões Barbosa, arquiteto.** Goiânia/GO, 16 de fevereiro de 2010. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

BARBOSA, Eduardo Simões; RABELO, Fernando Carlos. **Residência em Goiânia.** In: Revista Módulo, n.70, p.88-90. Rio de Janeiro: Avenir, 1982.

RABELO, Fernando Carlos. **Entrevista com o Sr. Fernando Carlos Rabelo, arquiteto.** Goiânia/GO, 10 de novembro de 2019. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

SILVA, José Renato de Castro e. **Arquitetos Associados e Espaço: Tradição e modernidade nas obras de um quarteto de formação mineira.** Goiânia, 2016. Dissertação-FAV, UFG.

[1754] · 15/10/2021
Detalhe vitral.



[1755] · 15/10/2021
Estar.



[1756] · 15/10/2021
Estar e circulação.



Desenhos p. 1266
[1757] [1758]

Desenhos p. 1267
[1759] [1760]
[1761]
[1762] [1763]





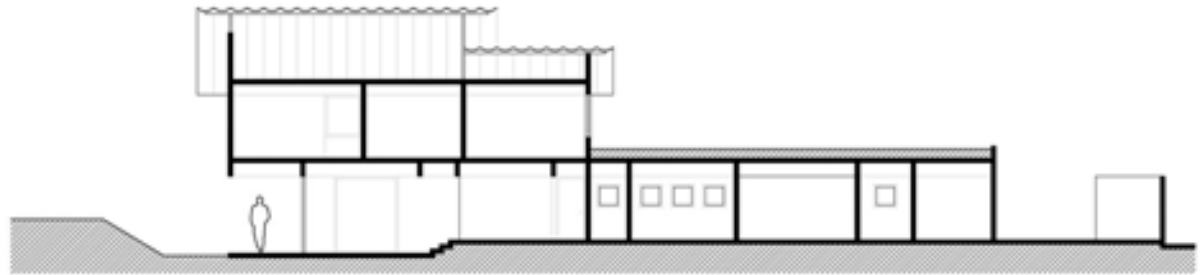
BRISOLIA

GOIÂNIA - 1000m

SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m



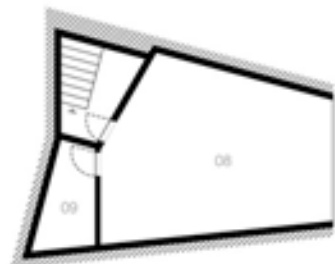
RUA 118 • 1:250 • 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • 1m

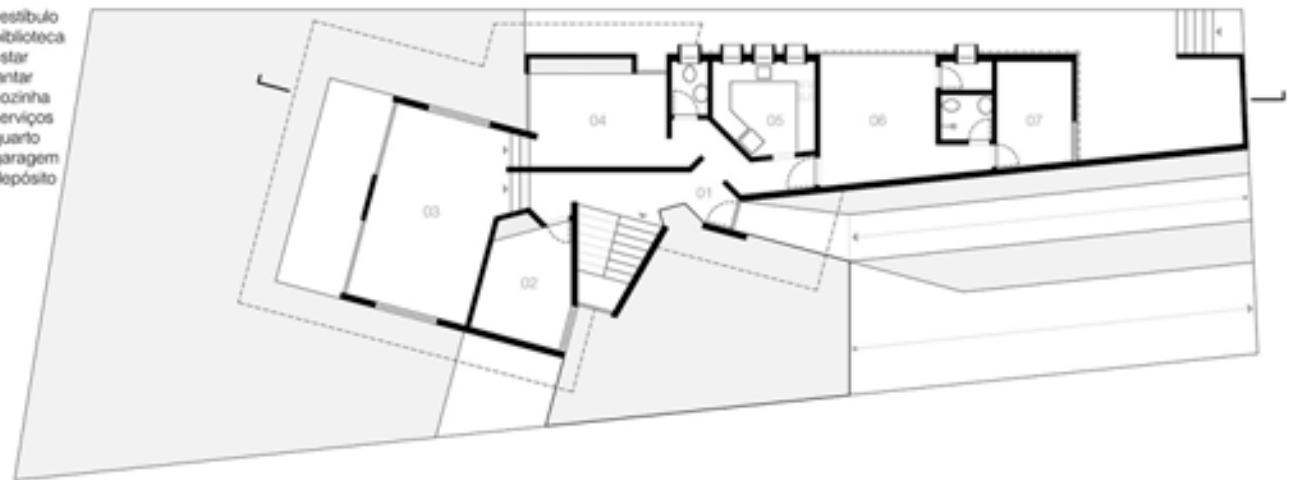


SUPERIOR • 1:250 • 1m



INFERIOR • 1:250 • 1m

- 01. vestíbulo
- 02. biblioteca
- 03. estar
- 04. jantar
- 05. cozinha
- 06. serviços
- 07. quarto
- 08. garagem
- 09. depósito



TÉRREO • 1:250 • 1m



◀ [1764] · 20/09/2009

1976 · RESIDÊNCIA ANTÔNIO LÚCIO E ANA TEREZINHA PINHEIRO ·

1976 · Goiânia / GO · Residência Antônio Lúcio e Ana Terezinha Pinheiro

Antônio Lúcio (1939-) inicia a concepção de sua própria casa pouco depois de finalizar o curso de arquitetura, em meados de 1966. Pensada como um protótipo de habitação que busca a racionalização e flexibilização dos espaços, multiplicável, de rápida execução, e passível de ser implantada em diferentes configurações de terrenos. Nesse projeto há o agrupamento de todo o pensamento arquitetônico, social e político do autor.

Em 1976 o módulo experimental fica pronto. Trata-se de raciocínio comunitário que, apesar de considerar as questões do indivíduo, contempla as possibilidades da congruência social. Pensada também para ser edificada em um país em desenvolvimento, desprovido de recursos e mão de obra qualificada (Pinheiro, 2008). A edificação, em concreto armado aparente, é de desenho conciso e intuitivo que, assim como grande parte das obras da escola paulista, está praticamente finalizada ao término da execução da estrutura.

A casa provocou polêmica antes mesmo de iniciada sua construção. A administração municipal não possuía parâmetros para avaliar as aberturas, o pano de vidro estava fora dos padrões usuais de comparação (Pinheiro, 2021). O conceito é de uma unidade habitacional solta, elevada do terreno, de maneira que o solo permaneça livre, tocado por cinco pilares. O térreo, a natureza, seria adaptável às necessidades do usuário, liberado para a diversidade de usos específicos a cada proprietário e terreno.

Ao nível do solo, o arquiteto optou pela implantação de seu escritório, área de serviços da casa e área de lazer. O restante do terreno é fechado por elementos vazados que iluminam e propiciam aeração da piscina e áreas de serviço. Como experimento, o térreo poderia assumir uma infinidade de configurações, como comércio, pequenas oficinas, ou mesmo área totalmente verde. Assim temos duas bases de ocupação, o terreno e a plataforma de concreto superior.

[1765] · 20/09/2009 ▲▲
Fachadas frontal e lateral.

[1766] · 20/09/2009 ▲▲
Fachada frontal.

[1767] · 20/09/2009 ▼▼▼
Acesso térreo.

[1768] · 20/09/2009 ▼▼▼
Detalhe estrutura aparente.

[1769] · 11/10/2021 ▼▼▼
Detalhe brises atuais.



[1770] · 11/10/2021
Pilotis e estrutura.



[1771] · 11/10/2021
Escada central.



O módulo habitacional encontra-se elevado do solo por um pilar central oco e quatro pilares perimetrais em forma de L com 1m de lado. Estes são responsáveis pela sustentação das quatro vigas inferiores e quatro vigas superiores que possuem 1m de altura por 17m de comprimento. O pilar central de 1,20m x 1,20m configura o shaft das instalações e caixa d'água, sustentando a escada de concreto. Resumida a cinco pilares, oito vigas e duas lajes, a estrutura concisa proporciona, além de melhor compreensão do projeto, economia de desenhos e fôrmas.

A caixa quadrada fechada por vidro em suas quatro faces permite a transparência dos ambientes internos, porém controlável por lonas externas que regulam a luz – atualmente retiradas. Os ambientes podem ser cruzados por ventos provenientes de qualquer direção. O pano de vidro tem 25% de sua área composta por elementos móveis, permitindo a renovação do ar interno.

A obra, em sua concepção original, é configurada por basicamente três elementos. O concreto da estrutura, o vidro de fechamento e a lona para controle luminoso. Todas as instalações são aparentes; dutos elétricos, hidráulicos e sanitários estão todos à vista e concentram sua descida no pilar central. Nos mais de trinta anos de uso, poucas foram as modificações que, por sinal, não influenciaram na leitura do seu conceito inicial.

Alguns usos foram acrescentados, volumes no térreo surgiram. Mas, ao contrário de modificar o conceito, reforça-o, mostrando que a parte livre para trabalhar as necessidades individuais, o térreo, funciona como o planejado. O layout do pavimento superior foi revisto inúmeras vezes e as cores da lona variadas de acordo com o humor do proprietário. Ao artista coube idealizar o espaço livre, ao técnico, proporcionar os meios para a construção do ambiente a ser ocupado de acordo com a necessidade dos que dele usufruem. Atualmente abriga uma loja de iluminação que adaptou os espaços aos novos usos assim confirmando universalidade da proposta inicial.



Dados

Obra: Res. Antônio Lúcio e Ana Terezinha

Ano Construção: 1976

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro (arquiteto)

Ana Terezinha Pinheiro (proprietária)

Mário Metran (estrutura)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Rua 38, 720, St. Marista

Coordenadas: 16°41'52.0"S 49°16'05.2"W

Altitude: 813 m

Altura: 8,30 m

Pavimentos: Térreo + Superior

Área Terreno: 544 m²

Área Ocupada: 215 m²

Área Construída: 388 m²

Fontes

FONSECA, Ronaldo da Paixão. **Caminhos de uma Arquitetura: obra e trajetória de Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro.** Goiânia, 2019. Dissertação-FAV, UFG.

PINHEIRO, Antônio Lúcio Ferrari. **Residência do Arquiteto, Goiânia, GO, 1975.** Prancha de apresentação. Arquivo pessoal do arquiteto. Goiânia, 1984c.

PINHEIRO, Antônio Lúcio Ferrari. **Entrevista com o Sr. Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro, arquiteto e professor do curso de arquitetura da PUC/GO.** Goiânia/GO, 09 de agosto de 2008. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

PINHEIRO, Antônio Lúcio Ferrari. **Entrevista com o Sr. Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro, arquiteto e professor do curso de arquitetura da PUC/GO.** Brasília/DF, 13 de abril de 2021. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

RODRIGUES, Valéria. **Inventário Arquitetônico: Residência Antônio Lúcio.** Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura VI da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1986b. NDD-UCG, Trabalho 508, Caixa Arquivo 58.

SILVA NETO, Eurípedes Afonso da. **De Goiânia: Antônio Lúcio . 1976 . Residência do Arquiteto.** In: 8º Seminário DOCOMOMO Brasil, Anais, Rio de Janeiro: DOCOMOMO, 2009.

SILVA NETO, Eurípedes Afonso da. **Goiânia Casa Moderna: 1950, 1960, 1970.** Brasília, 2010. Dissertação, FAU-UnB.

[1772] · 20/09/2009 ◀
Pavimento superior livre.

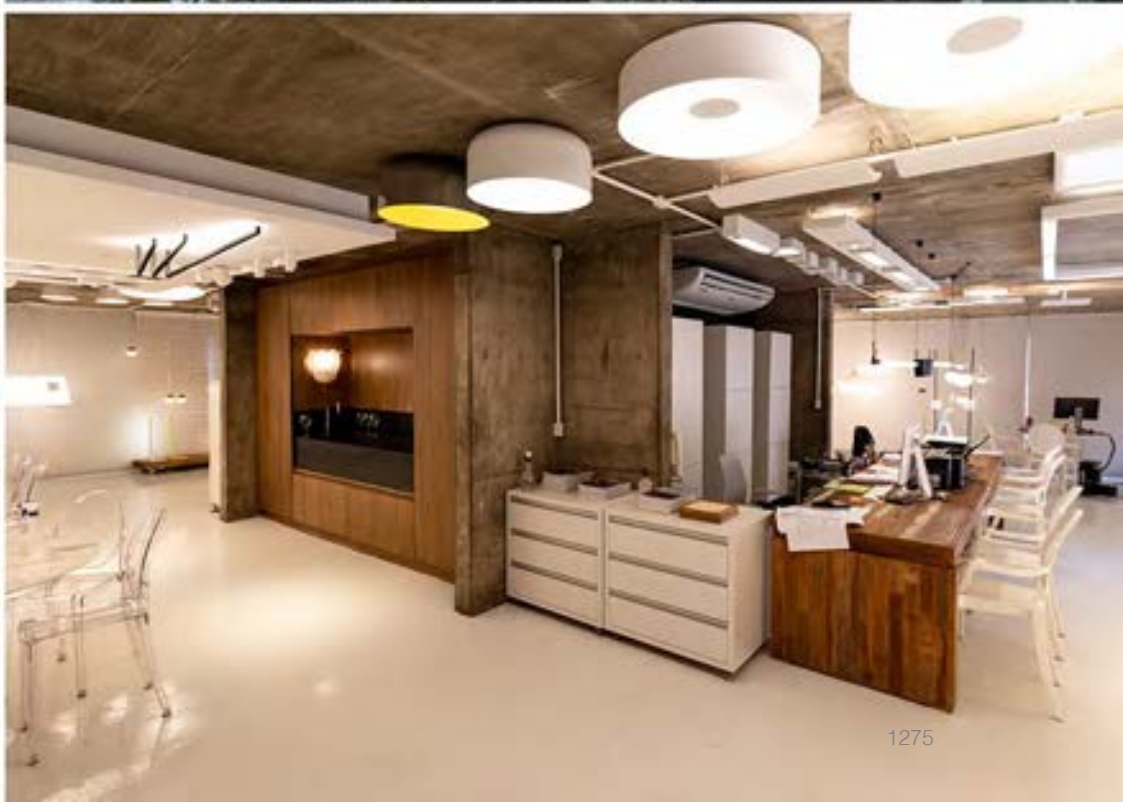
[1773] · 20/09/2009 ◀
Ateliê arquitetura.

[1774] · 20/09/2009 ▶
Pavimento superior livre.

[1775] · 11/10/2021 ▶
Ocupação atual, comercial.

Desenhos p. 1276
[1776] [1777]

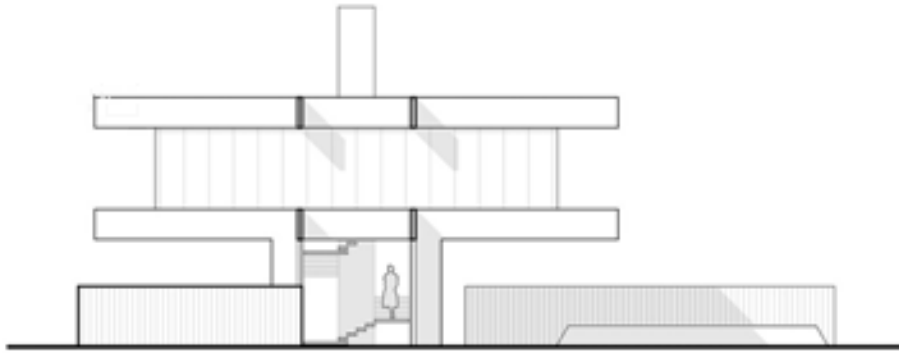
Desenhos p. 1277
[1778] [1779]
[1780] [1781]



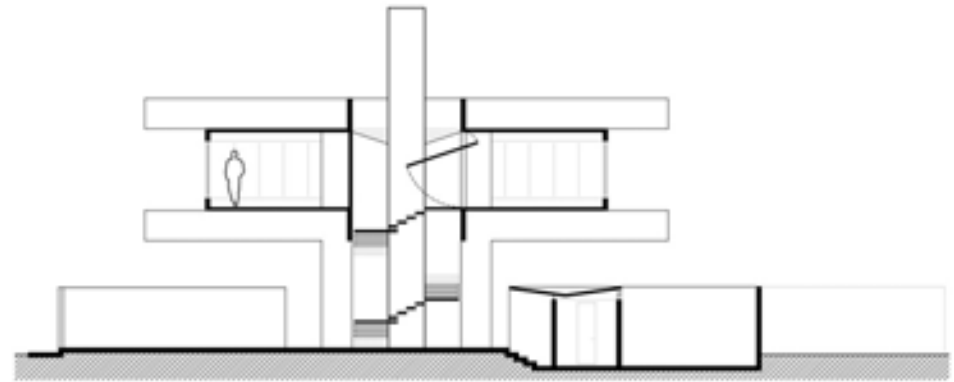


GOIÂNIA - 1000m

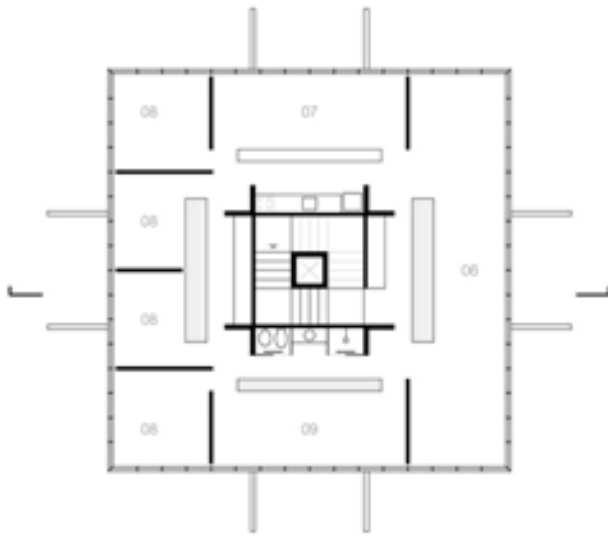
SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m



RUA 38 • 1:250 • — 1m

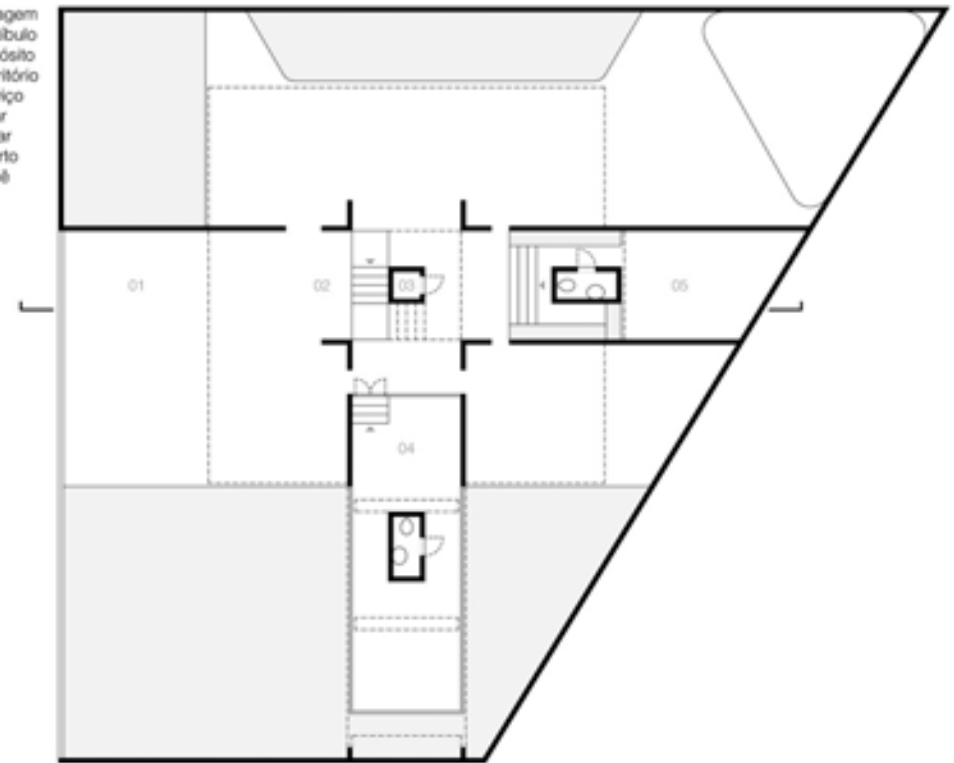


CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • — 1m



SUPERIOR • 1:250 • — 1m

- 01. garagem
- 02. vestibulo
- 03. depósito
- 04. escritório
- 05. serviço
- 06. estar
- 07. jantar
- 08. quarto
- 09. ateliê



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [1782] · 10/10/2021

1978 · AGÊNCIA BANESPA GOIÂNIA ·

1978 · Goiânia / GO · Agência Banespa Goiânia (atual Agência Santander)

Houve, durante a década de 1970, notável expansão das instituições bancárias pelo território nacional. Promovida por um desenvolvimento econômico calcado no financiamento externo que demandou a estruturação do sistema financeiro, que atraía cada vez mais recursos e investimentos (Sabbag, 1983:41). Os bancos tornaram-se pontos de acumulação de capital e as agências a vitrine de tal opulência. Ao serem disseminadas por todo o Brasil, cumpriam a tarefa de propagar a imagem de cada uma das instituições, além de ampliar a capacidade de captação de recursos. Edifícios sedutores eram peças fundamentais ao cumprimento desses objetivos.

O notável momento de expansão exigiu a abertura de departamentos técnicos específicos para cuidar dos projetos e obras das novas agências. A exemplo, o Itaú finalizou o ano de 1983 com cerca de duzentos funcionários na divisão de engenharia e chegava a construir mais de sessenta agências por ano (Sabbag, 1983:42). Além de contar com estrutura equiparável – em pessoal e volume de obras – às grandes construtoras locais, as instituições financeiras passavam a exercer influência no cenário imobiliário à medida que adquiriam novos terrenos e edifícios. Tal arquitetura dita bancária sofreu pesadas críticas, alimentadas principalmente por Carlos Lemos (1981:27), que se voltou contra a atitude personalista dos projetistas. Para ele, os objetos estavam mais a serviço do marketing que de uma correta inserção na paisagem e cultura local. Apesar da polêmica que reverberou em revistas da época, é fato que a nova tipologia foi a salvação da lavoura para vários arquitetos. A exemplo, Siegbert Zanettini (1934-) relata que, apesar de contrariado (Sabbag, 1983:43), projetou mais de cem agências.

Para Massashi Ruy Ohtake (1938-2021) não foi diferente. Formado pela FAU-USP em 1960, durante a década de 1970 estava com escritório em pleno funcionamento. Contratado pelo departamento técnico do Banespa, realiza o projeto de três agências. A instituição, fundada em 1909 e vendida ao Santander em 2000, também passou por crescimento das atividades. Em 1950, contava com duzentas agências, em 1970 com quinhentas e em 1985 já com mais de seiscentas (Banespa, 1986:130).

[1783] · 10/10/2021 ▲▲
Fachada.

[1784] · 10/10/2021 ▲▲
Fachada.

[1785] · 10/10/2021 ▼
Contexto urbano.



A agência em Goiânia nos parece mais um exercício da interação entre concreto aparente e formas curvas, já testadas na Fábrica da Aché em 1970, na Central Telefônica de Campos do Jordão/SP em 1974, e que culmina no Cartório de Itanhaém/SP de 1985. Em todas as obras estão presentes as características formais desse primeiro momento da produção de Ruy Ohtake, mais ligadas às características técnicas e formais do concreto armado. A liberdade do programa das novas agências, com amplos espaços para atendimento e trabalho, favoreceu a liberdade plástica.

Em Goiânia, por ser a representação do banco em uma capital de outro estado, tal singularidade formal foi um objetivo (Ohtake, 1990). A curva surge sob o argumento de deixar mais leve o volume de esquina. Popularmente atribuem tal decisão a uma manobra para aumentar a área da fachada. Esta, por ser curva, seria mais extensa do que se estivesse edificada junto aos limites do terreno. Um mito, já que a atual é 5% mais curta que o perímetro de ocupação total.

O térreo está todo protegido pelos balanços, que criam uma zona sombreada, com discricção ampliada pelos vidros pretos, na constante busca dos arquitetos brasileiros de fazer com que as edificações pareçam flutuar. Para os dois pavimentos superiores, os jogos de recuo e sobreposição das curvas funcionam como brises de proteção solar e ampliam a privacidade das atividades.

A estrutura que sustenta essa forma é robusta; a laje repousa sobre uma malha de vigas espaçadas de 2m em 2m, que descarregam nas duas paredes limítrofes e cinco pilares perimetrais. Estes, de seção quadrada nos pavimentos superiores, assumem-se como setas escultóricas que direcionam os acessos do térreo. O edifício conta com um painel realizado pela mãe do arquiteto, Tomie Ohtake (1913-2015), hoje um tanto escondido com a nova configuração de layout. Externamente, permanece como um marco na paisagem, objeto ímpar, com curvas de concreto aparente nunca feitas antes, nem depois, em Goiânia. Segue, quarenta e quatro anos depois, corroborando as críticas de Lemos.

[1786] · 10/10/2021 ▲ ▲
Detalhe estrutura.

[1787] · 10/10/2021 ▲ ▲
Detalhe estrutura.

[1788] · 10/10/2021 ▼ ▼
Detalhe estrutura.

[1789] · 10/10/2021 ▼ ▼
Detalhe estrutura.

[1790] · 10/10/2021 ►
Painel Tomie Ohtake.



Dados

Obra: Agência Banespa Goiânia

Ano Construção: 1978

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Massashi Ruy Ohtake (arquiteto)

José Maria Whitaker (arquiteto)

Aluizio D'Ávila (estrutura)

Guentaro Kimura (instalações)

Jardim Engenharia (construção)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Rua 3, 997, Centro

Coordenadas: 16°40'36.5"S 49°15'34.7"W

Altitude: 760 m

Altura: 12,70 m

Pavimentos: Subsolo + Térreo + 2

Área Terreno: 835 m²

Área Ocupada: 778 m²

Área Construída: 3.000 m²

Fontes

BANESPA. **Banco do Estado de São Paulo: Banespa 60 anos**. São Paulo: Projeto P/W, 1986.

FARIAS, Agnaldo. **La Arquitectura de Ruy Ohtake**. Madrid: Celeste, 1994.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Arquitetura Bancária e Outras Artes**. In: Projeto, n.26, p.27-28. São Paulo: PROJETO, 1981.

OHTAKE, Ruy. **Cadernos Brasileiros de Arquitetura 1/2: Arquiteto Ruy Ohtake**. São Paulo: Projeto, 1976.

OHTAKE, Ruy. **Carta resposta a Márcia Helena Mazzocante**. In: MAZZOCANTE, Márcia Helena. Análise arquitetônica do edifício Agência Banespa – Goiânia, p.119. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura IX da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1990. NDD-UtCG, Trabalho 543, Caixa Arquivo 62.

OHTAKE, Ricardo; OHTAKE, Rodrigo; FINO, Cristina. **Ruy Ohtake: Arquitetura e a cidade**. São Paulo: Instituto Tomie Ohtake, 2009.

SABBAG, Haifa Yazigi. **Arquitetura Bancária**. In: Revista Módulo, n.79, p.40-43. Rio de Janeiro: Avenir, 1983.

[1791] · 10/10/2021
Detalhe fachada. ◀

[1792] · 10/10/2021
Detalhe fachada. ▶

Desenhos p. 1286
[1793] [1794]

Desenho p. 1287
[1795]

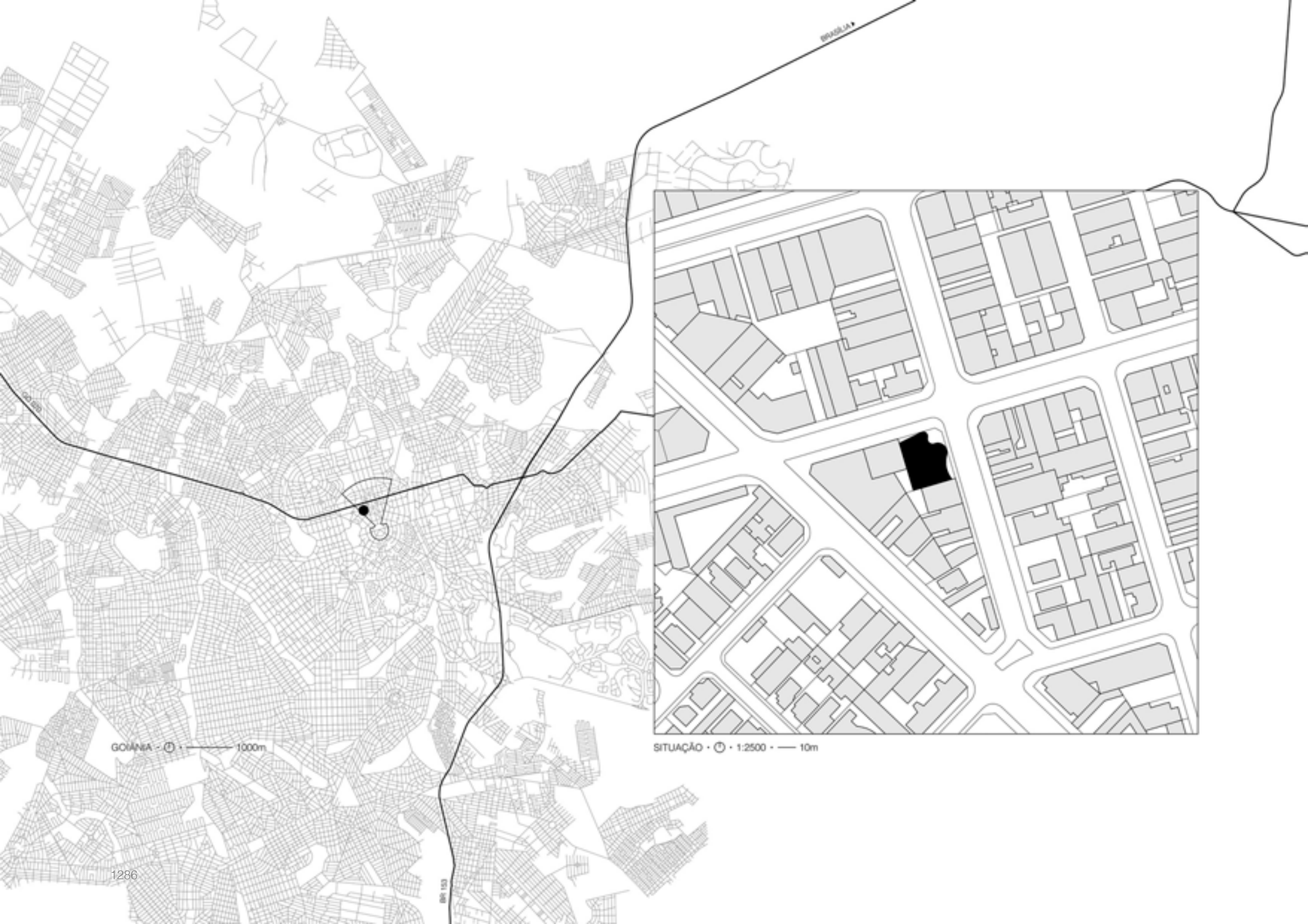
Desenho p. 1288
[1796]

Desenho p. 1289
[1797]

Desenho p. 1290
[1798]

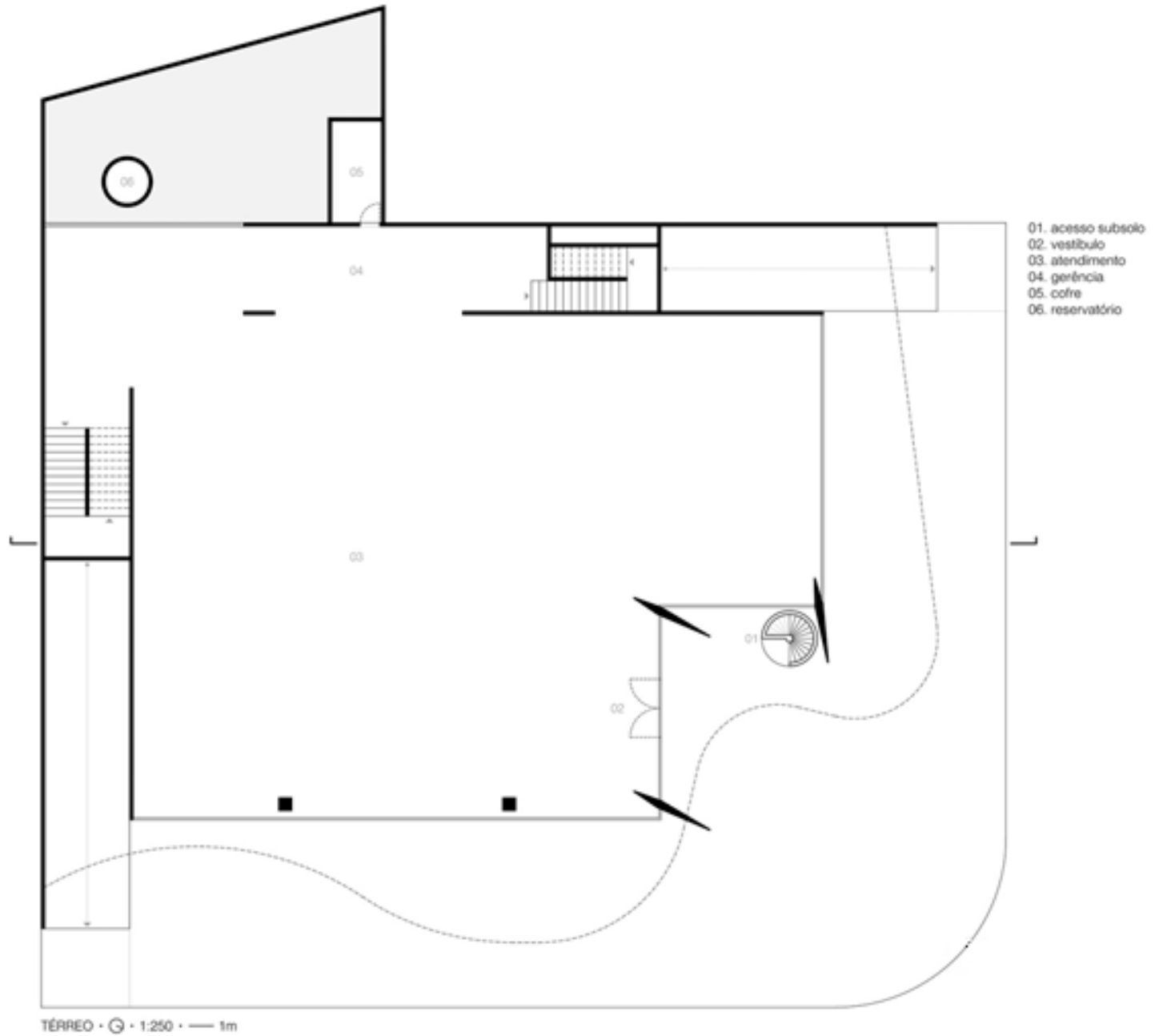
Desenhos p. 1291
[1799]
[1800]

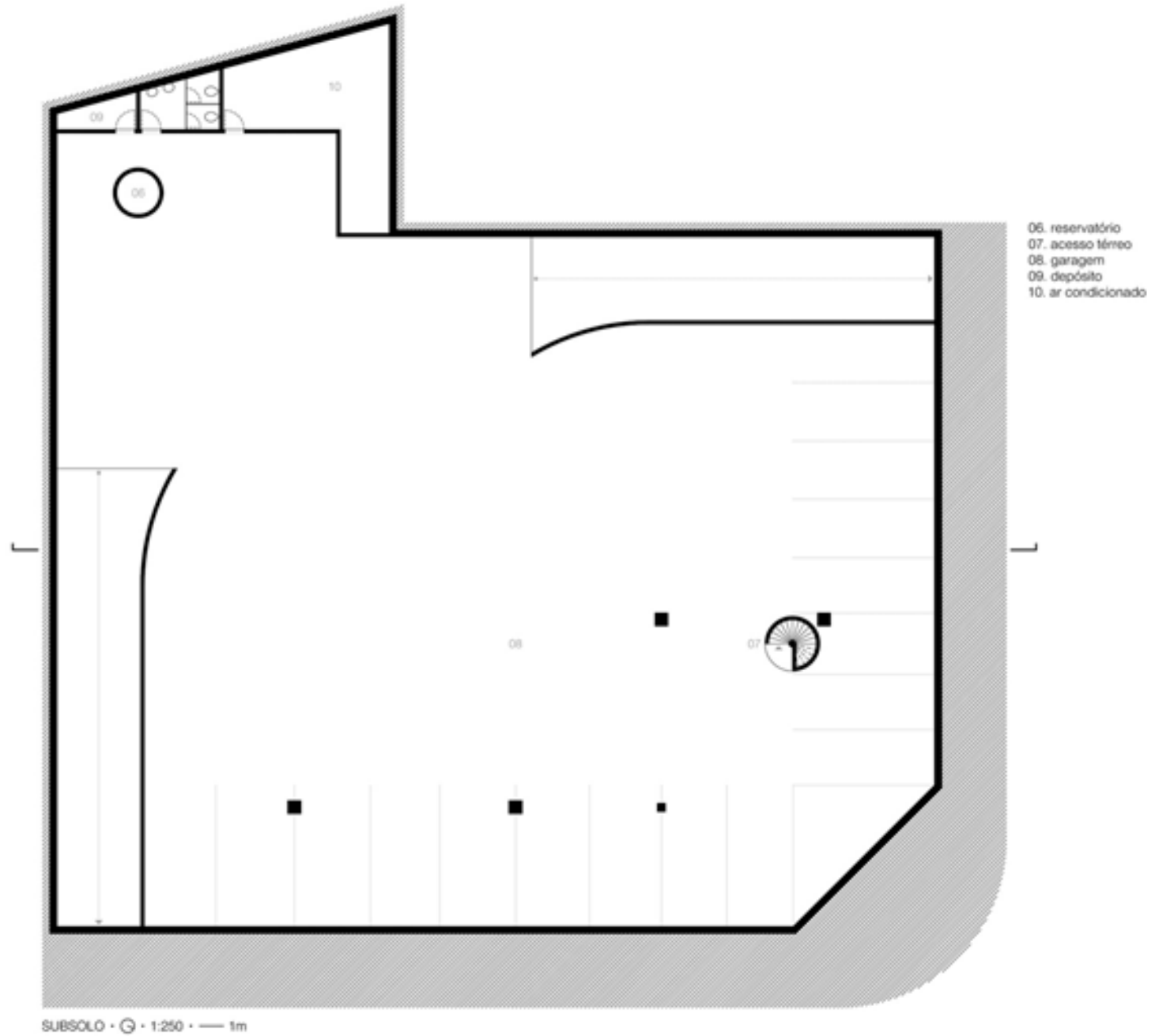


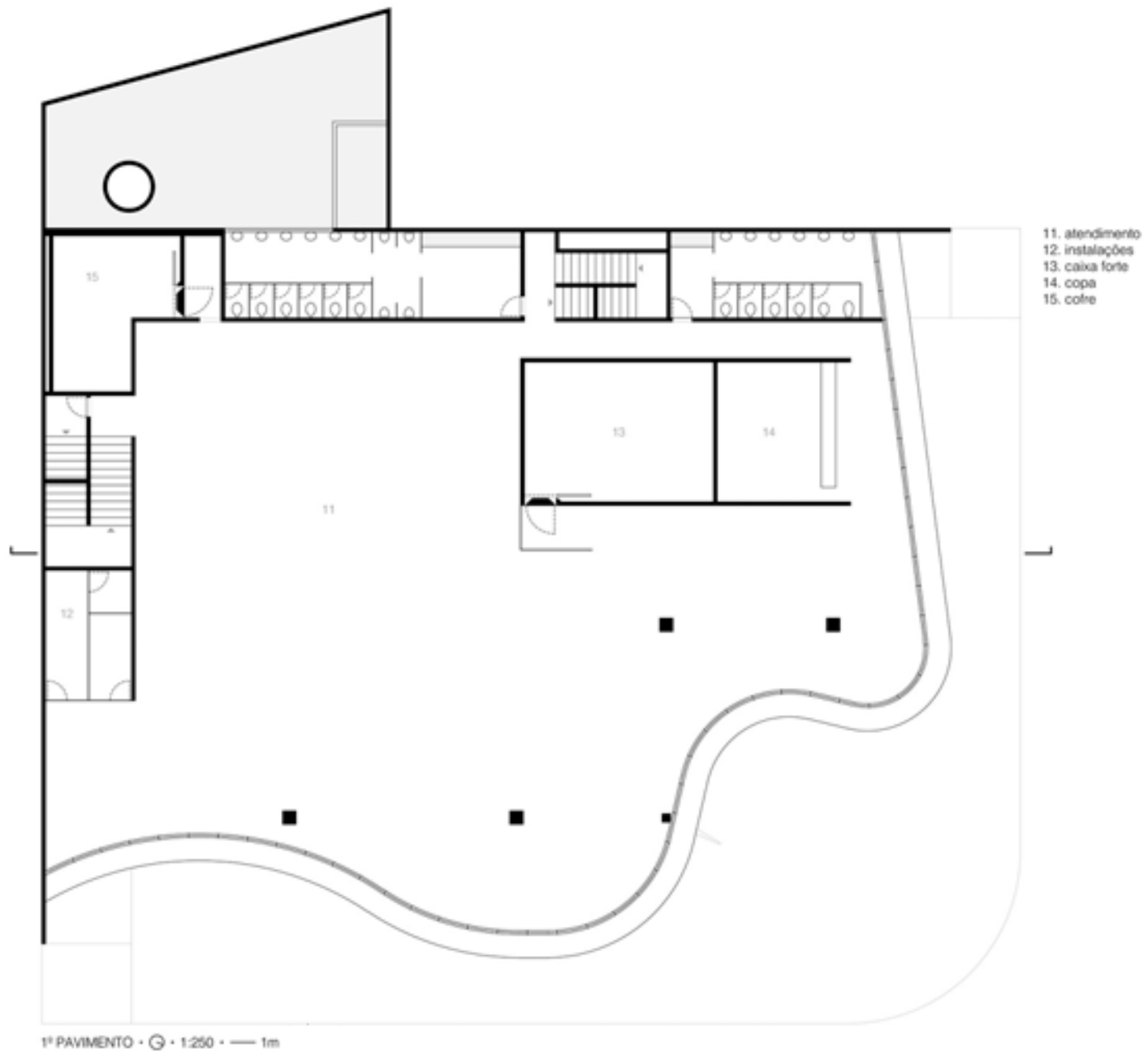


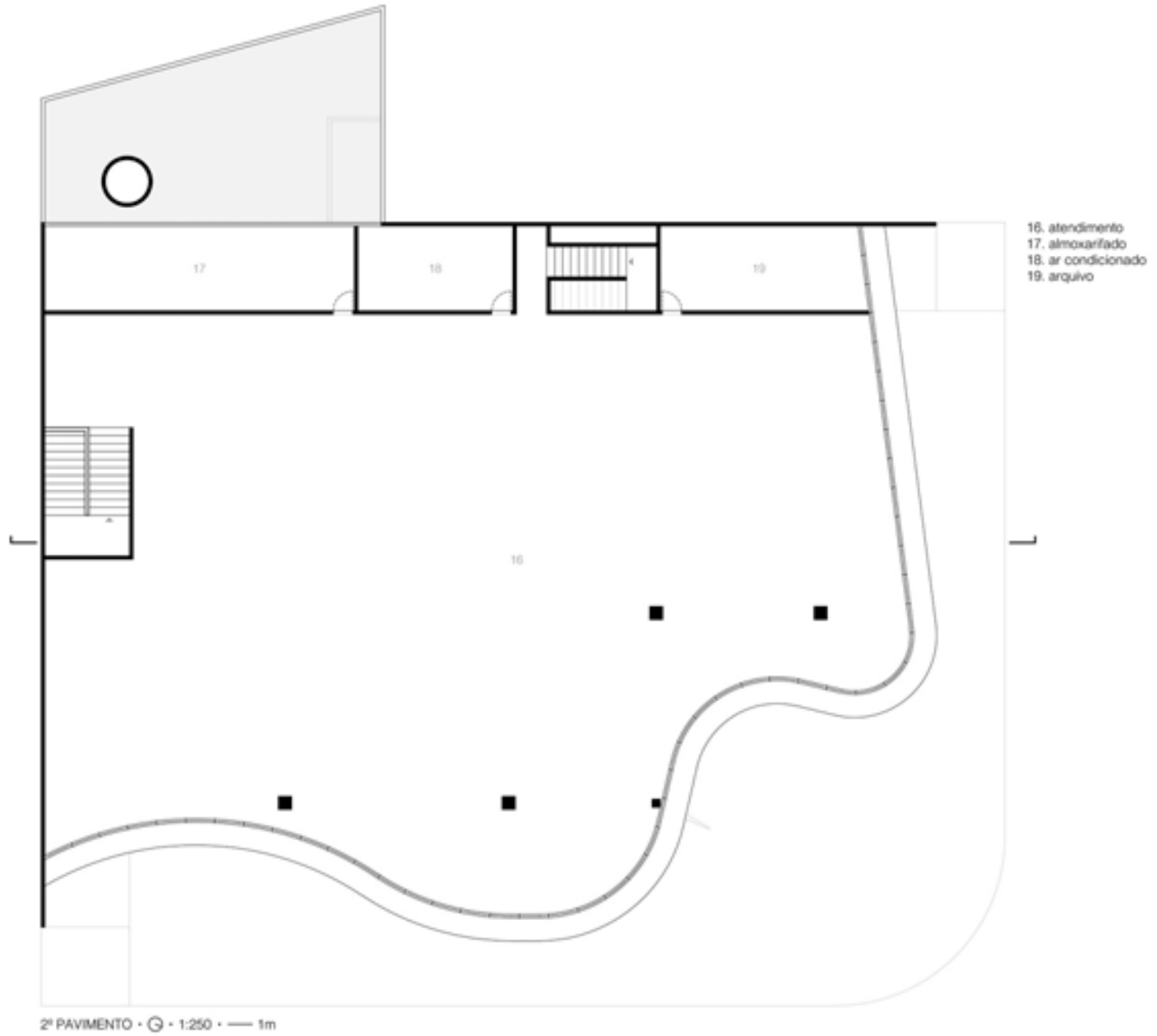
GOIÂNIA - 1000m

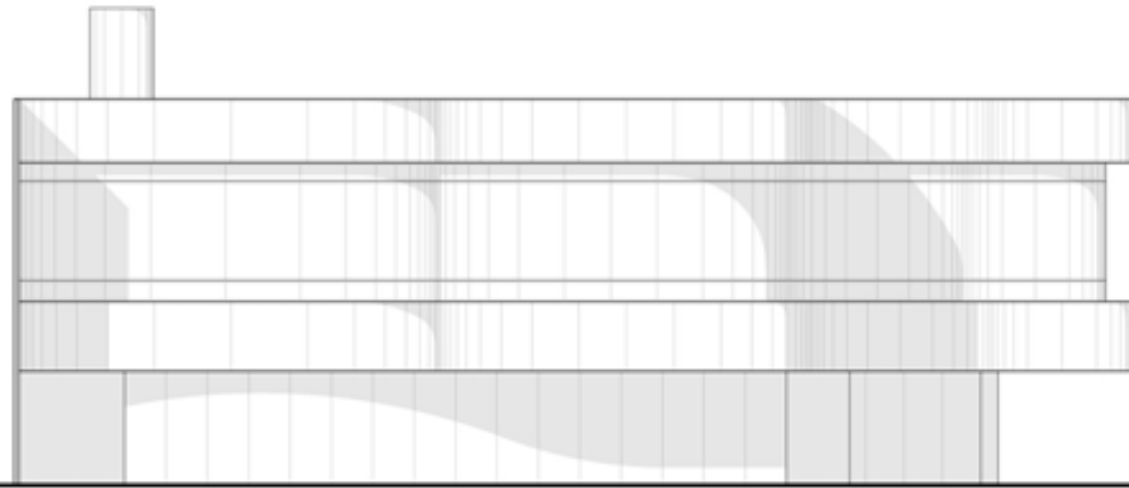
SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m



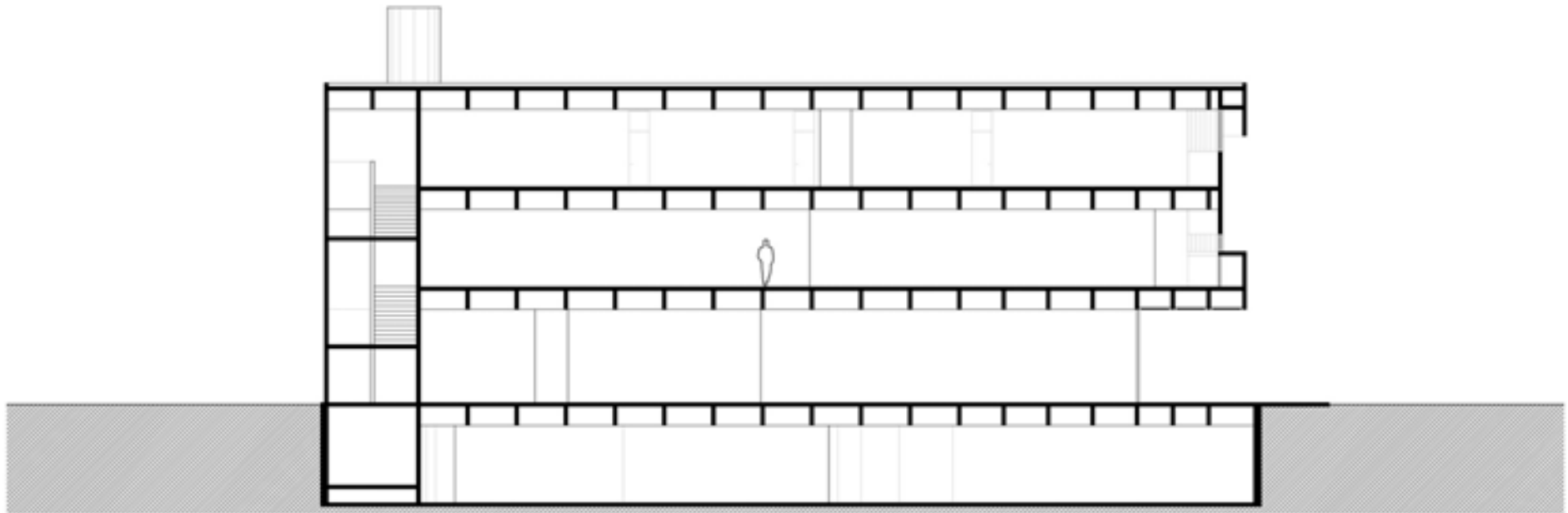








RUA 9 - 1:250 - — 1m



CORTE LONGITUDINAL - 1:250 - — 1m



◀ [1801] · 30/11/2019

1983 · RESIDÊNCIA ALDI ALVES BEZERRA E ARLETE ROSA NATIVIDADE BEZERRA ·

1983 · Goiânia / GO · Residência Aldi Alves Bezerra e Arlete Rosa Natividade Bezerra

Aos idos de 1976, o escritório Arquitetos Associados se desfazia. Elias Daud Neto (1939-) e Roberto Benedetti (1943-1986) se retiram para montar empresas particulares (Silva, 2016:85). Sob nova denominação, agora Espaço, o escritório prossegue com Eduardo Simões (1937-) e Fernando Rabelo (1945-). Apesar da saída de Eduardo em 1983 – quando se muda para lecionar na Universidade Federal do Espírito Santo – o escritório mantém-se com Fernando e seu filho Frederico Rabelo.

Eduardo Simões, desde criança esteve envolvido com desenho técnico. O pai, cartógrafo, e o interesse pelas ciências exatas proporcionaram uma oportuna formação matemática, consolidada pelo curso de cálculo geodésico (Barbosa, 2010). A atração artística foi alimentada pelo curso com Alberto da Veiga Guinard (1896-1962), expoente pintor brasileiro. Do futuro grupo de sócios, foi o primeiro a chegar em Goiânia, em maio de 1966. Tinha um irmão e outros parentes na cidade e decide deixar o cargo de chefe da Divisão Geodésica em Belo Horizonte/MG. O cenário fechado e oligárquico da arquitetura mineira é fundamental para a tomada de decisão.

Após curto período trabalhando para outras empresas, funda o Arquitetos Associados, que será um dos mais organizados e produtivos escritórios locais. Ao unir a prática profissional de prancheta com a docência e disponibilizar vagas de estágio, serão também responsáveis pela formação de diversos arquitetos. Ainda hoje estão espalhados por diversos órgãos, universidades e escritórios particulares, professores ex-alunos e arquitetos ex-estagiários que lidaram diretamente com esse grupo.

Das diversas obras edificadas na cidade, a residência projetada para Aldi Alves Bezerra (1934-2006) e Arlete Rosa Natividade Bezerra (1935-) foi uma das mais influentes e contou com a liderança conceitual de Eduardo Simões. É um marco na história da arquitetura em Goiás. A forma, o processo de projeto e o método construtivo parecem amalgamar em um objeto as experimentações anteriores. Obra crítica na qual presenciamos a união da inventividade artística e da precisão matemática.

[1802] · 30/11/2019 ◀
Fachada.

[1803] · 30/11/2019 ◀
Detalhe estrutura aparente.

[1804] · 30/11/2019 ▶
Detalhe pavimento superior.

[1805] · 30/11/2019 ▶
Detalhe estrutura aparente.



A casa nasce das necessidades do casal – ele, pediatra, natural de Arraias, e ela educadora, nascida em Diamantina/MG (Silva, 2016:87) – acostumado com as extensas paisagens do sertão goiano e montanhas mineiras. Desejavam um espaço que reproduzisse a sensação de amplitude da natureza. Para isso, adquirem oito terrenos com total de mais de 4.800m² às margens do córrego Vaca Brava e lindeiro a densa vegetação. O entorno, à época tranquilo e com construções de gabarito baixo, hoje encontra-se densamente urbanizado com edifícios de grande porte como vizinhos. Os proprietários já conheciam os arquitetos de obra anterior, quando os contrataram para o projeto da Comunidade Educacional Pequeno Príncipe [983:740], empreendimento educacional diferenciado que perdura até os dias de hoje. Para a casa, o extenso programa de necessidades demorou dois anos até se materializar na versão final do projeto, em 1981. Atendia às especificidades da família composta pelo casal, duas filhas, um filho e a sogra e contava até mesmo com pequeno estábulo de vaca leiteira.

A obra, finalizada em 1983, foi implantada com os ambientes distribuídos em níveis diferentes: a parte de lazer no térreo, a social no intermediário e a íntima no superior. Todos os espaços conectados por um pátio central coberto e iluminado. Há a convivência de diferentes técnicas construtivas, por exemplo no agenciamento da estrutura mista que combina vigas e lajes de concreto, com pilares de madeira a eles parafusados. Há ainda a dualidade entre a precisão de desenho da estrutura e a organicidade das curvas do telhado, complexo e singular aos trabalhos manuais de um carapina experiente. O contraste entre a produção em massa das telhas e a amarração manual de cada uma das quatorze mil unidades ao madeiramento reforça a contradição e releitura da maneira de se empregar os materiais.

A casa, vendida ao casal de artistas Orlando Morais (1962-) e Glória Pires (1963-), sofreu diversas modificações ao sediar duas mostras decorativas. Perdeu-se o portão original em madeira, ricamente trabalhado, suprimiu-se o jardim interno sob a iluminação zenital ao centro e retiraram-se revestimentos e louças originais. Apesar disso, ainda guarda grande parte da concepção original, mantendo-se importante documento do período.

[1806] · 30/11/2019 ◀
Detalhe estrutura mista.

[1807] · 30/11/2019 ▶
Detalhe iluminação zenital.



Dados

Obra: Res. Aldi Alves e Arlete Rosa

Ano Construção: 1983

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Aldi Alves Bezerra (proprietário)

Arlete Rosa Natividade Bezerra (proprietária)

Espaço S/A (arquitetura)

Eduardo Simões Barbosa (arquiteto)

Fernando Carlos Rabelo (arquiteto)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Av. T3, SN, St. Bueno

Coordenadas: 16°42'06.0"S 49°16'37.7"W

Altitude: 786 m

Altura: 9,80 m

Pavimentos: Térreo + Intermediário + Superior

Área Terreno: 4.800 m²

Área Ocupada: 597 m²

Área Construída: 882 m²

Fontes

ARAÚJO FILHO, José Cruciano de. **Inventário arquitetônico de Goiânia: Residência Antônio Batista Alves.** Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura VI da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1986. NDD-UCG, Trabalho 494, Caixa Arquivo 57.

BARBOSA, Eduardo Simões. **Entrevista com o Sr. Eduardo Simões Barbosa, arquiteto.** Goiânia/GO, 16 de fevereiro de 2010. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

RABELO, Fernando Carlos. **Entrevista com o Sr. Fernando Carlos Rabelo, arquiteto.** Goiânia/GO, 10 de novembro de 2019. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

SILVA, José Renato de Castro e. **Arquitetos Associados e Espaço: Tradição e modernidade nas obras de um quarteto de formação mineira.** Goiânia, 2016. Dissertação-FAV, UFG.

[1808] · 30/11/2019 ◀
Detalhe cobertura em telha.

[1809] · 30/11/2019 ◀
Vão livre central.

[1810] · 30/11/2019 ▶
Detalhe rufo cobertura.

[1811] · 30/11/2019 ▶
Detalhe vedações.

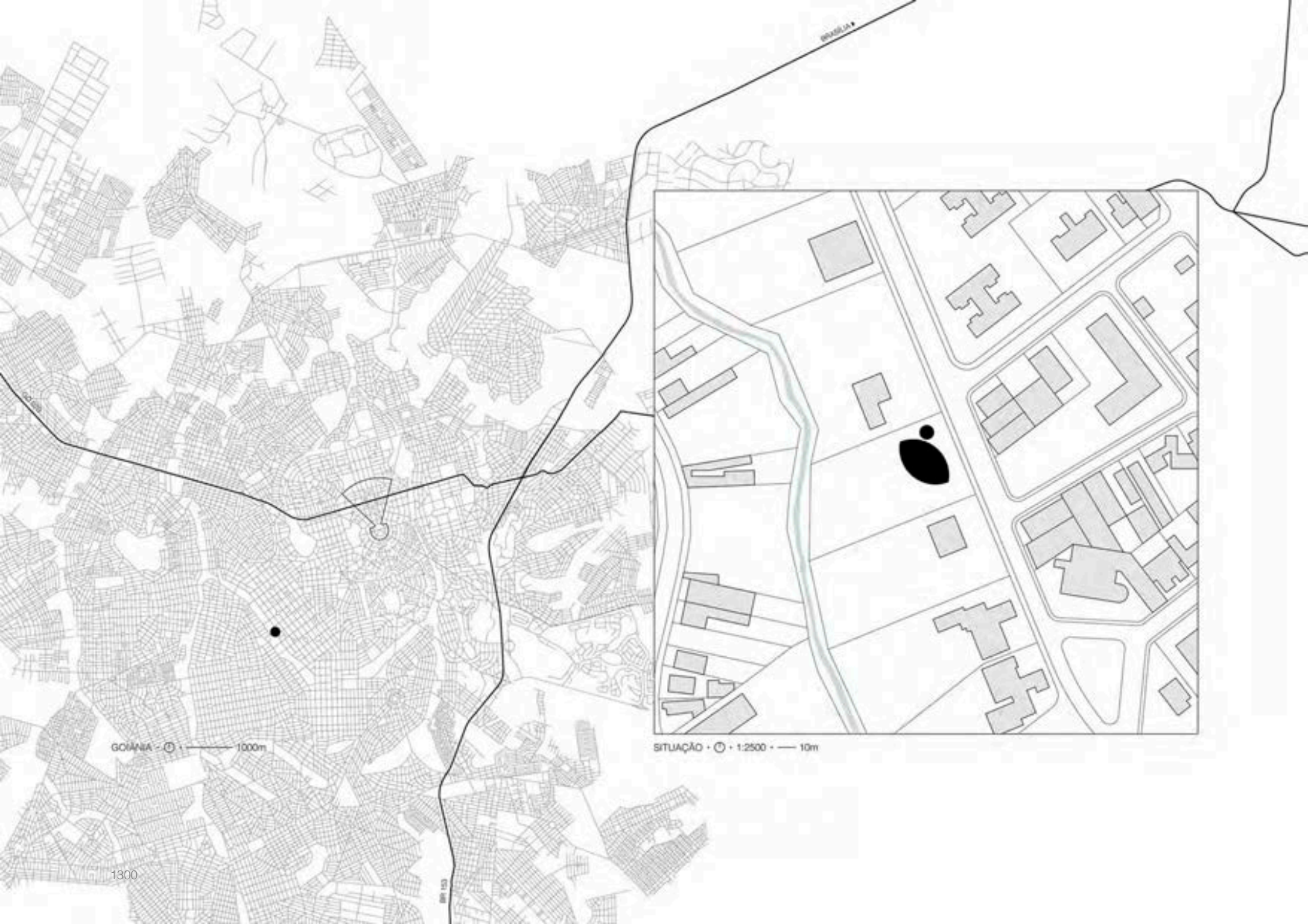
Desenhos p. 1300
[1812] [1813]

Desenho p. 1301
[1814]

Desenhos p. 1302
[1815] [1816]

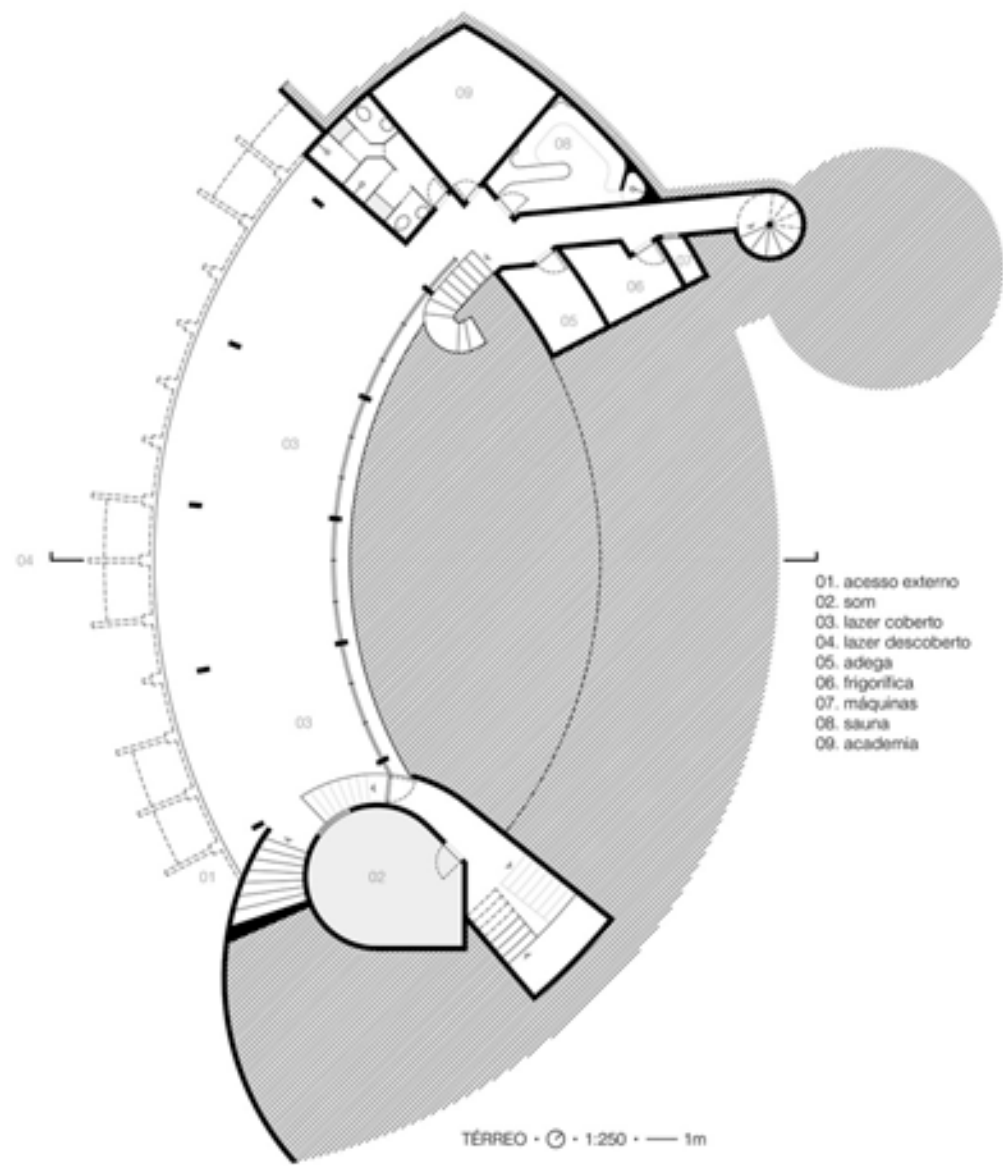
Desenhos p. 1303
[1817]
[1818]

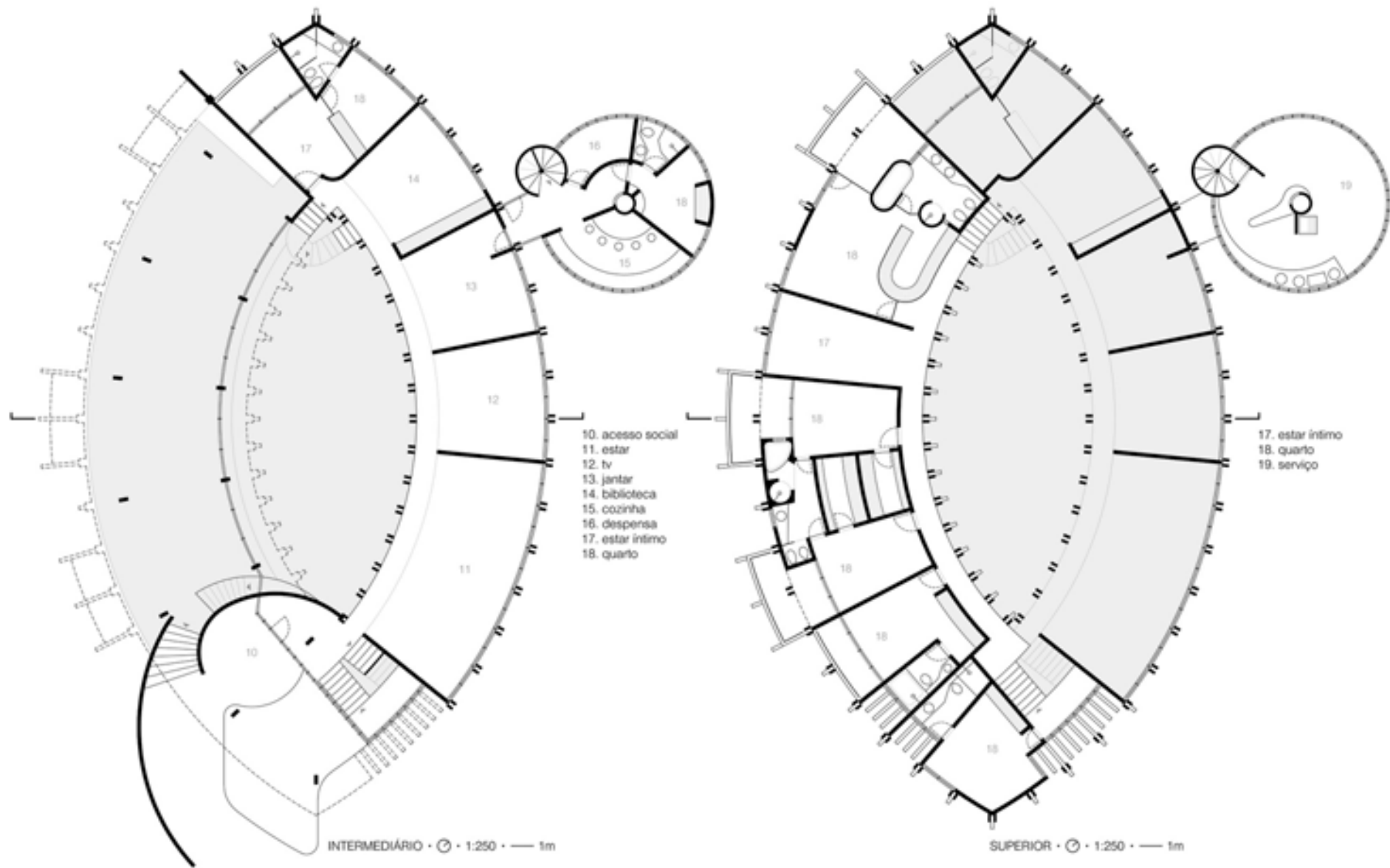


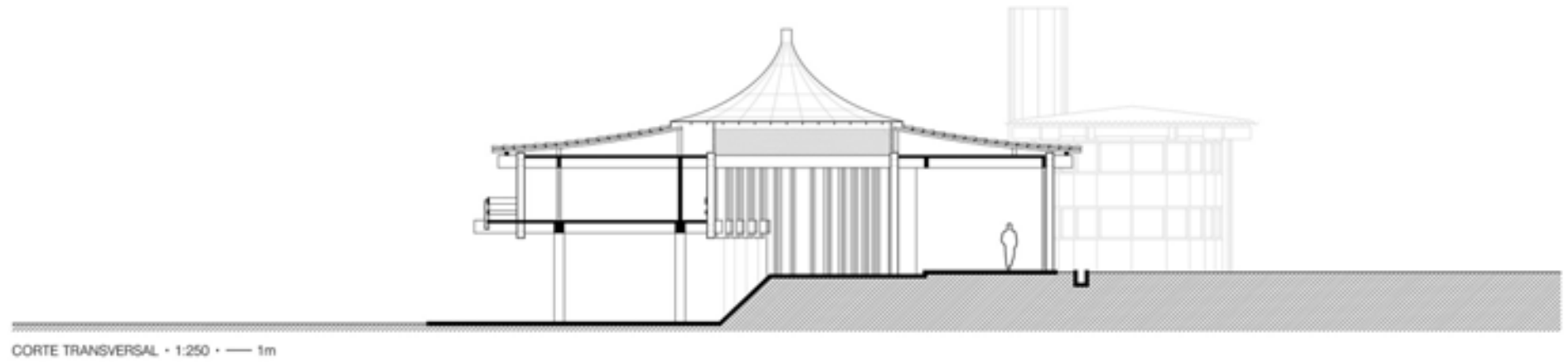
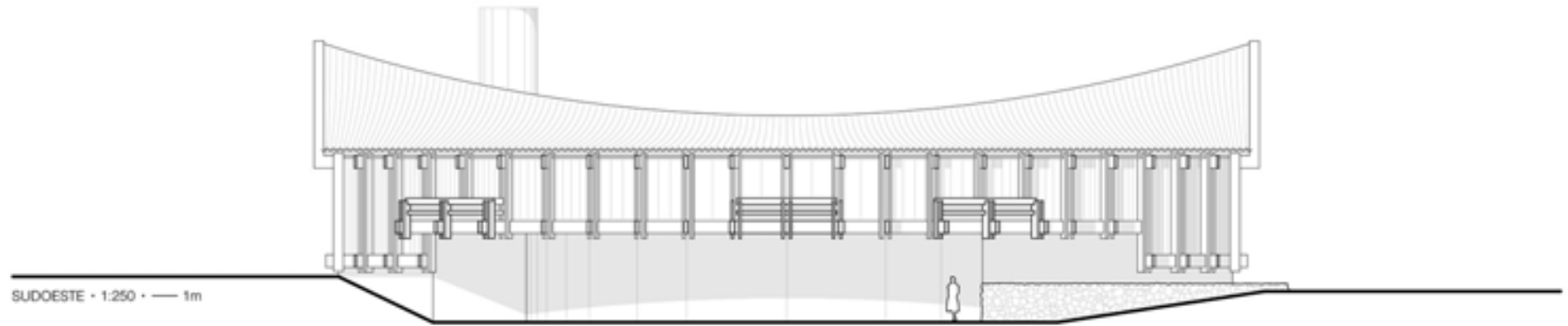


GOIÂNIA - 1000m

SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m









◀ [1819] · 15/03/2020

1984 · ESCOLA TRANSITÓRIA RURAL ·

1984 · Abadiânia / GO · Escola Transitória Rural

Abadiânia, assim como o arquiteto João da Gama Filgueiras Lima (1932-2014), tem na associação com Brasília/DF parte fundamental da sua história. A cidade nasce na década de 1960 a partir da realocação do seu núcleo primitivo. O plano é pensado e executado pelo agrimensor Nilton Rabello em 1961 (Pereira; Trevisan, 2019:102) e se insere em uma rede de apoio à construção de Brasília/DF e de estruturação da região Centro-oeste, que se desenvolve a partir da produção e comércio de insumos. Em Abadiânia liga-se aos derivados da indústria cerâmica, como telhas, tijolos e lajotas.

João Filgueiras, o Lelé, nascido no Rio de Janeiro/RJ, inicialmente músico profissional, opta pela arquitetura e gradua-se arquiteto pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1955. Recém formado, trabalha no IAPB e, por influência de Aldary Toledo (1915-1998), arquiteto, acaba nas obras de Brasília em 1957 (Latorraca, 2000:15). A experiência junto à Universidade de Brasília se inicia em 1962, e com ela o contato com a pré-fabricação, com Oscar Niemeyer (1907-2012) e o grupo de arquitetos do Centro de Planejamento Universitário. É o início do envolvimento em um processo único de concepção, produção e construção (Carvalho Neto, 2015:51) que Lelé dominou como poucos.

Afastado da UnB em 1965, permanece em Brasília até 1978, quando se muda para Salvador/BA a convite do prefeito Mário Kertész (1946-), como coordenador técnico da Companhia de Renovação Urbana de Salvador, Renurb. Prossegue as experiências com a pré-fabricação e aprofunda-se na utilização da argamassa armada. Com a mudança de governo e sua demissão da prefeitura, em 1982 Lelé se engaja no projeto *Ação no Município de Abadiânia*. Iniciativa de seu amigo Frei Mateus Rocha (1923-1985) – reitor da UnB entre 1962-63 (Rezende, 2013:220) – que contou com o aval político do sobrinho Vander Almada (1943-2014) – recém eleito prefeito de Abadiânia. Uma empreitada multidisciplinar, financiada mais pelo altruísmo dos profissionais envolvidos que pelos poucos recursos da prefeitura, e, apesar de gravitar em torno da indústria de componentes para a construção, almejava mais o impacto proporcionado pelos equipamentos sociais construídos com tais componentes.

[1820] · 15/03/2020 ▲ ▲
Shed iluminação.

[1821] · 15/03/2020 ▲ ▲
Detalhe fachada posterior.

[1822] · 15/03/2020 ▼
Fachada posterior.



Nessa fábrica foram utilizadas as pesquisas já realizadas em Salvador/BA com a argamassa armada e formas metálicas para produção em série. Apesar de todo o processo fabril seguir um rigor milimétrico de formas e encaixes, a estrutura da fábrica era simples, quase improvisada, e a mão de obra não treinada. Devido a essa falta de recursos humanos, Lelé foi obrigado a imbuir todo o processo de um didatismo simples e objetivo, tanto na fabricação, quanto na montagem. Assim, foram fabricados pilares, vigas, lajotas, painéis de vedação, que seriam utilizados em pontes, escolas mercados e centros de saúde.

[1823] · 15/03/2020 ◀
Fachada lateral esquerda.

[1824] · 15/03/2020 ◀
Fachada lateral direita.

[1825] · 15/03/2020 ▶
Recreio coberto.

[1826] · 15/03/2020 ▶
Detalhe fachada frontal.

Com isso um Pontilhão chegou a ser instalado, mas foi demolido. Ainda hoje permanece uma pequena Feira Coberta [882:688] próxima à rodovia. Relatos colhidos por Adalberto Vilela (2018:129) afirmam que foram construídos sete centros de saúde em área rural, mas até o momento não foi possível confirmar fisicamente a existência dos mesmos. Todas essas obras foram montadas com as mesmas peças utilizadas na Escola Transitória. Esta ensaiada antes em um protótipo em madeira – atualmente desmontado – com as mesmas dimensões, para avaliar custos e promover comparações técnicas com a edificada em argamassa armada. Foi a primeira escola no Brasil que utilizou a técnica, fabricada e montada em quarenta e cinco dias, foi inaugurada no dia 13 de maio de 1984 (Oliveira, 1985:46).

Transitória, assim pensada para não ser abandonada. Edifício resguardado das permanentes intermitências e incoerências dos governos, que poderia ser desmontando e levado a outra região, atendendo a diferentes demandas. Completamente expansível, poderia ter ampliados em dimensões e números todos os ambientes do programa de necessidades. Permitia ainda o anexo de postos de saúde ou centros comunitários. Quando implantado em terreno urbano, as mesmas peças utilizadas para vedação, fariam o papel de muro protetor. Propunha a universalização dos processos, não dos espaços. Infelizmente a ideia não resistiu, a transitoriedade não foi, por opção, praticada. Lelé sempre se mostrou muito à frente do seu tempo, não pela tecnologia, mas pela moral e ideais que ainda hoje não encontram o substrato social ideal para se desenvolver.



Dados

Obra: Escola Transitória Rural

Ano Construção: 1984

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

João Filgueiras Lima (arquiteto)

Vander Almada (empreendedor)

Frei Mateus Rocha (empreendedor)

Mariano Delgado Casañas (formas)

João Evangelista dos Santos (construtor)

Cidade: Abadiânia / GO

End.: Rodovia GO 747, SN, Zona Rural

Coordenadas: 16°12'41.8"S 48°40'31.0"W

Altitude: 962 m

Altura: 2,70 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 325 m²

Área Ocupada: 250 m²

Área Construída: 250 m²

Fontes

CARVALHO NETO, Manoel Balbino. **Pré-fabricação: Arquitetura ou Construção?**. Goiânia, 2015. Dissertação-FAV, UFG.

LATORRACA, Giancarlo. **João Filgueiras Lima, Lelé**. Ed. by Marcelo Carvalho Ferraz. Lisboa, São Paulo: Editorial Blau, Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 2000.

LIMA, João Filgueiras. **Escola transitória**. Brasília: MEC/CEDATE, 1984.

LIMA, João Filgueiras. **O que é ser arquiteto: memórias profissionais de Lelé (João Filgueiras Lima); em depoimento a Cynara Menezes**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

OLIVEIRA, Maria das Mercêdes Brandão de. **Abadiânia - Tecnologia da argamassa armada aplicada em construções rurais: Escola Transitória Rural**. Goiânia, 1985. NDD-UCG, Trabalho 360, Caixa Arquivo 40.

PEREIRA, Pedro Henrique Máximo; TREVISAN, Ricardo. **Alexânia e Abadiânia, duas Cidades Novas para Brasília**. In: Revista NÓS, v.04, n.01, p.99-125. Anápolis, 2019.

REZENDE, Antônio Muniz de. **Minhas memórias com Frei Mateus da Rocha: Um testemunho**. In: Pólemos, v.02, n.03, p.220-234. Brasília, 2013.

VILELA, Adalberto José. **A casa na obra de João Filgueiras Lima, Lelé**. Brasília, 2011. Dissertação-FAU, UnB.

VILELA, Adalberto José. **Architecture without Applause: The Manufactured Work of João Filgueiras Lima, Lelé casa na obra de João Filgueiras Lima, Lelé**. Zurich, 2018. Thesis-Architecture, ETH Zurich.

[1827] · 15/03/2020
Sala de aula.



[1828] · 15/03/2020
Sala de aula.



[1829] · 15/03/2020
Esquadria.



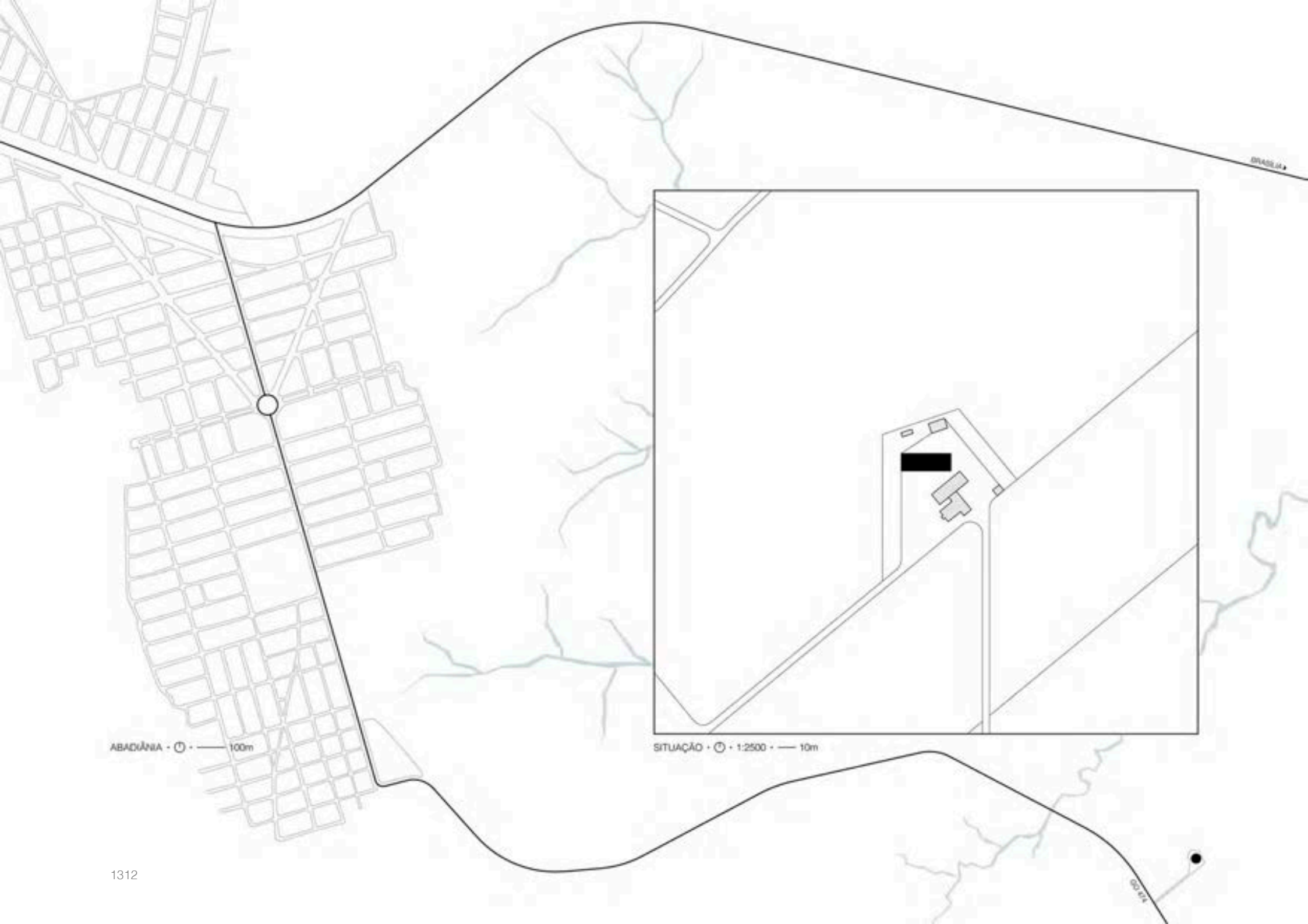
[1830] · 15/03/2020
Detalhe estrutura.



Desenhos p. 1312
[1831] [1832]

Desenhos p. 1313
[1833] [1834]
[1835]



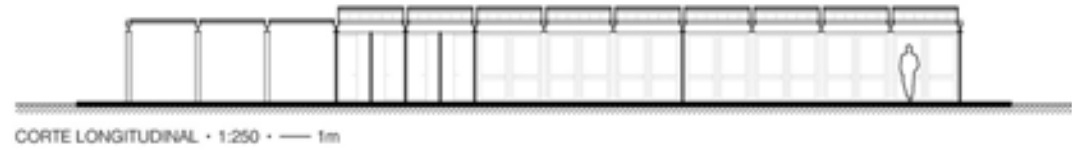
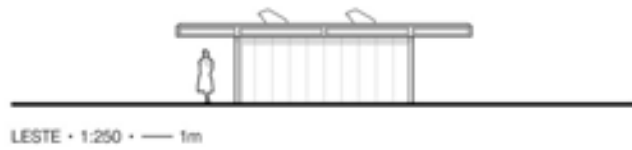


BRASILEIA

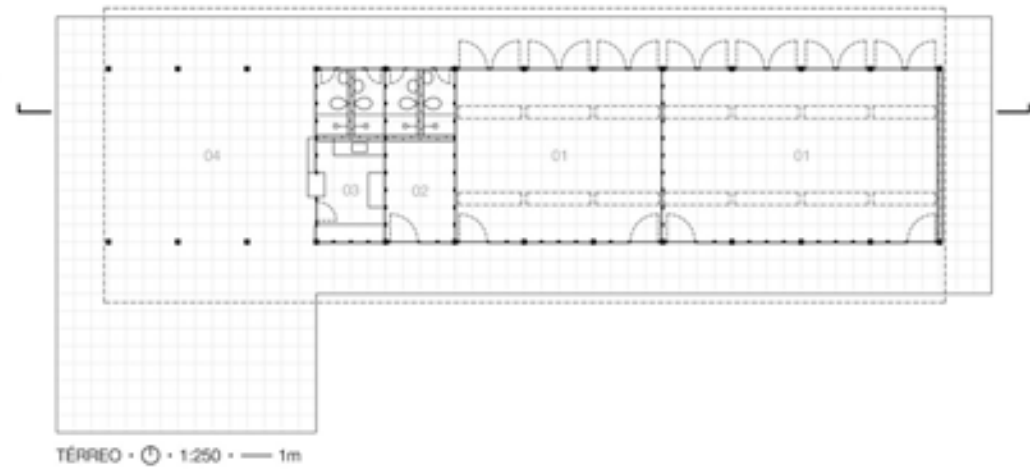
ABADIÂNIA - ○ - 100m

SITUAÇÃO - ○ - 1:2500 - 10m

BRASILEIA



- 01. aula
- 02. professoras
- 03. merenda
- 04. recreio coberto





◀ [1836] · 08/10/2021

1985 · RESIDÊNCIA GIL SANTINI PINTO E ALBINEIAR PLAZA PINTO ·

1985 · Abadiânia / GO · Residência Gil Santini Pinto e Albineiar Plaza Pinto

O projeto de integrar saúde, educação, produção, infraestrutura, comunidade e participação popular em Abadiânia contou com o envolvimento de diversas pessoas, com diferentes especialidades. Um grupo composto pelo então prefeito Vander da Silva Almada (1943-2004); Frei Mateus da Rocha (1923-1985), líder e aglutinador das vontades e João Filgueiras Lima (1932-2014), que se ocupava das obras e projetos, organizou uma equipe multidisciplinar com vinte e dois participantes (Vilela, 2018:126). Além dessas três figuras, outros ocuparam-se de aspectos fundamentais junto à iniciativa. Divina Maria de Souza Benko, pedagoga, atuou na educação municipal, integrando ensino e saúde. João Benko (1947-2020), agrônomo, era responsável pela otimização da produção dos pequenos proprietários rurais. Albineiar Plaza Pinto (1945-) e Gil Santini Pinto (1941-2021) foram os médicos responsáveis pela administração do programa de cuidados primários de saúde (Plaza Pinto, 2021).

O casal finalizou o curso de medicina na antiga Universidade Estadual da Guanabara, no Rio de Janeiro/RJ, e desde cedo envolveu-se com questões que aliavam medicina ao amparo social. Durante a década de 1960, em Parintins/AM, os dois entraram em contato com a metodologia de trabalho das Unidades Mistas, da então Fundação Serviços de Saúde Pública. A experiência colocou-os em contato com a intrínseca relação da saúde com questões urbanas. Matérias como a importância do esgotamento sanitário, do manejo de resíduos, das condições de habitação e de saneamento rural, que não eram ainda abordadas dentro da Universidade.

Após esta experiência em campo, mudam-se para Anchieta/ES, onde junto ao Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo organizam o Centro Comunitário de Saúde de Anchieta. De lá voltam ao Rio de Janeiro/RJ em 1974 para especializações. Após o término, trabalham durante oito anos em Ceres, comprometidos com o trabalho da Diocese de Goiás, em cooperação com Dom Tomás Balduino (1922-2014) – notório ativista acerca das questões agrárias e indígenas. Por lá, participaram, em 1980, da fundação do Partido dos Trabalhadores (Plaza Pinto, 2021).

[1837] · 08/10/2021

Fachada frontal.



[1838] · 08/10/2021

Detalhe cobertura.



[1839] · 08/10/2021

Detalhe fachada frontal.



[1840] · 08/10/2021

Detalhe fachada frontal.





Em Abadiânia, instalam-se em 1983, o casal, mais três filhos e duas filhas, inicialmente hospedados por Frei Mateus. Enquanto isso, João Filgueiras, Lelé, projeta a casa da família a partir de dois fundamentos: máxima simplicidade construtiva e mínimo custo possível. Assim, a obra iniciada em 1984 recebe seus primeiros moradores em 17 de maio de 1985. A casa é documento comprobatório da inventividade e inteligência de Lelé. Mais conhecido por suas experiências com a pré-fabricação e arquitetura hospitalar, mostra neste simples exemplar sua sensibilidade e capacidade técnica ao resolver o programa habitacional de maneira valorosa e econômica.

[1841] · 08/10/2021 ◀
Cobertura reservatório.

[1842] · 08/10/2021 ◀
Varanda e garagem.

[1843] · 08/10/2021 ▶
Detalhe estrutura aparente.

[1844] · 08/10/2021 ▶
Quintal.

A obra é um exercício de essencialidade, tanto formal quanto de custos e recursos. Todos os materiais empregados são os mais simples e baratos até então disponíveis. A estrutura, em madeira, era material de fácil aquisição e manuseio; instalada sobre pequenas sapatas de concreto. São os primeiros elementos edificados. Recebem as telhas de fibrocimento, que permanecem até hoje um dos materiais mais abundantes da construção civil e, por isso, barato. A cobertura protegeu o trabalho de preparação do terreno natural, apenas compactado e coberto por uma camada de areia sobre a qual se instalam placas pré-moldadas de argamassa armada. A areia estancada, ao substituir o contrapiso, permite a distribuição uniforme das cargas do piso. Sobre as placas, erguem-se paredes de tijolo cozido sem revestimento. O material é abundante em Abadiânia, reconhecida por suas olarias e cerâmicas que abasteceram a construção de Brasília/DF (Pereira; Trevisan, 2019:123). Vale ressaltar que as etapas construtivas seguem a mesma ordem de construção dos exemplares tradicionais do século XVIII, que empregavam o frontal de madeira.

O alto pé-direito e a ventilação cruzada solucionam a alta transmissão calorífica das telhas. Apoiam a qualidade de temperatura interna o tijolo, que oferece boa inércia térmica, e os grandes beirais, que os protegem do sol direto. Proprietários e amigos ajudaram a construir a casa, apoiados por um método construtivo simples e intuitivo. A obra é um exemplo de moradia digna, espaçosa e adaptada ao seu meio e usuários. A ausência de exibicionismo formal nos revela que a boa arquitetura deve se vincular antes a um espírito iluminado que a materiais reluzentes.



Dados

Obra: Res. Gil Santini e Albineiar Plaza

Ano Construção: 1985

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Albineiar Plaza Pinto (proprietária)

Gil Santini Pinto (proprietário)

João Filgueiras Lima (arquiteto)

Cidade: Abadiânia / GO

End.: Rua Plínio Jaime, 440, St. Santa Fé

Coordenadas: 16°12'16.9"S 48°42'19.8"W

Altitude: 1.060 m

Altura: 3,70 m

Pavimentos: Térreo

Área Terreno: 6.250 m²

Área Ocupada: 436 m²

Área Construída: 436 m²

Fontes

LATORRACA, Giancarlo. **João Filgueiras Lima, Lelé**. Ed. by Marcelo Carvalho Ferraz. Lisboa, São Paulo: Editorial Blau, Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 2000.

LIMA, João Filgueiras. **Escola transitória**. Brasília: MEC/CEDATE, 1984.

LIMA, João Filgueiras. **O que é ser arquiteto: memórias profissionais de Lelé (João Filgueiras Lima); em depoimento a Cynara Menezes**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

PEREIRA, Pedro Henrique Máximo; TREVISAN, Ricardo. **Alexânia e Abadiânia, duas Cidades Novas para Brasília**. In: Revista NÓS, v.04, n.01, p.99-125. Anápolis, 2019.

PLAZA PINTO, Albineiar. **Entrevista com a Sra. Albineiar Plaza Pinto, primeira proprietária**. Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2021. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

REZENDE, Antônio Muniz de. **Minhas memórias com Frei Mateus da Rocha: Um testemunho**. In: Pólemos, v.02, n.03, p.220-234. Brasília, 2013.

VILELA, Adalberto José. **A casa na obra de João Filgueiras Lima, Lelé**. Brasília, 2011. Dissertação-FAU, UnB.

VILELA, Adalberto José. **Architecture without Applause: The Manufactured Work of João Filgueiras Lima, Lelé casa na obra de João Filgueiras Lima, Lelé**. Zurich, 2018. Thesis-Architecture, ETH Zurich.

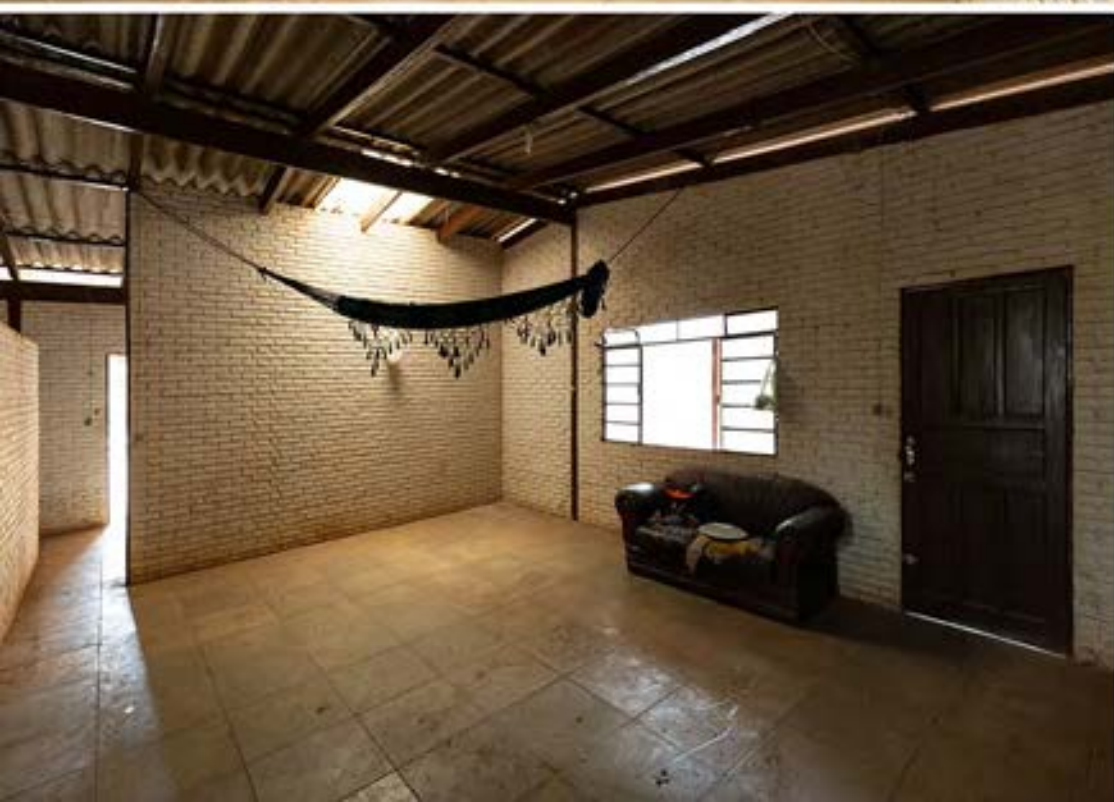
[1845] · 08/10/2021
Estar. ◀

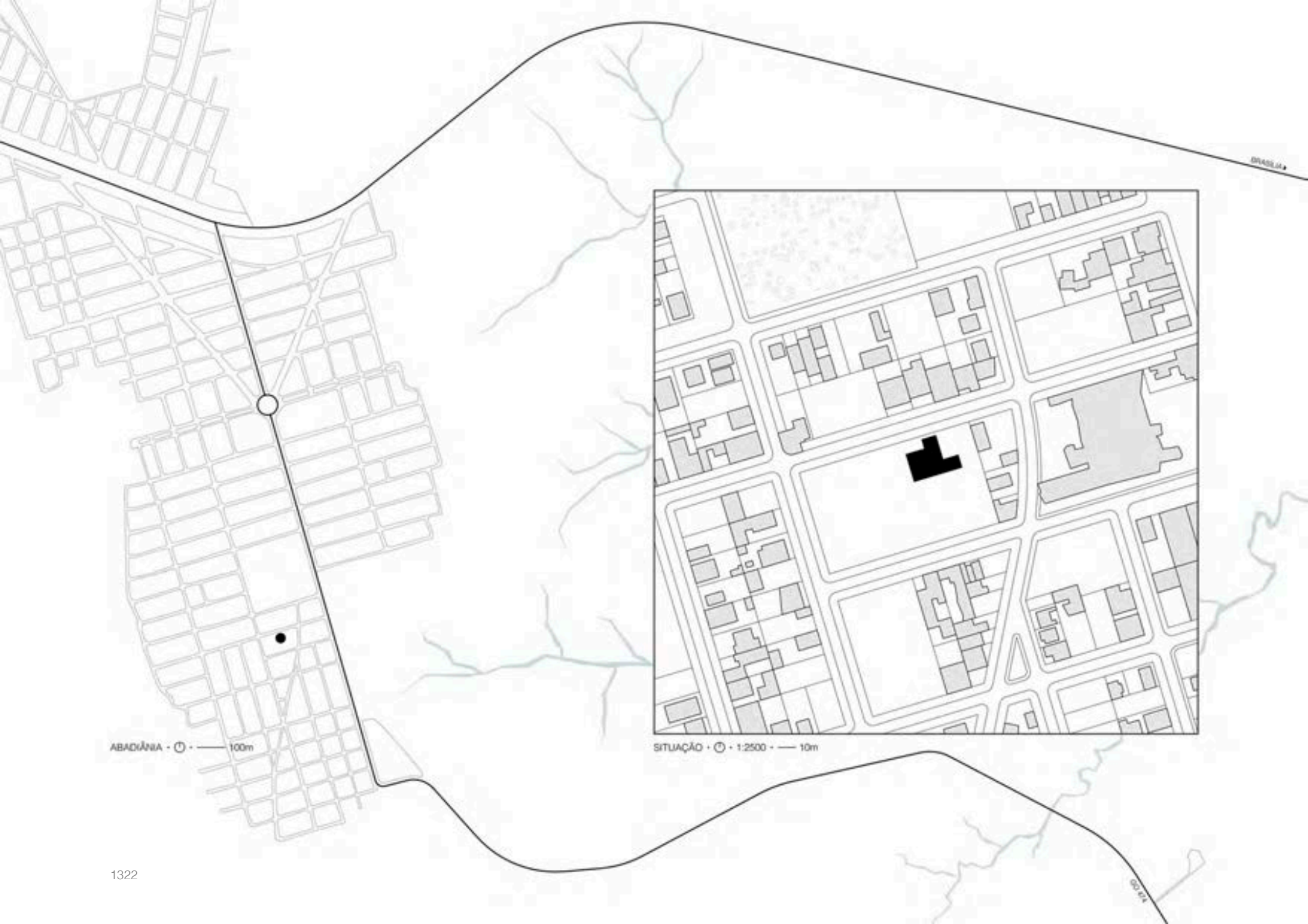
[1846] · 08/10/2021
Estar. ◀

[1847] · 08/10/2021
Vestíbulo. ▶

Desenhos p. 1322
[1848] [1849]

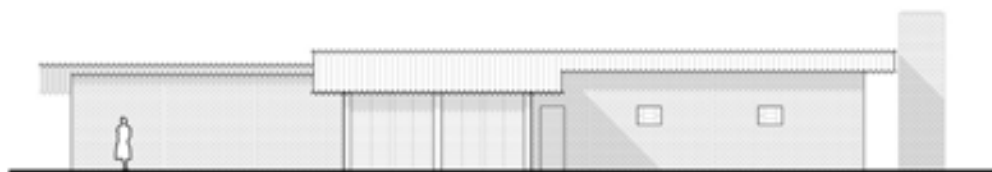
Desenhos p. 1323
[1850] [1851]
[1852]





ABADIÂNIA - ○ - 100m

SITUAÇÃO - ○ - 1:2500 - 10m

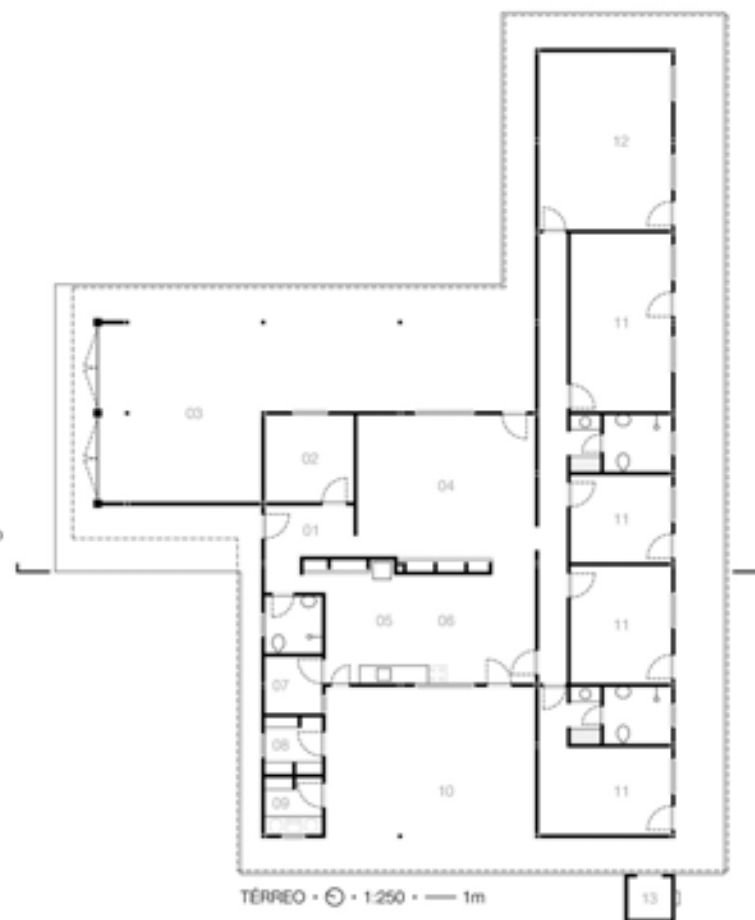


RUA PLÍNIO JAIME • 1:250 • — 1m



CORTE TRANSVERSAL • 1:250 • — 1m

- 01. vestíbulo
- 02. hóspedes
- 03. garagem
- 04. estar
- 05. cozinha
- 06. copa
- 07. despensa
- 08. depósito
- 09. serviço
- 10. varanda
- 11. quarto
- 12. estudos
- 13. reservatório



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [1853] · 18/10/2021

1985 · RESIDÊNCIA PAULO CAMPOS FILHO E ELBA CAMPOS ·

1985 · Rio Verde / GO · Residência Paulo Campos Filho e Elba Campos

[1854] · 18/10/2021 ◀
Detalhe fachada frontal.

[1855] · 18/10/2021 ▶
Detalhe fachada frontal.

A vocação econômica de Rio Verde, voltada às atividades rurais, remonta à ocupação inicial da região. Com a marcha para o Oeste, promovida por Vargas (1882-1954) na década de 1930, a cidade se coloca na ponta de lança desse movimento de ocupação e transformação produtiva do Cerrado. Após algumas décadas sem incremento substancial de receitas ou população, inicia-se a partir de 1970 um movimento de desenvolvimento que perdura até hoje. Proporcionado por políticas públicas focadas na agricultura, que se iniciou com o Polocentro (Marouelli, 2003:26), promovendo a injeção de recursos financeiros para produtores de médio e grande porte da região.

Essa transformação do setor produtivo proporcionou as condições materiais para que Sylvio Emrich de Podestá (1952-) pudesse edificar três residências na cidade. Porém, a história do arquiteto com Goiás começa antes do seu nascimento. O pai, do sul de Minas Gerais, ao ser efetivado como funcionário do Banco do Brasil, foi enviado para Goiás, onde encontra sua esposa e fixam-se, no primeiro momento, em Rio Verde. Esta torna-se em 1952 a cidade natal do arquiteto. Porém, só após 10 anos de contínuas transferências de cidade é que seus pais – Silvío de Podestá e Neusa Emrich – se estabelecem em Anápolis (Podestá, 2001:18).

Lá ele participa da movimentação de trens, caminhões e aviões, com materiais e pessoas rumo à construção de Brasília. O tio, que trabalhou para a Novacap, permitiu um contato ainda mais próximo com esse universo construtivo. Inicia os estudos em engenharia, mas termina na arquitetura, assim forma-se engenheiro-arquiteto em 1982 pela Federal de Minas Gerais. Apesar de prolongar o curso por dez anos, as atividades profissionais ocorrem em paralelo aos estudos, já iniciando a parceria com Éolo de Castro Maia (1942-2002). Um período de experimentações e testes formais que coincide com a construção das residências em Rio Verde. Estas, frutos do momento mais intenso da produção arquitetônica do que ficou conhecido como pós-moderno mineiro, o maior representante do pós-moderno brasileiro.



Das quatro residências projetadas para irmãos da mesma família, três foram construídas. As três em um mesmo bairro, Campestre, parcelamento adjacente ao setor central, este o núcleo inicial de Rio Verde. Projetada em 1984 para o engenheiro e construtor Paulo Campos Filho e sua esposa Elba Campos, a primeira obra é concluída em 1985. Implantada em um terreno de 900m², de esquina. O volume residencial se afasta do limite frontal e abre espaço para amplo jardim que, além de receber a área de lazer, reforça, pelo vazio, o eixo de circulação organizador da volumetria e planta.

[1856] · 18/10/2021 ◀
Acesso.

[1857] · 18/10/2021 ◀
Detalhe fachada frontal.

[1858] · 18/10/2021 ▶
Fachada frontal.

[1859] · 18/10/2021 ▶
Detalhe fachada frontal.

A condição de esquina influencia o tratamento do muro, marcado pelo zigue-zague em seu vértice, mas principalmente permite o espaço urbano necessário à visualização da grelha vermelha. Essa peça volumétrica, fruto do eixo de circulação, extravasa o sólido opaco e cria por meio das arestas um espaço vazado e etéreo, tornando-se marco urbano facilmente identificável. Instrutivo exemplo de como um único elemento resolve questões urbanas, volumétricas e programáticas.

O volume triangular, dividido pela grelha, recebe o programa de necessidades, em uma composição e distribuição que nos faz lembrar da Residência Vanna Venturi, de 1966 (in: Venturi, 1966/2004:178). A forma triangular, o frontão, utilizado desde a antiguidade clássica, se torna um recurso tipológico também dentro da trajetória de Sylvio de Podestá, forma recorrente em sua obra e que aqui se mostra em uma das mais fortes composições.

O elemento axial, inicialmente vermelho, apesar da escala, tem seu impacto amenizado pelos volumes laterais que fazem a transição entre a altura do muro e a do pórtico. A materialidade desse volume de transição, coberto com telha de barro – comum à região – o torna mais respeitoso com o entorno. Assim, apesar de trazer novos elementos formais, o projetista mantém uma relação com a tradição, porém conseguindo inserir uma espacialidade rica e dinâmica em uma sociedade tradicional e reticente a renovações.



Dados

Obra: Res. Paulo Campos e Elba Campos

Ano Construção: 1985

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Sylvio Emrich de Podestá (arquiteto)

Paulo Campos Filho (proprietário)

Elba Campos (proprietária)

Cidade: Rio Verde / GO

End.: Rua Dalila Martins, SN, Campestre

Coordenadas: 17°48'27.7"S 50°56'23.2"W

Altitude: 701 m

Altura: 9,65 m

Pavimentos: Térreo + Superior

Área Terreno: 900 m²

Área Ocupada: 330 m²

Área Construída: 535 m²

Fontes

CAMPOS, Onaldo. **Rio Verde Histórico**. São Paulo: Gráfica e Editora EDIGRAF S.A., 1971.

CUNHA NETO, Oscar. **Rio Verde: Apontamentos para a sua história - documentário ilustrado**. Goiânia: Gráfica e Editora O Popular, 1988.

JENCKS, Charles. **El lenguaje de la arquitectura posmoderna - 3ª Edición ampliada**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1984

MARQUELLI, Rodrigo Pedrosa. **O Desenvolvimento sustentável da Agricultura no Cerrado Brasileiro**. Brasília: ISEA-FGV/ ECOBUSINESS SCHOOL, 2003.

PODESTÁ, Sylvio Emrich de. **Casas**. Belo Horizonte: AP Cultural, 2000.

PODESTÁ, Sylvio Emrich de. **Projetos Institucionais**. Belo Horizonte: AP Cultural, 2001.

VENTURI, Robert. **Complexidade e Contradição em Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

XAVIER, Paulo Cesar Borges Xavier. **A expansão urbana da cidade de Rio Verde - 1970-2012**. Goiânia, 2013. Dissertação-C. Econômicas, PUC-GO.

[1860] · 18/10/2021 ◀
Detalhe fachada frontal.

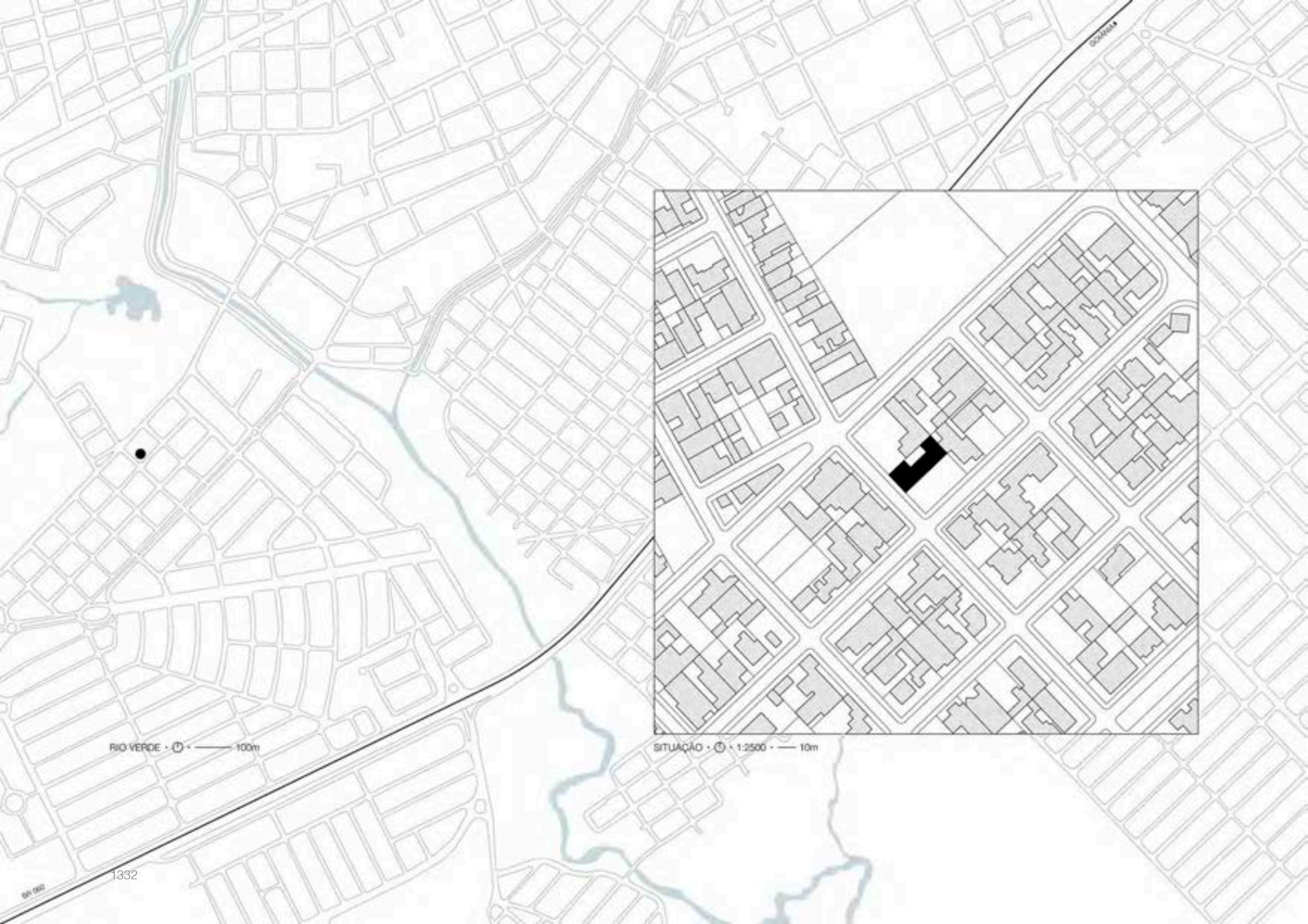
[1861] · 18/10/2021 ◀
Jantar.

[1862] · 18/10/2021 ▶
Estar.

Desenhos p. 1332
[1863] [1864]

Desenhos p. 1333
[1865] [1866]
[1867] [1868]

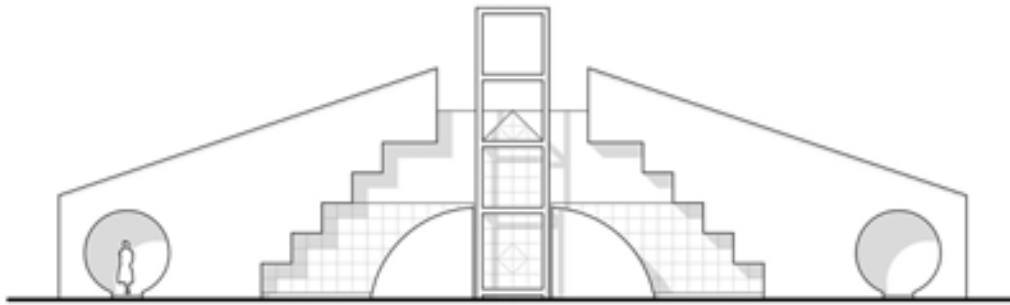




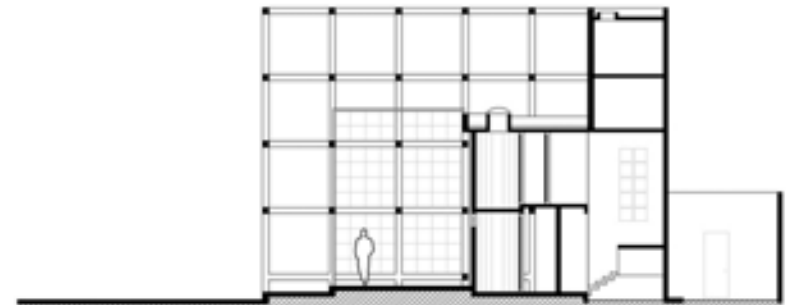
05/05/2011

RIO VERDE • 100m

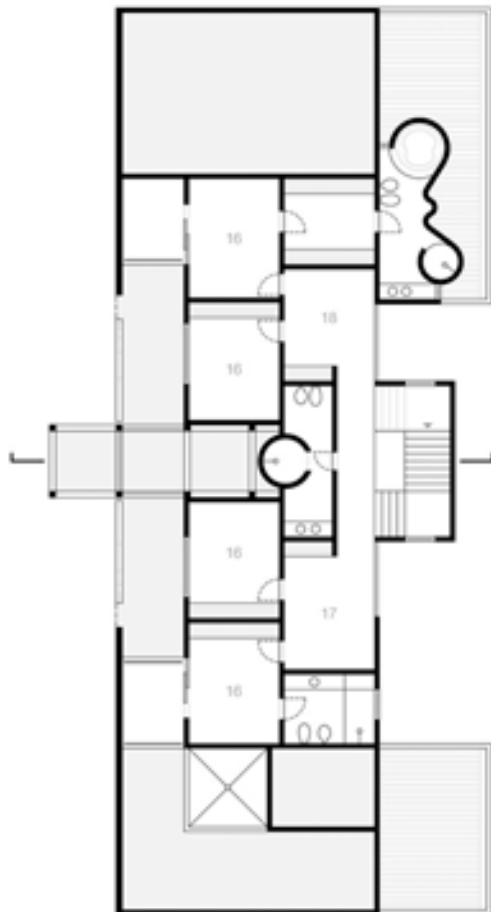
SITUAÇÃO • 1:2500 • 10m



RUA DALILA MARTINS - 1:2000 - 1m

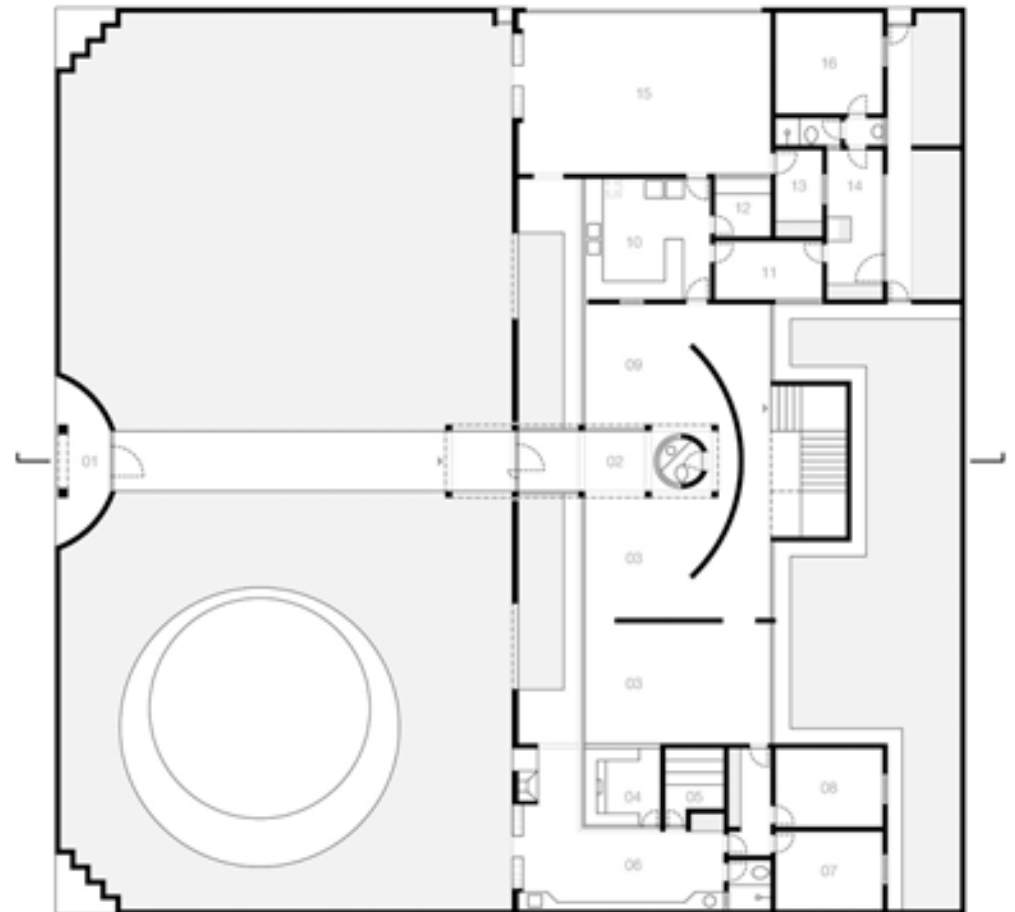


CORTE TRANSVERSAL - 1:250 - 1m



SUPERIOR - 1:250 - 1m

- 01. pórtico
- 02. vestíbulo
- 03. estar
- 04. bar
- 05. sauna
- 06. churrasqueira
- 07. jogos
- 08. biblioteca
- 09. jantar
- 10. cozinha
- 11. rouparia
- 12. despensa
- 13. depósito
- 14. serviços
- 15. garagem
- 16. quarto
- 17. estar íntimo
- 18. estudo



TÉRREO - 1:250 - 1m



◀ [1869] · 18/10/2021

1985 · RESIDÊNCIA LAURO EMRICH CAMPOS E GISELA CAMPOS ·

1985 · Rio Verde / GO · Residência Lauro Emrich Campos e Gisela Campos

Durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, Rio Verde saiu de uma economia estruturada a partir da pecuária rudimentar para um dos principais polos do agronegócio brasileiro. A organização de uma grande cooperativa de produtores, com mais de quatro mil associados (Xavier, 2013:67), foi mais um dos fatores que se somaram ao desenvolvimento local. Por ela foi possível aprofundar a mecanização do processo agricultor e, assim, promover mudanças no campo, que se refletiram na cidade.

O início dos anos 1980, para Sylvio de Podestá (1952-), também é marcado como novo período de atividade projetual e cultural, ao editar os periódicos *Vão Livre* (1979-1982) e *Pampulha* (1979-1984) e consolidar a sociedade com Éolo Maia (1942-2002) e Jô Vasconcellos (1947-). Com isso, produz textos, participa de concursos de arquitetura, edita livros e elabora projetos carregados de experimentações que buscam materializar o discurso dos textos críticos. Promove uma renovação formal que se distanciava do modernismo brasileiro e proporcionava a aproximação com as correntes pós-modernistas internacionais.

Neste cenário, a tipologia residencial funcionará como laboratório que permite, com maior velocidade, a verificação física dessas intenções teóricas. Nela serão testados malhas estruturais, jogos volumétricos e releituras históricas, guiados por uma majoritária preocupação com a espacialidade. A cor, outro elemento fundamental nesse cenário de composição do espaço arquitetônico, será utilizada de maneira lúdica, figurativa ou abstrata, mas sempre conscienciosamente e não como testes aleatórios.

Na residência edificada para o casal Lauro e Gisela Campos – ele advogado, ela professora – a cor será um dos elementos chave da concepção arquitetônica, diferenciando volumes e potencializando contrastes. Apesar de projetada em 1985, a construção se estendeu até 1990, e com o crescimento do casal de filhos, a casa de bonecas, uma esfera prateada no jardim frontal, não foi construída.

[1870] · 18/10/2021 ◀
Passarela e fachada frontal.

[1871] · 18/10/2021 ◀
Passarela e fachada frontal.

[1872] · 18/10/2021 ▶
Passarela de acesso.



Assim como a Residência Paulo e Elba Campos [1853:1325], essa obra também está implantada em um terreno generoso, plano, porém não de esquina. Neste caso foi possível uma maior relação entre interior e exterior do lote, mesmo que apenas visual, mas suficiente para promover o respiro na massa fechada dos muros frontais da quadra. O terreno permite jogo volumétrico mais livre e, se utilizando de um repertório de formas primárias, os elementos triangulares são colados aos limites laterais conectados por dois cubos – um interno ao outro – estes, coroados por uma pirâmide.

[1873] · 18/10/2021
Estar.



[1874] · 18/10/2021
Lazer.



[1875] · 18/10/2021
Detalhe grelha externa.



Das três residências esta é a que permite a melhor leitura da massa edificada e conseqüentemente uma melhor apreensão das relações entre cores, linhas, cheios e vazios. Aos prismas triangulares, laterais, são reservados os setores social e de serviços. O volume cúbico ao centro abriga as salas íntimas, que também se voltam ao jardim posterior. Quartos são dispostos no pavimento superior. Assim, o arquiteto consegue agenciar a privacidade dos que habitam com a fruição – da volumetria e espaços – dos que passam pela rua.

Boa parcela das obras de Sylvio de Podestá foi edificada em ambientes ligados a uma tradição cultural e construtiva carregada de sabores coloniais, algo comum tanto ao interior mineiro quanto ao goiano. Ao trabalhar com formas elementares e fazer uso de materiais tradicionais, como telha de barro, a ruptura com o modernismo é mais forte do que com a tradição. Assim, ao propor a passarela, que conduz os visitantes através de um cenário de cores e volumes, mais que uma homenagem à Casa do Baile (Podestá, 2000:98), o gesto nos parece ironia delicadamente implantada.

Essa residência é um ponto alto na produção do arquiteto, que materializa em Goiás um relevante exemplar da produção pós-moderna brasileira. E, apesar de apresentar vários elementos que remetem a uma postura de ruptura formal, não anula a preocupação com usuário e entorno. Das três obras em Rio Verde é a que se apresenta no estado mais próximo de quando edificada, preservando espaço e materiais, permanecendo como um documento de uma vertente arquitetônica que produziu poucos exemplares, mas que modificou muitos olhares.



Dados

Obra: Res. Lauro Campos e Gisela Campos

Ano Construção: 1985-1990

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Sylvio Emrich de Podestá (arquiteto)

Lauro Emrich Campos (proprietário)

Gisela Campos (proprietária)

Cidade: Rio Verde / GO

End.: Rua Geraldo Leão, 791, Campestre

Coordenadas: 17°48'34.0"S 50°56'23.7"W

Altitude: 709 m

Altura: 11,00 m

Pavimentos: Térreo + Superior

Área Terreno: 1003 m²

Área Ocupada: 460 m²

Área Construída: 720 m²

Fontes

CAMPOS, Onaldo. **Rio Verde Histórico**. São Paulo: Gráfica e Editora EDIGRAF S.A., 1971.

CUNHA NETO, Oscar. **Rio Verde: Apontamentos para a sua história - documentário ilustrado**. Goiânia: Gráfica e Editora O Popular, 1988.

JENCKS, Charles. **El lenguaje de la arquitectura posmoderna - 3ª Edición ampliada**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1984

MARQUELLI, Rodrigo Pedrosa. **O Desenvolvimento sustentável da Agricultura no Cerrado Brasileiro**. Brasília: ISEA-FGV/ ECOBUSINESS SCHOOL, 2003.

PODESTÁ, Sylvio Emrich de. **Casas**. Belo Horizonte: AP Cultural, 2000.

PODESTÁ, Sylvio Emrich de. **Projetos Institucionais**. Belo Horizonte: AP Cultural, 2001.

VENTURI, Robert. **Complexidade e Contradição em Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

XAVIER, Paulo Cesar Borges Xavier. **A expansão urbana da cidade de Rio Verde - 1970-2012**. Goiânia, 2013. Dissertação-Ciências Econômicas, PUC-GO.

[1876] · 18/10/2021 ◀
Pé direito duplo, estar.

[1877] · 18/10/2021 ◀
Estar.

[1878] · 18/10/2021 ▶
Escada interna.

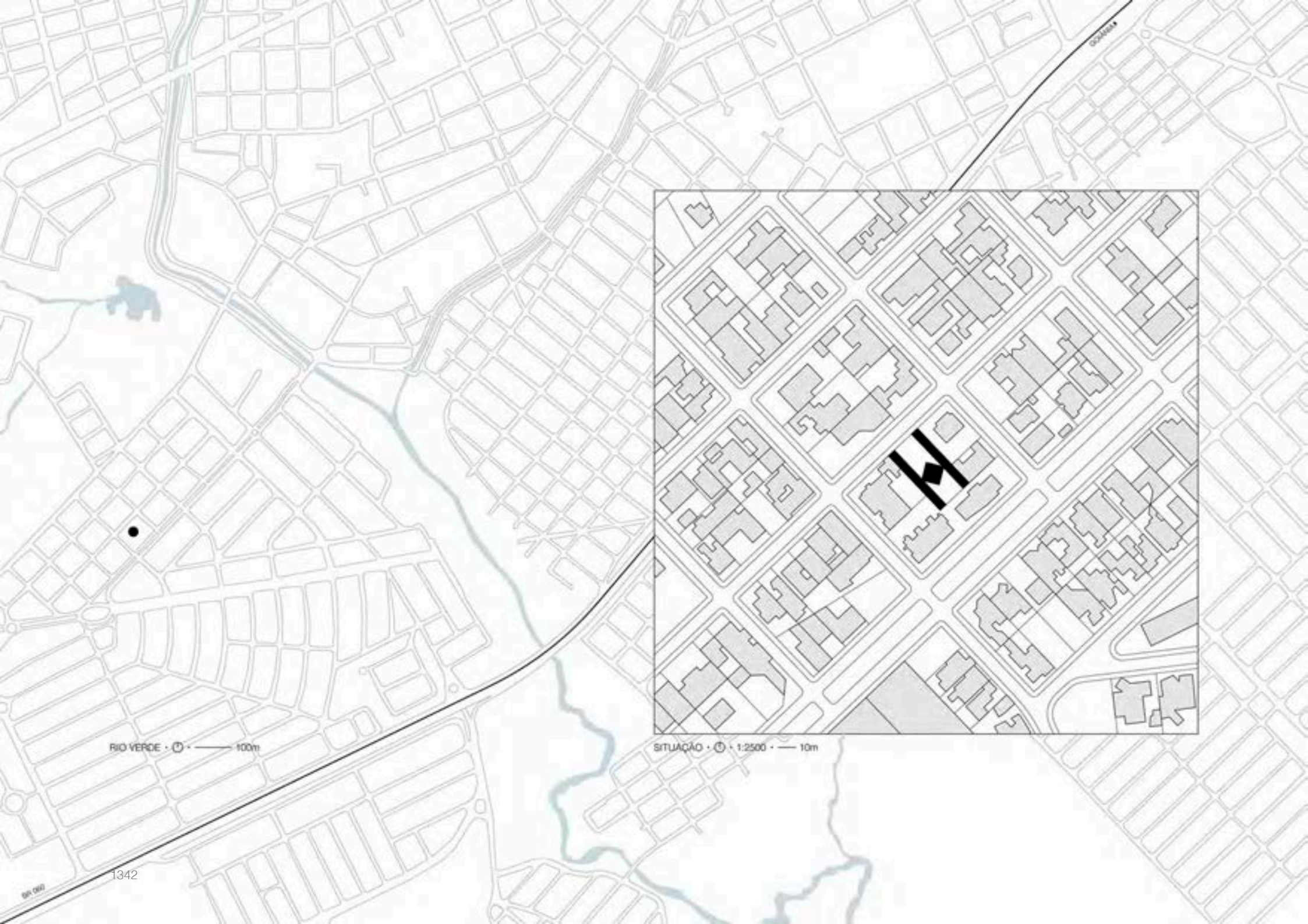
Desenhos p. 1342
[1879] [1880]

Desenho p. 1343
[1881]

Desenho p.1344
[1882]

Desenhos p. 1345
[1883]
[1884]

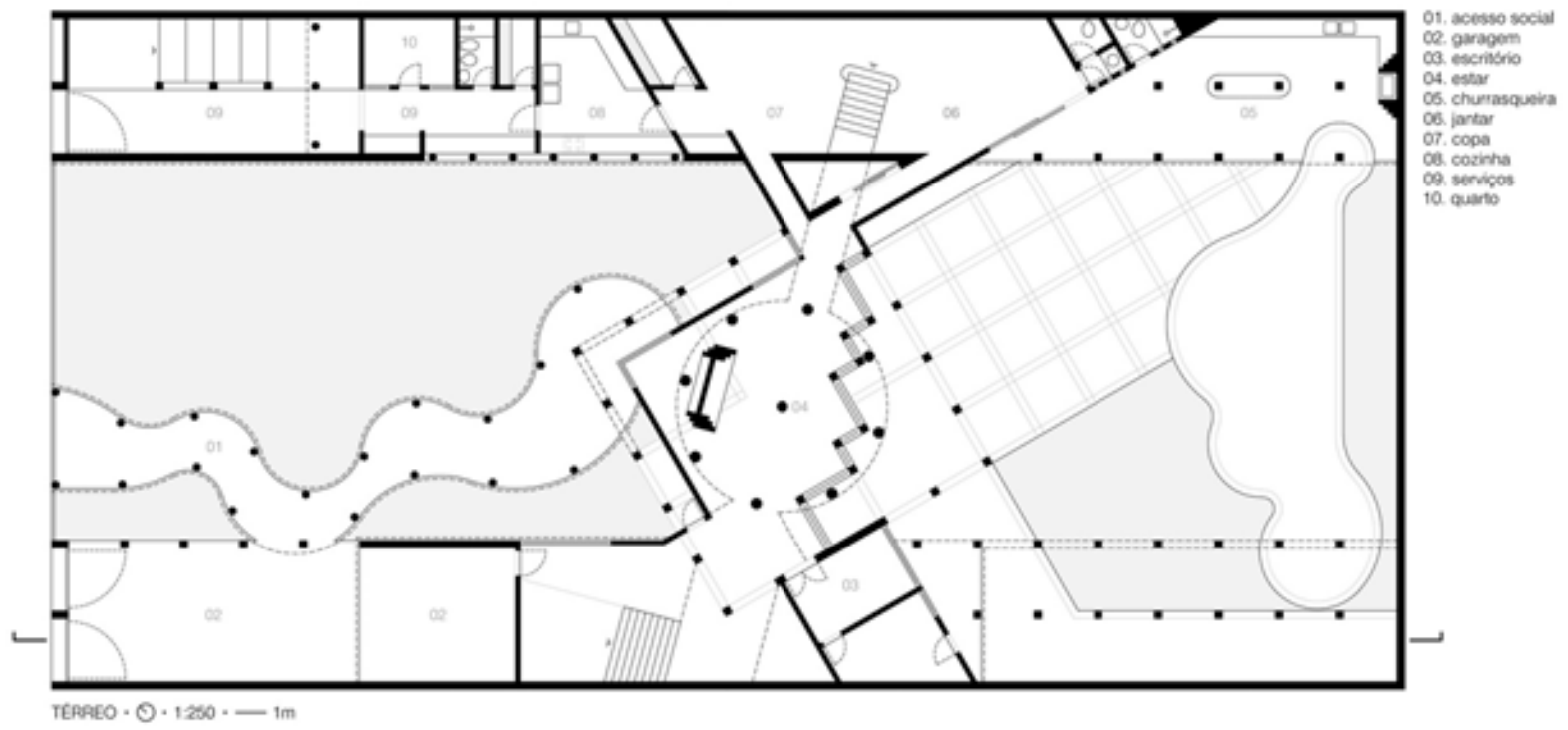




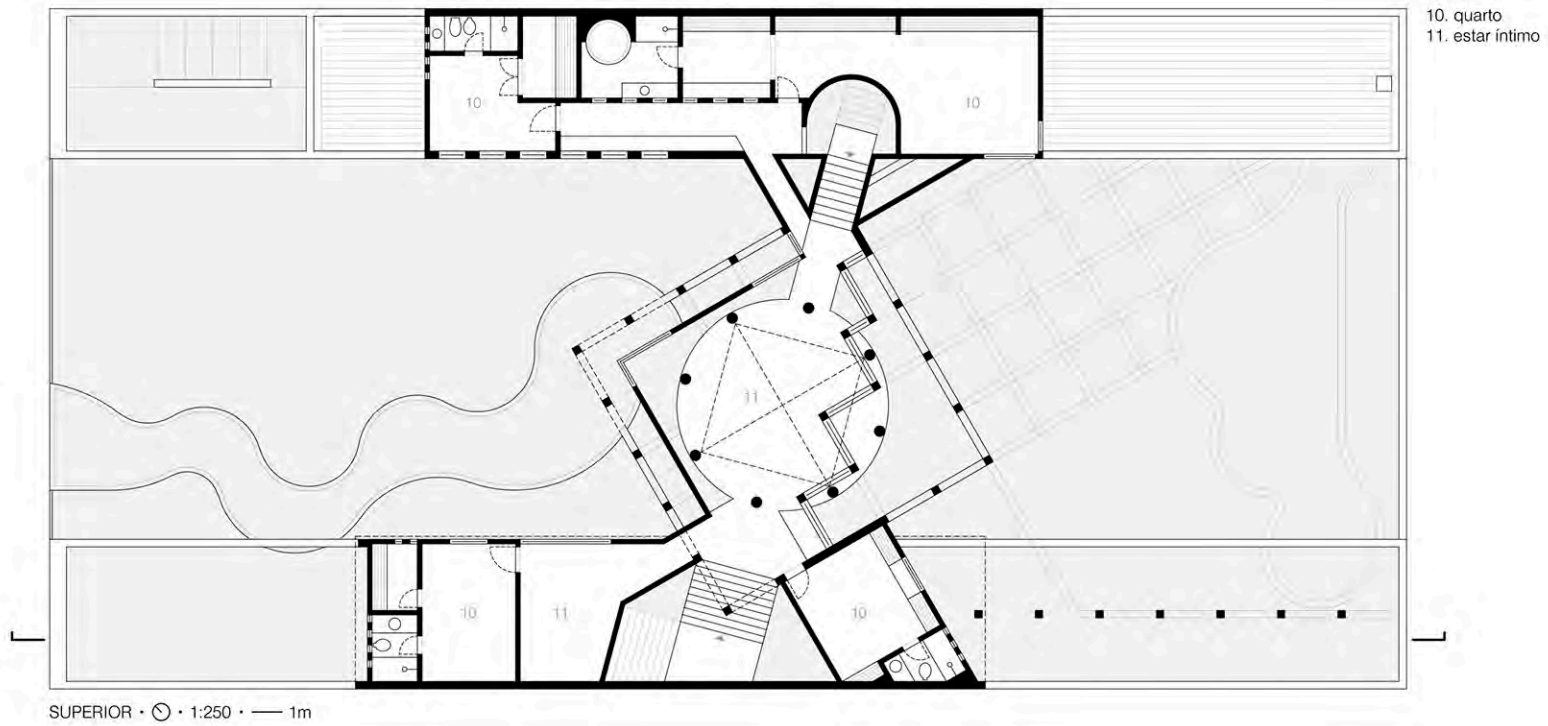
GOVERNOS

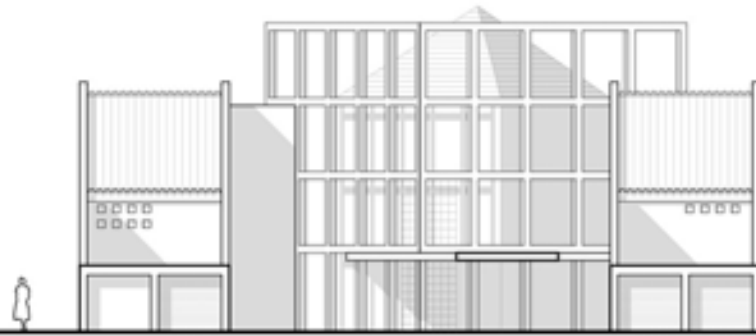
RIO VERDE • 100m

SITUAÇÃO • 1:2500 • 10m

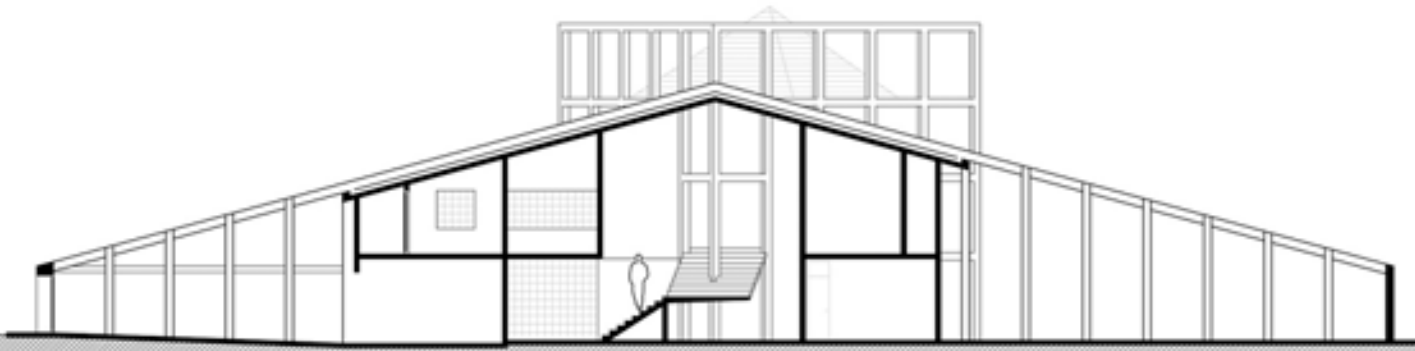


- 01. acesso social
- 02. garagem
- 03. escritório
- 04. estar
- 05. churrasqueira
- 06. jantar
- 07. copa
- 08. cozinha
- 09. serviços
- 10. quarto





RUA GERALDO ATAÍDE LEÃO • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



◀ [1885] · 19/10/2021

1986 · RESIDÊNCIA PÉRICLES EMRICH CAMPOS E HANAE CAMPOS ·

1986 · Rio Verde / GO · Residência Péricles Emrich Campos e Hanae Campos

[1886] · 19/10/2021
Jardim. ◀

[1887] · 19/10/2021
Churrasqueira. ▶

A expansão da agricultura durante a década de 1980, em Rio Verde, tem como uma das consequências a elevação dos preços da terra em área rural que, em seguida, atinge a terra urbana. Os novos loteamentos que surgem perimetrais ao núcleo inicial do século XIX são a resposta imediata dessa valorização dos terrenos, o que leva a uma duplicação da área urbanizada em relação à década de 1970 (Xavier, 2013:92). Esses loteamentos atendem também a uma crescente demanda por moradia. O sucesso da agricultura arrebatou trabalhadores da área, mas também é o fomento para expansão de outros setores como o comércio e a prestação de serviços, que atraem postos de trabalho não diretamente vinculados ao campo.

Na trajetória de Sylvio de Podestá (1952-), esse período é marcado pela concepção de um dos principais, senão o principal, exemplares que o pós-modernismo produziu no Brasil. Em parceria com Éolo Maia (1942-2002) concebem o Centro de Apoio Turístico Tancredo Neves (1985-1990), popular Rainha da Sucata, que revela ser mais que uma mera composição de fachada ou cenário satírico. Preocupações presentes, como releitura crítica do entrono, implantação cuidadosa, resolução de problemas reais da área, cuidado com o programa de necessidades e materiais, mostram que, apesar da aparente irreverência formal, as questões técnicas da arquitetura e o respeito por disciplinas não exclusivas à forma são tratados com precisão e profissionalismo.

Da mesma maneira se dão as residências dessa primeira década de produção do arquiteto. Apesar do impacto formal causado por cores e volumes, ainda incomuns no tecido urbano, estas obras estão emaranhadas das necessidades dos clientes, de sonhos e intenções não exclusivas às vontades do arquiteto. Podestá deliberadamente se coloca como um mediador entre vontades e materialidades (Podestá, 2000:12). Nos mostra que as renovações propostas estavam além de uma questão formal, mas se voltavam ao lugar e aos usuários em um nível mais profundo. Por isso, o olhar para tais propostas é imperativo, ainda tem muito a ensinar.



Esta foi a última das três residências construídas em Rio Verde, projetada para Péricles Campos – sócio do irmão Paulo Campos em escritório de advocacia – e sua esposa Hanae Campos, em 1986. Das três, é a que ocupa o menor terreno, o único ocupado, da quadra, quando da instalação do novo loteamento. Tais características guiaram as decisões de implantação: os muros que limitam o terreno passam a ser lidos como volumetria única. Não é o volume dentro do lote, mas sim dentro da quadra. Parcialmente esta leitura ainda permanece, pois alguns terrenos ainda não foram ocupados.

[1888] · 19/10/2021
Detalhe verga.



[1889] · 19/10/2021
Acesso.



[1890] · 19/10/2021
Varanda.



A distribuição do programa de necessidades mantém o padrão encontrado na Residência Lauro e Gisela [1869:1335]. O volume lateral recebe garagem e parte do social, ao centro o lazer social e, junto ao outro extremo, a área de serviços. A parte superior é reservada às suítes. Pela exiguidade do terreno, o vazio frontal não pode ser exclusivamente contemplativo, e lá se instalam piscina e churrasqueira.

A piscina se abre ao norte, os quartos voltam-se ao leste e são protegidos do sol poente pela varanda que mira a área de lazer. Formalmente é o elemento chave da composição. Não havendo espaço para grandes recuos, avanços ou sobreposições volumétricas, a varanda é limitada por robustas colunas com setenta centímetros de diâmetro, coroadas por vergas com diferentes desenhos a cada intercolúnio.

A zona sombreada que é criada pelo avanço do conjunto de colunas e vergas, aparece como um cenário. Não na mesma escala, mas com intenções similares aos painéis da Piazza d'Italia, de Charles Moore (in: Jencks, 1984:148), que em 1979 delimita e dá o caráter do vazio urbano. Na residência, apesar da perda do jogo de cores e o contraste entre elementos existentes na concepção inicial, ainda persiste o desenho original. A retomada das características iniciais não é difícil e, como recuperação de um documento histórico, é indicada.



Dados

Obra: Res. Péricles Campos e Hanae Campos

Ano Construção: 1986

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Sylvio Emrich de Podestá (arquiteto)

Péricles Emrich Campos (proprietário)

Hanae Campos (proprietária)

Cidade: Rio Verde / GO

End.: Rua do Campestre, 213, Campestre

Coordenadas: 17°48'28.5"S 50°56'25.5"W

Altitude: 702m

Altura: 9,65 m

Pavimentos: Térreo + Superior

Área Terreno: 450 m²

Área Ocupada: 268 m²

Área Construída: 430 m²

Fontes

CAMPOS, Onaldo. **Rio Verde Histórico**. São Paulo: Gráfica e Editora EDIGRAF S.A., 1971.

CUNHA NETO, Oscar. **Rio Verde: Apontamentos para a sua história - documentário ilustrado**. Goiânia: Gráfica e Editora O Popular, 1988.

JENCKS, Charles. **El lenguaje de la arquitectura posmoderna - 3ª Edición ampliada**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1984

MARQUELLI, Rodrigo Pedrosa. **O Desenvolvimento sustentável da Agricultura no Cerrado Brasileiro**. Brasília: ISEA-FGV/ ECOBUSINESS SCHOOL, 2003.

PODESTÁ, Sylvio Emrich de. **Casas**. Belo Horizonte: AP Cultural, 2000.

PODESTÁ, Sylvio Emrich de. **Projetos Institucionais**. Belo Horizonte: AP Cultural, 2001.

VENTURI, Robert. **Complexidade e Contradição em Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

XAVIER, Paulo Cesar Borges Xavier. **A expansão urbana da cidade de Rio Verde - 1970-2012**. Goiânia, 2013. Dissertação-Ciências Econômicas, PUC-GO.

[1891] · 19/10/2021 ◀
Varanda piso superior.

[1892] · 19/10/2021 ▶
Varanda piso superior.

Desenhos p. 1354
[1893] [1894]

Desenhos p. 1355
[1895] [1896]
[1897] [1898]





05/08/2014

RIO VERDE • 100m

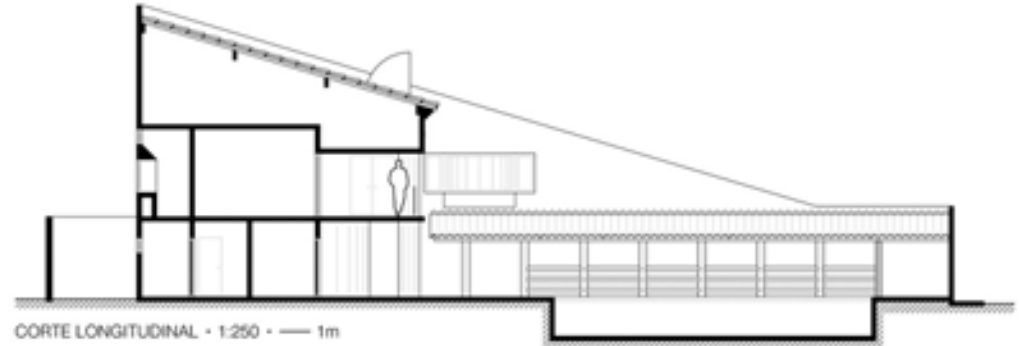
SITUAÇÃO • 1:2500 • 10m

1354

05/08/2014



RUA DO CAMPESTRE • 1:250 • — 1m

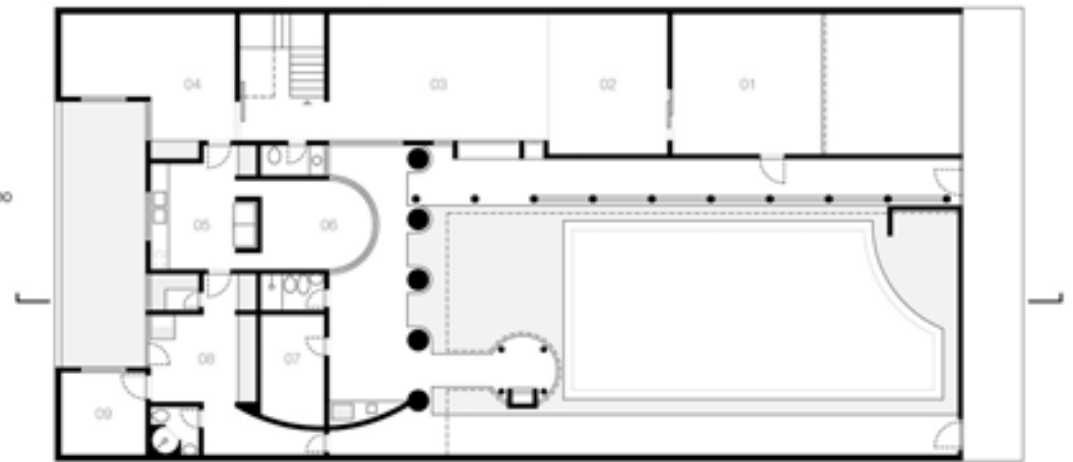


CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



SUPERIOR • 1:250 • — 1m

- 01. garagem
- 02. bar
- 03. estar
- 04. jantar
- 05. cozinha
- 06. copa
- 07. apoio
- 08. serviço
- 09. quarto
- 10. estar íntimo



TÉRREO • 1:250 • — 1m



◀ [1899] · 12/10/2021

1986 · SEDE DA FECOMÉRCIO ·

1986 · Goiânia / GO · Sede da Fecomércio

O escritório de arquitetura GrupoQuatro foi fundado em 1972 por um grupo de jovens amigos que tiveram passagem no curso de arquitetura da Universidade de Brasília – UnB como ponto em comum. Solimar Neiva Damasceno (1938-) conclui lá o curso em 1968; Waldir Santos Aguiar (1938-) cursa alguns semestres na Federal do Rio de Janeiro/RJ, transfere para UnB em 1964 e lá conclui em 1968; Luiz Fernando Teixeira Cruvinel (1943-) também finaliza o curso em 1968 na UnB e Walfredo Antunes de Oliveira Filho (1943-) inicia na Mackenzie São Paulo/SP, transfere-se para a UnB, retorna à Mackenzie e conclui na Universidade Católica de Goiás em 1974 (Rezende, 2019:19).

O grupo estudou em um dos grandes períodos do curso de arquitetura da UnB, quando importantes nomes da arte e cultura nacional foram figuras constantes, presentes e acessíveis. Oscar Niemeyer (1907-2012) desenvolvia os projetos de Brasília/DF em escritório ao lado das salas de aula. João Filgueiras Lima (1932-2014) instruía acerca de tecnologia e técnicas construtivas enquanto Edgar Albuquerque Graeff (1921-1990) se responsabilizava pelas aulas de história. Athos Bulcão (1918-2008) e Alfredo Ceschiatti (1918-1989) concebiam obras de artes e ministravam lições de desenho. A turma pequena e a universidade dando os primeiros passos permitiam situações como usuais encontros da turma em almoços com Darcy Ribeiro (1922-1997) e outros professores (Teixeira, 2019).

Assim, o grupo teve uma influência inicial ligada à arquitetura carioca e aos preceitos corbusianos seguidos por Niemeyer. Porém, após a prática profissional, principalmente a partir do convívio com Paulo Mendes da Rocha (1928-2021), nota-se uma busca por expressões ligadas à arquitetura paulista. Um forte viés projetivo que perdura mesmo após a decomposição do grupo é o projeto urbano. Luiz Fernando pós-graduou em Londres, cursando planejamento urbano na *Architectural Association* entre 1968 e 1974, quando retorna ao Brasil. Essa formação permitiu grandes projetos, como o de Palmas, capital do Tocantins (Teixeira, 2019), e a atuação em órgãos de planejamento do município e estado.

[1900] · 12/10/2021

Detalhe estrutura.



[1901] · 12/10/2021

Detalhe fachada frontal.



[1902] · 12/10/2021

Fachada frontal.





Além de trabalhos de urbanismo e planejamento urbano executados para prefeituras e outros órgãos administrativos, saíram das pranchetas importantes projetos arquitetônicos, como o SESI da Vila Canaã, de 1974 [956:724], e a Sede da Metago, de 1980 [984:740], representativas peças do acervo arquitetônico goiano. Posteriormente, projetada em 1983 e construída entre 1984 e 1986, a sede da Federação do Comércio do Estado de Goiás, Fecomércio, tornou-se uma das principais obras do escritório, representante de um brutalismo já tardio com assumida influência de Paulo Mendes (Teixeira, 2019).

O projeto nasce da empreitada promovida pelo então presidente da entidade, Elias Bufáical (1922-2007), que solicita aos arquitetos Fernando Teixeira e Solimar Damasceno um projeto contemporâneo, que representasse a modernidade da Federação. O terreno generoso, com mais de 1.000m² permitiu que, apesar de extenso, o programa fosse resolvido com liberdade, em espaços amplos, setorizados em diferentes pavimentos. Dessa maneira o térreo ficou ocupado pela recepção e atendimento social, o subsolo reservado ao auditório e eventos e o pavimento superior à estrutura administrativa com a presidência e sua assessoria.

A estrutura vertical se resume a oito pilares internos e quatro externos, permitindo a liberdade de agenciamento da planta. Uma escada central, aberta, conecta os pavimentos fisicamente e visualmente, e por ela a luz natural permeia o interior do edifício. A materialidade é marcada pelo concreto aparente, que se transforma em brises e empenas com delgadas arestas com mínimos 9cm.

A escolha de atribuir duas funções aos elementos estruturais, que além de suporte são definidores do espaço, assegura certa perenidade do partido arquitetônico durante a vida útil do edifício. A exemplo, em profunda reforma iniciada em 2019, que seguiu sem consulta aos autores, o edifício contou apenas com a proteção passiva de um conceito que, se destruído, acarretaria a demolição do prédio. No entanto, mesmo com a dificuldade de se demolir o concreto, há sempre a facilidade de instalar um duvidoso revestimento.

[1903] · 15/10/2021 ◀
Circulação e escada interna.

[1904] · 15/10/2021 ▶
Circulação interna.



Dados

Obra: Sede da Fecomércio

Ano Construção: 1986

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

GrupoQuatro Ltda (arquitetura)

Luiz Fernando Teixeira Cruvinel (arquiteto)

Moacir Paulista Cordeiro (colaborador)

Amélia Luiza de Souza (colaborador)

Jalma Borges Lamounier (colaborador)

Elza Marina Santana (colaborador)

Ricardo Mortari Faria (construção)

Método Engenharia (estrutura)

Nassin Taleb (elétrica)

Luiz Bittencourt (hidrossanitário)

Joule Engenharia (ar-condicionado)

Fernando Lima Florentina (paisagismo)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Av. 136, 1084, St. Marista

Coordenadas: 16°41'51.5"S 49°15'11.8"W

Altitude: 816 m

Altura: 10,70 m

Pavimentos: Subsolo + Térreo + 2

Área Terreno: 1.100 m²

Área Ocupada: 294 m²

Área Construída: 1.690 m²

Fontes

MAHLER, Christine Ramos. **O Brutalismo – (História e evolução na arquitetura brasileira.** Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura IX da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1988. NDD-UCG, Trabalho 87, Caixa Arquivo11.

REZENDE, Mayara Dayanne Sousa. **GrupoQuatro: Trajetória profissional na arquitetura e no urbanismo (1972-1990).** Goiânia, 2019. Dissert.-FAV, UFG.

TEIXEIRA, Luiz Fernando Cruvinel. **Federação do Comércio do Estado de Goiás.** In: Projeto, n.116, p.c-22. São Paulo: PROJETO, 1988.

TEIXEIRA, Luiz Fernando Cruvinel. **Federação do Comércio do Estado de Goiás.** In: Projeto, n.135, p.69. São Paulo: PROJETO, 1990

TEIXEIRA, Luiz Fernando Cruvinel. **Entrevista com o Sr. Luiz Fernando Cruvinel Teixeira, arquiteto.** Goiânia/GO, 16 de agosto de 2019. Concedida a Eurípedes Afonso da Silva Neto.

[1905] · 15/10/2021
Pergolado jardim. ◀

[1906] · 15/10/2021
Brises. ◀

[1907] · 15/10/2021
Empena lateral. ▶

[1908] · 15/10/2021
Detalhe vitral. ▶

Desenhos p. 1364
[1909] [1910]

Desenho p. 1365
[1911]

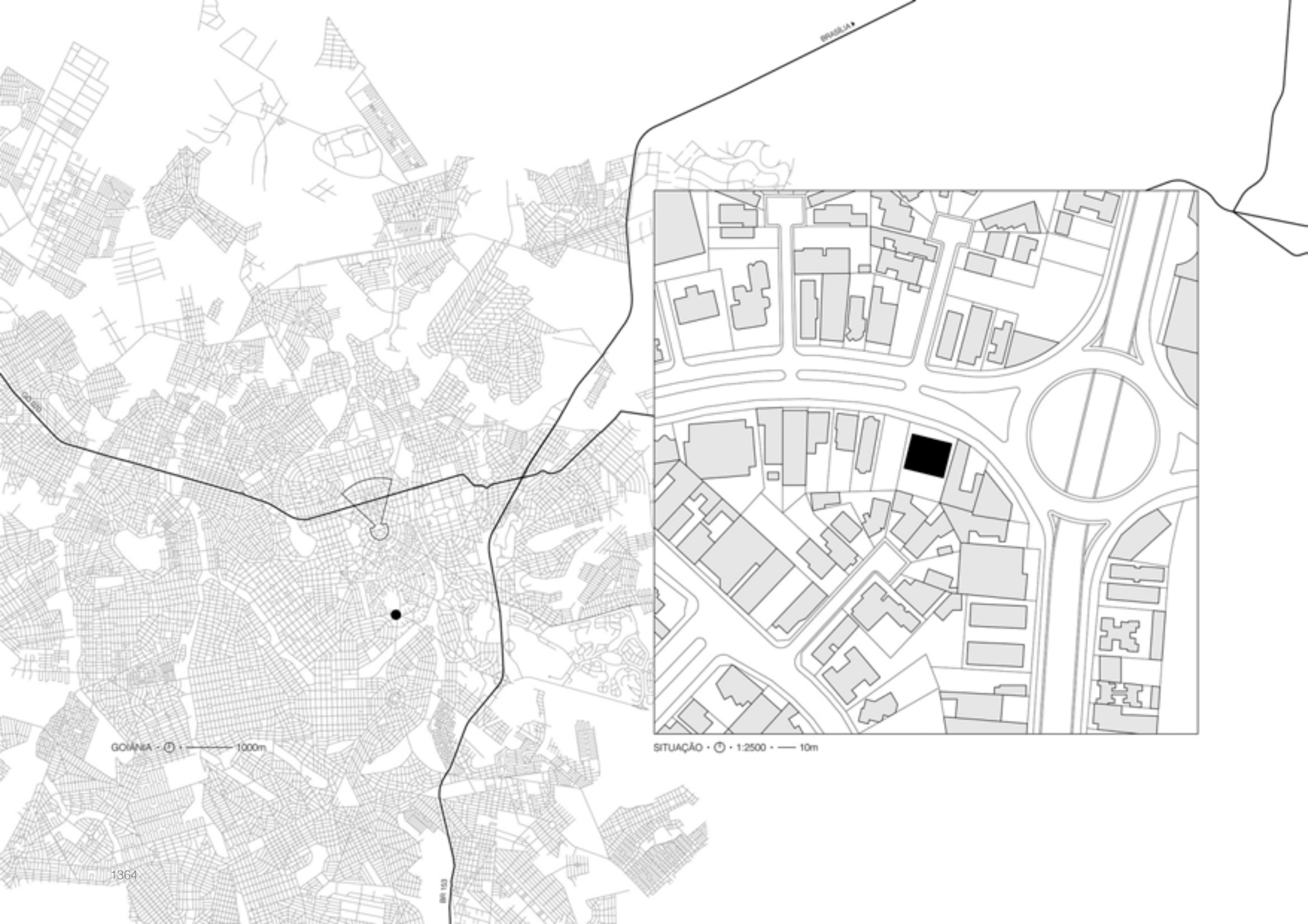
Desenho p. 1366
[1912]

Desenho p. 1367
[1913]

Desenho p. 1368
[1914]

Desenhos p. 1369
[1915]
[1916]



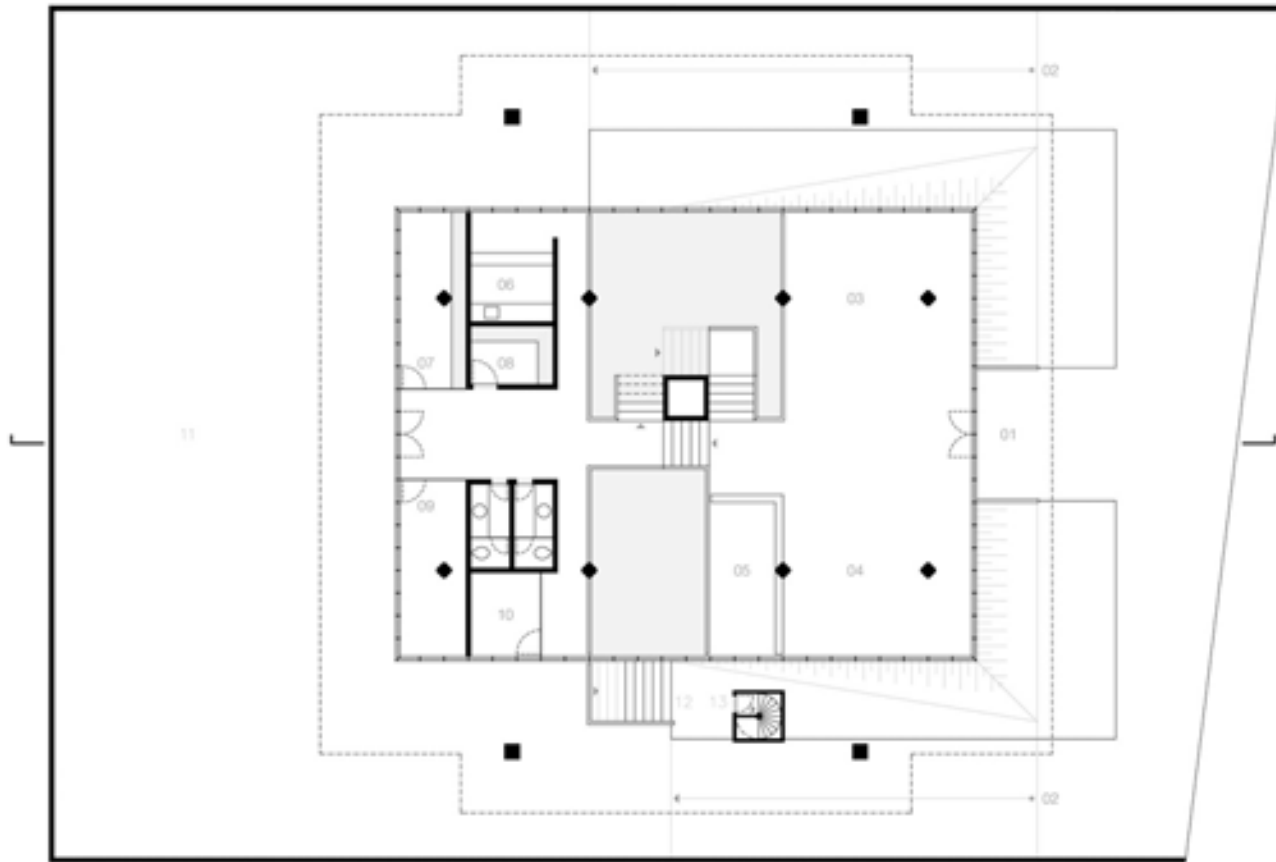


BRISLIA

GOIÂNIA - 1000m

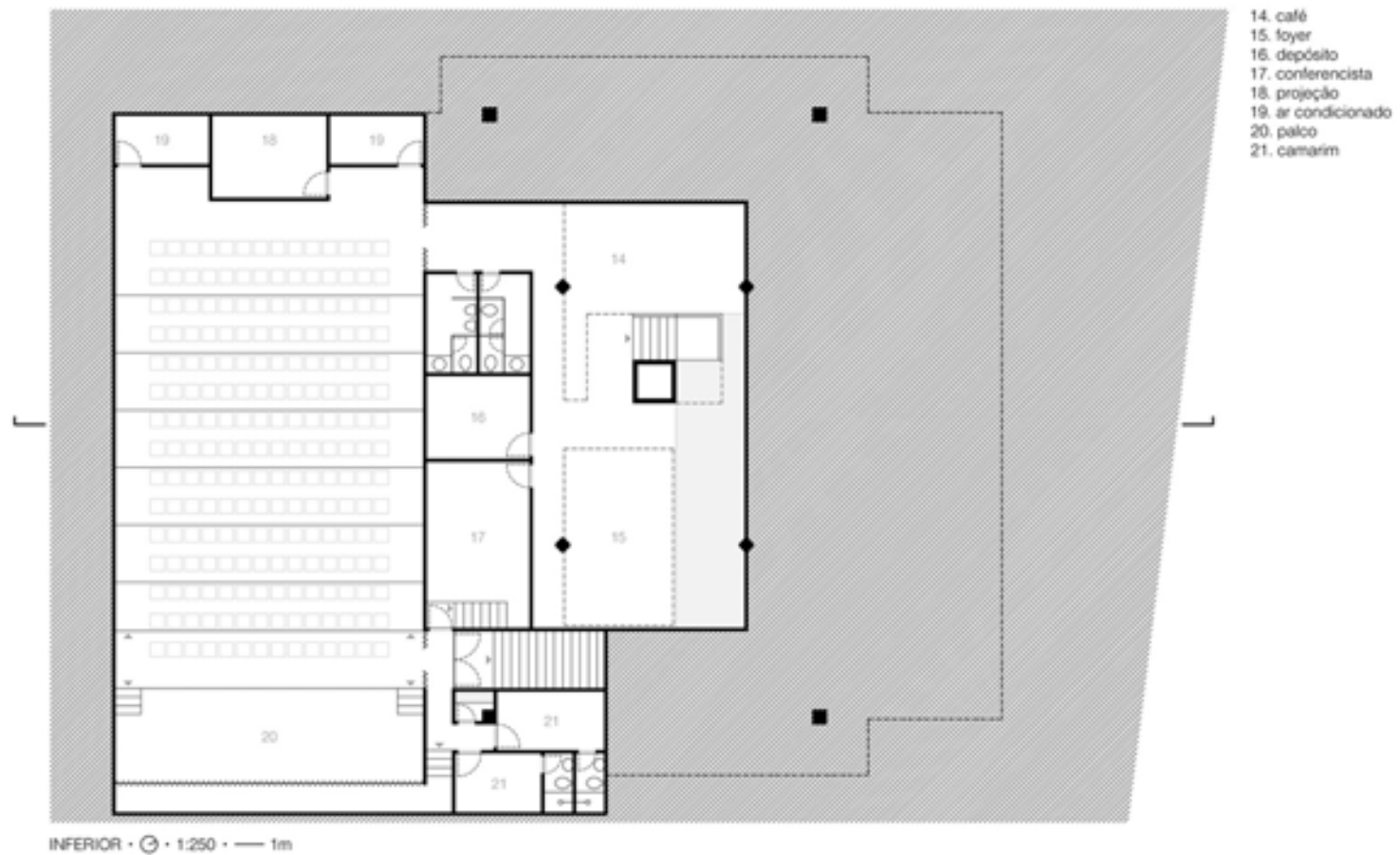
SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m

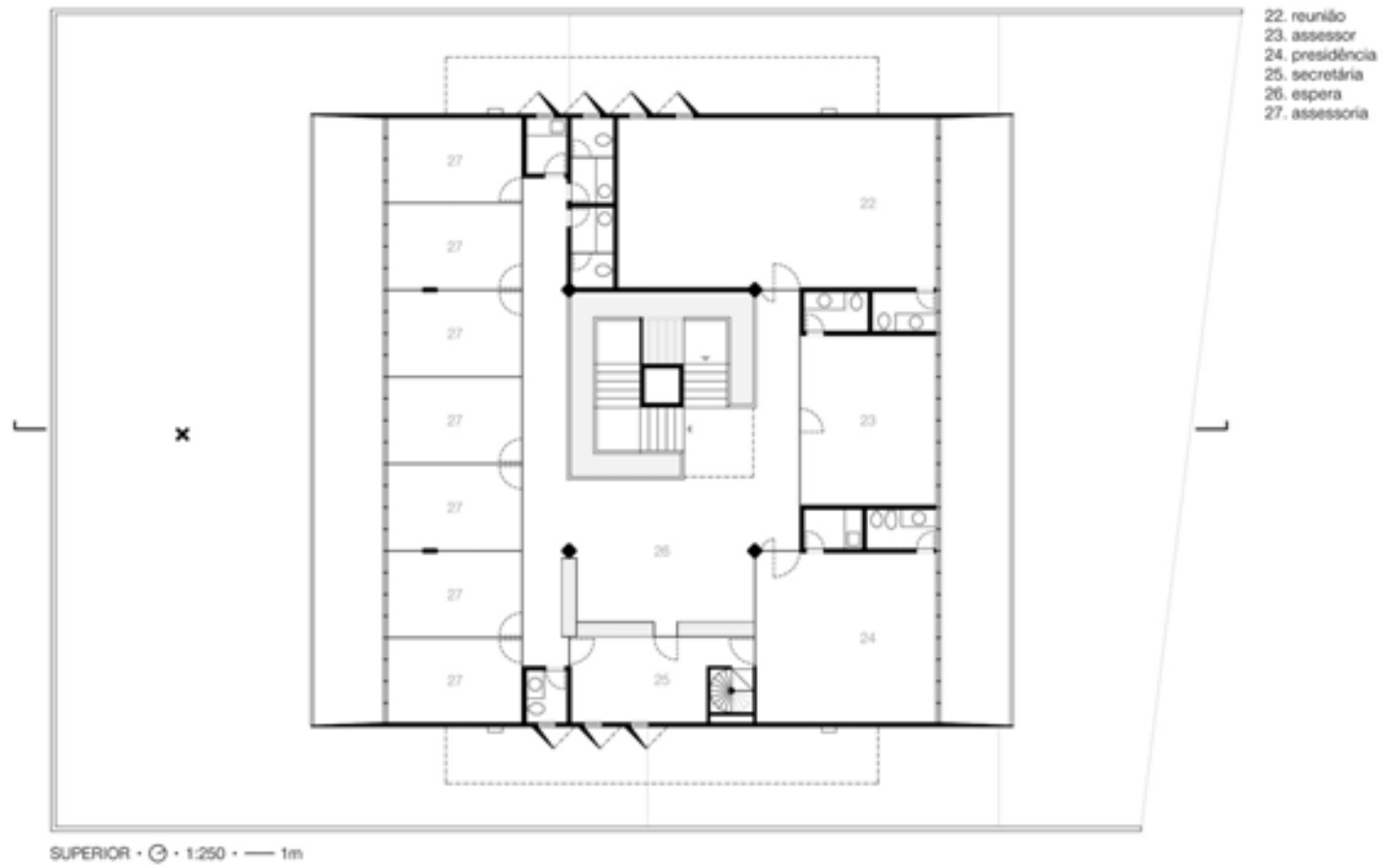
BR 153

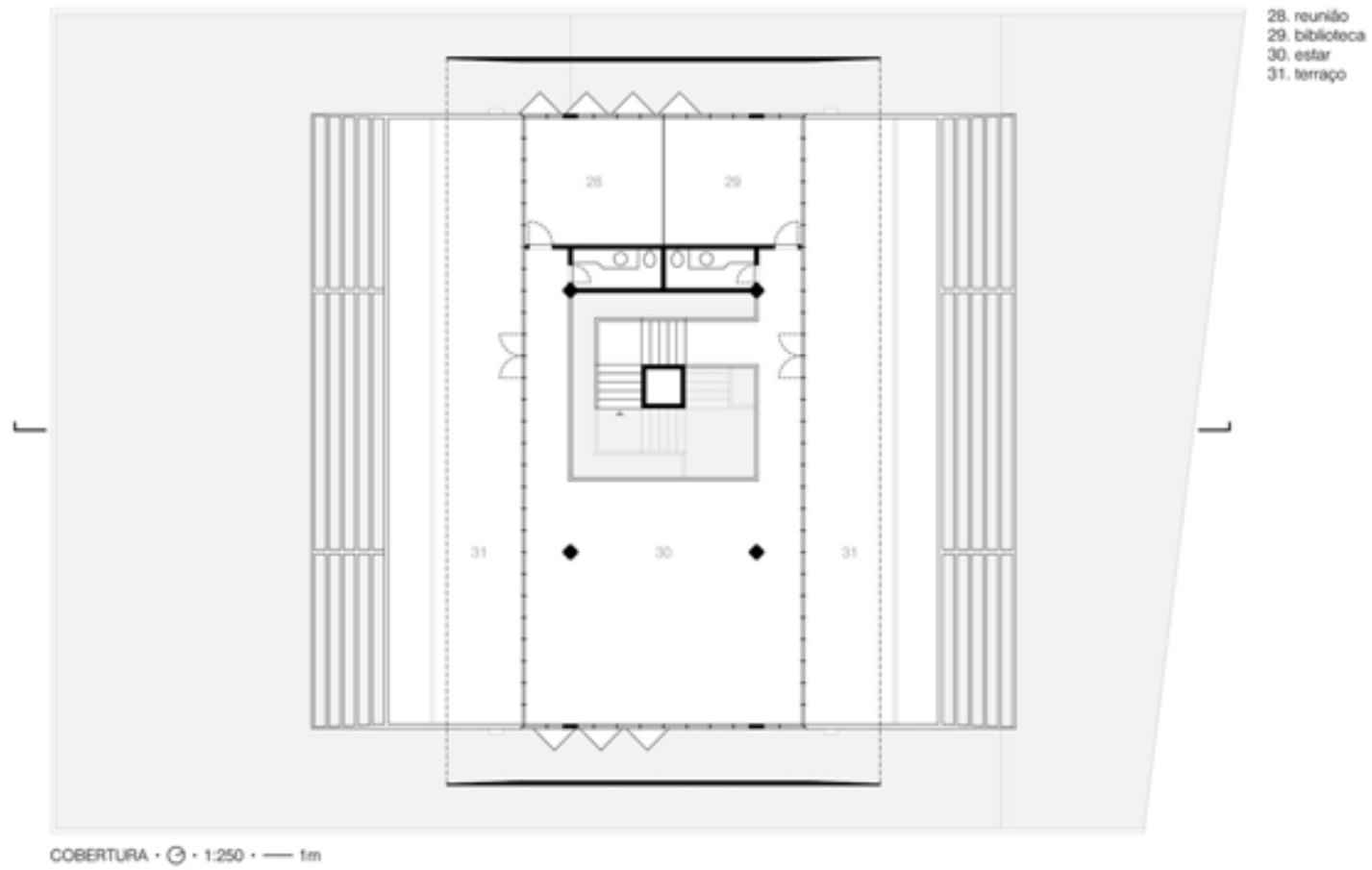


- 01. acesso pedestres
- 02. acesso veículos
- 03. protocolo
- 04. estar
- 05. informação
- 06. copa
- 07. almoxarifé
- 08. arquivo
- 09. sala
- 10. telefone
- 11. garagem
- 12. acesso auditório
- 13. acesso presidéncia

TÉRREO • 1:250 • 1m

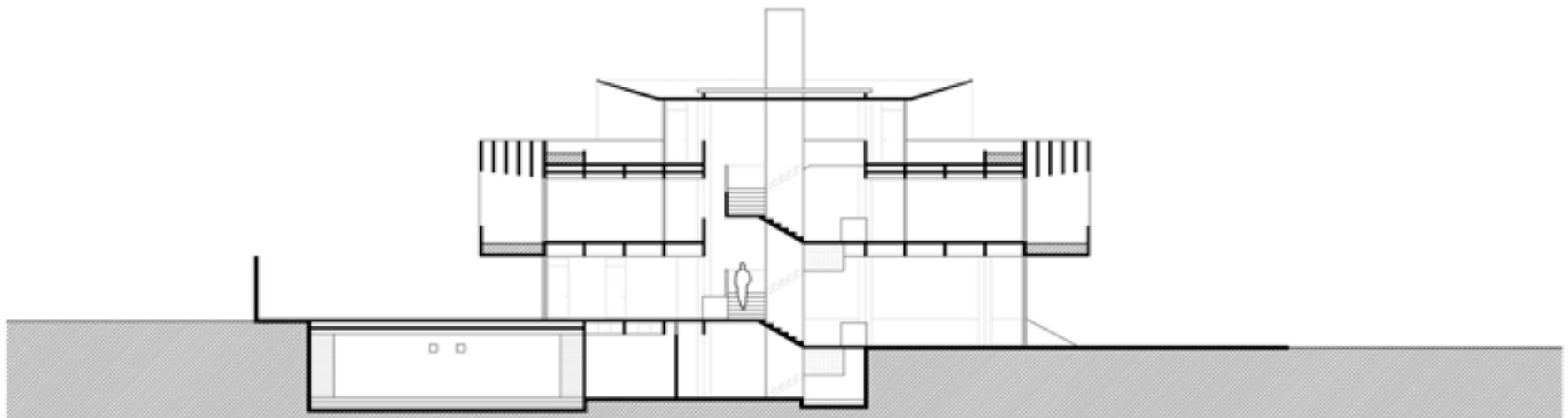








AVENIDA 136 • 1:250 • — 1m



CORTE LONGITUDINAL • 1:250 • — 1m



◀ [1917] · 13/10/2021

1988 · INSTITUTO DE ARTES ·

1988 · Goiânia / GO · Instituto de Artes (atual Escola de Música e Artes Cênicas)

A década de 1960 presenciou a formação de duas grandes instituições artísticas em Goiás, a Escola Goiana de Belas Artes e o Instituto de Belas Artes de Goiás – esta dissidente da outra. Foram ramificações de iniciativa que nasceu em 1945 lideradas por José Neddermeyer (1894-1951) e Jorge Félix (1908-1983), que promoviam aulas de pintura ao ar livre sob a tutela da Sociedade Pró-Arte de Goiás, por eles criada.

As duas instituições foram acampadas pelas recém-formadas universidades locais. Na Universidade Católica instalou-se o grupo proveniente da Escola Goiana de Belas Artes, convertido em curso de arquitetura com o novo Ateliê finalizado em 1970 [1573:1141]. E junto à Universidade Federal estrutura-se o Instituto de Belas Artes de Goiás, em 1962, que unido ao Conservatório de Música – também dissidente da Escola de Belas Artes – formam o Instituto de Artes em 1967 (Reis, 2010:172).

A desintegração da Escola Goiana de Belas Artes é envolvida em mistérios; alguns afirmam que o puritanismo católico tolhia a liberdade de expressão (Goya, 2010:2030) ou que falta de recursos financeiros (Borela, 2010:115) provia dificuldades. Talvez a boa e velha briga por pequenos poderes estivesse por detrás do detrás. Fato é que, em reunião conduzida por Gustav Ritter (1904-1979) e Antônio Peclat (1913-1998) em 1959, para decidir o destino da instituição, o trauma que racha o grupo em definitivo ocorre.

O professor Jorge Félix, sem se sentar, toma a palavra e encerra as tratativas ao atacar os dissidentes intitulado-os comunistas e filhos do diabo por quererem levar a Escola para a Universidade Federal (Castro, 2020b:56). Com esse posicionamento, o arquiteto, homem forte da instituição, subsidiou o lado dos que não queriam mudanças. O corpo da Belas Artes, que poderia ser unitário e coeso, se dividiu. Depois, apesar de todas as pressões políticas em prol da dissolução do Instituto de Artes da Federal (Reis, 2010:172), ao final, quem desapareceu foi a Escola Goiana de Belas Artes.

[1918] · 13/10/2021
Fachada sudoeste.



[1919] · 13/10/2021
Pátio interno.



[1920] · 13/10/2021
Fachada sudeste.



[1921] · 13/10/2021
Fachada nordeste.





O edifício construído para sediar o Instituto de Artes da Universidade Federal de Goiás é pensado para abrigar o programa dessas instituições artísticas unificadas, contemplando teatro, ateliês, salas de ensaio e outros cômodos específicos. A planta segue uma modulação que permite modificações de usos e espaço sem alterar o conceito do todo; flexibilidade necessária a órgãos públicos em constante mutação. Fruto da parceria entre os arquitetos Paulo Melo Zimbres (1933-2019) e Luís Antônio de Almeida Reis (1956-), foi projetado em 1986 e concluído em 1988 (Zimbres; Reis, 1996:47).

Natural de Ouro Preto/MG, Zimbres forma-se arquiteto pela Universidade de São Paulo em 1960 e, em 1968, convidado por uma comissão de alunos da Universidade de Brasília, inicia sua vida acadêmica como professor de arquitetura (Jorge, 2019:77). Manteve sociedade entre 1985 e 1995 com Luís Antônio, nascido em Goiânia, formado pela Universidade de Brasília em 1985 (Vaz, 2012: 191), com quem também divide autoria da Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia. A dupla foi inicialmente contratada para a reavaliação do plano diretor de ocupação do campus Samambaia, projetado por técnicos da própria universidade em 1960 (Zimbres; Reis, 1996:44). Depois de finalizados os estudos, surge o contrato para o Instituto de Artes, implantado nos limites de um terreno de esquina. Buscaram potencializar o uso dos logradouros adjacentes com a permeabilidade do edifício que dispõe de acessos nas quatro faces e pátio interno integrando todos os fluxos.

O pátio é definido por dois blocos paralelos que abrigam as salas moduladas. Estes, implantados no sentido da curva de nível, têm a diferença de meio nível entre as respectivas cotas de acesso. As duas barras são conectadas a leste pelo teatro e a oeste pelos amplos ateliês. Essa decisão permite a adaptação à topografia fazendo com que os ambientes internos aos dois espaços possam variar o nível do piso, mantendo-se o pé direito. A volumetria externa é marcada pela associação dos materiais ao uso de cada bloco, permitindo a identificação, já externa, dos diferentes setores. Há emprego de diferentes elementos, como rampas, brises, materiais e texturas, que proporcionam diversidade formal aos espaços internos. Diversidade que se inspira nas cidades (Zimbres; Reis, 1996:44), atitude de sobreposição de elementos já mais ligada às discussões pós-modernistas.

[1922] · 13/10/2021 ◀
Detalhe alvenaria.

[1923] · 13/10/2021 ◀
Detalhe brise.

[1924] · 13/10/2021 ▶
Detalhe elemento ventilação.

[1925] · 13/10/2021 ▶
Detalhe cobertura.



Dados

Obra: Instituto de Artes

Ano Construção: 1988

Ano Remodelação: Não houve

Responsáveis:

Paulo Zimbres (arquiteto)

Luís Antônio de Almeida Reis (arquiteto)

Tony Malheiros (colaborador)

Lucílio Vitorino (estrutura)

Adauto Serra (instalações)

Wilde Gontijo (instalações)

Elder Rocha Lima (construção)

Marco Antônio de Oliveira (construção)

Cidade: Goiânia / GO

End.: Av. Esperança, SN, Campus Samambaia

Coordenadas: 16°36'18.3"S 49°15'36.5"W

Altitude: 784 m

Altura: 6,80 m

Pavimentos: Térreo + Superior

Área Terreno: 8.300 m²

Área Ocupada: 2.796 m²

Área Construída: 5.245 m²

Fontes

BORELA, Marcela Aguiar. **Experiência Moderna nas Artes Plásticas em Goiás: fronteira, identidade, história (1942-1962)**. Goiânia, 2010. Dissertação-História, UFG.

CASTRO, Orlando Ferreira de. **Faculdade de Artes Visuais da UFG: histórias e memórias do professor Orlando Ferreira de Castro**. Goiânia: CEGRAF UFG, 2020b.

GOYA, Edna de Jesus. **O Ensino Superior de Artes Plásticas em Goiás: a Escola Goiana de Belas Artes - EGBA**. In: Entre Territórios - Anais do 19º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, p.2018-2032. Cachoeira: ANPAP/EDUFBA, 2010.

JORGE, Miguel. **Arquitetura residencial em Brasília do arquiteto Paulo de Melo Zimbres: da linguagem brutalista moderna ao regionalismo**. Brasília, 2019. Dissertação-FAU, UnB.

REIS, Heloísa Esser dos (Org.). **Universidade Federal de Goiás: imagens e memórias (1960-1964)**. Goiânia: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2010.

VAZ, Taciana Assumpção. **O olhar do arquiteto sobre Brasília**. Brasília, 2012. Dissertação-FAU, UnB.

ZIMBRES, Paulo; REIS, Luís Antônio Almeida. **Urbanidade Visceral: O resgate de conceitos da cidade**. In: Projeto, n.167, p.44-47. São Paulo: PROJETO, 1993.

[1926] · 13/10/2021
Hall superior.



[1927] · 13/10/2021
Escada central.



[1928] · 13/10/2021
Acesso administração.

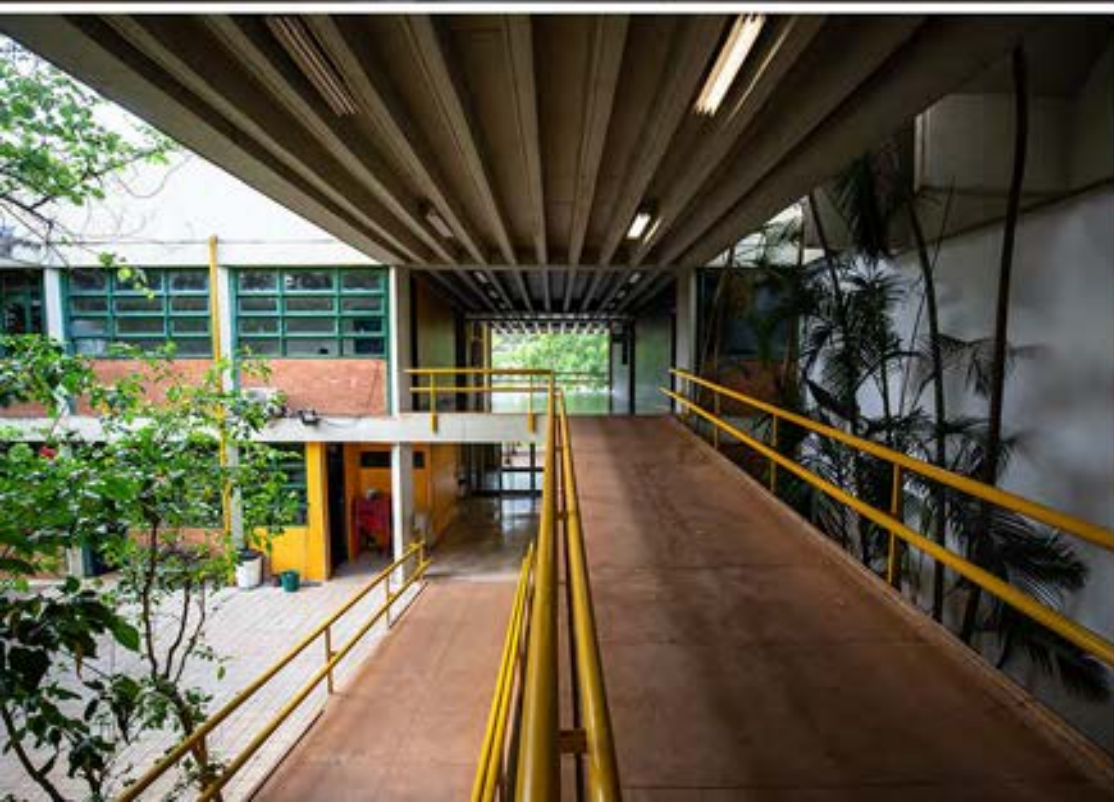


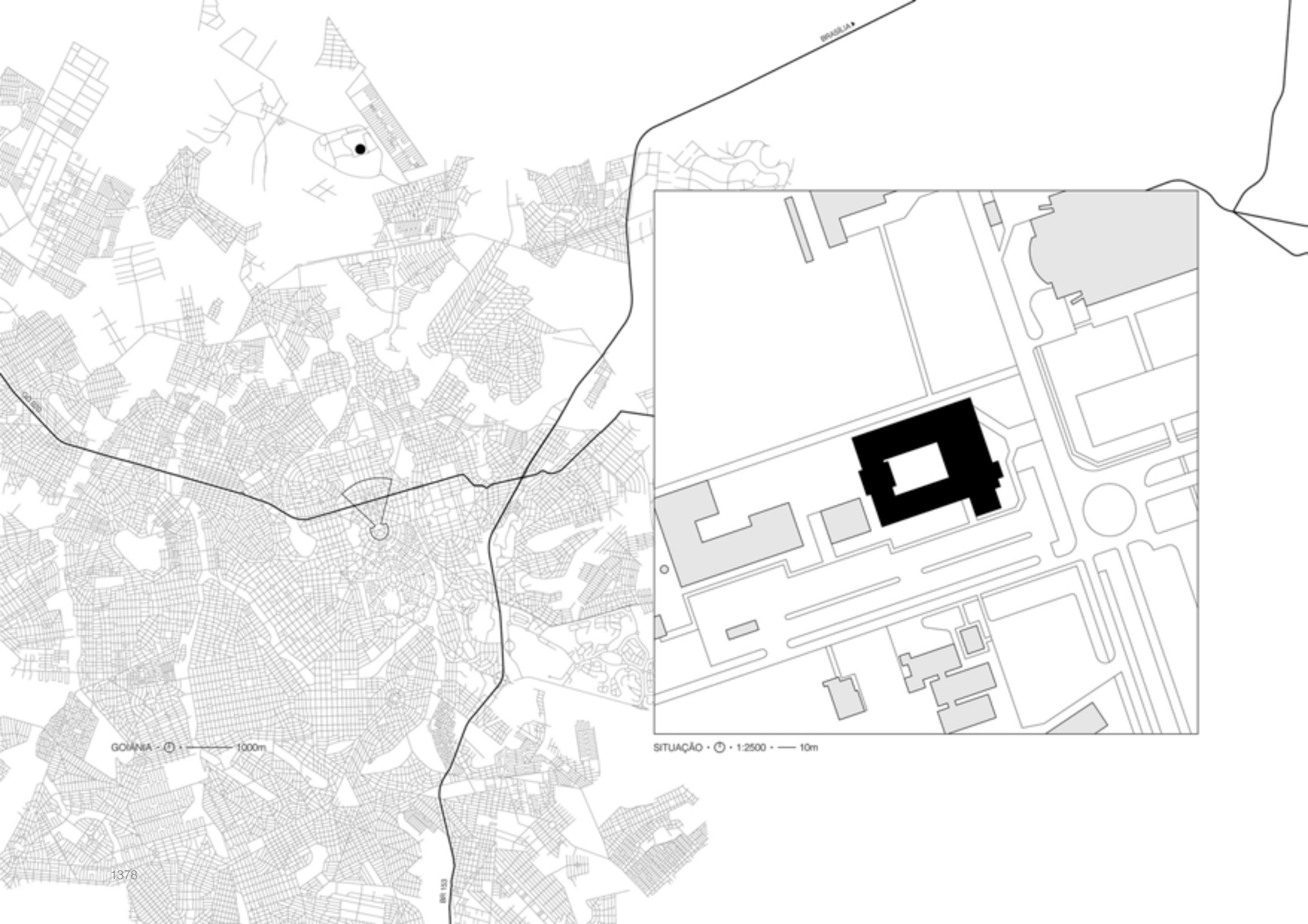
Desenhos p. 1378
[1929] [1930]

Desenho p. 1379
[1931]

Desenho p. 1380
[1932]

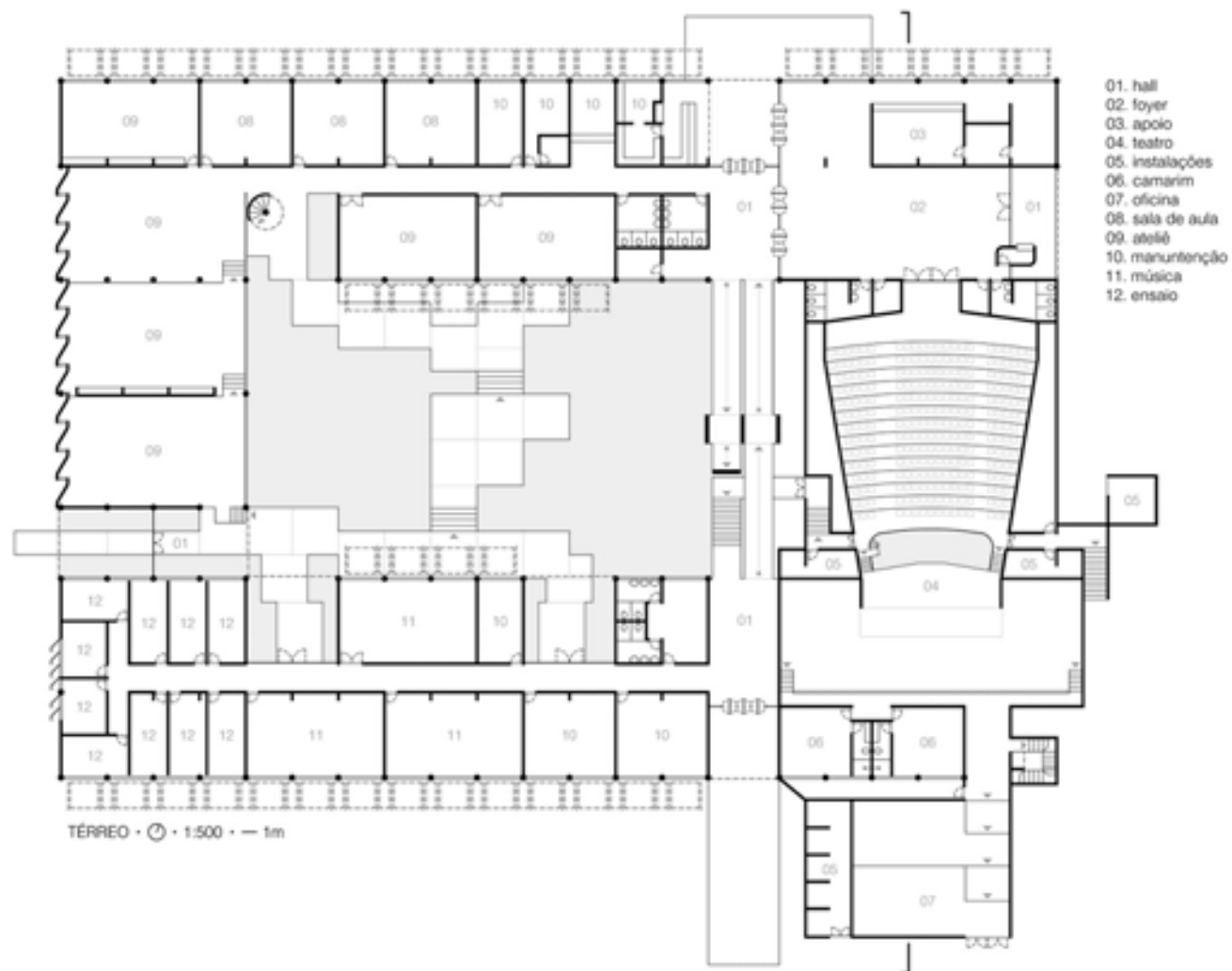
Desenhos p. 1381
[1933]
[1934]

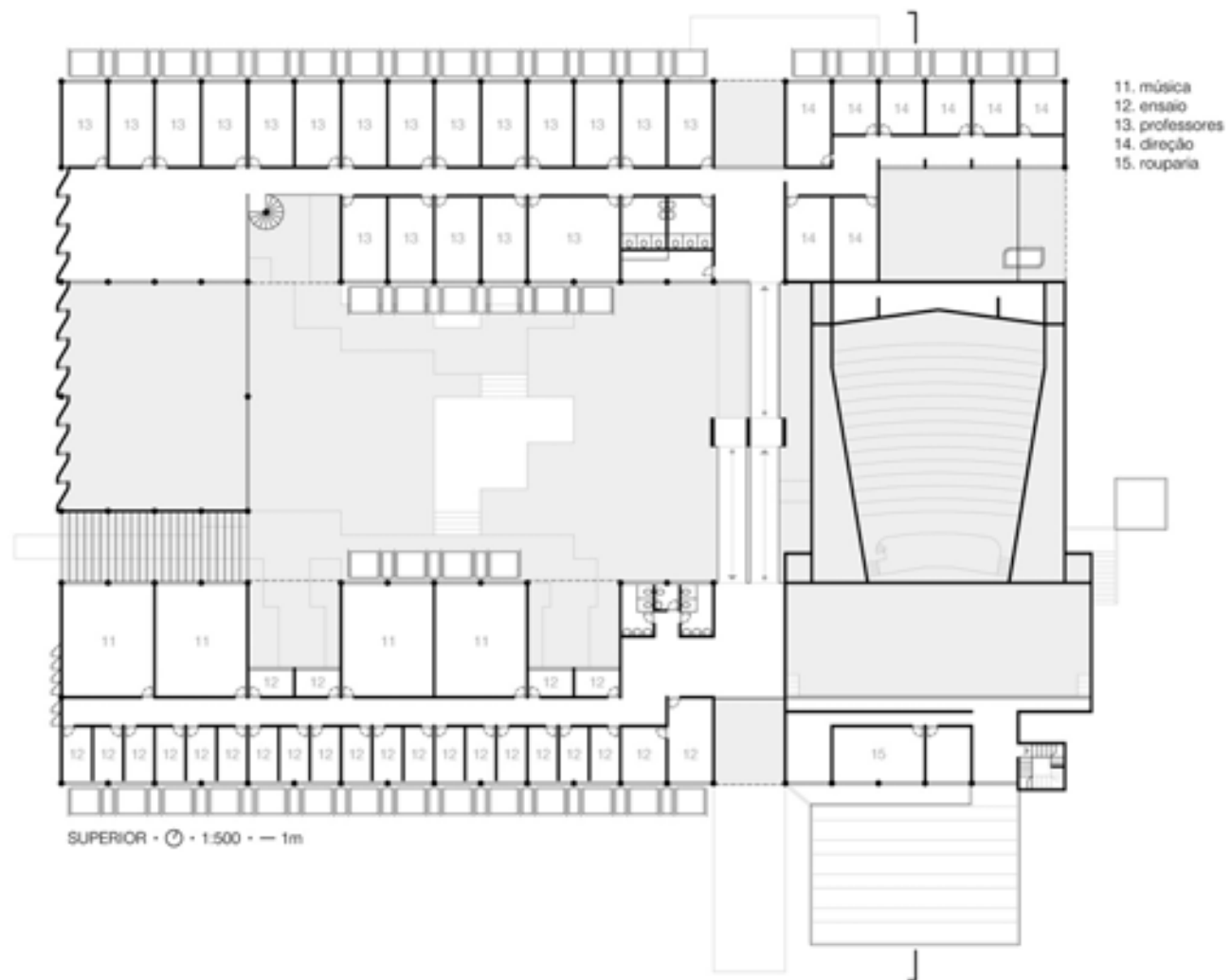


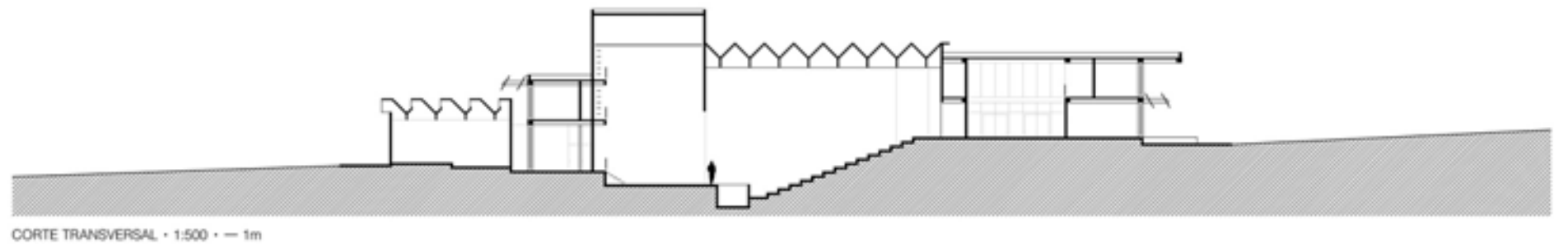
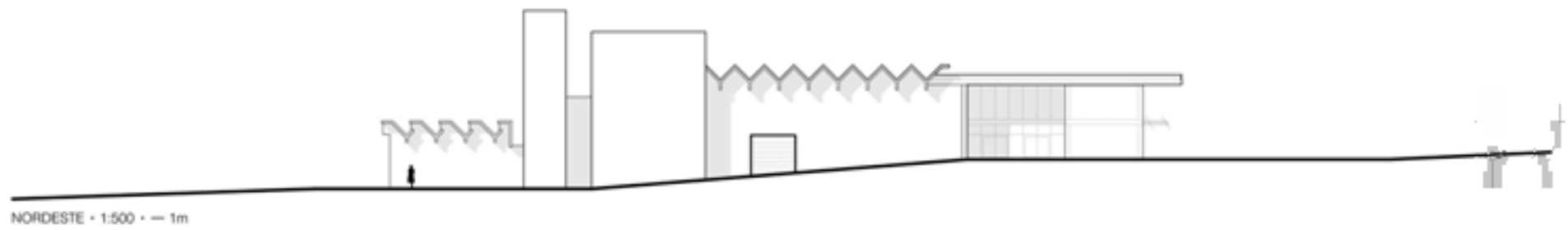


GOIÂNIA - 1000m

SITUAÇÃO - 1:2500 - 10m







· CONCLUSÃO ·

Política Expansionista

Ao finalizar o trabalho, duas questões me pareceram mais significativas. Uma primeira de ordem presente e outra de ordem futura. Presente pois já está colocado e registrado que a arquitetura desenvolvida em Goiás esteve intimamente conectada à produção nacional. Foi possível perceber que decisões administrativas, aspectos culturais e outras transformações ocorridas nos grandes centros brasileiros estiveram minimamente emulados no mais remoto dos sertões goianos.

O hibridismo cultural, já existente nos primeiros momentos do século XVIII com as diferentes influências ao norte e ao sul da capitania, toma corpo e força ao início do século XX no agora território estadual. Com isso, veremos projetistas e pioneiros de outras regiões atuando em Goiás diretamente e indiretamente. Por meio de ação pessoal ou influências perpetradas como professores e colegas dos profissionais localmente estabelecidos, sempre haverá produção ou reprodução das linguagens estilísticas características de cada período.

A reunião do conjunto de obras permitiu ainda a visualização da sucessão de estilos e como estes comunicavam, pela arquitetura, anseios sociais e políticos também presentes no cenário nacional e internacional. Apesar das longas distâncias do século XVIII e a relativa solidão dos arraiais goianos, as influências externas se colocavam e com o passar das décadas se mostraram mais presentes.

De fato, o tão apregoado e pejorativo isolamento foi o que permitiu os momentos de expressões mais específicas da região. Nas edificadas ao século XVIII, ficaram impressas questões relativas ao sítio e ao substrato técnico responsável por sua construção. Estes, não necessariamente de formação erudita, contavam com o conhecimento empírico e uma disponibilidade material que caracterizou grande parte do que foi edificado até o final do século XIX. Houve em Goiás qualidade, especificidade e cuidado com essas edificações, por muito tempo descritas como fruto de uma pobreza material e até de espírito.

Isto posto, temos o segundo ponto, de ordem futura, que sugere uma certa política expansionista vinculada a posterior desenvolvimento desta tese. Que, por congelamento de uma leitura particular, vinculada a escolhas particulares —mesmo que justificadas —tem em sua estrutura a proposta de expansão em todos os seus tópicos e abordagens, estimulando leituras variadas. Ao aferir todas as partes do trabalho, desde a divisão Tradição/ Renovação aos tópicos internos, passando pelos dossiês e mesmo a bibliografia referencial, constata-se a possibilidade de expansão individual e independente de cada uma delas.

A saber, a dualidade analítica proposta pode ser futuramente revista, por exemplo, em Secular/ Sagrado, Popular/Oficial, ou ainda reestruturada por usos, escala, material, implantação, dentre outras. Optando-se por manter o já colocado, pode-se tanto expandir o desenvolvimento dos seis tópicos internos estabelecidos quanto ampliar o número de tópicos. Agentes, financiamento, disponibilidades, detalhes e outros mais surgidos a partir da leitura das edificações e da necessidade de desenvolvê-los em grupo específico.

Há ainda o acréscimo de novas edificações ou o aprofundamento das análises como mais um grande escopo de trabalho. Só aqui foram utilizadas duzentas e dez obras, das quais cem foram detalhas. Há espaço para mais um trabalho exclusivo de detalhamento das que restaram. Além disso, há a possibilidade de expansão de cada um dos dossiês, que ao contemplarem mais imagens, desenhos ou dados históricos, podem se transformar em artigos, dissertações e, quando agrupados, teses temáticas.

Mesmo as referências bibliográficas, sempre discretas ao final dos trabalhos, tornam-se repositório de documentos, entrevistas, livros e publicações às vezes não consultadas pelo mero desconhecimento de sua existência. Se aprofundarmos em trabalho de análise, fichamento e chaveamento desses exemplares, temos outro escopo de longa duração que muito acrescentaria às mais diversas temáticas de pesquisas posteriores.

Isso tratando-se apenas da plataforma impressa, tradicionalmente contida nas limitadas formatações permitidas por uma folha A4. Se transportada ao ambiente digital, torna-se mais didática, autorizando interface que contempla cruzamento de dados em tempo real, configurando uma teia de informações. Assim, leituras transversais, temáticas e sobrepostas podem interagir com vídeos, depoimentos e documentários. Amplia-se a aproximação e popularização de um patrimônio em muitos casos não acessível a todos dadas as dificuldades já elencadas.

Por isso me convenci de que a estrutura é a parte mais relevante que emerge deste trabalho. A utilização parcial de suas possibilidades nos mostra que as leituras futuras serão significativamente maiores que as aqui colocadas. A presente tese representa uma materialização limitada, enquanto a proposta de estrutura se coloca no campo ideal de possibilidades infindáveis.

Para isso é necessário o trabalho em equipe, não necessariamente conjunta ou vinculada a projeto de pesquisa específico, mas uma equipe ligada ao intuito expansionista do que foi aqui preliminarmente materializado. Tal qual uma obra aberta, o trabalho prossegue por si só, ampliando leituras, registros, mas principalmente o acesso a um patrimônio que a cada dia se fragiliza e se perde.

Com isso, novas descobertas serão feitas, obras não registradas são reveladas e pode-se ainda expandir para uma amostragem de exemplares já demolidos ou contemporâneos. Realizar leituras da produção atual, entrevistando, registrando e catalogando mostra-se fundamental. A proximidade ao fato histórico permite a coleta de informações mais abrangentes.

Infelizmente as obras são mais frágeis que os registros. Estes, por independentes de agentes externos ou de autorização valorativa, são ferramentas neutras e mandatórias para formatação de estratégias de conservação mais complexas. Registre o que você ama, da maneira que preferir, mas entre em ação hoje. O tempo não está a seu favor e não respeita as construções sem o seu concurso.

· LISTA OBRAS ·

· Abadiânia / GO	· Antiga Feira Municipal	· 1985	· 16°11'25.8"S 48°42'49.0"W	· página 688	·
· Abadiânia / GO	· Escola Transitória Rural	· 1984	· 16°12'41.8"S 48°40'31.0"W	· página 1305	· com dossiê
· Abadiânia / GO	· Res. Gil Santini e Albineiar Plaza Pinto	· 1985	· 16°12'16.9"S 48°42'19.8"W	· página 1315	· com dossiê
· Anápolis / GO	· Antiga Prefeitura de Anápolis	· 1971	· 16°19'40.6"S 48°56'55.6"W	· página 724	·
· Anápolis / GO	· Colégio Estadual José Ludovico	· 1956	· 16°19'36.1"S 48°57'48.2"W	· página 722	·
· Anápolis / GO	· Edifício Banlavoura	· ≈1960	· 16°19'32.6"S 48°57'23.1"W	· página 688	·
· Anápolis / GO	· Estação Ferroviária Anápolis	· 1935	· 16°19'24.6"S 48°57'24.2"W	· página 939	· com dossiê
· Areias / GO	· Capela de Nossa Senhora Aparecida	· ≈1930 / 1910	· 15°59'05.8"S 50°04'49.6"W	· página 897	· com dossiê
· Arraias / TO	· Res. nº 26, R. Brg. Felipe	· 1940	· 12°55'58.0"S 46°56'16.1"W	· página 710	·
· Arraias / TO	· Res. nº 84, R. Otávio M.	· S/D	· 12°55'55.9"S 46°56'17.9"W	· página 732	·
· Aureliópolis / GO	· Ruínas Igreja S. Sebastião	· ≈1910	· 17°10'08.3"S 48°46'25.4"W	· página 708	·
· Buenolândia / GO	· Igreja de Nossa Sra. do Rosário da Barra	· 1728	· 15°48'14.0"S 50°18'30.1"W	· página 183	· com dossiê
· Caraíba / GO	· Estação Ferroviária Caraíba	· 1923	· 16°54'21.6"S 48°23'57.1"W	· página 638	·
· Catalão / GO	· Edifício Fayad	· 1934	· 18°10'04.3"S 47°56'51.9"W	· página 710	·
· Conceição / TO	· Matriz de Nossa Senhora da Conceição	· ≈1740	· 12°13'08.0"S 47°17'49.1"W	· página 205	· com dossiê
· Corumbá / GO	· Casarão da SEDUC	· ≈1830	· 15°55'29.8"S 48°48'26.4"W	· página 503	· com dossiê
· Corumbá / GO	· Matriz de Nossa Sra. da Penha de França	· 1858 / 1751	· 15°55'28.6"S 48°48'27.8"W	· página 523	· com dossiê
· Corumbá / GO	· Res. André Fleury Curado	· 1915	· 15°55'25.8"S 48°48'30.8"W	· página 714	·
· Ferreiro / GO	· Igreja de São João Batista	· 1761	· 15°54'44.6"S 50°06'08.4"W	· página 285	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Agência Banespa Goiânia	· 1978	· 16°40'36.5"S 49°15'34.7"W	· página 1279	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Antiga Estação Rodoviária	· 1959	· 16°40'36.8"S 49°16'26.3"W	· página 666	·
· Goiânia / GO	· Antiga Res. Bento Odilon	· 1963	· 16°40'55.5"S 49°15'15.1"W	· página 688	·
· Goiânia / GO	· Antiga Secretaria da Fazenda	· 1936	· 16°40'50.1"S 49°15'21.6"W	· página 662	·
· Goiânia / GO	· Antigo Edifício Telegoiás	· ≈1970	· 16°40'32.0"S 49°15'25.8"W	· página 704	·
· Goiânia / GO	· Antigo Tribunal de Justiça	· 1942	· 16°40'50.9"S 49°15'24.3"W	· página 662	·
· Goiânia / GO	· Assembleia Legislativa de Goiás	· 1962	· 16°40'47.3"S 49°15'40.9"W	· página 1093	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Ateliê do Curso de Arquitetura da UCG	· 1970	· 16°40'43.7"S 49°14'40.9"W	· página 1141	· com dossiê

· Goiânia / GO	· Capela da Santa Casa	· 1942	· 16°40'30.1"S 49°15'49.5"W	· página 1029	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Capela São José	· 1932 / 1910	· 16°39'48.2"S 49°18'02.8"W	· página 917	· com dossiê
· Goiânia / GO	· CEASA	· 1976	· 16°37'33.4"S 49°12'12.9"W	· página 726	·
· Goiânia / GO	· Colégio Estadual Pré-Universitário	· 1971	· 16°40'47.0"S 49°14'35.0"W	· página 1151	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Colégio Pequeno Príncipe	· ≈1970	· 16°41'39.8"S 49°15'55.5"W	· página 740	·
· Goiânia / GO	· Condomínio Residencial Itaipu	· 1974	· 16°40'33.4"S 49°16'05.0"W	· página 1211	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Coreto da Praça Cívica	· 1942	· 16°40'46.0"S 49°15'24.2"W	· página 1005	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Edifício Firenze	· ≈1980	· 16°40'08.8"S 49°16'17.0"W	· página 702	·
· Goiânia / GO	· Edifício Florença	· ≈1980	· 16°40'16.1"S 49°14'29.4"W	· página 702	·
· Goiânia / GO	· Edifício Itália	· ≈1980	· 16°40'19.8"S 49°14'28.8"W	· página 684	·
· Goiânia / GO	· Edifício Nápoles	· ≈1980	· 16°40'15.0"S 49°14'30.1"W	· página 702	·
· Goiânia / GO	· Edifício Oficina de Projetos	· 1987	· 16°41'48.0"S 49°16'35.2"W	· página 632	·
· Goiânia / GO	· Edifício Rio Azul	· ≈1960	· 16°40'56.8"S 49°15'51.2"W	· página 702	·
· Goiânia / GO	· Edifício Rio D'Ouro	· ≈1960	· 16°40'50.0"S 49°15'53.3"W	· página 702	·
· Goiânia / GO	· Edifício Rio Orange	· ≈1960	· 16°40'53.4"S 49°16'06.5"W	· página 702	·
· Goiânia / GO	· Edifício Rio Verde	· ≈1960	· 16°40'55.1"S 49°15'50.3"W	· página 702	·
· Goiânia / GO	· Edifício Rio Vermelho	· 1966	· 16°40'39.7"S 49°15'31.8"W	· página 704	·
· Goiânia / GO	· Edifício Veneza	· ≈1980	· 16°40'15.0"S 49°14'30.1"W	· página 702	·
· Goiânia / GO	· Edifício Verona	· ≈1980	· 16°40'18.5"S 49°14'28.8"W	· página 684	·
· Goiânia / GO	· Edifício Vienna	· ≈1980	· 16°40'07.7"S 49°16'11.4"W	· página 702	·
· Goiânia / GO	· Escola Técnica de Goiânia	· 1942	· 16°39'58.1"S 49°15'20.3"W	· página 640	·
· Goiânia / GO	· Estação Ferroviária Goiânia	· 1952	· 16°39'48.7"S 49°15'42.2"W	· página 1071	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Estádio Serra Dourada	· 1975	· 16°41'56.6"S 49°14'03.0"W	· página 1233	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Faculdade de Direito UFG	· 1964	· 16°40'33.1"S 49°14'37.0"W	· página 640	·
· Goiânia / GO	· Faculdade de Engenharia UFG	· 1960	· 16°40'38.8"S 49°14'30.8"W	· página 640	·
· Goiânia / GO	· Grande Hotel	· 1937	· 16°40'32.4"S 49°15'27.3"W	· página 700	·
· Goiânia / GO	· IBAMA	· 1979	· 16°40'27.4"S 49°14'48.8"W	· página 724	·

· Goiânia / GO	· Igreja do Imaculado Coração de Maria	· 1951	· 16°40'13.3"S 49°15'13.1"W	· página 1059	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Igreja Nossa Senhora de Fátima	· 1974	· 16°40'18.0"S 49°16'15.0"W	· página 1221	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Instituto de Artes	· 1988	· 16°36'18.3"S 49°15'36.5"W	· página 1371	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Ministério da Saúde	· ≈1970	· 16°40'54.8"S 49°15'16.0"W	· página 670	·
· Goiânia / GO	· Museu Professor Zoroastro Artiaga	· 1946	· 16°40'47.5"S 49°15'18.5"W	· página 1039	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Palácio das Esmeraldas	· 1937	· 16°40'52.1"S 49°15'22.3"W	· página 961	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Parthenon Center	· 1976	· 16°40'25.2"S 49°15'25.6"W	· página 1247	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Primeira Igreja Presbiteriana	· ≈1970	· 16°40'09.6"S 49°15'27.1"W	· página 740	·
· Goiânia / GO	· Res. Antônio Batista Alves	· 1976	· 16°41'22.8"S 49°15'04.6"W	· página 726	·
· Goiânia / GO	· Res. nº 220, R. 20	· ≈1950	· 16°40'38.2"S 49°15'08.2"W	· página 710	·
· Goiânia / GO	· Res. nº 443, R. 6	· ≈1940	· 16°40'22.3"S 49°15'25.6"W	· página 636	·
· Goiânia / GO	· Res. nº 52, R. 5	· ≈1940	· 16°40'24.6"S 49°15'46.1"W	· página 710	·
· Goiânia / GO	· Res. nº 601, R. 74	· S/D	· 16°39'57.5"S 49°15'47.8"W	· página 658	·
· Goiânia / GO	· Res. nº 63, Av. Tocantins	· ≈1940	· 16°40'45.6"S 49°15'28.8"W	· página 684	·
· Goiânia / GO	· Res. nº 808, Av. Araguaia	· ≈1940	· 16°40'18.4"S 49°15'14.7"W	· página 734	·
· Goiânia / GO	· Res. nº 86, R. 102-C	· ≈1960	· 16°41'12.3"S 49°15'03.2"W	· página 666	·
· Goiânia / GO	· Res. Therezinha de Souza Bacellar	· 1952	· 16°40'44.7"S 49°15'00.7"W	· página 664	·
· Goiânia / GO	· Res. Walter Hugo Frota	· 1976	· 16°41'08.2"S 49°15'20.3"W	· página 710	·
· Goiânia / GO	· Res. Abdala Abrão e Rita Abrão	· 1967	· 16°40'59.4"S 49°15'18.9"W	· página 1129	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Res. Aldi Alves e Arlete Rosa Natividade	· 1983	· 16°42'06.0"S 49°16'37.7"W	· página 1293	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Res. Antônio Lúcio e Ana Terezinha	· 1976	· 16°41'52.0"S 49°16'05.2"W	· página 1269	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Res. Francisco e Alice Scartezini	· ≈1940	· 16°40'41.8"S 49°15'41.4"W	· página 995	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Res. José Félix Louza e Irene Félix Louza	· 1953	· 16°40'18.5"S 49°15'39.7"W	· página 1083	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Res. Karl Steger e Barbara Moraes	· 1929	· 16°39'52.2"S 49°17'40.5"W	· página 615	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Res. Leo Barreto e Eleusa Barreto	· 1974	· 16°40'58.2"S 49°15'02.6"W	· página 1187	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Res. Oswaldo José de Oliveira	· 1976	· 16°41'33.1"S 49°15'00.1"W	· página 1259	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Res. Pedro Ludovico e Gercina Borges	· 1937	· 16°40'52.0"S 49°15'33.4"W	· página 973	· com dossiê

· Goiânia / GO	· Res. Ruffo de Freitas e Iraydes Duarte	· 1974	· 16°41'11.7"S 49°15'56.4"W	· página 1199	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Secretaria da Economia	· 1977	· 16°39'02.5"S 49°14'42.2"W	· página 666	·
· Goiânia / GO	· Sede da Fecomércio	· 1986	· 16°41'51.5"S 49°15'11.8"W	· página 1357	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Sede do Banco do Estado de Goiás	· 1964	· 16°40'30.1"S 49°15'27.9"W	· página 1105	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Sede Metago	· 1980	· 16°39'15.6"S 49°13'08.7"W	· página 740	·
· Goiânia / GO	· Sede Social do Jôquei Clube de Goiás	· 1973	· 16°40'37.3"S 49°15'47.8"W	· página 1173	· com dossiê
· Goiânia / GO	· SESI Vila Canaã	· 1974	· 16°41'27.0"S 49°18'50.4"W	· página 724	·
· Goiânia / GO	· Teatro Goiânia	· 1942	· 16°40'34.9"S 49°15'41.2"W	· página 1015	· com dossiê
· Goiânia / GO	· Terminal Rodoviário Goiânia	· 1985	· 16°39'33.1"S 49°15'35.1"W	· página 706	·
· Cidade de Goiás / GO	· Antiga Faculdade de Direito	· ≈1920	· 15°55'52.3"S 50°08'27.9"W	· página 652	·
· Cidade de Goiás / GO	· Casa Abalcoada	· ≈1780	· 15°55'46.4"S 50°08'18.1"W	· página 411	· com dossiê
· Cidade de Goiás / GO	· Casa Bartolomeu Bueno	· ≈1770	· 15°55'48.8"S 50°08'18.9"W	· página 339	· com dossiê
· Cidade de Goiás / GO	· Casa Comercial Coelho & Vieira	· ≈1900	· 15°56'01.2"S 50°08'28.6"W	· página 710	·
· Cidade de Goiás / GO	· Casa de Câmara e Cadeia	· 1766	· 15°56'16.3"S 50°08'24.6"W	· página 317	· com dossiê
· Cidade de Goiás / GO	· Casa de Cora	· ≈1770	· 15°55'56.2"S 50°08'24.7"W	· página 349	· com dossiê
· Cidade de Goiás / GO	· Casa de Fundação do Ouro	· 1922 / 1752	· 15°56'05.1"S 50°08'24.2"W	· página 825	· com dossiê
· Cidade de Goiás / GO	· Casa do Bispo / IPHAN	· S/D	· 15°56'01.2"S 50°08'31.7"W	· página 114	·
· Cidade de Goiás / GO	· Catedral de Santana	· 1929 / 1762	· 15°56'03.7"S 50°08'25.9"W	· página 875	· com dossiê
· Cidade de Goiás / GO	· Chafariz da Boa Morte	· 1778	· 15°56'13.0"S 50°08'23.2"W	· página 389	· com dossiê
· Cidade de Goiás / GO	· Chafariz da carioca	· 1772	· 15°55'39.1"S 50°08'19.8"W	· página 128	·
· Cidade de Goiás / GO	· Colégio Estadual Alcide Jubé	· 1965	· 15°56'00.9"S 50°08'20.3"W	· página 1117	· com dossiê
· Cidade de Goiás / GO	· Fórum	· 1926	· 15°55'52.3"S 50°08'25.0"W	· página 720	·
· Cidade de Goiás / GO	· Hospital de Caridade	· 1908 / 1826	· 15°55'58.5"S 50°08'29.8"W	· página 650	·
· Cidade de Goiás / GO	· Hotel Vila Boa	· 1975	· 15°56'20.0"S 50°08'10.1"W	· página 738	·
· Cidade de Goiás / GO	· Igreja de Nossa Senhora d'Abadia	· 1790	· 15°55'51.9"S 50°08'33.2"W	· página 451	· com dossiê
· Cidade de Goiás / GO	· Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte	· 1779	· 15°56'04.9"S 50°08'23.4"W	· página 399	· com dossiê
· Cidade de Goiás / GO	· Igreja de Nossa Senhora do Carmo	· 1774	· 15°55'57.9"S 50°08'30.0"W	· página 369	· com dossiê

· Cidade de Goiás / GO	· Igreja de Nossa Senhora do Rosário	· 1934	· 15°55'52.3"S 50°08'24.1"W	· página 927	· com dossiê
· Cidade de Goiás / GO	· Igreja de Santa Bárbara	· 1780	· 15°55'36.3"S 50°08'47.1"W	· página 421	· com dossiê
· Cidade de Goiás / GO	· Igreja de São Francisco de Paula	· 1761	· 15°56'01.8"S 50°08'30.7"W	· página 295	· com dossiê
· Cidade de Goiás / GO	· Liceu de Goiás	· 1920 / 1857	· 15°56'03.2"S 50°08'29.3"W	· página 815	· com dossiê
· Cidade de Goiás / GO	· Mercado Municipal	· 1926 / 1868	· 15°56'01.8"S 50°08'32.5"W	· página 845	· com dossiê
· Cidade de Goiás / GO	· Palácio Conde dos Arcos	· 1867 / 1751	· 15°56'04.3"S 50°08'24.3"W	· página 751	· com dossiê
· Cidade de Goiás / GO	· Palácio da Instrução	· 1929	· 15°56'01.5"S 50°08'18.2"W	· página 865	· com dossiê
· Cidade de Goiás / GO	· Pousada do Sol	· 1924	· 15°56'06.3"S 50°08'33.5"W	· página 698	·
· Cidade de Goiás / GO	· Quartel do XX	· 1765 / 1747	· 15°56'09.1"S 50°08'22.9"W	· página 305	· com dossiê
· Cidade de Goiás / GO	· Res. Agenor de Castro	· 1926	· 15°55'57.9"S 50°08'30.0"W	· página 654	·
· Cidade de Goiás / GO	· Res. nº 13, R. Félix Bulhões	· ≈1920	· 15°56'06.9"S 50°08'21.9"W	· página 698	·
· Cidade de Goiás / GO	· Res. nº 15, R. Cel. Joaquim	· 1925	· 15°56'00.3"S 50°08'26.3"W	· página 638	·
· Cidade de Goiás / GO	· Res. nº 15, R. Moretti Foggia	· ≈1920	· 15°56'03.4"S 50°08'23.0"W	· página 632	·
· Cidade de Goiás / GO	· Res. nº 7, R. Sen. Caiado	· 1924	· 15°56'06.7"S 50°08'23.9"W	· página 730	·
· Cidade de Goiás / GO	· Res. nº 7, Tv. Sócrates	· 1929	· 15°56'08.4"S 50°08'25.6"W	· página 636	·
· Ipameri / GO	· Antigo Cine Teatro Estrela	· 1956	· 17°43'20.3"S 48°09'46.2"W	· página 638	·
· Ipameri / GO	· Catedral do Divino Espírito Santo	· 1938	· 17°43'21.2"S 48°09'37.5"W	· página 983	· com dossiê
· Ipameri / GO	· Centro de Formação Pastoral	· 1942	· 17°43'23.6"S 48°09'38.9"W	· página 734	·
· Ipameri / GO	· Estação Ferroviária Ipameri	· 1913	· 17°43'13.3"S 48°10'02.7"W	· página 670	·
· Ipameri / GO	· Res. nº 1, R. Cel. João Vaz	· ≈1930	· 17°43'14.0"S 48°09'46.8"W	· página 710	·
· Ipameri / GO	· Res. nº 10, R. Dr. Gomes F.	· ≈1930	· 17°43'15.3"S 48°09'49.7"W	· página 720	·
· Ipameri / GO	· Res. nº 31, Tv. Urupaias	· S/D	· 17°43'07.8"S 48°09'24.5"W	· página 652	·
· Ipameri / GO	· Res. nº 42, R. Mal. Floriano Peixoto	· ≈1930	· 17°43'25.0"S 48°09'51.0"W	· página 632	·
· Ipameri / GO	· Res. nº 44, R. Mal. Floriano Peixoto	· 1921	· 17°43'25.6"S 48°09'51.2"W	· página 732	·
· Ipameri / GO	· Res. nº 50, R. Mal. Floriano Peixoto	· ≈1930	· 17°43'26.6"S 48°09'51.7"W	· página 656	·
· Ipameri / GO	· Res. nº 52, R. Mal. Floriano Peixoto	· 1923	· 17°43'27.2"S 48°09'51.6"W	· página 656	·
· Ipameri / GO	· Res. nº 68, R. Mal. Floriano Peixoto	· 1929	· 17°43'32.2"S 48°09'53.8"W	· página 632	·

· Jaraguá / GO	· Casa Comercial nº 126	· ≈1920	· 15°45'39.5"S 49°20'09.1"W	· página 672	·
· Jaraguá / GO	· Casa Comercial nº 323	· 1922	· 15°45'39.3"S 49°20'10.6"W	· página 672	·
· Jaraguá / GO	· Casa Padre Silvestre	· ≈1790	· 15°45'39.7"S 49°20'07.6"W	· página 461	· com dossiê
· Jaraguá / GO	· Igreja de Nossa Sra. do Rosário do Pretos	· 1776	· 15°45'41.3"S 49°20'24.3"W	· página 379	· com dossiê
· Jataí / GO	· Câmara Municipal	· 1972	· 17°53'07.5"S 51°43'14.0"W	· página 738	·
· Jataí / GO	· Cemitério São Miguel	· ≈1910	· 17°53'07.5"S 51°42'33.1"W	· página 656	·
· Jataí / GO	· Edifício Administrativo	· ≈1960	· 17°53'07.1"S 51°42'44.9"W	· página 666	·
· Jataí / GO	· Grupo Escolar Brasil Caiado	· 1929	· 17°53'08.6"S 51°42'55.1"W	· página 720	·
· Jataí / GO	· Museu de Arte Contemporânea	· 1893	· 17°52'47.3"S 51°43'02.0"W	· página 68	·
· Jataí / GO	· Res. Francisco Honório de Campos	· 1885	· 17°53'03.1"S 51°42'43.0"W	· página 545	· com dossiê
· L. de Bulhões / GO	· Estação Ferroviária Leopoldo de Bulhões	· 1931	· 16°37'16.0"S 48°44'25.5"W	· página 718	·
· L. de Bulhões / GO	· Res. Estação Ferroviária L. Bulhões	· ≈1930	· 16°37'15.5"S 48°44'24.0"W	· página 660	·
· Luziânia / GO	· Igreja de Nossa Senhora do Rosário	· 1769	· 16°14'50.5"S 47°56'51.6"W	· página 329	· com dossiê
· Monte Alegre / GO	· Matriz de Santo Antônio	· ≈1950 / ≈1920	· 13°15'25.8"S 46°53'35.4"W	· página 1049	· com dossiê
· Monte Alegre / GO	· Res. nº 80, Av. Bom Jesus	· 1907	· 13°15'25.3"S 46°53'38.9"W	· página 156	·
· Monte do Carmo / TO	· Matriz de Nossa Senhora do Carmo	· 1801	· 10°45'46.8"S 48°06'30.5"W	· página 481	· com dossiê
· Mossâmedes / GO	· Igreja de São José de Mossâmedes	· 1780	· 16°07'39.1"S 50°12'54.9"W	· página 431	· com dossiê
· Natividade / TO	· Cadeia Pública	· ≈1890	· 11°42'30.9"S 47°43'25.7"W	· página 555	· com dossiê
· Natividade / TO	· Cemitério antigo	· ≈1920	· 11°42'28.3"S 47°43'36.9"W	· página 676	·
· Natividade / TO	· Igreja de São Benedito	· ≈1740	· 11°42'23.4"S 47°43'33.5"W	· página 215	· com dossiê
· Natividade / TO	· Matriz de Nossa Senhora da Natividade	· 1927 / 1759	· 11°42'34.7"S 47°43'24.8"W	· página 855	· com dossiê
· Natividade / TO	· Prefeitura	· ≈1930	· 11°42'30.5"S 47°43'25.8"W	· página 887	· com dossiê
· Natividade / TO	· Res. nº 100, Pç. Leopoldo	· 1909	· 11°42'30.0"S 47°43'27.3"W	· página 716	·
· Natividade / TO	· Res. nº 100, R. Deocleciano	· S/D	· 11°42'25.4"S 47°43'28.9"W	· página 716	·
· Natividade / TO	· Res. nº 128, Av. Cruzeiros	· 1898	· 11°42'35.3"S 47°43'26.5"W	· página 136	·
· Natividade / TO	· Res. nº 136, R. Deocleciano	· 1924	· 11°42'26.2"S 47°43'27.7"W	· página 716	·
· Natividade / TO	· Res. nº 200, R. Deocleciano	· ≈1890	· 11°42'24.1"S 47°43'32.7"W	· página 156	·

· Natividade / TO	· Res. nº 89, Av. 7 de setembro	· S/D	· 11°42'21.7"S 47°43'31.0"W	· página 716	·
· Natividade / TO	· Res. nº 106, R. Deocleciano Nunes	· ≈1920	· 11°42'25.9"S 47°43'27.9"W	· página 795	· com dossiê
· Natividade / TO	· Ruínas da Igreja de N. Sra. do Rosário	· ≈1780	· 11°42'36.2"S 47°43'28.2"W	· página 441	· com dossiê
· Niquelândia / GO	· Igreja de São José do Tocantins	· 1949 / 1742	· 14°28'24.6"S 48°27'36.5"W	· página 92	·
· Pilar de Goiás / GO	· Casa da Princesa	· ≈1750	· 14°45'56.3"S 49°34'46.3"W	· página 235	· com dossiê
· Pilar de Goiás / GO	· Casa de Câmara e Cadeia	· ≈1760	· 14°45'56.8"S 49°34'45.5"W	· página 275	· com dossiê
· Pilar de Goiás / GO	· Casa Dona Otília	· ≈1750	· 14°45'47.9"S 49°34'46.8"W	· página 245	· com dossiê
· Pilar de Goiás / GO	· Casa Enxaimel	· ≈1740	· 14°45'55.7"S 49°34'47.7"W	· página 225	· com dossiê
· Pilar de Goiás / GO	· Igreja de Nossa Senhora das Mercês	· ≈1770	· 14°45'41.7"S 49°34'52.1"W	· página 359	· com dossiê
· Pilar de Goiás / GO	· Matriz de Nossa Senhora do Pilar	· 1922	· 14°45'50.4"S 49°34'43.8"W	· página 585	· com dossiê
· Pirenópolis / GO	· Bar de Braz Wilson Pompeu de Pina	· 1936	· 15°51'09.9"S 48°57'35.2"W	· página 734	·
· Pirenópolis / GO	· Câmara e Cadeia	· 1919	· 15°50'59.5"S 48°57'30.9"W	· página 575	· com dossiê
· Pirenópolis / GO	· Cine Teatro Pireneus	· 1936 / 1919	· 15°51'10.1"S 48°57'34.9"W	· página 949	· com dossiê
· Pirenópolis / GO	· Engenho São Joaquim	· 1805	· 16°01'10.3"S 49°05'01.5"W	· página 491	· com dossiê
· Pirenópolis / GO	· Igreja de Nossa Sra. do Monte do Carmo	· 1750	· 15°50'57.4"S 48°57'33.9"W	· página 255	· com dossiê
· Pirenópolis / GO	· Igreja de Nosso Senhor do Bonfim	· 1754	· 15°51'05.6"S 48°57'10.0"W	· página 265	· com dossiê
· Pirenópolis / GO	· Matriz de Nossa Senhora do Rosário	· 1736	· 15°51'10.5"S 48°57'32.2"W	· página 193	· com dossiê
· Pirenópolis / GO	· Res. Joaquim Alves	· ≈1800	· 15°51'12.4"S 48°57'41.7"W	· página 471	· com dossiê
· Pirenópolis / GO	· Teatro São Sebastião	· 1899	· 15°51'11.3"S 48°57'34.2"W	· página 761	· com dossiê
· Pires do Rio / GO	· Estação Ferroviária Pires do Rio	· 1922	· 17°17'51.9"S 48°16'31.8"W	· página 718	·
· Porto Nacional / TO	· Cadeia Pública	· 1922 / 1899	· 10°42'31.0"S 48°25'00.6"W	· página 595	· com dossiê
· Porto Nacional / TO	· Catedral de Nossa Senhora das Mercês	· 1903	· 10°42'28.4"S 48°25'01.0"W	· página 771	· com dossiê
· Porto Nacional / TO	· Convento Santa Rosa de Lima	· 1913	· 10°42'28.2"S 48°24'60.0"W	· página 783	· com dossiê
· Porto Nacional / TO	· Prefeitura	· 1922	· 10°42'30.5"S 48°25'00.5"W	· página 605	· com dossiê
· Porto Nacional / TO	· Res. Eduardo e Heloísa Manzano	· 1971	· 10°41'59.3"S 48°24'37.9"W	· página 1163	· com dossiê
· Rio Verde / GO	· Cemitério São Miguel	· 1906	· 17°48'02.4"S 50°56'03.4"W	· página 656	·
· Rio Verde / GO	· Palácio da Intendência	· 1900	· 17°48'10.2"S 50°56'01.7"W	· página 565	· com dossiê

· Rio Verde / GO	· Res. Lauro Campos e Gisela Campos	· 1985	· 17°48'34.0"S 50°56'23.7"W	· página 1335	· com dossiê
· Rio Verde / GO	· Res. Paulo Campos Filho e Elba Campos	· 1985	· 17°48'27.7"S 50°56'23.2"W	· página 1325	· com dossiê
· Rio Verde / GO	· Res. Péricles Campos e Hanae Campos	· 1986	· 17°48'28.5"S 50°56'25.5"W	· página 1347	· com dossiê
· Rio Verde / GO	· Sede Fundação Municipal de Cultura	· 1888	· 17°48'02.9"S 50°55'52.9"W	· página 146	·
· Santa Cruz / GO	· Casa de Câmara e Cadeia	· 1880	· 17°18'54.4"S 48°29'07.6"W	· página 535	· com dossiê
· São Domingos / GO	· Res. nº 133, R. Maravilha	· 1931	· 13°23'56.6"S 46°19'12.3"W	· página 156	·
· São Domingos / GO	· Res. nº 18, Av. Pres. Vargas	· 1931	· 13°23'57.7"S 46°19'07.7"W	· página 714	·
· Silvânia / GO	· Biblioteca Cel. Pireneus	· 1919	· 16°39'24.2"S 48°36'22.0"W	· página 720	·
· Silvânia / GO	· Estação Ferroviária Silvânia	· 1930	· 16°41'51.7"S 48°37'21.0"W	· página 718	·
· Silvânia / GO	· Igreja de S. Sebastião	· 1870	· 16°39'45.1"S 48°35'54.3"W	· página 122	·
· Silvânia / GO	· Igreja de Nossa Sra. do Rosário	· ≈1950	· 16°39'33.2"S 48°36'26.5"W	· página 708	·
· Silvânia / GO	· Igreja de Nosso Senhor do Bonfim	· 1857	· 16°39'14.7"S 48°36'15.0"W	· página 513	· com dossiê
· Silvânia / GO	· Res. nº 115, R. Pe. Antônio	· S/D	· 16°39'18.0"S 48°36'18.3"W	· página 146	·
· Silvânia / GO	· Res. nº 428, R. Xavier A.	· 1922	· 16°39'22.5"S 48°36'20.4"W	· página 672	·
· Taguatinga / TO	· Res. nº 54, Pç. Matriz	· 1935	· 12°24'13.3"S 46°26'16.6"W	· página 652	·
· Taguatinga / TO	· Res. nº 68, R. Nova	· 1926	· 12°24'14.8"S 46°26'17.9"W	· página 156	·
· Taguatinga / TO	· Res. Manoel Lima	· 1931 / 1902	· 12°24'15.7"S 46°26'18.2"W	· página 907	· com dossiê
· Urutaí / GO	· Estação Ferroviária Urutaí	· 1914	· 17°27'45.5"S 48°12'00.6"W	· página 678	·
· Urutaí / GO	· Res. do Diretor da Fazenda Modelo	· 1920	· 17°29'08.8"S 48°12'51.8"W	· página 805	· com dossiê
· Vianópolis / GO	· Estação Ferroviária Ponte Funda	· 1924	· 16°48'22.5"S 48°26'04.3"W	· página 718	·
· Vianópolis / GO	· Estação Ferroviária Vianópolis	· 1924	· 16°44'31.4"S 48°30'52.2"W	· página 835	· com dossiê
· Vianópolis / GO	· Res. Estação Ferroviária Vianópolis	· ≈1920	· 16°44'29.7"S 48°30'52.4"W	· página 660	·

· FONTES FIGURAS ·

FIGURA 1:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Mapa Goiás e Tocantins. Rede Rodoviária do SNV. 2011. Instituto de Pesquisas Rodoviárias. IPR/DNIT. Diretoria de Planejamento e Pesquisa. DPP/DNIT.

Fonte 2: Registro do trajeto percorrido pelo autor para elaboração da presente tese.

FIGURA 2:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 3:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Pompeu de Pina. Pirenópolis/GO.

FIGURA 4:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 5:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. de Arte Contemporânea. Jataí/GO.

FIGURAS 6, 7 e 8:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 9:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. das Bandeiras/IBRAM.

Cidade de Goiás/GO.

FIGURAS 10 e 11:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 12:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. de Arte Sacra da Boa Morte/IBRAM.

Cidade de Goiás/GO.

FIGURAS 13, 14, 15, 16, 17 e 18:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 19:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Mapa Goiás e Tocantins. Rede Rodoviária do SNV. 2011. Instituto de Pesquisas Rodoviárias. IPR. Diretoria de Planejamento e Pesquisa. DPP.

Fonte 2: BARBO, Lenora. **Cartografia histórica: território, caminhos e povoados em Goiás: 1722-1889**. Brasília, 2015. Tese-FAU, UnB.

Fonte 3: IBGE. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

FIGURAS 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 32:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. do Divino. Pirenópolis/GO.

FIGURAS 33, 34, 35, 36 e 37:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 38:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: UniRV, Universidade de Rio Verde.

Rio Verde/GO.

FIGURA 39:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Casa de Cora Coralina.

Cidade de Goiás/GO.

FIGURAS 40, 41, 42, 43 e 44:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 45:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Histórico e Cultural.

Porto Nacional/TO.

FIGURAS 46, 47, 48 e 49:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 50:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. das Bandeiras/IBRAM.

Cidade de Goiás/GO.

FIGURA 51:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 52:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Casa de Cultura Padre Silvestre.

Jaraguá/GO.

FIGURA 53:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Casa da Princesa/IBRAM. Pilar/GO.

FIGURAS 54, 55, 56 e 57:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 58:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Pompeu de Pina. Pirenópolis/GO.

FIGURAS 59, 60, 61, 62, 63 e 64:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 65:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. de Arte Sacra da Boa Morte/IBRAM.

Cidade de Goiás/GO.

FIGURAS 66, 67, 68 e 69:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 70:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: UniRV, Universidade de Rio Verde.

Rio Verde/GO.

FIGURA 71:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Histórico e Cultural.

Porto Nacional/TO.

FIGURA 72:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Histórico. Natividade/TO.

FIGURA 73:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. das Bandeiras/IBRAM.

Cidade de Goiás/GO.

FIGURAS 74 e 75:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 76:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. das Bandeiras/IBRAM.

Cidade de Goiás/GO.

FIGURA 77:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Histórico. Natividade/TO.

FIGURAS 78 e 79:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 80:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Casa de Cora Coralina.

Cidade de Goiás/GO.

FIGURA 81:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 82:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Pompeu de Pina. Pirenópolis/GO.

FIGURA 83:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos. Jataí/GO.

FIGURAS 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92 e 93:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 94:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Casa de Cultura Padre Silvestre.

Jaraguá/GO.

FIGURAS**95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105 e 106:**

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 107:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Casa de Cora Coralina.

Cidade de Goiás/GO.

FIGURAS 108, 109, 110, 111 e 112:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 113:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. de Arte Sacra da Boa Morte/IBRAM.

Cidade de Goiás/GO.

FIGURA 114:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 115:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. de Arte Sacra da Boa Morte/IBRAM.

Cidade de Goiás/GO.

FIGURAS 116, 117, 118, 119, 120 e 121:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 122:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. de Arte Sacra da Boa Morte/IBRAM.

Cidade de Goiás/GO.

FIGURAS 123 e 124:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 125:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. das Bandeiras/IBRAM.

Cidade de Goiás/GO.

FIGURAS**126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134 e 135:**

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 136 e 137:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°48'14.0"S 50°18'30.1"W. Acesso: 03/12/2021.

FIGURAS 138, 139 e 140:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 06 de julho de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Município Goiás – Igreja do Rosário – Distrito da Barra". Com autoria de: Não indicada. Data: Não indicada. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148 e 149:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 150 e 151:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Pirenópolis. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°51'10.5"S 48°57'32.2"W. Acesso: 04/12/2021.

FIGURAS 152, 153, 154 e 155:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 13 de julho de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Projeto Restauração As Built – Planta Baixa Térreo". Com autoria de: Walter Vilhena Válio. Data: 01/06/2006. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS

156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165 e 166:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 167 e 168:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 12°13'08.0"S 47°17'49.1"W. Acesso: 11/12/2021.

FIGURAS 169, 170 e 171:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 22 de julho de 2019.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Projeto de Restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição / Planta nível 1,10". Com autoria de: Gustavo Júdice Paiva. Data: 01/12/2012. Disponibilizada por: Cejane Pacini Leal Muniz, Superintendente do IPHAN-TO.

FIGURAS

172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180 e 181:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 182 e 183:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Natividade. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 11°42'23.4"S 47°43'33.5"W. Acesso: 08/12/2021.

FIGURAS 184, 185, 186 e 187:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 23 de julho de 2019.

Fonte 2: VAZ, Maria Diva Araujo Coelho. **Natividade - Projeto Oito Vertentes e Dois Momentos de Síntese da Arquitetura Brasileira**. Goiânia: Editora da UCG, 1985.

Fonte 3: SPHAN. **Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de Natividade**. Processo nº 1.117-T-84/SPHAN. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: SPHAN, 1984.

Fonte 4: Prancha intitulada: "Projeto Igreja São Benedito". Com autoria de: Paulo Henrique Farsette / Cejane Pacini Leal Muniz. Data: 01/11/2005. Disponibilizada por: Cejane Pacini Leal Muniz, Superintendente do IPHAN-TO.

FIGURAS

188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196 e 197:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 198 e 199:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Pilar. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 14°45'55.7"S 49°34'47.7"W. Acesso: 07/12/2021.

FIGURAS 200, 201 e 202:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 14 de julho de 2021.

Fonte 2: DUBUGRAS, Elvin Mackay. **Notas sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar de Goiás**. Brasília, 1965. Dissertação-FAU, UnB.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Projetos de restauração e requalificação – Centro histórico Pilar de Goiás/GO – Casa Enxaimel – Plantas de Implantação e Situação". Com autoria de: Milena Migoto / Agnes Chiuratto / Diego Brentegani / Lia Maganini / Vivian Arantes. Data: 10/03/2012. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS

203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211 e 212:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Casa da Princesa/IBRAM. Pilar/GO.

FIGURAS 213 e 214:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Pilar. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 14°45'56.3"S 49°34'46.3"W. Acesso: 07/12/2021.

FIGURAS 215, 216 e 217:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 14 de julho de 2021.

Fonte 2: DUBUGRAS, Elvin Mackay. **Notas sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar de Goiás.** Brasília, 1965. Dissertação-FAU, UnB.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Projeto de Restauração Ms. Casa da Princesa – Planta e Locação". Com autoria de: Milena Migoto. Data: 01/12/2016. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS

218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227 e 228:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 229 e 230:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Pilar. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 14°45'47.9"S 49°34'46.8"W. Acesso: 07/12/2021.

FIGURAS 231, 232 e 233:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 14 de julho de 2021.

Fonte 2: DUBUGRAS, Elvin Mackay. **Notas sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar de Goiás.** Brasília, 1965. Dissertação-FAU, UnB.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Projetos de restauração e requalificação – Centro histórico Pilar de Goiás/GO – Casa Dona Otília – Plantas de Implantação e Situação". Com autoria de: Milena Migoto / Agnes Chiuratto / Diego Brentegani / Lia Maganini / Vivian Arantes. Data: 10/03/2012. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 242 e 243:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Pirenópolis. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°50'57.4"S 48°57'33.9"W. Acesso: 04/12/2021.

FIGURAS 244, 245, 246 e 247:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 13 de julho de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Ms. do Carmo – Levantamento Planta Baixa". Com autoria de: Maristela / J. F. Madeira / Walter V.. Data: 01/06/1987. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS

248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256 e 257:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 258 e 259:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Pirenópolis. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°51'05.6"S 48°57'10.0"W. Acesso: 04/12/2021.

FIGURAS 260, 261 e 262:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 13 de julho de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Levantamento Igreja N. S. do Bonfim". Com autoria de: Ana Maria

Borges. Data: 01/12/1978. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Igreja N. S. do Bonfim – Informações sobre o estado de conservação do tombamento arquitetônico". Com autoria de: SPHAN / Fundação Nacional Pró Memória. Data: 01/07/1990. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274 e 275:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 276 e 277:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Pilar. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 14°45'56.8"S 49°34'45.5"W. Acesso: 07/12/2021.

FIGURAS 278, 279, 280 e 281:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 14 de julho de 2021.

Fonte 2: DUBUGRAS, Elvin Mackay. **Notas sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar de Goiás.** Brasília, 1965. Dissertação-FAU, UnB.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Planta Câmara – BTGO 001". Com autoria de: Não indicada. Data: Não indicada. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289 e 290:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 291 e 292:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°54'44.6"S 50°06'08.4"W. Acesso: 03/12/2021.

FIGURAS 293, 294, 295 e 296:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 07 de julho de 2021.

Fonte 2: COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I.** Goiânia: IAB, 1999.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Capela de São João Batista – Arraial do Ferreiro – Levantamento Arquitetônico – Plantas". Com autoria de: Marco Antônio de Faria Galvão / Vera Galvão / Maria Cristina Portugal. Data: 01/09/1991. Disponibilizada por: SECULT Goiás.

FIGURAS

297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305 e 306:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 307 e 308:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiás. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°56'01.8"S 50°08'30.7"W. Acesso: 01/12/2021.

FIGURAS 309, 310, 311 e 312:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 07 de julho de 2021.

Fonte 2: COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I.** Goiânia: IAB, 1999.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Igreja São Francisco de Paula". Com autoria de: Fundação Nacional Pró Memória. Data: Não indicada. Disponibilizada por: SECULT Goiás.

Fonte 4: PEREIRA, Carla Freitas Pacheco. **As Igrejas de Goiás. Um estudo de caso: Igreja São Francisco de Paula.** Brasília, 2008. Dissertação-FAU, UnB.

FIGURAS 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320 e 321:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 322 e 323:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiás. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°56'09.1"S 50°08'22.9"W. Acesso: 30/11/2021.

FIGURAS 324, 325, 326 e 327:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 06 de julho de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Antigo Quartel do XXº B.I. – Projeto para restauração e adaptação 1ª

Etapa – Planta”. Com autoria de: Jacintho de Oliveira Belém. Data: Não indicada. Disponibilizada por: SECULT Goiás.

Fonte 3: Prancha intitulada: “Quartel do XX – Planta Baixa”. Com autoria de: Bo Tosso Jr. / Simone Viana. Data: 01/01/2002. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

Fonte 4: COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I**. Goiânia: IAB, 1999.

FIGURAS

328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336 e 337:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. das Bandeiras/IBRAM. Cidade de Goiás/GO.

FIGURAS 338 e 339:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiás. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°56'16.3"S 50°08'24.6"W. Acesso: 30/11/2021.

FIGURAS 340, 341, 342 e 343:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 26 de abril de 2019.

Fonte 2: COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I**. Goiânia: IAB, 1999.

Fonte 3: Prancha intitulada: “Ms. da Bandeiras – Planta Baixa do Pavimento Térreo”. Com autoria de: Lorena M^a. L. Brandão / Hélia M^a. Gomes M.

Martins / Vanderley de Alcântara / Otávio Monteiro Daher. Data: 01/08/2003. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS

344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353 e 354:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 355 e 356:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°14'50.5"S 47°56'51.6"W. Acesso: 11/12/2021.

FIGURAS 357, 358 e 359:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 23 de outubro de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: “Igreja N. Sra. do Rosário – Levantamento”. Com autoria de: Ciane Gualberto. Data: 01/10/1980. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

Fonte 3: Prancha intitulada: “Projeto de Arquitetura / Restauro Igreja Nossa Senhora do Rosário – Planta Baixa 1º Nível”. Com autoria de: Carlos Eduardo Dantas de Oliveira / Solange Maria de Santana e Silva / Yahweh Azeredo de Oliveira e Parreira. Data: 01/07/2009. Disponibilizada por: SECULT Goiás.

FIGURAS 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367 e 368:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 369 e 370:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiás. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°55'48.8"S 50°08'18.9"W. Acesso: 30/11/2021.

FIGURAS 371, 372, 373 e 374:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 26 de abril de 2019.

FIGURAS

375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385 e 386:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Casa de Cora Coralina. Cidade de Goiás/GO.

FIGURAS 387 e 388:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiás. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°55'56.2"S 50°08'24.7"W. Acesso: 01/12/2021.

FIGURAS 389, 390, 391 e 392:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 07 de julho de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: “Levantamento Cadastral – Ms. Casa de Cora – ARQ_CASA DE CORA_P01_REV_00”. Com autoria de: ETEC I /

IPHAN-GO. Data: 05/01/2010. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Ms. de Cora Coralina – LC03 – Corte AA – Corte BB – Corte CC". Com autoria de: Ilegível. Data: Ilegível. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

Fonte 4: COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I.** Goiânia: IAB, 1999.

FIGURAS

393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401 e 402:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 403 e 404:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Pilar. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 14°45'41.74"S 49°34'52.14"W. Acesso: 07/12/2021.

FIGURAS 405, 406, 407 e 408:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 14 de julho de 2021.

Fonte 2: DUBUGRAS, Elvin Mackay. **Notas sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar de Goiás.** Brasília, 1965. Dissertação-FAU, UnB.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Igreja Nossa Senhora das Mercês Levantamento – Planta Baixa". Com autoria de: Pedro Batista dos Santos / Jacinto de Oliveira Belém / Sergio Alcanfór. Data: 01/08/1983. Disponibilizada por: SECULT Goiás.

Fonte 4: Prancha intitulada: "Projeto de Restauração da Igreja das Mercês – Pilar GO – Levantamento Cadastral – Planta do Pavimento Térreo". Com autoria de: Milena Migoto / José Arthur / Paulo Farsette / Paulo Galeão. Data: 06/06/2006. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS

409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417 e 418:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 419 e 420:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiás. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°55'57.9"S 50°08'30.0"W. Acesso: 01/12/2021.

FIGURAS 421, 422, 423 e 424:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 07 de julho de 2021.

Fonte 2: COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I.** Goiânia: IAB, 1999.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Igreja Nossa Senhora do Carmo / 1º e 2º pavimentos". Com autoria de: Maristela. Data: 01/02/1983. Disponibilizada por: SECULT Goiás.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Restauração Arquitetônica Igreja do Carmo / Levantamento Cadastral / Planta Pavimento Térreo". Com autoria

de: Milena Migoto / Pedro Rafael da Silva Pereira. Data: 26/08/2008. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432 e 433:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 434 e 435:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°45'41.3"S 49°20'24.3"W. Acesso: 09/12/2021.

FIGURAS 436, 437 e 438:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 31 de janeiro de 2020.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Igreja de N. S. do Rosário – Plantas Pav. Térreo e Pav. Sup. (Côro e Trôno)". Com autoria de: E. Jacinto da Silva / Roleaux de Carvalho. Data: 01/08/1957. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Levantamento Igreja N. S. do Rosário, Jaraguá, GO – Plantas, Cortes, Fachadas, Det. Campanário". Com autoria de: José Siqueira Filho / Márcia Magda da Silva / Agnaldo. Data: 01/01/1986. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS

439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448 e 449:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 450 e 451:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiás. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°56'13.0"S 50°08'23.2"W. Acesso: 30/11/2021.

FIGURAS 452, 453, 454 e 455:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 26 de abril de 2019.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Monumenta BID Ministério da Cultura / Chafariz da Boa Mote / Planta Baixa e Vista 1". Com autoria de: Não indicada. Data: 01/02/2002. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

Fonte 3: COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I.** Goiânia: IAB, 1999.

FIGURA 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463 e 464:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. de Arte Sacra da Boa Morte/IBRAM. Cidade de Goiás/GO.

FIGURAS 465 e 466:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiás. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°56'04.9"S 50°08'23.4"W. Acesso: 01/12/2021.

FIGURAS 467, 468, 469 e 470:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 26 de abril de 2019.

Fonte 2: COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I.** Goiânia: IAB, 1999.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Ms. de Arte Sacra da Boa Morte / Corte AA / IBRAM". Com autoria de: Dianna Amaral / Flávia Pereira / Marijara Queiroz / Simone Kimura / Rafaela Felício / Léa Carvalho. Data: Não indicada. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478 e 479:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 480 e 481:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiás. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°55'46.4"S 50°08'18.1"W. Acesso: 30/11/2021.

FIGURAS 482, 483, 484 e 485:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 08 de julho de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Arquitetura Levantamento Arquitetônico Habitação Unifamiliar". Com autoria de: Milena D'Ayala Valva / Marcus Gebrim. Data: 01/11/2005. Disponibilizada por: Gustavo Neiva Coelho.

Fonte 3: COELHO, Gustavo Neiva; VALVA, Milena d'Ayala. **Patrimônio cultural edificado.** Goiânia: Editora da UCG, 2001.

FIGURAS 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493 e 494:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 495 e 496:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiás. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°55'36.3"S 50°08'47.1"W. Acesso: 03/12/2021.

FIGURAS 497, 498, 499 e 500:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 07 de julho de 2021.

Fonte 2: COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I.** Goiânia: IAB, 1999.

Fonte 3: MOURA, Nádia Mendes de. **Arquitetura em pedra-sabão: análise da Igreja de Santa Bárbara.** Goiânia: UCG, 2003.

FIGURAS

501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510 e 511:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 512 e 513:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°07'39.1"S 50°12'54.9"W. Acesso: 12/12/2021.

FIGURAS 514, 515, 516 e 517:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 08 julho de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Igreja São José – Planta Baixa". Com autoria de: Gustavo Neiva Coelho / Laura Ludovico. Data: Não indicada. Disponibilizada por: Gustavo Neiva Coelho.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Igreja Matriz Projeto de Restauração – Fachada". Com autoria de: Márcia Magda da Silva / Jacinto de Oliveira Belém. Data: 01/09/1985. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525 e 526:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 527 e 528:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Natividade. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 11°42'36.2"S 47°43'28.2"W. Acesso: 08/12/2021.

FIGURAS 529, 530 e 531:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 23 de julho de 2019.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Levantamento Ruínas N. Sra. do Rosário". Com autoria de: Pedro Batista dos Santos. Data: 23/09/1981. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

Fonte 3: ASSIS, Adriana Paiva de. **Projeto executivo de consolidação e complementares: Ruína da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos / TO**. Belo Horizonte: Taipa Arquitetura e Patrimônio Cultural EIRELI, 2018.

FIGURAS**532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540 e 541:**

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 542 e 543:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiás. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°55'51.9"S 50°08'33.2"W. Acesso: 01/12/2021.

FIGURAS 544, 545, 546 e 547:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 07 de julho de 2021.

Fonte 2: COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I**. Goiânia: IAB, 1999.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Igreja N. Sra. da Abadia / Levantamento Arquitetônico / Fachada, Corte Longitudinal e Cobertura". Com autoria de: BoTosso Jr / Simone Viana. Data: 01/05/2000. Disponibilizada por: SECULT Goiás.

FIGURAS**548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556 e 557:**

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Casa de Cultura Padre Silvestre.

Jaraguá/GO.

FIGURAS 558 e 559:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°45'39.7"S 49°20'07.6"W. Acesso: 09/12/2021.

FIGURAS 560, 561 e 562:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 31 de janeiro de 2020.

Fonte 2: HAMÚ, Daura Rios Pedroso. **A Casa do Padre Silvestre: Símbolo do Patrimônio Cultural**. Goiânia, 2003. Dissertação-Antropologia, PUC-GO.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Casa do Padre Silvestre". Com autoria de: Não indicada. Data: Não indicada. Disponibilizada por: SECULT Goiás.

FIGURAS**563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571 e 572:**

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Pompeu de Pina. Pirenópolis/GO.

FIGURAS 573 e 574:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Pirenópolis. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°51'12.4"S 48°57'41.7"W. Acesso: 04/12/2021.

FIGURAS 575, 576 e 577:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 13 de abril de 2019.

FIGURAS

578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586 e 587:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 588 e 589:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 10°45'46.8"S 48°06'30.5"W. Acesso: 12/12/2021.

FIGURAS 590, 591 e 592:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 21 de outubro de 2021.

Fonte 2: PALACIN, Luís; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás**. Brasília: SPHAN, 1987.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Igreja de Nossa Senhora do Carmo – Levantamento Básico – Planta Baixa e Cobertura". Com autoria de: Paulo Farsette. Data: 24/08/2006. Disponibilizada por: Cejane Pacini Leal Muniz, Superintendente do IPHAN-TO.

FIGURAS

593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601 e 602:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 603 e 604:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°01'10.3"S 49°05'01.5"W. Acesso: 05/12/2021.

FIGURAS 605, 606, 607, 608, 609 e 610:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 14 de julho de 2021.

Fonte 2: MOURA, Nádia Mendes de. **Casa Sede da Fazenda Babilônia Pirenópolis – GO – Volume 01 – Levantamento Cadastral**. Salvador, 2004. Especialização-CECRE, UFBA.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Planta da Fazenda Babilônia – Antigo Engenho S. Joaquim – Pirenópolis". Com autoria de: Não indicada. Data: Não indicada. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS

611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620 e 621:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 622 e 623:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°55'29.8"S 48°48'26.4"W. Acesso: 09/12/2021.

FIGURAS 624, 625, 626 e 627:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 05 de março de 2020.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Planta Baixa do Pav. Térreo – Casarão da Corporação 13 de Maio". Com autoria de: Rosangela. Data: 01/08/2007.

Disponibilizada por: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Corumbá/GO.

FIGURAS

628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637 e 638:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 639 e 640:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°39'14.7"S 48°36'15.0"W. Acesso: 12/12/2021.

FIGURAS 641, 642 e 643:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 19 de julho de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Igreja Nossa Senhora do Bonfim – Planta Baixa". Com autoria de: Gustavo Neiva Coelho / Laura Ludovico. Data: Não indicada. Disponibilizada por: Gustavo Neiva Coelho.

FIGURAS

644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652 e 653:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 654 e 655:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°55'28.58"S 48°48'27.84"W. Acesso: 09/12/2021.

FIGURAS 656, 657, 658 e 659:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 05 de março de 2020.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Igreja de N. S. da Penha de França – Planta Baixa". Com autoria de: Patrícia de Queiroz Carvalho / José Fernando da Costa Madeira / Luiza Helena Villa Verde Figueiredo / Viviana Peribanez Gonzalez de Araujo / Marco Antônio de Faria Galvão / Rosival. Data: 01/06/1987. Disponibilizada por: Arquivo Noronha Santos IPHAN/RJ.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Projeto As Built – Planta Térrea". Com autoria de: Andressa da Silva. Data: 01/06/2014. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667 e 668:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 669 e 670:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 17°18'54.4"S 48°29'07.6"W. Acesso: 12/12/2021.

FIGURAS 671, 672, 673 e 674:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 19 de julho de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Casa de Câmara e Cadeia Santa Cruz – Planta Pav. Térreo / Planta Pav. Superior". Com autoria de: Gustavo Neiva Coelho / Laura Ludovico. Data: Não indicada. Disponibilizada por: Gustavo Neiva Coelho.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Levantamento Casa de Câmara e Cadeia". Com autoria de: Pedro Batista dos Santos / Leda Maria V. F. de Camargo. Data: 25/09/1981. Disponibilizada por: SECULT Goiás.

FIGURAS

675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684 e 685:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos. Jataí/GO.

FIGURAS 686 e 687:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 17°53'3.11" S 51°42'43.01"W. Acesso: 10/12/2021.

FIGURAS 688, 689, 690 e 691:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 18 de outubro de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Sobrado Francisco Honório Levantamento – Planta Baixa Nivel I". Com autoria de: Pedro Batista dos Santos / Jacinto de Oliveira Belém / Sérgio Alcanfor. Data: 01/07/1983. Disponibilizada por: SECULT Goiás.

FIGURAS

692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702 e 703:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Histórico. Natividade/TO.

FIGURAS 704 e 705:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Natividade. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 11°42'30.9"S 47°43'25.7"W. Acesso: 08/12/2021.

FIGURAS 706, 707 e 708:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 23 de julho de 2019.

Fonte 2: VAZ, Maria Diva Araujo Coelho. **Natividade - Projeto Oito Vertentes e Dois Momentos de Síntese da Arquitetura Brasileira**. Goiânia: Editora da UCG, 1985.

Fonte 3: SPHAN. **Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de Natividade**. Processo nº 1.117-T-84/SPHAN. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: SPHAN, 1984.

FIGURAS 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716 e 717:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: UniRV, Universidade de Rio Verde. Rio Verde/GO.

FIGURAS 718, 719, 720, 721 e 722:

Autor: Arício Vieira da Silva e Eurípedes Neto.

Acervo: UniRV, Universidade de Rio Verde. Rio Verde/GO.

FIGURAS 723 e 724:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Mapa Urbano Básico 2011 do Município de Goiânia. Prefeitura de Rio Verde. Secretaria de Obras.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 17°48'10.2"S 50°56'01.7"W. Acesso: 06/12/2021.

FIGURAS 725, 726, 727 e 728:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 17 de outubro de 2021.

FIGURAS 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739 e 740:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. do Divino. Pirenópolis/GO.

FIGURAS 741 e 742:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Pirenópolis. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°50'59.5"S 48°57'30.9"W. Acesso: 05/12/2021.

FIGURAS 743, 744, 745 e 746:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 13 de julho de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Restauração da Casa de Câmara e Cadeia – Levantamento Arquitetônico – Planta Baixa Térreo". Com autoria de: Silvio Cavalcante. Data: 01/11/2005. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754 e 755:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 756 e 757:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Pilar. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 14°45'50.42"S 49°34'43.84"W. Acesso: 07/12/2021.

FIGURAS 758, 759 e 760:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 14 de julho de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Paróquia Nossa Senhora do Pilar – Pilar de Goiás – Levantamento Arquitetônico Realizado pela EMOP – Planta Baixa". Com autoria de: Não indicada. Data: 01/12/1985. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS**761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769 e 770:**

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 771 e 772:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Porto Nacional. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 10°42'31.0"S 48°25'00.6"W. Acesso: 08/12/2021.

FIGURAS 773, 774 e 775:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 24 de julho de 2019.

Fonte 2: IPHAN. **Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional.** Processo nº 1.553-T-

08 /01450.005680/2008. Superintendência do Iphan Goiás, Goiânia: IPHAN, 2008.

FIGURAS**776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784 e 785:**

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Histórico e Cultural.

Porto Nacional/TO.

FIGURAS 786 e 787:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Porto Nacional. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 10°42'30.5"S 48°25'00.5"W. Acesso: 08/12/2021.

FIGURAS 788, 789, 790 e 791:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 24 de julho de 2019.

Fonte 2: IPHAN. **Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional.** Processo nº 1.553-T-08 /01450.005680/2008. Superintendência do Iphan Goiás, Goiânia: IPHAN, 2008.

FIGURAS**792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800 e 801:**

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 802 e 803:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google.
16°39'52.2"S 49°17'40.5"W. Acesso: 12/09/2021.

FIGURAS 804, 805 e 806:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 12 de outubro de 2021.

Fonte 2: COSTA, Isabela Daniel Alves da. **Lugares da memória: A casa campineira.** Trabalho apresentado na disciplina Trabalho Final de Graduação II da FAU-UEG Anápolis, 2019.

FIGURA 807:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 808:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Municipal Frei Confaloni. Goiânia/GO.

FIGURAS 809, 810, 811, 812, 813 e 814:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 815:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. das Bandeiras/IBRAM.

Cidade de Goiás/GO.

FIGURAS

816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825 e 826:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 827:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Pedro Ludovico Teixeira. Goiânia/GO.

FIGURA 828:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 829:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Goiano Professor Zoroastro Artiaga.

Goiânia/GO.

FIGURAS 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849 e 850:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 851, 852 e 853:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: SILVA NETO, Eurípedes Afonso da. **Goiânia Casa Moderna: 1950, 1960, 1970.** Brasília, 2010. Dissertação, FAU-UnB.

Fonte 2: FONSECA, Fabio Santiago. **Residência Unifamiliar.** Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura I da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1992. NDD-UCG, Trabalho 708, Caixa Arquivo 86.

FIGURAS 854, 855, 856, 857, 858 e 859:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 860:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Municipal de Ipameri. Ipameri/GO.

FIGURA 861:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Municipal Frei Confaloni. Goiânia/GO.

FIGURAS

862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872 e 873:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 874:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Pedro Ludovico Teixeira. Goiânia/GO.

FIGURA 875:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 876:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Goiano Professor Zoroastro Artiaga. Goiânia/GO.

FIGURAS 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928 e 929:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 930:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Casa da Princesa/IBRAM. Pilar/GO.

FIGURAS 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962 e 963:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 964:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Municipal Frei Confaloni. Goiânia/GO.

FIGURAS 965, 966, 967, 968 e 969:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURA 970:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Agropastoril do Campus IFG Urutaí.
Urutaí/GO.

FIGURAS 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990 e 991:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS

992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000 e 1001:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1002 e 1003:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiás. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°56'04.3"S 50°08'24.3"W. Acesso: 30/11/2021.

FIGURAS 1004, 1005 e 1006:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 07 de julho de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Palácio Condes dos Arcos – Levantamento – Planta Baixa - Cortes". Com autoria de: Antônio Sérgio de Mattos / José Fernando da Costa Madeira / José Leme Galvão Júnior / Jacintho de Oliveira Belém / Rosival. Data: 01/08/1984. Disponibilizada por: SECULT Goiás.

Fonte 3: COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I.** Goiânia: IAB, 1999.

FIGURAS

1007, 1008, 1009, 1010, 1011, 1012, 1013, 1014 e 1015:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1016 e 1017:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Pirenópolis. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°51'11.3"S 48°57'34.2"W. Acesso: 05/12/2021.

FIGURAS 1018, 1019, 1020 e 1021:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 13 de abril de 2019.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Teatro de Pirenópolis – Cortes 1.1, 2.2 e 3.3". Com autoria de: Pedro Batista dos Santos / Leda Maria V. F. de Camargo / Jacinto de Oliveira Belém. Data: 01/03/1981. Disponibilizada por: SECULT Goiás.

FIGURAS 1022, 1023, 1024, 1025, 1026, 1027, 1028, 1029, 1030, 1031 e 1032:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1033 e 1034:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Porto Nacional. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 10°42'28.4"S 48°25'01.0"W. Acesso: 08/12/2021.

FIGURAS 1035, 1036, 1037 e 1038:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 24 de julho de 2019.

Fonte 2: IPHAN. **Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional.** Processo nº 1.553-T-08 /01450.005680/2008. Superintendência do Iphan Goiás, Goiânia: IPHAN, 2008.

Fonte 3: PORTO, Marconio Ferreira. **Processo do patrimônio no Tocantins.** Brasília, 2011. Dissertação-FAU, UnB.

Fonte 4: MIGOTO, Milena. **Projeto executivo de restauro e revitalização da Catedral de Nossa Senhora das Mercês e seu entorno em Porto Nacional/TO.** Contrato n.32/2009, Processo 01516.000931/2009-15. Porto Nacional: SVS Consultoria e Projetos LTDA, 2009.

FIGURAS 1039, 1040, 1041, 1042, 1043, 1044, 1045, 1046, 1047 e 1048:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1049 e 1050:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Porto Nacional. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 10°42'28.2"S 48°24'60.0"W. Acesso: 08/12/2021.

FIGURAS 1051, 1052, 1053, 1054 e 1055:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 24 de julho de 2019.

FIGURAS

1056, 1057, 1058, 1059, 1060, 1061, 1062, 1063 e 1064:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1065 e 1066:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Natividade. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 11°42'25.9"S 47°43'27.9"W. Acesso: 08/12/2021.

FIGURAS 1067, 1068 e 1069:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 23 de julho de 2019.

Fonte 2: PIKANÇO, Valéria Maria Pereira Alves.

Preservação patrimonial x qualidade de vida: Avaliação pós-ocupação no Programa Monumenta. Centro histórico de Natividade-Tocantins. Brasília, 2009. Dissertação-FAU, UnB.

Fonte 3: VAZ, Maria Diva Araujo Coelho. **Natividade - Projeto Oito Vertentes e Dois Momentos de Síntese da Arquitetura Brasileira.** Goiânia: Editora da UCG, 1985.

Fonte 4: SPHAN. **Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de Natividade.** Processo nº 1.117-T-84/SPHAN. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: SPHAN, 1984.

FIGURAS 1070, 1071, 1072, 1073, 1074, 1075, 1076, 1077, 1078 e 1079:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Agropastoril do Campus IFG Urutaí. Urutaí/GO.

FIGURAS 1080 e 1081:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 17°29'08.8"S 48°12'51.8"W. Acesso: 03/12/2021.

FIGURAS 1082, 1083, e 1084:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 21 de julho de 2021.

FIGURAS 1085, 1086, 1087, 1088, 1089, 1090, 1091, 1092, 1093, 1094 e 1095:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1096 e 1097:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiás. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°56'03.2"S 50°08'29.3"W. Acesso: 02/12/2021.

FIGURAS 1098, 1099 e 1100:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 06 de julho de 2021.

Fonte 2: COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I.** Goiânia: IAB, 1999.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Lyceu de Goiás – Planta Baixa". Com autoria de: Gustavo de M. Veiga Jardim. Data: 01/08/2013. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

Fonte 4: Prancha intitulada: "Antigo Liceu de Goiás – Levantamento Planta". Com autoria de: Hélio Rodrigues Pinto. Data: 08/10/1979. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS 1101, 1102, 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, 1109 e 1110:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1111 e 1112:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiás. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°56'05.1"S 50°08'24.2"W. Acesso: 02/12/2021.

FIGURAS 1113, 1014 e 1115:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 07 de julho de 2021.

Fonte 2: COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I.** Goiânia: IAB, 1999.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Instalações Elétricas – Planta Baixa – Promotora de Goiás". Com autoria de: Ana Carolina. Data: 01/02/2012. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

Fonte 4: Prancha intitulada: "Casa da Fundação – Diagnóstico – Alterações – Lesões - Cortes". Com autoria de: Márcia de Sant'Anna Reis. Data: 01/02/1982. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS

1116, 1117, 1118, 1119, 1120, 1121, 1122, 1123 e 1124:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1125 e 1126:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°44'31.4"S 48°30'52.2"W. Acesso: 03/12/2021.

FIGURAS 1127, 1128, 1129 e 1130:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 19 de julho de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Restauração e conservação do patrimônio edificado da extinta rffsa - Proposta de restauração e intervenção - Planta - Proposta". Com autoria de: Milena Migoto / João Mariano Valdares Neto. Data: 26/09/2009. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS 1131, 1132, 1133, 1134, 1135, 1136, 1137, 1138, 1139, 1140 e 1141:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1142 e 1143:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiás. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°56'01.8"S 50°08'32.5"W. Acesso: 02/12/2021.

FIGURAS 1144, 1145 e 1146:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 06 de julho de 2021.

Fonte 2: COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I.** Goiânia: IAB, 1999.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Mercado Municipal de Goiás – Corte Transversal BB". Com autoria de: Lorena Maria Leite Brandão. Data: 01/04/2006. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS 1147, 1148, 1149, 1150, 1151, 1152, 1153, 1154, 1155 e 1156:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1157 e 1158:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Natividade. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 11°42'34.7"S 47°43'24.8"W. Acesso: 08/12/2021.

FIGURAS 1159, 1160 e 1161:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 23 de julho de 2019.

Fonte 2: PALACIN, Luís; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás.** Brasília: SPHAN, 1987.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Natividade – Igreja Matriz Cronologia". Com autoria de: Gepas Arquitetura e Restauração. Data: 10/12/2002. Disponibilizada por: Cejane Pacini Leal Muniz, Superintendente do IPHAN-TO.

FIGURAS 1162, 1163, 1164, 1165, 1166, 1167, 1168, 1169, 1170 e 1171:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1172 e 1173:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiás. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°56'01.5"S 50°08'18.2"W. Acesso: 02/12/2021.

FIGURAS 1174, 1175 e 1176:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 26 de abril de 2019.

Fonte 2: COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I.** Goiânia: IAB, 1999.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Levantamento de Arquitetura C.E. Alcide Jubé / Planta Baixa, Cortes". Com autoria de: Não indicada. Data: 01/11/2004. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS 1177, 1178, 1179, 1180, 1181, 1182, 1183, 1184, 1185, 1186 e 1187:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1188 e 1189:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiás. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°56'03.7"S 50°08'25.9"W. Acesso: 01/12/2021.

FIGURAS 1190, 1191 e 1192:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 06 de julho de 2021.

Fonte 2: COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I.** Goiânia: IAB, 1999.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Proposta de Intervenção Catedral de Santana Vila Boa de Goiás / Fachada Lateral". Com autoria de: Fernando Madeira / Walter Vilhena Válio. Data: 01/01/1995. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS**1193, 1194, 1195, 1196, 1197, 1198, 1199, 1200 e 1201:**

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1202 e 1203:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Natividade. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 11°42'30.5"S 47°43'25.8"W. Acesso: 08/12/2021.

FIGURAS 1204, 1205 e 1206:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 23 de julho de 2019.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Centro Artesanato Levantamento Métrico / Planta e Corte". Com autoria de: Gepas Arquitetura e Restauração. Data: 15/12/2002. Disponibilizada por: Cejane Pacini Leal Muniz, Superintendente do IPHAN-TO.

FIGURAS 1207, 1208, 1209, 1210, 1211, 1212, 1213, 1214, 1215, 1216 e 1217:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1218 e 1219:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°59'05.8"S 50°04'49.6"W. Acesso: 03/12/2021.

FIGURAS 1220, 1221, 1222 e 1223:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 27 de abril de 2019.

FIGURAS 1224, 1225, 1226, 1227, 1228, 1229, 1230, 1231, 1232, 1233, 1234 e 1235:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1236 e 1237:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 12°24'15.7"S 46°26'18.2"W. Acesso: 12/12/2021.

FIGURAS 1238, 1239, 1240, 1241 e 1242:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 14 de janeiro de 2020.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Banco do Brasil S.A. – Agência Taguatinga-GO - Projeto de Restauração – Planta Pavimento". Com autoria de: José Roberto Bassul / Maristela dos Santos. Data: 01/02/1987. Disponibilizada por: Cejane Pacini Leal Muniz, Superintendente do IPHAN-TO.

FIGURAS**1243, 1244, 1245, 1246, 1247, 1248, 1249, 1250 e 1251:**

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1252 e 1253:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°39'48.2"S 49°18'02.8"W. Acesso: 10/09/2021.

FIGURAS 1254, 1255 e 1256:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 8 de dezembro de 2019.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Levantamento / Igreja São José / Campinas / Goiânia". Com autoria de: Não indicada. Data: Não indicada. Disponibilizada por: SECULT Goiás.

Fonte 3: COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Goiânia, Volume II.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FIGURAS

1257, 1258, 1259, 1260, 1261, 1262, 1263, 1264 e 1265:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1266 e 1267:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiás. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°55'52.3"S 50°08'24.1"W. Acesso: 01/12/2021.

FIGURAS 1268, 1269 e 1270:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 06 de julho de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Igreja do Rosário / Projeto Rampa Lateral / Planta Baixa Pavimento Térreo". Com autoria de: Fabiana Ferreira de Lima. Data: 01/06/2017. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS 1271, 1272, 1273, 1274, 1275, 1276, 1277, 1278, 1279 e 1280:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1281 e 1282:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°19'24.6"S 48°57'24.2"W. Acesso: 10/12/2021.

FIGURAS 1283, 1284 e 1285:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 08 de outubro de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Planta da Situação Atual". Com autoria de: Rafaela Bueno Silva. Data: 30/08/2008. Disponibilizada por: SECULT Goiás.

Fonte 3: VARGAS, Lucas Gabriel Corrêa. **Representações sociais do progresso. Uma perspectiva a partir da chegada da estrada de ferro em Anápolis, GO.** Goiânia, 2015. Dissertação-FAV, UFG.

FIGURAS 1286, 1287, 1288, 1289, 1290, 1291, 1292, 1293, 1294, 1295, 1296 e 1297:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1298 e 1299:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Pirenópolis. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°51'10.1"S 48°57'34.9"W. Acesso: 05/12/2021.

FIGURAS 1300, 1301, 1302 e 1303:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 13 de abril de 2019.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Medidas de conservação Cine Pireneus – Planta Térreo / Planta Mezanino". Com autoria de: Vanusa Neris da

Cunha. Data: 19/08/2019. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Levantamento e Proposta Cine Pireneus – Planta Térreo / Corte BB". Com autoria de: Márcia Magda da Silva. Data: 01/12/1985. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS

1304, 1305, 1306, 1307, 1308, 1309, 1310, 1311 e 1312:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1313 e 1314:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°40'52.1"S 49°15'22.3"W. Acesso: 19/09/2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Projeto de desenho urbano/ Praça Cívica / Projeto Pré-Executivo / Implantação Geral". Com autoria de: Teixeira e Almeida Arquitetura e Consultoria S/S Ltda. Data: 01/11/2012. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS 1315, 1316, 1317, 1318 e 1319:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 12 de outubro de 2021.

Fonte 2: MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico.** Dossiê de tombamento. Goiânia: Seplan, 2004.

Fonte 3: ALEXANDRIA, Zenilda da Sila; CARVALHO FILHO, Jonatas. **Inventário Histórico: Palácio das Esmeraldas**. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura VI da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1984. NDD-UCG, Trabalho 484, Caixa Arquivo 56.

Fonte 4: COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Goiânia, Volume II**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FIGURAS

1320, 1321, 1322, 1323, 1324, 1325, 1326, 1327 e 1328:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Pedro Ludovico Teixeira. Goiânia/GO.

FIGURAS 1329 e 1330:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°40'52.0"S 49°15'33.4"W. Acesso: 19/09/2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Projeto de desenho urbano/ Praça Cívica / Projeto Pré-Executivo / Implantação Geral". Com autoria de: Teixeira e Almeida Arquitetura e Consultoria S/S Ltda. Data: 01/11/2012. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS 1331, 1332, 1333 e 1334:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 10 de agosto de 2019.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Projeto Arquitetura / Ms. Pedro Ludovico Teixeira / Projeto Executivo".

Com autoria de: DVN Engenharia / Diogo Veloso Naves Neto / Thiago Borges Veloso Naves / Danielle. Data: 17/08/2012. Disponibilizada por: SECULT Goiás.

Fonte 3: MANSO, Celina Fernandes Almeida.

Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico. Dossiê de tombamento. Goiânia: Seplan, 2004.

FIGURAS 1335, 1336, 1337, 1338, 1339, 1340, 1341, 1342, 1343, 1344 e 1345:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1346 e 1347:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 17°43'21.2"S 48°09'37.5"W. Acesso: 10/12/2021.

FIGURAS 1348, 1349 e 1350:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 20 de julho de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Torre da Matriz de Ipameri Goiás – Demonstrando a colocação do relógio – Corte transversal da torre". Com autoria de: Prefeitura Municipal Departamento Técnico da Comissão de Obras Públicas. Data: 25/07/1938. Disponibilizada por: Ms. Municipal Adolvando Carlos de Alarcão.

FIGURAS 1351, 1352, 1353, 1354, 1355, 1356, 1357, 1358, 1359, 1360, 1361 e 1362:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1363 e 1364:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°40'41.8"S 49°15'41.4"W. Acesso: 17/09/2021.

FIGURAS 1365, 1366 1367 e 1368:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 09 de outubro de 2021.

Fonte 2: SILVA, José Henrique Costa Santiago da.

Estudo dos edifícios residenciais: Os sobrados Neocoloniais de Goiânia – Volume 2. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura IX da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1993. NDD-UCG, Trabalho 800, Caixa Arquivo 102.

FIGURAS 1369, 1370, 1371, 1372, 1373, 1374, 1375, 1376, 1377 e 1378:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1379 e 1380:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°40'46.0"S 49°15'24.2"W. Acesso: 19/09/2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Projeto de desenho urbano/ Praça Cívica / Projeto Pré-Executivo / Implantação Geral". Com autoria de: Teixeira e Almeida Arquitetura e Consultoria S/S Ltda. Data: 01/11/2012. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS 1381, 1382 e 1383:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 12 de outubro de 2021.

Fonte 2: MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico. Dossiê de tombamento.** Goiânia: Seplan, 2004.

FIGURAS 1384, 1385, 1386, 1387, 1388, 1389, 1390, 1391, 1392, 1393, 1394, 1395, 1396 e 1397:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1398 e 1399:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°40'34.9"S 49°15'41.2"W. Acesso: 17/09/2021.

FIGURAS 1400, 1401, 1402, 1403 e 1404:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 14 de outubro de 2021.

Fonte 2: COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Goiânia, Volume II.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

Fonte 3: MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico.** Dossiê de tombamento. Goiânia: Seplan, 2004.

Fonte 4: Prancha intitulada: "Projeto de Arquitetura / Restauro Teatro Goiânia – Planta Baixa Atual". Com autoria de: Paulo Victor Ferreira Ruas / Equipe Agepel. Data: 01/04/2009. Disponibilizada por: SECULT Goiás.

FIGURAS 1405, 1406, 1407, 1408, 1409, 1410, 1411, 1412, 1413, 1414 e 1415:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1416 e 1417:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°40'30.1"S 49°15'49.5"W. Acesso: 11/09/2021.

FIGURAS 1418, 1419 e 1420:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 14 de março de 2020.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Capela Nossa Senhora das Graças / Planta Baixa e Locação". Com autoria de: Yahweh Allohy de Oliveira e Parreira / Uélica Alves Braga. Data: 01/09/2004. Disponibilizada por: SECULT Goiás.

Fonte 3: COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Goiânia, Volume II.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FIGURAS 1421, 1422, 1423, 1424, 1425, 1426, 1427, 1428, 1429, 1430, 1431, 1432, 1433 e 1434:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Ms. Goiano Professor Zoroastro Artiaga. Goiânia/GO.

FIGURAS 1435 e 1436:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°40'47.5"S 49°15'18.5"W. Acesso: 19/09/2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Projeto de desenho urbano/ Praça Cívica / Projeto Pré-Executivo / Implantação Geral". Com autoria de: Teixeira e Almeida Arquitetura e Consultoria S/S Ltda. Data: 01/11/2012. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

FIGURAS 1437, 1438, 1439 e 1440:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 25 de janeiro de 2020.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Projeto Arquitetura Ms. Zoroastro Artiaga / Planta Baixa Térreo / Planta Baixa Superior". Com autoria de: Diogo Veloso Naves Neto / Thiago Borges Veloso Naves / Danielle. Data: 17/08/2012. Disponibilizada por: SECULT Goiás.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Projeto de um edifício destinado a Imprensa e Propaganda do Estado de Goiás / Planta Pavimento Térreo, Superior e Telhado". Com autoria de: Kazimierz Bartoszewski. Data: 12/02/1942. Disponibilizada por: Gustavo Neiva Coelho.

Fonte 4: COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Goiânia, Volume II.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

Fonte 5: MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico.** Dossiê de tombamento. Goiânia: Seplan, 2004.

FIGURAS 1441, 1442, 1443, 1444, 1445, 1446, 1447, 1448, 1449, 1450 e 1451:

Autor: Eurípedes Neto.
Acervo: Do autor.

FIGURAS 1452 e 1453:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 13°15'25.8"S 46°53'35.4"W. Acesso: 11/12/2021.

FIGURAS 1454, 1455 e 1456:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 28 de julho de 2019.

FIGURAS 1457, 1458, 1459, 1460, 1461, 1462, 1463, 1464, 1465, 1466, 1467 e 1468:

Autor: Eurípedes Neto.
Acervo: Do autor.

FIGURAS 1469 e 1470:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°40'13.3"S 49°15'13.1"W. Acesso: 29/11/2021.

FIGURAS 1471, 1472 e 1473:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 13 de outubro de 2021.

Fonte 2: COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Goiânia, Volume II.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FIGURAS 1474, 1475, 1476, 1477, 1478, 1479, 1480, 1481, 1482 e 1483:

Autor: Eurípedes Neto.
Acervo: Ms. Municipal Frei Confaloni. Goiânia/GO.

FIGURAS 1484 e 1485:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°39'48.7"S 49°15'42.2"W. Acesso: 29/11/2021.

FIGURAS 1486, 1487, 1488 e 1489:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 15 de setembro de 2019.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Antiga Estação Ferroviária de Goiânia / Projeto Executivo / Layout

Térreo e Segundo pavimento". Com autoria de: Janaína de Castro Oliveira / Carolliny Sales / Flávia Alves de Oliveira. Data: 28/02/2018. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Levantamento Estação Ferroviária de Goiânia / Corte AA / Fachada Lat. Esq.". Com autoria de: Márcia Magda da Silva / José Siqueira Filho. Data: 01/10/1985. Disponibilizada por: SECULT Goiás.

Fonte 4: COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Goiânia, Volume II.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

Fonte 5: MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico.** Dossiê de tombamento. Goiânia: Seplan, 2004.

FIGURAS 1490, 1491, 1492, 1493, 1494, 1495, 1496, 1497, 1498 e 1499:

Autor: Eurípedes Neto.
Acervo: Do autor.

FIGURAS 1500 e 1501:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°40'18.5"S 49°15'39.7"W. Acesso: 12/09/2021.

FIGURAS 1502, 1503 e 1504:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 12 de outubro de 2021.

Fonte 2: ACRÓPOLE. **Residência em Goiânia**. In: Acrópole, n.226, p.366. São Paulo: agosto, 1957.

Fonte 3: BRASIL, Luciana Tombi. **David Libeskind**. São Paulo: Romano Guerra Editora/Edusp, 2007.

FIGURAS 1505, 1506, 1507, 1508, 1509, 1510, 1511, 1512, 1513, 1514, 1515 e 1516:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1517 e 1518:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°40'47.3"S 49°15'40.9"W. Acesso: 18/09/2021.

FIGURAS 1519, 1520, 1521 e 1522:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 14 de outubro de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Arquitetura / Planta baixa térreo / Revitalização área externa". Com autoria de: Maria Aparecida de Oliveira / Ana Valéria Maroclo Soutomaria. Data: 01/10/2007. Disponibilizada por: Assembleia Legislativa de Goiás.

FIGURAS 1523, 1524, 1525, 1526, 1527, 1528, 1529, 1530, 1531 e 1532:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1533 e 1534:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°40'30.1"S 49°15'27.9"W. Acesso: 17/09/2021.

FIGURAS 1535, 1536, 1537, 1538 e 1539:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 12 de outubro de 2021.

Fonte 2: MOURA, Márcia Ribeiro. **Arquitetura Moderna em Goiânia: Produção Arquitetônica**. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura X. Goiânia, 1999, NDD-UCG.

FIGURAS 1540, 1541, 1542, 1543, 1544, 1545, 1546, 1547, 1548, 1549 e 1550:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1551 e 1552:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiás. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 15°56'00.9"S 50°08'20.3"W. Acesso: 02/12/2021.

FIGURAS 1553, 1554, 1555 e 1556:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 26 de abril de 2019.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Colégio Estadual Prof. Alcide Jubé – Planta Baixa Pav. Térreo". Com autoria de: Ciro Augusto de Oliveira e Silva. Data:

01/07/2000. Disponibilizada por: Diretoria do Colégio Estadual Prof. Alcide Jubé.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Centro de ensino em período integral Professor Alcide Jubé - Arquitetura". Com autoria de: Não indicada. Data: Não indicada. Disponibilizada por: Suzete de Almeida Bessa.

FIGURAS 1557, 1558, 1559, 1560, 1561, 1562, 1563, 1564, 1565 e 1566:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1567 e 1568:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°40'59.4"S 49°15'18.9"W. Acesso: 12/09/2021.

FIGURAS 1569, 1570, 1571 e 1572:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 13 de setembro de 2019.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Rua 84, nº61, Setor Sul – Planta do Pavimento Térreo". Com autoria de: Camila Coutinho. Data: 01/04/2007. Disponibilizada por: Superintendência do Iphan em Goiás.

Fonte 3: MORAES, Maria Heloísa Lima. **A composição das fachadas nos edifícios residenciais em Goiânia na década de 60**. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura X da Faculdade de

Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1993. NDD-UCG, Trabalho 797, Caixa Arquivo 101.

Fonte 4: VAZ, Maria Diva Araujo Coelho; ZÁRATE, Maria Heloisa Veloso e. **A experiência moderna no cerrado Goiano**. São Paulo: Arquitectos 067, 2006.

FIGURAS 1573, 1574, 1575, 1576, 1577, 1578, 1579, 1580, 1581, 1582, 1583 e 1584:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1585 e 1586:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°40'43.7"S 49°14'40.9"W. Acesso: 21/09/2021.

FIGURAS 1587, 1588 e 1589:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 8 de junho de 2019.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Cadastro 2006 / Planta Pavimento Bloco A". Com autoria de: Não indicada.

Data: 01/09/2009. Disponibilizada por: Divisão de Serviços Gerais / Seção de Planejamento e Obra / Universidade Católica de Goiás.

FIGURAS 1590, 1591, 1592, 1593, 1594, 1595, 1596, 1597, 1598, 1599 e 1600:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1601 e 1602:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°40'47.0"S 49°14'35.0"W. Acesso: 21/09/2021.

FIGURAS 1603, 1604, 1605, 1606 e 1607:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 13 de outubro de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Colégio Universitário / Planta Geral e Locação / Pavimento Superior". Com autoria de: Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro / Durval / F. Ângelo. Data: Não indicada. Disponibilizada por: Ronaldo da Paixão Fonseca.

FIGURAS 1608, 1609, 1610, 1611, 1612, 1613, 1614, 1615, 1616 e 1617:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1618 e 1619:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Porto Nacional. Base cartográfica IPHAN.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 10°41'59.3"S 48°24'37.9"W. Acesso: 08/12/2021.

FIGURAS 1620, 1621 e 1622:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 27 de julho de 2019.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Residência para o Exmo. Sr. Eduardo Manzano / Planta". Com autoria

de: Zenon Lotufo. Data: Não indicada. Disponibilizada por: Eduardo Manzano Filho.

FIGURAS 1623, 1624, 1625, 1626, 1627, 1628, 1629, 1630, 1631 e 1632:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1633 e 1634:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°40'37.3"S 49°15'47.8"W. Acesso: 18/09/2021.

FIGURAS 1635, 1636, 1637, 1638, 1639 e 1640:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 8 de dezembro de 2017.

Fonte 2: ARTIGAS, Rosa (Org.). **Paulo Mendes da Rocha**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

Fonte 3: ROCHA, Paulo Mendes da. **Jóquei Clube de Goiás 1963**. In: Revista Acrópole, n.342, p.34-38. São Paulo: Mac Gruenwald & Cia, 1967.

FIGURAS 1641, 1642, 1643, 1644, 1645, 1646, 1647, 1648, 1649, 1650 e 1651:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1652 e 1653:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°40'58.2"S 49°15'02.6"W. Acesso: 11/09/2021.

FIGURAS 1654, 1655, 1656, 1657 e 1658:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 29 de novembro de 2009.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Projeto Residencial – Léo de Queiroz Barreto – Prancha 1/6". Com autoria de: Raul Naves Filó / João Ramos. Data: Não indicada. Disponibilizada por: Léo de Queiroz Barreto.

FIGURAS 1659, 1660, 1661, 1662, 1663, 1664, 1665, 1666, 1667, 1668, 1669 e 1670:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1671 e 1672:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°41'11.7"S 49°15'56.4"W. Acesso: 11/09/2021.

FIGURAS 1673, 1674, 1675 e 1676:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 06 de dezembro de 2009.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Projeto Residência – Planta Pav. Térreo e Corte AA". Com autoria de: Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro. Data: 11/12/1973. Disponibilizada por: Ruffo de Freitas.

FIGURAS

1677, 1678, 1679, 1680, 1681, 1682, 1683, 1684 e 1685:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1686 e 1687:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°40'33.4"S 49°16'05.0"W. Acesso: 30/11/2021.

FIGURAS 1688, 1689 e 1690:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 09 de outubro de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "ProValle / Ed. Itaipu / Apto. Tipo". Com autoria de: Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro. Data: 27/01/1976. Disponibilizada por: Ronaldo da Paixão Fonseca.

FIGURAS 1691, 1692, 1693, 1694, 1695, 1696, 1697, 1698, 1699, 1700, 1701, 1702 e 1703:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1704 e 1705:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°40'18.0"S 49°16'15.0"W. Acesso: 12/09/2021.

FIGURAS 1706, 1707, 1708, 1709 e 1710:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 15 de outubro de 2021.

Fonte 2: ZANETTINI, Siegbert. **Siegbert Zanettini: arquitetura, razão e sensibilidade.** São Paulo: Edusp, 2002.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Igreja e Centro Social Nossa Senhora de Fátima / Cortes AA e BB". Com autoria de: Siegbert Zanettini. Data: 10/01/1972. Disponibilizada por: NDD PUC Goiás.

FIGURAS 1711, 1712, 1713, 1714, 1715, 1716, 1717, 1718, 1719, 1720 e 1721:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1722 e 1723:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°41'56.6"S 49°14'03.0"W. Acesso: 28/11/2021.

FIGURAS 1724, 1725, 1726, 1727, 1728 e 1729:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 29 de março de 2018.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Projeto de Arquitetura Estádio Serra Dourada – Planta Nível A Planta Geral – Corte A Leste Eixo R3-R7I". Com autoria de: Paulo Mendes da Rocha / Luiz Fernando Cruvinel Teixeira / Renato Almeida / Manoel Balbino Carvalho Neto / Gustavo Garcia Amaral / Rogério

Machado / Átila Costa Lessa / Joieli Silva Guimarães. Data: 10/01/2009. Disponibilizada por: Luiz Fernando Cruvinel Teixeira.

FIGURAS 1730, 1731, 1732, 1733, 1734, 1735, 1736, 1737, 1738, 1739 e 1740:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1741 e 1742:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°40'25.2"S 49°15'25.6"W. Acesso: 18/09/2021.

FIGURAS 1743, 1744, 1745, 1746 e 1747:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 09 de novembro de 2019.

Fonte 2: FOGAÇA, João Batista da Silva. **Ed. Parthenon Center: concepção, apropriação e relação com o entorno urbano.** Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História IX da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1988. NDD-UCG, Trabalho 400, Caixa Arquivo 46.

Fonte 3: MOREIRA, Hortência; MUNDIM, Adriana; OLIVEIRA, Elen. **Parthenon Center: análise do processo composicional.** Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História I da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1998. NDD-UCG, Trabalho 734, Caixa Arquivo 90.

Fonte 4: BARBOSA, Morgana Alves. **Análise Estrutural do Edifício Parthenon Center.** Trabalho apresentado na disciplina Tecnologia de Arquitetura I da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1995. NDD-UCG, Trabalho 1128, Caixa Arquivo 160.

Fonte 5: Prancha intitulada: "Planta Baixa Mezanino / Agepel". Com autoria de: Não indicada. Data: Não indicada. Disponibilizada por: SECULT Goiás.

FIGURAS

1748, 1749, 1750, 1751, 1752, 1753, 1754, 1755 e 1756:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1757 e 1758:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°41'33.1"S 49°15'00.1"W. Acesso: 29/11/2021.

FIGURAS 1759, 1760, 1761, 1762 e 1763:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 15 de outubro de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Projeto Residencial Oswaldo José de Oliveira – Planta Baixa Pavimento Térreo / Superior / Corte AA". Com autoria de: Elias Daud Neto / Wilma / Espaço LTDA. Data: 01/10/1974. Disponibilizada por: José Renato Castro e Silva.

Fonte 3: BARBOSA, Eduardo Simões; RABELO, Fernando Carlos. **Residência em Goiânia.** In:

Revista Módulo, n.70, p.88-90. Rio de Janeiro: Avenir, 1982.

FIGURAS 1764, 1765, 1766, 1767, 1768, 1769, 1770, 1771, 1772, 1773, 1774 e 1775:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1776 e 1777:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°41'52.0"S 49°16'05.2"W. Acesso: 11/09/2021.

FIGURAS 1778, 1779, 1780 e 1781:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 11 de outubro de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Arquitetura Projeto – Planta Térreo". Com autoria de: Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro. Data: 10/06/1974. Disponibilizada por: Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro.

Fonte 3: LIMA, Elani de Souza Lima. **Fachadas.** Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História VI da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1984. NDD-UCG, Trabalho 489, Caixa Arquivo 56.

Fonte 4: ANDRADE, Valéria Rodrigues. **Rua 38, 720.** Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História VI da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1986. NDD-UCG, Trabalho 508, Caixa Arquivo 58.

FIGURAS 1782, 1783, 1784, 1785, 1786, 1787, 1788, 1789, 1790, 1791 e 1792:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1793 e 1794:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°40'36.5"S 49°15'34.7"W. Acesso: 17/09/2021.

FIGURAS 1795, 1796, 1797, 1798, 1799 e 1800:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 10 de outubro de 2021.

Fonte 2: FARIAS, Agnaldo. **La Arquitectura de Ruy Ohtake**. Madrid: Celeste, 1994.

Fonte 3: OHTAKE, Ricardo; OHTAKE, Rodrigo; FINO, Cristina. **Ruy Ohtake: Arquitetura e a cidade**. São Paulo: Instituto Tomie Ohtake, 2009.

Fonte 4: OLIVEIRA, Tuliane Mariano de. **Análise estrutural do edifício Banespa**. Trabalho apresentado na disciplina Tecnologia da Arquitetura 1 da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1996. NDD-UCG, Trabalho 1270, Caixa Arquivo 187.

Fonte 5: MAZZOCANTE, Márcia Helena. **Análise arquitetônica do edifício Agência Banespa – Goiânia**. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura IX da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1990. NDD-UCG, Trabalho 543, Caixa Arquivo 62.

FIGURAS 1801, 1802, 1803, 1804, 1805, 1806, 1807, 1808, 1809, 1810 e 1811:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1812 e 1813:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°42'06.0"S 49°16'37.7"W. Acesso: 29/11/2021.

FIGURAS 1814, 1815, 1816, 1817 e 1818:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 31 de novembro de 2019.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Projeto de Arquitetura – Projeto Residencial – Plantas e Cortes". Com autoria de: Eduardo Simões Barbosa / Luiz A. / Espaço LTDA. Data: 01/03/1981. Disponibilizada por: José Renato Castro e Silva.

FIGURAS 1819, 1820, 1821, 1822, 1823, 1824, 1825, 1826, 1827, 1828, 1829 e 1830:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1831 e 1832:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°12'41.8"S 48°40'31.0"W. Acesso: 05/12/2021.

FIGURAS 1833, 1834 e 1835:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 15 de março de 2020.

Fonte 2: LIMA, João Filgueiras. **Escola transitória**. Brasília: MEC/CEDATE, 1984.

FIGURAS 1836, 1837, 1838, 1839, 1840, 1841, 1842, 1843, 1844, 1845, 1846 e 1847:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1848 e 1849:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°12'16.9"S 48°42'19.8"W. Acesso: 05/12/2021.

FIGURAS 1850, 1851 e 1852:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 08 de outubro de 2021.

FIGURAS 1853, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1860, 1861 e 1862:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1863 e 1864:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Mapa Urbano Básico 2011 do Município de Goiânia. Prefeitura de Rio Verde. Secretaria de Obras.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 17°48'27.7"S 50°56'23.2"W. Acesso: 06/12/2021.

FIGURAS 1865, 1866, 1867 e 1868:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 18 de outubro de 2021.

Fonte 2: PODESTÁ, Sylvio Emrich de. **Casas**. Belo Horizonte: AP Cultural, 2000.

Fonte 3: Prancha intitulada: "Planta Térreo". Com autoria de: Sylvio Emrich de Podestá. Data: Não indicada. Disponibilizada por: Sylvio Emrich de Podestá.

FIGURAS 1869, 1870, 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877 e 1878:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1879 e 1880:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Mapa Urbano Básico 2011 do Município de Goiânia. Prefeitura de Rio Verde. Secretaria de Obras.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 17°48'34.0"S 50°56'23.7"W. Acesso: 06/12/2021.

FIGURAS 1881, 1882, 1883 e 1884:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 18 de outubro de 2021.

Fonte 2: PODESTÁ, Sylvio Emrich de. **Casas**. Belo Horizonte: AP Cultural, 2000.

FIGURAS

1885, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890, 1891 e 1892:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1893 e 1894:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Mapa Urbano Básico 2011 do Município de Goiânia. Prefeitura de Rio Verde. Sec. de Obras.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 17°48'28.5"S 50°56'25.5"W. Acesso: 06/12/2021.

FIGURAS 1895, 1896, 1897 e 1898:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 19 de outubro de 2021.

Fonte 2: PODESTÁ, Sylvio Emrich de. **Casas**. Belo Horizonte: AP Cultural, 2000.

FIGURAS 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907 e 1908:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1909 e 1910:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Plantas cadastrais do Município de Goiânia. Prefeitura de Goiânia. SEPLAM. DVMR.

Fonte 2: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°41'51.5"S 49°15'11.8"W. Acesso: 30/11/2021.

FIGURAS 1911, 1912, 1913, 1914, 1915 e 1916:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 15 de outubro de 2021.

Fonte 2: Prancha intitulada: "Projeto de Arquitetura – Federação do Comércio do Estado de Goiás – Plantas / Fachadas / Cortes". Com autoria de:

GrupoQuatro S.C. LTDA / Luiz Fernando Cruvinel Teixeira. Data: 09/09/1983. Disponibilizada por: Luiz Fernando Cruvinel Teixeira.

FIGURAS 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927 e 1928:

Autor: Eurípedes Neto.

Acervo: Do autor.

FIGURAS 1929 e 1930:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Google Earth Pro, ©2021 Google. 16°36'18.3"S 49°15'36.5"W. Acesso: 22/09/2021.

FIGURAS 1931, 1932, 1933 e 1934:

Autor: Desenho técnico de Eurípedes Neto a partir das fontes citadas.

Fonte 1: Levantamento de dimensões, em campo, realizado pelo autor dia 13 de outubro de 2021.

Fonte 2: ZIMBRES, Paulo; REIS, Luís Antônio Almeida. **Urbanidade Visceral: O resgate de conceitos da cidade**. In: Projeto, n.167, p.44-47. São Paulo: PROJETO, 1993.

Fonte 3: MENDONÇA, Ana Domitila de Almeida.

Avaliação Pós-Ocupação na Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás - Ambiente construído e comportamento humano.

Goiânia, 2011. Dissertação-Engenharia Civil, UFG.

Fonte 4: ROMANO, Leonardo. **Análise do sistema estrutural do edifício do Instituto de Artes da UFG na composição do partido arquitetônico adotado**.

Trabalho apresentado na disciplina Tecnologia da Arquitetura I da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1995. NDD-UCG, Trabalho 1269, Caixa Arquivo 187

· REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ·

- ACAYABA, Marlene Milan. **Residências em São Paulo 1947-1975**. São Paulo: Projeto, 1986.
- ACKEL, Luiz. **Atílio Corrêa Lima: uma trajetória para a modernidade**. São Paulo, 2007. Tese-FAU, USP.
- ACRÓPOLE. **Estádio Municipal Annacleto Campanella em São Caetano do Sul/SP**. In: Acrópole, n.316, p.26. São Paulo: abril, 1965.
- ALEGO. **Sede da Alego**. Portal da Alego, 2019. Disponível em: <<https://portal.al.go.leg.br/noticias/98669/sede-da-alego>>. Acesso 02 de outubro de 2021.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Annaes da província de Goyaz**. In: Revista do IHGEB, tomo XXVII, parte segunda, p.5-249. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro Editor, 1864.
- ALEXANDRIA, Zenilda da Sila; CARVALHO FILHO, Jonatas. **Inventário Histórico: Palácio das Esmeraldas**. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura VI da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1984. NDD-UCG, Trabalho 484, Caixa Arquivo 56.
- ALEXEI, Bruno (Org.). **Patrimônio construído: as 110 mais belas edificações do Brasil**. Rio de Janeiro: Capivara, 2016.
- ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. **Almanak Laemmert 1910**. Rio de Janeiro: Cia Typographica do Brasil, 1910.
- ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. **Almanak Laemmert 1913**. Rio de Janeiro: Cia Typographica do Brasil, 1913.
- ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. **Almanak Laemmert 1916**. Rio de Janeiro: Cia Typographica do Brasil, 1916.
- ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. **Almanak Laemmert 1919**. Rio de Janeiro: Cia Typographica do Bra-sil, 1919.
- ALMANAK LAEMMERT LIMITADA. **Almanak Laemmert 1930 – 4º Volume**. Rio de Janeiro: Oficinas Typographicas do Almanak Laemmert, 1930.
- ALMEIDA, Mayra de Paula Nascimento. **O tipo como recurso de revisão historiográfica da arquitetura moderna: uma análise da Residência José Félix Louza**. Goiânia, 2019. Dissertação-FAV, UFG.
- ÁLVARES, Joseph de Mello. **História de Santa Luzia – Luziânia: descrição histórica, política e geográfica de Santa Luzia**. Brasília: Gráfica e Editora Independência Ltda, 1978.
- ALVES, Joaquim Rodrigues. **Santa Cruz de Goiás: Sinopse Histórica**. Santa Cruz: P. Mun. de Santa Cruz, 1983.
- ALVES, Nazareth Gomes. **Elos Perdidos**. Monte do Carmo: s.n., 2009.
- ALVES NETO, Luiz de Aquino. **BEG: Nossa gente, nossa história**. Goiânia: BEG. 1994.
- ALVES NETO, Luiz de Aquino. **Deu no Jornal**. Goiânia: Gráfica Terra, 2000.
- AMARAL, Aracy. **A imagem da cidade moderna: o cenário e seu avesso**. In: Modernidade e modernismo no Brasil. São Paulo: Mercado das Letras, 1994a.
- AMARAL, Aracy. **A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio**. São Paulo: EdUSP, 1981.
- AMARAL, Aracy. **Artes plásticas na Semana de 22**. São Paulo: Editora 34, 1998.
- AMARAL, Aracy. **La invención de um pasado**. In: Arquitetura neocolonial. América Latina, Caribe, Estados Unidos, p.10-18. São Paulo/ México: Memorial da América Latina/ Fondo de Cultura Económica, 1994b.
- AMARAL, Francisco Keil do; LOBO, José Huertas; MALATO, João José. **Zona 3: Beiras**. In: Arquitetura popular e Portugal, 2º Volume, p.1-93. Lisboa: Ass. dos arquitectos portugueses, 1988.
- ANDRADE, Isabela Menegazzo Santos de. **A história e a memória de um modo de habitar. Goiânia, a residência da família Félix Louza (projeto de David Libeskind) em dois tempos: 1952 e 2011-2013**. Goiânia, 2019. Dissertação-História, UFG.
- ANDRADE, Valéria Rodrigues. **Rua 38, 720**. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História VI da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1986. NDD-UCG, Trabalho 508, Caixa Arquivo 58.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Os Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão – As práticas das políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás – Século XVII**. Recife, 2005. Tese-História, UFPE.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão negra no Tocantins colonial: vivências escravistas em Arraias (1739-1800)**. Goiânia: Kelps, 2007.
- AQUINO, Napoleão Araújo de. **A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins**. In: GIRALDIN, Odair. (Org.). A (trans)formação histórica do Tocantins. Goiânia: Ed.UFG, 2002.
- ARAÚJO, Geraldo. **Terra dobre engradado em Portugal**. In: Arquitetura de Terra em Portugal, p.57-61. Lisboa: Argumentum, 2005.

- ARAÚJO, Raquel Corino de. **Espaços, silêncios e gênero: a invisibilidade de dona Gercina Borges no discurso expográfico do Museu Pedro Ludovico Teixeira.** Goiânia, 2016. Monog.-Museologia, UFG.
- ARAÚJO FILHO, José Cruciano de. **Inventário arquitetônico de Goiânia: Residência Antônio Batista Alves.** Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura VI da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1986. NDD-UCG, Trabalho 494, Caixa Arquivo 57.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ARIMATHÉA, Amador de. **Anápolis: Suas ruas, seus vultos, nossa história.** Goiânia: Papillon, 2007.
- ARQUITETURA BRASILEIRA. **Edifício para Perícias Médicas do I.N.P.S. em São Paulo/SP.** In: Arquitetura Brasileira, n.8, p.43. São Paulo: 1974.
- ARRAES, Esdras. **Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco.** São Paulo: An. mus. paul., v. 21, n. 2, p. 47-77, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142013000200003&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 23 jan. 2020.
- ARTIAGA, Zoroastro. **Geografia econômica, histórica e descritiva do Estado de Goiaz.** Goiânia: Tipografia Triângulo, 1951.
- ARTIGAS, Rosa (Org.). **Paulo Mendes da Rocha.** São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- ASSIS, Adriana Paiva de. **Projeto executivo de consolidação e complementares: Ruína da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos / TO.** Belo Horizonte: Taipa Arquitetura e Patrimônio Cultural EIRELI, 2018.
- ASSIS, Antero Cicero de. **Relatório á Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz.** Goyaz: Typographia Provincial, 1874.
- ASSIS, Antero Cicero de. **Relatório á Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz.** Goyaz: Typographia Provincial, 1877.
- AUDRIN, José Maria. **Entre Sertanejos e Índios do Norte.** Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1946.
- AUDRIN, José Maria. **Os Sertanejos Que Eu Conheci.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.
- AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. **Anuario histórico, geographico e descriptivo do estado de Goyaz para 1910.** Brasília: SPHAN/8ªDR, 1987.
- BACHELARD, Gaston. **La formation de l'esprit scientifique.** Paris: Librairie philosophique J. Vrin, 1938.
- BAESSE, Cristina. **Estação Ferroviária de Araguari: Um ícone de transformação do Modus Vivendis de um povo através dos tempos.** In: COELHO, Gustavo Neiva (Org.). *Ferrovia: 150 anos de arquitetura e história*, p.103-125. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2004b.
- BALSAN, Rosane; OLIVEIRA, Mariela Cristina Ayres de; ROSA, Janira Iolanda Lopes da; (Org.). **Porto Nacional, patrimônio do Brasil: histórias e memórias.** Palmas: EDUFT, 2015.
- BANESPA. **Banco do Estado de São Paulo: Banespa 60 anos.** São Paulo: Projeto P/W, 1986.
- BARBO, Lenora. **Cartografia histórica: território, caminhos e povoados em Goiás: 1722-1889.** Brasília, 2015. Tese-FAU, UnB.
- BARBOSA, Eduardo Simões. **Entrevista com o Sr. Eduardo Simões Barbosa, arquiteto.** Goiânia/GO, 16 de fevereiro de 2010. Concedida a Eurípedes Neto.
- BARBOSA, Eduardo Simões; RABELO, Fernando Carlos. **Residência em Goiânia.** In: Revista Módulo, n.70, p.88-90. Rio de Janeiro: Avenir, 1982.
- BARBOSA, Livia. **Moradores de bairros tradicionais se organizam contra especulação imobiliária no Plano Diretor.** Jornal Opção, 27 julho 2020. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/moradores-de-bairros-tradicionais-se-organizam-contr-especulacao-imobiliaria-no-plano-diretor-271087/>>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- BARBOSA, Morgana Alves. **Análise Estrutural do Edifício Parthenon Center.** Trabalho apresentado na disciplina Tecnologia de Arquitetura I da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1995. NDD-UCG, Trabalho 1128, Caixa Arquivo 160.
- BARRETO, Amanda. **Art déco: Depoimentos e imagens.** Goiânia: R&F Editora, 2007.
- BARRETO, Leo de Queiroz. **Entrevista com o Sr. Leo Barreto, proprietário.** Goiânia/GO, 28 de novembro de 2009. Concedida a Eurípedes Neto.
- BARRETO, Paulo Thedim. **Casas de Câmara e Cadeia.** In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.11, p.9-196. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1947.
- BARROS, Fernanda. **O tempo do Lyceu em Goiás: formação humanista e intelectuais (1906-1960).** Jundiá: Paco, 2017.

- BATALHA, A. **Entusiasmo extraordinário em Goiânia**. Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1940, n.4292, p.5.
- BATISTA, Fábio Domingos. **Igrejas ucranianas: Arquitetura da imigração no Paraná**. Curitiba: Instituto ArquivBrasil/Petrobrás Cultural, 2009.
- BATTISTEL, Arlindo Itacir; CAMANDARоба, Joana. **Barra: um retrato do Brasil**. Porto Alegre: Ed. EST, 1999
- BAZIN, Germain. **L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil**. Paris: Librairie Plon, 1956. 2v.
- BENTON, Charlotte; BENTON, Tim; WOOD, Ghislaine. **Art deco 1910-1939**. Boston: Bulfinch Press/AOL Time Warner Nook Group, 2003
- BERGERA, Iñaki. **Fotografía y arquitectura moderna en España, 1925-1965**. Madrid: La Fábrica/Fundación ICO, 2014.
- BERTRAN, Paulo. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.
- BETRAN, Paulo (Org.). **Notícia geral da capitania de Goiás em 1783. Tomo I**. Goiânia/Brasília: Editora da UCG / Editora da UCG / Solo Editores, 1997a.
- BETRAN, Paulo (Org.). **Notícia geral da capitania de Goiás em 1783. Tomo II**. Goiânia/Brasília: Editora da UCG / Editora da UCG / Solo Editores, 1997b.
- BERTRAN, Paulo. **História de Niquelândia. Do Distrito do Tocantins ao Lago de Serra da Mesa**. Brasília: Verano Editora, 1998.
- BERTRAN, Paulo. **Cidade de Goiás, Patrimônio da Humanidade**. Brasília/São Paulo: Verano/Takano, 2002.
- BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.
- BESSA, Suzete Almeida de. **Difusão da arquitetura moderna em Goiânia: o Setor Aeroporto e a obra de Luis Osório Leão**. Brasília, 2016. Dissertação-FAU, UnB.
- BESSA, Suzete Almeida de; ANDRADE, Ana Julia Vieira; FONSECA, Thalita Pereira da; PINTO, José William Azevêdo; SANTOS, Vitória Alves. **Arquitetura modernista na Cidade de Goiás: Os casos da Escola Alcide Jubé e do Hotel Vila Boa**. In: Anais do IX Congresso de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, p.418-430. Cidade de Goiás: UFG, 2020.
- BIANCARDI, Cleide Santos Costa. **Liturgia, arte e beleza: O patrimônio móvel das sacristias barrocas no Brasil**. In: TIRAPELI, Percival (Org.). Barroco memória viva: arte sacra colonial, p.42. São Paulo: Edunesp, 2001.
- BITTENCOURT, Anita Corrêa. **Produção arquitetônica dos Coimbra Bueno na década de 30 em Goiânia**. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História IX da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1989. NDD-UCG, Trabalho 663, Caixa Arquivo 80.
- BLUMENSCHNEIN, Marilda. **O art déco em Goiânia**. Goiânia: UFG, 2004.
- BOAVENTURA, Carolina Rodrigues. **Encontro e memória: o centro de Goiânia e o Jôquei Clube**. Trabalho apresentado na disciplina Trabalho Final de Graduação da FAU-USP, São Paulo, 2013.
- BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Arquitetura religiosa de Vila Boa de Goiás no século XVIII**. São Carlos, 2001. Dissertação-EESC, USP.
- BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **História da Arquitetura Colonial de Goiás: proposta para uma nova abordagem**. In: Estudos - Arte e tecnologia v.31, n.11 p.1891-1910. Goiânia: Editora da UCG, 2004.
- BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. São Paulo, 2007. Tese-FAU, USP.
- BONDUKI, Nabil. **Afonso Eduardo Reidy**. Lisboa: Editorial Blau, 2000.
- BONFIM, Wátilla Mislá Fernandes. **Os filigraneiros de Natividade, Tocantins: Patrimônio imaterial, identidade e turismo**. Brasília, 2019. Dissertação-Geografia, UFT.
- BONOME, José Roberto; LEMES, Fernando Lobo. **Frágeis poderes: Governadores e oficiais municipais em Goiás na segunda metade do século XVIII**. In: Hist. R., v.21, n.1, p 6–24. Goiânia: UFG, 2016.
- BORELA, Marcela Aguiar. **Experiência Moderna nas Artes Plásticas em Goiás: fronteira, identidade, história (1942-1962)**. Goiânia, 2010. Dissertação-História, UFG.
- BORGES, Adilson dos Santos. **Urutaf: memórias de uma juventude**. Brasília: Ed. do Autor, 2005.
- BORGES, Barsanúfo Gomides. **O Despertar dos Dormentes**. Goiânia: Cegraf-UFG, 1990.
- BORGES, Barsanúfo Gomides. **A estrada de ferro Goiás: Uma análise histórica**. In: Ferrovia: 150 anos de arquitetura e história, p.81-101. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2004.
- BORGES, Gilson Pedro. **Teatro Goiânia: histórias e estórias**. Editora da UCG, 2007.
- BORGES, Humberto Crispim. **História de Anápolis**. Goiânia: CERNE, 1975

- BORGES, Humberto Crispim. **História de Silvânia**. Goiânia: CERNE, 1981.
- BOSCHI, Caio. **Nas origens da Seção Colonial**. In: Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XLIII, n.1, p.38-51. Belo Horizonte: Revista do Arquivo Público Mineiro, 2007.
- BOTELHO, Tarcísio (Org.). **Goiânia: Cidade pensada**. Goiânia: UFG, 2002.
- BRANDÃO, Antônio José da Costa. **Almanach da Província de Goyaz; para o ano de 1886**. Goiânia: UFG, 1978.
- BRANDÃO, Carlos Antonio Leite. **A formação do homem moderno vista através da arquitetura**. Belo Horizonte: AP cultural, 1991.
- BRANDÃO, Ramón. **Arquitetura Neocolonial, Arquitetura da felicidade**. Juiz de Fora: Funalfa, 2013.
- BRASIL, Antônio Americano do. **Pela história de Goiás; introdução, seleção e notas de Humberto Crispim Borges**. Goiânia: Editora da UFG, 1980.
- BRASIL, Antônio Americano do. **Súmula de História de Goiás**. Goiânia: Unigraf, 1982.
- BRASIL, Luciana Tombi. **A obra de David Libeskind: ensaio sobre as residências unifamiliares**. São Paulo, 2004. Dissertação-FAU, USP.
- BRASIL, Luciana Tombi. **David Libeskind**. São Paulo: Romano Guerra Editora/Edusp, 2007.
- BRAZILIENSE, Correio. **Agostinianos vão construir templo**. Brasília, 12 de março de 1972, n.3759, p.2.
- BRAZILIENSE, Correio. **Arquitetos da UnB tem diplomação sem festa**. Brasília, 10 de dezembro de 1966, n.1998, p.8.
- BRAZILIENSE, Correio. **Notícias Goianas**. Brasília, 8 de fevereiro de 1969, n.2806, p.11.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- BRESSANIN, César Evangelista Fernandes. **Os Dominicanos no antigo norte de Goiás**. In: IV Simpósio Nacional (I internacional) de História da UEG, Anais, Goiânia, 2014. Disponível em: <<https://www.anais.ueg.br/index.php/simposionacionaldehistoria/article/view/2350>> Acesso em: 12 dez. 2020.
- BRESSANIN, César Evangelista Fernandes. **Entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos: a ordem dos pregadores nos sertões do antigo norte de Goiás**. Goiânia, 2015. Dissertação-História, PUC-GO.
- BRETAS, Genesco Ferreira. **História da instrução pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- BRZEZINSKI, Iria. **Escola Normal de Goiás: Nascimento, apogeu, ocaso, (re)nascimento**. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. p.551-591. Campinas: Editora Alínea, 2018.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Décimas urbanas e censos: a dimensão material e visual de vilas e cidades em fontes textuais**. In: URBANA Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, v. 10, n. 1, p. 4-53. Campinas: Unicamp, 2018.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenhar (projetar) em Portugal e Brasil nos séculos XVI-XVIII**. In: Cadernos de Pesquisa do LAP, n.36, p.7. São Paulo: FAU/USP, 2002.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e Desenho: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Sistema de produção da arquitetura na cidade colonial brasileira: Mestres de ofício, "riscos" e "traças"**. In: Anais do Museu Paulista, n.1, v.20, p. 321-361. São Paulo: Museu Paulista, 2012.
- BURDET, Carlo Alfonso Maria. **Antonio Gedda (Aglìè, 1854-Jataí, 1922): Un avventuroso parente di Guido Gozzano in Brasile**. In: L'ESCALINA, n.2, Anno IV, Ottobre, p.223-273. Ivrea: Tipografia Litografia Bolognino Davide & C., 2015.
- BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- BURY, John Bernard. **Arquitetura e Arte no Brasil Colonial**. Brasília, IPHAN / Monumenta, 2006.
- CALVINO, Italo. **Seis propostas para o próximo milênio**. Lisboa: Editorial Teorema, 2007.
- CAMPOS, Itaney Francisco. **Notícias históricas do Bairro de Campinas**. Goiânia: Prefeitura Municipal, 1985.
- CAMPOS, Onaldo. **Rio Verde Histórico**. São Paulo: Gráfica e Editora EDIGRAF S.A., 1971.
- CAMPOS JÚNIOR, Paulo Borges. **A locomotiva nas fronteiras: O veículo das transformações em Goiás – 1913-1940**. Goiânia, 2014. Tese-Ciências Ambientais, UFG.

- CANDIDO, Antonio. **Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 2003.
- CARRIJO, Hélio Fausto. **Entrevista com o Sr. Hélio Fausto Carrijo, arquiteto e professor do curso de arquitetura da PUC/GO**. Brasília/DF, 01 de abril de 2021. Concedida a Eurípedes Neto.
- CARVALHO, Adelmo de. **Pirenópolis Coletânea 1727 – 2000. História, Turismo e Curiosidades**. Goiânia: Kelps, 2001.
- CARVALHO NETO, Manoel Balbino. **Entrevista com o Sr. Manoel Balbino, arquiteto**. Goiânia/GO, 07 de dezembro de 2008. Concedida a Eurípedes Neto.
- CARVALHO NETO, Manoel Balbino. **Pré-fabricação: Arquitetura ou Construção?**. Goiânia, 2015. Dissertação-FAV, UFG.
- CASAL, Manuel Aires. **Corografia brasileira, ou, Relação historico-geografica do reino do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.
- CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. São Paulo: Editora Nacional, 1941.
- CASTRO, Fabio De Gennaro. **Amélia Mariana de Paula - Cuiabana de origem pernambucana radicada em Campinas**. In: Revista da ASBRAP, n.27, p.79-112. Belo Horizonte: ASBRAP, 2020a.
- CASTRO, Joana D'arc Bardella; SANTANA, Marcelino de Carvalho. **Do Patrimonialismo Familiar ao Modelo Empresarial: um Passeio Pelas Disputas Políticas em Anápolis (1930-1973)**. In: V Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG: Ciência e Inovação como Perspectivas para o Desenvolvimento Social e Sustentável, v.6, Anais, Anápolis, 2019.
- CASTRO, José Liberal de. **Arquitetura eclética no Ceará**. In: Ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel/Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- CASTRO, Onildo de. **O Julgado de Pilar: resgate histórico; Pilar de Goiás, Itapaci, Guarinos, Hidrolina, Nova América e São Luiz do Norte**. Brasília: Editora Grafisa, 1996.
- CASTRO, Orlando Ferreira de. **Faculdade de Artes Visuais da UFG: histórias e memórias do professor Orlando Ferreira de Castro**. Goiânia: CEGRAF UFG, 2020b.
- CAVALCANTE, Ivana; KIMURA, Simone (Org.). **Vivências e sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins**. Goiânia: Iphan/14ª Superintendência Regional, 2008.
- CAVALCANTE, Sílvio. **Barro, madeira e pedra: patrimônios de Pirenópolis**. Brasília: Iphan, 2019.
- CAVALCANTE, Sílvio; GONÇALVES, Tadeu. **Pirenópolis restaurando patrimônios**. Pirenópolis: IPHAN, 1999.
- CERIPES, Paulo Henrique Ferreira. **Fontes para a história da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Pirenópolis**. Brasília, 2014. Monografia-História, UnB.
- CEVA, Marcio Augusto (Org.). **Ipameri 150 anos**. Ipameri: Livrosebooks, 2020.
- CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. Goiânia: Editora da UFG, 1988.
- CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Editora da UFG, 1997.
- CHAMBERS, William. **A Treatise on Civil Architecture**. London: J. Haberkorn, 1759.
- CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811**. São Paulo: Nobel, 1983.
- CHAIM, Marivone; CORALINA, Cora; ÉLIS, Bernardo. **Vila Boa de Goiás**. Rio de Janeiro: Berlendis e Vertecchia Editores LTDA, 1979.
- CHIZZOTTI, Antônio. **A constituinte de 1823 e a educação**. In: FÁVERO, Osmar (Org.). A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988, p.31-54. São Paulo: Autores Associados, 2001.
- COELHO, Gustavo Neiva. **A modernidade do art déco na construção de Goiânia**. Goiânia: Edição do Autor, 1997.
- COELHO, Gustavo Neiva. **Arquitetura da ferrovia em Goiás**. In: Ferrovia: 150 anos de arquitetura e história, p.129-143. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2004a.
- COELHO, Gustavo Neiva. **Arquitetura da Mineração em Goiás**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2007.
- COELHO, Gustavo Neiva. **Arquitetura religiosa setecentista em Vila Boa**. Goiânia: Editora Trilhas Urbanas, 2017.
- COELHO, Gustavo Neiva. **As primeiras manifestações do ecletismo na arquitetura goiana: a modernidade como forma de contravenção**. In: Transgressão. Goiânia: Editora da UCG, 1998a.
- COELHO, Gustavo Neiva. **Entrevista com o Sr. Gustavo Neiva Coelho, proprietário**. Brasília/DF, 16 de abril de 2021a. Concedida a Eurípedes Neto.
- COELHO, Gustavo Neiva. **Goiás, uma reflexão sobre a formação do espaço urbano**. Goiânia: UCG, 1998b.
- COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa, Volume I**. Goiânia: IAB, 1999.

- COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Goiânia, Volume II.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.
- COELHO, Gustavo Neiva. **José Amaral Neddermeyer: um arquiteto polivalente em Goiânia.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2021b.
- COELHO, Gustavo Neiva. **O espaço urbano em Vila Boa: entre o erudito e o vernacular.** Goiânia: Editora da UCG, 2001a.
- COELHO, Gustavo Neiva. **O ecletismo na arquitetura de Vila Boa.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2019a.
- COELHO, Gustavo Neiva. **Iconografia Vila-Boense.** Goiânia: Editora UFG, 2013.
- COELHO, Gustavo Neiva (Org.). **Ferrovia: 150 anos de arquitetura e história.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2004b.
- COELHO, Gustavo Neiva (Org.). **Santa Cruz: inventário arquitetônico.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2001b.
- COELHO, Gustavo Neiva (Org.). **Vila Boa nos jornais.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2019b.
- COELHO, Gustavo Neiva; CALDAS, Antônio César (Org.). **O diário do Barão de Mossâmedes: 1771-1773.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.
- COELHO, Gustavo Neiva; VALVA, Milena d'Ayala. **Patrimônio cultural edificado.** Goiânia: Editora da UCG, 2001.
- COELHO, Gustavo Neiva; VALVA, Milena d'Ayala (Org.). **Simbolismo e Expressão.** Goiânia: Editora Vieira, 2013.
- COHEN, Jean-Louis. **O futuro da arquitetura desde 1889: Uma história mundial: Jean-Louis Cohen.** São Paulo: Cosac & Naify, 2013.
- COIMBRA BUENO, Jerônimo. **Entrevista a Anita Bittencourt, 1989.** In: BITTENCOURT, Anita Corrêa. Produção arquitetônica dos Coimbra Bueno na década de 30 em Goiânia, p.1-29. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História IX da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1989. NDD-UCG, Trabalho 663, Caixa Arquivo 80.
- COLOMINA, Beatriz. **Little magazines: small utopias.** In: ESCUELA TÉCNICA SUPERIOR DE ARQUITECTURA DE LA UNIVERSIDAD DE NAVARRA. Las revistas de arquitectura (1900-1975): crónicas, manifiestos, propaganda. Pamplona: T6 Ediciones, 2012.
- COLQUHOUN, Alan. **Modernidade e tradição clássica: ensaios sobre arquitetura.** São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- CORDEIRO, Cecília Siqueira. **A liberdade religiosa na Assembleia Constituinte de 1823.** Brasília, 2013. Monografia-História, UnB.
- CORREIO DA MANHÃ. **Faculdade Nacional de Arquitetura – Concurso de Habilitação – Candidatos chamados para as provas orais de física e matemática.** Rio de Janeiro, 6 de março de 1951, n.17780, p.7.
- CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ. **Dia 27.** Cidade de Goyaz, 14 de outubro de 1871, n.389, p.3.
- CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ. **Lista geral dos cidadãos qualificados votantes do município da capital: Quarteirão das Arêas.** Cidade de Goyaz, 13 de setembro de 1876, n.70, p.4.
- CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ. **Agrimensor.** Cidade de Goyaz, 10 de julho de 1920, n.279, p.9.
- COSTA, Isabela Daniel Alves da. **Lugares da memória: A casa campineira.** Trabalho apresentado na disciplina Trabalho Final de Graduação II da FAU-UEG Anápolis, 2019.
- COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. **Arraial e coronel: Dois estudos de história social.** São Paulo: Editora Cultrix, 1978.
- COSTA, Lucio. **Documentação Necessária.** In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.1, p.31-39. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937.
- COSTA, Lucio. **Registro de uma vivência.** São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- COUTO, Goiás do. **Memórias e belezas da Cidade de Goiás.** Cidade de Goiás: Edição do Autor, 1958.
- CREA. **A engenharia em Goiás.** Goiânia: CREA-GO, 2012.
- CUNHA NETO, Oscar. **Rio Verde: Apontamentos para a sua história - documentário ilustrado.** Goiânia: Gráfica e Editora O Popular, 1988.
- CURADO, Glória Grace. **Pirenópolis uma cidade para o turismo.** Goiânia: Oriente, 1980.
- CURADO, Jane de Alencastro. **Breve histórico do Lyceu de Goyaz.** Cidade de Goiás: Superintendência do ensino à distância e continuada, 1998.
- CURADO, Ramir. **Síntese histórica de Corumbá de Goiás.** Anápolis: Edhaca, 2007.
- CURADO, Ramir. **História jurídica de Corumbá de Goiás.** Goiânia: Gráfica do TJGO, 2010.
- CURADO, Ramir. **Tempos históricos: Corumbá de Goiás dos primórdios à atualidade.** Anápolis: Edição Editora, 2014.

- CURADO, Ramir. **Histórico da Igreja de Nossa Senhora da Penha de França de Corumbá de Goiás**. 2017. 34p. Localizado em: Acervo pessoal do autor.
- CURADO, Ramir. **Entrevista com o Sr. Ramir Curado, professor e historiador**. Brasília/DF, 15 de março de 2021. Concedida a Eurípedes Neto.
- CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. **Ordenamentos urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guarani – parte 2**. Arqtextos, ano 17, n.2001.00. São Paulo: Vitruvius, 2017. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/17.201/6430>>. Acesso em: 23 dez. 2019.
- CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). **Guia da Arquitetura Art Deco no rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000a.
- CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). **Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000b.
- DAHER, Tânia. **Goiânia - Uma utopia europeia no Brasil**. Goiânia: ICBC, 2003.
- DANTAS, Cristiane Loriza; OLIVEIRA, Fernanda Fonseca Cruvinel de; ULHOA, Clarissa Adjuto. **Pilar de Goiás, Sua Casa e Seu Beco**. In: *Habitus*, v.13, n.2, p.115-138. Goiânia: PUC Goiás/IGPA, 2015.
- DANTAS, Cristiane Loriza; OLIVEIRA, Fernanda Fonseca Cruvinel de; OLIVEIRA, Marcelo Iury. **As transformações na paisagem: o Mercado Municipal da Cidade de Goiás**. In: *Revista Mosaico*, v.12, p. 68-90. Vassouras: Universidade de Vassouras, 2019.
- D'ALEMBERT, Clara Correia. **Manifestações da arquitetura residencial paulistana entre as Grandes Guerras**. São Paulo, 2003. Tese-FAU, USP.
- DAYRELL, Alba; DAYRELL, Carlos Leopoldo; GALLI, Ubirajara. **Ruas 3 e 23, Centro – Goiânia – Goiás, moradores pioneiros [1940 a 1950]**. Goiânia: Kelps, 2018.
- DEDECCA, Paula Gorestein. **Sociabilidade, crítica e posição**. São Paulo, 2012. Dissertação-FAU, USP.
- DEL BRENNA, Giovanna Rosso. **Ecletismo no Rio de Janeiro (séc. XIX-XX)**. In: *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel/Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- DIÁRIO CARIOCA. **Viajantes**. Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1928, n.61, p.7.
- Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0**. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.
- DINIZ, Anamaria. **Goiânia de Atílio Corrêa Lima (1932-1935) - Ideal estético e realidade política**. Brasília, 2007. Dissertação, FAU-UnB.
- DIONIZIO, Daniela Rodrigues; LUSSIM, Beatriz; WICHERS, Camila de Moraes. **Pilar de Goiás entre tempos e narrativas**. In: *Revista Arqueologia Pública*, v.9, n.4, p.293-316. Campinas: Unicamp, 2015.
- DOURADO, Benvinda Barros. **Educação no Tocantins: Ginásio Estadual de Porto Nacional**. Goiânia, 2010. Tese-Educação, UFG.
- DUARTE, Josias Abdalla. **História das Fundações das Casas e das Comunidades Claretianas no Brasil (1895-2020)**. *Missionários Claretianos do Brasil*, 2020. Disponível em < <https://claret.org.br/p/125-anos/historia-das-fundacoes>>. Acesso em: 27 de setembro de 2021.
- DUARTE, Lyz Elizabeth Amorim Melo. **Identidade e tradição em Jaraguá: Permanências e mudanças**. In: *Cenários da memória e identidade goiana: O caso de Jaraguá*, p.10-43. Goiânia: Editora da Agepel, 2004a.
- DUARTE, Valquíria Guimarães. **O carreiro, a estrada e o santo: um estudo etnográfico sobre a romaria do Divino Pai Eterno**. Goiânia, 2004b. Dissertação-Antropologia, PUC-GO.
- DUBUGRAS, Elvin Mackay. **Notas sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar de Goiás**. Brasília, 1965. Dissertação-FAU, UnB.
- ECO, Umberto. **Obra Aberta**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.
- ÉLIS, Bernardo. **Depoimento**. In: PREFEITURA MUNICIPAL. *Assessoria Especial de Cultura. Memória cultural: ensaios da história de um povo*, p.45-59. Goiânia: Ed. Gráfica Ipiranga, 1985.
- ÉLIS, Bernardo; MAIA, Tom; MAIA, Thereza Regina de Camargo. **Vila Boa de Goiás**. São Paulo: Editora Nacional, Rio de Janeiro: Embratur, 1979.
- ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Pluto Brasiliensis**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1979.
- ESTADO DE GOYAZ. **Prestou Contas**. *Cidade de Goyaz*, 5 de novembro de 1892, n.17, p.3.
- ETZEL, Eduardo. **Arte sacra: berço da arte brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1984.
- ETZEL, Eduardo. **O barroco no Brasil: psicologia e remanescentes em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul**. São Paulo: Melhoramentos, 1974.
- FABRIS, Annateresa. **O ecletismo à luz do modernismo**. In: *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel/Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- FARIAS, Agnaldo. **La Arquitectura de Ruy Ohtake**. Madrid: Celeste, 1994.

- FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana (Org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.
- FELIPPE, Gil; MACEDO, Maria do Carmo Duarte. **Amaro Macedo: o solitário do cerrado: um naturalista dos nossos dias**. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.
- FÉLIX, Ana. **Entrevista com a Sra. Ana Félix, filha dos proprietários**. Goiânia/GO, 09 de novembro de 2008. Concedida a Eurípedes Neto.
- FERNANDES, Maria. **O Adobe moldado**. In: *Arquitectura de Terra em Portugal*, p.45-49. Lisboa: Argumentum, 2005.
- FERREIRA, Aroldo Márcio. **Urbanização e arquitetura na região da Estrada de Ferro Goiás – E.F.Goiás: Cidade de Pires do Rio, um exemplar em estudo**. Goiânia, 1999. Dissertação-FCHF, UFG.
- FERREIRA, Bráulio Vinícius. **O ensino do Desenho Técnico no Curso de Arquitetura e Urbanismo: limites e possibilidades**. Goiânia, 2004. Dissertação-Educação, UCG.
- FERREIRA, Haydeé Jaime. **Anápolis, sua vida, seu povo**. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1979.
- FERREIRA, Joaquim de Carvalho. **Presidentes e governadores de Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 1980.
- FERREZ, Gilberto. **O Brasil do 1º Reinado visto pelo botânico William John Burchell**. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, 1981.
- FICHER, Sylvia. **Anotações sobre o Pós-Modernismo**. In: *Projeto*, n.74, p.35-42. São Paulo: PROJETO, 1985.
- FICHER, Sylvia. **Os Arquitetos da Poli: Ensino e Profissão em São Paulo**. São Paulo: Fapesp/Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- FICHER, Sylvia. **Reflexões sobre o Pós-Modernismo**. In: MDC: Mínimo Denominador Comum. Belo Horizonte; Brasília, 2007. Disponível em: <<https://mdc.arq.br/2007/11/30/reflexoes-sobre-o-pos-modernismo/>>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- FICHER, Sylvia. **Antonio Garcia Moya, um arquiteto da Semana de 22: parte 1**. MDC: Mínimo Denominador Comum. Belo Horizonte; Brasília, 2012. Disponível em: <<https://mdc.arq.br/2012/03/20/antonio-garcia-moya-um-arquiteto-da-semana-de-22/>>. Acesso em: 07 abr. 2019.
- FICHER, Sylvia. **Antonio Garcia Moya, um arquiteto da Semana de 22: parte 2**. MDC: Mínimo Denominador Comum. Belo Horizonte; Brasília, 2015. Disponível em: <<https://mdc.arq.br/2015/02/25/antonio-garcia-moya-um-arquiteto-da-semana-de-22-parte-2/>>. Acesso em: 07 abr. 2019.
- FICHER, Sylvia. **A desconstrução do Ecletismo: modernismo vs. historicismo**. In: *Programação do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, p.2457, Salvador: FAUFBA, 2018a.
- FICHER, Sylvia. **O Curso de Arquitetura da Escola de Engenharia Mackenzie, 1917-1947: os professores assistentes de Christiano Stockler das Neves & seus 89 egressos**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura Mackenzie, 2018b.
- FICHER, Sylvia; ACAYABA, Marlene Milan. **Arquitetura Moderna Brasileira**. São Paulo: PROJETO, 1982.
- FIGUEIREIDO, Luciano; RAMOS, Oscar. **Rio Deco**. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1980.
- FLEURY, Luiz Gonzaga de Camargo. **Relatório do presidente da Província à Assembléia Legislativa de Goyaz em 1835**. In: *Memórias Goianas*. Goiânia: UCG, 1986.
- FLYNN, Maria Helena; RIBEIRO, Paulo Victor Borges; SOBREIRA, Fabiano José Arcadio (Orgs.). **Paulo Mendes da Rocha: sobre concursos e memórias**. Brasília: MGS, 2018.
- FOGAÇA, João Batista da Silva. **Ed. Parthenon Center: concepção, apropriação e relação com o entorno urbano**. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História IX da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1988. NDD-UCG, Trabalho 400, Caixa Arquivo 46.
- FONSECA, Fabio Santiago. **Residência Unifamiliar**. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura I da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1992. NDD-UCG, Trabalho 708, Caixa Arquivo 86.
- FONSECA, Ronaldo da Paixão. **Caminhos de uma Arquitetura: obra e trajetória de Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro**. Goiânia, 2019. Dissertação-FAV, UFG.
- FONSECA, Thalita Pereira da; OLIVEIRA, Karine Camila. **Inserções modernas e a preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico da Cidade de Goiás**. In: *interfaces*, n.28, v.2, p.96-113. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.
- FONSECA E SILVA, José Trindade da. **Lugares e pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1948.
- FONT, Juana. **Construção de terra em Espanha e Portugal**. In: *Arquitectura de Terra em Portugal*, p.119-123. Lisboa: Argumentum, 2005.

- FORALOSSO, Mariano. **Presença dominicana no Brasil**. In: La vida conventual y misionera, siglos XIII-XIX. p.377-406. Bogotá: Universidad Santo Tomás, 2018.
- FRANÇA. **Loi Générale sur l'instruction publique, 11 flóreal de an X (01/05/1802)**. Disponível em: < <https://www.education.gouv.fr/loi-generale-sur-l-instruction-publique-du-1er-mai-1802-11-floreale-x-1646>>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Desenvolvimento da civilização material no Brasil**. Rio de Janeiro: SPHAN, 1944.
- FRANCO, Virgílio Martins de Mello. **Commendador Joaquim Alves da Silva (Notícia Biographica)**. In: Revista do Arquivo Público Mineiro, n.1, v.8, p.3-14. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1903.
- FREITAS, Carlos. **Estádio Serra Dourada comemora 39 anos**. Estádio Serra Dourada, 2014. Disponível em: < <http://www.estadioserradourada.go.gov.br/noticias-2/267-estadio-serra-dourada-comemora-39-anos.html#g-main>>. Acesso em: 22 de setembro de 2021.
- FREITAS, Iraydes Duarte Cunha. **Entrevista com a Sra. Iraydes Duarte Cunha Freitas, proprietária**. Goiânia/GO, 22 de novembro 2009. Concedida a Eurípedes Neto.
- FUENTES, Maribel del Carmen Aliaga. **Os primeiros mestrados da FAU-UnB: de um passado que não se construiu**. Brasília, 2017. Tese-FAU, UnB.
- FUNCULT. **Monumentos Históricos de Natividade**. Palmas: Assessoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural do Tocantins, 2003.
- FUNCULT. **Dossiê de Tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Monte do Carmo – Tocantins**. Processo nº: 2012 5301 000028. Fundação Cultural do Tocantins, Palmas: FUNCULT, 2012.
- GAFFNEY, Christopher; MASCARENHAS, Gilmar. **O estádio de futebol como espaço disciplinar**. In: SEM. INTERNACIONAL MICHEL FOUCAULT, Anais, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/154718749/GAFFNEY-CEstadio-como-espaco-disciplinar>> Acesso em: 04 mai. 2019.
- GALVÃO, Marco Antônio de Faria. **Diário de Viagem: outubro de 1983**. 1983. 4p. Localizado em: Arquivo físico IPHAN-TO. Pasta: Arquitetura/TO, Taguatinga, Ag. Banco do Brasil.
- GALVÃO, Marco Antônio de Faria. **Um caso de restauração - O Sobrado do Banco do Brasil em Taguatinga - Tocantins**. Brasília, 1989. IPHAN-TO, Pasta Arquitetura/TO Taguatinga Ag. Banco do Brasil, Caderno BT-233B.
- GARDNER, George. **Viagens no Brasil: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante nos anos de 1836-1841**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- GIRALDIN, Odair. (Org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed.UFG, 2002.
- GODINHO, Daniele Severino de Souza. **Comércio e memória urbana: um estudo do bairro de Campinas em Goiânia**. Goiânia, 2018. Dissertação-FAV, UFG.
- GODINHO, Durval da Cunha. **História de Porto Nacional**. s.l.:s.n., 1988.
- GODINHO, Iuri Rincon. **A Construção: Cimento, Ciúme e Caos nos Primeiros Anos de Goiânia**. Goiânia: Simplíssimo, 2015.
- GODOY, Eurico de Calixto. **Depoimento**. In: PREFEITURA MUNICIPAL. Assessoria Especial de Cultura. Memória cultural: ensaios da história de um povo, p.229-235. Goiânia: Ed. Gráfica Ipiranga, 1985.
- GODOY, Heleno. **Sobre João Cabral de Melo Neto e mais: um depoimento**. In: Texto Poético, 14(25) p.600-609, 2018.
- GOIÁS. **Relatório que o Exm. Sr. Dr. Ernesto Augusto Pereira, Presidente da Província de Goyaz, leu na abertura da Assembleia Legislativa da mesma Província a 1.º de junho de 1869**. 1869 (volume: 1869).
- GOIÁS. Gabinete Civil da Governadoria: Superintendência de Legislação. **Lei nº 781, de 01 de outubro de 1953: Cria o Município de Campos Belos e dá outras providências**. Goiânia, GO, 1953.
- GOIÁS. Ministério da Justiça: Serviço Público Federal. **Processo nº30276-SCGI/GO: Relatório da Assessoria Contábil**. Goiânia, GO, 1976.
- GOMBRICH, Ernst. **Hegel and Art History**. In: On the Methodology of Architectural History, p.3-9. Londres: Architectural Design, 1981.
- GOMES, Geraldo. **Arquitetura Eclética em Pernambuco**. In: Ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel/Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- GOMES, Geraldo. **Arquitetura do ferro no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988.
- GOMES, Horieste. **Lembranças da terrinha (Campininha)**. Goiânia: Edição do Autor, 2002.

- GOMES FILHO, Robson Rodrigues. **Os missionários redentoristas alemães e as expectativas de progresso e modernização em Goiás (Brasil, 1894-1930)**. Rio de Janeiro, 2018. Tese-História, UFF.
- GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. **Goiânia: uma modernidade possível**. Brasília: Ministério da Integração Nacional/Universidade Federal de Goiás, 2003.
- GONÇALVES, Paola Santiago dos Santos. **A toponímia e a Estrada de Ferro de Goiás**. In: Revista UFG, Ano XIII, n.11, p.46-53. Goiânia: UFG, 2011.
- GONZAGA, Olympio. **Memória Histórica de Paracatu**. Brasília: Livraria HPMendes, 1988.
- GONZAGA, Tomás Antônio. **Cartas Chilenas** [livro eletrônico]. São Paulo: DCL, 2013.
- GOODWIN, Philip Lippincott. **Brazil Builds: Architecture New and Old 1652-1942**. New York: MoMa, 1943.
- GOYA, Edna de Jesus. **A arte da gravura em Goiás: raízes e evolução**. São Paulo, 1998. Dissertação-FAV, USP.
- GOYA, Edna de Jesus. **O Ensino Superior de Artes Plásticas em Goiás: a Escola Goiana de Belas Artes - EGBA**. In: Entre Territórios - Anais do 19º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, p.2018-2032. Cachoeira: ANPAP/EDUFBA, 2010.
- HALUM, César Hanna. **Municípios Tocantinenses - suas origens, seus nomes**. Palmas: Provisão, 2008.
- HAMÚ, Ademir. **De Goyaz a Goiás**. Goiânia: Kelps, 2013.
- HAMÚ, Daura Rios Pedroso. **A Casa do Padre Silvestre: Símbolo do Patrimônio Cultural**. Goiânia, 2003. Dissertação-Antropologia, PUC-GO.
- HAMÚ, Daura Rios Pedroso. **O lugar do Padre Silvestre na memória de Jaraguá**. In: Cenários da memória e identidade goiana: O caso de Jaraguá, p.65-92. Goiânia: Editora da Agepel, 2004.
- HAMÚ, Daura Rios Pedroso. **Um olhar para as artes que pertenceram ao Padre Silvestre**. In: Aspectos históricos de Jaraguá, p104-148. Anápolis: UEG, 2012.
- HANSEN, João Adolfo. **Artes seiscentistas e teologia política**. In: TIRAPELI, Percival (Org.). Barroco memória viva: arte sacra colonial. São Paulo: Edunesp, 2001.
- HELOU, Bourhan. **Memórias de um Imigrante**. Goiânia: Gráfica Oriente, 1969.
- HENRIQUES, Luís; ROSA, Maria de Lurdes. **O Arquivo da Casa da Lapa (1804-1832) e os seus inventários: gestão dos bens e memória dos antepassados**. In: Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, XXIX, p. 89-132. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2016.
- HILLIER, Bevis. **Art Deco of the 20s and 30s**. London: Studio Vista, 1968.
- HITCHCOCK Henry-Russell. **Architecture: Nineteenth and Twentieth Centuries**. New York: Penguin Books, 1976.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O palacete paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira: 1867-1918**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- IBGE. **Goiânia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.
- IBGE. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.
- IBGE. **Porto nacional. Produto Interno Bruto dos Municípios. 2017**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/porto-nacional/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>>. Acesso em 12 de julho de 2020.
- IERÁRDI NETO, Antônio. **Eles nos precederam - Pe. Antônio (de Lisboa) Fischhaber cssr**. Távola Redonda dos Seminários, 2018. Disponível em: <<https://tavolaseminarios.blogspot.com/2018/11/eles-nos-precederam-pe-antonio-de.html>>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.
- IPHAN. **Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de Pirenópolis: Volume I**. Processo nº 1.181-T-85. Iphan Sede DF, Brasília: IPHAN, 1985.
- IPHAN. **Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de Pirenópolis: Volume IV**. Processo nº 1.181-T-85. Iphan Sede DF, Brasília: IPHAN, 1987.
- IPHAN. **Dossiê do Tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Penha de França em Corumbá de Goiás**. Processo nº 1269-T-88/01450.001542/2004-04. Iphan Sede DF, Brasília: IPHAN, 1988.
- IPHAN. **Caderno de Manutenção e Especificações Técnicas. Casarão da Educação e Cultura**. Pirenópolis: 14ª SR Escritório Técnico II, 2007.
- IPHAN. **Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional**. Processo nº 1.553-T-08/01450.005680/2008. Superintendência do Iphan Goiás, Goiânia: IPHAN, 2008.
- IPHAN. **Ficha de identificação de localidade: F11, 05, Buenolândia**. 2014. 7p. Localizado em: Arquivo digital da Superintendência do Iphan em Goiás.
- ISSA, Sílvia Aparecida Caixeta. **A Escola Agrícola de Urutá (1953-1963): singularidades da cultura escolar agrícola**. Catalão, 2014. Dissertação-Educação, UFG.

- ISSA, Sílvia Aparecida Caixeta. **Escola Agrotécnica Federal de Urutaí (1978-1986): a formação de mão de obra agrícola no Sudeste Goiano**. Uberlândia, 2018. Tese-Educação, UFU.
- ISSA, Sílvia Aparecida Caixeta; SILVA, Maria Aparecida Alves. **Retratos do Castelhino no Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí: local de memória de uma instituição de ensino**. In: Anais do V Congresso Nacional de História, p.1-16. Jataí: UFG, 2016.
- JARDIM, José Rodrigues. **Relatório do presidente da Província á Assembleia Legislativa de Goyaz em 1835**. In: Memórias Goianas. Goiânia: UCG, 1986.
- JAYME, Jarbas. **Cinco vultos meiapontenses; ensaios biográficos**. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1943.
- JAYME, Jarbas. **Esboço histórico de Pirenópolis I (1ª edição póstuma)**. Pirenópolis: Estado de Goiás, 1971a.
- JAYME, Jarbas. **Esboço histórico de Pirenópolis II (1ª edição póstuma)**. Pirenópolis: Estado de Goiás, 1971b.
- JAYME, Jarbas. **Famílias Pirenopolinas (ensaios genealógicos) – Tomo I**. Pirenópolis: Edição do Autor, 1973.
- JAYME, Jarbas; JAYME, José Sisenando. **Pirenópolis - Casa de Deus e Casa dos Mortos, Volume I**. Goiânia: UCG, 2002.
- JAYME, Jarbas; JAYME, José Sisenando. **Pirenópolis - Casa dos Homens, Volume II**. Goiânia: UCG, 2003.
- JENCKS, Charles. **El lenguaje de la arquitectura posmoderna - 3ª Edición ampliada**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1984.
- JORGE, Miguel. **Arquitetura residencial em Brasília do arquiteto Paulo de Melo Zimbres: da linguagem brutalista moderna ao regionalismo**. Brasília, 2019. Dissertação-FAU, UnB.
- JORNAL, O. **Goyaz**. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1945, n.7617, p.6.
- JORNAL DE NOTÍCIAS. **Fez da causa pública a razão de sua vida**. Goiânia, 14 de setembro de 1952, n.9, p.8.
- KARASCH, Mary. **Construindo comunidades: As irmandades dos pretos e pardos**. In: História Revista, v.15, n.2, p.257-283. Goiânia: UFG, 2010.
- KARASCH, Mary. **Rainhas e juízas: As negras nas irmandades dos pretos do Brasil central (1772-1860)**. In: FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana (Org.). Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação, p.52-66. São Paulo: Selo Negro, 2012.
- KATINSKY, Júlio Roberto. **Sistemas construtivos coloniais**. In: História da técnica e da tecnologia no Brasil, p.67-94. São Paulo: Editora da UNESP - CEETPS, 1994.
- KAUFMANN, Emil. **Classicism and Neoclassicism**. In: On the Methodology of Architectural History, p.24. Londres: Architectural Design, 1981.
- KELEMEN, Pál. **Baroque and Rococo in Latin America**. New York: Dover Publications, 1967. 2v.
- KESSEL, Carlos. **Arquitetura neocolonial no Brasil: entre o pastiche e a modernidade**. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008.
- KLEIN, Dan; MCCLELAND, Nancy; HASLAM, Malcom. **In the Deco Style**. New York: Rizzoli, 1986.
- KUBLER, George. **Art and Architecture in Spain and Portugal and their American Dominion: 1500-1800**. Baltimore: Penguin Books, 1959.
- LACERDA, Regina. **Folclore Brasileiro: Goiás**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1977a.
- LACERDA, Regina. **Vila Boa: História e folclore**. Goiânia: Oriente, 1977b.
- L'ARCHITECTURE D'AUJOURD'HUI. **Jeunes architectes dans le monde**. In: L'Architecture d'Aujourd'hui, n.73, p.70. Paris: 1957.
- LATORRACA, Giancarlo. **João Filgueiras Lima, Lelé**. Ed. by Marcelo Carvalho Ferraz. Lisboa, São Paulo: Editorial Blau, Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 2000.
- LE CORBUSIER. **Por uma arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- LEAL, Oscar. **Viagem às terras goyanas**. Lisboa: Minerva, 1892.
- LEAL, Fernando Machado. **Restauração e conservação de monumentos brasileiros**. Recife: Editora UFPE, 1977.
- LELES, Gabriela. **Alcíde Jubé (1896-1961) e a geografia escolar em Goiás**. In: Terra Brasilis (Nova Série), v.10, p.1-18. São Paulo: Laboratório de Geografia Política - Universidade de São Paulo, Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, 2018.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia Paulistana. Volume II**. São Paulo: Duprat & Companhia, 1904.
- LEMKE, Maria. **Os devotos do santo preto, o governador e o vigário: políticas e insurgências na Vila Boa dos Guayazes**. In: Micro História e os caminhos da

- História Social: Anais / II Colóquio do LAHES. p.1-16. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008.
- LEMKE, Maria. **De marchante a capitão-mor: Antônio Gomes de Oliveira e seus familiares no palácio dos governadores (Goiás, 1740-1800)**. In: Espaço Plural, v.XVII, n.35, p.63-81. Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2016.
- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Alvenaria Burguesa**. São Paulo: Nobel, 1989.
- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Arquitetura Bancária e Outras Artes**. In: Projeto, n.26, p.27-28. São Paulo: PROJETO, 1981.
- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1979.
- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Ecletismo em São Paulo**. In: Ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel/Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **El estilo que nunca existió**. In: Arquitetura neocolonial. América Latina, Caribe, Estados Unidos, p.147-160. São Paulo/México: Memorial da América Latina/ Fondo de Cultura Económica, 1994.
- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Uma nova proposta de abordagem da história da arquitetura brasileira**. Arqtextos, ano 12, n.141.00. São Paulo: Vitruvius, 2012. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/12.141/4214>>. Acesso em: 26 dez. 2019.
- LEMOS, Marcílio (Org.). **Palácio das Esmeraldas**. Goiânia: SGG, s.d.
- LEONARDI, Victor. **Entre árvores e esquecimento - história social nos sertões do Brasil**. Brasília: UnB, 1996.
- LIMA, Ana Lúcia Dias de; SILVA, Vicemar do Carmo. **O Processo de Interação das escolas, sociedade e museus no município de Jataí, nas primeiras décadas do século XXI**. In: Anais do II Congresso Nacional, III Regional do Curso de História da UFG/Jataí. Jataí: CAJ, 2009.
- LIMA, Atílio Corrêa. **Relatório do Urbanista Corrêa Lima**. In: SABINO, Oscar. Goiânia documentada, p.95-111. Goiânia: Edigraf, 1960.
- LIMA, Carlos Henrique Magalhães de. **Modernidades brasileiras: a obra de Milton Ramos**. Brasília, 2008a. Dissertação-FAU, UnB.
- LIMA, Elani de Souza Lima. **Fachadas**. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História VI da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1984. NDD-UCG, Trabalho 489, Caixa Arquivo 56.
- LIMA, Elder Rocha. **Guia afetivo da cidade de Goiás**. Brasília: IPHAN/14ª Superintendência Regional, 2008b.
- LIMA, Elder Rocha. **Guia sentimental da cidade de Pirenópolis**. Brasília: Superintendência do IPHAN em Goiás, 2010a.
- LIMA, Elder Rocha. **Notícias de Corumbá de Goiás**. Brasília: Superintendência do IPHAN em Goiás, 2012.
- LIMA, Elder Rocha. **Entrevista com o Sr. Elder Rocha Lima, arquiteto**. Brasília/DF, 01 de março de 2021. Concedida a Eurípedes Neto.
- LIMA, Elder Rocha; FEIJÓ, Marcelo. **Itinerário de Cora Coralina**. Brasília: Associação Casa de Cora Coralina, 2008.
- LIMA, Elder Rocha; GALVÃO JUNIOR, José Leme. **Cidade de Goiás: Poesia Visual**. Goiás: Casa de Cora Coralina, s.d.
- LIMA, João Filgueiras. **Escola transitória**. Brasília: MEC/CEDATE, 1984.
- LIMA, João Filgueiras. **O que é ser arquiteto: memórias profissionais de Lelé (João Filgueiras Lima); em depoimento a Cynara Menezes**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- LIMA, Luana Nunes Martins de. **Lugar e memória: O patrimônio goiano entre o esquecimento e a resistência**. Brasília, 2017. Tese-Geografia, UnB.
- LIMA, Waldir Martins de. **Os coveiros do BEG**. São Paulo: Laser Press, 2010b.
- LISBOA, Andreia Silva. **O Brasil central e suas possibilidades na Revista Informação Goyana (1917-1935)**. Goiânia, 2009. Dissertação-História, UFG.
- LLECH, Frei Germano. **A Ordem Dominicana em Goiás - Tradução e Biografia de Genesco Ferreira Bretas**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Ano 4, n.5, p.187-226. Goiânia: IHGG, 1976.
- LOBO, José Ferreira de Souza. **Goianos Ilustres**. Goiânia: Oriente, 1974.
- LOTUFO, Zenon. **A influência dos mestres**. In: Acrópole, n. 132, p.356-357. São Paulo: abril, 1949.
- MACAMBIRA, Yvoti de Macedo Pereira. **Os Mestres das Fachadas: artistas-artesãos**. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 1985.
- MACHADO, Laís Aparecida. **Cuidando do patrimônio cultural: a grande Vila Boa**. Goiânia: UCG, 2005.
- MACHADO, Sonaly Pereira de Souza. **História do Instituto Zootécnico de Uberaba: uma instituição de**

- educação rural superior (1892-1912). Uberlândia, 2009. Dissertação-Educação, UFU.
- MACIEL, Viviane Barros. **Da Corte à Província, do Império à República, do Colégio Pedro II ao Liceu de Goiás: Dinâmicas de circulação e apropriação da matemática escolar no Brasil, 1856-1918**. Campo Grande, 2012. Dissertação-Educação, UFMS.
- MAGALINSKI, Jan; MAGALINSKI, Júlia Maria. **Goiás e a imigração**. In: Boletim Goiano de Geografia, n.1/2, v.3, p.57-82. Goiânia: UFG, 1983.
- MAHLER, Christine Ramos. **O Brutalismo: história e evolução na arquitetura brasileira**. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura IX da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1988. NDD-UCG, Trabalho 87, Caixa Arquivo11.
- MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia. Um certo olhar**. Goiânia: Edição do Autor, 2001.
- MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico. Dossiê de tombamento**. Goiânia: Casa Brasil de Cultura, 2010.
- MANSO, Celina Almeida Fernandes; PANTALEÃO, Sandra Catharine; PEREIRA, Pedro Henrique Máximo; SILVA, Daniela José da. **Anápolis e os Exemplares Habitacionais de Caráter Modernista**. In: Urbana Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade, v.6, n.8, p.340-363. Campinas: UNICAMP, 2014.
- MANZANO, Eduardo. **Entrevista com o Dr. Eduardo, proprietário**. Porto Nacional/TO, 26 de julho de 2019. Concedida a Eurípedes Neto.
- MANZANO FILHO, Eduardo. **A arquitetura de Zenon Lotufo: reflexões e estudo projetual**. Trabalho apresentado na disciplina Trabalho de Graduação Interdisciplinar da FAU-PUC Campinas, 1988.
- MARIANO FILHO, José. **Os dez mandamentos do estilo neo-colonial**. In: Architectura no Brasil, n.21. Rio de Janeiro: A Corporação, 1923.
- MARQUELLI, Rodrigo Pedrosa. **O Desenvolvimento sustentável da Agricultura no Cerrado Brasileiro**. Brasília: ISEA-FGV/ ECOBUSINESS SCHOOL, 2003.
- MARTINEZ, Alfonso Corona. **Ensaio sobre o projeto**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.
- MATOS, Eldiza Gomes. **Monte do Carmo: Suas origens e evolução no contexto sociocultural, histórico e religioso**. Palmas: Nagô Editora, 2018.
- MATTOS, Raymundo José da Cunha. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1836.
- MATTOS, Raymundo José da Cunha. **CHOROGRAPHIA historica da provincia de Goyaz. Parte I**. In: Revista do IHGEB, tomo XXXVII, parte primeira, p.213-398. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro Editor, 1874.
- MATTOS, Raymundo José da Cunha. **CHOROGRAPHIA historica da provincia de Goyaz. Parte II**. In: Revista do IHGEB, tomo XXXVIII, parte primeira, p.5-150. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro Editor, 1875.
- MAYA, Antônio Luiz. **Reminiscências sociais portuenses**. Goiânia: GEV, 2003a.
- MAYA, Antônio Luiz. **Reminiscências ocasionais**. Goiânia GEV, 2003b.
- MAZZOCANTE, Márcia Helena. **Análise arquitetônica do edifício Agência Banespa – Goiânia**. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura IX da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1990. NDD-UCG, Trabalho 543, Caixa Arquivo 62.
- MELLO, Dorival Carvalho. **Jatahy – Páginas Esquecidas**. Jataí: Sudográfica, 2001.
- MELLO, Joana. **Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.
- MELO, Augusta Faro Fleury de. **Entrevista com a Sra. Augusta Faro Fleury de Melo, filha Augusto da Paixão Fleury Curado**. Brasília/DF, 04 de maio de 2021. Concedida a Eurípedes Neto.
- MELONI, Giaime. **The photographic practice for architecture**. In: Photography & Modern Architecture. Porto: CEEA, 2015.
- MEDEIROS, Wilton de Araújo. **Goiânia Metrópole: sonho, vigília e despertar**. Goiânia, 2010. Tese-História, UFG.
- MEDEIROS, Wilton de Araújo. **Bricoleur e sonhador: personagens das desconexões entre urbanismo e urbanização em Goiânia**. In: Anais do XXVII Simpósio Natural de História. Natal: ANPUH, 2013.
- MENDONÇA, Ana Domitila de Almeida. **Avaliação Pós-Ocupação na Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás - Ambiente construído e comportamento humano**. Goiânia, 2011. Dissertação-Engenharia Civil, UFG.
- MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. **A Assembleia Constituinte goiana de 1935 e o Mudancismo Condicionado**. Goiânia: UCG, 2008.

- MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. **A Invenção de Goiânia: O Outro Lado da Mudança**. Goiânia: Editora Vieira, 2013.
- MENEZES, Amaury. **Da caverna ao museu - Dicionário das artes plásticas em Goiás**. Goiânia: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2002.
- MENEZES, Amaury. **Entrevista concedida a Carolina Rodrigues Boaventura, 2013**. In: BOAVENTURA, Carolina Rodrigues. Trabalho apresentado na disciplina Trabalho Final de Graduação da FAU-USP, São Paulo, 2013.
- MENEZES, Áurea Cordeiro. **Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Arcebispo da instrução**. Goiânia: AGEPEL, 2001.
- MENEZES, Áurea Cordeiro. **O Colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás**. Goiânia: Unigraf, 1981.
- MENEZES, Marcos Antonio de; PINTO JÚNIOR, Rafael Alves; SILVA, Adriano Freitas. **Jatahy: Casas de Morar (1880-1935)**. Goiânia: Ed. da PUC, 2012.
- METRAN, Márcia. **Moderno e modernismo**. São Paulo, 1996. Dissertação-FAU, USP.
- METRAN, Márcia. **Goiânia: Cidade de pedras e de palavras**. Goiânia: Ed. Da UFG, 2006.
- MIGOTO, Milena. **Projeto executivo de restauro e revitalização da Catedral de Nossa Senhora das Mercês e seu entorno em Porto Nacional/TO**. Contrato n.32/2009, Processo 01516.000931/2009-15. Porto Nacional: SVS Consultoria e Projetos LTDA, 2009.
- MIGOTO, Milena. **Projetos de restauração e qualificação: Centro histórico de Pilar de Goiás/GO**. 2012. 63p. Arquivo físico IPHAN-GO.
- MINDLIN, Henrique Ephim. **Arquitetura moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora/IPHAN, 2000.
- MIRANDA, Déa Márcia Carneiro. **População e escravidão numa freguesia goiana: Bonfim, 1770 a 1870**. Goiânia, 1997. Monografia-História, UFG.
- MODENESE FILHO, Eduardo. **Entre linhas e curvas: teoria e prática na obra de Zenon Lotufo**. São Paulo, 2008. Dissertação, FAU-USP.
- MONTANER, Josep Maria. **Depois do movimento moderno: Arquitetura da segunda metade do século XX**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.
- MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.
- MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Reminiscências; Goiás d'antanho, 1907 a 1911**. Goiânia: Oriente, 1974.
- MONTENEGRO, Gildo. **A perspectiva dos profissionais**. São Paulo: Edgar Blücher, 1983.
- MORAES, Cristina de Cássia Pereira. **Em terra de cego, caolho tem vida de rei: As migrações no setecentos para o sertão dos Guayazes. Notas de pesquisa**. In: Revista UFG, Ano XIII, n.10, p.68-92. Goiânia: UFG, 2011.
- MORAES, Cristina de Cássia Pereira. **Do corpo místico de Cristo: Irmandades e Confrarias na Capitania de Goiás. 1736-1808**. Jundiá: Paco Editorial, 2014.
- MORAES, Maria Heloísa Lima. **A composição das fachadas nos edifícios residenciais em Goiânia na década de 60**. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura X da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1993. NDD-UCG, Trabalho 797, Caixa Arquivo 101.
- MORAES, Sérgio. **O Empreendedor imobiliário e o estado: O processo de expansão de Goiânia em direção sul (1975-1985). A modernidade revelada**. Brasília, 1991. Dissertação-FAU, UnB.
- MORAIS, Lucinete Aparecida de. **Comunidade do Ferreiro (GO): a terra, a luta e o sagrado**. Goiânia, 2015. Dissertação-Antropologia Social, UFG.
- MOREIRA, Hortência; MUNDIM, Adriana; OLIVEIRA, Elen. **Parthenon Center: análise do processo composicional**. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História I da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1998. NDD-UCG, Trabalho 734, Caixa Arquivo 90.
- MOURA, Ana Amélia. **Arquitetura residencial em Goiânia (1935-1940). A modernidade revelada**. Brasília, 2011. Dissertação-FAU, UnB.
- MOURA, Ana Amélia. **Linguagens da modernidade: arquitetura residencial na década de 1920**. Brasília, 2019. Doutorado-FAU, UnB.
- MOURA, Márcia Ribeiro. **Arquitetura Moderna em Goiânia: Produção Arquitetônica**. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura X. Goiânia, 1999, NDD-UCG.
- MOURA, Nádia Mendes de. **Arquitetura em pedra-sabão: análise da Igreja de Santa Bárbara**. Goiânia: UCG, 2003.
- MOURA, Nádia Mendes de. **Casa Sede da Fazenda Babilônia Pirenópolis – GO – Volume 01 – Levantamento Cadastral**. Salvador, 2004. Especialização-CECRE, UFBA.
- MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830)**. São Paulo, 2018. Tese-FAU, USP.

- MOYSÉS, Aristides. **Goiânia: Metrópole não planejada**. Goiânia: UCG, 2004.
- NASCIMENTO, Irineu Borges do. **Um pouco da história da engenharia e do planejamento administrativo em Goiás: depoimento**. In: Goiânia: Revista da Adufg, n.10, maio de 2003. Entrevista concedida a Tereza Cristina Costa.
- NOGUEIRA, Fabiano Mikalauskas de Souza. **História de Rio de Contas**. Salvador: Acervo Rio de Contas-BA, UFBA, 2012. Disponível em: <http://www.acervoriodecontas.ufba.br/site/uploads/texto/HISTORIA_RIO_DE_CONTAS.pdf> Acesso em: 23 jan. 2020.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. **Arquitetura ocidental**. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.
- NOTÍCIAS, Diário de. **Presos**. Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1965, n.13167, p.11.
- NUNES, Radamés Vieira. **Francisco Ayres, lembranças de um porvir: Porto Nacional e a modernização no norte de Goyaz**. Uberlândia, 2016. Tese-História, UFU.
- OHTAKE, Ricardo; OHTAKE, Rodrigo; FINO, Cristina. **Ruy Ohtake: Arquitetura e a cidade**. São Paulo: Instituto Tomie Ohtake, 2009.
- OHTAKE, Ruy. **Cadernos Brasileiros de Arquitetura 1/2: Arquiteto Ruy Ohtake**. São Paulo: Projeto, 1976.
- OHTAKE, Ruy. **Carta resposta a Márcia Helena Mazzocante**. In: MAZZOCANTE, Márcia Helena. Análise arquitetônica do edifício Agência Banespa – Goiânia, p.119. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura IX da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1990. NDD-UCG, Trabalho 543, Caixa Arquivo 62.
- OLDANI, Andrea. **Photography, territorial description and design. Proposal for a methodological use of the medium**. In: Photography & Modern Architecture. Porto: CEEA, 2015.
- OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. **Uma ponte para o mundo goiano do século XIX: um estudo da casa meia-pontense**. Goiânia: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2001.
- OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. **A casa como lugar de memória: O caso da fazenda Babilônia**. In: Estudos - Arte e tecnologia v.31, n.11 p.1911-1933. Goiânia: Editora da UCG, 2004a.
- OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. **A casa como universo de fronteira**. Campinas, 2004b. Tese-História, UEC.
- OLIVEIRA, Carolina. **A cidade de Goiás como patrimônio histórico mundial**. São Paulo, 2016a. Tese-FAU, USP.
- OLIVEIRA, Carolina Oliveira e. **Dos empórios aos Pegue-Pague: a modernização das casas de comércio de Jataí**. Goiânia, 2010. Dissertação-História, UFG.
- OLIVEIRA, Elson Gonçalves de. **História de Vianópolis**. Goiânia: Elege, 2000.
- OLIVEIRA, Hamilton Afonso de Oliveira; PAIVA, Hudson Carneiro. **A Estrada de Ferro Goyaz e seus Impactos na Cidade de Ipameri e no Estado de Goiás (1913-1930)**. In: Revista Expedições, v.9, n.4, p.40-58. Morrinhos: UEG, 2018.
- OLIVEIRA, Janaína de Castro (Org.). **Tombamento de imóveis em Luziânia**. Goiânia: AGEPEL, 2003.
- OLIVEIRA, Marcelo lury de. **Arqueologia da paisagem no sítio histórico Mercado Municipal da Cidade de Goiás**. Goiânia, 2016b. Monografia-Arqueologia, PUC/GO.
- OLIVEIRA, Maria das Mercêdes Brandão de. **Abadiânia - Tecnologia da argamassa armada aplicada em construções rurais: Escola Transitória Rural**. Trabalho apresentado na disciplina Tecnologia da Arquitetura II da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1985. NDD-UCG, Trabalho 360, Caixa Arquivo 40.
- OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Um Porto no Sertão: Cultural e cotidiano em Porto Nacional, 1880-1910**. Goiânia, 1997. Dissertação-História, UFG.
- OLIVEIRA, Sebastião de Souza. **PORTO NACIONAL: De Porto Real a Espaço Periférico de Palmas (TO)**. Goiânia, 2009. Dissertação-Geografia, UFG.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de; SILVA, Rodrigo da. **Pilar de Goiás: a vila entre a memória, a história e a materialidade**. In: Anais do Museu Paulista, v.25, n.1, p.227-260. São Paulo: Museu Paulista, 2010.
- OLIVEIRA, Tuliâne Mariano de. **Análise estrutural do edifício Banespa**. Trabalho apresentado na disciplina Tecnologia da Arquitetura 1 da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1996. NDD-UCG, Trabalho 1270, Caixa Arquivo 187.
- ORIENTE, Esther Barbosa. **Dona Gercina. A mãe dos pobres**. Goiânia: Oriente, 1981.
- ORTEGA SANZ, Yolanda. **Behind the camera: Catalanian architectural photographers**. In: Photography & Modern Architecture. Porto: CEEA, 2015.
- PACHECO, Carlos. **Um alemão chamado Carlos Steger**. In: Moreira, Antônio (Org.). Campininha das Flores: Biografia & Ensaios, p.78-82. Goiânia: Kelps, 2011.

- PACIFICO FILHO, Valdecir José. **A repartição do chão e as condições administrativas e legais para o surgimento de Piracanjuba (1831/1886)**. Goiânia, 2016. Dissertação-História, PUC-GO.
- PALACIN, Luís; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio histórico em Goiás**. Brasília: SPHAN, 1987.
- PALACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás (1722-1972)**. Goiânia: Editora da UCG, 1994.
- PARENTE, Temis Gomes. **O Papel da Igreja nas formações das cidades**. In: CLIO. Série História do Nordeste, v.1, p.195-200. Recife: UFPE, 1998.
- PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do estado do Tocantins**. Goiânia: Editora da UFG, 1999.
- PASSOS, Elder Camargo de. **Vida e obra do escultor Veiga Valle**. In: A cidade de Goiás e o escultor goiano Veiga Valle, p.42-55. São Paulo: MASP, 1978.
- PASSOS, Eldes Camargo de (Org.). **José Alencastro Veiga: Lembranças de Goyaz**. Goiânia: Imobiliary Alencastro Veiga, 1985.
- PASSOS, Eldes Camargo de (Org.). **José Alencastro Veiga: Memórias fotográficas de Goiás**. Cidade de Goiás: Funarte, 1987.
- PATETTA, Luciano. **Considerações sobre o ecletismo na Europa**. In: **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel/Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- PAULA, Jason Hugo de. **Entre picadas, estradas e trieiros: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746 – 1800**. Goiânia, 2017. Tese-História, UFG.
- PAZ, Francisco Phelipe Cunha. **Retalhos de Sabença: Oficinas, saberes e modos de fazer dos Mestres e artífices da construção tradicional em Natividade-Tocantins**. Palmas, 2013. Dissertação PEP, IPHAN.
- PEDROSO, Dulce Madalena Rios. **Memória de migração: um estudo de caso sobre as relações interétnicas entre índios e colonizadores em goiás no século XIX**. In: Cenários da memória e identidade goiana: O caso de Jaraguá, p.44-64. Goiânia: Editora da Agepel, 2004.
- PEDROSO, Dulce Madalena Rios. **Debates sobre a construção histórica da origem e fundação de Jaraguá-GO**. In: *Habitus*, v.6, n.1/2, p.153-170. Goiânia: PUC Goiás/IGPA, 2008.
- PERALTA, Francisco José. **A Arquitetura art-déco no governo Vargas: a construção de uma identidade nacional**. Maringá, 2005. Dissertação-Educação, UEM.
- PEREIRA, Alan Ricardo Duarte. **4. Abusos, atos despóticos, desentendimentos e perseguição: questões jurisdicionais na capitania de Goiás (1778-1804)**. In: *Revista do Arquivo do Museu das Bandeiras*. v.1, p.40-46. Jundiá: Paco Editorial, 2020.
- PEREIRA, Carla Freitas Pacheco. **As Igrejas de Goiás. Um estudo de caso: Igreja São Francisco de Paula**. Brasília, 2008. Dissertação-FAU, UnB.
- PEREIRA, Marielle Rodrigues. **O Real, o Apresentado e o Referenciado: um estudo no centro histórico de Porto Nacional**. Rio de Janeiro, 2014. Dissertação-IPHAN.
- PEREIRA, Miguel. **Prefácio**. In: FICHER, Sylvia; ACAYABA, Marlene Milan. *Arquitetura Moderna Brasileira*, p.4-7. São Paulo: PROJETO, 1982.
- PEREIRA, Pedro Henrique Máximo; TREVISAN, Ricardo. **Alexânia e Abadiânia, duas Cidades Novas para Brasília**. In: *Revista NÓS*, v.04, n.01, p.99-125. Anápolis, 2019.
- PERUGORRIA, Carlos Alberto Fabra. **São Vicente primeiros tempos**. São Vicente: Art Gráfica, 2010.
- PESSOA, Pedro Salazar Moscoso da Veiga. **Revista de Rio Verde**. n.1, julho de 1911. Oficinas Typ. d'A SECULO XX, Uberada: 1911.
- PICANÇO, Valéria Maria Pereira Alves. **Preservação patrimonial x qualidade de vida: Avaliação pós-ocupação no Programa Monumenta. Centro histórico de Natividade-Tocantins**. Brasília, 2009. Dissertação-FAU, UnB.
- PIMENTA NETO, Francisco. **Entrevista**. In: AGL. *Imprensa goiana: depoimentos para sua história*. Goiânia: CERNE, 1980.
- PINA, Demétrio Pompeu. **Entrevista com o Sr. Demétrio Pompeu de Pina, atual responsável pelo Museu e filho do Sr. Pompeu Christovam de Pina**. Pirenópolis/GO, 13 de abril de 2019. Concedida a Eurípedes Neto.
- PINHEIRO, Antônio César Caldas. **Campinas, flor da providência na história de Goiás**. In: Moreira, Antônio (Org.). *Campininha das Flores: Biografia & Ensaios*, p.24-36. Goiânia: Kelps, 2011a.
- PINHEIRO, Antônio César Caldas. **Um capitão-mor marchante e dois cirurgiões-mores em Vila Boa de Goiás: (Escorço genealógico da família Gomes da Neiva)**. In: *Revista do Instituto Histórico e*

- Geográfico de Goiás, n.28, p.121-140. Goiânia: Kelps, 2017.
- PINHEIRO, Antônio Lúcio Ferrari. **Dados pessoais formação profissional.** Prancha de apresentação. Arquivo pessoal do arquiteto. Goiânia, 1984a.
- PINHEIRO, Antônio Lúcio Ferrari. **Edifício de Apartamentos, Goiânia, GO, 1977.** Prancha de apresentação. Arquivo pessoal do arquiteto. Goiânia, 1984b.
- PINHEIRO, Antônio Lúcio Ferrari. **Entrevista com o Sr. Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro, arquiteto e professor do curso de arquitetura da PUC/GO.** Goiânia/GO, 09 de agosto de 2008. Concedida a Eurípedes Neto.
- PINHEIRO, Antônio Lúcio Ferrari. **Entrevista concedida a Maria de Fátima Gomes.** Goiânia, 27 out. 1986. In: GOMES, Maria de Fátima. Metodologia de Projeto. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura IX da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1986. NDD-UCG, Trabalho 116, Caixa Arquivo 15.
- PINHEIRO, Antônio Lúcio Ferrari. **Entrevista com o Sr. Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro, arquiteto e professor do curso de arquitetura da PUC/GO.** Brasília/DF, 13 de abril de 2021. Concedida a Eurípedes Neto.
- PINHEIRO, Antônio Lúcio Ferrari. **Residência do Arquiteto, Goiânia, GO, 1975.** Prancha de apresentação. Arquivo pessoal do arquiteto. Goiânia, 1984c.
- PINHEIRO, Luiz Antônio. **Os Agostinianos no Brasil (1914-1962).** In: FERNÁNDEZ, Jesús Álvarez (Org.). 1914-1962: L'Ordine Agostiniano tra la Grande Guerra e il Concilio Vaticano II, p. 819-873. Roma: Institutum Historicum Augustinianum, 2015.
- PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. **Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil.** São Paulo: Edusp, 2011b.
- PINHEIRO, Olympio. **Azulejo colonial Luso-Brasileiro: Uma leitura plural.** In: Arte Sacra Colonial: Barroco memória viva, p.144. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- PINI, Sandra Maria Alaga. **Arquitetura comercial e contexto, um estudo de caso: O Conjunto Nacional.** São Paulo, 2000. Dissertação-FAU, USP.
- PINÕN, Helio. **Teoria do projeto.** Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2006.
- PINTO, Alfredo Moreira. **Apontamentos para o Dicionário Geographico do Brazil: Volume III.** Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1888.
- PINTO, Alfredo Moreira. **Apontamentos para o Dicionário Geographico do Brazil: A-E.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.
- PINTO, Alfredo Moreira. **Apontamentos para o Dicionário Geographico do Brazil: P-Z.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.
- PINTO, Fernando. **Origens da arquitetura de terra em Portugal.** In: Pedra & Cal, n.24, p.10-11. Lisboa: GECORPA, 2004.
- PIRES, Ana Carolina D'Abreu Carvalho. **Rua 29, Centro: 4 quadras de muita história.** Goiânia: Kelps, 2020.
- PLAZA PINTO, Albineiar. **Entrevista com a Sra. Albineiar Plaza Pinto, primeira proprietária.** Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2021. Concedida a Eurípedes Neto.
- PODESTÁ, Sylvio Emrich de. **Arquitetura no Plural.** In: Revista Sagarana, n.26. Belo Horizonte: Veredas, 2007. Disponível em: <<http://www.revistasagarana.com.br/revista26/entrevista.htm>>. Acesso em: 01 abr. 2020.
- PODESTÁ, Sylvio Emrich de. **Casas.** Belo Horizonte: AP Cultural, 2000.
- PODESTÁ, Sylvio Emrich de. **Projetos Institucionais.** Belo Horizonte: AP Cultural, 2001.
- POHL, Johann Emanuel. **Viagem no Interior do Brasil: Volume I.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951a.
- POHL, Johann Emanuel. **Viagem no Interior do Brasil: Volume II.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951b.
- POLONIAL, Juscelino Martins. **Anápolis nos Tempos da Ferrovia.** Anápolis: Kelps, 2011.
- PORPHYRIOS, Demetri. **Notes on a Method.** In: On the Methodology of Architectural History, p.96-104. Londres: Architectural Design, 1981.
- PORTO, Marconio Ferreira. **Processo do patrimônio no Tocantins.** Brasília, 2011. Dissertação-FAU, UnB.
- PRADO, Paulo Brito do. **Patrimônio inquirido: por uma história de memórias subterrâneas nos sertões de Goiás em 1930.** In: Revista Em Tempo de Histórias. N.24, p.170-194. Brasília: PPGHIS/UnB, 2014.
- PUBLICADOR GOYANO, O. **Festa das Arêas.** Cidade de Goyaz, 24 de maio de 1887, n.117, p.4.
- QUÉNIUOX, Gaston. **Les Arts Décoratifs Modernes.** Paris: Librairie Larousse, 1925.
- RABELO, Fernando Carlos. **Entrevista com o Sr. Fernando Carlos Rabelo, arquiteto.** Goiânia/GO, 10 de novembro de 2019. Concedida a Eurípedes Neto.
- RADICAL, O. **Engenheiros-Architectos de 1932.** Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1932, sn, p.2.

- RAMOS, Flávia Rudge. **Caciporé: a plástica do aço**. São Paulo, 2012. Tese-FAU, USP.
- REIS, Gelmires. **Almanach de Santa Luzia**. Uberaba: Tipografias de Obras São José, 1925.
- REIS, Heloísa Esser dos (Org.). **Universidade Federal de Goiás: imagens e memórias (1960-1964)**. Goiânia: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2010.
- REIS, Márcia Genésia de Sant'Anna. **A Casa da Fundação do Ouro, Cidade de Goiás - GO**. 1982. 105p. Localizado em: Arquivo digital da Superintendência do Iphan em Goiás.
- REIS, Márcio. **O art déco na Obra Getuliana. Moderno antes do modernismo**. São Paulo, 2014. Tese-FAU, USP.
- REZENDE, Antônio Muniz de. **Minhas memórias com Frei Mateus da Rocha: Um testemunho**. In: Pólemos, v.02, n.03, p.220-234. Brasília, 2013.
- REZENDE, Mayara Dayanne Sousa. **GrupoQuatro: Trajetória profissional na arquitetura e no urbanismo (1972-1990)**. Goiânia, 2019. Dissertação-FAV, UFG.
- ROCHA, Hélio. **Sete décadas de Goiânia**. Goiânia: Contato Comunicação, 2003.
- ROCHA, Lucia Maria da Franca. **A Escola Normal na província da Bahia**. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). As escolas normais no Brasil: do Império à República. p.89-117. Campinas: Editora Alínea, 2018.
- ROCHA, Paulo Mendes da. **Entrevista concedida a Christine Ramos Mahler, 1988**. In: MAHLER, Christine Ramos. O Brutalismo: história e evolução na arquitetura brasileira, p.47-59. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura IX da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1988. NDD-UCG, Trabalho 87, Caixa Arquivo11.
- ROCHA, Paulo Mendes da. **Jóquei Clube de Goiás 1963**. In: Revista Acrópole, n.342, p.34-38. São Paulo: Mac Gruenwald & Cia, 1967.
- RODRIGUES, José Lopes. **Natividade - Fragmentos do passado**. Goiânia: Grande Loja do Estado de Goiás, 1978.
- RODRIGUES, José Wash. **A casa de moradia no Brasil antigo**. In: Arquitetura Civil I, p.285-318. São Paulo: FAUUSP/MEC-IPHAN, 1975.
- RODRIGUES, Mirian de Paula. **Terminal Rodoviário de Goiânia**. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura IX da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1986a. NDD-UCG, Trabalho 030, Caixa Arquivo 05.
- RODRIGUES, Valéria. **Inventário Arquitetônico: Residência Antônio Lúcio**. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura VI da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1986b. NDD-UCG, Trabalho 508, Caixa Arquivo 58.
- ROMACHELI, Maria Helena de Amorim. **História de Jaraguá**. Goiânia: Edição do Autor, 1998.
- ROMANO, Leonardo. **Análise do sistema estrutural do edifício do Instituto de Artes da UFG na composição do partido arquitetônico adotado**. Trabalho apresentado na disciplina Tecnologia da Arquitetura I da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1995. NDD-UCG, Trabalho 1269, Caixa Arquivo 187.
- ROSA, Joaquim. **1870 destino Ipameri**. Ipameri: Livros e books, 2021.
- ROSSI, Aldo. **Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SABBAG, Haifa Yazigi. **Arquitetura Bancária**. In: Revista Módulo, n.79, p.40-43. Rio de Janeiro: Avenir, 1983.
- SABINO, Oscar. **Goiânia documentada**. Goiânia: Edigraf, 1960.
- SABINO, Oscar. **Goiânia global**. Goiânia: Oriente, 1980.
- SAIA, Luis. **Morada Paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. **Diccionario geográfico, historico e descriptivo do Imperio do Brazil: Tomo I**. Paris: Typographia de Fain e Thunot, 1845a.
- SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. **Diccionario geographico, historico e descriptivo do Imperio do Brazil: Tomo II**. Paris: Typographia de Fain e Thunot, 1845b.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de Goiás**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás. Volume I**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937a.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás. Volume II**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937b.
- SANCHES, Cida. **De Bonfim a Silvânia. Um olhar sobre a cidade**. Goiânia: Ed. PUC-GO/Kelps, 2011.
- SANTA CECÍLIA, Bruno Luiz Coutinho. **Éolo Maia: complexidade e contradição na arquitetura brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

- SANTOS, Antonio Miranda dos. **Centro Histórico de Porto Nacional: Um Lugar Tombado**. Porto Nacional, 2019. Dissertação-Geografia, UFT.
- SANTOS, Edivaldo Antonio. **Os Dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930): Fundação e Consolidação da Missão Dominicana no Brasil**. Goiânia, 1996. Dissertação-História, UFG.
- SANTOS, Paulo. **Quatro Séculos de Arquitetura**. Rio de Janeiro: IAB, 1981.
- SCHUMM, Petra. **Nuevas tendencias sobre el barroco brasileño**. In: Revista de Critica Literária Latinoamericana, Lima: n.40, jul./dez. 1994.
- SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 2000.
- SEGRE, Roberto. **Ministério da Educação e Saúde: ícone urbano da modernidade brasileira (1935-1945)**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2013.
- SETA, Cesare de. **Benevolos' Storia**. In: On the Methodology of Architectural History, p.41-43. Londres: Architectural Design, 1981.
- SILVA, Adélia Freitas da. **Entrevista concedida ao programa TBC Memória, Padre Silvestre Álvares da Silva, dia 05/12/2020**. Goiânia, Goiás, 5 de dezembro de 2020. Entrevista concedida a Enzo de Lisita.
- SILVA, Catarina Eleonora Ferreira da. **A pesquisa arqueológica na Casa da Fundação do Ouro de Goiás, GO**. 1987. 20p. Localizado em: Arquivo digital da Superintendência do Iphan em Goiás.
- SILVA, Francis Borges. **Seguindo o boi e descobrindo o território - reflexão sócioterritorial da pecuária bovina no município de Jataí (GO)**. Jataí, 2011a. Dissertação-Geografia, UFG.
- SILVA, José Henrique Costa Santiago da. **Estudo dos edifícios residenciais: Os sobrados Neocoloniais de Goiânia – Volume 1**. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura IX da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1993a. NDD-UCG, Trabalho 800, Caixa Arquivo 102.
- SILVA, José Henrique Costa Santiago da. **Estudo dos edifícios residenciais: Os sobrados Neocoloniais de Goiânia – Volume 2**. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e História da Arquitetura IX da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UCG. Goiânia, 1993b. NDD-UCG, Trabalho 800, Caixa Arquivo 102.
- SILVA, José Renato de Castro e. **Arquitetos Associados e Espaço: Tradição e modernidade nas obras de um quarteto de formação mineira**. Goiânia, 2016. Dissertação-FAV, UFG.
- SILVA, Maria Angélica da. **Arquitetura Moderna: A atitude Alagoana 1950-1964**. Maceió: UFAL, 1991.
- SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. **Desenho de uma vida: Crônica sobre Jorge Félix de Souza**. In: Revista UFG, Ano XIII, n.11, p.109-119. Goiânia: UFG, 2011b.
- SILVA E SOUZA, Luiz Antonio da. **Memoria sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notaveis da Capitania de Goyaz**. In: Revista Trimensal de Historia e Geographico Brasileiro, tomo XII, 4º trimestre de 1849, p. 429-510. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1849.
- SILVA NETO, Eurípedes Afonso da. **De Goiânia: Antônio Lúcio. 1976. Residência do Arquiteto**. In: 8º Seminário DOCOMOMO Brasil, Anais, Rio de Janeiro: DOCOMOMO, 2009.
- SILVA NETO, Eurípedes Afonso da. **Em Goiânia: 3 casas de Libeskind**. In: VI Encontro Enanparq, p.801-821, Anais, Brasília: FAU-UnB, 2021.
- SILVA NETO, Eurípedes Afonso da. **Goiânia Casa Moderna: 1950, 1960, 1970**. Brasília, 2010. Dissertação, FAU-UnB.
- SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Senado Federal, 2005.
- SMITH, Robert Chester. **Arquitetura Civil do Período Colonial**. In: Arquitetura Civil I, p.93. São Paulo: FAUUSP/MEC-IPHAN, 1975.
- SOARES, Murillo Oliveira. **Anápolis: uma cidade entre capitais (Goiânia e Brasília) e modernidades (1930-1960)**. Goiânia, 2019. Dissertação-História, UFG.
- SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de. **Escola Politécnicas e suas múltiplas relações com a cidade de São Paulo, 1893-1933**. São Paulo, 2006. Tese-História, PUC/SP.
- SOUZA, Armênia Pinto. **Goiânia: a saga dos pioneiros**. Goiânia: Oliveira, 1989.
- SOUZA, Djalma Oliveira de. **Goiânia Esporte Clube, memórias em preto e branco**. Goiânia, 2019. Dissertação-História, PUC/GO.
- SOUZA, Karla Ferreira de. **Igreja e Praça do Bonfim em Silvânia – Goiás: Diretrizes de conservação preventiva para a igreja e requalificação de sua praça**. Salvador, 2011. Dissertação-MP/CECRE, UFBA.

- SOUZA, Marcos André Torres. **Uma outra escravidão: a paisagem social no engenho de São Joaquim, Goiás**. In: Vestígios - Revista Latino-Americana De Arqueologia Histórica, n.1, v.1, p.59-92. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SOUZA, Pero Lopes de. **Diário da navegação da armada que foi á terra do Brasil em 1530 sob a capitania-mor de Martin Affonso de Souza**. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1839.
- SOUZA E SILVA, Cláudio César de. **Relatório de Atendimento ao Ofício IPHAN N. 603/2018 COTEC IPHAN-GO (OC 1 – Capela)**. Goiânia: CONSAM, 2018.
- SPHAN. **Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de Natividade**. Processo nº 1.117-T-84/SPHAN. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: SPHAN, 1984.
- SPHAN. **Memória Oral: Depoimento de Edgard Jacintho nº 4**. Rio de Janeiro: MinC, SPHAN/FNPM, 1988.
- SPHAN. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n.1 ao n.15. Rio de Janeiro: 1937-1961.
- STACCIARINI, Agostinho. **Patrimônio histórico: aliança entre o passado e o presente**. Goiânia: Bandeirante, 2006.
- STINCO, Claudia Virginia. **David Libeskind e o Conjunto Nacional**. São Paulo, 2005. Dissertação-FAU, Mackenzie.
- SUMMERSON, John. **A linguagem clássica da arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- TAMASO, Izabela. **Em nome do patrimônio. Representações e apropriações da cultura na Cidade de Goiás**. Brasília, 2007. Tese-PPGAS, UnB.
- TAPIÉ, Victor. **Barroco e classicismo I**. Lisboa: Editorial Presença, 1972a.
- TAPIÉ, Victor. **Barroco e classicismo II**. Lisboa: Editorial Presença, 1972b.
- TAVARES, Paulo Afonso. **O Divino Pai Eterno na sociedade em vias de midiatização: a reconfiguração das práticas religiosas do Santuário Basílica de Trindade pelo dispositivo midiático televisivo**. Goiânia, 2016. Dissertação-Ciências da Religião, PUC-GO.
- TEIXEIRA, Luiz Fernando Cruvinel. **Entrevista com o Sr. Luiz Fernando Cruvinel Teixeira, arquiteto**. Goiânia/GO, 16 de agosto de 2019. Concedida a Eurípedes Neto.
- TEIXEIRA, Luiz Fernando Cruvinel. **Federação do Comércio do Estado de Goiás**. In: Projeto, n.116, p.c-22. São Paulo: PROJETO, 1988.
- TEIXEIRA, Luiz Fernando Cruvinel. **Federação do Comércio do Estado de Goiás**. In: Projeto, n.135, p.69. São Paulo: PROJETO, 1990
- TEIXEIRA, Luiz Fernando Cruvinel (Org.). **Problemas urbanos de Goiânia**. Goiânia: Oriente, 1975.
- TELES, José Mendonça. **A Imprensa Matutina**. Goiânia: CERNE, 1989.
- TELES, José Mendonça. **Eu te vejo, Goiânia: painel memória goianiense**. Goiânia: Kelps, 2005.
- TELES, José Mendonça (Coord.). **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.
- TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Vassouras: Estudo da construção residencial urbana**. In: Arquitetura Civil II. São Paulo: FAUUSP/MEC-IPHAN, 1975.
- TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2008.
- TELLES, Augusto Carlos da Silva. **O século XVIII, o barroco na arquitetura do Brasil**. In: Patrimônio construído: as 110 mais belas edificações do Brasil, p.131. Rio de Janeiro: Capivara, 2016.
- TINEM, Nelci. **O alvo do olhar estrangeiro: o Brasil na historiografia da arquitetura moderna**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.
- TIRAPELI, Percival (Org.). **Arte Sacra Colonial: Barroco memória viva**. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- TORRES, Claudio. **A Memória da Terra**. In: Arquitectura de Terra em Portugal, p.12-13. Lisboa: Argumentum, 2005.
- TREVISAN, Ricardo. **Operação Bananal, do domínio territorial ao balneário esquecido de Brasília**. In: PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO, Pedro Paulo; TREVISAN, Ricardo (Orgs.) Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília, DF: Universidade Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014. Disponível em: <<http://www.shcu2014.com.br/content/operacao-bananal-do-dominio-territorial-ao-balneario-esquecido-brasil>>. Acesso em: 01 abr. 2020.
- UNES, Wolney. **Identidade art déco de Goiânia**. Goiânia: UFG, 2001.
- UNES, Wolney; CAVALCANTE, Silvio. **Fênix: Restauro da Igreja Matriz de Pirenópolis**. Goiânia: ICBC, 2008.

- VALADARES, Joaquim Pereira. **Entrevista com o Sr. Joaquim Pereira Valadares, mestre de obras, construtor.** Conceição do Tocantins/TO, 22 de julho de 2019. Concedida a Eurípedes Neto.
- VARGAS, Lucas Gabriel Corrêa Vargas. **Representações sociais do progresso: Uma perspectiva a partir da chegada da Estrada de Ferro em Anápolis, GO.** Goiânia, 2015. Dissertação-FAV, UFG.
- VAUTHIER, Louis Léger. **Casas de residência no Brasil.** In: Arquitetura Civil I. São Paulo: FAUUSP/MEC-IPHAN, 1975.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil: Sistemas construtivos.** Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1961.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura dois estudos.** Goiânia: MEC/SESU/PIMEG-ARQ/UCG, 1983.
- VAZ, Maria Diva Araujo Coelho. **Natividade - Projeto Oito Vertentes e Dois Momentos de Síntese da Arquitetura Brasileira.** Goiânia: Ed. da UCG, 1985.
- VAZ, Maria Diva Araujo Coelho; ZÁRATE, Maria Heloisa Veloso e. **A casa goiana: documentação arquitetônica.** Goiânia: Editora da UCG, 2004a.
- VAZ, Maria Diva Araujo Coelho; ZÁRATE, Maria Heloisa Veloso e. **A casa: Modernidade pretendida.** In: Estudos - Arte e tecnologia v.31, n.11 p.1875-1889. Goiânia: Editora da UCG, 2004b.
- VAZ, Maria Diva Araujo Coelho; ZÁRATE, Maria Heloisa Veloso e. **Sobre a arquitetura moderna em Goiânia.** In: 6º Seminário DOCOMOMO Brasil, Anais, Niterói: ArqUrb/UFF, 2005.
- VAZ, Maria Diva Araujo Coelho; ZÁRATE, Maria Heloisa Veloso e. **A experiência moderna no cerrado Goiano.** São Paulo: Arqtextos 067, 2006.
- Disponível em: <
<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp341.asp>> Acesso em: 04 mai. 2019.
- VAZ, Taciana Assumpção. **O olhar do arquiteto sobre Brasília.** Brasília, 2012. Dissertação-FAU, UnB.
- VEIGA, João. **Ipameri Histórico.** São Paulo: Minox, 1967.
- VENTURI, Robert. **Complexidade e Contradição em Arquitetura.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- VIEIRA, Flávio. **Os Caminhos Ferroviários Brasileiros.** In: Centenário das Ferrovias Brasileiras, p.87-176. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1954.
- VILELA, Adalberto José. **A casa na obra de João Filgueiras Lima, Lelé.** Brasília, 2011. Dissertação-FAU, UnB.
- VILELA, Adalberto José. **Architecture without Applause: The Manufactured Work of João Filgueiras Lima, Lelé casa na obra de João Filgueiras Lima, Lelé.** Zurich, 2018. Thesis-Architecture, ETH Zurich.
- VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. **A primeira escola normal do Brasil: Concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX.** In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). As escolas normais no Brasil: do Império à República. p.53-88. Campinas: Editora Alínea, 2018.
- WATKIN, David. **The rise of architectural history.** London: Architectural Press, 1980.
- WIGGERMANN, Gebardo C.Ss.R; GAHR, Lourenço C.Ss.R. **Crônica da fundação da missão redentorista em S. Paulo e Goiás.** Aparecida: Editora Santuário, 1982.
- WILHEIM, Jorge (Org.). **Neutra residences.** São Paulo: Museu de Arte, 1950.
- WÖLFFLIN, Heinrich. **Renascença e Barroco.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1989.
- XAVIER, Alberto. **Arquitetura moderna em Curitiba.** São Paulo: Pini, 1985.
- XAVIER, Alberto; BRITTO, Alfredo; NOBRE, Ana Luiza. **Arquitetura moderna no Rio de Janeiro.** São Paulo: Pini/Fundação Vilanova Artigas, 1991.
- XAVIER, Alberto; LEMOS, Carlos; CORONA, Eduardo. **Arquitetura moderna paulistana.** São Paulo: Pini, 1983.
- XAVIER, Alberto; MIZOGUCHI, Ivan. **Arquitetura moderna em Porto Alegre.** São Paulo: Pini, 1987.
- XAVIER, Paulo Cesar Borges Xavier. **A expansão urbana da cidade de Rio Verde - 1970-2012.** Goiânia, 2013. Dissertação-Ciências Econômicas, PUC-GO.
- YPAMERI. **A nova Matriz de Ypameri.** Ipameri, 4 de dezembro de 1927, n.78, p.1.
- ZANETTINI, Arqueologia (Org.). **Trabalho e Memória: reflexões sobre arqueologia e patrimônio cultural em Pilar de Goiás.** São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2017. ZANETTINI Arqueologia (Org.). Trabalho e Memória: reflexões sobre arqueologia e patrimônio cultural em Pilar de Goiás. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2017.
- ZANETTINI, Siegbert. **Cadernos Brasileiros de Arquitetura 8: Siegbert Zanettini.** São Paulo: Projeto, 1981.
- ZANETTINI, Siegbert. **Siegbert Zanettini: arquitetura, razão e sensibilidade.** São Paulo: Edusp, 2002.
- ZIMBRES, Paulo; REIS, Luís Antônio Almeida. **Urbanidade Visceral: O resgate de conceitos da cidade.** In: Projeto, n.167, p.44-47. São Paulo: PROJETO, 1993.

volume II
fim

superiorum permissu

redigido no *word*, desenhado no *autocad*, editado no *photoshop* e *lightroom*,
exportado para pdf com *adobe acrobat pro*.
em dezembro de 2021
brasília, df